Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação
PPA
2012 2015

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015

Ano Base 2013

volume II

PROGRAMAS TEMÁTICOS

Tomo I - Programas Sociais

BRASIL

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO BASE 2013

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Neri Geller

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Clelio Campolina Diniz

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação
José Henrique Paim Fernandes

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional - Interino
Francisco José Coelho Teixeira

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Eduardo Benedito Lopes

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde
Arthur Chioro

Ministro de Estado das Cidades
Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Luiz Alberto Figueiredo Machado

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Miguel Soldatelli Rossetto

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mauro Borges Lemos

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Vinicius Nobre Lages

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - Interino
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Ideli Salvatti

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Antonio Henrique Pinheiro Silveira

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Thomas Timothy Traumann

Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Ricardo Berzoini

Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA 2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO BASE 2013

Volume II – Programas Temáticos (CD-ROM)

Tomo I - Programas Sociais

Brasília-DF

2014

CC-BY-NC Creative Commons 2014 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são: http://www.planejamento.gov.br, http://bibspi.planejamento.gov.br e http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br.

Impresso no Brasil.

Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Esther Bemerguy de Albuquerque

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Ana Lúcia de Lima Starling
André Arantes Luciano
Bráulio Santiago Cerqueira
Jorge Abrahão de Castro
Leandro Freitas Couto

Colaborador
Ricardo Bielschowsky

Projeto gráfico
Jucildo Augusto da Silva Lima

B823

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. – Brasília: SPI/MP., 2014.

2 v. (144 p.) : il. + CD-ROM

Conteúdo: v.1 – dimensão estratégica. v.2 – programas temáticos

1. Plano plurianual – avaliação. 2. Políticas públicas. 3. Governo Federal.

CDU 338.26"2012-2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 11
INTRODUÇÃO 13
PROGRAMAS SOCIAIS 15

2061 - Previdência Social 17
2071 - Trabalho, Emprego e Renda 28
2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) 45
2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 99
2019 - Bolsa Família 118
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional 128
2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas 155
2070 - Segurança Pública com Cidadania 168
2020 - Cidadania e Justiça 239
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos 296
2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes 316
2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude 346
2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência 375
2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial 428
2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência 452
2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 462
2030 - Educação Básica 505
2031 - Educação Profissional e Tecnológica 528
2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão 534
2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso 544
2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos 574

ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS 591

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2013, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Neste segundo ano de vigência do PPA destacam-se o equilíbrio entre uma política macroeconômica sólida e as políticas de inclusão social, notadamente no que se refere à garantia de renda; a ampliação dos investimentos em infraestrutura, tanto em volume de obras quanto em recursos; ampliação da participação social na formulação e implementação das políticas; e a postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços, bem como no aperfeiçoamento dos seus instrumentos de planejamento e gestão.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura.

Nesse contexto de continuidade de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório que, com o objetivo de facilitar a leitura, está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano base 2013. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Programas Sociais; II - Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2013, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos: TOMO I - Programas Sociais; TOMO II - Programas de Infraestrutura; TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se

adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO BASE 2013

Volume II: Programas Temáticos
Tomo I - Programas Sociais

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Equilíbrio Atuarial do(s) Plano(s) de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social da União em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-26,72	31/12/2013	-26,25
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Distrito Federal em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-33,16	31/12/2013	-48,82
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-7,44	31/12/2013	-9,19
Índice de Cobertura da Previdência Complementar	%	31/12/2012	43,46	30/01/2014	48,84
Índice de Resolutividade (IRES)	%	31/01/2011	52,26	31/12/2013	56,44
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	1,21	30/09/2013	1,12
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,17	31/01/2014	1
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	16,35	30/09/2013	14,36
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,4	31/12/2013	3,59
Taxa de cobertura previdenciária	%	31/12/2009	67	30/09/2012	71,4
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	3,23	30/01/2014	3,52
Taxa do Resultado Operacional do Regime Próprio de Previdência da União (servidores civis), em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-0,84	31/12/2013	-0,84
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-0,59	31/12/2013	-1,01
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Municípios, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	0,31	31/12/2013	0,15
Tempo Médio de Concessão (TMC)	dia	31/01/2011	26	10/01/2014	27

Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM)	dia	31/01/2011	19	10/01/2014	29
Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	dia	31/01/2011	19	10/01/2014	20

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Previdência Social, em relação ao Regime Geral, vem realizando diversas ações visando à ampliação da cobertura previdenciária, em especial, o plano simplificado, o microempreendedor individual e o segurado facultativo de baixa renda. A medida mais recente foi a Lei 2.470/2011, que reduziu a alíquota do Micro Empreendedor Individual - MEI de 11% para 5% do salário-mínimo e instituiu a mesma alíquota para os segurados facultativos de baixa renda que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência. O bom desempenho recente do mercado de trabalho também tem favorecido a ampliação da cobertura previdenciária. O Ministério da Previdência Social, também, tem buscado ampliar a cobertura por meio do apoio ao projeto de redução da informalidade por meio do diálogo social, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE.

Com relação à Previdência Complementar, os órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do Sistema Fechado de Previdência Complementar – SFPC têm trabalhado de forma a atender a diretriz governamental de promoção de ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária, com objetivo de garantir a proteção social ao trabalhador no futuro. Assim, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC desenvolveu, no exercício de 2013, ações que contribuem com a Educação Previdenciária, das quais destacam-se: i) certificação de planos de educação previdenciária para Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC; ii) Realização de eventos de Educação Previdenciária, como seminários e reuniões, voltados para as EFPC e; iii) Participação em fóruns e eventos nacionais e internacionais para debater a evolução da Educação Previdenciária, no Brasil e no mundo.

No período entre 2012 e 2013, o número de participantes de planos de benefícios com projetos certificados de educação previdenciária passou de 99.342 para 107.702, representando um incremento de 8%, que contribui para a execução da promoção de ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%**

  Análise Situacional da Meta

  De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2012, a cobertura previdenciária das mulheres ocupadas no Brasil, na faixa etária de 16 a 59 anos, estava em 70,6%, representando um aumento de 1 ponto percentual em relação a 2011 (69,6%). O bom desempenho do mercado de trabalho nos últimos anos, associado a políticas de inclusão previdenciária como o MEI e a modalidade de segurados facultativos de baixa renda, sendo essa última composta de forma majoritária por mulheres, contribuíram para esse acréscimo. Houve, também, diminuição da desigualdade de gênero em relação à proteção previdenciária, fruto da melhoria da inserção feminina no mercado de trabalho - a diferença de cobertura previdenciária entre homens e mulheres, que era de 4,3 pontos percentuais, em 2009, foi reduzida para 1,3 pontos percentuais, em 2012.

Quantidade alcançada

70,6

Data de Referência

30/09/2012

- **Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%**

Análise Situacional da Meta

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2012, havia 61,8 milhões de trabalhadores ocupados na faixa de 16 a 59 anos com cobertura previdenciária, o que significava uma cobertura previdenciária de 71,4%. Ou seja, em cada 10 (dez) trabalhadores, 7 (sete) estavam protegidos. A cobertura previdenciária vem expandindo- se continuamente, principalmente, a partir de 2004, quando ela estava em 62,5%. O que representa, no período de 2004 a 2012, um acréscimo de quase 9 (nove) pontos percentuais. Isso se deve ao aquecimento do mercado de trabalho, bem como, medidas implementadas pela Previdência Social no período, entre elas, a instituição do Plano Simplificado de Previdência Social (2006), que reduziu de 20% para 11% a alíquota de contribuição para contribuintes individuais; a Lei do Microempreendedor Individual (2009), que oferece condições especiais para que os trabalhadores informais que trabalham por conta própria possam legalizar-se; e mais recentemente, a Lei nº 12.470/2011, que reduziu a alíquota do Micro Empreendedor Individual - MEI de 11% para 5% do salário-mínimo e instituiu a mesma alíquota para os segurados facultativos de baixa renda que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência.

Quantidade alcançada

71,4

Data de Referência

30/09/2012

- **Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar**

Análise Situacional da Meta

Os órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do Sistema Fechado de Previdência Complementar - SFPC têm trabalhado de forma a atender a diretriz governamental de ampliação da cobertura previdenciária, com objetivo de garantir a proteção social ao trabalhador no futuro. No primeiro semestre de 2013, por meio do funcionamento da Fundação de Previdência do Servidor Público Federal - Funpresp, houve a entrada de novos participantes no SFPC.

No período entre 2010 e o primeiro semestre de 2013, houve um acréscimo de 8,2% no número total de participantes das EFPC, que passou de 2,905 para 3,145 milhões. A população total (a soma de trabalhadores participantes, beneficiários e designados), que melhor representa a parcela efetivamente atendida pela Previdência Complementar, passou de 6,6 para 7 milhões, ou seja, um crescimento da cobertura previdenciária complementar da ordem de 6,0%.

- **Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados**

Análise Situacional da Meta

No mês de dezembro de 2013, o número de trabalhadores inscritos como Microempreendedores Individual - MEI era 3.659.781, superando a meta estabelecida. Isso se deve à ampla divulgação da modalidade pelos variados meios de comunicação e às parcerias entre governos federal, estadual e municipal, bem como com atores chave, como o SEBRAE, que possibilitaram a inclusão no sistema de previdência de milhões de trabalhadores antes desprotegidos. Em relação à questão de gênero, a proporção de mulheres inscritas no MEI, que era de 44,6%, em 2009, aumentou para 47%, em 2013. Quanto à distribuição geográfica, a proporção mais expressiva de MEI está na Região Sudeste, somando, em 2013, 50,0%; seguida das Regiões Nordeste, 20,3%; Sul, 14,5%; Centro- Oeste, 9,1%; e Norte, 6,0%.

Quantidade alcançada

3.659.781

Data de Referência

31/01/2014

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

O público da Previdência Social busca a resolução das suas demandas de forma célere, com agências que tenham estrutura para o atendimento de excelência e servidores devidamente qualificados para prestarem esse serviço. Com foco na melhoria da qualidade dos serviços previdenciários, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS reformou e ou construiu mais 73 unidades que sinalizavam necessidades de adaptações emergenciais, para melhor servir a população. Em relação ao Plano de Expansão - PEX, que foi lançado em 2009, com objetivo de construir 720 novas Agências da Previdência Social – APS em municípios com mais de 20 mil habitantes, em 2013 foram inauguradas 75 APS, totalizando 309 novas Agências desde o início do projeto. Observa-se um aumento gradual das obras para substituição de prédios locados ou cedidos ao INSS por prédios próprios como importante ação na redução dos gastos públicos e melhoria no atendimento da previdência.

Quanto ao reconhecimento de direito, o INSS está em fase de transição dos sistemas corporativos que afetam restritivamente o desempenho das unidades, uma vez que a transição gera alguns contratempos nos sistemas, tais como lentidão, instabilidades. Essas ocorrências vêm impactando nos resultados de alguns indicadores. Mesmo assim, o INSS vem empreendendo esforços de gestão para melhorar alguns indicadores: o Índice de Resolutividade – IRES, em janeiro de 2013, estava em 55,13% e em dezembro de 2013, estava em 56,44%; o Tempo Médio de Concessão – TMC em janeiro de 2013, estava em 34 dias e em dezembro de 2013, estava em 27 dias; o Tempo Médio de Espera para o Atendimento Agendado da Perícia Médica - TMEA-PM, em janeiro de 2013, estava em 31 dias e em dezembro de 2013, estava em 29 dias. Em 2013, o total de benefícios concedidos foi de 5,25 milhões. Sendo que, desses benefícios, 1.598 pensões e salário maternidade foram concedidos para homo afetivos.

Metas 2012-2015

- **Adequar 80% da rede de atendimento**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013, aproximadamente 64% da rede de atendimento foi considerada adequada. Com um intuito de melhorar a compreensão dessa meta, o INSS promoveu alguns ajustes internos necessários, como: (i) definir melhor o termo “adequadas fisicamente”; (ii) substituir o nome “atendimento” por “funcionamento” e; (iii) ajustar a meta propriamente dita. No primeiro item, foi proposto que a condição de - adequadas fisicamente - fosse atribuída aos prédios próprios reformados ou construídos e prédios locados cujos sistemas construtivos estivessem funcionando normalmente. Quanto ao segundo item, a proposta de substituição do nome “atendimento” por “funcionamento” visa ampliar a abrangência da meta para todos os prédios operacionais do INSS, e não apenas àqueles utilizados pelas agências de atendimento. Quanto ao terceiro item, foi proposto que a meta seja ajustada para 74%, em 2014, e 84%, em 2015, em virtude das seguintes motivos: ao incorporar à meta os imóveis utilizados pelas unidades administrativas do INSS, conforme proposta definida no segundo item, haverá um aumento das unidades a serem adequadas, uma vez que normalmente os prédios das unidades administrativas necessitam de uma maior adequação; devido também pelo Acórdão n° 2.170/2012 do Tribunal de Contas da União – TCU, que apontou carências nas condições de acesso de pessoas com deficiência a prédios e serviços públicos federais. Nesse contexto, o INSS promoveu uma ampla pesquisa

sobre as condições de acessibilidade tanto prédios que realizam atendimento quanto dos prédios administrativos. Como resultado da pesquisa, observa-se o aumento das demandas por reformas e adaptações das unidades do INSS, sobretudo aquelas decorrentes da falta acessibilidade e avançada vida útil dos prédios.

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 604 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o INSS consolidou sua presença em mais 77 municípios, totalizando 1.274 municípios com Agências da Previdência Social. Tal avanço deve-se ao Projeto de Expansão da Rede de Atendimento - PEX, que tem por objetivo a instalação de Unidades em municípios com mais de 20 mil habitantes. Até dezembro de 2013, foram inauguradas 309 unidades no âmbito do PEX desde o início do projeto, sendo 118, em 2012, e 75, em 2013.

Quantidade alcançada

193

Data de Referência

08/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	299	unidade	113	08/01/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	119	unidade	31	08/01/2014
Superintendência Sudeste I	71	unidade	15	08/01/2014
Superintendência Sudeste II	52	unidade	21	08/01/2014
Superintendência Sul	63	unidade	13	08/01/2014

- **Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2013, o Tempo Médio de Concessão – TMC estava em 27 dias, o que demonstrou uma melhora em relação a janeiro de 2013, que registrou 34 dias. Com mudanças introduzidas nos sistemas informatizados e a regulamentação de alterações normativas recentes, a perspectiva é de queda mais forte do tempo médio de concessão.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

10/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	13	unidade	27	10/01/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	15	unidade	28	10/01/2014
Superintendência Sudeste I	16	unidade	28	10/01/2014
Superintendência Sudeste II	14	unidade	26	10/01/2014
Superintendência Sul	18	unidade	27	10/01/2014

- **Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 15 dias**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, houve redução do Tempo Médio de Espera para o Atendimento Agendado da Perícia Médica - TMEA- PM, que passou de 31 dias, em janeiro, para 29 dias, em dezembro, a melhor média tendo sido alcançada em setembro, quando o índice alcançou 18 dias.

A perspectiva é de intensificação dessa redução, em decorrência de ações como concurso de remoção interna e homologação de mais 300 vagas do concurso de 2011; monitoramento semanal contínuo do TMEA-PM e

estabelecimento de força tarefa em locais onde o TMEA-PM está acima de 30 dias; manutenção do atendimento com deslocamento de servidores para atender em localidades onde não havia perito lotado; e remoções ex-ofício para Gerência-Executiva com pior TMEA-PM.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

10/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	7	unidade	38	10/01/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	10	unidade	33	10/01/2014
Superintendência Sudeste I	10	unidade	25	10/01/2014
Superintendência Sudeste II	8	unidade	24	10/01/2014
Superintendência Sul	14	unidade	30	10/01/2014

- **Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2013, o Tempo Médio de Espera para o Atendimento Agendado - TMEA ficou em 20 dias, o mesmo resultado alcançado em dezembro de 2012. Em 2013, foram efetuadas várias ações visando à melhora das condições de atendimento dos serviços agendáveis. O processo de implantações das inovações, em especial dos sistemas informatizados, demandou um período inicial de adaptação, mas a perspectiva é de redução do tempo de atendimento com a consolidação das ações adotadas.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

10/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	19	unidade	17	10/01/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	18	unidade	23	10/01/2014
Superintendência Sudeste I	8	unidade	26	10/01/2014
Superintendência Sudeste II	14	unidade	19	10/01/2014
Superintendência Sul	20	unidade	20	10/01/2014

- **Ter 65% dos benefícios decididos na mesma data de entrada**

Análise Situacional da Meta

O ano de 2013 terminou com Índice de Resolutividade - IRES de 56,44%%, frente a 55,13%, em janeiro de 2013. O que contribuiu para o avanço do índice foi a melhoria na qualidade dos dados cadastrais do segurado o que possibilitou a resolução do benefício no mesmo dia do atendimento. Entre os arranjos de gestão que colaboraram para o alcance da meta, destacam-se: (i) divulgação aos segurados de que eles poderão conhecer a sua vida laboral pela internet, por meio de senha específica, e verificar a existência, ou não, de pendências antecipadamente; (ii) oferta de vagas de serviços para que o segurado requeira o acerto das pendências, ou seja, abertura da agenda com oferta de vagas para acerto de dados cadastrais, vínculos e remunerações, desvinculado do requerimento do benefício; (iii) maior difusão do extrato previdenciário nos bancos participantes (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal); (iv) aperfeiçoamento de sistemas utilizados nas atividades de cadastro que propiciaram maior agilidade e resolutividade.

Quantidade alcançada

56,44

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da Previdência Social do Servidor Público, destaca-se a importância dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS para o desenvolvimento econômico e social do País. Atualmente, os RPPS instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelas capitais e, por aproximadamente, um terço dos demais Municípios, sobretudo os de maior porte, dão cobertura a cerca de 10 milhões de beneficiários, entre servidores, aposentados e pensionistas.

Encontram-se em curso vários projetos com o objetivo de promover a sustentabilidade dos RPPS. Dentre estes, destaca-se o Projeto "Fortalecer os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS com perspectiva de equilíbrio e sustentabilidade", que possui como escopos: ampliar a estrutura de orientação, supervisão, acompanhamento e auditoria dos RPPS; fomentar o desenvolvimento de política pública voltada à concretização do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS; aperfeiçoar e fortalecer a legislação dos RPPS; incentivar a modernização da gestão dos RPPS; e apoiar e participar da reestruturação do RPPS dos servidores da União. Para o desenvolvimento de política pública orientada por este projeto, citam-se os trabalhos de diagnóstico da atual situação dos RPPS dos Estados e capitais e a busca de alternativas para financiamento do sistema, equacionamento de déficits e de novas alternativas para investimento, do qual os acordos de cooperação técnica com os Estados são um expoente.

No tocante ao alinhamento das atividades relativas à supervisão baseada em riscos, destacam-se: a implementação de novos processos de trabalho nas auditorias diretas, com o desenvolvimento interno de sistema de auditoria vinculado ao planejamento e verificação prévia e a modernização do CADPREV, que visa aprimorar os controles e a realização das auditorias indiretas, com desenvolvimento de módulo de parcelamentos e do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasse - DIPR, já conclusos e do novo demonstrativo atuarial em curso, que possibilitará o acompanhamento mais efetivo dos cálculos atuariais.

A intensificação da fiscalização dos RPPS está sendo promovida também por meio de acordos de cooperação técnica celebrados com os Tribunais de Contas dos Estados. O projeto de criação e unificação do cadastro dos servidores públicos, o SIPREV, disponibiliza importante ferramenta aos entes federativos para a gestão do passivo dos seus regimes, aprimorando a concessão de benefícios e permitindo, com os cruzamentos de dados, a redução dos riscos de pagamentos indevidos e com a melhoria da base cadastral dos participantes o melhor dimensionamento dos compromissos atuariais dos planos. O Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV II também é uma iniciativa das mais relevantes a serem citadas, pois apoia tanto a modernização da gestão dos RPPS quanto a supervisão.

Destaca-se a regulamentação e implantação da previdência complementar do servidor público no governo federal. Se em 2012 foi aprovada a instituição da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe), o exercício de 2013 registrou sua plena constituição (aprovados o Estatuto, os regulamentos dos planos de benefícios e a política de investimentos) e a busca por adesões.

Metas 2012-2015

- **Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB**

  Análise Situacional da Meta

  Várias ações têm sido desenvolvidas dentro do escopo do Projeto Sustentabilidade. Dentre estas, destaca-se a

Plano Mais Brasil

celebração de acordos de cooperação técnica entre o Ministério da Previdência Social, bancos estatais e os entes federados, com o objetivo de planejar e avaliar a criação de fundos de investimento de interesse dos RPPS, sendo um marco desta iniciativa os acordos firmados com os Estados do Mato Grosso e do Acre, e a contratação de estudos e diagnósticos da atual situação dos RPPS e o desenvolvimento de ferramenta e metodologias de acompanhamento das carteiras de investimento.

Registrem-se também os acordos de cooperação técnica com os Tribunais de Contas Estaduais, com reflexo na fiscalização e controle do patrimônio dos RPPS. Intensificaram-se as auditorias indiretas de investimentos, por meio do acompanhamento da evolução dos saldos das aplicações dos RPPS e do cumprimento da Política Anual de Investimentos. Quanto às auditorias diretas, foram concluídas 476 em 2013, que culminaram em diversas Representações Administrativas encaminhadas aos demais órgãos de fiscalização e controle.

Quantidade alcançada

3,59

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB**

Análise Situacional da Meta

As atividades de acompanhamento do repasse das contribuições definidas nos planos de custeio dos RPPS, tanto das alíquotas correspondentes aos custos normais, quanto daquelas instituídas em planos de amortização dos déficits (alíquotas suplementares ou aportes) são essenciais para garantir o equilíbrio financeiro do regime. No exercício de 2013, a evolução do superávit financeiro foi prejudicada pela volatilidade dos preços dos ativos financeiros e pelo pagamento de dívidas.

Quantidade alcançada

0,15

Data de Referência

31/12/2013

- **Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos municípios**

Análise Situacional da Meta

Ao final de 2013, o número de RPPS era de 2.020, incremento da ordem de 1,5% em relação a 2012, quando era de 1.990 RPPS. Observa-se que esse número é possivelmente maior, uma vez que nem todos os municípios que criam RPPS enviam a legislação de criação ao governo federal, como previsto.

Quantidade alcançada

2.020

Data de Referência

31/12/2013

- **Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional**

Análise Situacional da Meta

A Reabilitação Profissional - RP vem realizando ações de capacitação, tanto na modalidade presencial como Educação a Distância - EAD, com o objetivo de aprimoramento das competências das equipes e uniformização dos processos de trabalho. Foram realizados: Curso de Reabilitação Profissional, ocorrido no 1° semestre de 2013 na modalidade EAD, com a participação de Peritos Médicos e Analistas do Seguro Social; e capacitação em Mercado de Trabalho, realizada em maio de 2013, envolvendo as Superintendências Regionais.

Com a finalidade de atingir a meta prevista até 2015, o INSS elaborou o Projeto de Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a Reabilitação Integral. O sistema de informação da Reabilitação Profissional está sendo desenvolvido e tem por objetivo sistematizar os dados referentes à gestão e ao

aprimoramento do serviço de reabilitação profissional. Em novembro de 2013, o INSS foi designado "demandante prioritário" no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, fato este que permite a matrícula dos segurados em programa nos cursos profissionalizantes e técnicos que são disponibilizados nas redes de ensino Federal, Estadual e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Com essa medida pretende-se alcançar desafios maiores relativos à cobertura da RP. Conforme dados do Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional - BERP, em 2013, foram reabilitados 16.711 segurados.

Quantidade alcançada

47,6

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB**

Análise Situacional da Meta

Nos últimos anos, diversos aprimoramentos nos mecanismos de controle e análise dos cálculos atuariais foram implementados, resultando em indicadores mais confiáveis de déficit atuarial. Esses aprimoramentos têm revelado um patamar diverso do anteriormente identificado para a meta, reforçando assim a importância da supervisão aos regimes próprios. Dentre as principais atividades relacionadas à supervisão realizadas em 2013, destacam-se: instituição da Portaria n° 21/2013 que introduziu diversos parâmetros a serem observados pelas avaliações atuariais dos RPPS, em especialmente, critérios para dificultar a redução do plano de custeio, para dar maiores garantias à implementação da segregação da massa de segurados, além de incentivar a constituição de fundos previdenciários integrados por bens, direitos e ativos; intensificaram-se as atividades de supervisão do equilíbrio financeiro e atuarial, com 994 análises dos Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA de 2013, além da emissão de 750 despachos referentes aos processos instaurados, que têm contribuído para os entes federados implementarem medidas para equacionamento do déficit; estudos em conjunto com o Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV, para identificar novas fontes de financiamento para os RPPS; acordos de cooperação técnica para o planejamento e estruturação de fundos de investimento a partir de ativos aportados pelo ente federado, para viabilizar o equacionamento do déficit atuarial, permitindo o cumprimento da meta atuarial, bem como obter liquidez dos recursos garantidores.

O Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS, que está em implementação, terá impacto decisivo para a sustentabilidade dos regimes, com vistas ao aprimoramento das bases de dados previdenciárias e o cruzamento com as informações do CNIS. Um fator limitador são as decisões judiciais concedendo o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP para os entes que não asseguram o equilíbrio do regime. Em 2012, o índice referente aos municípios alcançou 7,98% do PIB e dos Estados e Distrito Federal, 47,70%, conforme dados da DRAA em 21/03/2013. Em 2013, os números saltaram para 9,19% para os municípios e 48,82% para os Estados e Distrito Federal, total de 58,01% do PIB, dados extraídos em 16/01/2014.

Quantidade alcançada

58,01

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB**

Análise Situacional da Meta

O projeto Sustentabilidade dos RPPS possui entre os objetivos apoiar e participar da reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPSU. Para alcançá-lo, o Ministério da Previdência Social desenvolve estudos técnicos e projeções sobre a situação do RPPSU, tais como: cenários de segregação da massa de segurados: elaboração

Plano Mais Brasil

e participação em reuniões técnicas sobre o projeto de lei de reestruturação do regime, que contempla o conceito de capitalização solidária; criação de fundo previdenciário com bens, direitos e ativos de qualquer natureza; e a criação da unidade gestora única. Os esforços realizados têm permitido o controle do déficit financeiro do RPPS da União, que foi de 0,84% do PIB em 2013.

Quantidade alcançada

0,84

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB**

Análise Situacional da Meta

Os RPPS dos Estados, em sua grande maioria, apresentam elevados déficits financeiros, ou seja, as contribuições mensais devidas são insuficientes para o pagamento das obrigações com os benefícios. Assim, o foco do Ministério da Previdência Social tem sido a supervisão das segregações da massa, sendo que, com o novo Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasse - DIPR será possível aprimorar o monitoramento do cumprimento do plano de segregação, no tocante à separação entre as receitas e despesas de cada plano. Tem também como diretriz, a construção, em conjunto com o Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - CONAPREV, de novas fontes de financiamento, e, em conjunto com os entes federados e com instituições financeiras estatais, soluções que, considerando a situação econômico-financeira de cada ente, possam identificar oportunidades de investimento e promover o equilíbrio do regime. A construção do cadastro dos servidores públicos, que está sendo implementada no âmbito do Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS, trará resultados bastante expressivos reduzindo o risco de pagamentos indevidos de benefícios. Também possuem grande reflexo para a sustentabilidade dos RPPS dos Estados, as alterações normativas em tramitação no Congresso Nacional, especialmente as propostas de emendas constitucionais. O grande fator que dificulta a atuação do Ministério da Previdência Social são as decisões judiciais que concedem o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP para os RPPS dos entes federados que não mantêm o equilíbrio financeiro e atuarial. Em 2013, o déficit (total de receitas anuais menos as despesas dos RPPS estaduais) correspondeu a 1,01% do PIB, em, 2012 ele foi 0,76 do PIB, conforme dados dos Demonstrativos Previdenciários e Relatório Resumido da Execução Orçamentária –RREO, do Tesouro Nacional

Quantidade alcançada

1,01

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30,0 % do PIB**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Previdência Social tem desenvolvido vários estudos para subsidiar propostas de reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis da União - RPPSU. As projeções de receitas e despesas do RRPS dos servidores civis da União e a avaliação atuarial do RPPS, contemplando dados dos órgãos e entidades de todos os poderes que são consolidados via Sistema Previdenciário de Gestão dos RPPS - SIPREV/Gestão. Na Avaliação Atuarial do exercício de 2013, com data base dos dados em dez/2012, o indicador foi de 26,25% do PIB, dentro da meta estipulada.

Quantidade alcançada

26,25

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF União para no máximo 50,0 % do PIB**

Análise Situacional da Meta

Diversas ações encontram-se em curso, tais como a celebração de acordos de cooperação técnica com o objetivo de

planejar e avaliar a criação de fundos de investimento ou oportunidades de investimento de interesse dos respectivos RPPS e os estudos e propostas legislativas de novas fontes de financiamento dos regimes, como forma de promover a sua sustentabilidade financeira e atuarial. Outra ação tem sido a supervisão das avaliações atuariais. Em 2013, mesmo em um cenário de volatilidade dos ativos financeiros, o índice apurado foi de 48,82%, dentro da meta proposta.

Quantidade alcançada

48,82

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10,0 % do PIB**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Previdência Social estabeleceu novos parâmetros para os cálculos atuariais e intensificou as auditorias indiretas de Equilíbrio Financeiro e Atuarial dos Municípios, focando naqueles cuja última análise decorreu há mais tempo. Dentre as ações mais recentes implementadas, menciona-se: o projeto de modernização do CADPREV; o início do desenvolvimento do novo Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA; e no âmbito do Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS, a construção do cadastro dos servidores públicos, que trará resultados bastante expressivos tanto na gestão do passivo com a verificação de acumulações indevidas, óbitos e cumprimento do teto constitucional, quanto para o dimensionamento dos compromissos atuariais, por meio de uma base cadastral atualizada e completa. Destacam-se também os aperfeiçoamentos realizados nas auditorias dos cálculos atuariais, com foco nos compromissos e fluxos. Em 2013, mesmo em um cenário de volatilidade dos ativos financeiros, o índice apurado foi de 9,19%, dentro da meta estipulada.

Quantidade alcançada

9,19

Data de Referência

31/12/2013

- **Regulamentar a previdência complementar para o servidor público**

Análise Situacional da Meta

Foi estabelecida como meta para o quadriênio 2012-2015 a regulamentação da previdência complementar para o servidor público, que ocorreu ainda em 2012, com a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, com a publicação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, autorizando a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e Funpresp-Jud, respectivamente). Houve também a publicação do Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012, que criou a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), bem como estabeleceu a possibilidade de o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União - na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios - celebrarem convênios de adesão com a Funpresp-Exe. Sendo assim, a meta foi cumprida.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2010	5.611	31/12/2013	7.432
Número de empresas fiscalizadas	unidade	08/01/2013	273.189	31/12/2013	275.139
Número de normas elaboradas e/ou aperfeiçoadas	unidade	31/12/2012	7	31/12/2013	10
Número de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628	31/12/2013	2.063
Processos de solicitação de Certificado de Aprovação - CA para EPI analisados em até 60 dias	%	31/12/2012	100	21/12/2013	100
Taxa de cobertura do Abono Salarial	%	31/12/2010	96,32	31/12/2013	95,44
Taxa de cobertura do Seguro-Desemprego	%	31/12/2010	78,12	31/12/2013	71,3
Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal	%	31/12/2010	6,5	31/12/2013	3,8
Taxa de formalização	%	31/12/2009	53,58	30/09/2012	56,9
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/100.000	31/12/2011	49,96	31/12/2012	41,99
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional	1/1.000	31/12/2011	15,58	31/12/2012	14,47
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29	31/12/2012	31
Taxa de inserção dos beneficiários de qualificação no mundo do trabalho	%	31/12/2009	52,89	31/12/2013	27
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	31/12/2010	2,4	31/12/2012	1,4
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44	31/12/2012	50,03
Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/1.000	31/12/2011	26,44	31/12/2012	24,15
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito (PROGER)	unidade	31/12/2010	1.860.082	31/12/2013	721.791
Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado	R$ milhão	31/12/2010	2.848,4462	31/12/2013	10.184,4207

Observações:

Taxa de formalização - Dados da última PNAD

Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis.

Taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional - Os dados de 2013 ainda não estão

disponíveis.

Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis.

Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis (RAIS).

Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis (RAIS)

Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis.

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

No decorrer do biênio 2012-13, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE procurou empreender iniciativas que visam à melhoria da política pública de emprego, tais como: a realização de estudo de rotatividade do mercado de trabalho, correlacionando-a com o seguro-desemprego e o Fundo de Amparo ao Trabalhador; o desenvolvimento e implantação de Sistema de Monitoramento e Avaliação da rede de atendimento, o qual apresentou os primeiros resultados do monitoramento e avaliação; o desenvolvimento do estudo de custos do Sistema Nacional de Emprego (Sine), em parceria com a Universidade de Brasília, e aprovação da Resolução Codefat nº 721, de outubro de 2013, que estabelece novos critérios para a distribuição dos recursos da ação orçamentária destinada à manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do SINE; a ampliação da emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) modelo informatizado em todo o território nacional e, por conseguinte, redução gradual da emissão da CTPS modelo manual; discussão de novas formas de gestão e operacionalização do SINE, inclusive a partir de visita técnica à experiência mexicana de oferta de ações integradas; articulação com demais órgãos para desenhar o papel do SINE frente a demandas do próprio governo federal na execução de ações integradas, como a intermediação do público do Benefício de Prestação Continuada - BPC, no qual o MTE é partícipe junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Ao mesmo tempo, o MTE criou um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar a proposta de Sistema Único de Emprego e Trabalho Decente. O grupo, instituído pela Portaria nº 1.879, de 27 de novembro de 2013, conta com a participação de representantes de unidades do MTE, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios convenentes do MTE, dos trabalhadores, dos empregadores e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como assessoria técnica. Ainda, foi celebrado termo de cooperação para descentralização de recursos para avaliação das ações do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, associada, entre outros, à definição de parâmetros para articular, propor, implementar e acompanhar a integração do Programa com as demais políticas de desenvolvimento pelo Estado com a participação da sociedade civil.integradas, como a intermediação do público do Benefício de Prestação Continuada - BPC, no qual o MTE é partícipe junto ao MDS, MEC e SDH. Ao mesmo tempo, o MTE criou um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar a proposta de Sistema Único de Emprego e Trabalho Decente. O grupo, instituído pela Portaria nº 1.879, de 27 de novembro de 2013, conta com a participação de representantes de unidades do MTE, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios convenentes do MTE, dos trabalhadores, dos empregadores e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como assessoria técnica. Ainda, foi celebrado termo de cooperação para descentralização de recursos para avaliação das ações do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, associada, entre outros, a definição de parâmetros para articular, propor, implementar e acompanhar a integração do Programa com as demais políticas de desenvolvimento pelo Estado com a participação da sociedade civil.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na**

intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, priorizando, em particular, as mulheres, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência física e intelectual, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadoras domésticas, público do Brasil sem Miséria, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo

Análise Situacional da Meta

A estratégia para a implementação desta meta foi alterada. Em 2012, foram ofertadas 38 mil vagas, enquanto que em 2013 foram apenas 14,5 mil no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Tanto a redução de vagas ofertadas, quanto a redução do número de inscritos, deveu-se, principalmente, pela transferência das demandas até então recepcionadas no PNQ para o Pronatec Trabalhador, que amplia as possibilidades de alcançar a meta estipulada no período do plano.

Quanto à priorização da participação dos grupos vulneráveis previstos na meta, cumpre ressaltar que, como houve uma redução da meta global, não haveria possibilidade de ampliação da oferta de cursos para esses públicos. Os resultados da execução em 2013 demonstram que 51% do total de beneficiários são mulheres, 36% jovens, 20% de baixa escolaridade e 3,1% são pessoas com deficiência.

Ressalte-se que o Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –, instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, trouxe um novo cenário para a qualificação profissional no Brasil, na medida em que organiza uma rede de ofertantes, formada por entidades públicas e privadas, especializadas em educação profissional e tecnológica, e autoriza uma nova modalidade de transferência de recursos para as entidades que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem Profissional (Sistema S). A partir dessa Lei, os Órgãos da administração pública federal adaptaram suas políticas de educação profissional ao novo programa, e, nesse contexto, as demandas de qualificação no âmbito do MTE tiveram como foco o Pronatec.

Desse modo, o formato de execução do PNQ foi redesenhado e trazido para os parâmetros estabelecidos, resultando em um Acordo de Cooperação entre MEC e MTE, de forma a viabilizar a execução dos cursos de qualificação do PNQ por meio do Pronatec. Tal acordo foi celebrado no dia 17 de dezembro de 2013, com vistas à inclusão do MTE como demandante do Pronatec, cuja nova modalidade consta de tal termo. O presente Acordo visa à articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

A partir da inclusão do MTE como demandante do Pronatec, o papel de mapeamento da demanda local foi descentralizado aos estados e municípios com os quais este Ministério já possui convênios plurianuais. Esse mapeamento foi feito por meio de formulários de demandas destinados às Secretarias de Trabalho ou similares, solicitando a definição das localidades, ocupações e metas, assim como um diagnóstico da realidade local do mercado de trabalho, para as quais os cursos do Pronatec a serem disponibilizados pelo Sine devem estar voltados. Com isso, preconiza-se que as propostas tenham sido elaboradas com base nas demandas reais do mercado de trabalho local.

Quantidade alcançada

26,5

Data de Referência

17/02/2014

- **Ampliar para 80% a taxa de cobertura do Seguro-Desemprego sobre os demitidos sem justa causa**

Análise Situacional da Meta

A meta de ampliar para 80% a taxa de cobertura do Seguro-Desemprego sobre os demitidos sem justa causa apresentou resultado de 71,3%. Cabe registrar que vêm sendo tomadas medidas que visam o aumento da recolocação imediata do trabalhador demitido sem justa causa, como é o caso da integração com o PRONATEC. Nesse sentido, espera-se um crescimento significativo na quantidade de trabalhadores que voltam ao mercado de trabalho, sem chegar a usufruir do

benefício do Seguro-Desemprego. Dessa forma, esta meta provavelmente apresentará redução do seu valor nos próximos anos.

Quantidade alcançada

71,3

Data de Referência

16/03/2014

- **Ampliar para 97% a taxa de cobertura do Abono Salarial**

Análise Situacional da Meta

A meta de ampliar para 97% a taxa de cobertura do abono salarial apresentou resultado de 95,44% de cobertura, considerando-se que esse valor se refere ao ano-calendário (julho do ano anterior a junho do ano relativo ao exercício em apuração). Isso significa que, do total de trabalhadores identificados na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, como tendo direito ao benefício, 95,44% efetuaram de fato o saque junto aos agentes pagadores (CAIXA e Banco do Brasil). Importante ressaltar que essa taxa depende diretamente da ação do trabalhador em efetuar o saque e que, para tanto, visando maximizar o alcance da meta, foram realizadas campanhas publicitárias em diversos meios de comunicação, bem como o envio de correspondência aos trabalhadores, informando do direito de receber o benefício. Ressalta-se que a identificação do trabalhador com direito à percepção do benefício é feita na RAIS, por meio das informações prestadas pelos empregadores anualmente.

Quantidade alcançada

95,44

Data de Referência

19/03/2014

- **Aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado formal de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na reinserção no mercado formal de trabalho foi de 3,8%, ante 3,3% em 2012. A evolução dessa meta deve-se, em grande medida, à atuação das unidades de atendimento do SINE e ao uso do Sistema Mais Emprego como ferramenta de operacionalização da intermediação de mão de obra, em que as vagas cadastradas e o cadastro do trabalhador estão visíveis para todos os postos. A padronização do atendimento e a utilização de serviço público de emprego por outros programas governamentais são medidas essenciais para atingir o alcance da meta em 2015.

Quantidade alcançada

3,8

Data de Referência

19/03/2014

- **Capacitar, via PRONATEC, 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram 65.144 matriculados e 117.875 pré-matriculados, conforme informações constantes da Base de Gestão do Seguro-Desemprego no Sistema MTE Mais Emprego, o que corresponde à superação da meta para o período de 2012-2015. Esse resultado representa um incremento de 40,3% no número de matriculados em comparação com 2012. Para alcançar esses resultados, várias medidas foram tomadas pelas áreas envolvidas, como a integração entre o Portal Mais Emprego (MTE) e o Sistec (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – MEC) e a alteração da condicionalidade, por meio de decreto, para o encaminhamento dos trabalhadores requerentes do benefício do Seguro-Desemprego para curso do Pronatec.

Quantidade alcançada

111.580

Data de Referência

17/02/2014

- **Inserir 30% dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho**

Análise Situacional da Meta

Em referência aos convênios de qualificação profissional no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), em vigência no exercício de 2013, foram inscritos 15,6 mil trabalhadores, dos quais, com base nos dados do CAGED, 4,2 mil foram admitidos, correspondendo a 27% de inserção no mercado de trabalho formal. Em 2012, dos 39,5 mil inscritos foram admitidos 9,3 mil, ou seja, houve inserção de 24% dos beneficiários. Embora o número de inscritos tenha reduzido de 2012 para 2013, a inserção no mesmo período aumentou em 3%, aproximando-se da meta estipulada para o período 2012-2015.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

17/02/2014

OBJETIVO: 0289 - Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo contempla o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.

O PROGER tem o propósito de incitar o investimento produtivo por meio da concessão de crédito contribuindo para a geração e/ou manutenção de emprego e renda, garantindo a expansão diversificada do crédito direcionando-o àqueles setores econômicos com alto potencial de geração de trabalho.

As concessões de crédito, por meio das linhas de financiamento do PROGER, são originárias dos recursos extra orçamentários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Esses recursos são alocados nas instituições financeiras oficiais federais (Banco do Amazônia - BASA, Banco do Brasil - BB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Nordeste - BNB, Caixa Econômica Federal - CEF e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP) por meio de Termo de Alocação de Depósitos Especiais – TADE celebrado entre a Instituição e a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), dentro do estabelecido na Programação de Depósitos Especiais - PDE.

O CODEFAT autorizou, por meio da PDE-2013, destinação de novos recursos da ordem de R$ 3,6 bilhões. Acrescente-se a esse montante a estimativa de reaplicação referente a retorno de recursos das operações findadas nos agentes financeiros no valor de R$ 3 bilhões. Portanto, isso corresponde a quase R$ 7 bilhões para serem investidos. Os investimentos são direcionados para micro e pequenos empreendimentos urbanos e rurais, auto-emprego, trabalho não assalariado, cooperativas e associações, empreendimentos do setor de turismo, produção industrial, exportação, infraestrutura e inovação e difusão tecnológica, cada qual com a linha de financiamento correspondente.

Em 2013, os agentes financeiros registraram a contratação de 79.036 operações, sendo investidos, aproximadamente, R$ 7,4 bilhões nos setores produtivos. Num comparativo em relação ao exercício de 2012, pode-se afirmar que a execução do PROGER comportou-se de maneira similar. O BNDES foi responsável pela execução de 80,2% do valor total contratado, seguido pelo Banco do Brasil com 12,5%, Caixa Econômica Federal com 7,1% e demais Instituições Financeiras, com 0,2%.

Os financiamentos destinados a micro e pequenas empresas correspondem, aproximadamente, a 90% do total de contratos, sendo 50% em termos de valores contratados. Esse desempenho reflete em números as diretrizes do CODEFAT, o qual prioriza investimentos nesse segmento, dada a importância de sua atuação na economia.

Em relação ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, ele desempenha papel relevante no compromisso assumido pelo governo federal com relação às políticas transversais e multissetoriais de estímulo à inclusão produtiva e à geração de trabalho e renda. Sua principal finalidade é universalizar o acesso ao microcrédito, estimulando o empreendedorismo no País e, com isso, representando importante ferramenta para o enfretamento da pobreza e da exclusão social.

O grande diferencial da metodologia do microcrédito produtivo orientado baseia-se na oferta de crédito por meio de um profissional, chamado agente de crédito, que se relaciona diretamente com o microempreendedor no seu próprio local de trabalho, oferecendo orientação financeira antes, durante e após a concessão do crédito. As operações de crédito realizadas no âmbito do PNMPO são direcionadas a pessoas físicas informais, empreendedores individuais e microempresas com faturamento de até R$ 120 mil anuais, para valores de financiamento até R$ 15 mil, destinados a capital de giro ou investimento, com prazos de pagamento estabelecidos entre as instituições de microcrédito e o tomador do recurso.

Desde sua criação em 2005 até dezembro de 2013, o PNMPO já realizou 16,48 milhões de operações de microcrédito, perfazendo o acumulado de R$ 27,13 bilhões em valores nominais concedidos. Esses números refletem o engajamento de uma ampla rede de organizações habilitadas, que informam trimestralmente seus resultados, por meio de sistema de coleta de informações gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2013, o PNMPO ofertou a cifra de R$ 10,2 bilhões, montante esse 62,37% superior ao observado no ano de 2012.

O grande público do microcrédito produtivo orientado está na informalidade, representando 92,18% do valor concedido no ano de 2013. A destinação para capital de giro representou 79,74% do valor concedido para o mesmo período. Com relação à distribuição de clientes por gênero, releva-se a forte presença das mulheres como principal perfil atendido, representando 62,99% dos clientes atendidos em 2013. Observa-se, por final, que 62,93% do valor total disponibilizado foram destinados ao ramo comercial.

Quanto à distribuição geográfica dos valores desembolsados, é expressiva a quantidade de recursos alocados nos estados nordestinos, representando 66,66% do volume de crédito ofertado, entre janeiro e dezembro de 2013, destacando-se o Ceará, a Bahia e o Maranhão. Os estados da Região Sudeste, por sua vez, receberam 16,90% do volume total de microcrédito, seguidos pelos estados da Região Sul com 11,38% do total, os da Região Centro-Oeste, com 2,80%, e os da Região Norte, com 2,26%.

Especificamente em relação à execução do Programa Crescer, o Governo Federal reduziu significativamente os juros cobrados ao tomador final, passando de 8% a 5% ao ano, o que permitiu um crescimento substancial da concessão de microcrédito produtivo orientado. Em 2013, os bancos oficiais concederam aproximadamente R$ 9,2 bilhões. Esses valores correspondem a 90,42% da concessão total de microcrédito no âmbito do PNMPO. Por oportuno, ressalte-se que os bancos oficiais operam com subvenção fixada pelo Ministério da Fazenda, que exige taxa de juros de até 5% ao ano para o tomador, acrescida da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) de 1%. As instituições financeiras públicas federais Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia têm ação destacada no Programa Crescer.

O Programa FAT PNMPO, que se refere à concessão de financiamento para empreendimentos populares por meio de

linhas de crédito disponibilizadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, desembolsou de R$ 71 milhões, concentrados, exclusivamente, na região Sul. Houve um crescimento de 256% em comparação ao valor desembolsado em 2012, o que reflete a evolução do Programa Crescer.

Paralelamente à execução dos bancos oficiais, as instituições de microcrédito – representadas pelas OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), cooperativas de crédito, SCM (Sociedades de Crédito ao Microempreendedor) e Bancos Cooperativos –, mesmo sem contar com os subsídios oferecidos pelo Ministério da Fazenda, têm concedido crédito a microempreendedores de todas as regiões do País. As OSCIP, durante o ano de 2013, ofertaram R$ 489,5 milhões em microcrédito, um volume 9,2% inferior ao realizado no mesmo período de 2012, que foi de R$ 536,1 milhões. Essa redução deve-se ao fato de as OSCIP sofrerem a concorrência dos juros mais atrativos praticados pelos bancos oficiais e pelo pouco acesso às fontes de recursos disponibilizados pela Lei n° 11.110 de 25 de abril de 2005, que institui o PNMPO.

Ainda são grandes os desafios a serem superados pelo setor de microcrédito. Nessa perspectiva, o PNMPO assinou, no final de 2013, termo de cooperação com a Universidade de Brasília (UnB) para realizar mapeamento, estudos e pesquisas, visando identificar as dificuldades encontradas pelas instituições de microcrédito, suas fraquezas, pontos positivos e janelas de oportunidade, permitindo que as ações implementadas por meio das políticas públicas, possam, de fato, contribuir para o fomento da rede de instituições habilitadas ao PNMPO.

Metas 2012-2015

- **Atingir o número de 4.000.000 de trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito das linhas do PROGER**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 e 2013, foram beneficiados 952.048 e 721.791 trabalhadores, respectivamente, totalizando 1.673.839, o que equivale ao atingimento de 41,85% da meta para os quatro anos.

  Importante destacar que os recursos do PROGER são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador. As aplicações do FAT no PROGER têm origem nos recursos do Fundo excedentes à reserva mínima de liquidez que são alocados extra orçamentariamente, sob a forma de depósitos especiais remunerados nas instituições financeiras federais para fomentar a geração de emprego e renda, conforme disposto em Lei.

  Quantidade alcançada

  1.673.839

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Aumentar em 15% o volume de microcrédito produtivo orientado concedido**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta refere-se à execução de cada ano, ou seja, ao aumento de 15% do volume de microcrédito concedido em relação ao volume do ano anterior. Nesse entendimento, no ano de 2012, o PNMPO cresceu 21,6% em relação à execução do ano de 2011, ultrapassando, assim, sua meta de 15%. Por sua vez, para 2013, que seria o valor de R$ 7.173.216.124,78, equivalente a 15% de aumento em relação à execução do ano de 2012, foi superada, atingindo o volume de microcrédito de R$ 10.184.420.767,36, o qual corresponde a 21,3% da meta em questão.

  Esse impacto expressivamente positivo foi resultado da estratégia do governo federal em conceder subvenção econômica aos bancos oficiais, para que estes ofertassem o microcrédito a juros consideravelmente mais baixos, hoje em torno de 5% ao ano.

Quantidade alcançada

21,3

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0869 - Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

No decorrer do biênio de 2012-2013, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu ações que contemplaram avanços nos quatro pilares estratégicos do trabalho decente, a saber: 1) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho 2) promoção do emprego de qualidade; 3) extensão da proteção social; e 4) diálogo social.

A promoção do trabalho decente, no ano de 2012, foi marcado prioritariamente com a preparatória e a realização da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD) e, em 2013, com a realização de 5 seminários regionais de promoção de política nacional de Emprego e Trabalho Decente. Destaca-se ainda, a criação do Subcomitê de Promoção de Trabalho Decente em Grandes Eventos e do Grupo de Trabalho para elaborar proposta de criação do Sistema Único de Emprego e Trabalho Decente – SUETD.

Com relação à promoção do emprego de qualidade, houve aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a taxa de formalidade nas regiões Sul e Sudeste foi superior à taxa nacional e houve evolução de registros de empregados domésticos com carteira assinada. O diálogo social foi marcado pela ampliação de quatro mesas setoriais nas áreas do trabalho rural, grandes eventos, de turismo e hospitalidade e da terceirização, e estão em curso melhorias na prestação das informações referentes a contratos de trabalho temporário e no sistema de mediação de conflitos.

Destacam-se os resultados da auditoria em obras de infraestrutura, que no biênio 2012-2013 já atingiram mais de 80% do total previsto para o PPA. Apesar de a atividade de inspeção do trabalho ser exclusiva do Estado, há participação ativa de representantes de trabalhadores e de empregadores na revisão e/ou elaboração das normas regulamentadoras (NR) que normatizam temas ligados à segurança e à saúde do trabalhador, ressaltando que, até dezembro de 2013, 16 normas previstas foram concluídas. As políticas para fomentar e incrementar a aprendizagem também passam por discussão ampliada, com participação de governo, trabalhadores, empregadores e sociedade civil no Fórum Nacional da Aprendizagem.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para: - aumentar em 0,8% as taxas de participação e de ocupação das mulheres; - aumentar em 5% a taxa de ocupação da população negra; - aumentar em 3% a taxa de formalidade; -aumentar em 4% o número de trabalhadoras(es) domésticas(os) com carteira de trabalho assinada; - aumentar em 6% o número de trabalhadores(as) autônomos(as) formalizados(as); - diminuir em 0,8% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres; - diminuir em 5% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos, considerando dados anuais**

Análise Situacional da Meta

Cabe ressaltar que, quando da elaboração do PPA 2012-2015, os dados utilizados para analisar parte desta meta seriam extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente. Entretanto, com o incremento da nova PNAD Contínua (PNADC), que é realizada trimestralmente, os dados não podem ser comparados diretamente entre as duas pesquisas. Assim, como não há posicionamento oficial do IBGE em relação à realização da PNAD para os próximos anos, nos moldes antigos, optou-se por adotar a PNADC para o monitoramento da meta.

Nesse contexto, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho no segundo semestre de 2013 (último dado disponível) estava em 50,9%, o que representa um aumento de quase um 1% em relação ao inicio do ano de 2012 (50,4). Apesar do aumento, a taxa de participação feminina permanece mais de vinte pontos percentuais abaixo da taxa de participação masculina no mesmo trimestre (73,1%).

Em relação à taxa de ocupação feminina, ela estava em 46,2% no segundo trimestre de 2013, evidenciando um aumento de um ponto percentual em relação ao inicio de 2012. Entretanto, como também ocorre com a taxa de participação, a taxa de ocupação feminina está distante da taxa de ocupação masculina, que estava em 68,7%, no mesmo período analisado.

O monitoramento da taxa de ocupação da população negra não foi realizado nesta etapa, uma vez que a PNADC ainda não divulgou este indicador por raça/cor, nem nas tabelas presentes no SIDRA/IBGE, nem nos microdados da PNADC.

A taxa de formalidade, no segundo semestre de 2013, encontrava-se em 52%. Observa-se que para esta variável houve dois padrões distintos em relação ao território: as regiões Norte e Nordeste apresentavam taxa de 39% e 40%, respectivamente, ou seja, abaixo da média nacional; já as demais regiões encontravam-se com taxa superior à média nacional, com destaque para as regiões Sul (59%) e Sudeste (61%).

A desigualdade de rendimento entre homens e mulheres foi mensurada comparando o rendimento médio real feminino em relação ao masculino, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE). A participação feminina no rendimento masculino, em 2013, foi de 85,72%. Em relação à regionalização, o destaque positivo é para as regiões Norte (87,76%) e Nordeste (88,82%), onde a desigualdade é menor que a média nacional; as regiões Sul (83,74%), Sudeste (84,05%) e Centro-Oeste (85,71%) ficaram um pouco abaixo da média nacional. Houve uma evolução da participação do rendimento feminino em relação ao rendimento masculino nas regiões Norte (87,18%, em 2012, e 87,76%, em 2013) e Sul (83,51%, em 2012, e 83,74%, em 2013).

A desigualdade de rendimento de negros e brancos foi mensurada a partir da participação do rendimento do trabalhador negro em relação ao rendimento do trabalhador branco, segundo dados do CAGED/MTE. Em 2013, a participação do rendimento negro em relação branco estava em 83,8%, o que representa uma evolução de 1,2% em relação participação em 2009 (82,8%).

De acordo com dados da PNADC, 31% dos empregados domésticos tinham carteira assinada, no segundo semestre de 2013. A região Sul, com 46%, é a que apresenta maior taxa de empregado doméstico com carteira assinada, seguida da região Sudeste (37%), Centro-Oeste (32%) e das regiões Nordeste e Norte, ambas com 19%. Apesar da baixa participação nestas últimas regiões, comparando com o início de 2012, houve uma evolução de 1 ponto percentual para a região Nordeste (18% para19%) e 2 pontos percentuais para a região Norte (17% para 19%).

- **Ampliar as mesas setoriais nacionais de negociação para mais 3 atividades econômicas**

Análise Situacional da Meta

As mesas setoriais nacionais de negociação são compromissos do Governo Federal para expandir a negociação de determinadas atividades econômicas. A primeira mesa setorial de negociação estabelecida foi a mesa nacional da cana-de-açúcar, que tem como objetivo aperfeiçoar as condições de trabalho na indústria da cana-de-açúcar. No período de 2012 e 2013, o Governo trabalhou fortemente na Promoção do Trabalho Decente para os Grandes Eventos, Copa do

Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos (2016), e:

- assinou o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Construção Civil, implantado em mais de 30 grandes obras, com o objetivo de aprimorar as condições de trabalho nos canteiros de obra;

- criou a Mesa Tripartite para discutir as boas práticas nas relações de trabalho na área de turismo e hotelaria, com o objetivo de estabelecer um compromisso nacional para o setor;

- coordenou a Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados - CNATRE, que aborda as relações de trabalho da categoria. Para aprofundar estudos e elaborar propostas, foi criado, no âmbito do Governo, um grupo de trabalho para aperfeiçoar os mecanismos legais de proteção social aos trabalhadores rurais assalariados, que inclui: a qualificação dos trabalhadores; o combate ao trabalho escravo e à informalidade; a prática do trabalho decente e a segurança para os trabalhadores do setor; a saúde; e a habitação;

- atendendo a solicitação das Centrais Sindicais, o Governo Federal criou a Mesa Quadripartite sobre Terceirização, com participação do Governo, empregadores, trabalhadores e membros do Parlamento, tendo como referência o PL n° 4.330/04, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Assim, com o estabelecimento das quatro mesas, a meta do PPA foi superada.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

13/02/2014

- **Analisar 100% dos processos de solicitação de Certificado de Aprovação - CA para Equipamento de Proteção Individual - EPI em até 60 dias**

Análise Situacional da Meta

O Art. 167 da CLT estabelece que os Equipamentos de Proteção Individual – EPI somente podem ser postos a venda ou utilizados se tiverem a indicação do Certificado de Aprovação – CA, que é emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nesse contexto, a Norma Regulamentadora nº 6 especificou as obrigações de empregadores, trabalhadores, fabricantes e importadores de EPI.

Nesse sentido, fabricantes e importadoras constantemente solicitam ao MTE a emissão de Certificados de Aprovação para seus EPI. Ocorre que, continuamente, o MTE busca aperfeiçoar o processo de emissão e/ou renovação de CA para que ele seja rigoroso, fazendo com que os EPI sejam eficazes em relação à proteção a que se destinam.

Em 2012 e 2013, 100% das solicitações foram analisadas em um período de até 60 dias, sendo que em grande parte do período, a análise ocorreu em tempo inferior a 30 dias.

Apesar de ter atingido a meta, uma dificuldade que tem sido encontrada no processo de aperfeiçoamento do processo é a falta de laboratórios nacionais aptos para realização de determinados ensaios e a falta de celeridade no processo de elaboração dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade – RAC que é realizado em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

- **Analisar 10.800 acidentes de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram analisados 2.489 acidentes de trabalho, totalizando 4.391 acidentes analisados no período do PPA. No

sentido de alavancar esta atividade, foram realizados dois operativos nacionais, o que resultou numa melhora significativa do desempenho. Por se tratar de atividade bastante peculiar, que exige treinamento específico, metodologia própria e maior tempo para realização de cada ação, o impacto da aposentadoria de servidores experientes é muito significativo. Outro gargalo é a capacitação e/ou treinamento de novos auditores fiscais para essa atividade.

Quantidade alcançada

4.391

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.107	unidade	356	31/12/2013
Região Nordeste	2.166	unidade	962	31/12/2013
Região Norte	782	unidade	427	31/12/2013
Região Sudeste	5.201	unidade	2.005	31/12/2013
Região Sul	1.544	unidade	641	31/12/2013

- **Consolidar a Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD) e o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), institucionalizando a Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi realizada a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD), que contou com participação quatripartite e 17 áreas de governo sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A Conferência teve como objetivo a promoção de um amplo debate sobre as políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD) de 2010.

Em agosto de 2013, foi aprovado e publicado o relatório final da I CNETD. Durante este mesmo ano, foram realizadas reuniões dos subcomitês de igualdade de gênero, da juventude, de igualdade racial e de pessoas com deficiência.

Em 28 de agosto de 2013, realizou-se a IV Reunião do Comitê Interministerial Executivo (CEI) que contou com a presença dos ministros do Trabalho e Emprego, do Meio Ambiente, da Previdência Social, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Secretaria de Direitos Humanos. Houve a apresentação de dados do relatório final da CNETD e do monitoramento do PNETD, além da criação de Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente nos Grandes Eventos e de apresentação do plano de ação de continuidade do processo de implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD).

Em 26 de setembro de 2013, integrantes do Comitê Executivo Interministerial e representantes dos Ministérios do Esporte e do Turismo ratificaram a proposta de criação do Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente nos Grandes Eventos. O objetivo do grupo será coordenar e desenvolver políticas públicas relacionadas a trabalho, emprego e proteção social, de modo a assegurar que o conceito de trabalho decente seja considerado como um elemento central no processo de construção das grandes obras e na realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

O Subcomitê de Grandes Eventos iniciou, em dezembro de 2013, a realização de Oficinas de Trabalho Decente nas cidades que sediarão a Copa do Mundo de Futebol em 2014. O objetivo é que os atores, de forma conjunta, possam identificar as principais demandas locais – detectar problemas; elencar desafios; e apontar saídas, potencializando ou definindo ações a serem desenvolvidas no período que antecede a Copa do Mundo, considerando as ações e resultados previstos no PNETD, de modo a assegurar um legado social positivo para o nosso País.

No último trimestre de 2013, foram realizados cinco seminários de promoção de Política Nacional de Emprego e

Trabalho Decente, um em cada macrorregião do Brasil (Brasília, Curitiba, São Paulo, Salvador e Manaus). Vale ressaltar que os seminários tiveram composição tripartite, com participação da bancada do governo, dos empregadores e dos trabalhadores. Estes seminários representaram uma continuação dos trabalhos iniciados com a I CNETD, visando apresentar ao público o Relatório Final da I CNETD, o Exercício de Monitoramento do PNETD, além de retomar os debates já iniciados no âmbito do MTE sobre a criação de um Sistema Único de Emprego e Trabalho Decente e lançar a Campanha Nacional de Promoção do Trabalho Decente em Grandes Eventos.

Em dezembro de 2013, realizaram-se reuniões do Grupo de Trabalho Tripartite e do Subcomitê de Assessoramento Técnico, instâncias operacionais de trabalho da Agenda Nacional de Emprego e Trabalho Decente, em que se acordou para 2014 pela revisão do PNETD, considerando principalmente: os resultados do Exercício de Monitoramento; as resoluções da I CNETD, notadamente a proposta de criação do Sistema Único de Emprego e Trabalho Decente (SUETD); as Mesas Setoriais de Negociação Permanente (Construção Pesada; Turismo e Hotelaria); e as ações emanadas das oficinas sobre a promoção do trabalho decente nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014. Destacou-se também a necessidade da revisão de alguns indicadores e metas do PNETD, visando superar as dificuldades identificadas no Exercício de Monitoramento da primeira fase do Plano e que as fases seguintes do PNETD possam refletir os objetivos da Agenda de Desenvolvimento pós 2015.

- **Elaborar e encaminhar norma/regulamento sobre práticas antissindicais e trabalho temporário**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a discussão para elaboração de minuta de anteprojeto de lei sobre atos antissindicais foi retomada e está em discussão no âmbito da Câmara Bipartite - Governo e Trabalhadores, do Conselho de Relações do Trabalho (CRT). Finalizadas as discussões entre governo e trabalhadores, o projeto será levado à apreciação da bancada de empregadores do CRT, formada pelas confederações patronais. Em seguida, finalizadas as discussões no CRT, a proposta será encaminhada ao Ministro do Trabalho e Emprego para apreciação e encaminhamentos.

O MTE dispõe do Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário – SIRETT, o qual acolhe os pedidos de celebração de contrato de trabalho temporário, assim como de prorrogações que ultrapassam o limite legal inicialmente previsto na Lei 6.019/74. Tendo como preceitos fundamentais a celeridade de procedimentos, a redução de incidência de fraudes e melhor otimização na tramitação dos processos, o MTE discute estratégias para a modernização dos procedimentos existentes. Para tanto, está em processo de finalização a Portaria regulamentando a prestação das informações referentes a contratos de trabalho

- **Elaborar ou aperfeiçoar 16 regulamentos de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

As Normas Regulamentadoras – NR de segurança e saúde no trabalho são de observância obrigatória em todos os locais de trabalho e têm por objetivo estabelecer obrigações quanto à adoção de medidas que garantam trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho. A construção desses regulamentos é realizada pelo MTE adotando o sistema tripartite paritário (governo, trabalhadores e empregadores), que melhor atende às expectativas dos dois polos da relação de emprego, acompanhando de forma mais dinâmica a evolução das relações e processos de trabalho.

Em 2012 e 2013, foram elaboradas e/ou aperfeiçoadas 16 Normas Regulamentadoras, sendo 6 em 2012 e 10 em 2013. Dentre as publicações ocorridas em 2013, merece destaque a nova NR-36, que disciplina as condições de Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados, e a aprovação do Anexo III (Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades

profissionais de segurança pessoal ou patrimonial) da NR-16 - Atividades e operações perigosas, que regulamentou o inciso II do Art. 193 da CLT, cuja redação foi aprovada pela Lei n° 12740, de 8 de dezembro de 2012.

Apesar de já ter atingido a meta do PPA 2012-2015, estão em andamento diversos trabalhos de revisão de NR com o intuito de ter um conjunto normativo harmônico e atualizado, que induza, a partir do seu cumprimento, uma redução significativa na quantidade de acidentes e doenças ocupacionais, o que trará benefícios para trabalhadores, empregadores e governo, especialmente com a redução dos custos previdenciários.

Dentre diversos trabalhos que estão em andamento, merecem destaque: a elaboração da NR sobre Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho e da NR sobre Plataformas de Petróleo; e a revisão geral das NR nº 13 – Caldeiras e Vasos de Pressão, NR nº 15 – Atividades e Operações Insalubres, NR nº 18 – Indústria da Construção e NR nº 24 – Condições Sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2013

- **Finalizar 85% das mediações coletivas com acordo**

Análise Situacional da Meta

Entre 2012 e 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou aproximadamente 22.000 mediações de conflito trabalhista, com acordo firmado entre as partes em 88% dos casos, beneficiando cerca de 27.000.000 de trabalhadores. O MTE reestruturou o Sistema Mediador, atualizando a sua plataforma de desenvolvimento e criando o Módulo II do sistema, que acompanhará, a partir de 2014, os pedidos de mediação de conflitos em relações trabalhistas em todo o País, subsidiando as ações para democratização e avanços nas relações de trabalho.

Quantidade alcançada

88

Data de Referência

13/02/2014

- **Fiscalizar 1.183.000 empregadores urbanos, portuários e aquaviários com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS**

Análise Situacional da Meta

Em relação à meta de empregadores urbanos, portuários e aquaviários fiscalizados, com obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS, no acumulado de 2012 e 2013, foi alcançado um percentual de 43,87% da meta total. Embora não se tenha atingido 50% da meta, deve-se ressaltar que no ano de 2013 houve um incremento de, aproximadamente, 2,46% no número de empregadores fiscalizados, em relação ao ano de 2012.

Em 2013, verificou-se um acréscimo de, aproximadamente, 42,49 % no valor de FGTS notificado ou recolhido na ação fiscal, em relação ao ano de 2012. O montante arrecadado ou notificado, no ano de 2013, superou os 2,3 bilhões de reais. Outro dado importante é o número de trabalhadores alcançados nas fiscalizações que, em 2013, atingiu 38.852.952 trabalhadores, o que corresponde a um incremento de 9,42 % em relação ao ano anterior.

Quantidade alcançada

518.993

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97.500	unidade	48.893	31/12/2013

Região Nordeste	301.900	unidade	112.344	31/12/2013
Região Norte	75.000	unidade	43.302	31/12/2013
Região Sudeste	499.600	unidade	230.915	31/12/2013
Região Sul	209.000	unidade	83.539	31/12/2013

- **Fiscalizar 500 empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador**

Análise Situacional da Meta

O objetivo do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é estimular o fornecimento, por parte do empregador, de alimentação nutricionalmente adequada aos trabalhadores, mediante a concessão de incentivos fiscais, com consequente melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores de baixa renda, com impactos socioeconômicos positivos. Em 2013, o programa beneficiou 17.413.081 trabalhadores, representado um incremento próximo de 8,5 % em relação a 2012. A inspeção das empresas beneficiadas procura verificar o cumprimento dos requisitos do Programa, em especial o fornecimento de refeições adequadas. Nos dois primeiros anos do PPA foram inspecionadas 276 empresas (55,20%).

Quantidade alcançada

276

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	70	unidade	24	31/12/2013
Região Nordeste	70	unidade	120	31/12/2013
Região Norte	30	unidade	6	31/12/2013
Região Sudeste	230	unidade	53	31/12/2013
Região Sul	100	unidade	73	31/12/2013

- **Fiscalizar 58.000 empregadores rurais com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**

Análise Situacional da Meta

Em relação à meta de empregadores rurais fiscalizados com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS, ocorreu uma leve redução no ano de 2013, em relação a 2012. Mais precisamente, ocorreram 201 ações fiscais a menos. Entretanto, no acumulado, foi alcançado um percentual de 43,4 % da meta total. Tendo em vista que a distribuição das metas ao longo dos anos não é linear, tal resultado encontra-se dentro do previsto, visto que as metas aumentam ao longo do período quadrienal.

Em relação ao FGTS arrecadado ou notificado, nas fiscalizações rurais, houve um acréscimo de 17,22 % em 2013, com relação ao ano anterior. O montante atingido superou os 68 milhões de reais, incluindo o valor da contribuição social. A quantidade de trabalhadores alcançados nas fiscalizações rurais, em 2013, também foi acrescida de 2,82 % em relação ao ano de 2012.

Quantidade alcançada

25.171

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	9.280	unidade	4.180	31/12/2013
Região Nordeste	15.020	unidade	6.694	31/12/2013
Região Norte	3.590	unidade	1.971	31/12/2013
Região Sudeste	23.820	unidade	8.921	31/12/2013
Região Sul	6.290	unidade	3.405	31/12/2013

- **Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Considerando as dificuldades detectadas e/ou relatadas pelas empresas fiscalizadas à auditoria-fiscal do trabalho, tais como baixa qualificação profissional da mão de obra; dificuldade de encontrar os trabalhadores com deficiência, entre outras, em 2012, o Ministério do Trabalho e Emprego regulamentou, por meio da Instrução Normativa nº 98, o procedimento especial para a fiscalização da cota legal. Essa regulamentação permitirá uma maior adequação das práticas da fiscalização com a realidade do mercado de trabalho, garantindo maior prazo para a consecução total da cota para as empresas que se comprometam, em um determinado prazo, a qualificar, a adequar seus espaços e equipamentos, visando a inclusão efetiva das pessoas com deficiência. E, também, vem articulando uma maior divulgação do Sistema Nacional de Emprego – SINE, como instrumento público de intermediação de toda a mão de obra nacional.

No biênio 2012/2013, foram inseridas 76.317 pessoas com deficiência. Em 2013, foram 40.897 pessoas com deficiência inseridas, por meio da ação direta de fiscalização.

Cabe ressaltar que a meta nacional de inserção de pessoas com deficiência determinada para a fiscalização do trabalho foi distribuída pelos estados, considerando-se o potencial de vagas reservadas às pessoas com deficiência em cada estado, de acordo com a situação geográfica da matriz das empresas com 100 ou mais empregados, obrigadas a reservar um percentual de seus cargos, em razão do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

Regionalmente, o melhor desempenho deu-se na Região Norte, responsável por 2% da meta nacional estabelecida. A meta prevista era de 2.759 inserções, e foram inseridas 4.032 pessoas com deficiência, 146% da meta prevista. O destaque maior é para o ano de 2013, quando a meta foi superada em 155% (meta de 1.304, inseridos 2.026).

Em segundo lugar vem a Região Nordeste, com 149% da meta estabelecida para o biênio, região responsável por 13% da meta nacional. Em 2012, foram 6.031 inserções; em 2013, 7.696. Todos os seus nove estados atingiram ou superaram a meta do biênio.

Em terceiro lugar temos a Região Sul com 123%, responsável por 14% da meta nacional, sendo 6.251 inserções em2012, e 7.360 em 2013. Com destaque para o Estado do Rio Grande do Sul, único estado na região que superou a meta estabelecida e proporcionou à região superar a meta do biênio.

Em quarto lugar vem a Região Centro Oeste com 113%, responsável por 7% da meta nacional. Em 2012, foram 3.205 inserções e 3.068 em 2013. O único estado que não cumpriu a meta para o biênio foi o Mato Grosso do Sul, em especial no ano de 2013. Isso se deu, entre outros motivos, em razão da troca de coordenação do projeto no estado.

Em último lugar, vem a Região Sudeste com 83% da meta prevista. Em 2012, foram 17.657 inserções e, em 2013, 20.747, fazendo um total de 38.404 inserções. O Espírito Santo e Minas Gerais superaram a meta prevista, o mesmo não ocorrendo com São Paulo e Rio de Janeiro. Há que se destacar que a Região Sudeste é responsável por 62% da meta nacional, em razão do grande potencial de contração existente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, motivo que consideramos relevante para a não consecução da meta.

Quantidade alcançada

76.317

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.838	unidade	6.273	31/12/2013
Região Nordeste	20.588	unidade	13.727	31/12/2013
Região Norte	5.199	unidade	4.032	31/12/2013
Região Sudeste	99.510	unidade	38.404	31/12/2013
Região Sul	23.865	unidade	13.881	31/12/2013

- **Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a meta foi superada em mais de 17%, foram inseridos 140.900 aprendizes, sendo que a meta era de 120.000. Já em 2013, houve a inserção de 160.256 aprendizes. Deste modo, os resultados alcançados no período 2012-2013 totalizam 301.156 aprendizes inseridos, o que traduz o cumprimento de 46,75% da meta do quadriênio, atendendo o que foi previsto no planejamento plurianual. A expectativa é de que os resultados esperados para o biênio restante sejam plenamente alcançados.

Quantidade alcançada

301.156

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	77.299	unidade	28.500	31/12/2013
Região Nordeste	118.203	unidade	55.481	31/12/2013
Região Norte	49.278	unidade	20.965	31/12/2013
Região Sudeste	312.418	unidade	150.416	31/12/2013
Região Sul	86.962	unidade	45.794	31/12/2013

- **Realizar 120 operações de auditoria de obras de infraestrutura**

Análise Situacional da Meta

A execução dessa meta tem sido alcançada por intermédio do GMAI, Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura. Foram realizadas 55 operações em 2013, das quais 11 em obras de usinas hidrelétricas, duas em estádios de futebol, três em fábricas de celulose, além de ferrovias, rodovias e outras obras, superando a meta para o ano. Em 2012, foram realizadas 43 operações, totalizando 98 operações (81% da meta) para o biênio. O grupo vem acumulando experiências e teve oportunidade de acompanhar diferentes fases de grandes obras, colaborando efetivamente na prevenção de acidentes nessas frentes de trabalho complexas e de elevado risco.

Quantidade alcançada

98

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	21	unidade	29	31/12/2013
Região Nordeste	32	unidade	15	31/12/2013
Região Norte	38	unidade	40	31/12/2013
Região Sudeste	16	unidade	11	31/12/2013
Região Sul	13	unidade	3	31/12/2013

- **Realizar 500.000 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

A atividade de inspeção em segurança e saúde vem aprimorando sua atuação, procurando aperfeiçoar a metodologia de planejamento, com priorização de ações nas atividades e estabelecimentos com maiores taxas de acidentes e adoecimento relacionados ao trabalho. Em 2013, foram realizadas 143.263 ações, totalizando 297.624 ações fiscais no

período do PPA. Nos anos de 2012 e 2013, foram realizados treinamentos de auditores-fiscais do trabalho em normas estratégicas, como as que regulam os trabalhos com eletricidade, máquinas e equipamentos e construção civil, ainda no intuito de qualificar as ações, alcançando maior efetividade na prevenção de acidentes e doenças.

Quantidade alcançada

297.624

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	35.000	unidade	29.871	31/12/2013
Região Nordeste	100.000	unidade	69.537	31/12/2013
Região Norte	35.000	unidade	28.654	31/12/2013
Região Sudeste	250.000	unidade	126.236	31/12/2013
Região Sul	80.000	unidade	43.326	31/12/2013

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cobertura das equipes de agentes comunitários	%	01/01/2010	63,17	31/12/2013	64,7
Cobertura das equipes de saúde bucal	%	01/01/2010	34,3	31/12/2013	38
Cobertura das equipes de saúde da família	%	01/01/2010	52,75	31/12/2013	56,4
Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular -Aqui tem farmácia popular-	unidade	01/01/2010	2.467	31/12/2013	4.119
Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	01/01/2010	33	31/12/2013	51,7
Cobertura vacinal contra gripe	%	01/01/2010	82,77	31/12/2013	87,96
Coeficiente de prevalência de hanseníase	1/10.000	21/12/2011	1,54	31/12/2013	1,3
Esperança de vida ao nascer	ano	01/01/2008	73	31/12/2012	74,5
Incidência de Sífilis Congênita	unidade	31/12/2009	5.093	31/12/2012	11.314
Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)	%	01/01/2010	60	31/12/2013	65,86
Índice de estruturação de redes de urgência e emergência	%	01/01/2010	44	31/12/2013	110
Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP)	%	01/01/2010	88	31/12/2013	84,5
Índice de Municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	31/12/2010	0	31/12/2013	63
Índice de realização de transplantes	1/1.000.000	01/01/2010	122,7	31/12/2013	120,5
Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)	%	31/12/2011	67,95	31/12/2013	76,1
Índice parasitário anual (IPA) da malária	1/1.000	01/01/2008	18,7	31/12/2013	7,12
Número de Academias da Saúde implantadas	unidade	01/01/2010	0	31/12/2013	305
Razão de mortalidade materna	1/100.000	31/12/2009	72	31/12/2011	64,8
Regiões de Saúde com Contratos Organizativos de Ação Pública - COAP assinado	%	01/01/2010	0	31/12/2013	5,5
Taxa de incidência de Aids	1/100.000	31/12/2009	20,6	31/12/2012	20,2
Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	31/12/2009	38,07	31/12/2012	36
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	01/01/2007	84	31/12/2011	94,4
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2009	16,8	31/12/2011	15,3
Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	01/01/2007	11	31/12/2011	8,1
Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	01/01/2007	3,3	31/12/2011	2,5

Plano Mais Brasil

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	01/01/2007	162,9	31/12/2011	174,2
Taxa de prevalência de excesso de peso	%	01/01/2003	42,7	31/12/2012	50,6
Taxa incidência de dengue	1/100.000	01/01/2009	293,35	31/12/2013	741,3

Observações:

Cobertura das equipes de saúde da família - Os dados da SAGE/MS trazem a apuração até novembro/2013.

Cobertura do Programa Saúde na Escola - Fonte: Censo Escolar/MEC e Portal do Gestor/DAB. Selecionando no Censo Escolar 2012 (usado como base para o PSE em 2013) apenas as escolas de administração municipal e estadual em funcionamento, temos 155.471 estabelecimentos. Aderiram ao PSE, em 2013, 80.386.

Cobertura vacinal contra gripe - Fonte: SI-PNI (http://pni.datasus.gov.br/consulta_influenza_13_selecao.asp). Refere-se à campanha de vacinação. Dado apurado em 01/08/2013.

Coeficiente de prevalência de hanseníase - Fonte: SINAN/SVS. Ano de referência: 2013. Dado apurado em 16/01/2014.

Esperança de vida ao nascer - Dados obtidos em Indicadores de Dados Básicos - IDB2012/DATASUS.

Incidência de Sífilis Congênita - Dados obtidos no IDB2012/DATASUS. Valor apurado em novembro/2013. Ano de referência: 2012. Houve crescimento da notificação no período.

Índice de estruturação de redes de urgência e emergência - RUE/DAHU/SAS/MS. Até 2013 foram publicados 22 Planos de Ação Regional da RUE.

Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP) - Fórmula de Cálculo: Número de: (CAPS I x 0,5) + (número de CAPS II) + (número de CAPS III x 1,5) + (número de CAPSi) + (número de CAPSad) dividido pelo número pretendido de CAPS habilitados, multiplicado 100 mil.

Índice de Municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano - Dados preliminares.

Índice de realização de transplantes - A redução do índice deve-se à diminuição da demanda por transplante de córnea, com a efetiva redução das listas de espera em algumas unidades da federação. Essa queda dos transplantes de córnea vai impactar o número global de transplantes realizados nos próximos anos.

Nº transplantes 2013 = 22.991;

População censitária utilizada foi a de 190.755.799 (Censo IBGE 2010).

Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) - CGPL/SPO/MS: O denominador foi ajustado de acordo com a revisão do PPA, ou seja, com expectativa de 1.298 CEO implantados até 2015. Fórmula de cálculo: 988/1298 x 100.

Índice parasitário anual (IPA) da malária - Ano de referência: 2013. Dados parciais de 08/11/2013.

Número de Academias da Saúde implantadas - Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS). Os dados levam em consideração as academias que recebem recursos para seu funcionamento.

Razão de mortalidade materna - Dados obtidos no IDB2012/DATASUS.

Não foram utilizados dados de 2012 para taxas de mortalidade porque ainda são preliminares.

Taxa de incidência de Aids - Fonte: Boletim Epidemiológico Aids e DST*; IDB/DATASUS. As informações para 2013 serão disponibilizadas ao final de 2014.

*Ano II - nº 1 - até semana epidemiológica 26ª - dezembro de 2013.

Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas - Dados obtidos no IDB2012/DATASUS.

Taxa de mortalidade infantil - Dados obtidos no IDB2012/DATASUS.

Taxa de mortalidade neonatal tardia - IDB2012/DATASUS.

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório - IDB2012/DATASUS.

Taxa de prevalência de excesso de peso - IDB2012/DATASUS.

Taxa incidência de dengue - Dados da Semana Epidemiológica 52 (30/12/2012 a 28/12/2013).

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, 0 Ministério da Saúde buscou a adequação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da

infraestrutura física da oferta de saúde, com destaque para a sanção da Lei nº 12.871/2013, que criou o Programa Mais Médicos.

O Programa prevê a expansão de vagas de graduação nos cursos de medicina, mais investimentos em hospitais e unidades de saúde, o aprimoramento da formação médica no País e a ampliação da inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população, principalmente nas regiões onde há escassez e ausência destes profissionais.

O Programa Mais Médicos contribui para diminuir a carência de médicos nas regiões prioritárias para o SUS, que incluem municípios com alto percentual de população em situação de extrema pobreza, municípios do grupo G100 (municípios populosos com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica) e municípios com alto percentual de população usuária do SUS. Desse modo, busca-se reduzir as desigualdades regionais na área da saúde e fortalecer a prestação de serviços na atenção básica em saúde no País.

Até o final de 2013, o Programa contou com 6.658 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, em atividade nas regiões mais carentes do País, diante das 12.996 vagas solicitadas pelos municípios. O atendimento realizado por esses profissionais distribuídos no interior e nas periferias de grandes cidades beneficia mais de 23,8 milhões de brasileiros. Com a edição da referida Lei, foram criadas 1.575 novas vagas em cursos de graduação de Medicina, sendo 702 em instituições públicas e 873 em instituições privadas, bem como a pré-seleção de 49 municípios para instalação de cursos de Medicina privados, com previsão de oferta de mais 3,5 mil vagas e início de funcionamento em 2015.

A Estratégia de Saúde da Família atualmente apresenta uma cobertura de 56,37% da população brasileira, contando com 34.715 equipes atuando em 5.346 municípios brasileiros. Do total de equipes de saúde da família implantadas, 1.109 foram implantadas em 2012 e 1.311 em 2013. Ainda neste ano, foram implantadas 947 Equipes de Saúde Bucal e 487 Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), há hoje 257.936 ACS contratados, representando uma cobertura de 64,74% da população brasileira.

Os novos critérios de repasse do Piso da Atenção Básica Fixo (PAB-Fixo) – os quais consideram o percentual da população em extrema pobreza, a densidade demográfica, o PIB, a quantidade de pessoas beneficiárias do Bolsa Família, dentre outras variáveis – proporcionaram um crescimento de 27,7% no valor mínimo (de R$ 18 hab/ano em 2010 para R$ 23 hab/ano em 2013) e de 55,5% no valor máximo repassado por habitante.

Visando à ampliação do acesso e da melhoria da qualidade, estabelecendo um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, bem como a melhora do atendimento das equipes de atenção básica, o Ministério da Saúde iniciou uma avaliação in loco do trabalho das equipes de atenção básica (EAB) que atendem municípios brasileiros, por meio do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). Em 2013, o Programa alcançou 30.522 Equipes de Saúde da Família, 19.946 Equipes de Saúde Bucal, 1.813 Núcleos de Apoio à Saúde da Família e 860 Centros de Especialidades Odontológicas contratualizados em 2013, presentes em 5.077 Municípios.

O Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, apresenta atualmente uma cobertura de 15,1% da população brasileira. Desde o início da implantação, em abril de 2012, até dezembro de 2013, foram implantadas 445 Equipes de Atenção Domiciliar, sendo 294 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 151 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP). No mesmo período, foram habilitadas 1.205 equipes, sendo 805 EMAD e 400 EMAP. Além disso, foram realizadas ações de qualificação da Atenção Domiciliar: a publicação dos Cadernos de Atenção Domiciliar e o Curso Multicêntrico de Atenção Domiciliar, com vistas a ampliar o atendimento no âmbito do SUS. Em maio de 2013, o Ministério da Saúde ampliou a atuação das equipes de Atenção Domiciliar e universalizou a possibilidade de adesão pelos municípios e estados ao Melhor em Casa.

O Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (Requalifica UBS), instituído com o objetivo principal de prover infraestrutura adequada às equipes de atenção básica, beneficiou 5.095 municípios em todo Brasil até o ano de 2013, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS. Até 2012, foram habilitadas 5.483 propostas para reforma, 5.674 propostas de ampliação (5.458 via PAC) e 4.604 propostas de construção de UBS (2.105 via PAC). Do total das 15.761 propostas aprovadas até 2012, 7.617 UBS estavam em obras em fevereiro de 2014, estando concluídas 2.598 obras de reforma, 1.258 obras de ampliação e 1.493 obras de construção.

Plano Mais Brasil

Já em 2013, foram habilitadas 2.832 propostas de ampliação de UBS (2.771 via PAC) em 1.365 municípios, e 2.866 propostas de reforma de UBS em 1.327 municípios, totalizando a habilitação de 5.698 propostas, considerando emendas parlamentares. Somado às 5.674 habilitações de ampliação de UBS e às 5.483 propostas para reforma habilitadas até 2012, foram 16.855 UBS habilitadas em ampliação e reforma no período. Deste total, 3.912 obras estão concluídas: 1.260 ampliações e 2.652 reformas.

Quanto à construção de novas UBS, em 2013 foram aprovadas 5.517 propostas (5.318 via PAC) de 2.641 municípios. Destas, 954 estão em obras. Considerando as 4.604 propostas aprovadas até 2012, havia um total de 10.121 propostas de construção habilitadas até 2013, em 3.838 municípios, das quais 3.158 estavam em obras e 1.493 concluídas até fevereiro de 2014.

Com relação à Saúde Bucal, em 2013 foram implantados 44 Centros de Especialidades Odontológicas, totalizando 988 CEOs. Nesta área, destaca-se ainda a produção de aproximadamente 462 mil próteses dentárias até outubro de 2013, um acréscimo de 13% se comparado ao mesmo período de 2012.

Em relação à atenção especializada, foi expandido o número de procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, lançada em 2013. Foram realizados mais de 1,5 milhão de procedimentos cirúrgicos eletivos, sendo 513.974 cirurgias de catarata, além de outras diversas especialidades, incluindo ortopedia, otorrinolaringologia, urologia, vascular e oftalmologia.

Destaca-se o crescimento do Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o consequente incremento na identificação de doadores de medula óssea. No ano, o Redome contou com mais de 3,2 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o terceiro maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Cerca de 77% dos doadores são identificados dentro do Brasil. Ao final de 2013, foram totalizados 22.991 transplantes realizados. Também em 2013, pela primeira vez, o Brasil zerou a fila de espera por transplante de córnea em sete UF (AC, PE, PR, SP, RS, MG e DF).

Em 2013, foi assegurada a disponibilidade de 3,98 UI/per capita de concentrado de fator VIII plasmático. O fator IX, para hemofilia do tipo B, teve a disponibilização de 0,62 UI/per capita. Houve também ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a estes pacientes.

Além disso, foram disponibilizadas recomendações para profilaxia secundária de curta e longa duração. Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado (Baxter), com objetivos de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, de minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e de disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante.

A Lei Nº 12.732/12 fixou o prazo de até 60 dias para o início do tratamento de neoplasias malignas pelo SUS, contado a partir do diagnóstico da doença. O primeiro tratamento no SUS será considerado efetivo mediante a realização de quimioterapia, radioterapia, cirurgia ou cuidado paliativo, conforme a necessidade do paciente, atestada na prescrição do médico.

Também em 2013, foi instituída a nova Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, que tem por objetivo a redução da mortalidade e da incapacidade causadas por esta doença e ainda a possibilidade de diminuir a incidência de alguns tipos de câncer, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários com câncer, por meio de ações de promoção, prevenção, detecção precoce, tratamento oportuno e cuidados paliativos.

Metas 2012-2015

- **Alocar 13,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.**

  Análise Situacional da Meta

  Até o final de 2013, o Programa contou com 6.658 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, em atividade nas regiões mais carentes do País. Vale ressaltar que em 2013 foram executadas 3 edições do Módulo de Acolhimento e Avaliação para 5.839 médicos intercambistas, bem como foram implantados os procedimentos para tutoria acadêmica e

supervisão da prática médica na modalidade integração ensino-serviço de 3.678 médicos brasileiros e intercambistas participantes.

Quantidade alcançada

6.658

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliação do tratamento do câncer, com incremento de 25% das cirurgias oncológicas e de 5% dos procedimentos quimioterápicos no Brasil, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas 248.723 cirurgias oncológicas, 2.504.461 procedimentos quimioterápicos e 9.549.898 procedimentos radioterápicos. Em 2013, foram realizadas 249.914 cirurgias oncológicas, 2.676.019 procedimentos quimioterápicos e 10.101.597 procedimentos radioterápicos. Ressalta-se que os dados de 2013 podem sofrer alterações até 31 de junho de 2014.

- **Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS), priorizando 5.000 unidades na Região Nordeste.**

Análise Situacional da Meta

Somente no ano de 2013, foram habilitadas 2.832 propostas de ampliação de UBS (2.771 via PAC) em 1.365 municípios, e 2.866 propostas de reforma de UBS em 1.327 municípios, totalizando, entre reforma e ampliação, a habilitação de 5.698 propostas, considerando emendas parlamentares. Somado às 5.674 habilitações de ampliação de UBS e às 5.483 propostas para reforma habilitadas até 2012, no acumulado, foram 16.855 UBS habilitadas em ampliação e reforma no período. Deste total, 3.912 obras estão concluídas: 1.260 ampliações e 2.652 reformas. Especificamente em relação à região Nordeste, até 2013 foram aprovadas 3.965 propostas para ampliação de UBS em 1.264 municípios e 3.224 propostas para reforma de UBS de 928 municípios, totalizando 7.189 propostas habilitadas. Deste total, 1.690 obras estão concluídas: 584 ampliações e 1.106 reformas.

Quantidade alcançada

16.855

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Ao final de 2013, foi registrado um total de 257.936 ACS, ampliando-se o número atingido em 2012 (257.265).

Quantidade alcançada

257.936

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram contratadas 947 Equipes de Saúde Bucal, perfazendo um total de 23.150 Equipes no Brasil, o que corresponde a 38% de cobertura populacional.

Quantidade alcançada

23.150

Data de Referência

31/12/2013

Plano Mais Brasil

- **Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram implantadas 1.311 Equipes de Saúde da Família, totalizando 34.715 equipes em todo o Brasil, o que representa uma cobertura de 56,37% da população do País.

Quantidade alcançada

34.715

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram totalizados 22.991 transplantes realizados. Houve um aumento no número de transplantes de órgãos sólidos. No entanto, ressalta-se que a diminuição do número global de transplantes deve-se à diminuição da demanda por transplante de córnea, tendo sido zerada a lista de espera em sete UF (AC, PE, PR, SP, RS, MG e DF). Essa queda dos transplantes de córnea vai impactar o número total de transplantes realizados nos próximos anos.

Quantidade alcançada

22.991

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi realizado o Fórum “Enfrentando o racismo institucional para promover a saúde integral da população negra no SUS” que reuniu gestores em saúde e representantes do movimento social. No momento, a UNA-SUS está produzindo Módulos para atender à Política de Promoção de Equidades e políticas para população em situação de vulnerabilidade. Os módulos serão ofertados no Curso de Especialização em Saúde da Família para os profissionais do PROVAB.

- **Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram capacitados 1.209 profissionais, dos quais 499 realizaram o Curso de Especialização em Regulação e 710 foram capacitados para operacionalizar o Sistema Nacional de Regulação - SISREG no módulo ambulatorial, internação. Em 2012 foram capacitados 1.225 profissionais em regulação, perfazendo um total de 2.434 profissionais capacitados entre 2012 e 2013.

Quantidade alcançada

2.434

Data de Referência

31/12/2013

- **Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada a demolição das edificações existentes na área cedida ao INCA para construção do Campus. Também já foi expedida Ordem de Serviço à empresa contratada para execução de serviços preparatórios e de mobilização para o início da construção. A Lei Complementar n° 130, publicada no Diário Oficial em 04/12/2013, viabilizou a execução da obra.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi assegurada a disponibilidade de 3,98 UI per capita de fator VIII. O fator IX, para hemofilia do tipo B, teve a disponibilização de 0,62 UI/per capita.

- **Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Desde o início da implantação, em abril de 2012, até dezembro de 2013, foram implantadas 445 Equipes de Atenção Domiciliar, sendo 294 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 151 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP). No mesmo período, foram habilitadas 1.205 equipes, sendo 805 EMAD e 400 EMAP.

Quantidade alcançada

445

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 187 Centrais de Regulação.**

Análise Situacional da Meta

Até o momento foram implantadas 98 Centrais de Regulação.

Quantidade alcançada

98

Data de Referência

05/09/2013

- **Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 9 UF possuem cobertura de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ para exames citopatológicos (sendo que duas UF possuem dois laboratórios credenciados). São elas: CE (2), ES, GO, MG, MS, MT, PE, PR (2) e SP.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 3.358 unidades básicas de saúde(UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Quanto à construção de novas UBS, em 2013, foram aprovadas 5.517 propostas (5.318 via PAC) de 2.641 municípios. Destas, 954 estão em obras. Considerando as 4.604 propostas aprovadas até 2012, há um total de 10.121 propostas de construção habilitadas até 2013, em 3.838 municípios, das quais 3.158 estão em obras e 1.493 concluídas.

Quantidade alcançada

1.493

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Foram 44 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) implantados, em 2013, totalizando 988 CEOs implantados até o momento.

Quantidade alcançada

988

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias**

Análise Situacional da Meta

Meta superada em 2012 , uma vez que as 27 UF atualmente já contam com a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias implantada.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia, foi realizado pregão para possibilitar a implantação de 41 novos serviços de radioterapia em cidades que não ofertam esses serviços aos pacientes do SUS, bem como a ampliação de outros 39 serviços existentes. O projeto de compra dos equipamentos de radioterapia incluiu o compromisso de instalação de uma fábrica no Brasil e envolve o investimento de R$ 119,9 milhões. Além disso, há outras 26 propostas de expansão da radioterapia em andamento relativas ao interstício de 2010 a 2012, tendo sido 21 pagas integralmente. Em 2013, houve 18 novas propostas, 3 já pagas em sua totalidade.

- **Programa Saúde na Escola ampliado para creches e pré-escolas de 100% dos municípios que aderirem ao programa.**

Análise Situacional da Meta

O Programa Saúde na Escola é uma ação intersetorial entre as equipes de atenção básica e as escolas que pactuam territórios de responsabilidade compartilhada, havendo um total de 30.076 equipes de atenção básica envolvidas. A partir de 2013, foram incluídos no Programa creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, num total de 80,4 mil escolas e 18,7 milhões de educandos. Em todos os 4.864 municípios que aderiram ao Programa Saúde na Escola, pelo menos uma creche ou pré-escola foi selecionada.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover a adesão de 78% dos municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Aderiram, em 2013, 4.864 municípios, correspondendo a 87,3% dos municípios brasileiros, englobando um total de 80,4 mil escolas e 18,7 milhões de educandos.

Quantidade alcançada

87,3

Data de Referência

31/12/2013

- **Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.**

Análise Situacional da Meta

Esses serviços serão qualificados a partir da implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, tendo sido publicada a Portaria Interministerial nº 1, em 02/01/2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Qualificar 4 estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**

Análise Situacional da Meta

Entre 2012 e 2013, os 4 estados previstos na meta (SC, MA, PI e RN) foram qualificados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP).

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

- **Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.**

Análise Situacional da Meta

Esses serviços serão qualificados a partir da implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, tendo sido publicada a Portaria Interministerial nº 1, em 02/01/2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A Vigilância em Saúde constitui um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, visando ao planejamento e à implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, para a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde.

Este objetivo trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde das pessoas que vivem em determinadas condições de vulnerabilidade, fornecendo elementos para implementação de ações que visam à integralidade da atenção.

Um primeiro foco de atenção são as doenças transmissíveis, que têm apresentado mudanças significativas ao longo das últimas décadas, mas ainda continuam a oferecer desafios aos programas de controle e prevenção.

Em relação à dengue, no ano de 2013, detectou-se a entrada no País de um novo vírus em circulação (DEN4) e, consequentemente, a sua disseminação em áreas populosas. Ocorreu um aumento no número de casos e óbitos no ano: a notificação dos casos de dengue em 2013 foi de 6.437 casos graves, o que representa um aumento de 47% quando

comparado com o mesmo período de 2012 (4.386). No entanto, quando se compara com o mesmo período dos anos de 2010 e 2011 (anos de surto), observa-se que em 2013 houve uma redução de 63% em relação a 2010 (17.451 casos graves) e de 39% em relação a 2011 (10.545 casos graves). No que diz respeito à mortalidade por dengue, nesse período foram confirmados 649 óbitos.

Para o enfrentamento desse quadro, esforços foram realizados para reduzir o impacto da gravidade dos casos, como a capacitação dos profissionais de saúde na utilização da classificação de risco na rotina de atendimento e a oferta de apoio aos estados, disponibilizando-se insumos, como soro fisiológico, sais de reidratação oral e paracetamol para o atendimento dos pacientes. Ainda foram disponibilizados inseticidas e kits diagnósticos (testes rápidos), bem como desenvolvidas campanhas de informação e mobilização social.

A tuberculose é outro desafio colocado, com profundas raízes sociais, por estar ligada diretamente à pobreza. No sentido de combatê-la, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Brasil pactuaram uma meta que trata da ampliação do diagnóstico (para 70%) e cura (para 85%) da tuberculose. Em 2013 foi introduzido novo tratamento com quatro drogas em dose fixa combinada, conhecido como "4 em 1", elevando a eficácia e a adesão ao tratamento, e resultando na diminuição do abandono em cerca de 14%.

Quanto ao HIV/Aids, em 2013, o SUS passou a estimular o início imediato de terapia antirretroviral para todas as pessoas infectadas pelo HIV, independentemente do comprometimento das defesas do organismo. Com a adoção do tratamento como prevenção ao desenvolvimento da Aids, espera-se também reduzir a transmissão do agravo.

O coeficiente de prevalência pontual da hanseníase está em 1,30 casos por 10.000 habitantes, o que corresponde a 26.290 casos em tratamento no País. No fechamento dos dados de 2013, é possível que haja aumento do número de casos novos devido à realização de campanhas para ampliar o diagnóstico da doença.

Em relação à Hepatite C, até o quarto trimestre de 2013 foram tratados 13.662 mil portadores da doença. Foi implementada também a rede centralizada de biologia molecular para hepatite C em 43 laboratórios, sendo ao menos um em cada UF.

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe (influenza sazonal), realizada em abril e estendida até junho de 2013, alcançou 91,4% de cobertura vacinal dos grupos elegíveis e ultrapassou a meta de 80%. No caso da vacina Pentavalente, cuja finalidade é imunizar crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche, Hepatite B e meningite por Haemophilus Influenza, dados preliminares de janeiro a junho de 2013 apontam que quase metade dos municípios do País (2.727 municípios) apresentaram cobertura vacinal maior ou igual a 95%.

Houve a introdução da vacina Tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela) no Calendário Nacional de Vacinação do Programa Nacional de Imunizações, que substituiu a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças de 15 meses de idade. Houve, também, a ampliação da oferta de vacinas da hepatite B e a ampliação da faixa etária, que passou de 20 a 24 anos para 25 a 49 anos. No caso da Tríplice Viral, a faixa etária passou de 39 anos (mulheres) e 29 anos

(homens) para 49 anos (homens e mulheres).

O número de casos de malária registrado sofreu uma redução de 27% no período de janeiro a novembro de 2013 (166.864) quando comparado com o mesmo período de 2012 (227.379).

Como estratégia de promoção da saúde e redução dos fatores de risco para as doenças e condições crônicas não transmissíveis, o Programa Academia da Saúde busca ampliar o acesso da população à atividade física. De 2011 a 2013, foram habilitados 3.725 polos do Programa. Desse total, 1.108 polos encontram-se com obras iniciadas e 520 com obras concluídas.

Cabe ressaltar que a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS está sendo realizada com o objetivo de produzir novas informações sobre hábitos alimentares, tabagismo, uso de bebidas alcoólicas, atividade física e fatores associados a comportamentos não saudáveis. A pesquisa de campo foi iniciada no dia 15 de agosto de 2013. Cerca de 1.000 entrevistadores visitarão 80 mil domicílios, em 1.600 municípios em todo o país, para conhecer a saúde e o estilo de vida da população.

Por fim, acrescenta-se que foram revistas as responsabilidades federativas dos Sistemas Nacionais de Vigilância em Saúde e de Vigilância Sanitária; houve incremento do valor do Piso Fixo da Vigilância em Saúde a partir de janeiro de 2013; e foi implantado o Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde, o qual já conta com a adesão de 5.409 municípios.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 UF em 2010 para as 27 UF até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  As 27 UF realizam o teste de detecção de ácido ribonucleico (RNA) do vírus da hepatite C (HCV), sendo que em 24 delas 93% dos casos de HCV notificados foram confirmados laboratorialmente.

  Atualmente existem 43 laboratórios distribuídos no País realizando os testes de detecção do HCV-RNA, tendo sido treinados dois profissionais de cada um dos 43 laboratórios na utilização da metodologia de Reação em Cadeia da Polimerase (PCR) em tempo real.

  Foi adquirido 1,8 milhão de testes rápidos para hepatite C, e cerca de 1,1 milhão de testes rápidos anti-HCV foi distribuído. Além disso, foram distribuídos 120.926 testes para a detecção do HCV-RNA.

  Quantidade alcançada

  24

  Data de Referência

  29/12/2013

- **Ampliar a taxa de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 74,3% em 2009 para 85% até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

Plano Mais Brasil

O percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados entre janeiro e dezembro de 2012 está em 62,4% (83,2% da meta esperada). Vale salientar que esses dados são provisórios e serão revistos após ajustes da base de dados da tuberculose no SINAN.

Uma das medidas tomadas em 2013 para reverter esse quadro foi a introdução de um novo tratamento com quatro drogas em dose fixa combinada, conhecido como "4 em 1", o qual eleva a eficácia e a adesão ao tratamento, e resulta na diminuição do abandono em cerca de 14%.

Quantidade alcançada

62,4

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), foram realizadas 450.784 análises em 2013.

Quantidade alcançada

34,24

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), foram realizadas 477.371 análises em 2013.

Quantidade alcançada

33,6

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar o número de UF com 90% de investigação de óbitos com causa básica definida, passando de 20 UF em 2010 para 27 UF até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2013, 23 das 27 Unidades da Federação apresentavam ao menos 90% das investigações de óbitos com causa básica definida.

Quantidade alcançada

23

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar o número de unidades de saúde com notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, passando de 5.898 em 2011 para 12.200 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O ano de 2013 foi finalizado com 9.124 unidades de saúde notificantes, com 156.202 notificações.

Quantidade alcançada

9.124

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador, passando de 12% em 2010 para 100% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta está presente na agenda estratégica da vigilância em saúde desde 2011 e vem apresentando rápida evolução. Em 2011, 34% dos Cerest desenvolveram ações de vigilância em saúde do trabalhador nos Cerest. Em 2012 o percentual foi de 62% e, em 2013, 66,7%.

Quantidade alcançada

66,7

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar o percentual de municípios prioritários realizando notificação no SINAN dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos, passando de 30% em 2013 para 100% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, foram identificados 225 municípios prioritários para a implementação de vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicas. Destes, 33% (75 municípios) notificaram no mínimo um caso de intoxicação exógena por agrotóxicos.

Quantidade alcançada

33

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar para 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) de tetravalente/pentavalente em menores de 1 ano, em todos os anos, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

A tetravalente é uma vacina combinada do tipo injetável que imuniza crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche, meningite e outras infecções causadas pelo Haemophilus influenzae tipo b. A introdução da vacina pentavalente é uma união da vacina Tetravalente com a vacina Hepatite B. Dados preliminares de janeiro a junho de 2013 apontam que 49% dos municípios do País (2.727 municípios) apresentaram cobertura da vacina Pentavalente em menores de 01 ano maior ou igual a 95%.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas a sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

Até o primeiro semestre de 2013, foram celebrados 9 Termos de Cooperação Técnica para apoiar 9 pesquisas que visam à produção de soluções técnicas sustentáveis que serão incorporadas às ações desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde.

Também em 2013, por meio de novo edital de chamamento público, foram selecionadas quatro propostas de pesquisa, das quais três encontram-se na fase de celebração dos termos de cooperação técnica.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/08/2013

- **Apoiar e fortalecer os Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde nas 27 Unidades da Federação, considerando-se as populações vulneráveis e os índices de homicídios e agressões.**

Análise Situacional da Meta

Plano Mais Brasil

Os núcleos foram apoiados por meio de visitas de assessoramento e de capacitações de gestores estaduais da Vigilância em Saúde, nas 27 unidades da federação.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar financeiramente 30 Centrais de Rede de Frio para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Levantamento Nacional da Situação da Rede de Frio realizado em 2011 em toda a rede (composta por 27 Centrais Estaduais, 306 Centrais Regionais e 22 Centrais Municipais, totalizando 355 pontos de referência em Rede de Frio) sugeriu como prioritária, para o ano de 2012, a alocação de recursos para a aquisição de equipamentos de refrigeração. Em dezembro de 2012, foram instituídos repasses financeiros do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde Estaduais e do Distrito Federal, por meio do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, para fomento e aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio, em âmbito estadual e regional. Em 2013, foi autorizado o repasse do incentivo financeiro para 176 Centrais de Rede de Frio habilitadas.

Quantidade alcançada

176

Data de Referência

31/12/2013

- **Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram beneficiados 50 municípios. Em 2013 outro processo de seleção de municípios para complementação de ações de melhorias habitacionais para o controle da Doença de Chagas foi iniciado, estando previsto para finalizar no 1° semestre de 2014.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar as academias de saúde, chegando a 4800 academias em 2015**

Análise Situacional da Meta

De 2011 a 2013, foram habilitados 3.725 polos do Programa. Desse total, 710 pólos encontram-se em processo inicial de habilitação, 1.387 em fase preparatória, 1.108 pólos encontram-se com obras iniciadas e 520 estão concluídos.

Quantidade alcançada

3.725

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800	unidade	2.778	28/02/2014

- **Implantar a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nas 27 UF até o ano de 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde incentivou o fortalecimento da Vigilância em Saúde de populações expostas a agrotóxicos por meio da Portaria nº 2.938/2012, que autorizou o repasse de recursos específicos para este fim. 16 UF pactuaram e homologaram as suas propostas de vigilância nas CIBs, sendo este considerado o marco inicial para implantação da Vigilância em Saúde de populações expostas a agrotóxicos. As outras 11 UF já elaboraram suas propostas, sendo que 4

delas planejam apresentá-las nas CIBs.
Quantidade alcançada

16
Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar na FIOCRUZ Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres Naturais - CEPED**

Análise Situacional da Meta

O Ceped foi implantado na Escola Nacional de Saúde Pública (Campus Manguinhos/Fiocruz).
Quantidade alcançada

1
Data de Referência

31/08/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	1	31/08/2013

- **Implantar o Sistema GAL (Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial) em 50 laboratórios de referência da Fiocruz garantindo 100% de rastreabilidade das amostras em ambiente WEB**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, 18 laboratórios tiveram o sistema GAL implantado. Além destes, 11 encontram-se em processo de implantação.
Quantidade alcançada

18
Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de dengue, influenza e meningite bacteriana em todos os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em continuidade à ação estratégica de equipar os Lacen dos 26 estados da federação e do Distrito Federal para processarem exames de Influenza, Dengue e Meningite por meio da técnica de RT-PCR, a Vigilância em Saúde repassou, de acordo com a Portaria nº 2.329/2013, recursos aos Estados de AL, AP, PA, RN, RO, SE e ao DF para a compra dos equipamentos.

Atualmente 15 UF possuem Lacens que realizam a referida técnica.

Quantidade alcançada

15
Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	31/12/2013
Região Nordeste	9	unidade	4	31/12/2013
Região Norte	7	unidade	2	31/12/2013
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2013
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2013

- **Introduzir a vacina DTPa no calendário nacional de vacinação da gestante, ampliando a cobertura vacinal para 95% até 2015.**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

O MS tornou pública em 2013 a decisão de incorporar a vacina adsorvida contra difteria, tétano e pertussis (acelular) - dTpa - para vacinação de gestantes no Sistema Único de Saúde - SUS. A previsão é que a vacinação seja iniciada no 1º semestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Introduzir a vacina Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano, ampliando a cobertura para 95% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

A introdução da vacina Hepatite A está prevista para o primeiro semestre de 2014 e será implantada gradativamente, sendo primeiramente atendidos os municípios com maior risco (taxas elevadas de mortalidade e incidência).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Introduzir a vacina Varicela no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano e 3 meses, ampliando a cobertura para 95% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

A inclusão da vacina Varicela no calendário do SUS ocorreu em setembro de 2013. Biomanguinhos, produtor nacional da vacina, a partir de transferência de tecnologia, irá fornecer 2,3 milhões de doses em 2014. O estoque estratégico para o ano de implantação foi garantido pela aquisição de doses da vacina monovalente por meio do Fundo Rotatório da OPAS.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Doenças Crônicas não Transmissíveis é monitorado por meio de reuniões, encontros e teleconferências. Foi elaborado o questionário de monitoramento no Formsus, o qual foi preenchido pelos estados, pelas capitais e por municípios acima de um milhão de habitantes (Campinas e Guarulhos). Realizados Seminário e Fórum de DCNT com estados, municípios e organizações da sociedade civil organizada para monitorar o PDCNT. Foi iniciada a Pesquisa Nacional de Saúde 2013 – PNS, sobre as condições de saúde da população. Ela é parte do Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), as quais são responsáveis por 72% dos óbitos no Brasil.

- **Número de óbitos por dengue reduzido em 50%, passando de 656 óbitos em 2011 para 328 óbitos até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até a Semana Epidemiológica 52, correspondente ao período de 30/12/2012 a 28/12/2013, foram confirmados 649 óbitos, o que representa uma redução de 1% relativamente a 2011 (656 óbitos). Por outro lado, houve crescimento com relação a 2012, quando foram registrados 327 óbitos. O aumento do número de casos notificados, casos graves e óbitos de dengue em 2013 pode ser decorrente da circulação do sorotipo DENV4 e sua disseminação em áreas de adensamento populacional.

Quantidade alcançada

649

Data de Referência

31/12/2013

- **Qualificar 27 Laboratórios de Saúde Pública para realização de análises de qualidade de produtos e insumos de saúde**

Análise Situacional da Meta

O INCQS – Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde é a unidade da Fiocruz responsável pelo processo de qualificação dos Laboratórios Centrais espalhados por todo o território nacional. No ano de 2012 foram qualificados 6 laboratórios e em 2013 foram qualificados 5 laboratórios.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	31/12/2013
Região Nordeste	9	unidade	2	31/12/2013
Região Norte	7	unidade	2	31/12/2013
Região Sudeste	4	unidade	2	31/12/2013
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2013

- **Realizar 600 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Instituto Evandro Chagas, órgão vinculado à SVS do Ministério da Saúde, atua nas áreas de pesquisas biomédicas e na prestação de serviços em saúde pública. Foca em investigações e pesquisas nas áreas de Ciências Biológicas, Meio Ambiente e Medicina Tropical com a finalidade de difundir conhecimentos científicos e técnicos no âmbito da vigilância em saúde. No ano de 2013, foram realizadas 303 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente.

Quantidade alcançada

303

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar a Pesquisa Nacional de Saúde até 2013**

Análise Situacional da Meta

A pesquisa, lançada em 12 de agosto de 2013, tem como objetivo produzir novas informações sobre hábitos alimentares, tabagismo, uso de bebidas alcoólicas, atividade física e fatores associados a comportamentos não saudáveis. O estudo, em parceria com o IBGE, deverá ser repetido a cada cinco anos com a amostra composta de 80 mil domicílios localizados em 1.600 municípios.

- **Reduzir a incidência parasitária anual de malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,1/1.000 hab. em 2010 para 9,45/1.000 hab. até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O IPA é medido anualmente, mas a redução no número de casos de malária registrado indica que a meta de redução do IPA será atingida e superada. O número de casos de malária registrado sofreu uma redução de 27% no período de janeiro a novembro de 2013 (166.864) quando comparado com o mesmo período de 2012 (227.379). Em 08/11/2013 o valor preliminar apurado do IPA da malária na Região Amazônica estava em 7,12/1.000 hab.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

7,12

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	30	%	31	31/07/2013

- **Reduzir a taxa de incidência de Aids de 20,2/100.000 hab. em 2011 para 18,9/100.000 hab. até 2015.**

Análise Situacional da Meta

A taxa de detecção, em 2012, foi de 20,2 (por 100 mil/hab). As informações para 2013 serão disponibilizadas ao final de 2014.

Quantidade alcançada

20,2

Data de Referência

31/12/2012

- **Reduzir o coeficiente de prevalência da hanseníase, passando de 1,54/10.000 hab. em 2011 para 0,98/10.000 hab. até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O coeficiente de prevalência pontual da hanseníase está em 1,30 casos por 10.000 habitantes, o que corresponde a 26.290 casos em tratamento no País (base de dados de 09/01/2014). No fechamento dos dados de 2013, há perspectiva de aumento do número de casos novos da doença devido à realização da 'Campanha Nacional de Hanseníase e Geo-helmintíases 2013', que diagnosticou mais de 300 casos de hanseníase em menores de 15 anos e entre os contatos intradomiciliares examinados, colaborando assim para a estratégia de detecção precoce e tratamento de casos.

Quantidade alcançada

1,3

Data de Referência

31/12/2013

- **Transferir para estados e municípios tecnologia de monitoramento da infestação do Aedes aegypti desenvolvida na FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

A Armadilha (ovitrampas) para captura de ovos do mosquito Aedes aegypti, que interfere na transmissão da dengue, foi transferida para Pernambuco, já em 2012, por meio da parceria estabelecida entre o Conselho de Saúde do arquipélago Fernando de Noronha e a Fiocruz Pernambuco.

- **Validar duas novas tecnologias na Fiocruz para diagnóstico e tratamento da tuberculose**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Insumos e Produtos para a Saúde (PDTIS) é um programa de indução da Fiocruz que fomentou, em 2012, dois projetos de pesquisa na área da tuberculose, os quais obtiveram por resultado final: o desenvolvimento e a validação de abordagens moleculares para avaliação de susceptibilidade, diagnóstico e marcador de cura de pacientes com tuberculose; e o desenvolvimento de kit de PCR para tuberculose e de kit para detecção de resistência, das unidades CPqAM (Centro de Pesquisa Ageu Magalhães) e IOC (Instituto Oswaldo Cruz), respectivamente, com produtos/métodos desenvolvidos. Portanto, a meta já foi alcançada em 2012.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Atenção ao pré-natal, incentivo ao parto natural e redução do número de cesáreas desnecessárias, redução da mortalidade materna, enfrentamento da violência contra a mulher, planejamento familiar, assistência ao climatério, assistência às mulheres negras e população LGBT são áreas prioritárias de atuação em saúde da mulher.

Essa atuação compreende o reconhecimento do conceito de atenção como o cuidado médico e de toda a equipe de saúde referenciado às praticas educativas, entendidas como estratégia para a capacidade crítica e a autonomia das mulheres.

A Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança concretiza-se por meio da estratégia "Rede Cegonha", que incentiva a qualificação da atenção obstétrica e infantil, mediante um conjunto amplo de medidas, previstas nos quatro componentes da Rede: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e sistema logístico, o qual inclui transporte sanitário e regulação. Essas atividades compreendem a expansão da quantidade e qualidade de leitos infantis e maternos. São contemplados também projetos para o financiamento de reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e materiais para adequação da ambiência dos serviços de saúde que realizam partos.

Quanto aos resultados obtidos pela Rede Cegonha em 2013, observa-se que todas as Unidades da Federação aderiram ao programa, contemplando 5.488 municípios e beneficiando cerca de 2,5 milhões de gestantes.

Foram criados 440 novos leitos neonatais (193 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN e 247 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal - UCIN) e 861 receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal. O Brasil conta com 2.970 leitos de UTI Neonatal habilitados, sendo 766 criados desde o início do programa, e 2.204 leitos de UTI Pediátrica no âmbito da Rede Cegonha.

Os projetos aprovados pela Rede Cegonha encontram-se em fase de monitoramento da execução das obras, sendo que, daqueles aprovados para adequação da ambiência em 2011/2012, 15 são projetos de ampliação e 73 de reforma. Em 2013, mais 99 propostas foram aprovadas, sendo 24 ampliações e 75 reformas. Em relação às Casas da Gestante, Bebê e Puérpera - CGBP, 6 obras estão em fase de licitação ou em andamento e 3 já habilitadas. No que diz respeito aos Centros de Parto Normal - CPN, 8 obras estão em fase de licitação ou em andamento e 1 já habilitado.

A Rede Cegonha investiu na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e obstetrizes. Ao final de 2013 foram inscritos no 1º ano de residência 156 residentes em enfermagem obstétrica, em 17 Instituições de Ensino Superior.

No ano de 2013, mais de 163 mil litros de leite humano foram coletados, com qualidade certificada, e distribuídos a mais de 164 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de mais de 150 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação.

A triagem neonatal (Teste do Pezinho) para fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e doença falciforme (fase II), está universalizada em todo o Brasil, bem como a detecção da fibrose cística (fase III). A triagem neonatal para seis doenças, incluindo a hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase (fase IV) será expandida para todos os Estados até o final de 2014. Até 31.12.2013, 12 Estados estavam habilitados para a triagem neonatal na fase IV.

Plano Mais Brasil

Ainda no âmbito da Rede Cegonha, foram distribuídos aproximadamente 142.735 testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, em todo o território nacional. Outra importante ação para o acompanhamento das gestantes foi o desenvolvimento do SISPRENATAL WEB, software desenvolvido com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas na Rede Cegonha. Em 2013, mais de 400 mil gestantes foram cadastradas no SISPRENATAL WEB em 4.666 municípios.

Neste ano, foi realizada pesquisa de satisfação da usuária da Rede Cegonha, concretizada por meio de inquérito telefônico, operacionalizado pelos teleatendentes da Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado (telefone 136). O segundo relatório dessa pesquisa compreendeu o período de maio de 2012 a fevereiro de 2013, compatibilizando 83.875 mulheres entrevistadas.

Foram elaboradas as diretrizes "Cuidando de Adolescentes na Rede Cegonha" com o objetivo de apoiar as equipes de saúde na mudança de suas práticas e atitudes para responder às singularidades e às necessidades específicas da saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Foram realizadas sete oficinas estaduais sobre o tema para 600 profissionais de saúde, em especial da Atenção Básica, na implementação dessas ações.

Como importante instrumento para a viabilização das ações de saúde, foram distribuídas sete milhões de Cadernetas de Saúde do Adolescente, reunindo informações sobre mudanças no corpo e sobre como evitar doenças, além de orientações sobre saúde sexual e saúde reprodutiva, saúde bucal e alimentação. Ao longo de sua implantação até o final deste ano, 4.783 Municípios foram contemplados.

Para ampliar e fortalecer a rede de atenção à saúde para o controle do câncer foram realizados, em 2013, cerca de 2,3 milhões de mamografias na faixa etária de 50 a 69 anos e 8 milhões de exames citopatológicos na faixa etária de 25 a 64 anos.

Metas 2012-2015

- **3.034 municípios realizando suplementação de megadoses de vitamina A para crianças de 6 a 59 meses de idade.**

  Análise Situacional da Meta

  Foram expandidos os programas para a prevenção e o controle das carências nutricionais, como o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, para crianças de 06 a 59 meses, que antes era restrito à Região Nordeste, para todos os municípios da região Norte e do Plano Brasil sem Miséria das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, contemplando 3.034 Municípios.

  2.491 municípios, 82% dos que fazem parte da ação, realizaram suplementação de megadoses de vitamina A e inseriram dados no sistema de gestão do programa.

  Foram administradas megadoses de vitamina A em 3.596.238 de crianças.

  Quantidade alcançada

  2.491

  Data de Referência

  31/12/2013

- **60% das Equipes de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso na UBS para prevenção de anemia em crianças menores de 2 anos.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi distribuído 1,2 milhão de frascos, quantidade suficiente para suplementar 402 mil crianças. Foi também elaborado termo de referência para aquisição de 5.659.850 frascos de sulfato ferroso, quantidade para suplementar 50% das crianças brasileiras menores de dois anos (2.831.985 crianças) durante 5 meses. Investimento de R$ 8.200.000,00.

De acordo com dados do PMAQ/2012, 65% das Unidades Básicas de Saúde informaram ter sulfato ferroso em quantidade suficiente. Os dados referentes a 2013 ainda não estão disponíveis.

Quantidade alcançada

65

Data de Referência

31/12/2013

- **Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram empenhadas 88 propostas de adequação de ambiência de maternidade. Destas, 24 foram canceladas por solicitação do proponente e 17 obras estão em licitação ou em andamento.

As 47 restantes ainda deverão apresentar documentação exigida pela Caixa. Em 2013, mais 99 propostas foram aprovadas. Parte delas foi empenhada em 31/12/2013. Como 85 destas 99 propostas serão pagas por meio de transferência fundo a fundo, espera-se que a partir de agosto já existam mais obras com perspectiva de conclusão até o final de 2015.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 70% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

68% (26.652/39.144) de todos os óbitos infantis foram investigados. Dezessete UF estão com 65% ou mais de investigações realizadas e 7 UF estão entre 40% a 65%.

Quantidade alcançada

68

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar a investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) para, no mínimo, 85% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

85% (55.380/65.378) de todos os óbitos MIF foram investigados. Dezessete UF com 85% ou mais de investigações realizadas e 7 UF entre 65% a 85%.

Quantidade alcançada

85

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar a investigação dos óbitos maternos para 85% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

87% (1.366/1.569) de todos os óbitos maternos foram investigados. Dezoito UF com 85% ou mais de investigações

Plano Mais Brasil

realizadas e 8 UF entre 65% a 85%.

Quantidade alcançada

87

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde do Adolescente pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015 fazendo uso da caderneta.**

Análise Situacional da Meta

Como importante instrumento para a viabilização das ações de saúde, foram distribuídas sete milhões de Cadernetas de Saúde do Adolescente para 19 estados e 12 capitais, reunindo informações sobre mudanças no corpo, sobre como evitar doenças, além de orientações sobre saúde sexual e saúde reprodutiva, saúde bucal e alimentação. Ao longo de sua implantação, até o ano de 2013, 4.783 Municípios foram contemplados.

Quantidade alcançada

9.216

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram atendidas 6.444 gestantes de alto risco, nas instalações do Instituto Fernandes Figueira - IFF.

Quantidade alcançada

6.444

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1.500	atendimentos	6.444	31/12/2013

- **Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram habilitados 193 novos leitos de UTI Neonatal. Atualmente, o Brasil conta com 2.970 leitos de UTI Neonatal habilitados, sendo 766 criados desde o início do programa, e 2.204 leitos de UTI Pediátrica no âmbito da Rede Cegonha.

Quantidade alcançada

766

Data de Referência

31/12/2013

- **Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a implantação/implementação da atenção a pessoas em situação de violência sexual, com cadeia de custódia, para 94 hospitais de referência selecionados no SUS.**

Análise Situacional da Meta

1. Criado GT/Coleta de Vestígios composto pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério da Justiça, Decreto 7.958/2013;

2. Portarias de repasse financeiro para adequações de ambiência para atendimento à violência sexual, com coleta de vestígios, e alteração na Portaria GM/MS nº 528/2013, em fase de avaliação pela CIT/CNS;

3. Portarias para inserção de novos procedimentos na tabela SIASUS para atendimento multiprofissional a pessoas em situação de violência sexual e coleta de vestígios de violência sexual, em fase de aprovação final para publicação.

- **Capacitar 1.300 parteiras tradicionais até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013 ocorreram oficinas em 9 estados da Amazônia Legal e Nordeste. Foram qualificadas: 14 parteiras no Acre, 75 no Amazonas, 106 no Amapá, 51 no Pará, 12 na Paraíba, 42 em Pernambuco, 55 em Roraima, 5 em Sergipe e 30 no Tocantins, totalizando 390 até o momento.

Quantidade alcançada

390

Data de Referência

31/12/2013

- **Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Atualmente são 2.799 leitos recebendo custeio para qualificação do cuidado neonatal, tendo sido 861 habilitados em 2013.

Quantidade alcançada

2.799

Data de Referência

31/12/2013

- **Distribuir 13,2 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados, incluindo a divulgação da Classe Hospitalar**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi impresso e distribuído o quantitativo de 1.574.028 Cadernetas, sendo 787.014 para meninas e 787.014 para meninos.

Quantidade alcançada

1.574.028

Data de Referência

31/12/2013

- **Garantir a oferta de teste rápido da sífilis para 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013 foram distribuídos aproximadamente 295.000 testes rápidos de sífilis, tendo sido registrada no SIA/SUS a realização de 24.826 testes rápidos no período de janeiro a novembro/2013.

- **Garantir a oferta do teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS em 100% dos municípios brasileiros, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.**

Análise Situacional da Meta

O MS incorporou recursos para a realização do teste de eletroforese na atualização do protocolo do pré-natal no âmbito da Rede Cegonha. Recursos foram repassados para 5.023 municípios (correspondente a 90,18% dos municípios) com estimativa de alcance de 2.277.892 gestantes.

De janeiro a dezembro de 2013 foram realizados 625.532 testes de eletroforese em 893 municípios, o que corresponde a 16,00% do total de municípios brasileiros.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2013

Plano Mais Brasil

- **Habilitar 276 serviços como Maternidade para Atenção à Gestação de Alto Risco, passando de 197 serviços em 2012 para 473 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Habilitados 148 serviços como Maternidade para Atenção à Gestação de Alto Risco, passando de 197 serviços em 2012 para 345 em fevereiro de 2014.

Quantidade alcançada

148

Data de Referência

24/02/2014

- **Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), passando de 36 casas em 2011 para 56 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram empenhadas 30 propostas de Casas de Gestantes, Bebê e Puérpera (CGBP) - ampliação ou reforma. Destas, 09 foram canceladas por solicitação do proponente e 06 obras estão em licitação ou em andamento.

As 15 restantes ainda deverão apresentar documentação exigida pela Caixa. Além disso, em 2013, foram habilitadas 03 CGBP que fizeram obras com recursos próprios.

Em 2013, mais 48 propostas foram aprovadas. Parte delas foi empenhada em 31/12/2013. Como 33 destas 48 propostas serão pagas por meio de transferência fundo a fundo, espera-se que a partir de agosto já existam mais obras com perspectiva de conclusão até o final de 2015.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Foram empenhadas 28 propostas referentes a 37 serviços. Destas propostas, 21 tiveram recursos repassados para aquisição de equipamentos, estando 3 com equipamentos já em funcionamento.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 30 novos Centros de Parto Normal, passando de 35 para 65 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram empenhadas 44 propostas de Centros de Parto Normal (CPN). Destas, 13 foram canceladas por solicitação do proponente e 08 obras estão em licitação ou em andamento.

As 23 restantes ainda deverão apresentar documentação exigida pela Caixa. Além disso, em 2013 foi habilitado 01 CPN que fez obras com recursos próprios.

Em 2013, mais 86 propostas foram aprovadas. Parte delas foi empenhada em 31/12/2013. Como 61 destas 86 propostas serão pagas por meio de transferência fundo a fundo, espera-se que a partir de agosto já existam mais obras com perspectiva de conclusão até o final de 2015.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 50 serviços de referência para o diagnóstico do câncer de mama, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Empenhadas 20 propostas referentes a 18 serviços; 10 destas propostas estão em licitação e 01 serviço já está em funcionamento. Em janeiro de 2014 foi publicada Portaria MS para permitir que o interessado possa pleitear até R$ 80.000,00 para investimento em equipamentos, materiais permanentes ou ampliação do espaço construído com recursos transferidos fundo a fundo. Com essa Portaria,, espera-se alcançar a meta até 2015.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

- **Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi contratada a empresa para elaboração do projeto executivo, tendo sido entregues ao longo do ano o ante-projeto de arquitetura e o projeto para legalização da obra. No final do ano, foi realizada a licitação para o gerenciamento de construção da obra e a preparação do terreno, que inclui terraplanagem, cercamento, redes de drenagem e vias preliminares.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/08/2013

- **Qualificação de 1.410 profissionais de saúde em técnicas para coleta de vestígios (cadeia de custódia e sexologia forense) em 94 hospitais de referência selecionados no SUS.**

Análise Situacional da Meta

1. Em desenvolvimento os planos de curso, planos de ensino e materiais educativos que serão utilizados nas capacitações de profissionais de saúde e segurança pública para a humanização do atendimento à violência sexual com coleta de vestígios;

2. Elaborado e aprovado pelo GT Coleta de Vestígios o Calendário de Cursos 2013/2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

10/09/2013

- **Realizar 12 milhões de mamografias, na faixa etária de 50 a 69 anos, entre os anos de 2012 a 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas mais de 3,9 milhões de mamografias, das quais 2,3 milhões na faixa etária de 50 a 69 anos. Em 2012 foram realizados 2,1 milhões de mamografias na citada faixa etária.

Quantidade alcançada

4.400.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 36 milhões de exames de citopatologia, na faixa etária de 25 a 64 anos, entre os anos de 2012 a 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizados mais de 10,1 milhões de exames citopatológicos, dos quais 8 milhões na faixa etária compreendida entre 25 a 64 anos. Em 2012, foram realizados cerca de 8,5 milhões de exames nessa faixa etária.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

16.500.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Reforma/ampliação de ambientes para a implantação/implementação da atenção a pessoas em situação de violência sexual, com cadeia de custódia, em 94 hospitais de referência selecionados no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Portaria de repasse de recursos para implantação da cadeia de custódia em fase de finalização.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

10/09/2013

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A Rede de Urgência e Emergência (RUE) envolve a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade. A abrangência dos serviços em caráter de urgência e emergência torna necessária a qualificação das unidades de atendimento que operam com essa finalidade. O espectro de serviços abrange desde o contato inicial em situação de urgência e emergência e os cuidados necessários até o referenciamento para a continuidade do tratamento, quando prescrito.

Um dos componentes mais importantes da RUE é o Serviço Móvel de Urgências e Emergências (SAMU 192), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida, portadoras de conformações adequadas a cada situação de saúde e atendimento, de acordo com o referenciamento das Centrais de Regulação das Urgências. Além da ampliação da cobertura do SAMU e das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), é necessária a qualificação das unidades de prontos-socorros, principais portas de entrada para as urgências.

Em 2013, o SAMU 192 operou com 3.105 Unidades Móveis habilitadas. Destas, temos 2.302 (74%) Unidades de Suporte Básico (USB), 565 (18%) Unidades de Suporte Avançado (USA), 223 (7%) Motolâncias, nove Equipes de Embarcação e seis Equipes de Aeromédico.

Atualmente, o SAMU conta ao todo com 182 Centrais de Regulação, das quais 2 foram implantadas em 2013, empenhadas na regulação deste serviço em cerca de 2.740 municípios, somando uma população com acesso ao SAMU 192 de 139,9 milhões de habitantes, o que corresponde a uma cobertura de 72,3% da população.

Nessa linha de atendimento, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em outro componente da Política Nacional de Atenção às Urgências, de disponibilização ininterrupta, com potencial para resolver até 97% dos casos atendidos, reduzindo as filas nos prontos-socorros dos hospitais. Possuem a capacidade diária de 98,7 mil atendimentos e capacidade mensal de 2,9 milhões de atendimentos. Oferecem estrutura simplificada - com raios-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação.

O Programa SOS Emergências, lançado em 2011 pelo Ministério da Saúde, tem como objetivo melhorar o atendimento nas unidades de urgência e emergência dos principais hospitais do País que integram o SUS. Já se encontra implantado em 22 unidades, com previsão de entrada de mais nove novos hospitais até junho de 2014. Foram disponibilizados, em

2013, 2.080 leitos de retaguarda para emergências destes hospitais. E, em parceria com Hospitais de Excelência, 7.388 profissionais foram capacitados. Dos 22 hospitais, 18 apresentaram proposta para readequação tecnológica e receberam o repasse do recurso. Destes, 10 hospitais já receberam equipamentos e os demais estão em processo de aquisição.

Metas 2012-2015

- **Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015**

Análise Situacional da Meta

2.180 ambulâncias já foram adquiridas antecipadamente no exercício de 2012, portanto o alcance da meta foi antecipado.

Quantidade alcançada

2.180

Data de Referência

31/12/2013

- **Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foi aberto o sistema oficial de cadastramento de propostas "Fundo Nacional de Saúde" aos proponentes no início de junho de 2013. Até setembro, foram cadastradas 92 propostas para a rede de urgência. No total, há 220 portas prioritárias de atenção especializada recebendo custeio.

Quantidade alcançada

220

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015**

Análise Situacional da Meta

Realizado até dezembro de 2013: 959 leitos de UTI adulto; 114 leitos de UTI pediátrico; 193 leitos de UTI neonatal; total de 1.266 leitos habilitados de UTI. No ano de 2012 foi habilitado um total de 1.005 leitos de UTI (adulto, pediátrico e neonatal), que recebem recurso de custeio pelo MS.

Quantidade alcançada

2.271

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, havia 109 propostas de UPA em licitação, 261 UPAs com obras iniciadas, 82 obras concluídas e 296 UPAs em funcionamento, totalizando 748 UPAs.

Quantidade alcançada

748

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, foram habilitadas 2 Centrais de Regulação (além de 17 em 2012, totalizando 19 novas). Ao todo, existem 182 Centrais de Regulação implantadas.

Quantidade alcançada

19

Plano Mais Brasil

Data de Referência
31/12/2013

- **Reestruturação física e tecnológica completa de 40 unidades de urgência e emergência.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente há 22 hospitais em processo de readequação física e tecnológica: Hospital da Restauração, Recife (PE); Hospital Geral Roberto Santos, Salvador (BA); Instituto Doutor José Frota Central, Fortaleza (CE); Hospital de Urgências, Goiânia (GO); Hospital de Base, Brasília (DF); Santa Casa e Hospital Santa Marcelina, ambos de São Paulo (SP); Hospital Municipal Miguel Couto e Hospital Albert Schweitzer, ambos do Rio de Janeiro (RJ); Hospital Nossa Senhora da Conceição, Porto Alegre (RS); Hospital João XXIII, Belo Horizonte (MG); Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência de Ananindeua (PA); Hospital Getúlio Vargas, Recife/PE; Hospital do Trabalhador, Curitiba/PR; Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, Natal/RN; Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado, Manaus/AM; Hospital de Urgência de Teresina Professor Zenon Rocha, Teresina/PI; Hospital Governador João Alves Filho, Aracaju/SE; Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, Porto Velho/RO; Hospital Geral do Estado Dr. Osvaldo Brandão Vilela, Maceió/AL; Hospital Pronto Socorro Municipal de Cuiabá, Cuiabá/MT; e Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena/PB.

Quantidade alcançada
22
Data de Referência
31/12/2013

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O modelo de saúde adotado pela Rede de Atenção à Saúde Mental busca ofertar atenção psicossocial à população em geral, com vistas a tratar dos agravos mentais, promover a cidadania dos usuários para uma vida pró-ativa e participativa nas comunidades, e ampliar e promover o acesso aos pontos de atenção nos territórios para todas as pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, bem como apoiar suas famílias.

Para dar suporte a essa proposição, o SUS conta com uma rede de serviços e equipamentos variados, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

Para fornecer apoio financeiro aos segmentos populacionais com fragilidade de renda, o Programa de Volta para Casa oferece bolsas para egressos de longas internações em hospitais psiquiátricos, possibilitando a manutenção do tratamento com base residencial.

O fortalecimento dessa rede compreende o apoio financeiro à ampliação do acesso e à qualificação do tratamento a usuários e dependentes de álcool, crack e outras drogas, bem como o atendimento de seus familiares. Dentre as estratégias, é fundamental o custeio dos Consultórios na Rua, incluindo a expansão dessas unidades, com a incorporação de equipes multidisciplinares volantes para o atendimento às pessoas em situação de rua, com desenvolvimento de ações

de prevenção, redução de danos, promoção e cuidados básicos em saúde.

Até o final de 2013, o Ministério da Saúde intensificou a atuação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e promoveu ações do Programa Crack, é Possível Vencer. Foram destinados recursos financeiros para habilitação de 2.128 CAPS, com ênfase nos serviços de funcionamento 24 horas.

O programa do governo federal "Crack, é Possível Vencer" está em todos os estados brasileiros. Em 2013, o Programa foi ampliado para os municípios com população acima de 200 mil habitantes. Destes, 118 já realizaram adesão, com pactuação de metas de expansão da rede de saúde, de segurança e de assistência social até 2014. As ações do pacto visam aumentar a oferta de tratamento de saúde e de atenção aos usuários de drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar as atividades de prevenção.

Foram financiados, pelo Governo Federal, mais 713 leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, Municípios e do Distrito Federal, com o repasse anual de cerca de R$ 67 mil por leito/ano.

O processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o incentivo à abertura de 267 novas residências terapêuticas em todo o país, além do aumento da rede CAPS já mencionado. O número de beneficiários do Programa de Volta Para Casa atingiu 4.245 pessoas por meio da transferência de benefício mensal no valor de R$ 412,00.

Em 2013 foram capacitadas 41.614 pessoas entre alunos de graduação e profissionais da rede de saúde, com abordagem dos problemas de saúde mental, especialmente dos transtornos relacionados ao uso de drogas como álcool e crack.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até o final de 2013 o programa de Volta para Casa beneficiou 4.245 pessoas por meio da transferência de benefício mensal no valor de R$ 412,00.

  Quantidade alcançada

  4.245

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Criação/qualificação de 175 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) 24h.**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2013, existiam 47 CAPS AD III em funcionamento.

  Quantidade alcançada

  47

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Criação/qualificação de 188 Unidades de Acolhimento Infanto-juvenil até 2014.**

  Análise Situacional da Meta

  As habilitações ocorridas até 2013, somadas às Casas de Acolhimento Transitório (infanto-juvenil), representam 9 serviços em funcionamento até o final do ano.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2013

- **Criação/qualificação de 430 Unidades de Acolhimento Adulto até 2014.**

Análise Situacional da Meta

As habilitações ocorridas até 2013, somadas às Casas de Acolhimento Transitório, representam 18 serviços em funcionamento até o final do ano.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 179 Consultórios na Rua, com atendimento direcionado à população em situação de rua até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2013, 67 Consultórios na Rua foram credenciados e implantados.

Quantidade alcançada

67

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar e implementar 3.600 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais até 2015.**

Análise Situacional da Meta

713 leitos de saúde mental financiados pelo Governo Federal em hospitais gerais em 2013.

Quantidade alcançada

713

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar e implementar 640 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad), passando de 1.650 em 2011 para 2.290 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

198 CAPS implantados em 2012, 143 em 2013.

Quantidade alcançada

341

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla a atenção integral à saúde da população idosa, com ênfase no envelhecimento saudável e ativo, na manutenção e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Os meios empregados objetivam preservar a autonomia do idoso, tanto na sua independência física, como na psíquica, e ampliar o acesso à medicação das doenças crônicas.

Com relação à prevenção e controle de doenças crônicas, o MS desenvolve um conjunto de ações, como a promoção de práticas e hábitos saudáveis, a exemplo da alimentação saudável, bem como da redução no consumo de sódio e de gorduras nos alimentos industrializados, práticas de atividade física, além da distribuição gratuita de medicamentos.

Em 2013, destacam-se as seguintes ações:

i) A realização de "Oficinas Estaduais de Prevenção de Quedas e de Violência contra a Pessoa Idosa" em diversos estados, com o objetivo de sensibilizar, qualificar e capacitar os profissionais de saúde e demais parceiros da rede de saúde da pessoa idosa, especificando os tipos de violência contra esse segmento populacional, bem como suas formas de prevenção e cuidados para com a pessoa idosa.

ii) O Curso de Aperfeiçoamento em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa EAD, que formou 1.566 alunos, e tem como objetivo desenvolver uma visão acurada nestes profissionais de forma a levá-los a promover atividades que visem à prevenção de perdas, à manutenção e à recuperação da capacidade funcional da população idosa bem como para o controle dos fatores que interferem no estado de saúde desta população.

iii) A elaboração do Modelo de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, que tem por objetivo apresentar as diretrizes para o cuidado das pessoas idosas no SUS.

iv) Teve início a reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e do Caderno de Atenção Básica (CAB) – Envelhecimento, o qual permitirá identificar a capacidade funcional, além de permitir o acompanhamento longitudinal da situação de saúde.

Outro importante resultado no âmbito da atenção à pessoa idosa foi a Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe, que atingiu a marca de 87,93% (18.363.866 idosos) de cobertura, sendo que a meta era de no mínimo 80%, segundo o Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI).

Com relação ao Programa Viver sem Limite (que integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), houve vários avanços no âmbito do eixo de atenção à saúde até 2013, tais como:

- A elaboração e publicação de 9 Diretrizes Terapêuticas para: (1) Síndrome de Down; (2) Amputações; (3) Lesão Medular; (4) Triagem Auditiva Neonatal; (5) Transtorno do Espectro Autista; (6) Saúde Ocular na Infância; (7) Paralisia Cerebral; (8) Acidente Vascular Cerebral e (9) Traumatismo Cranioencefálico.

- A universalização da triagem neonatal (Teste do Pezinho) para fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e doença falciforme (fase II) em todo o Brasil, bem como a detecção da fibrose cística (fase III). Além disso, a triagem neonatal para seis outras doenças, incluindo a hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase (fase IV) já estava sendo realizada em 12 UF até o final de 2013.

- A habilitação de 425 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) para atendimento a pessoas com deficiência e de 21 Oficinas Ortopédicas fixas.

Plano Mais Brasil

Metas 2012-2015

- **45 Centros Especializados em Reabilitação em funcionamento até o final de 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, existem 102 Centros Especializados de Reabilitação - CER habilitados e recebendo custeio. Foram elaborados critérios para implantação dos vários tipos de CER, publicadas portarias de instituição da Rede e de incentivos financeiros. Além disso, as propostas de convênio para implantação de novos CER foram recebidas, avaliadas e aprovadas tecnicamente, tendo sido aprovadas e empenhadas 77 propostas de construção de novos centros em 2013. Também foram analisadas, aprovadas e empenhadas propostas para reforma e ampliação de 40 CERs e 21 convênios para aquisição de novos equipamentos.

Quantidade alcançada

102

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 5.500 gestores e profissionais do SUS em Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento.**

Análise Situacional da Meta

Foram formados 1.566 alunos por meio de curso à distância de aperfeiçoamento em envelhecimento e saúde da pessoa idosa, com o objetivo de desenvolver habilidades profissionais visando qualificar o cuidado ofertado pelo SUS à população idosa.

Quantidade alcançada

1.566

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 6 oficinas ortopédicas fixas, 7 oficinas ortopédicas itinerantes terrestres e 6 oficinas ortopédicas fluviais no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

Análise Situacional da Meta

Foram habilitadas 21 Oficinas Ortopédicas Fixas no ano de 2013. As Oficinas Ortopédicas Fluviais e Terrestres encontram-se em processo de compra com previsão de entrega de 10 oficinas fluviais e 10 oficinas terrestres em 2014.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar a Fase IV do Programa Nacional de Triagem Neonatal em todas as Unidades da Federação, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2013 foram habilitados 12 estados na fase IV do Programa Nacional de Triagem Neonatal.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar o Projeto Vida no Trânsito em todas as capitais e municípios com população acima de 1.000.000 de habitantes, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Projeto implantado em cinco capitais desde 2010 (Curitiba/PR, Belo Horizonte/MG, Palmas/TO, Teresina/PI e Campo Grande/MS) e em processo de implantação nas demais capitais.

- **Qualificação de 420 Centros de Especialidades Odontológicas - CEO para atendimento a pessoas com deficiência até 2014.**

Análise Situacional da Meta

Foram habilitados, até dezembro de 2013, 425 Centros de Especialidades Odontológicas para o atendimento às pessoas com deficiência.

Quantidade alcançada

425

Data de Referência

31/12/2013

- **Qualificar 60 oficinas ortopédicas existentes no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

Análise Situacional da Meta

21 Oficinas Fixas qualificadas.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Vigitel é realizado anualmente. A coleta dos dados para o inquérito telefônico de 2013 foi realizada, tendo sido finalizada em 30 de dezembro de 2013, conforme o programado.

O resultado da pesquisa Vigitel 2012 foi lançado no dia 27 de agosto de 2013.

- **Reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa (em 2013) e distribuição de 6.000.000 de Cadernetas até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 teve início a reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e do Caderno de Atenção Básica (CAB) – Envelhecimento, o qual permitirá identificar a capacidade funcional, além de permitir o acompanhamento longitudinal da situação de saúde. Em 2014, planeja-se ampla distribuição das cadernetas para a população idosa, do CAB reformulado e capacitações para os profissionais de saúde da Atenção Básica.

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) qualificou 3.460 profissionais de saúde do SUS para atuação em atenção básica. Nos processos de educação permanente com foco nas redes prioritárias, foram qualificados 15.766 profissionais e gestores de serviços de saúde.

Desde 2009, o Pró-residência vem consolidando a participação do Ministério da Saúde no processo de avaliação das necessidades de profissionais de saúde no País e indução da abertura de novas vagas de residência em regiões prioritárias e especialidades estratégicas. Em 2013 foram investidos R$ 46,4 milhões em bolsas de residência médica, aumento de 129% no orçamento executado, e R$ 36,3 milhões em bolsas de residência multiprofissional, aumento de 152% no orçamento executado.

Os programas de residência em saúde têm papel estratégico na formação dos médicos do País. Eles perfazem o montante de 5.011 programas ofertados por 550 instituições distribuídas em todos os Estados. Estão matriculados atualmente

Plano Mais Brasil

30.407 médicos residentes, sendo que 7.906 recebem bolsas. A residência multiprofissional ofertada em 13 áreas profissionais de saúde conta com seis mil residentes matriculados, dos quais 3.602 são beneficiados com bolsas. O valor atual da bolsa residência foi reajustado para R$ 2.976,26, aumento de 24%. O orçamento 2013 para pagamento de bolsas foi de R$ 343 milhões.

Entre as perspectivas para 2014, destacam-se a qualificação de 2,5 mil trabalhadores atuantes na gestão do sistema e na educação em saúde, além de 3.613 novas bolsas de Residência Médica e 1.086 bolsas adicionais de Residência Multiprofissional em Saúde, referentes à abertura de novas vagas de residência para formação de especialistas para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O Pró-Saúde e o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) são programas que visam induzir a transformação nos cursos de graduação, na perspectiva de formar profissionais de saúde capazes de responder às necessidades da população. Nesses Programas, em 2013, foram financiados 902 Grupos PET-Saúde, contabilizando 15.975 bolsistas.

O Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS (Progesus) realizou cursos de especialização e de aperfeiçoamento em políticas de gestão do trabalho e educação na saúde, em parceria com UFRN, na forma de projeto-piloto para a região Nordeste. Foram matriculados 658 alunos no curso de especialização e 84 no curso de aperfeiçoamento. Em relação ao Curso de Atualização em Gestão das Condições de Trabalho e Saúde dos Trabalhadores da Saúde, realizado em 2013 em parceria com UFMG, 332 alunos concluíram o curso. 380 alunos estão matriculados para a próxima turma. Está previsto para 2014 o projeto piloto de um curso para profissionais de nível médio e técnico, com duas turmas de 40 alunos cada e carga horária de 88 horas.

Outro importante eixo para o fortalecimento das relações de trabalho na área da saúde é a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, cujo objetivo é criar novos espaços formais de negociação e interlocução. Em 2013 foram realizados 8 Seminários: três de abrangência estadual e cinco de abrangência regional, com cerca de 515 participantes representantes de gestores e de entidades sindicais da saúde. Em 2013 foram certificados cerca de 260 participantes dos cursos de Gestão do Trabalho e Negociação Coletiva no SUS, entre gestores e trabalhadores das Mesas de Negociação. Estão previstas mais 20 turmas para 2014, qualificando cerca de 700 negociadores. Além disso, foram instaladas 15 novas Mesas de Negociação Permanente do SUS, em parceria com Dieese.

Metas 2012-2015

- **Alcançar 6.600 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  Estão matriculados atualmente 30.407 médicos residentes, sendo que 7.906 recebem bolsas.

  Quantidade alcançada

  7.906

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Ampliar de 1.100 para 4.000 o número de egressos/ano em programas de qualificação/Fiocruz até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  Os cursos dos programas de qualificação, principalmente os relacionados à formação direta para o SUS – que foi a base para o estabelecimento desta meta - tiveram importante inflexão por parte dos cursos de EAD (educação à distância), que são demandados por diversos órgãos interessados para a qualificação de profissionais. Em 2013, foram registrados

6.072 egressos.
Quantidade alcançada
6.072
Data de Referência
31/12/2013

- **Ampliar de 240 h para 414h/ano a produção de programas veiculados pelo Canal Saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 o Canal Saúde/Fiocruz ampliou sua programação para 15 horas no ar, por dia. Agora exibe seu conteúdo das 8h às 23h, nos sete dias da semana. O acréscimo de mais uma hora na programação tem por objetivo alcançar a carga de 24 horas diárias de programação. Este aumento no número de horas de programação visa a consolidação do Canal Saúde como uma emissora de televisão pública, o canal do Sistema Único de Saúde (SUS), parte de uma política de estado. Em 2013 foi produzido o total de 290 horas de programa.
Quantidade alcançada
290
Data de Referência
31/12/2013

- **Ampliar de 600 para 1000 o número de egressos/ano com formação técnica de nível médio na Fiocruz, em áreas estratégicas do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio é responsável por aproximadamente 80% destes egressos e a maior concentração de formados se dá nas áreas de Vigilância em Saúde e Análises Clínicas. As especializações técnicas concentram também grande parte dos egressos, com cursos oferecidos nas áreas de vigilância sanitária, informação em saúde, gestão de sistemas e serviços de saúde, gestão hospitalar, saúde mental, entre outros.
Em 2012 foram 837 egressos e, em 2013, 438.

Quantidade alcançada
438
Data de Referência
31/12/2013

- **Ampliar e consolidar o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS - Progesus - até 2015**

Análise Situacional da Meta

- Cursos de Especialização em Políticas de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde: foram matriculados 658 alunos;
- Curso de Aperfeiçoamento em Políticas de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde: 84 concluintes;
- Curso de Atualização em Gestão das Condições de Trabalho e Saúde dos Trabalhadores da Saúde: 332 alunos formados;
- Apoio técnico e financeiro à implantação de PCCS e projetos de Desprecarização: 13 projetos apoiados;
- INOVASUS/2013 premiou 15 iniciativas.

- **Ampliar e qualificar a formação profissional de 380 mil trabalhadores de nível médio do SUS até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram formados 46.152 trabalhadores de nível médio do SUS. Em 2013, mais 12.728, totalizando 58.880 trabalhadores formados no período.

Quantidade alcançada
58.880

Plano Mais Brasil

Data de Referência

31/12/2013

- **Atingir até 2014 a meta de beneficiar 12 mil bolsistas/ano, garantindo a multiprofissionalidade, através do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram financiados 902 Grupos PET-Saúde, contabilizando 15.975 bolsistas.
Quantidade alcançada

15.975
Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 360 docentes das Escolas Técnicas do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

Meta cumulativa. Os 300 alunos encontram-se em fase final de defesa dos artigos. Em 2013 foram formados 188 professores no Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS, realizado pela CEGEPE/UFMG.
Quantidade alcançada

488
Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar de 4 para 10 o número de programas stricto sensu da Fiocruz com nota de avaliação da CAPES igual ou superior a 6 até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Excelência para Pós-Graduação stricto sensu na Fiocruz realizou, em 2012, algumas ações visando um impacto positivo na próxima avaliação dos programas junto a Capes. Essas medidas surtiram efeito, pois na avaliação da CAPES de 2013 ocorreu uma considerável melhora nos conceitos dos programas de pós-graduação stricto sensu da Fiocruz. No ano de 2013 ocorreu a avaliação trienal da CAPES e a Fiocruz atingiu o total de 8 cursos com nota igual ou superior a 6.
Quantidade alcançada

8
Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir de 52 para 62 o número de programas/cursos lato sensu na Fiocruz até 2015**

Análise Situacional da Meta

Número de cursos atingido em 2012 permanece, ou seja, foi mantida a oferta de 56 cursos.
Quantidade alcançada

56
Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) para atingir um total de 709 cursos de graduação da área da saúde até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Meta já alcançada em 2012. Não existe previsão de publicação de edital de seleção de novos cursos para 2013.
Quantidade alcançada

709
Data de Referência

31/12/2013

- **Fortalecer a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS e criar novos espaços de negociação em estados, municípios e regiões do país.**

Análise Situacional da Meta

- Realizados 8 Seminários sobre Democratização das Relações de Trabalho no SUS: 3 de abrangência estadual e 5 de abrangência regional, com cerca de 515 participantes;
- Foram realizadas 40 visitas técnicas para apoio às Mesas;
- Instaladas 15 novas Mesas de Negociação Permanente do SUS;
- Realizadas 8 turmas para cursos de Gestão do Trabalho e Negociação Coletiva no SUS, com cerca de 260 concluintes.
- Realizadas também 2 Oficinas de Planejamento para as Mesas.

- **Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram implantados 3 novos núcleos estaduais.
Quantidade alcançada

17
Data de Referência

31/12/2013

- **Inserir 100 mil profissionais de saúde e gestores em processos de educação permanente com foco nas redes prioritárias.**

Análise Situacional da Meta

Principais realizações:
- Selecionados 13 projetos de educação permanente;
- Realizadas as formações dos orientadores de aprendizagem e tutores dos estados de SC, TO, GO, MS, RJ, AL. Em 2014 serão iniciadas as formações dos demais estados;
- Curso de Especialização em Educação Permanente em Saúde para 6.000 trabalhadores em parceria com a UFRGS: material didático elaborado, plataforma EAD em fase de teste, e processo de seleção dos tutores realizado em todos os estados.

Em 2012, 33.167 profissionais foram matriculados, dos quais 15.766 profissionais concluíram o curso em 2013.

Quantidade alcançada

15.766
Data de Referência

31/12/2013

- **Inserir 5 mil profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) para atuação em municípios e localidades desprovidos de atenção à saúde, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

3.460 profissionais beneficiados.
Quantidade alcançada

3.460
Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar cursos de capacitação para trabalhadores da saúde que incluam o enfoque racial na saúde, especialmente no combate ao racismo institucional**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi realizado o Fórum “Enfrentando o racismo institucional para promover a saúde integral da população negra no SUS”, que reuniu gestores em saúde e representantes do movimento social.

Plano Mais Brasil

A UNA-SUS está produzindo módulos para atender à Política de Promoção de Equidades e às políticas para população em situação de vulnerabilidade. Os módulos serão ofertados no Curso de Especialização em Saúde da Família para o PROVAB.

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A conformação jurídica do Sistema Único de Saúde (SUS) define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada e hierarquizada, dadas a dimensão territorial e as complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS um modelo diferenciado de gestão.

Compete ao Ministério da Saúde o processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP).

Estruturam-se de forma integrada as áreas de Informação e Informática do SUS, Gestão Participativa e Articulação Interfederativa, contribuindo com a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde.

A participação social na formulação e no controle da política pública de saúde é uma inovação institucionalizada no SUS. Dessa forma, os conselhos de saúde deverão, também, ser fortalecidos mediante, por exemplo, o apoio à ampliação da capilaridade das resoluções e deliberações deles oriundas, à diversificação de participantes – com ênfase na participação de lideranças dos movimentos sociais – e à melhoria de suas estruturas e funcionamento. Nessa mesma linha, estará a promoção do papel dos conselhos na qualificação da gestão do SUS e o reconhecimento da educação popular como elemento de ampliação da participação social e do cuidado em saúde. Igualmente, as conferências de saúde serão foco de atenção, como a mobilização de todas as esferas em torno do compromisso para com estes espaços de participação.

Esse objetivo envolverá igualmente a implementação da política de informação e informática em saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS e a universalização do Cartão Nacional de Saúde (CNS) nas redes assistenciais, de modo a contribuir para a qualificação da gestão federativa e a resolubilidade das ações e serviços de saúde.

Em 2013, houve a depuração de 150 milhões de registros de CNS e 100% das Secretarias Municipais de Saúde (SMS) utilizando o sistema CADSUSWEB, ferramenta acessada por profissionais da saúde que operam a base de dados do Cartão Nacional de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nas secretarias estaduais e municipais de saúde e que possuem o código de acesso do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES). O objetivo do CADSUSWEB é dar mais fluidez ao processo de cadastramento e distribuição do número do Cartão. O CADSUSWEB é o primeiro passo para a integração dos sistemas de saúde em uma base nacional.

Em 2013 foram implantados os Comitês Técnicos Estaduais de Política de Promoção da Equidade e de Educação Popular em Saúde em 16 Unidades da Federação: Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo.

No que tange à tecnologia aplicada à saúde, este é um ponto de fundamental importância para garantir o acesso da população ao SUS com qualidade e em tempo oportuno. Ultrapassando os limites da informática, as atividades desenvolvidas pelo DataSUS auxiliam no controle dos serviços e ações ofertadas ao cidadão, no atendimento recebido por ele nas unidades de saúde básicas ou de média e alta complexidade, no trabalho dos profissionais e na qualificação de sua relação com os pacientes, além do controle e processamento das contas da Saúde, integrando a União aos Estados e Municípios para o cumprimento de suas atribuições no SUS.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram capacitados 13.618 pessoas visando o controle social e a gestão participativa no SUS, envolvendo conselheiros de saúde, lideranças de movimentos sociais, ACS (agentes comunitários de saúde), ACE (agentes de controle de endemias), educadores populares e gestores.

Em 2012 foram capacitadas 4.464 pessoas, o número registrado anteriormente no SIOP foi superdimensionado e incluiu mobilizações sociais.

Quantidade alcançada

18.082

Data de Referência

31/12/2013

- **Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 80% das Regiões de Saúde até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2013 foram realizadas atividades relacionadas aos processos de regionalização com os Estados de: AL, ES, PE, PR, RJ, RR, SC, SP, SE e TO que, além de concentrarem um número de regiões de saúde que potencialmente permitiriam o alcance da meta, manifestaram intenção de assinar o COAP enquanto instrumento de formalização dos acordos interfederativos nas regiões. Vários avanços no desenvolvimento de mecanismos e instrumentos de governança já foram alcançados com esse trabalho, ainda que não tenham culminado na assinatura dos contratos no exercício de 2013.

Em 2012, foram assinados 24 COAP.

Quantidade alcançada

5,5

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar manuais sobre saúde da população negra e combate ao racismo institucional para as secretarias estaduais de saúde dos 26 estados e do Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Realizada revisão e atualização da 2ª edição da Cartilha do Controle Social.

- **Fomentar a implementação de 27 Comitês Estaduais de Promoção da Equidade para Populações Vulneráveis até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Plano Mais Brasil

11 Comitês Técnicos Estaduais de Política de Promoção da Equidade e de Educação Popular em Saúde implantados e funcionando, com a participação de representantes das Secretarias de Saúde e de Movimentos Sociais nas seguintes Unidades da Federação: Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

- **Fomentar a mobilização de 80 mil pessoas em eventos com foco na gestão participativa e no controle social nas ações de saúde.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram mobilizadas 4.802 pessoas e, em 2012, 23.539 totalizando 28.341 pessoas.

Quantidade alcançada

28.341

Data de Referência

31/12/2013

- **Número do Cartão Nacional de Saúde disponibilizado a toda a população através do Portal do Cidadão e do Cadastro Único de Usuários do SUS (CadSUSWeb) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

150 milhões de registros do Cartão Nacional de Saúde (CNS) foram higienizados em 2013, tendo sido disponibilizado o Portal do Cidadão para a população.

Além disso, 100% das Secretarias Municipais de Saúde estão utilizando o sistema do Cadastro Único de Usuários do SUS - CADSUSWEB.

- **Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

Realizado o Encontro Nacional de Saúde da População Cigana em 2012.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 6 seminários regionalizados envolvendo as comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas várias atividades na área de saúde da população quilombola, dentre as quais 5 seminários, conforme relação abaixo.

Apoio e participação:

ENCONTRO NACIONAL DE QUILOMBOLAS - CONAQ - Território e Saúde da População Negra. Data: 16 a 19 de abril de 2013. Local: Brasília/DF.

PROTAGONISMO QUILOMBOLA. Na luta por direitos sociais, saúde e cidadania. Data: 26 de maio a 01 de junho de 2013. Local: São Paulo (Instituto Cajamar).

Apoio, organização e participação:

SEMINÁRIO COMPARTILHADO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA Data: 29 e 30 de julho de 2013. Local: Porto Alegre/RS
Parceiros: SEPPIR, Secretaria Geral da PR, INCRA. Convidados: FUNASA, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

SEMINÁRIO COMPARTILHADO DA POLÍTICA DE SAÚDE QUILOMBOLA Data: 01 e 02 de agosto de 2013. Local: Salvador/BA
Parceiros: SEPPIR, INCRA e Secretaria Geral/PR.
Convidados: FUNASA e Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

SEMINÁRIO COMPARTILHADO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA Data: 23 e 24 de agosto de 2003. Local: São Luís/MA
Parceiros: SEPPIR. Secretaria Geral da PR, INCRA.
Convidados: FUNASA e Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

Quantidade alcançada
5
Data de Referência
31/12/2013

- **Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde**
  Análise Situacional da Meta
  A 15ª Conferência Nacional de Saúde está prevista para ser realizada em 2015.

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo
Este objetivo contempla o campo da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), seus processos e instrumentos, a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Além disso, tais ações dão subsídios aos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do Sistema nas três esferas de governo.

Estão envolvidas questões relacionadas à organização interna do Ministério da Saúde, visando à efetividade na execução das ações de responsabilidade direta do governo federal e a garantia de melhor controle da aplicação dos recursos transferidos aos estados e municípios, buscando a melhoria contínua do financiamento das ações de saúde.

As medidas decorrentes deverão manter relação sistêmica com os demais entes da federação, visando o aprimoramento do SUS. Qualificar o processo de planejamento constituirá condição para que se alcance resultados organizacionais e se maximize o uso dos recursos, seja de infraestrutura, seja financeiro ou da força de trabalho.

Para isso, a saúde conta com várias ferramentas de monitoramento e avaliação, como o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) - um indicador síntese que faz a aferição contextualizada do desempenho do SUS - e o Portal da Transparência, que tem o objetivo de aumentar a transparência da gestão pública. Essas ferramentas permitem ao cidadão acompanhar como o dinheiro público está sendo utilizado e, dessa forma, fiscalizar a aplicação dos recursos na área da saúde.

Plano Mais Brasil

Estruturam-se ainda de forma integrada as áreas de Ouvidoria e o Sistema Nacional de Auditoria (SNA), contribuindo com a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde. O Sistema Nacional de Ouvidoria está organizado nas três esferas de governo, havendo, atualmente, 1.263 ouvidorias implantadas.

Em 2013, houve processo de implantação de ouvidoria em 95 municípios e 205 municípios foram capacitados no curso "Tecendo a Rede do Sistema Nacional de Ouvidoria".

Também foram realizadas 286 ações de capacitação, 66 adesões ao Sistema OuvidorSUS, iniciada a construção do Índice Nacional de Qualidade das Ouvidorias do SUS e da Política Nacional do Sistema Nacional de Ouvidorias, bem como elaborado o Projeto de Qualificação das Ouvidorias Estaduais.

Foi incentivada a manifestação espontânea dos cidadãos por meio do telefone 136, carta, atendimento presencial e formulário eletrônico disponível no Portal da Saúde, além da implantação da Ouvidoria Ativa.

Em relação ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em 2013 ocorreram 2.222 registros, todos respondidos. Foram recebidas 101.352 ligações no disque-saúde 136, com 139.417 informações disseminadas em atendimento à Lei de Acesso à Informação.

No que se refere ao controle, o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS) é o componente federal do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), responsável por exercer atividades de Controle Interno (auditoria, fiscalização e visita técnica) no âmbito do SUS em todo o território nacional, por meio da Unidade Central e das Unidades Desconcentradas.

Como a gestão do SUS é descentralizada, cabe também aos gestores municipais de saúde inspecionarem as instituições que administram para fortalecer o sistema de saúde pública no Brasil e os estados e instituições municipais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o Disque Saúde 136, com foco na pesquisa da Rede Cegonha, por meio da realização de 400 mil entrevistas até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  Foram contabilizados 197.854 questionários aplicados até 31/12/2013 sobre o Programa Rede Cegonha.
  Quantidade alcançada

  197.854
  Data de Referência

  31/12/2013

- **Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado**

  Análise Situacional da Meta

  Houve processo de implantação de ouvidoria 95 municípios em 2013, totalizando 180 desde 2012.
  Quantidade alcançada

  95
  Data de Referência

  10/02/2014

- **Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Estaduais de Saúde anualmente**

Análise Situacional da Meta

Todas as ações do Fundo Nacional de Saúde são para apoiar os 5.596 fundos de saúde (5.569 municípios e 27 Estados - incluindo o DF), por meio de participação nos eventos patrocinados pelos parceiros no projeto de apoio a fundos que são do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde dos estados (COSEMS), Controladoria Geral da União em seus programas de fortalecimento da gestão municipal por Sorteios Públicos, com informações atualizadas e precisas no site do FNS, com a melhoria dos sistemas de pagamento, devido a integração com os demais sistemas do MS, o que permite agilidade nos procedimentos de pagamento/transferência aos fundos de saúde, com o acompanhamento a convênios, atuando também na orientação aos gestores, quanto aos procedimentos a serem adotados para obtenção de melhor utilização do recurso/adequação dos projetos.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

10/02/2014

- **Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Municipais de Saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

Todas as ações do Fundo Nacional de Saúde são para apoiar os 5.596 fundos de saúde (5.569 municípios e 27 Estados - incluindo o DF), por meio de participação nos eventos patrocinados pelos parceiros no projeto de apoio a fundos que são do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde dos estados (COSEMS), Controladoria Geral da União em seus programas de fortalecimento da gestão municipal por Sorteios Públicos, com informações atualizadas e precisas no site do FNS, com a melhoria dos sistemas de pagamento, devido a integração com os demais sistemas do MS, o que permite agilidade nos procedimentos de pagamento/transferência aos fundos de saúde, com o acompanhamento a convênios, atuando também na orientação aos gestores, quanto aos procedimentos a serem adotados para obtenção de melhor utilização do recurso/adequação dos projetos.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

10/02/2014

- **Apoiar os processos de monitoramento e avaliação das 27 Secretarias Estaduais de Saúde**

Análise Situacional da Meta

Os gestores dos estados, municípios e Distrito Federal foram apoiados com a disponibilização de informações estratégicas por meio da Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE), a qual oferta informações referentes aos aspectos sócio-demográficos, epidemiológicos e relativos ao componente federal da gestão do SUS, que contribuam para o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

- **Consolidar o SOMASUS e sistemas associados no apoio à execução de projetos de investimentos em estruturação física e tecnológica do SUS**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (SOMASUS) foi desenvolvido com o intuito de auxiliar gestores e técnicos na elaboração de projetos de infraestrutura em saúde, e encontra-se disponível para livre acesso por intermédio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/somasus.

O SOMASUS é um instrumento de pesquisa de informações técnicas acerca dos ambientes médico-hospitalares e respectivos equipamentos para saúde. Tal conteúdo técnico pode ser utilizado pelo gestor ou por profissionais das áreas afins que atuam na saúde, como subsídio para a elaboração de seus projetos de investimento em infraestrutura física e tecnológica, com ênfase para as fases de planejamento, especificação, reformulação e avaliação de estabelecimentos assistenciais de saúde.

Plano Mais Brasil

Nos últimos anos, o SOMASUS passou por uma série de aprimoramentos e teve a sua inserção no SUS ampliada e consolidada, nos seguintes termos:

- Revisão e atualização tecnológica de todo o seu conteúdo técnico;
- Acréscimo de novas ferramentas de consulta e simplificação do acesso para o usuário;
- Impressão e distribuição de exemplares dos volumes 1, 2 e 3 para milhares de municípios brasileiros (incluindo secretarias municipais e estaduais de saúde, universidades, órgãos de classe, e profissionais de engenharia e arquitetura);
- Ampliação do acesso ao Sistema, contando-se no final de 2013, com cerca de 10.000 usuários.

• **Disponibilizar programa de apuração de custos de serviços e ações em saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em agosto de 2013, foi concluído o desenvolvimento da primeira versão do Sistema de Apuração e Gestão de Custos do SUS – APURASUS. O sistema faz parte do instrumental disponibilizado no âmbito do Programa Nacional de Gestão de Custos - PNGC, que tem por objetivo promover a gestão de custos no âmbito do SUS, por meio da geração, aperfeiçoamento e efetiva utilização de informações referentes a custos como subsídio para a tomada de decisão e otimização do desempenho de serviços, unidades, regiões e redes de atenção em saúde.

O APURASUS é um sistema web, de livre acesso, que vem auxiliar no processo de apuração e gestão de custos em distintas unidades de saúde do SUS, de forma padronizada e estruturada. Tem como grande diferencial a capacidade de permitir sua personalização, de forma a se adaptar às características próprias de unidade de saúde de diferentes perfis em termos de tamanho, estrutura e serviços produzidos na atenção e cuidado à saúde. Em sua primeira versão, o APURASUS funciona a partir da alimentação manual de dados e está preparado para ser utilizado por unidades hospitalares; o sistema encontra-se em processo de implantação em 21 hospitais. Está em fase de desenvolvimento um módulo de importação de dados, de forma a permitir maior eficiência e agilidade na implantação do sistema.

• **Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde**

Análise Situacional da Meta

Principais atividades desenvolvidas em 2013:

- Processamento e cálculo dos 24 indicadores do IDSUS dos triênios 2008-2010 e 2009-2011;
- Publicação dos resultados dos 24 indicadores;
- Desenvolvimento e publicação dos resultados por meio dos gráficos de bolhas;
- Desenvolvimento e implantação da ferramenta de busca dos resultados dos indicadores do IDSUS por município e triênio;
- Elaboração de minuta de portaria que regulamenta o IDSUS e revisão do anexo dessa portaria contendo as fichas técnicas dos indicadores.
- Elaboração de proposta de revisão do IDSUS;
- Elaboração das fichas simplificadas dos novos indicadores da Atenção Básica para proposta de revisão do IDSUS.

• **Implantar e implementar o Portal da Transparência do Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta

O Portal da Transparência do Ministério da Saúde foi implantado no seguinte endereço eletrônico: http://aplicacao.saude.gov.br/portaltransparencia/index.jsf .

• **Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015**

Análise Situacional da Meta

A auditoria do SUS realizou, em 2013, 1.661 ações de controle interno do SUS, sendo 1.046 auditorias, 117 fiscalizações, 391 visitas técnicas e 107 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS). Em um total de R$ 3,3 bilhões auditados, houve R$ 277 milhões de proposições de devolução.
Somando-se ao número de ações de controle interno realizadas em 2012, atingiu-se um total de 3.519 ações.

Quantidade alcançada
3.519
Data de Referência
10/02/2014

- **Realizar ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS, com envio de 10 milhões de CartaSUS/ano até 2015.**

Análise Situacional da Meta
Até Dezembro/2013, foram enviadas 23.719.431 cartas. A referida ação teve início em Janeiro/2012, e desde então foram enviadas 10.081.235 cartas em 2012 e 13.638.196 em 2013.
Quanto à pesquisa de satisfação do usuário, foram recebidos 1.392.299 cartões resposta, por correio, internet e telefone. Além de 6.292 manifestações, entre denúncias (4.232), reclamações, elogios, informações, solicitações e sugestões.

Quantidade alcançada
13.638.196
Data de Referência
31/12/2013

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo
A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde, uma vez que atende ao componente prescricional voltado à proteção e recuperação da saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e do seu uso racional. Esse objetivo consiste em promover a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, o Ministério da Saúde tem concentrado esforços na integração da Política de Assistência Farmacêutica às demais diretrizes prioritárias, com vistas a assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos no contexto da garantia da integralidade da atenção.

Para a garantia da assistência farmacêutica, o Ministério da Saúde tem envidado esforços para aprimorar os processos voltados a suprir as necessidades de medicamentos no atendimento básico e especializado, bem como aqueles demandados pelos programas estratégicos do SUS. Tem buscado a promoção do acesso seguro e racional por meio do incentivo a arranjos produtivos locais de plantas medicinais e fitoterápicos. Também estão sendo realizadas ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS) e do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFARSUS), na perspectiva de estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde. Outra importante estratégia consiste na promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio dos programas "Farmácia Popular do Brasil" e "Saúde Não Tem Preço", com foco em expandir estes programas nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza.

Em 2013, o Componente Básico da assistência farmacêutica realizou processos que resultaram no fornecimento parcial de 18.188 milhões de Blisteres relacionados ao programa da Saúde da Mulher; 600 Kits de Medicamentos para a Calamidade Pública e 3.034 Kits para o Sistema Penitenciário; 200 mil comprimidos de Iodeto de Potássio; 2.100.832 de frascos de Insulina Regular e 5.269.800 de Insulina NPH.

Plano Mais Brasil

O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) disponibiliza o tratamento, na forma de linhas de cuidado, para 79 doenças. Para isso, os medicamentos que constituem as linhas de cuidado para as doenças contempladas neste Componente estão divididos em três grupos: (i) Grupo 1, que está sob a responsabilidade exclusiva da União, constituído por medicamentos que representam elevado impacto financeiro para o Componente, maior complexidade da doença a ser tratada, refratariedade ou intolerância à primeira e/ou à segunda linha de tratamento, e que incluem ações de desenvolvimento produtivo no complexo industrial da saúde; (ii) Grupo 2, composto por medicamentos adquiridos e financiados pelos estados; (iii) Grupo 3, que contém os medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, devendo ser dispensado pelos municípios em caso de demanda para tratamento de determinada doença contemplada no CEAF. Este Componente adquiriu mais de 200 milhões de unidade de medicamentos para a continuidade do tratamento de 79 doenças.

O Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica atende às necessidades de Programas de Saúde Estratégicos, referentes a agravos e doenças de impacto na saúde pública, quais sejam: Cólera, Controle do tabagismo, Dengue, Doença de Chagas, Filariose, Geohelmintíase, Hanseníase, Influenza, Leishmaniose, Lúpus/Mieloma Múltiplo/Doença do Enxerto Contra Hospedeiro, Meningite, Tracoma, Tuberculose, Tuberculose Multidroga-Resistência. Em 2013, foram formalizados 12 contratos, 8 termos de cooperação, 6 convênios com laboratórios oficiais e 5 aditivos a termos de cooperação com organismo internacional, que resultaram na aquisição de mais de 258,4 milhões de unidades de medicamentos para tratamento das doenças do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica.

O apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS foi incrementado, em 2013, com o repasse Fundo a Fundo, de R$ 6,2 milhões para sete Secretarias de Saúde Municipais, uma Estadual e a do Distrito Federal, objetivando a estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Assim, até dezembro de 2013, foram apoiados 23 Arranjos Produtivos Locais (APL). Também foram repassados R$ 2,8 milhões para 21 Secretarias de Saúde Municipais e três Estaduais, visando ao apoio à estruturação e ao fortalecimento da Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Em 2013, o projeto HÓRUS Básico/Estratégico já contou com a adesão de 2.678 municípios, 20 estados e o DF. Destes, 1.240 municípios, 18 estados e o Distrito Federal já utilizam o sistema para gerenciamento dos serviços farmacêuticos. No ano, 1.739 profissionais vinculados a 528 municípios foram capacitados, na modalidade à distância, e estão aptos a utilizar a ferramenta.

Durante o ano de 2013, observou-se um aumento na implantação do HÓRUS Estratégico nas regionais de saúde dos estados do Ceará, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

O HÓRUS-Especializado foi implantado em 16 estados, sendo utilizado para a gestão e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica nas unidades de saúde definidas pelo gestor estadual. Esse número representa 80% das implantações previstas até 2014.

Em 2013, 453 novos municípios de até 100 mil habitantes do Plano Brasil sem Miséria foram habilitados no Eixo Estrutura do QUALIFAR-SUS (Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica) para receber recursos de capital e custeio e contribuir para a estruturação dos serviços farmacêuticos no SUS, considerando a área física, os equipamentos, os mobiliários e os recursos humanos. A abertura do processo de pagamento do recurso de capital e custeio foi realizada em agosto, e estes recursos foram repassados em outubro de 2013.

Lançada em 2011, a campanha "Saúde Não Tem Preço" passou a disponibilizar gratuitamente os medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes por meio da rede do Programa Farmácia Popular. Também passou a contemplar esse rol medicamentos gratuitos terapêuticos para o tratamento da asma. Desde o início da gratuidade dos medicamentos para asma, em junho de 2012, mais de 945 mil brasileiros foram beneficiados com medicamentos gratuitos.

A Rede de Farmácia Popular totalizou, em 2013, 29.559 farmácias credenciadas em 4.119 municípios, que somadas a 546 unidades próprias, atendem mais de 6,5 milhões de pessoas por mês pelo sistema de vendas DATASUS do Programa Farmácia Popular do Brasil. Desde janeiro de 2013, o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada nos municípios mapeados pelo plano "Brasil Sem Miséria", passando de 1.278 para 1.464 municípios do BSM abrangidos pelo Programa, dos quais 12 são abrangidos somente pela Rede Própria.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Aqui Tem Farmácia Popular ampliou a rede credenciada mapeada pelo Brasil Sem Miséria, passando a 1.464 Municípios da extrema pobreza abrangidos pelo Programa no ano de 2013.

  Quantidade alcançada

  1.464

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  O elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, realizado até 2013, é de 12 medicamentos.

  Quantidade alcançada

  12

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS**

  Análise Situacional da Meta

  Foram apoiados, até dezembro de 2013, 23 Arranjos Produtivos Locais - APL, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS.

  Quantidade alcançada

  23

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Aquisição e distribuição continuada de medicamentos e insumos adequados à integralidade do tratamento de pacientes em todos os níveis de atenção.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, o Componente Básico da assistência farmacêutica realizou processos que resultaram no fornecimento parcial de 18.188 milhões de Blisteres relacionados ao programa da Saúde da Mulher; 600 Kits de Medicamentos para a Calamidade Pública e 3.034 Kits para o Sistema Penitenciário; 200 mil comprimidos de Iodeto de Potássio; 2.100.832 de frascos de Insulina Regular e 5.269.800 de Insulina NPH. No Componente Estratégico, por sua vez, houve a aquisição de mais de 258,4 milhões de unidades de medicamentos para tratamento de 19 doenças. Já o Componente Especializado adquiriu mais de 200 milhões de unidade de medicamentos para a continuidade do tratamento de 79

Plano Mais Brasil

doenças.

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo desses anos, o Ministério da Saúde consolidou seu papel no cenário de ciência e tecnologia em saúde, tendo como marca registrada o trabalho em parcerias com diversas instituições como o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), as Fundações de Amparo à Pesquisa, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Recentemente, destaca-se a parceria com a Fundação Bill & Melinda Gates, com projetos na área da saúde materno-infantil.

Para o desenvolvimento das ações estratégicas definidas no exercício de 2013, no âmbito da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), e em consonância com as prioridades definidas no documento Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde-PESS, foram investidos R$ 114 milhões em 11 Chamadas Públicas Nacionais, em parceria com instituições nacionais e internacionais. Dentre os temas fomentados, destacam-se: Chamada MS-Fundação Gates (R$ 17,4 milhões); Rede Nacional de Pesquisas sobre Política de Saúde: Conhecimento para Efetivação do Direito Universal à Saúde (R$ 16 milhões); Novas Terapias Portadoras de Futuro (R$ 18,75 milhões); Desenvolvimento de Inovações para Prevenção e/ou Tratamento de Câncer (R$ 20 milhões); e Rede Nacional de Pesquisa Translacional em Doenças Endócrinas e Metabólicas (R$ 7 milhões). Nesse período, ainda foram investidos R$ 10 milhões para a formação da Rede Nacional de Pesquisa Transnacional de Acidente Vascular Cerebral. Essas iniciativas resultaram no fomento de 220 projetos de pesquisa contemplando temas estratégicos para a política de saúde do País.

Ademais, visando estreitar a relação entre os gestores e a comunidade científica, realizou-se o evento nacional “Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS: integração entre conhecimento científico e políticas de saúde”.

A estruturação de medidas com o objetivo de atender às propostas para o fortalecimento do complexo industrial da saúde resultou, em 2013, na realização de diversas ações voltadas ao incremento da produção local, ao estímulo à inovação e ao desenvolvimento científico-tecnológico. A ampliação do uso do poder de compra e o fortalecimento da estrutura produtiva nacional também receberam tratamento diferenciado na estratégia de atuação.

Em 2013, ações voltadas para o fortalecimento dos laboratórios públicos, Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e de suporte tecnológico, resultaram no desenvolvimento de projetos de reestruturação da infraestrutura; desenvolvimento e inovação; e qualificação da gestão. No ano, foram contemplados 18 laboratórios públicos e 14 ICTs, que receberam investimentos na ordem de R$ 165 milhões, fomentando 40 projetos.

No âmbito das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2013 foram firmadas 49 parcerias relacionadas ao desenvolvimento de medicamentos, vacinas e produtos para a saúde, sendo que, desse total, 26 contemplam produtos biológicos. 16 produtos são de última geração, sendo 06 para câncer, 04 para artrite reumatóide, 01 para diabetes, 01 cicatrizante cirúrgico, 01 hormônio de crescimento e 03 imunoterapias (vacinas). Ainda neste bloco, foram firmadas 02 parcerias visando à retomada da produção nacional de insulina humana.

É oportuno destacar ainda a obtenção do registro do medicamento antineoplásico Mesilato de Imatinibe para distribuição

pública nas apresentações farmacêuticas de 100 e 400mg. Dessa forma, em 2013, somaram-se 102 parcerias para o desenvolvimento produtivo, articuladas pela ação governamental, que compreendem 97 produtos sendo: 63 medicamentos, 07 vacinas, 27 produtos para saúde e 05 de pesquisa e desenvolvimento. Essas parcerias permitem negociar reduções progressivas de preços, na medida em que a tecnologia é transferida e desenvolvida, incorporando economia significativa para o SUS, estimada em cerca de R$ 4,1 bilhões/ano. Contabiliza-se, ainda, como resultado dessas parcerias, R$ 8,9 bilhões/ano em compras públicas.

No âmbito da incorporação de tecnologias no SUS, em 2013, 31 tecnologias avaliadas tiveram recomendação de incorporação, destacando-se: cadeiras de rodas especiais e acessórios, bengalas, procedimentos de adaptação postural e sistema de frequência modulada para pessoas com deficiência auditiva; diagnóstico de casos novos de tuberculose e detecção de resistência à rifampicina; novos medicamentos para tratamento da hipertensão arterial pulmonar; vacina HPV para prevenção de câncer de colo do útero; rituximabe para tratamento do linfoma não Hodgkin; cloridrato de erlotinibe para tratamento do câncer de pulmão avançado ou metastático; gefitinibe para tratamento do câncer de pulmão de células não pequenas.

Foram recebidas 294 demandas para incorporação de tecnologias. Dentre elas, 192 foram referentes às solicitações de inclusão de medicamentos, 42 produtos e 60 procedimentos no rol do SUS: 146 internas, provenientes do Ministério da Saúde e de Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, e 148 demandas externas, provenientes da indústria farmacêutica, de órgãos do Poder Judiciário, de associações de pacientes e sociedades médicas. A maioria das demandas foi relacionada a especialidades de reumatologia, oncologia, infectologia e pneumologia.

Foram publicadas, em 2013, durante o processo de avaliação das demandas de incorporação tecnológica, 42 consultas públicas e mais de 1.900 contribuições foram recebidas de instituições de saúde, associação de pacientes, empresas, instituições de ensino, sociedades médicas, entre outros, sobre as tecnologias analisadas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Todos os Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) estão cadastrados na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), atingindo 100% da meta.

  Quantidade alcançada

  100

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue**

  Análise Situacional da Meta

  O projeto do Instituto-Fundação Butantan – IFB já encontra-se na fase clínica do desenvolvimento de uma vacina contra a dengue com todos os testes pré-clínicos necessários já realizados. Quanto ao Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos/Fiocruz, em parceria com a GlaxoSmithKline Biologicals, foram realizados os testes pré-clínicos e os ensaios clínicos encontram-se em planejamento.

- **Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade**

Plano Mais Brasil

intelectual

Análise Situacional da Meta

Foram aprovadas, no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS), até 2013, 7 (sete) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2013

- **Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi cumprida em 2012, quando foram firmados convênios da edição do PPSUS para o biênio 2012-2013 em 25 estados (exceto DF e PA).

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2013

- **Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa**

Análise Situacional da Meta

Como estratégia de fomento à pesquisa, existe o "Programa Pesquisa para o Sistema Único de Saúde: gestão compartilhada em saúde – PPSUS", cujo principal objetivo consiste em contribuir para a diminuição das desigualdades regionais na produção de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CT&I/S), via parceria entre Decit/MS, CNPq/MCT, Fundações de Amparo a Pesquisa Estaduais e Secretarias Estaduais de Saúde.

Em 2013, foram firmados 457 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS).

Quantidade alcançada

457

Data de Referência

31/12/2013

- **Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foram fomentados, até 2013, a realização de 220 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, sendo 167 estudos em 2012.

Quantidade alcançada

220

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Ao exercer o papel institucional de regulação e fiscalização da saúde suplementar, em 2013, a ANS recebeu 63.522 reclamações sobre a garantia de atendimento (5º ao 8º ciclos de monitoramento), e, destas, 17.599 no 8º ciclo. Devido aos problemas apontados pelos consumidores nestas reclamações, após devidamente averiguadas, 111 planos de 47 operadoras tiveram indicação de suspensão da comercialização no 8º ciclo de avaliação, que apresentou ampliação de escopo, avaliando também a cobertura assistencial. Essa é uma medida que, de forma acumulada, protegeu 12,1 milhões de consumidores, beneficiários desses planos – o equivalente a 24,0% do total de beneficiários dos planos de assistência médica. Desde o primeiro ciclo, 783 planos de 105 operadoras foram atingidos pela medida regulatória. O índice da ANS de resolutividade de conflitos entre operadoras e beneficiários é de 85,5% (de um total de 71.511 notificações recebidas em 2013).

Com relação ao Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Agravos e Doenças e de Envelhecimento Ativo, em operação desde 2011, foram estimulados os hábitos saudáveis dos idosos, podendo oferecer prêmios e descontos de mensalidades. O monitoramento em 2013 demonstra um aumento de oito vezes em relação ao número de programas registrados em 2011, o que equivale a 997 programas, com a participação de 1,4 milhão de beneficiários.

O Risco Assistencial consiste em um processo periódico e sistemático de análise e produção de informações a partir das reclamações dos beneficiários e dos dados encaminhados pelas operadoras aos sistemas de informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo divulgado a partir de 2012. De acordo com o resultado do processamento do risco assistencial de novembro de 2013, 69,60% das operadoras Médico-Hospitalares ativas apresentam baixo risco assistencial, 6,10% apresentam risco assistencial pré-moderado, 18,20% encontram-se na faixa de risco moderado e 5,07% encontram-se na faixa de risco alto.

A qualificação das operadoras do segmento suplementar da atenção à saúde é mensurada pelo Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS). Esse índice é composto por 40% na dimensão atenção à saúde; 20% na econômico-financeira; 20% na estrutura e operação e 20% na satisfação dos beneficiários. O número de operadoras (médico-hospitalares e odontológicas) que obtiveram o índice nas duas melhores faixas, entre 0,60 a 1,00 subiu de 482 em 2010, correspondendo a 33.756.664 de beneficiários (56%), para 752 operadoras em 2013, com 47.871.564 de beneficiários (76%).

O aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS gerou, em 2013, R$ 175,62 milhões de inscrições em dívida ativa. As Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) pagas no ano alcançaram R$ 113,03 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R$ 167,74 milhões. Desde 2011, houve arrecadação de 322 milhões.

Para 2014 projeta-se a ampliação do processo de ressarcimento das operadoras ao SUS, alcançando 356.100 AIHs com processos concluídos.

A partir de janeiro de 2014, os beneficiários de planos de saúde individuais e coletivos terão direito a mais 87 procedimentos, incluindo 37 medicamentos orais para o tratamento domiciliar de diferentes tipos de câncer e 50 novos exames, consultas e cirurgias, de acordo com o novo rol, revisto em 2013, após ampla consulta à sociedade.

Metas 2012-2015

- **Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS**

  Análise Situacional da Meta

  Foram concluídos, desde 2012, 439.919 processos. O aperfeiçoamento contínuo do processo de Ressarcimento ao SUS gerou R$ 175,62 milhões de inscrições em Dívida Ativa até dezembro de 2013. As Autorizações de Internação

Plano Mais Brasil

Hospitalar (AIHs) pagas, até dezembro de 2013, alcançaram R$113,03 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R$167,74 milhões.

- **Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional)**

Análise Situacional da Meta

O componente institucional do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar apresentou resultado parcial de 70% no primeiro semestre de 2013, com 77% de desempenho na dimensão da Sustentabilidade do Mercado, 63% de desempenho na dimensão do Aprimoramento Institucional e 68% na dimensão do Desenvolvimento Institucional, dimensionado a partir de um conjunto de 17 indicadores. O resultado anual foi de 86%.

- **Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias**

Análise Situacional da Meta

Com relação à atualização da rede assistencial das operadoras, foi desenvolvido e implantado um novo módulo do sistema RPS (Registro de Planos de Saúde) que contemplou o envio eletrônico dos dados da rede prestadora de serviço pelas Operadoras. Até novembro de 2013, foram incluídos 308.310 prestadores pelas operadoras, alterados 1.393.365 e excluídos 1.172 prestadores não-hospitalares permitindo o seu controle. Esta manutenção da rede hospitalar de prestadores está prevista para ser suprida somente pelo novo sistema RPS. A disponibilizacão das redes georreferenciadas pelas operadoras foi monitorada nesse ano. Com o intuito de qualificação das informações, prevê-se conjunto de ações para melhoria do acesso das informações pelos beneficiários.

- **Otimizar o Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania)**

Análise Situacional da Meta

Foi identificada a necessidade de repactuar o compromisso de articulação institucional ANS/órgãos e entidades de Defesa do Consumidor. Isso tem sido feito por meio de acordo de cooperação técnica que prevê a realização de diversas atividades conjuntas para contribuir para a proteção e defesa dos direitos dos beneficiários de planos privados de assistência à saúde, bem como produzir informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória.

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Dentre os mais de 100 projetos de cooperação, negociações multilaterais e intercâmbios internacionais, destacam-se, em 2013, as negociações, trocas de experiências e acordos firmados com países e organizações internacionais no âmbito do Programa Mais Médicos, contribuindo nas etapas de elaboração, execução e implementação do programa.

No campo da cooperação internacional, ganham relevo ações de cooperação fronteiriça com Argentina, Bolívia e Guiana Francesa, com destaque particular para a Assinatura do Projeto Trilateral Alemanha – Brasil – Uruguai para o fortalecimento dos sistemas de saúde na região fronteiriça Brasil- Uruguai. Além disso, houve ampliação da cooperação em bancos de leite humano, em particular na América Latina, além da cooperação com o Peru nas áreas de assistência farmacêutica e doenças crônicas não transmissíveis.

Com relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o Brasil foi o país que mais reduziu a mortalidade na infância (menores de 5 anos) entre nações da América Latina, BRICS e alguns países de renda média alta (Objetivo 4). Quanto aos demais Objetivos vinculados à saúde (Objetivo 5, de melhorar a saúde materna; e Objetivo 6, de combater o hiv/aids, a malária e outras doenças), os avanços foram significativos, sendo reconhecidamente o país com a menor taxa de incidência de tuberculose entre os BRICS.

Nos fóruns multilaterais, o Brasil manteve seu protagonismo nos órgãos de saúde global, sendo reconduzido como membro do Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão diretivo constituído por 34 países, ainda compondo o Conselho Diretor da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ingressando como membro da Agência Internacional de Pesquisa do Câncer (IARC).

O Projeto de Cooperação Internacional em Saúde no Haiti, o maior projeto de cooperação internacional brasileiro, está voltado ao enfrentamento do desafio de reconstrução do Haiti, após o terremoto de 2010, e permitiu ao poder público brasileiro construir, em 2013, três Hospitais Comunitários de Referência (do tipo "UPA"), com capacidade para 40 leitos; um Instituto de Reabilitação (que atuará na reabilitação de pessoas com deficiência nos campos da visão, audição, locomoção, pessoas amputadas, dentre outras), um laboratório de órteses e próteses, em regiões de alta densidade populacional e sem estrutura para o acesso aos serviços de atenção à saúde. Inaugurou também dois laboratórios de saúde pública para apoio à vigilância em saúde e formou agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem e inspetores sanitários.

Metas 2012-2015

- **Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa**

  Análise Situacional da Meta

  100% do escritório em Moçambique está implantado desde 2012. O Escritório oficial tem como finalidade articular, acompanhar e avaliar os programas de cooperação em saúde desenvolvidos pelas unidades da Fiocruz com os países africanos.

  Principais serviços

  • Cursos de pós-graduação em diferentes áreas

  • Capacitações em serviço

  • Ensino a distância e formação politécnica

  • Implantação e reformulação dos institutos nacionais de Saúde dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP

  • Transferência de tecnologia para a área de produção e apoios diferenciados para o fortalecimento dos sistemas de saúde dos países da CPLP

- **Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, por meio da participação nos fóruns multilaterais e nos mecanismos de integração regional e de fronteira, no desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.**

  Análise Situacional da Meta

  Dentre as iniciativas internacionais realizadas e apoiadas pelo Ministério da Saúde, as que merecem destaque no ano de 2013 são: coordenação da posição brasileira nas sessões do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS) - Assembléia Mundial da Saúde e do Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e reuniões específicas em diversos temas da OMS; apoio ao "Consultant Regional do CEWG – Consultant Expert Working Group" onde o objetivo é inovação e acesso a medicamentos, determinando áreas prioritárias para pesquisa,

Plano Mais Brasil

desenvolvimento e inovação; o acompanhamento dos temas da saúde nas agências do sistema das Nações Unidas, na Organização Mundial do Comércio (OMC); apoio na Convenção da Biodiversidade/Protocolo de Cartagena; apoio ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); apoio na Convenção para Proibição de Armas Biológicas (CPAB); apoio na Convenção para Proibição de Armas Químicas (CPAQ); apoio na Convenção Quadro de Mudanças Climáticas; coordenação e apoio na Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT); participação e apoio no processo de integração regional e na implantação e implementação do Observatório MERCOSUL de Sistema de Saúde; apoio, coordenação e participação nas Ações de Cooperação nas Regiões das Fronteiras; fortalecimento das capacidades nacionais e sub-regionais da UNASUL para a condução, formulação, implementação e avaliação de políticas de recursos humanos em saúde; promoção e coordenação dos temas da saúde relativos ao MERCOSUL; a participação na Reunião dos Ministros da Saúde (RMS) a qual é a instância definidora de macropolíticas e programas no âmbito do MERCOSUL; apoio e participação no Subgrupo de Trabalho nº 11 – Saúde – relativo a Presidencia Pró-Tempore; no âmbito da OTCA a AISA retomou a articulação de apoio das negociações do Organismo com as demais instâncias de saúde no que se refere à agenda sanitária brasileira; coordenação e gerenciamento das ações de assistência humanitária; apoio e discussão das diretrizes orientadoras dos projetos de cooperação concluídos no Plano estratégico de Cooperação em Saúde pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP; apoio ao projeto "Bibliotecas Azuis", cujo objetivo é o fortalecimento da colaboração entre os países de língua oficial portuguesa nas áreas de capacitação de recursos humanos em saúde; e apoio e execução do "Programa Mais Médicos".

- **Realizar cooperação técnica internacional em saúde, priorizando países da América Latina e Caribe e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

Análise Situacional da Meta

Realizada missão de avaliação e de detalhamento de projetos a Quito para avaliar com as contrapartes equatorianas os projetos em execução " Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano no Equador" e "Apoio Técnico para o Fortalecimento das Funções Regulatórias de Pré e Pós Comercialização de Medicamentos no Equador". Ademais, renegociar os projetos em fase de assinatura (Apoio ao Fortalecimento da Promoção da Saúde do Equador, Consolidação dos Modelos de Atenção à Saúde Aplicados aos Povos Indígenas e Fortalecimento Tecnológico da Rede de Bancos de Leite Humano do Equador), de modo que os custos fossem compartilhados com as demais instituições envolvidas nesses projetos.

Realizada em agosto missão de especialistas do Ministério da Saúde de Honduras ao Brasil para realizar missão de cooperação técnica no âmbito de projeto bilateral na área de sangue e hemoderivados. Durante o período foram realizadas capacitações junto a Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados deste Ministério e junto à ANVISA.

Realizada em setembro missão de avaliação e de detalhamento de projetos a Cidade do México, coordenada pela ABC. Na ocasião foram avaliados com as contrapartes mexicanas o projeto na área de bancos de leite humano e renegociados os projetos na área de vigilância ambiental e de práticas integrativas.

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6	%	31/12/2009	53,16	31/12/2012	66,75
Percentual de CREAS com atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE)	%	31/12/2010	31	31/12/2013	73,27
Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência	%	31/12/2010	77	31/12/2013	73,85
Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social	%	31/12/2010	63	31/12/2013	51,84
Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua	%	31/12/2010	35	31/12/2013	80,56
Percentual de municípios (com 50 mil habitantes ou mais) com Serviços de Acolhimento	%	31/12/2010	62	31/12/2013	75
Percentual de Municípios com CREAS	%	31/12/2010	26	31/12/2013	43
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa com Deficiência	%	31/12/2010	9,39	31/12/2013	5,94
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa	%	31/12/2010	5,32	31/12/2013	4,13
Taxa bianual de permanência dos técnicos de nível superior nos CRAS	%	31/12/2010	42,8	31/12/2013	51,13
Taxa de trabalho infantil	%	31/12/2009	5,63	30/09/2012	4,06
Variação anual da concessão do BPC	%	31/12/2010	3,97	31/12/2013	8,55

Observações:
Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6 - Não apurado em 2012.

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo agrega o cofinanciamento de serviços e projetos de estruturação da rede de unidades de Proteção Social Básica (PSB). A Proteção Social Básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias e de indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. Nesse sentido, articula um conjunto de ações voltadas à inserção dessas famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando prevenir situações

de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade.

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos da área de abrangência do CRAS. Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o principal serviço da proteção básica. O PAIF é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinado a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material, as condições de atendimento, a ampliação do acesso aos serviços e o aprimoramento da gestão dessas Unidades.

Em relação aos Serviços, em 2013, merecem destaque: o reajuste do valor de cofinanciamento do PAIF; a expansão do cofinanciamento do PAIF a municípios que não possuíam cofinanciamento federal para o serviço; o reordenamento do SCFV; a doação de Lanchas de Assistência Social; e a ampliação da oferta do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho). Além disso, também foram implementadas diversas estratégias para ampliar e melhorar a qualidade da oferta dos serviços de proteção social básica para públicos específicos, em especial para comunidades quilombolas e indígenas, bem como foram disponibilizadas diversas orientações técnicas, visando melhorar a qualidade da execução dos serviços de proteção social básica.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para todas as faixas etárias dos serviços tipificados, buscando a universalização da oferta e equalização da cobertura de cofinanciamento**

  Análise Situacional da Meta

  O SCFV organiza-se por faixas etárias, estando prevista a oferta de atividades intergeracionais. Objetiva prevenir situações de vulnerabilidade e riscos, contribuindo para a prevenção da institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, inclusive pessoas com deficiência. O serviço ocorre por meio do trabalho em grupos, podendo ser ofertado no CRAS, além de outras unidades públicas, como os Centros de Convivência, ou em entidades de assistência social, referenciadas ao CRAS.

  Em 2013, foi implementado o reordenamento do SCFV, visando equalizar a oferta do serviço para as faixas etárias de 0 a 17 anos e acima de 60 anos, unificar a lógica de cofinanciamento e estimular a inserção, no serviço, do público identificado nas situações prioritárias, conforme pactuado na Comissão Intergestores Tripartite – CIT (Resolução CIT nº 01/2013) e deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (Resolução CNAS nº 01/2013).

  Nesse sentido, destaca-se ainda a regulamentação do cofinanciamento federal do SCFV, por meio do Piso Básico Variável, realizada pela Portaria MDS nº 134, de 28 de novembro de 2013. De acordo com essa portaria, o cofinanciamento federal aos municípios e DF é condicionado à existência de CRAS e à efetiva oferta do serviço. Em 2013, 5.036 municípios realizaram aceite para a execução do SCFV, totalizando uma capacidade de atendimento de 1.649.260 usuários.

  Considerando apenas a oferta direta desse serviço no CRAS, em agosto/13 (mês de referência para o Censo SUAS), de acordo com o Sistema de Registro Mensal de Atendimentos, foram atendidos aproximadamente 109 mil crianças de até 06 anos, 466 mil crianças/adolescentes de 06 a 15 anos, 306 mil adolescentes de 15 a 17 anos e 422 mil idosos.

- **Aprimorar a gestão territorial dos CRAS, de forma a assegurar a articulação entre o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de proteção básica no território**

  Análise Situacional da Meta

  Além de ofertar serviços (PAIF e SCFV), o CRAS é a unidade responsável por desempenhar as funções de gestão da proteção social básica no seu território. A gestão territorial tem por objetivo promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços em local próximo à moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento dos serviços ao CRAS em ação concreta, tornando o CRAS referência para a população local e para os serviços setoriais. A gestão territorial compreende a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada

ao CRAS, a promoção da articulação intersetorial e a Busca Ativa. O Censo SUAS/CRAS 2012 registrou um total de 7.725 unidades, das quais 2.966 (38,39%) informaram realizar atividades de gestão do território, articulando a rede de Proteção Social Básica.

Para aprimorar a articulação da rede socioassistencial e a articulação intersetorial, o MDS tem promovido oficinas regionais intersetoriais com os estados, para discutir fluxos de encaminhamento nos municípios. Além disso, tem se articulado para a elaboração de instruções operacionais sobre essas temáticas. Como primeiro resultado desse esforço, foi editada a Instrução Operacional Nº 19, de 07/02/13, orientando os estados e municípios quanto à inclusão nos serviços socioassistenciais, das famílias beneficiárias do Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades, especialmente aquelas que estejam em fase de suspensão do benefício. Para divulgação dessas orientações, foram realizados diversos encontros regionais, com a participação de representantes da saúde, educação e assistência social. Em agosto de 2013, foi realizado encontro em Brasília com a participação de todos os estados e das capitais que possuíam o maior número de famílias em fase de suspensão do benefício, visando a definição de fluxos e encaminhamentos intersetoriais, que contassem com o apoio dos respectivos estados.

Além disso, iniciou-se, de forma sistemática, a realização de informes técnicos conjuntos, com o objetivo de alertar as equipes dos municípios quanto à necessidade de acompanhamento familiar e registro, no sistema de condicionalidades, das famílias com risco de cancelamento do benefício do Programa Bolsa Família.

- **Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento**

Análise Situacional da Meta

Para acompanhar o desenvolvimento da rede de unidades CRAS, em 2009 o MDS criou o Índice de Desenvolvimento do CRAS (ID CRAS). O ID CRAS resulta da combinação de quatro indicadores dimensionais: atividades realizadas, horário de funcionamento, recursos humanos e estrutura física. Para cada dimensão, há quatro graus de desenvolvimento (insuficiente, regular, suficiente ou superior), cujas variáveis indicam o grau de cumprimento das normativas do SUAS para aquela dimensão. O resultado do ID CRAS é expresso em um Indicador Sintético de 10 estágios de desenvolvimento das unidades. O CRAS que opera segundo padrões nacionais de funcionamento deve alcançar estágio igual ou superior a 6, correspondente a uma dimensão suficiente ou superior e três dimensões regulares.

O Censo SUAS/CRAS 2012 indica, dentre as 6.590 unidades que preencheram todos os Censos desde 2010 (ou seja, desconsiderando as novas unidades, conforme a metodologia de cálculo prevista), que 4.399 (66,75%) possuíam IDCRAS igual ou superior a 6, o que representa uma elevação de 11,14% em relação ao verificado no Censo SUAS 2011, apontando para uma melhoria contínua dos CRAS, visando sua adequação gradativa aos padrões normativos estabelecidos pelo SUAS.

Entre as iniciativas adotadas pelo MDS em 2013, destaca-se a disponibilização, aos estados, do sistema de acompanhamento aos municípios, que inclui informações de acompanhamento do PAIF, serviços e ações executados por equipes volantes e metas de desenvolvimento dos CRAS. O sistema visa o registro de informações, pelos estados, sobre o funcionamento regular dos serviços e das unidades, a partir das visitas realizadas aos municípios. Além disso, o MDS tem promovido reuniões bimestrais de apoio técnico aos estados, para acompanhamento e orientações sobre os serviços e normativas do MDS, bem como tem participado de reuniões nos estados e municípios a fim de fornecer orientações.

Quantidade alcançada

66,75

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

A Busca Ativa refere-se à procura intencional, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em

Plano Mais Brasil

determinado território, com o objetivo de identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Como estratégia do Plano Brasil sem Miséria (BSM), a Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como inserção nos serviços socioassistenciais e o encaminhamento aos serviços da rede de proteção social. Para enfrentar esse desafio, o BSM prevê a implantação de serviços de proteção social básica e ações executadas por Equipes Volantes, vinculadas a unidades CRAS, bem como a doação de Lanchas de Assistência Social para atendimento de comunidades ribeirinhas.

Em 2013, além da continuidade do cofinanciamento para ações e serviços executados pelas equipes volantes (1.195, em dezembro), merece destaque a entrega das 30 primeiras Lanchas de Assistência Social, a municípios do Pará (24) e Amazonas (06). Foram elegíveis para a doação de lanchas, municípios da Amazônia Legal e Pantanal que aceitaram o cofinanciamento federal para implantar serviços desenvolvidos por equipes volantes e que indicaram no Censo SUAS 2011 que possuíam CRAS atendendo comunidades ribeirinhas. De 129 municípios elegíveis, 109 (84,5%) aceitaram a oferta do MDS, vale dizer, de uma lancha por município. O cronograma de entrega das demais lanchas, fornecido pela Marinha do Brasil, deverá se estender até 2014. Em 2013 teve início o repasse do cofinanciamento federal destinado à manutenção das Lanchas, no valor mensal de R$ 7 mil por lancha, a partir do mês de entrega, para auxiliar nos custos de operacionalização do equipamento.

O Censo SUAS/CRAS-2013 registra que 98,45% das unidades que preencheram o Censo, ou seja, quase a totalidade dos CRAS, já realizam ações de Busca Ativa em seu território, conforme as orientações nacionais. Com o propósito de qualificar o trabalho de Busca Ativa realizado atualmente pelos municípios, foram desenvolvidas diversas iniciativas. Encontra-se em fase final de elaboração uma Instrução Operacional que trata especificamente da realização de Busca Ativa nos municípios. Também foram realizadas atividades com os estados (RS, SP, AP, BA, MA, MG, PE e RJ), para aprimorar a Busca Ativa de povos e comunidades específicas (quilombolas e indígenas, dentre outros) e aprimorar a identificação desses públicos no Cadastro Único.

- **Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

O fortalecimento e o incremento da rede de Proteção Social Básica ocorreram pela expansão da oferta de cofinanciamento federal para municípios e DF que apresentam déficit de cobertura nos serviços de proteção social básica e a qualificação dos serviços, com foco no acompanhamento de famílias em situação de extrema pobreza.

Em 2012 o MDS ofertou o cofinanciamento de 411 novos PAIF/CRAS, distribuídos pelos 334 municípios elegíveis, sendo que 247 municípios (73,9%) aceitaram o cofinanciamento para 301 (73,2%) unidades. Em 2013 foi realizada nova expansão, sendo considerados elegíveis os municípios que não possuíam cofinanciamento federal para o referido serviço. Essa expansão foi limitada à oferta de um PAIF/CRAS a cada município, totalizando 148 unidades, das quais 112 (75,6%) foram aceitas.

Em 2013, os esforços dirigiram-se ao reajuste do valor de cofinanciamento federal do PAIF aos municípios que já possuíam cofinanciamento, possibilitando o fortalecimento da rede de Proteção Social Básica e o aprimoramento da execução dos serviços em todos os municípios. A partir de outubro/2013, o cofinanciamento federal para o PAIF foi reajustado, passando de R$ 1,80 para R$ 2,40 por família referenciada (aumento de 33,3%). Assim, municípios de Pequeno Porte I passaram a receber R$ 6.000/mês; municípios de Pequeno Porte II, R$ 8.400/mês; e municípios de Médio e Grande Porte e Metrópoles R$12.000/mês (por serviço/unidade cofinanciado).

Além disso, com o reordenamento do SCFV, os municípios puderam ampliar sua oferta para todas as faixas etárias previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o que beneficiou o público que já participava do SCFV e ainda os usuários identificados nas situações prioritárias descritas na Resolução CIT nº 01/2013. O MDS ofertou o cofinanciamento do SCFV para 5.074 municípios, dos quais 5.036 (99,2%) aceitaram a oferta.

- **Integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social (ACESSUAS/TRABALHO)**

Análise Situacional da Meta

O Acessuas Trabalho funciona de forma articulada ao Pronatec Brasil Sem Miséria. Com o programa, os usuários são mobilizados e encaminhados a oportunidades de qualificação profissional nos cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria e à inclusão no mundo do trabalho, por meio da intermediação de mão de obra. Criado em 2012, o programa foi implantado inicialmente em 292 municípios e, em 2013, o cofinanciamento federal foi ofertado para 830 municípios, dos quais 739 (89%) realizaram o aceite, responsabilizando-se pela meta de mobilizar aproximadamente 1,4 milhão de usuários. Até dezembro de 2013, o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC havia registrado um total de 800.725 pré-matrículas em cursos do Pronatec Brasil sem Miséria, para o preenchimento de 694.370 vagas.

Merece destaque a articulação do programa com outras iniciativas do MDS, como o BPC Trabalho e outras políticas intersetoriais, a exemplo da articulação com o Grupo de Trabalho sobre Mulheres presas e egressas do sistema prisional, com o objetivo de divulgar vagas disponíveis nos cursos de capacitação do Pronatec, para facilitar o acesso dessas famílias a esses cursos. Destaca-se ainda a publicação das "Orientações Técnicas: Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho", que foram distribuídas aos municípios participantes e disponibilizadas no portal do MDS.

- **Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação dos Serviços de Proteção Social Básica, considerando o atendimento ao público prioritário (Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC, Benefícios Eventuais), às populações rurais, às comunidades tradicionais, a inclusão das pessoas com deficiência, o trabalho com os direitos das mulheres e o enfrentamento ao crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Para qualificação dos serviços de Proteção Social Básica, em 2013 foram elaboradas diversas publicações e orientações técnicas sobre os diferentes serviços.

Em relação ao SCFV, foi publicado o caderno sobre "Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos", que norteará a oferta e qualificação do serviço de convivência. Além disso, foi construído o documento "Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - passo a passo", que orienta os municípios sobre os procedimentos necessários para adesão ao reordenamento e oferta do serviço no novo formato.

Em relação ao PAIF, foi contratada consultoria para elaboração das Orientações Técnicas sobre os serviços e ações executados por Equipes Volantes, visando qualificar especialmente o atendimento ofertado a povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, foi iniciado um levantamento das especificidades da oferta dos serviços socioassistenciais para públicos como indígenas e quilombolas, que deverá subsidiar a elaboração de orientações sobre o trabalho voltado a esses públicos.

Foram elaboradas ainda orientações técnicas para o atendimento de mulheres egressas do sistema penal e de suas famílias e cadernos teóricos e de atividades relativos à Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais.

Além disso, estão sendo desenvolvidos materiais de orientação para acessibilidade dos CRAS, considerando dimensões atitudinais e de comunicação. Por fim, no âmbito do Plano "Crack, é possível vencer", o MDS tem fornecido materiais e conteúdos para capacitação de equipes, realizada em parceria com o Ministério da Justiça.

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta

Plano Mais Brasil

complexidades, conforme o agravamento das situações, e da natureza e especificidade do trabalho ofertado.

Na PSE de Média Complexidade, em 2013 ocorreram diversas iniciativas e ações, destacando-se:

a) expansões dos serviços: ampliação das redes CREAS e Centro Pop, em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria; ampliação do cofinanciamento para o Serviço Especializado de Abordagem Social, em articulação com o Programa Crack é Possível Vencer; cofinanciamento para implantação de Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, integrado ao Plano Nacional para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite;

b) realização de estudos, videoconferências, teleconferências, elaboração e organização de subsídios visando a publicação de Orientações Técnicas, para qualificar os serviços e unidades de referência, considerando as especificidades dos serviços e de seus usuários;

c) intensificação dos processos de articulação e alinhamento conceitual, por meio de eventos intersetoriais, em especial com a Saúde, considerando a forte interface na atenção às pessoas e famílias em situação de uso de crack e outras drogas, em situação de violência, com deficiência ou em situação de rua;

d) intensificação da participação de técnicos em eventos estaduais e municipais voltados à orientação, capacitação e suporte técnico às equipes locais; e

e) aprovação dos princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do SUAS e parâmetros para a oferta regionalizada do PAEFI.

Em relação à PSE de Alta Complexidade, que compreende os Serviços de Acolhimento, em 2013 destacaram-se as seguintes ações, em sintonia com os planos nacionais "Plano Brasil sem Miséria" e "Plano Viver sem Limite":

a) início do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para população em situação de rua e pessoas com deficiência;

b) expansão dos serviços de acolhimento para população em situação de rua, nas diversas modalidades de atendimento;

c) implantação de Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência, como uma estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos;

d) capacitações, por meio de oficinas de alinhamento e construção de textos conceituais, dispondo sobre a relação entre SUAS e SUS nos serviços de acolhimento;

e) definição de critérios para transferências de recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito do SUAS;

f) apoio técnico nas ações de prevenção e preparação, de forma a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais; e a

g) definição dos princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do SUAS.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que atendam os diversos públicos em situação de violência, tais como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, usuários de drogas e suas famílias**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, por meio do Plano Brasil sem Miséria, o cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, atingiu 2.325 CREAS municipais e regionais, localizados em 2.078 municípios, responsáveis pela cobertura de 2.386 municípios.

  O Censo SUAS 2013 aponta que, em 2012, foram acompanhados pelos CREAS:

  - 213.784 casos de crianças e adolescentes acompanhados em situação de violência (51.340 casos de abuso sexual; 7.544 casos de exploração sexual; 75.146 casos de negligência ou abandono);

  - 15.433 famílias com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, contribuindo para a reinserção familiar e a proteção e garantia do direito à convivência familiar e comunitária;

  - 43.461 casos de mulheres, vítimas de violência intrafamiliar;

- 36.489 casos de idosos, vítimas de violência intrafamiliar;
- 46.457 casos de idosos, vítimas de negligência ou abandono;
- 9.643 casos de pessoas com deficiência, vítimas de violência intrafamiliar; e
- 12.077 casos de pessoas com deficiência, vítimas de negligência ou abandono.

Em 42.379 casos (famílias/indivíduos) acompanhados pelo PAEFI, identificou-se o uso abusivo ou dependência de substâncias psicoativas.

Além disso, o cofinanciamento federal para oferta do Serviço Especializado de Abordagem Social atingiu 528 equipes, em 270 municípios.

Quantidade alcançada

2.325

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 a cobertura das unidades CREAS atingiu 2.386 municípios, por meio de 2.325 unidades CREAS (municipais e regionais), localizadas em 2.078 municípios.

Em relação aos CREAS Regionais, a NOB-SUAS/2012 definiu a responsabilidade dos estados na organização, coordenação e prestação de serviços regionalizados de proteção social. Em 2013 foram aprovadas Resoluções (CIT nº 17 e CNAS nº 31/2013) que definem os princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do PAEFI e do Serviço de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos, e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses serviços. A partir dessas regulamentações, a cobertura do PAEFI deverá ser ampliada aos municípios com população inferior a 20 mil habitantes.

Quantidade alcançada

2.325

Data de Referência

31/12/2013

- **Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS, do Centro Pop e do CentroDia, elevando o percentual de equipamentos operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente, bem como assegurando o enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando o alcance desta meta. As publicações e orientações técnicas de responsabilidade da SNAS/MDS têm abordado as questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial. Merecem destaque: a) a publicação online de subsídios técnicos para o Centro-Dia;

b) desenvolvimento, em conjunto com a SAGI, de pesquisa nacional em relação à gestão, organização e implementação dos serviços ofertados no CREAS;

c) realização de visitas e capacitações técnicas a municípios cofinanciados pelo governo federal, para a implantação de Centros-Dia;

d) realização de um grupo focal sobre estratégias metodológicas do serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias em Centro-Dia, com a participação dos coordenadores das unidades dos municípios cofinanciados e seus respectivos estados, especialistas convidados, consultores do MDS e técnicos do Ministério da Saúde.

- **Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento aos diversos públicos, estimulando a oferta de serviços com metodologias inovadoras (Centros-Dia, Residências-Inclusivas, Repúblicas, Casas-Lares, etc), assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram empreendidas diversas ações relativas à implantação e implementação de Centros-Dia, tais como a publicação online de subsídios técnicos sobre o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias ofertado em Centros-Dia e a realização de visitas e capacitação técnica a municípios cofinanciados pelo governo federal para a implantação dessas unidades.

Em relação ao reordenamento dos serviços para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiência, destaca-se:

a) produção de um guia eletrônico com perguntas e respostas para orientar gestores, profissionais, pessoas com deficiência e seus familiares quanto às características do serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em residências inclusivas;

b) realização de oficina com gestores e entidades conveniadas para o intercâmbio de orientações e informações sobre o tema; e a

c) elaboração de versão preliminar de documento com orientações técnicas referentes aos serviços de acolhimento à pessoa idosa, o qual deverá ser finalizado no primeiro semestre de 2014.

Além disso, também teve início o processo de ações conjuntas com a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM/PR, discutindo possibilidades de ações conjuntas na política de acolhimento para mulheres em situação de violência.

Todas essas ações asseguraram enfoque em questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.

- **Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

A população em situação de rua se caracteriza como um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Tais pessoas e famílias utilizam logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória. Com base nas raras pesquisas sobre essa população, estima-se a existência de mais de 50.000 pessoas em situação de rua no país. Essas pesquisas revelaram a falta de acesso desse segmento aos diversos programas governamentais, incluindo os benefícios e serviços públicos, em decorrência da sua situação de invisibilidade social.

A estratégia de Busca Ativa do Plano Brasil sem Miséria visa construir condições efetivas de acesso a bens e serviços públicos para os segmentos que apresentam maior vulnerabilidade social, bem como a inclusão daqueles que ainda estão em situação de invisibilidade social. Para tanto, o MDS definiu um formulário específico para a inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e tem produzido e divulgado diversas orientações técnicas e realizado reuniões com técnicos nos estados, DF e capitais, visando fomentar e garantir o adequado cadastramento desse público em todo o país.

Em novembro/2013, o CadÚnico já registrava 20.059 famílias em situação de rua cadastradas (sendo 13.197 nos municípios com mais de 100 mil habitantes), o que propicia a produção de informações e favorece o seu acesso ao crescente número de programas que se utilizam desse instrumento, de modo a ampliar o acesso à rede de serviços socioassistenciais e aprimorar a atenção a esse segmento, nas diversas políticas públicas.

Quantidade alcançada

13.197

Data de Referência

30/11/2013

- **Elaborar e difundir orientações técnicas para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Algumas ações foram desenvolvidas em 2013 para atender a esta meta, destacando-se:

a) publicação online de subsídios técnicos sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social;

b) desenvolvimento de Ciclo de Debates sobre o trabalho social com famílias no âmbito do PAIF e PAEFI, e sobre a relação e fluxo de atendimento a famílias, estabelecido entre esses serviços. Esse processo deverá ser finalizado em 2014, tendo como um dos produtos a publicação de orientações sobre o trabalho social com famílias;

c) realização de 5 videoconferências de orientação para adesão ao programa "Crack, é Possivel Vencer", com a participação de municípios com população acima de 200 mil habitantes, de todas as grandes regiões e 1 teleconferência para os municípios menores;

d) reuniões de pactuação do programa "Crack, é Possível Vencer?" com 119 municípios e 13 capitais;

e) realização de um Encontro Nacional com CRRs (Centros Regionais de Referência) para discussão e planejamento das oficinas de alinhamento conceitual com profissionais da Assistência Social, Saúde e Segurança Pública, com relação à questão do crack e outras drogas, enfocando a necessidade e a importância de uma ação integrada entre as 3 políticas públicas;

f) aprovação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE, como instrumento necessário para orientar a elaboração dos planos estaduais e municipais de atendimento das medidas socioeducativas; e

f) finalização dos subsídios técnicos e do Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAEFI, a serem publicados entre 2014-2015.

- **Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua**

Análise Situacional da Meta

O Censo SUAS 2013 foi respondido por 131 Centros Pop, unidades que obrigatoriamente ofertam o Serviço de Proteção Social Especial para População em Situação de Rua. Esse serviço tem como usuários: crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia ou sobrevivência. Vale salientar que os Centros Pop também podem ofertar o Serviço Especializado de Abordagem Social.

Em 2013 o MDS ampliou a cobertura de Unidades Centro Pop em todas as Unidades da Federação. Por meio do Plano Brasil sem Miséria, o cofinanciamento federal para implantação do Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua alcançou 305 Centros Pop, em 257 municípios.

Entre as ações definidas pelo Plano Brasil Sem Miséria, voltadas para a população em situação de rua, também se destaca a ampliação de vagas em serviços de acolhimento específicos para esse público. Em relação a esses serviços, 227 (80,21%) municípios com mais 100mil habitantes recebem o cofinanciamento federal, para a oferta de 24.975 vagas.

A partir de dados preliminares do Censo SUAS 2013, verifica-se que em 2012 os Centros Pop acompanharam um total de 46.232 casos (famílias e indivíduos).

- **Elevar o número de CREAS ofertando serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)**

Análise Situacional da Meta

Dados preliminares do Censo SUAS 2013 revelam que das 2.249 unidades CREAS que responderam ao levantamento, 1.650 (73,4%) ofertam esse serviço, independentemente do repasse do cofinanciamento federal, o que representa um incremento significativo (eram 1.431 unidades, segundo o censo 2011).

O Censo 2013 também registrou que em 2012 os CREAS atenderam 89.718 crianças e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE).

Quantidade alcançada

1.650

Data de Referência

31/12/2013

Plano Mais Brasil

- **Estabelecer protocolos e fluxos intersetoriais para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas estão sendo empreendidas, visando atender esta meta:

a) participação do MDS no grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) sobre Proteção à Criança e Adolescente, que possui como uma das ações o estabelecimento de um fluxo/diretriz sobre a escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual;

b) realização, em 2013, de 5 videoconferências de orientação para adesão ao "programa Crack, é Possível Vencer", nas cinco regiões do País, com a participação dos municípios com população acima de 200 mil habitantes e uma teleconferência para os municípios menores;

c) reuniões de pactuação do programa "Crack, é Possível Vencer?" com 119 municípios e 13 capitais;

d) Encontro Nacional com CRRs (Centros Regionais de Referências), para discussão e planejamento das oficinas de alinhamento conceitual com profissionais da Assistência Social, Saúde e Segurança Pública, com relação à questão do crack e outras drogas, enfocando a necessidade e a importância de uma ação integrada entre as três políticas setoriais;

e) discussões internas sobre o trabalho social com famílias e a relação e fluxo estabelecidos entre o PAIF, ofertado pelo CRAS, e o PAEFI, em relação ao atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco ou violação de direitos sociais;

f) reuniões do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua e do Comitê de monitoramento do Plano Viver Sem Limites;

g) realização, em novembro/2013, do "Seminário Nacional: O Papel da Educação no Sistema Socioeducativo", em parceria com o Ministério da Educação e a SDH/PR. O seminário reuniu gestores do setor educacional e do SINASE dos 26 estados e do Distrito Federal, gestores de serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto das capitais, além de representação do Conselhos de Educação (Consed), dentre outros atores; e

h) elaboração do "Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE".

Em 2014 deverá ser publicado caderno de orientações técnicas sobre a contribuição do SUAS no atendimento a pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, associada ao uso de crack e outras drogas.

- **Estabelecer protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos)**

Análise Situacional da Meta

Além da elaboração de uma Instrução Operacional (IO), que deverá ser publicada em 2014, orientando os gestores e trabalhadores na operacionalização de ações complementares de proteção social em situações de emergência ou estado de calamidade pública, a SNAS/MDS vem desenvolvendo as seguintes iniciativas:

• Capacitação de gestores e técnicos na gestão de situações de desastres (foram realizadas capacitações nos estados do Acre, em julho, e Bahia, em dezembro);

• Apoio técnico nas ações de prevenção e preparação, de forma a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais;

• Orientações quanto à regulação do Aluguel Social, previsto no Decreto Nº 6.307/2007. Para a concessão do benefício, o município deverá prever em legislação própria a regulação dos mecanismos de utilização, critérios de acesso e previsão de recursos;

• Apoio técnico nas ações de resposta, considerando a possibilidade de redimensionamento de equipes, reprogramação de saldos de recursos de serviços continuados, utilização do IGD e orientação para a gestão de abrigos emergenciais; e

• Antecipação do pagamento de parcelas de benefícios (BPC e RMV).

Em 2013, um conjunto de 54 entes (01 estado e 53 municípios) aceitaram a pré-habilitação ao Serviço, dos quais 07

(01 estado e 06 municípios) já receberam cofinanciamento federal, em razão do reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

- **Incluir no Censo SUAS os serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2012, o Censo SUAS passou a coletar dados sobre as Unidades de Acolhimento, que formam a rede de serviços de alta complexidade. Os questionários passaram a ser preenchidos por todas as Unidades, independentemente das suas fontes de cofinanciamento: governamentais municipais e estaduais, não governamentais conveniadas ou não conveniadas.

O Censo SUAS/Unidades de Acolhimento (2012) apontou o registro de 4.360 unidades, em todas as Unidades da Federação, que informaram uma capacidade de atendimento de 136.971 usuários. Desse conjunto, 2.329 (53,42%) referem-se a unidades de acolhimento de crianças e adolescentes, distribuídas em 1.517 municípios brasileiros.

O Censo apontou também o resultado do esforço de reordenamento desses serviços, seguindo a lógica da oferta em pequenos grupos: aproximadamente 78% das unidades possuem capacidade de atendimento limitada a 20 (vinte) usuários. No entanto, 54 unidades ainda estavam configuradas com capacidade superior a 60 (sessenta) pessoas.

- **Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos municípios abrangidos pelo "Programa Crack, É Possível Vencer",com alta incidência de trabalho infantil ou população em situação de rua e cidades-sede de grandes eventos e obras**

Análise Situacional da Meta

Para o alcance dessa meta, estão sendo implementadas várias ações, destacando-se:

a) com a expansão em 2013, do cofinanciamento federal aos municípios de grande porte (100.001 a 900.000 habitantes) e municípios com 50.000 habitantes ou mais de regiões metropolitanas, para oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social, foi alcançado um montante de 528 equipes, distribuídas em 270 municípios, dos quais 119 municípios pactuaram 361 equipes, por meio do Programa Crack, É Possível Vencer; e

b) a publicação online de orientações e subsídios em linguagem acessível, sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social. Este documento contempla conteúdo básico sobre as especificidades do serviço de abordagem em contextos de grandes obras e eventos, inclusive em relação ao trabalho infantil e população em situação de rua.

- **Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 teve início o processo de reordenamento dos serviços de acolhimento, sob a ótica de assistência social como política de direitos, objetivando adequar a rede histórica aos parâmetros nacionalmente regulados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009) e pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Nº 7.053/2009), possibilitando expandir o cofinanciamento federal para estados e municípios ainda não contemplados.

Com os novos critérios estabelecidos no processo de expansão do cofinanciamento para Residências Inclusivas (Plano Viver sem Limite), contemplando estados e municípios com população acima de 50 mil habitantes, a meta estabelecida para 2013 foi atingida: até julho/2013 foram contemplados 138 municípios e 6 governos estaduais, representando o cofinanciamento para implantação de 204 residências inclusivas. A oferta de cofinanciamento para outras 80 unidades, previstas para 2014, foi antecipada para 2013, seguindo os critérios estabelecidos por meio das Resoluções CIT nº 03/2013 e CNAS nº 06/2013.

Além disso, em 2013, dos 154 municípios que aderiram ao cofinanciamento federal para apoio à oferta do serviço de acolhimento para adultos e famílias em situação de rua, 139 (90,3%) correspondem a municípios que assumiram pela primeira vez tal compromisso. Outros oito municípios aderiram à expansão do quantitativo de vagas, em resposta às estratégias adotadas junto aos municípios com mais de 100 mil habitantes, incentivando a organização da gestão da rede de serviços de acolhimento.

Em virtude da continuidade da elevada migração de haitianos na fronteira brasileira, em decorrência do terremoto que

Plano Mais Brasil

ocorreu naquele país, os estados do Acre e do Amazonas solicitaram ao MDS, de forma emergencial, apoio técnico e financeiro para a organização de acolhimento e atendimento dos imigrantes, que se encontravam em extrema vulnerabilidade e risco social e pessoal em seus territórios. O MDS atendeu às solicitações por meio de repasse ao Acre, no final de 2012 e, posteriormente, pelo Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências.

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Os benefícios assistenciais se caracterizam em duas modalidades direcionadas a públicos e situações específicas e possuem natureza diferenciada quanto à forma de prestação (eventual e continuada): o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais. Os benefícios eventuais estão previstos na LOAS como provisões suplementares e provisórias prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. A concessão, valores e financiamento desses benefícios são definidos pelos municípios, estados e Distrito Federal, com base em critérios e prazos estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. Os estados têm como responsabilidade na efetivação desse direito o apoio técnico e a destinação de recursos financeiros aos municípios, a título de cofinanciamento.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), por sua vez, é um benefício da política de Assistência Social, de natureza individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, cuja renda per capita familiar mensal, em ambos os casos, seja inferior a ¼ do salário mínimo. O acesso ao benefício independe de contribuições prévias à seguridade social. A gestão e o financiamento do BPC são de responsabilidade do MDS e a operacionalização do benefício é de competência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com a implantação do BPC, em janeiro de 1996, foi extinta a Renda Mensal Vitalícia (RMV), um benefício previdenciário criado no início da década de 1970, incorporado à assistência social e que permanece sendo pago às pessoas que já faziam jus a esse benefício quando da sua extinção. De forma semelhante ao BPC, a RMV também é operacionalizada pelo INSS.

Em 2013 o BPC atendeu aproximadamente 3,9 milhões de beneficiários, sendo 2,1 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de pessoas idosas. No ano, foram concedidos 356.339 benefícios e cessados (cancelados) 121.815. Continua sendo realizada a inserção dos beneficiários do BPC no CadÚnico, tendo sido atingido ao final do ano 40,6% do público alvo. Estratégias para aumentar a proporção dos beneficiários inseridos estão sendo discutidas e deverão ser implementadas em 2014. As pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, também contam com ações intersetoriais que visam ampliar a proteção e a inclusão social desse segmento: o BPC na Escola, cuja cobertura (quantidade de beneficiários com até 18 anos de idade, residentes em municípios que aderiram ao Programa) já abrange 393.370 beneficiários e o BPC Trabalho, instituído em 2012, que, articulado ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho, encontra-se em implantação em 739 municípios.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura dos beneficiários do BPC na faixa etária de 0 a 18 anos, por meio da adesão dos municípios ao Programa BPC na Escola**

  Análise Situacional da Meta

  Visando ampliar a cobertura do Programa BPC na Escola, desde setembro/2011 têm ocorrido adesões de municípios ao

Programa. Em 2008, quando ocorreram as primeiras adesões, a cobertura atingiu 62,59% (232 mil beneficiários, de um total de 370.613, com idades entre 0 e 18 anos). Em 2012 participaram do programa 291.053 beneficiários (61,91%), residentes em 2.351 municípios (42,21% dos municípios do país). Ao final de 2013, todos os estados, o Distrito Federal e 2.194 municípios haviam renovado sua adesão e outros 1.554 municípios também aderiram ao Programa, totalizando 3.748 municípios participantes (67,29%), o que corresponde a uma cobertura de 393.370 beneficiários. Em outros termos, em 2013 a cobertura do BPC na Escola foi ampliada em 102.317 beneficiários, atingindo 83,7% dos 470.075 crianças e adolescentes com deficiência que recebem o beneficio, na faixa etária de 0 a 18 anos. Desse modo, o crescimento quantitativo da cobertura desde 2008 é de aproximadamente 161 mil novos beneficiários.

Quantidade alcançada

393.370

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar o percentual de beneficiários do BPC inseridos no Cadastro Único para 100%, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2010, quando teve início esse processo, os gestores municipais encontraram dificuldades de acesso às bases de dados dos beneficiários do BPC e do Cadastro Único. Em 2012, a Instrução Operacional SENARC/SNAS/MDS nº 12/2012 estabeleceu instruções para a inserção dos beneficiários do BPC e de suas famílias no Cadastro Único e disponibilizou o modelo de planilha a ser preenchida pelos municípios e pelo Distrito Federal, informando as dificuldades relativas ao processo de cadastramento. Ressalta-se que a atividade de cadastramento dos beneficiários do BPC e de suas famílias no Cadastro Único deve se tornar uma rotina. Nesse sentido, diversas iniciativas foram empreendidas, dentre as quais a inclusão de mensagem no demonstrativo de crédito bancário dos beneficiários do BPC, por dois meses consecutivos, orientando-os que procurassem o responsável pelo Cadastro Único em sua cidade, para realizarem seu cadastramento. Em 2013 novas estratégias para estimular o cadastramento foram discutidas no MDS e deverão ser implementadas em 2014.

Em janeiro de 2014 foi realizado um cruzamento entre as bases de dados do BPC (outubro/2013) e do CadÚnico (dezembro/2013), que revelou que a inserção dos beneficiários do BPC no CadÚnico atingiu 40,6%. O cadastramento do BPC no CadÚnico foi incluído no Pacto de Aprimoramento do SUAS como uma das prioridades e metas para a gestão municipal do SUAS para o quadriênio 2014-2017, cujas metas foram segmentadas por porte de município (Municípios de Pequeno porte I e II - 70% de cadastrados; Municípios de Médio e Grande Portes – 60%; e Metrópoles – 50%).

Quantidade alcançada

40,6

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	41,1	31/12/2013
Região Nordeste	100	%	41,4	31/12/2013
Região Norte	100	%	36	31/12/2013
Região Sudeste	100	%	39	31/12/2013
Região Sul	100	%	46,7	31/12/2013

- **Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda**

Análise Situacional da Meta

O quantitativo de benefícios concedidos em 2013 foi de 356.339, superior ao ocorrido em 2012, que atingiu 328.263. De janeiro/2012 a dezembro/2013 foram concedidos um montante de 684.602 benefícios. Comparando os dois anos, a maior variação ocorreu na região Sudeste (aumento de 13,3%) e a menor na região Sul (2,5%).

Quantidade alcançada

684.602

Plano Mais Brasil

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	155.772	unidade	57.002	31/12/2013
Região Nordeste	513.701	unidade	232.435	31/12/2013
Região Norte	100.979	unidade	64.567	31/12/2013
Região Sudeste	455.447	unidade	252.914	31/12/2013
Região Sul	135.132	unidade	77.684	31/12/2013

- **Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro/2012 a dezembro/2013 estima-se que foram concedidos 96.839 benefícios para pessoas idosas em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 67% da meta. Apenas no exercício de 2013 estima-se que foram concedidos 50.826 benefícios a Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza.

Quantidade alcançada

96.839

Data de Referência

31/12/2013

- **Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta

Para a apuração dessa meta é necessária uma extração especial nos sistemas do INSS, bem como a realização de ajustes operacionais e tratamento das informações. A previsão é que somente será possível a apuração desta meta no segundo semestre de 2014.

- **Estabelecer e implantar novo marco regulatório para reavaliação periódica do BPC**

Análise Situacional da Meta

O processo de reavaliação bienal conterá, em si, duas fases. A primeira delas consiste na consulta automatizada de banco de dados, para a averiguação de informações cadastrais e condições, ou não, para a continuidade do recebimento do BPC pelo beneficiário. A segunda fase diz respeito à reavaliação presencial dos beneficiários, para complementação de informações cadastrais, de renda e da deficiência e impedimentos de longo prazo, quando couber. Para a efetivação da fase automatizada da reavaliação, faz-se necessária a implantação do Sistema Integrado de Gestão do BPC – SIGBPC e do Sistema Integrado de Benefícios – SIBE, que estão em estágio final de desenvolvimento. Em 2013 ocorreram problemas técnicos que atrasaram o início dos testes pilotos, os quais foram adiados para 2014. A minuta de Portaria Conjunta MDS/INSS encontra-se sob a análise da Procuradoria Federal Especial do INSS, procedimento regular para a posterior publicação do ato normativo. Após a publicação da Portaria Conjunta e implantação dos dois sistemas mencionados, terá início o processo de reavaliação sistematizada dos benefícios do BPC, conforme instituído no Decreto n° 6.214/2007, alterado posteriormente pelo Decreto nº 7.617/2011.

- **Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário**

Análise Situacional da Meta

O Decreto Nº 7.617/11 (artigos 5º e 47-A) alterou a regulamentação do BPC, prevista no Decreto Nº 6.214/07, passando a prever a possibilidade de acumulação do BPC com a remuneração advinda do contrato de aprendizagem pela pessoa com deficiência, sendo limitada tal acumulação ao período máximo de 02 anos. Em maio/2013, a SNAS/MDS realizou oficina de trabalho para conhecer experiências internacionais de compatibilização de benefícios não contributivos com renda advinda do trabalho. As sistematizações das discussões transcorridas no referido evento subsidiarão o aprimoramento das normativas, que tem por objeto o contrato de aprendiz e a situação de trabalho do

beneficiário.

- **Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados, no Distrito Federal e em outros municípios que manifestarem interesse**

Análise Situacional da Meta

O Programa BPC Trabalho foi instituído pela Portaria Interministerial MDS, MEC, MTE, SDH-PR nº 02/2012. O Grupo Gestor Interministerial, formado com representantes das políticas de assistência social, educação, trabalho e emprego e direitos humanos, foi instituído pela Portaria Interministerial nº 49, de maio de 2013. O Programa BPC Trabalho está articulado ao Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho, nas ações de mobilização e encaminhamento das pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social para cursos de capacitação, formação profissional e demais ações de inclusão produtiva. As pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, fazem parte do público prioritário do ACESSUAS Trabalho (Resolução CNAS nº 18/2012). Em 2013 um conjunto de 739 municípios assinaram o Termo de Aceite para participarem do ACESSUAS Trabalho, assumindo também o compromisso de desenvolverem ações do BPC Trabalho. Todos estes municípios, que incluem todas as capitais e o Distrito Federal, estão em processo de desenvolvimento das ações para a implantação do BPC Trabalho (constituição do grupo gestor, elaboração de plano de ação, realização de visitas domiciliares, encaminhamentos à rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas, encaminhamentos aos cursos de qualificação profissional/PRONATEC). Em 2013, foram registradas no sistema de Registro Mensal de Mobilização-RMM do Programa Acessuas Trabalho, um total de 15.553 visitas domiciliares aos beneficiários do BPC. Nesse período também foram identificados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC/MEC um total de 445 beneficiários com matrícula nos cursos do PRONATEC.

Quantidade alcançada

739

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	90	31/12/2013
Região Nordeste	9	unidade	258	31/12/2013
Região Norte	7	unidade	66	31/12/2013
Região Sudeste	4	unidade	161	31/12/2013
Região Sul	3	unidade	164	31/12/2013

- **Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizadas capacitações com assistentes sociais e perito-médicos do INSS, responsáveis pelas avaliações para fins de BPC, tendo como um dos resultados a construção de propostas para a definição de fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e acompanhamento familiar dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais. Além disso, também foram realizados encontros específicos com assistentes sociais do INSS e da política de Assistência Social, para a elaboração de fluxos operacionais. A partir dessas contribuições, foi elaborada uma minuta de Portaria Conjunta MDS/INSS, que trata da articulação das ações de técnicos dos serviços socioassistenciais e profissionais das agências do INSS no que diz respeito ao reconhecimento do direito ao BPC e ao acompanhamento dos beneficiários. Este documento está sob análise das áreas técnicas do MDS e INSS, para validação prevista para 2014.

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência

Plano Mais Brasil

social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O exercício de 2013 foi marcado pela ocorrência de diversos resultados, eventos e processos relevantes para o fortalecimento do SUAS. Com a criação do Programa CapacitaSUAS, desde 2012 estão sendo transferidos recursos aos estados e Distrito Federal, em consonância com pactuações e deliberações da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para a realização de capacitações de técnicos, gestores e membros do conselho social. Para 2014 e 2015, espera-se que os 19 estados que realizaram o aceite do Programa referente ao exercício de 2013 capacitem cerca de 44 mil trabalhadores. Em relação à Vigilância Socioassistencial, merece destaque o processo de implantação da Vigilância nos municípios e estados, o que demanda acompanhamento e disponibilização de apoio técnico e treinamento por meio de oficinas e cursos nacionais e regionais e a elaboração de materiais de orientação. A Vigilância tem disponibilizado as bases e relatórios de dados do Censo SUAS e Registro Mensal de Atendimentos, que auxiliam no planejamento do SUAS nas demais esferas. Além disso, encontra- se em desenvolvimento sistema eletrônico que visa a implantação do Sistema de Notificação de Violação de Direitos, instrumento que permitirá a notificação e o acompanhamento de violações de forma mais eficaz. A pactuação da nova Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS 2012) possibilitou a revisão do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e sua ampliação para os municípios, bem como a ampliação de seu escopo, agora denominado Pacto de Aprimoramento do SUAS. O Pacto está voltado ao aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados no âmbito do SUAS. Nesse sentido, foram pactuadas na CIT e deliberadas no CNAS as prioridades e metas para as gestões municipal e estadual do SUAS.

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de municípios com desempenho satisfatório na gestão do SUAS**

  Análise Situacional da Meta

  Dos 5.554 municípios habilitados no SUAS em julho/2013, aptos a receberem recursos do IGDSUAS, 4.381 municípios (78,88%) possuíam um índice superior a 0,5, o que representa uma estabilidade em relação aos períodos anteriores (4.377, em julho/2011 e 4.209, em julho/2012). O IGDSUAS possui variação anual e é calculado no mês de junho de cada ano.

  Quantidade alcançada

  4.381

  Data de Referência

  01/07/2013

- **Elevar o número de profissionais capacitados no Programa Nacional de Formação, Qualificação e Capacitação no SUAS**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social (CapacitaSUAS), instituído pela Resolução CNAS nº 08/2012, é coordenado em âmbito nacional pelo MDS, com o objetivo de apoiar os estados e o Distrito Federal na execução de seus Planos de Capacitação do SUAS, na perspectiva de atender às agendas prioritárias de âmbito nacional.

  Em 2012 o MDS transferiu aos estados e DF recursos para a capacitação de 37 mil trabalhadores do SUAS. Os estados do Acre, Sergipe e Santa Catarina já finalizaram o processo de capacitação referente ao exercício de 2012, enquanto Paraíba, Amazonas e Roraima já iniciaram os cursos e deverão finalizar essa etapa em 2014. Os demais estados deverão executar as capacitações no primeiro trimestre de 2014. Ao todo, já foram capacitados aproximadamente 3.460 trabalhadores, estando também prevista para 2014 e 2015 a oferta de cursos para aproximadamente 44.000 trabalhadores, de 18 estados que realizaram o aceite do Programa referente ao exercício de 2013.

- **Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os Estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados do Censo SUAS 2013 – Gestão Estadual, 23 estados declararam possuir, formal ou informalmente, nas suas estruturas administrativas, área responsável por atividades de Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação), o que representa uma melhoria da situação em relação ao levantamento anterior (21 estados, em 2012). O MDS tem realizado diversas ações de apoio técnico e treinamentos para qualificar a atuação destas áreas nos estados.

Quantidade alcançada

23

Data de Referência

31/08/2013

- **Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios com 50 mil habitantes ou mais**

Análise Situacional da Meta

Segundo o Censo SUAS 2013 - Gestão Municipal, entre os 605 municípios com população igual ou superior a 50.000 habitantes e que responderam ao Censo SUAS, 446 municípios (73,7%) dispõem, formal ou informalmente, de uma área de Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação) em suas estruturas, o que representa uma leve retração em relação ao censo de 2012, que apontou um número de 487 municípios. O MDS tem, nesse sentido, realizado diversas ações de apoio técnico e treinamentos para fomentar a estruturação destas áreas nos municípios.

Quantidade alcançada

446

Data de Referência

31/08/2013

- **Integrar todos os municípios ao sistema de notificação de violação de direitos**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Notificação de Violação de Direitos ainda se encontra em desenvolvimento. O processo tem caminhado no sentido da coordenação intersetorial, a fim de que o sistema seja integrado, envolvendo as áreas de Assistência Social, Educação, Saúde, Direitos Humanos e Trabalho, permitindo o registro e o acompanhamento das notificações de violação de direitos em todos os municípios da federação. O conteúdo a ser notificado foi acordado entre os ministérios em 2013, permitindo o encaminhamento do sistema.

- **Revisar o Pacto de Aprimoramento de Gestão firmado entre os Governos Estaduais e Federal e estendê-lo aos municípios**

Análise Situacional da Meta

Em julho/2013 foram pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e deliberadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS as prioridades e metas para a gestão municipal do SUAS para o quadriênio 2014 – 2017. Em outubro/2013 a CIT e o CNAS reviram as prioridades e metas da gestão Estadual e do Distrito Federal, com vigência até 2015.

- **Vincular entidades de assistência social ao SUAS**

Análise Situacional da Meta

A vinculação de entidades de assistência social ao SUAS está prevista na LOAS (Lei Nº 8.742/1993), estando ainda em processo de regulamentação pelo MDS. Em 2014 será implantado o módulo de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, para preenchimento pelos municípios brasileiros, tendo continuidade o desenvolvimento dos módulos de certificação e inscrição, que comporão o Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - SCNEAS.

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei N° 8742/1993), como órgão superior de deliberação colegiada, estando atualmente vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Para cumprir sua função institucional de controle social, em 2013 o CNAS realizou diversas atividades, merecendo destaque: a) aprovação de 36 Resoluções (Resoluções CNAS Nº 1 a 36/2013), publicadas no Diário Oficial da União (DOU) e publicizadas no sítio eletrônico do CNAS; b) realização de 11 reuniões ordinárias, sendo 1 de caráter ampliado e descentralizado (em julho, em Porto Alegre-RS), contando com a participação de conselheiros municipais, estaduais e do DF, gestores e trabalhadores, usuários e entidades não governamentais, e uma reunião extraordinária, realizada em julho, em Brasília-DF; c) conclusão das atividades do Grupo de Trabalho para sistematizar a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, instituída pela Resolução CNAS Nº 04/2013; e d) criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver o monitoramento das deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social (Resolução CNAS nº 3/2013, alterada pela Resolução CNAS nº 17/2013).

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de conselhos municipais com alternância na presidência entre os representantes governamentais e os representantes da sociedade civil**

Análise Situacional da Meta

Com base no Censo SUAS verifica-se que, entre 2012 e 2013, a quantidade de conselhos municipais com alternância entre os representantes governamentais e da sociedade civil na presidência evoluiu de 3.994 para 4.298, representando um incremento de 7,6%. Em grande medida, esse processo é resultado de um esforço do CNAS, por meio da elaboração e divulgação de orientações e apoio aos demais Conselhos de Assistência Social.

Quantidade alcançada

4.298

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o número de conselhos municipais com secretaria executiva**

Análise Situacional da Meta

Com base no Censo SUAS, verifica-se um crescimento da quantidade e percentagem dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) que possuem Secretaria Executiva. Essa característica, que impacta significativamente na capacidade institucional dos Conselhos, evoluiu de 3.286 (63,5%) para 3.587 (68,1%) entre 2012 e 2013. Essa dinâmica resulta de um considerável esforço do CNAS, por meio de orientações e apoio aos demais Conselhos de Assistência Social.

Quantidade alcançada

3.587

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor, destinados à sua manutenção e funcionamento**

Análise Situacional da Meta

Em razão das orientações e apoio do CNAS aos Conselhos de Assistência Social, verifica-se um crescimento da quantidade e proporção de órgãos gestores municipais de Assistência Social que preveem a existência e destinação de recursos específicos para a manutenção e funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), uma característica de extrema importância para a efetividade do controle social. Com base no Censo SUAS, 3.027 municípios (58,5%) já apresentavam essa situação em 2012, tendo ocorrido um incremento de 17% em 2013, alcançando 3.542 (67,2%) municípios.

Quantidade alcançada

3.542

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com representantes da sociedade civil eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim**

Análise Situacional da Meta

Como resultado das orientações e apoio do CNAS aos Conselhos de Assistência Social, observa-se no Censo SUAS que, de 2012 para 2013, ocorreu um aumento de 65 Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) que elegeram os representantes da sociedade civil por meio de assembleias instaladas especificamente para essa finalidade. Com isso, o número de Conselhos com essa característica passou de 3.475 (2012) para 3.540 (2013).

Quantidade alcançada

3.540

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 2 Conferências Nacionais de Assistência Social**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro/2013 foi realizada em Brasília (DF) a IX Conferência Nacional de Assistência Social, tendo como tema "A gestão e o financiamento na efetivação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS". A Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional, criada pela Resolução CNAS nº 35/2012, iniciou seus trabalhos em fevereiro, reunindo-se ordinariamente uma vez por mês, tendo sido convocada extraordinariamente em duas ocasiões. A X Conferência Nacional está prevista para ocorrer em 2015.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Grau de focalização do Cadastro Único	%	31/12/2010	94	31/12/2013	88,56
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	31/12/2010	88,55	31/12/2013	92,2
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	31/01/2011	69,82	31/12/2013	73,07
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes	%	31/01/2011	34,5	31/12/2013	39,7
Taxa de atendimento às famílias pobres	%	31/12/2010	98,33	31/12/2013	102,53

OBJETIVO: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

As Condicionalidades do Programa Bolsa Família tem como objetivo central reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social. No bimestre de outubro e novembro, último resultado do ano de 2013, foram acompanhadas 16,08 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos na condicionalidade de educação, o equivalente 92,2% do público de 17,4 milhões de beneficiários nesta faixa etária. O resultado deste último bimestre de 2013 foi 4,9 pontos percentuais superiores ao bimestre de outubro/novembro de 2012, quando o percentual de acompanhamento foi de 87,3%. Do total de crianças e adolescentes acompanhados, 95,87% cumpriram a condicionalidade de educação, ou seja, tiveram frequência igual ou superior a 85% (crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos) e 75% (jovens de 16 e 17 anos).

Com relação à saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos devem fazer o acompanhamento quanto à situação de gravidez, sendo que, em caso positivo, passam para o acompanhamento do pré-natal. Gestantes ou nutrizes (lactantes) devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. No semestre de julho a dezembro de 2013, foram acompanhadas 73,44% (8,7 milhões) de um total de 11,8 milhões de famílias. No mesmo semestre, 7 milhões de crianças compuseram o público para acompanhamento de vacinação, peso e altura, sendo que, destas, 73,07% (5,1 milhões) foram acompanhadas. Das que foram acompanhadas, 98,6% (5 milhões) ficaram com vacinação em dia. Com relação às gestantes, do total de 198 mil gestantes localizadas, 99% (196 mil) tiveram pré-natal realizado. Os resultados de saúde cresceram ao longo do ano, sendo que o resultado alcançado no último semestre foi o maior de toda a série histórica.

Com relação à assistência social, no último período de acompanhamento do 2º semestre de 2013, do total de famílias com o benefício suspenso em novembro (163.486) em decorrência do descumprimento de condicionalidade, 17.529 foram acompanhadas pela assistência social com registro no Sistema de Condicionalidades. Em março de 2013, o acompanhamento inicial registrado foi de 7.559, menos da metade do número atingido em novembro, mostrando um avanço no acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidade no ano de 2013.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar o aumento do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos serviços socioassistenciais**

Análise Situacional da Meta

Com base no mês de novembro - último período apurado do 2º semestre de 2013 - do total de 163.486 famílias que estavam com o benefício em fase de suspensão, foram inicialmente acompanhadas 17.529 (10,7%) pelos serviços socioassistenciais. No primeiro bimestre do ano, foram acompanhadas 8,6% do total de famílias no perfil para acompanhamento (169.035). Portanto, no decorrer do ano, o percentual de acompanhamento das famílias pela assistência social, com o benefício em fase de suspensão, cresceu 2,1 pontos percentuais. A fórmula de cálculo do indicador foi alterada a partir de orientações expressas em instrução operacional. Antes eram computadas todas as famílias com acompanhamento ativo no sistema e agora são computadas as famílias com benefício suspenso e com acompanhamento ativo por bimestre.

Seguindo este novo formato, o indicador apresentou evolução positiva ao longo de 2013.

Quantidade alcançada

17.529

Data de Referência

10/11/2013

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

Com relação à saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos, além do pré natal das gestantes. No semestre de julho a dezembro de 2013, 7 milhões de crianças compuseram o público para acompanhamento de vacinação, peso e altura, sendo que, destas, 73,07% (5,1 milhões) foram acompanhadas. No semestre anterior esse percentual foi de 73,03%. Das que foram acompanhadas, 98,6% (5 milhões) ficaram com vacinação em dia e 86% (4,3 milhões) tiveram avaliação nutricional realizada.

Quantidade alcançada

5.100.000

Data de Referência

30/12/2013

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

No bimestre de outubro e novembro de 2013, 17,4 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos constavam no público para acompanhamento das redes municipais e estaduais de ensino. Desse total, 92,2% (16,08 milhões) tiveram frequência escolar registrada no Sistema Presença. Das crianças e adolescentes acompanhadas, 95,87% (15,5 milhões) cumpriram a condicionalidade, ou seja, tiveram frequência igual ou superior a 85% (crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos) e 75% (jovens de 16 e 17 anos). O percentual de acompanhamento das crianças e adolescentes beneficiários do PBF, auferido em outubro e novembro de 2013, cresceu 4,9 pontos percentuais em relação à outubro e novembro de 2012, quando o percentual foi de 87,3%. A evolução neste percentual foi em razão de diversos cruzamentos entre as bases de dados do Sistema Presença, Cadastro Único e Censo Escolar que identificaram a escola do aluno e possibilitaram o acompanhamento por parte dos municípios e estados.

Quantidade alcançada

16.085.160

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

Do total de 198 mil gestantes localizadas no segundo semestre de 2013, 99% (196 mil) tiveram pré-natal realizado. O acompanhamento de gestantes tem crescido ao longo do período. Foram 20 mil gestantes a mais localizadas neste segundo semestre, quando comparado com o anterior (jan-jun/13). Uma das razões do crescimento é a concessão do benefício variável à gestante (BVG), modalidade de benefício variável vinculado ao Bolsa Família.

Quantidade alcançada

198.000

Data de Referência

30/12/2013

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Por ser um ano em que vários municípios tiveram mudanças em sua administração devido às eleições em 2012, com o intuito de aprimorar a gestão e a operacionalização do Programa Bolsa Família, foi utilizada a estratégia de disseminação de informações por meio da participação em palestras, capacitações, eventos e distribuição de materiais informativos. Como exemplo das estratégias utilizadas, foram realizados, no ano de 2013, encontros regionais com os estados no intuito de fortalecer e qualificar as Coordenações Estaduais e também aumentar o protagonismo dos estados no apoio à Gestão Descentralizada do PBF e Cadastro Único. Ademais, foi publicado um Guia Rápido de Gestão do PBF para esclarecimentos com relação aos procedimentos básicos para os novos gestores darem sequência ao programa sem descontinuidades; e também foi editado um caderno com a compilação de toda a legislação do programa. No ano de 2013 foi desenvolvido um programa de capacitação de gestores do cadastro e do programa e de preenchimento do formulário do cadastro visando à formação de multiplicadores nos Estados. Com isso, se espera criar condições para aprimorar a qualidade técnica do pessoal envolvido no Programa.

O Programa terá continuidade em 2014 e ao final o que se espera é formar mais de 500 multiplicadores nas áreas mencionadas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo o recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)**

Análise Situacional da Meta

Houve uma ampliação de aproximadamente 9% no número de municípios que receberam os recursos do IGD-M, passando de 5.032 municípios em dez/12 para 5.467 em dez/13. Desta forma, chegamos ao percentual de 98,15% do total de 5.570 municípios que podem receber o IGD-M.

Quantidade alcançada

5.467

Data de Referência

31/12/2013

- **Aprimorar a atuação da Rede Pública de Fiscalização**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada a reestruturação dos processos de trabalho da Fiscalização, garantindo sua adequação à legislação brasileira, com proposta concluída e resultados em implementação, com repercussão já realizada na legislação do PBF (Lei nº 10.836, de 2004, e Decreto nº 5.209, de 2004), com sistema de gestão do acompanhamento e da fiscalização em desenvolvimento e com serviços para manualização dos novos procedimentos já contratados, permitindo a elaboração futura de cartilha de orientação sobre os procedimentos aos órgãos de controle interno e externo, ministérios públicos federal e estaduais, judiciário, órgãos de segurança pública etc.

- **Aumentar o percentual dos municípios brasileiros com Fator de Operação do Índice de Gestão Descentralizada**

Municipal (IGD-M) superior a 0,55

Análise Situacional da Meta

No período de dez/12 até dez/13, 99,93% dos municípios alcançaram o Fator de Operação maior que 0,55, ou seja, apenas quatro dos 5.570 municípios não alcançaram esse fator.

Quantidade alcançada

5.566

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal per capita igual ou inferior a meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. As informações do Cadastro Único contribuem para a formulação e a implantação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias, pois mostra quem são, onde estão e quais são as necessidades das famílias brasileiras mais vulneráveis.

A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de Busca Ativa. Apenas em 2013, foram incluídas mais de 1,8 milhões de famílias de baixa renda no Cadastro Único.

Na base de dados do Cadastro Único de dezembro/2013, havia 27.194.641 famílias registradas, das quais 24.084.714 estavam cadastradas com renda mensal per capita de até meio salário mínimo (88,5%). Destas, 16.623.941 famílias de baixa renda estavam com informações atualizadas no Cadastro Único, o que representa 69% do total de famílias de baixa renda registradas.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, são realizadas as oficinas de "Busca Ativa para inclusão de famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)", em cooperação com as Coordenações Estaduais do Cadastro Único. Essas oficinas têm como objetivo apresentar o Cadastro Único e articular parcerias para a Busca Ativa de famílias de baixa renda, sua inclusão e atualização cadastral, e encaminhamento aos serviços da rede de proteção social.

Em 2013, foi elaborado o planejamento para execução de ações direcionadas aos estados e grupos prioritários, em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social, visando à realização de um conjunto de ações de inclusão e atualização, com ênfase para a correta identificação dos diversos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE). Para início das ações, selecionaram-se oito estados (Amapá, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo), a partir da concentração de GPTE (em especial, quilombolas, extrativistas, acampados/assentados, catadores de material reciclável e comunidades de terreiro). Em agosto de 2013 foi realizada oficina com estes estados para definição e aprofundamento das estratégias utilizadas nos territórios para a

Busca Ativa dessas populações.

Para subsidiar o planejamento e as ações nos estados, realizou-se tratamento dos dados relativos a cada um dos grupos priorizados, com vistas a estabelecer estimativas de famílias a serem incluídas ou atualizadas no Cadastro Único e metas para os estados relacionadas à inclusão e atualização das famílias pertencentes aos grupos prioritários. Para embasar esse trabalho foram utilizadas bases de dados de diversos órgãos (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – beneficiários das Unidades de Conservação de Uso Sustentável; Ministério do Desenvolvimento Agrário/SRA – beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário; Ministério do Desenvolvimento Agrário/SAF – DAP; INCRA – Sistema de Informações de Projetos de Assentamento (SIPRA); INCRA – famílias acampadas que recebem cesta de alimentos; Secretaria do Patrimônio da União – Famílias beneficiárias do programa de regularização fundiária que vivem em áreas de várzea; Fundação Cultural Palmares – Estimativa de famílias quilombolas por estado; MDS/SAGI e SESAN – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro).

Ainda no primeiro semestre de 2013, foram elaborados folders explicativos direcionados aos GPTE, explicando o funcionamento do Cadastro Único, utilizando linguagem adequada e ilustrações que retratam a realidade de cada grupo. O primeiro folder concluído foi o de “Famílias Ciganas”, que foi distribuído em oficina durante a I Semana Nacional dos Povos Ciganos, realizada no mês de maio. Os folders de “Famílias Quilombolas”, “Famílias Acampadas e Assentadas”, “Famílias Extrativistas” e “Famílias de Catadores de Material Reciclável” foram elaborados e estão em fase de impressão.

A Instrução Operacional Conjunta n°18, que aborda as parcerias para a realização de Busca Ativa, foi reeditada em setembro de 2013 e traz um detalhamento sobre aspectos que devem ser considerados e incluídos na formalização dessas parcerias, que só poderão ser realizadas a partir da elaboração de um documento legal, seja um Acordo de Cooperação Técnica, um Termo de Parceria ou mesmo um Contrato. O tipo escolhido vai depender dos aspectos que envolvem a parceria e das questões legais que regem cada um desses termos.

Como resultado das estratégias de Busca Ativa e ações específicas de cadastramento de GPTE, até o mês de dezembro de 2013, foram identificados no Cadastro Único 129.550 famílias indígenas, 107.065 famílias quilombolas e 809.664 famílias tradicionais e específicas : 2.296 famílias ciganas, 18.558 famílias extrativistas, 68.385 famílias de pescadores artesanais, 2.657 famílias pertencentes à comunidade de terreiro, 36.016 famílias ribeirinhas, 551.622 famílias de agricultores familiares, 67.205 famílias de assentados da reforma agrária, 2.565 famílias de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, 18.875 famílias acampadas, 3.699 famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura, 5.869 famílias de presos do sistema carcerário e 31.917 famílias de catadores de material reciclável.

- **Disponibilização de ferramentas para acesso às informações do Cadastro Único**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, duas formas de consulta aos dados do Cadastro Único foram disponibilizadas, em complementação aos dados sintéticos já disponibilizados no Relatório de Informações Sociais - RI Bolsa Família e Cadastro Único: a ferramenta Cecad - Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único e Tabcad - Tabulador de Informações do Cadastro Único. O Tabcad é uma ferramenta de acesso aos dados do Cadastro Único, extraídos da versão 7 do Sistema de Cadastro Único. Essa ferramenta permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias inscritas no Cadastro Único. Por meio do Tabcad é possível fazer tabulações de dados de estados e municípios a partir de frequência simples das variáveis ou através do cruzamento de duas variáveis, utilizando informações de diversos blocos dos formulários do Cadastro Único. Além disso, o Tabcad apresenta um módulo de consulta a relatórios que já estão prontos. Esse módulo se chama Resumo e apresenta informações gerais das famílias e pessoas do Cadastro Único, organizadas por Brasil, grandes regiões, UF e municípios.

A fonte de dados que alimenta o Tabcad é a mesma que alimenta o Cecad. Portanto, as atualizações dos dados são disponibilizadas simultaneamente no Cecad e Tabcad. O que diferencia o acesso aos dados do Cadastro Único via Cecad ou via Tabcad é que, para este último, não há a possibilidade de acessar os microdados das famílias e pessoas

cadastradas, ou seja, os dados são agregados por unidade de análise, que pode ser o município ou o estado.

- **Identificar e incluir as famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

São consideradas de baixa renda e, portanto, compõem o publico alvo para inserção no Cadastro Único, aquelas famílias com renda mensal per capita igual ou inferior a meio salário mínimo ou renda mensal de até três salários mínimos. Até dezembro/2013 havia 27.194.641 famílias registradas no Cadastro Único, das quais 24.084.714 estavam cadastradas com renda mensal per capita de até meio salário mínimo (88,5%).

Somente no ano de 2013, foram incluídas no Cadastro Único 1.848.646 famílias com renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de Busca Ativa. A Busca Ativa é uma estratégia que tem como objetivos: localizar e cadastrar todas as famílias de baixa renda; identificar corretamente as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais e a grupos específicos; e também atualizar os dados das famílias já cadastradas.

Quantidade alcançada

1.848.646

Data de Referência

20/12/2013

- **Incluir as famílias pertencentes às comunidades quilombolas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro de 2013, foi finalizada uma ação de qualificação e atualização da listagem das comunidades quilombolas constante do Sistema do Cadastro Único. Foram identificadas e incluídas 674 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), possibilitando a correta identificação das famílias quilombolas residentes em tais localidades.

Também foi realizada a correção dos nomes das comunidades certificadas e tituladas que estavam inscritas na lista da versão 7 do Sistema do Cadastro Único, mas com grafias distintas das listas de comunidades reconhecidas. Na versão 7 também aparecem outras comunidades quilombolas inscritas, para além das certificadas e tituladas, que foram incluídas ao longo dos últimos anos, por solicitação formal dos municípios. A listagem conta, atualmente, com 5.076 comunidades, sendo que 1.749 são certificadas e 139 tituladas.

Ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2013, o MDS participou das reuniões de preparação e organização dos mutirões de Busca Ativa, para a atualização e inclusão cadastral de famílias quilombolas no estado da Paraíba. Esses mutirões ocorreram no mês de março e contaram com o apoio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e de representações do governo estadual e municipal. Ao todo foram percorridas 35 comunidades quilombolas certificadas, localizadas em 23 municípios, atendendo cerca de 1,3 mil famílias nesses territórios.

Em outubro, como parte da programação do "I Encontro Regionalizado: o SUAS e Comunidades Quilombolas do Maranhão", realizou-se a “Oficina de Busca Ativa”, no município de Itapecuru Mirim - MA. A oficina objetivou capacitar as equipes municipais sobre o atendimento às comunidades quilombolas nos Centros de Referencia de Assistência Social (CRAS) e discutir com lideranças e técnicos questões relativas à Busca Ativa para inserção de famílias pertencentes às comunidades quilombolas no Cadastro Único. Participaram da oficina, representantes dos coordenadores de Programas Sociais, dos CRAS, Gestores Municipais e lideranças de comunidades quilombolas, totalizando aproximadamente 100 pessoas.

Até o mês de dezembro de 2013, foram identificadas no Cadastro Único 107.065 famílias quilombolas.

Quantidade alcançada

107.065

Data de Referência

20/12/2013

- **Migração dos municípios para o Sistema de Cadastro Único Versão 7**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2010, o MDS iniciou o processo de implantação gradual do Projeto CadÚnico 7 (Versão 7), que, além de aperfeiçoar a coleta de dados e qualificar as informações cadastrais, aprimorou as funcionalidades de cadastramento, a manutenção de dados e demais processos de gestão do Cadastro Único. Até o mês de dezembro de 2013, 5.568 municípios (99,9%) já utilizavam a nova versão.

Quantidade alcançada

5.568

Data de Referência

10/12/2013

- **Qualificar e atualizar as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

O MDS desenvolve diferentes estratégias para promoção da qualidade da gestão do Cadastro Único. Por meio de informativos, orienta continuamente os municípios quanto à importância da atualização cadastral. Além disso, anualmente, o MDS realiza processos de averiguação cadastral.

Dentre as ações de atualização cadastral iniciadas em 2013, destaca-se a Revisão Cadastral 2013 e a Averiguação Cadastral 2013. O processo de Averiguação 2013 é composto de várias fontes de informação. Para organizar o processo de Averiguação Cadastral, o MDS agrupou os achados em três públicos-alvo distintos, a depender do tipo de informação utilizada, procedimentos para análise e orientação aos municípios . A previsão é que esta ação seja encerrada em janeiro de 2014.

Destaca-se ainda a publicação da Portaria nº 94, de 04 de setembro de 2013, que disciplina os procedimentos periódicos de averiguação cadastral realizados pelo MDS. Conforme determina a referida Portaria, os processos são iniciados pelo MDS, a partir do cruzamento dos dados do Cadastro Único com aqueles provenientes de outros registros administrativos dos governos; bancos de dados das empresas de serviços públicos; pesquisas amostrais e censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros. São consideradas inconsistentes as informações que apresentarem divergência entre o que consta no Cadastro Único e o que está registrado, para a mesma pessoa ou família, em outra fonte. Também é analisada a discrepância entre os dados inseridos no Cadastro Único e seus valores esperados conforme as demais informações do perfil da família. Depois desses cruzamentos, os municípios assumem um papel fundamental, pois são os Gestores Municipais e do Distrito Federal que devem adotar medidas para o tratamento das inconsistências identificadas.

Já a Revisão Cadastral é o processo por meio do qual as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) com cadastros desatualizados há mais de 24 meses devem proceder à atualização dos dados registrados no Cadastro Único para que continuem recebendo os benefícios do PBF. No ano de 2013, aproximadamente 2,8 milhões de famílias foram público-alvo da Revisão Cadastral. No segundo semestre de 2013, as gestões municipais mantiveram-se focadas nesse processo, de modo que em dezembro de 2013 restavam cerca de 740 mil famílias pendentes de atualização cadastral. Cumpre mencionar que deste quantitativo 400 mil tiveram seus benefícios bloqueados em janeiro de 2014, sendo prorrogado o prazo para revisão para as demais até fevereiro. A expectativa é que em abril de 2014, seguindo as taxas mensais de atualização cadastral, menos de 500 mil famílias deixem de compor a folha de pagamentos do PBF.

Outra ação iniciada em 2013 para qualificação dos dados registrados no Cadastro Único é o procedimento de exclusão lógica dos cadastros sem atualização a mais de 48 meses. Conforme prevê o art. 18 da Portaria nº 177/2011, o município poderá realizar a exclusão da família pelo motivo “família desatualizada há mais de 48 meses”. No entanto, a ação iniciada em 2013 possibilita a exclusão lógica destas famílias, por parte do MDS. Para orientar os municípios sobre esse processo, foi publicada a Instrução Operacional nº 67/SENARC/MDS, de 08 de outubro de 2013. Para essa ação, os cadastros das famílias com dados desatualizados há mais de 48 meses poderão ser excluídos pelo MDS em abril de 2014. Os municípios têm até fevereiro de 2014 para tentar localizar as famílias e realizar a atualização cadastral. Considerando que os dados estão há muito tempo desatualizados, foi recomendado aos municípios que adotem diferentes estratégias para dar visibilidade à ação e encontrar as famílias.

Até dezembro de 2013, 16.623.941 famílias de baixa renda estavam com informações atualizadas no Cadastro Único, o que representa 69% do total de famílias de baixa renda registradas.

Quantidade alcançada

69

Data de Referência

20/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	87	%	69	31/12/2013

- **Reformular o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**

Análise Situacional da Meta

O IDF é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento das famílias, possibilitando apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do Cadastro Único, bem como analisar um grupo de famílias ou mesmo o total de famílias do município.

Em 2010 foi lançada uma nova versão do Sistema do Cadastro Único, a Versão 7, que substituiu a versão anterior, utilizada para o desenvolvimento do IDF. O formulário do CadÚnico também mudou, criando algumas variáveis e passando a captar outras de forma diferente. A partir de então, o IDF foi revisto no sentido de captar melhor a situação familiar com reformulação e ampliação do número de indicadores e subcomponentes.

Seu novo cálculo já foi adequado à Versão 7 do Sistema do Cadastro Único, conforme descrito na Nota Técnica nº 357 SENARC/MDS, de 21 de novembro de 2013, que apresenta a composição dos indicadores e os procedimentos adotados para a atualização da metodologia. Até o momento, o indicador já foi calculado para 15.482.338 famílias (com a utilização da base de julho/2013). A proposta é que o índice seja atualizado semestralmente e divulgado aos municípios e estados a partir de 2014.

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Brasil sem Miséria - BSM, instituído em 2011, com objetivo de erradicar a pobreza extrema e elevar a renda, assim como as condições de bem-estar de segmentos expressivos da população brasileira, tem, na ampliação do Programa Bolsa Família - PBF e na criação do Benefício para a Superação da Extrema Pobreza – BSP, importantes alicerces para o êxito da política de transferência de renda com condicionalidades às famílias pobres e extremamente pobres.

Dentre os avanços constatados desde a instituição do BSM podemos destacar: 999.029 de famílias em extrema pobreza incluídas no Cadastro Único e recebendo o Bolsa Família;

Atendimento a 14.086.199 milhões de famílias (dados da folha de pagamento de dezembro de 2013);

Incremento de 373.543 famílias atendidas pelo benefício básico, focado no alívio imediato da situação de extrema pobreza (dez /2012: 12.456.787 famílias; dez/2013: 12.830.330).

Em dezembro de 2013 foram concedidos 3,45 milhões de Benefícios Variáveis Vinculado ao Adolescente - BVJ; 21,83 milhões de benefícios variáveis (0 a 15 anos); 220.523 Benefícios Variáveis à Nutriz - BVN; 210.960 Benefícios Variáveis à Gestante - BVG.

Destaca-se que, no mesmo período, a complementação do Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP foi destinada a 4.898.611 famílias.

No que se refere à integração do PBF aos programas estaduais/municipais, prosseguem os acordos de cooperação técnica já firmados e estão em vias de iniciar a operacionalização de acordos recentemente celebrados. Atualmente são 7 estados e 2 municípios em operação.

PPA 2012◆2015

Metas 2012-2015

- **Ampliar a Articulação do Programa Bolsa Família com outras Políticas Públicas Promotoras de Emancipação**

Análise Situacional da Meta

O Plano Brasil Sem Miséria – BSM potencializou diversos programas do governo federal e criou iniciativas inéditas direcionadas aos beneficiários do Programa Bolsa Família. No campo da inclusão produtiva, vale destacar: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do Plano Brasil Sem Miséria - Pronatec/BSM, as ações de Inclusão no Campo (Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Fomento), o Programa Água para Todos e o Programa Bolsa Verde.

Resultados alcançados até dezembro de 2013:

•Pronatec BSM - 842 mil alunos matriculados;

•Inclusão no Campo: ATER, fomento - assistência técnica para 286 mil famílias e pagamento de fomento para mais de 54 mil novas famílias;

•Água para Todos - entrega de 481 mil cisternas e 41,1 mil cisternas de 2ª água; e

•Bolsa Verde - 51,3 mil famílias.

No que se refere à integração do PBF aos programas estaduais/municipais, prosseguem os acordos de cooperação técnica firmados com os municípios de Nova Lima-MG e Manaus-AM e com os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, assim como com o Distrito Federal. Em novembro, foi iniciada a operação dos programas do Mato Grosso e de Santa Catarina. Em dezembro foi iniciado o programa do estado do Paraná. Em dezembro de 2013, o público beneficiado por programas pactuados chegou a 560.958 famílias.

- **Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza**

Análise Situacional da Meta

Em face de avaliação interna quanto à metodologia de aferição do impacto do Programa Bolsa Família - PBF, optou-se por considerar, para efeito dessa meta, o indicador da taxa de atendimento às famílias pobres, obtido a partir das informações constantes do Censo Demográfico 2010, no que se refere ao total de famílias pobres estimadas, e dos Relatórios Sintéticos da Folha de Pagamento elaborados mensalmente pela Caixa Econômica Federal, para obter o número de famílias beneficiárias do programa.

Os dados da folha de pagamento referentes ao mês de dezembro de 2013 indicam 14.086.199 famílias beneficiárias do Programa, quantitativo este que supera a estimativa de famílias pobres para o período em questão, estimado em 13.738.415, o que em termos nacionais representa 102,53% de famílias atendidas.

Contudo, os resultados são distintos quando consideradas as informações regionais. As regiões Nordeste e Norte superam a média nacional, atingindo 110,48% e 104,70% de famílias atendidas, respectivamente. A região Centro Oeste apresenta percentual de 102,28%, portanto, bem próximo da média nacional, enquanto que as regiões Sul e Sudeste, com percentuais de 94,65% e 91,07% de famílias pobres atendidas, respectivamente, encontram-se abaixo da média nacional.

Também em relação aos valores médios dos benefícios concedidos às famílias integrantes do Programa são expressivas as discrepâncias regionais, com destaque para os R$ 171,10 e R$ 157,17 apurados para as Regiões Nordeste e Norte, enquanto para as demais regiões os valores médios não ultrapassam R$140,00.

Não obstante os distintos resultados regionais, avalia-se que o valor da taxa de atendimento às famílias pobres superior a 100% para todo o país, deve-se, em larga medida, à estratégia da Busca Ativa e à instituição do Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP, que contribuiu decisivamente para a política de erradicação/diminuição da extrema pobreza.

- **Garantir que todas as famílias extremamente pobres já beneficiárias do Programa Bolsa Família tenham renda mínima de R$ 70,00**

Análise Situacional da Meta

Atualmente todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família superam a linha de extrema pobreza. Vale ressaltar que, de acordo com a folha de pagamentos do mês de dezembro de 2013, 4.898.611 famílias recebem o Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP, que é o complemento financeiro às famílias que, mesmo recebendo os benefícios tradicionais do PBF, ainda permaneciam com renda mensal per capita inferior ou igual a R$ 70,00.

- **Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família**

Análise Situacional da Meta

O Programa Bolsa Família acumulou, desde junho de 2011 até dezembro de 2013, a concessão de benefícios a 999.029 de famílias em extrema pobreza, habilitadas e selecionadas de acordo com os requisitos para o ingresso. O número indica que, em face da segurança quanto à disponibilidade dos recursos orçamentários previstos para o Programa e aos mecanismos internos de acompanhamento da evolução de concessão de benefícios, foi possível assegurar o fluxo de concessão de benefícios às famílias em situação de extrema pobreza, com destaque para as ações de cadastramento por intermédio da Busca Ativa no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, que busca articulação com outros órgãos e entidades para identificar e cadastrar famílias em situação de vulnerabilidade social.

Tal fato contribui, decisivamente, para o alcance dos objetivos do Programa, de proporcionar melhores condições socioeconômicas ao segmento mais vulnerável, isto é, das famílias com renda per capita inferior a R$ 70,00.

Quantidade alcançada

999.029

Data de Referência

31/12/2013

- **Transferir renda para 13,8 milhões de famílias em condições de pobreza e de extrema pobreza, utilizando o Busca Ativa para localização e cadastramento de famílias que atender aos critérios de elegibilidade**

Análise Situacional da Meta

O Programa Bolsa Família - PBF transferiu benefícios, em dezembro de 2013, a 14.086.199 famílias em condições de pobreza e extrema pobreza.

Quantidade alcançada

14.086.199

Data de Referência

31/12/2013

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Contaminação de alface por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	19,8	31/12/2011	43
Contaminação de cenoura por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	30,39	31/12/2012	33
Contaminação de mamão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	17,31	31/12/2011	20
Contaminação de morango por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	36,05	31/12/2012	59
Contaminação de pimentão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	64,36	31/12/2011	90
Contaminação de tomate por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	18,27	31/12/2011	12
Contaminação de uva por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	32,67	31/12/2011	27
Disponibilidade interna de arroz para consumo humano	tonelada	31/12/2009	12.118.300	31/12/2013	12.000.000
Disponibilidade interna de carne bovina para consumo humano	tonelada	31/12/2009	6.810.070	31/12/2012	7.127.400
Disponibilidade interna de feijão para consumo humano	tonelada	31/12/2009	3.500.000	31/12/2013	3.400.000
Disponibilidade interna de frango para consumo humano	tonelada	31/12/2009	7.386.700	31/12/2012	8.727.500
Disponibilidade interna de milho para consumo humano	tonelada	31/12/2009	45.414.010	31/12/2013	52.762.600
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento	índice numérico	31/12/2009	0,509	30/09/2012	0,5

Monitoramento do teor de iodo no sal	%	31/12/2009	95,9	31/12/2011	97,1
Percentual de adolescentes com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	19,4	-	-
Percentual de adolescentes com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	21,5	-	-
Percentual de adultos com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	48	-	-
Percentual de adultos com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	50,1	-	-
Percentual de adultos com obesidade (feminino)	%	31/12/2009	16,9	-	-
Percentual de adultos com obesidade (masculino)	%	31/12/2009	12,5	-	-
Percentual de carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	59,2	-	-
Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%		17,48	30/09/2009	17,48
Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade	%	31/12/2006	1,8	-	-
Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade	%	31/12/2006	6,7	-	-
Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade	%	31/12/2006	7,2	-	-
Percentual de domicílios com insegurança alimentar grave	%	31/12/2009	5	30/09/2009	5
Percentual de domicílios com insegurança alimentar leve	%	31/12/2009	18,7	30/09/2009	18,7
Percentual de domicílios com insegurança alimentar moderada	%	31/12/2009	6,5	30/09/2009	6,5
Percentual de domicílios com segurança alimentar	%	31/12/2009	69,8	30/09/2009	69,8
Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	2	-	-
Percentual de gastos das famílias com alimentação total	%	31/12/2009	19,8	-	-
Percentual de lipídios no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	28,7	-	-
Percentual de moradores de cor preta ou parda em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%		18,61	30/09/2009	18,61
Percentual de moradores em domicílios com rendimento mensal per capita de até 1/4 do salário mínimo e com insegurança alimentar moderada ou grave	%		41,62	30/09/2009	41,62
Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	12,1	-	-

Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	0,8	-	-
Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos	%	31/12/2006	17,4	-	-
Renda domiciliar média per capita (total da renda do domicílio dividido pelo número de moradores)	R$	31/12/2009	631,27	30/09/2012	860,53
Taxa de adesão das unidades da federação ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/12/2013	96,29
Taxa de adesão dos municípios ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/12/2013	0,21
Taxa de Fóruns Bipartites instituídos e em funcionamento	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0
Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos)	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2011	15,3
Taxa de municípios com Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2012	17,7
Taxa de unidades da federação com Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2013	18,51

Observações:

Percentual de adolescentes com excesso de peso (feminino) - Sem atualização de dados.
Percentual de adolescentes com excesso de peso (masculino) - Sem atualização de dados.
Percentual de adultos com excesso de peso (feminino) - Sem atualização de dados.
Percentual de adultos com excesso de peso (masculino) - Sem atualização de dados.
Percentual de adultos com obesidade (feminino) - Sem atualização de dados.
Percentual de adultos com obesidade (masculino) - Sem atualização de dados.
Percentual de carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados.
Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave - Sem atualização de dados.
Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade - Sem atualização de dados.
Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade - Sem atualização de dados.
Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade - Sem atualização de dados.
Percentual de domicílios com insegurança alimentar grave - Sem atualização de dados.
Percentual de domicílios com insegurança alimentar leve - Sem atualização de dados.
Percentual de domicílios com insegurança alimentar moderada - Sem atualização de dados.
Percentual de domicílios com segurança alimentar - Sem atualização de dados.
Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados.
Percentual de gastos das famílias com alimentação total - Sem atualização de dados.
Percentual de lipídios no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados.
Percentual de moradores de cor preta ou parda em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave - Sem atualização de dados.
Percentual de moradores em domicílios com rendimento mensal per capita de até 1/4 do salário mínimo e com insegurança alimentar moderada ou grave - Sem atualização de dados.
Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados.
Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados.
Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos - Sem atualização de dados.
Taxa de Fóruns Bipartites instituídos e em funcionamento - Sem atualização de dados.

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN está cada vez mais forte. As suas instâncias funcionam plenamente na esfera federal (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea e a Conferência) e há uma importante interação entre a Caisan e o Consea Nacional. Todos os estados realizaram conferências e possuem Conseas e as 26 Unidades da Federação que aderiram ao SISAN possuem Câmaras Intersetoriais implantadas e estão elaborando os seus Planos Estaduais.

Durante o ano de 2013, foi realizado um conjunto de atividades visando o fortalecimento do Sistema nas unidades da federação: 4 oficinas com as Câmaras Interministeriais de Segurança Alimentar e Nutricional Estaduais - CAISANS estaduais, em Brasília; três oficinas regionais, incluindo a participação de conselheiros, gestores de políticas públicas e outros representantes da sociedade civil, finalizando um processo iniciado em 2012, com oficinas em Belo Horizonte (incluindo representação de todos estados da região Sudeste), Fortaleza (incluindo participação dos estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte) e Recife (Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas); Seminário "Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos grandes Municípios", com a participação de 132 municípios com mais de 200 mil habitantes; visitas aos estados com o objetivo de fortalecê-los politicamente e tecnicamente.

Como estratégia de comunicação e informação, divulga-se semanalmente um boletim de informações sobre o SISAN.

No que se refere à gestão federativa do SISAN e a criação do fórum tripartite, ainda é necessário avançar no debate com as CAISANS estaduais e com os municípios quanto a definição de responsabilidades políticas e orçamentárias entre os entes federativos para a gestão do SISAN.

Quanto às adesões, 26 unidades da federação (25 estados e o Distrito Federal) já aderiram ao Sistema, sendo que os estados de Goiás e São Paulo formalizaram a sua adesão ao SISAN em 2013, faltando somente o estado de Mato Grosso, que já está no processo para realizar a sua adesão.

O processo de adesão municipal foi reorganizado, dando maiores responsabilidades aos estados. No Seminário "Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos grandes Municípios" foram divulgadas as primeiras 12 adesões municipais ao SISAN.

Um novo edital de convênios com o objetivo de apoiar a estruturação dos componentes estaduais do Sistema (CAISANS e CONSEAS), a elaboração dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, e a mobilização dos municípios, para que façam a adesão ao SISAN foi aberto para apoiar financeiramente o restante dos estados que não formalizaram os convênios no ano de 2012. Em 2013, foram empenhados recursos para apoiar os estados de RJ, RR, AM, SP e GO, totalizando 24 unidades federativas com convênios.

Foi lançado um edital para selecionar 9 universidades públicas que ficarão com a incumbência de apoiar as CAISANS estaduais na mobilização para a adesão dos municípios e apoiar tecnicamente a elaboração dos seus planos estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN. Também estão em processo de formalização duas cooperações: uma com a Universidade de Brasília - UnB, voltada para capacitar em torno de 2.000 pessoas em DHAA; e outra com a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, para retomar a RedeSAN, que é uma rede de mobilização e capacitação para gestores em SAN. Todos estes processos deverão ser formalizados em 2014.

Metas 2012-2015

- **Adesão de 3339 Municípios ao SISAN**

Análise Situacional da Meta

Os requisitos de adesão municipal ao SISAN são os mesmos preconizados aos estados. Ou seja, é necessária a criação e instalação de seus componentes: conselhos de SAN, presididos pela sociedade civil, câmaras intersetoriais e o compromisso com a elaboração de um plano local de SAN. É um processo técnico e político que envolve a mobilização, sensibilização e capacitação da sociedade civil e gestores públicos. O processo de mobilização e organização para a adesão dos municípios iniciou-se em 2013. Foi estabelecido um novo fluxo de adesão municipal que coloca as CAISANS estaduais com um papel mais proativo no processo. Além da mobilização, os estados terão que orientar, analisar e formalizar a adesão de seus municípios, enquanto que a CAISAN nacional ficará com a responsabilidade de referendar a adesão, por meio de uma resolução. Com os recursos em caixa, os estados iniciaram os seus processos licitatórios para realização das oficinas de capacitação e mobilização dos municípios, que acontecerão nos anos de 2014 e 2015. No Seminário SISAN nos grandes municípios, foi assinada a Resolução da CAISAN com a adesão dos doze primeiros municípios ao SISAN.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	279	unidade	1	31/12/2013
Região Nordeste	1.078	unidade	7	31/12/2013
Região Norte	269	unidade	0	31/12/2013
Região Sudeste	1.000	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	713	unidade	4	31/12/2013

- **Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao SISAN**

Análise Situacional da Meta

A adesão dos estados, Distrito Federal e municípios ao Sisan é um processo técnico e político que envolve a sensibilização e mobilização da sociedade civil e gestores públicos, a criação e instalação de seus componentes, conforme estabelecido no Decreto 7.272/2010. Implica na criação dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional - Conseas Estaduais/Municipais, os congêneres da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisans Estaduais/Municipais, e também no compromisso de elaboração dos Planos locais de SAN. Ou seja, é um processo que requer mobilização política no nível local. Até 2012, 23 estados e o Distrito Federal haviam aderido ao Sisan. Em 2013, os estados de Goiás e São Paulo formalizaram a adesão ao SISAN, restando apenas o Estado de Mato Grosso que está elaborando os normativos necessários para solicitar a adesão.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	3	31/12/2013
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2013
Região Norte	7	unidade	7	31/12/2013
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2013
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2013

- **Implementação do SISAN nos estados, Distrito Federal e municípios através da (i) instituição dos Fóruns de Pactuação, (ii) elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e (iii) apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional**

Análise Situacional da Meta

A CAISAN nacional está envidando esforços para a implementação do SISAN nos estados. Nos últimos dois anos

(2012 e 2013), o foco principal das ações da Secretaria Executiva tem sido, além da mobilização dos entes para a adesão ao SISAN, a capacitação dos atores sociais e gestores e o apoio técnico, político e financeiro para a estruturação dos componentes estaduais (CONSEAS e CAISANS), com o objetivo de fortalecer o papel de formulador, articulador e de monitoramento das ações de segurança alimentar e nutricional das CAISANS estaduais e da participação e controle social pelos CONSEAS. Em 2012, 23 estados e o Distrito Federal aderiram ao SISAN. Por meio de um edital de justificativa (edital de justificativa 10/2012 - SESAN/MDS) foram formalizados 18 convênios com estados (AC, AL, AP, BA, CE, ES, MA, MS, PA, PB, PR, PE, PI, RN, RS, SC, SE e TO) e o DF com total de recursos financeiros empenhados na ordem de 7 milhões de reais. Em 2013, novo edital de justificativa (edital de justificativa 01/2013) foi publicado com o mesmo objeto para atender o restante dos estados que não formalizaram convênio em 2012. Ao todo, foram firmados 5 convênios com os estados de AM, GO, RJ, SP e RR, perfazendo um montante de R$ 1,829 milhões. Restaram ainda os estados de MT, MG e RO, os quais poderão firmar convênios no ano de 2014. As metas dos convênios visam apoiar a elaboração ou revisão dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional; o fortalecimento dos componentes do Sistema (Conseas e Caisans estaduais); e a mobilização, através dos estados, para que os municípios façam a sua adesão ao SISAN. Portanto, só com o cofinanciamento e o apoio político e técnico, os estados mobilizarão os municípios para que estes façam a sua adesão, possibilitando a instituição dos fóruns bipartite e tripartite. Além do apoio financeiro aos estados, uma série de iniciativas foi organizada em 2013. São elas:

• Foi aprovada pelo pleno executivo da CAISAN Nacional a proposta de resolução do fórum tripartite, restando ainda alguns estudos preliminares para sua publicação (estudo dos orçamentos dos estados em SAN e a definição das competências federativas ao SISAN);

• Continuidade das oficinas regionais de mobilização do SISAN iniciadas em 2012 nas cidades de Recife, Fortaleza e Belo Horizonte;

• Realização de 4 oficinas bimestrais com as CAISANS estaduais, em Brasília, e 41 visitas a CAISANS e CONSEAS estaduais;

• Foi lançado um edital para selecionar 9 universidades públicas que ficarão com a incumbência de apoiar as CAISANS estaduais na mobilização para adesão dos municípios ao SISAN, bem como no apoio a elaboração dos planos estaduais de SAN. Os respectivos projetos serão firmados no ano de 2014;

• Foram iniciados os processos de cooperação para um curso de Direito Humano à Alimentação Adequada e a continuidade da RedeSAN (Rede virtual para cursos à distancia) que serão formalizados em 2014;

• Estruturação de um plano de comunicação com a organização de boletins semanais e do site institucional da CAISAN Nacional.

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional são estruturas físicas e espaços destinados, no todo ou em parte, à provisão de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia da segurança alimentar e nutricional, quais sejam, a oferta, a distribuição e a comercialização de refeições e/ou de alimentos. Dividem-se em:

1. Equipamentos de apoio ao abastecimento e combate ao desperdício de alimentos, que se caracterizam por espaços e serviços públicos de integração entre a produção e o consumo, constituindo-se com potenciais ações para a estruturação de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo. São os programas de Banco de Alimentos e Unidades de Apoio à Agricultura Familiar ou Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar.

Os Bancos de Alimentos são serviços públicos de captação e/ou recepção e distribuição gratuita de gêneros alimentícios, que seriam desperdiçados, oriundos de doações dos setores privados e/ou públicos, e que são direcionados às entidades e

instituições socioassistenciais. O MDS firmou um Acordo de Cooperação com o SESC – Mesa Brasil, na perspectiva de iniciar uma discussão e estruturação de uma possível Rede de Banco de Alimentos. Estão em funcionamento 76 bancos de alimentos, e 44 estão em instalação.

As Unidades de Apoio à Agricultura Familiar ou Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar são espaços destinados à organização da distribuição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, em especial os adquiridos por compras governamentais. Tem-se atualmente 96 desses equipamentos em instalação. O Edital de Seleção Pública de 2013 foi direcionado para os estados da região Norte e Nordeste, com o objetivo de modernizar centrais de recebimento já existentes nos municípios - ou regionais desses estados – por intermédio do governo estadual. Desta feita foram selecionados 12 estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Tocantins. Pelas propostas cadastradas no SICONV espera-se apoiar a modernização de centrais em 1.044 municípios.

2. Equipamentos de apoio ao consumo de alimentos, que se caracterizam por espaços públicos que produzem e ofertam refeições, constituindo-se como um serviço de alimentação, que são os Restaurantes Populares, as Cozinhas Comunitárias e as Unidades de Alimentação e Nutrição Sociais.

Os restaurantes populares são estruturas físicas de produção e oferta de refeição com capacidade de atender a mais de 1.000 pessoas por refeição, em municípios com mais de 100 mil habitantes. Atualmente tem-se 91 unidades em funcionamento e 38 em instalação.

As cozinhas comunitárias são estruturas físicas de produção e oferta de refeição com capacidade de atender no mínimo 100 pessoas por refeição. Tem-se 154 unidades instaladas (em funcionamento) e 175 em instalação.

Unidades de Alimentação e Nutrição Sociais: são unidades estatais de alimentação e nutrição, mantidas pelo poder público, vinculadas a outras políticas sociais como educação, assistência social, saúde, segurança e outras, que produzem e ofertam refeições. Em 2012, o MDS apoiou 63 municípios pertencentes ao G-100 – municípios com população acima de 80 mil habitantes e baixa receita corrente por habitante – para adequarem a instalação de 1.000 creches, por meio de termo de cooperação com o FNDE. Já em 2013, foi apoiada a aquisição de kits para 5.764 creches, com maioria das matrículas PBF (Programa Bolsa Família), em 583 municípios.

Além disso o MDS apoiou 103 núcleos/municípios com organização militar participante do programa Forças nos Esportes, que se trata de um termo de cooperação entre o MDS e o Ministério da Defesa. Este tem por objetivo promover o reforço alimentar de crianças no âmbito do programa, desenvolvido nas dependências de organizações militares, aeronáutica, exército e marinha. Em 2013 foram atendidas 15 mil crianças e investidos R$ 6.336.000,00.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral das pessoas**

Análise Situacional da Meta

A meta é ampliar os equipamentos públicos de SAN em mais 147 municípios no período de quatro anos do PPA, totalizando um total de 727 municípios com algum equipamento público de SAN. De acordo com a posição de dezembro de 2013, 1.207 municípios foram atendidos com equipamentos de SAN. Como já existiam 589 municípios atendidos antes de 2012, houve uma ampliação de 618 municípios com equipamentos no período 2012/2013.

Atualmente, a distribuição regional é a seguinte:

- 259 municípios na Região Sul (aumento de 23,33% em relação aos 210 municípios de 2011);
- 218 na Região Sudeste (aumento de 59,12% em relação aos 137 municípios de 2011);
- 78 na Região Norte (aumento de 122,86% em relação aos 35 municípios de 2011);
- 582 na Região Nordeste (aumento de 214,59% em relação aos 185 municípios de 2011); e
- 70 na Região Centro-Oeste (aumento de 218,18% em relação aos 22 municípios de 2011).

Além dos editais de seleção para modernização e instalação de equipamentos, compõem a meta os municípios atendidos por meio dos termos de cooperação com o FNDE (atendimento de creches) e o Ministério da Defesa

(programa forças no esporte), sendo que os municípios que se repetem não são considerados no indicador final.

- **Elaboração de estratégias e planos de gestão descentralizada e de integração de ações de segurança alimentar**

Análise Situacional da Meta

A SESAN, em seu planejamento estratégico, tem definido como objetivo a definição de uma estratégia de qualificação dos equipamentos públicos de SAN. A premissa básica é a de integração das ações, não se constituindo como meta, mas como ponto de partida no desenvolvimento das ações. A gestão descentralizada das ações de Segurança Alimentar e Nutricional é inerente ao SISAN não havendo razão para planos de gestão descentralizados, uma vez que os entes subnacionais estão sujeitos à Política Nacional e cada ente subnacional deve possuir o seu próprio Plano de SAN.

- **Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram apoiados 23 projetos de Agricultura Urbana com valor de repasse de R$ 7.673.611,46. Esses projetos continuaram sendo desenvolvidos em 2013. Encontra-se em discussão e debate, no âmbito do Consea, diretrizes para o desenvolvimento de ações de Agricultura Urbana e Periurbana – AUP. Até o momento foi realizado um levantamento e uma avaliação preliminar das ações de AUP desenvolvidas nos últimos dez anos no âmbito do MDS, bem como as experiências da sociedade civil. Por fim será discutida a definição de um Marco Conceitual sobre o tema. Em 2013 os recursos orçamentários previstos apoiaram a modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar em 2 estados: Paraíba e Alagoas.

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Refletindo o esforço integrado e intersetorial do governo visando o alcance progressivo do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), buscou-se um modelo integrativo de gestão governamental intersetorial que possibilita a complementaridade das ações e a superação das fragmentações setoriais existentes. Houve avanços na institucionalização e normatização do tema da Educação Alimentar e Nutricional - EAN, o que reflete o esforço intersetorial descrito acima. Fatores que dificultaram a realização deste Objetivo referem-se a dificuldades burocráticas e aos poucos modelos e instrumentos de articulação e gestão intersetoriais, que ainda são um desafio.

Assim, em 2013, de maneira contínua e permanente, foram elaborados e produzidos diversos materiais educativos para apoiar ações locais em EAN. Os materiais a serem distribuídos na rede de atores que apoiam as ações e projetos do MDS são complementares aos materiais já elaborados, mas trabalhando as diversas etapas do ciclo da vida, com o foco da produção ao consumo e considerando as diversas realidades do país – atividade precípua das ações de SAN.

Destaca-se a produção de materiais ligados à agricultura familiar com vistas a fomentar a organização dos circuitos curtos de produção, abastecimento e consumo de alimentos, de forma a estimular a disseminação do conhecimento a agente públicos mobilizadores, apoiando o processo de qualificação da demanda que possibilitam a oferta de alimentação adequada e saudável aos beneficiários consumidores.

Uma importante ação que continua sendo conduzida pelo MDS refere-se a Estratégia de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios. O processo de elaboração e discussão da Estratégia aconteceu num espaço de articulação intersetorial, no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional Nacional – CAISAN Nacional, por meio da instituição do Comitê Técnico 6, com o apoio da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)/Organização Mundial de Saúde (OMS) no Brasil e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional (CONSEA). Após a etapa inicial de construção e discussão com o setor governamental e com acadêmicos ligados ao tema, encontra-se concluído o texto do documento. O MDS também iniciou um processo de desenvolvimento de ações estratégicas de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias do Programa Bolsa Família, destacando-se: 1) o desenvolvimento de curso a distância destinado a multiplicadores para o desenvolvimento e articulação de ações de EAN com as famílias, 2) produção de spots de rádio e 3) produção de folhetos com orientação sobre alimentação adequada e saudável para as famílias beneficiárias.

Outra iniciativa, já em fase adiantada de elaboração, são os Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional para os serviços socioassistenciais. Entre janeiro de 2012 e fevereiro de 2013 houve consulta pública desse material, que agora se encontra em fase de consolidação e apreciação pelo Ministério da Saúde.

Por fim, destaca-se a ação para fortalecer as atividades de pesquisa e, principalmente, as atividades que vinculam a pesquisa com a extensão ou com a busca por metodologias educativas mais eficientes. Com isso, buscou-se realizar parceria com CNPq, objetivando fomentar projetos de desenvolvimento e inovação científica em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar programas e projetos na área de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito das políticas apoiadas pelo Governo Federal.

Metas 2012-2015

- **Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local**

  Análise Situacional da Meta

  Estão sendo apoiados, a partir de uma parceria com o Conselho Nacional de Pesquisa Científico e Tecnológico (CNPq), projetos com duração de 24 meses, para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e inovação em Educação Alimentar e Nutricional. Foram aprovados vinte e sete (27) projetos financiados com recursos financeiros no valor global de R$ 2.940.479,00, oriundos do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Todos os projetos serão iniciados em janeiro de 2014. Em 2014 está previsto o monitoramento dos projetos financiados visando estreitar o diálogo entre a pesquisa e gestão.

- **Criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias beneficiárias dos Programas Socioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos e instituições que compõem o SISAN**

  Análise Situacional da Meta

  Por meio do curso a distância "Educação Alimentar e Nutricional no contexto do Programa Bolsa Família" em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, serão ofertadas 2.000 vagas destinadas às equipes formadas por 3 gestores ou profissionais, por município, envolvidos direta ou indiretamente com o Programa Bolsa Família.

  O objetivo do curso é potencializar a oferta de serviços públicos qualificados aos beneficiários do Programa Bolsa Família, por meio do fomento a intersetorialidade, principalmente no que se refere ao Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

  Para o desenvolvimento deste projeto foi formalizado um Termo de Cooperação com a Fiocruz. A execução envolve três etapas: a primeira etapa prevê o desenvolvimento do projeto político-pedagógico; a segunda, a logística e execução técnico-operacional; e a terceira, será a avaliação do curso.

  Esta parceria foi formalizada em dezembro de 2011 e encontra-se na fase em execução técnico-operacional. O edital de seleção dos profissionais foi publicado em outubro de 2013 e o início do curso está previsto para abril de 2014.

- **Incluir ações de Educação Alimentar e Nutricional nos planos político pedagógicos das escolas**

  Análise Situacional da Meta

  O FNDE está empenhado na inclusão da Educação Alimentar e Nutricional nos planos políticos e pedagógicos das escolas. Dentre as ações desenvolvidas, temos a criação da Coordenação de Educação e Controle Social, desde julho/2012, que realiza as atividades de EAN, com trabalhos interministeriais e intersetoriais, juntamente com o MEC, MS, MDS e outros parceiros. Essa Coordenação participou ativamente na elaboração do Marco de Referência de EAN para as políticas públicas e na Comissão Permanente do CONSEA de Educação, Nutrição e Consumo. Foram

realizadas oficinas para divulgação da importância da EAN com nutricionistas, gestores e profissionais da área. Os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar – CECANEs, constituídos por meio de uma parceria entre o FNDE e os IFES, realizaram o fomento do Projeto Horta Escolar e a formação de conselheiros, agentes do PNAE e comunidade escolar, consolidando o tema de EAN. Hoje, o Projeto Horta Escolar já abrange aproximadamente 179 municípios. O trabalho do FNDE inicialmente foi desenvolvido no sentido de convencer os atores do PNAE da importância da educação alimentar e nutricional, como um estímulo para inclusão nos planos políticos pedagógicos das escolas.

- **Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social**

Análise Situacional da Meta

Está em fase final a elaboração o processo de Educação a Distância (EAD) sobre EAN para atender a 2.000 profissionais que atuam localmente com o Programa Bolsa Família (PBF) e que estejam vinculados às áreas de Saúde, Assistência Social (ou Desenvolvimento Social, em alguns municípios) e Educação.

O MDS iniciou o processo de desenvolvimento de ações estratégicas de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias do Programa Bolsa Família, destacando-se: 1) desenvolvimento de curso a distância para multiplicadores para o desenvolvimento e articulação de ações de EAN com as famílias, 2) produção de spots de rádio e 3) produção de folhetos com orientação sobre alimentação adequada e saudável para as famílias beneficiárias.

- **Inserir nos processos de Educação Alimentar e Nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para adoção de hábitos alimentares mais saudáveis; e de formação e qualificação dos profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável**

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados 2 Cadernos de Educação Alimentar com o objetivo de subsidiar as atividades realizadas nos serviços socioassistenciais do SUAS que envolvem o tema alimentação e nutrição. O caderno teórico oferece embasamento para a abordagem das temáticas relacionadas com a EAN, contemplando noções sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada e os pressupostos de uma alimentação adequada e saudável. O caderno metodológico exemplifica algumas atividades de Educação Alimentar e Nutricional para a abordagem dessa temática nas ações dos serviços socioassistenciais, realizados no âmbito SUAS nos estados e municípios. No momento os cadernos estão sendo publicados e impressos. Em 2014 está prevista a distribuição e implementação dos mesmos na rede sócio assistencial.

A Rede virtual de EAN tem por objetivo promover a articulação entre diferentes profissionais que atuam na área e criar referências para a implementação de projetos locais de EAN. Trata-se de um espaço virtual voltado para a troca de experiências em EAN entre quaisquer interessados em participar. Além do espaço para compartilhamento de experiências, onde são publicadas notícias e informativos sobre o tema, a rede virtual Ideias na Mesa mantém blog, conta no Facebook, Twitter, biblioteca com documentos técnicos, publicação de revista semestral, bate-papos virtuais, dentre outros recursos. Atualmente, a rede conta com cerca de 52 mil visualizações/dia em sua página no Facebook, 1.500 usuários e 120 experiências cadastradas. Estão sendo desenvolvidas ações de aperfeiçoamento da rede virtual Ideias na Mesa, visando fomentar a sociedade civil a atuar com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável, considerando que este é um dos objetivos do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2012-2015) para esta agenda de governo.

Incorpora-se ainda para o alcance dessa meta a realização da Campanha de Incentivo ao Consumo de Frutas, Legumes e Verduras (FLV) nas Centrais de Abastecimento (CEASAs), com objetivo de estimular os agentes de abastecimento (concessionários, permissionários e produtores) a ofertarem FLV seguros e com qualidade, por meio da valorização do importante papel que desempenham e incentivar um processo de educação continuada nas CEASAs.

- **Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Diante do desafio de consolidar a EAN nas políticas públicas, ampliou-se ainda mais a necessidade de se promover um campo comum de reflexão e orientação da prática no conjunto de iniciativas de EAN que tenham origem, principalmente, na ação pública. Para isso, foi publicado em novembro 2012, de maneira intersetorial, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, fruto de um termo de cooperação firmado entre o MDS e Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade de Brasília (OPSAN/UnB).

- **Realizar campanhas de sensibilização de profissionais, agentes do SISAN e da população para o preparo e consumo de produtos alimentares regionais, da sociobiodiversidade, agroecológicos e de maior valor nutritivo**

Análise Situacional da Meta

Esta meta se relaciona com o projeto de cooperação internacional "Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano", conhecido como "Biodiversity for Food and Nutrition" (BFN), que é financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF e conta com contrapartida do governo brasileiro. O projeto é coordenado internacionalmente pelo Bioversity International e tem como agências implementadoras o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO. Além do Brasil, o Quênia, o Sri Lanka e a Turquia também integram o Projeto, que terá vigência até 2016.

No ano de 2012, a Gerência de Recursos Genéticos - GRG do DCBio/SBF organizou, juntamente com a Bioversity, a Reunião Técnica Internacional Inicial do Projeto e a Primeira Reunião do Comitê de Coordenação Internacional. Essas reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de abril. O lançamento oficial do Projeto ocorreu durante o Congresso Mundial de Nutrição (World Nutrition Rio2012 - WNRio2012), no Rio de Janeiro, no dia 28 de abril de 2012. Essa reunião contou com a participação da GRG/DCBio/SBF, que também auxiliou na organização do evento. Em 2012, também foi consolidada a parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, que será o Gestor Financeiro do Projeto.

O Projeto BFN prevê a seguinte atividade: "Desenvolver e viabilizar campanhas educativas regionais e nacionais para a valorização dos produtos da agro e sociobiodiversidade e orgânicos". No entanto, essa atividade só está prevista para acontecer no último ano do projeto, em 2016.

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

É possível afirmar que vêm sendo realizadas ações que visam a identificação e a capacitação dos públicos específicos, bem como elaboração de nova sistemática de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, via Termo de Adesão, que incorpora maior número de municípios e estados como parceiros nas ações de comercialização da produção da agricultura familiar. O Decreto Nº 7.775, de 4 de julho de 2012, institui uma forma de pactuação que permite a agilidade na contratação dos beneficiários, fornecedores e recebedores, permite o pagamento direto em cartão bancário do fornecedor, a seleção qualificada dos fornecedores, permitindo o foco nos públicos prioritários e acompanhamento desse processo por parte do MDS. O Decreto Nº 8.026, de 6 de junho de 2013, ampliou os limites individuais de acesso ao programa, estimulando a implementação via organizações fornecedoras, com um limite superior às operações individuais. Da mesma forma, foi instituído limite para operações de venda exclusiva de alimentos orgânicos e ou agroecológicos, visando o estímulo a esta produção diferenciada. Por meio da articulação com as demais ações do Plano

Brasil Sem Miséria, está sendo possível a capacitação de técnicos, ampliando a rede de implementação do PAA e suas ações correlatas. A parceria estabelecida por meio de Termo de Cooperação com a Conab vem sendo qualificada, visando estabelecer mais claramente os públicos e regiões específicas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

Os sistemas de execução estão sendo aprimorados de forma que será possível identificar os produtores orgânicos e agroecológicos e da sociobiodiversidade, permitindo identificar com mais precisão os dados. O SISPAA - Sistema de Informações do PAA, fundamental à implementação do PAA via Termo de Adesão, traz metas específicas de produção orgânica desde a pactuação com os executores, de forma a estimular os gestores do programa a inserirem produtores orgânicos e agroecológicos entre os prioritários. O PAA também figura entre as ações do Plano Nacional de Agroecologia, com previsão de recursos e metas específicas para a dinamização do mercado da produção agroecológica. O Decreto Nº 8.026, de 6 de junho de 2013, instituiu limites diferenciados para as aquisições de produtos exclusivamente orgânicos, agroecológicos ou da sociobiodiversidade, com valor superior às operações de produtos convencionais. Para dinamização dessa produção, foram realizadas atividades de formação e divulgação entre organizações da agricultura familiar e sobretudo entre técnicos que realizam atividades com esse público, especificamente na Região Norte do Brasil. Dessa forma, foi possível identificar, no exercício 2013, 970 agricultores que comercializaram produtos orgânicos no PAA.

Quantidade alcançada

970

Data de Referência

19/09/2013

- **Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes**

Análise Situacional da Meta

A Resolução Nº 44 do Grupo Gestor do PAA entrou em vigor no ano de 2013, por meio do qual o PAA passou a ter meta de participação de mulheres nas propostas e projetos. Na modalidade Compra com Doação Simultânea, a meta de acesso é de 40% de mulheres, e na modalidade Formação de Estoques de 30%. Visando o estímulo à participação de mulheres no PAA, o MDS em conjunto com o MDA, Conab e movimentos sociais representativos de grupos de mulheres, vem realizando atividades de formação, divulgação e capacitação. Os sistemas informatizados do PAA foram aprimorados de forma a evidenciar a meta de atendimento de mulheres, permitindo a apuração de que, em 2013, 37% dos beneficiários do PAA foram mulheres, superando a meta prevista.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

19/09/2013

- **Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos**

Análise Situacional da Meta

No exercício 2013, o PAA adquiriu alimentos de 2.706 agricultores classificados como povos e comunidades tradicionais, sobretudo quilombolas, indígenas e pescadores artesanais. Para que haja ampliação na participação deste público, o MDS, em parceria sobretudo com os demais operadores das ações do Plano Brasil Sem Miséria, vem participando de ações de capacitação e divulgação do PAA junto aos técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural para que identifiquem as potencialidades dos grupos prioritários assistidos de forma que possam ser inseridos no PAA.

- **Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 45% dos agricultores participantes enquadrados como público do Plano Brasil Sem**

Miséria

Análise Situacional da Meta

A meta de percentual de público do Brasil Sem Miséria no exercício 2013 foi superada, uma vez que 50% das famílias agricultoras que forneceram ao PAA são cadastrados no Cadastro Único de Políticas Sociais - CadÚnico. A forma de implementação via Termo de Adesão teve o maior percentual registrado, chegando a 61%, uma vez que permite o estabelecimento de metas de público fornecedor prioritário, antes do início da execução, de forma a pactuar metas e monitorá-las. Assim, os executores do PAA, em parceria com os operadores das ações do Plano Brasil Sem Miséria - PBSM, vêm elaborando estratégias de inclusão produtiva dos agricultores familiares assistidos pelo BSM no PAA. Ainda, as equipes do MDS participaram de nove cursos de formação para agentes de ATER, tendo sido capacitados 280 técnicos na promoção do acesso do público BSM ao PAA.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

19/09/2013

- **Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados como público do Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Essa modalidade trabalha com DAP Jurídica, ou seja, alcança as famílias BSM que já estão inseridas em organizações formais com CNPJ. Para avançar na execução dessa modalidade teve início, no ano de 2013, ação do MDA com foco na gestão de cerca 400 cooperativas, sendo que um dos objetivos é que seja estimulado o acesso aos mercados por meio da modalidade de Apoio à Formação de Estoques. Espera-se com isso que ocorra um aumento gradual de novos beneficiários com esse perfil, na medida em que novas cooperativas incorporem-se à modalidade. Somadas a execução MDA e MDS, no total foram atendidos 7.004 agricultores familiares, sendo 1.506 do BSM.

Quantidade alcançada

7.004

Data de Referência

31/12/2013

- **Expandir a destinação dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para as redes socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição**

Análise Situacional da Meta

O MDS vem realizando esforço de normatização dos destinos dos alimentos adquiridos pelo PAA, de forma a aprimorar e potencializar sua execução no sentido do cumprimento de sua faceta de superação da condição de insegurança alimentar e nutricional. Desta forma, foi publicada Resolução Nº 62 do Grupo Gestor do PAA, em 24 de outubro de 2013, que estabelece os critérios para a seleção das unidades recebedoras. Por meio da resolução fica estabelecida prioridade no destino para as entidades da rede socioassistencial e os equipamentos de alimentação e nutrição, de forma a integrar os alimentos do PAA a outras ações de constituição de direitos e cidadania já oferecidos pelas unidades recebedoras.

- **Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado**

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados de execução do exercício de 2013 foi possível observar que 46% dos agricultores que acessaram o PAA no período estão na Região Nordeste, e que esse percentual para a Região Norte é de 7%. Esses dados refletem os resultados de capacitações e atividades realizadas nas regiões prioritárias, apresentando, no entanto, o desafio de promover ainda mais a inserção do público da Região Norte, o que vem sendo realizado sobretudo por meio das capacitações do Plano Brasil Sem Miséria. Com relação ao percentual de acesso da Região Nordeste, cabe salientar que a forte seca que assolou a região prejudicou a produção e consequentemente a venda dos alimentos ao

PAA.

Quantidade alcançada

53

Data de Referência

22/01/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	50	%	56	19/09/2013
Região Norte	10	%	6	19/09/2013

- **Implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e gestão do Programa de Aquisição de Alimentos, que permitam a expansão qualificada do Programa, bem como a transparência nas operações realizadas no seu âmbito**

Análise Situacional da Meta

O PAA DATA é um sistema que reúne as informações de todos os executores do PAA (Conab, Estados e Municípios) e de todas as modalidades, permitindo ao público consultas sobre dados de execução em diversos níveis de agregação das informações. Os dados são atualizados trimestralmente, e podem ser consultados por estado, município, modalidade, executor, agricultores familiares e entidades recebedoras. O Sistema de Informações do PAA - SISPAA é um sistema de operação e implementação do PAA, que permite ao MDS acompanhar o programa desde a elaboração da proposta, passando pela execução e chegando ao pagamento aos agricultores fornecedores. O SISPAA permitiu elevado nível de aperfeiçoamento do acompanhamento e gestão do PAA e o avanço do PAA Termo de Adesão de 37 municípios em 2012 para 257 em 2013, avançando na execução de 9 municípios para 138 municípios. Em 2012 um Estado executou via Termo de Adesão, e em 2013 foram 5 Estados executores. A execução via SISPAA passou de R$757 mil em 2012 para R$48,8 milhões em 2013.

- **Qualificar, em articulação com parceiros institucionais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, a integração dos parceiros institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos com a Ação de Distribuição Alimentos - ADA, priorizou a compra dos alimentos da Agricultura Familiar através da nova modalidade "Compra Institucional" (mais de R$ 2 mi, na compra de Farinha de Mandioca, flocos de milho, macarrão, fubá e arroz) para composição das cestas de alimentos, anteriormente feita apenas através de pregões eletrônicos.

Foi ampliado o recurso financeiro para garantir a aquisição de alimentos para as famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional de R$ 69 milhões para R$ 82 milhões.

Além disso, foi intensificada a qualificação da gestão da ADA e órgãos parceiros, em relação aos grupos populacionais específicos no acesso a outros programas sociais, uma vez que o cruzamento realizado em 2012 revelou que menos de 20% das famílias que recebem as cestas estão no CadÚnico.

Em 2013, pela Ação de Distribuição de Alimentos, o MDS atendeu 94.926 famílias atingidas pela seca/chuva/situação de emergência ou calamidade pública, com 3,5 mil toneladas de alimentos, em 17 estados da federação.

Foi fornecido ainda 36 mil toneladas de alimentos, a grupos populacionais específicos (acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, movimento dos atingidas por barragens, indígenas e pescadoras artesanais) em situação de insegurança alimentar nutricional, de forma regular, a 291.705 famílias em todos os estados da federação.

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O cumprimento da meta de aquisição de produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e pescadores artesanais para atendimento às famílias produtoras na Amazônia Legal depende do avanço do Projeto Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial, necessário à fabricação dos barcos e câmaras frigoríficas.

Quanto ao fortalecimento do seguimento varejista de pequeno porte, concebido pela Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, e a interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição, via Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, ambas as atuações foram limitadas. Entretanto, outros programas operacionalizados pela Conab forneceram alimentos a grupos populacionais específicos em estado de insegurança alimentar:

a) Programa de Distribuição de Cesta de Alimentos, que atuou em todos os Estados da Federação, cujas cestas são compostas por nove tipos de produtos (açúcar cristal, arroz beneficiado, farinhas de mandioca e de trigo, feijão, flocos de milho, fubá, leite em pó e óleo de soja). A Conab mantém parceria institucional, para entrega das cestas com diversos órgãos e entidades: MDS, MDA, MPA, MS/Secretaria Especial da Saúde Indígena, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, INCRA, FUNAI, Fundação Cultural Palmares e Movimento de Atingidos por Barragens. Foram atendidas 386.631 famílias, distribuídas 1.626.540 cestas de alimentos e 38.485.382 quilos de produtos para os seguintes beneficiários: acampados (41,02%), comunidades indígenas (22,58%), comunidades quilombolas (13,71%), atingidos por barragens (7,52%), outras comunidades tradicionais (6,45%), comunidades de terreiros (5,53%) e pescadores artesanais (3,18%);

b) Atendimentos Emergenciais, com a doação de alimentos para vítimas de calamidades públicas (desastres), em parceria com o MDS, a Secretaria Nacional de Defesa Civil e órgãos estaduais de Defesa Civil, sendo atendidas 94.926 famílias, de 18 Estados, com doação de 3.576 toneladas;

c) Assistência Humanitária Internacional, por meio de doação emergencial de alimentos a países em situação de vulnerabilidade social, econômica e calamidade pública (desastres), em articulação com o Ministério das Relações Exteriores/Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, MAPA e MDS, conforme Leis nº 12.429, de 20/06/2012 e nº 12.688, de 18/07/2012. Essas ações foram direcionadas para 16 países, com doação de 26.035 toneladas de arroz beneficiado e 233 toneladas de feijão, para países da África (34,81%), América Central (61,78%) e Ásia (3,41%);

d) A Doação de Produtos da Agricultura Familiar é uma suplementação da oferta de alimentos para entidades públicas e de interesse social, com atuação em segurança alimentar e nutricional, utilizando produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, notadamente, suco de frutas, leite em pó integral, arroz beneficiado, feijão e farinha de mandioca, em parceria com o MDS e Entidades Públicas e Assistenciais. Em 2013 foram doadas 16.791 toneladas para 448 instituições, em 221 municípios, de 24 Estados da Federação;

e) A Doação de Feijão da PGPM, é uma suplementação da oferta (saldo remanescente) do produto para entidades públicas e de interesse social, com atuação em segurança alimentar e nutricional, fazendo uso dos estoques públicos, liberados por meio da Lei n 12.058/2009, em parceria com o MDS, Instituições Públicas e Entidades Assistenciais, realizando doações de 1.173 toneladas, para 21 instituições, em 15 municípios de 9 Estados;

f) O Programa Venda em Balcão – PROVB, que consiste no escoamento de parcela de estoques públicos da PGPM, favorecendo aos compradores de pequeno porte acesso direto aos produtos ofertados pela Conab, em articulação institucional com a Casa Civil da Presidência da República, MAPA, Secretarias Estaduais de Agricultura e órgãos de extensão rural. Em 2013 foram vendidos 719.683 toneladas (t) de produtos, sendo 719.540 t de milho em grãos proveniente da PGPM, 121 t de farelo de arroz do PAA e 22 t de quirera de arroz do PAA., suprindo a demanda de 207.577 beneficiários, de 23 Estados da Federação.

É importante destacar a Operação Especial do Programa Vendas em Balcão, que foi autorizada pela Portaria Interministerial nº 601/2012, cujo artigo 1º estabeleceu parâmetros para comercialização de milho em grãos dos estoques

públicos, com concessão de subvenção econômica, devido a estiagem que assolou os municípios amparados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Essa Operação Especial, que beneficia pequenos criadores e cooperativas de avicultores, suinocultores, bovinocultores, caprinocultores e ovinocultores, cadastrados no Programa, e que utilizam o produto na ração animal, foi iniciada em 2012 e se prolongará até fevereiro de 2014, conforme Portaria Interministerial nº 985/2013. A legislação estabeleceu que o milho deverá ser adquirido a granel e disponibilizado pelo vendedor nos cinco portos dos estados beneficiários. A venda do grão foi realizada pelos Governos dos Estados onde se localizam os municípios atendidos e o produto entregue nos cinco portos de destinos designados pelo governo que recebeu a doação. Os governos estaduais são responsáveis pelos custos de ensacamento e distribuição, além de outros custos necessários ao cumprimento da destinação do produto. Somente para os estados da Região Nordeste foram comercializados 583.815 toneladas de milho em grãos (81,14% do total vendido) e beneficiados 186.178 criadores (89,79% do total de clientes). Convém mencionar que várias dessas alternativas de acesso aos alimentos são viabilizadas por meio da formação de estoques, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, conforme Iniciativa 0113 - Aquisição de Produtos Agrícolas para Formação de Estoques Públicos, afeto ao Objetivo 0350 do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.

Metas 2012-2015

- **Adquirir produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e dos pescadores artesanais, perfazendo um total de 3.000 famílias produtoras, com atuação nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira, utilizando, para tanto 4 embarcações fluviais**

Análise Situacional da Meta

O projeto Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial tem por objetivo adquirir, transportar, armazenar e distribuir produtos de agricultores familiares, extrativistas e pescadores artesanais ribeirinhos da região amazônica, mediante a implantação de unidades móveis fluviais, atendendo as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional, em articulação com diversos Ministérios: MDS, MDA, MPA, MMA e MS. O Termo de Cooperação Técnica – TCT assinado entre a Conab e a Universidade Federal do Pará – UFPA viabilizou a elaboração de Estudos Técnicos e Serviços Especializados de Engenharia Naval, para o desenvolvimento dos Projetos Preliminares e Básicos necessários à fabricação de quatro Unidades de Serviço Móvel Fluvial de navegação na região amazônica e construção de uma câmara frigorífica equipada para armazenamento de pescado, cujo serviço foi contratado no valor total de R$165.000,00. O Projeto Básico Preliminar de Construção das Embarcações está concluído, aguardando apenas autorização e definição quanto à realização de licitação e a contratação de empresa de engenharia naval, com o objetivo de construir as embarcações.

O cumprimento da meta de aquisição de produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e pescadores artesanais para atendimento às famílias produtoras na região amazônica depende da fabricação e funcionamento dos barcos e câmaras frigoríficas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Fortalecer o segmento dos varejistas de pequeno porte, até cinco checkouts, que atuam com a linha básica de consumo (mercearias), assegurando sua rentabilidade e melhorando a qualidade dos serviços prestados às comunidades locais, por meio do incentivo ao associativismo**

Análise Situacional da Meta

Para preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado, foi concebida a Rede de Fortalecimento de Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP, com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento das unidades varejistas de pequeno porte.

Em 2013 foram realizadas apenas visitas aos bairros das periferias das cidades do Nordeste e do Amazonas, com a

finalidade de identificar, cadastrar e supervisionar unidades varejistas do ramo de supermercado, monitorar as nove Centrais de Negócios já formadas e dar assistência técnico-operacional para as dez em processo de formação. Atualmente a Rede conta com 415 filiados, sendo 19 no estado do Amazonas, 34 na Bahia, 28 no Ceará, 20 no Maranhão, 95 na Paraíba, 142 em Pernambuco e 77 no Piauí.

- **Implementar um observatório dos preços dos alimentos, buscando reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos**

Análise Situacional da Meta

A pesquisa de preços agrícolas é uma das atividades realizadas pela Conab há mais de 30 anos. Todavia, os dados careciam de sistematização e padronização dos procedimentos, visando a atualização e modernização dos métodos de coleta e divulgação de informações. Em 2013 foi implantada nova metodologia de pesquisa, com a divulgação dos preços agrícolas, da sociobiodiversidade e da pesca, de mais de 100 produtos. A base de dados está disponível para o público por meio de um aplicativo on line no site da Conab, por produto (fruticultura, grãos, hortigranjeiros, pescados e outros), por nível de comercialização (produtor, atacado e varejo), unidade da federação, período da pesquisa e preços médios semanais e mensais praticados.

Está em desenvolvimento na Conab, o Observatório Agrícola, em parceria com o IPEA, objetivando a realização de um estudo conjunto sobre a volatilidade dos preços agrícolas.

- **Realizar interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição**

Análise Situacional da Meta

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT visa fomentar o desenvolvimento do referido setor, em interação com estados, municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, por meio do desenvolvimento e integração de dados estatísticos dos mercados atacadistas, disponibilizando informações técnicas para formulação de políticas agrícolas e de abastecimento e universalização das informações geradas, reduzindo suas assimetrias junto ao público. A coordenação do PROHORT é exercida pela Conab, em articulação com os mercados atacadistas hortigranjeiros (Ceasas), a Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento - Abracen, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, BNDES, SEBRAE, EMBRAPA e áreas estaduais e municipais de produção e abastecimento. Exercido em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, o Programa contempla o conjunto de interesses do setor, da produção à comercialização, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa. Em 2013, o banco de informações da Conab/PROHORT referente à comercialização de produtos nas centrais de abastecimento foi composto por quatro bases de dados, disponibilizadas no portal do PROHORT:

-Preços Diários - preço mais comum de comercialização dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasas brasileiras, sendo esses atualizados diariamente ou nos dias fortes de comercialização de 41 mercados;

-Preços Médios - utiliza os preços diários de 48 principais produtos comercializados, apresentados na página principal do portal Prohort, abrangendo 41 mercados;

-Sistema de informações de Comercialização – SISCOM - contém informações sobre a movimentação física e financeira por grupos de produtos hortigranjeiros, cereais e outros, por meio de gráficos e relatórios, em 61 mercados;

-Sistema de Informações dos Mercados de Abastecimento Brasileiro – SIMAB - contém informações detalhadas referentes à quantidade de produtos ofertados, origem deles e preço médio de comercialização, em 33 mercados que compartilham informações.

Os técnicos do PROHORT trabalharam para integrar novos mercados atacadistas de hortigranjeiro à base de dados, além de participarem em eventos relacionados ao setor, ministrando palestras sobre o Programa e realizando visitas técnicas às Ceasas, aplicando questionários para realização do Diagnóstico dos Mercados Atacadistas de Hortigranjeiros, objetivando o levantamento de necessidades para implantação do banco de dados (computadores, servidores, dentre outros).

Apesar do número significativo de Ceasas que integram a base de dados do PROHORT, o sistema de informações precisa ser constantemente avaliado, modernizado e adequado às necessidades das Centrais e do usuário. Para tanto, é imprescindível a destinação de recursos para a inserção de novos mercados ao sistema, bem como a adequação técnica e operacional dos mercados ao sistema de informações Conab/PROHORT.

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo dos anos de 2012 e 2013 foram entregues mais de 393 mil cisternas e 329 sistemas coletivos, tecnologias essas concentradas basicamente no semiárido brasileiro. Tal atendimento, se agregado às entregas de 2011, tem garantido o atendimento de cerca de 65% da demanda inicialmente levantada na região em 2011. Além disso, têm sido realizadas ações que buscam expandir a abrangência do atendimento para as regiões Sul, Norte, Centro-Oeste e Sudeste, principalmente a partir da contratação com estados de tecnologias apropriadas a essas regiões. Importante registrar que no ano de 2013, por meio da Lei nº 12.873/2013, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, que institui sistemática de execução que visam conferir maior agilidade e efetividade ao processo de implementação de tecnologias sociais de acesso à água no meio rural.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foram contratadas 1.781 cisternas escolares com parceiros estaduais do Programa Cisternas, até o momento não iniciadas. A perspectiva é que a construção das cisternas escolares contratadas em 2012 seja iniciada ainda no ano de 2013 e que sejam contratadas pelo menos 1.219 também no ano de 2013.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  09/01/2014

- **Criar intercâmbio de experiências e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, para apoio no nível internacional de ações de acesso à água**

  Análise Situacional da Meta

  O MDS tem participado dando suporte técnico a acordos de cooperação para a construção de cisternas firmados com o Paraguai e a Bolívia, pelo Ministério das Relações Exteriores, a partir da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME).

- **Estabelecer cooperação e apoio para que as famílias beneficiárias de ações de acesso à água sejam assistidas por políticas que garantam a qualidade da água consumida**

  Análise Situacional da Meta

  A garantia de qualidade da água consumida pelos beneficiários das ações com este objetivo, empreendidas pelo MDS, tem sido objeto de cooperação com o Ministério da Saúde – MS, com participação da FUNASA, no sentido da definição de uma proposta metodológica de atuação na educação em saúde ambiental. O foco dessa proposta é a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) como agentes difusores de medidas de promoção à saúde e prevenção de doenças junto às famílias que utilizam as cisternas no semiárido. Essa diretriz é atribuição de Grupo de Trabalho constituído pela Secretaria Executiva do MS, sob a coordenação da FUNASA, como desdobramento da avaliação da realização das Oficinas Piloto de Paulistana/PI, entre 12 e 16 de dezembro de 2012, e de São José do

Egito/PE, entre 5 e 9 de dezembro de 2012. Essas experiências desenvolvidas pela Secretaria de Vigilância Sanitária/MS, FUNASA e MDS servirão de base para a construção de um novo modelo de atuação voltado para a garantia da qualidade da água das cisternas implantadas. O novo modelo incluirá atualização do material pedagógico de apoio ao ACS (Caderno Pedagógico), elaborado pela FIOCRUZ e FUNASA, cuja versão final deverá ser concluída após período de testes, em andamento, no Ceará. Tão logo fique definida e aprovada esta metodologia de atuação (Projeto Piloto CE e Turmas Iniciais de aplicação PE e PI), assim como o papel de cada órgão do MS no Plano de Melhoria da Qualidade da Água das Cisternas do Semiárido, a cooperação será retomada com mais força, sob a articulação política da Secretaria Executiva do MS.

- **Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi publicado o Edital de Chamamento Público para a seleção de órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de tecnologias testadas, de baixo custo e de comprovada eficiência, capaz de ofertar água em quantidade e qualidade suficiente para a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias residentes na zona rural de municípios da região Norte. Nos termos do edital publicado, a solução de abastecimento de água aprovada deveria respeitar as condições socioeconômicas, culturais e as características climáticas e geológicas da região. O processo seletivo incluiu a participação dos proponentes em mesa técnica, na qual foram apresentados os projetos para uma comissão formada por técnicos do MDS, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Embrapa, responsáveis pela avaliação técnica da adequabilidade dos projetos e da experiência e capacidade técnica e operacional dos proponentes. Com isso, por meio do referido edital, foram selecionados projetos de órgãos de 3 estados da região (Acre, Amazonas e Pará), além de uma entidade da sociedade civil, o Instituto de Pesquisa da Amazônia. Além disso, também foi realizada a ampliação de metas do convênio formalizado em 2011 com o estado do Rio Grande do Sul e formalizado novo convênio com o estado de Santa Catarina, estados da Região Sul cuja população residente na zona rural tem sido fortemente afetada pela estiagem prolongada e pelas dificuldades de acesso à água potável em quantidade e qualidade para o consumo humano. Cumpre registrar que no ano de 2013 foi ainda formalizado convênio com o estado do Espírito Santo, sendo que a perspectiva é que o atendimento para outras regiões seja ampliado a partir de novas contratações ao longo do ano de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

15/09/2013

- **Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2013, foram formalizados 9 convênios com os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, totalizando aproximadamente 210 milhões de reais para a recuperação, implantação e gestão de 1200 sistemas de dessalinização em comunidades rurais do Semiárido Brasileiro. Os convênios estão estruturados em 3 etapas: diagnóstico socioambiental e técnico de comunidade rurais difusas, implantação e/ou recuperação dos sistemas de dessalinização e manutenção preventiva. Em 2013 foram realizados diagnóstico técnico ambiental em 1.898 comunidades difusas em 193 municípios do Semiárido brasileiro, sendo: 180 comunidades em Alagoas, 317 comunidades na Paraíba, 248 comunidades no Rio Grande do Norte, 67 comunidades em Sergipe, 666 comunidades no Ceará e 420 comunidades na Bahia, para tanto foram realizadas oficinas de capacitação para os técnicos dos estados e das empresas que realizaram os diagnósticos, visando a correta aplicação da metodologia do PAD. O diagnóstico tem por objetivo caracterizar as condições socioambientais e obter informações referentes aos sistemas de abastecimento de água das comunidades rurais do semiárido. São considerados os aspectos

sociais, ambientais e técnicos envolvidos na implantação, recuperação e gestão de sistemas coletivos de abastecimento de água. O diagnóstico é uma etapa fundamental para a definição das comunidades e para a determinação do marco zero.

Os resultados indicam o sucesso da primeira fase de implementação do Programa Água Doce, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Os diagnósticos realizados permitirão a elaboração de projetos para implantação dos sistemas de dessalinização eficientes, ambientalmente corretos e sustentáveis.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta

Ao longo dos anos de 2012 e 2013 foram entregues mais de 393 mil cisternas no semiárido. Tal atendimento, se agregado ao quantitativo de mais de 87 mil cisternas entregues em 2011, tem garantido o atendimento de cerca de 65% da demanda inicialmente levantada na região em 2011, de cerca de 730 mil famílias.

Quantidade alcançada

481.031

Data de Referência

09/01/2014

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo foi executado em 2013 por meio de três metas sob responsabilidade do MDS: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, o Programa de Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo e o Apoio a Iniciativas de Estruturação da Produção Familiar.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado de forma conjunta pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), baseia-se em duas ações para o atendimento das famílias beneficiárias, que são disponibilizadas de forma conjunta e condicionada: a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) por técnicos especialmente capacitados para lidar com as especificidades dos beneficiários do Programa e a transferência de recursos financeiros não reembolsáveis para a estruturação produtiva. A Ater, vale observar, é o eixo condutor da estratégia do Programa de Fomento, sendo que os técnicos assumem o duplo papel de apoiar famílias de agricultores que são social e economicamente vulneráveis a estruturarem uma atividade produtiva que, por vezes, não está consolidada ou mesmo iniciada. Adicionalmente, esses mesmos técnicos têm o papel de promover e orientar o acesso dos beneficiários do Programa de Fomento às demais políticas sociais e de desenvolvimento rural.

Cabe destacar que durante os exercícios de 2011 e 2012, houve investimentos significativos, por parte da equipe dos Ministérios responsáveis, no desenho operacional do Programa de Fomento. Em 2012, particularmente, o Programa de Fomento perseguiu, ainda, o desafio de criar instrumentos que permitissem o atendimento diferenciado dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, os quais foram incorporados às metas de atendimento do Programa. O atendimento a povos e comunidades tradicionais pelo Programa de Fomento resulta de articulações com órgãos afetos à temática com vistas à definição de áreas, público e metodologias adequadas para atendimento aos segmentos populacionais.

Em 2013, a introdução de importantes modificações no desenho do Programa de Fomento foi fundamental para acelerar a transferência de recursos aos beneficiários, ampliando os resultados ao permitir que mais famílias investissem recursos em seus projetos produtivos. A seguir, essas mudanças são detalhadas.

Garantiu-se a pontualidade e a regularidade no repasse da segunda e da terceira parcelas aos beneficiários. Para tanto, foi alterado o fluxo para a liberação das parcelas. Hoje as entidades de Ater enviam, mensalmente, laudos coletivos de acompanhamento (e não mais laudos individuais) diretamente ao MDS (e não mais ao MDA), reduzindo as etapas para a geração da folha de pagamento.

Outras novidades, com a alteração do Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, foram a redução do prazo de transferência entre as parcelas do Programa de Fomento de seis para dois meses, acelerando o repasse de recursos às famílias para concluírem os projetos produtivos, e a inclusão de famílias assentadas da reforma agrária em situação de extrema pobreza nesse Programa – o que foi possível com revogação do § 2º do art. 20 do Decreto 7.644/2011, que exigia que as famílias beneficiárias tivessem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e não incluía a Relação de Beneficiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (RB).

Também em 2013 foi lançada uma nova modalidade do Programa de Fomento, voltada a agricultores familiares do semiárido que enfrentam a estiagem prolongada desde 2011. Tal qual a modalidade atual (o chamado Fomento Brasil Sem Miséria), o Fomento Semiárido destina recursos diretamente às famílias beneficiadas, para que invistam em projetos produtivos, porém, com algumas novidades, que ampliam o valor do investimento e modificam o perfil do público beneficiário. O recurso repassado é de R$ 3.000,00 (maior do que os R$ 2.400,00 destinados pela outra modalidade do programa). Já em se tratando do público a ser atendido, além das famílias com renda familiar mensal de até R$ 70,00 por pessoa, é possível, agora, incluir famílias em condição de pobreza, cuja renda mensal per capita é de até R$ 140,00 (somente na região do semiárido). Para participar, as famílias devem dispor de tecnologias de água para produção, tendo prioridade aquelas atendidas pelo Programa Cisternas e por outras ações do Programa Água para Todos. A meta do governo federal é atender, até 2014, 30 mil famílias na nova modalidade.

No que se refere ao Programa de Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo, ao longo do período de 2011 a 2013, foram contratadas mais de 145 mil tecnologias, concentradas principalmente no semiárido brasileiro, a partir de parcerias com estados, Consórcios Públicos e Organizações da Sociedade Civil. Das tecnologias contratadas, foram entregues mais de 30 mil. Destaca-se que o MDS tem, ano a ano, empenhado esforços para promover a crescente aproximação entre a ação de Acesso à Água para a Produção de Alimentos e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Quanto ao Apoio a Iniciativas de Estruturação da Produção Familiar, é importante destacar que esta ação passou por adequações na sua forma de operacionalização (a execução da ação estava majoritariamente focada no atendimento direto de organizações coletivas e foi readequada para ser executada por meio de parcerias com outros órgãos da administração pública federal e com Governos Estaduais). Sendo assim, durante o exercício de 2013 não foram firmados novos instrumentos, embora tenham sido realizados repasses para continuação da execução de vários instrumentos firmados em exercícios anteriores.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 100 iniciativas de estruturação da produção familiar, em áreas rurais e periurbanas**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram destinados recursos para atendimento de 43 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas. Deste total, 26 projetos/iniciativas foram apoiados no âmbito de 3 instrumentos, os quais entraram em execução no exercício de 2013: parceria com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Pará - SEAS/PA (desembolso de parcela para atendimento de 15 diferentes iniciativas); parceria com o Instituto de Tecnologia Social (desembolso de parcela para atendimento de 1 iniciativa); e parceria com o Governo do Estado do Acre (desembolso de parcela para atendimento de 10 iniciativas). Além dos recursos liquidados em 2012, também foram empenhados recursos de 2013 (parcelas) para atendimento de

outras 17 iniciativas, as quais também estão em execução: convênio firmado com a Secretaria Estadual de Trabalho e Emprego de Minas Gerais - SETE/MG para atendimento de 1 iniciativa; convênio firmado com o Governo do Estado de Sergipe – SEIDS/SE para atendimento de 4 iniciativas; e parcela de Termo de Cooperação firmado com o Incra para atendimento de 12 iniciativas.

Sendo assim, em suma, no exercício de 2013 foram realizados desembolsos de parcelas de convênios firmados em exercícios anteriores, os quais já foram contabilizados como meta física de 2012, portanto, embora estejam em franco processo de desenvolvimento de atividades, eles não serão contabilizados novamente em 2013.

Quantidade alcançada

43

Data de Referência

28/12/2013

- **Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram incluídas 30.464 mil novas famílias no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que receberam, pelo menos, a primeira parcela dos recursos financeiros não reembolsáveis disponibilizados aos beneficiários desse Programa para que realizem investimentos produtivos. Além dessas 30.464 novas famílias, continuaram sendo atendidas as famílias que já participam, desde 2012, do Programa de Fomento, e para as quais foram transferidos, em 2013, os valores correspondentes a segunda e/ou a terceira parcela.

Ademais, vale destacar na totalização da meta de 2013, o repasse de recursos do Programa de Fomento a 2.344 famílias quilombolas dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão e Bahia (Chamada Pública nº 003/2011). Além disso, ainda em 2013, foram contratados serviços de assistência técnica e extensão rural, no âmbito do Programa de Fomento, para 7.400 famílias de povos e comunidades tradicionais, a saber: 3.400 famílias quilombolas (sendo 500 famílias do Pará, 1.000 famílias do Piauí, 500 do Maranhão e 1.400 de Alagoas – Chamada Pública nº 009/2012), 2.500 famílias de pescadores artesanais (Chamada Pública nº 14/2012) da Bahia e 1.500 famílias indígenas do Rio Grande do Sul (Chamada Pública nº 001/2013).

Considerando o período 2012-2013, o Programa totaliza 54.527 beneficiários em todo o território nacional e com alguma parcela recebida – esse número representa 38% da meta a ser alcançada até 2015 (dados referentes ao período entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013).

Quantidade alcançada

54.527

Data de Referência

30/12/2013

- **Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi proposta com o intuito de constituir debate sobre o apoio às organizações sociais como caminho para fomentar e estruturar a produção de famílias organizadas em comunidades/associações.

Considerando a meta desafiadora estabelecida no âmbito Plano Plurianual e após longo debate que envolveu diversos órgãos de Governo, foram estabelecidos marcos legais que permitiram inovação na implementação de ações de fomento/estruturação produtiva de agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito, quais sejam: Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, por meio da qual foi instituído o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, entre outras ações de Governo; Decreto nº.

7.644, de 16 de dezembro de 2011, o qual regulamentou o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, alterado pelo Decreto nº 8.026, de 6 de junho de 2013; e Resoluções do Comitê Gestor (Resoluções n°.1 e nº 2, ambas de 20 de agosto de 2013).

No ano de 2013, as alterações promovidas no marco legal do Programa de Fomento, aproximaram o desembolso dos recursos das necessidades de investimento e custeio das famílias beneficiárias, ao permitir, entre outros aspectos, a redução no intervalo para a transferência das parcelas. Além disso, as medidas ampliaram a atuação do Programa, com a criação da modalidade Fomento Semiárido, um dos componentes para responder ao desafio de recuperar a capacidade produtiva na região, muito afetada pelos impactos da estiagem prolongada.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais visa estimular a geração de trabalho e renda e promover a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares e outros grupos sociais que vivem em territórios rurais em situação de extrema pobreza. Constitui-se em uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria e objetiva estruturar atividades produtivas dos beneficiários com vistas à inclusão produtiva e promoção da segurança alimentar e nutricional; contribuir para o incremento da renda dos beneficiários, a partir da geração de excedentes nas atividades produtivas apoiadas; estimular atividades produtivas sustentáveis e agroecológicas; promover ações complementares e articuladas com órgãos e entidades para o fortalecimento da autonomia dos beneficiários, especialmente o acompanhamento técnico e social, o acesso aos mercados e a disponibilização de infraestrutura hídrica voltada à produção; e estimular o dinamismo dos territórios rurais, por meio de orientação às famílias beneficiárias acerca das oportunidades econômicas presentes nas cadeias produtivas regionais. O Programa é uma responsabilidade conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Cabe registrar, contudo, que as contribuições do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, certamente, não respondem integralmente para o alcance desta meta. Portanto, no biênio 2013-2014, a partir dos resultados e encaminhamentos das discussões pautadas pelo Governo Federal relacionadas ao marco legal para parcerias com a sociedade civil, espera-se alcançar os requisitos necessários para as entregas relacionadas à referida meta.

- **Implantar 176 mil tecnologias sociais de acesso à água para a produção, visando a beneficiar famílias rurais, individual ou coletivamente, no plantio e criação de animais, preferencialmente de forma associada às ações de fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do período de 2011 a 2013 foram contratadas mais de 145 mil tecnologias, concentradas principalmente no semiárido brasileiro, a partir de parcerias com estados, Consórcios Públicas e Organizações da Sociedade Civil. Das tecnologias contratadas, foram entregues mais de 30 mil, sendo que cerca de 55 mil estão em processo de implementação. Apenas nos anos de 2012 e 2013 foram entregues 27.278 tecnologias sociais de acesso à água para a produção de alimentos.

Quantidade alcançada

30.255

Data de Referência

09/01/2014

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

No tocante ao controle e regulação de alimentos, o Ministério da Saúde assinou acordos com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos e estabeleceu metas nacionais para retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. Entre 2011 e 2012 foram assinados três termos de compromisso. Em 2013 foi assinado o último termo da primeira fase de pactuações, contemplando todas as categorias prioritárias, que representam mais de 90% do sódio consumido pela população a partir de alimentos processados. Com isso, estarão definidas metas de redução para massas instantâneas, pães de forma, bisnaguinhas, maionese, pão francês,

bolos, misturas para bolos, biscoitos, salgadinhos e batatas fritas, temperos, caldos, cereais matinais, margarinas vegetais, sopas, produtos lácteos e cárneos. Paralelamente, teve início, em 2013, o monitoramento das primeiras metas pactuadas por meio da coleta e análise de alimentos processados, coordenado pela Anvisa. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto de 2012.

Com relação à prevenção e controle da obesidade, essa iniciativa tem se destinado a facilitar a pactuação de algumas ações necessárias entre o MDS, MS, FNDE e CONSEA para o enfrentamento da obesidade no Brasil. Em 2013 foi aprovada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan a Estratégia Nacional para Prevenção e Controle da Obesidade com base no Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, lançados em 2011.

Para estruturação e qualificação da Vigilância Alimentar e Nutricional foi instituído, por meio da Portaria Nº 2.975 de 14/12/2011, o incentivo financeiro para apoiar a compra de equipamentos antropométricos adequados para Unidades Básicas de Saúde - UBS com equipes de Atenção Básica que aderiram ao Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ. De acordo com o resultado do Censo 2012, das 32.636 UBS avaliadas, 79% (25.794) possuíam balanças e 51,9% (16.937) possuíam antropômetros. Em 2011 e 2012 foram contempladas com esse recurso financeiro um total de 7.089 UBS (3.391 UBS em 2011 e 3.698 UBS em 2012). Em 2013 serão contempladas mais 3.800 UBS. Para apoiar os municípios na compra dos equipamentos antropométricos foi publicado o Manual orientador para aquisição de equipamentos antropométricos.

O acompanhamento da situação alimentar e nutricional por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional contempla o registro dos dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF. Esse acompanhamento permite a estratificação de risco nutricional da população e o planejamento do cuidado em saúde. A média da cobertura municipal do Sisvan no primeiro semestre de 2013 foi de 17%.

Sobre a nova estratégia de enfrentamento da anemia ferropriva, está em fase de delineamento de diretrizes operacionais e logísticas, que deverá ser implementada em 2014 em duas frentes: i) no âmbito das creches do Programa Saúde na Escola por meio da fortificação de uma das refeições oferecidas para as crianças durante 60 dias por semestre; e ii) no âmbito das Unidades Básicas de Saúde – público Bolsa Família com vistas à substituição do sulfato ferroso pelo novo produto. As Equipes de Atenção Básica serão responsáveis pela orientação das famílias sobre o uso do produto em domicílio (60 dias/semestre). A prescrição deverá fazer parte dos cuidados previstos para as crianças.

Metas 2012-2015

- **100% das Unidades Básicas de Saúde equipadas com balanças e antropômetros**

  Análise Situacional da Meta

  Após censo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), em 2012, foram adquiridas 9.084 balanças a serem entregues diretamente aos municípios, a partir de cronograma a iniciar em 15/09/2013. Serão contempladas mais de 3.800 UBS no ano de 2013.

- **Aprovação da atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do SUS**

  Análise Situacional da Meta

  O processo de atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) foi iniciado em 2010 e continuado em 2011, contanto com a participação de representantes da sociedade civil organizada, de instituições de ensino e pesquisa, gestores e profissionais do SUS. A pactuação do novo texto da PNAN ocorreu em reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) realizada em 27/10/2011.

- **Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos**

  Análise Situacional da Meta

  O aumento descrito na meta tem como ponto de partida as 20 culturas monitoradas pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), até o ano de

2010, sendo elas: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, beterraba, cebola, cenoura, couve, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pepino, pimentão, repolho, tomate e uva. Com vistas ao cumprimento da meta e em consonância com o objetivo de ampliar o número anual de amostras por culturas, no período de 2012 a 2015 está planejado o monitoramento de 25 culturas agrícolas.

O PARA, no ano de 2012, coletou e analisou as seguintes culturas com suas respectivas quantidades: 227 amostras de laranja; 229 amostras de cenoura e 210 amostras de abacaxi; 240 amostras de alface; 263 amostras de maçã; 264 amostras de pepino; 179 amostras de arroz; 160 amostras de abobrinha; 150 amostras de morango; 165 amostras de tomate; 211 amostras de milho; 249 amostras de feijão e 239 amostras de uva. Desta forma, seguindo o planejamento do Plano Amostral do PARA, as metas para o ano de 2012 estabelecidas foram alcançadas com a validação da metodologia de análise de mais duas culturas agrícolas, ou seja, abobrinha e milho.

Em 2013, a meta foi alcançada quando foram coletadas 2 novas culturas agrícolas para análise dos níveis de resíduos de agrotóxicos. As duas novas culturas coletadas foram a goiaba e o trigo.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar para 35% a cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)**

Análise Situacional da Meta

O acompanhamento da situação alimentar e nutricional por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional contempla o registro dos dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). Em 2011, a média da cobertura municipal do SISVAN foi de 14%. No primeiro semestre de 2013, a média atingiu 17%.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2013

- **Avaliar a redução dos limites tolerados de micotoxinas em alimentos, tendo como base o disposto em legislação específica**

Análise Situacional da Meta

Publicada a Portaria Anvisa nº 2.801, de 06 de dezembro de 2012, que institui incentivo financeiro destinado aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública para o fortalecimento das ações de monitoramento de alimentos.

- **Elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade**

Análise Situacional da Meta

Com relação à prevenção e controle da obesidade, essa iniciativa tem se destinado a facilitar a pactuação de algumas ações necessárias entre o MDS, MS, FNDE e CONSEA para o enfrentamento da obesidade no Brasil.

Foi aprovada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) a Estratégia Nacional para Prevenção e Controle da Obesidade no escopo do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, lançados em 2011.

Entre as iniciativas de responsabilidade do Ministério da Saúde está a organização da linha de cuidado às pessoas com sobrepeso e obesidade na Rede de Atenção à Saúde. Para tanto foram publicadas importantes normativas para organização dessa linha de cuidado no SUS: Portaria nº 424, de 19 de março de 2013, que redefine as diretrizes para a organização da prevenção e do tratamento do sobrepeso e obesidade como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas; e Portaria nº 425, de 19 de março de 2013, que estabelece regulamento técnico, normas e critérios para o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade.

- **Implantação de uma nova estratégia para o controle e prevenção da anemia ferropriva**

Análise Situacional da Meta

A nova estratégia de enfrentamento da anemia ferropriva está em fase de delineamento de diretrizes operacionais e logísticas, e deverá ser implementada em 2014 em duas frentes: i) no âmbito das creches do Programa Saúde na Escola por meio da fortificação de uma das refeições oferecidas para as crianças durante 60 dias por semestre; e ii) no âmbito das Unidades Básicas de Saúde - público Bolsa Família com vistas à substituição do sulfato ferroso pelo novo produto. As Equipes de Atenção Básica serão responsáveis pela orientação das famílias sobre o uso do produto em domicílio (60 dias/semestre). A prescrição deverá fazer parte dos cuidados previstos para as crianças.

- **Implantar o Sistema Eletrônico de Notificação e Registro de Produtos na Área de Alimentos**

Análise Situacional da Meta

A primeira e segunda iteração (construção do peticionamento eletrônico de notificação de alimentos e consultas a serem efetuadas no sistema pela Anvisa e pelas vigilâncias sanitárias estaduais e relatórios) estão terminadas, aguardando a publicação do regulamento para então ser colocado em produção.

A terceira iteração (módulo de gerenciamento dos dados e controle pós mercado) está em desenvolvimento.

- **Pactuação da redução do teor de sódio e açúcar em 100% das categorias prioritárias de alimentos processados**

Análise Situacional da Meta

No tocante à política de segurança alimentar e nutricional o Brasil tem avançado no controle e regulação de alimentos. Em 2013, o Ministério da Saúde assinou novo acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (ABIA) para a redução de sódio nas categorias de produtos lácteos, produtos cárneos e sopas, estabelecendo-se metas nacionais para retirada de mais 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020, totalizando a retirada de 28,5 mil toneladas de sódio com todas as 15 categorias prioritárias de alimentos processados pactuadas desde 2011.

Em novembro de 2013 foi assinado o último termo da primeira fase de pactuações de metas para a redução de sódio em todas as categorias prioritárias, que representam mais de 90% do sódio consumido pela população a partir de alimentos processados. O termo de compromisso assinado é pela diminuição de sódio em laticínios, embutidos e refeições prontas, em até 68% ao longo dos próximos quatro anos. Com isso, estão definidas metas de redução para massas instantâneas, pães de forma, bisnaguinhas, maionese, pão francês, bolos, misturas para bolos, biscoitos, salgadinhos e batatas fritas, temperos, caldos, cereais matinais, margarinas vegetais, sopas, produtos lácteos e cárneos.

- **Promover o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares e gorduras em 50% dos estados**

Análise Situacional da Meta

De acordo com o Informe Técnico n 50/2012 sobre o teor de sódio dos alimentos processados, quinze estados realizaram o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares, gorduras, representando o percentual de 55% dos estados.

As amostras foram colhidas pelas vigilâncias sanitárias dos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e foram analisadas pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) e pelos Laboratórios de Saúde Pública (Lacens) dos Estados do Ceará e de Minas Gerais e também pelo Instituto Adolfo Lutz (IAL), em São Paulo. Foram analisadas 26 categorias de alimentos, totalizando 496 produtos diferentes.

Segundo o Informe Técnico n. 54/2013 sobre o teor de sódio nos alimentos processados, amostras fiscais e de monitoramento foram colhidas pelas vigilâncias sanitárias em dez estados: CE, GO, ES, MG, PE, PR, RJ, RN,SC e SP. As análises de sódio foram realizadas nos Lacens dos Estados. Foram analisados 24 alimentos perfazendo o total de 323 laudos analíticos.

Os equipamentos e insumos estão sendo especificados, foi negociado que o INCQS irá registrar uma Ata de Registro de Preços com estes equipamentos e insumos e os estados irão participar. Para tal os responsáveis pelas compras nos

Estados foram treinados.

Nos dias 20 e 21 de agosto foi realizada uma reunião geral em agosto com os laboratórios e vigilâncias para avaliar a execução e propor alternativas para melhora do desempenho.

No ano de 2013, até o momento, recebemos dados do monitoramento feito em 4 estados, mas foi repactuado na reunião geral com mais 13 estados.

Em 30 de agosto de 2013 foi disponibilizada a primeira intenção de registro de preços relativa aos equipamentos para os LACENS.

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Droga

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Taxa de dependentes de álcool	%	31/12/2005	12,3	-	-
Taxa de dependentes de tabaco	%	31/12/2005	10,1	-	-
Taxa de uso na vida de alucinógenos	%	31/12/2005	1,1	-	-
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos	%	31/12/2005	5,6	-	-
Taxa de uso na vida de cocaína	%	31/12/2005	2,9	-	-
Taxa de uso na vida de crack	%	31/12/2005	0,7	-	-
Taxa de uso na vida de de solventes	%	31/12/2005	6,1	-	-
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes	%	31/12/2005	0,9	-	-
Taxa de uso na vida de estimulantes	%	31/12/2005	3,2	-	-
Taxa de uso na vida de heroína	%	31/12/2005	0,09	-	-
Taxa de uso na vida de maconha	%	31/12/2005	8,8	-	-
Taxa de uso na vida de merla	%	31/12/2005	0,2	-	-
Taxa de uso na vida de opiáceos	%	31/12/2005	1,3	-	-
Taxa de uso na vida de orexígenos	%	31/12/2005	4,1	-	-
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco	%	31/12/2005	22,8	-	-
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína)	%	31/12/2005	1,9	-	-

Observações:

Taxa de dependentes de álcool - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de dependentes de tabaco - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de alucinógenos - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de cocaína - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de crack - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de de solventes - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de estimulantes - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de heroína - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de maconha - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de merla - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de opiáceos - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de orexígenos - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína) - Não houve divulgação de novos dados.

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas e capacitar, de forma continuada , atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Durante o ano de 2013, observam-se importantes avanços em várias frentes de trabalho do Ministério da Justiça, que contribuem para o alcance do objetivo proposto.

Com relação às ações de prevenção, destaca-se a ampliação do número de atendimentos a usuários, familiares e público em geral no VIVAVOZ (132), serviço de atendimento telefônico, 24 hs, gratuito, que fornece informações sobre os riscos do uso indevido de drogas e seus efeitos no organismo, bem como orientação sobre os locais de tratamento disponíveis. Foram protocoladas, em 2013, 284.228 ligações, marcando a consolidação da ampliação do serviço ocorrida em 2012.

O Portal do Programa "Crack, é possível vencer!" (www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/home) é mais um canal de acesso a informações sobre a prevenção e o tratamento de usuários, sendo um instrumento de comunicação das diretrizes, estratégias e ações do Governo Federal em conjunto com os estados, municípios e organizações não-governamentais. Durante o ano de 2013, foram realizados 1.232.657 acessos a esse portal que, comparado com o ano anterior, quando foram realizados 1.720.365 acessos, reforça a importância desse serviço disponibilizado à sociedade.

Com o objetivo de reduzir a demanda e a oferta de drogas, no âmbito do Programa "Crack, é possível vencer!", o Governo Federal tem se orientado pela promoção de ações centradas no desenvolvimento integral da pessoa humana e na promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do país, visando o objetivo principal de tornar o cidadão brasileiro menos vulnerável a adotar comportamentos de risco em relação ao uso indevido de drogas. Nesse contexto, durante o período de 19 a 26 de junho de 2013, foi realizada a XV Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, visando estimular a sociedade brasileira a refletir sobre os aspectos negativos relacionados ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas. Durante a Semana, o Governo Federal implementou eventos em Brasília, nas capitais e municípios por meio dos Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas sobre Drogas. O tema abordado durante a Semana foi "Educação na prevenção do uso de drogas".

O programa "Crack, é possível vencer" estima investimentos da ordem d e R$ 4 bilhões em ações sistêmicas e integradas nas áreas de saúde, segurança, assistência social, educação e direitos humanos, com a finalidade de prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem como enfrentar o tráfico de drogas.

No âmbito do programa, estão sendo realizadas ações com vista à capacitação dos diferentes atores que atuam na política sobre drogas. A partir de parcerias com instituições públicas de ensino superior, são ofertados cursos presenciais e à distância, visando atingir um público abrangente, como forma de garantir a eficácia e efetividade das ações de prevenção do uso, tratamento, reinserção social e ocupacional, redução de danos e repressão ao tráfico de drogas.

No eixo "Prevenção" do programa "Crack, é possível vencer!", foi prevista capacitação à distância de 483.000 pessoas até 2014, entre educadores; policiais; operadores do direito; profissionais das redes de saúde e da assistência social; agente de comunidades terapêuticas; lideranças religiosas e conselheiros comunitários. Até o final de 2013, foram matriculadas 257 mil pessoas nos diversos cursos disponibilizados pela SENAD (2011 a 2013). Os profissionais capacitados em muito devem contribuir com o Programa "Crack, é possível vencer!", haja vista, que a população passa a contar com a oferta de serviços qualificados na intervenção em situações relacionadas ao uso de crack, álcool e outras drogas.

Dentre as capacitações promovidas pelo MJ, cabe destacar: curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas; curso SUPERA - Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas:

encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento; curso para integração de competências no desempenho da atividade judiciária com usuários e dependentes de drogas; curso de prevenção ao uso indevido de drogas - capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias; curso de prevenção do uso de drogas em instituições religiosas e movimentos afins - Fé na Prevenção; curso de capacitação para comunidades terapêuticas (CT).

Aliado à capacitação para os educadores, destaca-se o projeto "Diga Sim à Vida – Turma da Mônica", para a utilização adequada de materiais pedagógicos (revistas em quadrinhos e desenhos animados com personagens da Turma da Mônica e da Turma da Tina) com vistas à prevenção do uso de álcool, crack e outras drogas para o público infanto-juvenil, no contexto escolar, buscando integrar educadores, pais e responsáveis na reflexão sobre o uso de drogas, bem como no desenvolvimento de ações de prevenção diretamente com os alunos/filhos.

Ao longo de 2013, também foram distribuídos aproximadamente 650.000 exemplares, entre materiais educativos e informativos sobre a temática drogas, do Programa "Crack, é Possível Vencer!", composto por cartilhas, livretos, revistinhas, etc. que somados aos 530.000 distribuídos em 2012, resulta num total de 1.180.000 exemplares distribuídos até o final de 2013.

O Plano prevê ainda, a implantação de 65 Centros Regionais de Referência (CRR) ligados às instituições públicas de ensino superior para formação permanente dos profissionais que atuam no âmbito da justiça e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares. Até o final de 2013, foram implantados 51 CRR. Para 2014, está prevista a implantação de mais 05 centros (Acre; Amapá; Maranhão; Roraima e Sergipe).

O avanço na consolidação dessa rede de capacitação será fundamental para conferir sustentabilidade e viabilizar a expansão do Programa "Crack, é possível vencer!".

Metas 2012-2015

- **Ampliação e manutenção do serviço Viva Voz (132) 24h como veículo para prestar informações e orientações sobre crack e outras drogas para usuários e familiares - Plano Crack, é possível vencer!**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do Programa "Crack, é possível vencer!", o serviço de utilidade pública de atendimento telefônico - VIVA VOZ (132), gratuito com orientação e informações sobre os riscos do uso indevido de drogas e seus efeitos no organismo, disponível por 24 horas, em todos os dias da semana e feriados, oportuniza a oferta de auxílio na busca de locais de tratamento. Importante destaque se faz à ampliação do número de atendimentos a usuários, familiares e público em geral. Durante todo o ano de 2013, foram protocoladas 284.228 ligações e realizados 40.733 atendimentos. No acumulado 2012-2013, foram protocoladas 563.031 chamadas.

- **Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros. PLANO CRACK É POSSÍVEL VENCER!**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013-2014 serão ofertadas 3.000 vagas, na modalidade de curso presencial, distribuídas em todos os Estados e no Distrito Federal. Também serão capacitados 50 instrutores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) do Ministério da Justiça, para que se tornem multiplicadores de informação e pontos de referência institucional nas temáticas drogas e trânsito. O projeto foi elaborado e o termo de cooperação assinado pela SENAD e o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as matrículas para o curso serão disponibilizadas no 1º semestre de 2014. O curso visa capacitar policiais rodoviários federais para atuarem tanto na prevenção do uso de crack, álcool e outras drogas como também na fiscalização do uso dessas substâncias psicoativas associado à condução

veicular e ao trânsito nas rodovias federais bem como realizar projeto de pesquisa específica, no período do projeto, para avaliar a efetividade dessas intervenções, tanto no policial quanto no motorista e no trânsito, como também o conhecimento das dificuldades de fiscalização de consumo de substâncias psicoativas nas rodovias.

- **Capacitar profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa "Crack, é possível vencer!", eixo autoridade, o MJ fomenta a capacitação de profissionais de segurança pública no Curso dividido em três módulos: Módulo I CNPMC (Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária - 80 horas); Módulo II Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias - TEPAC: Redes de Atenção e Cuidado (40 horas) e Módulo III Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias - TEPAC: abordagem policial e pessoas em situação de risco (40 horas). O MJ capacitou, selecionou e indicou os instrutores para três disciplinas do Módulo II, a saber: 1. Epidemiologia das Drogas com 4 horas; Substâncias Psicoativas com 12 horas; e Política e Legislação sobre Drogas com 8 horas. No primeiro semestre de 2013, foram selecionados 26 instrutores para o Módulo II. Já foram capacitados 4.350 profissionais, no período compreendido entre 2012 e 2013.

- **Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas - Plano Crack, é possível vencer!**

Análise Situacional da Meta

Curso de extensão universitária gratuito, executado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), na modalidade de educação à distância, para capacitação em conceitos básicos, tratamento e reinserção social para líderes, terapeutas e gestores de comunidades terapêuticas (CT). O foco da capacitação é voltado tanto para recuperação clínica como para reabilitação e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas. O curso disponibilizará 20.000 vagas, com carga horária de 120h/aula e duração de quatro meses. Em dezembro de 2013 teve início uma edição do curso para 10.300 alunos inscritos, com previsão de encerramento em maio de 2014. Haverá uma segunda edição desse curso, em 2014, para completar a meta de 20.000 vagas ofertadas.

- **Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

Curso de extensão universitária gratuito, na modalidade de educação à distância, carga horária de 120h/aula, com duração de três meses dirigido à equipe multiprofissional de Juizados Especiais Criminais e Varas da Infância e Juventude, para aplicação adequada da Lei 11.343/2006, destinado a juízes, promotores, defensores públicos e profissionais que atuam na área psicossocial dos Juizados Especiais Criminais e Varas da Infância e da Juventude. A primeira edição do curso foi iniciada em 2011 e concluída em 2012, por 7.857 alunos. No ano de 2013, a Universidade de São Paulo, executora do curso, elaborou um plano de trabalho para execução de nova turma do curso para 30 mil vagas no segundo semestre de 2014

- **Criar curso técnico em reabilitação de dependência química**

Análise Situacional da Meta

O processo de formatação do curso técnico está em tratativas entre o Ministério da Justiça e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

- **Disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas, a partir de ações educativas, da elaboração de materiais e de campanhas de caráter informativo e educativo em todos os estados e Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal, visando a redução da demanda e da oferta de drogas, no âmbito do Programa “Crack, é possível

vencer!", tem se orientado pela promoção de ações centradas no desenvolvimento integral da pessoa humana e na promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do país, visando o objetivo principal de tornar o cidadão brasileiro menos vulnerável a adotar comportamentos de risco em relação ao uso indevido de drogas. Nesse contexto, durante o período de 19 a 26 de junho, foi realizada a XV Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, visando estimular a sociedade brasileira a refletir sobre os aspectos negativos relacionados ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas. Durante a Semana, o Governo Federal implementou eventos em Brasília, nas capitais e municípios através dos Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas sobre Drogas. O tema abordado durante a Semana foi "Educação na prevenção do uso de Drogas".

Até o final de 2013, foram distribuídos para estados, municípios e o Distrito Federal, bem como para entidades governamentais e não- governamentais, aproximadamente 1.180.000 exemplares, entre materiais educativos e informativos sobre a temática drogas, do Programa "Crack, é Possível Vencer!", compostos por cartilhas, livretos, revistinhas, etc.,

No âmbito do Projeto "Diga Sim à Vida", cabe destacar a distribuição, durante o ano de 2013, de um total de 31.393 kits, sendo 10.615 do primeiro tipo (destinado aos professores que atuam no ensino infantil e fundamental) e 20.778 destinados a alunos do ensino médio (Turma da Mônica Jovem e Turma da Tina Jovem).

Outra experiência em pauta é a adaptação e aplicação de metodologias reconhecidas internacionalmente, que trabalham com questões referenciais para o público infanto-juvenil. Uma delas é a metodologia Unplugged, aplicada com sucesso pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em países do Norte da África e do Oriente Médio. A metodologia consiste em promover discussões entre alunos de 10 a 14 anos de idade, em linguagem descontraída e acessível, abordando diversos assuntos e situações de stress que podem levar adolescentes a usar drogas. As discussões também promovem o fortalecimento de fatores de proteção, como bem estar psicológico e emocional, habilidades sociais e bom relacionamento com os pais, que tornam os alunos menos vulneráveis ao uso de drogas e a outros comportamentos negativos. Ainda em fase pré-piloto, o projeto vai atingir, até 2013, aproximadamente 5 mil alunos da rede pública municipal e estadual nas cidades de São Paulo, São Bernardo do Campo e Florianópolis.

O Portal do Programa "Crack, é possível vencer!" (www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/home) é mais um canal de acesso a informações sobre a prevenção e o tratamento de usuários, sendo um instrumento de comunicação das diretrizes, estratégias e ações do Governo Federal em conjunto com os estados, municípios e organizações não-governamentais. Durante o ano de 2013 foram realizados 1.232.657 acessos, totalizando aproximadamente 3 milhões de acessos no período 2012-2013.

- **Implantar/manter 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam na segurança pública, no Minitério Público, no Poder Judiciário e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, com usuários de crack e outras drogas e seus familiares - Plano Crack, é possível vencer!**

Análise Situacional da Meta

Os Centros Regionais de Referência(CRRs) têm o objetivo de qualificar, de maneira permanente, profissionais de saúde, de assistência social, de segurança pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que atuam com usuários de crack e outras drogas e seus familiares. Até o final de 2013, já foram implantados 51* CRR em todo o país, oferecendo 27.900 vagas. Dentre esses, 21 renovaram a oferta de cursos. Em 2013, foi implantado 1 CRR (Universidade Estadual do Ceará). Está prevista a implantação de mais 05 centros (Acre; Amapá; Maranhão; Roraima e Sergipe).

*O CRR do Ceará está incluído entre os 51.

Quantidade alcançada

51

Plano Mais Brasil

Data de Referência

11/02/2014

- **Incluir a temática sobre drogas nos cursos de graduação que possuem interface com ela**

Análise Situacional da Meta

O processo estava em fase de articulação entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação. Recentemente, a partir de uma avaliação com o Ministério da Saúde, conclui-se que seria mais adequado que a meta fosse executada por meio do Programa PRÓ-SAÚDE, instituído por aquele Ministério em parceria com universidades públicas, o qual incentiva a inclusão da temática sobre drogas nos cursos de graduação.

- **Ofertar 120 mil vagas de capacitação para conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

Curso de extensão universitária, gratuito, na modalidade de educação à distância, cujo objetivo é o fortalecimento da rede prevenção do uso de crack, álcool e outras drogas por meio da capacitação dos diversos conselheiros municipais e estaduais e líderes comunitários. O curso tem carga horária de 120h/aula, duração de três meses. No primeiro semestre de 2013 foram formados os tutores e os supervisores do curso. A 5ª Edição ofertou 40 mil vagas e foi concluída em dezembro/2013. As inscrições para 6ª Edição foram abertas no mês de dezembro/2013, para mais 40.000 vagas. Em 2014, deverão ser ofertadas mais 40.000 vagas para esse curso.

Quantidade alcançada

80.000

Data de Referência

11/02/2014

- **Ofertar 30 mil vagas de capacitação para lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

O curso é dirigido a lideranças religiosas e movimentos afins, concedendo certificação de extensão universitária, também é gratuito, sendo disponibilizado na modalidade de educação à distância. O objetivo é ampliar o conhecimento técnico sobre drogas, qualificar o acolhimento dos membros da comunidade e mobilizar a rede de serviços disponíveis para a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários de drogas e dependentes, bem como o apoio aos familiares. O curso está previsto para a formação de 35.000 lideranças, sendo formados 5.000 em 2012 e ofertadas 15.000 vagas em 2013 e 15.000 vagas em 2014. O prazo de inscrições para a turma de 2013 foi de 29/08/2013 a 31/01/2014, com previsão do início do curso no segundo semestre de 2014.

Quantidade alcançada

20.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Ofertar 30 mil vagas de capacitação para profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e aconselhamento motivacional - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

O curso SUPERA - Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento, de extensão universitária, gratuito, na modalidade de educação à distância é oferecido pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Disponibiliza técnicas de abordagem, detecção do uso abusivo e dependência de crack, álcool e outras drogas, aconselhamento motivacional, intervenção breve, entre outros temas. O curso destina-se a profissionais de saúde e de assistência social, que atuam no tratamento e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas. Tem carga horária de 120h /

aula e duração de 4 meses.

Até 2013 foram ofertadas 20.000 vagas para o curso. Deverão ser ofertadas mais

15.000 vagas ainda durante o ano de 2014.

Quantidade alcançada

20.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Ofertar capacitação presencial para a rede de saúde, assistência social e Juizados Especiais Criminais, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as redes de saúde e assistência social**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da capacitação é auxiliar profissionais no enfrentamento diário dos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas. A capacitação deu-se por meio dos Centros Regionais de Referência implantados, com previsão de oferta de 27,9 mil vagas para capacitação presencial de profissionais, desde o início do Plano Crack, sendo 6.900 ofertadas em 2013.

- **Ofertar cursos de capacitação para 210 mil educadores de escolas públicas, da Educação Básica, para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas e de comportamentos de risco entre crianças, adolescentes e jovens, no contexto escolar - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

Curso de extensão universitária, gratuito, na modalidade de educação à distância, dirigido a educadores do ensino básico sobre temas referentes à prevenção do uso e abuso de crack e outras drogas no contexto escolar. O curso tem carga horária de 180h/aula, duração de 7 meses, sendo 120h/aula de teoria para elaboração de projeto de prevenção a ser implementado, de modo prático, na escola; e 60h/aula para implantação do projeto elaborado pelo grupo de educadores e aplicação do programa "Diga Sim à Vida" - Turma da Mônica, crianças e Turma da Tina e Turma da Mônica Jovem, para adolescentes.

Foram 25 mil matriculados em 2011/2012 e 71770 em 2012, no módulo ofertado pela Universidade de Brasília (UnB). Em dezembro de 2013, foram ofertadas mais 70 mil vagas e está prevista a oferta de mais 70 mil vagas em 2014. Assim, no período compreendido entre 2012 e 2013, já foram ofertadas 166770 vagas. Número de oferta de vagas poderá alcançar a marca de 236770 até o fim do PPA, ultrapassando, portanto, a meta de 210.000 vagas. Além da Universidade de Brasília, outras universidades devem participar da execução desse curso, tais como Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Federal de Santa Catarina.

Quantidade alcançada

166.770

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover especialização de profissionais de educação, saúde e acadêmicos de países da América Central, Caribe, América do Sul e países de língua oficial portuguesa da África em metodologia de pesquisa sobre a temática de drogas, fortalecendo a cooperação internacional e contribuindo para o aprimoramento da produção científica na região e no continente africano**

Análise Situacional da Meta

Realização de Curso de Formação à Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas, com título de especialização, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), unidade de Ribeirão Preto - encontra-se em fase de discussão e análise acerca da viabilidade de transferência de recursos.

- **Realização permanente de campanhas publicitárias de utilidade pública (PUBs) sobre o tema drogas**

Análise Situacional da Meta

Realização de campanhas para prevenção ao uso de crack e outras drogas junto a públicos segmentados e população em geral. Nesse contexto, O MJ realizou, no segundo semestre de 2013, nova campanha do serviço de utilidade pública VIVAVOZ (132), com vistas a divulgar e estimular a busca deste serviço. A logística de distribuição do material

Plano Mais Brasil

confeccionado foi realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ministério da Saúde – MS; Ministério Público – MP; Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas sobre Drogas, entre outros. A divulgação ocorreu na 1ª quinzena de novembro de 2013.

Em 2012, ocorreu uma divulgação do serviço VIVA VOZ (132) em todas as emissoras de televisão. O material foi produzido pela Senad e veiculado na televisão brasileira nos meses de janeiro a abril desse ano.

OBJETIVO: 0923 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuário de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O programa "Crack, é possível vencer!", impulsionou a estruturação de redes de atenção à saúde e de assistência social para o atendimento aos usuários de drogas e seus familiares. No âmbito do eixo "Cuidado", o Governo Federal disponibiliza aos estados, municípios e Distrito Federal, diretrizes técnicas e financiamento para fortalecer e qualificar a rede de serviços de saúde e assistência social, permitindo o acolhimento de usuários de drogas e seus familiares, respeitando sua autonomia e individualidade, em defesa da vida e buscando a redução de danos à saúde com princípio.

Em sendo assim, foram incluídos no programa "Crack, é possível vencer!", os serviços de saúde e assistência social, prestados por organizações não governamentais como as comunidades terapêuticas, em busca da estruturação de uma rede de cuidado abrangente e que atenda às dimensões e necessidades em cada um dos municípios brasileiros. Nesse contexto foram alocados recursos oriundos do Orçamento Geral da União para a contratação imediata de 10.000 vagas de acolhimento em comunidades terapêuticas pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad).

Após o lançamento do Edital de Chamamento Público em 2012, já foram disponibilizadas 6.144 vagas para acolhimento de usuários de substâncias psicoativas, com 278 contratos firmados, sendo aplicados R$ 76.692.000,00, durante o ano de 2013. Importante destaque se faz para o lançamento do Edital de Chamamento Público de 2013, com o objetivo de atender a meta de 10.000 vagas. Em 2014, há expectativa de pactuação com mais 100 entidades acolhedoras.

Quanto à produção do conhecimento, foi concluído, em setembro de 2013, o maior mapeamento e diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, objeto da parceria do Ministério da Justiça com a Fundação Oswaldo Cruz, que em conjunto com a Universidade de Princeton, estimou o quantitativo e o perfil de usuários de crack no Brasil. Também merece destaque a seleção por meio da Rede de Pesquisa sobre Drogas, de 16 projetos apresentados pelos Centros Regionais de Referência, a serem desenvolvidos nos serviços das redes de saúde e assistência social.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos estados e a fomento da tutela cautelar**

Análise Situacional da Meta

Dando continuidade às ações desenvolvidas no âmbito do programa "Crack, é possível vencer!", o Ministério da Justiça vem fortalecendo o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, promovendo aprimoramento de mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), estimulando as parcerias com os estados e o Distrito Federal a

fim de celebrar instrumentos de cooperação para a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), bem como para o aporte financeiro junto aos parceiros, visando o fortalecimento institucional.

O Fundo Nacional Antidrogas (Funad) tem realizado leilões de bens móveis e imóveis, cujo perdimento em favor da União tenha sido decretado a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado, além de destinar bens in natura sob as modalidades doação e cessão. As alienações têm refletido incremento nas receitas (capitalização), com a realização direta ou indireta, em 2012, de 8 leilões, nos quais se aferiu o montante de 3,8 milhões de reais, Em 2013, foram realizados 6 leilões, com arrecadação de 4,2 milhões de reais. No período, houve acréscimo em 20% na quantidade de bens alienados. No que tange ao fomento da aplicação de medida cautelar de alienação, importa registrar sua crescente demanda, caracterizada pelo aporte financeiro transferido pelo Poder Judiciário ao final das ações judiciais. Por sua vez, o repasse de recursos aos Estados da Federação para realização de ações no âmbito da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) tem sido crescente.

- **Apoiar a instalação de escritório regional do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC/ONU) e sua manutenção**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado um Termo de Contribuição com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), da Organização das Nações Unidas (ONU), com vistas à continuidade das operações do Escritório no Brasil e implantação e manutenção do Escritório de Ligação e Parceria (ELP), no país. De acordo com os demonstrativos enviados pelo Representante do Escritório no Brasil, os recursos foram utilizados para o custeio da manutenção de estrutura física, de serviços de apoio e de pessoal do Escritório. Além disso, houve mudança e reforma para a instalação das novas dependências físicas do ELP. Em 2013, o Funad transferiu R$ 2,4 milhões como apoio financeiro a esta ação.

- **Articular a disseminação de linhas de pesquisa sobre a temática do crack e outras drogas, incentivando o desenvolvimento de projetos de iniciação científica relacionados ao tema e fomentando a formação de novos pesquisadores nas áreas que apresentam déficits de profissionais trabalhando com a temática de drogas**

Análise Situacional da Meta

Financiamento de pesquisas e projetos de extensão dos Centros Regionais de Referência em Crack e outras Drogas (CRR), por meio do projeto Rede de Pesquisa sobre Drogas, nos temas: medidas socioeducativas; métodos de treinamento de equipes de saúde e assistência social; prevenção; tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas. Formação de novos pesquisadores por meio da oferta de 35 vagas de especialização do Curso de Formação à Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas.

O projeto Rede de Pesquisa sobre Drogas tem por objetivo propiciar a convergência de informações e dados, permitindo uma maior interatividade entre os pesquisadores e criando um espaço de discussão de questões relevantes para o aprofundamento do conhecimento sobre drogas. De modo permanente, tem sido feita a alimentação da base de dados de pesquisadores com novas solicitações de cadastramento. Os Centros de Referência em Crack e Outras Drogas (CRR), ligados às universidades de todo o país, têm contribuído para o fortalecimento da rede, uma vez que condicionam a atuação dos docentes ao cadastramento na Rede de Pesquisa sobre Drogas.

- **Articular a instituição de fundos sobre drogas em todas as Unidades da Federação, assim como fomentar a sua criação no âmbito dos municípios**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), tem-se articulado a instituição de fundos sobre drogas nas Unidades da Federação. Existem atualmente 11 unidades federativas que instituíram fundos sobre drogas, a saber: Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins.

Atualmente, 26 Estados da Federação e o Distrito Federal possuem conselhos sobre drogas.

Plano Mais Brasil

- **Avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país**

Análise Situacional da Meta

Está em fase de estudos a constituição de um sistema de fiscalização e avaliação, no âmbito das comunidades terapêuticas, o qual contará com representantes de diversos órgãos de governo para estabelecer diretrizes de fiscalização e avaliação dos serviços prestados. Está em discussão o estabelecimento de parceria com instituição acadêmica para desenvolver essa avaliação.

- **Criação de Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários nas diferentes regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Foram disponibilizados recursos para reforma e construção de 2 Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários. O Centro Colaborador de São Paulo (SP) está em fase de Construção, com a entrega prevista para 2014. O Centro Colaborador de Porto Alegre (RS) inaugurou 20 leitos destinados a pacientes adultos do sexo masculino, com atendimento ambulatorial, ainda com a implantação de residência multiprofissional em saúde, com o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática droga.

- **Desenvolver um sistema integrado de informações voltado para o acompanhamento e monitoramento das ações implementadas no âmbito da política nacional sobre drogas**

Análise Situacional da Meta

Está em fase de definição de regras, fluxos e processos, além da plataforma tecnológica para a construção e desenvolvimento do sistema.

- **Disponibilização de serviços de acolhimento destinados a atender pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, que necessitemde afastamento do ambiente no qual se iniciou/ desenvolveu e /ou estabeleceu o uso, abuso e/ou dependência de substância psicoativa, como o crack e outras drogas, em âmbito nacional - Plano Crack, é possível vencer!**

Análise Situacional da Meta

Foram incluídos no programa “Crack, é possível vencer!”, os serviços de saúde e assistência social, prestados por organizações não governamentais como as comunidades terapêuticas, em busca da estruturação de uma rede de cuidado abrangente e que atenda às dimensões e necessidades em cada um dos municípios brasileiros. Em 2012, foi consignado na dotação orçamentária do Fundo Nacional Antidrogas, o valor correspondente a R$ 133.340.000,00 para contratação imediata de 10.000 vagas de acolhimento em comunidades terapêuticas.

Após o lançamento do Edital de Chamamento Público em 2012, já foram disponibilizadas 6.144 vagas para acolhimento de usuários de substâncias psicoativas, com 278 contratos firmados, sendo aplicados R$ 76.692.000,00, até o final de 2013. Importante destaque se faz para o lançamento do Edital de Chamamento Público de 2013, com o objetivo de atender a meta de 10.000 vagas. Em 2014, há expectativa de pactuação com mais 100 entidades acolhedoras.

- **Disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça, em parceria com o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, disseminou a metodologia Consultório de Rua na Bahia. Capacitou e supervisionou a atuação de quatro equipes interdisciplinares nas cidades de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas. O Consultório de Rua é uma estratégia de atenção à saúde voltada para a população em situação de rua, exposta ao uso de substâncias psicoativas.

O Ministério da Justiça também está promovendo a disseminação da metodologia Lua Nova, por meio da qualificação dos programas de atenção a jovens mães usuárias de drogas e outras vulnerabilidades, desenvolvidas por organizações da sociedade civil e do poder público de treze municípios. A metodologia Lua Nova consiste em uma série de técnicas

e práticas de inserção social de jovens mães usuárias de drogas e seus filhos, incluindo ações de geração de trabalho e renda, redução de danos e desenvolvimento comunitário.

- **Firmar acordos de cooperação do FUNAD com Estados da Federação e Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça conta com 13 acordos de cooperação vigentes cujo objetivo é o de capitalizar o Fundo Nacional Antidrogas (Funad), celebrados com as seguintes Unidades Federadas: Amazonas, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

A partir de 2012, foram celebrados acordos de cooperação com o Distrito Federal e com 7 estados: Alagoas, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Desde exercícios anteriores já estavam vigentes instrumentos similares celebrados com os estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo. Encontram-se em fase de repactuação os instrumentos celebrados com os estados do Acre, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe e Espírito Santo.

- **Fortalecer a atuação dos conselhos estaduais, distritais e municipais de políticas sobre drogas e incentivar a instalação de órgão ou unidade responsável pela gestão da política sobre drogas nesses três níveis**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça vem estimulando as parcerias com os estados e o Distrito Federal a fim de celebrar instrumentos de cooperação para a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), bem como para o aporte financeiro junto aos parceiros, visando ao fortalecimento institucional.

Em 2013, foram transferidos recursos do Funad para todos os conselhos sobre drogas - cerca de R$ 100 mil por conselho.

- **Fortalecimento da rede de pesquisa com financiamento sistemático por meio de editais temáticos**

Análise Situacional da Meta

Seleção, por meio da Rede de Pesquisa sobre Drogas, de 16 projetos de pesquisa apresentados pelos Centros Regionais de Referência, a serem desenvolvidos nos serviços das redes de saúde e assistência social. A rede de pesquisa foi criada a partir do estabelecimento de um Protocolo de Cooperação entre Brasil, representado pelo Ministério da Justiça e Portugal, representado pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT). A Rede de Pesquisa propicia a convergência de informações e dados, permitindo maior interatividade entre os pesquisadores ou grupos de referência temática, criando um espaço de discussão de questões relevantes para o aprofundamento do conhecimento sobre álcool e/ou outras drogas e para a realização de investigações científicas.

Em outubro de 2013, foi lançado um edital para premiação de pesquisadores, trabalhos científicos e de extensão, na temática crack e outras drogas. A cerimônia de premiação ocorreu durante as atividades do III Seminário Internacional da Rede de Pesquisa sobre Drogas, realizado nos dias 25 a 27 de novembro, em João Pessoa, nas seguintes categorias: Trabalho de Extensão dos Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas; Novo Talento de Iniciação Científica; Pesquisador Senior; Pesquisador Mestrado; Pesquisador Doutorado; Tese de Doutorado; e Dissertação de Mestrado.

- **Instalação de um sistema de monitoramento do uso e tráfico de drogas**

Análise Situacional da Meta

Realizado diagnóstico dos países da América Latina, sob a coordenação do Brasil, a fim de delimitar a situação e as diretrizes essenciais para o estabelecimento de fontes, indicadores, metodologia, parceiros e articulação governamental com vistas à construção de um sistema de alerta precoce que possibilite a identificação de consumo, tráfico e

surgimento de novas drogas.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de identificação das instâncias governamentais e das informações a serem reportadas, para discussão das diretrizes e estratégias para a constituição da rede de informações, que servirá de base para a consolidação do sistema de monitoramento.

- **Manter a atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas, disponibilizando-os à sociedade**

Análise Situacional da Meta

Interface junto às instâncias que se vinculam ou são responsáveis pela gestão governamental dos serviços de atenção - conselhos de drogas locais, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social - visando à atualização das informações disponibilizadas no Portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID).

Foi disponibilizada, no portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, uma seção específica para busca de instituições de atenção, por tipo de atendimento - prevenção, tratamento, ensino e pesquisa, redução de danos - e dispostas por localidade. Além disso, têm sido realizados o cadastramento de novas instituições e a atualização dos dados das instituições previamente cadastradas.

O serviço VIVA VOZ (132) utiliza essa base de dados para identificação e indicação de serviços.

- **Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Foi concluído em 2012 o mapeamento e geoprocessamento de instituições de atenção a usuários de drogas, por meio da revisão da base de dados de instituições de atenção para os estados da Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, além do Distrito Federal, tendo como base o levantamento de instituições realizado em 2006/2007; o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES do Ministério da Saúde; a base de dados dos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS e dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. O resultado desse mapeamento está disponível no endereço eletrônico http://mapa-ad.ufrgs.br/. Foi realizado, ainda, um censo das comunidades terapêuticas, de abrangência nacional. Do mesmo modo, o mapeamento dessas instituições pode ser acessado por meio do endereço http://mapa- ct.ufrgs.br/.

- **Realização de estudos e pesquisas multinacionais com ênfases nos países que estabelecem fronteiras com o Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em novembro de 2013, foi realizado no Brasil o Encontro da UNASUL, com o objetivo de discutir estratégias para fortalecimento de uma Rede de Informação, a fim de promover o intercâmbio entre os países-membros acerca da situação do consumo e tráfico de drogas na América do Sul. Estiveram presentes, além do Brasil, representantes da Argentina, Equador e Uruguai.

- **Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)**

Análise Situacional da Meta

Foi concluído em setembro de 2013 o mapeamento de cenas de uso de drogas e do diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, objeto da parceria do Ministério da Justiça com a Fundação Oswaldo Cruz, em conjunto com a Universidade de Princeton.

O diagnóstico acima referido delineou o perfil e estimou o quantitativo dos usuários de crack no Brasil. Os resultados preliminares desse diagnóstico já foram apresentados em blocos de sessões dirigidas à imprensa, comunidade acadêmica, representantes do Governo e membros de organizações que lidam com a temática, em setembro de 2013. Encontra-se em produção uma publicação científica com o descritivo da metodologia utilizada e dos resultados da pesquisa, com previsão para finalização em março de 2014.

- **Revisar e atualizar os marcos legais que dão suporte à operacionalização da política sobre drogas, visando fortalecer a sua institucionalidade e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo para a diminuição da oferta e consumo de drogas**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça vem atuando junto aos demais órgãos do Poder Executivo e do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento das normas correlatas. Em 2012, destaca-se a instituição da Lei nº 12.681, de 4/07/2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e a instituição da Lei nº 12.683, de 09/07/2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas.

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit de vagas no Sistema Penitenciário e Criminal	unidade	31/12/2010	197.976	31/12/2013	237.316
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais	unidade	31/12/2010	8.623	14/12/2013	8.375
População carcerária	unidade	31/12/2010	496.251	31/12/2013	548.003
Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	50,5	31/12/2009	50,5
Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	52,8	31/12/2009	52,8
Taxa de Homicídio	1/100.000	31/12/2009	26,9	31/12/2011	27,1
Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	31/12/2009	134,1	31/12/2011	135,1
Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino	1/100.000	31/12/2009	104,4	31/12/2011	103,5

Observações:

Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive - Esta pesquisa constou de suplemento da Pnad que não foi repetida.

Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive - Esta pesquisa constou de suplemento da Pnad que não foi repetida.

Taxa de Homicídio - Não foi divulgada atualização dos dados para 2012 e 2013.

Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos - Não foi divulgada atualização dos dados para 2012 e 2013.

Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino - Não foi divulgada atualização dos dados para 2012 e 2013.

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Estratégico de Fronteiras foi instituído pelo Decreto nº 7.496/2011 e tem como diretrizes básicas a integração, colaboração, compartilhamento de dados, informações e conhecimentos entre os agentes de segurança pública, fiscalização e defesa, com intuito de prevenir e reprimir de modo efetivo os delitos transfronteiriços e os delitos praticados na faixa de fronteira brasileira. O Plano estabelece em seus eixos o fortalecimento das operações na faixa de fronteira, em caráter permanente, com o uso de inteligência, tecnologia avançada e investimento maciço no reaparelhamento das forças de segurança atuante nas regiões.

O escopo da atuação do Ministério da Justiça é gerenciar as diversas ações e projetos estruturantes previstas no Plano Estratégico de Fronteiras, com foco no fortalecimento das instituições de segurança pública, da prevenção e repressão efetiva dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, a serem implementadas através da articulação e envolvimento dos Estados e Municípios fronteiriços.

Plano Mais Brasil

Houve adesão total dos Estados fronteiriços (AC, AP, AM, MT, MS, PA, PR, RO, RR, RS e SC) ao referido Plano. Dessa forma, o pacto oficializado com os entes federados trouxe responsabilidades mútuas entre a União e os Estados em busca do combate aos crimes praticados nas fronteiras do Brasil. Essa pactuação possibilitou a implementação de vários projetos voltados ao fortalecimento da Segurança Pública na Faixa de Fronteira em parceria com os Estados localizados nas fronteiras internacionais.

01) Apoio ao Reaparelhamento dos Órgãos Estaduais de Segurança Pública;
02)Capacitação;
03)Procedimentos Operacionais de Atuação nas Fronteiras;
04)Grupo de Trabalho de Radiocomunicação Integrada;
05)Sistema de Radiocomunicação Digital;
06) Diretrizes da Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira (PNUD);
07) Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (UFRJ – Retis e NECVU);
08) Apoio a Estruturação Logística da Força Nacional para atuação nas Fronteiras;
09) Sistema de Videomonitoramento nas Fronteiras.

Os convênios com os 11 estados de fronteiras, para implantação de um sistema de radiocomunicação, estão sendo executados e espera-se que em meados do próximo exercício o sistema possa estar em funcionamento.

Uma importante meta do Plano foi cumprida, a que diz respeito à estruturação dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras e Câmaras Temáticas de Fronteiras, que estão em funcionamento em todos os estados. Nesse contexto, foram acompanhadas 61 reuniões nos 11 estados, e as ações realizadas por esses fóruns, no primeiro semestre de 2013. Nessas reuniões, os gestores e operadores de segurança pública definiram as atividades a serem desenvolvidas, detalhando a responsabilidade de cada organismo nas ações de planejamento e operações sistêmicas integradas.

As ações para o Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção, por meio da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), foram desenvolvidas da seguinte forma: 1. Mecanismo de avaliação de risco para lavagem de dinheiro; 2. Regulamentações para a lei 9.683/1998 (Lavagem de Dinheiro); 3. Combate ao suborno transnacional; 4. Cadastro e formulário padrão para órgãos de controle acerca de procedimentos licitatórios; 5. Manuais de procedimento de investigação quanto aos crimes de lavagem de dinheiro para polícias, ministérios públicos e juízes.

Especificamente em referência à Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (REDE-LAB), no ano de 2013, foram instalados 13 novos LAB-LD, além das 16 unidades já em funcionamento. A Rede promoveu inclusive uma parceria com a Unidade de Inteligência Financeira da Bolívia, visando repassar metodologias e tecnologias para as autoridades estrangeiras também combaterem os crimes de lavagem de dinheiro em seu território.

Em cumprimento ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP - Decreto nº 7.901/13), lançado em fevereiro de 2013, foi finalizada uma pesquisa nacional qualitativa e quantitativa sobre o tema na faixa de fronteira brasileira, baseada em dados obtidos das autoridades federais e estaduais e fontes secundárias, e complementado por trabalho de campo nos 11 estados da faixa de fronteira, com informações detalhadas e fundamentadas sobre os seguintes aspectos: modalidades de Tráfico de Pessoas; perfis das vítimas identificadas oficialmente, suspeitas e/ou assistidas; modus operandi dos agentes criminosos; modalidades criminosas mais associadas ao tráfico de pessoas; indícios de contrabando de migrantes; descrição dos fluxos migratórios; identificação da composição de eventuais fluxos mistos; mapeamento da rede de assistência e identificação das lacunas de serviços; e análise do ambiente local nos 11 Estados objeto da pesquisa com vistas a definir a viabilidade da implantação num futuro de até dez postos avançados de atendimento humanizado aos migrantes. Além dessa ação, é importante mencionar o lançamento em maio de 2013 de

uma campanha nacional de televisão divulgando o tema do tráfico de pessoas, a Campanha Coração Azul, que contou com a parceria do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC. Em outubro foi lançada uma campanha para os rádios, visando aumentar a capilaridade das discussões. Além disto, foi construído um site para disseminar informações sobre a campanha e o crime no país (http://coracaoazul.com.br), e diversos materiais gráficos de apoio e disseminação.

Após dois anos de implantação do Plano Estratégico de Fronteiras, somado aos esforços dos 11 estados fronteiriços no desenvolvimento de ações proativas no âmbito da segurança pública, buscando sempre aprimorar as ações de enfrentamento da criminalidade, verifica-se relativa melhoria na qualidade dos serviços disponibilizados às populações residentes nas regiões de fronteira.

Com a finalidade de mensurar parte dos esforços empreendidos das Polícias Militares, Civis e da Perícia, mensalmente são coletados indicadores criminais e outras naturezas de ocorrências dos estados fronteiriços, cujas variáveis são armazenadas, tratadas e analisadas, gerando relatórios de análise, cujo objetivo principal é mostrar o quadro da criminalidade, assim como o resultado dos esforços dos operadores de segurança pública dos municípios afetos ao Programa Enafron.

Observa-se que houve, com a progressiva implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - Enafron, considerável melhoria na coleta de dados no ano de 2013, tendo ocorrido maior cobertura no que se refere à alimentação das planilhas pelos estados, o que culminou com a relativa elevação de alguns indicadores. Além disso, verifica-se que essa elevação também teve a ver com o acréscimo expressivo dos esforços realizados pelos órgãos de segurança pública, como resultado da própria política fomentada pelo Governo Federal, em parceria com os entes federados. Ainda nesse contexto, é importante destacar que esses dados ainda não são coletados de forma automatizada, como será possível em alguns anos com a implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - Sinesp. Por esse motivo, algumas das informações são retificadas e alteradas quando detectada alguma incoerência pelos entes federados.

Outro ponto importante a ser destacado no contexto da implementação do programa Enafron está relacionado ao fato de que os estados fronteiriços têm trabalhado de forma intensa, no sentido de alinharem suas políticas de segurança pública às diretrizes centrais sugeridas pelo Ministério da Justiça, que vem desenvolvendo esforços, buscando universalizar a padronização de processos de coleta, tratamento e análise de dados criminais, tendo em vista à melhoria da produção do conhecimento na referida área, fato que vem mostrando grandes avanços no que se refere ao enfrentamento à criminalidade por parte das instituições federais e estaduais, por meio da adoção de ações preventivas e intensificação da repressão às organizações criminosas.

Dessa forma, apresenta-se alguns dados em destaque que demonstram os esforços desprendidos pelas instituições de segurança pública. Na faixa de fronteira, para o ano de 2012 observa-se que dentre todos os registros coletados, a quantidade de homicídios totalizou 2.127 vítimas e, em 2013, até a última atualização informada pelos entes federados, correspondente ao período de janeiro a dezembro, o total de vítimas fatais nos crimes de homicídio totalizaram 1.882, redução de 11,5%, alcançando a meta estipulada com os Secretários de Segurança Pública em agosto de 2012, que previa a redução desse crime em 5% nos anos de 2012 e 2013.

Os indicadores a seguir demonstram o aumento dos esforços dos órgãos de segurança pública que refletiram positivamente na redução dos homicídios. Todos os números apresentaram um considerável aumento, a exemplo da quantidade de drogas aprendidas tanto na faixa de fronteira (150km dos limites dos limites internacionais), quanto nos demais municípios dos estados, bem como nos autos de prisão em flagrante lavrados (19.439 em 2012, 31.661 em 2013),

Plano Mais Brasil

mandados de prisão cumpridos (7.231 em 2012, 13.127 em 2013), armas de fogo apreendidas (6.581 em 2012, 7.403 em 2013) e veículos recuperados (5.657 em 2012, 7.192 em 2013).

Metas 2012-2015

- **150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outra formas de apresentação) apreendida**

Análise Situacional da Meta

As apreensões de drogas para o ano de 2012 nas fronteiras totalizaram 138.124,27 kg. Em 2013 houve substantiva elevação no quantitativo de apreensão nas fronteiras, totalizando 253.701,60 kg. Está considerado neste total as quantidades de apreensões de todas as drogas, inclusive maconha. Esse quantitativo representa elevação de 83,68%, quando comparado com o ano de 2012.

Não tem sido possível desagregar o indicador por tipo de droga, tendo sido considerado o valor acumulado de todos os tipos (cocaína, crack, maconha e outras drogas). Esse dado demonstra que os esforços dos órgãos estaduais de segurança pública têm sido fator fundamental tanto na faixa de fronteira quanto nas demais áreas dos estados fronteiriços, no combate ao tráfico de drogas.

O quantitativo total refere-se apenas às apreensões de drogas realizadas nos estados de fronteira, incluindo faixa de fronteira e demais regiões.

Ressalta-se que por mais que a apreensão de maconha e outras drogas não esteja prevista na meta, a apreensão de quantidade de droga dessa magnitude torna-se importante para os objetivos do plano de fronteiras, tendo em vista esse indicador representar as ações diretas de enfrentamento às organizações criminosas que atuam nos estados de fronteira. Apreensões de maconha correspondem a cerca de 70% ou mais do total apreendido.

Nesse sentido, o valor acumulado de apreensão de drogas nos dois anos em referência totaliza o quantitativo de 391.825,87 kg na faixa de fronteira.

Salienta-se que nos dois anos Mato Grosso do Sul foi o estado que apresentou a maior quantidade de apreensão de droga, indicando para 2012 o quantitativo de 73.334 kg na faixa de fronteira e 91.180 kg para o Estado. Em 2013 esses valores apresentaram 71.283 kg e 136.248 kg para a mesma sequência em referência. Observa-se leve redução das apreensões na fronteira, no entanto, tal redução foi compensada pelo quantitativo global de apreensão no Estado.

Quantidade alcançada

391.825,87

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	42.855	kg	181.672,73	31/12/2013
Região Nordeste	11.902	kg	0	31/12/2013
Região Norte	25.307	kg	25.331,02	31/12/2013
Região Sudeste	58.806	kg	0	31/12/2013
Região Sul	11.847	kg	184.822,12	30/06/2013

- **27 Unidades da Federação com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2012, a REDE-LAB contava com 16 Laboratórios instalados (1 do Ministério da Justiça – Gestor da REDE-LAB – e 15 unidades replicadas nos Estados e DF), além de 1 unidade em processo de instalação (Receita Federal do Brasil, em São Paulo). Do início do ano de 2013 até o presente momento, a REDE-LAB passou a contar

com 16 Laboratórios em atividade e 14 em processo de instalação, sendo um deles fruto de cooperação entre a REDE-LAB e a UIF (Unidade de Inteligência Financeira) da Bolívia, em La Paz. Informa-se que 21 unidades federativas já possuem o LAB em condições para funcionamento.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	31/12/2013
Região Nordeste	9	unidade	3	31/12/2013
Região Norte	7	unidade	7	31/12/2013
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2013
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2013

- **27 Unidades da Federação com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante**

Análise Situacional da Meta

Atualmente estão em funcionamento um total de 16 Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e 12 Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante. Existem núcleos em funcionamento nos seguintes estados: Ceará, Pernambuco, Maranhão, Alagoas e Bahia; Amazonas, Pará, Amapá e Acre; São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; Rio Grande do Sul e Paraná; Goiás e Distrito Federal. Os postos estão distribuídos pelos estados do Amazonas, Pará, Acre, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 2013 não foi assinado nenhum novo convênio para a implantação de núcleo ou posto em virtude de uma reestruturação que a área de enfrentamento ao tráfico de pessoas vem sofrendo. A meta em questão prevê que cada Estado tenha concomitantemente 1 núcleo e 1 posto, o que ocorre em 06 Estados da Federação.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	0	31/12/2013
Região Nordeste	9	unidade	1	31/12/2013
Região Norte	7	unidade	3	31/12/2013
Região Sudeste	4	unidade	2	31/12/2013
Região Sul	3	unidade	0	31/12/2013

- **325 Sistemas de Monitoramento e Controle Fronteiriço implantados**

Análise Situacional da Meta

A meta está sendo reformulada, adotando como escopo a implantação de 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) – Sistema Alerta Brasil.

A licitação referente à contratação de empresa para instalação dos primeiros 30 (trinta) pontos de monitoramento foi homologada. Os pontos deverão estar funcionando nos 90 dias posteriores à assinatura do contrato. Os demais pontos serão contratados de forma setorial pelas Regionais da Polícia Rodoviária Federal nos próximos dois anos.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

20/09/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Plano Mais Brasil

Região Centro-Oeste	81	unidade	12	20/09/2013
Região Nordeste	52	unidade	0	20/09/2013
Região Norte	35	unidade	2	20/09/2013
Região Sudeste	78	unidade	5	20/09/2013
Região Sul	79	unidade	11	20/09/2013

- **52.000 armas de fogo apreendidas**

Análise Situacional da Meta

Meta compartilhada Departamento de Polícia Federal - Polícia Rodoviária Federal.

A Polícia Federal apreendeu 2.155 armas de fogo no exercício de 2012 e em 2013 foram 1.213 armas. Cabe ressaltar que a maioria desse quantitativo está vinculada às ações desencadeadas pela Operação Sentinela, coordenada pelo Ministério da Justiça e com atuação conjunta entre a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional, totalizando 3.368 armas de fogo apreendidas.

A Polícia Rodoviária Federal, em 2012, apreendeu em suas operações de fronteiras a quantidade de 1.508 armas de fogo. Em 2013 as atividades de policiamento nas rodovias federais resultaram na apreensão 1.431 armas de fogo, totalizando 2.939 armas no período.

Em 2012 foram apreendidos, ainda, pelos órgãos de Segurança Pública dos Estados de Fronteira, Polícia Militar e Polícia Civil, a quantidade de 6.581 armas de fogo nos municípios fronteiriços, das quais 737 no Arco Norte, 1.246 no Arco Central e 4.598 no Arco Sul.

Para o ano de 2103, o quantitativo de apreensões totalizou 7.403 armas de fogo. As apreensões foram realizadas em todos os municípios de fronteira, especialmente a partir da articulação fomentada pelos GGIFs e demais gestores das polícias militares e civis na região de fronteira. Os dados foram obtidos a partir de relatórios encaminhados pelos Estados e consolidados pela Senasp.

Previsão de realização para o próximo período:
Fomentar a realização de operações e fiscalização, visando fortalecer a cooperação entre os respectivos entes federados no enfrentamento às problemáticas nas regiões de fronteira.

Obs: Devido à dificuldade de levantamento de dados em vários órgãos, o quantitativo apreendido por região em todo o período encontra-se em apuração.

Quantidade alcançada

20.291

Data de Referência

31/12/2013

- **80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas**

Análise Situacional da Meta

Até o momento, foram realizados 19 indiciamentos por crime relacionado ao tráfico de pessoas (10 em 2012 e 9 em 2013).

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Região Centro-Oeste	28	pessoas	5	30/06/2013
Região Norte	32	pessoas	4	30/06/2013
Região Sul	20	pessoas	8	30/06/2013

- **Ampliar a aderência do Brasil às recomendações internacionais sobre prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo**

Análise Situacional da Meta

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) tem cumprido papel essencial para atender às recomendações internacionais. Uma das realizações mais importantes foi a criação do grupo permanente para elaborar e aplicar metodologia de avaliação de risco para lavagem de dinheiro, conforme nova recomendação do Grupo de Ação Financeira (GAFI), além do grupo para ampliar os mecanismos de combate ao suborno transnacional segundo a Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Outra ação ao encontro das mais recentes recomendações de acordos e tratados é a que tem estudado maneiras para a criação de órgão para administração dos bens apreendidos. Por fim, a aprovação da lei 12.850/2013, que define organização criminosa, cuja proposta foi trabalhada no âmbito da ENCCLA, também atende recomendações internacionais.

No que se refere ao combate à lavagem de dinheiro, importante mencionar a adoção de normas infralegais pelos órgãos reguladores, que contribuem para o aprimoramento dessa política:

1) Resolução COAF n.º 24, de 16 de janeiro de 2013;
2) Resolução COAF n.º 25, de 16 de janeiro de 2013;
3) Resolução COAF n.º 26, de 6 de agosto de 2013;
4) Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n.º 1445, de 26 de julho de 2013;
5) Circular BACEN n.º 3653, de 27 de março de 2013;
6) Circular BACEN n.º 3654, de 27 de março de 2013;
7) Instrução CVM n.º 534, de 4 de junho de 2013;
8) Instrução PREVIC n.º 2, de 28 de maio de 2013;
8) Resolução COAF n.º 27, de 6 de novembro de 2013.
9) Portaria do Ministro da Fazenda n.º 537, de 5 de novembro de 2013; e
10) Resolução COFECON n. 1.902, de 28 de novembro de 2013.

Destaca-se que todos esses dispositivos normativos encontram-se no site do COAF (www.coaf.fazenda.gov.br/conteudo/legislacaoe-normas).

- **Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Foram fiscalizadas 11.305.230 pessoas em rodovias federais entre 2012 e 2013 (4.097.147 pessoas em 2012 e 7.208.083 pessoas no ano de 2013).

Quantidade alcançada

11.305.230

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	%	10,78	31/10/2013
Região Nordeste	27	%	23,67	31/10/2013
Região Norte	10	%	9,62	31/10/2013

Plano Mais Brasil

Região Sudeste	25	%	28,65	31/10/2013
Região Sul	23	%	27,28	31/10/2013

- **Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos no quadriênio**

Análise Situacional da Meta

Com relação, especificamente, ao número de documentos de viagem expedidos, no ano de 2012, foram emitidos 1.935.680 unidades. Em 2013 foram expedidos 2.295.862 documentos, acumulando 4.231.542.

Há de se ressaltar que a expedição de passaporte no País é suscetível às variações principalmente do dólar e euro, e no corrente ano, foi impactada pela grave crise econômica que assolou a Comunidade Internacional.

Dessa forma, considerando que a situação econômica já está entrando numa fase de estabilização, acredita-se que, com o aumento natural da população, associada à estabilização da crise econômica internacional, haverá a possibilidade do cumprimento da meta em 2015, com a expedição de 9.000.000 de documentos de viagem e identidades de estrangeiros.

Quantidade alcançada

4.231.542

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional no quadriênio**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram contabilizados 9.270.735 registros de entrada e saída de pessoas no território nacional. Em 2013, foram contabilizados 21.361.393 registros de entrada e saída de pessoas no território nacional, totalizando 30,6 milhões de registros.

Quantidade alcançada

30.632.128

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 15% o número de investigações concluídas (inquéritos relatados), chegando a um total de 310.778**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o número de inquéritos policiais (IPLs) relatados (concluídos) foi de 66.144, o que dá uma média de 5.512 IPLs relatados por mês em 2013. A título de informação, em 2012 houve mudanças administrativas na alta administração da Polícia Federal, o que enseja tempo para o planejamento e transmissão às unidades de novas metodologias de trabalho. Outro fator a destacar são os grandes eventos que serão realizados a partir de 2013 no Brasil, circunstância que obrigatoriamente deslocará considerável parte do efetivo dedicado às atividades de polícia judiciária para as atividades de polícia administrativa. Dentro desse contexto, caberá à Polícia Federal incrementar as atividades de controle interno das atividades de polícia judiciária (consolidar as "inspeções" e implementar de forma efetiva as "correições parciais"), além de trabalhar para a finalização do projeto "e-Pol", consistente no novo sistema de gestão das atividades de polícia judiciária e de inquérito policial eletrônico.

Somando-se à quantidade de IPLs relatados em 2012, a meta acumulada é de 124.574.

Quantidade alcançada

124.574

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11	%	10,75	30/06/2013
Região Nordeste	18	%	18,51	30/06/2013
Região Norte	10	%	9,23	30/06/2013

Região Sudeste	43	%	42,61	30/06/2013
Região Sul	18	%	18,9	30/06/2013

- **Aparelhamento de 40 Núcleos de Inteligência nas regiões de Fronteira (polícias estaduais) - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

• Principais realizações do período: objetivando estender a malha de inteligência nos municípios fronteiriços do país, levou-se a feito a ideia de descentralizar as atividades de inteligência para as áreas vulneráveis dos Estados que têm fronteiras internacionais. Para tanto, no âmbito do projeto Enafron, a proposta visa reaparelhar 20 agências de inteligência e implantar, subordinadas a elas, Núcleos de Inteligência integrados por Polícias Civis e Militares, nos interiores dos estados. As Agências estão sendo reaparelhadas e os Núcleos criados por meio de Convênios, 11(onze) pelo Enafron, os quais ainda se encontram em andamento.

• Previsão de realização para o próximo período: criação de mais cinco Núcleos de Inteligência no interior de cada Estado de fronteira.

• Arranjos de Gestão: participam dessa empreitada os Órgãos de Segurança Pública envolvidos, Polícias Civil e Militar de cada Estado, que apresentam como contrapartida, além da parte financeira, o de estrutura física e de pessoal.

• Principais Dificuldades Encontradas na Execução: há dificuldades nas aquisições, em razão da distância dos grandes centros onde estão instalados, em maioria, os fornecedores, dificultando e encarecendo as entregas, razão maior do desinteresse pelo certame licitatório

• Observações: dentro do previsto para os projetos Enafron, a execução segue seu curso normal, vez que os convênios ainda se encontram em fase de execução, estando os núcleos, em sua maioria com previsão de pleno funcionamento em 2014/2015. Espera-se alcançar a meta proposta, em razão do tempo final para execução dos Convênios, trazendo para a área de segurança uma proteção maior das nossas fronteiras, com ampliação da rede de informações.

Conforme dados repassados pelos entes federados (exceto Rio Grande do Sul), até dezembro de 2013, estão em funcionamento na fronteira 69 Núcleos de Inteligência, incluindo aqueles apoiados com recursos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), bem como com recursos dos próprios estados.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

- **Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A PRF adquiriu 5 veículos scanners para operações de fronteira em 2011 e há processo para a aquisição dos 10 veículos complementares em parceria com a Senasp, com previsão de entrega para o segundo semestre de 2014.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	2	23/09/2013
Região Norte	8	unidade	1	23/09/2013
Região Sul	4	unidade	2	23/09/2013

Plano Mais Brasil

- **Capacitação e treinamento, pelo CNCP, de 6.800 agentes públicos que atuam no combate à pirataria**

Análise Situacional da Meta

No 2º semestre de 2013, em decorrência de esforços de articulação institucional, foram firmados acordos de cooperação referentes ao projeto "Cidade Livre de Pirataria" com 4 Prefeituras, que inclusive são sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, possibilitando a realização dos Cursos de Capacitação de Agentes Públicos, que ocorreram em Salvador, para 170 agentes; em Cuiabá, para 64 agentes; em Manaus, para 50 agentes; e em Porto Alegre, para um público de 120 pessoas.

O que dificulta um maior incremento no número de capacitações é que estas dependem da prévia anuência e assinatura dos acordos de cooperação do projeto Cidade Livre de Pirataria com os Municípios que, por sua vez, dependem da disponibilidade de agenda dos Prefeitos.

Quantidade alcançada

1.104

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	%	2,11	31/12/2013
Região Nordeste	20	%	2,5	31/12/2013
Região Norte	15	%	0,73	31/12/2013
Região Sudeste	25	%	9,11	31/12/2013
Região Sul	20	%	1,76	31/12/2013

- **Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados**

Análise Situacional da Meta

Em cumprimento às atividades de Polícia Internacional, foram consolidadas e estruturadas em 2013 as recém-criadas Adidâncias da Venezuela e Espanha. Além disso, em relação à atuação da Polícia Federal no exterior, procedeu-se à prisão de pessoas procuradas pela Interpol, foram realizadas diversas extradições e concluídos cerca de 10 processos de ajuda humanitária. Cabe destacar a participação de policiais federais em eventos relacionados à cooperação internacional, tais como escoltas, congressos, treinamentos, visitas, conferências, dentre outros.

No âmbito da cooperação internacional com países fronteiriços, destaca-se a atuação da Secretaria Nacional de Justiça - SNJ, que conseguiu promover a assinatura de um Acordo sobre Residência Permanente para Livre Circulação de Pessoas com o Uruguai, em julho de 2013. A SNJ também promoveu consultas bilaterais à Bolívia e ao Peru, apresentando Memorando de Entendimento para implementação de formulários bilíngues, que proporcionarão uma Cooperação Jurídica Internacional direta, mecanismo capaz de acelerar a cooperação entre os países. Também foram enviadas propostas de acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal (MLATs) à Argentina, Uruguai e Venezuela, além dos acordos já em negociação com a Guiana, o Paraguai e a Bolívia. No âmbito da Cooperação Técnica Internacional, a Secretaria Nacional de Justiça promoveu a assinatura de acordo para a constituição do Grupo de Trabalho de implementação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) na Bolívia, além de intensificar suas parcerias com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Organização Internacional para as Migrações (OIM). Importante conquista foi a publicação do Decreto nº 8.101 em 09 de setembro de 2013, que aprova o ingresso do Brasil na OIM.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) elaborou em 2013 um Plano de Prevenção e Redução de Acidentes para ser aplicado no Haiti, em apoio à Polícia Nacional do Haiti, que deverá ser implementado a partir de 2014, com duração prevista de ao menos 2 anos. O início dessa Cooperação ocorrerá com a participação de 16 agentes da polícia haitiana

no Curso de Formação Profissional da PRF no 1º semestre de 2014. Além disso, espera-se a formalização de memorandos de entendimento entre a PRF e instituições policiais de países vizinhos para estimular e fortalecer a cooperação bilateral na área de segurança para o trânsito, prevenção de ilícitos que venham a ocorrer ao longo de rodovias federais, bem como promover ações coordenadas de fiscalização de transporte internacional de cargas e de passageiros. Um instrumento do tipo já está em fase de negociação com a Polícia Nacional do Peru. A PRF também pretende estabelecer mecanismos de cooperação técnica policial internacional com países de grande expertise na área de controle de distúrbios, notadamente a Espanha, com quem já foi estabelecido contato e iniciado tratativas para capacitação de efetivo da PRF. Também espera-se maior aproximação da PRF com as instituições policiais dos Estados Unidos da América, que possui grande conhecimento e experiência em segurança pública. Também serão envidados esforços no sentido de promover a criação de Adidâncias da PRF junto a Embaixadas do Brasil no exterior, no intuito de fortalecer a relação com instituições policiais estratégicas, consolidar os termos dos documentos assinados, melhorar e facilitar a comunicação institucional com órgãos viários dos países vizinhos, bem como promover a cooperação técnica policial na área de segurança viária. Importante citar que a PRF já está em contato com a Receita Federal e com o MRE para que seja incluída nos rol de instituições brasileiras que poderão atuar nas àreas de Controle Integrado - ACI's do Mercosul nos passos fronteiriços já contemplados e nos que virão a ser criados. Ainda no âmbito do Mercosul, a PRF participou em 2013 ativamente das reuniões dos Subgrupos de Trabalho de Indústria Automotiva e de Transportes), colaborando nas discussões relativas à padronização de itens de segurança exigidos para a indústria automotiva no Bloco, como também nas questões relativas à fiscalização do transporte de cargas e de passageiros intrabloco, assim como do Grupo de Trabalho Especializado sobre Segurança Cidadã. Ademais, a PRF tem atendido às demandas do MRE nas reuniões bilaterais de integração fronteiriça do Brasil com seus países vizinhos, notadamente Bolívia, Peru, Guiana, Argentina e Uruguai, contribuindo no diálogo referente à segurança pública e viária que ocorrem em rodovias federais situadas nas regiões de fronteira. Por fim, a PRF iniciou tratativas com a UNODC e com a OPAS em 2013 visando a formalização de cooperação na área de combate ao crime nas rodovias federais (UNODC), como também na prevenção de acidentes de trânsito (OPAS).

- **Desenvolver e implantar novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras, o SISCOAF II, com vistas à modernização tecnológica para o fortalecimento da produção de inteligência financeira e da supervisão de setores econômicos no âmbito da prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo**

Análise Situacional da Meta

Até o momento foram mapeados os processos, elaborados os modelos de negócio e modelo de dados conceitual dos processos de supervisão de setores econômicos. Também foi finalizado o mapeamento de processos do tipo AS-IS dos processos de Inteligência Financeira. Realizou-se um workshop entre o SERPRO e o COAF para definir a metodologia de trabalho e de desenvolvimento do sistema. Em setembro de 2013 iniciou-se o desenvolvimento da nova solução de TI, o SISCOAF II, que deverá entrar em uso ao longo do ano de 2014.

- **Elaboração de um Plano de Aviação em Segurança Pública para os Estados Fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Trata-se de meta compartilhada (Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal e Departamento de Polícia Rodoviária Federal).

No âmbito da Polícia Federal, estão em andamento diversos processos de aquisição de equipamentos que irão aumentar a capacidade operacional nas regiões de fronteiras. Entre eles, dois sistemas de missão embarcados para captação de imagens e gerenciamento de operação policial em solo com apoio de aeronaves tripuladas. Também se planeja a especialização de equipes para atuação em ambiente de florestas e fronteiras com o emprego da aeronave de porte intermediário AW 139. Está em curso, ainda, processo de aquisição de uma aeronave de asa fixa com autonomia para sobrevoar vastas regiões. Esta aeronave será equipada com um dos sistemas de missão.

Plano Mais Brasil

A aviação, desenvolvida por aeronaves de asas rotativas e fixas, tem se consolidado crescentemente no cenário nacional e internacional como segmento de atuação claramente identificável dentre os vetores de que dispõem as instituições voltadas à segurança pública e defesa civil.

As unidades aéreas de segurança pública do Brasil compõem um segmento revestido de complexidade tecnológica em permanente evolução, e por isso devem manter, em nível estadual, a absorção do custeio proveniente da operação de suas aeronaves, por meio de contratos licitatórios de manutenção aeronáutica, seguro aeronáutico, abastecimento aeronáutico, manutenção das instalações físicas de hangar para abrigar a aeronave, capacitação técnica de pilotos e tripulantes, dentre outros.

É entendimento predominante dentre os operadores e mesmo por parte da autoridade de aviação civil nacional, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que esse seguimento da aviação geral comporta e necessita de um conjunto normativo maior, que abranja mais temas e que, em cada um de seus temas, mais pontos sejam abordados. Para isso, foi instituída na Senasp uma Assessoria Especial de Aviação em Segurança Pública com a finalidade de construir, em parceria com os demais órgãos do Ministério da Justiça e das unidades federadas, um legado permanente de gestão na aviação de Segurança Pública. Em 2012, foram realizadas as seguintes ações:

- Integração da Aviação de Segurança Pública em Situações de Crise: criação do Plano de Mobilização Nacional de Aeronaves de Segurança Pública;
- Estudos e elaboração, em parceria com outros órgãos e com representantes das unidades federadas, uma Proposta de Legislação especifica junto a Anac para regulamentação aeronáutica em Segurança Pública;
- Elaboração de uma Minuta de Portaria Ministerial, que servirá como referencial axiomático e protocolar, regulamentando os requisitos técnicos, os quais deverão ser cumpridos pelas unidades federadas que receberam ou receberão repasses de recursos para aquisição de aeronaves, motivados pela manutenção da segurança operacional de voo e pelo alto valor agregado de investimento da União despendido na aquisição de aeronaves e no seu custeio.

Tais ações são importantes e preparatórias para criação de uma política nacional de aviação em Segurança Pública e não um plano específico.

Dentro das dez ações previstas nessa política, está a previsão para implementação de um projeto de aviação em Segurança Pública específico para os 11 Estados de Fronteira.

As principais dificuldades encontradas na implantação estão relacionadas ao efetivo reduzido nas Polícias Militares e Civis, nos Corpos de Bombeiros Militares e de Peritos, dificultando as ações de segurança pública nos municípios fronteiriços; ausência de políticas de pessoal adequadas para os profissionais de segurança publica que atuam nas fronteiras; infraestrutura precária, especialmente no Arco Norte e Central da fronteira (AP, AM, AC, PA, MT, MS, RR, RO); aviação de segurança pública precária e quase inexistente na fronteira, dificultando as ações de prevenção e repressão, bem como o transporte de emergência e deslocamento de profissionais de segurança pública nas ações operacionais na fronteira; transporte fluvial precário nos grandes rios amazônicos, especialmente Amazonas e Pará, dificultando a atuação dos órgãos de segurança publica nas diversas localidades desses Estados; dificuldades da Secretaria de Segurança Pública em articular as forças de segurança e apoio efetivo dos órgãos federais.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

Análise Situacional da Meta

O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) teve seus objetivos aprovados pelo Decreto nº 7.901/13 e pela Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013, do Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Política para as Mulheres. O plano foi fruto de um amplo e intenso processo participativo de trabalho, que reuniu a experiência e a inteligência de milhares de pessoas e profissionais envolvidos com o tema no Brasil e no exterior.

Com a aprovação do II Plano foi também instituído o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP, responsável pelo acompanhamento da implementação das 115 metas neste previstas, podendo propor ajustes técnicos e de prioridades, coletar, difundir e disseminar informação entre os organismos implementadores e para toda a sociedade.

O Decreto instituiu ainda o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que foi composto a partir da indicação de representantes dos Conselhos Nacionais que o compõem e da eleição de representantes da sociedade civil.

Os dois primeiros Relatórios de Progresso da Implementação do II PNETP foram lançados em 2013. Em sua primeira análise, verificou-se um saldo positivo no progresso das metas previstas para 2013. No entanto, o Ministério da Justiça tem verificado dificuldades para quantificar o cumprimento das metas devido ao atraso na customização do Sistema de Monitoramento, que provisoriamente exige uma sistematização manual de informações.

Os relatórios serão divulgados no site do Ministério da Justiça a cada ciclo quadrimestral de prestação de informações.

- **Fomentar a realização de 08 operações simultâneas e integradas em todos os arcos da fronteira (norte, sul e central) cordenadas pelos órgãos estaduais de segurança Pública - Plano Estratégico de Fronteiras.**

Análise Situacional da Meta

A partir das ações da Enafron em parceria com os Estados e baseado nas discussões e pacto ocorridos no Encontro de Interlocutores da Enafron e Secretários Executivos do GGIF/ Câmara Temática de Fronteira no Município do Chuí-RS, foi realizada a 1ª Operação Simultânea – GGI FRON nos dias 13 e 14 de dezembro de 2012 com a participação de dez Estados: Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apenas o Estado de Rondônia não participou desta ação integrada, que beneficiou um total de 139 Municípios fronteiriços que abrigam uma população de 5.682.953 de pessoas. Foi utilizado um efetivo total de 3.009 servidores da segurança pública e 696 viaturas empregadas. Vale ressaltar, entre outros alcances: foram recuperados 13 veículos, realizadas 129 prisões, apreendidas 11 armas de fogo, 777,726 kg de maconha, 35,3 kg de cocaína e 51 pedras de crack.

No ano de 2013, as Operações Simultâneas foram fomentadas pela realização da Operação Sentinela e de operações temáticas - ações voltadas para atividades em áreas especializadas, em que são convidadas outras instituições para trabalho conjunto e integrado. No referido ano somaram-se 11 operações integradas na região de fronteira, catalisadas por meio da utilização de mecanismos de gestão como reuniões técnicas realizadas em Cáceres-MT, Foz do Iguaçu-PR e Oiapoque-AP, eventos onde foram discutidas as principais ações estratégicas (inteligência, táticas e operacionais) para a realização de operações no primeiro semestre. Essa operação do primeiro semestre envolveu a participação direta dos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A operação foi desencadeada na semana anterior à Jornada Mundial da Juventude (JMJ) e o foco era proporcionar segurança aos milhares de pessoas que deslocavam em direção ao Estado do Rio de Janeiro. Em novembro foi realizada reunião técnica em Chapecó-SC. Diferentemente do 1º semestre, não foram realizadas ao longo do 2° semestre operações simultâneas envolvendo todos os Estados, fato provocado pela ocorrência dos jogos da Copa das Confederações, que redundaram num grande esforço dos órgãos de segurança pública, especialmente no que tange a diversas manifestações, que fizeram com que os entes

Plano Mais Brasil

federados focassem a realização de centenas de operações integrantes no âmbito de cada estado.
Quantidade alcançada

11
Data de Referência

31/12/2013

- **Implantação de 11 Sistemas de Radiocomunicação com abrangência em 140 municípios fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Devido à complexidade desse projeto, a discussão sobre sua implantação demandou muitos esforços entre os envolvidos durante os anos de 2012 e metade do ano de 2013. Porém, após essa fase de estruturação, definições, apresentação de propostas, ajustes, aprovação e celebração de convênios, os Estados estão iniciando a execução de fato dos convênios, preparando editais e demais medidas visando à estruturação dos Sistemas em diversos municípios de fronteira.

Os projetos aprovados em 2012 referentes aos estados AC, AP, MT, MS, PA, RO, RS e SC foram empenhados no final de 2012 e pagas em 2013. Em 2013 a segunda parcela desses convênios foram apenas empenhadas e aguardam liberação de pagamento. No caso das propostas aprovadas em 2013 dos estados AM, PR e RR foram empenhadas e pagas, com exceção do convênio do Paraná que aguarda liberação do respectivo pagamento.

Nas estimativas iniciais, o projeto teria uma amplitude de cobertura na área urbana de 140 municípios, porém, após a finalização das últimas propostas, o quantitativo previsto é de atingir 152 municípios, superior a meta prevista inicialmente. Importante mencionar que após a execução final do convênio, esse número pode sofrer alterações.

Principais realizações do período:
Desde 2012 foram celebrados 11 convênios com os Estados fronteiriços, sendo que 8 (AC, AP, MT, MS, PA, RO, RS e SC) em 2012 e 3 (AM, PR e RR) em 2013, bem como empenhos e pagamentos das parcelas dos convênios. Dessa forma, todas as UFs de fronteira, após a execução dos convênios, terão nas principais cidades fronteiriças sistemas de radiocomunicação digital criptografada.

Previsão de realização para o próximo período:
Acompanhamento dos convênios executados; empenho da terceira parcela dos convênios celebrados. Celebração de Acordo de Cooperação para integração da comunicação (torres, infraestrutura) com as polícias federais e Ministério da Defesa.

Arranjos de Gestão:
Articulação contínua tanto com os técnicos dos Estados quanto com os gestores da política pública, com a finalidade de proporcionar a integração da comunicação entre os Estados fronteiriços.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Deficiência dos projetos apresentados pelos entes federados, e em alguns casos houve atraso na aprovação das propostas, em razão de falhas na sua elaboração.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2013

- **Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A meta está composta por duas partes: a contratação da construção de 170 unidades e a contratação do projeto executivo para construção de 66 unidades. Em relação à primeira parte, não foi possível o atendimento, pois a empresa ganhadora da licitação do primeiro projeto abandonou o contrato, sendo necessária a contratação da segunda colocada no certame, o que acarretou o atraso e impossibilitou o término do projeto em 2013. A empresa remanescente encontra-se em fase de confecção do projeto executivo, cujo prazo de conclusão está previsto para fevereiro/2014.

Em relação à segunda parte da meta, o processo licitatório será realizado em 2014, com previsão de contratação no primeiro semestre do referido exercício. Pelo DPRF, também não houve a contratação e construção de qualquer unidade de próprios nacionais residenciais na fronteira.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantação de Sistemas de videomonitoramento em 64 municípios de fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

O projeto está seguindo seu curso conforme planejado. Após a publicação de portaria estabelecendo os parâmetros de financiamento, todos os estados fronteiriços apresentaram seus respectivos projetos, sendo devidamente aprovados, empenhados e pagos, com exceção do Estado do Pará que ainda aguarda liberação.

Após a conclusão de todos os projetos, a previsão inicial de abrangência do sistema que era de 64 municípios foi alterada para 77, em virtude do modelo de negócio apresentado pelo Governo de Santa Catarina, que buscou por meio de parcerias com municípios do oeste do Estado alcançar outras localidades que não estavam previstas anteriormente, sendo uma promissora iniciativa para expansão desses importantes sistemas.

Principais realizações do período: Celebração de 11 convênios, empenho e transferência de recursos para todos os estados de fronteira, visando iniciar as ações de implantação de sistemas de videomonitoramento em diversos municípios de fronteira.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantação do Diretório Nacional de Titulares de Marcas com o objetivo de facilitar o contato entre os servidores públicos que atuam no combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual e à sonegação fiscal deles decorrentes e o titular da marca registrada no INPI, na forma da Resolução nº 01 de 03 de maio de 2011 do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP)**

Análise Situacional da Meta

O desenho geral do projeto foi reelaborado por Grupo de Trabalho constituído no primeiro semestre de 2013. Entre outras alterações, houve a mudança do nome do projeto para "Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas".

O projeto foi lançado oficialmente no dia 03/12/2013, por ocasião do "Evento de Mobilização em Comemoração ao Dia Nacional de Combate à Pirataria". Em sua execução está contemplada a realização de projeto-piloto no Rio de Janeiro, sendo que, até junho de 2014, deverá ocorrer o cadastramento e a capacitação de agentes públicos da Secretaria da Receita Federal do Brasil, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, com ênfase nos 12 Estados cujas capitais sejam sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Plano Mais Brasil

Após a finalização do projeto-piloto e da primeira etapa, está prevista a ampliação do projeto, tendo como objetivo o cadastramento no Diretório de agentes de todos os estados da federação.

- **Implantação de 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) ou Câmaras temáticas de Fronteira no âmbito Estadual - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A integração entre as forças é um dos objetivos e diretrizes principais não apenas da Enafron, mas do Plano Estratégico de Fronteiras como um todo, inclusive mencionado em todos artigos do Decreto nº 7.496/2011, e levadas a efeito a partir de então.

Além das atividades destacadas nos arranjos de gestão, as ações dos GGIFs e CTs Frons merecem destaque e atenção especiais, visto que esses fóruns devem congregar todas as ações e iniciativas que tenham como objetivo a aproximação dos "atores das fronteiras", promovendo mecanismos de integração sistêmica e cooperação entre o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais.

No ano de 2013, houve uma movimentação e articulação dos GGIFs e CTs Frons e, conforme dados repassados pelos Estados, foram realizadas 120 reuniões. O Gabinete de Gestão Integrada que realizou a maior quantidade de reuniões de integração foi do Estado de Mato Grosso do Sul, com 53 reuniões no total, e isso se deve principalmente pelo formato escolhido, que é descentralizado em quatro polos regionais (Naviraí, Ponta Porã, Corumbá e Jardim), bem como pela priorização da própria Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado, servindo de bom exemplo a ser seguido pelos demais entes federados. Dos Estados que realizaram uma quantidade menor de reuniões, o Estado de Mato Grosso se destaca pelo êxito das ações cotidianas e integradas entre os órgãos federais, estaduais e municipais pela priorização extremamente relevante para essa temática de cooperação e colaboração.

Principais realizações do período

A meta foi cumprida, ou seja, já existem 11 GGIF's ou CTs Fronteiras implementados. Nesse contexto, acompanhou-se as ações realizadas por esses fóruns, que realizaram no segundo semestre 59 reuniões dos GGIF's nos 11 estados. Nessas reuniões, os gestores e operadores de segurança pública definiram as atividades a serem desenvolvidas, detalhando a responsabilidade de cada organismo participante em toda extensão da faixa de fronteira. Ainda no contexto do acompanhamento da implementação da política, em todos os aspectos, inclusive os GGIFs e demais ações, foi possível ainda, acompanhar, por meio de visitas técnicas, 50 reuniões nos municípios de fronteira no segundo semestre de 2013.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	51	unidade	11	30/06/2013

- **Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil**

Análise Situacional da Meta

Foram contratados, em 2013, 30 pontos de monitoramento via OCR, que estão sendo instalados com previsão de aditivo no contrato de mais 8 pontos de monitoramento, totalizando a quantia de 38 pontos instalados e em funcionamento até fevereiro do ano de 2014.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	66	unidade	30	31/10/2013

- **Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial compreende a aquisição de software, a ser desenvolvido junto com a empresa já contratada em 2013, nos moldes, termos e necessidades da PRF. O processo de desenvolvimento do software está em fase de execução e possui previsão de pleno funcionamento até março de 2014.

- **Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Foram modernizadas, em 2012, 14 unidades de inteligência policial, voltadas principalmente para a prevenção e repressão do tráfico de drogas.

Em 2013, foram inauguradas unidades do GISE (Grupo de Investigações Sensíveis), totalizando a modernização de 17 unidades em funcionamento na região de fronteira. Serão continuados os processos licitatórios para aquisição de equipamentos de investigação, informática, mobiliário e o restante do aparato de infraestrutura para possibilitar a estruturação de mais bases que compõem o referido projeto.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

30/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	21	unidade	17	30/12/2013

- **Modernização do Sistema de Interceptação de Sinais do Departamento de Polícia Federal**

Análise Situacional da Meta

O projeto do Sistema de Interceptação de Sinais (SIS), da Polícia Federal, contempla duas etapas de implantação. A primeira delas, que abrange a implementação das funcionalidades de interceptação telefônica, foi iniciada em abril de 2012 e encontra-se em fase de homologação para início de teste piloto, com aproximadamente 75% do esforço planejado para esta etapa concluído. A segunda etapa, que representa cerca de 40% do esforço total planejado para o projeto e envolve a implementação das funcionalidades de interceptação telemática e a integração com o e-Pol (sistema de inquérito eletrônico), tem previsão para início no segundo semestre de 2014.

- **Modernizar e ampliar os sistemas de emissão de passaporte, de controle de tráfego internacional e de registro de estrangeiros, incorporando os requisitos de segurança recomendados pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), destacando-se a utilização de mídia eletrônica para a gravação de dados biométricos do portador**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, dando continuidade à evolução dos sistemas utilizados na expedição de passaporte e no controle migratório, foram implementadas novas versões do Sistema Nacional de Passaportes (Sinpa) e do Sistema de Tráfego Internacional (STI), de caráter evolutivo e corretivo.

Em relação ao Sinpa, em junho 2013, foi implementada a versão 10.2 a qual, dentre outras funcionalidades, possibilitou o aumento da produtividade dos postos de expedição de passaporte mediante a separação das etapas de conferência dos dados biográficos e coleta biométrica, bem como finalizou a integração entre o Sistema de Controle de

Plano Mais Brasil

Emissão de Documento de Viagem do Ministério das Relações Exteriores, e o Sinpa, permitindo a consulta mútua às bases de dados.

No aprimoramento do controle migratório, concluiu-se o desenvolvimento do SATI, sistema que integrará o STI a qualquer solução de autoatendimento migratório (portais eletrônicos ou e-gates), aguardando-se a aquisição dos equipamentos pelos operadores aeroportuários.

No tocante ao Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (Sincre), o projeto foi subdivido em diversos ciclos de desenvolvimento, que representam partes funcionais do sistema Sincre 2. A primeira versão do sistema, cujo escopo foi reduzido para propiciar a entrada em produção no início de 2014, encontra-se em fase de homologação. Foi finalizada, em dezembro de 2013, a aquisição dos equipamentos referentes à renovação do Parque PROMASP (Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro), cuja entrega em todo o Brasil se dará a partir de março de 2014.

- **Modernizar e reestruturar 512 unidades operacionais das polícias estaduais dos 11 estados fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Os estados estão executando os convênios celebrados. A partir das reuniões de monitoramento realizadas no primeiro semestre, foi possível avaliar que por intermédio dos investimentos realizados em 2011 e 2012, já foram aparelhadas 250 unidades operacionais na faixa de fronteira, em investimentos celebrados de mais de R$ 186,5 milhões. Em 2013, no período entre janeiro e setembro, foram realizadas 176 visitas técnicas em municípios localizados na faixa de fronteira, especialmente na linha e cidades gêmeas, visando acompanhar e monitorar a implementação da política, assim como verificar a estrutura existente em cada município, o emprego operacional dos bens adquiridos em virtude de convênios celebrados com a Secretaria Nacional de Segurança Pública; o funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras no fortalecimento da cooperação e integração na faixa de fronteira.

Previsão de realização para o próximo período:
Início dos procedimentos licitatórios para aquisição de 14.000 coletes e 7.000 pistolas, no contexto do projeto de aparelhamento dos órgãos de segurança pública nas fronteiras (2014), sendo que a distribuição dos equipamentos considera o número de profissionais de segurança pública lotados na faixa de fronteira;

Arranjos de Gestão:
Criação do Comitê Executivo da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), com a finalidade de avaliar e monitorar constantemente as ações internas da Senasp no âmbito dos projetos e ações da Enafron; monitorar os investimentos realizados nos 11 Estados de fronteira e propor ações e ferramentas de gestão junto aos Estados e municípios de fronteira; com vistas a instituir um órgão de discussão permanente sobre os assuntos relativos à Fronteira; criação de compêndio de procedimentos operacionais para subsidiar a atuação policial na Região de Fronteira; acompanhamento, monitoramento e fortalecimento da Enafron, que envolvem a aplicação dos recursos e equipamentos nas regiões pactuadas.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Efetivo reduzido nas Polícias Militares e Civis, no Corpo de Bombeiros Militares e de Peritos, dificultando as ações de segurança pública nos municípios fronteiriços; ausência de políticas de pessoal adequadas para os profissionais de segurança pública que atuam nas fronteiras; infraestrutura precária, especialmente no Arco Norte e Central da fronteira (AP, AM, AC, PA, MT, MS, RR, RO); dificuldade na execução dos investimentos, devido aos inúmeros entraves burocráticos referentes a processos licitatórios; demora nas eventuais reformulações de planos de trabalhos dos convênios; dificuldades técnicas dos Estados na elaboração de projetos.

Quantidade alcançada

250

Data de Referência

30/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	512	unidade	250	30/12/2013

- **Realizar 01 pesquisa sobre segurança pública nos 11 Estados de Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras encontra-se inserida no primeiro eixo estruturador da Estratégia de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), constituindo hoje o principal levantamento nacional sobre a configuração da violência e da criminalidade nos municípios situados na faixa de fronteira brasileira, bem como sobre a infraestrutura logística e de pessoal existente nessas localidades para o enfrentamento desses fenômenos. O objetivo é que este extenso trabalho de pesquisa ajude a orientar e direcionar investimentos na área de segurança pública nos municípios da faixa de fronteira brasileira, assim como, em um segundo momento, que essa massa de informações seja utilizada também para avaliar a eficiência e a eficácia dos programas e projetos custeados com tais recursos.

O universo da pesquisa são os 588 municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil com os demais países e territórios da América do Sul. O diagnóstico é estratificado em três níveis. O primeiro abarca todo o universo e será realizado a partir de fontes secundárias de informação. O segundo compreende uma amostra de 178 municípios, unidades administrativas que ocupam posição estratégica na faixa de fronteira e consideradas mais vulneráveis aos problemas de segurança pública que se pretende diagnosticar. Por fim, no terceiro nível da pesquisa, que abarca 55 municípios, inclusive as chamadas cidades gêmeas, foi realizada uma pesquisa de campo mais aprofundada não apenas sobre a estrutura institucional de segurança pública e os fenômenos da violência e criminalidade, mas também sobre a dinâmica de mercados ilegais e fluxos de pessoas e mercadorias.

O projeto foi desenvolvido em parceria com universidades federais dos Estados de fronteira, sendo que a Coordenação Nacional é da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ), contando também com a participação do Grupo RETIS (Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ).

A estruturação metodológica, os trâmites institucionais para que a parceria fosse concretizada e a seleção dos mais qualificados pesquisadores das universidades percorreu todo ano de 2012. Em 2013, o trabalho de campo da pesquisa teve início em fevereiro e encerrou-se em outubro, após coleta de dados qualitativos e quantitativos em uma amostra de 178 municípios da faixa de fronteira brasileira e análises de dados espaciais dos 588 municípios existentes na faixa de fronteira.

A UFRJ já apresentou dois relatórios parciais sobre o diagnóstico. No final de novembro de 2013, representantes da UFRJ participaram do IX Encontro Técnico da Enafron em Chapecó, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, visando integrar e compartilhar experiência com gestores do Ministério da Justiça e dos Estados de fronteira envolvidos diretamente com a política em todas as regiões de fronteira do Brasil, bem como alinhar as estratégias de avaliação e relatoria final dos trabalhos, que concentra milhares de informações sobre diversos assuntos e em diversos ângulos sobre a fronteira brasileira, previsto para o 1º semestre de 2014.

Principais realizações do período:

Em continuidade ao Termo de Cooperação Técnica celebrado em 2012 com a UFRJ (Retis e NECVU) para realização da pesquisa nos 11 estados de fronteira (em parceria com diversas outras universidades federais), no segundo semestre

Plano Mais Brasil

de 2013 a pesquisa de campo e coleta de dados foram encerradas, produzindo um banco de dados preliminar composto por 564 questionários, 279 entrevistas em profundidade, 41 grupos focais e diversas outras informações coletadas no decorrer da pesquisa. Foram apresentados pela UFRJ dois relatórios parciais sistematizados (NEVCU e RETIS) de todos os trabalhos realizados e impressões preliminares das questões atinentes a segurança pública nas regiões de fronteira, que será a base para construção do relatório final e conclusão da pesquisa.

- **Realizar 5.314.891 ações de fiscalização de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações nas fronteiras no período de 2012 a 2015**

Análise Situacional da Meta

Dados referem-se a abordagem de pessoas, veículos e embarcações, fornecidos pelos estados RS, SC, PR, MT, MS, RO, AC, AM, RR, AP e PA, que fazem parte da Enafron.

Ressalte-se que essa meta é plenamente compartilhada com as ações dos órgãos federais (DPF, DPRF, Receita Federal, Força Nacional, Forças Armadas etc) visto que Polícias Militares e Civis, Perícia e Bombeiros atuam cotidianamente em todos os 588 municípios da fronteira brasileira, sendo que a sistematização desses dados requer um esforço concentrado por parte dos Estados.

A Polícia Federal Fiscalizou 8.000.000 pessoas no período de 2012 e 2013, relativo ao número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional. As consultas ao Sistema de Tráfego Internacional informam que foram realizados 21.000.000 registros de movimentos migratórios no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Anota-se que, desse total, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013, cerca de 3,4 milhões de registros foram realizados nos postos de controle localizados na zona de fronteira terrestre.

Os Estados de fronteira, por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) e Câmaras Temática de Fronteiras, em conjunto com as polícias militares e civis, bem como unidades especializadas de fronteira, como o Departamento de Operações de Fronteira - DOF em MS, Grupo Especial de Fronteira - GEFRON no MT, Batalhão de Fronteira no PR, além de todas as unidades operacionais existentes na faixa de fronteira em ações de prevenção e repressão a criminalidade e violência, obtiveram os seguintes resultados:

- embarcações abordadas: 9.355
- veículos abordados: 5.892.491
- pessoas abordadas: 15.573.390
- pessoas presas em flagrante: 34.351 (somente em 2013, este dado não foi contabilizado em 2012).

Quantidade alcançada

21.509.587

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem como finalidade induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública; planejar, pactuar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de educação e valorização, nos

níveis gerencial, técnico e operacional, dos profissionais de Segurança Pública em cooperação com as Unidades da Federação. Capacitar e valorizar se constituem em importantes ações capazes de propiciar mudança nos operadores e nas instituições de segurança pública, levando-os a avaliar as possibilidades de crescimento em suas atividades profissionais na perspectiva de prestar melhores serviços à população, aprendendo a aplicar efetivamente os conhecimentos adquiridos e, por conseguinte, incentivando-os a buscar atualização profissional. No campo da valorização profissional, considerando-se as jornadas extenuantes, o risco inerente e os elevados índices de vitimização, objetiva-se que as ações promovam melhores condições de trabalho e atenção às demandas dos profissionais e respeito aos seus direitos, impactando positivamente no serviço prestado à população.

No ano de 2013 foram realizados cursos em todos os 26 Estados e no Distrito Federal, beneficiando os profissionais da Conportos, da Força Nacional de Segurança Pública, do Plano Estratégico de Fronteiras, do Brasil Mais Seguro e dos profissionais de segurança pública de Estados, municípios e Distrito Federal, sendo possível capacitar 15.875 profissionais de segurança pública por meio de cursos na modalidade presencial. Os cursos realizados em 2012 e 2013 beneficiaram o total de 23.927 profissionais de segurança pública nessa modalidade.

Na modalidade de cursos a distância, foram capacitados 263.929 profissionais de segurança pública em 2013. Desde 2005, a Rede Nacional de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) cadastrou para capacitação 594.550 profissionais de segurança pública. O alcance dos números de profissionais capacitados na modalidade a distância, acima mencionados, consiste na estratégia de consolidação da Rede EAD-Senasp por meio da integração das ações de educação das instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais.

A Rede EAD-Senasp disponibilizou nove cursos novos nas áreas de Crimes Cibernéticos – Procedimentos Básicos, Condutores de Veículos de Emergência, Inglês II e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Por meio dos cursos, almeja-se elevar a capacidade de atuação dos agentes de segurança pública. No biênio 2012-2013, foram oferecidos 16 novos cursos.

Para a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron) em 2013, destaca-se a realização da 3ª e da 4ª edição do Curso de Unidades Especializadas de Fronteira – Multiplicador (56); do Curso de Gestão de Políticas de Segurança Pública nas Fronteiras (36) e diversos outros cursos que capacitaram 738 policiais, totalizando 830 capacitações.

Uma importante iniciativa refere-se à meta que trata da inclusão da temática racial na formação dos agentes de segurança pública e privada, que está sendo efetivada por meio de várias ações, dentre as quais pode-se destacar a inserção desta temática na versão atualizada da Matriz Curricular Nacional, onde o tema está abordado de forma transversal no eixo articulador "Diversidade Étnico Sócio Cultural, Conflitos e Segurança Pública". Ademais, na aprovação dos novos cursos presenciais e a distância da Senasp, a questão racial está sendo incorporada transversalmente. Outra ação é a conclusão das seguintes pesquisas em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud): Compêndio sobre segurança pública nas fronteiras, contendo procedimentos de atuação dos órgãos de segurança pública; Indicadores de Educação em Segurança Pública: Construção de um sistema de monitoramento e avaliação de indicadores de educação em segurança pública; Caderno Temático de Referência em Investigação de Drogas Ilegais; Racismo no contexto das Instituições de Segurança Pública; e Caderno Temático de Referência em Investigação de Homicídios.

Os resultados desses estudos são utilizados para a elaboração e publicação de diretrizes que visam subsidiar a adoção de políticas públicas voltadas à educação e valorização dos profissionais de segurança pública. Destaca-se, ainda, a conclusão do estudo para elaboração das diretrizes voltadas para os agentes de segurança pública que atuam nas fronteiras – Política de Pessoal –, conforme o projeto prioritário Enafron, contribuindo para a fixação dos policiais e

aprimorando as ações de enfrentamento aos crimes fronteiriços.

Em 2013, todos os Estados aderiram ao programa Crack, É Possível Vencer. Foram disponibilizados três módulo de curso:
1.Módulo I – Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária para o programa Crack É Possível Vencer;
2.Módulo II - Tópicos especiais em policiamento e ações comunitárias - Redes de atenção e cuidado;
3.Módulo III - Tópicos especiais em policiamento e ações comunitárias - Abordagem policial a pessoas em situação de risco.

O projeto de ampliação e consolidação da Rede Nacional de Altos Estudos de Segurança Pública (Renaesp) está em execução, tendo resultado na seleção de 22 cursos, sendo 16 em instituições federais, 5 em estaduais e 1 municipal. Os Estados de Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe, Tocantins, Rondônia e o Distrito Federal, disponibilizaram o curso no primeiro semestre de 2013, oferecendo 880 vagas para qualificação dos profissionais de segurança pública em nível de especialização. Dentro do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), existente há vários anos, foi criada para o exercício de 2013 a meta "capacitação de 3.240 novos policiais militares para atuarem nas escolas - Programa "Crack, é possível vencer", capacitando no período de 2012 a 2013, 970 profissionais, sendo um trabalho preventivo, o que foca o atendimento de alunos do 5º ao 7º ano do ensino fundamental.

Em relação à conexão com outras políticas públicas, destaca-se no contexto do programa Crack, é possível vencer, que se propõe a induzir a integração entre as redes de saúde, de assistência social, de segurança pública, de educação e do sistema de garantia de direitos, nos diferentes níveis de governo e com a participação da sociedade civil. Em outras palavras, a estratégia de governança do programa abrange a articulação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, em campos temáticos específicos, com suas características, práticas a atores, cuja interseção é o alinhamento, conceitual e de processos, sobre uma política de drogas. Inclusive, a formatação do Módulo II da capacitação para os profissionais de segurança pública atende às necessidades conceituais de integração das redes.

Dentre os órgãos das três esferas de governos que estão contribuindo para o alcance do objetivo, estão as participações da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), Secretarias de Estado da Segurança Pública, Polícias Militares, Guardas Municipais, Polícias Civis, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, contemplando na formação dos profissionais de segurança pública todos os eixos do Programa – Cuidado, Autoridade e Prevenção.

Em razão da complexidade do programa Crack, é possível vencer, algumas dificuldades foram encontradas no cumprimento de metas que integram este objetivo: Primeiramente, cabe destacar o ineditismo da proposta de formação dos profissionais de segurança pública, que estão sendo capacitados para esse tema pela primeira vez na sua vida profissional, em conhecimentos acerca das políticas de saúde e assistência social, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo que os docentes são indicados pelas respectivas temáticas. Outras dificuldades dizem respeito à disponibilização de profissionais com perfil adequado para atuação no programa; disponibilidade para capacitação dos profissionais nas 160 horas-aula; resistência diante do tema de polícia comunitária em determinados contextos; processo de mobilização dos discentes juntos a diferentes instituições; excesso de atividades de capacitação, em razão das atividades formativas voltadas aos grandes eventos; dificuldades na definição entre Estado e município quanto ao ente que irá receber os equipamentos; dificuldade de integração das políticas públicas. Todavia, várias medidas foram adotadas com vista a sanar tais dificuldades, especialmente no que concerne à mobilização dos Comitês Gestores estaduais e municipais, responsáveis pela implementação e monitoramento do programa.

Outros aspectos foram identificados na execução das atividades relacionadas a este objetivo, tais como: necessidade conciliar os calendários das missões e cursos; logística insuficiente para atender as demandas; entraves burocráticos dos processos licitatórios; suspensão das atividades dos cursos em razão do emprego do efetivo em grandes eventos; problemas na liberação dos profissionais de segurança pública discentes pelos seus comandos; e falta de estrutura adequada para realização das capacitações, entre outros.

Metas 2012-2015

- **Capacitação de 3.240 novos policiais militares do PROERD para atuarem nas escolas - Plano Crack, é Possível Vencer.**

Análise Situacional da Meta

O apoio aos estados é formalizado por meio de Acordos de Cooperação Técnica firmados com as Polícias Militares, por meio da realização de cursos de capacitações específicos (mentores e instrutores) para que policiais militares desenvolvam as ações em escolas. O curso disponibiliza material didático e pagamento de hora/aula para professores, assim como certifica a conclusão desses cursos.

Em 2013, foram disponibilizados os cursos Nacional de Formação de Instrutores do Proerd, com carga horária de 80 h/a, e o Nacional de Formação de Mentores do Proerd, com carga horária de 40 horas-aula. Além disso, foi realizado o Workshop Nacional para Atualização de Mentores do Proerd, com a participação de 69 alunos de todos os Estados e o Distrito Federal, o qual foi conduzido por representantes do Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E) americano.

Por outro lado, foi constituído o Grupo de Trabalho para tratar da supervisão pedagógica do Proerd, cuja finalidade e o objetivo é padronizar e unificar a metodologia de atuação dos supervisores pedagógicos nos cursos nacionais de formação de instrutores e mentores do Proerd, bem como a formatação das respectivas estruturas curriculares utilizadas na habilitação desses profissionais, devidamente orientadas pela Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.

Tendo sido concretizada a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao Programa, iniciou-se a formalização de Acordos de Cooperação Técnica para a realização de capacitações para o Proerd. Ao final do ano, foram formados policiais militares de todos os Estados e do Distrito Federal, nos cursos citados. Contudo, houve casos em que a pactuação foi prejudicada por alterações nas gestões das instituições, o que impediu a realização dos cursos em 2013. Em algumas situações, a pactuação projetou o inicio das ações para 2014.

Previsão de realização para o próximo período:
Será realizado o III Encontro Nacional dos Coordenadores Estaduais do Proerd para proporcionar o alinhamento das ações conduzidas pela Senasp e que se dirigem ao Proerd nos Estados. Além disso, haverá simpósios durante o Encontro para os técnicos dos diferentes Estados e do Distrito Federal compartilhem experiências.

Arranjos de Gestão:
Para execução da meta as parcerias são realizadas com as Secretarias de Segurança dos Estados e dos Municípios. Além disso, a execução dos cursos do Proerd torna imprescindível a participação das secretarias municipais e estaduais de educação, tendo em vista a articulação para os estágios práticos dos cursos de formação dos policiais e, posteriormente, a designação de turmas de alunos para as respectivas escolas.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Em relação ao programa Crack, é possível vencer, destaca-se, ainda, a resistência à sua proposta de atuação articulada entre as redes de atenção e cuidado aos usuários de substâncias psicoativas.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

970

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 250.000 profissionais de segurança pública na modalidade a distância nas temáticas da área**

Análise Situacional da Meta

A Rede EAD-Senasp efetivou 341.138 aprovações em 2012. No ano de 2013, obteve-se 263.929 aprovações. Este número é bastante expressivo, denotando que a Rede EAD-Senasp configura-se como uma importante ferramenta para promover a capilarização da capacitação continuada aos profissionais de segurança pública, independente das limitações geográficas, sendo a maior rede gratuita de ensino a distância em segurança pública no país.

Há que se observar uma redução nas aprovações nos últimos ciclos. Contudo, é oportuno esclarecer que mesmo diante deste decréscimo, este número ainda é expressivo no contexto de capacitações por educação a distância. Além disto, verifica-se que os objetivos de capacitação têm sido alcançados, pois desde a implementação da Rede EAD-Senasp, foram efetuadas 2.818.935 matrículas, sendo 594.550 cadastros realizados. Com efeito, ao analisarmos os números, constata-se que a meta prevista já foi atingida, antes dos exercícios de 2014 e 2015.

Previsão de realização para o próximo período:
Cabe ressaltar que no primeiro semestre de 2014 está prevista a realização de mais um ciclo de capacitação, com previsão de 120.000 aprovações em todos os entes federados.

Arranjos de Gestão:
Celebrados acordos de cooperação técnica com os Estados e iniciados com os municípios integrantes da Rede EAD-Senasp, bem como mantidos com Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Departamento Penitenciário Federal, com vistas à manutenção da Plataforma da Rede EAD-Senasp.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Houve dificuldades relativas ao pagamento da gratificação por encargo de curso aos tutores da Rede EAD- Senasp, cerca de 2.400 profissionais, tendo em vista a grande quantidade de pagamentos.

A Rede EAD-Senasp, ao longo desses 10 anos, vem se desenvolvendo com uma ferramenta muito importante no processo de capacitação dos profissionais de segurança pública de todo o país. É importante salientar que todos os estados da federação participaram efetivamente dos cursos disponibilizados, demonstrando dessa forma, a adesão e a credibilidade neste projeto.

Quantidade alcançada

605.067

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 8.400 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas, por meio de Bases Móveis, com formação em policiamento de proximidade, resolução não violenta de conflitos, uso de tecnologias de menor potencial ofensivo e conhecimento das redes de atenção e cuidado para usuários de drogas.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram capacitados 3.417 profissionais de segurança pública, sendo que no ano de 2012, este número foi de 933 profissionais, totalizando 4.350.

As capacitações abrangem três módulos:

Módulo I - Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária para o programa Crack é possível vencer, com carga horária de 80 horas/aula, cujo objetivo é capacitar profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso crack e de outras drogas para desenvolverem ações de segurança pública orientadas pela filosofia de polícia comunitária;

Módulo II - Tópicos especiais em policiamento e ações comunitárias - Redes de Atenção e Cuidado, com carga horária de 40 horas/aula, cujo objetivo é capacitar os profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso de crack e de outras drogas, de forma que possam reconhecer as redes de atenção, prevenção e cuidado e o seu papel neste cenário; e

Módulo III - Tópicos especiais em policiamento e ações comunitárias - Abordagem policial a pessoas em situação de risco, com carga horária de 40 horas/aula, cujo objetivo é potencializar a capacitação dos operadores de segurança pública que atuarão nas cenas de uso e tráfico de drogas, no que tange ao emprego racional e adequado das tecnologias de menor potencial ofensivo, vislumbrando esse emprego baseado nos princípios que regem as ações policiais, sobretudo, o principio da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da necessidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, da defesa dos direitos humanos.

Previsão de realização para o próximo período:

Concretização da adesão de todos os Estados ao Programa Crack, é possível vencer, continuação das capacitações com a organização das turmas de formação, tendo no máximo de 50 profissionais, com os coordenadores de polícia comunitária dos Estados.

Arranjos de Gestão:

Em relação à conexão com outras políticas públicas, destaca-se no contexto do programa Crack, é possível vencer, a proposta de induzir a integração entre as redes de saúde, de assistência social, de segurança pública, de educação e do sistema de garantia de direitos, nos diferentes níveis de governo e com a participação da sociedade civil. Em outras palavras, a estratégia de governança do programa abrange a articulação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em campos temáticos específicos, com suas características, práticas a atores, cuja interseção é o alinhamento, conceitual e de processos, sobre uma política de drogas. Inclusive, a formatação do Módulo II, para capacitação para os profissionais de segurança pública atende às necessidades conceituais de integração das redes.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Primeiramente, cabe destacar o ineditismo da proposta de formação dos profissionais de segurança pública, que estão tendo, pela primeira vez na sua vida profissional, conhecimentos acerca das políticas de saúde e assistência social, por meio do SUS e SUAS, sendo que os docentes são indicados pelas respectivas temáticas. Muito embora se tenha a compreensão da imprescindibilidade de complementaridade das políticas públicas, a necessidade de uma cotidiana integração altera padrões de procedimentos dos profissionais de segurança pública, os quais, muito embora não sejam efetivos no enfrentamento, resultam na necessidade de um maior engajamento e responsabilização dos profissionais de segurança pública que atuarão no Programa.

Há também dificuldade de realização de turmas concomitantes nos Estados, em razão da necessidade do desenvolvimento das atividades corriqueiras de policiamento dos profissionais de segurança pública, assim como a demanda existente para capacitação dos profissionais de segurança pública das cidades sedes da Copa do Mundo 2014.

Quantidade alcançada

4.350

Data de Referência

31/12/2013

- **Construção de diretriz sobre a Politica de Pessoal para os profissionais dos órgãos estaduais de Segurança**

Plano Mais Brasil

Pública que atuam na Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras

Análise Situacional da Meta

Foi contratada, em parceria com o Pnud, consultoria especializada que realizou, entre setembro de 2012 e maio de 2013, estudo com a finalidade de elaboração da Política de Pessoal para os profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira. A pesquisa foi realizada de acordo com as seguintes etapas: 1) levantamento e análise da bibliografia nacional e internacional acerca dos principais problemas enfrentados pelos servidores de segurança pública das regiões de fronteira, bem como da legislação relacionada à política de pessoal existente, em âmbito federal e estadual, abrangendo, além das instituições estaduais e municipais de segurança pública, a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica; 2) mapeamento e sistematização das principais demandas dos operadores de segurança pública de fronteira, com base em entrevistas e questionários individuais e institucionais - os instrumentos de pesquisa foram validados pelos gestores e operadores estaduais de segurança pública que atuam na fronteira em Reunião Técnica realizada em Chuí (RS); 3) construção de proposta de minuta de portaria contendo as diretrizes da política de pessoal para servidores de segurança pública estaduais que atuam nas fronteiras - a minuta de portaria foi validada pelos gestores e operadores estaduais de segurança pública em Reunião Técnica, realizada em Brasília (DF); 4) elaboração de caderno técnico com os principais resultados da pesquisa e a portaria com as diretrizes da política de pessoal.

A portaria com as diretrizes da política de pessoal foi publicada no DOU de 21/11/2013, objetivando a melhoria das condições de trabalho e fixação do efetivo nessas localidades.

Também no segundo semestre de 2013, foi realizada a edição e revisão do Caderno Técnico da Política de Pessoal, bem como a diagramação do mesmo.

Previsão de realização para o próximo período:

- Impressão e divulgação do Caderno Técnico contendo os resultados da pesquisa e as Diretrizes da Política de Pessoal para os profissionais de segurança pública que atuam na fronteira.
- Pactuação junto aos 11 Estados de fronteiras para implementação progressiva das Diretrizes contidas na Portaria.

Arranjos de gestão:

Com vistas à implantação das diretrizes pelos Estados fronteiriços foi definida a participação de um membro da equipe do Projeto Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública nos 3 Encontros Técnicos da Enafron que serão realizados durante 2014. Esses encontros contam com a participação de representantes dos 11 Estados de fronteira e possibilitam a verificação do andamento da execução de convênios, operações policiais, dentre outros. Assim, esses encontros passarão a contar com momentos de pactuação específica com cada um dos Estados para implementação progressiva das Diretrizes da Política de Pessoal, contidas na Portaria 136/2013.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Durante a pesquisa a ausência de dados e informações sobre medidas de incentivo e fixação dos profissionais de segurança pública na região de fronteira; e
- Após a divulgação das diretrizes, o grande desafio é a pactuação de adesão dos Estados para implementação das estratégias propostas.

- **Disponibilizar 20 novos cursos na Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EAD)**

Análise Situacional da Meta

Lançamento de 9 novos cursos em 2013, sendo três no Ciclo 27, dois no Ciclo 28 e quatro no Ciclo 29.

Ciclo 27:

• Investigação de Homicídios II;
• Balística Forense Aplicada; e
• Redação Técnica.

Ciclo 28:
• Prevenção da Letalidade em Crianças e Adolescentes; e
• Segurança Contra Incêndio.

Ciclo 29:
• Crimes Cibernéticos - Procedimentos Básicos;
• Condutores de Veículos de Emergência;
• Inglês II; e
• Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

A meta vem sendo executada dentro da previsão inicial e deverá ser ultrapassada até o final do PPA.

Previsão de realização para o próximo período:
Lançamento de 4 novos cursos para o ciclo 30, 3 destinados inicialmente para tutores - Cursos de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas; Sistema de Comando de Incidentes 2 e Bombeiro Educador - e um curso revisado, já disponibilizado para os alunos (Português Instrumental – Versão Atualizada).

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Não cumprimento do prazo de entrega do material pelos conteudistas, considerando que vários deles são profissionais renomados que cumprem agenda pessoal intensa e não possuem um contrato com a Senasp, que os obrigue a cumprir o prazo estipulado.

Alteração do quadro de profissionais da empresa contratada, o que demandou um período de adaptação das rotinas quanto da transposição do conteúdo no novo padrão de cursos, bem como da adequação da metodologia voltada para construção das identidades visuais dos cursos da Rede EAD-Senasp. Contudo, essa dificuldade não gerou prejuízo para execução do contrato.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2013

- **Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizados 201 cursos, que disponibilizaram o total de 10.810 vagas nas capacitações presenciais executadas de forma direta. Foi publicado o edital de chamada pública nº 02/2013, para projetos sobre educação e promoção de melhoria da saúde e das condições de trabalho dos guardas municipais. Este edital foi conjunto, abrangendo as áreas de ensino e valorização profissional.

Os municípios de Contagem (MG), Santo André (SP), Campo Grande (MS), Limeira (SP), Piracicaba (SP), Paulista (PE), Foz do Iguaçu (PR), Guaranhuns (PE), Araçatuba (SP), Indaiatuba (SP), Cascavel (PR), Vitória (ES), Guarulhos (SP), São Miguel dos Campos (AL), Barueri (SP), Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), Palmas (TO), Campinas (SP), foram contemplados no Edital 02/2013, totalizando o repasse de R$ 8.404.198,00 e a oferta de aproximadamente 5.065 vagas em cursos pactuados, tendo como público os profissionais das guardas municipais.

Plano Mais Brasil

Ressalta-se que no segundo semestre de 2013 foram realizados 6 novos cursos destinados aos profissionais de perícia, nas temáticas de gestão da criminalística, necropapiloscopia, confronto balístico, fotografia forense, operação de cromatógrafo e perícia em local de crime integrado com balística, laboratório, papiloscopia e medicina legal. Os cursos presenciais realizados atendem as demandas do programa Brasil Mais Seguro, o qual busca a redução de índices relativos a criminalidade violenta, e da Enafron.

Previsão de realização para o próximo período:
- Garantir 15.591 vagas em 215 cursos, destinadas aos profissionais estaduais e municipais de segurança pública.
- Dar continuidade às ações de capacitações, fortalecendo os cursos voltados para os operadores, uma vez que no primeiro semestre de 2013 o foco estava na consolidação do processo de capacitação dos multiplicadores.
- Revisar e atualizar as institucionalizações e ementas dos cursos existentes em atenção aos programas prioritários Brasil Mais Seguro e Enafron; e
- No projeto Brasil Mais Seguro serão criados novos cursos específicos para peritos e na Enafron serão desenvolvidas ações nos campos de policiamento ambiental, policiamento rodoviário, gestão de projetos, assuntos internos e corregedoria, além de atualizar a institucionalização do curso de policiamento em vias hídricas;

Arranjos de Gestão:
- Foram realizadas ações conjuntas das Secretarias de Segurança Pública Estaduais e do Distrito Federal, com o Federal Bureau of Investigation (FBI), Embaixada Americana e Ministério da Defesa para realização dos cursos de “Gestão de Políticas de Segurança Pública nas Fronteiras”, “Investigação de Crime Organizado”, “Investigação de Homicídios”, “Análise de Inteligência Criminal”, e "Assuntos internos e corregedoria", dentre outros.
Ainda é digna de nota a integração entre as forças estaduais de segurança pública, o Exército Brasileiro, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, haja vista que as capacitações proporcionam indispensável troca de experiências entre os profissionais dessas instituições.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Necessidade de identificação de um corpo docente especializado; necessidade de conciliar os calendários das missões e cursos; logística insuficiente para atender as demandas; suspensão das atividades dos cursos em razão do emprego do efetivo em grandes eventos; infraestrutura insuficiente da Base da Força Nacional, no Rio de Janeiro, onde foram realizadas as instruções da 4ª Readaptação para Grandes Eventos, voltada para a Jornada Mundial da Juventude, devido o grande quantitativo de alunos; infraestrutura insuficiente da base do Gama da Força Nacional no Distrito Federal, tendo em vista a grande quantidade de alunos em turmas que ocorreram de forma concomitante.

Quantidade alcançada

23.927

Data de Referência

31/12/2013

- **Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada**

Análise Situacional da Meta

Criada em 2003, a Matriz Curricular Nacional (MCN) é um referencial teórico-metodológico concebido para subsidiar o planejamento e avaliação das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública (policiais civis e militares e bombeiros militares).

Após ser avaliada junto aos gestores, técnicos e professores das Instituições de Ensino de Segurança Pública de todo o país, realizou-se no período de 2011 a 2012 o trabalho de revisão da MCN. Por ser um documento de abrangência nacional e exigir a construção de consenso, privilegiou-se na metodologia adotada a participação de diversos atores,

com notório saber e ou especialização técnica, envolvidos no processo de formação dos profissionais da Área de Segurança Pública.

Em 2013, foi concluída a nova versão da MCN que, além de manter sem alteração a dinâmica dos eixos articuladores, áreas temáticas e a orientação pedagógica – pois foram muito bem avaliadas –, passou a incluir em seu texto original, dentre outros pontos a criação da disciplina "Diversidade Étnico Sociocultural", a partir da proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho Segurança Pública e Promoção da Igualdade Racial, e a implementação da transversalidade desta temática, considerando a importância de propiciar o enfrentamento à violência contra a juventude negra, bem como a mediação de conflitos e o combate ao racismo institucional.

Nesse diapasão, no segundo semestre de 2013, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos, com o Departamento de Polícia de Miami, e com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), foi realizado um workshop com o tema "A Abordagem Policial e a Promoção da Igualdade Racial", visando a construção de um curso sobre a temática "Diversidade Étnicosociocultural", com a participação de policiais brasileiros, norte-americanos e representantes da sociedade civil.

Além disso, foram finalizadas, no segundo semestre de 2013, duas pesquisas no âmbito do Projeto Pensando a Segurança Pública, pela Universidade de Brasília e pela Universidade Federal de São Carlos, com o tema "Segurança Pública e Questões Raciais", cujo objetivo é aprimorar o tratamento do tema nas ações de educação profissional direcionadas às instituições de segurança pública.

No segundo semestre, em julho, foi realizado o II Encontro de Áreas Educativas com a participação dos gestores das instituições de ensino de segurança publica estaduais.

Previsão de realização para o próximo período:
- Publicação da nova versão da Matriz Curricular Nacional contemplando a temática de promoção da igualdade racial;
- Realização do Seminário sobre a Abordagem Policial e a Promoção da Igualdade Racial;
- Publicação, no âmbito do Projeto Pensando a Segurança Pública, do diagnóstico da pesquisa "Segurança Pública e Questões Raciais".

- Arranjos de Gestão:
- Foram realizadas ações conjuntas das Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, Seppir e Embaixada dos Estados Unidos.

- **Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública**

Análise Situacional da Meta

A integração da Rede EAD-Senasp ocorre em todos os níveis de governo, abrangendo todos os profissionais de segurança pública interessados em realizar os cursos disponíveis. Esta integração vem ocorrendo por meio da oferta de curso da Rede EAD-Senasp na modalidade Academia, ou seja, as instituições estaduais e municipais de segurança pública incorporam os cursos às estruturas curriculares dos cursos de formação ou aperfeiçoamento estaduais.

No ano de 2012, houve 15.491 aprovações em cursos no módulo Academia com a adesão de 11 Estados (Acre, Alagoas, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, Rondônia, Tocantins e São Paulo), do Distrito Federal e das Guardas Municipais de Guarulhos (SP), São Paulo (SP) e Piracicaba (SP). Também foram oferecidos cursos com profissionais da Força Nacional de Segurança Pública.

Plano Mais Brasil

No ano de 2013, após divulgação junto às instituições de segurança pública no V Encontro de Tutores Master e III Encontro de Áreas Educativas realizado em Brasília, elevou-se para 23.571 o número de aprovações no módulo Academia. Além disso, contabilizou-se a participação de 15 Estados (Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Tocantins), do Distrito Federal e de 6 Guardas Municipais (Guarulhos, Piracicaba, Rio de Janeiro, São Bernardo do Campo, Santos, e São Paulo).

- No âmbito das instituições Federais de Segurança Pública, a Rede EAD-Senasp mantém acordo de cooperação técnica com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e com o Departamento Penitenciário Federal.
- Destaca-se ainda que os cursos na modalidade Academia também têm sido utilizados como capacitação complementar no âmbito dos programas Brasil Mais Seguro e Enafron. Até o momento foram realizadas turmas específicas nos Estados de Alagoas, Rio Grande Sul, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima.

Previsão de realização para o próximo período:
- Capacitação de 10.000 profissionais de segurança pública estaduais, no módulo Academia; e
- Finalização da consultoria especializada, em parceria com o Pnud, visando verificar as boas práticas nas gestões locais da Rede EAD-Senasp, bem como as peculiaridades de utilização do módulo Academia e o nível de integração com as instituições locais de segurança pública.

Arranjos de Gestão:
- Manter as parcerias com PF, PRF, Depen, Pnud, Estados, Distrito Federal e Municípios, no que diz respeito à estrutura local necessária à Rede EAD-Senasp.

- **Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por unidade da federação**

Análise Situacional da Meta

Após a pactuação com universidades federais, por meio do Edital nº 06/2012 e com as estaduais e municipais, por meio do Edital nº 07/2012, foi iniciada em 2013 a execução de 22 cursos, sendo 16 em instituições federais, 5 em estaduais e 1 em municipal, distribuídos em 16 unidades da federação, com a oferta de 880 vagas de pós graduação, destinadas aos profissionais de segurança pública.

Aproximadamente 68% da meta foi alcançada no biênio 2012-2013, com a previsão de alcance total da meta até o final do exercício de 2015.

Previsão de realização para o próximo período:
Lançamento dos editais de licitação de chamamento das instituições de ensino superior públicas e privadas, para seleção e contratação de até 32 cursos, nas unidades da federação, objetivando sobretudo alcançar as 11 unidades da federação ainda não contempladas.

Arranjos de Gestão:
- Parcerias estabelecidas com as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas e com polícias, bombeiros e órgãos oficiais de perícia estaduais, por intermédio das respectivas secretarias, bem como com guardas municipais, viabilizarão a execução dos cursos de especialização.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2013

- **Pactuar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi lançado o Edital Senasp nº02/2013, abrangendo as áreas de educação e valorização profissional, voltado especificamente para os municípios com efetivo superior a 200 Guardas Municipais. Foram elegíveis para participar do Edital pouco mais de 80 municípios. Para a referida chamada pública foram destinados R$ 20 milhões.

Deste processo de seleção foram pactuados 19 projetos com os seguintes municípios: Contagem (MG), Santo André (SP), Campo Grande (MS), Limeira (SP), Piracicaba (SP), Paulista (PE), Foz do Iguaçu (PR), Guaranhuns (PE), Araçatuba (SP), Indaiatuba (SP), Cascavel (PR), Vitória (ES), Guarulhos (SP), São Miguel dos Campos (AL), Barueri (SP), Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), Palmas (TO) e Campinas (SP).

Cabe destacar que em 2012 foi publicado o edital de chamada pública nº 03, referente à seleção de propostas no âmbito da promoção da saúde e valorização profissional, no âmbito estadual. Foram selecionados 13 projetos, redundando na pactuação de convênios com os Estados de Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins, cujas linhas de financiamento abrangiam as seguintes áreas temáticas: redução de riscos ocupacionais e de vitimização profissional; prevenção, tratamento e encaminhamento em casos de uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas; e qualidade de vida - desenvolvimento pessoal, bem-estar e melhoria das condições de trabalho.

Além dos editais de convênios, foram lançadas 3 portarias para pactuação de projetos na área de educação e valorização profissional no âmbito do programa Brasil Mais Seguro. Em 2012 foram celebrados 2 convênios com o Estado de Alagoas e em 2013 foram celebrados convênios com os Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e com os municípios de João Pessoa e Natal, totalizando 6 projetos pactuados no biênio.

Por fim, foi publicada portaria que redundou na celebração de convênio com o Estado de São Paulo, com ações de valorização voltadas para os profissionais da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.

- Previsão de realização para o próximo período:
- Publicação de novo edital voltado para profissionais estaduais de segurança pública, para seleção de propostas no valor total de R$ 15 milhões.

- Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
- Dificuldades dos proponentes em relação ao preenchimento do Portal de Convênios (Siconv) e à elaboração de projetos, indicando que as equipes de elaboração de projetos das unidades da federação precisam de maior qualificação permanente sobre o tema. Além disso, ressalta-se a dificuldade da equipe técnica da Senasp em acompanhar os convênios de valorização profissional já celebrados em exercícios anteriores.

Para verificar os resultados concretos das propostas, para além da fiel execução das metas dos projetos, é necessário que se acompanhe os dados de vitimização profissional, número de afastamentos, epidemiologia do efetivo e reais condições de trabalho dos profissionais abrangidos. Contudo, as próprias instituições estaduais e municipais ainda apresentam dificuldades em manter sistematizados tais indicadores.

Quantidade alcançada

39

Data de Referência

31/12/2013

Plano Mais Brasil

- **Realizar 4 estudos e/ou pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados em cooperação técnica com o Pnud objetivando:

1. Compilação, análise e interpretação de relatórios de mapeamento das principais fontes e níveis de estresse ocupacional nos órgãos estaduais de segurança pública produzidos pelos Núcleos de Estudos, Prevenção e Gerenciamento do Estresse;
2. Estudo técnico sobre as Políticas Relacionadas a Questões de Gênero: Presença Feminina nas Instituições de Segurança Pública;
3. Mapeamento e diagnóstico institucional com vistas à estruturação de serviço de acompanhamento psicossocial para a Força Nacional de Segurança Pública;
4. Caderno técnico contendo protocolo de intervenção em ocorrências de risco visando à prevenção de estresse pós-traumático na segurança pública; e
5. Proposta de Sistema de Monitoramento de Políticas de Valorização Profissional em Segurança Pública contendo Indicadores Quantitativos e Qualitativos.

Já em 2013 foram realizadas as seguintes consultorias:

1. Racismo no Contexto das Instituições de Segurança Pública;
2. Editoração para publicação da Proposta de Sistema de Monitoramento de Políticas de Valorização Profissional em Segurança Pública contendo Indicadores Quantitativos e Qualitativos;
3. Caderno Temático de Referência em Investigação de Homicídios;
4. Indicadores de Educação em Segurança Pública: Construção de um sistema de monitoramento e avaliação de indicadores de educação em segurança pública; e
5. Editoração para publicação da versão da Matriz Curricular Nacional.

Foram ainda apresentados três produtos dos quatro previstos do "Caderno Temático de Referência em Investigação de Drogas Ilegais", e um produto de três previstos da pesquisa "Compêndio sobre segurança pública nas fronteiras". Diante das pesquisas e estudos realizados nos anos de 2012 e 2013 vislumbra-se que a meta prevista já foi atingida, fato que vem contribuindo significativamente para as ações de segurança pública no enfrentamento da criminalidade. Esta estratégia trouxe resultados positivos, levando a gestão atual realizar outros estudos e pesquisas na área de segurança pública.

Previsão de realização para o próximo período:

- Diagramação e publicação "Caderno Temático de Referência em Investigação de Homicídios";
- Finalização da consultoria, diagramação e publicação do "Caderno Temático de Referência em Investigação de Drogas Ilegais";
- Continuidade dos trabalhos de elaboração do "Compêndio sobre segurança pública nas fronteiras";
- Apresentação do estudo "Indicadores de Educação em Segurança Pública: Construção de um sistema de monitoramento e avaliação de indicadores de educação em segurança pública";
- Impressão da versão atualizada da Matriz Curricular Nacional;
- Publicação do Caderno Técnico contendo os resultados da Pesquisa Racismo no Contexto das Instituições de Segurança Pública;
- Publicação da Proposta de Sistema de Monitoramento de Políticas de Valorização Profissional em Segurança Pública contendo Indicadores Quantitativos e Qualitativos; e
- Seleção, contratação e início das pesquisas "Caderno Temático de Referência sobre abordagem investigativa nas infrações penais contra criança e adolescentes"; "Caderno Temático de Referência sobre abordagem investigativa nas

infrações penais contra a mulher", Mapeamento dos Programas Estaduais de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida; Perfil profissiográfico e mapeamento de competências do cargo de Perito Criminal; Construção e Validação de Instrumento para Diagnóstico de Vulnerabilidade ao Estresse do Profissional de Segurança Pública; As relações hierárquicas nas Polícias Militar e Civil e seu impacto na qualidade de vida dos profissionais.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2013

- **Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública em funcionamento em 2013**

Análise Situacional da Meta

Estabelecimento de diretrizes para melhorar a comunicação entre a Senasp e as Secretarias Estaduais de Segurança Pública.

Divulgação das diretrizes durante o II Encontro de Áreas Educativas com a participação dos gestores das instituições de ensino de segurança publica estaduais, ocorrido em Brasília no mês de julho de 2013.

Desenvolvimento da ferramenta "Fórum de Gestores Educacionais pela Rede EAD", o que somente ocorreu no final de 2013, tendo por objetivo fomentar um debate sobre temas importantes da área educacional, redundando em mudanças na área de segurança pública.

Previsão de realização para o próximo período:

- Início da utilização da ferramenta "Fórum de Gestores Educacionais pela Rede EAD-Senasp".

Arranjos de Gestão:

- Propiciar a interação e integração na Educação a e aperfeiçoar o fluxo de informações com os Estados.

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo vem sendo cumprido através do fomento à estruturação dos órgãos de segurança pública, bem como do apoio ao aprimoramento dos sistemas de gestão com vistas à coleta de dados dos Estados e Distrito Federal, contribuindo para a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública.

Dentro do escopo deste objetivo, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas – Sinesp foi instituído por meio da Lei n° 12.681/2012, e foi concebido para realizar a integração das informações referentes à segurança pública, ao sistema prisional e à política de drogas em todos os entes federados, além de integrá-las a novas bases de dados, conferindo maior credibilidade. Como resultado, o Sistema possibilitará uma visão global da segurança pública no país e a formação de uma base de dados nacional para extração de informações estratégicas, operacionais e de inteligência. Cabe destacar que os vários módulos do sistema serão desenvolvidos pelo Serviço Federal de Processamento de Dados.

A integração depende de três frentes relacionadas:

1. Integração política: visa a pactuação com os gestores de segurança pública dos entes federados para alinharem políticas, diretrizes e metas de segurança para o país;

2. Integração metodológica: objetiva padronizar os procedimentos policiais estabelecendo conjuntamente com os estados, os modelos de boletim de ocorrência, termo circunstanciado de ocorrência, inquérito policial, entre outros; e
3. Integração dos sistemas: sintetiza os esforços das duas primeiras frentes, criando o Portal Sinesp e possibilitando a comunicação padronizada entre as bases de dados de todos os entes federados.

Entre os anos de 2012 e 2013 foram celebrados, com 26 unidades da federação, 41 convênios, cuja finalidade principal é a estruturação tecnológica das secretarias estaduais de segurança pública com vistas à implementação do Sinesp. Cabe destacar que somente o estado do Amapá ainda não firmou convênio na finalidade proposta por não ter conseguido habilitar a proposta.

Em 2013 foi lançado o Portal Público do Sinesp com informações estatísticas detalhadas e também o aplicativo Sinesp Cidadão que, em seu primeiro módulo, possibilita a pesquisa da situação legal de veículos a todos os cidadãos, retornando se o veículo pesquisado tem restrição de roubo ou furto, ou se é clonado, o que já resultou em centenas de recuperações de veículos e em prisões de criminosos.

O Projeto Sinesp concluiu em 2013 toda a articulação política necessária para sua viabilidade, uma vez que todos os Estados e o Distrito Federal assinaram o termo de adesão, no qual se comprometem a enviar informações atualizadas diretamente da base de dados dos órgãos de segurança pública, bem como nomear gestores das unidades federativas para serem os pontos focais do Sinesp. Ademais, foi publicado o Decreto nº 8.075/2013, que regulamenta a Lei do Sinesp e institui o seu Conselho Gestor.

Numa outra vertente, visando o melhor atingimento do objetivo em tela, foram estabelecidos os critérios para os editais de Chamada Pública que visam fortalecer o papel dos Estados e Municípios na Segurança Pública, através das estruturas de gestão estadual e municipal voltadas à implementação de ações para prevenir a violência e criminalidade, por meio do aporte de recursos para incremento de instalações de equipamentos, criação de ferramentas para subsidiar a gestão desses locais, videomonitoramento, reaparelhamento das Polícias Militares, Civis, Corpos de Bombeiros Militares, Guardas Municipais e as Secretarias Estaduais e Municipais de Segurança Pública.

Outro foco deste objetivo são as Ouvidorias de Polícia, que são consideradas importantes órgãos para a realização do controle externo da atividade policial. Para tanto, existe o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o qual tem por objetivo avaliar a situação das instituições de segurança pública do país, assim como propor critérios para a implantação das Ouvidorias de Polícia, acompanhar o trabalho desenvolvido, analisando as dificuldades, a forma de padronizar a coleta de dados e relatórios de atividades, entre outros. A partir do apontamento dos temas relativos ao controle externo da atividade policial, são disponibilizados recursos para que os Estados e o Distrito Federal possam qualificar a atuação das Ouvidorias existentes, assim como implantá-las nas UFs que ainda não tenham este órgão de controle.

No primeiro semestre de 2013, para fortalecer as ações voltadas para este objetivo, foi realizada uma pesquisa, em parceria com o Pnud com vistas ao levantamento do diagnóstico da perícia criminal no Brasil, com resultado publicado no mês de fevereiro, constituindo um marco referencial no planejamento das ações de fortalecimento dos órgãos periciais dos estados. A referida pesquisa foi impressa e distribuída a partir de setembro de 2013.

Outra importante ação na consecução deste objetivo foi a criação do Programa de Redução da Criminalidade Violenta, denominado Brasil Mais Seguro, que tem como objetivo precípuo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça

Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada na sua implantação, assim como as diretrizes de pacto federativo. A natureza das ações a serem empreendidas são construídas juntamente com os governos locais (Estado, Distrito Federal e Município), conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas precipuamente para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios por 100.000 habitantes e as desigualdades regionais.

Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança. Fortalecimento da Segurança Pública Estadual, Controle de Armas, ações de prevenção e articulação com o Sistema de Justiça Criminal. Nesse contexto, um dos principais desafios impostos na consolidação do programa reside na necessidade de articular as ações estratégicas previstas com a gama de atores sociais imprescindíveis ao processo de implementação dessa política, assim como de estabelecer soluções aos problemas específicos de cada localidade superando os entraves históricos na condução de uma perspectiva gerencial no campo da segurança pública.

No primeiro semestre de 2013, foi dado prosseguimento nos processos de aquisições diretas para a área de perícia, bem como a elaboração e ajustes da matriz de responsabilidade com os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, que realizaram a pactuação ao Programa, com vistas ao apoio dos projetos apresentados por estes no segundo semestre de 2013.

No segundo semestre foram publicadas portarias para apresentação de propostas pelos estados que aderiram ao programa, as quais foram analisadas e aprovadas pelas áreas técnicas dos departamentos, e os convênios celebrados em dezembro/2013, para o apoio às ações pactuadas em uma Matriz de Responsabilidades com os referidos Estados e suas capitais.

Juntamente com tais pactuações, ocorreram investimentos por meio de repasse de recursos, via convênio, para todos os estados da federação para aparelhamento da Perícia Forense e para fortalecimento das Delegacias de Homicídios. Foram focados os seguintes aspectos: 1) No Estado do Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, a construção de Centros Regionais de Perícia destinados à realização de perícias complexas, visando o atendimento dos estados da região de localização dos mencionados Centros Regionais (Portaria nº 135/2013); 2) Todos os 26 Estados e o Distrito Federal, por meio das Portarias nos. 72, 74 e 109/2013, objetivando o fortalecimento da perícia criminal e a produção de provas; e 3) 16 estados para o reaparelhamento das delegacias especializadas de homicídios, conforme Portaria nº 124/2013.

Por fim, foram celebrados 192 Termos de Cooperação Técnica entre a Senasp e Prefeituras para atender às Guardas Municipais que passaram a ter acesso à Rede INFOSEG. Com isto, foi possível dar acesso aos municípios à consulta de 13,5 milhões de dados sobre inquéritos, processos e mandados de prisão. Além disso, possuem acesso aos sistemas de Veículos e Condutores, podendo consultar por 77 milhões de veículos e 55 milhões de condutores, o que sem dúvida amplia a capacidade de atuação e aumenta a eficiência do trabalho das Guardas no atendimento aos cidadãos.

Previsão para o próximo período:
- Elaboração de portaria nomeando os membros do Conselho Gestor do Sinesp.
- Publicação do Portal de Acesso Restrito aos operadores de segurança pública, para o primeiro trimestre do ano.
- Efetivação da ampliação da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.

Plano Mais Brasil

- Doações de equipamentos tecnológicos em 2014 (SISBALA, Scanners Veiculares, Laboratório de Tecnologia Contra a Corrupção e a Lavagem de Dinheiro).

Metas 2012-2015

- **336.000 acessos às ferramentas do portal CINTEPOL**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve 57.865 acessos à ferramenta do portal CINTEPOL. Em 2013, o número de acessos alcançou a marca de 105.041. Os dados acumulados totalizam 162.906 acessos. Realizando-se uma projeção do quantitativo de acessos ao aludido portal, estiva-se que há viabilidade do cumprimento da meta até 2015.

Quantidade alcançada

162.906

Data de Referência

30/12/2013

- **68.000 documentos produzidos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Polícia Federal produziu 4.504 documentos utilizando a metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência. A PRF, no mesmo período, produziu 3.053 documentos.

Em 2013, o DPF produziu 6.571documentos de acordo com a metodologia citada, enquanto o DPRF produziu, no mesmo período, 4.639 documentos.

A média encontra-se abaixo da meta estabelecida, uma vez que a quantidade acumulada de produção de documentos, em 2012 e 2013, totaliza 18.767.

Quantidade alcançada

18.767

Data de Referência

31/12/2013

- **Acompanhar e produzir relatório nacional sobre homicídios cometidos por agentes de segurança pública**

Análise Situacional da Meta

Até o momento foram realizadas duas reuniões para mapeamento das iniciativas existentes e das dificuldades, visando a construção de uma metodologia para construção de um relatório analítico.

Previsão de realização para o próximo período: Estão agendadas reuniões com o IPEA e o PNUD/UNESCO para definição dos arranjos de gestão necessários a produção do relatório.

Arranjos de Gestão: Construção de Acordos de Cooperação Técnica e de Compromisso Operacional, além de consultoria técnica especializada utilizando do formato de agências implementadoras.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: Qualidade e consistência dos dados oficiais dos Estados, dependência de arranjos federativos e de coordenação executiva, necessidade de inovação metodológica e necessidade de validação política.

- **Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros no quadriênio**

Análise Situacional da Meta

Com base em contratação realizada em 2012, o AFIS foi ampliado para 13.000.000 de registros, os quais já foram utilizados em 99%. Considerando a taxa de crescimento atual do sistema, será necessário redimensionar a meta, de

forma que a base de dados atinja cerca de 50.000.000 registros em 2015. Quanto à interoperabilidade, manteve-se integração com o Estado da Bahia e de Rondônia e trabalha-se, atualmente, na implementação da interoperabilidade com o Distrito Federal e com os Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, além das demais Unidades Federativas que sediarão os Grandes Eventos, tais como a Copa das Confederações, Copa do Mundo, Olimpíadas, dentre outros. Atualmente há um processo de contratação visando à ampliação do sistema para mais 7,2 milhões de registros, totalizando 20 milhões, com expectativa de funcionamento a partir de 2014.

Quantidade alcançada

13.000.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar a frota de 2 aeronaves não tripuladas para 14 aeronaves no Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)**

Análise Situacional da Meta

A meta não foi atingida, em virtude da não aquisição de novas aeronaves VANT em 2013. Cabe ressaltar que, primeiramente, fez-se necessária a reavaliação e reestruturação do projeto. O sistema foi reativado após a assinatura do contrato de manutenção das aeronaves no primeiro semestre, o que vem possibilitando uma reavaliação mais concreta de seu funcionamento, levando-se em conta as necessidades de estrutura física e de recursos humanos para gerenciar a possível expansão do sistema (compra de mais aeronaves).

O sistema VANT começou a operar com sua capacidade plena (2 aeronaves), devido à assinatura do contrato de manutenção em agosto de 2013. A partir do próximo exercício, o DPF terá condições de dimensionar as necessidades financeiras e operacionais, podendo, se for o caso, modificar a meta.

Em dezembro de 2013 foi criada a NIVANT (Núcleo de Inteligência do Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados), estrutura vinculada à Delegacia de Foz do Iguaçu, a qual proverá apoio de inteligência policial às ações de prevenção e repressão à criminalidade, com o máximo de segurança, eficiência e eficácia, no âmbito do SISVANT.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a novas UFs, com a adesão do Acre, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins**

Análise Situacional da Meta

O primeiro semestre foi destinado à análise e a realização dos ajustes necessários no termo de referência para a aquisição dos 6 servidores, para viabilizar a ampliação da rede. Tais equipamentos foram adquiridos por meio de adesão a Ata de Registro de Preço e serão destinados à Policia Federal, objetivando proceder à instalação do software da plataforma CODIS (Combined DNA Index System).

Previsão de realização para o próximo período:

- Dando continuidade à ampliação, a PF providenciará a instalação nos Estados do Acre, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Arranjos de Gestão:

- atuação conjunta entre a SENASP e o DPF, onde a Senasp está responsável pela aquisição dos servidores, enquanto o DPF encontra-se responsável pelo termo de adesão dos estados beneficiados inicialmente.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Plano Mais Brasil

- entraves burocráticos inerentes à análise técnica do termo de referência.
- alta complexidade técnica dos equipamentos, o que demandou análise da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/MJ.

- **Ampliar para 250 novos Municípios o acesso à Rede Infoseg**

Análise Situacional da Meta

Até o presente exercício foram celebrados 192 Termos de Cooperação Técnica entre a SENASP e Prefeituras (por meio de suas Guardas Municipais) para acesso à Rede INFOSEG. Das 250 documentações de Prefeituras recebidas, 12 foram indeferidas e outras 46 estão pendentes de documentações.

Previsão de realização para o próximo período:
Em 2013 no 2º ciclo, foi recebido 79 (setenta e nove) novos documentos, com 77% de aprovação. Para próximo exercício está previsto o 3º ciclo a partir de setembro de 2014.

Arranjos de Gestão:
Em conjunto com a Senasp, as Guardas Municipais conveniadas passaram a ter acesso ao sistema de Indivíduos podendo consultar por 13,5 milhões de dados sobre inquéritos, processos e mandados de prisão. Além disso, possuem acesso aos sistemas de Veículos e Condutores, podendo consultar por 77 milhões de veículos e 55 milhões de condutores.
Diante do contexto de grandes eventos em que o nosso país está inserido foi liberado o acesso aos sistemas INTERPOL (difusão vermelha) e SISME com intuito de fortalecer a fiscalização nas cidades que possuem Guarda Municipal e estão localizadas em regiões fronteiriças. Através do SISME os guardas municipais podem realizar a consulta de veículos da Argentina e Uruguai.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Foram realizados trabalhos de divulgação por meio de vários canais existentes. Porém, muitas das 993 Guardas Municipais que existem hoje no país (dados do IBGE 2012) não possuem estruturação adequada, o que dificulta a comunicação e a efetivação dos convênios.

Quantidade alcançada

192

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foram apoiados diversos projetos de reaparelhamento distribuídos da seguinte forma:

1. Fortalecimento a Policia Civil: composto de ações para apoio aos estados para aquisição de equipamentos para as unidades policiais de enfrentamento de crimes violentos. Foram celebrados convênios com os estados da Paraíba (R$ 4.526.267,00), Rio Grande do Norte (R$ 3.633.844,00), Sergipe (R$ 12.099.412,00) e Goiás - região do entorno – (R$ 16.842.366,42), totalizando R$ 37.101.889,42. O Programa Brasil Mais Seguro repassou ainda neste eixo recursos para 17 estados (PA – RJ – RO – PE – AM – GO (fora da região do entorno) – CE – AP – RS – MG – SC – MT – RR – PR – MS – BA e TO) objetivando o reaparelhamento das delegacias especializadas de homicídios, conforme Portaria nº 124/2013. O valor global destes convênios foi de R$ 7.415.024,25.

2. Inovações Tecnológicas: composto de metas que têm como objetivo potencializar as ações de prevenção e repressão à criminalidade violenta, pelo emprego de ferramentas tecnológicas modernas. Serão adquiridos equipamentos de TI ou

de comunicação digital, mobiliários, softwares e oferecidos serviços de instalação e treinamento operacional. Foram celebrados convênios com os seguintes Estados: Paraíba (R$ 28.516.746,00), Rio Grande do Norte (R$ 3.216.022,00), Sergipe (R$ 28.918.233,00) e Goiás (R$ 7.239.134,71).

3.Fortalecimento das ações de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e contra Crianças e Adolescentes: foram aprovados 13 projetos de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres - DEAM´s e 11 de Delegacias Especializadas de Atendimento às Crianças e Adolescentes.

4.Sinesp: Entre os anos de 2012 e 2013 foram celebrados, com 26 unidades da federação, 41 convênios, cuja finalidade principal é a estruturação tecnológica das secretarias estaduais de segurança pública com vistas à implementação do Sinesp. Cabe destacar que somente o estado do Amapá ainda não firmou convênio na finalidade proposta por ter conseguido habilitar a proposta. Dentro do escopo dessa meta, por meio de diretrizes e requisitos estabelecidos em editais de chamamento público, e dando continuidade no fortalecimento do papel dos municípios na segurança pública, foram lançados editais para o aporte de recursos para a implementação de ações com capacidade de melhorar a segurança pública municipal a partir da aquisição de equipamentos.

Em 2013 foi lançado o Edital nº 09/2013 para apoio a projetos municipais, financiados com recursos do Programa Segurança Pública com Cidadania, abrangendo as seguintes áreas temáticas: a) Estruturação física dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGI-M (sala do pleno e secretaria executiva) e Gabinetes de Gestão Integrada de Consórcios Municipais; b) Estruturação das Secretarias Municipais de Segurança e/ou órgãos de gestão da Segurança Pública em âmbito municipal e/ou de Consórcios Municipais voltados para Segurança Pública; c) Fortalecimento das Guardas Municipais. No âmbito do referido Edital foram analisadas 209 propostas, das quais 164 não foram habilitadas, 18 foram habilitadas, mas não foram classificadas, 27 foram habilitadas e classificadas e 19 foram efetivamente aprovadas e tiveram os projetos apoiados.

No segundo semestre de 2013, foi publicado o Edital de Chamada Pública nº 05 voltado para a seleção de propostas de projetos estaduais direcionados ao aperfeiçoamento de sistemas de gestão da informação e à produção de diagnósticos e planos de segurança pública por meio de 16 convênios que totalizaram R$ 9.754.422,90.

Quantidade alcançada

299

Data de Referência

30/12/2013

- **Apoiar a implementação e/ou reaparelhamento de agências e núcleos descentralizados de inteligência em 20 Ufs.**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foram feitas as tratativas primárias, exposição de problemas, colóquios entre SENASP e Estados, elaboração da matriz de responsabilidades e definição dos objetos, relativamente aos Estados beneficiados pelo Programa Brasil Mais Seguro.

No segundo semestre de 2013, foram apresentadas propostas para o reaparelhamento de cinco Agências, que conveniaram em dezembro de 2013 e cuja execução ocorrerá em 2014, com finalização para início de 2015.

Arranjos de Gestão:

Participam dessas ações os órgãos de segurança pública envolvidos: Polícias Civil e Militar de cada Estado, que apresentam como contrapartida, além da parte financeira, o de estrutura física e de pessoal, completando o ciclo.

Previsão para o próximo período:

Plano Mais Brasil

Os convênios inseridos no Brasil Mais Seguro se encontram em fase preparatória interna para licitação, estando os núcleos, em sua maioria com previsão de pleno funcionamento em 2014/2015. Espera-se alcançar a meta proposta, trazendo para a área de segurança uma maior cobertura de informação para Estados com índice de crimes violentos em crescimento.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

- **Atualizar a doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública - DNISP**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi construída a partir da alteração da meta "Integrar e modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) nos estados e no Distrito Federal", que em 2012 tratou de integrar todas as Agências de Inteligência, Polícia Civil, Polícia Militar e Secretarias de Segurança Pública dos Estados, totalizando 81 Agências que estão sendo paulatinamente modernizadas, de acordo com a necessidade mais premente.

A integração das instituições de segurança pública na área de inteligência passa pelos Encontros dos Chefes de Organismos de Inteligência – ENCHOI. Os encontros são voltados para elaborar diretrizes como propor capacitação de agente de segurança pública, discussão sobre propostas para ações conjuntas, discutir inovações com a intenção de modernizar as agências de inteligências, a troca de informações nos encontros, que são realizados em nível Nacional e Regional, serve para alinhar diretrizes e apresentar boas práticas.

Para elaboração da doutrina de inteligência foram escolhidos servidores dos estados, em razão de seus currículos e trabalhos efetuados dentro da área de inteligência em segurança pública. Os encontros são realizados por chamamento em nível Nacional, onde são discutidas as doutrinas utilizadas em diversas regiões do país, após extensa discussão sobre os temas abordados são editadas as atualizações como forma de padronização das ações dos profissionais da área de inteligência.

Em 2012 foi editada a 1ª e 2ª atualização da doutrina e no primeiro semestre de 2013 foi atualizada a doutrina em sua 3ª edição.

Importante e necessária ao entendimento e organização das atividades de Inteligência em Segurança Pública, a DNISP norteará os trabalhos na área de inteligência fundamentando suas bases com entendimento e esclarecimento da atividade como um todo, nivelando o entendimento e conhecimento da Inteligência no País.

A 4ª Edição programada para acontecer no segundo semestre, finalizou os trabalhos de atualização da doutrina de inteligência, sendo apresentado o produto na Coordenação-Geral de Inteligência/SENASP.

Previsão para o próximo período:
Com a meta de atualização cumprida, passa-se à elaboração e publicação dos manuais, com distribuição prevista para o 2º semestre de 2014.

Arranjos de Gestão:
Conta-se com o apoio de alguns órgãos de inteligência, estaduais e federais, tais como: ABIN, Polícia Civil e Militar, Receita Federal, Ministério da Defesa, Ministério do Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretarias de Segurança Pública das 5 Regiões do Brasil, Bombeiro Militar, Ministério da Integração Nacional etc.

Principais dificuldades encontradas na execução:

A dificuldade encontrada foi com a liberação dos profissionais convocados ao evento, em razão das suas atividades nos órgãos a que pertencem.

- **Capacitar 8.000 servidores da Polícia Federal**

Análise Situacional da Meta

A Academia Nacional de Polícia (ANP) tem por atribuição a formação de novos policiais oriundos de processo seletivo realizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Polícia Federal, além da execução da capacitação continuada dos servidores que integram o Quadro Permanente de Pessoal da Polícia Federal. Para isso conta com a Escola Superior de Polícia (ESP) e a Comissão de Gestão de Capacitação da ANP que analisa todos os processos de capacitação da Polícia Federal, deliberando sobre a sua viabilidade de execução e submetendo à aprovação da Diretoria de Gestão de Pessoal. A meta proposta no PPA 2012-2015 levou em consideração a formação de novos policiais ao longo do período, como também a estimativa de previsão de cursos de capacitação aos diversos servidores do órgão. A projeção realizada vem sendo superada, em razão da otimização de ações educacionais na modalidade de ensino a distancia, que de forma direta, abrange grande quantidade de servidores, com custos bastante reduzidos, demonstrando o potencial de disseminação de conhecimentos da modalidade em EAD. Em 2013 foram realizadas 11.876 capacitações, alcançando um total de 25.922 capacitações, evidenciando a otimização dos recursos para cumprimento deste objetivo. Segue abaixo a discriminação dos resultados alcançados até o presente momento:

- Cursos EAD 17.022 capacitações
- Cursos Presenciais: 5.643
- Cursos Contratados: 1.566
- Cursos CESP (Escola Superior de Polícia): 1.691

A quantificação de servidores capacitados é realizada a partir da quantidade de capacitações realizadas.

Quantidade alcançada

25.922

Data de Referência

31/12/2013

- **Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram protegidas 27 pessoas através do programa de proteção aos depoentes especiais, além da realização de 7 operações policiais.

Em 2013 foi realizada proteção de 52 pessoas, além da contabilização de 6 operações policiais específicas, destinadas especialmente para combater tal prática criminosa, tais como Operação Hecatombe (RN), Operação Parcas (AC), Operação Canis Lupus (RR), Operação Cold Case (GO) e Operações em Pernambuco e Paraíba.

- **Desenvolver e disponibilizar aos entes federados um sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material**

Análise Situacional da Meta

Verifica-se a necessidade de se reestruturar e modernizar o sistema de produção da prova material, no âmbito da segurança pública e da justiça criminal, com o aprimoramento dos mecanismos de preservação, busca, coleta e análise de vestígios, visando fortalecer a cadeia de custódia, a produção isenta e qualificada da prova material, para se garantir o princípio da ampla defesa e o respeito aos direitos humanos.

Com o fortalecimento da produção da prova material, os autores de delitos diversos, especialmente de crimes contra a

Plano Mais Brasil

vida, serão identificados com maior rapidez, contribuindo para a celeridade do processo criminal e para o aumento do grau de sensação de segurança da população brasileira.

Estão sendo envidados esforços para que haja a implementação do referido sistema informatizado nos próximos meses.

- **Elaborar o Plano Nacional de Aviação em segurança Pública com normatização legislativa, elaboração de requisitos para aporte de recursos aos entes federados e estratégia de mobilização nacional em caso de catástrofes, desastres e em eventos de segurança pública de grande repercussão**

Análise Situacional da Meta

A meta ainda não foi alcançada, contudo, estão sendo envidados esforços neste sentido já que as unidades aéreas de segurança pública do Brasil compõem um segmento revestido de complexidade tecnológica em permanente evolução, e por isso devem manter, em nível estadual, a absorção do custeio proveniente da operação de suas aeronaves, por meio de contratos licitatórios de manutenção aeronáutica, seguro aeronáutico, abastecimento aeronáutico, manutenção das instalações físicas de hangar para abrigar a aeronave, capacitação técnica de pilotos e tripulantes, dentre outros.

É entendimento predominante dentre os operadores de segurança pública e mesmo por parte da autoridade de aviação civil nacional, ou seja, da Agencia Nacional de Aviação Civil (ANAC), que esse seguimento da aviação em segurança Pública comporta e necessita de um conjunto normativo específico para aviação em Segurança Pública.

Tais ações são importantes e preparatórias para criação de uma política nacional de aviação em Segurança Pública e não um plano específico.

No primeiro semestre de 2013, foi iniciado o diagnóstico nas 27 Ufs, para verificação da situação da aviação em Segurança Pública, levantamento das necessidades desses Estados, Distrito Federal e início da confecção do plano de nacional o qual está em andamento. Ocorreram reuniões com a ANAC para aprovação da proposta de Regulamentação da Aviação de Segurança Pública que continua em análise por aquele órgão.

Principais dificuldades encontradas:
Apontamentos dos órgãos de controle para compra direta de aeronaves; dificuldade dos Estados e Distrito Federal de estruturarem uma política estadual e distrital sobre o tema.

- **Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Objetivando a celeridade das ações e a otimização dos recursos, foi realizada, no primeiro semestre, uma pesquisa em parceria com o PNUD visando o levantamento do diagnóstico da perícia criminal no Brasil, tendo o resultado sido publicado no mês de fevereiro de 2013. Esta pesquisa propiciou o planejamento das ações de fortalecimento dos órgãos periciais dos estados. Ressalta-se que as ações mencionadas são executadas por meio de aquisições diretas e transferência voluntária de recursos através de convênios. Desta forma, no primeiro semestre foi dado prosseguimento nos processos de aquisições diretas bem como, a elaboração da matriz de responsabilidade com os Estados da PB e RN e SE, dentro do Programa Brasil Mais Seguro.

Para viabilizar as aquisições diretas foi pactuado um acordo de cooperação técnica entre a Senasp e as 27 unidades da federação, os quais foram publicados no DOU.

Vale ressaltar que em setembro de 2013 foi lançada e distribuída a publicação dos Procedimentos Operacionais Padrão da Perícia Criminal- POP's, sendo uma ação prevista no Projeto Brasil Mais Seguro. Esta ação teve inicio em 2012 com a realização de duas reuniões técnicas, em Brasilia, com profissionais de perícia de todo o país.

Foi pactuado, por meio da Portaria 109/2013, convênios com os 26 Estados e o Distrito Federal visando o fortalecimento da perícia, em continuidade às ações de reestruturação, com repasse de recursos no valor de R$ 44.549.867,54.

Dentro da política do Brasil Mais Seguro, destinada ao fomento da perícia nos Estados do RN e PB, foram publicadas as Portarias nº 72 e 74/2013, respectivamente, totalizando R$ 10.700.037,83 de repasse.

Ademais, por meio da Portaria nº 135/2013, foi pactuada a construção dos Centros de Referência Criminal nas regiões Centro-Oeste e Sul, localizados no Distrito Federal e Rio Grande do Sul, sendo R$ 13.019.463,14 e R$ 25.920.000,00 respectivamente. Estes Centros destinam-se a atender às demandas da região na produção da prova material, meio de realização de exames complexos como perícia em local de crimes violentos, medicina legal, balística forense, informática forense, química forense e papiloscopia.

Foi realizado o pregão eletrônico para aquisição dos itens câmara fria para cadáver e microscópio eletrônico de varredura-MEV. Tais ações evidenciam a efetividade no cumprimento da meta de Fomento a Reestruturação das Unidades Técnico- científicas.

Previsão de realização para o próximo período:
- Finalização do processo de aquisição do microscópio eletrônico de varredura e da câmara fria para cadáver, com a formalização de contrato e a entrega.
- Prosseguimentos nos processo de aquisição direta de equipamentos previstos no BMS.
- Contratação de consultoria, por meio do PNUD, para atualização do diagnóstico da perícia criminal no Brasil, com publicação prevista para o mês de setembro.
- Contratação de consultoria, por meio do PNUD, para elaboração de "Carta de Serviços da Perícia Criminal de todos os Estados" e de um "Manual de Elaboração de Quesitos para Exames Periciais Criminais, com publicação prevista para o mês de setembro.
- Realização de duas novas reuniões técnicas para elaboração de novos Procedimentos Operacionais Padrão da Perícia Criminal- POP's, com previsão de publicação também em setembro.

Arranjos de Gestão:
- Parceria entre a Senasp e a DPF, beneficiando as unidades regionais com equipamentos de perícia – aquisição direta pela Senasp – doados às superintendências regionais.
- A parceira com o Pnud na realização da pesquisa foi de suma importância para a execução da meta. Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
- Entraves burocráticos inerente aos processos licitatórios das aquisições diretas.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2013

- **Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes**

Análise Situacional da Meta

Para implantação e fortalecimento das Ouvidorias Independentes foi publicado Edital de Chamamento Público nº 07/2013, para fins de financiamento de projetos voltados a implantar ou aprimorar as Ouvidorias das Polícias, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP. Neste Edital que contava também com outras linhas de financiamento, foram apresentadas 03 propostas de fortalecimento das Ouvidorias, que foram analisadas, restando 01

Plano Mais Brasil

aprovada e apoiada, em Minas Gerais .

Principais realizações do período:
Aprovação de 01 proposta do estado de Minas Gerais.

Previsão de realização para o próximo período:
Inclusão em novos Editais de Chamamento Público para apresentação de propostas, linha de financiamento para implantação e fortalecimento das Ouvidorias de Polícia.

Arranjos de Gestão:
A principal articulação se dá com o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, vinculado a Secretaria de Direitos Humanos, no qual são debatidos temas como o papel da Ouvidoria, modelos de Ouvidoria, boas práticas e ações que estas podem desenvolver no âmbito do controle externo da atividade policial.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Não priorização do tema do controle interno e externo da atividade policial.
Quantidade alcançada
1
Data de Referência
31/12/2013

- **Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil**
Análise Situacional da Meta
No ano de 2013 foram adquiridos 30 (trinta) pontos de monitoramento eletrônicos, som sistema de leitura automática de placas (OCR), em estados localizados em regiões de fronteira e que sediarão a Copa. Ainda com vistas ao atendimento da meta, há a previsão de contratação de 100 pontos de monitoramento no segundo semestre do ano de 2014.
Quantidade alcançada
30
Data de Referência
31/12/2013

- **Implantar e manter um Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (CINTEPOL)**
Análise Situacional da Meta
O Portal Cintepol disponibiliza através da intranet do DPF e internet acesso as Ferramentas I2, SINAPSE, SICOP e SISDOC-I.

Além de servidores do DPF, o Portal é acessado por servidores da área de inteligência da ANAC, Marinha, SEJUSP/MT, ABIN e MPM. Em 2013, o Portal ofereceu acesso a cerca de 3.000 usuários.
Em 2012 foi implantada a ferramenta de busca de arquivos e banco de dados SINAPSE, que congrega os arquivos de operações e os banco de dados do DPF (SINPA1, SINPA2, SINPRO, SIPROQUIM, STI1, STI2, SINIC, SINPI, SINARM, SRH, SINCRE, SISVIP), da ANAC (AERONAUTA, AERODROMO, AERONAVE, Empresas Aéreas, Oficinas, Vôos) e da Marinha (SISGEMB, SISAMA e SISAQUA).

Para 2014 estão previstos novos parceiros: DEPEN, PGFN, TJ/MT e AGU.

- **Implantar uma rede nacional integrada de dados balísticos**
Análise Situacional da Meta
A implantação desta Rede demanda a aquisição do sistema de indexação balística para compor o banco de dados, com

previsão inicial de quatro unidades. Todavia, devido à sua especificidade técnica e amplitude do projeto, que envolve redes integradas de bancos de dados de sistema de informação, foram realizadas diversas tratativas, neste primeiro semestre, visando a formalização do processo licitatório, inclusive com a realização de uma audiência pública com a participação dos setores envolvidos do Ministério da Justiça e as empresas fornecedoras dos equipamentos.

Dando continuidade, no segundo semestre, foram realizados ajustes no processo licitatório de acordo com orientações de diversos setores do MJ e o pregão eletrônico foi realizado no dia 31/12/2013, contudo, restou fracassado em virtude da empresa vendedora não ter apresentado a documentação exigida e a segunda classificada ter apresentado um valor superior ao máximo admissível em pregão e em que pese os esforços, se recusou a reduzir o valor proposto.

Previsão de realização para o próximo período:
- O processo licitatório será ajustado em 2014 e está prevista a realização de um novo pregão ainda no primeiro semestre.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
- Merecem registro os diversos entraves burocráticos no saneamento das falhas, em decorrência da reformulação do processo licitatório.

- **Implementar um Centro de Difusão de Ciências Forenses em Brasília/DF**

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2013: 100% dos serviços de escavação e contenção; 100% das fundações; 100% dos desvios das interferências; e 98% da estrutura.

Projeção para 2014: 100% da estrutura; 100% da impermeabilização; 100% da alvenaria; 90% da pavimentação interna; 80% dos revestimentos; 60% das instalações elétricas e lógicas; 100% das instalações hidrossanitárias; e 80% da climatização.

- **Integrar os sistemas de boletins de ocorrências das 27 UFs e os sistemas das instituições do Ministério da Justiça (DEPEN, DPRF, DPF) ao SINESP, de acordo com o que determna a Lei nº 12.681/2012.**

Análise Situacional da Meta

A meta ainda não foi alcançada, contudo um questionário foi elaborado e aplicado a todas as UF´s identificando quais possuem sistemas informatizados dentro do padrão do Sinesp objetivando o início da alimentação automática.

O Estado de Roraima será o Estado Piloto para o desenvolvimento dos sistemas nacionais de Atendimento e Despacho, Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados de Ocorrência, posteriormente tais sistemas serão utilizados pelos estados que não possuem os sistemas ou queira abandonar os que possuem por dificuldades financeiras ou atrasos tecnológicos.

O SERPRO está construindo um webservice para que os estados que possuem o sistema de Boletim de Ocorrência e o Termo Circunstanciado de Ocorrência façam a integração com o Sinesp, e, para tanto, escolheu o Distrito Federal como Estado Piloto para esta integração.

Esta meta é considerada de grande relevância porque visa atingir todas as unidades federativas do país, para que seja possível ter todas as informações relevantes para a definição das políticas de segurança pública no Portal Sinesp. É a parte mais importante do projeto e o maior avanço em relação a todas as tentativas do passado, pois somente alimentando as informações diretamente dos sistemas informatizados das UFs se obterá informações com mais qualidade.

Plano Mais Brasil

Principais dificuldades encontradas:
Foram verificados problemas técnicos por parte dos Estados em alimentar o Sinesp, pois os dados consolidados nos estados são diferentes dos dados de outras unidades da federação, por exemplo, as nomenclaturas das ocorrências dos crimes destoam de uma instituição para outra.

Previsão de realização para o próximo período:
No primeiro semestre de 2014 o objetivo é integrar ao Sinesp os sistemas de boletins de ocorrência de 12 unidades federativas que serão sede da Copa.

- **Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores**

Análise Situacional da Meta
Foram estabelecidas 4 etapas para o desenvolvimento do projeto de Gestão por Competências da PRF: Capacitação de servidores e definição dos Consultores da PRF; definição das Competências Institucionais e realização de workshops com gestores, consultores e grupos focais (concluído); mapeamento de competências propriamente dito; identificação das Lacunas (GAP) de competências e Plano de Capacitação.

A PRF executa no momento, o mapeamento de competências em sentido estrito, com previsão de finalização em dezembro de 2014.

O projeto encontra-se etapa de mapeamento propriamente dito. A primeira etapa foi concluída com a definição das competências institucionais.

- **Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União**

Análise Situacional da Meta
Com o novo Regimento Interno foi possível reorganizar a atual estrutura formal da PF, adequando as diversas atribuições desempenhadas, decorrentes das competências da União, em que procurou-se agregar as atribuições em virtude de sua natureza e dos fins a que se destina – prestação, fiscalização e controle de serviços e apuração de infrações penais, em dois ramos ou gêneros bastante distintos: Polícia Judiciária e Polícia Administrativa. Além dessa divisão das atividades em dois grandes ramos, houve alteração da subordinação direta da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, do Instituto Nacional de Identificação - INI, além de uma grande alteração e adequação da estrutura da Diretoria de Inteligência Policial - DIP, que reorganizou-se internamente a fim de dar maior efetividade nas ações de inteligência da Polícia Federal, com especial ênfase às ações voltadas a grandes eventos e prevenção de atos terroristas. Além da questão estrutural e regimental, houve um intenso trabalho da Diretoria de Administração e Logística Policial, voltado à melhoria da estrutura e recursos materiais do órgão, com a execução de diversos projetos de construção e reformas de unidades, aquisição de coletes balísticos, armamento, veículos, equipamentos de inteligência, dentre outros.

- **Proporcionar infraestrutura adequada para 70 unidades policiais da União**

Análise Situacional da Meta
Foram reformadas duas novas Superintendências Regionais, além de modernizadas as Delegacias de Juazeiro/BA, Presidente Prudente/SP e Campina Grande/PB.

Em 2014, estão previstas reformas em unidades nos seguintes estados: Minas Gerais, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, além das unidades de fronteira, que contam com acompanhamento específico.
Quantidade alcançada
5

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 21 Encontros dos Chefes de Inteligência - ENCHOI, para integração e nivelamento de conhecimento no âmbito Nacional e Regional**

Análise Situacional da Meta

Realizados 04 dos 05 previstos para o ano. Os ENCHOIs vêm sendo prestigiado por todos os órgãos estaduais de inteligência, com presença maciça dos responsáveis pelas diretrizes da inteligência em segurança pública no país, com público em torno de 40 participantes nos encontros Regionais e dos Estados de Fronteira e de 120 no encontro Nacional, incluindo-se os representantes da ABIN, DEPEN e representantes das Polícias Federal e Rodoviária Federal e das Secretarias Estaduais.

O Encontro Nacional não foi realizado, ainda assim os objetivos dos eventos foram atingidos, que foi a integração dos órgãos de inteligência de todo país, incentivando a cooperação entre as instituições, nas áreas Estaduais e Federais e apresentando sugestões de elaboração de planos de operações em conjunto e melhorias na difusão de informações e conhecimento.

Observações: O evento almeja padronizar as atividades de inteligência de segurança pública, com apresentação de práticas de sucesso e palestras de interesse da área e incentivar a integração dos órgãos de inteligência, sejam das Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, além do Departamento Penitenciário Federal e órgãos da segurança pública interessados.

Previsão de realização para o próximo período:
Para o ano de 2014, deverão ser realizados outros encontros Regionais, de Estados de Fronteira e Nacional.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Disponibilidade de recursos e datas compatibilizadas com as atividades dos participantes.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 27 Pactos Federativos entre a União, os estados e o Distrito Federal para implementação do SINESP nos moldes da Lei nº 12.681/2012**

Análise Situacional da Meta

A meta foi alcançada tendo em vista que todos os Estados e o Distrito Federal assinaram Termo de Adesão ao Sinesp.

Arranjos de Gestão:
Todo o projeto está sendo acompanhado pelos gestores estaduais do Sinesp, além dos órgãos do Ministério da Justiça, como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Departamento Penitenciário.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Problemas técnicos por parte dos Estados em alimentar o Sinesp, mas que estão sendo mitigados com os recursos enviados para a reestruturação dos parques tecnológicos das UF's.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências**

Plano Mais Brasil

institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizadas diversas ações de capacitação, dentre elas, atendimento pré-hospitalar, atuação em controle de distúrbios, técnicas policiais de combate ao crime, perícia em acidentes de trânsito. Há também iniciativas de capacitação para gestores do órgão, com a oferta de participação em cursos de MBA (Master Business Administration), mestrado, outras pós-graduações e cursos de aperfeiçoamento em áreas específicas. Porém, cursos específicos de acordo com o mapeamento de competências institucionais ainda não foram executados, pois o mapeamento das competências necessárias ainda está na fase de execução.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2012

- **Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2012 as seguintes unidades começaram a ser reformadas: Leônidas Sisteroli, Catalão e Jataí em Goiás; Dourados, Corumbá, Nova Alvorada, Paranaíba, Guia Lopes de Laguna e São Gabriel D'oeste em Mato Grosso do Sul; Leopoldina e Capivari em Minas Gerais; Itaguaí, Angra dos Reis, Mambucada, Parati, Campo Grande, Belvedere e Morro do Coco no Rio de Janeiro; Lages, Joaçaba, Guaramirim, Rio Negrinho, Blumenau, Concórdia, Xanxerê e Maravilha em Santa Catarina; Milagres, Senhor do Bonfim, Capim Grosso, Itabuna, Camacan, Gandu, Seabra, Ibotirama, Divisa e Eunápolis na Bahia; Contorno, São Caetano, Serra Talhada, Trevo do Ibó e Santa Maria da Boa Vista em Pernambuco; Café do Vento na Paraíba. Total de Reformas: 43.

A partir de 2013 começaram a ser reformadas as seguintes unidades: Delegacia Porangatu em Goiás; Posto Guaicurus, Posto Capey, Delegacia Coxim, Posto Três Lagoas, Posto Casa Verde, Posto Naviraí, Posto Caarapó e Posto Jaraguari em Mato Grosso do Sul; Posto João Monlevade e Posto Juiz de Fora em Minas Gerais; Delegacia Lages e Delegacia Mafra em Santa Catarina; Posto Campo Redondo no Rio Grande no Norte; Posto Açailândia, Posto Araguanã e Posto Peritiró no Maranhão; Posto Guaraí e Posto Palmeiras em Tocantins; Posto Presidente Figueiredo no Amazonas; Posto Oiapoque no Amapá. Total de Reformas: 21

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O alcance do objetivo de aprimorar o sistema prisional no Brasil é pautado pela implementação de ações que envolvem articulação com os poderes legislativo e judiciário, e ainda com as diversas pastas do poder executivo, tais como saúde, educação, trabalho e emprego.

Essa realidade demandou esforços significativos na coordenação de ações transversais e articuladas, o que representou um desafio para o alcance dos resultados planejados. As entregas do exercício de 2013 se consolidaram em oito frentes:

• O apoio aos Estados na geração de vagas prisionais;

• O fomento de ações que oportunizaram a garantia de direitos às pessoas presas;
• O fomento de ações que objetivam a qualificação dos servidores da execução penal, das práticas e dos estabelecimentos prisionais;
• O apoio às Unidades da Federação na desarticulação do crime organizado, por intermédio do Sistema Penitenciário Federal;
• O desenvolvimento de projetos para a geração de informações e conhecimento sobre o sistema prisional;
• A criação de mecanismos que permitam a redução do déficit carcerário;
• A implantação da Política de Alternativas Penais; e
• O Desenvolvimento de ações para a efetivação dos direitos das mulheres presas.

O Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional superou a estimativa de investimento de recursos públicos. Por intermédio dos ajustes celebrados está contratada a construção de mais de quarenta e sete mil vagas em estabelecimentos prisionais. A entrega dessas vagas está estimada para o segundo semestre de 2014.

Igualmente importante, buscou-se em 2013 a humanização do sistema prisional por meio da implementação de ações que garantem direitos das pessoas presas e oportunizam a reintegração social. Neste sentido vale ressaltar as iniciativas realizadas nos eixos trabalho e renda, assistência social, saúde e educação.

No eixo de trabalho e renda, em 2013 foi aberto o 2º ciclo do Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes - PROCAP, que contemplou a transferência de recursos para os Estado do Amazonas, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Foram beneficiadas por essas ações 890 pessoas presas. Além disso, com a instituição do PRONATEC, no âmbito do Ministério da Educação, por força do Decreto 7.5892011, o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN iniciou as tratativas para a inclusão da população carcerária no programa ainda em 2012. Em 2013, o Acordo de Cooperação celebrado entre Ministério da Justiça e Ministério da Educação foi publicado, garantindo 90.000 vagas para o sistema prisional. As vagas foram disponibilizadas para toda a população carcerária (regimes fechado, semi-aberto, aberto, e presos provisórios), egressos e cumpridores de alternativas penais. Como resultado das ações executadas, foram obtidos os seguintes números: 5.349 matrículas efetivadas em 2013 e 32.722 vagas pactuadas para o exercício de 2014. Em ação articulada pela Comissão de Mulheres do DEPEN, foi formalizada parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Centro – SUDECO, do Ministério da Integração Nacional, no âmbito do Programa Reeducandas para a Liberdade, cujo objeto é o financiamento de galpões produtivos em penitenciárias femininas na região Centro-Oeste. O DEPEN é responsável pela disponibilização de vagas em cursos do PRONATEC para as presas das unidades prisionais femininas cujos galpões foram construídos pela SUDECO.

Na área de Assistência Social, as articulações avançam no sentido de instituir um Plano Nacional de Assistência Social no Sistema Prisional. Um dos resultados que pode ser mencionado é o estabelecimento de agenda para a inserção das famílias de presos, internados e egressos no Cadastro do Sistema Único de Assistência Social (CADSUAS).

No eixo saúde, um avanço importante para a garantia de direitos fundamentais e humanização do sistema prisional foi a aprovação unânime da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP, pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT. Espera-se por meio da PNAISP, o aumento na cobertura de atenção à saúde da população em privação de liberdade de 38% para 50% até 2014 com perspectiva de atingir 100% em 2019, de maneira organizada, resolutiva e estruturada na lógica do Sistema Único de Saúde. Vale ressaltar também que três Unidades da Federação receberam recursos para o aparelhamento de Centros de Atenção Materno Infantil (Amapá, Rio de Janeiro e Roraima), inciativa que beneficiará 2.033 pessoas presas. Por fim, no que se refere à saúde mental, em 2012 foi estruturado um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de produzir uma proposta de implantação de modelos substitutivos à aplicação das medidas de segurança e aos processos de saúde mental

Plano Mais Brasil

no Sistema Prisional, de acordo com os paradigmas da reforma psiquiátrica, por meio de ações intersetoriais voltadas aos pacientes judiciários. O grupo realizou diversas reuniões e eventos em Brasília com o intuito de discutir a questão. A proposta foi finalizada em 2013 e aprovada na Comissão Intergestores Tripartite - CIT, no âmbito do Ministério da Saúde.

Na área da educação, como conquistas do ano de 2013, pode-se ressaltar o início da execução do Plano Nacional de Educação nas Prisões, através da efetivação das Resoluções do FNDE/MEC n° 44/2013 e 48/2013, as quais previam a ampliação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e elevação do número de novas matrículas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), respectivamente, bem como o início da execução do Projovem Urbano nas unidades prisionais, publicado através da Resolução FNDE/MEC nº 54/2012. Importante também apontar que em maio de 2013 foi realizado o ENCCEJA nas unidades prisionais e socioeducativas, tendo contado com a adesão de todas as Unidades Federativas, e um total de 23.438 inscritos. Ressalta-se que não houve ENCCEJA PPL nos anos de 2011 e 2012 e que os números acima se referem ao sistema prisional e socioeducativo. Ainda em 2013, foi aplicado em dezembro o ENEM nas unidades prisionais, que teve um total de 28.342 inscritos.

Também fundamental para a evolução da política criminal e prisional foram os avanços obtidos na área de alternativas penais. Foram instalados quatro Centros de Monitoração Eletrônica, nos Estados de Alagoas, Paraíba, Goiás e Bahia. Estima-se que em julho de 2014 as centrais já estejam em funcionamento. Além disso, a implantação do Sistema Nacional de Alternativas Penais com o fito de ampliar o trabalho já realizado disponibilizou recursos para a criação de três centrais integradas de alternativas penais, em três Unidades da Federação.

Outra iniciativa é o apoio aos Estados no combate ao crime organizado que é feito pelo Sistema Penitenciário Federal. Em 2013 o Sistema Penitenciário Federal avançou na conclusão de seu primeiro ciclo. Nesse exercício houve a contratação da Penitenciária Federal em Brasília, em um investimento previsto de R$ 34 milhões, para 208 vagas geradas. A obra foi iniciada e está com cronograma em dia. A fundação do empreendimento está iniciada e já foram concluídas as etapas de limpeza do terreno, terraplanagem e compactação do solo.

Metas 2012-2015

- **Apoiar no mínimo 20% das vagas geradas no sistema carcerário pelas unidades da federação**

  Análise Situacional da Meta

  O investimento total na criação de vagas prisionais até o final de 2013 foi de R$ 874.721.008,13. Esses recursos foram investidos na contratação de 48.278 vagas prisionais.

  O recorte sobre o percentual de vagas geradas no sistema carcerário com o apoio do governo federal está prejudicado, nesse ciclo de monitoramento, em razão da não publicação dos dados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, em razão da substituição desse sistema pelo Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN.

  Em 2012, o governo federal entregou com recursos do Fundo Penitenciário Nacional a geração de 3.296 novas vagas em estabelecimentos prisionais, representando 24% do total de vagas geradas no país naquele ano (13.661 novas vagas). E aportou R$ 358.536.699,00 em recursos nos Estados e no Distrito Federal para a contratação de 17.463 vagas.

  Em 2013, foram investidos outros R$ 247.051.126,50 nos Estados e no Distrito Federal para a contratação de 21.720 novas vagas. Destas contratações ainda serão empenhados outros R$ 328.749.757,60 em 2014 e 2015.

  Quantidade alcançada

  24

Data de Referência

28/12/2012

- **Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão**

Análise Situacional da Meta

A efetivação dos direitos das mulheres no Sistema Penal tem como objetivo satisfazer suas necessidades especificas, visando a melhoria das condições de cumprimento da pena.

Comprometida em modificar a atual situação relativa ao encarceramento feminino, está em discussão uma proposta elaborada pela comissão especial, responsável por elaborar, juntamente com outros órgãos, uma política nacional específica para as mulheres presas e egressas do sistema penal.

A proposta foi amplamente discutida com outras pastas e secretarias. Além disso, foram transferidos aproximadamente R$ 225 milhões para geração de vagas prisionais femininas, cujos projetos atendem as Leis nº 11.942/09 e nº 12.121/09. Apenas no exercício de 2013 foram contratadas 2.800 vagas.

Outras ações podem ser mencionadas, como o investimento de recursos para aparelhamento de Centros de Referência Materno Infantil. No exercício de 2013 três Unidades Federativas foram contempladas: Amapá, Rio de Janeiro e Roraima.

- **Criar 42,5 mil novas vagas no sistema prisional pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional.**

Análise Situacional da Meta

A transferência de recursos federais destinadas ao Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional ultrapassou os valores inicialmente previstos, chegando à monta de R$ 1.199.646.113,19.

No total dos ajustes celebrados foram contratadas 47.419 vagas prisionais até o final de 2013. A entrega dessas vagas está prevista para o final de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

20/12/2013

- **Implantar o instituto da liberdade vigiada por meio do monitoramento eletrônico**

Análise Situacional da Meta

A criação do instituto da liberdade vigiada, por meio do monitoramento eletrônico, é uma pauta importante para o aprimoramento da execução penal, pois representa uma opção viável ao encarceramento.

Um dos principais desafios à implementação desse mecanismo foi a avaliação das melhores práticas para o desenvolvimento de sua metodologia, ponderando o público-alvo almejado para o atendimento: preso provisório; cumpridores de medidas cautelares e medidas protetivas de urgência e população carcerária vulnerável.

A partir de visitas técnicas em diversos Estados da Federação, que já utilizavam o instrumento da monitoração eletrônica, e das diretrizes definidas, o diagnóstico foi consolidado num projeto piloto, cuja aprovação ocorreu após discussão de seu conteúdo em Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério da Justiça.

A materialização do projeto dar-se-á por meio da implementação de centrais de monitoramento. No exercício de 2013 foram transferidos cinco milhões e trezentos mil reais para a implantação dessas centrais nos Estados de Alagoas, Paraíba, Goiás e Bahia. Vale ressaltar que a capacidade de atendimento de cada central é de 500 pessoas por mês.

Plano Mais Brasil

Por fim, importante aspecto a ser salientado é o ineditismo no fomento deste tipo de iniciativa no âmbito do Governo Federal.

- **Implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Alternativas Penais – SINAPE foi finalizado em setembro de 2013 a partir de discussões em Comissão criada para esse fim, composta de integrantes do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

O resultado do trabalho está consolidado num anteprojeto de Lei. O documento dá uma nova abrangência para a antiga politica de penas e medidas alternativas, incluindo as medidas cautelares diversas da prisão, as medidas protetivas de urgência e a justiça restaurativa.

Se aprovado pelo Congresso Nacional, as previsões contidas representarão um marco no ordenamento jurídico para esse tema. As disposições previstas no anteprojeto prevêem de forma clara as atribuições dos poderes executivo e judiciário em todas as esferas de governo, no que tange a alternativas penais.

Estima-se o encaminhamento ao legislativo em meados de 2014 e a aprovação pelo Congresso Nacional ainda nessa legislatura.

Para induzir a utilização dessas práticas no país foram transferidos recursos do Governo Federal para a implementação de centrais integradas de alternativas penais aos Estados do Espirito Santo, Alagoas e Paraíba. Estima-se que todas estejam em funcionamento ao final de 2014.

- **Implementar mecanismo de mensuração da reiteração criminosa no Brasil**

Análise Situacional da Meta

As informações da execução da pena, da prisão cautelar e da medida de segurança serão consolidadas por intermédio do Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN.

O desenvolvimento do Sistema foi iniciado em 2013 e se encontra em estágio avançado. Estima-se que no segundo semestre de 2014 esteja em operação.

A operacionalização será liberada em estágios progressivos para as Unidades Federativas, a depender da infraestrutura e das condições técnicas de cada Estado, visto que sua utilização está condicionada à integração com as bases de dados dos órgãos envolvidos no sistema de justiça.

As dificuldades de comunicação entre os atores do sistema de justiça demandou que a solução fosse desenvolvida com requisitos de interoperabilidade, ou seja, com a integração dos demais sistemas que armazenam informações sobre a população prisionais e os envolvidos em ilícitos.

O SISDEPEN consolida as informações já existentes anteriormente, registradas no Sistema de Informações Penitenciárias - INFOPEN, e ainda agrega requisitos funcionais de informações mais detalhadas, que respondem inclusive questões pessoais do preso, tais como o tempo de pena a cumprir. Isso é possível em razão de sua base de dados ser alimentada pelos órgãos de segurança pública, ministério público, poder judiciário, além das administrações prisionais.

Apesar de não estar liberado para uso, o sistema possui requisitos que estão em funcionamento.

Um dos principais desafios encontrados, e que ainda persiste, é a necessidade de ações politicas e de coordenação com os demais poderes e órgãos judiciários. Essas dificuldades serão sanadas por intermédio do Conselho Nacional de Justiça, o que oportunizará o devido funcionamento do sistema.

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

As ações realizadas pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE estão ligadas aos projetos aprovados pelo Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA – CGCOPA, pela Matriz de Responsabilidades e pelas finalidades previstas no Planejamento Estratégico da Copa do Mundo FIFA 2014.

Com vistas ao estabelecimento de um legado que ofereça uma grande melhoria dos serviços prestados pelas instituições de segurança pública e pela defesa civil nos Estados que sediarão os eventos, tem-se investido para dotar as forças com equipamentos e modernas tecnologias que irão transformar a maneira como se previne e se combate o crime no Brasil.

Para a implementação do Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, que tem por finalidade dotar as diversas instituições parceiras, como a Agência Brasileira de Inteligência, a Força Nacional de Segurança Pública, o Departamento da Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal do Brasil, as Polícias Civis e Militares e Corpos de Bombeiro dos Estados-sede, tem sido realizados investimentos em equipamentos, sistemas e soluções, bem como no treinamento e capacitação para o nivelamento e aprimoramento de conhecimento dos profissionais de segurança pública que atuarão durante os grandes eventos.

Dentre os investimentos, faz-se destaque especial ao Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC, que comandará de forma integrada todas as operações policiais e de prestação de serviços que visam à proteção do cidadão, nas cidades-sede, a partir de uma visão privilegiada do aparelho urbano. Câmeras, sensores, rádio comunicação, tecnologias embarcadas em viaturas e helicópteros, além de centros integrados e delegacias móveis, oferecerão às polícias, aos corpos de bombeiros, aos órgãos de trânsito e de defesa civil, ferramentas para uma atuação proativa, baseada em estatísticas e dados precisos, proporcionando o dimensionamento correto e a aplicação necessária de logística e efetivo em tempo real.

Há também a preocupação em prover as corporações de meios para lidar com crimes envolvendo artefatos químicos, biológicos, radiológicos, nucleares ou explosivos. Foram adquiridos kits antibombas que permitirão a detecção e a resposta a tais situações. Trata-se de equipamentos de grande valor agregado de tecnologia e utilizado por países como os EUA e pela Comunidade Europeia. Além disso, a compra de equipamentos menos letais oferecerá condições para que o policial possa ter, como primeira resposta, armas dissuasórias de menor potencial ofensivo.

Os corpos de bombeiros dos Estados-sede passarão a dispor de modernos desencarceradores de grande impacto e almofadas pneumáticas para retirada de pessoas de veículos envolvidos em acidentes ou em estruturas colapsadas, diminuindo o tempo de resposta e aumentando as chances de vida do acidentado.

Mas as inovações não se resumem à aquisição desses equipamentos. O legado deixado pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, passa também pela modernização do modo de atuar das instituições. A partir dos grandes eventos, as forças de segurança pública e de defesa civil passam a utilizar o conceito de protocolos integrados de atuação. Isso significa dizer que para cada situação possível de ocorrer, um protocolo pré-existente pode ser acionado, fazendo com

que as instituições saibam exatamente o que fazer e com que apoio contar das demais forças. Isso aumenta a agilidade na resposta às ocorrências e evita que a mesma providência seja adotada duas vezes, o que gera economia de recursos públicos. Isto tudo está sendo feito por todas as instituições, em conjunto, o que garante o sucesso do trabalho. A capacitação profissional também é um eixo de trabalho importante. Os servidores dos órgãos federais e dos Estados-sede da Copa do Mundo, que recebem instrução e treinamento, ao retornar para suas instituições, multiplicam os conhecimentos recebidos nas mais variadas áreas do conhecimento. Além das capacitações executadas pela SESGE, ocorrem também capacitações nos Estados-sede por meio de Convênios celebrados, bem como por Termos de Cooperação com DPF, DPRF e ABIN a fim de preparar seus servidores para atuarem em grandes eventos. Toda essa gama de técnicas, métodos e conhecimentos adquiridos contribuirá para o aprimoramento da atuação policial rotineira de cada órgão.

Nos eventos realizados em 2013 - Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, já pode ser materializada a integração dos Centros de Comando Móveis, das Plataformas de Observação Elevada e dos imageadores aéreos, tendo sido comandados de forma integrada todas as operações policiais e de prestação de serviços que visavam à proteção do cidadão nas cidades-sede. Neste período dos eventos, a SESGE conseguiu testar grande parcela das funcionalidades do SICC e, por meio de articulações institucionais, as aquisições, capacitações e coordenação de ações de inteligência e operações foram realizadas e estão sendo aperfeiçoadas, para que a Copa do Mundo FIFA 2014 seja segura e pacífica, conforme disposto no Plano Estratégico de Segurança Pública e Defesa para a Copa do Mundo 2014. Com o êxito da operação dos Centros Integrados de Comando e Controle e demais tecnologias e equipamentos durante os eventos da Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, estes continuaram sendo utilizados pelos governos estaduais em suas atividades rotineiras de segurança pública ou em eventos locais.

No nível operacional, para cada cidade-sede foi desenvolvida uma Matriz de Ações Operacionais, que visou sistematizar, padronizar e priorizar a sequência de atividades de segurança a serem realizadas nas áreas de interesse operacional. Estão sendo discutidas estratégias e medidas para garantir o controle da violência, tratando das singularidades de cada local. O uso de ferramentas de inteligência é indispensável para este mapeamento. Foram adquiridos conjuntos embarcados de equipamentos e sinais para os Estados-sede, fortalecendo a área de inteligência.

A segurança está sendo tratada de forma sistêmica, de modo que não só os eventos transcorram de maneira segura, mas que após o ato final de cada um deles, a população seja beneficiada efetivamente com um incremento de sua segurança. Aproximadamente 2.200 policiais (militares, federais, civis, rodoviários federais e bombeiros militares) atuaram na segurança do evento Final Draw – cerimônia do sorteio dos grupos da Copa do Mundo, realizado na Costa do Sauípe, litoral norte da Bahia.

Com a utilização de dois veículos CICC-Móvel; uma POE; um imageador aéreo, equipamentos de inteligência, além do CICCR/BA e CICCN, o evento ocorreu sem nenhuma intercorrência. Foi realizada a segurança de autoridades, atletas, membros da imprensa e convidados VIP´s, totalizando cerca de 4.000 pessoas.

O sucesso da segurança do Final Draw foi resultado do planejamento integrado coordenado pelo Ministério da Justiça, por meio da SESGE/MJ, com a participação das forças de Segurança Pública e do Comitê Organizador Local – COL FIFA.

Metas 2012-2015

- **34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos**

  Análise Situacional da Meta

  A capacitação de 34.000 profissionais em segurança pública para atuarem nos grandes eventos é coordenada pelo

Ministério da Justiça, em parceria com os órgãos federais (Departamento da Polícia Federal - DPF, Departamento da Polícia Rodoviária Federal - DPRF, Agência Brasileira de Inteligência - ABIN) e estaduais (Secretarias de Estado de Segurança Pública).

Em 2012 foram firmados 14 convênios com os Estados-sede da Copa do Mundo (12 com as Secretarias de Estado de Segurança Pública e 02 com os Corpos de Bombeiros de São Paulo e Rio de Janeiro), Termos de Cooperação com a Polícia Federal e com a Agência Brasileira de Inteligência, e a contratação da Fundação Getúlio Vargas para capacitação de gestores, visando atender as necessidades dos órgãos parceiros e das Diretorias da SESGE. Os Estados beneficiados e a SESGE iniciaram em 2013 as capacitações e treinamentos dos profissionais em segurança pública, abrangendo diversas áreas temáticas, tendo sido capacitados 10.077 profissionais durante o ano. Destes, 4.299 foram capacitados por intermédio de Termos de Cooperação com DPF e DPRF, e com a Embaixada dos Estados Unidos; e também diretamente pela SESGE em conjunto com as empresas fornecedoras de produtos e soluções para o Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC, habilitando esses profissionais a operarem nos CICC´s.

Quantidade alcançada

10.077

Data de Referência

31/12/2013

- **Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos Grandes Eventos**

Análise Situacional da Meta

A meta tem por objetivo o fortalecimento das instituições de segurança pública, de Defesa Civil e de Corpo de Bombeiros, e envolve aquisições de forma direta com posterior doação aos Estados-sede, por meio de Termos de Convênio, e por Termos de Cooperação com a ABIN, o DFNSP, –o DPF, a PRF e –a RFB.

Com o aumento da demanda gerada pelos grandes eventos, os órgãos de segurança pública e as instituições envolvidas receberam investimentos para contratações e aquisições de equipamentos, materiais e sistemas para adequarem os seus serviços a fim de suportar tal demanda.

Para cumprimento da meta foram adquiridas, em 2013, 12 unidades de Delegacias Móveis para as Polícias Civis, as quais serão entregues no início do ano de 2014; 10 lanchas de patrulhamento e respectivos reboques para o Estado do Amazonas; 12 unidades-veículos de Conjunto de Equipamentos Embarcados de Inteligência de Sinais; e aquisição de mais equipamentos e munições menos letais, para serem entregues aos Estados-sede da Copa do Mundo 2014.

Os órgãos parceiros ABIN, DFNSP, DPF, DPRF e Receita Federal do Brasil investiram em infraestruturas móveis (ônibus, motocicletas, veículos blindados, viaturas especiais), em materiais e equipamentos táticos e operacionais, e de radiocomunicação, soluções e sistemas de inteligência, sistema de controle de pontos de entrada no país (sistema Alerta Brasil, escâneres), a fim de garantir que ocorram as ações de segurança pública para a realização dos Grandes Eventos. Das demais aquisições já foram entregues aos Estados-sede os equipamentos, armamentos/munições menos letais e máscaras antigases, equipamentos antibomba, e conjuntos de desencarceramento aos Corpos de Bombeiros.

- **Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados 4.635 Policiais Rodoviários Federais em 2013. Apesar de não serem cursos específicos, são cursos que possuem relevância para as ações de segurança durante os Grandes Eventos, como Cursos para Controle de Distúrbio, Técnicas Policiais de Combate ao Crime, Motociclista batedor e policial, Operações de Inteligência, Operadores de Voo e Atendimento Pré-Hospitalar.

Quantidade alcançada

Plano Mais Brasil

4.635
Data de Referência
31/12/2013

- **Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC abrange os Centros Integrados de Comando e Controle – CICC, Nacionais, Regionais e Móveis, e visa à integração entre os órgãos envolvidos nas ações de segurança pública, concentrando em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada dando uma resposta ao fato com mais rapidez, por meio de protocolos de ação pré-definidos com todos os órgãos envolvidos. A utilização dos CICC Móveis é mais focada no evento que está sendo monitorado, repassando as informações aos CICC Regionais e/ou atuando no caso específico.

Os CICC Nacionais estão instalados nas cidades de Brasília e no Rio de Janeiro (backup), os CICC Regionais estão localizados um em cada cidade-sede da Copa, e os CICC Móveis estão assim distribuídos: 03 (três) unidades para Belo Horizonte, 03 (três) unidades para São Paulo, 03 (três) unidades para Rio de Janeiro, e 02 (duas) unidades para cada uma das demais cidades-sede.

Os Centros Integrados de Comando e Controle possuem uma infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados – CPD; sistema de vídeo wall integrado; sistema de imageamento aéreo; infraestrutura de dados/voz/elétrica; equipamentos de tecnologia como: servidores, storage de armazenamento, switch, biblioteca de backup, estações de trabalho, e softwares de operação e administração, que proporcionam a necessária confiabilidade ao sistema, afastando ao máximo a possibilidade de interrupção dos serviços.

No ano de 2013, o maior investimento na área deu-se com a contratação da Solução Integradora para o SICC. Esta ferramenta é o conjunto de sistemas (software e hardware) que efetivamente fará a integração das informações de segurança pública, interligando os 02 CICC Nacionais e os 12 CICC Regionais, em tempo real.

Para compor o SICC também foram realizadas contratações/licitações para link de dados nacionais e regionais (Rede WAN), mobiliário e infraestrutura não técnica, equipamentos e sistemas para os CICC Móveis para melhorar a capacidade da solução. As entregas desses produtos e sistemas estão de acordo com o planejado pela área técnica, seguindo um rígido cronograma estabelecido, onde a execução das etapas é encadeada de modo sequencial a fim de garantir a conclusão do projeto com êxito.

Dos demais produtos componentes do SICC, o sistema de vídeo wall integrado e a sala-cofre estão praticamente concluídos, restando ajustes técnicos em apenas 03 cidades-sede para finalizar a instalação de todo o sistema; todas as 27 unidades de CICC Móveis foram entregues nas respectivas cidades-sede e estão em plena operação; 22 unidades de Plataformas de Observação Elevada foram entregues e encontram-se em funcionamento; e 06 sistemas de imageamento aéreo estão instalados, tendo sido utilizados com êxito nos eventos Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, e os demais tem previsão de entrega para janeiro de 2014.

O Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC (02 CICC Nacionais, 12 CICC Regionais e 27 CICC Móveis) está com aproximadamente 70% de toda infraestrutura, sistemas, soluções e equipamentos que o compõe em funcionamento.

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A Polícia Rodoviária Federal - PRF intensificou em 68,55% suas ações de educação para o trânsito desde 2012, tendo atingido 563.960 pessoas conscientizadas ao término de 2013, o que indica que a meta estipulada para o quadriênio poderá ser suplantada ao término de 2015. A capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização foi ampliada com a implantação do sistema de videomonitoramento de rodovias no Rio Grande do Sul e integração com pontos de monitoramento das empresas concessionárias de rodovias federais, bem como por meio da implantação do sistema de radiocomunicação digital no Paraná. O sistema digital amplia a capacidade de policiamento e fiscalização, ao passo que fornece comunicação às áreas sem cobertura, favorecendo maior sigilo, confiabilidade e ininterruptabilidade dos serviços.

Em 2014, há previsão de ampliação do sistema de videomonitoramento no Distrito Federal e região do entorno, e do sistema de rádio comunicação digital em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, favorecendo assim a segurança viária.

Metas 2012-2015

- **Alcançar 500.000 pessoas, anualmente, com ações de educação para o trânsito.**

  Análise Situacional da Meta

  Foram desenvolvidas ações de educação para o trânsito, conscientizando 210.000 pessoas durante o ano de 2012 e 353.960 pessoas em 2013. Dessa forma, até o momento, tem-se 563.960 pessoas alcançadas com ações de educação para o trânsito.

  Quantidade alcançada

  563.960

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015.**

  Análise Situacional da Meta

  Foi implantado o sistema de videomonitoramento no estado do Rio Grande do Sul, o qual cobre 4 trechos críticos de acidentes, totalizando 40 Km de extensão, tendo sido observada uma redução próxima a 75% nos acidentes com vítimas fatais nesse trecho.

  Está em fase de implantação o projeto de videomonitoramento da PRF no Distrito Federal, que cobrirá mais 9 trechos críticos com um total de 250 pontos de monitoramento, totalizando 500 Km com o sistema inteligente de videomonitoramento.

  Quantidade alcançada

  4

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional**

  Análise Situacional da Meta

  Iniciativas para ampliação da parceria entre a PRF e SAMU foram intensificadas em 2012 e 2013, mediante convênios do Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, no que se refere a ambulâncias de atendimento pré-hospitalar. Para o ano de 2014, frente à expansão das atividades do SAMU com ambulâncias, o convênio será renovado contemplando

Plano Mais Brasil

apenas aeronaves de atendimento pré-hospitalar e resgate.

- **Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais para 6.000.000 no quadriênio 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Realizados 648.405 testes em 2012 e 1.523.334 testes de alcoolemia no ano de 2013, totalizando 2.171.739 testes.
Quantidade alcançada

2.171.739
Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar a quantidade total de veículos fiscalizados nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram fiscalizados 5.918.593 veículos e 8.056.978 veículos no ano de 2013, totalizando 13.975.571 nestes últimos anos. As metas regionais estão próximas do estipulado. Estão sendo desenvolvidas ações para incentivar as unidades das regiões que ainda não alcançaram a meta possam se ajustar.
Quantidade alcançada

13.975.571
Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	%	13,31	31/10/2013
Região Nordeste	27	%	23,16	31/10/2013
Região Norte	10	%	9,37	31/10/2013
Região Sudeste	25	%	24,25	31/10/2013
Região Sul	23	%	29,9	31/10/2013

- **Implantação de 4 novas bases de resgate aeromédico**

Análise Situacional da Meta

Não foram adquiridas novas aeronaves até o momento, razão pela qual ainda não foram implantadas novas bases.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária**

Análise Situacional da Meta

O Centro de Estudos de Segurança Viária Compreende uma estrutura dedicada a estudos a respeito do tema, com foco nas rodovias federais, de forma a induzir a construção de políticas públicas voltadas à garantia de segurança nessa área de atuação da PRF. Com a implantação da nova estrutura da PRF, será criada uma Coordenação-Geral com esta competência. Desta forma, há perspectiva de implantação do Centro para 2014, com o advento da nova estrutura da PRF.

- **Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados**

Análise Situacional da Meta

A implementação de unidade de Comando e Controle é o resultado de um esforço procedimental, de aquisição de equipamentos para operação e geração de conhecimento e também capacitação do efetivo destinado ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao despacho e controle destas ações. Do ponto de vista procedimental tem-se trabalhado na documentação necessária às definições do fluxo de informações e demais temas relacionados à

alimentação de dados aos sistemas que funcionarão nas Centrais de Comando e Controle. Quanto à aquisição de equipamentos, aguarda-se a entrega dos equipamentos adquiridos à unidade do Comando e Controle. Estão sendo levantadas as necessidades das regionais para aquisição de equipamentos visando a uniformidade das unidades que passarão a operar atividades de Comando e Controle. No que tange à utilização de software para o Comando e Controle, o Sistema de Monitoramento de Viaturas está em pleno funcionamento e operando em todas as regionais. A CCO é demandante dos Sistemas de Parte Diária Eletrônica e Central de Atendimento e Despachos e o Sistema de Consultas Integradas que cobrirão grande parte das atividades desempenhadas nas unidades de Comando e Controle. Desta forma, as atividades voltadas ao funcionamento das unidades de Comando e Controle da Polícia Rodoviária Federal encontram-se em desenvolvimento, bem como as devidas documentações e capacitações para operação das ferramentas de informação.

- **Integração do Plano Nacional Viário (PNV) com o Sistema de Processamento de Multas (SISCOM)**

Análise Situacional da Meta

A ferramenta de TI (Tecnologia da Informação) responsável pela integração dos sistemas da PRF com o PNV está em fase de testes. A previsão para que esteja concluída e em operação é o mês de janeiro de 2014. Entretanto, para que haja integração com o sistema de Multas em específico, a previsão é dezembro de 2014, tendo em vista que esse sistema, como todos os demais, passará por uma reformulação total.

- **Modernização do Sistema BR-BRASIL/PRF como sistema único de atendimento de acidentes**

Análise Situacional da Meta

Está em fase de produção uma nova ferramenta para registro de acidentes, com previsão para começar a operar em dezembro de 2014.

- **Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias**

Análise Situacional da Meta

O Projeto de monitoramento eletrônico de rodovias com câmeras foi iniciado e está em desenvolvimento. Inicialmente serão implantados 50 pontos no Distrito Federal, com previsão de início de operação ainda em 2014, para os quais foi empenhada parte da infraestrutura de rede necessária no exercício 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

As ações previstas para o alcance desse objetivo têm a finalidade de combinar as políticas de segurança pública elencadas no Sistema Único de Segurança Pública e no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, com os projetos prioritários desenvolvidos pelo Governo Federal.

Tais ações são voltadas para a prevenção e a repressão das causas que levam à violência nos territórios, através do desenvolvimento de iniciativas que visam: à reativação de vínculos comunitários, à promoção do envolvimento, à proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis, à ampliação do policiamento comunitário e preventivo, à difusão do modelo de justiça comunitária, à ampliação do acesso à Justiça, promovendo o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, ao fortalecimento dos municípios na segurança pública com a

implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, à ampliação da presença dos Estados nas regiões de maior vulnerabilidade criminal, bem como ao fomento da política de prevenção e redução dos crimes letais intencionais no território nacional.

Nesse sentido, os projetos voltados a prevenir a violência e criminalidade dialogam com os projetos prioritários do Governo Federal, integrando ações voltadas a reduzir as circunstâncias que propiciam a violência e criminalidade, com as ações focadas ao enfrentamento do tráfico de drogas, no âmbito do Programa Crack, É Possível Vencer, e do Programa Brasil Mais Seguro, no combate à impunidade e qualificação da investigação criminal e produção de prova.

O programa de redução da criminalidade violenta, denominado Brasil Mais Seguro, tem como objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e de produção de prova, bem como proporcionar maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal.

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada e as diretrizes de pacto federativo. As ações a serem empreendidas serão construídas juntamente com os governos locais, conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios e as desigualdades regionais.

Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança, Enfrentamento à Impunidade, Aumento da Sensação de Segurança e Controle de Armas.

Em 2012, para implantação do Programa Brasil Mais Seguro houve a pactuação com o Governo do Estado de Alagoas, tendo sido realizado, no segundo semestre, o colóquio sobre homicídios junto ao Estado da Paraíba. No primeiro semestre de 2013, foram pactuados os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, bem como apoiadas ações de enfrentamento à criminalidade violenta no entorno do Distrito Federal, com assinatura de Acordo de Cooperação com o Estado de Goiás.

Com a implantação do Brasil Mais Seguro em Alagoas, foi possível alcançar a redução de 9% dos crimes violentos em todo o estado e 18% na capital Maceió.

No tocante ao fortalecimento do papel dos municípios na Segurança Pública, serão direcionadas linhas de investimentos para desenvolvimento de projetos voltados a: Estruturação física dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGI-M (sala do pleno e secretaria executiva) e Gabinetes de Gestão Integrada de Consórcios Municipais; estruturação das Secretarias Municipais de Segurança e/ou órgãos de gestão da Segurança Pública em âmbito municipal e/ou de Consórcios Municipais voltados para Segurança Pública; fortalecimento das Guardas Municipais, nas cidades com elevados índices de homicídios, principalmente nos 400 Municípios mais violentos em taxas de homicídios, localizados na faixa de fronteira, assim como os que estão priorizados em políticas do Governo Federal, tal como Juventude Viva, possuam conselho de direitos de criança e adolescente, mulher, negros e população LGBT, entre outros.

Além disso, está em curso o Programa Crack, é possível vencer, em parceria com diversos órgãos, Estados, Distrito Federal e municípios. As ações desenvolvidas no programa são pré-definidas e exigem a pactuação com os entes federados por meio da assinatura de um Termo de Adesão e definição de um cronograma de atuação conjunta. Nesse

Programa, o desenvolvimento do Eixo Autoridade, no qual as ações de segurança pública irão se concentrar em duas vertentes: no combate às organizações criminosas e implantação do policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de crack e outras drogas. Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas.

Nesse Eixo estão as seguintes ações:

Implementação de policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas onde são instaladas bases móveis e câmeras de videomonitoramento fixo, com o objetivo de prestar atendimento às pessoas que trabalham, residem ou circulam no local, orientação aos usuários de drogas acerca da rede de proteção e cuidado existentes, assim como possibilitar maior segurança com a identificação e prisão de traficantes. A expectativa é que a utilização de câmeras, móveis e fixas, contribua para inibir a prática de crimes, principalmente o tráfico de drogas, possibilitando uma atuação mais eficaz às equipes de saúde e assistência social. Imprescindível destacar que a atuação do Eixo Autoridade deve estar articulada com as ações dos demais eixos, exigindo dos gestores das três esferas da administração uma atuação integrada de forma a possibilitar uma rede de proteção aos usuários de drogas e seus familiares. Tal proposta é extremamente desafiadora, em razão da habitual fragmentação das ações, especialmente considerando áreas de atuação tão distintas; superado este desafio, temos a implementação da política pública de forma integral, beneficiando a população em suas necessidades mais básicas de saúde, segurança e inserção social.

Para tal finalidade são disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e municípios que aderirem ao programa e que manifestarem interesse equipamentos permanentes e módulos de capacitação aos profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso, assim como ampliação no número de instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd. Os equipamentos são compostos de Centros de Comando e Controle Móvel (microônibus) com haste telescópica e cinco câmeras de videomonitoramento móvel, além de 20 pontos fixos de vídeomonitoramento por base, veículos sedan, motocicletas, equipamentos de menor potencial ofensivo (pistolas de condutividade elétrica e espargidores de gás lacrimogêneo). No âmbito do Proerd, são desenvolvidas atividades de prevenção por meio da educação, informação e capacitação, especialmente junto às escolas públicas, bem como de dotar as Polícias Militares de todo o país de equipamentos que possibilitem a expansão do Programa, especialmente em locais de maior vulnerabilidade à violência e consumo de drogas.

Em 2013, 17 (dezessete) Estados (RS, SC, PR, SP, RJ, ES, MG, MS, GO, PE, AL, PI, CE, AC, PA, RN e PB) e o Distrito Federal aderiram ao Programa, que em sua extensão atendeu aos municípios com população igual ou superior a 200.000 habitantes. Até junho de 2013, 42 Municípios assinaram a Adesão ao Programa. RS - 1 (Porto Alegre), SC – 1 (Florianópolis), PR – 6 (Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa), SP – 16 (São Paulo, Araraquara, Carapicuíba, Itaquaquecetuba, Jundiaí, Limeira, Marília, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo e Sorocaba), RJ – 10 (Rio de Janeiro, Niterói, Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Itaboraí, Macaé, Magé, Petrópolis, São João do Meriti e Volta Redonda), ES – 1 (Vitória), MG – 11 (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia), MS - 1 (Campo Grande), GO – 3 (Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia), PE – 1 (Recife), AL – 1 (Maceió), PI – 1 (Teresina), CE – 4 (Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte e Maracanaú), AC – 1 (Rio Branco), PA – 3 (Belém, Ananindeua e Santarém), RN – 3 (Natal, Mossoró e Parnamirim) e PB – 2 (João Pessoa e Campina Grande).

Os equipamentos começaram a ser entregues no primeiro semestre de 2013, sendo que os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Santa Catarina e o Distrito Federal receberam os equipamentos, totalizando 26 Bases entregues.

Plano Mais Brasil

Metas 2012-2015

- **27 Unidades da Federação com a filosofia de polícia comunitária implantada**

Análise Situacional da Meta

A Polícia Comunitária é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e os profissionais de segurança pública. Baseia-se na premissa de que tanto os profissionais de segurança pública quanto a comunidade devem trabalhar juntos para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nas áreas em que é implementada.

O Ministério da Justiça, por intermédio de parcerias formalizadas através de Acordos de Cooperação Técnica firmados com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou de Defesa Social, tem fomentado a implantação da doutrina de Polícia Comunitária, por meio da realização de cursos de capacitações nos estados. O Ministério da Justiça disponibiliza material didático e pagamento de hora/aula para professores, assim como certifica a conclusão desses cursos. Os Acordos de Cooperação são renovados anualmente.

Nessa filosofia, é induzida, por meio dos projetos prioritários, a implantação de ações de policiamento comunitário, em territórios conflagrados, já que tal filosofia estabelece um policiamento proativo de preservação da ordem pública e de repressão qualificada com ação permanente em territórios específicos.

Considerando que o Programa Brasil Mais Seguro tem como uma de suas iniciativas o aumento da sensação de segurança da população, com vistas a prevenir a violência e criminalidade, serão implantadas unidades de Polícia de Proximidade junto aos Estados que fizerem a pactuação no âmbito do Programa, estando, desde já, os profissionais capacitados para atuar em parceria com a população.

Principais realizações do período:
Durante o ano de 2013, foram firmados 25 Acordos de Cooperação Técnica para capacitação dos profissionais de segurança pública, sendo que apenas os Estados do Amazonas e de São Paulo não assinaram o Acordo, a despeito de terem participado dos Encontros Técnicos e de Grupos de Trabalho para formulação de materiais didáticos e discussão de políticas relativas ao tema. No caso de São Paulo, houve a pactuação com municípios que aderiram ao Programa Crack, é possível vencer, e cuja matriz de orientação nas cenas de uso é inspirada na doutrina de polícia comunitária. Cabe destacar a ênfase na implementação da filosofia de Polícia Comunitária, a partir da pactuação e implementação dos Programas Prioritários do Governo Federal Brasil Mais Seguro e Crack, é possível vencer, nos quais há uma maior ênfase na formação e implementação de unidades desta polícia proximidade.

No âmbito do programa Brasil Mais Seguro, no eixo fortalecimento da Segurança Pública, para a Policia de Proximidade foi prevista ação para apoio à implantação de policiamento de comunitário por meio da instalação de bases móveis em áreas de alta incidência de homicídios. Foram apoiados quatro projetos para os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Goiás, que adeririam ao Programa em 2013. Alagoas recebeu recursos para desenvolvimento dessa ação em 2012.

Previsão de realização para o próximo período:
Firmar Acordos de Cooperação Técnica com todos os Estados e o Distrito Federal, em especial com Amazonas e São Paulo.

Em 2014, serão realizadas duas edições do Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais de Polícia Comunitária,

agregando a participação de coordenações municipais nesses fóruns de discussão. Além disso, serão fortalecidas as ações de governança junto à operacionalização dos convênios firmados em 2013. Por fim, serão compostos grupos de trabalho dirigidos à atualização dos manuais de promotor e multiplicador de polícia comunitária, cujos conteúdos estão consolidados. Existe também a previsão de investimentos por meio de convênios com os Estados, com o objetivo de fortalecer a política de polícia comunitária.

Arranjos de Gestão:
Parcerias formalizadas através de Acordos de Cooperação Técnica com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou de Defesa Social, para atuação por meio da gestão compartilhada de ações sociais com a comunidade, instituições municipais, distritais, estaduais, federais, por meio da atuação de profissional treinado, cuja estratégia é focada nas prioridades apresentadas pela comunidade, com o intuito de estabelecer uma relação de proximidade com a população, não apenas para ouvir as sugestões apresentadas por estes, como, também, incentivando a comunidade na construção de soluções para a violência e criminalidade em âmbito local.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
As principais dificuldades encontradas, em ambos os programas, dizem respeito à resistência diante do tema de polícia comunitária em determinados contextos, ao processo de mobilização dos discentes junto a diferentes instituições e ao elevado número de capacitações relacionadas aos grandes eventos.
Quantidade alcançada
27
Data de Referência
31/12/2013

- **Apoio a 200 projetos estaduais, distrital e municipais de prevenção à violência e criminalidade, incluindo os Projetos Protejo e Mulheres da Paz**

Análise Situacional da Meta
Desde 2011 são destinados recursos a partir da publicação de Editais de Chamamento Público, em que são estabelecidos critérios para a seleção e habilitação de propostas alinhadas com outras políticas governamentais, considerando as temáticas de gênero, criança e adolescente, população em situação de rua, orientação sexual e raça/etnia, localização em territórios definidos em outros projetos prioritários, tais como faixa de fronteira e com maior concentração de homicídios, assim como a existência de fóruns de participação social, tais como conselhos de políticas de direitos. Os referidos editais são imprescindíveis para tornar mais transparente e objetiva a transferência de recursos entre a União e as Unidades da Federação, buscando também um maior comprometimento destas na elaboração de projetos adequados à realidade local, bem como reduzir os fatores de risco para os segmentos em situação de vulnerabilidade à violência.

Principais realizações do período:

Em 2012 foi lançado o Edital de Chamada Pública Nº 01/2012, cujo objeto foi seleção de projetos municipais, estaduais e do Distrito Federal a serem financiados com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI para a implantação conjunta das Ações Mulheres da Paz e PROTEJO. O edital teve 103 propostas analisadas, das quais 56 foram rejeitadas por não cumprimento dos requisitos mínimos do Edital e 16 foram aprovadas e conveniadas.

Participação da seleção e avaliação de duas pesquisas no âmbito do Projeto Pensando a Segurança Pública, ambas com o tema “Avaliação dos projetos” "Protejo" e "Mulheres da Paz", com trabalhos de campo em Minas Gerais (Santa Luzia e Contagem), Rio de Janeiro (Complexo da Maré), Pará (Ananideua), Ceará (Sobral) e Bahia (Camaçari),

Plano Mais Brasil

objetivando viabilizar a avaliação dos impactos destes projetos através da construção de indicadores para a mensuração dos resultados.

Ainda em 2012, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2012 com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR para avaliação do impacto do Protejo executado no Rio de Janeiro.

No segundo semestre de 2012, publicou-se também Edital de chamamento público para aporte de recursos para desenvolvimento de projetos de prevenção à violência e criminalidade, aumentando a resiliência de crianças e adolescentes a situações de criminalidade e violência, assim como reduzindo os fatores de risco aos grupos em situação de vulnerabilidade. O Edital de Chamada Pública Nº 05/2012, teve como objeto a seleção de projetos municipais e de consórcios municipais, a serem financiados com recursos do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, que tivessem por finalidade a implantação de Ações de Prevenção em Segurança Pública relativas a: implementação de políticas sociais de prevenção da violência; Implementação de ações de acesso aos serviços de segurança pública e proteção a grupos em situação de vulnerabilidade: crianças e adolescentes, mulheres, idosos, população em situação de rua, grupos temáticos de raça, etnia, religião e livre orientação sexual; Projetos de prevenção primária e secundária da violência; elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Pública; Estruturação e Implementação e fortalecimento de Conselhos e Fóruns Municipais. Nesta linha de financiamento foram 43 propostas analisadas, destas 40 foram rejeitadas pelo não cumprimento dos requisitos mínimos do edital e 03 foram aprovadas e conveniadas.

Em 2013 foi lançado o Edital nº 03/2013 para apoio a projetos Mulheres a Paz e PROTEJO, no qual foram analisadas 136 propostas, das quais 101 não foram habilitadas, 15 foram habilitadas, mas não classificadas, 20 foram habilitadas e classificadas e 16 foram efetivamente aprovadas e tiveram os projetos apoiados.

Em 2013 foram lançadas também as Portarias do Programa Brasil Mais Seguro, para ações de Prevenção à Violência e criminalidade nos estados de AL, PB, RN e GO. Foram aprovadas 38 propostas. Destas, 32 eram propostas de prevenção à violência e criminalidade. Alguns desses projetos de prevenção apoiados no âmbito do Programa eram também pactuações do Plano Juventude Viva.

Previsão de realização para o próximo período:
Os resultados finais da pesquisa estão sendo tabulados pela SAE/PR e serão apresentados no 2º semestre de 2014.
Quantidade alcançada
67
Data de Referência
31/12/2013

- **Elaboração do Pacto pela Redução de Crimes Violentos "Brasil Mais Seguro", abrangendo as 27 UFs**
Análise Situacional da Meta
O Governo Federal lançou em 2012 o Programa de Redução da Criminalidade Violenta, denominado Brasil Mais Seguro, que tem como objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada e as diretrizes do pacto federativo. As ações a serem empreendidas são construídas juntamente com os governos locais (Estado, Distrito Federal e Município), conforme diagnósticos prévios. Os resultados da pactuação são então definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios e as desigualdades regionais.

Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança, Fortalecimento da Segurança Pública Estadual, Controle de Armas, Ações de Prevenção e Articulação com o Sistema de Justiça Criminal.

No ano de 2012, o Ministério da Justiça investiu no projeto piloto em Alagoas, por meio de convênios e aquisições diretas, para compra de equipamentos como microscópio eletrônico de varredura, microcomparador balístico, maletas para vestígios papilares, reaparelhamento de delegacias da policia civil, implantação de bases móveis de polícia de proximidade e do sistema de radiocomunicação digital. O estado também recebeu auxílio de peritos e policiais da Força Nacional para realizar os inquéritos e cumprir mandados de prisão.

Também no mesmo ano, foi realizada uma série de reuniões temáticas (saúde, educação, segurança pública, entre outros), com objetivo de implementar políticas públicas prioritárias no Distrito Federal.

Principais realizações do período:

Em 2013, foram apoiadas ações de enfrentamento à criminalidade violenta no Entorno do Distrito Federal, com assinatura de Acordo de Cooperação com o Estado de Goiás. Foram realizados colóquios, celebrados os Acordos de Cooperação e assinada a Matriz de Responsabilidade com os estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Goiás e Sergipe.

No segundo semestre de 2013 foram publicadas portarias para apresentação de propostas pelos estados que aderiram ao programa, as quais foram analisadas e aprovadas pelas áreas técnicas dos departamentos, e os convênios celebrados em dezembro/2013, para o apoio às ações pactuadas na Matriz de Responsabilidades com os referidos Estados e suas capitais.

Juntamente com tais pactuações, ocorreram investimentos por meio de repasse de recursos, via convênio, para todos os estados da Federação para aparelhamento da Perícia Forense e para fortalecimento das Delegacias de Homicídios. Foram investidos também recursos para capacitação dos profissionais de segurança pública envolvidos no processo de produção da prova técnica e em policia comunitária e na elaboração e publicação de manuais técnicos que contenham procedimentos operacionais padronizados e normativas técnicas para a melhoria da investigação policial.

Quantidade alcançada
5
Data de Referência
31/12/2013

- **Implantação de 100 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal**

Análise Situacional da Meta

Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD foram realizadas consultorias técnicas para atualização dos documentos referenciais dos Gabinetes de Gestão Integrada, em especial o municipal, com vistas a entregar aos gestores instrumentos que os auxiliem na implantação destes órgãos de gestão, e torná-los mais operativos e eficientes na discussão da política pública local de enfrentamento à violência e criminalidade, com enfoque especial na prevenção.

Plano Mais Brasil

Para o apoio a projetos voltados à implementação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), foi elaborado Edital de Chamamento Público para a seleção de propostas. O referido edital é imprescindível para tornar mais transparente e objetiva a transferência de recursos entre a União e as Unidades da Federação, buscando também um maior comprometimento destas na elaboração de projetos adequados à realidade local.

No Edital de 2012 para ações de prevenção de municípios (Edital nº 05/2012) foram aprovadas três propostas que tiveram os projetos apoiados para implantação, fortalecimento ou ampliação de GGI-M, de forma a qualificar a atuação dos municípios na política de enfrentamento à criminalidade e violência.

No Edital de 2013 de fortalecimento de instituições de segurança pública municipais também foram dois projetos de GGI-M selecionados e apoiados.

O número reduzido de projetos apoiados em 2012 e 2013 se justifica pela necessidade de reformulação do formato de GGIs-M que culminaram com a reformulação da Portaria que estabelece diretrizes para implantação e funcionamento destes órgãos de gestão.

Previsão de realização para o próximo período:
- Publicação da Portaria com as diretrizes nacionais dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI-E, GGIM e GGIFron);
- Publicação dos materiais técnicos elaborados a partir de consultorias realizadas;
- Acompanhamento in loco de GGIs-M já implementados;
- Publicação de novos Editais de Chamamento Público para apresentação de propostas voltadas à implantação de GGIs-M.

Arranjos de Gestão:
As ações de prevenção são trabalhadas de maneira transversal com todos os programas prioritários do Governo Federal de responsabilidade do Ministério da Justiça, pautando os referidos Gabinetes no acompanhamento dos resultados das ações implementadas. É importante destacar que o GGI-M prevê a participação de outras áreas técnicas, para além da segurança pública, visando a integração das políticas públicas, interlocução entre as ações desenvolvidas e compartilhamento de resultados.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
- Dificuldade dos executivos municipais atuarem sob a perspectiva da gestão da política pública;
- Dificuldade de integração de outras políticas públicas, especialmente com o tema da segurança pública;
- Menor grau de interesse dos entes federados em implementar projetos voltados a prevenir a violência e criminalidade em detrimento às ações de repressão;
- Baixa qualidade dos projetos apresentados pelos entes federados, em desacordo com as diretrizes e linhas de financiamento dos editais publicados.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar o policiamento ostensivo de proximidade nas 27 Unidades da Federação, especialmente nas cenas de uso do crack, com 210 Bases Móveis Comunitárias e seus respectivos materiais de apoio (420 veículos, 420 motocicletas, 4.200 pontos fixos de videomonitoramento e 42.000 equipamentos de menor potencial ofensivo) - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

A tramitação dos processos de aquisição direta dos equipamentos começou em 2012 e eles só foram entregues em maio de 2013.

Neste sentido, foi disponibilizado um Sistema Informatizado de Monitoramento (SIMPR), no qual estes municípios devem elaborar um plano de ação para implantação do Programa, contendo: diagnóstico, rede de serviços já existentes no município, indicação dos territórios de instalação das Bases Móveis e dos pontos fixos de videomonitoramento, assim como a expansão das redes de saúde, assistência social e o quantitativo de equipamentos de segurança (base móvel, videomonitoramento fixo) e número de profissionais de segurança pública existente e a serem capacitados, os quais seriam analisados pelos Ministérios da Justiça – Senasp, Saúde, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Programa está sendo implantado junto aos municípios que possuem mais de 200 mil habitantes, no total 136, tendo sido realizada, até o final de 2013, a adesão de 118 municípios, além dos 26 Estados e do Distrito Federal.

Previsão de realização para o próximo período:

Avaliação de novo critério para adesão de novos entes federados, com vista ao cumprimento da meta, em relação aos municípios priorizados que não tiveram interesse em aderir ao Programa.

Visitas de avaliação da implementação do Programa junto aos Comitês Gestores dos Estados, Distrito Federal e municípios pactuados; realizar o acompanhamento da implantação do policiamento ostensivo e de proximidade, com os equipamentos, a partir das diretrizes de atuação das bases comunitárias móveis com videomonitoramento, da filosofia de Polícia de Proximidade e das capacitações realizadas. Esses conjuntos de procedimentos serão parametrizados por meio de indicadores alimentados pelos entes federados e fiscalizados pelo Governo Federal.

Realizar a fiscalização da implantação dos sistemas de videomonitoramento fixo (colocação de postes, instalação das câmeras e transmissão das imagens) nas 27 capitais; dar continuidade aos procedimentos de aquisição de equipamentos para implantação de policiamento ostensivo e de proximidade em outros 92 municípios e acompanhar a implementação do Programa.

Arranjos de Gestão:

Em relação à conexão com outras políticas públicas, destaca-se no contexto do Programa Crack, é possível vencer, que o plano se propõe a induzir a integração entre as redes de saúde, de assistência social, de segurança pública, de educação e do sistema de garantia de direitos, nos diferentes níveis de governo e com a participação da sociedade civil. Em outras palavras, a estratégia de governança do programa abrange a articulação da União, dos Estados e dos Municípios, em campos temáticos específicos, com suas características, práticas a atores, cuja interseção é o alinhamento, conceitual e de processos, sobre uma política de drogas. Inclusive, a formatação do Módulo II da capacitação para os profissionais de segurança pública atende às necessidades conceituais de integração das redes.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Não alimentação do SIM-PR por parte dos pontos focais dos Estados, Distrito Federal e municípios que aderiram ao Programa.

Demora na concessão de licenças, por parte dos municípios, para instalação dos pontos de videomonitoramento fixo.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2013

Plano Mais Brasil

- **Induzir a entrega voluntária de 90.000 armas de fogo pela população**

Análise Situacional da Meta

Em 2004, o Governo Federal lançou a primeira Campanha Nacional do Desarmamento, que, até 23 de outubro de 2005, recolheu cerca de 453 mil armas de fogo. Nesta data, foi realizado no Brasil referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições. O referendo garantiu o comércio de armas (com 63,94% dos votos válidos) e o Estatuto consolidou uma legislação rígida de controle, além de prever a realização permanente de campanhas educativas pelo desarmamento. Em 2007, o Governo Federal retomou o tema e lançou nova campanha, a partir da publicação da Lei do Pronasci. Mais do que retirar armas de circulação, a campanha buscou promover a regularização do registro de armas brasileiras. A Campanha alcançou as marcas de 420.624 armas registradas em 2008 e 1.131.657 em 2009, totalizando regularização de 1.552.281 armas de fogo.

Com esse mesmo escopo, o Ministério da Justiça, no âmbito da política permanente de desarmamento do Governo Federal, que auxilia no combate ao crime organizado e a crimes transnacionais, lançou a Campanha Nacional de Desarmamento 2011, intitulada “Tire uma arma do futuro do Brasil”, vislumbrando superar o número de recolhimentos de armas verificadas nas campanhas anteriores.

O lançamento da Campanha em 2011, pelo Ministério da Justiça, ocorreu no dia 06 de maio de 2011, na cidade do Rio de Janeiro e terá caráter permanente, em razão do advento da Medida Provisória 417/2008, convertida na Lei 11.706/2008.

A partir de 2012, a ação passa a integrar o escopo do Programa Brasil Mais Seguro, no eixo controle de armas, o qual prevê a continuidade da campanha de entrega voluntária de armas de fogo pela população, mediante pagamento de indenização, por tempo indeterminado. Ainda em 2012 foi editada Portaria reajustando os valores das indenizações pagas à população, tal fato contribuiu para um aumento de 14% nas entregas em 2013, em relação ao ano de 2012.

Principais realizações do período :
De janeiro a dezembro de 2013 foram entregues pela população: 31.269 armas de fogo, sendo realizado semanalmente relatório de acompanhamento das armas entregues em cada Estado.

Previsão de realização para o próximo período:
Pretende-se fomentar em 2014, por meio do eixo da prevenção, junto aos estados e municípios que aderiram ao Acordo de Cooperação, projetos para implementação de postos volantes ou itinerantes para que se desloquem até áreas afastadas ou bairros mais violentos, com o objetivo de induzir a entrega voluntária de armas pela população.

Arranjos de Gestão:
As ações da campanha do desarmamento são realizadas pelos estados, Distrito Federal e municípios que aderiram a Campanha por meio de Acordo de Cooperação e também pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal. Em 2013, no âmbito das ações de prevenção foram previstos projetos para aquisição de postos volantes do desarmamento (Vans ou ônibus customizados que percorrem as cidades recolhendo armas da população). Os estados de Alagoas, Paraíba e Sergipe receberam recursos para desenvolvimento desses projetos.

A campanha é de entrega voluntária de armas, ou seja, depende da vontade do cidadão se dirigir até os postos de desarmamento para efetuar a entrega de sua arma. Contudo, como a campanha é permanente, espera-se arrecadar um quantitativo de armas igual ou superior ao exercício de 2013. Nesse sentido, é necessário realizar ações também permanentes para a sensibilização e mobilização da população para a entrega voluntária de armas de fogo.
Implantação do Sistema Desarma desenvolvido pela Polícia Federal e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação

do Ministério da Justiça.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Diminuta força de trabalho para acompanhamento e fiscalização das ações implementadas;
- Falta de campanhas publicitárias permanentes de conscientização da população;
- Lobby da indústria armamentista contra o desarmamento;
- Resistência da sociedade em aceitar a campanha, ocasionada pela cultura bélica e pelo imaginário que a arma pode resultar em alguma proteção à pessoa.
- Sistema Desarma, administrado pela CGTI/MJ, instável, com períodos fora do ar.

Quantidade alcançada

31.269

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir os índices de letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública e privada, desenvolvidas principalmente nos territórios pobres e de maioria negra, visando à eliminação da letalidade**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do programa Juventude Viva, com articulação intersetorial entre o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Juventude, a SEPPIR e Casa Civil da Presidência da Republica, estão sendo desenvolvidas ações que prevêem atuação em bloco do conjunto do Governo, por meio da priorização das ações interministeriais (existentes e novas) para fortalecimento da presença do Estado nos territórios selecionados, em parceria com Estados, Municípios e entidades da sociedade civil.

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

De janeiro a dezembro de 2013, dando sequência ao processo de revisão iniciado em março de 2012, o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil-SINRIC, responsável pela implementação do Registro de Identidade Civil-RIC, desenvolveu diversas ações necessárias para garantir a sustentabilidade do projeto.

Tais ações foram motivadas pela identificação de necessidades de aperfeiçoamento em questões técnicas e encaminhamento de assuntos estruturantes observados durante a primeira fase do Projeto Piloto.

Em 2013, ocorreram cinco reuniões do Comitê Gestor, responsável pelo estabelecimento de diretrizes para o funcionamento do SINRIC, disseminação e gestão.

Conforme deliberado em reunião do referido Comitê Gestor, por meio da Resolução nº 1/ 2013, da Secretaria Executiva do MJ, foi instituído o Grupo de Trabalho Técnico do Projeto de Registro de Identidade Civil – GTT-RIC para coordenar e conduzir estudos técnicos, apresentar propostas de soluções, mecanismos e procedimentos que viabilizem o Projeto RIC.

O Grupo de Trabalho Técnico deu continuidade à revisão do Plano de Projeto elaborado em 2012, que é constituído por 12 subprojetos. Além disso, propôs o redesenho do macroprocesso e subprocessos componentes da emissão do RIC. O macroprocesso foi apresentado e aprovado pelo Comitê Gestor e servirá como um dos principais eixos para o detalhamento das iniciativas e ações a serem desenvolvidas para a implantação do registro de identificação civil.

Plano Mais Brasil

Para o desenvolvimento dos sistemas para o SINRIC, como o Barramento de Serviços, o Sistema Estadual de Coleta de Dados Biográficos e Biométricos – SCBBE, o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil – CANRIC, a expansão ou aquisição de um novo sistema ABIS – Sistema Automatizado de Identificação por Biometria e para cumprir os compromissos constantes do Termo de Cooperação Técnica firmado com a Universidade de Brasília, foi elaborada uma nova estimativa de investimentos para o projeto. A demanda adicional de recursos se justifica pela necessidade de implantar sistemas estruturantes do Projeto RIC e, com isso, cadastrar os cidadãos nos bancos de dados do SINRIC, coletar de forma padronizada biometria e biografia e processar em sistema automatizado as biometrias necessárias à individualização.

Em julho de 2013 foi firmado Termo de Cooperação Técnica com a Fundação Universidade de Brasília – FUB, por intermédio do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, tendo como objeto identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil - RIC no Brasil. O valor do Termo foi fixado em R$ 15.955.600,00, com validade de 36 (trinta e seis) meses.

Outro ponto que merece destaque, dentre as atividades do período, refere-se aos diversos encontros técnicos realizados junto a alguns estados federados e com o Distrito Federal, visando conhecer e integrar futuramente as iniciativas em curso, para identificação do cidadão.

Nesta linha de parceria com os estados e o Distrito Federal, foi realizado no segundo semestre o Diagnóstico da Identificação Civil no Brasil – 2013, envolvendo todas as Unidades de Identificação do país. O trabalho teve como objetivo conhecer a realidade dos processos de identificação civil, visando promover as adequações necessárias a serem executadas para a implantação dos desafios impostos pelo Projeto RIC.

Também merece destaque a elaboração do Planejamento Estratégico do SINRIC, apresentado ao Comitê Gestor em dezembro de 2013, cujo objetivo é orientar os esforços no que diz respeito às prioridades e ao escopo de atuação, servindo de mecanismo de coalizão dentre as diversas pastas integrantes do Comitê em torno de objetivo comum.

Apesar dos avanços mencionados, bem como do apoio dos órgãos que estão contribuindo com representantes no GTT-RIC, ressalta-se que avanços mais significativos no Projeto necessitarão de esforços adicionais, tendo em vista a dimensão e a complexidade do RIC.

Metas 2012-2015

- **1 Unidade Central do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil em Brasília/DF, integrada à infraestrutura do Instituto Nacional de Identificação**

  Análise Situacional da Meta

  A pertinência desta meta com o Projeto RIC continua sendo reavaliada no contexto da reformulação guiada pelo novo Plano de Projeto e pelas diretrizes do comitê Gestor do SINRIC.

  Foi firmado Termo de Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), em julho de 2013, para identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil - RIC no Brasil, sendo que uma das entregas deste Termo será um estudo sobre os requisitos e especificações necessárias para contratação, desenvolvimento, implantação e testes do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil (CANRIC).

- **70.000.000 de Cartões de Registro de Identidade Civil emitidos**

  Análise Situacional da Meta

O projeto se encontra em reformulação, estando pendentes diversas ações prévias à retomada da emissão de cartões, que ainda não tem previsão.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil implantado**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado Termo de Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), em julho de 2013, para identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil - RIC no Brasil, sendo que uma das entregas deste Termo será os requisitos e especificações necessárias para contratação, desenvolvimento, implantação e testes do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil (CANRIC).

- **Unidades Regionais do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil implantadas em Órgãos de Identificação das unidades da federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado Termo de Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), em julho de 2013, para identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil - RIC no Brasil, sendo que uma das entregas deste Termo será os requisitos e especificações necessárias para contratação, desenvolvimento, implantação e testes do Sistema de Cadastramento Biográfico e Biométrico Estadual (SCBBE).

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita	unidade	31/12/2010	378.176	30/11/2013	638.838
% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos	%	31/12/2009	31,06	31/12/2011	35
Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público	unidade	31/12/2008	32.044	31/12/2013	255.308
Número de processos administrativos relativo à apuração de conduta concluídos pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.	unidade	31/12/2010	88	31/12/2013	547
Número de processos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE	unidade	31/12/2010	71	29/12/2013	77
Números de Procons municipais integrados ao SINDEC	%	31/12/2010	39	31/12/2013	348
Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação	%	31/12/2009	27,6	-	-
Taxa de congestionamento das execuções fiscais	%	31/12/2009	90	31/12/2011	90
Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida	%	31/12/2009	41,1	-	-
Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais	%	31/12/2009	55,6	-	-
Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça	%	31/12/2009	43,5	-	-
Taxa de resolutividade de conflitos - Procons	%	31/12/2009	69,4	-	-
Taxa geral de resolutividade de conflitos	%	31/12/2009	49,2	-	-

Observações:

% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.

Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

Taxa de congestionamento das execuções fiscais - Não foi publicada atualização do indicador em 2012 e 2013.

Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

Taxa de resolutividade de conflitos - Procons - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

Plano Mais Brasil

Taxa geral de resolutividade de conflitos - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A Comissão de Anistia (CA) foi instituída no âmbito do Ministério da Justiça (MJ) pela Lei nº 10.559/2002, com a finalidade de examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado de Justiça em suas decisões. O estabelecimento desse órgão tornou efetivo o artigo 8º do ADCT da Constituição Federal de 1988, que dispõe que será "... concedida anistia política aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção...".

Muito além da dimensão individual de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito às reparações morais e econômicas, compensando prejuízos causados pelo arbítrio estatal, o MJ, por meio da Comissão, tem cumprido a função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro a partir da busca de valores próprios da justiça de transição: o direito à reparação, à memória e à verdade. É importante destacar que diversas ações desenvolvidas pela CA inserem-se em um contexto maior de políticas do Estado brasileiro, organizadas e estruturadas no eixo Direito à Memória e à Verdade do Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037/2009.

Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política

Reparação material: baseada na Lei nº 10.559/2002, tem caráter indenizatório e prevê prestação mensal, permanente e continuada aos anistiados políticos que conseguem comprovar a existência de vínculos laborais à época das violações de seus direitos. Já a reparação em prestação única é concedida aos anistiados que tiveram seus direitos violados, porém não conseguem comprovar a perda de tal vínculo. Ao longo de sua história, a Comissão recepcionou aproximadamente 73.000 requerimentos, tendo já apreciado cerca de 63.000, restando, portanto, aproximadamente 10.000 pedidos a serem julgados.

No ano de 2012, foi celebrado entre o MP e consultoria externa especializada um contrato de prestação de serviços, cujos eixos de trabalho estabelecidos, priorizados pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, incluíam a CA. Tal consultoria objetivava gerar maior agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia política. Naquele ano, a Comissão julgou 1.825 processos, tendo superando a meta de 1.706 processos. Em 2013, a Comissão julgou 1.380 processos e analisou 468 processos de decisão monocrática, o que totaliza 1.848 processos apreciados. Foram publicadas, ainda, 1.485 portarias ministeriais materializando as decisões proferidas pelo Conselho. Para conferir maior celeridade e segurança ao trâmite processual de requerimentos de anistia, em 2013 a Comissão deu continuidade ao processo de digitalização de seu acervo, que foi iniciado no ano anterior (73% digitalizado até 31 de dezembro). Outra ação de destaque iniciada em 2012 foi o desenvolvimento do SINCA – sistema gerencial de tramitação de requerimentos de anistia –, atualmente suspenso em virtude da necessidade de compatibilizá-lo com o sistema estruturante de gestão documental do MJ, também em desenvolvimento.

Reparação moral

- Caravanas da Anistia: constituem-se de sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia, seguidas de atividades educativas e culturais. Em 2013, foram realizadas onze Caravanas que percorreram diversas regiões do Brasil, nas quais foram apresentados também projetos apoiados pela CA. No acumulado a partir de janeiro de 2012, foram realizadas 24 Caravanas.

- Projeto Marcas da Memória: instituído em 2008, tem como objetivo principal dar visibilidade à memória das vítimas que tiveram sua voz calada no período da ditadura, construindo um acervo de fontes orais e audiovisuais com critérios teóricos e metodológicos próprios de registro e organização. Esse acervo será disponibilizado para consulta pública e pesquisa no Memorial da Anistia Política do Brasil. Em 31 de dezembro de 2013, estavam em execução 27 instrumentos de repasse, entre convênios, termos de parceria e de cooperação. Desses, quatorze haviam sido firmados em 2012 e onze em 2013. No acumulado a partir de 1º de janeiro de 2012, foram firmados 26 instrumentos de repasse com objetos relacionados à temática da anistia e justiça de transição.

- Projeto Clínicas do Testemunho: concebido em 2012, visa selecionar projetos da sociedade civil para formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado entre os anos de 1946 e 1988. Naquele ano, foram celebrados quatro convênios com organizações da sociedade civil, cuja vigência se estende até 2014. Em 2013, as quatro clínicas constituídas realizaram diversas atividades, tais como atenção terapêutica (cerca de 700 atendimentos em diversas modalidades), capacitação de profissionais (aproximadamente 250 participantes de diversos setores profissionais) e produção de insumos de referência temática (levantamento bibliográfico e artigos científicos). Ainda, as clínicas promoveram eventos de divulgação pública do projeto e de sua metodologia (conversas públicas com alcance de mais de 1.000 pessoas), abrindo espaço para o debate e a reflexão sobre as marcas psíquicas deixadas pela violência de Estado.

- Memorial da Anistia Política do Brasil: criado no âmbito do MJ em maio de 2008, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), este projeto pretende construir um espaço de memória e consciência, em Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão, bem como a servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais. Em 2013, a construtora contratada pela UFMG no ano anterior deu andamento ao cronograma físico-financeiro elaborado. Foi contratada também naquele ano empresa para desenvolver o projeto museográfico e está em curso, por parte da UFMG, o processo de elaboração do edital para contratação da produção executiva.

Outra importante iniciativa no âmbito da memória foi o estabelecimento, em 2012, de um acordo com a entidade italiana Fundação Lelio e Lisli Basso – Issoco, com o objetivo de digitalizar, sistematizar e disponibilizar cópia dos documentos do Tribunal Russel II, que organizou na Itália sessões de denúncia à repressão na América Latina no período de 1974 a 1976. Foram digitalizadas cerca de 70.000 páginas desse acervo inédito – que irá compor também o centro de documentação do Memorial da Anistia –, além de panfletos, fotografias, vídeos e fitas cassete. Dessa parceria, resultaram ainda três pesquisas que deram origem a uma publicação que as compila.

Em 2013, foi elaborado o projeto Memorial Virtual da Comissão de Anistia, a fim de possibilitar o acesso da sociedade às informações do acervo da CA e criar as condições para produção de pesquisas sobre as perseguições políticas ocorridas entre 1946 e 1988. Para viabilizar o projeto, foram adquiridos equipamentos e softwares e, após sua

Plano Mais Brasil

implantação, o acervo da Comissão estará organizado, indexado e disponível para consultas ao público.

Ainda entre os anos de 2012 e 2013, a Comissão deu continuidade a uma ampla articulação nacional e internacional para a troca de conhecimentos no âmbito da justiça de transição. Foram várias as participações em eventos realizados no Brasil e no exterior:

- 03/2012: Tribunal de Justiça Restaurativa de El Salvador, em San Salvador;
- 03/2012: Encontro de Planejamento da Rede Latino-Americana para a Prevenção ao Genocídio e Atrocidades em Massa, em Buenos Aires, Argentina;
- 16 a 18/07/2012: Congresso Justiça de Transição – Análises Comparadas Brasil Alemanha, em Frankfurt, Alemanha;
- 14 a 17/08/2012: Conferência Internacional Memória: América Latina em perspectiva internacional e comparada, no Rio de Janeiro/RJ;
- 04 a 06/02/2013: Seminário sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o Brasil, na Costa Rica;
- 04/03/2013: Conferência Internacional "Justiça Tardia no Brasil: progresso ou perdição?", no Reino Unido;
- 20 a 23/03/2013: Tribunal de Justiça Restaurativa de El Salvador, em San Salvador;
- 24 e 25/05/2013: Congresso Internacional Justiça de Transição nos 25 anos da Constituição Federal de 1988 e VII Reunião do IDEJUST, na UFMG, em Belo Horizonte/MG;
- 25 a 29/06/2013: Curso de Formação no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em João Pessoa/PB;
- 14 a 18/09/2013: Conférence Internazionale Memorie di Repressione in Brasile e in America Latina negli archivi della Fondazione Basso e del Movimento Europeo di Solidarietà, em Roma, Itália;
- 09 a 11/10/2013: Brazil: Amnesty, Transitional Justice and the legacies of the Brazilian Dictatorship, na Universidade de Brown, em Providence, e na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, Estados Unidos;
- 22 a 27/10/2013: Diálogos Chile Brasil – Memoria, Justicia, Verdad y Cultura en las Transiciones Democráticas, em Santiago, Chile;
- 24/10/2013: Seminário A Anistia e Seus Sentidos na Justiça de Transição Brasileira, na Universidade de São Paulo (USP);
- 16 a 21/11/2013: Reunión de discusión estratégica sobre procesos de justicia por delitos de lesa humanidad en América Latina, na Guatemala.

Além de trabalhar em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, nos termos da Lei nº 12.528/2011, com o objetivo de facilitar o acesso à informação que prevê a Lei de Acesso à Informação, a Comissão de Anistia vem firmando, desde 2012, parcerias também com comissões locais da verdade. Atualmente, existem convênios firmados com as comissões estaduais de AP, PB, PE, PR, RS, RJ e SP, e com a Comissão da Verdade do município de Santos. De forma análoga, foram firmados acordos também com as Comissões da Verdade da UnB, da UFES, da Escola da Magistratura do Espírito Santo, da OAB/MG, com as Comissões da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas de SC e do DF, e com a Comissão da Verdade do Sindicato dos Petroquímicos de AL e SE.

Metas 2012-2015

- **Digitalizar 60% do acervo da Comissão de Anistia**

  Análise Situacional da Meta

  Até 31/12/2013, foram digitalizados 53.336 processos, o que corresponde a 73% do acervo da Comissão de Anistia (100% = 73.062 processos). Esse total de processos digitalizados corresponde a 4.037.899 páginas, que equivale a 40,12% do total de imagens destinadas no contrato para a Comissão de Anistia (10.063.837 imagens). Dessa forma, a unidade já superou a meta estabelecida no PPA.

  Quantidade alcançada

  73

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar 01 Observatório de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Comissão de Anistia firmou termo de cooperação com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para apoiar o observatório dos direitos humanos daquele estado, que analisa, entre outros temas, a justiça de transição. No ano de 2013, a Comissão de Anistia lançou edital próprio de chamada pública para a seleção de uma universidade federal brasileira interessada em atuar, por 24 meses, como secretaria executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), formada ao longo dos anos de 2010 e 2011 com o apoio do "Projeto de cooperação técnica para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil" (PRODOC BRA/08/021), firmado entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Centro Internacional para a Justiça de Transição (ICTJ).

A instituição selecionada foi a Universidade de Brasília (UnB), que firmou termo de cooperação cujos objetivos principais são a manutenção do Observatório da RLAJT (sítio web) e a promoção de seminários sobre a temática.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar, ampliar e manter o Memorial de Anistia Política do Brasil**

Análise Situacional da Meta

O projeto do Memorial da Anistia Política do Brasil, criado em maio de 2008 no âmbito do Ministério da Justiça, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o apoio da Secretaria de Patrimônio da União, da Prefeitura de Belo Horizonte e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como objetivo construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como a servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais.

Em 2012, foram concluídos os projetos executivos finais e a orçamentação das obras para reforma, adaptações ao uso e novas edificações do complexo do Memorial da Anistia. Além disso, foi assinado o contrato entre a UFMG e a empresa de engenharia que atualmente executa os serviços de construção. As obras foram iniciadas em dezembro daquele ano, quando foram repassados R$ 1.513.375,00 à Universidade para sua execução.

Em 2013, a construtora contratada pela UFMG deu andamento ao cronograma físico-financeiro elaborado. Foi contratada também naquele ano a empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto museográfico e está em curso, por parte da UFMG, o processo de elaboração do edital para contratação da produção executiva. O valor repassado pela Comissão de Anistia à UFMG, no exercício, corresponde a R$ 6.215.300,00. O valor total já investido no Memorial, no acumulado até dezembro de 2013, corresponde a R$ 15.442.387,00 milhões, equivalentes a 60% do atual valor do projeto.

- **Implantar lugares de memória histórica e consciência política nas regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Para viabilizar a realização da meta, após seleção por meio de chamada pública, foi celebrado o Convênio nº 773823/2012 com a ONG "ALICE", que possui vasta experiência com a temática de memorialização, para implementação do Projeto Trilhas da Anistia. Esse projeto consiste na implementação de dez monumentos em locais públicos de grande circulação, buscando preservar a memória da anistia de cada local.

Além disso, por meio do "Projeto de cooperação técnica para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil" (PRODOC BRA/08/021), firmado entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi implementado o projeto de consultoria "Locais de Memória", com a finalidade de mapear sítios de relevância cultural e histórica, inscritos nos processos de

Plano Mais Brasil

repressão política e resistência popular, ocorridos entre os anos de 1946 e 1988, e, consequentemente, contribuir para a definição dos locais que receberão os monumentos realizados no âmbito do referido convênio.

Em 2012, a Comissão de Anistia inaugurou, em parceria com o Fórum Paranaense Verdade, Memória e Justiça, um museu de percurso em Curitiba/PR.

Já em 2013, no âmbito do Projeto Trilhas da Anistia, foram inaugurados monumentos em Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR e Ipatinga/MG. Os sete monumentos restantes estão previstos para as seguintes cidades: Recife/PE, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF e São Paulo/SP (esta última cidade será contemplada com dois lugares de memória histórica).

Destaque-se que ainda em 2013, por meio de nova chamada pública, foi celebrado um novo convênio com a ONG "ALICE", que prevê outros três monumentos em locais a serem definidos.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	31/12/2013
Região Nordeste	2	unidade	0	31/12/2013
Região Sudeste	5	unidade	2	31/12/2013
Região Sul	1	unidade	2	31/12/2013

- **Julgar 6.605 processos de anistia política**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foi celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o então Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), atual Falconi Consultores de Resultado, um contrato de prestação de serviços, cujos eixos de trabalho estabelecidos, priorizados pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), incluíam a Comissão de Anistia. A referida consultoria objetivava gerar maior agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia política.

Com seu auxílio, foi traçada uma meta de julgamento (validada pelo Comitê de Liderança destinado a acompanhar o projeto) de 1.706 processos para o ano de 2012. A Comissão de Anistia ultrapassou a meta definida, tendo julgado, naquele ano, um total de 1.825 requerimentos de anistia.

Para os anos de 2013, 2014 e 2015, a Consultoria estimou uma capacidade anual de julgamento de 1.800 processos, aos quais deveriam ser somados os processos de decisão monocrática. No entanto, tal quantitativo anual foi estimado com base na consecução de algumas ações estruturantes, como a digitalização e o recadastramento da totalidade do acervo da Comissão, bem como a construção do sistema gerencial SINCA, as quais, em virtude de dificuldades técnicas e operacionais, não foram implementadas. Dessa forma, aplicou-se um redutor de 30% para os anos de 2013, 2014 e 2015, totalizando uma meta de 1.260 processos para cada ano. Aos anos de 2013 e 2014 foram somados 250 processos de decisão monocrática em cada período e, em 2015, 500, totalizando, entre os anos de 2012 e 2015, 6.605 processos.

Em 2013, até 31 de dezembro, a Comissão julgou 1.380 processos – 1.019 em sessões de turma, 290 em plenárias e 71 em sessões realizadas no âmbito das Caravanas da Anistia. Foram também analisados 468 processos de decisão monocrática, o que totaliza 1.848 requerimentos apreciados no ano.

Assim, no acumulado do período de abrangência deste PPA, até 31 de dezembro 2013, a Comissão julgou 3.673 processos. Ressalte-se que, ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão recepcionou aproximadamente 73.000 requerimentos. Cerca de 63.000 processos já foram apreciados, restando, portanto, aproximadamente 10.000 pedidos a serem julgados.

Quantidade alcançada

3.673

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 20 Caravanas da Anistia**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas treze Caravanas da Anistia – quatro no Nordeste, seis no Sudeste e três no Sul.

Já em 2013, foram realizadas onze Caravanas, nas quais foram apresentados também projetos apoiados pela Comissão de Anistia. Dessas onze, sete foram realizadas na Região Sudeste (uma no RJ, duas em MG, e quatro em SP), três na Região Centro-Oeste (duas no DF e uma em GO) e uma na Região Sul (PR).

Assim, no acumulado a partir de janeiro de 2012, foram realizadas vinte e quatro Caravanas da Anistia, distribuídas no território nacional da seguinte forma: quatro na Região Nordeste (meta suplantada - três), treze na Região Sudeste (meta suplantada - oito), quatro na Região Sul (meta a ser alcançada - cinco), e três na Região Centro-Oeste (meta suplantada - duas).

Para alcance total da meta em termos regionalizados, faltam ser realizadas duas caravanas na Região Norte e uma na Região Sul.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	3	31/12/2013
Região Nordeste	3	unidade	4	31/12/2013
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2013
Região Sudeste	8	unidade	13	31/12/2013
Região Sul	5	unidade	4	31/12/2013

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Os anos de 2011 e 2012 foram estratégicos para a preparação do cenário atual em que se encontra a Política Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor no Brasil. A expansão dos postos de atendimento integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC) possibilitou um aprimoramento da base de dados que reúne informações sobre as demandas envolvendo consumidores e fornecedores no mercado de consumo. Tomando por base o significativo aumento da participação do cidadão nos órgãos públicos estaduais e municipais (Procons), bem como a necessidade de aprimoramento da formulação e supervisão das políticas públicas de proteção dos consumidores, em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, no âmbito do Ministério da Justiça. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

Nesse novo contexto, a Senacon passou a ser o órgão coordenador da Política Nacional das Relações de Consumo, com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, composto por representantes dos Procons, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos Juizados Especiais Cíveis e das Entidades Civis de Defesa do Consumidor.

Na esteira dessa reestruturação da defesa do consumidor no Brasil, a Presidência da República, por meio do Decreto nº

Plano Mais Brasil

7.963, de 15 de março de 2013, instituiu o Plano Nacional de Consumo e Cidadania – Plandec, criando, conjuntamente, a Câmara Nacional das Relações de Consumo, no âmbito do Conselho de Governo, com duas instâncias para a gestão do Plano: o Conselho de Ministros e o Observatório Nacional das Relações de Consumo. Ao mesmo tempo em que a Política de Defesa do Consumidor foi reconhecida como política de Estado, foram estabelecidos programas e ações a serem implementados sob a coordenação da Secretaria Nacional do Consumidor.

Considerando que os dados e informações de atendimento ao consumidor registrados no SINDEC, que integra os órgãos de proteção e defesa do consumidor em todo o território nacional, subsidiam a definição das políticas e ações do Plandec, o Governo Federal tem concentrado esforços em cada vez mais consolidar o Sindec como uma ferramenta estratégica de extrema importância na coleta dos dados de consumo no país, responsável hoje por cerca de 10 milhões de registros de demandas de consumidores brasileiros.

Entre as ações do Plandec, merece destaque o lançamento da plataforma virtual "consumidor.gov", um novo serviço público que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução de problemas de consumo, fornecendo ao Estado informações essenciais à elaboração e implementação de políticas públicas de defesa dos consumidores, além de incentivar a competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor brasileiro. Trata-se de uma plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados monitorada pelo Estado, por meio dos Procons e da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, que colocará as relações entre Consumidores, Fornecedores e o Estado em um novo patamar, a partir das seguintes premissas: (i) a transparência e o controle social são imprescindíveis à efetividade dos direitos dos consumidores; (ii) as informações apresentadas pelos cidadãos consumidores são estratégicas para gestão e execução de políticas públicas de defesa do consumidor; e (iii) o acesso à informação potencializa o poder de escolha dos consumidores e contribui para o aprimoramento das relações de consumo.

No tocante à ampliação das políticas de direitos básicos nas áreas de acesso à justiça e à cidadania, cumpre salientar que o Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, promoveu diversas ações estratégicas visando a ampliação do atendimento e orientação ao consumidor por meio de parcerias com estados e municípios para criação de novos postos de atendimento ao consumidor e implementação de ações de educação para o consumo, assim como promoveu o fortalecimento da sociedade civil na defesa do consumidor, a partir de ações que ampliaram a capacidade técnica e institucional da sociedade civil para uma melhor e mais efetiva participação na execução da Política Nacional das Relações de Consumo.

No âmbito do Plano Nacional de Consumo e Cidadania – Plandec, a atuação do Governo Federal em parceria com os representantes dos Procons, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos Juizados Especiais Cíveis e das Entidades Civis de Defesa do Consumidor foi determinante para a implementação de ações com base nas seguintes diretrizes: I - educação para o consumo; II - adequada e eficaz prestação dos serviços públicos; III - garantia do acesso do consumidor à justiça; IV - garantia de produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho; V - fortalecimento da participação social na defesa dos consumidores; VI - prevenção e repressão de condutas que violem direitos do consumidor; e VII - autodeterminação, privacidade, confidencialidade e segurança das informações e dados pessoais prestados ou coletados, inclusive por meio eletrônico.

Com base em tais diretrizes, ações e programas foram iniciados em todo o país, com o objetivo principal de garantir o atendimento das necessidades dos consumidores, além de assegurar o respeito à dignidade, saúde e segurança do consumidor; estimular a melhoria da qualidade de produtos e serviços colocados no mercado de consumo; assegurar a prevenção e a repressão de condutas que violem direitos do consumidor; promover o acesso a padrões de produção e consumo sustentáveis; bem como promover a transparência e harmonia das relações de consumo. Vale lembrar que as duas instâncias definidas para a gestão do Plandec (Conselho de Ministros e Observatório Nacional das Relações de Consumo), por intermédio da execução direta da Secretaria Nacional do Consumidor em parceria com os órgãos e entidades do SNDC, atuarão com base em três eixos bem definidos: prevenção e redução de conflitos, regulação e fiscalização, e fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Com vistas a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros, o Governo Federal, por intermédio da Secretaria

Nacional do Consumidor, dialogou com vários setores da indústria e comércio de bens e serviços a fim de elaborar a regulamentação do Código de Defesa do Consumidor quanto aos produtos considerados essenciais ao dia a dia dos cidadãos. Com o intuito de efetivamente garantir o atendimento das necessidades básicas dos consumidores, visando assegurar a proteção de sua dignidade, foram identificadas as obrigações dos fornecedores e os direitos básicos dos consumidores com relação ao fornecimento de produtos essenciais com qualidade, delimitando os direitos dos consumidores e os deveres dos fornecedores com relação à introdução de produtos essenciais no mercado de consumo. Nesse sentido, o Governo Federal articulou um acordo com os diversos setores do mercado com vistas a iniciar uma nova fase da política de pós-venda de produtos e serviços.

A proposta construída em conjunto regulamenta o § 3º do artigo 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, cujo objetivo é garantir eficácia às disposições do Código com relação aos produtos colocados no mercado de consumo que se reputam essenciais para o atendimento de necessidades básicas e inadiáveis dos cidadãos. A proposta em comento encontra-se em análise pela Casa Civil da Presidência da República. Para fins deste Decreto, designam-se como essenciais alguns itens de linha branca, aparelhos telefônicos e microcomputadores.

Em relação às práticas afetas ao pós-venda de produtos e serviços, a Secretaria Nacional do Consumidor, em conjunto com vários setores da indústria e varejo, tem discutido propostas para a elaboração de uma política nacional com ações e programas voltados exclusivamente ao pós-venda de produtos e serviços inseridos no mercado de consumo. Por meio de um Comitê Técnico instalado no âmbito do Plandec, as discussões têm avançado significativamente, com destaque para a elaboração de indicadores setoriais de qualidade das relações de consumo em diversos mercados regulados (energia elétrica e telecomunicações, entre outros), bem como para o lançamento do Sistema de Alertas Rápidos de Recall e do Sistema de Informações sobre Acidentes de Consumo, em parceria com o Ministério da Saúde, destacando, ainda, a edição de normativo específico que, entre outras providências, previne acidentes de consumo em ambientes de lazer e entretenimento.

Dentre as ações do Plandec, destacam-se, ainda, aquelas destinadas à proteção do consumidor turista. O Governo Federal, em parceria com órgãos do SNDC e entidades representativas de comércio e serviços, instalou um Comitê Técnico de Consumo e Turismo em nível federal e também nas cidades-sede de grandes eventos esportivos, envolvendo órgãos e entidades locais. Na sequência, a Secretaria Nacional do Consumidor cumpriu uma agenda de visitas a todas as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014, com o objetivo de criar um de espaço institucional para ações integradas de proteção ao consumidor no âmbito do turismo, com ênfase na prevenção de eventuais conflitos e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento, contingenciamento e solução de demandas, bem como a realização de cursos básicos sobre Direitos do Consumidor para os agentes públicos e privados que atuarão diretamente nos grandes eventos.

Metas 2012-2015

- **Ampliação da base de procons municipais integrados ao SINDEC**

  Análise Situacional da Meta

  A meta programada foi cumprida, tendo sido a base ampliada mediante a integração de 105 novos Procons Municipais à base do Sindec, além do início da produção do Procon Estadual do Paraná e do Procon Estadual de Rondônia, ambos em 2013, perfazendo um total de 264 novos Procons municipais integrados à base do SINDEC, desde o início de 2012 até o final de 2013.

  Procons Integrados

  Espírito Santo:

  2012: Procon Municipal de Viana

  2013: Procon Municipal de Alfredo Chaves

  Goiás:

  2012: Procon Municipal de São Miguel do Araguaia,

  2013: Procon Municipal de Santo Antônio do Descoberto

Plano Mais Brasil

Minas Gerais:
2012: Procon Municipal Caratinga, Procon Municipal de Andradas, Procon Municipal de Paíns, Procon Municipal de Viçosa, Procon Municipal de Nova Serrana, Procon Municipal de Rio Pomba, Procon Municipal de Arcos
2013: Procon Municipal de Araguari, Procon Municipal de Monte Carmelo, Procon Municipal de Visconde do Rio Branco
Maranhão:
2012: Procon Municipal de Pedreiras
2013: Procon Municipal de Imperatriz
Mato Grosso:
2012: Procon Municipal de Campo Verde, Procon Municipal de Chapada Guimarães, Procon Municipal de Jauru, Procon Municipal de Paratinga
2013: Procon Municipal de Cuiabá
Mato Grosso do Sul:
2013: Procon Municipal de Anastácio
Pará:
2012: Procon Municipal de Castanhal, Procon Municipal de Conceição do Araguaia, Procon Municipal de Santarém, Procon Municipal de Paragominas
Rio de Janeiro:
2012: Procon Carioca, Procon Municipal de Rio das Ostras
Rio Grande do Sul:
2012: Procon Municipal de Bagé, Procon Municipal de Uruguaiana, Procon Municipal de Sapucaia do Sul
2013: Procon Municipal de Tio Hugo, Procon Municipal de Capão da Canoa , Procon Municipal de Butiá, Procon Municipal de Taquari, Procon Municipal de Ijuí, Procon Municipal de Venâncio Aires, Procon Municipal de Butia, Procon Municipal Carazinho
Santa Catarina:
2012: Procon Municipal de Balneário Camboriú, Procon Municipal de Barra Velha, Procon Municipal de Braço do Norte, Procon Municipal de Caçador, Procon Municipal de Correia Pinto, Procon Municipal de Herval D Oeste, Procon Municipal de Içara, Procon Municipal de Itapema, Procon Municipal de Jaraguá do Sul, Procon Municipal de Joaçaba, Procon Municipal de Joinville, Procon Municipal de Palhoça, Procon Municipal de Penha, Procon Municipal de Porto Belo, Procon Municipal de São José, Procon Municipal de São Miguel do Oeste, Procon Municipal de Schroeder, Procon Municipal de Timbó, Procon Municipal de Tubarão, Procon Municipal de Videira, Procon Municipal de Itajaí, Procon Municipal de Tijucas.
2013: Procon Municipal de Lages, Procon Municipal de Curitibanos, Procon Municipal de Balneário Barra do Sul, Procon Municipal São Francisco do Sul, Procon Municipal de Fraiburgo, Procon Municipal de Ituporanga, Procon Municipal de Bombinhas, Procon Municipal de Capinzal, Procon Municipal de Gaspar, Procon Municipal de Ibirama, Procon Municipal de Orleans, Procon Municipal de Navegantes,
São Paulo:
2012: Procon Municipal de Barueri, Procon Municipal de Santos, Procon Municipal de Bauru, Procon Municipal Araçatuba, Procon Municipal de Mogi das Cruzes, Procon de Municipal São Bernardo do Campo, Procon Municipal de de Barretos, Procon Municipal de de Poá, Procon Municipal de Piracicaba, Procon Municipal de Vinhedo, Procon Municipal de Suzano, Procon Municipal de Sorocaba, Procon Municipal de Taubaté, Procon Municipal de de Presidente Prudente, Procon Municipal de São Caetano do Sul, Procon Municipal de Caraguatatuba, Procon Municipal de Embu das Artes.
2013: Procon Municipal de Sertãozinho, Procon Municipal de Jacareí, Procon Municipal de São Sebastião, Procon Municipal de Diadema, Procon Municipal de Limeira, Procon Municipal de Ribeirão Pires, Procon Municipal de Avaré, Procon Municipal de Rio Claro, Procon Municipal de Santa Bárbara do Oeste, Procon Municipal de Cabreúva,

Procon Municipal de São Roque, Procon Municipal de Itatiba, Procon Municipal de Valinhos

Ceará:

2013: Procon Municipal Decon Sobral.

Quantidade alcançada

264

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar a oferta de cursos da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), para atender e formar 3.080 alunos em cursos presenciais e 34.200 alunos em cursos de ensino à distância, em um total de 37.280 beneficiados diretos**

Análise Situacional da Meta

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) possui dentre os seus objetivos a formação e atualização dos integrantes dos órgãos e entidades que compõe o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), bem como a capacitação de órgãos reguladores e dos cidadãos brasileiros.

Os cursos ministrados promovem a atualização e harmonização dos conhecimentos necessários à tutela do consumidor, proporcionam ambientes para a discussão de questões práticas e hermenêutica do Código de Defesa do Consumidor, bem como promovem a articulação do Sistema Nacional (DPDC, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Entidades Civis e Procons). Promovem ainda o conhecimento dos direitos dos consumidores para os cidadãos brasileiros que têm a oportunidade de fazerem curso gratuito à distância.

A Escola Nacional, com a participação voluntária de colaboradores, realizou 26 cursos presenciais entre os anos de 2012 e 2013, dentre cursos de formação e oficinas temáticas, além de oito ciclos de educação à distância com a participação remunerada de tutores que atuam ou já atuaram na área de defesa do consumidor e que foram selecionados por meio do Edital de Chamamento 001/2013. Foram capacitadas 5.629 pessoas entre os anos de 2012 e 2013.

Quantidade alcançada

5.629

Data de Referência

30/12/2013

- **Criação e implantação da Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor - MJ**

Análise Situacional da Meta

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

Com atribuições estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto n° 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, a Senacon passou a coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Civis de Defesa do Consumidor). O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), por sua vez, passaram a integrar a estrutura da Senacon.

- **Elaboração de proposta de marco legal de proteção de dados pessoais.**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça trabalha, desde 2010, na redação de um texto-base de Anteprojeto de Lei sobre a Proteção de Dados Pessoais. Uma versão pública do anteprojeto foi lançada em 2010 para debate público realizado pela Internet, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. O referido debate recebeu cerca de 800 contribuições.

Plano Mais Brasil

Com a finalização do debate público e a consolidação das propostas e redação de novo texto em 2011, passou-se à formação de um grupo de trabalho para o seu aperfeiçoamento, integrado pelo Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério das Comunicações. Concluídas as atividades do grupo de trabalho, a proposta de marco legal encontra-se em discussão nas instâncias do Ministério da Justiça.

- **Estruturação e realização de procedimentos de monitoramento relacionados aos temas prioritários de interesse dos consumidores.**

Análise Situacional da Meta

O aprimoramento regulatório e sancionatório é tema prioritário na agenda da defesa do consumidor e tem previsão em um dos eixos de atuação do Plano Nacional de Consumo e Cidadania - Plandec (Decreto nº 7963/2013) lançado pela Presidência da República em 15 de março de 2013. Os demais eixos são a prevenção e redução de conflitos e o fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

O Plandec tem precisamente o fim de promover a proteção e defesa dos consumidores em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. Ele reúne diversas áreas e membros do governo. Em âmbito do Plano Nacional foi criada a Câmara Nacional das Relações de Consumo, composta por Conselho de Ministros e o Observatório das Relações de Consumo, com as atribuições de promover estudos e formular propostas e acompanhar a execução de suas respectivas políticas, programas e ações.

O Observatório Nacional das Relações de Consumo atua nos seguintes temas: Consumo e Regulação, Consumo e Turismo e Consumo e Pós-Venda, temas eleitos com base no diagnóstico obtido a partir dos registros de atendimentos realizados pelos Procons integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - Sindec. Os mencionados comitês foram recentemente instalados e atualmente estão trabalhando na elaboração de plano de ação para consecução dos objetivos do Plandec.

- **Implantação da plataforma própria de Ensino à Distância (EAD) da Escola Nacional de Defesa do Consumidor**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) tem como um de seus objetivos a implantação de uma plataforma própria de ensino a distância para a Escola Virtual de Defesa do Consumidor (EAD/ENDC), visualizando a ampliação do número de cursos e alunos capacitados.

Em 2013, verificou-se a pertinência da criação de plataforma de educação a distância com abrangência para todo o Ministério da Justiça, passando esta a figurar como prioridade do Plano de Gestão de Tecnologia da Informação do MJ, ainda sem execução iniciada.

Por ora, os cursos do EAD/ENDC continuam sendo realizados dentro da plataforma da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio do Acordo de Cooperação Técnica assinado em 07 de abril de 2009 entre a Senacon e a SENASP, vigente até 31 de dezembro de 2014, não havendo prejuízos nas capacitações.

- **Implantação da versão 2.0 do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC (versão Java, com interfaces para os outros atores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor)**

Análise Situacional da Meta

O Projeto Sindec 2.0 foi classificado como prioritário no âmbito do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do MJ e encontra-se em andamento. Este módulo consiste no primeiro módulo do Sindec 2.0. Em 2013, foi criado Grupo de Trabalho composto exclusivamente por técnicos dos órgãos de defesa do consumidor de cada uma das cinco regiões brasileiras, para assessorar a execução de ações voltadas à elaboração de projeto de criação de nova plataforma de atendimento aos consumidores elaborado estudo de viabilidade da criação e implementação da nova plataforma e realizado o levantamento dos recursos tecnológicos para a realização do Projeto.

Atualmente, este Projeto encontra-se em desenvolvimento.

- **Implantação do Centro de Inteligência em Defesa do Consumidor**

Análise Situacional da Meta

Para cumprimento da meta, foram planejadas três ações:

1) Criar indicadores setoriais sobre defesa do consumidor baseados nos dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC.

Situação Atual: Foi concluída a edição do balanço das demandas registradas no ano de 2013, em publicação denominada Boletim Sindec. A mencionada publicação, além de indicadores quantitativos dos principais problemas que levaram os consumidores aos Procons, também traz indicadores de resolutividade das demandas, nos setores: Indústria, Varejo, Telecomunicações, Serviços Financeiros, Aviação Civil e Planos de Saúde. O material está pronto e tem sua publicação agendada para o dia 06 de fevereiro de 2014.

2) Desenvolver metodologias de gestão da informação e do conhecimento a partir dos dados do SINDEC.

Situação Atual: Houve a contratação de consultoria especializada (Unesco) para realizar análise e aprimoramento da qualidade da informação produzida nos Procons Integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC, com o intuito de aperfeiçoar a metodologia aplicada na capacitação técnica de usuários do sistema, no monitoramento das informações inseridas no Sistema e de avaliar os principais problemas e desafios para os Integrados. Foram realizadas em 2013 cinco Cursos de Capacitação e Atualização Técnicas em Procons, e ainda estão previstos mais dois cursos, totalizando sete cursos em 2013, conforme listagem abaixo:

1.26/02 à 01/03 – Procon/SE
2.13/03 à 15/03 – Procon/DF
3.10/06 à 14/06 – Procon/RO
4.26/06 à 28/06 - Procon/SC
5.07/08 à 09/08 – Procon/RS
6.27/08 à 30/08 – Procon/TO
7.15/10 à 18/10 – Procon/AM

Além disso, foram integrados aos módulos da Escola Nacional do Consumidor os módulos "O Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec)", "O papel dos Procons na defesa qualificada dos direitos dos consumidores", "Gestão da Informação de Defesa do Consumidor", e "Gestão do Atendimento ao Consumidor", que tratam de conceitos, gestão, e ações envolvendo o Sindec, além de módulos com atividades práticas, ministrados nos cursos da ENDC.

- **Implantação do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), criado pelo Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013**

Análise Situacional da Meta

O Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013, instituiu o Plano Nacional de Consumo e Cidadania – Plandec, criando, conjuntamente, a Câmara Nacional das Relações de Consumo, no âmbito do Conselho de Governo de que trata o art. 7º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com duas instâncias para a gestão do Plano, quais sejam, o Conselho de Ministros e o Observatório Nacional das Relações de Consumo.

Ao mesmo tempo em que a Política de Defesa do Consumidor foi reconhecida como política de Estado, foram

estabelecidos programas e ações que serão implementados por meio do mencionado Observatório Nacional, sob a coordenação da Secretaria Nacional do Consumidor, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 9º do aludido Decreto, considerando que o apoio administrativo necessário ao funcionamento das instâncias acima mencionadas será prestado por este Ministério da Justiça.

Compõem o Observatório Nacional das Relações de Consumo, inicialmente, três comitês técnicos que possuem como objetivo a discussão e elaboração de políticas públicas voltadas ao temas, quais sejam: Consumo e Regulação; Consumo e Turismo; e Consumo e Pós-Venda.

No âmbito do Comitê de Consumo e Turismo, as metas estabelecidas pelos membros do comitê foram cumpridas a medida que uma série de reuniões foram realizadas nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, buscando a criação de uma Câmara Técnica local para realizar diagnósticos voltados aos principais serviços envolvidos no Mundial, bem como o estabelecimento de procedimentos de contingenciamento de eventuais conflitos de consumo. Do mesmo modo, seguindo os ditames do Comitê Interministerial de Acompanhamento de Preços, Tarifas e Qualidade de Serviços para a Copa do Mundo, coordenado pela Casa Civil, reuniões com o setor hoteleiro de cada localidade que sediarão o Mundial estão sendo realizadas para tratar de supostas abusividades durante o evento.

No que se refere ao Comitê Técnico de Consumo e Pós-Venda, cumpre destacar as reuniões com o mercado, seja ela indústria e varejo, para a discussão e então elaboração de Decreto que irá regular o parágrafo 3º, do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, bem como a criação de fluxo de atendimento para as futuras demandas.

Ainda no âmbito do Plandec, foi assinado Acordo de Cooperação entre o Poder Executivo, por meio do Ministério da Justiça, com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional dos Defensores Públicos (CONDEGE), dando origem à Comissão Nacional de Proteção ao Consumidor e Acesso à Justiça, cujo principal objetivo é promover o acesso do consumidor à justiça, bem como a aproximação das tutelas administrativa e judicial em busca da redução de conflitos nas relações de consumo.

- **Implantação do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve o lançamento do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall (SNARR), que visa o registro e acompanhamento, por meio eletrônico, de todas as campanhas de recall em trâmite no Brasil. O sistema encontra-se, hoje, em funcionamento, para realização de cadastro e consultas por parte do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), dos consumidores e das entidades parceiras. No entanto, um de seus objetivos principais, que é a comunicação direta entre fornecedores e o DPDC, por via eletrônica, encontra-se em desenvolvimento.

No ano de 2013, a empresa responsável pelo desenvolvimento do Sistema foi substituída, de forma que se iniciou um novo ciclo de trabalho.

Também foi elaborada, pela área gestora, relação de erros e correções necessárias ao sistema, bem como de funções que este deveria desempenhar de acordo com o projeto inicial e, ainda, de inúmeras evoluções necessárias ao SNARR (demandas corretivas e evolutivas). Em Janeiro de 2014 foi iniciado o processo de levantamento das necessidades do novo Sistema de Recall.

Por fim, importante ressaltar o desenvolvimento do SIAC (Sistema de Informações de Acidentes de Consumo) como um módulo do Sistema Recall, visto que acidentes de consumo estão diretamente ligados a produtos defeituosos, que, por sua vez, devem ser objeto de recall.

- **Mobilização pela aprovação dos principais marcos normativos de interesse dos consumidores, com destaque para a Lei de Proteção de Dados Pessoais e o marco normativo de fortalecimento dos Procons**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça trabalha, desde 2010, na redação de um texto-base de Anteprojeto de Lei sobre a Proteção de Dados Pessoais. Uma versão pública do anteprojeto foi lançada em 2010 para debate público realizado pela Internet, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. O referido debate recebeu cerca de 800 contribuições.

Com a finalização do debate público e a consolidação das propostas e redação de novo texto em 2011, passou-se à formação de um grupo de trabalho para o seu aperfeiçoamento, integrado pelo Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério das Comunicações.

Encerrado o trabalho deste grupo e integradas as suas conclusões ao Anteprojeto de Lei, o texto foi encaminhado ao Gabinete do Ministro da Justiça para apreciação final e posterior encaminhamento à Casa Civil da Presidência da República. Com este fim, foram realizadas reuniões com a assessoria do Ministro, juntamente com a coordenação do programa de transparência deste Ministério para a redação final do anteprojeto, bem como elaboração de pesquisas e apresentações sobre seu conteúdo. O anteprojeto aguarda despacho final para posterior encaminhamento.

Acerca do marco normativo de fortalecimento dos Procons, por intermédio do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PLANDEC), a Presidenta da República apresentou proposta legislativa ao Congresso Nacional, sendo transformada no Projeto de Lei n. 5196/2013, que tem por escopo conferir maior efetividade e eficácia às decisões das autoridades administrativas de defesa do consumidor, atribuindo-lhes a natureza de título executivo extrajudicial e conferir maior celeridade ao processo judicial, permitindo que o resultado das audiências realizadas por essas autoridades sejam aproveitadas no âmbito dos Juizados Especiais, ou seja, fortalecer a atuação dos órgãos administrativos de defesa do consumidor.

Atualmente, o citado Projeto encontra-se na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aguardando votação do Substitutivo apresentado pelo relator Deputado José Carlos Araújo.

- **Modernização da gestão da Secretaria-Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) e maior difusão dos resultados dos projetos apoiados com recursos do Fundo**

Análise Situacional da Meta

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) tem como objetivo a reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, bem como aqueles ocasionados por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

O Conselho Federal Gestor do FDD, por meio de sua Secretaria-Executiva, é responsável pela administração dos recursos provenientes de condenações judiciais, multas e indenizações por danos aos direitos difusos. Uma das metas estabelecidas pela Secretaria Nacional do Consumidor é a modernização da gestão da Secretaria-Executiva do CFDD, bem como aperfeiçoar a difusão dos resultados dos projetos apoiados com recursos do Fundo.

Entre as ações de modernização na gestão do CFDD, merece destaque a criação da Coordenação de Direitos Difusos no âmbito da Senacon, dotada de servidores que executam as atribuições da Secretaria-Executiva do FDD. Além disso, destacam-se também as iniciativas voltadas ao treinamento e capacitação dos servidores da referida coordenação, com o objetivo de aprimorar a expertise necessária para atuar no ramo das transferências voluntárias, convênios e outros instrumentos congêneres.

Cabe salientar, ainda, a discussão e elaboração de critérios objetivos para a gestão dos recursos do fundo, notadamente pela identificação de indicadores de abrangência dos projetos, de priorização de temas específicos para reparação, entre outros.

Plano Mais Brasil

- **Realizar a reestruturação gerencial do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), implantando uma gestão com foco em resultados, transparente, baseada em capital humano e aplicando conhecimentos já acumulados e novas ferramentas tecnológicas**

Análise Situacional da Meta

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), por sua vez, passaram a integrar a estrutura da Senacon, cujas atribuições encontram-se estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto n° 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, entre elas, a coordenação da Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC), com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos de consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Civis de Defesa do Consumidor).

No tocante à reestruturação gerencial, com a criação da Senacon o DPDC passou a exercer um papel estratégico do ponto de vista técnico no âmbito da PNRC, organizando-se em três coordenações-gerais com atribuições de extrema relevância para a proteção dos consumidores, previstas no Regimento Interno da Senacon: Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado, Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos e Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor.

A reorganização estrutural do Departamento encontra-se representada na Portaria 1.840 do Ministério da Justiça de 21 de agosto de 2012, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Nacional do Consumidor. No mencionado dispositivo estão expressamente previstas as competências do DPDC, bem como de todas as coordenações vinculadas ao Departamento.

OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), composto pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) – autarquia vinculada ao Ministério da Justiça (MJ) – e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF), é responsável por implementar a política pública de defesa da concorrência no Brasil, que produz efeitos de curto e longo prazo para o ambiente econômico e sociedade como um todo, tais como: (i) reduz pressões para aumentos de preços pelo exercício de poder de mercado; (ii) permite investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias; (iii) incentiva o aumento de produtividade; e (iv) cria uma atmosfera mais favorável e menos incerta ao investimento. Em geral, economias que contam com uma execução eficaz de políticas de defesa da concorrência geram um melhor ambiente para o crescimento econômico sustentado e competitivo, beneficiando o consumidor.

Em 2012, o SBDC passou por um grande processo de transformação com a entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011. As

principais mudanças foram: (i) a instrução de processos punitivos e de análise de atos de concentração passou a ser competência do Cade; (ii) a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) foi extinta; (iii) a Seae/MF ficou responsável pela advocacia da concorrência; (iv) instituiu-se o regime de análise prévia de atos de concentração; e (v) o SBDC foi formalmente estruturado. Essas alterações exigiram adaptar as estruturas organizacionais, as instalações físicas, os processos de trabalho, sistemas de informação e normativos internos. Em sua função, o MF emitiu mais de 300 pareceres sobre regras regulatórias; atuou por meio das manifestações em audiências públicas, em especial nas Consultas Públicas nº 30/2013 da Anatel, nº 07/2007 da Aneel e nº 10/2013 da ANP; e realizou análises sobre possíveis efeitos anticoncorrenciais de normativos de entes públicos subnacionais e de minutas de edital de licitação e contratos de permissão de serviços públicos, com recomendações de aperfeiçoamento.

Em sua atuação preventiva, compete ao Cade decidir sobre as fusões, aquisições de controle, incorporações e outros atos de concentração econômica (ACs) que possam colocar em risco a livre concorrência. A nova Lei trouxe o regime de notificação prévia de ACs, retirando o Brasil do rol de países que analisa operações após sua realização. Na prática, a nova Lei suspende os efeitos dos atos e contratos até que o Cade os autorize, e impõe à autarquia prazos exíguos para sua decisão. Com a mudança do regime de notificação em junho de 2012, o Cade lida com dois tipos de processo: (i) ACs notificados antes do novo marco legal, que tramitam sob o regime de análise a posteriori (menos de 20 casos pendentes de julgamento); e (ii) ACs notificados sob o regime de análise prévia.

Outra inovação foi a edição da Portaria Interministerial MJ/MF nº 994, que instituiu novos critérios de notificação, elevando os limites de faturamento das empresas que são obrigadas a submeter operações à análise do Cade. Essa mudança permitiu concentrar esforços em casos complexos e de maior impacto econômico: em 2012, o Cade julgou 825 ACs, sendo três reprovações e aplicado restrições a 36; em 2013, foram analisados 454 ACs, sendo três reprovações e 47 aprovações com restrição.

Com essas mudanças, o prazo médio total de análise de AC registrado ao final de 2013 foi de 24 dias, inferior à média registrada em 2011, de 154 dias. Pelos resultados positivos obtidos, o novo processo de análise de ACs foi uma das 10 iniciativas premiadas pela 18ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A classificação final será revelada em março de 2014, durante a cerimônia de premiação.

No primeiro ano de vigência da nova lei, o Cade concentrou seus esforços para implementar e estabilizar o novo processo de análise de ACs; após esse período de ajustes, pôde priorizar o combate a condutas.

Em sua atuação repressiva, cumpre ao Cade investigar e julgar processos punitivos relativos a cartéis e outras condutas nocivas à livre concorrência no Brasil. Em 2013, foram julgados 38 processos administrativos (PAs), número superior ao ano de 2012, de 13 PAs julgados. Em 2013, houve 22 condenações, e as multas aplicadas somam cerca de R$ 493 milhões, 440% a mais do que o valor de multas impostas em 2012.

O Cade tem fomentado a solução de processos por meio de acordos para aumentar a efetividade de sua atuação. Em 2013, foram assinados 53 Termos de Cessação de Condutas (TCCs), acordos firmados com acusados por suposta infração à ordem econômica, determinando o fim imediato da prática investigada e de seus efeitos lesivos à concorrência, sendo que 42 tratavam de investigações sobre unimilitância por parte de planos de saúde. Em 2012, foram celebrados 5 acordos. Sobre combate a cartéis, no ano de 2013 a Autarquia realizou duas operações de busca e apreensão em seis estados. Em 2012, foram realizadas cinco operações, das quais quatro após o advento da Nova Lei. Outro importante instrumento de combate a condutas anticompetitivas é o Programa de Leniência, que permite ao Cade celebrar acordo com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de cartel, desde que colaborem efetivamente com as investigações, podendo obter a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução da penalidade aplicável. Em 2012, foram assinados 10 acordos de leniência; em 2013, o Cade celebrou 1 acordo.

Em sua atuação educativa, o Cade busca instruir o público sobre as diversas condutas que podem prejudicar a livre competição e estimular ações de difusão da cultura da concorrência, como estudos e pesquisas acadêmicas, eventos e publicações. O projeto “Cade 50 Anos”, financiado com recursos do Fundo de Direitos Difusos (FDD), definiu o calendário comemorativo dos 50 anos do Conselho, aberto em setembro de 2012 com o lançamento de campanha

Plano Mais Brasil

publicitária de âmbito nacional, e encerrado em setembro de 2013 com a publicação do livro "Defesa da Concorrência no Brasil: 50 anos".

Sobre eventos, o Cade realizou as edições nacional (para estudantes do Brasil) e internacional (para servidores de agências antitruste do mundo) do Programa de Intercâmbio do Cade (PinCade). Outro evento foi o seminário internacional "A Defesa da Concorrência e o Poder Judiciário", promovido pelo Cade, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e o Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes) para debater temas relacionados ao Direito Concorrencial e à aplicação da Lei nº 12.529/11. Para mostrar a importância da aproximação com o Poder Judiciário, de 2012 a 2013 observa-se aumento de 60,75% para 76,57% no número de acórdãos ou sentenças favoráveis ao Cade.

O SBDC ganhou projeção internacional após a realização da 11ª Conferência Anual da International Competition Network (ICN), sediada no Rio de Janeiro em 2012. Como resultados concretos dos esforços do Cade na agenda internacional destacam-se: (i) a elevação do Cade para a 7ª posição no ranking da Global Competition Review, principal publicação internacional em matéria antitruste que avalia anualmente as agências de concorrência globais; (ii) a escolha do Presidente do Cade para a vice-presidência da ICN em setembro de 2013; e (iii) a celebração de acordos de cooperação com outras agências para o combate a cartéis internacionais e análise de fusões transnacionais.

No âmbito nacional, o Cade celebrou Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A Autarquia também investiu no fortalecimento de sua capacidade institucional, com investimentos em capacitação de servidores e na reativação de projeto de Cooperação Internacional com o PNUD – PRODOC BRA/11/008.

Para os próximos dois anos do PPA Mais Brasil, têm-se como prioridade finalizar o processo de reestruturação e continuar a fortalecer a política de combate a condutas anticompetitivas e difusão da cultura da concorrência. São projetos prioritários: a criação da Escola Nacional de Defesa da Concorrência (Endec), que disponibilizará ambiente virtual de aprendizagem sobre defesa da concorrência para agentes públicos; a implantação do sistema de notificação e tramitação eletrônica de processos; e a estruturação do Laboratório de Inteligência do Cade. Pretende-se continuar com a agenda de cooperação com órgãos da administração pública brasileira e agências de defesa da concorrência de outros países e manter os patamares de desempenho na análise de atos de concentração e de persecução de condutas anticompetitivas.

Metas 2012-2015

- **Criação e implantação da Escola de Defesa da Concorrência com rede de ensino a distância**

  Análise Situacional da Meta

  A Escola de Defesa da Concorrência – ENDEC tem com o objetivo capacitar, atualizar e especializar os agentes públicos que trabalham em órgãos com atuação em defesa da concorrência a respeito dos mais variados temas de que trata a Lei nº 12.529/2011, de acordo com as prioridades elencadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

  A princípio, a ENDEC tem como público-alvo o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos Estaduais, os Juízes, as Polícias Civis e a Polícia Federal. Os beneficiários, mais especificamente, serão os analistas de cada uma destas entidades, bem como os promotores, juízes e delegados. Outros interessados também poderão participar dos cursos oferecidos. A ENDEC terá a função, portanto, de criar mecanismos permanentes de capacitação dos referidos agentes, para que estes possam atuar com eficácia e competência no combate às infrações à ordem econômica.

  As ações de capacitação em defesa da concorrência devem proporcionar abrangência e capilaridade, de modo a alcançar o maior número possível de agentes e órgãos, ao redor de todo o Brasil. Para tanto, a ENDEC disponibilizará

os cursos por meio da modalidade de Educação a Distância (EAD) em Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

O projeto encontra-se sob a responsabilidade do Cade, com previsão de conclusão da etapa de planejamento até o final do primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantação de ao menos 5 novos laboratórios de análise e investigação de cartéis garantindo a presença de ao menos um laboratório em cada região do país**

Análise Situacional da Meta

Meta parcialmente implementada. A implantação de laboratórios de análise e investigação de cartéis nas cinco regiões do país foi definida como meta do PPA visando aprimorar o trabalho de inteligência dos parceiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na detecção de cartéis e na análise de informações advindas de operações de busca e apreensão, especialmente para tratamento de informações eletrônicas.

Até o momento, foram implementados laboratórios em três regiões do país (Nordeste, Sul e Sudeste), e resta pendente a criação de laboratórios nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Essa estratégia teve de ser revista em razão da necessidade de revisão da política de contrapartidas dos entes convenentes, de forma a garantir que a estrutura implementada seja efetivamente empregada no combate a cartéis. Diante desse contexto, o Cade optou por uma estratégia de centralização, com o investimento em seu próprio laboratório de análise localizado na sede da Autarquia, em Brasília. Em 2013, foram adquiridos novos equipamentos e softwares de forênsica digital e o treinamento dos servidores.

Além disso, o Cade procurou firmar parcerias com órgãos públicos para acessar informações e cruzar dados que possam dar origem a novas investigações, tais como a Controladoria Geral da União, Agências Reguladoras e outros. Por fim, houve a ampliação da equipe de inteligência, que agora conta com quatro servidores.

Os resultados esperados dessa estratégia de centralização são a ampliação da expertise do Cade em seu trabalho de inteligência e o aumento da capacidade de processamento de informação, o que renderá investigações sobre infrações à ordem econômica mais robustas e céleres. Além disso, o trabalho da Autarquia poderá subsidiar e dar maior suporte operacional a investigações promovidas por parceiros.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantação do Novo CADE**

Análise Situacional da Meta

As alterações trazidas pela Lei nº 12.529/2011, tratadas como prioridade pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Melhora do Ambiente do Investimento – apontam a necessidade de ampliação do Cade e de suas competências, como meio de fortalecimento da política de defesa da concorrência, incumbindo à Autarquia grandes desafios, a começar pela sua própria reestruturação.

O Novo Cade foi formalmente instituído com a entrada em vigor da nova Lei da Concorrência (Lei nº 12.529/2011) e do Decreto nº 7.738/2012, que aprovou a estrutura regimental do Cade. Além disso, houve mudança das instalações físicas (mudança de sede), dos processos de trabalho e sistemas de informação, além dos normativos internos para adequação aos prazos e procedimentos definidos pela nova Lei da Concorrência.

Contudo, a partir de 2013, a meta de implementação do novo Cade passou a ter um novo viés, o de sedimentar a atuação do Conselho. Nesse sentido, os próximos desafios da Autarquia podem ser divididos em dois grupos: desafios estruturais e desafios de gestão.

Plano Mais Brasil

Em junho de 2013, foi autorizada a realização de concurso para provimento de 26 (vinte e seis) cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), com previsão de nomeação no 1º semestre de 2014.

Após um ano de funcionamento da estrutura atualmente vigente, foram detectadas necessidades de ajuste no organograma para atender demandas que não foram mapeadas antes do processo de transição para o novo Cade. Verificou-se que o atual organograma mostrou-se suficiente para estruturar o novo processo de análise de fusões e aquisições, que atingiu patamares de eficiência compatível com as melhores agências antitruste do mundo. Contudo, o mesmo nível não foi alcançado na área de repressão a condutas anticompetitivas (especialmente cartéis), cujos prazos de análise ainda precisam ser reduzidos para garantir a efetividade das decisões do Cade. Por essa razão, encontra-se em elaboração pedido de nova reestruturação para ampliação da estrutura da Superintendência-Geral, com a criação da 9ª Coordenação-Geral de Análise Antitruste (CGAA 9), fortalecendo a área finalística mediante ajustes pontuais na estrutura do Cade, com o rearranjo de cargos comissionados já existentes e trocas de cargos, sem necessidade de aumento do saldo total de cargos da Autarquia.

Os desafios de gestão decorrem, em grande parte, dos desafios estruturais e versam sobre o uso integrado de informações, revisão dos indicadores de desempenho, medidas de padronização e institucionalização das práticas de gestão, melhoria dos controles internos e otimização dos processos de trabalho.

- **Implementação do sistema de notificação e tramitação eletrônica dos processos administrativos**

Análise Situacional da Meta

Os processos administrativos constituem a materialização da atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, autarquia judicante vinculada ao Ministério da Justiça, responsável pela defesa da concorrência no Brasil. Tanto o controle de estruturas quanto o controle de condutas é feito por meio da instrução de processos.

O sistema de notificação e tramitação eletrônica dos processos administrativos, denominado SISCADE, faz parte do escopo do projeto Cade sem Papel, que prevê o ingresso de processos e documentos por meio eletrônico, a triagem informatizada, a tramitação eletrônica de processos, a virtualização da análise e preparação das decisões, a automatização das rotinas de julgamento, e a estruturação do banco de dados para permitir a pesquisa processual e geração de estatísticas em tempo real. Essas inovações contribuirão para a redução do tempo de tramitação, a melhora qualitativa das análises, maior capacidade de detecção proativa de problemas concorrenciais, além de seguir os princípios de sustentabilidade econômica e ambiental.

A primeira versão do sistema foi desenvolvida e já se encontra em uso por cerca de 30 usuários das seguintes unidades: (i) Protocolo/Cadastro; (ii) Contabilidade; e (iii) Superintendência-Geral. Atualmente, encontram-se inseridos no sistema todos os processos de atos de concentração submetidos ao Cade a partir de novembro/2012 e as denúncias de infrações à ordem econômicas recebidas a partir de fevereiro/2013.

Durante o exercício de 2013, foram investidos mais de R$ 3,5 milhões em infraestrutura de Tecnologia da Informação, no âmbito do projeto Cade sem Papel. Foram adquiridos servidores de rede, dispositivo de armazenamento de dados, scanners, computadores e notebooks.

Em 2013 foi contratada consultoria com vistas a desenvolver diagnóstico da usabilidade e funcionalidade dos sistemas envolvidos na atividade de instrução de processos administrativos, inclusive no aspecto de segurança, com proposta de melhorias e do diagnóstico da gestão eletrônica de documentos atuais do Cade, identificando os pontos a serem melhorados.

- **Lançamento e divulgação de publicações e cartilhas para disseminação da cultura da concorrência**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o Cade instituiu o projeto Revista de Defesa da Concorrência, com o objetivo de reativar a publicação do periódico. A edição pelo Cade de uma publicação periódica sobre política de defesa da concorrência teve início em 1975, com o lançamento da Revista de Direito Econômico. Em 2004, o veículo passou a se chamar Revista de Direito da Concorrência. Desde a primeira versão até hoje, mais de 50 edições foram publicadas. Com a nova linha editorial, passa a ser denominada Revista de Defesa da Concorrência, e os artigos submetidos à publicação são avaliados por

especialistas externos ao Cade, em sistema de double-blind review. Esta medida é importante para a evolução da qualificação da revista no Qualis, critério criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a avaliação de periódicos acadêmicos brasileiros e internacionais.

A Revista de Defesa da Concorrência é editada semestralmente pelo Cade, com o objetivo de contribuir para o fomento da produção acadêmica sobre política antitruste e difundir conhecimento sobre o tema. A revista apresenta artigos que tratam de defesa da concorrência sob as óticas do Direito, da Economia, das Relações Internacionais e de outras áreas de interesse do Cade. As duas primeiras edições foram publicadas em maio e novembro de 2013, respectivamente. Ambas contaram com 9 artigos publicados, incluindo uma seção de atualidades, seguida de artigos de doutrina jurídica e econômica. . Para

2014, a Revista tem a intenção de manter o cronograma, com publicações em maio e novembro, das edições nº 3 e nº 4, respectivamente.

Outra ação de disseminação da cultura da defesa da concorrência foi o projeto Cade 50 Anos, realizado pela autarquia com o apoio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), do Ministério da Justiça. O projeto teve início em setembro de 2012, mês em que o Cade completou seu cinquentenário.

As primeiras ações do Projeto foram a realização de uma sessão solene de julgamento que reuniu autoridades e ex-integrantes do SBDC e o lançamento de uma campanha publicitária sobre a importância da defesa da concorrência para a economia e para a sociedade. Os anúncios publicitários foram veiculados em sete revistas e seis jornais de circulação nacional, além de 17 portais na internet. A campanha contou também com um hot site com conteúdo didático sobre os principais marcos legislativos, a atuação e as competências do SBDC. As informações ficaram no ar durante todo o ano em que se comemorou o cinquentenário da autarquia.

Ainda como parte do Projeto Cade 50 anos, em 2013 foi promovido o Seminário Fronteiras da Defesa da Concorrência, que contou com cerca de 200 pessoas e discutiu a relação da política antitruste com temas como regulação, desenvolvimento, política industrial e Poder Judiciário. Os debates e palestras também foram transmitidos ao vivo pelo site do Cade.

Em 2013, o calendário comemorativo pelo cinquentenário do Cade foi encerrado com o lançamento do livro Defesa da Concorrência no Brasil: 50 anos. A publicação narra a história da agenda antitruste no país desde as discussões que levaram, em 1962, à criação do Cade até os primeiros resultados da reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) cinquenta anos depois, com a Lei 12.529/11.

Os 500 exemplares impressos e as mil unidades em CD da publicação foram distribuídos a bibliotecas, instituições de ensino, órgãos públicos e entidades ligadas à temática da defesa da concorrência. A obra também está disponível para download no site da autarquia (www.cade.gov.br>Acesso à Informação > Institucional > Publicações > Livro 50 anos).

- **Realização do encontro anual da ICN (International Competition Network) no Brasil em 2012**

Análise Situacional da Meta

A International Competition Network (ICN) é um organismo internacional dedicado exclusivamente à defesa da concorrência e tem por objetivo promover a cooperação e a troca de experiências entre autoridades antitruste. É formada por 126 autoridades de concorrência nacionais ou regionais, de 111 jurisdições diferentes. Os membros da ICN se organizam em 5 grupos de trabalho: Efetividade das Agências Antitruste; Fusões; Cartéis; Condutas Unilaterais e Advocacia da Concorrência. Cada grupo desenvolve projetos com o objetivo de construir recomendações, boas práticas, e princípios sólidos para implementação da política de concorrência em toda a comunidade global.

A Conferência Anual da ICN é o maior evento internacional voltado para a defesa da concorrência e permite que agências antitruste discutam os projetos desenvolvidos pelos grupos de trabalhos e aprofundem as discussões e as implicações para a implementação de projetos e de recomendações. A participação de consultores não governamentais (advogados, economistas e membros da comunidade acadêmica) enriquece o debate e fornece novas perspectivas para as agências. Em 2012, o Cade foi responsável por organizar a 11ª conferência. O evento foi realizado 17 a 20 de abril, na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a presença de 489 participantes, sendo 390 estrangeiros. O orçamento total

do evento foi de R$ 442.000,00 – cerca de € 165.000,00, o que representa um terço do valor gasto pela agência antitruste Holandesa na conferência de Haia, em 2010, com um índice geral de satisfação dos participantes de 90,32%. A programação incluiu sessões plenárias, painéis de discussão e a apresentação do Special Project, trabalho desenvolvido pela autoridade que sedia o encontro. O tema do Brasil foi "Leniency and Settlements Procedures in Competition Enforcement", cujos resultados contribuíram posteriormente para a revisão pelo Cade das normas internas relativas à celebração de acordos.

A realização do evento trouxe consequências positivas e projetou internacionalmente a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Em 2013, o Cade recebeu quatro estrelas no ranking realizado anualmente pela revista britânica Global Competition Review (GCR), especializada em política de concorrência e regulação, referente ao desempenho no ano de 2012. A GCR avalia a atuação de órgãos antitruste mundiais conferindo a eles classificação em uma escala e zero a cinco estrelas. Pela primeira vez, o Cade recebeu essa classificação, e a realização da 11ª Conferência da ICN foi um dos fatores considerados na avaliação da revista. Com as quatro estrelas, o Cade ficou atrás somente das agências de União Europeia, França, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e Japão.

Outro resultado importante foi o convite, em setembro de 2013, do presidente do Cade para a vice-presidência da ICN. Essa posição traz o desafio de coordenar uma agenda extensa de implementação de diversos produtos gerados pelos comitês técnicos da ICN. Para dar suporte a essa função, o Cade contratará um consultor por meio da cooperação técnica com o PNUD, cujo perfil destaca a necessidade de ampla experiência internacional, conhecimentos sobre defesa da concorrência e sobre a atuação da ICN.

Um outro desdobramento da imagem positiva do Cade no exterior é a realização da edição internacional do Programa de Intercâmbio do Cade – PinCade internacional. Em 2013, o Cade recebeu 12 técnicos de agências antitruste de todo o mundo, com o intuito de conhecer o funcionamento da autarquia. O evento contou com diversas palestras e a tradução simultânea da sessão de julgamento ocorrida no período. Em 2014, o Cade planeja repetir o evento, com a participação de 12 intercambistas.

Além da projeção internacional, a participação ativa nesta rede tem possibilitado grande aprendizado para o Cade pelo intercâmbio de informações e acesso às melhores práticas internacionais. A aproximação com outras jurisdições favorece, ainda, a cooperação para o combate a cartéis internacionais e para o controle de fusões transnacionais. O alinhamento às melhores práticas internacionais tem demonstrado resultados concretos, por exemplo, no âmbito do controle de concentrações. Em maio de 2013, o Cade aprovou com restrições duas fusões internacionais, cujas análises foram objeto de intensa cooperação entre o Cade e seu homólogo europeu, o DG-Competition. Enquanto um caso se refere à aquisição da Mach de Luxemburgo pela Syniverse dos EUA (AC 08012.006437/2012-13), o outro diz respeito à fusão da Sueca Munksjö AB e da Finandesa Ahlstrom Corporation (AC 08700.009882/2012-35). A troca de informações, inclusive confidenciais, foi possível em razão da assinatura de um Termo de Renúncia à Confidencialidade por parte das empresas envolvidas. O modelo deste Termo foi elaborado com base nos modelos sugeridos pela ICN e pela OCDE.

- **Redução de 50% do estoque de investigações nos setores de saúde e combustíveis em instrução na SDE/MJ**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada. Em 2013, foi registrada redução de 74% do estoque nos casos de saúde e combustíveis.

Cumpre destacar que, quando da elaboração do Plano Mais Brasil, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) era responsável pela instrução dos processos de apuração de condutas anticompetitivas.

Os fatores que determinaram a definição da meta de redução de estoque nos setores de saúde e combustíveis foram: (i) grande número de denúncias nesses setores; (ii) grande impacto no bem-estar dos consumidores; (iii) necessidade de dar resposta mais tempestiva à sociedade.

No setor de combustíveis, grande parte dos processos em investigação versava sobre cartéis de postos de combustíveis. Como resultado desse esforço, pode-se citar a condenação pelo Cade, em 2013, em sessão temática de julgamento

dedicada ao setor de combustíveis, de seis casos de cartel, totalizando a aplicação de R$ 120 milhões em multas, destinadas ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD, que reverte os recursos arrecadados em projetos que visem à recuperação de bens e direitos difusos. Essas práticas ocorreram nas cidades de Manaus (AM), Bauru (SP), Londrina (PR), Teresina (PI) e Caxias do Sul (RS). Como exemplo dos impactos negativos dessas condutas, estimativas feitas a partir de estudo econômico realizado pelo Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul apontam que, em decorrência do cartel de Caxias do Sul, o consumidor sofria um dano de aproximadamente R$ 5,00 para cada carro popular com tanque de 40 litros abastecido.

A investigação de grande parte dos processos analisados nessa sessão de julgamento temática foi concluída no ano de 2012, em cumprimento à meta de redução do estoque.

Destaque-se que muitas das denúncias careciam de conteúdo probatório e foram arquivadas por ausência de indícios. Porém, o arquivamento desses casos também contribui para o aumento da efetividade da política de defesa da concorrência, na medida em que libera os recursos do CADE para tratar casos com maior chance de condenação.

No setor de saúde, a maior parte dos casos finalizados tratava de condutas unilaterais, ou seja, praticadas por um agente econômico abusando de sua posição dominante. A uniformização de teses acerca de tabelamento de preços pelos Conselhos Regionais de Medicina, assim como sobre a unimilitância (exigência de exclusividade feita aos médicos pelos planos de saúde), permitiu a solução conjunta de diversos processos diferentes sobre o mesmo tema, racionalizando os esforços da equipe. Vale ressaltar que, assim como no caso do setor de combustíveis, muitos casos também foram arquivamento por ausência de indícios.

Como resultado da priorização do setor de saúde, cumpre destacar que, em março de 2013, 93 casos de unimilitância foram encerrados pelo CADE ao firmar acordos administrativos e autorizar acordos judiciais com diversas Unimeds. A unimilitância dificulta a entrada de novas operadoras de planos de saúde no mercado, limita a concorrência e diminui as opções aos consumidores de planos de saúde. Ao total, pelas condenações anteriores, as Unimeds pagarão mais de R$ 10 milhões em multas e terão de encerrar práticas de unimilitância.

Atualmente, o Cade tem envidado esforços para redução geral de seu estoque de processos punitivos em investigação, tanto cartéis quanto condutas unilaterais.

Em dezembro de 2012, o Cade possuía o estoque de 348 casos em investigação pela Superintendência-Geral. Ao final de 2013, esse número caiu para 199 casos, incluindo novas instaurações efetuadas no período. Esse número considera os Processos Administrativos (PAs), os Inquéritos Administrativos (IAs), os Procedimentos Preparatórios (PPs) e as Denúncias, bem como as Averiguações Preliminares (APs) e os Procedimentos Administrativos (PRs) remanescentes do estoque existente à época da entrada em vigor da nova Lei.

O Cade empreendeu outras iniciativas para aumentar a eficiência da gestão no combate a condutas anticompetitivas. Entre elas estão: (i) elaboração do Manual de Busca e Apreensão; (ii) alteração das rotinas internas; e (iii) definição de critérios de priorização dos casos.

Para os dois próximos anos do Plano Mais Brasil, o Cade pretende continuar os esforços de redução do estoque e dos prazos de análise. Essa estratégia, definida para o médio prazo, permitirá à autarquia, a longo prazo, direcionar melhor a estratégia de repressão a condutas anticoncorrenciais, investindo os escassos recursos disponíveis nos casos de maior relevância para os consumidores e para a economia.

Quantidade alcançada

150

Data de Referência

31/12/2013

- **Revisão das normas de tramitação de processos no SBDC para diminuir a duração dos processos, aprimorando a observância dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da razoável duração dos processos administrativos**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Cade empreendeu grande revisão em suas normas internas sobre análise de Atos de Concentração (ACs) e de Processos Administrativos (PAs), uma vez que a Lei da Concorrência (Lei nº 12.529/2011), que passou a vigorar em maio de 2012, instituiu o processo de notificação prévia de AC e trouxe alterações significativas nos procedimentos e prazos de instrução de processos administrativos.

Na área de instrução de ACs, os resultados têm sido bastante positivos. Alcançou-se tempos de instrução inferiores aos prazos legais – atualmente, a média está abaixo de 30 dias – e o processo foi reconhecido nacional e internacionalmente pela sua eficiência. Em âmbito nacional, o novo processo de análise de AC foi uma das 10 iniciativas premiadas pela 18ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido em 2013 pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A classificação final será revelada em março de 2014, durante a cerimônia de premiação. No cenário internacional, a revista Global Competition Review (GCR), principal publicação no tema de Defesa da Concorrência e que realiza uma avaliação de autoridades antitruste, atribuiu ao Cade quatro estrelas (de um total de cinco) em 2013, o que representa a 7ª posição no ranking das melhores agências de defesa da concorrência no mundo.

Na área de instrução de processos punitivos, a revisão para a redução do tempo de instrução é mais complexa. Os prazos legais procuram garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa; ainda assim, o Cade tem investido em gestão e priorização de casos, de forma a tornar a atividade o mais eficiente possível.

Em 2013, merece destaque alteração do Regimento Interno do Cade (RICADE), no que diz respeito às normas relativas à celebração de acordos. Essa revisão foi aprovada pelo Plenário do Cade em 2013, após a Consulta Pública nº 2/2012.

Para 2014, estão programadas novas alterações do RICADE, para tratar temas relacionados à notificação de ACs e aos procedimentos de negociação de acordos de leniência.

- **Revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica, com a finalidade de dissuadir a prática de tais delitos e aumentar a eficácia da persecução penal contra crimes dessa natureza**

Análise Situacional da Meta

Além de infração administrativa, a prática de cartel também configura crime no Brasil, punível com multa ou prisão de 2 a 5 anos em regime de reclusão. De acordo com a Lei de Crimes Contra a Ordem Econômica (Lei nº 8.137/1990), essa sanção pode ser aumentada em até 50% se o crime causar grave dano à coletividade, se cometido por um servidor público ou se relacionar a bens ou serviços essenciais para a vida ou para a saúde.

A revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica foi definida como meta do Plano Mais Brasil com o objetivo de analisar as condutas típicas e as penas aplicáveis às pessoas físicas em caso de cartéis e, se for o caso, propor mudanças no Código Penal para tornar a política de defesa da concorrência mais efetiva.

O Cade participou da Ação II da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) para discutir proposta de reforma do Código Penal e tem estudado as melhores práticas internacionais sobre o assunto, mas ainda não há uma conclusão sobre esse tema.

Estudos apresentados no 19º Seminário Internacional de Defesa da Concorrência, promovido em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio (IBRAC), informam o incremento da persecução penal de cartéis no Brasil. No total, 18 casos foram denunciados com base na Lei 8.137/90, envolvendo a denúncia de 166 indivíduos, dos quais 42 foram condenados, 42 absolvidos, 52 indivíduos tiveram o processo suspenso condicionalmente e 20 indivíduos firmaram transação penal. Além desses, 8 indivíduos tiveram declaração antecipada da prescrição penal, 1 ainda aguarda julgamento e outro faleceu.

O percentual de condenação apurado no Brasil, de 25%, ainda é menor do que o índice registrado nos Estados Unidos na década de 90, por exemplo, que foi de 37%. A reflexão sobre a eficácia da persecução criminal tem provocado discussões que apontam ora para a necessidade de aumento da pena, ora para a descriminalização da conduta.

Verifica-se que mais de 35 países dão tratamento penal à prática de cartel, com penas que variam de 6 meses (Bélgica) a 14 anos (Canadá), enquanto poucos países vão em corrente contrária, ou seja, de descriminalização da prática. Contudo, há diferentes modelos jurídicos e arranjos institucionais para persecução das condutas de cartel, portanto faz-

se necessário aprofundar o debate sobre esse tema de modo a identificar a melhor estratégia para a realidade brasileira.

- **Revisão dos programas de leniência e de compliance, incentivando a adesão dos agentes econômicos a esses programas com vistas a tornar mais efetiva a prevenção e a repressão de infrações à ordem econômica**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Leniência é um instituto previsto na Lei 12.529/2011 (arts. 86 e 87) que permite ao Cade celebrar acordo com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de cartel, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, mediante a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução da penalidade aplicável. Essa colaboração pode ser tanto no sentido de revelar práticas de cartel antes desconhecidas pelo Cade, como de contribuir para investigações em andamento, fornecendo provas e identificando os agentes envolvidos na conduta colusiva.

Trata-se de importante instrumento da política de combate a cartéis, pois os indícios da infração anticoncorrencial são levados ao conhecimento do Cade, poupando significativos esforços e recursos públicos. Além disso, o instituto da leniência tende a desestabilizar um cartel, pois apenas o primeiro a delatar a prática tem direito aos benefícios estipulados no programa. Ou seja, qualquer desentendimento ou suspeitas dentre os membros do cartel traz a incerteza de que alguém poderá delatar a prática, o que representa um forte incentivo para que aquele que se sinta ameaçado se antecipe e procure a autoridade de defesa da concorrência.

Em 2012, a Autarquia empreendeu a revisão do Programa com a redação de um novo Regimento Interno do Cade (RICADE), quando da entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011, com o intuito de torná-lo mais transparente e fomentar a procura por parte dos envolvidos em práticas de cartel. O Cade observou como resultado dessa iniciativa a diversificação dos setores em que se iniciaram negociações e o aumento de leniências nacionais. Os próximos passos incluem nova revisão do RICADE para adequar os procedimentos às melhores práticas internacionais e consolidar mudanças procedimentais para negociação dos acordos.

Convém destacar que o Cade definiu como meta para o período de 2011 a 2014 um incremento de 20% no número de leniências assinadas entre os anos de 2007 a 2010. Para dezembro de 2013, a meta é de cumprimento de 75% desse incremento, percentual atingido pela Autarquia. Das investigações decorrentes dos acordos assinados, o Cade julgou até o momento três Processos Administrativos – cartel dos vigilantes em 2007, cartel de peróxidos em 2012 e o cartel de cargas aéreas em 2013 –, estando os demais em instrução ou aguardando julgamento. Além disso, um dos acordos gerou recentemente a Operação Linha Cruzada, de busca e apreensão, para apurar possível cartel em licitações de trens e metrôs em São Paulo e Distrito Federal. As demais informações sobre investigações em andamento são sigilosas.

Está prevista para 2014 a revisão das normas regimentais sobre leniência, visando incorporar ao Regimento Interno do Cade (RICADE) melhorias para tornar o programa mais atrativo e eficiente.

O Programa de Compliance, por sua vez, tem caráter educativo e consiste em disseminação de informações sobre infrações à ordem econômica para o meio empresarial e para a sociedade. O objetivo é promover uma atuação preventiva e incentivar a adoção de boas práticas concorrenciais e o estabelecimento de rotinas a serem seguidas por empresas e associações de classe, no âmbito de sua organização interna, para evitar o cometimento de infrações à ordem econômica por seus funcionários.

Assim como tem feito para aprimorar o Programa de Leniência, o Cade tem buscado identificar as melhores práticas internacionais sobre Compliance. A abertura do projeto para instituir o Programa de Compliance está prevista para o ano de 2014.

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Plano Mais Brasil

Análise Situacional do Objetivo

As principais realizações até dezembro de 2013, foram:

•Recolhimento de parcela de acervo da Agência Brasileira de Inteligência, relativos ao período 1990 a 1999, para guarda, preservação e acesso;

•IV Seminário "A Gestão de Documentos Arquivísticos na Administração Pública Federal", com o tema Lei de Acesso a Informações – Gestão de Documentos, Transparência e Cidadania, no âmbito do IV Encontro Técnico dos Integrantes do Sistema de Gestão de Documentos – SIGA;

•Realização do primeiro monitoramento do Projeto Apoio a Implementação do Sistema Nacional de Arquivo do Estado – SNAE (Moçambique), no âmbito do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique;

•Realização de Curso de Gestão Documental, com ênfase na metodologia de elaboração e a aplicação do Plano de Classificação de Documentos de Arquivo e de Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim, relativo ao Projeto Apoio a Implementação do Sistema Nacional de Arquivos de Timor-Leste (Dili), no âmbito do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de Timor-Leste, ambos com a parceria com a Agência Brasileira de Cooperação/MRE;

•Recebimento em depósito de 10 filmes restaurados pelo Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro com fins de guarda e preservação;

•Digitalização de documentos relativos aos acervos de interesse da Comissão Nacional da Verdade (CNV), resultando num total de 10.851.980 imagens digitais matrizes. Dentre os acervos de interesse da CNV, destacam-se os fundos de elencados como de prioridade máxima pela comissão, dois quais foram gerados 3.553.928 matrizes do fundo Serviço Nacional de Informações; 85.286 matrizes do fundo Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; •282.178 matrizes do fundo Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima; 634.565 matrizes do fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores; 151.975 matrizes do fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça; e 74.819 matrizes do fundo Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio;

•Realização de assistências técnicas para tratamento arquivístico e preservação de acervos de diversas instituições, a saber: i) reformatação de fitas de áudio ou videomagnéticas e/ou orientação relativa ao tratamento arquivístico de acervos audiovisuais, iconográficos, sonoros e cartográficos para Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Fundação de Apoio à Escola Técnica, Museu da República, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo Histórico do Exército;

•O projeto "Entrada de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro", a ser financiado com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES),para o tratamento técnico do acervo relativo à entrada de passageiros no Porto do Rio de Janeiro, de forma a contribuir para a disseminação de informações acerca da entrada de imigrantes no Brasil, permitindo não só a realização de pesquisas histórico-sociológicas mais consistentes como também facilitar aos cidadãos brasileiros e estrangeiros a defesa, comprovação e resguardo de seus direitos;

•Assinatura de Protocolo de Cooperação entre os arquivos nacionais do Brasil e do Líbano, visando à ampliação do banco de dados sobre imigrantes desembarcados nos portos do Rio de Janeiro e de Santos;

•Realização do "III Encontro de Preservação: Coleção Sonoros", cujo tema foi o tratamento arquivístico;

•Recolhimento de acervo da Divisão de Informações da Petrobrás, relativo ao período 1962 a 1993, para guarda, preservação e acesso;

•Lançamento dos três livros vencedores da 1ª edição do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, denominados "No Centro da Engrenagem" (Mariana Joffily), "Todo Leme a Bombordo" (Anderson Silva) e "O Terror Renegado" (Alessandra Gaspararotto). Os trabalhos vencedores basearam-se em fontes documentais que integram o acervo de instituições parceiras do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, administrado pelo Arquivo Nacional;

•1º Seminário Internacional Documentar a Ditadura – Arquivos da Repressão e da Resistência, na cidade do Rio de

Janeiro, para um público estimado de 100 pessoas. O Seminário teve por objetivo promover reflexões sobre o papel desempenhado pelos arquivos nas sociedades que sofreram experiências repressivas como, no caso brasileiro, a ditadura civil-militar (1964-1985);

•Publicação por órgãos e entidades de 31 Editais de Ciência de Eliminação no Diário Oficial da União, a partir da autorização do Arquivo Nacional para que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal efetuem a eliminação de documentos públicos por eles produzidos e acumulados. Foram eliminados 4.593,008 metros lineares de documentos públicos de órgãos e entidades da APF a partir de autorização ao Arquivo Nacional, significando para os órgãos e entidades a redução dos gastos com a guarda de documentos destituídos de valor para a guarda permanente, melhor aproveitamento do pessoal alocado na área de arquivos, racionalização de espaço;

•Elaboração de minutas de decreto reformulando o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. Elaboração de 2 minutas das novas portarias que tratam dos procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo nos órgãos e entidades da administração pública federal; orientação a órgãos e entidades integrantes da APF quanto aos procedimentos relativos às atividades de Protocolo (Comunicações Administrativas), para utilização do número único de protocolo, que deverão vigorar após a sanção do novo Decreto do SIGA;

•Implementação do Sistema de Arquivos de Estado: Moçambique; e Arquivos em Timor-Leste.

Metas 2012-2015

- **120 reuniões técnicas realizadas no âmbito do CONARQ**

Análise Situacional da Meta

O Plenário, as Câmaras Técnicas, as Câmaras Setoriais e as Comissões Especiais são órgãos da estrutura básica do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Ao Plenário cabe definir a política nacional de arquivos públicos e privados; as Câmaras Técnicas visam à elaboração de estudos e normas necessárias à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados e ao funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR); as Câmaras Setoriais têm por finalidade identificar, discutir e propor soluções para questões temáticas que repercutem na estrutura e organização de setores específicos de arquivos, interagindo com as Câmaras Técnicas; as Comissões Especiais têm por objetivo examinar assuntos específicos relacionados à legislação arquivística. O CONARQ conta, ainda, com uma Coordenação de Apoio técnico e administrativo.

Neste sentido, foram realizadas 36 reuniões técnicas no âmbito do CONARQ até dezembro de 2012, o que representou uma ampliação em 20% da meta prevista para o ano. No ano de 2013 foram realizadas 47 reuniões técnicas no âmbito do CONARQ, o que significou um acréscimo de 57% da meta anual.

Quantidade alcançada

83

Data de Referência

31/12/2013

- **140.000 registros de documentos inseridos e publicados no Banco de Dados Memórias Reveladas**

Análise Situacional da Meta

O Banco de Dados Memórias Reveladas dispõe, atualmente, de 432.135 registros, dos quais 417.606 foram publicados e estão disponíveis para consulta pública.

Em 2012, a alimentação espontânea (não patrocinada) do Banco de Dados permitiu a inserção de 5.000 registros, além de mais 15.000 registros oriundos do próprio Arquivo Nacional e dos parceiros: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS e Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE(Pernambuco), os dois últimos contemplados com recursos do Projeto Pronac 07-6040, perfazendo 20.000 registros, isto é, 57% da meta prevista para 2012 (35.000 registros).

Em 2013, a alimentação espontânea (não patrocinada) do Banco de Dados permitiu a inserção de 4168 registros o que representa o cumprimento de 12% da meta estabelecida para 2013 (35.000 registros).

Não foi possível realizar a captação de recursos no âmbito da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991). Contudo, encontra-se

Plano Mais Brasil

sob análise do Ministério da Justiça projeto visando à digitalização de documentos e à alimentação de registros no Banco de Dados

Quantidade alcançada

26.263

Data de Referência

31/12/2013

- **1.534.852 documentos arquivísticos preservados**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de preservar e facultar o acesso ao patrimônio arquivístico nacional sob sua guarda, o Arquivo Nacional realizou atividades de processamento técnico, conservação e reformatação de 334.844 documentos em 2012 e 342.033 documentos em 2013. Estas atividades compreendem o tratamento arquivísitco, a prevenção e/ou reparação de danos e deterioração e digitalização dos documentos para fins de acesso e preservação.

Quantidade alcançada

676.877

Data de Referência

31/12/2013

- **217 instituições e entidades cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) tem como competência promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos. No exercício de 2012 foram cadastradas 34 instituições e entidades no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ). No ano de 2013, foram cadastradas mais 40 dessas instituições, sendo 37 públicas e 3 do setor privado, o que representou um acréscimo de 37% da meta prevista para o ano.

Quantidade alcançada

74

Data de Referência

31/12/2013

- **230 ações culturais de difusão do acervo que se distribuem em edição de publicações técnico-científicas, sítios eletrônicos e realização de eventos**

Análise Situacional da Meta

Principais realizações de difusão do acervo e do conhecimento no exercício de 2012:

• Quatro seminários: Cartografia nos arquivos; Estado & Administração; IV Seminário "A gestão de documentos arquivísticos na Administração Pública Federal (SIGA)"; III Seminário internacional de história luso-brasileira: sertão e litoral;

• Onze publicações impressas: Os presidentes e a república (5ª edição/ brochura e 3ª edição/ canoa); revista Acervo v. 24, n. 1 – Acesso à informação e direitos humanos; Arquivos do mundo dos trabalhadores; v. 24, n. 2 – Arte e cultura na experiência colonial e v. 25/1 – Difusão cultural em arquivos, 3 monografias Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa (2009) - "Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970", de Douglas Attila Marcelino; "Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande", de Manoela Pedroza; e "Jardim regado com lágrimas de saudade: morte e cultura visual na Venerável Ordem Terceira dos Mínimos e S. Francisco de Paula", de Henrique Sérgio Batista; Revista do Recine n. 9 (O humor no cinema); Ministério da Justiça 190 anos: justiça, direitos e cidadania no Brasil,

•Seis publicações digitais: Arquivos do mundo dos trabalhadores; Acesso à informação e direitos humanos ;Arte e cultura na experiência colonial; – Difusão cultural em arquivos; Carta de serviços ao cidadão; Princípios de acesso aos arquivos;

•Nove eventos: diplomação dos acervos nominados no Programa Memória do Mundo da Unesco 2012; cerimônias de

doação de acervos privados), XI Festival Internacional de Cinema de Arquivo – Recine: mostra informativa, mostra competitiva, mesas-redondas, 2 oficinas;

• Uma exposição Viagens italianas (cerca de 2.000 visitantes);

• Três exposições virtuais: A história em preto e branco, Brasil: o império dos trópicos, França: uma festa brasileira;

• Itinerância da exposição Registros de uma guerra surda durante a Conferência Internacional Memória: América Latina em perspectiva internacional e comparada/61ª Caravana da Anistia/PUC-RJ;

• Três temas para o site O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira: Impostos, contrabandos e impostos; Grão-Pará e Maranhão sob a política ilustrada; Alimentação;

• Oficina Regional do Programa Memória do Mundo;

• Organização e acompanhamento de 267 visitantes de 17 instituições.

Principais realizações de difusão do acervo e do conhecimento no exercício de 2013:

• 2 concursos monográficos: 12ª edição do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa que premiou 3 monografias;

• 3 exposições temáticas: Arquivos do Brasil, Memória do Mundo, comemorativa aos 20 anos de existência do Programa Memória do Mundo da UNESCO/Memory of the World – MOW);

• 3 exposições virtuais: 190 anos do Ministério da Justiça; Capitais da Bossa Nova: Rio e Brasília nos anos JK e O Rio do morro ao mar: demolições e comemorações em 1922;

• 12 publicações impressas e eletrônicas: Revista Recine – Rio de Janeiro, capital do cinema; Estado, poder e administração; Arquivos e história das ciências: Arquivos, bibliotecas e museus; Norma brasileira de descrição arquivística – NOBRADE; catálogos das exposições Arquivos do Brasil, Memória do Mundo e O mundo luso-brasileiro; monografias vencedoras do Prêmio Memórias Reveladas de Pesquisa 2010 – No centro da engrenagem; Todo leme a bom bordo; e O terror renegado –; A escrita da pressão e da subversão, Pablo Endrigo e Teresa Eleutério; 6 materiais gráficos de divulgação institucional e para os seminários realizados no Arquivo Nacional: Simpósio do Conarq; I Seminário Internacional Documentar a ditadura; 2º Seminário Internacional O mundo dos trabalhadores e seus arquivos, folder institucional em inglês e espanhol, folder da visita do Patriarca Maronita de Antioquia e todo o Oriente e o cônsul-geral do Líbano;

Quantidade alcançada

126

Data de Referência

31/12/2013

- **2 conferências nacionais de arquivos realizadas em 2013 e 2015**

Análise Situacional da Meta

A primeira Conferência Nacional de Arquivos - CNARQ foi realizada em Brasília de 14 a 17 de dezembro de 2011, com a previsão de terem uma periodicidade bienal. Em sua plenária final, aprovou propostas relativas à necessidade de revisão da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos.

Como resultado das demandas da I CNARQ, seguem as ações realizadas pelo CONARQ: análise dos Relatórios dos GTs ministeriais sobre os resultados da I Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ nas 69ª e 70ª Plenárias do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ em 25 e 26 de junho de 2013; análise e discussão de minuta de Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei de Arquivos nas 71ª e 72ª Plenárias do CONARQ 13 e 14 de agosto de 2013; consulta pública do Projeto de Lei versão 1.0, aprovado na 72ª Plenária do CONARQ, no período de 15 de setembro a 15 de novembro de 2013; análise e discussão de minuta de Projeto de Lei resultante da consulta pública nas 73ª, 74ª e 75ª Plenárias do CONARQ de 3 a 5 de dezembro de 2013; Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei de Arquivos - VERSÃO 1.1 aprovado na 75ª Plenária do CONARQ, de 5 de dezembro de 2013, enviado para exame da Secretaria de Assuntos Legislativos –SAL/MJ em 6 de janeiro de 2014 (Ofício nº002/2014/CONARQ, de 06 de janeiro de 2014).

A 2ª. CNARQ, a ser realizada, irá avaliar a implementação das principais deliberações contidas no documento final da 1ª. CNARQ. Contudo, ainda não foi definida a data para sua realização.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **2 milhões de usuários atendidos e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram realizados 906.882 atendimentos a usuários e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento.

O quantitativo acumulado entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013 totalizou 1.708.741 atendimentos a usuários. Portanto, a meta estabelecida para o período 2012-2015, de 2 milhões de atendimentos, está prestes a ser superada. Este fato deve-se principalmente à grande elevação do número de acessos aos sítios eletrônicos institucionais, que se tornaram ferramentas amplamente utilizadas pelos usuários para obterem acesso a uma parte do acervo e a instrumentos de pesquisa, bem como para informações sobre a Instituição, a participação do Arquivo Nacional em órgãos internacionais e Leis e Resoluções arquivísticas.

Descrição das principais realizações:

• Implantação da Sala de Leitura Virtual – http://plutao/salavirtual/, na Coordenação de Consulta ao Acervo-COCAC/COACE, que tem agilizado o acesso a dados e informações contidos em documentos de fundos referentes ao período do regime militar e prontuários da Petrobrás. Essa modalidade de atendimento recebeu demandas de pesquisadores da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, do Ministério Público da União e de pesquisadores acadêmicos.

• Implantação do módulo consulta SIAN, que permitiu o controle informatizado das áreas de processamento do acervo e do atendimento presencial;

• Execução dos procedimentos técnicos e administrativos com vistas à modernização da interface dos sítios institucionais no exercício de 2014; e

• Disponibilização do software livre DSpace aos usuários internos e externos, em suas consultas a parte do acervo da Instituição, o que permitiu a agilização de consultas à documentação produzida por órgãos de segurança do regime militar brasileiro (1964-1985).

Expectativas para o próximo período:

• Dar continuidade às atividades para ampliar a difusão do acervo da instituição, no que se refere às atribuições do atendimento e do acesso à informação;

• Dar prosseguimento às atividades voltadas à modernização do atendimento, por meio da informatização de processos e simplificação de rotinas operacionais, com vistas à agilização da prestação do serviço;

• Criação de novas ferramentas de pesquisas online a serem disponibilizadas aos usuários e servidores;

• Implantação de projeto de formação continuada aos técnicos do atendimento presencial e a distância, da Sede e da Regional em Brasília, com vistas à implementação de novos recursos tecnológicos e boas práticas do setor; e

• Formação de novos profissionais de referência, com a finalidade de qualificá-los para exercer as atividades específicas de atendimento ao público e acesso ao acervo da instituição.

Desafios de implementação:

• Otimização da interface de alguns sítios institucionais, para torná-los mais atrativos aos usuários, dando prosseguimento às atividades iniciadas no exercício de 2013 para a reformulação dos sítios.

• Elaboração e implantação de Projetos educativos para divulgação do acervo da instituição em escolas de nível fundamental e médio;

• Ampliação da inserção da instituição na sociedade, com ênfase nos serviços de acesso à informação à disposição da população;

• Divulgação das atividades da instituição em meios de comunicação;

• Disponibilização da versão do portal do Arquivo Nacional em espanhol e em inglês.

Quantidade alcançada

1.708.741

Data de Referência

31/12/2013

- **50 unidades protocolizadoras da Administração Pública Federal reestruturadas**

Análise Situacional da Meta

A meta foi revisitada, ou seja, o foco da reestruturação passou a ser a classificação dos documentos no momento do recebimento e da expedição e aplicação do disposto na Lei nº 12.527, de 16 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação, no que tange ao acesso a documentos e informações produzidas e acumuladas nos órgãos e entidades pelos próprios órgãos e entidades da Administração Pública Federal, tendo em vista que a reestruturação prevista para 2012 e 2013 estava condicionada à revisão e publicação dos novos Decretos do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) e do Sistema de Serviços Gerais (SISG), e consequentemente a publicação das novas portarias relativas aos procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo nos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como às atividades relativas à utilização do número único de protocolo, cujo objeto era o protocolo integrado. Assim, quando da sanção do novo decreto do SIGA e da publicação das novas normativas, inclusive do protocolo integrado, serão implementados os ajustes que se fizerem necessários, como por exemplo, a orientação para a adequação dos sistemas informatizados de protocolo ora existentes.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **8 pontos de acesso da Rede Memórias Reveladas implantados nos estados**

Análise Situacional da Meta

Essa iniciativa busca facilitar, especificamente, o acesso ao portal e ao Banco de Dados Memórias Reveladas, disponíveis no endereço www.memoriasreveladas.gov.br, com a instalação de pontos de acesso informatizados em 8 (oito) estados, contemplando todas as regiões do Brasil. O projeto encontra-se sob análise técnica.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 100 Tbyte/ano a capacidade de armazenamento de arquivos digitais**

Análise Situacional da Meta

No exercício 2012, o processo de aquisição de um repositório digital de 100Tb encontrava-se em andamento com realização do processo licitatório em dezembro de 2013.

No exercício de 2013 atingimos a meta com ampliação da capacidade de armazenamento em 500 Tb. Foi ampliada a capacidade de geração de cópia de segurança (backup) para 700 Tb.

Quantidade alcançada

500

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar espaço de armazenamento físico para o acervo da Administração Pública Federal com a adequação de dois depósitos/ano**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2013, o Arquivo Nacional tem sob sua guarda 866 fundos documentais que somam cerca de 60 km de

Plano Mais Brasil

prateleiras. Deste montante, 60% está sob guarda da sede no Rio de Janeiro e o restante está armazenado na Coordenação Regional do Distrito Federal.

Durante o ano de 2012, foi realizado um esforço de aquisição de mobiliário para adequação de três depósitos de guarda de acervo, resultando na liberação de 1,3 km e 27,4 km de espaço na sede e na unidade regional, respectivamente, o que possibilitará novos recolhimentos.

Durante 2013 não foi realizada ampliação do espaço de armazenamento físico do acervo, pois os recursos de investimentos foram priorizados para a ampliação da capacidade de armazenamento digital em função da digitalização de acervos de interesse da Comissão Nacional da Verdade.

- **Aprovar marcos legais para os Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP), Sistema de Serviços Gerais (SISG) e Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao decreto sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal, o Arquivo Nacional elaborou minutas de Nota Técnica, Exposição de Motivos e de Decreto revendo, complementando e ampliando as ações do SIGA, em razão da necessidade de verificar pontos conflitantes e superposição de ações nos Decretos instituidores do SIGA e do Sistema de Serviços Gerais (SISG).

A gestão de documentos, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, conforme ratifica a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, é imprescindível para garantir a racionalização da produção e do fluxo dos documentos e para definir de forma criteriosa quais são os documentos que deverão ser conservados permanentemente e quais são os que poderão ser eliminados.

- **Aprovar normativas reguladoras das atividades de protocolo da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

O Arquivo Nacional elaborou minutas de portarias que tratam dos procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo nos órgãos e entidades da administração pública federal, em cujo conteúdo há propostas quanto à orientação dos agentes públicos e quanto à utilização de número único de protocolo.

As ações técnicas de responsabilidade do Arquivo Nacional foram realizadas quanto à elaboração de conteúdo regulatório das atividades de protocolo. No entanto, os atos não foram publicados porque se considera que a edição dessas portarias seria adequada após a edição do novo Decreto do SIGA.

- **Aumentar em 10% ao ano a quantidade de equipamentos de preservação instalados (Sistema de climatização; Sistema de monitoramento ambiental; Sistemas de Arquivos Deslizantes), totalizando 2236 equipamentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Arquivo Nacional adquiriu 680 novos equipamentos de preservação do acervo sob sua guarda, sendo: i) 216 módulos de estantes deslizantes na sede e 463 módulos de estantes metálicas na unidade regional; ii) um sistema de monitoramento ambiental dos depósitos da unidade regional. Portanto, a meta prevista para 2012 (153 equipamentos) foi superada.

Em 2013, o Arquivo Nacional adquiriu 30 novos equipamentos de preservação, o que amplia e moderniza o parque tecnológico para digitalização e preservação, especialmente a digital, do acervo sob sua guarda.

Quantidade alcançada

710

Data de Referência

31/12/2013

- **Fomentar a criação de arquivos municipais em 10% dos municípios brasileiros com população acima de 100.000 habitantes**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram criados dois arquivos públicos municipais, a saber: Arquivo Municipal de Uberaba em Minas Gerais e Arquivo Municipal de Águas Belas em Pernambuco.

Em 2013, diversas ações foram adotadas para fomentar a criação de arquivos municipais, dentre elas: elaboração, publicação e distribuição de cartilha com vistas à criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais, considerando os princípios norteadores da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação, e a assistência técnica e consultoria aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Apesar dos esforços empreendidos pelo CONARQ, constata-se que os municípios não têm destinado, em contrapartida, os recursos públicos necessários à criação de instituições arquivísticas. Esse quadro é agravado pela carência, quantitativa e qualitativa de recursos humanos capacitados. Em razão desta realidade, em 2013 não foram criados arquivos públicos municipais.

- **Implantação de serviços de informação ao cidadão nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Para subsidiar a realização desta meta, em 2012 o Arquivo Nacional realizou um diagnóstico a respeito da situação da gestão de documentos e informações no âmbito do Ministério da Justiça: Arquivo Nacional, secretarias, departamentos, autarquia, fundação e conselhos.

A Portaria nº 600, de 12 de abril de 2012, , instituiu a Rede de Serviços de Informações ao Cidadão – Rede SIC no âmbito do MJ, formada de um Serviço de Informação ao Cidadão Central – SIC Central e 7 Serviços de Informações ao Cidadão Setoriais – SICs Setoriais.

Em 2013 A meta foi atingida com a instituição, no âmbito do Arquivo Nacional (AN), do Serviço de Informação ao Cidadão SIC-AN, como SIC-Setorial integrante da Rede de Serviços de Informações ao Cidadão do Ministério da Justiça – Rede SIC. O SIC-AN destina-se a atender as solicitações de informações sobre o acervo produzido pela Instituição de 1985 até o presente e as do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a partir de 1994.

No que diz respeito ao atendimento efetuado pelo SIC AN, os dados no período de maio de 2012 a dezembro de 2013 são os seguintes: 702 pedidos recebidos por E-SIC e 641 atendidos. As demandas de consulta aos documentos sob a guarda da Instituição, produzidos por outros órgãos não são atendidas pelo SIC-AN e sim pelas unidades de consulta do Arquivo Nacional.

- **Inserir 53.573 registros em sistema informatizado de registro de estrangeiros e naturalização**

Análise Situacional da Meta

Na década de 1980, o Arquivo Nacional recolheu do Departamento de Polícia Federal documentos sobre estrangeiros, que necessitavam de tratamento arquivístico, a saber: relações de passageiros de embarcações que chegaram aos portos brasileiros; relações de aviões que aterrissaram em aeroportos de vários estados brasileiros; fichas consulares de qualificação; cartão de embarque / desembarque de passageiros; pedidos de visto; cartões de serviço de tripulantes marítimos; carteiras de identidade de estrangeiros; controles de entrada/saída de voos e nacionalidades/número de pessoas a bordo, entre outros.

O grande número de consultas às relações de passageiros em vapores, parcela do acervo produzida no final do século XIX e início do século XX, acelerou o processo de desorganização e de deterioração da documentação. Diante disso, o Arquivo Nacional desenvolveu um projeto, a ser financiado com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e executado pela Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), que terá como objetivos: i) tratar tecnicamente a informação presente num dos acervos mais consultados da instituição; ii) inserir dados relativos a 500 mil imigrantes em base de dados especifica, destinada à rápida recuperação de informações onomásticas relativas a entrada de estrangeiros; iii) alimentar o Sistema de Informações do Arquivo Nacional, com associação de imagens das relações de desembarque de passageiros, para acesso via web; iv) permitir aos usuários a verificação imediata da existência de documentos que lhe interessem, bem como lhes garantir rápido atendimento na obtenção dos documentos comprobatórios e certidões necessárias.

Em função de problemas operacionais da instituição executora, este projeto não foi iniciado em 2013. Por esta razão, a ampliação do banco de dados com registros de imigrantes desembarcados no Porto do Rio de Janeiro será iniciada apenas em 2014, uma vez que o projeto está em fase de contratação.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Integrar mais 20 órgãos e entidades parceiros à Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da meta é o desenvolvimento de rede de cooperação visando promover a integração de acervos, a difusão de boas práticas no campo da arquivologia, bem como a execução de ações que favoreçam a reflexão sobre o período de 1964-1985.

Em 2012, 16 instituições aderiram à Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do

Memórias Reveladas, totalizando 80% da meta geral.

No exercício de 2013, 8 (oito) instituições aderiram à rede, que é composta, atualmente, por 42 instituições no Brasil e no exterior, totalizando mais que o dobro da meta geral de adesão de 20 órgãos e entidades à Rede. A Rede Memórias Reveladas é a maior rede de cooperação arquivística da América Latina.

Quantidade alcançada

42

Data de Referência

31/12/2013

- **Prédio construído, com moderna tecnologia aplicada à guarda e gestão de documentos produzidos e acumulados pela Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Projeto em fase de viabilização técnica e orçamentária.

- **Proteger e preservar mais 15 acervos do período do regime militar (1964-1985) no âmbito da Rede Memórias Reveladas**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foram preservados, no Arquivo Nacional, 3 acervos de período do regime militar, totalizando 20% da meta geral de proteção e preservação de acervos. Cabe destacar que projeto de tratamento de acervos de entidades parceiras nos estados encontra-se sob análise técnica no Ministério da Justiça. No que se refere aos acervos públicos federais, prossegue a iniciativa do Ministério da Justiça e Arquivo Nacional visando à localização de acervos da ditadura atualmente não recolhidos ao Arquivo Nacional.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo 0875 vem apresentando níveis satisfatórios de execução, considerando-se os projetos nele contemplados e o nível de maturidade esperado.

Houve progressos nos projetos estratégicos do Ministério da Justiça. No âmbito da Escola Nacional de Conciliação e Mediação (ENAM), em agosto de 2013 foi realizada a I Conferência Nacional de Conciliação e Mediação que promoveu discussões, debates e trocas de experiências exitosas adotadas por instituições do Sistema de Justiça, com foco nos

métodos consensuais de solução de conflitos. O evento contou com a participação de cerca de 800 profissionais envolvidos no tema da mediação. Ainda em 2013, a ENAM lançou o primeiro curso de Mediação Judicial à distância, que capacitou 2.000 servidores do Sistema de Justiça em técnicas de mediação e conciliação judicial.

Outro projeto estratégico de grande relevância para o Ministério da Justiça foi o lançamento do Atlas de Acesso à Justiça.

Em março de 2013, por meio da Portaria 1.036 foi instituído o CEJUS – Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça, cuja principal missão é promover a comunicação com os atores e setores da sociedade e do Sistema de Justiça, por meio da realização de pesquisas, diagnósticos e ferramentas. A Secretaria tem buscado constituir mecanismos de participação social efetivos para o planejamento, monitoramento e tomada de decisões acerca das políticas públicas de acesso à Justiça.

O CEJUS tem como objetivo criar insumos para a elaboração de políticas públicas e produção de conhecimento sobre temas relevantes que ampliem a compreensão, por amplos segmentos da população, sobre o Sistema de Justiça no Brasil, ao mesmo tempo em que busca discutir a melhoria do acesso à Justiça. O CEJUS promoveu e coordenou a elaboração de seis estudos ao longo do ano de 2013. Com o intuito de estimular a reflexão sobre o sistema de Justiça brasileiro foi elaborada também a revista Diálogos, periódico de publicação trimestral.

Tanto as pesquisas desenvolvidas quanto a revista foram produzidas a partir de acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no âmbito do projeto "Fortalecimento do Acesso à Justiça", que prevê repasse de recurso financeiro para a contratação de instituições públicas e privadas, bem como a contratação de consultoria técnica e acadêmica para acompanhar as atividades do CEJUS.

O Ministério da Justiça vem progredindo no alcance do Objetivo, especialmente nas ações voltadas para a ampliação e democratização do acesso à Justiça, mais especificamente: 1. Pelos progressos com o Projeto Atlas de Acesso à Justiça; 2. Com o Programa Justiça Comunitária; 3. Com a revisão da Diretriz Nacional Curricular das Faculdades de Direito, para incluir como obrigatório o ensino dos métodos autocompositivos de solução de conflito (MASC), tais como a mediação e a conciliação; 4. Com a proposta de um Projeto de Lei para regulamentar a mediação judicial, extrajudicial e também a mediação promovida pela Administração Pública; 5. Por meio das ações de difusão de conhecimento sobre MASC, promovidas pela ENAM.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a instituição de 20 Casas de Direito pelos atores do sistema de Justiça**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Casa de Direitos tem por objetivo principal garantir a comunidades em situação de vulnerabilidade acesso à Justiça por meio de distintas ações de cidadania concentradas em unidades de atendimento que incluem vários órgãos prestadores de serviços, e diversos atores do sistema de Justiça, bem como atores extra-judiciais.

  Em 2013, foi inaugurada a primeira Casa de Direitos, na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro e foi celebrado um Acordo de Cooperação com o Estado de Alagoas. Em 2014, pretende-se estabelecer acordos de cooperação com os Estados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraíba.

  O principal problema no âmbito da meta a ser atingida é a dificuldade de execução dos serviços prestados.

  Em 2014, serão lançadas 2 unidades, em Alagoas e na Paraíba, assim como será formalizada a cooperação para a implantação do programa em outros estados integrantes do programa Brasil Mais Seguro (BMS),Rio Grande do Norte e Sergipe. Houve mudança da abrangência do programa, que agora orienta-se pelo BMS. A expectativa é de que a meta de 6 casas implantadas até o fim do atual Plano Plurianual encontre dificuldades, dado o ritmo de abertura das casas e as dificuldades enfrentadas para a mobilização do grande número de atores envolvidos na operação das unidades.

- **Apoiar a instituição de 20 núcleos de Justiça Comunitária pelos atores do sistema de Justiça**

  Análise Situacional da Meta

  Em relação às metas do Programa Justiça Comunitária, foram firmados 9 convênios para a implantação dos núcleos previstos para 2014. São cinco núcleos no âmbito do programa Brasil Mais Seguro, nas seguintes cidades: Maceió,

Plano Mais Brasil

Arapiraca, e Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas; e Extremóz e Guamaré, no Rio Grande do Norte. Os outros quatro núcleos são convênios com as seguintes prefeituras: Pinhais/PR, Goiás/GO, Lages/SC e Itaituba/PA.

Além destas celebrações, foi realizada uma oficina nacional do Programa Justiça Comunitária, com apoio do programa de Cooperação Internacional do Eurosocial, envolvendo 30 participantes do Brasil. A oficina foi coordenada em conjunto pela Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), do Ministério da Justiça, e pelos consultores do Eurosocial. A parceria resultou na elaboração de manuais operacionais e de capacitação.

Além disso, foi finalizada uma consultoria para a elaboração de manuais de capacitação e de implementação do programa, que no momento estão sendo revisados. Adicionalmente, foram publicadas em torno de 15 mil cartilhas para serem distribuídas nas comunidades.

As dificuldades enfrentadas para o alcance desta meta relacionam-se: a) à capacidade da SRJ de gerir toda a carteira de convênios atual, agravada pela necessidade de execução de 33 emendas parlamentares no orçamento de 2014, todos de execução obrigatória; b) contratação de equipes multidisciplinares; c) controle das despesas realizadas pelos voluntários do programa, os quais são reembolsados com recursos dos convênios; d) ausência de marco legal adequado; e) insuficiência de padrões operacionais; f) indisponibilidade de imóveis nas áreas projetadas – normalmente situados em áreas carentes e com muitas falhas no tocante aos registros.

Para 2014, está prevista a apresentação de um Projeto de Lei institucionalizando a política, a formatação de um curso de capacitação em parceria com a ENAM, a publicação do material elaborado no ano anterior, uma parceria para a elaboração de um software para monitoramento e controle de atendimento dos núcleos, além dos novos núcleos a serem implantados.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2013

- **Articular a realização do programa Brasil Mais Seguro pela criação de 7 centros de acompanhamento do sistema de justiça**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Brasil Mais Seguro foram instaladas 3 Câmaras de Monitoramento de inquéritos e processos judiciais nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, com a finalidade de integrar o sistema de Justiça criminal e dar celeridade na persecução e na execução penal relativa aos crimes de homicídios. Em março de 2014, foi instalada a Câmara de Monitoramento em Sergipe. Ocorreram, ainda, capacitações dos operadores de Direito nas Varas de execução criminal nos Estados de Alagoas e de Sergipe.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

- **Debater, subsidiar e fomentar políticas de aprimoramento do sistema de Justiça pela publicação de 30 pesquisas, relatórios ou projetos normativos**

Análise Situacional da Meta

O CEJUS selecionou e coordenou estudos pertinentes à democratização do acesso à Justiça, disponibilizando os resultados ao público por meio de livros que compõem a coleção “Diálogos sobre Justiça”. Ao longo do ano de 2013, foram desenvolvidos os seguintes estudos:

• Utilização de Meios de Resolução Extrajudicial de Conflitos no Âmbito de Serviços Regulados por Agências Governamentais;

• Estudo sobre Soluções Alternativas para Conflitos Fundiários Agrários e Tradicionais;

• Estudo sobre a Atuação da Justiça nos Conflitos Fundiários Urbanos;

• Estudo sobre a Transparência no Sistema de Justiça Brasileiro;

• Estudo sobre a Advocacia Popular; e

• O Impacto no Sistema Processual dos Tratados Internacionais.

Com intuito de disseminação do conhecimento foi realizada no Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, cerimônia de lançamento do Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça – CEJUS e divulgação dos resultados da primeira pesquisa coordenada pelo centro, intitulada "Estudo sobre resolução extrajudicial de conflitos dos serviços regulados por agências governamentais", desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro – FGV Rio. A iniciativa teve por objetivo aproximar as instituições de ensino e pesquisa com os atores do sistema de Justiça brasileiro, articulando a produção de conhecimento com as necessidades e interesses identificados na prática pelos construtores do Direito e da Justiça.

Em relação à revista, a primeira edição comemorativa foi elaborada em 2013, com data de lançamento no início do ano de 2014. A revista Diálogos inclui o dossiê "Acesso à Justiça", que contempla os seguintes eixos: condições de acesso à Justiça; revolução democrática da Justiça; e mediação e arbitragem, dentre outros de grande importância. A revista segue em consonância com os esforços empreendidos para ampliar e qualificar o acesso à Justiça no Brasil e visa divulgar informações e conhecimento científico sobre o Sistema de Justiça brasileiro, fomentar reflexões sobre sua estrutura e funcionamento e reunir insumos para a elaboração de políticas públicas de democratização do acesso à Justiça.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2013

- **Desenvolver a Estratégia Nacional de Acesso à Justiça e a Estratégia Nacional de Redução de Litígios, para disseminação do uso de técnicas autocompositivas de solução de conflitos (conciliações judiciais, conciliações e mediações extrajudiciais, desistência de recursos).**

Análise Situacional da Meta

A Estratégia Nacional de Acesso à Justiça (ENAJ) passou por revisão estratégica em 2013 e será remodelada em 2014.

A Estratégia Nacional de Redução de Litígios (ENRL), composta por ações de articulação e de normatização com objetivo de induzir a utilização de conciliação e acordos judiciais, bem como a desistência de interposição de recursos pelos grandes litigantes da Justiça brasileira, teve execução em 2013, com a realização, em agosto, da 1ª Conferência Nacional de Redução de Litígios, em agosto, com representantes do setor financeiro privado, com mais de 800 participantes, no qual figuram alguns dos maiores litigantes brasileiros. Foi proposto, por grupo de trabalho dedicado, conjunto de metas de redução de litigância para esses atores, fundamentados em posturas quanto a recursos e na solução negociada de demandas. Houve também a apresentação da ENRL à Advocacia Geral da União, em novembro de 2013, para a construção de posturas de redução de litigância em âmbito governamental.

Na ENRL houve ainda o 1º Fórum de Redução de Litígios, realizado em setembro de 2013.

Em agosto de 2013, foi realizado o Workshop "Intercâmbio de experiências entre o Poder Público e a Iniciativa Privada". O evento contou com a participação das principais associações do sistema financeiro e os departamentos jurídicos dos maiores bancos do Brasil. O objetivo foi divulgar as boas práticas de solução consensual e extrajudicial de conflitos que instituições financeiras já adotaram e estipular a implementação dessas práticas, capazes de reduzir o volume de processos judiciais envolvendo os bancos e, neste sentido, desafogar o Poder Judiciário, qualificando o acesso à justiça. O evento contou com aproximadamente 100 participantes.

- **Disseminar conhecimento agregado acerca do sistema de Justiça, por meio do Atlas do Acesso à Justiça, com a criação e divulgação de 5 indicadores**

Análise Situacional da Meta

O projeto Atlas de Acesso à Justiça é uma das estratégias da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) para a ampliação do acesso à Justiça, bem como uma das soluções para a lacuna de indicadores de acesso necessária para a tomada de decisões alocativas direcionadas a modernização do sistema de Justiça. O Portal do Acesso à Justiça foi

Plano Mais Brasil

implantado em dezembro de 2013, contendo 2 indicadores de acesso à Justiça. O projeto é resultado de Termo de Cooperação entre a SRJ e a Universidade de Brasília e tem como objetivo pesquisar e desenvolver ferramentas de gestão de informação e disponibilização de dados sobre a quantificação do acesso à Justiça, e sobre a definição e localização do Sistema de Justiça.

Os produtos obtidos nesta cooperação foram: a) um caderno de indicadores que quantifica o acesso à Justiça; b) uma ferramenta de Business Intelligence com dados sobre o sistema de Justiça; c) um banco de dados abrangente sobre o sistema de Justiça; d) o Portal de Acesso à Justiça; e) um mapa com a localização georreferenciada dos entes do sistema de Justiça (extrajudiciais, judiciais e essenciais à Justiça). Os produtos foram recebidos ao longo de 2013 e disponibilizados para acesso ao Público em dezembro de 2013, com o lançamento do Portal de Acesso à Justiça http: //acessoajustica.gov.br

As dificuldades encontradas pelo projeto foram: a) obstáculos no fechamento do arranjo interinstitucional para acesso a dados; não padronização de dados, mesmo no âmbito federal; b) não disponibilidade de dados sobre localização geográfica de servidores; c) não disponibilidade de dados tratados sobre contas prestadas (dados em formato imagem (.pdf); d) desatualização do SIORG; e) não utilização, por órgãos governamentais, de bases de dados com webservice.

Planeja-se a continuidade do projeto em 2014 e em 2015, com atuação contínua após o desenvolvimento e apuração das ferramentas básicas, e com incorporação da tecnologia e do conhecimento pelo MJ.

Pretende-se alcançar maior depuração e desenvolvimento dos indicadores de acesso à Justiça, novas versão anuais do caderno de indicadores, criação de aplicativo do portal de acesso à Justiça para Android e IOS, complementação e correção de bases de dados para mapa do acesso e indicadores e pesquisa de novos bancos de dados.

- **Fomentar a modernização do sistema de justiça, por meio do apoio à implantação de 50 unidades especializadas, aprimoramento normativo e apoio ao desenvolvimento gerencial e produção de conhecimento de 03 iniciativas com projetos referência para atender às 26 unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

Na esfera normativa a SRJ trabalha com a realização de estudos comparativos de visibilidade, emitindo notas técnicas e pareceres jurídicos e participando das audiências públicas, reuniões e imersões jurídicas, visando ao embasamento técnico de debates e decisões no âmbito do Congresso Nacional, acerca de propostas legislativas que tratem, principalmente, sobre: (i) Promoção do Acesso à Justiça, (ii) Duração Razoável do Processo, (iii) Redução da Judicialização e (iv) Aprimoramento do Sistema de Justiça mediante a modernização de suas instituições.

Dente as principais entregas obtidas estão as mencionadas abaixo:

•Criação e desenvolvimento da Comissão de Especialistas para discutir o marco legal da mediação e conciliação no Brasil. Dos trabalhos desta comissão resultou anteprojeto de lei que regulamenta a mediação judicial e extrajudicial no Brasil o qual foi apresentado no Congresso Nacional como PL 434/2013 que se tornou Projeto de Lei sob o n° 517/2011;

•Instituição e desenvolvimento da Comissão Nacional da Defensoria Pública, criada para aprimorar os serviços prestados pela Defensoria Pública em todo o Brasil e garantir a universalização do acesso em todas as comarcas. Os trabalhos tiveram os seguintes resultados: (i) elaboração de alternativa ao PLP 114/2005; (ii) elaboração de Anteprojeto de Lei para a criação do Fundo de Aparelhamento das Defensorias Estaduais e do DF; (iii) elaboração de substitutivo de PEC visando à criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública; (iv) definição de estratégias para aprovação da PEC 247/2013;

•Desenvolvimento e coordenação de ações interinstitucionais que resultaram na aprovação da Emenda à Constituição n°

•207, que estende às defensorias públicas da União e do Distrito Federal a autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária concedidas às defensorias estaduais. Promulgada, a proposta foi transformada em Emenda Constitucional n° 74/2013;

•Desenvolvimento e coordenação de ações interinstitucionais que resultaram em contribuições técnicas para o aprimoramento do texto do novo Código de Processo Civil e do novo Código de Defesa do Consumidor;

•Articulações com órgãos dos três Poderes da República no intuito de viabilizar a assinatura do III Pacto Republicano Por um Sistema de Justiça mais Célere, Transparente e Democrático, que tem como principais objetivos a aprovação de projetos de lei e de políticas públicas que visem (i) o combate à corrupção e à improbidade administrativa; (ii) a garantia da razoável duração do processo judicial e administrativo; (iii) a democratização do acesso à Justiça; e (iv) o fortalecimento das instituições do Sistema de Justiça.

No Campo das unidades especializadas, como Justiça Comunitária; foram firmados 9 convênios, sendo 4 com recursos oriundos do PO de Democratização do Acesso à Justiça e 5, do BMS. No campo do desenvolvimento Gerencial, foram assinados 2 novos convênios para modernização operacional do sistema de Justiça.

- **Instituir e gerenciar o Portal do Acesso à Justiça**

Análise Situacional da Meta

O projeto Atlas de Acesso à Justiça é uma das estratégias da SRJ para a ampliação do acesso à Justiça, bem como uma das soluções para a lacuna de indicadores de acesso necessária para a tomada de decisões alocativas direcionadas a modernização do Sistema de Justiça. O Portal do Acesso à Justiça foi implantado em dezembro de 2013, contendo 2 indicadores de acesso à Justiça. O projeto é resultado de Termo de Cooperação entre a SRJ e a Universidade de Brasília e tem como objetivo pesquisar e desenvolver ferramentas de gestão de informação e disponibilização de dados sobre a quantificação do acesso à Justiça, e sobre a definição e localização do Sistema de Justiça.

Os produtos obtidos nesta cooperação foram: a) um caderno de indicadores que quantifica o acesso à Justiça; b) uma ferramenta de Business Intelligence instalada com dados sobre o sistema de Justiça; c) um banco de dados sobre o sistema de Justiça; d) o Portal de Acesso à Justiça; e) um mapa com a localização georreferenciada dos entes do Sistema de Justiça (extrajudiciais, judiciais e essenciais à Justiça). Os produtos foram recebidos ao longo de 2013 e disponibilizados para acesso ao Público em dezembro de 2013, com o lançamento do Portal de Acesso à Justiça http://acessoajustica.gov.br

As dificuldades encontradas pelo projeto foram: a) obstáculos no fechamento do arranjo interinstitucional para acesso a dados; não padronização de dados, mesmo no âmbito federal; b) não disponibilidade de dados sobre localização geográfica de servidores; c) não disponibilidade de dados tratados sobre contas prestadas (dados em formato imagem (.pdf); d) desatualização do SIORG; e) não utilização, por órgãos governamentais, de bases de dados com webservice. Planeja-se a continuidade do projeto em 2014 e em 2015, com atuação contínua após o desenvolvimento e apuração das ferramentas básicas, e com incorporação da tecnologia e do conhecimento pelo Ministério da Justiça.

Pretende-se alcançar maior depuração e desenvolvimento dos indicadores de acesso à Justiça, novas versão anuais do caderno de indicadores, criação de aplicativo do portal de acesso à Justiça para Android e IOS, complementação e correção de bases de dados para mapa do acesso e indicadores, e pesquisa de novos bancos de dados.

- **Modernizar e padronizar a tramitação do processo eletrônico de provimento e vacância de magistrados, facilitando a troca de informações entre o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Justiça e a Casa Civil da Presidência da República**

Análise Situacional da Meta

O projeto de modernização da tramitação do processo eletrônico de provimento e vacância aguarda uma classificação mais adequada na lista de projetos prioritários de Tecnologia da Informação no Ministério da Justiça, conforme decisão do Comitê Gestor de TI do MJ.

- **Promover a solução autocompositiva de conflitos por meio da formação de 21 mil alunos pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação**

Análise Situacional da Meta

No intuito de incentivar a redução de litígios, a utilização dos MASC (Meios Adequados de Solução de Conflitos) e difundir a cultura do diálogo, a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM) realiza cursos presenciais e a distância. Em 2013, ofereceu gratuitamente o primeiro curso de capacitação em Mediação Judicial à distância,

Plano Mais Brasil

formando 2.000 profissionais do sistema de Justiça. Para 2014, a ENAM está estruturando diversos cursos de capacitação em MASC, entre eles curso resolução consensual de conflitos que envolvem políticas públicas; curso de mediação comunitária; curso de mediação para prepostos de empresas; curso de implementação de estágio supervisionado em mediação; e curso básico de mediação para cidadãos e cidadãs.

Vale lembrar que a Secretaria de Reforma do Judiciário promoveu 60 cursos para formação de mediadores, capacitando 1.440 servidores e 1.000 magistrados em 2012.

Além dos cursos, a ENAM produz, em parceria com instituições do sistema de Justiça, material didático, pedagógico e doutrinário sobre os MASC. Ainda em 2014 serão lançados o Manual de Negociação e Mediação para o Ministério Público e o Manual de Mediação para a Defensoria Pública, em parceria com instituições. A ENAM já edita e distribui, gratuitamente, o Manual de Mediação Judicial, com o objetivo de difundir a cultura do diálogo nos Tribunais de Justiça como forma de solução de conflitos. Até o final de 2013, já haviam sido distribuídos mais de 16.000 unidades desse manual.

Em julho de 2013 a ENAM realizou a I Conferência Nacional de Mediação, que contou com a participação de mais de 800 pessoas envolvidas com o tema. No evento foram realizadas diversas palestras, oficinas e troca de experiências entre atores do Sistema de Justiça sobre os métodos autocompositivos de solução de conflitos. Em agosto de 2013, foi realizada a I Competição Nacional de Mediação para estudantes universitários com 24 instituições de ensino superior em 14 estados brasileiros, com 100 participantes. O objetivo da competição foi estimular o estudo e a utilização dos métodos autocompositivos de solução de conflitos por alunos das faculdades de direito desde a graduação e, dessa forma, consolidar a cultura do diálogo e do consenso.

Em âmbito legislativo, a Comissão de Especialistas em Mediação do Ministério da Justiça elaborou minuta de projeto de lei protocolado no Senado Federal sob o número PLS 405/13. Posteriormente, o texto foi incorporado no relatório substitutivo do Senador Vital do Rego e renumerado como PLS 517/11. O PLS tem por finalidade regulamentar a mediação em suas várias esferas: judicial, extrajudicial e também aquela desenvolvida pela Administração Pública. Nesse sentido, questões como os princípios que regem os processos de mediação, os requisitos para atuar como mediador e as matérias passíveis ou não de serem mediadas foram também tratadas. O texto já foi aprovado no Senado e encaminhado para a Câmara dos Deputados sob o número PL 7169/14.

Quantidade alcançada

4.440

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

A utilização de processos judiciais informatizados tem se tornado em uma eminente tendência, em razão da economia, rapidez e facilidades proporcionadas. Ao considerar que o poder público representa o maior demandante, em número de processos judiciais, é necessário dotar a advocacia pública de ferramentas que atendam a crescente demanda, o que virá a contribuir para o descongestionamento dos órgãos do Poder Judiciário, com atuação célere, transparente e eficaz. Assim, com base no Modelo Nacional de Integração de Sistemas de Processo Eletrônico e no Termo de Cooperação nº 58/2009, firmado entre a Advocacia-Geral da União, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal Federal, o Conselho da Justiça Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público Federal, têm sido empreendidos grandes esforços de ajuste dos procedimentos e sistemas

da advocacia pública federal e o nivelamento e integração de sua infraestrutura tecnológica com a nova plataforma criada pelo Judiciário Eletrônico.

Atualmente, a Advocacia-Geral da União vem desenvolvendo o Sistema de Apoio à Procuradoria Inteligente (Sapiens), que será responsável por realizar todo o procedimento eletrônico de gestão arquivista documental e controle de fluxos de processos na Instituição. A ferramenta é capaz de fazer interpretações de similaridade e sugerir informações de pesquisas, jurisprudências, destinatários, notas padrões entre outras informações em tempo real. Além disso, com a implantação do Sapiens será possível o intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração da justiça, além de servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual, metas estas estabelecidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade definido pelas equipes técnicas dos órgãos signatários do Termo de Cooperação Técnica nº 58/2009, que visa estabelecer o padrão de integração de sistemas de processo eletrônico, por meio da tecnologia "WebService".

Também estão em andamento tratativas para o acordo de cooperação técnica com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de integrar o SAPIENS com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Outro acordo em tratativa com a PGF refere-se à integração com a aplicação e-SAJ, (processo eletrônico) do TJ/SP para facilitar a troca de informações e agilizar o trâmite processual por meio de diversos serviços Web voltados para os advogados.

A previsão inicial é de que o sistema Sapiens, uma vez em operação, substitua gradativamente os atuais sistemas de acompanhamento de processos administrativos e judiciais da AGU, disponibilizando em uma mesma plataforma as funcionalidades inerentes a cada sistema.

Outros esforços estão sendo envidados para garantir a implantação do citado projeto piloto do sistema Sapiens. Dentre elas, destacamos a distribuição de certificação digitação para todos os usuários da rede interna da AGU.

No âmbito do Supremo Tribunal Federal, cuja atuação é exercida pela Secretaria-Geral de Contencioso, a grande maioria dos processos é tramitada de forma eletrônica. Para atuar nas demandas, os advogados da União recebem certificado digital, que permite consultar os autos do processo e peticionar eletronicamente. Contudo, quanto à integração com os sistemas dos órgãos do Judiciário, a ferramenta de integração existente é o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (Sicau), em que é possibilitado que demais órgãos da AGU tenham acesso as atividades realizadas e ao dossiê eletrônico dos processos. No entanto, a fim de aperfeiçoar a interoperabilidade entre os sistemas da AGU e outros órgãos da Administração Federal, o Sapiens integrará as funcionalidades do supracitado Sicau.

O sistema atuará em várias frentes, e procura, em todas elas, simplificar rotinas e expedientes, tais como:

a) auxiliar, na elaboração da defesa judicial, com a sugestão de modelos e teses e com a possibilidade de manipulação facilitada de elementos textuais (inclusão e ordenação de teses, migração automática dos metadados do processo para o modelo etc.), com foco na padronização da identidade visual das peças processuais. Realiza, por meio de um módulo de inteligência artificial, a triagem dos processos e a indicação de teses potencialmente cabíveis no caso concreto, auxiliando no processo de tomada de decisão e na elaboração da peça processual;

b) unificação e relação dos elementos constantes do dossiê administrativo eletrônico e do dossiê judicial, permitindo a migração seletiva e controlada de peças do primeiro para o último. Promove a orquestração dos vários sistemas informatizados da administração pública (Sicau, sistemas da Justiça Estadual e Federal, Plenus, CNIS, Siape etc.), de forma transparente para o usuário. Gerencia e oportuniza a adoção de modelos e teses de direito padronizadas em âmbito nacional, de forma a tornar coesa a atuação dos advogados públicos federais em todo o território nacional e em todas as instâncias; e

c) fornece dados de gestão qualificada, pela medição do sucesso das teses jurídicas adotadas nacionalmente. Realiza o controle de carga e movimentação de autos físicos e a supervisão quanto a pedido de subsídios e cumprimento de decisões judiciais. Fornece uma interface exclusiva de acesso a estagiários, para elaboração de minutas de peças judiciais, ofícios e pedidos de cumprimento, que serão, todos eles, eletronicamente submetidos ao prévio crivo do procurador responsável. Possibilita a migração e distribuição automatizada de tarefas, físicas ou eletrônicas (a depender do grau de

Plano Mais Brasil

integração da Justiça da qual derivem).

Ainda quanto ao Sicau, em meados de 2013 a Procuradoria-Geral Federal proporcionou o controle informatizado da ocorrência da prescrição intercorrente das execuções fiscais sobre sua responsabilidade por meio da criação de atividade específica, a ser lançada no momento do arquivamento tratado no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar e implantar sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos da Advocacia Pública Federal adaptados ao padrão de interoperabilidade adotado**

Análise Situacional da Meta

Para a implementação desta meta algumas iniciativas já foram concluídas pela Advocacia Geral da União e outras ainda encontram-se em fase de execução.

O Sistema de Dívida Ativa da Procuradoria-Geral Federal (SISDAT) pretende ser o ambiente a conter todas as ferramentas necessárias para realização dos procedimentos necessários à cobrança judicial e acompanhamento dos créditos das autarquias e fundações públicas federais.

O projeto do SISDAT está sendo concebido para integrar-se ao Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens). A realização das atividades esperadas quanto ao SISDAT ao longo de 2013 não correspondeu às expectativas.

Várias etapas importantes foram concluídas: a) encerrada a fase de modelagem do SISDAT e de estudo dos casos de uso; b) o modelo lógico (entidades e relacionamentos) do sistema e o modelo físico (tabelas e objetos) foram concluídos; c) foi recuperado todo o código legado do SISDAT anterior, sem perda do que fora antes especificado; d) deu-se início ao processo de elaboração das primeiras interfaces do usuário; e) foram realizadas reuniões com a empresa responsável pelo Protesto Eletrônico (CRA Nacional) para futura interoperabilidade com o novo SISDAT. O Sistema Sapiens será responsável por realizar todo o procedimento de gestão arquivista de documentos e controle de fluxos do processo. Com os procedimentos eletrônicos será possível reduzir os problemas hoje existentes na tramitação.

A aplicação é dividida em dois módulos: administrativo e judicial. O primeiro é responsável pela Gestão Eletrônica e Arquivista dos Documentos, bem como pelo controle do fluxo dos processos. O módulo judicial permite o controle de prazos, auxilia na produção da peça jurídica, na sistematização do serviço de natureza jurídica, no controle e acompanhamento de pedidos de cumprimento de decisões judiciais, no controle e acompanhamento dos pedidos de carga, entre outros. O segundo módulo tem previsão para operar até o final de 2014.

No ano de 2013, foi realizado 60% do cronograma proposto.

Quantidade alcançada

0,6

Data de Referência

31/12/2013

- **Consolidar um padrão de interoperabilidade comum aos sistemas da Advocacia Pública Federal e aos órgãos do Poder Judiciário**

Análise Situacional da Meta

O alcance desta meta será viabilizado com a inicialização em produção do sistema Sapiens no módulo contencioso, cujo projeto piloto de implantação está previsto para março de 2014.

O desenvolvimento e implantação do sistema Sapiens, na forma como concebido para sua versão nacional, representa a consolidação de um padrão de interoperabilidade comum com os sistemas informatizados dos órgãos do Poder Judiciário, uma vez que ele se utiliza do Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, adotado pelo Conselho Nacional de Justiça como padrão para todo o país, nos termos da Resolução Conjunta CNJ-CNMP nº 3, de 16 de abril de 2013 e da Resolução CNJ nº 185, de 18 de dezembro de 2013.

Atualmente, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a grande maioria dos processos é tramitada de forma eletrônica. Para atuar nas demandas, os Advogados da União recebem certificado digital, em que é possibilitado consultar os autos do processo e peticionar eletronicamente. Todavia, está sendo desenvolvido o sistema Sapiens, que tem como

finalidade promover a orquestração dos vários sistemas informatizados da administração pública (Sicau, sistemas da Justiça Estadual e Federal, Plenus, CNIS, Siape etc.). A expectativa é que a utilização da ferramenta por unidades da AGU esteja disponível a partir de 2014.

Quantidade alcançada

0,2

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0877 - Reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário, com a racionalização do ajuizamento e prosseguimento de ações judiciais em que a Fazenda Pública Federal figure como parte, mediante a resolução administrativa de conflitos, bem como pela atuação processual e administrativa harmônica com a jurisprudência pacificada nos tribunais superiores.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da Procuradoria-Geral da União (PGU), foi instituído o Programa de Redução de Litígios e de Aperfeiçoamento da Defesa Judicial da União, cuja aplicação teve foco inicial na matéria "servidores públicos", que perfaz a maior parte do volume de processos da PGU. No período de junho de 2011 a junho de 2012, a PGU recebeu 10.671 intimações de acórdãos e decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desfavoráveis/parcialmente favoráveis à União, e se absteve de recorrer em 39% desses casos. No período de julho de 2012 a julho de 2013, a PGU recebeu 7.234 intimações de acórdãos e decisões do STJ desfavoráveis/parcialmente favoráveis à União, que representa uma redução de 32% em relação ao período anterior. Mostra-se evidente que esse índice foi reflexo do programa, pois, no referido interregno, o índice de abstenções foi de 85% das intimações (um incremento de 146% em relação ao período anterior), o que evitou que houvesse, na sequência, dentro do mesmo período, novas intimações referentes aos mesmos processos.

A Escola da AGU celebrou Termo de Cooperação com a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM) para viabilização de eventos sobre temas relativos a este objetivo e nos IV Seminários Regionais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo foram ministradas palestras sobre o tema pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGU. Foram disponibilizadas 341 vagas.

Com o intuito de reduzir a litigiosidade perante o Poder Judiciário, a Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT) tem proposto, nos casos em que há consolidação da jurisprudência iterativa dos Tribunais, a edição de Súmulas Administrativas e Instrução Normativas (art. 4º, XII; art. 28, II e art. 43 da LC nº 73/93). Caso sejam aprovadas pelo Advogado-Geral da União, os representantes judiciais da União, suas autarquias e fundações públicas ficam autorizados a não contestar os pedidos, não recorrer das decisões desfavoráveis e, também, desistir dos recursos já interpostos. As Súmulas Administrativas, por exemplo, servem de orientação aos órgãos e autoridades administrativas da instituição, além de propiciar a redução de ações judiciais em trâmite nos tribunais brasileiros.

A SGCT, em consonância com o esforço institucional da AGU na redução de demandas perante o Poder Judiciário, absteve-se de se manifestar judicialmente nos casos em que não se vislumbrou a possibilidade e a viabilidade de interposição de recurso. Considerando o teor da decisão judicial, verificando a ausência de prejuízo à União ou a existência de jurisprudência pacífica no Supremo Tribunal Federal (STF), foram produzidas, 11.749 notas internas para dispensa de recurso, conforme o quadro "Dispensa de Recursos" em anexo.

A SGCT também tem buscado viabilizar a realização de conciliação nas demandas judiciais em curso perante o STF, principalmente por meio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF).

A fim de reduzir a litigiosidade perante o Judiciário, a Procuradoria-Geral Federal (PGF) vem atuando na celebração de acordos judiciais. Em 2013, um Grupo de Trabalho visitou 38 (trinta e oito) unidades da PGF em todo o país para realizar treinamentos de conciliação e divulgação da prática da conciliação. Como resultado destas iniciativas, em 2013 foram celebrados 108.430 acordos relativos às autarquias e fundações públicas federais. Esses acordos implicaram uma economia de R$ 339,7 milhões aos cofres públicos. Em média, os órgãos de execução da PGF pagaram nos acordos

Plano Mais Brasil

68,7% do valor que se estimou devido.

No âmbito das atividades de cobrança e recuperação de crédito, a PGF ainda desenvolve sistemas voltados para uma gestão mais eficiente da Dívida Ativa das autarquias e fundações públicas federais. A partir de então será possível monitorar com precisão o estoque de créditos, as execuções fiscais ajuizadas e seu estado, dentre outras informações estratégicas. Nada obstante, a PGF vem buscando meios alternativos de cobrança para diminuir o número de execuções fiscais ajuizadas, tais como o protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDAs).

Com o fito de reduzir a litigiosidade perante o Poder Judiciário, a Secretaria-Geral de Consultoria (SGCS) está atuando mediante estudos para edição de normas que busquem auxiliar na análise da legalidade dos acordos judiciais celebrado por empresas públicas dependentes em valor acima de R$ 500.000,00 (cf. art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.469/97), em trabalho conjunto com outros órgãos da AGU.

Faz parte das atribuições do Advogado-Geral da União Substituto (Secretário-Geral de Consultoria), nos termos do § 2º, do art. 1º, da Portaria AGU nº 990/2009, c.c. o § 3º do art. 1º da Lei nº 9.469/97, a análise para autorizar a celebração de acordos ou transações judiciais, para terminar litígio, relativamente às empresas públicas federais dependentes, nas ações ou recursos que não correrem perante o STF, sendo que, até o momento, foram remetidos cinco processos em que não foram firmados acordos com sucedâneo nestes diplomas normativos, estando em fase de diligências administrativas.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar as normas para dispensa de apresentação de defesa e para a desistência ou não interposição de recursos**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT) tem proposto, nos casos em que há consolidação da jurisprudência iterativa dos Tribunais, a edição de Súmulas Administrativas e Instrução Normativas. Caso sejam aprovadas pelo Advogado-Geral da União, os representantes judiciais da União, suas autarquias e fundações públicas ficam autorizados a não contestar os pedidos, não recorrer das decisões desfavoráveis e, também, desistir dos recursos já interpostos.

No ano de 2013, foram editados seis enunciados:

1) Enunciado nº 68, de 5 de fevereiro de 2013: “Nos contratos de prestação de serviços médico-hospitalares no âmbito do SUS, o fator para conversão de cruzeiros reais em reais, a partir de 1º de julho de 1994, deve ser de Cr$ 2.750,00, como determinado pelo art. 1º, § 3º, da MP 542/95, convertida na Lei nº 9.069/95, combinado com o Comunicado nº 4.000, de 29.06.94, do BACEN, obedecida a prescrição das parcelas relativas ao quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, bem como a limitação da condenação até outubro de 1999”;

2) Enunciado 69, de 14 de junho de 2013: “A partir da edição da Lei 9.783/99, não é devida pelo servidor público federal a contribuição previdenciária sobre parcela recebida a título de cargo em comissão ou função de confiança”;

3) Enunciado 70, de 14 de junho de 2013: “Os embargos do devedor constituem-se em verdadeira ação de conhecimento, autônomos à ação de execução, motivo pelo qual é cabível a fixação de honorários advocatícios nas duas ações, desde que a soma das condenações não ultrapasse o limite máximo de 20% estabelecido pelo art. 20, § 3º, do CPC”;

4) Enunciado 71, de 09 de setembro de 2013: "É incabível a restituição de valores de caráter alimentar percebidos de boa-fé, por servidor público, em virtude de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro da Administração";

5) Enunciado 72, de 26 de setembro de 2013: Revogar a Súmula nº 71, da Advocacia-Geral da União, restabelecendo os efeitos da Súmula nº 34 com a seguinte redação: "Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública"; e

6) Enunciado 73, de 18 de dezembro de 2013: “Alterar a Súmula nº 66, da AGU, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Nas ações judiciais movidas por servidor público federal contra a União, as autarquias e as fundações públicas federais, o cálculo dos honorários de sucumbência deve levar em consideração o valor total da condenação, conforme fixado no título executado, sem exclusão dos valores pagos na via administrativa." Súmula Consolidada publicada no DOU I 27, 28 e 29.1.2014”.

A SGCT também tem orientado as demais unidades de contencioso da Advocacia-Geral da União, padronizando não

somente as teses jurídicas, mas também as técnicas de atuação em juízo, o que acarreta a redução da prática de atos processuais infrutíferos.

Foram editadas as Portarias AGU nº 98/2013 e PGF nº 305/2013, que subdelegam às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal a autorização para concordar com pedido de desistência de ação, nas causas de valor até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre o qual se funda a ação. Registraram-se 449 desistências de recursos no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 2013. Desde o início do projeto, em 2011, foram 3.463 desistências. Por outro lado, há o projeto do protesto de certidão de dívida ativa (CDAs) que consiste em, antes de ingressar com a execução fiscal, a procuradoria responsável pela análise e inscrição em dívida ativa encaminhar para protesto extrajudicial por falta de pagamento, no domicílio do devedor, as certidões de dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. O referido procedimento encontra-se previsto na Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, recentemente alterada pela Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, para constar expressamente a possibilidade de protesto de CDAs.

Houve a desistência de 682 recursos no âmbito do TST, em 2012. Em razão da Portaria AGU nº 1.642/2010, desde 2011, foi contabilizada a desistência de 2.415 recursos.

Em 2013, foram enviados para protesto 24.709 CDA's, representando o valor de R$ 63,3 milhões, com índice de recuperação de 22% dos valores envolvidos, nos primeiros 3 dias após a realização da notificação extrajudicial.

- **Aprimorar as Câmaras de Conciliação e Arbitragem**

Análise Situacional da Meta

A meta vem sendo cumprida, como demonstram as seguintes ações:

•O Projeto CJU/Conciliação, implantado inicialmente nas Consultorias Jurídicas da União nos Estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco, já foi estendido para a Consultoria Jurídica da União no Estado da Bahia e está em processo de implantação na CJU do Estado de Minas Gerais;

•Atuação do Fórum Permanente de Mediação de Conflitos Federativos, em parceria com o Supremo Tribunal Federal: prosseguimento das atividades, tendo avançado a questão da identificação de matérias prioritárias em tramitação no STF envolvendo entes da administração pública passíveis de conciliação, concretizada com a remessa inicial de 12

•Ações Cíveis Originárias para tentativa de composição dos conflitos de órgãos públicos federais com os Estados;

•Participação na Comissão instituída pela Secretaria da Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça) por meio da Portaria 2.148, de 29.05.2013 (DOU de 31.03.2013, Seção 2, p. 72) – Comissão do Marco Legal da Mediação no Brasil, que objetiva avaliar, debater e elaborar propostas para subsidiar os Ministérios e órgãos do Governo Federal, visando o aprimoramento e modernização da legislação sobre as formas adequadas de solução de conflitos;

•Coordenação de Grupo de Trabalho instituído pela Portaria-EAGU nº 8, de 3 de julho de 2013, com a finalidade de estudar, debater, apresentar e formatar uma proposta de curso a distância sobre métodos autocompositivos para a Advocacia Pública Federal, adaptando o conteúdo das publicações sobre o assunto da Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM), às peculiaridades da AGU;

•Realização do Curso sobre Técnicas de Mediação e Negociação, decorrente da parceria da Escola Nacional de Mediação com a Escola da AGU, na período de 30/09 a 02/10/2013, com 30 vagas, para participação de advogados públicos federais que atuam nas áreas contenciosa e consultiva da Advocacia-Geral da União;

•CCAF Virtual: realização de Reuniões de Conciliação na CCAF em Brasília com participação virtual de representantes de órgãos e entes públicos federais e advogados públicos lotados em outras unidades da Federação, com apoio dos meios tecnológicos da Internet e Rede da AGU.

Atividades da CCAF nos processo conciliatórios

Conciliações realizadas com Termos de Conciliação homologados: 27;

Plano Mais Brasil

Reuniões de Conciliação realizadas com registros em Termos de Reunião: 194

Desafios para 2014

- Estabelecer o marco legal do procedimento conciliatório e a regulamentação da atividade no âmbito da Câmara de Conciliação;
- Capacitar conciliadores no âmbito da CCAF, Consultorias Jurídicas da União nos Estados, Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios;
- Projeto Caduceu (instalação das Câmaras Locais de Conciliação nas CJUs); e
- Projeto Hermes (acompanhamento das ações judiciais e orientação aos órgãos assessorados).

- **Instituir marco legal específico que permita a transação como alternativa para a solução administrativa das lides tributárias**

Análise Situacional da Meta

A meta encontra-se em tratamento, pelo Poder Executivo, com a propositura do PL 5.082/2009, que dispõe sobre transação tributária, nas hipóteses que especifica, altera a legislação tributária e dá outras providências. O Projeto foi apensado ao PL 2412/2007 e atualmente está aguardando parecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

O projeto vem no bojo de um conjunto de medidas destinadas à modernização da Administração Fiscal, para tornar a sua atuação mais transparente, célere, desburocratizada e eficiente. Procura constituir nova relação entre a administração tributária e os contribuintes, possibilitando que as duas partes, mediante entendimento direto, alcancem uma aplicação mais homogênea da legislação tributária. Vale notar, ainda, que a morosidade na resolução dos litígios tributários produz graves distorções nos mercados, sendo profundamente danoso para a livre concorrência. A concretização das medidas previstas no Projeto em comento aumentará a eficácia do sistema arrecadatório nacional. Com efeito, os conflitos tributários serão resolvidos no máximo em um ano, o que tornará, para o contribuinte, mais vantajosa a transação do que a aposta em longas discussões judiciais.

O inteiro teor do projeto pode ser acessado pelo link:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=648733&filename=PL+5082/2009

- **Instituir o marco legal que racionalize a execução fiscal**

Análise Situacional da Meta

Desde a edição da Lei nº 11.457/2007, a Procuradoria-Geral Federal (PGF) busca mecanismos para monitorar a centralização da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. Assim, vem sendo desenvolvidos sistemas e rotinas para avaliar os meios alternativos de cobrança e a racionalização da execução judicial. Dentre as importantes medidas já adotadas nesse sentido, podemos citar a Lei nº 11.941/2009, a Portaria AGU nº 377 e a Portaria PGF nº 916/2011, que estabeleceram valores mínimos para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial dos débitos das autarquias e fundações públicas federais, bem como a Portaria MF nº435/2011 e a Portaria nº 815/2011, que trataram da cobrança das contribuições sociais decorrentes das sentenças trabalhistas.

Foram elaboradas 7 propostas de edição de súmulas ou instruções normativas, que servirão de subsídio para expansão do programa. Comparando-se o período de julho a outubro de 2011 com julho a outubro de 2012, houve um incremento de 35% nas decisões favoráveis à União nas ações de servidores e militares, exceto Mandado de Segurança (Anexo 4 - Índice de êxito do Programa de Redução de Litígios).

A PGF pretende estender o projeto de protesto das certidões de dívida ativa para outras unidades da federação onde houver autorização para a isenção da União no pagamento de emolumentos prévios. Além dos dados relacionados à economia gerada pela celebração de acordos, há referências a conflitos relevantes solucionados pela PGF mediante mecanismos alternativos.

A atuação da CCAF tem como beneficiário principal o Governo Federal e por derivação os organismos da administração direta e indireta, e os Estados e Municípios. Ao final de mais um exercício podemos inferir que a maior

beneficiária dos resultados produzidos na CCAF é a própria sociedade que tem nos resultados da transversalidade de atuação a possibilidade de conferir celeridade e efetividade nas controvérsias que foram objeto de conciliação evitando-se disputas e controvérsias inapropriadas entre organismos de uma mesma origem institucional com redução de custos e tempo.

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A Defensoria Pública da União, cumprindo o preceito constitucional explicitado no Art. 5º, inciso LXXIV – "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos", empreendeu diversas ações para o cumprimento de sua missão constitucional, garantindo aos assistidos o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos.

Neste sentido, em 2013, a DPU prestou assistência a 638.838 pessoas, o que corresponde a 13% a mais do que o aferido em 2012, a saber 565.215 pessoas.

Ressalta-se, também, a promulgação da Emenda Constitucional nº 74, que conferiu à DPU autonomia administrativa, funcional e de iniciativa de proposta orçamentária, o que possibilita atuação independente em nome do cidadão, bem como confere possibilidade de uma busca mais efetiva por recursos para ampliação dos serviços de assistência jurídica gratuita.

A propósito, a DPU tem atuado em várias frentes de modo a tornar mais efetivo o serviço prestado ao cidadão e assistir a cada vez mais brasileiros. Nesse sentido, a resolução extrajudicial de conflitos torna-se um importante foco de atuação da DPU, cuja consecução tem sido feita por meio de acordos de cooperação com órgãos que frequentemente figuram no polo passivo das demandas judiciais. Em 2013 a DPU propiciou a realização de 6.832 conciliações extrajudiciais. A promoção de acessibilidade tem sido realizada por meio de mudanças nos critérios de contratação e reforma nos edifícios sede de unidade da DPU. Especificamente no que se refere à ampliação número de pessoas atendidas, a Defensoria tem agido por meio de eventos itinerantes em comunidades quilombolas, povos indígenas, regiões de fronteira e comunidades em situação de vulnerabilidade social, bem como por meio da implantação de novos órgãos de atuação em cidades sede de subseções judiciárias no interior do país.

Por fim, merece ser destacado o esforço de estruturação interna expresso no planejamento estratégico 2012/2015, que totaliza 83 projetos. No início de 2013, após o estabelecimento de critérios objetivos de priorização, 12 projetos foram selecionados para realização neste ano. Com efeito, 40% desses projetos focam na perspectiva de Aprendizagem, Estrutura e Crescimento da DPU, 33% focam os Resultados Institucionais e 27% focam os Processos Internos e o Orçamento e Finanças. Após a aprovação desses projetos, iniciou-se a execução e o monitoramento sistemático do desempenho. Assim, como exemplos de projetos estratégicos, pode-se citar o Projeto Acessibilidade na DPU, que visa adaptar os prédios e os meios de comunicação da DPU às pessoas com necessidades especiais; o Projeto DPU nas Escolas, que visa estabelecer um marco para a disseminação de conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania nas instituições de ensino; bem como o Projeto de Implantação do Sistema Eletrônico de Informações em toda a DPU, possibilitando assim maior agilidade na tramitação dos processos administrativos e economia de materiais de escritório. No final de 2013, 33% foram concluídos, 8% estão previstos para serem concluídos no 1º trimestre de 2014, 50% estão em andamento e 8% foram cancelados. Dentre os projetos finalizados, destaca-se o Projeto de Implantação do Sistema Eletrônico de Informações em toda a DPU.

Metas 2012-2015

Plano Mais Brasil

- **Ampliar o atendimento à população abaixo da linha da miséria absoluta por meio da realização de 5 edições do projeto "Jornada Meu Defensor"**

Análise Situacional da Meta

O Projeto Jornada Meu Defensor consiste no deslocamento de Defensores Públicos Federais e de estrutura móvel de apoio às cidades que ainda não contam com unidades da instituição ou que estejam distantes dos grandes centros urbanos. O projeto pode ser realizado isoladamente ou em parceria com outras instituições ou órgãos, como Juizados Especiais Federais, Defensorias Públicas Estaduais, Ministério Público, Prefeituras e o Conselho Municipal de Assistência Social.

Durante a realização do Planejamento Estratégico, as Chefias das Unidades da DPU foram incentivadas a realizar ações do Projeto DPU Itinerante no âmbito de suas regiões. Até o momento, foram realizados 28 Projetos DPU Itinerantes no decorrer do ano de 2013. Está sendo disponibilizado para as Unidades um modelo padrão de relatório que permitirá a obtenção da totalidade de eventos realizados e de assistidos atendidos.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento de casos de discriminação racial.**

Análise Situacional da Meta

A Defensoria Pública da União tem estabelecido parcerias com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão da Presidência da República, e com a Fundação Palmares, visando à capacitação de Defensores Públicos Federais no que concerne ao tratamento de situações de discriminação racial, em especial, da população quilombola. Foi planejada para o 2º semestre de 2013 a realização do V Curso de Capacitação de Defensores Públicos no atendimento às comunidades tradicionais, em parceria com a SEPPIR, que deveria acontecer na cidade de Montes Claros (MG). Entretanto, devido a restrições internas o curso foi adiado para o 1º semestre de 2014.

- **Criar em todas as unidades de atuação da DPU salas de visita virtual, com destaque para o atendimento em penitenciárias federais**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, há em funcionamento 32 Salas destinadas à realização de visitas virtuais, sendo uma em cada DPU localizada nas capitais das unidades federativas. Além dessas, existem equipamentos instalados nas seguintes unidades: DPU Cascavel (PR), DPU Guarulhos (SP) e DPU Mossoró (RN). Ressalta-se, também, a instalação do equipamento na Penitenciária de Itaí (SP), cuja população de internos é composta por presos estrangeiros.

O Projeto Revitalização do Programa Visita Virtual planeja entregar uma série de produtos intermediários, a saber: pesquisa sobre o atendimento nas unidades; diagnóstico atual sobre demanda e conexão de equipamento; plano de comunicação com estratégias de divulgação do programa "Visita Virtual"; impressão de cartilha, folder e outros materiais informativos para distribuição; campanha de divulgação e pesquisa para identificar novos pontos de atendimento.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2013

- **Definir novo modelo de gestão para a abertura das novas Unidades da Defensoria Pública da União (DPU)**

Análise Situacional da Meta

De modo a dar sequência à busca pela consecução da meta, foi firmado um acordo de cooperação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A partir disso, estão sendo levadas a cabo uma série de reuniões visando discutir critérios para a interiorização da Defensoria Pública da União.

- **Disponibilizar o serviço de assistência jurídica gratuita a estrangeiros em 100% das arenas durante os grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

Está sendo elaborado um projeto com o objetivo de disponibilizar o serviço de assistência jurídica a estrangeiros em 100% das arenas, durante os grandes eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Em dezembro de 2013, tal ação ainda estava em processo de planejamento.

- **Disseminar o conhecimento dos direitos, deveres e da cidadania aos jovens do ensino público básico e superior em todas as regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Esta ação vem sendo realizada por meio do projeto DPU nas Escolas, cujo objetivo é promover a cidadania por meio da disseminação do conhecimento junto aos jovens do Ensino Fundamental e Médio sobre os direitos e deveres constitucionais, além de possibilitar a divulgação da missão da Defensoria Pública da União e seu papel em um Estado Democrático de Direito.

Em 2012, o Projeto DPU nas Escolas estava em fase de estruturação. Sua execução se iniciou em 2013, onde foi produzida uma cartilha para a realização do Programa DPU nas Escolas, a qual fornece diretrizes para realização do programa por qualquer uma das Unidades da DPU. Essa cartilha dá orientações desde como escolher as escolas alvo, passando pela elaboração de cronogramas, até a assinatura de acordos de cooperação com as Secretarias de Educação dos Estados.

Ressalta-se que para a elaboração da cartilha foram realizados dois eventos em escolas do Distrito Federal.

- **Facilitar o acesso a justiça a partir da implantação do serviço de orientação e agendamento de atendimento via serviço 0800**

Análise Situacional da Meta

O Projeto "Serviço de Orientação e Agendamento de Assistência Jurídica por Telefone 0800" tem como objetivo a criação de um serviço de informações ao cidadão, por meio da disponibilização de número telefônico para Discagem Direta Gratuita e endereço eletrônico.

A implementação do DDG 0800 possibilita a otimização do atendimento ao cidadão, pois alivia a demanda nos órgãos de atuação, facilitando o processo de atendimento ao fornecer informações sem a necessidade de o cidadão se deslocar até o órgão de atendimento. Isso pode ocasionar uma redução do tempo médio de espera do cidadão nos núcleos da DPU, indicador importante na avaliação do desempenho global da Defensoria.

Não obstante os potenciais benefícios para os assistidos da DPU, não houve possibilidade de contratação de empresa que forneça serviços de call center em 2013. Desse modo, ainda não foi possível a consecução da meta.

- **Implantar o serviço de conciliação extrajudicial de conflitos em todos os Estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Várias ações foram empreendidas pela DPU para implantar o serviço de conciliação extrajudicial de conflitos em todos os Estados e no Distrito Federal. Entre elas, destacaram-se o Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional de Seguridade Social, celebrado em abril de 2013, cujo objeto é "viabilizar aos membros da DPU o acesso ao Sistema Eletrônico de tramitação dos recursos administrativos no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social (e-Recursos)", cujo intuito foi facilitar a celebração de conciliações extrajudiciais dos processos que envolvam demandas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Outra ação foi a assinatura do acordo de Cooperação Técnica entre a DPU e a Caixa Econômica Federal, em julho de 2013, com o fito de resolver conflitos pela via administrativa, sem a necessidade de ação judicial. A parceria se estende a todo o país e envolve questões recebidas pela DPU relacionadas à CEF, como revisão de financiamento habitacional, financiamento estudantil, empréstimo bancário e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros temas. As pendências são solucionadas em rodadas de conciliação agendadas pelas instituições. Nesse sentido, a DPU realizou 6.832 conciliações extrajudiciais.

Plano Mais Brasil

Antes de se consolidar como um projeto nacional, algumas unidades da DPU nos estados já haviam firmado parcerias similares com a CEF. É o caso de Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul Santa Catarina Bahia, Ceará, Pará e Distrito Federal, onde o termo é válido desde outubro de 2012.

Finalmente, destaca-se que o tema conciliação extrajudicial foi um dos focos de discussão no 3º Encontro Nacional dos Defensores Públicos Federais realizado em Abril/2013.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2013

- **Instituir autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública da União, nos termos conferidos às Defensorias Públicas Estaduais (Emenda Constitucional nº 45)**

Análise Situacional da Meta

Meta atingida, a autonomia foi concedida pelo Congresso Nacional em 06 de agosto/2013. No dia 06 de agosto de 2013, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 74, que concede autonomia administrativa e funcional à Defensoria Pública da União, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária. Tal conquista permite à DPU alcançar o patamar de órgão de Estado, passando assim a responder diretamente à sociedade pela realização do preceito constitucional expresso no art. 5º, LXXIV – "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Com a aprovação dessa Emenda, a DPU passa a ter as mesmas prerrogativas institucionais concedidas às defensorias públicas estaduais desde a Reforma Judicial levada a cabo por meio da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

- **Levar assistência jurídica gratuita a comunidades terapêuticas de pessoas com transtornos decorrentes do uso do Crack e a seus familiares**

Análise Situacional da Meta

Lançado em dezembro de 2011, o programa "Crack, é possível vencer" é um conjunto de ações do Governo Federal para enfrentar o crack e outras drogas. Com investimento de R$ 4 bilhões e articulação com os Estados, Distrito Federal e municípios, além da participação da sociedade civil, a iniciativa tem o objetivo de aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção até 2014. O programa conta com ações dos Ministérios da Justiça, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Casa Civil e da Secretaria de Direitos Humanos.

Nesse contexto, a contribuição da DPU é bastante relevante, uma vez que objetiva garantir aos assistidos do Programa "Crack, é possível vencer" o acesso à assistência jurídica gratuita, permitindo assim a efetiva utilização dos serviços públicos e garantia de seus direitos.

Para tanto, a DPU, em conjunto com o Ministério da Justiça, está discutindo a possibilidade de um convênio para a utilização do sistema informatizado de Processos de Assistência Jurídica de modo a permitir a operacionalização de sua participação na gestão do programa. Ademais, estão sendo negociadas com a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) visitas de Defensores Público Federais às Comunidades Terapêuticas a fim de avaliar o acesso aos equipamentos do Estado pelos usuários nelas internados.

- **Melhorar o atendimento ao cidadão a partir da adequação da infraestrutura de funcionamento e acessibilidade em 59 órgãos de atendimento em todo território nacional**

Análise Situacional da Meta

Em 02 de maio de 2013 foi publicada a Portaria nº 409, que instituiu a Comissão de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência, visando o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento de projetos e metas direcionados à promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência no âmbito da Defensoria Pública da União.

Entre as ações já realizadas pela Comissão de Acessibilidade destacam-se:

a) Confecção de documento encaminhado para todas as unidades visando o diagnóstico da atual situação dos edifícios

onde se encontram as Defensorias Públicas da União;

b) Mudanças no procedimento de locação de imóvel, incluindo itens de acessibilidade para as futuras sedes da Defensoria, conforme pode se observar no Manual de Locação; e

c) Implantação da acessibilidade por meio dos processos regionais de manutenção predial, prevendo no termo de referência a possibilidade de pequenas reformas preventivas e corretivas com adoção dos padrões da NBR 9050.

Além disso, como resultado do trabalho apresentado pela Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e o Programa de Acessibilidade do Atendimento ao Cidadão, foram definidas as seguintes providências:

1) Dar conhecimento aos responsáveis pela Engenharia e Arquitetura da necessidade de se obedecer a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e a NBR 9050 em todos os projetos de sedes próprias da DPU;

2) Analisar os imóveis alugados à DPU com base na legislação citada acima e relatar os problemas encontrados para avaliar a possibilidade de solução dos mesmos nas renovações de contrato ou por meio da busca de novo imóvel;

3) Considerar nas compras de mobiliário os parâmetros de acessibilidade da ABNT NBR 9050 nas especificações dos itens (destaque para os itens 9.3 sobre mesas e 9.5 sobre balcões para atendimento);

4) No desenvolvimento do Portal Virtual da Defensoria Pública da União, considerar o Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG) e prover os recursos necessários para sua utilização;

5) Providenciar para todas as unidades de atendimento da DPU caixas de som para serem acopladas ao computador que controla o monitor de senhas do Sistema de Gerenciamento do Atendimento para realizar anúncio sonoro das senhas chamadas;

6) Buscar prover, quando do lançamento de materiais de divulgação, edições acessíveis contemplando a população com baixa visão por meio de "tipos ampliados" e aos cegos com impressão em Braile, sonora em formato magnético ou digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela;

7) Considerar as limitações impostas no Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG) no desenho do Portal Virtual da Defensoria Pública e oferecer alternativas que possam ser desenvolvidas pela Coordenação de Gestão da Informação da DPU;

8) Promover a capacitação em Libras aos servidores da DPU de forma a superar o percentual de 5% da força de trabalho determinado no Decreto 5.626/2005, priorizando os que trabalham no atendimento direto aos assistidos; e

9) Estruturar disciplina sobre a temática de Acessibilidade e a legislação específica para os Cursos de Preparação à Carreira de Defensor Público Federal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover a inclusão profissional e social de 100 jovens oriundos do sistema prisional nos quadros da DPU, no âmbito do Programa Juventude Viva**

Análise Situacional da Meta

Foi celebrado, em 17 de agosto de 2012, Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal. O objeto do acordo é a "contratação de instituição prestadora de serviços especializados no fornecimento de mão de obra carcerária, do regime aberto ou semiaberto, do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com vistas à oferta de trabalho para até 30 sentenciados, para atuação na Defensoria Pública-Geral da União e demais órgãos de atuação da DPU no Distrito Federal. Esta ação possui finalidade educativa e produtiva, e visa a melhoria da condição da dignidade humana desses apenados, conforme preconizado pelo Art. 28 da Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal). Com efeito, há atualmente 17 sentenciados atuando nas unidades do Distrito Federal.

Também foi celebrado, em 17 de dezembro de 2012, Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel, de São Paulo. O objeto deste acordo é a viabilização de oportunidade de trabalho pela contratada e interveniente para os reeducandos em regime semiaberto, do Presídio da Polícia Militar "Romão Gomes",

Plano Mais Brasil

por meio de até 50 postos, oferecidos pela Defensoria Pública da União, em São Paulo. Atualmente, há 11 sentenciados atuando na unidade da DPU São Paulo (SP).

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar ações de prevenção e reparação de danos causados pelo escalpelamento**

Análise Situacional da Meta

Este projeto visa à erradicação dos acidentes de escalpelamento, que consiste na retirada brusca e acidental do couro cabeludo pelo entrelaçar dos cabelos no eixo (desprotegido) que liga o motor à hélice das embarcações. Para tanto, a DPU atua de maneira sistêmica, levando em conta não só a causa determinante, como também os fatores contribuintes para o acidente.

O projeto é realizado por meio de parcerias estabelecidas com diversos órgãos públicos e privados, a exemplo do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Marinha do Brasil, Ministério da Saúde, Fundacentro e Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), entre outros. Basicamente, as vertentes dividem-se em quatro ações, quais sejam:

1 - A DPU garante atendimento integral, orientando à vítima sobre seus direitos e, em específico, o recebimento da indenização paga através do Seguro Obrigatório de Embarcações (DPEM);

2 - Reparação com cirurgia;

3 - Encaminhamento da vítima para realização de cursos de capacitação visando à reintegração deste membro à sociedade; e

4 - Viabilização de linha de crédito para modernização das embarcações.

Nesse sentido, a DPU está representada em comissões estaduais de erradicação de acidentes com escalpelamento no Amapá e Pará. Por fim, a DPU tem mantido, desde 2010, uma defensora pública atuando no desempenho de ações reparadoras e preventivas junto à população ribeirinha vítima de escalpelamento.

- **Realizar um total de 100 ações itinerantes, levando assistência jurídica gratuita a comunidades indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, regiões fronteiriças e comunidades com alto índice de vulnerabilidade social**

Análise Situacional da Meta

A DPU, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), realizou ações voltadas para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita às famílias quilombolas em diversos Estados, tais como Amapá, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo e especificamente nos municípios de Juiz de Fora/MG e Pelotas/RS. Essa é uma atividade multidisciplinar que inclui, além da prestação de assistência jurídica, o conhecimento e respeito aos costumes da comunidade.

Em 2012, haviam sido realizados 14 Projetos DPU-Itinerante. Já em 2013 foram realizados 24 Projetos.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2013

- **Reforçar a política de inclusão social por meio do acesso à justiça, ampliando o atendimento a 200 novos municípios com baixo IDH**

Análise Situacional da Meta

A meta está sendo revisada. Verificou-se que a utilização do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) como parâmetro exclusivo não representa a melhor estratégia para reforçar a política de inclusão social no tocante ao acesso à justiça. Reconhece-se que o IDH dialoga bem com a ideia das desigualdades regionais, de modo que o interior normalmente concentra a maior parte dos municípios com baixo IDH, enquanto os centros urbanos apresentam maiores

índices. Porém, a utilização exclusiva do IDH tende a subestimar a pobreza concentrada nos centros urbanos, desfavorecendo uma grande parcela da população com baixa renda.

Todavia, no tocante à interiorização da Justiça Federal, esta tem sido uma tendência observada nos últimos anos, que busca ampliar a garantia de acesso ao Poder Judiciário com a implantação de varas federais e de juizados especiais federais nos municípios do interior dos Estados. Em decorrência disto, a Defensoria Pública da União tem procurado acompanhar o crescimento da Justiça Federal, buscando prestar assistência jurídica a um número cada vez maior de brasileiros necessitados. Nessa esteira, a Defensoria Pública da União havia iniciado, a partir da edição da Portaria DPGU nº 482, de 2008, um Plano de Interiorização visando a cobertura total das seções e subseções judiciárias. Entretanto, atualmente, a DPU cobre cerca de 25% da Justiça Federal. Devido à dificuldades de aplicação dos parâmetros norteadores previstos no Plano de Interiozização, está em curso um acordo de cooperação técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com o objetivo de rever os dados estatísticos balizadores dos critérios de priorização dos municípios elencados, adequando os recursos disponíveis à possível oferta de serviços pela DPU, além de outras variáveis como o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF).

Ainda assim, o processo de ampliação do atendimento alcançou resultados expressivos nos dois últimos anos. Em 2012, a cobertura atingiu 169 novos municípios, por meio de nove novas Unidades inauguradas nos municípios da Regional do ABC/SP, com sede em São Bernardo do Campo, Bagé/RS, Caruaru/PE, Cascavel/PR, Dourados/MS, Joinville/SC, Mossoró/RN, Sorocaba/SP e Umuarama/PR. Já em 2013, foram 42 novos municípios atendidos por meio das cinco novas Unidades inauguradas (Arapiraca/AL; Linhares/ES; Serra/ES; Jaboatão dos Guararapes/PE e Uruguaiana/RS). No acumulado, já são 211 novos municípios alcançados, superando a meta global. Quanto à meta regionalizada, somente as metas para as Regiões Norte e Sudeste ainda não foram alcançadas.

Ainda que tal ampliação não esteja considerando exclusivamente o IDH como parâmetro, dos 211 municípios alcançados, 52 possuem IDH Baixo (abaixo de 0.600), de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, sendo que em 2013, 57% dos 42 alcançados possuíam baixo IDH. Todavia, a ampliação ela está plenamente de acordo com a política de inclusão social, tendo em vista que a população com renda familiar menor que 3 salários mínimos foi utilizada como principal parâmetro, em função de ter elevado potencial de alcançar um número maior de brasileiros necessitados, comparativamente ao IDH. A meta será revista de modo a considerar esta realidade.

Quantidade alcançada

211

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	19	unidade	21	31/12/2013
Região Nordeste	42	unidade	74	31/12/2013
Região Norte	17	unidade	0	31/12/2013
Região Sudeste	75	unidade	49	31/12/2013
Região Sul	47	unidade	67	31/12/2013

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça por meio da defesa dos direitos dos migrantes, intensificação da cooperação jurídica internacional, e ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Plano Mais Brasil

Análise Situacional do Objetivo

No que tange a cooperação jurídica internacional no ano de 2013, foram recebidos 5.095 pedidos cooperação, sendo que 3.734 em matéria civil e 1.361 em matéria penal, um incremento de 8,4% em relação ao ano de 2012 em matéria civil e 4,4% em matéria penal.

A complexidade dos casos e a efetividade de diligências que visam à recuperação de ativos no exterior também aumentaram em 2013, sendo que neste ano até o momento já foi obtida a repatriação de mais de US$ 7.000.000,00 (sete milhões de dólares), ultrapassando os montantes obtidos em anos anteriores, desde a criação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ). O aumento pode ser atribuído à constante divulgação e disseminação feita pela SNJ às autoridades brasileiras sobre a possibilidade de obtenção de bons resultados em diligências realizadas no exterior.

No âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), destacamos: a realização de consultas bilaterais a Bolívia e ao Peru, com a apresentação Memorando de Entendimento para implantação de formulários bilíngues; participação no Ministério das Relações Exteriores de videoconferência com os Estados Unidos para tratar dos temas referentes à prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, a presidência do Grupo de Peritos para o controle da Lavagem de Dinheiro (LAVEX- OEA), a assinatura do Plano de Ação de Lisboa relativo à instituição de medidas comuns de prevenção e de combate à corrupção de agentes públicos nas transações comerciais internacionais.

No campo das políticas sobre migrações, foram procedidas às seguintes realizações em 2013: envio de força tarefa ao Acre para atendimento e implementação de serviços públicos a migrantes; criação de Comissão de Especialistas para analise e geração de insumos para revisão da Lei 6.815 - Estatuto do Estrangeiro; realizados encontros para mapeamento e coleta de contribuições para diagnóstico das principais barreiras de acesso a direitos e serviços públicos pelos migrantes e pelas entidades envolvidas com a temática, no âmbito do projeto de cooperação com o PNUD BRA 11/01; assinatura de acordo sobre Residência Permanente para Livre Circulação de Pessoas com o Uruguai; constituição de Grupo de Trabalho com a Defensoria Pública da União para colaboração e aprimoramento de marcos normativos e dinâmica de trabalho sobre temas de migração e refúgio; assinatura de acordo de cooperação com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Comitê Nacional para Refugiados para sistematização das informações relativas a refúgio e criação de diretório informatizado para pesquisa de processos; concessão, no primeiro semestre de 2013, de 36.370 permanências e prorrogação de permanências a estrangeiros, e realizadas 10 transferências ativas de pessoas condenadas e 20 transferências passivas em 2013; realização de parceria com o Ministério da Educação para pesquisa sobre acesso de refugiados no sistema educacional brasileiro por meio de consultoria; realização de estudo sobre acesso a políticas públicas e serviços pelos migrantes e refugiados, por meio do projeto Pensando o Direito, do Ministério da Justiça, com a colaboração e parceria do Departamento de Estrangeiros na concepção da pesquisa, edital de seleção e processo seletivo; e I Curso de Elegibilidade e Reassentamento: aspectos substantivos e procedimentais da determinação da condição de refugiado, na cidade de Brasília.

No campo da Classificação Indicativa, foi realizada a primeira reunião do Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil, além de promovida a realização do Seminário Internacional Infância e Comunicação – Direitos, Democracia e Desenvolvimento. Realizado em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e a ANDI, com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), da Fundação Ford e da TV Escola – Ministério da Educação; Realização do Colóquio Nacional de Classificação Indicativa, com o objetivo de discutir proposta metodológica, registro e sistematização com os principais pensadores na área da classificação indicativa para identificar eixos estratégicos de produção de conhecimento no campo; foi firmado Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Goiás, para o desenvolvimento de aplicativo da Classificação Indicativa para tablets e smartfone; realização de audiências públicas, oficinas e palestras da Classificação Indicativa, com vistas a tornar mais conhecidos e acessíveis os conceitos e critérios da política pública da Classificação Indicativa; e lançamento do IARC – International Age Rating Coalition, sistema global e digital de classificação indicativa do qual o Ministério da Justiça é co-autor.

No campo da política pública de certificação de entidades sociais, buscou-se a melhoria da gestão dos processos internos

e dos fluxos de trabalho para permitir resposta ágil aos cidadãos e às entidades. Com a simplificação e automatização da manutenção das qualificações concedidas pelo Ministério da Justiça, implementada pela Portaria nº 252, de 27 de dezembro de 2012, o fluxo de processos físicos recebidos para análise reduziu cerca de 93%. Em 2013 foram liberadas 12.002 certidões de regularidade, entre essas 9.844 referentes às Utilidades Públicas Federais (UPFs), 2.128 às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e 30 às Organizações Estrangeiras (OEs).

Outro melhoramento em andamento é a simplificação do processo de comprovação de vínculo dos representantes e entidades no Cadastro Nacional de Entidades Sociais, que demanda acompanhamento constante além de ser um processo moroso.

No que se refere à Ouvidoria Geral do Ministério da Justiça no ano de 2013, parte dos esforços foram voltados para a implantação de um sistema eletrônico para tratamento de demandas de ouvidoria, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que entrou em operacionalização no final do mês de julho, quando se iniciou a integração do Departamento de Polícia Federal – DPF ao sistema.

Buscou-se ainda a institucionalização da Ouvidoria Geral na estrutura regimental do Ministério da Justiça, com o envio de Aviso Ministerial ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contendo proposta de reorganização da estrutura regimental da pasta, contemplando a criação da "Ouvidoria Geral do Ministério da Justiça", vinculada ao Gabinete do Ministro, pedido que encontra-se sob análise do Ministério do Planejamento.

A Ouvidoria Geral recebeu em 2013, 4.392 demandas, das quais 1.086 deram entrada pelo Sistema da Ouvidoria Geral, implantado em de julho de 2013, das quais 1.040 foram finalizadas, 15 estão em andamento e 31 ainda dependem de resposta da área demandada.

Metas 2012-2015

- **16 tratados/acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional assinados.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, foram promulgados 4 acordos: i) Acordo Bilateral de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal com o Reino Unido (Decreto nº 8.047, de 11 de julho de 2013), ii) Acordo Bilateral de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal com Honduras (Decreto nº 8.046, de 11 de julho de 2013), iii) Acordo Bilateral de Combate à Criminalidade com a Espanha (Decreto nº 8.048, de 11 de julho de 2013); e iv) Acordo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil com o Líbano (Decreto nº 7.934, de 19 de Fevereiro de 2013). Também foi assinado o Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas com a República da Índia em outubro de 2013.

No ano de 2013, o Ministério da Justiça obteve avanços importantes em relação à meta. Ao todo, 21 acordos de cooperação jurídica internacional foram propostos:

- Propostas de acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil com Chile, África do Sul, Áustria, Suíça, Indonésia, Nova Zelândia, México, Peru e Portugal;
- Propostas de acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal com Áustria, Indonésia, Nova Zelândia e a todos os países de fronteira com os quais o Brasil ainda não tem acordo (Venezuela, Argentina e Uruguai);
- Proposta de celebração de memorando de entendimento que estabelece modelo de formulário bilíngue para restituição de pedidos de cooperação jurídica internacional referentes à comunicação de atos processuais e para informação sobre cumprimento de pedido de cooperação jurídica internacional com Bolívia, Colômbia e Peru; e
- Proposta de celebração de acordo que cria o Grupo de Trabalho para implementação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro com Bolívia, Colômbia e Peru.

Foram negociados:

- Acordo de repartição de bens confiscados no âmbito do Mercosul; e
- Acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil com Ucrânia e Colômbia.

Houve retomada de negociação referente a 9 acordos:

Plano Mais Brasil

- Acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal com Índia, Rússia, Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Eslovênia e todos os de fronteira aos quais havia sido proposto texto de acordo (Bolívia, Guiana e Paraguai);
- Acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil com Emirados Árabes Unidos, Áustria e Índia;

Houve acompanhamento e fomento à internalização de 21 acordos:

- Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil com Argélia, Costa Rica, China, Síria e Marrocos;
- Acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal com: Israel, Bélgica, El Salvador, Jordânia, Alemanha, Argélia, Austrália, Bahamas, Hong Kong, Marrocos, Nicarágua, Romênia, Síria, Turquia e Albânia;

A efetividade da negociação de tratados internacionais sobre cooperação jurídica internacional vem sendo prejudicada pela demora na promulgação, mesmo em casos em que o acordo já tenha sido ratificado. Exemplo disso é a Convenção da Haia sobre Acesso Internacional à Justiça, cuja ratificação se deu em novembro de 2011 e que, até o presente não foi promulgada.

Ainda com relação à Convenção da Haia sobre Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e outros Membros da Família, bem como do Protocolo sobre Lei Aplicável às Obrigações Alimentares, foi instituído grupo de trabalho de alimentos. O grupo de trabalho finalizou as propostas de reservas e declarações e revisou a tradução dos instrumentos na versão em português, bem como preparou as minutas de Exposição de Motivos Interministerial, que se encontram em trâmite no Ministério das Relações Exteriores.

Em 2012 foram feitas manifestações em 29 projetos de acordos e tratados internacionais, que se encontram em fase de negociação ou em fase final de incorporação normativa. Naquele ano, não foi promulgado nenhum acordo de cooperação jurídica internacional.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2013

- **Estruturar a Ouvidoria Geral do MJ**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013 os esforços da Ouvidoria Geral se voltaram para a implantação de um sistema eletrônico para tratamento de demandas de ouvidoria. Ao longo do semestre foram efetuados testes e ajustes na ferramenta a fim de adequá-la à realidade do Ministério da Justiça. Entrando em operacionalização ao final do mês de julho, após a homologação e treinamento da equipe, iniciando-se na sequência a integração do Departamento de Polícia Federal (DPF) ao sistema.

Em continuidade ao processo de institucionalização da Ouvidoria Geral à estrutura regimental do Ministério da Justiça, foi encaminhado Aviso Ministerial ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão contendo proposta de reorganização da estrutura regimental da pasta, a qual contempla a criação da Ouvidoria-Geral do Ministério da Justiça, vinculada ao Gabinete do Ministro. Encontra-se o pedido em análise no Ministério do Planejamento.

Cabe destacar ainda, a publicação da Portaria nº 2.984, de 10 de setembro de 2013, delegando competência à Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, para, dentre outras atribuições, “exercer a coordenação e articulação, e orientar tecnicamente as unidades descentralizadas de ouvidoria no âmbito do Ministério da Justiça e de seus órgãos e entidades vinculadas”.

O processo de estruturação foi iniciado no exercício de 2013, destacando os seguintes avanços: envio de Aviso Ministerial ao Ministério do Planejamento contendo proposta de criação da Ouvidoria-Geral na minuta de Decreto para reestruturação regimental do Ministério da Justiça; homologação e operacionalização de Sistema Eletrônico para tratamento de demandas de Ouvidoria; e início do processo de integração do DPF ao sistema eletrônico.

Para 2014, a unidade espera avançar nos seguintes pontos: execução do Plano de Melhorias, inclusive com a realização

de atividades de formação especializada em ouvidoria; ampliação do treinamento de pessoal para utilização do referido sistema; integração sistêmica das demais unidades de ouvidoria existentes no Órgão; nova proposta de institucionalização da Ouvidoria Geral.

A Ouvidoria Geral do Ministério da Justiça recebeu, em 2013, 4.392 demandas, das quais 1.086 deram entrada pelo Sistema da Ouvidoria Geral, implantado em julho daquele ano, e 3.306 demandas foram recebidas por e-mail.

Cabe destacar que o Sistema da Ouvidoria Geral contempla link para que o atendimento e/ou a resposta recebida sejam avaliados pelo demandante. No entanto, ainda não é possível estratificar esses dados com fidedignidade tendo em vista que o sistema começou a ser utilizado em julho de 2013, e a grande parte dos atendimentos realizados neste ano foram feitos por e-mail e computados em planilha.

Além dos atendimentos por e-mail e pelo sistema, a Ouvidoria Geral realiza ainda atendimentos presenciais, feito com agendamento de horário e com a presença de dois servidores, no ato da entrevista é preenchido formulário denominado "Registro de Ocorrência".

- **Realizar a primeira conferência nacional dos migrantes.**

Análise Situacional da Meta

As atividades preparatórias da Conferência Nacional dos Migrantes e Refugiados (Comigrar) já foram iniciadas e sua previsão de conclusão é maio de 2014. O decreto de convocação da Comigrar está pendente de publicação. Neste momento encontra-se na Casa Civil para análise. Prevê-se a mobilização de atores de diversos setores envolvidos com as temáticas migratórias e de refúgio, a realização de etapas preparatórias em cidades de diferentes regiões do país, seja presencialmente ou por meio de conferências livres e virtuais, a elaboração de plataforma virtual de participação da Comigrar e a participação de 600 pessoas na Etapa Nacional da Conferência, a ser realizada em São Paulo, em maio de 2014.

Realizou-se oficina nas cidades de Manaus e do Rio de Janeiro para mobilização dos atores governamentais e da sociedade civil. Foi realizada Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes do município de São Paulo. Foram produzidos o Manual Metodológico e o Texto Base da Comigrar, os quais já foram disponibilizados ao público participante. Foi lançada a Plataforma Comigrar de Participação por meio do endereço www.migrantes.gov.br, para aportar informações e ferramentas de participação para a 1ª Comigrar, assim como estabelecer canal de comunicação permanente com todos os atores envolvidos na temática migratória.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Estimativa de sub-registros de nascimentos	%	31/12/2010	6,6	31/12/2012	6,6
Número de Unidades da Federação com Ouvidorias de Polícia	unidade	30/06/2011	21	31/12/2013	21
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	unidade	21/07/2011	9	31/12/2013	14
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos	unidade	21/07/2011	7	31/12/2013	7
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas	unidade	21/07/2011	17	31/12/2013	17
Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos	%	26/09/2009	12,06	30/09/2012	12,8
Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	27,69	30/09/2012	24,36
Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	29,53	31/12/2011	29,35
Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	28,74	31/12/2011	33,43
Trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628	31/12/2012	2.750

Observações:

Estimativa de sub-registros de nascimentos - Não houve atualização do indicador.

OBJETIVO: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Iniciada em 2003, a Mobilização Nacional para o Registro de Nascimento completou em 2013 dez anos de realizações na implementação da política de promoção do Registro Civil de Nascimento (RCN) definida no Plano Nacional para o Registro Civil de Nascimento lançado em 2004.

Segundo dados do Levantamento Estatístico do Registro Civil, divulgado no dia 20/12/2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de crianças sem registro ou com registro tardio de nascimento foi reduzido de 20,3% em 2002 para 6,7% em 2012.

Entre os estados, a maior redução ocorreu no Maranhão, de 67,4%, em 2002, para 15,4%, em 2012. A maior taxa, em 2012, foi observada no Pará (27,2%) e a menor em São Paulo (1,2%). Houve redução dos percentuais em todos os estados na comparação com 2007, exceto no Mato Grasso do Sul (8,8% em 2007 e 13,2% em 2012), onde foram realizados mutirões de registro civil da população indígena, elevando os totais de registros extemporâneos.

Surge uma diferença em relação aos dados de anos anteriores, em razão de ajustes nas séries históricas, devido à obtenção

de novos dados que não tinham sido computados. A melhor definição dos dados não alterou a tendência à redução do sub-registro.

Nos anos de 2012 e 2013, foram realizadas ações de promoção da universalização do registro civil de nascimento, a saber:

a)Fortalecimento da Declaração de Nascido Vivo (DNV) - Lei nº 12.662/2012 art. 2º que assegurou validade nacional à DNV emitida pelos Estabelecimentos de Saúde (maternidades);

b)Publicação do Provimento nº 16/2012 – recepção pelos cartórios de indicação dos supostos pais de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida;

c)Publicação da Resolução Conjunta nº 03/2012 do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público que garante a inserção, na certidão, do nome indígena, da etnia e da aldeia de origem do indígena e de seus pais, além da correção das certidões já emitidas para serem inseridas essas informações;

d)Provimento nº 28/2013 que regulamenta o registro tardio de nascimento, feito fora do prazo legal previsto na Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/1973), resguardando a especificidade dos registros indígenas regulamentado pela Resolução Conjunta nº 03/2012;

e)Desenvolvimento pleno do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) que se encontra na fase de assinatura de decreto presidencial e implementação do Portal Registro Civil, onde constará o link do SIRC.

Porém, ainda existem alguns obstáculos a serem superados, como a falta de informação do público alvo sobre os benefícios da política pública de RCN, a dificuldade de coleta de dados, processamento e disseminação das informações sobre a promoção do RCN, entre outros.

Desta forma, a SDH/PR planeja implementar as seguintes ações nos próximos dois anos:

a) Fortalecer o Comitê Gestor Nacional do Plano Social de Promoção do Registro Civil de Nascimento instituído pelo Decreto nº 6.289/2007;

b) Articular com os Governos estaduais e municipais a revitalização dos Comitês Estaduais e Municipais para o RCN

c)Rearticular a campanha para o RCN e Documentação Básica (DB) via rádio/TV (EBC, Rádios Comunitárias);

d) Realizar campanhas nacionais em parceria com o MS (Unidades de Saúde-Maternidades, Agentes de Saúde Indígena) / MDS (CadÚnico) / MEC (Escolas e PBA), iniciando com as escolas;

e) Intensificar as ações de promoção do RCN para os Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais iniciando pelo fortalecimento da parceria SDH/PR – FUNAI: Acordo de Cooperação Técnica nº 047/2011 (vigência por tempo indeterminado, firmado com: CNJ, CNMP, Funai, DPU, Anoreg, Arpen);

f) Formalizar e fortalecer a parceria SDH/PR – MS (Unidades de Saúde-Maternidades, Agentes de Saúde Indígena) / MDS (CadÚnico) / MEC (Escolas e PBA) para fins de identificação de crianças, jovens e adultos sem o RCN e DB e encaminhamento destes para a emissão dos seus documentos;

g) Fortalecer e formalizar a parceria com o Unicef, a Pastoral da Criança, os Correios (Carteiros) a fim de ampliar a divulgação do tema RCN e DB;

h) Disseminar o tema DB e RCN por meio de EAD, vídeo aula, presencial, entre os gestores sociais e representantes de populações em situação de vulnerabilidade;

i) Reestruturar os serviços de registro de pessoas naturais na direção da universalidade, mobilidade e sustentabilidade;

j) Articular com o CNJ o cumprimento da Lei nº 10.169/2000 de forma que os estados criem formas de compensação dos atos de cidadania gratuitos.

Metas 2012-2015

- **Identificar, em todas as faixas etárias, a população brasileira não registrada e não documentada**

  Análise Situacional da Meta

  O Censo de 2010, pela primeira vez, inseriu a pergunta sobre o registro civil de nascimento para pessoas de 0 a 10 anos de idade. Não existe ainda, porém, pesquisa sobre a cobertura de registro civil para as outras faixas etárias, nem investigação sobre a população não documentada.

Por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC (a ser lançada em junho/2014) serão levantadas informações sobre a promoção do RCN.

Outras estratégias de levantamento de informações sobre pessoas sem o RCN estão sendo efetivadas por meio de articulação com parceiros governamentais que atuam para a garantia de direitos sociais, a saber:

• Ministério da Saúde/SINASC – Sistema Cartorário: nº de crianças nascidas vivas registradas;

• Ministério da Educação – Programa Brasil Alfabetizado – PBA que levanta o número e nome dos alunos que participam deste programa que não têm o RCN;

• Ministério do Desenvolvimento Social – por meio do CadÚnico, que cadastra as pessoas de baixa renda, dentre estas, aquelas sem o RCN.

- **Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS**

Análise Situacional da Meta

A implantação das Unidades Interligadas (UI) faz parte da estratégia de Ampliação da Rede RCN. Disponibilizar aos pais a oportunidade de registrarem seus filhos logo após o nascimento da criança, também conhecido como "Chorou Registrou", no cartório de registro civil do município de nascimento ou de residência, faz com que se evitem as subnotificações do nascimento.

Um total de 796 entre Unidades Interligadas e Postos de Cartórios foi implantado até 2013, segundo dados constantes nos relatório parciais e finais encaminhados pelos estados conveniados à SDH/PR. Somam-se a esses, 218 Unidades Interligadas implantadas pela ARPEN/ SP (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo).

Os dados serão ratificados ou retificados a partir da implementação das seguintes estratégias, já em curso:

• Construção conjunta com o Ministério da Saúde de formulário "Formsus" que será encaminhado pelo Ministério às Coordenações de Saúde da Mulher dos estados perguntando sobre a presença ou não de Unidade Interligada nas Unidades de Saúde (maternidades) que realizam partos, dentre outras informações sobre o seu funcionamento;

• Encaminhamento de formulário (Google Drive) elaborado pela Coordenação Geral de Promoção do RCN aos Coordenadores estaduais responsáveis pela promoção do RCN, consultando sobre esse item.

A quantidade alcançada está distribuída por 102 UI na Região Norte, 609 no Nordeste, 253 no Sudeste e 50 no Centro Oeste.

Quantidade alcançada

1.014

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	unidade	50	31/12/2013
Região Sudeste	722	unidade	253	31/12/2013
Região Sul	241	unidade	0	31/12/2013

- **Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em todo o território nacional**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) foi desenvolvido plenamente, testado em 43 Cartórios e encontra-se na fase de assinatura de Decreto presidencial e de planejamento da implementação nos estados.

- **Realizar campanhas de orientação e formação de cultura de inclusão, a partir do registro civil de nascimento**

Análise Situacional da Meta

Foram lançadas Campanhas Nacionais de Mobilização, bem como campanhas regionais, desde 2003.

A estratégia futura está sendo pensada a fim de articulá-las com instituições que atendam um grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade, iniciando-se pelas escolas.

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A partir da parceria estabelecida entre a SDH/PR, os movimentos sociais e diversos órgãos governamentais – em especial o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça – foram construídos diversos documentos relevantes, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3/2009). Esse legado norteou a elaboração das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos em 2012 e da Portaria nº 396, de 18 de abril de 2013, que estabelece as diretrizes para apresentação de propostas que envolvam apresentação de projetos, atividade ou evento de Educação em Direitos Humanos, apoiados ou promovidos pela SDH/PR.

As Diretrizes foram construídas no âmbito dos trabalhos de uma comissão interinstitucional, coordenada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e composta pela SDH/PR, MEC, e Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). Elas são regidas pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, pela qual o Ministério da Educação homologou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012. A SDH/PR publicou 30 mil exemplares do "Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais", que comenta a normativa em questão, a fim de subsidiar os gestores do sistema educacional brasileiro na implementação dessa política. Esta publicação foi lançada no Fórum Mundial de Direitos Humanos, em dezembro de 2013, e no Fórum Mundial de Educação em Canoas, em janeiro de 2014, junto com a coleção "Por uma Cultura de Direitos Humanos", com tiragem de 1250 exemplares, apresentando informações e reflexões sobre o direito ao mais alto patamar de saúde, à alimentação adequada, à educação, à moradia adequada, à participação em assuntos públicos, à opinião e à expressão, à liberdade e segurança, a um julgamento justo, a uma vida livre de violência e a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos e degradantes. Esses temas são referentes aos doze direitos previstos no International Humam Rigths Instruments das Nações Unidas.

Tais instrumentos trouxeram para o cenário nacional desdobramentos de ações e programas que objetivam promover e incentivar uma cultura de direitos humanos, que vêm sendo efetivados por meio de 29 convênios, celebrados nos anos de 2012 e 2013 mediante chamada pública anual, busca ativa ou emenda parlamentar. Atualmente, estão em execução 14 convênios estabelecidos em 10 estados da federação. Os projetos, apoiados a partir de repasse financeiro pela /SDH/PR são frutos de parcerias com instituições públicas e com a sociedade civil organizada e versam especialmente sobre capacitação e formação em Educação em Direitos Humanos.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar diretrizes gerais de Educação em Direitos Humanos**

  Análise Situacional da Meta

  O Ministério da Educação publicou a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 8/2012, estabelecendo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que regulamentam a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior. A partir da homologação das Diretrizes Nacionais, surgiu a necessidade de se elaborar uma publicação capaz de incentivar a discussão sobre a Educação em Direitos Humanos por todos os envolvidos na comunidade escolar, garantindo a efetiva aplicação da normativa no sistema de ensino.

  Em dezembro/2013 foi elaborado o Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais, que é uma publicação orientadora das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na educação básica e superior, direcionado para gestores do sistema educacional brasileiro, comentando a Resolução nº 01/2012, tendo como proposta divulgar e difundir as informações relativas à educação em direitos humanos, e é uma parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos, a Organização dos Estados Ibero-americanos e o Ministério da Educação.

  O "Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais" foi lançado no Fórum Mundial de Educação em Brasília/DF em dezembro/2013 e no Fórum Mundial de Educação em Canoas/RS em janeiro/2014. Está programado o envio do Caderno para todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação no início de 2014.

- **Criar e manter o Comitê de Diversidade Religiosa**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro de 2013 foi publicada a Portaria nº 92, de 24 de janeiro de 2013, de instituição do Comitê Nacional de Diversidade Religiosa, cuja finalidade é promover o direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas, disseminando uma cultura da paz, da justiça e do respeito às diferentes crenças e convicções. Em agosto, foi publicado o Edital de Seleção e a Portaria da Comissão de Seleção. Em novembro de 2013 foi realizada a seleção dos nomes titulares e suplentes para a composição deste Comitê. A Portaria nº 18, de 20 de janeiro de 2014 renomeou o Comitê, que passou a ter a seguinte denominação: Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa.

- **Implantar 100 comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Os Comitês são fóruns colegiados dispostos a construir e instituir políticas de educação em direitos humanos em Estados e Municípios.

Foram identificados 17 comitês de educação em direitos humanos em atividade, até o final de 2013, sendo três na Região Norte, nos estados do Amazonas, Pará e Roraima; oito na Região Nordeste, nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e no Município de Fortaleza; três na região Centro Oeste, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e um na Região Sudeste, no estado de Minas Gerais.

Após revisão política sobre a eficácia do molde dos Comitês implantados até o momento, foi publicado o caderno "Como constituir um Comitê de Educação em Direitos Humanos", demonstrando que o modelo anterior está superado e propondo nova política de constituição dos Comitês. Trata-se de uma meta que necessita de mais tempo para ser concretizada, considerando que requer intenso processo de articulação para sensibilizar os gestores locais para implementar uma política recentemente renovada, além de versar sobre uma temática relativamente nova para o País.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2013

- **Publicar semestralmente a Revista Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

A primeira edição da Revista Direitos Humanos foi lançada em dezembro de 2008. No projeto inicial, a SDH/PR propunha uma publicação que se tornasse, em médio prazo, um marco de excelência na matéria de direitos humanos e que representasse a constituição de um espaço permanente de encontro entre o Governo, a Universidade e a Sociedade Civil. Desde então, soma-se um total de 8 edições da Revista, sendo que a última foi lançada em janeiro de 2012. Atualmente, a concepção da Revista está em revisão, a fim de que a publicação atinja um público mais abrangente, considerando que o nível de complexidade a que os artigos da Revista se propunham atingia prioritariamente o público acadêmico. Esta revisão busca reverberar a política da SDH/PR em abranger especialmente o público historicamente afastado da garantia de seus direitos fundamentais. Desse modo, desde a última edição da Revista, a SDH/PR focou em ações de publicação juntamente com os parceiros conveniados, além de ter lançado outras publicações próprias, como o "Caderno Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais" e a coleção "Por uma cultura de Direitos Humanos".

- **Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã**

Análise Situacional da Meta

Esta meta visa à consolidação de uma cultura de direitos humanos por meio de ações de formação de lideranças sociais nas várias temáticas de direitos humanos, fortalecendo experiências comunitárias e a produção coletiva de conhecimento.

Para o período de 2012 a 2014, estão previstas 5.104 atividades de formação, com 4 horas de duração cada, e mais de 270 encontros de formação, conforme termo de cooperação nº 001/2012, firmado entre a Secretaria Geral e a Secretaria

de Direitos Humanos (ambas da Presidência da República), e convênio n.º 778.677/2012, firmado entre a SDH/PR e a entidade Camp.

Em 2013, foram realizadas 1.097 oficinas com 22.550 pessoas capacitadas em 25 estados. Foram realizados também 46 encontros de formação intermunicipais.

Quantidade alcançada

1.097

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar anualmente a Mostra de Cinema e Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

O projeto Mostra Cinema e Direitos Humanos ocorre anualmente, desde 2006, com o intuito de fortalecer e disseminar a cultura e educação em diretos humanos por meio da linguagem audiovisual. A Mostra foi sendo gradualmente expandida e, desde 2011, conta com exibições de filmes em todas as capitais brasileiras. De 26 de novembro a 22 de dezembro de 2013, ocorreu a 8ª edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos que contou com sessões em todas as capitais do país e em mais 600 locais de exibição que se inscreveram em convocatória para receber kit com alguns filmes da Mostra. Mais uma inovação da Mostra em 2013, que segue o objetivo de fomentar o debate acerca dos direitos humanos, foi o lançamento do projeto "Inventar com a Diferença", que consiste na formação e acompanhamento de educadores de escolas públicas de todo o país, para que desenvolvam com seus alunos trabalhos audiovisuais em torno da temática dos Direitos Humanos. Os filmes produzidos irão compor a programação das próximas edições da Mostra.

- **Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Instituído pelo Decreto de 8 de setembro de 1995, o Prêmio Direitos Humanos consiste na mais alta condecoração do Governo brasileiro a pessoas e entidades que se destacam na defesa, na promoção e no enfrentamento às violações dos Direitos Humanos em nosso país, considerando critérios como o histórico de atuação na área dos Direitos Humanos, o desenvolvimento de ações relevantes e a implementação de práticas inovadoras em relação ao tema.

Tradicionalmente, a cerimônia é realizada no início de dezembro de cada ano, em homenagem à Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948. A cada ano, a solenidade conta com uma média de 500 convidados, entre autoridades e servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (federais, estaduais, municipais e internacionais), movimentos sociais e população em geral. Em 2012, a solenidade de entrega do Prêmio ocorreu no dia 17 de dezembro, no Palácio do Itamaraty. Na 19ª edição, em 2013, a cerimônia foi realizada durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos, no dia 12 de dezembro.

Ao longo das suas 19 edições, realizadas entre 1995 e 2013, 316 pessoas ou instituições foram homenageadas com o Prêmio Direitos Humanos, sendo 18 premiados em 2012 e 25 premiados em 2013.

OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

As políticas públicas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas são transversais a várias áreas de governo. Assim, a SDH/PR também atua de forma transversal, articulando as demais áreas de governo para que suas políticas incorporem as especificidades das pessoas idosas. Pela mesma razão, os compromissos do Governo Federal com o atendimento dessa população estão em diversos programas do PPA 2012-2015, em especial no âmbito da seguridade social, da mobilidade urbana, do trabalho e emprego, da acessibilidade, da educação, da saúde, assistência social e renda mínima. O Brasil comprometeu-se perante a comunidade internacional, na Carta de São José sobre os

Direitos das Pessoas Idosas na América Latina e Caribe, a traçar diretrizes que devem guiar as políticas dos países da Região, no sentido de melhorar seus sistemas de proteção social, para que respondam efetivamente às necessidades das pessoas idosas, coordenando ações nas áreas de segurança social, de saúde e de serviço social. Como desdobramento da demanda, foram elaboradas três emendas ao Plano Nacional de Educação, inserindo ações afirmativas, que contemplam a temática LGBT e o tema do envelhecimento desde a Educação infantil, em parceria com o Ministério da Educação. Como política de proteção, foi lançada a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, lançada no Encontro Nacional de promotores, delegados e defensores. Ao mesmo tempo foi feito o mapeamento de todas as delegacias especializadas no atendimento a essa população. Durante o ano de 2012, foi realizada campanha de divulgação do Disque 100, resultando no aumento de 189% no número de denúncias. Em dezembro de 2012, concluiu-se o Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, e está em fase de conclusão um estudo técnico sobre o perfil dessa população no Brasil, em parceria com a UNESCO.

Com uma população de mais de 23 milhões de pessoas idosas, o Brasil tem 218 Instituições de Longa Permanência na esfera pública municipal, estadual e federal. Funcionam ainda 3.548 Instituições de Longa Permanência público/privadas. Segundo o IPEA, 83 mil pessoas idosas vivem em instituições públicas e privadas, sendo a maioria delas mulheres. O estudo do IPEA apontou que mais da metade das instituições brasileiras (65,2%) são filantrópicas, e a contribuição do setor público representa apenas 22% das receitas dessas instituições. A pesquisa concluiu que as Instituições de Longa Permanência são mantidas pelos recursos das pessoas idosas ou de familiares, mesmo as filantrópicas que recebem financiamento público parcial. Outro dado muito importante a ser considerado é o de que mais de 95% da população idosa vive com suas famílias ou moram sozinhos/as.

No que se refere ao controle social, houve a regulamentação do Fundo Nacional dos Direitos do Idoso. O processo estimulou muitos estados e municípios a criarem os fundos e buscarem a regulamentação. Atualmente, o Brasil tem 2.729 conselhos da pessoa idosa, incluídos os 26 estaduais e o distrital. Em 2013, a Secretaria de Direitos Humanos editou o livro: “Dez anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Repertórios e Implicações de um Processo Democrático”, contendo a análise dos dez anos de atuação e o arcabouço jurídico produzido nesse período. Esse instrumental foi distribuído a todos os conselhos estaduais e municipais e a todos os representantes dos países da Iberoamérica. Em comemoração aos dez anos do Estatuto do Idoso (outubro de 2013), foi lançado o livro: ”Dez Anos do Estatuto do Idoso. Dignidade Humana como Foco”, com o objetivo de contribuir para a divulgação do Estatuto e reflexão sobre seu conteúdo. Em âmbito internacional, em 2012 e 2013 o Brasil participou do Grupo de Trabalho da OEA que está elaborando o texto da Convenção Interamericana de Direitos da População Idosa, com atuação destacada, mencionada textualmente pela OEA. Esse processo deve ser concluído em 2014. O Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013 atribui à dimensão “Longevidade” a responsabilidade pela importante evolução do índice de desenvolvimento humano apresentado pelos municípios brasileiros entre 1991 a 2010. Essa melhora vê-se refletida no aumento de 9,2 anos (ou 14,2%) na expectativa de vida do brasileiro.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi atendida pela Resolução nº 12, de 11 de abril de 2008, do CNDI, que estabelece parâmetros e diretrizes para a regulamentação do Art. 35 da Lei nº. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), o qual dispõe sobre o contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada. Em relação aos Centros Dia, o Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público do Rio de Janeiro estabeleceu os parâmetros que vêm sendo seguidos, em âmbito nacional, pelas demais instituições, e a ANVISA, através da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC/ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005, aprovou o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial.

- **Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos**

Análise Situacional da Meta

Dentre as prioridades referentes à política de cuidados, o Governo federal amplia de forma significativa a oferta de capacitação de profissionais para atuarem como cuidadores, no atendimento domiciliar, acompanhamentos particulares, Instituições de Longa Permanência e/ou unidades básicas de saúde, assim como na atualização e/ou formalização das habilidades de profissionais que já atuam na área. Os cursos priorizam a formação para um atendimento humanizado, promovendo uma formação ética e profissional no atendimento à população idosa e suas necessidades. A Matriz Referencial foi elaborada pelo MEC com a participação da SDH/PR. Houve a ampliação da oferta de cursos gratuitos e em todo o país foram ofertadas 12 mil vagas através do Pronatec/MDS/MEC. A carga horária definida é de 160 horas, sendo que os cursos estão sendo executados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF, pelo Sistema "S" e outros. A sistemática adotada pelo Brasil é objeto de monitoramento e avaliação pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) para possível elaboração de Matriz Referencial para a América Latina.

- **Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

A Presidenta da República Dilma Rousseff assinou, em 30 de setembro de 2013, o Decreto Nº 8.114, que contempla na diretriz VI o fortalecimento de redes de proteção e defesa de direitos da pessoa idosa. Grupo de Trabalho com integrantes de dezessete ministérios fará o monitoramento das ações para demandar a construção de políticas para garantia do envelhecimento ativo em âmbito nacional. Em maio de 2013, foi lançada a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa como marco para se alcançar a implantação da RENADI até 2015. Além disso, foi realizado mapeamento de todas as políticas, programas e projetos do governo federal e, por ocasião da realização do III Encontro Ibero-Americano sobre Direitos Humanos das pessoas idosas na região, foi publicado um caderno distribuído em todo o Brasil e Iberoamérica. Nesse evento foram reunidos os representantes que integram a RENADI de todo o país nas áreas de saúde, previdência, desenvolvimento social e direitos humanos, com o objetivo de conhecer melhor a situação da população idosa, analisar políticas acerca do tema, bem como fomentar ações para melhorar a situação desse segmento.

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A SDH/PR tem como objetivo, entre outros, implementar ações de promoção dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no âmbito do Governo Federal. Com base na constatação de que a homofobia é estrutural e estruturante na sociedade, apontada nos Relatórios de Violência Homofóbica dos anos de 2011 e de 2012 (este lançado em junho de 2013) decidiu-se focar em 2013 na implementação de ações articuladas dos governos nas suas três esferas para a Promoção da Cidadania e de Direitos LGBT.

O Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, órgão colegiado que discute a implementação de políticas públicas LGBT a nível nacional, composto paritariamente por Estado e sociedade civil, debateu a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento a Violência contra LGBT – Sistema Nacional LGBT, que em junho deste ano foi lançado através de portaria ministerial.

O Sistema Nacional LGBT tem como objetivo combater os determinantes econômicos, sociais, culturais e ambientais da violência que atinge a população LGBT, efetivando políticas afirmativas, através da ampliação do diálogo e da articulação interfederativa, promovendo a equidade de direitos, investindo assim na criação de órgãos executores da politica LGBT, Conselhos LGBT e políticas públicas LGBT nos estados, municípios e Distrito Federal, além de criação de uma rede de atendimento e enfrentamento à violência contra LGBT.

Juntamente com o Sistema, foi criado o Comitê Nacional de Politicas Publicas LGBT, que reúne Gestores e Gestoras LGBT para pactuação da política LGBT nacional; o colegiado congregará todas as coordenações LGBT de estados e municípios.

Como parte do Sistema Nacional LGBT, foi decidido também iniciar relatório periódico que faça o acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT no Brasil. Para isso foi elaborado o painel de Indicadores sobre Cidadania LGBT aprovado no Conselho Nacional LGBT, finalizado e aguardando lançamento. O Índice de Cidadania LGBT tem como objetivo avaliar o avanço da instalação das ferramentas do Sistema Nacional LGBT nos estados, levando em consideração os dados de violência contra LGBT, a efetivação de leis que promovam a cidadania desta população e ferramentas de institucionalização da política de promoção e defesa da população LGBT. Tal índice aponta a necessidade de ênfase do investimento no ano que vem nos estados do Norte, que são os que mais carecem, segundo o índice, de políticas públicas para esta população.

Em articulação com estados e municípios, na tentativa de fomentar a criação das estruturas componentes no Sistema Nacional LGBT, se conseguiu incentivar e acompanhar a criação de novos conselhos municipais LGBT, dentre eles: Itapipoca-CE; Cariacica-ES; São João Del Rey-MG; Alagoinhas-BA e Teresina-PI. E o encaminhamento de decreto e projetos de lei para a criação de outros conselhos municipais e estaduais em Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Roraima.

Também foram implementadas ações do Sistema Nacional LGBT com foco na prevenção à violência, garantindo redes integradas de atenção, e estimulando a criação de uma rede de enfrentamento à violência contra LGBT. A partir do Termo de Cooperação Técnica para o Enfrentamento às Homofobias construído em 2011 entre SDH/PR, Ministério da Justiça e 17 estados (AC, AL, AM, AP, ES, GO, MG, PA, PB, PE, PR, PI, RR, RS, SC, SE, TO), foram criados GTs de Segurança Pública LGBT nos estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Também foram implementadas alas específicas para gays, travestis e transexuais nos presídios dos estados de Mato Grosso, Paraíba e Rio Grande do Sul, além de Minas Gerais, que já possuía a ala desde 2009. Foram criadas unidades de polícia especializadas em crimes de ódio e delitos de intolerância nos estados do Pará, Pernambuco e Paraíba. Quanto à capacitação de policiais no atendimento à população LGBT, foram realizadas nos estados do Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Também foram lançados no país sete Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia, espaços de controle social e acompanhamento das denúncias de violação dos direitos humanos de LGBT reportadas ao Disque 100, nos estados do PA, AM, RS, AC, AL, SP e PI.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica**

  Análise Situacional da Meta

  Apesar dos esforços do governo, através da SDH/PR, em prosseguir com a tramitação do PLC 122/2006 no Congresso Nacional, esse projeto de Lei que criminaliza a homofobia no Brasil foi recentemente apensado ao projeto do novo código penal, sendo novamente adiada a sua apreciação pelos senadores. O projeto do novo código penal, por sua vez, teve as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” suprimidas do seu texto original, que previa o agravamento de crimes praticados em razão da orientação sexual ou identidade de gênero das vítimas. A SDH/PR está articulando com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no Senado para manutenção dos termos.

- **Aprovar marco legal que reconhece o nome social de travestis e transexuais**

  Análise Situacional da Meta

  Projeto de lei que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade foi aprovado no dia 21/11/2012 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). A matéria (PLS 658/2011), que recebeu texto substitutivo, segue agora para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. A SDH/PR produziu nota técnica favorável à matéria.

- **Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT**

Análise Situacional da Meta

Foi lançado o Sistema Nacional LGBT no dia 27/06/2013 o qual conta com seis consultores para acompanhar sua implantação. Já foram instalados sete Comitês de Enfrentamento à Homo-lesbo-transfobia, nos estados do AM, PA, PI, AL, AC, RS, SP. Os Comitês são espaços de articulação da implementação do Sistema Nacional LGBT e suas estruturas e também de controle social e monitoramento dos encaminhamentos das denúncias de violação contra LGBT recebidas pelo disque direitos humanos. Os Centros de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT são espaços de atendimento, acolhimento e encaminhamento de vítimas LGBT, seus familiares e amigos; estão em processo de formalização cinco convênios, nos estados de BA, SP, GO, RS E AL, totalizando um investimento de hum milhão de reais.

- **Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada apenas uma campanha de maior amplitude em 2011. Continua-se divulgando a campanha FAÇA DO BRASIL UM TERRITÓRIO LIVRE DA HOMOFOBIA. No início do ano de 2013, em alusão ao dia 29 de Janeiro, dia da visibilidade Trans, foi realizada, em parceria com o Ministério da Saúde, campanha de estimulo às denúncias de Transfobia no Disque Direitos Humanos.

OBJETIVO: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Os Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH) foram implantados com o objetivo de desenvolver ações articuladas de promoção e defesa dos direitos humanos, de modo a efetivar as diretrizes e ações do Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH-3. Desta forma, os Centros estão aptos a trabalhar com todas as temáticas e públicos que demandam garantia, defesa e promoção dos direitos humanos, não se limitando às ações específicas e/ou pontuais voltados para alguns públicos. Esta Casa de Direitos atua com mecanismos de defesa, promoção e acesso à justiça, estimulando o debate sobre cidadania e influenciando positivamente na conquista dos direitos individuais e coletivos das comunidades mais vulneráveis, além de disseminar a cultura dos direitos humanos para a sociedade de modo geral.

Os centros de referência, por meio de serviços atendem: crianças e adolescentes, idosos, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), populações quilombolas, ribeirinhos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoa atingida por hanseníase, catadores, vítimas de intolerância religiosa, de preconceito racial, indígenas, mulheres vítimas de violência e preconceito, trabalho escravo, ciganos, pessoas em vulnerabilidade social e econômica, beneficiários de programas sociais, lideranças em direitos humanos e movimentos sociais, egressos do sistema prisional, profissionais do sexo, refugiados ambientais, vítimas de xenofobia, imigrantes, vítimas de conflitos agrários, pessoas em sofrimento psíquico, população carcerária e familiares, pessoa com transtorno mental, inclusive aquelas decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, proteção a testemunha e todas as vítimas de preconceito, discriminação, desrespeito, intolerância, abusos e maus tratos, negligência e abandono e qualquer sujeito de direito que solicite informações ou serviços dos CRDH.

Levando em consideração os resultados exitosos das ações desenvolvidas em benefício do público alvo, houve um considerável aumento de convênios com Instituições de Ensino Superior – IES, Organizações não governamentais – ONGs, Secretarias de Estado e Prefeituras. Em julho de 2013, havia 30 Centros de Referência em funcionamento no país, chegando a 31 em dezembro. Mais nove convênios foram firmados ainda no final de 2013 para implementação de Centros de Referência, com previsão de aumento desse número em 2014.

A implantação dos Centros de Referência em Direitos Humanos, que se dá por meio de Convênios ou Termos de Cooperação, deve seguir a seguinte matriz de metas e etapas ou fases: Meta 1)- implantação do CRDH; Etapas: a)-

estruturação do Centro, b)- divulgação das ações e produção de conhecimento do CRDH, c)- ações de sensibilização e socialização para temáticas de direitos humanos e cidadania (capacitação), d)- atendimentos amplos; Meta 2)- Participação em Encontros Nacionais dos Centros de Referência em Direitos Humanos.

Como metodologia para monitoramento e avaliação da política, a SDH/PR realiza Encontros Nacionais com as equipes de todos os Centros dos 22 Estados e Distrito Federal duas vezes por ano. Durante os Encontros são apresentados números e avaliados aspectos de atuação dos CRDH, realizadas formações sobre temáticas em direitos humanos, bem como debatidas questões sobre o funcionamento dos mesmos, no sentido de consolidar e avaliar ações e encaminhamentos.

São realizadas também visitas in loco por técnicos da SDH/PR, para acompanhar as atividades, a rotina de funcionamento, localização dos Centros, atendimentos realizados e aplicação dos recursos. Como metodologia de acompanhamento dos atendimentos e ações realizadas foi elaborada também uma planilha de atendimento, que todo mês é preenchida pelas equipes dos Centros de Referência e enviada para a SDH/PR, para que a mesma acompanhe os atendimentos e as ações desenvolvidas pelos Centros no âmbito local.

Levando em conta dados dos CRDH atuantes no ano de 2013, foram realizados 91.268 atendimentos amplos, distribuídos em: Capacitação em Direitos Humanos (26.369); Orientação em Direitos Humanos (35.663); Atendimentos jurídicos (9.740); Atendimentos na área da Assistência Social (12.627); Atendimentos psicológicos (2.521); Encaminhamento para emissão de CPF (887), RG (743), Título Eleitoral (85), Certidão de Casamento (71), Carteira de Trabalho (159) e Registro Civil (305); Recebimento de denúncias (1.316) e Mediação de conflitos (782). Ademais, foi possível constatar uma significativa ampliação na atuação em temáticas de Direitos Humanos, envolvendo qualquer tipo de violação ou não garantia dos direitos, dentre elas a imigração na fronteira do Acre com a Bolívia, em atuação do CRDH Rio Branco (AC). A SDH/PR acompanha de forma permanente a situação dos imigrantes haitianos e senegaleses na região com equipe técnica permanente no estado, proveniente do convênio entre Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre e SDH/PR, firmado em 2011, com execução até 2014. Também se verificou mediação de conflitos e participação de atividades com comunidades ciganas, em atuação do CRDH Natal (RN).

É válido destacar que os Centros de Referência em Direitos Humanos da SDH/PR atuaram também em situações emergenciais, envolvendo toda sua equipe na garantia, defesa e promoção dos direitos humanos, como, por exemplo: o CRDH-IEC/Juiz de Fora (MG) acompanhou o caso “Operação Romani” na defesa e denúncia contra a discriminação das comunidades ciganas; o CRDH-ACAJU/Goiânia acompanhou e vem acompanhando os casos de violência (assassinatos) contra a população em situação de rua; o CRDH-CDDH de Petrópolis/RJ, Nova Iguaçu/RJ e Juiz de Fora/MG acompanharam no ano de 2013 os sobreviventes do desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011; houve atuação também dos CRDH no acompanhamento dos familiares das vitimas da chacina da Chatuba e outros casos de violência na Baixada Fluminense; o CRDH-CDDH atuou também no âmbito da temática “Memória e Verdade”, na realização de ações voltadas para o debate e discussão da temática e a articulação para a desapropriação da Casa da Morte; o CRDH Açailândia (MA) atuou e atua de maneira sistemática com relação às violações de direitos humanos, sobretudo com ações voltadas ao combate ao trabalho escravo.

Nas capacitações em direitos humanos, realizadas pelos Centros de Referência em Direitos Humanos, estiveram presentes 7.259 pessoas em seus momentos de capacitação/formação.

Metas 2012-2015

- **Implementar Centros de Direitos Humanos em todas as regiões metropolitanas**

  Análise Situacional da Meta

  Dos 40 (quarenta) Centros de Referência em Direitos Humanos, em vigência, 34 (trinta e quatro) estão implantados nas seguintes regiões metropolitanas: RS (Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul, Rio Grande, São Leopoldo, 2 em Porto Alegre); PR (Pinhais, Curitiba); RJ (Nova Iguaçu, Petrópolis, morro do complexo do Alemão); ES (Vitória); BA (2 em Salvador);– AL (Maceió); – PE (Recife); - PB (João Pessoa);– RN (Natal);– CE (Fortaleza);– DF (Brasília); – GO (Goiânia);– MT (Cuiabá); – AC (Rio Branco); – PI (Teresina); e MT (Cáceres),– SP (São Paulo, Grande São Paulo),–

MG (Belo Horizonte, Betim), – SC (Florianópolis, Chapecó),– MS (Campo Grande), – TO (Palmas).

- **Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Dos 40 (quarenta) Centros de Referência em Direitos Humanos, em vigência, 6 (seis) estão implantados no campo dos seguintes estados brasileiros: Maranhão - MA (Açailândia), Maranhão – MA (Timon), Pará – PA (Altamira), Minas Gerais – MG (Juiz de Fora), Bahia – BA (Jequié), Pernambuco PE (Caruaru). É importante informar que, não obstante apenas seis Centros de Referência atuarem no campo, nada impede que todos os demais Centros implantados nas regiões Metropolitanas promovam ações itinerantes direcionadas à população residente e domiciliada no campo, beneficiando praticamente todos os estados brasileiros. O que se tem são centros que, pelo histórico de atuação na temática de direitos humanos, ou atua na defesa dos direitos da população do campo ou de microrregiões.

- **Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas nos Centros de Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Ainda não foi elaborado um software padrão para acompanhamento das denúncias recebidas pelos Centros de Referência em Direitos Humanos. Atualmente a gestão dos dados é feita por meio de formulário padrão elaborado pelos próprios CRDH. Cada centro utiliza-se de planilhas e relatórios, que são encaminhados mensalmente para a SDH, com números referentes a: atendimentos, orientações e recebimento e encaminhamento de denúncias.

A contratação do desenvolvimento do referido software está em andamento.

- **Realizar Caravanas de Direitos Humanos em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Não houve Caravanas em 2013. Em 2012 foram realizadas duas caravanas. Até o momento foram realizadas 3 edições da Caravana de Direitos Humanos sendo a primeira no estado do Ceará, em agosto de 2011, a segunda no Acre, em maio de 2012 e a terceira em Mato Grosso em julho de 2012.

A não realização das Caravanas em 2013 justifica-se pelo foco na mobilização regional para o Fórum Mundial de Direitos Humanos (realizado de 10 a 13 de dezembro de 2013). A estratégia foi alterada para reunir em um único espaço de discussão as organizações da sociedade civil, as organizações internacionais, os governos federal, estaduais e municipais, representantes do Judiciário e do Legislativo e as Instituições de ensino, pesquisa e afins.

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Para realização deste objetivo o governo federal está atuando em duas vertentes estratégicas: de forma direta, mediante a criação de instância nacional de monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano e da regulamentação de matéria que trata da conduta do reassentamento de famílias afetadas por intervenções geradoras de impactos urbanos e sociais, com base na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e nas orientações da ONU; e de forma descentralizada, através da celebração de Acordos de Cooperação Técnica, Protocolos de Cooperação Federativa e convênios com Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades e órgãos essenciais da justiça, para estruturação de instâncias estaduais de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos com vistas a garantir os direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano com base na regulamentação citada.

O Ministério das Cidades tem atendido às demandas encaminhadas por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociação entre partes envolvidas em conflitos urbanos tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia.

Encontra-se em elaboração Termo de Cooperação junto a Universidades Federais, mediante destaque orçamentário, para

realização de pesquisa sobre os conflitos fundiários em âmbito nacional e realização de seminário nacional, bem como produção de publicação relacionada à pesquisa.

Em 2013, o Ministério das Cidades publicou a portaria nº 317 que traz medidas e procedimentos a serem aplicados em casos de deslocamento involuntário de famílias de suas moradias ou local que exercem atividades econômicas, devido à implantação de programa e ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Está em processo de formulação o Decreto Presidencial que instituirá a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.

Metas 2012-2015

- **Estruturação de instância nacional para monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano**

  Análise Situacional da Meta

  Até o momento presente, não foi efetivada a implementação de instância nacional para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos. Entretanto, o Ministério das Cidades tem atendido às demandas recebidas, por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociação entre partes envolvidas em conflitos urbanos, tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia.

- **Incentivar instâncias locais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, por meio de ações de articulação, pesquisa, monitoramento e capacitação.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foi aberto Edital de Chamada Pública, para a seleção de propostas de instalação de instâncias estaduais de prevenção de violações de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano. Entretanto, nenhuma proposta apresentada cumpriu os requisitos.

- **Regulamentação de medidas e procedimentos para a conduta do reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanas de modo a garantir os direitos humanos**

  Análise Situacional da Meta

  Foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério das Cidades e Ministério da Justiça, cujo objetivo é a promoção de ações conjuntas para ampliação do acesso à conciliação e mediação de conflitos fundiários urbanos.

  No âmbito do Grupo Interministerial, instituído pela Portaria n° 337 de 07/12/2012, está em elaboração o Decreto Presidencial para instituir a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

  Em 2013, o Ministério das Cidades publicou a portaria nº 317 que traz medidas e procedimentos a serem aplicados em casos de deslocamento involuntário de famílias de suas moradias ou local que exercem atividades econômicas, devido à implantação de programa e ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com a portaria, as obras e serviços devem ser precedidas de diagnóstico e de elaboração de estudo de alternativas para evitar ou minimizar a necessidade dos deslocamentos, e para identificar melhores soluções econômicas, técnicas e socialmente sustentáveis e efetivas. Quando o deslocamento for inevitável, deverá ser elaborado um Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias.

OBJETIVO: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Instituído pelo Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – CIAMP-Rua, realiza reuniões ordinárias a cada 45 (quarenta e cinco) dias e extraordinárias quando se faz necessário, além das reuniões dos seus Grupos de Trabalho – GT, de Habitação, do IBGE, de Legislação e de Segurança Pública. O CIAMP-Rua acompanha e potencializa

o processo de implementação da Política Nacional através de suas várias atividades e das produções de seus GTs, dentre as quais destacamos, em 2013, a realização do Seminário Nacional de Habitação de Interesse Social para a População em Situação de Rua, a produção do questionário e metodologia de pesquisa sobre população em situação de rua para o IBGE, a elaboração do capítulo referente à população em situação de rua na cartilha Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade e as recomendações desenvolvidas para a área de Segurança Pública.

A SDH/PR organizou e realizou, também em 2013, o Seminário Brasil-União Europeia para Promoção e Proteção dos Direitos da População em Situação de Rua e produziu um livro sobre as experiências brasileira e europeia nessa temática.

A SDH/PR acompanha e monitora os casos de violações de direitos através dos Centros de Referência de Direitos Humanos, pela Ouvidoria e pelo Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis - CNDDH. Os Centros de Referências fazem o acompanhamento jurídico dos casos, interagindo com as autoridades responsáveis, além do atendimento social e psicológico das vítimas em casos específicos.

A SDH/PR mantém um marcador específico para a violação de direitos das pessoas em situação de rua e faz o devido encaminhamento para as instituições competentes a depender da denúncia recebida. O CNDDH, mantido pela SDH/PR, em conjunto com seus núcleos descentralizados, monitora os casos, com elaboração de relatórios e realização dos devidos encaminhamentos aos serviços públicos. A Secretaria também atua pontualmente em casos específicos, como no caso de Goiânia-GO, em que fez requerimento formal perante o Ministério Público Federal para a federalização da competência para apurar e julgar uma série de crimes ocorridos na região metropolitana de Goiânia. Esse pedido foi formalizado pelo Ministério Público Federal no Superior Tribunal de Justiça e aguarda deferimento. Além disso, o Centro de Referência de Direitos Humanos está acompanhando 33 inquéritos de homicídios em Goiás.

A SDH/PR e o CIAMP-Rua acompanham e incentivam a criação de Comitês locais (municipais, estaduais e distrital) da Política para a População em Situação de Rua, atualmente são 15 (quinze) Comitês instalados e 6 (seis) unidades da federação que aderiram à Política Nacional.

A SDH/PR, que coordena o CIAMP-Rua, atua também em 08 capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Maceió, Fortaleza, Salvador) fazendo a integração entre organizações públicas e não-governamentais desenvolvendo ações junto a profissionais das áreas de Direitos Humanos, visando à promoção da cidadania da população em situação de rua. Durante este trabalho são realizadas visitas e discussões com as redes de atendimento das referidas cidades, bem como diálogo com a população em situação de rua, para a elaboração de um Guia de Serviços de atendimento a essa população vulnerável que ocorrerá em cada uma das cidades pesquisadas. O objetivo final é contribuir com a articulação das redes de serviços, e com a melhora dos serviços prestados a partir da sensibilização e otimização dos fluxos de trabalho nas cidades indicadas.

A SDH/PR apoia um projeto junto à UNB, por meio de convênio, onde se criou um observatório sobre a violência contra a população em situação de rua no Distrito Federal a fim de elaborar uma pesquisa que subsidie o Governo Federal na tão necessária tarefa de enfrentamento dos fatores que conduzem à violência a que esse segmento da população está sujeito e, dessa maneira, contribuir para a geração de políticas públicas que garantam efetivamente os direitos humanos dessa parcela da população, possibilitando meios para que ela possa sair da condição de rua.

A Secretaria acompanha o trabalho das Defensorias Públicas das capitais da Federação e também por meio de convênio com a Defensoria Publica do Estado da Bahia, que visa ampliar o atendimento qualificado e multidisciplinar a pessoas em situação de rua. Esta parceria pretende aprimorar e ampliar o trabalho desenvolvido pela Especializada de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado da Bahia em sua atuação extrajudicial em favor da população de rua. A atuação extrajudicial desenvolvida pela Defensoria, nesta vertente, engloba as seguintes demandas: acesso à documentação, acompanhamento da apuração de casos de violência policial, coibir práticas de higienização e de violação à dignidade humana, promover o acesso ao direito à saúde e o monitoramento das casas de acolhimento.

Metas 2012-2015

- **Realizar o censo de população em situação de rua**

Análise Situacional da Meta

Por meio da Portaria Nº 824, de 22 de junho de 2012, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT-IBGE), no âmbito do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos técnicos encarregados da elaboração e realização da pesquisa nacional da população em situação de rua. O GT-IBGE concluiu a elaboração do questionário para a realização do teste da pesquisa, com aplicação de 100 questionários na cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 2013, conforme acordado entre a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o IBGE. Posteriormente ao teste da pesquisa, está prevista sua avaliação para aprimoramento da metodologia pelo IBGE, para avaliação da possibilidade de inserção da contagem e pesquisa desse público no Censo Demográfico de 2020.

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O projeto Direito à Memória e à Verdade teve início em 2006 com a abertura da exposição fotográfica "Direito à Memória e à Verdade – A ditadura no Brasil 1964 - 1985" no hall da taquigrafia da Câmara dos Deputados, em Brasília. Desde então, a exposição já percorreu todas as regiões do país. São registros de um passado marcado pela violência e por violações de direitos humanos.

Consideráveis avanços aconteceram no que se refere ao Direito à Memória e à Verdade no Brasil, entre 2011 e 2013. O Governo Federal protagonizou várias medidas nesse sentido. A primeira delas foi a criação da Comissão Nacional da Verdade, por meio da Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, após campanha nacional e de ampla atuação do Poder Executivo junto ao Congresso Nacional. Concomitantemente, foi estimulada a criação de dezenas de comitês de memória e verdade da sociedade civil que, mais tarde, catalisaram o processo de criação das Comissões Municipais e Estaduais da Memória e da Verdade na maioria dos estados da Federação, criando um verdadeiro movimento nacional pela memória, verdade e justiça.

Outro acontecimento de relevo com objetivo de garantir o Direito à Verdade e à Memória foi a exumação dos restos mortais do Ex-Presidente João Goulart, promovida ao final de 2013, pela SDH/PR e pela Comissão Nacional da Verdade, a pedido de familiares de João Goulart. O objetivo central da ação, reconhecida internacionalmente, foi o esclarecimento das reais circunstâncias de sua morte. Paralelamente à exumação, o Governo Federal concedeu as devidas honras de Chefe de Estado a João Goulart. Foram prestadas as homenagens ao ex-presidente, negadas à época de sua morte.

As atividades do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA, criado em 2011, pela Portaria Interministerial nº 01/MD/MJ/SDH/PR, também têm resultado em avanços na revelação da verdade e na construção da memória sobre as violações de direitos humanos perpetradas durante a ditadura civil-militar brasileira. O GTA ampliou a participação nas buscas aos desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia, incorporando ao trabalho um corpo técnico especializado e investindo em tecnologia de identificação.

A SDH/PR, nos últimos anos, coordenou, integrou e incentivou uma série de outras ações relativas à garantia da verdade e da memória. São exemplos, a reedição, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, da obra "Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 192-1985: Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos" e produção do relatório "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", assim como a sua atuação junto ao Município de Petrópolis, que desapropriou a famigerada "Casa da Morte" para futura criação de espaço de memória. Ainda em 2013, foram constituídos o Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense e a Equipe Técnica Multidisciplinar junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP.

Metas 2012-2015

- **Instituir e implementar a Comissão Nacional da Verdade**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada. A Comissão da Verdade foi criada pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011.

- **Localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos para a entrega aos seus familiares**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi constituída a equipe de antropologia e arqueologia forense que está auxiliando as ações da Comissão Especial na busca e localização de mortos e desaparecidos políticos em todo o Brasil. Em 2012, foi aprimorado o Banco de Material Genético em parceria com o Departamento de Polícia Federal. Ainda antes de 2012, foram realizadas expedições na região do Araguaia, estado do Pará e do Tocantins, para localização de mortos e desaparecidos.

Em 2013, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP, ligada à SDH/PR, desenvolveu diversas ações visando à identificação das circunstâncias de morte de pessoas vitimadas pela Ditadura. Entre elas, foi resgatada a verdade dos fatos sobre a morte de Arnaldo Cardoso Rocha, assassinado sob tortura, em 1973, por funcionários do Doi-Codi. Desmentiu-se assim a versão divulgada pelos órgãos de segurança da época, segundo a qual Arnaldo teria falecido em um embate com a polícia, após ter resistido à prisão. Os resultados das investigações da CEMDP, juntamente com outras informações sobre os mortos e desaparecidos políticos estão dispostos no site daEMDP (http://cemdp.sdh.gov.br/), lançado em 2013.

OBJETIVO: 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O dia 28 de janeiro foi oficializado como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo como uma forma de homenagear os auditores fiscais do trabalho Erastóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, assassinados nesta data, em 2004, durante fiscalização na zona rural de Unaí (MG).

A Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo foi marcada, em 2013, por seminários e palestras em todo o país. O objetivo foi chamar a atenção para o problema e mobilizar a sociedade para que o país erradique o trabalho escravo contemporâneo.

Cabe destacar que o estado de Ceará instalou, em Fortaleza, a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae).

As COETRAEs são vinculadas à Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE e às Secretarias de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos dos estados. A criação das COETRAEs é uma das ações previstas na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos. Participarão da comissão estadual representantes do poder público e da sociedade civil.

A meta do Governo Federal é fazer com que todos os estados brasileiros e Distrito Federal tenham suas Coetraes. Em 2012, foi criada a COETRAE no Rio Grande do Sul e, em 2013, nos Estados de ES, GO e CE. Atualmente, elas já foram instaladas nos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e Rio Grande do Sul, além de Espírito Santo, Goiás e Ceará.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar a PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins**

Análise Situacional da Meta

PEC aprovada em votação de segundo turno na Câmara dos Deputados (2012) e aprovada na CCJ do Senado (2013). Aguardando aprovação pelo plenário do Senado. Como dificuldade, há a tentativa por parte de setores do Senado em

vincular a aprovação da PEC em plenário à mudança do conceito de trabalho escravo na legislação brasileira, retrocedendo na garantia de direitos.

- **Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo**

Análise Situacional da Meta

Os dados decorrem da consolidação dos relatórios de ação fiscal, em razão do enfrentamento do trabalho em condição análoga à de escravo. Em 2013, foram realizadas 271 ações fiscais, representando 16 ações fiscais a mais do quantitativo realizado em 2012(255). O período 2012 a 2013 totalizou 526 ações fiscais, o que representa 55,6% da meta total do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

526

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Os serviços estaduais e federal de proteção a pessoas ameaçadas continuam em funcionamento. Os procedimentos para a integração dos três programas, por meio de um Sistema Nacional, conforme estabelece o Programa Nacional de Direitos Humanos-3, estão em construção junto aos governos estaduais, órgãos colegiados dos programas e sociedade civil Merece destaque a publicação do Protocolo de Intenções n° 01/2013, assinado entre a SDH/PR e o Ministério da Saúde, que visa promover o acesso seguro de pessoas incluídas nos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Sistema Único de Saúde (SUS). A medida é resultado de articulação realizada por um grupo de trabalho, criado em 2012, com integrantes da SDH/PR e do Núcleo Técnico do Cartão Nacional de Saúde/DATASUS. Na prática, a medida assegura que as pessoas incluídas nestes programas sejam atendidas com total sigilo no Sistema Único de Saúde.

Cabe mencionar também que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou a proposta de resolução que regulamenta a atuação do Ministério Público nos programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. O texto estabelece procedimentos para dar efetividade à regra legal que prevê a tramitação prioritária de processos ou inquéritos de vítimas ou testemunhas protegidas. A proposta aprovada cuida ainda de diversos aspectos ligados à atuação do Ministério Público nos programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, como a indicação de promotor ou procurador para o conselho deliberativo dos programas de proteção a vítimas e testemunhas, que deverá atuar, preferencialmente, nas áreas de controle externo da atividade policial, de direitos humanos ou criminal. A resolução também prevê que as unidades do Ministério Público promovam periodicamente cursos de preparação e aperfeiçoamento com conteúdos relacionados a aspectos normativos e procedimentos práticos relativos aos programas. E nos cursos de formação de membros recém-empossados na carreira ou em processo de vitaliciamento, será obrigatória a oferta de disciplina sobre o assunto.

Metas 2012-2015

- **Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM, RN, CE e AC)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram elaborados convênios com os estados do Amazonas e Ceará. Em 2013, a formalização de convênios com os demais estados (MT, AC e RN) ainda está em negociação com os respectivos governos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar os serviços de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos ameaçados em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) está presente nos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul. Os demais estados são atendidos pelo Programa Federal de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

O Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) está presente nos estados de Amazonas, Pará, Acre, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Os demais estados são atendidos pelo Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Buscando a ampliação dos programas de proteção realizaram-se diversas reuniões com as Secretarias de Estados que possam executar de forma eficiente os Programas de Proteção, oferecendo estrutura física, recursos humanos e financeiros. Entretanto, o cenário encontrado não se mostra plenamente favorável por não atenderem aos requisitos básicos citados acima. Na possibilidade de ampliação do Programa, a SDH/PR vem consultando também a sociedade civil com o objetivo de construir uma rede de proteção necessária para sua implementação. Em 2013, foram contratadas consultorias para a realização de diagnóstico dos estados, levantando as situações das Secretarias de Estado bem como suas políticas.

- **Integrar os serviços de proteção em 7 estados (CE, PE, PA, BA, ES, RJ e MG)**

Análise Situacional da Meta

A integração dos programas de proteção a pessoas ameaçadas (testemunhas e vítimas, defensores dos direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte) requer a elaboração de normas específicas para regulamentar os procedimentos comuns e as particularidades de cada programa. Assim, a realização desta meta depende da reformulação e aprovação de marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas para que sejam aplicados no âmbito dos estados. Ao longo de 2013, foram realizadas atividades junto aos parceiros locais, tanto dos governos estaduais, como da sociedade civil, para elaboração de marcos regulatórios para criação do sistema em questão.

- **Reformular e aprovar marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas e dos serviços de proteção que os constituem**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do ano de 2013, foram realizadas reuniões de trabalho com gestores das Secretarias estaduais, organizações da sociedade civil executoras dos programas e órgãos colegiados, para elaboração de proposta de novo marco regulatório. Todos apresentaram propostas para construção do marco regulatório, que estão em fase de consolidação pela SDH/PR, para finalização em 2014.

OBJETIVO: 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O destaque na implementação desse objetivo para o período deve ser dado para a aprovação da Lei n.º 12.847/2013, em 02 de agosto de 2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências. O sistema será formado por conselhos de comunidades, conselhos penitenciários estaduais, corregedorias e ouvidorias de polícia. . O sistema é uma nova possibilidade de o Brasil ter um mecanismo real para poder chegar às instituições e fazer

verificações, ter peritos com autonomia para dizer o que acontece com o corpo das pessoas, se e como ele está marcado pela tortura, ou para verificação das próprias condições em que as pessoas vivem.

O Comitê será composto por 23 (vinte e três) membros, escolhidos e designados pelo Presidente da República, sendo 11 (onze) representantes de órgãos do Poder Executivo federal e 12 (doze) de conselhos de classes profissionais e de organizações da sociedade civil.

Já o Mecanismo deverá ser composto por 11 (onze) peritos, escolhidos pelo Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O colegiado poderá visitar, sem aviso prévio, qualquer espaço de privação de liberdade, como presídios, penitenciárias, delegacias, casas de custódia, instituições socioeducativas, hospitais psiquiátricos e asilos, a fim de apurar violações. Quando constatadas violações, os peritos irão elaborar relatórios com recomendações aos diretores dessas instituições, que terão um prazo determinado para adotar as devidas providências.

A instalação do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura é um compromisso adotado com as Nações Unidas pelas principais democracias do mundo. O Congresso Nacional aprovou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura das Nações Unidas de 1984, no dia 21 de dezembro de 2006 por meio do Decreto Legislativo nº 483. O instrumento foi promulgado por meio do Decreto n.º 6.085 de 19 de abril de 2007.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas**

  Análise Situacional da Meta

  A prerrogativa para a atuação da SDH/PR nesta meta decorre do disposto no Decreto n° 8162/2013, que em seu artigo 1°, inciso V do Anexo I, define que compete à SDH/PR "sem prejuízo das atribuições dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Sisnad, atuar em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos". Inicialmente a estratégia de implementação se voltou para os materiais de orientação das oficinas de alinhamento conceitual no âmbito do Programa "Crack é Possível Vencer". Contudo, este meta não foi alcançada e atualmente a ação está proposta para ocorrer mediante a instalação de um Grupo de Trabalho com a participação do MS, MJ, SDH/PR e PFDC/PGR com o intuito de produzir um parecer que venha a ser debatido em uma audiência pública na PFDC/PGR, com o tema anteriormente previsto para o protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas.

- **Aprovar marco legal que institui o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e garantia de seu pleno funcionamento**

  Análise Situacional da Meta

  Em abril, foi apresentado Requerimento de Urgência para o Projeto de Lei nº 4715, de 1994, que "transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos e dá outras providências"

- **Aprovar o marco legal que implementa Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura e garantir o seu pleno funcionamento (Mecanismo de Combate à Tortura)**

  Análise Situacional da Meta

  O PL 2442/2011 foi aprovado pelo Congresso Nacional com sanção presidencial em 2 de agosto de 2013, convertendo-se na Lei n.º 12.847, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências. A Lei 12.847 de 2 de agosto de 2013 foi regulamentada pelo Decreto 8.154 de 16 de dezembro de 2013. O Decreto regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Os membros do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, conforme a referida lei, são escolhidos pelo comitê nacional de prevenção e combate à tortura, cujo chamamento público para a sua composição tem que ser publicado no prazo de 45 dias após a data de publicação do Decreto.

- **Implementar o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

A criação do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental ocorreu mediante a publicação da Portaria Interministerial MS/SEDH N° 3.347/2006, contudo o referido Núcleo encontrava-se desativado e esvaziado em suas funções. A IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial de 2010 apresentou como uma de suas recomendações no Relatório Final- recomendação n° 627 - a reativação do Núcleo. Em parceria com o MS, a SDH/PR convocou o GT Intersetorial que elaborou a proposta para viabilizar a recomposição do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental. O GT foi composto pelo MS, MDS, SDH/PR, MJ, CNJ, CNMP, ANADEP, MNLA, RENILA, CDDPH- SDH/PR, MNDH e CNS. As reuniões do GT ocorreram em outubro e novembro de 2013, com a apresentação do Relatório final dos trabalhos no Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH). Após o debate no FMDH, encontra-se em tramitação, na SDH/PR e no MS, Portaria Interministerial de criação do Comitê Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental - CNDHSM, que atenderá à finalidade consultiva de formulação jurídica institucional, avaliação e monitoramento, fortalecimento do diálogo interinstitucional e construção de uma agenda técnica propositiva nas políticas públicas de direitos humanos e saúde mental. Para tanto, a Portaria do CNDHSM prevê a participação da sociedade civil organizada e dos órgãos do poder público de maneira paritária.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2010	5.611	31/12/2013	7.432
Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos	unidade	31/12/2010	1.490	31/12/2013	443
Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	unidade	31/12/2009	2.060.503	30/09/2012	1.428.962
Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes)	1/1.000	31/12/2010	2,67	31/12/2012	2,98
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	31/12/2010	17.703	31/12/2012	20.532
Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI	%	31/12/2010	57,45	31/12/2013	0
Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/ fechado	unidade	31/12/2010	0,5	31/12/2013	4,36
Taxa de frequência à creche ou pré-escola de crianças de 0 a 5 anos, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	24	30/09/2012	30,81
Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	26,6	30/09/2012	33,22
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	88,4	30/09/2012	91,52
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2011	15,3

Observações:

Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes) - O dado informado é o IHA 2010: 2,98. Não houve nova apuração do IHA até o momento da apuração deste indicador. O índice de referência é o IHA 2008: 2,67. Em 2009 apurou-se IHA de 2,61.

Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI - O SISPETI, fonte de informação do indicador, será substituído pelo Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC, que está em fase de testes para implantação em 2014.

Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/ fechado - Número de adolescentes no meio fechado (Levantamento Anual do SINASE, 2012): 20.532 / Número de adolescentes no meio aberto (CENSO SUAS, 2012): 89.718

Taxa de mortalidade infantil - última apuração disponível com dados de 2011.

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Em relação ao atendimento socioeducativo, ressalta-se que em 31/12/2011 existiam 31 unidades de internação consideradas impróprias. A desativação de unidades impróprias consta como Meta 5.2 do Eixo 2 do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, com previsão de realização até 2015.

Foram firmados convênios para a construção no período de 2011 a 2013. Os que envolvem desativações estão no DF, que atenderá as adolescentes do sexo feminino (2011), e 2 unidades em GO que desativarão uma unidade (2013).

Foram feitas duas suplementações em 2013 para dois convênios de 2009 e 2010 que foram celebrados com o Estado do Ceará com o objetivo de adequação de duas unidades às novas exigências do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. No momento a execução destas obras encontram-se em fase de licitação.

A Secretaria de Direitos Humanos - SDH está elaborando os projetos arquitetônicos com o respectivo caderno de parâmetros e os projetos complementares padrão para as unidades socioeducativas, com previsão de finalização no primeiro semestre de 2014.

Para 2014 já existem 06 propostas de construção de Núcleos de Atendimento Inicial - NAI, de 11 unidades de internação – UI e 3 unidades de semiliberdade - SL, com regularização de terreno apresentada e projetos em fase de ajustes, assim como os demais documentos necessários para conveniamento, inclusive o desenvolvimento da proposta pedagógica de atendimento, conforme a legislação vigente. Os Estados já habilitados, em relação aos documentos entregues para formalização do convênio, são: Bahia- 1 NAI e 2 UI , Goiás- 1 NAI e 1 UI, Santa Catarina- 1 NAI, Paraná- 2 UI, Tocantins- 1 NAI e 1 SL, Rio Grande do Sul- 2 UI, Sergipe- 1 UI, Minas Gerais 2 UI, Amapá- 1 SL e 1 NAI, Pernambuco- 1 UI e Acre- 1 SL e 1 NAI.

Há uma grande dificuldade de se viabilizar estas propostas devido à precariedade das equipes técnicas dos Estados que ainda não se adequaram a todas as exigências da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 199/2006 e da Lei Federal nº 12.594/2012, assim como toda a normativa exigida pela União e também as exigências da legislação ambiental. Isso tem contribuído fortemente para a demora na formalização destas propostas de financiamento por parte da União para a substituição destas unidades, mesmo existindo recursos financeiros disponíveis.

A Secretaria de Direitos Humanos elaborou minuta de Termo de Referência para contratação de consultores objetivando subsidiar os Estados na elaboração e execução dos projetos desenvolvidos. Desta forma, busca-se superar as dificuldades na execução dos recursos orçamentários. No mesmo sentido, realizou-se concurso público por meio de processo seletivo simplificado com a finalidade de suprir a Coordenação Geral do SINASE de engenheiros e arquitetos para atuarem nas prestações de contas de convênios já executados e também para avaliação das novas propostas de construções enviadas pelos Estados. Estão contratados no momento 2 engenheiros e 2 arquitetos.

No intuito de acelerar as construções foi promulgada a Medida Provisória nº 630/2013, que permite a contratação, por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), de obras e serviços de engenharia para a construção, ampliação e reforma de unidades de atendimento socioeducativo. O RDC tem diminuído consideravelmente o tempo médio para licitação de obras em outros setores do governo federal, reduzindo o prazo de homologação em cerca de 50%.

A SDH entende ser fundamental a qualificação permanente das/os profissionais que atuam na socioeducação em todo o

país. Nesse sentido, ao longo do ano de 2013, foi debatido com diversas instituições a Escola Nacional de Socioeducação - ENS. Entre os objetivos da ENS, a prioridade é a qualificação do atendimento de forma permanente e articulada em todo o território nacional, com alinhamento conceitual e metodológico dos conteúdos programáticos dos cursos em âmbito de extensão, especialização e pós-graduação. Durante todo o ano de 2013, a SDH desenvolveu articulação com todas as executoras dos Sistemas Socioeducativos estaduais com a finalidade de aprovar a proposta político-pedagógica da Escola Nacional de Socioeducação. Este objetivo foi alcançado em dezembro de 2013, quando os documentos orientadores foram aprovados por todos os Estados e pela SDH, os quais apontam para estruturar, organizar e implementar uma política nacional de formação em socioeducação em todo o território nacional que, entre outros benefícios, também direcionará a política de cofinanciamento da formação desenvolvida pela SDH. Nessa perspectiva, o termo de cooperação entre a SDH e a Universidade de Brasília - UNB consolidou-se e serviu de base para a formação da ENS na modalidade à distância por meio de portal específico que servirá para administrar toda a formação assim como para que os Estados e Distrito Federal também possam acessar conteúdos e metodologia. Essa proposta foi apresentada e aprovada pela plenária do CONANDA em fevereiro de 2014.

Aduzimos que a promoção da equidade de gênero, com ênfase nos direitos das adolescentes que estão em atendimento socioeducativo, é parte das Diretrizes do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, sendo o item "(L) Garantia das visitas familiares e visita íntima. Direito à sexualidade e saúde reprodutiva, com ênfase na convivência com os/as filhos/as, no respeito à identidade de gênero e orientação sexual e participação da família na condução da política socioeducativa". Também é meta do referido Plano "Assegurar o exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, através de deliberações sobre adolescentes com filhos/as nas unidades e visita dos filhos/as às mães e pais adolescentes; bem como o acesso a visita íntima", item 1.2 do Objetivo 1: Implantação de instrumentos e mecanismos de participação que fortaleçam o controle social, parte do Eixo 3: Participação e autonomia das/os adolescentes.

No que se refere ao Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a SDH, em conjunto com vários Ministérios, Secretarias, Sociedade Civil Organizada e Organismos Internacionais, construíram a Agenda de Convergência para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes: articulação de políticas públicas que aponta a necessidade de direcionar os recursos e as ações para aqueles municípios e territórios que estão e/ou serão fortemente impactados com a realização de megaeventos, grandes empreendimentos ou estão na rota do tráfico para fins de exploração sexual de crianças e adolescentes. No contexto de realização de megaeventos e de grandes empreendimentos crianças e adolescentes ficam mais vulneráveis, especialmente, à exploração sexual comercial.

Além disso, para enfrentar esta situação o Governo Federal tem, por meio do PAIR (Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro), apoiado técnica e financeiramente os municípios dentro destes contextos para desenvolvimento de: articulação das redes locais; construção de diagnósticos participativos; definição de planos locais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; articulação com o setor corporativo; e a realização de campanhas educativas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O programa constitui uma importante interface com as Políticas para Mulheres, considerando o fato de que, entre os conteúdos abordados nas capacitações, está o tema da exploração sexual e do tráfico de pessoas. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNMP é considerado um dos instrumentos referenciais para o desenvolvimento das ações do PAIR.

Metas 2012-2015

- **Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo**
  Análise Situacional da Meta

A construção de condições para desativação de unidades impróprias e/ou adequação das unidades socioeducativas depende tanto da infraestrutura quanto dos projetos pedagógicos. Para tanto, atua-se na elaboração de padrões nacionais tanto no que se refere aos aspectos físicos quanto o que se refere aos aspectos pedagógicos, de gestão e de segurança das unidades, objetivando construir um sistema único em nível nacional, baseado no paradigma de direitos dos/as adolescentes.

Foi iniciado em 2012 o processo de discussão e detalhamento do programa mínimo de necessidades, seguindo a Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, para a elaboração do projeto padrão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE a ser apresentado aos Estados para a desativação das unidades inadequadas, conforme os levantamentos realizados pela Secretaria de Direitos Humanos - SDH e Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e para o reordenamento do sistema socioeducativo em conformidade com a Lei Federal 12.594/2012.

Em 2013 os Estados foram se qualificando para a formalização de convênios de construção de unidades de unidades de semiliberdade, internação provisória e internação. Entretanto, aqueles que conseguiram formalizar convênios para substituição de unidades inadequadas de privação de liberdade foram Ceará e Goiás , com duas propostas cada um para desativar unidades impróprias, com a apresentação da proposta pedagógica de atendimento e demais documentos, que incluem os projetos arquitetônicos e complementares.

A previsão de início das obras é para o primeiro semestre de 2014. Ainda para 2014 já existem propostas de construção de 11 unidades de internação e 2 semiliberdades, com regularização de terreno apresentada e os projetos estão em fase de ajustes, assim como os demais documentos necessários para conveniamento, inclusive o desenvolvimento da proposta pedagógica de atendimento, conforme a legislação vigente. Os Estados já habilitados, em relação aos documentos entregues para formalização do convênio, são 10: Bahia, Goiás, Paraná, Tocantins, Rio Grande do Sul, Sergipe, Minas Gerais, Amapá, Pernambuco e Paraná.

Os parâmetros nacionais estão nas seguintes fases:

• O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo foi aprovado pelo CONANDA, em resolução publicada no Diário Oficial em 19/11/2013;
• Os Parâmetros Socioeducativos estão em fase de elaboração do sumário executivo e composição do grupo de trabalho interministerial, com previsão de entrega no segundo semestre de 2014;
• Os parâmetros arquitetônicos em fase de avaliação do produto final, com previsão de entrega no primeiro trimestre de 2014;
• Os parâmetros de segurança em fase de avaliação do produto final, com previsão de publicação no primeiro trimestre de 2014;
• Os parâmetros de gestão em fase de formação de grupo de trabalho interministerial para elaboração, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2014.

Esclarecemos que por decisão do Grupo de Trabalho Interministerial do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, os parâmetros pedagógicos passaram a ser denominados “parâmetros socioeducativos”.

Quantidade alcançada
4
Data de Referência
31/12/2013

- **Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2013, do total de 85 (oitenta e cinco) municípios acima de 300 mil habitantes, o PAIR teve seu processo de implantação desenvolvido em 73 municípios, perfazendo 85% do cumprimento da meta. Atualmente o PAIR encontra-se em 506 municípios em todo o país, sendo 25 municípios abrangidos pelos critérios da Agenda de Convergência (megaeventos, grandes empreendimentos e rota da exploração sexual).

Importante considerar que a implantação observou os 26 estados mais o Distrito Federal, correspondendo a 100% de abrangência nacional. A ampliação da inserção da metodologia PAIR na política pública que atua direta ou indiretamente direcionada ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência ou abuso sexual se dá de forma intersetorial, o que efetiva avanços no cumprimento do marco legal orientador Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA Lei Federal nº 8.069/90.

No momento as ações estão pautadas para incidir na garantia de rede de atendimento efetiva, estrutura que deve observar demandas relacionadas a contextos de Mega Eventos - COPA 2014 e Grandes Empreendimentos, processos trabalhados e potencialmente enfrentados por meio da a) Agenda de Convergência, b) Matriz da Carta de Estratégia, eixo 2, c) condução da Comissão Intersetorial e d) coordenação do Grupo de Trabalho Proteção das Crianças e dos Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos - SDH.

Destacamos que foi discutido e aprovado na Plenária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA de maio de 2013 a atualização do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, sendo sua resolução publicada em 28 de janeiro de 2014. Foi elaborado plano de disseminação do referido Plano Nacional no sentido de aprofundar e fortalecer o compromisso dos estados com este campo, bem como incidir na elaboração e/ou atualização dos Planos Estaduais e Municipais do campo de ação em foco, ação que será desenvolvida em 2014.

Terão continuidade as ações relacionadas a monitorar política específica nas regiões de Fronteira, contextos de Mega Eventos e Grandes Empreendimentos. Visando o cumprimento da Meta relacionada ao contexto dos Mega Eventos, que previa fortalecimento das redes nas cidades sede da COPA 2014, as ações serão desenvolvidas com prioridade nas cidades sede São Paulo, Distrito Federal, Bahia e Rio Grande do Norte.

É importante ressaltar a existência da Matriz Intersetorial, que apresenta um mapa das denúncias sobre exploração sexual de crianças e adolescentes recebidas pelo Disque Denúncia Nacional – o Disque 100. O estudo é uma atualização da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, originalmente produzida em 2004, em parceria com o Instituto Violes, da Universidade Federal de Brasília. Além do mapa de denúncias, o estudo traz ainda um levantamento das ações de enfrentamento conduzidas pelo Governo Federal. A Matriz 2011 aponta a existência de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes em 2.798 municípios brasileiros, sendo que a Região Nordeste apresenta o maior número de municípios (34%), seguida pela região Sudeste (30%), Região Sul (18%), CentroOeste (10%) e Norte (8%). No ranking das denúncias, a região Nordeste lidera, com 38% das denúncias, seguida por Sudeste (28%), Sul (14%), Centro Oeste (10), Norte (9%).

Quantidade alcançada

73

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais**

Análise Situacional da Meta

Os Núcleos de Atendimento Integrados (NAI) são espaços de integração operacional entre a rede de atendimento aos adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional. A implantação desse centro integrado dá cumprimento ao Inciso V do Artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente. São diretrizes da política de atendimento: Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um único local, para efeito de agilização do atendimento inicial.

O projeto padrão dos Núcleos de Atendimento Integrado (NAI) foi concluído em setembro/2013 e está disponível para os Estados. Desde 2007 todas as obras financiadas pelo Governo Federal tiveram seus projetos elaborados conforme os padrões arquitetônicos definidos na Resolução do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 119/2006 e em 2013 as 04 obras financiadas ocorreram com base na Lei Federal 12.594/2012.

Atualmente estão em fase de adequação para conveniamento em 2014 os projetos dos Estados: Bahia, Goiás, Santa Catarina, Tocantins e Acre. Estas propostas foram desenvolvidas ao longo de 2013, com a busca de terrenos adequados, pactuação com todos os agentes que atuam nos NAI (Sistema de Justiça, Segurança, Assistência Social e demais políticas intersetoriais, Fóruns e Redes Estaduais de Socioeducação).

O Governo Federal está atuando desde março de 2013 na divulgação e articulação com todos os agentes que atuam da socioeducação dos Estados para pactuação da implantação dos serviços integrados no modelo. A previsão para formalização dos convênios é no decorrer do primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei**

Análise Situacional da Meta

O Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, com dados de 2012, está em fase final de elaboração e permitirá traçar comparação entre os dados dos anos anteriores e verificar a variação da taxa da internação de adolescentes em conflito com a lei. A primazia das medidas socioeducativas em meio aberto é centralidade nas diretrizes e metas do plano nacional de atendimento socioeducativo. O "Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei" aponta que, em 2010, o sistema era composto por 17.703 adolescentes.

Em 2011 verificou-se um aumento de 1.892 adolescentes em relação ao ano de 2010, o que representa crescimento de 10,69% no contexto de restrição e privação de liberdade. Os dados de 2012 demonstram aumento de 935 adolescentes, totalizando 20.530. O percentual de aumento é de 5%, configurando uma queda entre 2011 e 2012 nas taxas de restrição e privação de liberdade. Esse percentual recupera a trajetória de desaceleração que se verificou entre 2006 a 2009 (2006 - 7,18%, 2007 - 2,01%, 2008 - 0,43%, 2009 - 4,5%, 2010 – 10,69%, 2011 – 5%).

O Governo Federal está em interlocução permanente com o sistema de justiça, instância fundamental para a aplicação da medida socioeducativa em meio aberto. Neste contexto, foi articulada a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente que visa a articular esforços, em âmbito nacional, para a adoção de medidas concretas voltadas a dar efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com absoluta prioridade. É composta pelos órgãos: Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Defensores (CONDEGE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça

(MJ), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Saúde (MS).

Ações de sensibilização do Poder Judiciário constam da matriz de ações acordada no âmbito da Carta de Constituição de Estratégias. Entre outras ações que são de responsabilidade de todos os membros da Carta de Estratégias, destacamos as que são de responsabilidade de órgãos do sistema de justiça: Estratégia 4.1: Estimular a formação inicial e continuada dos agentes do Sistema de Justiça visando o avanço na garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, rompendo com a cultura de institucionalização; Estratégia 4.2: Fortalecer a estrutura responsável pela garantia da defesa técnica do adolescente autor de ato infracional; Estratégia 6.2: Identificar os inquéritos de ações penais por tortura e maus-tratos nas unidades socioeducativas e dar celeridade na conclusão; Estratégia 7.1: Realizar esforço concentrado e articulado do sistema de justiça para a reavaliação in loco, pela autoridade judiciária, dos casos de internação provisória e das medidas socioeducativas aplicadas; Estratégia 7.3: Mobilizar esforços para que todas as unidades de internação e semiliberdade tenham regimento interno, instituído com observância das normas do SINASE, e das garantias fundamentais dos adolescentes, que dele deverão ter pleno conhecimento; Estratégia 7.4: Assegurar que todos os adolescentes que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas tenham um Plano Individualizado de Atendimento – PIA; Estratégia 7.6: Constituir ações de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de MSE ou egressos, que favoreçam a sua vinculação com as políticas setoriais na rede.

A aprovação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, associada às metas da Carta de Constituição de Estratégias, são instrumentos de ação articuladores que poderão interferir diretamente na redução dos índices de internação. Desta forma, somente através da articulação das políticas setoriais (Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo) e dos poderes constituintes do Sistema de Garantia de Direitos (por meio da Carta de Estratégias) é que efetivamente poderemos desenvolver concretamente ações neste sentido, pois a aplicação de medidas socioeducativas necessita desse conjunto de atores articulados para a sua correta aplicação.

Quantidade alcançada
5
Data de Referência
30/11/2012

OBJETIVO: 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo
O Governo Federal priorizou, entre suas ações, um programa multidimensional de fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Este programa traz o aprimoramento da estruturação física, da equipagem e da implementação de programas de formação inicial e continuada dos Conselheiros Tutelares.

É prioridade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica – SDH a criação de Conselhos Tutelares em 100% dos municípios do país – tarefa que está praticamente concluída, pois dos 5.565 municípios existentes, apenas 16 ainda não possuem conselho tutelar, mas também é preciso garantir condições adequadas de funcionamento e infraestrutura para que o trabalho destes órgãos colegiados seja de qualidade e efetividade.

Neste sentido, a SDH vem trabalhando para repassar aos Conselhos Tutelares um conjunto de equipagem contendo: 1 (um) carro, 5 (cinco) computadores, 1 (uma) impressora multifuncional, 1 (um) refrigerador, 1 (um) bebedouro, totalizando um investimento de R$54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais) por Conselho.

A doação dos equipamentos para os Conselhos Tutelares tem amparo na Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em seu art. 27, a resolução estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os sistemas Municipais, Estaduais e Distrital, tanto de defesa de direitos, quanto de atendimento socioeducativo.

Com o objetivo de realizar a equipagem dos Conselhos de modo eficiente e com celeridade, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica – SDH centralizou os processos licitatórios de aquisição dos itens a serem doados, no intuito de obter ganhos de escala, economicidade na logística de distribuição e padronização nacional dos equipamentos adquiridos.

O uso de tecnologias sociais tem sido essencial para que a SDH consiga executar o programa de tamanha capilaridade em tão pouco tempo. Para tanto, desenvolveu-se sistema online que permite gerenciar todo o processo de doação e distribuição dos bens adquiridos. Cada Prefeitura selecionada para receber conjuntos de equipagem acessa o sistema para preencher um cadastro e fazer o upload dos documentos comprobatórios de identificação do Prefeito (necessários para efeito da assinatura de Termo de Doação com encargos) e de seu representante legal (para efeito de recebimento dos bens e retirada dos veículos das concessionárias). A contrapartida do município é o cadastro dos dados sobre o Conselho Tutelar e seus respectivos conselheiros (titulares e suplentes da atual gestão) no SIPIA2. De acordo com o Termo de Doação, o município deverá instalar o sistema SIPIA WEB no(s) Conselho(s) Tutelar(es) para registrar e gerenciar localmente as informações dos atendimentos realizados pelos conselheiros tutelares. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica – SDH analisa o cadastro e confere a documentação, podendo aprová-la ou devolvê-la para ajustes. Uma vez obtido número razoável de cadastros aprovados, é emitida uma Ordem de Serviço, onde estão indicados os Municípios contemplados, endereços de entrega, quantitativos e responsáveis pelo recebimento dos bens. O fornecedor comunica a chegada do bem a seu destino e a Prefeitura é acionada para realizar vistoria do bem, devendo fazer upload do documento de vistoria e das fotos que comprovam a entrega do bem pelo fornecedor. A SDH avalia a documentação, pelo sistema onde é gerado o Termo de Doação, que é assinado e enviado fisicamente à SDH, que autoriza a retirada do bem pela Prefeitura. O fornecedor faz upload da nota fiscal e do Termo de Entrega assinado pelo representante da Prefeitura e a SDH conclui o processo emitindo ordem bancária de pagamento dos equipamentos adquiridos. Os procedimentos licitatórios conduzidos até o momento deram origem a atas de registro de preço com volume suficiente para equipar 1.000 Conselhos.

Em relação à implementação de programas de formação dos Conselheiros Tutelares, a SDH adotou as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (2003), no Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 (2003), e no Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (2011), e definiu, junto ao CONANDA, um conjunto de metas para promover esta formação. A Resolução do CONANDA n° 112, de 27 de março de 2006 - dispõe sobre os parâmetros de formação continuada dos operadores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Até o momento, a SDH mantém 16 Escolas de Conselhos destinadas a esta formação. Entendendo a relevância dos Conselhos, enquanto órgãos responsáveis pela tarefa imediata de atendimento, a SDH oferece suporte para o trabalho dos conselheiros.

Como parte dessa política, a SDH idealizou o "Conselho Tutelar Referencial - Meu Lugar na Cidade", um projeto de sede para o Conselho Tutelar, que visa a garantir um espaço seguro, confortável, sustentável e adequado ao atendimento de crianças, adolescentes e seus familiares. Para a execução do projeto, é necessário que a Prefeitura disponibilize um terreno, com área mínima de 320,00 m², e assegure a contrapartida financeira constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A meta é alcançar as 27 capitais brasileiras.

Em outubro de 2012, foi realizado cadastro de todos os Conselhos Tutelares do Brasil, o qual foi disponibilizado na internet em agosto de 2013.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares**

Análise Situacional da Meta

Desde o segundo semestre de 2012 o Governo Federal vem discutindo, por meio de Grupo de Trabalho constituído para essa finalidade, minuta de projeto de lei que regulará as atribuições e o funcionamento dos Conselhos Tutelares.

Paralelamente a isso foi apresentada e sancionada a Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares, além de estabelecer parâmetros para o processo unificado de escolha dos mesmos nas cidades, representando um avanço histórico no fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Pela nova lei, os conselheiros devem receber remuneração (definida pelo município, sendo o piso o salário-mínimo), cobertura previdenciária, ter acesso a férias (com acréscimo de um terço no salário), licenças maternidade e paternidade e gratificação natalina. Além disso, a lei unificou a data para processo de escolha dos Conselheiros Tutelares.

Em razão da Lei aprovada foi dada prioridade à discussão de minuta de Projeto de Lei que disciplina o processo de escolha unificada de Conselheiros Tutelares, previsto para 2015.

Para tanto, em 2014 serão realizadas dez oficinas com os representantes de todo país, onde serão debatidos os temas "Marco legal regulatório das atribuições, Funcionamento dos Conselhos Tutelares" e Processo de Escolha Unificada. Os resultados destas oficinas irão contribuir para a elaboração da proposta final do Marco Regulatório e do Processo de Escolha Unificada.

- **Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2013, dos 2.963 municípios cadastrados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle-SIG/SDH (http://sig.sdh.gov.br), 1.000 municípios foram contemplados com conjuntos de equipagem, sendo 376 municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Destaca-se que essa ação teve incidência em todos os Estados brasileiros. É importante ressaltar que essa equipagem obteve expressivo incremento orçamentário em virtude da adesão dos parlamentares por meio de emendas parlamentares ao orçamento, o que permitirá o atendimento a todos os municípios brasileiros até o final deste PPA. Para o ano de 2014, está prevista a equipagem de mais 1.000 Conselhos Tutelares, visando a conferir o máximo de equilíbrio regional na distribuição. Este cenário traz a expectativa de equipagem de 100% dos Conselhos Tutelares em funcionamento nos 5.549 municípios no Brasil até 2015.

Devido ao grande número de conselhos equipados com emendas parlamentares, a distribuição espacial e o foco no atendimento às regiões NO, NE e CO ficaram temporariamente prejudicados, porém a ação se tornou muito maior, atendendo a todos os estados brasileiros.

Quantidade alcançada

376

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Em Agosto de 2013 foi disponibilizada no site da Secretaria de Direitos Humanos - SDH toda a documentação necessária para a formalização dos convênios com os municípios para a Construção dos Conselhos Tutelares Referenciais.

Pretende-se alcançar inicialmente as 27 capitais brasileiras, considerando a realização dos grandes eventos em nosso país. O processo de formalização foi iniciado em novembro de 2013 e terá continuidade ao longo de 2014, respeitando a legislação eleitoral vigente, que impede à União realizar transferências voluntárias de recursos aos Estados e Municípios nos 3 meses que antecedem o pleito. Até o momento dois municípios já encaminharam toda a documentação e os processos se encontram em análise para formalização do convênio (Fortaleza/CE, Cuiabá/MT). A perspectiva é que ao término do segundo semestre de 2014 sejam formalizados convênios para construção em todos os estados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Direitos Humanos - SDH priorizou programa multidimensional de fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Entre elas a Escola Nacional de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares – Escola de Conselhos, que é de abrangência nacional. Entre as ações relacionadas às Escolas de Conselhos, destacam-se as seguintes:

a. A publicação da Portaria que institui o Grupo Gestor Nacional da Escola Nacional de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares: a Portaria nº 912 (SDH), publicada em 26 de julho de 2013, instituindo o Grupo Gestor Nacional no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, que tem a finalidade de implementar a política nacional de formação continuada de conselheiros dos direitos e conselheiros tutelares, além do objetivo de fortalecer e valorizar a atuação dos mesmos;

b. A criação e aprovação pelo CONANDA em 2013 da Matriz Curricular de Conteúdos, que é o documento que apresenta os temas que são tratados na formação . A previsão é que em 2014 seja iniciada a adesão à nova matriz.

c. A construção de proposta metodológica que tem como objetivo definir como a Matriz Curricular de Conteúdo será aplicada, envolvendo aspectos práticos como modalidade do curso híbrido (presencial com carga horária para atividades a distância); Carga horária: 200 horas (160 horas de ensino presencial e 40 de EAD); Divisão de turmas: desejável de 40 alunos por turma; Técnicas de ensino; Monitoramento e Avaliação; Metodologia de ensino-aprendizagem de Educação a Distância;

d. A elaboração de Cadernos Pedagógicos: caderno de estudos, em fase de construção, com previsão de entrega em junho de 2014;

e. Em 2013, as Escolas nos Estados de AM, AC, BA, ES, DF, GO, MG, PB, RO, RS e SC foram mantidas por meio de Termos Aditivos a convênios, e novas Escolas, nos estados de AL, PA, PE, SE e TO, foram implantadas. No total existem 16 Escolas de Conselhos Implantadas: AC, AL, AM, BA, ES, DF, GO, MG, PA, PE, PB, RO, RS, SE, SC e TO;

f. Realização do 6º Congresso Nacional de Conselhos Tutelares, realizado no período de 14 a 17 de outubro de 2013, na cidade de Luziânia-GO.

Somente é estimulada e apoiada, técnica financeiramente, a criação e/ou manutenção de uma Escola de Conselhos por meio de transferências voluntárias de recursos da Secretaria de Direitos Humanos e/ou CONANDA, como forma de articular e assegurar a mobilização local e a sustentabilidade dos processos formativos desenvolvidas no âmbito da respectiva unidade da Federação.

Nesse contexto, cabe destacar que nem sempre é mantido o mesmo número de Escolas em cada ano, pois embora os convênios apresentem vigência de prazo de 18 meses, o início e término dependem da forma como foi desenvolvido o processo, ou seja, por meio de Busca Ativa (Poder Público Estadual e Universidades) ou por meio de Edital (Instituições privadas, inclusive instituições de ensino superior, sem fins lucrativos), com prazos definidos no certame.

Atualmente as Escolas estão sendo implantadas de forma mista, ou seja, em alguns estados o poder público e as universidades tem sido grandes parceiros neste processo, como é o caso dos estados do AL, AM, BA, DF, ES, MG, PA, PB, RO, SC e TO. E nos estados do AC, GO, PE, RS, SE as instituições privadas sem fins lucrativos têm assumido esse papel em parceria com o Governo Federal.

Desde 2009 encontros nacionais vêm sendo realizados com as escolas objetivando partilhar experiências, situações e aprendizagens no contexto do fazer politico das Escolas de Conselhos. Durante esses encontros são apontados os principais desafios a serem enfrentados, principalmente no que se relacionam com a própria natureza da ação formadora, significando estruturar as Escolas de Conselho enquanto Política Pública de Estado, mas também se associam a uma série de outras questões, tais como: Financiamento, Gestão, Infraestrutura, Mobilização e Articulação, Concepção Político Metodológica, e Comunicação.

Entendendo a importância das Agendas Transversais de Políticas, que no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM apresenta entre suas diversas ações a “Promoção de medidas educacionais no âmbito escolar e universitário para o enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação e preconceito contra as mulheres considerando as diversas dimensões” e “Formação continuada de profissionais da educação da rede pública e da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, orientada aos direitos humanos”, cria-se uma perspectiva de aproximação da Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para Mulheres. O intuito é proporcionar uma articulação que possibilite a discussão do tema frente à matriz pedagógica das Escolas de Conselho.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2013

- **Parametrizar e aprovar no CONANDA fluxos de atendimento e monitoramento para os conselhos tutelares**

  Análise Situacional da Meta

  Ao final de 2013 avaliou-se a necessidade de discutir com mais atores do Sistema de Garantia de Direitos o fluxo para apresentar ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. Dessa forma, essa discussão se dará em conjunto com a discussão do processo de escolha unificado que será realizada no 1º semestre de 2014.

- **Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios**

  Análise Situacional da Meta

  O Governo Federal realizou em 2012 o Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares.

Além de sistematizar informações que auxiliassem na elaboração de políticas públicas que fortalecessem o Sistema de

Garantia de Direitos, o cadastro teve como objetivos:

1) Mapear e quantificar os Conselhos Tutelares do país, consolidando a primeira base de dados universal e detalhada sobre eles;

2) Cadastrar todos os Conselhos Tutelares, registrando informações de contato (endereço, telefone, e-mail, horário de funcionamento, etc.) que permitam uma integração horizontal que os consolide como rede e uma articulação vertical que os aproximem de outras instâncias do SGD, integrando-os aos outros atores municipais, estaduais, distritais e federais;

3) Avaliar a infraestrutura e a consolidação institucional dos conselhos de forma a melhor entender suas necessidades, permitindo a elaboração de políticas públicas com elas alinhadas e a elas aderentes; e

4) Identificar os municípios que não têm Conselho Tutelar, registrando os contatos de seus prefeitos e prefeitas, de modo a permitir uma ação direta que visa a universalização da rede. O cadastro teve a sua versão final disponibilizada em 29 de agosto e encontra-se no site da SDH:http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/cadastro-nacional-dos-conselhos-tutelares-2.
Segundo o Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares, dos 5.565 municípios existentes no Brasil, 5.549 possuem Conselho Tutelar constituído, ou seja, apenas 16 municípios ainda não possuem. Atualmente são 5.932 Conselhos Tutelares em funcionamento.

5) Realizar reunião com o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP para ação articulada em conjunto ao Ministério Público dos Estados, para que esses atuem junto a municípios que ainda não criaram Conselho tutelar.

Quantidade alcançada

5.549

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, o Governo Federal apoiou ações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. Todas as discussões dos marcos legais e planos nacionais são submetidas à avaliação e contribuições do colegiado. Também nessa linha, investe-se significativamente no fortalecimento do SIPIA (Sistema de Informações para a Infância e Adolescência), importante instrumento de indução de políticas públicas de criança e adolescente. A articulação com estados e municípios é fundamental tanto para a implantação do SIPIA, tendo em vista serem essas unidades federativas as principais responsáveis pela alimentação do Sistema, quanto para a implantação de conselhos de direitos.

A Lei Nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de caráter deliberativo, que tem como missão a elaboração de normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, a avaliação da política estadual e municipal e a atuação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente; o apoio à promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos mesmos e a gestão do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA, incluindo o estabelecimento dos

critérios para sua utilização.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) no período de 2012-2013 aprovou importantes resoluções no sentido de garantir, promover e proteger os direitos da população infanto-juvenil brasileira. Destaca-se as que se referem: a) às diretrizes de transição para o primeiro processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar que ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a partir da vigência da Lei nº 12.696/2012 (Resolução N.º 152, de 09 de agosto de 2012); b) à recomendação de medidas de proteção das crianças e adolescentes no período preparatório e durante a Copa das Confederações FIFA 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014, Olimpíadas 2016 e aos eventos relacionados que serão realizados no Brasil (Resolução N.º 156, de 14 de março de 2013); c) à aprovação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução N.º 160, de 18 de novembro de 2013); d) aos parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (Resolução n.º 161, de 04 de dezembro de 2013); e) em janeiro de 2014 prevê-se a aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças de Adolescentes.

Entre as ações recentes do CONANDA estão também a articulação permanente com o Congresso Nacional visando ao enfrentamento das iniciativas de redução da idade penal, a agenda de acompanhamento dos sistemas socioeducativos nos estados, os Encontros de Articulação com os Conselhos Estaduais e a realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual contou com expressiva participação de crianças e adolescentes.

O cadastro dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente é outra ação que merece destaque. Por força de alteração legal (Lei 12.594/2012) incidente no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990) e inserida na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.131, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH passou a ter a obrigação de informar anualmente à Receita Federal "a relação atualizada dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente Nacional, estaduais, Distrital e municipais, com a indicação dos respectivos números de inscrição no CNPJ e das contas bancárias específicas mantidas em instituições financeiras públicas, destinadas exclusivamente a gerir os recursos dos Fundos".

No intuito de atender a essa determinação legal e respeitando a autonomia federativa de estados e municípios, a SDH disponibilizou em seu sítio eletrônico um formulário para que os governos e conselhos de direitos estaduais, distrital e municipais fizessem o cadastro de seus respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, informando, entre outros dados, aqueles necessários ao envio para a Receita Federal do Brasil, para fins de abatimento no imposto de renda da pessoa física e jurídica. No período de 2013-2014, serão encaminhadas à Receita Federal três listagens, a primeira foi enviada em março de 2013; a segunda em outubro de 2013; a terceira será enviada em janeiro de 2014.

No tocante ao FNCA, o CONANDA anualmente dispõe sobre o plano de aplicação do fundo e realiza Chamamento Público para os procedimentos de transferência voluntária de recursos.

Cabe ressaltar que o FNCA tem como receita: a) doações, integralmente deduzidas do imposto de renda, por pessoas física e jurídica; b) recursos destinados ao Fundo Nacional, consignados no orçamento da União; c) contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais; d) resultado de aplicações do governo e organismos estrangeiros e internacionais; e) resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; f) outros recursos que lhe forem destinados.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados (PPCAAM)**

Análise Situacional da Meta

Atualmente a aprovação do marco legal do PPCAAM atrela-se à aprovação do marco legal do SNPPA - Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas. Após reuniões de apresentação do anteprojeto de lei aos parceiros do governo e sociedade civil, que apresentaram diversas contribuições, a Secretaria de Direitos Humanos - SDH está compilando todas as propostas de alteração. Foram circuladas no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA a apresentação e a descrição do SNPPA, que explicam sua estrutura. O anteprojeto de lei foi apresentado em reuniões de grupos de trabalho que envolveu a participação de representantes da sociedade civil (entidades executoras dos programas de proteção); dos conselhos deliberativos dos programas e das secretarias gestoras governamentais (convenentes dos programas de proteção). Participaram dos grupos de trabalho os representantes das equipes estaduais do PPCAAM: DF, PE, MG, PR e SP. As demais equipes do PPCAAM foram contempladas na apresentação geral do SNPPA. Quanto aos Conselhos Gestores e Secretarias Governamentais, participaram dos grupos de trabalho os representantes das equipes: DF, PE, MG, PR, SP, RJ, AL, BA, RS e CE.

- **Aprovar marco legal para instituição do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE)**

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida com a aprovação da Lei Federal 12.594/2012, em 18 de janeiro de 2012, a qual determina, entre outras questões, que cabe à Secretaria de Direitos Humanos - SDH a Coordenação Nacional do SINASE.

- **Aprovar marco legal que agilize o repasse de recursos do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente - FNCA - para Estados e Municípios para implementação de políticas de proteção, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Direitos Humanos - SDH realizou estudo da legislação que rege tanto o repasse fundo a fundo quanto o repasse direto de recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA para Estados e Municípios, no intuito de avaliar a viabilidade de adequar a legislação à sua realidade específica. Uma minuta de legislação específica para o FNCA se encontra sob a análise jurídica da Casa Civil. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA também aprecia a proposta.

- **Aprovar marco legal sobre proibição de castigos corporais**

Análise Situacional da Meta

O Projeto de Lei Federal nº 7.672/2010 encontra-se na Comissão de Comissão de Constituição Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados aguardando votação da redação final com vistas à tramitação ao Senado Federal. No ano de 2013, a Secretaria de Direitos Humanos – SDH acompanhou junto à Câmara dos Deputados a tramitação do projeto de lei, em articulação com a Rede Nacional Não Bata, Eduque. A rede é composta por organizações não governamentais de promoção e proteção dos direitos da Criança e do Adolescente.

- **Aprovar no CONANDA o Plano Nacional Decenal do Sistema Socioeducativo e as Normas Nacionais de Referência de Atendimento Socioeducativo**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo teve a versão preliminar distribuída e debatida no primeiro semestre com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente - CONANDA, com o Fórum de Dirigentes Estaduais dos Sistemas Socioeducativos, com o Fórum Nacional da Justiça Juvenil e com a Comissão Intersetorial de Implementação do SINASE. A partir destas e outras contribuições, o texto foi submetido à consulta pública em junho/13 e foi apresentado ao CONANDA para avaliação final e publicização. Os outros documentos de normatização

seguem o mesmo caminho de consultas, exceto a consulta pública, por entendermos que a base conceitual já está colocada no Plano Nacional Decenal e estes documentos técnicos deverão seguir as diretrizes postas.

O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo foi aprovado no CONANDA, por meio da Resolução 160/2013, tornando-se norma de referência no que se refere a aplicação das Medidas Socioeducativas pelos próximos 10 anos. A partir de 19 de novembro de 2013 os Estados e Distrito Federal terão um ano para elaboração dos seus Planos Estaduais/Distrital.

As normativas complementares previstas (parâmetros arquitetônicos, pedagógicos, gestão e segurança), estão com os textos base em fase final de sistematização para apresentação ao CONANDA, para fins de aprovação no primeiro semestre de 2014.

- **Aprovar no CONANDA o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes**
  Análise Situacional da Meta
  Em 11.09.13 o Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens – PRVL foi apresentado e discutido no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA por ocasião da 221º assembleia ordinária. Deliberou-se no sentido de tornar a temática da letalidade pauta permanente na Comissão de Políticas Públicas, pela relevância do tema e pelos números crescentes de projeção de homicídios. No final de 2013, foi celebrado projeto de cooperação internacional (PRODOC BRA 13/017 – " Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes Fortalecida") que subsidiará a contratação de consultoria técnica especializada responsável por prestar apoio para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal.

- **Aprovar no CONANDA o seu Plano Nacional de Comunicação**
  Análise Situacional da Meta
  Em 2013 foi realizado processo seletivo para contratação de consultoria especializada para elaborar a proposta do Plano de Comunicação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de forma a orientar as ações de promoção, apoio e articulação previstas nas competências institucionais do Conselho – alinhadas à política nacional e ao Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tal consultoria está prevista para ter início em fevereiro de 2014 e terá como produtos:

  1.Relatório contendo experiências exitosas de comunicação institucional;

  2. Sumário expandido contendo os itens e propostas de conteúdos a serem desenvolvidos com vista à construção do Plano de Comunicação do CONANDA;

  3. Documento técnico contendo proposta de Plano de Comunicação do CONANDA.

- **Constituir fórum intergovernamental da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**
  Análise Situacional da Meta
  Em outubro de 2012 foi firmada a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente. Trata-se de documento intergovernamental que foi assinado pelos órgãos de seu Comitê Gestor Nacional, composto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Saúde (MS).

  O documento apoia-se em quatro eixos estratégicos: Defesa da Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e

Adolescentes, Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo e Erradicação do Trabalho Infantil.

Para a consecução dos objetivos estabelecidos nesta Carta, os órgãos envolvidos se comprometem a formar Comitê Interinstitucional permanente, coordenado de forma conjunta, articulada, contínua e permanente, com o objetivo de desenvolver e acompanhar as ações pactuadas nesta Carta, exercendo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a função de Secretaria-Executiva. Já foram elaboradas matrizes de ações nesses quatro eixos estratégicos, cuja implementação deve ter início em 2014.

- **Implantar a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme item 4 da Resolução nº 7/29 do Conselho de Direitos Humanos da ONU**

Análise Situacional da Meta

O Disque 100 é o principal canal de comunicação da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, um serviço de atendimento telefônico gratuito, que funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana. O serviço do disque denúncia já fez mais de 2 milhões de atendimento no País: exploração e abuso sexual, violência física e psicológica e negligência. As denúncias recebidas são analisadas, tratadas e encaminhadas aos órgãos competentes. Nesse contexto, o Disque 100 já cumpre função de ouvidoria de crianças e adolescentes, sendo desnecessária ouvidoria específica, pois consegue mapear denúncias específicas relativas a crianças e adolescentes. Em 2013, São Paulo foi o estado que mais denunciou, 17.990 casos, o que corresponde a 14,5% do total de denúncias neste ano. O tipo de violação mais comumente denunciada é negligência, representando 73,47%. A negligência em amparo e responsabilização foi sinalizada em 89,7% dos casos. No ano de 2013, 47,63% das vítimas eram do sexo feminino e 20,08% tinham entre 8 e 11 anos. Entre os anos de 2011 e 2012, houve um aumento de 58,35% no número de denúncias. Já entre os anos de 2012 e 2013, registrou-se um decréscimo de 4,58% no total de denúncias. As denúncias de violência sexual aumentaram 6,03% entre 2011 e 2012, mas reduziram em 15,62% de 2013 para 2013. No entanto, é importante ressaltar que ainda está em desenvolvimento o hábito de acionar o Disque 100 em casos de violações de direitos humanos.

- **Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

O SIPIA CT Web está implantado em 261 Municípios com mais de 100 mil habitantes, o que representa 87,29% da meta considerando dados do IBGE, que apontam 299 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. É importante observar que o sistema está implantado em 739 municípios brasileiros. Cabe ressaltar que os municípios com conselho tutelar equipado com recursos do Governo Federal assinam termo de compromisso para utilizarem o SIPIA CT Web, os municípios que já receberam equipamentos e que ainda não utilizam o sistema efetivamente encontram-se em fase de pactuação e implantação.

Quantidade alcançada

261

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 o desenvolvimento do sistema foi operado em suas ferramentas, item a item, de modo a contemplar e projetar a automação de um conjunto de procedimentos gerenciais com vistas a padronizar trânsito e fluxo na sistematização de informações e na construção de indicadores e dados nacionais. Em 2013, o SIPIA-PPCAAM foi transferido para os servidores da SDH e homologado. Atualmente está sendo testado e alimentado internamente na

coordenação do PPCAAM/SDH.
Quantidade alcançada
0
Data de Referência
31/12/2013

- **Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta
A Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE) preconiza o repasse de informações ao sistema nacional de informações sobre o socioeducativo por todas as Unidades da Federação que operam o SINASE e recebem cofinanciamento para sua execução. Existem 08 estados que utilizam sistemas próprios de gestão da informação e repassarão os dados, periodicamente, para a base nacional, sendo assim considerada implantada a matriz nacional de migração de informações para o SIPIA SINASE. A previsão para entrega dessa matriz é o primeiro trimestre de 2014. Existem 09 unidades da Federação que utilizam o SIPIA SINASE, bem como 61 municípios, sendo que 32 com mais de 100 mil habitantes, Atualmente está em 10 % o nível de adesão de municípios que executam o meio aberto considerando dados do IBGE, que apontam 299 municípios com mais de 100 mil habitantes. Vale ressaltar que o programa de meio aberto, que é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, utiliza a plataforma do CENSO SUAS para avaliação e monitoramento. Está em andamento o processo de integração e interoperação entre os sistemas, com previsão de conclusão para 2014.
Quantidade alcançada
9
Data de Referência
31/12/2013

- **Realizar a Reforma Política do CONANDA**

Análise Situacional da Meta
Para aprofundar e discutir a proposta de reforma política do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA foi realizada, no dia 12 de agosto de 2013, na cidade de Brasília/DF, uma Oficina de Trabalho. Entre os encaminhamentos, consta a proposta de revisão dos procedimentos institucionais, legais e de fluxos, internos e externos, no intuito de atualizar a estrutura organizacional e regimental do CONANDA, objetivando dotá-lo de ferramental revitalizado para o exercício do seu papel no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e dos desafios impostos pelo cenário atual.

Para colaborar com a revisão e construção dos documentos será disponibilizada pela Secretaria de Direitos Humanos - DH/Cooperação Internacional (PRODOC 914 – BRZ3010) consultoria especializada, prevista para iniciar-se em fevereiro de 2014 e que apresentará como produtos:

1. Documento técnico contendo proposta de fluxos administrativos, operacionais e informacionais para a gestão do conhecimento e da informação no âmbito do Conselho, na sua relação com a Secretaria Executiva do CONANDA e com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

2. Documento técnico contendo proposta de Código de Ética do CONANDA;

3. Documento técnico contendo proposta de alteração do Regimento Interno do CONANDA e, se necessário, de outros instrumentos normativos relativos ao Conselho.

- **Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas.**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE) somente pode reduzir o índice de reincidência de adolescentes autores de ato infracional em cumprimento de medidas socioeducativas por meio da transversalidade e intersetorialidade das políticas públicas que atendem a estes adolescentes. Respondendo a esta questão, a Secretaria de Direitos Humanos - SDH elaborou, em articulação com os ministérios implicados com o atendimento aos adolescentes autores de ato infracional e com o Sistema de Justiça, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, que inclui um diagnóstico da situação do SINASE, as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento socioeducativo. Tal Plano sugere a priorização das medidas em meio aberto, o aumento do número de varas especializadas da infância e juventude e a articulação das políticas setoriais, em especial saúde, educação e assistência social. Sugere ainda a inserção e o acompanhamento dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em cursos de educação profissional e tecnológica, a elaboração de parâmetros para a escolarização e educação profissional no sistema socioeducativo e a adesão de municípios e/ou estados à política nacional de atenção integral a saúde de adolescentes no sistema socioeducativo, além da elaboração de protocolos e fluxos de atendimento para a socioeducação de forma intersetorial.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, sob a coordenação do Ministério da Educação, vêm ampliando o número de vagas para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. O PRONATEC é um programa criado pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, e pode ser executado por diversas instituições, entre elas: o Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Institutos Federais e demais instituições vinculadas. Em 2013 foram pactuadas 8967 vagas entre os Estados para oferecimento de educação profissional a socioeducandos em restrição e privação de liberdade. Em 2014, a pactuação foi ampliada para 9548 vagas para o primeiro semestre de 2014. Está prevista para maio uma nova pactuação de vagas para o segundo semestre de 2014.

Está em processo de aprovação no Ministério da Saúde a Portaria que redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado, que estabelece novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade.

Para a apuração da reincidência é de fundamental importância a existência de dados confiáveis. Nesse sentido, o preenchimento do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente, a implementação dos módulos do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (SIPIA) em nível nacional, bem como a interoperação das informações entre o SIPIA e os sistemas de informação utilizados pelo Sistema de Justiça, são imprescindíveis. Neste momento ainda não existem dados nacionais consolidados que possam responder se o índice de reincidência vem sendo reduzido ou não, visto que a adesão ao SIPIA SINASE ainda não é completa por parte dos Estados da federação.

- **Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Direitos Humanos - SDH vem apoiando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA em suas ações de fortalecimento de conselhos municipais. Segundo Pesquisa de Informações Básicas Municipais/MUNIC 2011, 5.447 municípios possuem Conselhos de Direitos. A SDH iniciou em novembro diagnóstico para identificação dos Conselhos Municipais existentes e partir de 2014 será discutido junto ao CONANDA plano de

ação para levar os Conselhos de Direitos a todos os municípios do país.

Quantidade alcançada

5.447

Data de Referência

31/12/2011

OBJETIVO: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Por meio desse objetivo busca-se alavancar a efetivação dos direitos fundamentais na infância e adolescência, especialmente por meio de ações de mobilização social, de advocacy e de outras ações estratégicas, de modo a pautar as famílias, a sociedade e a agenda das políticas públicas na perspectiva de fomento a uma cultura de respeito e valorização dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Em 2012, no processo de fortalecimento da participação de adolescentes na formulação das políticas públicas, destacamos a realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que teve como objetivo o debate sobre a Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual tem entre seus eixos específicos de discussão o protagonismo e participação de crianças e adolescentes.

Em 2013, em virtude da necessidade de uma estratégia mais abrangente de comunicação para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a Secretaria de Direitos Humanos - SDH realizou a Campanha Nacional pelos Direitos da Criança e do Adolescente que, a partir de agora e ao longo dos próximos meses, abordará diversos temas relativos aos direitos fundamentais de meninas e meninos, focando na necessidade de proteção, uma prioridade absoluta e compartilhada entre a família, o Estado e a sociedade.

Desde 2013 a Secretaria de Direitos Humanos coordena a Agenda de Convergência para Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente no contexto dos Megaeventos. É uma ação intersetorial que atuará no sentido de prever um conjunto de ações, compromissos e investimentos para a implementação de iniciativas de garantias de direitos da criança e do adolescente, bem como estimular as esferas de governo, ONGs, setor empresarial, universidades a atuarem de forma interinstitucional, articulada e, sempre que possível, integrada.

A assinatura do termo de compromisso garante a adesão dos governos estadual e municipal com a Agenda de Convergência para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes no Contexto de Grandes Eventos e o estabelecimento dos Comitês Locais de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Grandes Eventos. A ênfase da ação tem sido voltada à Copa do Mundo de Futebol, mas objetiva abranger demais eventos de grande porte, como as Olimpíadas 2016, as festas regionais (Carnaval, São João, entre outros). O modelo de cooperação envolvendo as três esferas já foi testado durante a Copa das Confederações 2013 nas capitais que receberam as partidas do torneio. Todas as 12 cidades-sede da Copa do Mundo já aderiram à iniciativa.

A Agenda de Convergência prevê o funcionamento de um plantão integrado para a proteção de crianças e adolescentes, que será organizado antes, durante e depois dos jogos. O plantão terá representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Varas da Infância e Juventude e dos Conselhos Tutelares para abordagem de situações de violação de direitos humanos de crianças e adolescentes durante os eventos.

Embora existam avanços mais recentes no sentido de assegurar, cada vez mais, a participação de adolescentes no processo de formulação das políticas públicas, como no caso das Conferências dos Direitos, entende-se que não se pode circunscrever o seu protagonismo a mecanismos institucionalizados, uma vez que o seu direito à participação transcende as instâncias de representação. Por isso, fomenta-se a criação de Núcleos de Participação Cidadã de Adolescentes – Observatórios de Adolescentes, coletivos com cerca de 20 adolescentes, sediados em escolas ou universidades, que têm por objetivo promover ações de autocuidado e autoproteção entre pares, frente a diferentes tipos de violência. Os núcleos também promovem ações de formação de educadores, instituições, crianças e adolescentes, na expectativa de fomentar sua incidência nos espaços de elaboração, decisão e gestão das políticas públicas dirigidas à promoção, defesa e garantia de seus direitos.

Destacamos algumas disposições legais que foram inseridas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que reafirmam a previsão constitucional da garantia de "prioridade absoluta". A nova lei de adoção, sancionada em agosto de 2009 pelo presidente Lula, é um avanço relevante no direito à convivência familiar e comunitária. Com a nova legislação verifica-se mais agilidade nos processos de adoção e uma análise mais criteriosa dos candidatos a adotar uma criança. Também há avanços no que se refere ao enfrentamento dos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, inclusive quanto a pedofilia pela internet.

A Lei nº 11.525/2010 prevê a inclusão do conteúdo do Estatuto nos currículos escolares do Ensino Fundamental. A ideia é de que os preceitos contidos no ECA sejam transmitidos aos alunos pelos professores nas disciplinas já existentes, não havendo a necessidade da criação de uma nova matéria para tratar desse tema.

Também há expectativa de que o ECA seja alterado pelo Projeto de Lei 659/2011, já aprovado na Câmara dos Deputados, que estabelece prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica; Lei nº 12.594, de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que se reveste em indicativo do fortalecimento de uma tendência parlamentar de construir e investir em alternativas, que têm demonstrado serem mais efetivas do que a redução da maioridade penal, como atesta a queda das taxas de internação e de reiteração do ato infracional em unidades da federação que vêm efetivando os novos parâmetros previstos na referida Lei; Lei 12.696, de 2012, que institui data unificada em todo território nacional para o processo de escolha dos membros do conselho tutelar; Lei 12.685, de 2012, que instituiu o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação; Lei 12.650, de 2012, que alterou o Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes; Lei 12.415, de 2011, que acrescentou parágrafo único ao ECA, para determinar que alimentos provisórios sejam fixados cautelarmente em favor da criança ou adolescente cujo agressor seja afastado da moradia comum por determinação judicial.

Metas 2012-2015

- **Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foi firmada parceria com ONG para fortalecimento da rede nacional de adoção. O convênio possibilitou a realização do 17º Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção - ENAPA, bem como incentivo às redes estaduais de adoção para a promoção de campanhas e demais ações de incentivo à adoção.

  No ano de 2013 foi aprovado novo convênio de apoio à rede nacional de adoção com a Associação Matogrossense de Pesquisa e Apoio à Adoção - Ampara, ONG com ampla experiência na política nacional de adoção. O convênio tem como objeto o fortalecimento, fomento e a ampliação da rede nacional dos grupos de apoio à adoção e convivência familiar e comunitária em âmbito nacional. Também prevê a realização do 19º Encontro Nacional dos Grupos de

Apoio à Adoção - ENAPA que será realizado em maio/2014, bem como articulação com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ com apoio da Secretaria de Direitos Humanos - SDH no sentido de possibilitar melhorias nos processos de adoção, em acordo com a Lei Federal nº 12.010/2009, bem como buscar estratégias de enfrentamento de adoções ilegais.

De acordo com o Cadastro Nacional de Adoção – CNA/CNJ, atualmente encontram-se disponíveis para adoção 5.406 entre crianças e adolescentes.

O CNA apresenta os seguintes dados:

1. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Branca: 1.773
2. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Preta: 1.023
3. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Amarela: 23
4. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Parda: 2.561
5. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Indígena: 32
6. Total de Crianças/Adolescentes que possuem irmãos: 4.143
7. Total de Crianças/Adolescentes que possuem irmãos cadastrados no CNA: 2.035
8. Total de Crianças/Adolescentes que possuem problemas de saúde: 1.221

Em relação ao ano de 2012 e 2013 houve um pequeno aumento no número de crianças e adolescentes disponibilizados para adoção. O CNA não apresenta um recorte sobre crianças com deficiência ou soro positivo: informa apenas o número de crianças com problemas de saúde.

Da mesma forma, o referido cadastro não apresenta o número de crianças e adolescentes adotados no último período.

Sobre o número de pretendentes a adoção, o CNA apresenta que são 30.109 pessoas cadastradas. O perfil de crianças mais procuradas são de até 3 anos de idade, brancos, sem irmãos, sem deficiência e sem problemas de saúde. Isso justifica o baixo índice de adoção frente ao alto número de pretendentes.

Em relação às Adoções Internacionais, de acordo com a Autoridade Central Administrativa Federal - ACAF/SDH, no ano de 2013, 300 crianças foram adotadas, No momento não existe registro de recorte das especificidades do adotado, mas existe previsão de que esses dados sejam disponibilizados a partir de 2014.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou, em 2013, estudos para futura resolução que permitirá que estrangeiros ou brasileiros residentes no exterior sejam incluídos no CNA. O objetivo é aumentar as adoções de crianças mais velhas e de grupos de irmãos.

O texto foi preparado após consenso entre especialistas da área e mais de um ano e meio de discussões. Uma portaria da Corregedoria do CNJ de 2012 instituiu o grupo de trabalho sobre o tema.

A SDH por meio da ACAF participou da construção do documento durante o ano de 2013.

- **Construir condições para ampliação do acesso de crianças de 0 a 3 anos a Programas de cuidados à Primeira Infância nos municípios com mais de 300 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi firmado convênio com Organização Não Governamental - ONG para apoio à Rede Nacional Primeira Infância. A rede, composta por ONG's e órgãos da administração pública federal, atua para criação, ampliação

e disseminação de programas e ações voltadas para primeira infância, em especial a divulgação e implementação do Plano Nacional pela Primeira Infância. O convênio encontra-se em execução.

Em 2013 a Secretaria de Direitos Humanos – SDH criou o Grupo de Trabalho Primeira Infância, que vem articulando estratégias e ações junto a Rede Nacional Primeira Infância, bem como Ministério da Educação - MEC, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE, Frente Parlamentar da Primeira Infância e Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ no intuito de possibilitar, por meio de articulação institucional, a ampliação e melhoria nos serviços voltados para crianças de 0 a 6 anos de idade.

Varias ações foram executadas no exercício de 2013, como a parceria com o DEPEN/MJ na garantia dos direitos de crianças filhas de mães presas intra e extra muros e a participação nos espaços de discussão sobre a primeira infância como no Seminário Nacional sobre o Bebê entre outros.

Recentemente foi aprovada Comissão Especial destinada a proferir ao projeto nº 6.998/2013, do Deputado Osmar Terra e outros, que altera o art. 1º e insere dispositivo sobre a primeira infância na Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. O projeto de lei é uma produção em parceria com a Rede Nacional pela Primeira Infância.

Destaca-se também a existência do Plano Nacional pela Primeira Infância, plano global e integral, incluindo todos os direitos das crianças de 0 a 6 anos de diferentes setores do governo.

A SDH vem apoiando a elaboração dos Planos Municipais e Estaduais, com o objetivo de aplicar localmente os princípios e linhas gerais do Plano Nacional.

Encontra-se em expansão a Política Nacional de Educação Infantil do Ministério da Educação junto aos Municípios.

Aduzimos que a Educação Infantil é de responsabilidade dos Municípios nos termos da Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Podemos destacar o Programa Nacional de Infraestrutura para a Educação Infantil - PROINFANTIL, bem como o Programa Brasil Carinhoso.

Em relação à existência de programa de cuidados à primeira infância nos municípios, não existem fontes de dados em que se possa verificar se tem sido ampliado o acesso das crianças aos programas de cuidado à primeira infância.

- **Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o Governo Federal realizou a Campanha Nacional de Carnaval pelo Fim da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes como forma de conscientizar a sociedade sobre a incidência dessa prática em todo o país e apoiou a campanha do Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - 18 de maio, que ocorreu simultaneamente em âmbito nacional. As referidas campanhas foram realizadas também no exercício de 2013.

As principais campanhas são:

•O carnaval - período festivo em que práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes aumentam. Nessa época há uma divulgação do Disque 100 e do endereço eletrônico do Disque 100 (www.disque100.gov.br), que recebe denúncias de pornografia na Internet, incentivando a população a denunciar casos de violência;

•Campanha do 18 de maio - que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes;

•Empresas contra a Exploração Sexual - campanha de responsabilidade social fruto de uma parceria inédita entre a SDH e importantes empresas brasileiras.

A Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Carnaval 2012 foi a sétima edição organizada pelo Governo Federal. Levantamentos revelam que, era comum cair o número de ligações para o Disque 100 com denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes durante o carnaval. A fim de mudar este cenário, em 2006, a SDH começou a realizar campanhas de enfrentamento da exploração sexual antes, durante e depois do carnaval. As atividades realizadas vão desde a sensibilização no foco na prevenção até a divulgação dos canais de denúncia: Disque Direitos Humanos (100) e Conselho Tutelar. A campanha também tem como finalidade promover uma integração entre a campanha nacional e outras campanhas já realizadas no período de Carnaval nos estados e municípios, visando uma maior mobilização.

Para o carnaval de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), com o apoio da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, lançou a campanha "Liga da Proteção – Proteja nossas crianças e adolescentes. Violência sexual é crime. Denuncie", com o objetivo de mobilização e sensibilização de massa. A campanha esteve presente em 19 capitais brasileiras, a saber: Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Em 2013, a campanha intitulada "Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie. Proteja nossas crianças e adolescentes da violência" contou com filmes em televisão, spots de rádio e materiais impressos de divulgação. A proposta estabelecida foi a de que essa campanha se convertesse em uma campanha permanente, e que viesse a se relacionar com os mais diversos aspectos da promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes (e suas violações), ocorrendo em diferentes datas do ano.

Em 2014 acontece uma reedição da campanha "Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie. Proteja nossas crianças e adolescentes da violência", o foco foi o Carnaval e a Copa do Mundo, consolidando a proposta com uma campanha permanente de proteção aos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

A campanha em referência ao dia 18 de maio é uma ação permanente do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Durante a semana do 18 de maio, diversas atividades e ações de mobilização são realizadas em todo o país. O slogan "Faça Bonito. Proteja nossas crianças" quer chamar a sociedade para assumir a responsabilidade de prevenir, enfrentar e, assim, eliminar os casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

A Campanha "Empresas contra a exploração" fortalece a prevenção de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes por meio do trabalho desta temática com empresas, fomentando assim, a responsabilidade social destas na defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes. Pela campanha as empresas divulgam que já são signatárias da declaração de compromisso e se comprometem a envolver sua cadeia produtiva e funcionários nas ações prevenção.

Destacamos que, em 2013, por ocasião da Copa das Confederações, foi lançado o Aplicativo Proteja Brasil, iniciativa pioneira em "georeferenciamento" de equipamentos públicos voltados à proteção integral de Direitos Humanos de

Crianças e Adolescentes. A ferramenta facilita a identificação de situações de vulnerabilidade e os tipos de violação de direitos de crianças e adolescentes, indicando os encaminhamentos e os serviços públicos de proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros nas capitais e regiões metropolitanas, incluindo os endereços de conselhos tutelares e delegacias.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

- **Estabelecer protocolos de navegação segura de crianças e adolescentes na Internet**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado, em 2011, convênio com a organização Safernet Brasil, com o objetivo de consolidar a tecnologia e ampliar as ferramentas do Canal de Orientação Online, assim como fortalecer a promoção do uso seguro e responsável da Internet entre crianças e adolescentes, educadores e conselheiros de direitos para prevenir os crimes contra os Direitos Humanos, potencializando o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no suporte à prevenção à violência sexual online e a educação em Direitos Humanos no Brasil.

O Convênio foi encerrado em dezembro de 2011 e atingiu plenamente seus objetivos. Em 2013 foi implantado um portal na internet de acesso gratuito, contando com uma equipe de psicólogos, que oferece orientação de forma pontual e informativa para esclarecer dúvidas, ensinar formas seguras de uso da Internet e também orientar crianças e adolescentes e/ou seus próximos que vivenciaram situações de violência on-line como humilhações, intimidações, chantagem, tentativa de violência sexual ou exposição forçada em fotos ou filmes sensuais. O canal pode ser acessado por e-mail ou chat. O serviço mantém o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelos usuários. As mensagens são acessadas apenas pela equipe de Psicólogos e só poderão ser reveladas às autoridades em situações de suspeita ou confirmação de grave violência contra crianças e adolescente, obedecendo o previsto no Art. 245 do Estatuto da Criança e Adolescente. No atual estágio, o projeto HelpLine Web Brasil está em pleno funcionamento do canal on-line de orientação para o uso ético, seguro e responsável da Internet por Crianças e Adolescentes. A meta de criação do protótipo da ferramenta tecnológica necessária para o funcionamento do Helpline via comunicador instantâneo foi concluída e disponibilizada no endereço www.helpline.org.br, um Portal Web Nacional integrando os canais de e-mail, comunicador instantâneo web e demais fontes de orientação, tais como uma seção de perguntas frequentes e uma seção de dicas e orientações.

Encontra-se disponível ainda para consulta no Portal Web um mapa colaborativo de centros de referências especializados no atendimento presencial a crianças e adolescentes em situação de violência e um cadastro das instituições da rede de serviços. Em 2014 será iniciado então o processo de repasse para a Secretaria de Direitos Humanos - SDH da tecnologia desenvolvida pela Safernet para que essa seja incorporada pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100) garantindo assim que os parâmetros e protocolos sobre a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes sejam desenvolvidas também por esse serviço, assumindo-as efetivamente como política pública.

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, instituído formalmente com a Lei Nº 12.435/2011, constitui uma estratégia de âmbito nacional que integra um conjunto de ações intersetoriais visando o enfrentamento e a erradicação do

trabalho infantil no País, implementada de forma articulada pelos entes federados com a participação da sociedade civil. O PETI integra a Política Nacional de Assistência Social e contribui para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos de situações de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Em 2013 foi iniciado o redesenho do PETI, visando adequar o programa ao diagnóstico das novas incidências de trabalho infantil verificadas no Censo IBGE 2010. O Censo possibilitou elaborar diagnóstico mais preciso da realidade dos territórios e das atividades predominantes. Comparando-se os dois últimos censos, observa-se uma diminuição da situação de trabalho na faixa etária de 10 a 15 anos, de 8,6% para 7,7% (de 1.8 milhão para 1.6 milhão).

Apesar da distribuição desse fenômeno por todo o território nacional, 1.913 municípios concentram 78% desses casos. Ocorreu uma expressiva redução no Nordeste, contudo verifica-se elevada concentração nas regiões Sul e Sudeste e ampliação no Norte e Centro-oeste, bem como nas regiões metropolitanas.

O Censo 2010 revela redução no trabalho em empresas, persistindo o trabalho no âmbito familiar e nos empreendimentos informais: 45% das crianças identificadas, com idades entre 10 e 15 anos, trabalham em domicílios. Nessa faixa etária, 40% das crianças e adolescentes que trabalhavam viviam em domicílios sem perfil de renda do Cadastro Único (isto é, com rendimento familiar per capita superior a R$ 255,01). O valor médio da remuneração desses jovens era de R$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais), distribuindo-se, entre outras, pelas seguintes atividades: Lavoura e pecuária - 41%, Comércio, reparação (veículos, equipamentos domésticos etc) - 17%, Indústria de Transformação (alimentação, vestuário, calçados etc) – 7%, Serviços domésticos – 8%, Lixões – 0,44% .

O cenário apresentado pelo Censo 2010 aponta que o Brasil chegou no “núcleo duro” do trabalho infantil, ou seja, a incidência encontra-se em atividades produtivas desenvolvidas em empreendimentos informais e familiares, em territórios urbanos e rurais. Tais atividades são desenvolvidas em locais fora do alcance dos órgãos de fiscalização, exigindo a construção de novas estratégias e de ações intersetoriais no processo de erradicação do trabalho infantil.

Metas 2012-2015

- **Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municipios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**

  Análise Situacional da Meta

  Identificada a situação de trabalho infantil, o gestor local deve registrar a família, a criança ou adolescente e indicar a ocorrência no Cadastro Único para Programas Sociais - Cadúnico. Para qualificar esse processo de identificação das situações, estão sendo elaborados subsídios técnicos para o desenvolvimento de metodologias para identificação do trabalho infantil, especialmente em suas piores formas. Com isso, espera-se que os Municípios intensifiquem as ações de busca ativa e obtenham resultados mais exitosos, alinhados a essa prioridade do Plano Brasil sem Miséria.

  Em 2013 teve inicio a implementação do redesenho do PETI, que objetiva adequar as ações de erradicação do trabalho infantil às atuais incidências de atividades identificadas no Censo IBGE 2010 e fortalecer o Programa, de forma articulada aos avanços da rede de proteção do SUAS, o que exigirá sua readequação normativa, já em 2014. No novo desenho, os municípios identificados com alta incidência de trabalho infantil receberão cofinanciamento para desenvolver ações estratégicas. Os Estados e o DF também receberão cofinanciamento para a realização, em conjunto com o MDS, de apoio técnico e monitoramento permanente das ações estratégicas junto a seus municípios.

  Com a nova configuração, fica fortalecida a atribuição do PETI para coordenar as ações integradas e complementares junto à rede de proteção social, articuladas a outras políticas.

- **Elevar o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, pertencentes a famílias que recebem transferência de renda, com frequência suficiente às atividades socioeducativas e de convivência**

Análise Situacional da Meta

Com o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e o redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o SISPETI (aplicativo de apoio à gestão do programa) será substituído pelo Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC, ferramenta de gestão do SCFV, por meio da qual será realizado o acompanhamento e monitoramento do serviço. Esse sistema está em fase de testes para implantação em 2014, pelos municípios e DF, responsáveis pelos registros.

- **Elevar o percentual de famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelos CREAS e CRAS, conforme parâmetros nacionais**

Análise Situacional da Meta

Visando aprimorar o Programa, estão sendo elaboradas orientações técnicas para o trabalho social com famílias que possuem ocorrência(s) de trabalho infantil, a ser realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

De acordo com o Censo SUAS 2012, em agosto/2012 (mês de referência), foram atendidas pelo PAIF e PAEFI um total 29.464 famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho. O Censo SUAS 2013 apresenta um decréscimo desse número, para 19.298 famílias.

Contudo, a variação apresentada entre os dois levantamentos deve ser avaliada com ressalvas, devido à influência da adoção de novas regras de validação dos dados inseridos no Registro Mensal de Atendimentos (RMA) pelos CRAS e CREAS e no Censo SUAS 2013, com o objetivo de conferir maior consistência aos dados coletados e, dessa forma, retratar mais adequadamente a realidade das Unidades.

Além do Censo SUAS, o Registro Mensal de Atendimento (RMA) também dispõe de informações sobre famílias beneficiárias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) acompanhadas pelo CREAS e CRAS. De acordo com o RMA, no 1º semestre de 2013 foram inseridas em acompanhamento um conjunto de 110.353 famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, sendo 98.549 famílias no PAIF/CRAS e 11.804 famílias no PAEFI/CREAS. Os dados consolidados do RMA para o ano e o Censo SUAS ainda se encontram em processamento/validação.

- **Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) empreendeu 7.393 ações fiscais com foco na erradicação do trabalho infantil com o afastamento de 6.363 crianças e adolescentes do trabalho proibido, de acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI).

Em 2013 esse número subiu para 8.338 ações fiscais, resultando no afastamento de 7.432 crianças do trabalho irregular.

Deste modo, os resultados alcançados no período 2012-2013 totalizam 15.731 ações fiscais, o que traduz o cumprimento de 62,9% da meta do quadriênio. A expectativa é de que os resultados esperados para o biênio restante sejam plenamente alcançados.

A quantidade reduzida de fiscalizações observada na região Norte advém, principalmente, da dificuldade de se fixar Auditores-Fiscais do Trabalho nessa região e da precariedade das vias de acesso ali existentes, o que constitui obstáculo à atuação da fiscalização em determinadas localidades.

Quantidade alcançada

15.731

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.320	unidade	3.386	31/12/2013
Região Nordeste	8.520	unidade	4.509	31/12/2013
Região Norte	3.880	unidade	1.330	31/12/2013
Região Sudeste	4.800	unidade	4.633	31/12/2013
Região Sul	3.480	unidade	1.873	31/12/2013

- **Realizar a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, em 2013**

Análise Situacional da Meta

A III Conferência Global sobre Trabalho Infantil - CGTI, realizada em outubro/2013, em Brasília-DF, contou com a presença de representantes de governos, organizações de empregadores e trabalhadores, movimentos sociais e representantes de organizações nacionais e internacionais.

A III CGTI se constituiu em um momento de reflexão e diálogo conjunto sobre os avanços obtidos no processo de eliminação do trabalho infantil e de proposições para acelerar o cumprimento das metas de erradicação do trabalho infantil no mundo. A Conferência teve como tema “Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil”, com os objetivos de fazer um balanço dos progressos realizados desde a adoção da Convenção nº 182 da OIT e avaliar obstáculos, propor medidas para acelerar o progresso na eliminação das piores formas de trabalho infantil e propiciar a troca de experiências sobre as estratégias adotadas pelos países participantes para o enfrentamento do trabalho infantil. O processo preparatório da Conferência buscou promover o debate amplo e democrático sobre os esforços empreendidos para a eliminação do trabalho infantil e de suas piores formas, contou com a participação de diversos segmentos da sociedade, inclusive de adolescentes. Para tanto, em 2013 foram realizados 5 encontros regionais e 1 encontro nacional.

Ao fim da conferência foi adotada a Declaração de Brasília, que reafirmou que a erradicação sustentável do trabalho infantil implica no envolvimento de toda a sociedade, a troca de experiências e de boas práticas, a adoção dos mecanismos e soluções já demonstrados efetivos, a manutenção e a intensificação dos esforços para evitar sua reinstalação. Também foi apresentada a Declaração dos Adolescentes Participantes, exortando a erradicação do trabalho infantil e a participação juvenil nesse processo. Por fim, delineou-se a perspectiva de novo encontro global, em 2017, na Argentina.

- **Reduzir progressivamente a incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2012), a taxa de trabalho infantil observada no grupo etário específico do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (5 a 15 anos), recuou de 4,7% (2011) para 4,1% (2012), mantendo a tendência de queda verificada desde o início da década passada.

Quantidade alcançada

4,1

Data de Referência

30/09/2012

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	unidade	31/12/2010	201.097	31/12/2013	335.809
Participação da população de 15 a 29 anos no grupo da extrema pobreza	%	26/09/2009	23	30/09/2012	24,4
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	%	31/12/2009	58,5	30/09/2012	60,2
Taxa de analfabetismo na população de 15 a 29 anos	%	26/09/2009	2,49	30/09/2012	1,8
Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar	%	31/12/2009	5,44	-	-
Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	%	31/12/2010	16,1	31/12/2012	14,99
Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	%	31/12/2009	19,48	30/09/2012	20,87
Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	%	31/12/2009	15,26	30/09/2012	13,23
Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	%	31/12/2009	9,44	30/09/2012	7,12
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade	1/100.000	31/12/2009	55,36	30/09/2012	0
Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho	%	31/12/2010	30	31/12/2013	30
Taxa de mulheres inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de aprendizagem	%	31/12/2010	45	31/12/2013	47,36
Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte	1/100.000	31/12/2009	25,16	30/09/2012	0
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44	31/12/2012	50,03

Observações:

Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem - Aprendizes admitidos no ano de 2013.

Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar - Não há atualização disponível para o indicador.

A Munic 2013, última disponível, não traz dados.

O dado informado como referência consta da Munic 2009 e, desde então, não foi mais apurado pelo IBGE.

Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade - No momento da apuração ainda não haviam sido divulgados os dados de mortalidade referentes a 2012 no Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte - No momento da apuração ainda não haviam sido divulgados os dados de mortalidade referentes a 2012 no Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

A população jovem nunca foi tão grande no Brasil. Dados do Censo 2010 apontam para uma população jovem de aproximadamente 50 milhões de brasileiros e brasileiras ou pouco mais de 25% da população do país. Por isso, políticas públicas de juventude são uma questão central para o desenvolvimento do Brasil, com uma dimensão territorial importante. As demandas dessa população, com suas diversidades e especificidades – gênero, raça, orientação sexual, local de moradia, ter ou não alguma deficiência, etc, abrangem diversos ministérios e órgãos, revelando sua característica de transversalidade e intersetorialidade.

O Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Juventude-SNJ, impulsiona a transversalidade e a intersetorialidade do tema juventude, colaborando para a definição dos objetivos, formulação e implementação de programas e ações, construção e definição de indicadores adequados para o monitoramento e avaliação das PPJs, na perspectiva de ampliar os efeitos das ações do Governo Federal e fortalecer a participação social dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

A sanção do Estatuto da Juventude em agosto de 2013 reconheceu o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país e legitimou a importância de se desenvolver políticas específicas para essa população.

Um grande avanço para a coordenação e articulação de políticas públicas de juventude foi a instituição do Comitê Interministerial de Políticas de Juventude – Coijuv, por meio do Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013, que tem entre suas competências subsidiar a formulação, gestão e monitoramento da Política Nacional de Juventude; a elaboração e proposição da regulamentação do Estatuto e do Sistema Nacional de Juventude; a elaboração e acompanhamento do Plano Nacional de Juventude e dos programas e ações do Governo.

Desde novembro de 2013 o Coijuv vem se reunindo para tratar dos objetivos sob sua responsabilidade e cujos resumos executivos das reuniões encontram-se disponíveis no endereço: http://www.juventude.gov.br/coijuv/reunioes.

A aprovação do Estatuto de Juventude tem gerado interesse pelos municípios para criação dos Conselhos de Juventude.

Em 2010, pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE apontava a existência de 105 conselhos municipais e estaduais. Atualmente existem mais de 300 conselhos instituídos e a tendência é de expansão.

A participação da SNJ em conselhos, comitês, comissões e Grupos Trabalho (GT) promove a sinergia e intersetorialidade das ações dos diversos órgãos, contribuindo com sua visão sistêmica sobre o tema e sobre as ações e programas em andamento.

Para o desenvolvimento de programas e ações, o Governo tem promovido a participação social, seja por meio de consulta ao CONJUVE, inclusão de representantes da Sociedade Civil e Organizações de Sociedade Civil (OSC) em Grupos de Trabalho, a exemplo do GT de Jovens Mulheres e GT Juventude Rural, e consulta pública, a exemplo da consulta para elaboração da proposta do SINAJUVE, valorizando e cumprindo os princípios do Estatuto da Juventude (Inciso II, art. 2º).

A previsão para 2014 é a regulamentação da meia entrada e respectivos critérios, implementação do Sistema Nacional de

Juventude - SINAJUVE e a elaboração da proposta do Plano Nacional de Juventude.

Foi lançado o Participatório – trata-se de um ambiente virtual interativo, voltado à produção do conhecimento sobre/para/pela a juventude brasileira e à participação e mobilização social. Inspirado nas redes sociais, pretende promover espaços e discussões com foco nos temas ligados às políticas de juventude. Participam deste espaço, além dos jovens, redes, coletivos, movimentos sociais, gestores, pesquisadores, parlamentares, todos que queiram contribuir e integrar-se às discussões propostas. Este canal de diálogo deverá contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de políticas públicas de juventude à medida que fornece subsídios por meio dos conteúdos dos debates.

Cabe destacar o papel que o Brasil vem desempenhando internacionalmente no tema da juventude. Na ONU, o Brasil foi reconhecido como líder no âmbito da juventude com políticas progressistas no que tange o envolvimento da juventude no processo de desenvolvimento e promoção dos direitos dos jovens. Ademais, o Brasil investiu em boas práticas em relação à democracia participativa, tentando criar mecanismos estruturados, sustentáveis e permanentes de participação social. Ainda sob a égide das Nações Unidas, a aprovação do Consenso de Montevidéu, durante a Primeira Reunião Regional da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, representa um marco para América Latina. Naquela região, a integração latino-americana destaca-se, favorecendo o aprofundamento da troca de experiências e de políticas públicas de juventude. O aprofundamento e a institucionalização da participação social da juventude e da gestão do conhecimento sobre juventude na América Latina, incentivando e inserindo a participação social nos debates e encontros, foi a diretriz basilar da atuação do Brasil nestes espaços. O fortalecimento da articulação e aproximação entre governo e sociedade civil pode ser observado na maior oportunidade de encontro e debate, como na IV Edição do Seminário Permanente de Integração Regional – Juvensur e na REJ – Reunião Especializada da Juventude. É importante salientar que pela primeira vez, vem se dicutindo a juventude na Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos - CELAC e na UNASUL, e dentro do Sistema de la Integración Centroamericana - SICA. Também vem se ampliando os debates e a importância da juventude na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, ONU e outros organismos internacionais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação social, constituindo 03 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ constituiu 3 Grupos de Trabalho com as seguintes temáticas: Juventude Rural, Jovens Mulheres e Juventude Desenvolvimento Sustentável.

  Como partes da ação estratégica da SNJ, os Grupos de Trabalho Temáticos, além de seus objetivos finais, cumprem também a função de:

  •Pautar o debate temático específico;
  •Facilitar a articulação entre órgãos de governo para garantir as demandas específicas da juventude;
  •Ampliar ou criar articulações com a sociedade e movimentos sociais para o fortalecimento de debate e pautas da Juventude;
  •Propor, elaborar e acompanhar processos de formulação de políticas públicas específicas para os/as jovens;
  •Acompanhar e/ou representar nos espaços institucionais a processos de discussões ou articulações específicas do referido grupo temático quando designado pela SNJ.

  GT Jovens Mulheres

Plano Mais Brasil

Como produto do GT Jovens Mulheres foi elaborado texto base que aborda 6 eixos temáticos: 1- Educação e Trabalho; 2- Saúde Sexual e Reprodutiva; 3 . Desenvolvimento Local e Sustentável; 4 . Cultura e Comunicação; 5 . Participação e Relações de Poder; 6 . Enfrentamento à violência contra as jovens mulheres.

O texto subsidiará a construção da pauta do I Seminário das Jovens Mulheres e as discussões e elaboração de recomendações que fortaleçam as relações de gênero nas políticas públicas de juventude e amplie o recorte geracional nas políticas para as mulheres no governo.

GT Juventude Rural

O GT Juventude Rural vem funcionando desde 2011. O principal objetivo do GT é propor a Política Nacional para a Juventude Rural, mas além disso o GT também visa proporcionar:

•Ampliar diálogos entre governo e sociedade civil na construção de políticas públicas da juventude rural.
•Fortalecer a institucionalização da agenda dos jovens rurais no Governo Federal.
•Monitorar o avanço das pautas da juventude rural tendo como referência as resoluções da 2ª Conferência Nacional de Juventude para:

a)Fortalecer a participação da juventude rural, dos jovens dos povos e comunidades tradicionais e a juventude indígena.
b)Fortalecer a participação e mobilização da juventude rural a partir dos territórios e dos movimentos sociais.

Em novembro 2012 houve o Lançamento da 1ª Fase/ações integradas e anúncio da Construção do Plano Nacional de Juventude na Feira da Agricultura Familiar. No primeiro semestre de 2013 mantivemos contato em rede com as organizações com propósito de acumular e preparar para o lançamento da Política Nacional de Juventude Rural. Esse movimento culminou no primeiro encontro “Diálogos com a Juventude Rural” em agosto de 2013.

GT Desenvolvimento Sustentável

Existem 2 GT sobre o tema meio ambiente: 1) GT Juventude e Meio Ambiente do CONJUVE; 2) GTI (Grupo Trabalho Interministerial) instituído por portaria interministerial em setembro de 2012, composto por 17 Ministérios. Os trabalhos do GTI Juventude e Meio Ambiente encerraram-se em junho de 2013 com a apresentação das propostas de diretrizes, dos conteúdos e formatos para a criação da Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Como contribuição ao desenvolvimento da proposta da Política e do Programa Nacional de Meio Ambiente, o GT Juventude e Meio Ambiente produziu documentos que subsidiaram os trabalhos do GTI.

O encerramento do GT Juventude e Meio Ambiente restará caracterizado com a entrega do relatório final contendo a descrição das ações e dos resultados obtidos que está previsto para final de 2014.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens**

Análise Situacional da Meta

Em relação às questões etnicorraciais, o Plano Juventude Viva cumpre a meta de ampliação do recorte etnicorracial nos projetos voltados para jovens, quando foca as ações para o público em situação de vulnerabilidade agravada, em especial os jovens negros. Apesar de o Plano ser prioritariamente voltado para os jovens do sexo masculino, há também recortes específicos de gênero em ações do Plano, a exemplo de algumas ações para promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Também em apoio a questão etnicorracial, em novembro de 2012, o Governo em conjunto com diversos organismos, como o Deutsche Gessellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), apoiou o II Seminário Nacional de Juventude Indígena, que debateu sobre o Movimento Indígena: Saberes Tradicionais e Desafios Atuais; Impactos dos Empreendimentos aos Povos Indígenas; Educação Indígena; Prevenção contra Drogas e Álcool na Juventude Indígena e eleição da gestão 2012-2014 da Comissão Nacional da Juventude Indígena.

No 1º semestre de 2013 realizou-se a oficina para Formação Política para Jovens Indígenas com jovens indígenas das cinco regiões do país. Durante o encontro, os jovens debateram sobre os seus direitos, além de tomarem ciência sobre os marcos legais nacionais e internacionais da política indígena, como a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas. Os jovens índios também foram informados sobre o processo de consulta para a regulamentação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre povos indígenas e tribais adotada em 1989. Ao final do encontro, os jovens se reuniram para discutir formas de contribuição com a juventude dos seus povos a partir das informações debatidas ao longo da oficina.

Quanto à temática LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis), priorizou-se a obtenção da titularidade no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, objetivando pautar o recorte juvenil das políticas públicas para LGBT. Durante o ano de 2013 foram realizadas audiências com organizações pontuais da sociedade civil para tratar do tema Juventude LGBT, o que resultou na participação institucional da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (junho - São Paulo/SP) e no Encontro Nacional de Gestão Pública para LGBT (setembro – São Paulo/SP), além do apoio a realização do I Encontro Nacional da Juventude Trans (agosto – Natal/RN). Por fim, a partir de junho de 2013, a SNJ passou a ter assento no Comitê Técnico de Cultura LGBT do Ministério da Cultura, o qual incide nas políticas públicas do Ministério, para assim atuar de forma mais incisiva na inclusão de políticas públicas que abranjam este segmento jovem.

Com relação às jovens mulheres, realizou-se o 1º Seminário sobre Políticas Públicas para Jovens Mulheres em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. Ele contou com cerca de 120 mulheres jovens, sendo 60 gestoras de organismos municipais e/ou estaduais de mulheres e/ou juventude e 60 mulheres da Sociedade Civil. Neste evento foram debatidas temáticas relacionadas à Política de Juventude e ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). Como resultado imediato, além do seminário em si se constituir como espaço de capacitação e qualificação, foi feita uma alteração no texto do Plano de Nacional Política para as Mulheres – PNPM destacando o segmento das jovens mulheres e anunciada uma parceria com a ONU para um programa de tutoria para mulheres jovens lideranças, que ocorreu no final de 2013. O programa objetivou promover o exercício dos direitos das mulheres jovens no Brasil e atuou em 3 eixos:

a)capacitação em liderança de mulheres jovens; também procura sensibilizar e fornecer insumos de uma perspectiva de gênero e juventude e sua interseção com os líderes adultos estabelecidos;
b)incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas de juventude;
c)sensibilização para questões de igualdade de gênero e questões das mulheres jovens para diminuir imagens estereotipadas e discriminatórias de mulheres jovens.

Plano Mais Brasil

- **Apoiar ações e articular com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Juventude compõe, como representante da Secretaria-Geral, o Comitê de Monitoramento do II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), comitê sob co-coordenação do Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para Mulheres.

Nesse espaço a Secretaria Geral é colaboradora de três metas específicas (cuja coordenação e execução é responsabilidade de outros órgãos), que são monitoradas bimestralmente.

Outras formas de apoiar e articular para a prevenção do tráfico e exploração sexual contra mulheres é a participação em conselhos e comitês como por exemplo: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; e Grupo Assessor de Monitoramento e Avaliação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

- **Apoiar até 100 órgãos estaduais/municipais de juventude, e seus respectivos conselhos, para criação e/ou estruturação desses órgãos**

Análise Situacional da Meta

Do final de 2011 ao final de 2012 a Secretaria Nacional de Juventude celebrou 12 (doze) convênios de repasse (6 em 2011 e 6 em 2012) com os estados de Tocantins, Acre, Goiás, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Piauí, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Amazonas, visando apoiar os organismos de juventude na capacitação de conselheiros, mobilização para instituição de conselhos de juventude e disseminação das políticas de juventude nos estados.

Ainda não foi sistematizada avaliação concreta dos trabalhos dos estados referente ao apoio, mas a avaliação inicial é de que deverá ser revista a forma e o escopo para melhoria do processo e efetividade do resultado.

Portanto, no início de 2013, iniciou-se estudos para viabilizar o apoio aos órgãos de juventude dos municípios com foco na infraestrutura básica para funcionamento. A expectativa é que em 2014 seja oferecido esse novo formato de apoio.

Além do apoio financeiro aos órgãos de juventude dos estados e municípios a Secretaria Nacional de Juventude vem dialogando com a Universidade de Brasília, desde o 2º semestre de 2012, para o desenvolvimento de dois cursos à distância: um com certificação e destinado aos gestores de juventude e outro sem certificação destinada a atores importantes do cenário da juventude. Essa capacitação iniciará com um módulo básico, com conteúdos básicos para a formação de um gestor de juventude e mediadores, no caso do curso sem certificação. A opção pela metodologia à distância é abranger o maior número de pessoas possível com um custo menor. Uma primeira proposta foi apresentada pela Universidade de Brasília, mas necessita de adequações. A expectativa é que o curso seja disponibilizado em 2014.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2013

- **Aprovar o Estatuto da Juventude**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Juventude - SNJ e o Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE atuaram decisivamente ao longo da tramitação e aprovação do Estatuto da Juventude no Congresso Nacional. Em fevereiro de 2012, como

contribuição ao projeto de lei, a SNJ formulou e reuniu um conjunto de sugestões ao Estatuto, aproximando seu conteúdo das diretrizes da Política Nacional de Juventude e das resoluções das duas Conferências Nacionais de Juventude, realizadas em 2008 e 2011.

Em abril de 2013, após audiências públicas sobre o PLC 98/2011, o Estatuto foi aprovado pelo Senado Federal. Em julho o projeto retornou à Câmara dos Deputados, onde foi novamente aprovado e enviado para sanção presidencial. E, após quase uma década de debates e tramitação, o Estatuto da Juventude foi sancionado em 05 de agosto 2013 pela Presidenta da República Dilma Rousseff em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. O Estatuto faz com que os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando as suas trajetórias e diversidade, ao mesmo tempo em que assegura novos direitos, como os direitos à participação social, ao território, à mobilidade, à comunicação, à livre orientação sexual e à sustentabilidade sejam assegurados pela legislação.

Há que se destacar ainda a publicação do Decreto nº 8074, de 15 de agosto de 2013, que institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude, formado pelos Ministérios da Educação, Cultura, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Entre suas atribuições, constam as de subsidiar a formulação, gestão e monitoramento da Política Nacional de Juventude; elaborar e propor regulamentação do estatuto da juventude e do Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE; elaborar o Plano Nacional de Juventude; subsidiar a elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Juventude e dos programas e ações do Governo Federal para a juventude.

Em 2014 espera-se que seja regulamentada a questão da meia–entrada, o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE e construído o documento base para o Plano Nacional de Juventude, que será elaborado com intensa participação social.

- **Constituir a Seção Nacional da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul**

Análise Situacional da Meta

A Reunião Especializada da Juventude no MERCOSUL - REJ trata-se de grupo especializado para tratar, no âmbito dos países membro MERCOSUL, sobre as Políticas voltadas a Juventude. A REJ busca fomentar e incentivar as políticas públicas dos países do MERCOSUL, como forma de garantir políticas para Juventude. Tem a tarefa de promover o diálogo, a elaboração, a cooperação e o fortalecimento de políticas juvenis no âmbito do MERCOSUL, com a finalidade de impulsionar a melhoria das condições de vida dos jovens.

A REJ, criada em 2006, é um órgão consultor do MERCOSUL sobre a Juventude, formada pelas máximas autoridades governamentais nacionais na matéria, com o objetivo de promover o dialogo, elaboração, cooperação e fortalecimento de políticas juvenis no âmbito do MERCOSUL. Desde sua criação, totaliza-se oito sessões da Reunião Especializada da Juventude.

A REJ tem periodicidade semestral. No segundo semestre de 2012 o Brasil assumiu a presidência Pro-Tempore do MERCOSUL e recebeu os membros da REJ para a realização de sua reunião semestral. A cidade escolhida para essa reunião foi a cidade de Brasília – DF. A REJ teve como participantes os representantes dos países do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela), bem como participantes dos países associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru). Nesta reunião se definiu uma série de diretrizes de trabalho, entre elas a organização de um fórum para o fortalecimento institucional da REJ e a formalização do pedido de seção brasileira da REJ no segundo semestre

de 2013.

Essa solicitação de constituir uma seção nacional vem com o objetivo de fortalecer institucionalmente a Reunião Especializada de Juventude que acontece semestralmente. A seção nacional poderia potencializar as discussões das políticas públicas de juventude, principalmente no Brasil.

A criação da seção nacional, todavia, não foi possível pela dificuldade institucional que a Reunião Especializada da Juventude vem enfrentando. Apesar de suas reuniões semestrais, a ausência de interesse político e de um pauta mais consolidada vem dificultando os andamentos dos trabalho da REJ. Apesar do constante esforço brasileiro para fortalecer a REJ, ainda enfrentam-se empecilhos para marcar reuniões e definir pautas, bem como dar seguimento aos encaminhamentos das reuniões. Esses desafios não permitiram a criação da seção nacional em 2013.

Em maio de 2013 foi realizada no Uruguai a X Reunião Especializada da Juventude com a participação da Secretaria Nacional de Juventude. A partir desta reunião iniciaram-se as discussões para a criação da Seção Nacional da REJ no Brasil, apesar de todas as dificuldades relatadas acima. Além do já exposto, o grande desafio é o envolvimento dos diversos organismos nacionais, como sociedade civil, bem como o envolvimento dos outros países do MERCOSUL, para a formação dessa Seção Nacional, além da aprovação do Grupo da própria REJ.

- **Constituir diretrizes de avaliação e monitoramento dos programas de juventude**

Análise Situacional da Meta

Visando cumprir a meta de constituir uma metodologia de avaliação e monitoramento das políticas públicas, a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ tem integrado os debates das ações de monitoramento de Políticas Públicas de Juventude - PPJs, buscando a criação de metodologia de avaliação e monitoramento das políticas para juventude.

O Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013, que institui o Comitê Interministerial da Política – Coijuv como órgão permanente para gestão e monitoramento das políticas públicas do Governo Federal para a juventude, prevê em seu art. 2º, inciso V a atribuição do comitê de subsidiar a elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Juventude e dos programas e ações do Governo Federal para a juventude.

Com a instituição do comitê, existe a expectativa de acelerar o processo de elaboração de instrumentos e sistematização de monitoramento dos programas de juventude.

- **Constituir o Observatório da Juventude**

Análise Situacional da Meta

O Observatório da Juventude também foi priorizado pela Secretaria Nacional de Juventude - SNJ em 2012. Convênios com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Federal do Paraná – UFPR contribuíram para consolidar uma estratégia de plataforma digital que combina pesquisa, produção de conteúdo, comunicação e participação social. Este projeto foi denominado “Participatório – Observatório Participativo da Juventude” e conta com um Núcleo de Estudos e Pesquisas que cumprirá a função de observatório no programa.

O Participatório foi concebido como uma plataforma virtual, cujo design e desenvolvimento foram implementados em software livre que permite a criação de perfis, publicações e grupos territoriais e semânticos. É um ambiente público, para a construção coletiva e divulgação de conhecimento em que cada participante tem acesso às informações e que pode compartilhá-las. Tem como objetivos: ampliar a participação por meio das mídias digitais; proporcionar a produção e troca colaborativa de conhecimento; e mobilizar jovens para as pautas de políticas públicas de juventude.

O evento de lançamento, ocorrido em julho 2013, contou com mais de 200 presentes, transmissão ao vivo com 2.371 acessos, sendo o pico em cerca de 260 simultâneos. A plataforma também obteve boa repercussão na mídia, atingindo mais de 5.000 usuários já na primeira semana.

Também foi realizada pesquisa sobre o perfil e a opinião dos jovens, chamada de Agenda Juventude Brasil. A apresentação do 1º bloco da pesquisa, que tem o foco nas questões relativas à participação política da juventude, foi apresentada em agosto. O evento foi coberto por mais de 10 veículos de mídia e foi transmitido ao vivo, com mais de 200 acessos simultâneos. O resultado da pesquisa está disponível em: http://participatorio.juventude.gov.br/file/view/26445/apresentacao-da-pesquisa-agenda-juventude-brasil-2013. A previsão é que a cada mês seja lançado um bloco temático.

- **Construir parcerias com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 potencializou-se o Acordo de Cooperação Internacional - PRODOC UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) existentes, com a produção de vários trabalhos de consultoria sobre PROJOVEM e juventude. Também realizou-se parcerias com o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA. Esses acordos de cooperação realizados juntamente com organismos internacionais permitiram melhor aprofundamento da garantia dos direitos dos jovens, bem como possibilitou a produção de diversos documentos como: a proposta da criação do observatório latino-americano de juventude, análise da realização da VI Bienal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, análise da Organização Ibero-americana de Juventude e fortalecimento dos instrumentos da Reunião Especializada da Juventude.

Essas parceiras firmadas permitiram o fortalecimento da política nacional de juventude, conforme destacado abaixo com diversas ações que foram realizadas:

a)Plano de trabalho com o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA para o apoio em diversos programas da Secretaria Nacional de Juventude, entre eles: apoio ao Juventude Viva; participação nos fóruns do MERCOSUL e da OIJ; contribuição para a realização da VI Bienal da CPLP; parcerias para realização de publicações, como a publicação do Estatuto da Juventude, em três idiomas; construção de documentos sobre a juventude nacional.

b)PRODOC com o PNUD para contratação de consultores de apoio a diversas atividades da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ como a realização da VI Bienal da CPLP, que permitiu a análise dos perfis dos jovens que participaram da bienal, tanto nacionais quanto internacionais, como também permitiu uma análise da realização da VI Bienal da CPLP, que aconteceu em Salvador – Bahia, realizada pela SNJ.

c)Também com o PNUD foram realizadas 10 consultorias com o objeto capacitar gestores estaduais e municipais de políticas para juventude; analisar o perfil demográfico da população jovem da América Latina e experiências exitosas de Políticas Públicas de Juventude - PPJ na América Latina; uma proposta para formação de colaboradores locais para enfrentamento à violência contra juventude negra; aspectos histórico-culturais para fornecer subsídio às políticas públicas para as comunidades indígenas e povos tradicionais; diagnóstico sobre perfil sócio-econômico dos jovens em cumprimento de pena nas 03 unidades onde Projovem foi instalado; análise das pautas e demandas da juventude rural e do andamento das ações e políticas da SNJ voltadas para o juventude rural; guia de formulação e pactuação de políticas de redução da vulnerabilidade e prevenção da violência contra jovens negros; estudo sobre possibilidades de geração de renda e demandas da juventude rural; parecer técnico sobre relatórios das edições do Projovem sobre perfil dos formadores; novas atribuições da SNJ no Projovem e formas de divulgação e integração com o Participatório;

d)Escola MOST da UNESCO – escola direcionada para a capacitação de jovens e gestores de juventude. Essa Escola aconteceu em dezembro de 2013 e contou com a participação de mais de 60 jovens entre pesquisadores, sociedade civil e gestores públicos, de forma a difundir a capacitação dos jovens e o intercâmbio entres estes jovens latino-americanos;

e)Organização Ibero-americana de Juventude – OIJ para a realização de diversas atividades voltadas para as políticas públicas de juventude. A SNJ assumiu a presidência da OIJ no período entre 2012/2014. Nesse período foram realizadas diversas ações conjuntas como o Fórum Internacional da Juventude, em Cuzco, com importante participação brasileira. Essa parceira também permitiu maior participação do Brasil na OIJ;

f)Parceira com o PNUD para realização de evento para a juventude durante a Jornada Mundial de Juventude no Rio de Janeiro, com a realização de um encontro do enviado especial da juventude da ONU, Ahmad Alhendawi, com a Secretária Nacional de Juventude. Esse encontro permitiu o aprofundamento das discussões relacionadas à criação do Foro Mundial da Juventude, no âmbito da ONU.

g)Contratação por meio do PNUD de uma consultoria para a construção de proposta do Observatório Latino-americano de Juventude. Essa consultoria elaborou proposta que definem as diretrizes e as possibilidades para a criação do observatório, de modo a permitir maior atenção as questões da juventude no âmbito da América Latina.

- **Coordenar, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, a implementação da Agenda do Trabalho Decente para Juventude**

Análise Situacional da Meta

O Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República – SNJ/SG, atualizou sua composição e retomou uma agenda permanente de reuniões técnicas com áreas de governo e sociedade civil.

Contando com a assessoria técnica da Organização Internacional do Trabalho- OIT, o subcomitê tem priorizado o diagnóstico e elaboração do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude a partir das diretrizes estabelecidas pela Agenda e pelo Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

- **Criar ferramentas para internet e política de comunicação nas redes sociais**

Análise Situacional da Meta

A SNJ tem investido no aprimoramento da sua comunicação. Lançou o portal www.juventude.gov.br e perfis em redes sociais (facebook, twitter e youtube), o que potencializa as ações, programas e eventos da secretaria. Podemos destacar o crescimento de acessos ao site www.juventude.gov.br, entre janeiro de 2012 a junho 2013, em 320,17%. Se considerarmos até agosto de 2013, o crescimento foi de 720,78%.

Contribuindo também para a comunicação com o público jovem, gestores de juventude e outros atores interessados, podemos considerar também a Rede do Juventude Viva e o Participatório, por meio de transmissões online de fóruns, debates e outros eventos.

A Rede Juventude Viva é uma rede formada por entidades, grupos e pessoas que se cadastram de forma voluntária, para veicular informação e mobilizar atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano Juventude Viva e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra.

- **Elaboração e publicação de diretrizes da política cultural, para promoção da cultura da juventude**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria da Cidadania da Diversidade Cultural - SCDC do Ministério da Cultura - MinC trabalha nesta meta a partir da elaboração de uma série de cadernos temáticos relativos aos temas e campos de atuação da mesma, incluindo-se neste esforço o Caderno Temático de Politicas Culturais para a juventude.

Os cadernos temáticos envolvem pesquisa de normas legais, descrição de programas e projetos desenvolvidos em parceria ou diretamente pela SCDC, além de informações sobre o conjunto de projetos sob responsabilidade do MinC e vinculadas que tratam do tema.

A Secretaria Nacional de Juventude viabilizou via consultoria, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a elaboração de levantamento e análise de propostas de políticas públicas de cultura para a juventude no início de 2013, contemplando os seguintes conteúdos: diagnóstico das políticas de cultura no âmbito federal e o acesso da juventude a essas políticas; proposta metodológica de estratégia de interface e aprimoramento entre os programas do Ministério da Cultura e a Política Nacional de Juventude.

A proposta elaborada subsidiará o trabalho do Comitê Interministerial de Juventude, que desenvolverá proposta de diretrizes e política para promoção da cultura da juventude.

- **Elaborar proposta do Sistema Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta

Diante da sanção do Estatuto da Juventude, conforme Lei nº 12.852, de 05 em agosto de 2013, e da publicação do Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013, que institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude e dá outras providências, a elaboração da proposta do Sistema Nacional de Juventude será conduzida por este comitê, conforme previsto no inciso II, do art. 2º do decreto citado.

- **Elaborar uma proposta de Plano Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta

Mesmo antes do Estatuto da Juventude ainda não aprovado completamente pelo legislativo, a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ vinha produzindo textos para elaboração de proposta de Plano e Sistema Nacional de Juventude.

Com a sanção do Estatuto da Juventude, em agosto de 2013, e da publicação do Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013, que institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude – Coijuv e dá outras providências, o debate em torno do Plano Nacional de Juventude ganha uma instância formal. A elaboração da proposta do Plano Nacional será conduzida pelo Coijuv e deve ser apresentada no primeiro semestre de 2014.

- **Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude**

Análise Situacional da Meta

Em junho de 2011 foi criado Comitê de Trabalho envolvendo representantes da equipe da Secretaria de Cidadania Cultural – SCC do Ministério da Cultura - MinC, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC e Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE. O objetivo foi delinear conjuntamente parâmetros e diretrizes para a criação de uma ação de reconhecimento e fomento das iniciativas culturais juvenis.

Surgiu, então, o edital de seleção pública n.º 11, de 14 de dezembro de 2011: Prêmio Agente Jovem de Cultura: Diálogos e Ações Interculturais, conduzido pela SCC/MinC em parceria com SNJ, Ministério da Saúde e MDA.

Plano Mais Brasil

A seleção teve como objetivo envolver a juventude brasileira na divulgação de experimentações, vivências culturais e reflexões, além de reconhecer iniciativas culturais juvenis, dar suporte e estimular as experiências desenvolvidas por jovens, oferecendo prêmios a iniciativas culturais que promovessem a cidadania cultural e estimulassem as dinâmicas culturais em seus territórios (locais ou virtuais). Na etapa de habilitação, na fase eliminatória, foram inscritos 2.463 jovens.

O concurso selecionou 500 iniciativas com reconhecido impacto e promoção dos direitos humanos, valores éticos e a qualidade de vida. Puderam participar jovens entre 15 a 29 anos de idade e o prêmio era de R$ 9.000,00 (nove mil reais) por iniciativa.

Quantidade alcançada

500

Data de Referência

14/11/2012

- **Firmar parcerias em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional**

Análise Situacional da Meta

Por meio de Memorando de Entendimento celebrado em 2011 com o Fundo de Populações das Nações Unidas, a Secretaria Nacional de Juventude vem realizando cooperação bilateral com o Instituto Nacional da Juventude, do Uruguai.

A cooperação visa fortalecer as políticas públicas de juventude desenvolvidas e em desenvolvimento de cada país e superar desafios comuns na promoção dos direitos da juventude. Programas uruguaios contribuíram no Participatório e no Estação Juventude. Por outro lado, o Uruguai faz sua 1ª Conferência de Juventude, em outubro de 2013, inspirada na Conferência Nacional de Juventude do Brasil.

Encontra-se em processo de elaboração a proposta para implantação do Observatório Latino Americano de Juventude, em diálogo com a OIJ (Organización Iberoamericana de Juventud), Sistema ONU, CLACSO (Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales), CELAJU (Centro Latino Americano sobre Juventud), entre outros parceiros. Dessa forma, o Brasil está contribuindo para a criação de um organismo misto (com governos, sociedade civil, cooperação internacional e setor privado) que deve preencher uma lacuna na gestão e produção de conhecimento sobre a juventude latino americana.

Foi iniciado no primeiro semestre de 2013 o processo para constituição de espaço de diálogo e colaboração multilateral e intersetorial sobre juventude. O primeiro fórum foi realizado em setembro deste ano, na cidade de Cuzco no Peru, e reuniu mais de 130 pessoas por três dias. O objetivo deste espaço é aproximar as ações, projetos, ideias, pessoas dos diferentes setores (sociedade civil, governos, academia e cooperação internacional) e potencializar os esforços através da coordenação.

Nos blocos regionais tem-se incidência no Mercosul (Mercado Comum Sul), Unasul (União de Nações Sul-Americanas), CELAC (Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos) e SICA (Sistema de la Integración Centroamericana). O Brasil participou da discussão sobre a criação de âmbitos de juventude na Unasul e na CELAC defendendo a sua criação, porém com papéis distintos para evitar a duplicação de esforços. No SICA participou-se da elaboração da proposta do Fórum de Juventudes. No Mercosul participa-se da Reunião Especializada de Juventude, sempre com representação do governo e da sociedade civil, avançando-se na implementação do Juvensur, um seminário permanente de formação para integração regional.

O Escritório do Enviado Especial para Juventude do Secretário Geral da ONU iniciou diálogos para criação de fóruns

regionais de juventude que promovam o maior engajamento da juventude na agenda ONU. Foram realizadas três reuniões com o Enviado Especial no sentido de constituir um Fórum Regional que agregue mais atores e que contribua em outras necessidades da juventude latino americana. Nesse sentido, acordou-se que a OIJ estará na coordenação deste processo e, com base na experiência de Cuzco (setembro/2013), apresentar-se-á o documento base para criação do Fórum Latino Americano de Juventude.

Em outubro de 2014 está prevista a realização de seminário sobre juventude com parlamentares latino americanos para constituir rede que tenha condições de promover uma agenda legislativa de juventude, fortalecendo onde existe e criando onde ainda não há legislação que reconheça a juventude com sujeito de direitos.

Os instrumentos de cooperação, promoção de diálogo, gestão e difusão de conhecimento sobre juventude em alguns casos são recentes e em outros não existem. Diante disso, aposta-se no fortalecimento de esferas específicas nos blocos regionais que tenham condições de facilitar o diálogo e a cooperação entre os países.

- **Formar lideranças das juventudes rurais e urbanas para construção de iniciativas de sociedades sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Meio Ambiente - MMA está inserindo a Temática Ambiental na formação de lideranças das juventudes rurais e urbanas visando à construção de sociedades sustentáveis, sob as diretrizes das políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

No Programa 2045 – Licenciamento Ambiental, em seu objetivo 0491, que visa promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis, há parâmetros para a inserção da temática ambiental na formação de lideranças das juventudes rurais e urbanas.

A meta é apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental. Esta alcançará lideranças da juventude rural e urbana, como o apoio a 1.609 instituições; a criação de 200 Salas Verdes como centros de informação e formação ambiental, implementadas em 2012; a 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente com o tema Desafios e Soluções Socioambientais, que criou 1.000 espaços exibidores; o Termo de Cooperação com o Ministério da Cultura para realização do Cine Ambiente 2012 por meio do lançamento de edital para apoio à produção de curtas de animação de 1 minuto e jogos eletrônicos sobre a temática dos resíduos sólidos e consumo sustentável.

Uma iniciativa que está em fase de consolidação é a criação da plataforma Moodle de Educação à Distancia (EaD), que irá contribuir com o cumprimento desta meta. Em 2013, realizou-se a Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente e a Conferência Nacional de Meio Ambiente.

- **Implementar Seminário Permanente de Integração Regional Juvensur**

Análise Situacional da Meta

Foi implementada rotina de realização de um seminário de integração regional JUVENSUR a cada semestre. O Brasil foi responsável pela realização do III Seminário JUVENSUR, que ocorreu de 1 a 4 de novembro 2012 na cidade de Foz do Iguaçu. Houve a participação de mais de 300 jovens, de mais de 9 países da América Latina, todos reunidos e discutindo e debatendo políticas públicas de juventude. Nesses dias de trabalho, os jovens dividiram-se em 10 grupos de trabalhos e debateram temas como emprego, acesso a direitos, juventude rural, educação e políticas públicas de juventude. Além das discussões e das capacitações realizadas nesses dias, esse encontro possibilitou melhor intercâmbio de experiências entre os jovens participantes. Também incentivou o envolvimento desses jovens com as políticas públicas de seus próprios países, bem como com as políticas públicas dos países do MERCOSUL.

Plano Mais Brasil

Em maio de 2013, foi realizada no Uruguai a IV edição do Seminário de Integração Regional – JUVENSUR, com a participação da Secretaria Nacional de Juventude. Desta reunião definiu-se grupo de trabalho para aprimorar a realização dos próximos Seminários, bem como propor um projeto para realização das próximas versões do JUVENSUR. Um dos grandes desafios é envolver cada vez mais os jovens para participar do JUVENSUR, bem como garantir a participação e envolvimento destes nas Políticas Públicas voltadas para a juventude no âmbito da América do Sul. Também foi iniciado o debate do aprofundamento do JUVENSUR, de modo a torná-lo mais completo e mais abrangente, permitindo maior participação dos jovens e também aprimorar a sua capacitação.

- **Realizar Conferência Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com o Conselho Nacional de Juventude, voltou seus esforços e fez uma aposta na importância política e programática da 2ª Conferência Nacional de Juventude.

Ao longo de todo o ano de 2011 jovens de todo o Brasil se mobilizaram e se articularam em torno das discussões sobre as políticas públicas de juventude. Esse processo envolveu, nas suas diversas etapas, mais de 550 mil pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal, em mais de 1.200 cidades, culminando na realização da II Conferência Nacional de Juventude, nos dias 9 a 12 de dezembro de 2011, em Brasília, contando com a presença de mais de 3 mil jovens, entre delegados, convidados e observadores (do 1.394 delegados, 90% eram da sociedade civil).

A Conferência estabeleceu as diretrizes da Política Nacional de Juventude que norteiam as ações durante a vigência do PPA 2012-2015.

A expectativa para a nova conferência é para 2015, após a implementação das ações e compromissos assumidos durante a II Conferência.

- **Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado o 1º. Seminário sobre Políticas Públicas para Jovens Mulheres, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, que contou com cerca de 120 mulheres jovens, sendo 60 gestoras de organismos municipais e/ou estaduais de mulheres e/ou juventude e 60 mulheres da sociedade civil. Foram debatidas temáticas relacionadas à Política de Juventude e ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). Como resultado imediato, além do seminário em si se constituir enquanto espaço de capacitação e qualificação, foi feita uma alteração no texto do PNPM e anunciada uma parceria com a ONU para um programa de tutoria para mulheres jovens lideranças.

Em 2013 desenvolveu-se o projeto em parceria com a ONU Mulheres que visa promover o exercício dos direitos das mulheres jovens no Brasil, em 3 eixos:

a) capacitação em liderança de mulheres jovens; também procura sensibilizar e fornecer insumos de uma perspectiva de gênero e juventude, e sua interseção com os líderes adultos estabelecidos;
b) incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas de juventude;
c) sensibilização para questões de igualdade de gênero e questões das mulheres jovens, para diminuir imagens estereotipadas e discriminatórias de mulheres jovens.

- **Veicular produção sobre a juventude nas redes públicas de comunicação**

Análise Situacional da Meta

As ações, eventos e programas da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ são amplamente divulgados na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC e replicados para estados e municípios visando ampliar a rede de comunicação

pública sobre políticas para a juventude no Brasil.

Em 2013 o diálogo com as empresas públicas de comunicação tem se mantido. Especificamente iniciou- se um diálogo com a NBR que poderá culminar numa parceria, em razão da criação de um programa de TV semanal.

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Os homicídios são a principal causa de mortes de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, a maioria negros. Segundo dados do Sistema de Informações sobre a Mortalidade - SIM/DATASUS do Ministério da Saúde, em 2010, dos 27.977 jovens assassinados, 6.503 eram brancos e 19.840 negros. Em 2011, das 27.471 mortes de jovens, 71,43% foram de jovens negros.

A agenda de enfrentamento à mortalidade da juventude, especialmente a negra, foi discutida no Fórum Direitos e Cidadania entre 2011 e 2012, como resposta à demanda histórica do movimento negro e das resoluções da 1ª e 2ª Conferências Nacionais de Juventude. Em 2012, após diversas consultas à sociedade civil, conselhos, organizações de juventude e especialistas em segurança pública, foi formulado o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra - Juventude Viva, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República- SNJ/SG/PR e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR.

O Plano Juventude Viva é uma iniciativa do Governo Federal voltada à ampliação de direitos e prevenção da violência que atinge a juventude brasileira, especialmente negra. A partir da priorização dos estados com os mais altos índices de homicídio que afetam sobretudo os jovens negros e pobres, o desenvolvimento do Plano Juventude Viva segue estratégia de implementação gradual e progressiva com o objetivo de atuar de forma coordenada e articulada, por meio de pactuação com o poder público e sociedade civil local, nos 142 municípios brasileiros que concentraram, em 2010, 70% dos homicídios contra jovens.

O Plano envolve ações de prevenção com objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

Em setembro de 2012 iniciou-se a primeira fase de implementação do Plano no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do país. Essa experiência mostrou que a demanda de coordenação interministerial e monitoramento é intensa, o que fez com que a meta de adesão de todos os estados, prevista inicialmente, fosse revista e reduzida. O 1º semestre de 2013 foi um período dedicado ao planejamento da expansão, pactuação com os ministérios, mobilização, divulgação, contratação de consultorias, estabelecimentos de termos de cooperação técnica e sensibilização dos entes federados e sociedade sobre o tema. Além disso, dedicou-se à sistematização do processo e implementação do Plano no Estado de Alagoas. No mesmo período, três novos ministérios uniram-se à estratégia do Plano: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, Secretaria de Direitos Humanos-SDH/PR e Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM. Atualmente o plano reúne 34 programas e ações também dos ministérios da Cultura, Educação, Esporte, Justiça, Saúde, Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Trabalho e Emprego, totalizando 11 ministérios.

Plano Mais Brasil

Novas ações de ministérios que já estavam no Plano também foram incorporadas, como Pronatec (MEC), Mais Médicos (MS), Agentes Culturais Negros (NUFAC), da Fundação Cultural Palmares; Educação de Jovens e Adultos-EJA e EJA Médio Integrada à Qualificação Profissional (MEC); Centro de Iniciação ao Esporte (ME); entre outras.

A Portaria Interministerial nº 29, de 21/05/2013, instituiu o Comitê Gestor Federal do Plano Juventude Viva (CGJuV) e o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva (FOMPI), instância formal que fortaleceu o compromisso dos órgãos federais e a participação social na execução do Plano. A reunião de instalação do Comitê Gestor Federal ocorreu em 20 de junho de 2013, e institucionalizou um espaço de reuniões interministeriais que a coordenação do Plano já vinha realizando com os demais ministérios. Quatro reuniões do Comitê para pactuação de ações para expansão e discussão de desafios da implementação foram realizadas em 2013.

Até o final de 2013 o Plano foi lançado em:

1)Alagoas (Arapiraca, Maceió, Marechal Deodoro e União dos Palmares);
2)Paraíba (João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e Patos);
3)Distrito Federal e região integrada de desenvolvimento do entorno (RIDE) – Brasília, Luziânia, Valparaíso, Águas Lindas, Novo Gama, Formosa e Santo Antônio do Descoberto;
4)Bahia, com implementação gradual, tendo destaque inicial os municípios da região metropolitana de Salvador:
a.Etapa I: Salvador, Dias D'ávila, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias e Camaçari;
b.Etapa II: Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista, Jequié, Alagoinhas, Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus;
c.Etapa III: Eunápolis, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Valença, Juazeiro, Paulo Afonso e Mata De São João.
5)São Paulo capital e Osasco.

Além destes lançamentos houve cerca de 150 pedidos de adesões voluntárias de outros municípios, dos quais 51 estão entre os 142 municípios prioritários, a exemplo de Aracaju-SE, Guarulhos-SP, Uberlândia-MG, Teresina-PI, Itaboraí-RJ, Campos dos Goytacazes-RJ, Nova Iguaçu-RJ e Volta Redonda-RJ.

Somando os anúncios já realizados nos lançamentos há uma possibilidade de que os estados e municípios acessem recursos que chegariam a mais de R$ 400 milhões. Tal número não significa investimento imediato do governo federal, mas, é o cálculo do que poderá ser investido caso os parceiros locais (estados e municípios) acessem, por meio de editais e adesão a determinados programas, o que é oferecido em grande parte das ações do Plano Juventude Viva.

Outro aspecto a ser destacado no âmbito do plano é a pontuação diferenciada para municípios/estados prioritários em editais importantes no âmbito dos ministérios parceiros. Os Programas Estação Juventude, Projovem, Saúde na Escola, Pronatec, Mais Educação, Protejo e Mulheres da Paz, Edital Vivajovem.com, Pontos de Cultura, Núcleos de Formação de Agentes Culturais Jovens Negros (Fundação Palmares), Programa Esporte e Lazer na Cidade são alguns exemplos destes programas em que já há uma pontuação diferenciada para os municípios prioritários do Plano Juventude Viva.

Um grande desafio para a implementação do Plano é a territorialização das ações. O governo federal está realizando estudos de vulnerabilidade, agregando indicadores sociais da juventude e aspectos de infraestrutura dos territórios, nos 142 municípios, para orientar os gestores a direcionarem as ações para as áreas onde os jovens negros encontram-se mais vulneráveis.

Está em curso, desde março de 2013, o Projeto Articulação Nacional Juventude Viva, fruto da parceria da SNJ com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que conta com equipe de 10 articuladores regionais em estados prioritários, a saber:

Distrito Federal, Bahia, São Paulo, Paraíba, Alagoas e Espírito Santo até o início de 2014. Os articuladores são responsáveis por atuar junto aos poderes públicos e à sociedade civil local e terão sua atuação ampliada em 2014.

No âmbito parlamentar vale destacar a continuidade da mobilização pela aprovação do Projeto de Lei nº 4471/2012, que em 2013 contou com o apoio de personalidades políticas, da sociedade civil e do meio artístico, além de ministros e ministras, prefeitos e prefeitas, deputados(as) e senadores(as), que se somaram a centenas de militantes sociais nesta frente em defesa da vida da juventude negra. A expectativa é que o projeto, que prevê entre outras medidas a obrigatoriedade de investigação para homicídios causados por agentes de segurança do Estado em casos de autos de resistência, seja aprovado em 2014.

Com o sistema de justiça foi assinado Protocolo para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência, entre Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) e Governo Federal, com o objetivo de promover ações para redução das barreiras de acesso à justiça para jovens negros em situação de violência.

Outro destaque em 2013 foi a mensagem da presidenta Dilma, durante a sanção do Estatuto da Juventude, reconhecendo que o principal problema da juventude brasileira hoje é a violência contra a juventude negra e pobre, e indicando que este tema seja prioritário nas ações para juventude.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência**

  Análise Situacional da Meta

  A Rede Juventude Viva é uma ação do Plano Juventude Viva iniciada em 2012, que consiste na formação de uma rede para informação e mobilização de atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano Juventude Viva e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra.

  Para organizar a rede criou-se uma página na internet (http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/convite-de-adesao-ao-plano) na qual os interessados em participar da rede se cadastram. A Secretaria Nacional de Juventude - SNJ disponibiliza 3 servidores dedicados à produção e divulgação de informações para a Rede, que atualmente conta com mais de 3.000 contatos no Governo e na sociedade civil.

  As entidades e/ou indivíduos inscritos na Rede recebem boletins periódicos sobre o Plano Juventude Viva e informativos com uma seleção das oportunidades de editais, prêmios, cursos, concursos e outros que os jovens e suas organizações podem acessar. Foram lançados 13 boletins desde 2013. O objetivo é fortalecer as organizações que trabalham com a pauta da prevenção à violência, informando-as sobre os acontecimentos relevantes para a temática do Plano Juventude Viva e sobre oportunidades de captação de recursos para execução de projetos, que podem ou não ser recursos de ações do governo federal.

  Novas ações de interação e animação da Rede Juventude Viva estão sendo planejadas para implementação em 2014, especialmente em interface com o Participatório, onde serão mediados os debates e a comunidade de troca de experiências virtuais entre os participantes da Rede.

- **Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra**

  Análise Situacional da Meta

  Desde o segundo semestre de 2012 foram realizadas três oficinas entre a Coordenação Nacional do Plano Juventude

Plano Mais Brasil

Viva (Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra) e as equipes das ouvidorias da Secretaria de Direitos Humanos-SDH e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para discussão da implementação deste mecanismo de denúncia.

A SEPPIR possui o número de utilidade pública 138, disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que deverá ser operacionalizado para a implementação do Disque Igualdade Racial. O serviço prevê a gestão de quatro módulos temáticos assim definidos: Juventude Negra, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Comunidades Quilombolas e Povos de Cultura Cigana e População Negra. O processo de contratação da empresa responsável pela operacionalização do Disque Igualdade Racial, encontra-se em fase final de licitação, previsto para inaugurar a central em meados de 2014.

- **Promover a adesão de oito (08) estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra**

Análise Situacional da Meta

Em setembro de 2012 foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do país. A meta para 2014 é implementar o Plano em até oito estados, com a coordenação do governo federal.

Em 2013 foi definida a estratégia de expansão gradual do Plano Juventude Viva, que deverá chegar até 2014 aos municípios com mais altos índices de homicídios contra jovens da Paraíba, do Distrito Federal e entorno, de São Paulo, da Bahia, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e do Pará.

No primeiro semestre de 2013 foi realizada a articulação com os governos municipais e estaduais e pactuação de ações com os ministérios para os lançamentos previstos. No segundo semestre de 2013 houve a adesão ao Plano pelo estado da Paraíba, pelo Distrito Federal e região integrada de desenvolvimento econômico (RIDE), pelo município de São Paulo e pelo estado da Bahia, com foco inicial nos municípios da região metropolitana de Salvador. Além disso, foi criada a modalidade de adesão voluntária na qual o município ou estado interessado faz a adesão e inicia as ações que estão ao alcance do município, estado e Governo Federal, pois as ações do Governo Federal que acompanham o Plano Juventude Viva já existem e estão disponíveis aos municípios e estados interessados.

Cerca de 150 municípios solicitaram adesão voluntária, dos quais 51 são municípios prioritários para a implementação do Plano, pois fazem parte da lista dos 142 municípios com os mais altos índices de homicídios contra jovens negros no país.

Os municípios aderem voluntariamente, articulam as ações em nível local criando um Plano Municipal de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, e concorrem nos editais das ações e programas. Para os municípios que estão na lista dos 142 prioritários, quase sempre existe alguma prioridade de pontuação nos editais de ações e programas pactuados pelos ministérios para o Plano Juventude Viva.

Na modalidade de adesão pactuada o Juventude Viva está presente em 40 municípios de seis (06) estados brasileiros (AL, PB, DF, GO (entorno DF), BA e SP). A meta de expansão para oito estados deverá ser superada ainda em 2014, com os lançamentos previstos para Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos**

que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação

Análise Situacional da Meta

Em novembro de 2012 foi lançada a Campanha Juventude Viva, com veiculação em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas, e também disseminada nacionalmente na internet, com divulgação no YouTube, facebook e twitter.

Esta primeira etapa da campanha, que também contou com cartazes e folders, foi veiculada até maio de 2013, período em que foi iniciado o processo de construção da concepção da segunda fase da Campanha.

Com o lançamento do Plano em outros estados, a segunda fase da Campanha iniciou sua veiculação no segundo semestre de 2013 nos estados da Bahia, Distrito Federal e entorno, Alagoas, São Paulo e Paraíba.

A campanha foi veiculada entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014 - com ações específicas de inserção em rádios, portais de notícias na internet, redes sociais, computadores positivo, TVs em ônibus e metrôs e em painéis de mobiliário urbano. Além disso, o novo filme para televisão foi disponibilizado na Internet e para veiculação com inserção gratuita nos canais de televisão desde o dia 20 de novembro de 2013 para todo o Brasil.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0967 - Ampliar o acesso às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda da população jovem

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O Instituto da Aprendizagem Profissional (Lei Federal n° 10.097/2000) constitui o eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho formal de maneira qualificada e protegida. Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, essa política proporciona aos maiores 14 (quatorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos, e às pessoas com deficiência sem limite de idade, a conexão entre a formação profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial: ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos. Verifica-se que, desde a publicação do Decreto n° 5.598/05, que regulamenta a contratação de aprendizes, até 2013, foram admitidos 1.702.365 aprendizes nessa modalidade de contratação.

Atingir o potencial de contratação em sua totalidade está relacionado à expansão da oferta de vagas em todo território nacional, assim como integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo. Uma dessas iniciativas foi

concretizada com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e Ministério da Educação - MEC em novembro de 2013. A partir deste acordo será criada a modalidade PRONATEC APRENDIZ, que permitirá o acesso a 150.000 vagas a partir de março de 2014. Essa medida tem o objetivo de incentivar a contratação de aprendizes pelos pequenos e micro empresários e empregadores não contribuintes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem Profissional.

Em relação ao Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP, que foi instituído pela Portaria n° 983/08, foi aprovado, em 2013, o Plano Nacional da Aprendizagem Profissional com metas estabelecidas até o ano de 2015. O referido documento é composto por 09 ações: aprendizagem na administração pública; articulação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e da aprendizagem profissional com a educação profissional e tecnológica; plano de

Plano Mais Brasil

comunicação; financiamento; democratização do acesso, expansão e interiorização da aprendizagem; Fóruns Nacional e Estaduais; alinhamento interinstitucional e articulação das ações aprendizagem com a Agenda Nacional do Trabalho Decente. O documento completo está disponível na internet no link: http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/forum-nacional.htm

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional**

Análise Situacional da Meta

O Programa Projovem Trabalhador em 2013 passou por várias reformulações com o intuito de torná-lo mais transparente, em atenção às recomendações dos órgãos de controle. Desse modo, intensificaram-se as ações de análise de prestações de contas pendentes, visando à diminuição do passivo. Sendo assim, foram assinadas somente três novas parcerias em 2013, beneficiando 1.700 jovens. Das três parcerias firmadas em 2013 uma foi na área de influência da SUDENE, no município de Patos/PB. As demais foram na região Sul.

Em 2011 as parcerias firmadas beneficiaram 203.380 jovens, sendo que grande parte desta execução ocorreu nos exercícios de 2012 e 2013. Já as parceiras firmadas em 2012, totalizando 4.639 jovens, foram executadas em 2013. Em 2012, das 8 parcerias firmadas, 7 foram na área de influência da SUDAM e SUDENE. Com isso, em 2012 e 2013, foram firmadas parcerias que beneficiaram 6.339 jovens.

Quantidade alcançada

6.339

Data de Referência

31/12/2013

- **Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem**

Análise Situacional da Meta

As ações integradas do MTE permitiram a contratação de 335.809 aprendizes em 2013, representando um aumento significativo em relação aos contratos celebrados em 2012, que atingiram 310.249 contratos. No total foram admitidos 646.058 aprendizes, representando 52,92% da meta.

Dos admitidos em 2013, 176.614 aprendizes eram homens (52,60%) e 159.195 mulheres (47,40%). Os setores do Comércio e Indústria de Transformação foram os líderes no ranking de contratações (170.089) e juntos representam 50,65% do total de admissões. A escolaridade predominante nos contratos de aprendizagem foi o Ensino Médio Incompleto (59,96%) seguido pelo Médio Completo (25,89%). Em consonância com a legislação vigente, a preferência nessa modalidade de contratação é a adolescência, contando com 227.688 aprendizes na faixa etária de 14 a 17 anos. No mesmo período foram verificadas 2.776 admissões de pessoas com deficiência como aprendizes.

As 335.809 admissões do ano de 2013 representam 27,13% do potencial de contratos de aprendizagem, tomando como referência a cota mínima de 5% estabelecida pela CLT. Os Estados do Amapá (43,94%), Rio Grande do Sul (42,71%), Ceará (39,06%) e Espírito Santo (38,65%) lideram o ranking superando a média nacional. Já Piauí (12,58%), Maranhão (15,58%), Pará (19,27%) e Rio Grande do Norte (19,86%) apresentam índices ainda bastante abaixo da média nacional. Cabe destacar que praticamente todos os Estados da Federação apresentaram melhora nos índices quando comparados ao ano de 2012. Merecem destaque: Rio Grande do Sul, que passou de 31,68% para 42,71% do potencial de contratação; e Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, que superam o resultado do ano anterior em 6 pontos percentuais. Ficaram abaixo do resultado do ano anterior os Estados do Rio Grande do Norte, Goiás, Rondônia e Tocantins.

O desafio para alcançar as metas expressas será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo como: Brasil – Viver sem limites, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

Quantidade alcançada

646.058

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	99.153	unidade	56.830	31/12/2013
Região Nordeste	220.645	unidade	100.483	31/12/2013
Região Norte	67.525	unidade	34.724	31/12/2013
Região Sudeste	623.264	unidade	323.075	31/12/2013
Região Sul	210.041	unidade	114.918	31/12/2013

- **Implementar as ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) é o documento que aponta o direcionamento a ser seguido pelos atores envolvidos com a política.

1 - Aprendizagem na Administração Pública (AP)

Resultados Esperados: Aprendizagem Regulamentada e implementada em todos os órgãos da Administração Pública. Providências: Elaboração de proposta para encaminhamento ao legislativo. Realização de reunião do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional - FNAP com a participação dos Fóruns Estaduais que já possuem o programa instalado no âmbito da Administração Pública.

2 - Articulação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e da Aprendizagem Profissional a Educação Profissional e Tecnológica

Resultados Esperados: catálogos de educação profissional formulado com referência na CBO; Aprendizagem Profissional integrada à Educação profissional e Tecnológica. Arcos Ocupacionais do Setor Bancário adotados e implementados pelas principais instituições públicas e privadas. Providências: Reuniões sistemáticas com o Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Educação para articulação do Catálogo Nacional de Aprendizagem Profissional - CONAP com Catálogo de FIC/Técnico; início das articulações para implantação da modalidade PRONATEC APRENDIZ com previsão de pactuação de vagas para março de 2014.

3- Plano de Comunicação

Resultados Esperados: classe empresarial, sociedade e governos locais sensibilizados para a importância do aspecto socioeconômico da Aprendizagem; Providências: Impressão de 50.000 cartilhas da Aprendizagem Profissional. Distribuição de 5.000 até Dezembro de 2013.

4 - Financiamento

Plano Mais Brasil

Resultados Esperados: estimular o incremento do financiamento privado por meio de benefícios fiscais ou de contrapartida ao cumprimento de cotas; captar fontes de recursos para investimento em novos cursos e programas de aprendizagem; garantir orçamento destinado à formação profissional de adolescentes e jovens. Providências: articulação com o Ministério da Educação via Pronatec (Portaria do n°168/2012, do MEC) para financiamento da formação teórica de até 480 horas para setores da economia não contribuintes do Sistema S.

5 - Democratização do acesso, expansão e interiorização da Aprendizagem

Resultados esperados: Aprendizagem ofertada com qualidade no interior do país para democratização do acesso; Implementação de programas de aprendizagem à distância.

6 - Fórum Nacional e Fóruns estaduais de Aprendizagem Profissional

Resultados esperados: fóruns instalados e em funcionamento em todos os Estados Brasileiros. Providências: instalação de Fórum de Aprendizagem Profissional nos estados do Espírito Santo, Paraíba, Mato Grosso, Piauí e Amapá. Previsão de conclusão para os Estados do Maranhão e Amazonas para março de 2014.

7 - Articulação e Monitoramento das ações de Aprendizagem com a Agenda nacional de Trabalho Decente - ANTD

Ações: participação de representantes do FNAP no Subcomitê de Juventude; sistematizar a experiência brasileira de política de aprendizagem profissional para fins de divulgação via Cooperação Internacional em coordenação com a ANTD. Elaboração de plano de trabalho, indicadores e meios de verificação de monitoramento das ações de aprendizagem com a ANTD; discutir e validar com os colegiados correlatos ao FNAP o plano de trabalho do monitoramento.

8 - Monitoramento e Avaliação das Metas do PNAP

Resultados Esperados: sistema integrado de informações; proposta de vinculação da aprendizagem como critério para conquistas de certificados de qualidade e/ou licitações.

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo da última década, com a colaboração de inúmeros atores e com o decisivo protagonismo do Governo Federal, o Brasil vem avançando na construção da política nacional de juventude por meio não só da ampliação da rede de atendimento das políticas universais, mas também da execução de uma série de programas de inclusão e de ações afirmativas. No entanto, ainda precisamos estender o acesso dos jovens a essas políticas, ainda não distribuídas igualmente a todos os territórios e ainda não acionadas por todos os segmentos.

Desse modo, o Governo Federal desenvolve o programa Estação Juventude, instrumento para fazer chegar ao jovem no

território o avanço das políticas e programas de juventude e, simultaneamente, disponibilizar tecnologia social de desenvolvimento de políticas públicas na perspectiva de garantia dos direitos dos jovens para os gestores locais.

O programa Estação Juventude se concretiza por meio do desenvolvimento de ações ancoradas em um equipamento público, com instrumentos e equipe capacitada para disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas, serviços e equipamentos que garantam seus direitos e contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social.

Coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude - SNJ e contando com a colaboração de outros Ministérios e Secretarias, o programa se desenvolve por meio de cooperação entre Governo Federal e entes federados, sob a forma de convênios de duração de 02 anos.

Pode ser desenvolvido em duas modalidades:

a)Unidade Complementar: com o objetivo de potencializar espaços estruturados e otimizar recursos. Está proposto para funcionar em equipamentos de outros programas ou espaços de ação do Governo Federal, Estadual ou Municipal. Desenvolve-se por convênios com municípios, com valor de convênio de repasse de até R$ 258.000,00 por unidade.

b)Unidade Itinerante (Rurais e Urbanas): com o objetivo de levar o Programa até os jovens que residem em áreas com pouca presença de equipamentos públicos, sobretudo jovens do meio rural, mas também das periferias urbanas, funciona em veículos adaptados para desenvolver ações em um território que contenha mais de um município, por meio de itinerância que contém periodicidade. Convênios com Estados ou, no caso das urbanas, com Municípios com mais de 2 milhões de habitantes. Valor de convênio de repasse de até R$ 633.000,00 por unidade.

Durante o ano de 2012 a equipe do Programa Estação Juventude contou com uma série de colaborações na forma de consultas e debates com especialistas, gestores e representantes dos conselhos de juventude, técnicos de diversas áreas do Governo Federal e consultorias especializadas para dar forma e detalhamento ao desenho do programa. Estas definições se expressam na Nota Técnica que orientou a publicação do edital para a seleção das propostas dos entes federados interessados em estabelecer convênios com a SNJ para a execução do programa, implantando e implementando unidades de Estação Juventude em seus territórios.

A definição que resultou desse processo de elaboração aponta que cada Estação Juventude contará com equipe qualificada e capacitada pela SNJ para desenvolver atividades estruturadas em torno dos seguintes objetivos:

•Criar espaço de convivência e conexão onde os jovens possam encontrar informações úteis para as escolha e definições relativas à sua vida presente e projetos de futuro;
•Sistematizar e disponibilizar dados e informações de programas, projetos e ações oferecidos pelas esferas (federal, estadual e municipal) que sejam do interesse dos jovens e contribuam para a garantia de seus direitos de cidadania e ampliação da sua capacidade de inclusão e participação social;
•Orientar e apoiar jovens na construção e reconstrução de suas trajetórias de inclusão e projetos de vida em consonância com as oportunidades existentes no território, por meio de oficinas coletivas e apoios individuais;
•Estimular e apoiar o desenvolvimento de novas políticas para a juventude de acordo com as necessidades e potencialidades locais;
•Criar redes de emancipação da juventude por meio da construção de pontes e conexões entre gestores de serviços e programas governamentais e não governamentais, com o objetivo de ampliar o leque de escolhas e oportunidades de inserção e participação social dos jovens de cada local.

Ainda em 2012 foi definida a necessidade de formalizar a colaboração de instituições especializadas para consolidar a formulação detalhada e transformar a base conceitual e programática do programa em instrumentos de capacitação e orientação operativa para os gestores locais que executam o programa na ponta. Nesse sentido, foi construída relação de cooperação com a Universidade Federal da Bahia - UFBA para a elaboração dos instrumentos conceituais e operacionais do programa, assim como para o desenvolvimento e aplicação de metodologia de capacitação dos gestores. Com a Universidade Federal do Paraná - UFPR, foi estabelecida cooperação para o desenvolvimento de plataforma para coleta, sistematização e disponibilização de informações relativas a programa, serviços e outras ações de interesse dos jovens. Com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cooperação para construção e aplicação de instrumentos de monitoramento e avaliação do programa.

Apesar dos termos de referência terem sido propostos em 2012, em função das greves das universidades federais, apenas em 2013 foi estabelecida a cooperação com as duas primeiras universidades (a terceira ainda está em processo).

O primeiro semestre de 2013 foi dedicado, portanto, à produção dos instrumentos com a cooperação da UFBA e da UFPR:

1 - Foi desenvolvida, junto à UFPR, a primeira versão da plataforma para a Central de Informações, que foi testada pela equipe técnica do programa; a avaliação, realizada em oficina colaborativa, indicou uma reformulação da plataforma, que está agora em fase de finalização. Concomitantemente foram sendo coletadas informações referentes a programas do Governo Federal junto a diversos Ministérios, que resultou num banco inicial de cerca de 70 programas e ações que serão entregues aos gestores das unidades locais de Estação Juventude para que eles as complementem com as informações de seu território.

2- Foi produzida com a UFBA publicação com textos que traduzem os conceitos fundamentais que estruturam as diretrizes do programa Estação Juventude para ser usada na capacitação e orientação dos gestores e demais atores interessados no Programa. O caderno reúne 10 textos que compõem substrato importante para a consolidação de uma perspectiva de desenvolvimento de política publica com a juventude, constituindo-se, assim, em instrumento concreto da tecnologia social que o Programa objetiva disseminar. Os textos foram elaborados por uma rede de especialistas em diálogo com a SNJ e o seu conjunto resultou em uma publicação de grande qualidade, que pode representar uma fonte útil para muitos atores do campo das políticas de juventude. A partir dessa avaliação, a Comissão editorial da Secretaria Geral da Presidência indicou a possibilidade de tiragem mais ampla para enviar a todos os entes federados interessados no tema da juventude, mesmo os que não estão conveniados com o programa. Além da impressão em papel, o texto ficará disponível em formato eletrônico no site da SNJ (www.juventude.gov.br) e no Participatório (http://participatorio.juventude.gov.br/).

3- Foi iniciado, também em cooperação com a UFBA, o processo de confecção dos guias de orientação para os gestores, que comporão uma segunda publicação e a segunda parte da concretização da tecnologia social do programa. Os guias contém definições operacionais e a orientação quanto ao "modo de fazer" de cada uma das sete linhas essenciais do programa: o caráter público do equipamento; o mapeamento do território; a central de informações; a oficina de percursos; os compromissos de autonomia; a rede de apoio para a emancipação dos jovens; mobilização e participação.

O processo de alinhamento e capacitação dos gestores locais responsáveis pela implantação das unidades nos territórios já foi iniciado com uma oficina que reuniu todos em Brasília no final de março de 2013. Foi programada, também, uma capacitação mais extensa e ampla, com todos os membros das equipes que serão contratadas pelos entes federados conveniados para executar as ações do programa nos territórios, quando será desenvolvida orientação mais operativa das

ações.

Realizamos uma primeira ação de monitoramento para levantar os avanços e dificuldades no processo de implementação. Consolidou-se, na Coordenação Nacional, a percepção da necessidade de formulação de instrumentos mais precisos para subsidiar e orientar os gestores e suas equipes técnicas para a implementação do programa nos territórios, tarefa que está sendo cumprida por meio da cooperação com a UFBA.

Estes produtos e materiais serão aplicados na capacitação e monitoramento dos gestores dos convênios e realimentarão o aprimoramento do desenho do programa, propiciando insumos mais sólidos para a implementação das próximas unidades resultantes do edital em curso.

Para dar seguimento à expansão do programa foi desenvolvido novo edital, aberto em outubro de 2013, para proceder à seleção de propostas de projetos de estados e municípios para 2013 e 2014.

Foram inscritos cerca de 800 projetos, dos quais originaram 42 convênios para a implantação de 32 unidades de Estação Juventude complementares, com municípios, e 10 Itinerantes, com Estados. Estas Estações devem iniciar o processo de implantação ainda no primeiro semestre de 2014.

Metas 2012-2015

- **Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Ainda em 2012 a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ lançou edital para seleção de propostas de unidades de Estação Juventude para estados e municípios nas modalidades complementar e itinerante (campo ou urbana). Considerando o caráter inovador e experimental do programa foi prevista a seleção de 30 projetos.

  Contudo, em função da ainda significativa fragilidade, do ponto de vista da capacidade institucional e operacional das estruturas voltadas à execução de políticas públicas de juventude entre os entes federados, a SNJ encontrou dificuldade de habilitar os projetos enviados, vindo a celebrar, efetivamente, 22 convênios: 14 são na modalidade Complementar, desenvolvidas em parceria com municípios, e 08 na modalidade Itinerante, em parceria com Estados, conforme segue:

  a) 3 Itinerante Urbana: MG, BA, AL
  b) 5 Itinerante Rural: MG, AL, BA, RS, ES
  c) 14 Unidades Complementares: Vitória da Conquista, Marechal Deodoro, Patos, Paulo Afonso, Imperatriz, Porto Alegre, Foz do Iguaçu, Dourados, Belo Horizonte, Vitória, Jaboatão, Maracanau, Anápolis, Sete Lagoas

  Nesta primeira edição as 22 Estações abrangem cerca de 90 municípios. Quase um terço (28) desses municípios fazem parte da lista dos 142 municípios priorizados no Plano Juventude Viva.

  As Estações Juventude Complementares estão implantadas em equipamentos públicos relativamente diversificados, compreendendo centros de referência de assistência social – CRAS (03), centros de juventude (04) e equipamentos de outras áreas como: biblioteca, pólos de educação, centros culturais, agência do trabalhador e secretaria de juventude (07).

  Na primeira etapa de implantação das unidades do programa, ao longo do primeiro semestre de 2013, foi observado pela coordenação nacional do programa, um conjunto de dificuldades na execução efetiva do projeto por parte dos entes federados conveniados na primeira seleção (2012). Estas dificuldades têm obrigado a coordenação nacional a

Plano Mais Brasil

readequar o seu planejamento de ações e recursos humanos, além de seu cronograma de capacitação e monitoramento das equipes locais em função da necessidade de reforço nos materiais de apoio aos gestores conveniados (guias contendo conceitos, diretrizes, orientações sobre a implantação e implementação do Estação Juventude).

Em junho de 2013 foi realizado o primeiro monitoramento sobre o processo de implantação das unidades de Estação Juventude nos territórios, onde foi possível observar algumas dificuldades recorrentes: a contratação da equipe (principalmente no caso das itinerantes), a aquisição de veículo no caso das itinerantes, o depósito de contrapartida do convênio de repasse, preparação dos espaços para o funcionamento do programa e estruturação da rede local necessária ao atendimento. A realização de diagnóstico mais detalhado do território de atuação e a definição das ações específicas de cada território também se revelaram difíceis para alguns gestores.

Tornou-se evidente a necessidade de apoio e monitoramento contínuo aos gestores locais por parte da coordenação nacional do programa, com a subsequente introdução de ações e revisão do cronograma inicialmente planejado: aumentamos o número de ações de alinhamento e monitoramento para acompanhar a implantação e implementação das unidades de Estação Juventude nos estados e municípios; investimos no desenvolvimento de materiais de apoio como guias e eventos de capacitação, com o apoio das universidades com quem estabelecemos relação de cooperação para esses fins, a Universidade Federal da Bahia - UFBA e a Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Durante o segundo semestre de 2013 foram realizadas várias reuniões com os coordenadores locais dos convênios para alinhamento dos processos de implantação das unidades locais e resolução dos problemas enfrentados. Ainda assim foram grandes as dificuldades encontradas, principalmente no que diz respeito à contratação das equipes de profissionais exigidas nos termos do convênio e, no caso das unidades de modalidade itinerante, para a licitação dos veículos.

Apenas duas unidades de modalidade complementar conseguiram vencer os desafios e contratar suas equipes ainda em 2013: os municípios de Sete Lagoas, em Minas Gerais, e Maracanaú, no Ceará.

O início do funcionamento dessas duas unidades, já desenvolvendo atividades com os jovens, é uma demonstração da viabilidade do programa. A perspectiva é a de que as demais iniciem as suas atividades no primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2013

- **Integrar pontos da Estação Juventude a Equipamentos públicos nos territórios**

Análise Situacional da Meta

O Programa Estação Juventude encontra-se em fase inicial de implementação nos estado e municípios, com 22 convênios firmados no final de 2012, ainda em fase de experimentação e detalhamento do programa.

Cada Estação Itinerante (que se instala em veículos com capacidade de circulação para chegar a localidades com pouca presença de equipamentos públicos de frequência juvenil) abrange mais de um município; nesse sentido, teremos, nesta primeira edição, 22 Estações, e cerca de 90 municípios com atuação do programa. Quase um terço (28) desses municípios fazem parte da lista dos 142 priorizados no Plano Juventude Viva, com quem o Programa Estação Juventude tem uma interface importante.

Um dos eixos constitutivos do programa é a conformação de uma “central de informações” para a coleta, sistematização e disponibilização de informações detalhadas e atualizadas acerca de diferentes iniciativas

governamentais e não governamentais de interesse dos jovens no território, a partir de base de dados oferecida pela SNJ e alimentada pelos gestores locais. Estas informações terão uma base de dados própria, mas serão compartilhadas pelos jovens e gestores por meio do Participatório, criando uma rede de informações entre os pontos estabelecidos pelas unidades do programa.

O processo de coleta de dados, necessariamente realizado junto a diversos setores governamentais, também cria as condições e estimula o estabelecimento de relações e conexões entre o programa Estação Juventude e os mais diversos tipos de equipamentos públicos, tanto no plano nacional como em cada território de atuação do programa.

O objetivo de criar uma "rede de apoio para a emancipação da juventude", constitutivo do programa, é justamente o de tornar essa conexão entre gestores de equipamentos, atores e espaços públicos e da sociedade civil, uma rede de apoio para os percursos de inclusão, autonomia e participação dos jovens.

Iniciamos o processo de alinhamento e capacitação dos gestores locais responsáveis pela implantação das unidades nos territórios com uma oficina que reuniu todos eles em Brasília no final de março de 2013. A metodologia utilizada possibilitou a troca de informações e experiências e possibilitou redefinições do processo de implantação de algumas unidades.

As observações colhidas nessa oficina, que dizem respeito às dificuldades comuns enfrentadas pelos gestores locais no processo de implantação das unidades de Estação Juventude, se consolidaram na primeira ação de monitoramento, realizada em junho deste ano. Consolidou-se, na Coordenação Nacional, a percepção da necessidade de ampliar os momentos e mecanismos de troca entre os gestores e acompanhamento por parte da coordenação nacional do programa a fim de subsidiar e orientar os gestores e suas equipes técnicas para a implementação do programa nos territórios. Oficinas colaborativas, eventos de capacitação e visitas locais estão no planejamento deste acompanhamento.

Está programada uma capacitação mais extensa e ampla, com todos os membros das equipes que serão contratadas pelos entes federados conveniados para executar as ações do programa nos territórios, para o segundo semestre, quando poderemos desenvolver uma orientação mais operativa das ações.

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

A concretização deste objetivo se dará de forma por meio da formulação e implementação:

a) A elaboração da Politica Nacional de Juventude Rural, que se encontra em discussão e construção no âmbito do Comitê Interministerial da Política de Juventude – COIJUV, para ser integrada ao Plano Nacional de Juventude.

Com a aprovação do Estatuto da Juventude, em agosto/2013, as propostas para a Política Nacional de Juventude serão estruturadas de forma integrada, garantindo unicidade das políticas e programas implementados no âmbito de todo Governo Federal, com o foco no desenvolvimento rural sustentável com qualidade de vida. Sendo assim, as diretrizes e formas de atuação do Estado, no que tange as políticas públicas para a juventude rural, serão tratadas no Plano Nacional de Juventude.

b) Do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, que aportará um conjunto de

Plano Mais Brasil

projetos e ações prioritárias e pragmáticas de intervenção na realidade socioeconômica de grupos de jovens em diversos territórios por meio da articulação de políticas públicas do Governo Federal que perpassam a realidade da juventude brasileira.

Paralelamente à construção da Política Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, em parceria com outros Órgãos e Entidades Federais, vem construindo o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural com o objetivo de promover ações direcionadas à juventude rural com foco em geração de renda, fortalecendo as condições necessárias de permanência dos e das jovens rurais e da floresta, articulando:

a) formação cidadã, com base nos preceitos agroecológicos;
b) estímulo ao intercâmbio de experiências entre a juventude rural e o governo;
c) acesso a tecnologias sociais;
d) Integração e ampliação de políticas públicas que atendam a juventude rural;
e) ampliação do acesso a informações sobre os direitos da juventude rural. O Programa terá três eixos articulados:
Eixo I - Formação para a Geração de Renda Sustentável, para o qual dois projetos pilotos encontram-se em implementação;
Eixo II - Projetos de Geração de Renda Sustentável; e
Eixo III - Ampliação do Acesso a Programas, Políticas Públicas e Direitos.

A proposta de construção desse Programa visa a atender a demanda apresentada por inúmeros jovens de movimentos sociais do campo que apontam a necessidade de agregar e articular ações que possam fortalecer as perspectivas de permanência da juventude rural no campo e promover caminhos para a sucessão rural que garanta o diálogo e a troca intergeracional, mas também promova o espaço para a criatividade e protagonismo dos e das jovens.

O desenho do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural encontra-se em processo de finalização junto aos parceiros (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério da Cultura - MinC, Ministério das Comunicações - MC, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB) e tem lançamento previsto para o 1º semestre de 2014.

Metas 2012-2015

- **Apoiar e articular parcerias para ações de capacitação e inserção produtiva de 2.000 jovens moradores de áreas rurais, visando o desenvolvimento sustentável do campo**

  Análise Situacional da Meta

  Visa a capacitar jovens em técnicas produtivas sustentáveis e mercadológicas para ampliar seu acesso a mercados concorrenciais e institucionais (PAA e PNAE), gerando renda e criando condições para a permanência dos jovens no campo e na floresta, por meio das seguintes ações:

  1) Parceria com a UNB e a UNILAB implementa piloto para capacitar jovens rurais em projetos de geração de renda que associam formação cidadã, preceitos agroecológicos e sustentáveis, estímulo ao intercâmbio de experiências e acesso a tecnologias sociais para fortalecer as condições de permanência dos jovens do campo e da floresta. Estão em capacitação 600 jovens, 300 do semiárido cearense e 300 do Centro Oeste com encerramento em 2014.

  2) Parceria com o Ministério do Trabalho apoia dois projetos para fomento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário e fortalecer empreendimentos econômicos solidários. Apoiam-se mais de 111 projetos produtivos alcançando cerca de 1.000 jovens em oito estados brasileiros: Paraná, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande

do Norte.

3) Parceria SNJ com Ministério das Comunicações lançou o Edital de Inclusão Digital para a Juventude Rural para projetos de extensão prevendo três grandes eixos: Educação no Campo, Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar e Comunicação Digital nas Áreas Rurais. Foram contempladas 3 experiências na Região Sul prevendo capacitar 1200 jovens (600 diretos e 600 indiretos).

4) Projeto Estação Juventude no Campo destinou 5 estações móveis para projetos em territórios da cidadania para ampliar acesso a direitos e a políticas públicas disponíveis pela juventude rural. Estados contemplados: AL, BA, MG, ES e RS.

5) o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural estruturará ações em três eixos: i) formação para a geração de renda sustentável; ii) fomento a projetos produtivos; e iii) ampliação do acesso às políticas públicas. Com lançamento previsto em Maio/2014, trará as seguintes ações: a) Juventude em Movimento: financiamento não reembolsável pelo BNDES e PETROBRÁS voltado a apoiar projetos de inclusão produtiva; ii) Residência Jovem: ampliação do PRONERA para estudantes do ensino médio, pós-médio e lato senso para atividades que contribuam com a transformação das condições de vida e de produção dos assentamentos na ótica agroecológica e da sustentabilidade ambiental, econômica, cultural e social; c) Curso de Formação agroecológica e Cidadã: ampliação dos projetos pilotos (UNB e UNILAB) com novas parcerias para outras regiões do País; d) Pontões de Cultura para a Juventude Rural: formação de rede horizontal de articulação e disseminação de iniciativas culturais para ampliar a presença de jovens rurais em políticas públicas e direitos; e) Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER: visa a assegurar ATER, ATER Indígena, financiamento, apoio na comercialização e fomento para a juventude produzir alimentos numa perspectiva agroecológica; e f) Fomento a Grupos Informais para Ampliação da Participação da Juventude no PAA e PNAE: revisão e priorização das linhas de fomento para incentivar a participação de jovens com faixa etária entre 15 a 29 anos no PAA e no PNAE.

Por meio das ações “1”, “2” e “3” estão sendo capacitados 2800 jovens, com 600 encerrando a capacitação em 2014.
Quantidade alcançada

2.800
Data de Referência

31/12/2013

- **Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

O objetivo geral da meta é a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio do Projeto Amanhã, ação de responsabilidade social instituída pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf em 1993. Desde seu início, o projeto já capacitou mais de 26 mil jovens residentes nos municípios dos vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, complementando as atividades educativas com cursos, palestras, dias de campo, práticas de empreendedorismo e associativismo

O resultado esperado com estas ações é a redução do êxodo rural, antes incentivado pela falta de perspectivas no campo e hoje inibido pela geração de oportunidade de trabalho, emprego e renda na região onde esses jovens nasceram.

As ações desenvolvidas em 2013 possibilitaram a capacitação de 1.005 jovens de áreas rurais em mecânica de máquinas industriais com ênfase em bombas de irrigação, em sistemas hidráulicos, elétrica, artesanatos, têxtil, informática, considerando o potencial produtivo das regiões de atuação da empresa e visando contribuir no fortalecimento e estruturação dos sistemas produtivos locais.

Plano Mais Brasil

As metas foram atingidas por meio de articulações e parcerias notadamente com o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o Sesi (Serviço Social de Indústria), a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

Foram empenhados cerca de R$ 280 mil reais, sendo a maior parte, R$ 208 mil reais, no Nordeste e o restante na região do norte de Minas Gerais. No estado de Minas Gerais existe uma articulação consolidada entre a Codevasf e o Sesi/SENAI, o que possibilita a expansão das ações sem maiores onerações, sendo que no ano de 2009 a Codevasf construiu o prédio das referidas instituições, ficando como contrapartida a oferta de cursos para o público do Projeto Amanhã.

Regionalização	Meta (2012-2015)	Qtdade Alcançada (2012-2013)
Nordeste	2.400	1.110 (46%)
Sudeste (Norte de MG)	600	867 (144%)
TOTAL	3.000	1.977 (65%)

Quantidade alcançada

1.977

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0996 - Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, criado pela Lei nº. 11.692/ 2008 e regulamentado pelos Decretos nº 6.629/2008 e nº 7.649/2011 tem como objetivo a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, promovendo ações voltadas à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional inicial e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania desses jovens. É oferecido um curso, organizado em 18 meses, que busca a formação integral do jovem, sua reinserção no processo de escolarização e novas possibilidades de identificação de oportunidades de trabalho, contribuindo para a promoção de direitos e a aquisição de trajetórias de emancipação ao longo da vida.

Para ampliar ações educacionais voltadas aos jovens de 18 a 29 anos nas unidades dos sistemas prisionais, especialmente a jovens mulheres, a partir da edição de 2013, o ProJovem foi implementado também nas unidades prisionais de cinco estados que fizeram adesão junto ao Governo Federal para desenvolver suas ações.

Entre as ações necessárias para a implementação do ProJovem Urbano, o MEC apoia, técnica e financeiramente, a formação continuada dos profissionais que atuam no programa: equipe gestora, formadores e educadores. A formação proporciona a esses profissionais a possibilidade de se apropriarem de seu projeto pedagógico integrado em três dimensões: Formação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã; bem como das especificidades que caracterizam a parcela da juventude brasileira, de 18 a 29 anos, que não completou o ensino fundamental, proporcionando a gestores, formadores e educadores momentos de análise e de reflexão sobre suas práticas diárias e sobre os desafios a serem vencidos no percurso formativo desses jovens atendidos pelo programa.

Entre as alterações feitas para a nova edição, a partir de 2013, destaca-se a criação das Salas de Acolhimento nos núcleos do programa para atendimento às crianças de 0 a 8 anos de idade, filhos dos jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão frequentando o curso. Essas salas têm o objetivo de apoiar a permanência dos jovens no curso, evitando a evasão ao proporcionar segurança e cuidado a essas crianças.

O Programa promove, ainda, ações efetivas voltadas à inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade e participa do Plano Juventude Viva, que é fruto de uma articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente jovens negros. Para tanto passou a atender aos municípios que estão na relação dos 142 municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra com um valor per capita diferenciado.

Metas 2012-2015

- **Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos**

Análise Situacional da Meta

O ProJovem Urbano é executado por estados e municípios que firmam adesão com o MEC para atendimento aos jovens nas suas localidades. Aos entes federados que aderem ao ProJovem Urbano são repassados recursos calculados com base na meta de atendimento e na frequência dos alunos matriculados no Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano/Simec, para o desenvolvimento das ações previstas na implementação local do programa, tais como: pagamento de pessoal; aquisição de gêneros alimentícios para os estudantes e crianças de 0 a 8 anos, filhos dos alunos; custeio da qualificação profissional; aquisição de material escolar para alunos e educadores, e aquisição de material para as Salas de Acolhimento.

Os estudantes matriculados no ProJovem Urbano recebem um auxílio financeiro de R$ 100,00 por mês, condicionado a uma frequência mínima de 75% nas atividades presenciais e à apresentação de 75% dos trabalhos pedagógicos, pelo menos. O auxílio tem o objetivo de apoiar a permanência do estudante nos 18 meses de curso e ampliar sua possibilidade de conclusão e certificação. Para a edição de 2013 foram produzidos e distribuídos para estudantes, educadores, formadores e gestores do programa, mais de 1,8 milhão de exemplares de material didático, segundo o projeto pedagógico integrado do ProJovem Urbano.

Resta destacar que a edição de 2012, primeira sob a coordenação deste Ministério, foi iniciada em junho de 2012 e finalizada em dezembro de 2013. Atendeu a 116 Municípios e 16 Estados, registrando uma matrícula de 104.804 jovens, dos quais 53,35% são da região Nordeste. A idade média dos participantes é de 23,3 anos, sendo 61,19% com idade entre 18 e 24 anos e 38,81% entre 24 e 29 anos. Mais de 60,73% do público atendido é feminino e 82,82% negro.

Os gestores, formadores e educadores do ProJovem Urbano participam do processo de formação continuada durante os 18 meses de curso. Na edição de 2012 participaram dos encontros de formação, realizados pelo MEC nas cinco regiões do país, 1.194 gestores das equipes das coordenações locais do programa, constituídas pelos coordenadores gerais, assistentes administrativos e pedagógicos e diretores de escolas. Além disso, foram realizados encontros para 300 formadores que desenvolveram as atividades de formação para 4.032 educadores.

Com relação a edição de 2013, iniciada em outubro do mesmo ano, foram registradas adesões de 9 estados e 94 municípios, que contam hoje com uma matrícula de 93 mil jovens. Desses municípios, 66 integram o Plano Juventude Viva. Em todos os entes federados que desenvolvem o Programa foram implantadas as Salas de Acolhimento, que atendem às crianças de 0 a 8 anos de idade, filhos dos jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão frequentando o curso. Essas salas têm o objetivo de apoiar a permanência dos jovens no curso, evitando a evasão ao proporcionar segurança e cuidado a essas crianças.

Plano Mais Brasil

Para os profissionais que atuarão na edição de 2013, foi realizada a primeira etapa de formação para 909 gestores. Por meio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renaform), está sendo oferecido um curso de extensão aos formadores.

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	%	31/12/2010	81,69	31/12/2013	68,7
Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres	%	31/05/2011	44,4	30/11/2013	72,7
Índice de planos municipais de políticas para as mulheres	%	30/09/2009	3,5	30/11/2013	4,5
Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero	%	31/05/2011	28,5	31/12/2013	39
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e no Distrito Federal	%	31/05/2011	81,5	31/12/2013	92,6
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos municípios	%	31/05/2011	5,3	31/12/2013	10,4
Municípios com serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência	unidade	30/04/2011	499	31/12/2013	531
Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM	unidade	31/12/2010	8.719	31/12/2013	7.989
Número de processos internacionais relacionados à violência contra mulheres brasileiras	unidade	31/12/2012	20	31/12/2013	18
Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	unidade	31/05/2011	886	31/12/2013	1.000
Percentual do Rendimento Médio Mensal Real do Trabalho das Mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens	%	26/09/2009	66,5	30/09/2012	69,4
Proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher.	%	31/12/2010	14,77	30/06/2013	12,28
Proporção de denúncias recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2012	52,63	31/12/2013	43,11
Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	1,39	30/09/2012	1,42
Taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	9,6	30/09/2012	8,4
Taxa de formalização do trabalho doméstico	%	30/09/2009	27,01	30/09/2012	28,45

Plano Mais Brasil

Taxa de frequência à creche ou escola de crianças de 0 a 3 anos de idade	%	30/09/2009	18,4	30/09/2012	21,2
Taxa de incidência de HIV em mulheres	1/100.000	31/12/2008	14,24	30/09/2012	14,5
Taxa de variação do número de demandas recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2011	11,1	31/12/2013	89,66

Observações:

Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres - O dado referente a 2013 foi obtido a partir de pesquisa realizada em Encontro do Fórum de Organismos de Políticas para Mulheres. O questionário da pesquisa foi respondido por 11 representantes de Organismos Estaduais de Políticas para Mulheres, dentre as quais 8 informaram ter planos estaduais de políticas para mulheres. O total de Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres é de 25.

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A relevância social e o valor econômico do trabalho das mulheres urbanas, do campo e da floresta, tanto produtivo quanto reprodutivo, permanecem invisíveis na sociedade moderna. As mulheres ainda representam minoria na população ocupada, 42,4%, embora constituam 52,3% da população em idade ativa. Ademais as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal, seu rendimento médio, segundo dados da PNAD 2012, equivale a 72,9% do que recebem os homens, uma vez concentradas na faixa salarial entre 0 e 2 salários mínimos e em ocupações consideradas precárias, como o trabalho doméstico, assim como outros serviços identificados com a imagem de cuidadora. O fato de apresentarem maior tempo de escolaridade não lhes garante participação ampliada nos espaços públicos e privados de direção. A segmentação e discriminação do trabalho feminino vêm acompanhadas pela dedicação aos afazeres domésticos e aos cuidados com a família, em tempo duas vezes superior àquele dispendido pelos homens para as mesmas tarefas.

No entanto, a despeito da estrutura sexista e discriminatória que sustenta as relações de trabalho, cada vez mais as mulheres consolidam sua participação no mundo do trabalho remunerado, insistem na participação na esfera pública da sociedade e buscam conquistar novos espaços de ocupação. Nesse sentido, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR) tem se dedicado ao fortalecimento de políticas públicas que rompam com paradigmas, ampliem as condições de participação das mulheres no mundo do trabalho e incidam sobre as dinâmicas de discriminação de gênero e etnicorracial e o fortalecimento de políticas sociais, que contribuem para sua autonomia efetiva, em conjunto com as distintas áreas do governo.

Dentre as ações estratégicas para a promoção da autonomia econômica das mulheres urbanas e rurais, foi intensificada a relação com Estados e Municípios no intuito de fortalecer a temática nas políticas públicas locais e reforçar o espaço dos organismos de políticas para as mulheres, sobretudo por meio do apoio técnico e financeiro a iniciativas locais e regionais destinadas à formação e qualificação profissional em carreiras não tradicionalmente femininas.

Exclusivamente às mulheres do campo e da floresta, são implementadas ações de divulgação e apoio a iniciativas inovadoras e sustentáveis, além da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário em ações como o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Programa de Aquisição de Alimentos, com o objetivo de ampliar e qualificar o acesso das mulheres rurais à produção e às políticas públicas.

Outra frente de ação é a construção de políticas de igualdade no local de trabalho, sobretudo por meio do

acompanhamento da agenda do trabalho decente, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e de legislações específicas sobre o tema, e do Programa Pró- Equidade de Gênero e Raça, criado em 2005, com intuito de estimular organizações públicas e privadas a desenvolverem ações com vistas à eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego.

A agenda da igualdade no mundo do trabalho vem acompanhada pela ampliação de direitos trabalhistas e previdenciários e pela formalização das mulheres ocupadas. Nesse sentido, é importante citar o trabalho de articulação, divulgação e acompanhamento da promulgação e regulamentação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, que equipara os direitos trabalhistas das empregadas e empregados domésticos as demais trabalhadoras e trabalhadores. A SPM, em parceria com o IBGE, IPEA, ONU Mulheres e OIT, tem ainda apoiado estudos e pesquisas sobre a situação das mulheres no mundo do trabalho, uso do tempo, jornada dupla de trabalho e corresponsabilidade pelos afazeres domésticos. Além do acompanhamento da política de educação infantil, coordenada pelo Ministério da Educação, que impacta a organização do tempo na vida das famílias e, especificamente, das mulheres.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR apoia com recursos financeiros um conjunto de projetos, apresentados pelo poder público estadual e municipal e por organizações não governamentais, destinados à capacitação de mulheres urbanas e rurais, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho e à sua autonomia econômica, com prioridade para aqueles projetos voltados para a inserção em áreas de atuação tradicionalmente desempenhadas por homens. Nos anos de 2012 e 2013, a SPM/PR apoiou 91 projetos, sendo que 51 deles são para capacitações em áreas tradicionalmente masculinas. Neste período, houve capacitação de 16.695 mulheres urbanas, do campo e da floresta para promover o acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho. Ademais, deve-se considerar que, dentre os projetos firmados em 2013, a maior parte do recurso para as capacitações será liberada no primeiro semestre de 2014.

Quantidade alcançada

16.695

Data de Referência

31/12/2013

- **Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça**

Análise Situacional da Meta

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e entre brancas/os e não-brancas/os nas organizações públicas e privadas e instituições, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. As empresas e organizações públicas e privadas, após adesão voluntária, apresentam e executam Plano de Ação. Para receberem o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça é preciso que obtenham o mínimo de 70% de execução das ações pactuadas e qualitativamente obter um desempenho satisfatório ou muito satisfatório.

O Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça evidencia publicamente o compromisso da organização com a equidade de gênero e etnicorracial na promoção da cidadania e a difusão de práticas exemplares no mundo do trabalho para a efetivação da igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho e eliminação de todas as formas de discriminação.

Na 4ª edição do Programa (período 2011/ 2012), cuja premiação ocorreu em abril de 2013, participaram 95 organizações, totalizando quase 900 mil empregados/as, sendo 45% de mulheres e 55% de homens. Das 95 organizações participantes, 57 obtiveram o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça. Para a 5ª edição, foi estimulada a entrada, sobretudo, de empresas privadas e públicas a fim de propagar ações de equidade de gênero e raça no mundo corporativo. Estão inscritas 83 organizações, que assinarão termo de compromisso em março de 2014.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

57

Data de Referência

31/12/2013

- **Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 15 reuniões com entidades representativas do trabalho doméstico e a articulação, com as bancadas de mulheres no Congresso. A PEC das Domésticas foi aprovada em março de 2013, ampliando de 13 para 29 os direitos garantidos às trabalhadoras domésticas, com destaque para o seguro desemprego, o FGTS, a proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa e a jornada de 8h diárias. Alguns dos direitos dependem de regulamentação, o projeto de lei encontra-se agora em discussão no Congresso. A SPM apoiou e participou do Seminário Regulamentando para Igualdade de Direitos realizado pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD no período de 6 a 8 de maio de 2013 em Brasília. Acompanhou e ofereceu apoio logístico ao ato realizado pelas trabalhadoras da FENATRAD no dia 9 de maio no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, junto a deputadas (os) e senadoras (os) que compõem a Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação dos Dispositivos da Constituição Federal. A SPM realizou ainda audiência com representantes da categoria das trabalhadoras domésticas (FENATRAD e Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT - CONTRACS/CUT), com o objetivo de discutir as estratégias propostas pelo segmento para este novo momento do PLC que regulamenta alguns dos direitos conquistados com a promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013. O tema também gerou uma cartilha e estava entre os conteúdos abordados durante a formação e capacitação das atendentes do Disque 180.

- **Efetivação do Protocolo de Intenções visando à concessão de crédito para estimular o empreendedorismo das mulheres**

Análise Situacional da Meta

Foi firmada pactuação com a Caixa Econômica Federal, entretanto não há reserva percentual de crédito exclusivo para mulheres. Por outro lado, o lançamento da Casa da Mulher Brasileira, no âmbito do Programa Mulher Viver sem Violência, prevê a existência de um serviço de promoção de autonomia econômica, com atendimento personalizado para mulheres em situação de violência que se encontrem também em situação de dependência econômica. O serviço prevê a identificação de alternativas e encaminhamento prioritário das mulheres atendidas a diversos programas e ações governamentais, das três esferas de governo, entre elas o acesso a crédito. A Caixa Econômica é um dos parceiros desta iniciativa.

- **Firmar acordos de cooperação para que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) promovam a inclusão produtiva das mulheres**

Análise Situacional da Meta

Acordo de cooperação entre SPM/PR, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Ministério da Integração/Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - realizado em 2012 -, resultou no apoio a oito projetos de curta duração destinados a mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de baixa renda, num total de R$ 955.253,65, com a estimativa de beneficiar 360 mulheres. A ênfase destes projetos está no suporte aos Arranjos Produtivos Locais – APL da Região Centro-Oeste de setores ocupacionais tradicionalmente masculinos, que demandem iniciativas prioritárias de capacitação tecnológica. Esta iniciativa, que tem um caráter inovador, pretende articular o estímulo à ocupação por mulheres de postos de trabalho tradicionalmente ocupados por homens, identificar as demandas de mão de obra de arranjos produtivos locais e a demanda por qualificação tecnológica. Os projetos de capacitação devem estar voltados para carências específicas de mão de obra na área tecnológica, identificadas em arranjos produtivos locais da região Centro-Oeste. Como, em geral, essas atividades são desempenhadas por homens, o que se espera é que a disponibilidade de mulheres com a qualificação requerida estimule os empregadores a romper com o modelo tradicional de contratar exclusivamente homens para esses postos, contribuindo para a diminuição da desigualdade de remuneração entre mulheres e homens. Os projetos selecionados estão sendo implementados, com

prazo de conclusão de implementação para 2014.

- **Firmar acordos de cooperação que visem ao fortalecimento das organizações produtivas de mulheres urbanas, do campo e da floresta, promovendo acesso à assistência técnica, ao crédito e apoio à comercialização**

Análise Situacional da Meta

Celebração de 5 Acordos de Cooperação entre a SPM/PR, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e os organismos de políticas para as mulheres dos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul para o desenvolvimento do projeto "Cidadania e Autonomia: Integração de Políticas Públicas para Mulheres Rurais". Seu objetivo é contribuir para ampliar o acesso a políticas públicas e fortalecer organizações produtivas de mulheres rurais, por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, coordenados pelo MDA, em parceria com a SPM/PR e outros órgãos do Governo Federal e com a participação de representações da sociedade civil.

- **Firmar acordos e protocolos para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal e o desenvolvimento da aquicultura familiar e ainda da constituição de banco de sementes e criação de sementes crioulas em empreendimentos que beneficiem as mulheres**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) prevê ações interministeriais, a serem implementadas pelo MDA, MDS e MAPA, para apoio a conservação, multiplicação e comercialização de sementes e mudas crioulas e varietais, e para aprimoramento de sua compra e distribuição por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A SPM/PR participa do Comitê Nacional do Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), onde ações são desenhadas e articuladas, sem a necessidade de acordos formais.

- **Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, houve a aprovação pelo Senado da Emenda Constitucional 72/2013, chamada PEC das Domésticas, que ampliou 16 direitos, após discussões que envolveram os três Poderes e a sociedade civil. Em continuidade, a SPM/PR acompanhou as discussões para elaboração da proposta de regulamentação, mantendo diálogo com a FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas), outras representações de trabalhadoras e trabalhadores domésticos e entidades sindicais. A proposta de regulamentação foi aprovada no Senado e encaminhada à Câmara dos Deputados. A SPM/PR acompanha a tramitação do Projeto na Câmara dos Deputados.

- **Inscrever a temática de gênero nas políticas de combate à pobreza, com foco em ações voltadas para a inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR é parceira do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, participando de seus Comitês Gestores Nacionais. Ambos os Programas integram o Brasil sem Miséria, contribuindo para a inserção produtiva e outras iniciativas voltadas para a autonomia das mulheres trabalhadoras rurais das regiões atendidas. As mulheres pobres e extremamente pobres constituem o público prioritário de nossas ações de fomento a iniciativas de inclusão produtiva. Além disso, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as mulheres representam 93% das titulares do cartão do Programa Bolsa Família, que contribui fortemente para a autonomia econômica das mulheres pobres e extremamente pobres. A inscrição no Programa permite ainda acesso ao Pronatec Brasil sem Miséria, que em 2013, do total de 578 mil matrículas nos cursos de qualificação profissional, 66% foram de mulheres, com destaque para a qualificação em profissões tradicionalmente masculinas.

- **Participar dos Fóruns de Pactuação para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) instituído pela Lei 11.346/06, com vistas a assegurar o direito das mulheres à alimentação adequada**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país. Durante o ano de 2013, foram realizadas diversas atividades para o fortalecimento do SISAN nas unidades da federação. Quanto às adesões ao Sistema, 25 estados e o Distrito Federal já aderiram, sendo que os estados de Goiás e São Paulo formalizaram a adesão em 2013. Como estratégia de comunicação e informação, é enviado semanalmente um boletim de informações sobre o SISAN e estão sendo construídas outras estratégias de comunicação. A SPM/PR participa regularmente das reuniões realizadas pela Câmera Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, instâncias do SISAN.

- **Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados 4 Seminários com os governos dos Estados de Minas Gerais e Sergipe, do Distrito Federal e da Prefeitura de Manaus/AM. Também em 2012 foi realizado o Seminário "Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável" em parceria com a Cepal e com apoio da ONU-Mulheres, OIT, IBGE e IPEA. O Seminário teve como objetivo discutir as políticas públicas de cuidado, trazendo a experiência do governo uruguaio com o Sistema Nacional de Cuidados e discutindo a política brasileira de creches. Além de participantes da sociedade civil e de universidades, contou com as contribuições do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação. Já em 2013, foi realizado o Seminário "Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres na Contemporaneidade" que contou com a presença do IPEA, do IBGE, além de pesquisadoras e organizações da sociedade civil.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, no primeiro semestre de 2013, acompanhou os debates que foram relacionados à temática do trabalho doméstico remunerado e ao aumento de formalização desta categoria. Esses debates, realizados com entidades como a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos – FENATRAD e centrais sindicais, representantes de Ministérios e Parlamentares, envolveram a discussão da importância desses direitos para as trabalhadoras, o peso que a medida teve para o reconhecimento do trabalho doméstico remunerado, o papel das diversas instâncias do governo federal e dos parlamentares e das entidades de representação.

Os dados da Pnad 2009 revelavam uma taxa de informalidade entre os trabalhadores domésticos de 73% para as mulheres e de 54% para os homens. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2012, dos 6.307.372 trabalhadores domésticos, apenas 1.899.572 tinham registro na carteira de trabalho. Apesar de ter diminuído, a taxa de informalidade entre esses empregados chega a 69,88%, e é ainda mais alta entre as mulheres, que são mais de 92,3% deste mercado. Para elas, a informalidade é de 71,6%, contra 49,8% entre os homens.

- **Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro de 2012, foi instituída pelo MTE a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo é analisar o conteúdo da Convenção e da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). Visando à ratificação da Convenção, a SPM/PR presidiu a Comissão, coordenada pelo MTE. Como resultado dos trabalhos da

Comissão, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 acerca do Trabalho Doméstico, o qual se encontra no Ministério das Relações Exteriores, para ser encaminhado.

- **Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR realizou uma campanha sobre a temática na ocasião da aprovação da PEC das Domésticas. Com a regulamentação, serão realizadas outras campanhas com vistas ao esclarecimento acerca dos direitos dessas trabalhadoras e com vistas ao estímulo à formalização. Até dezembro de 2013, a regulamentação ainda não havia sido concluída.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 11.324/06 previa a dedução apenas até o ano-calendário de 2011. Entretanto, a Lei nº 12.469, em 2011, ampliou a vigência até 2015, ano-calendário 2014.

OBJETIVO: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM tem como princípios: a humanização e a qualidade da atenção. A Política orienta-se na perspectiva de gênero, de raça e de etnia para garantir, pelo Sistema Nacional de Saúde-SUS, a implantação e implementação das ações de promoção, proteção, assistência e recuperação da saúde e o acesso das mulheres a todos os níveis da atenção a saúde. As ações voltadas à melhoria das condições de vida e saúde das mulheres deverão ser executadas de forma articulada com setores governamentais e não-governamentais, condição básica para a configuração de redes integradas de atenção à saúde e para a obtenção dos resultados esperados. A Secretaria de Politicas para as Mulheres – SPM/PR, em 2013, tem participado regularmente das reuniões da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher do Conselho Nacional de Saúde - CISMU/CNS e da Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde – CNAIDS/SVS/MS.

A SPM/PR no seu planejamento estratégico de 2013 está priorizando a seguinte ação estratégica: Contribuir para implementação da PNAISM em todo o território nacional e reafirmar os direitos já assegurados às mulheres no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Espera-se com esta ação: a) construir um instrumento de acompanhamento da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM - em todos os estados e capitais onde existem Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – OPM; b) apoiar a atualização da PNAISM e acompanhar sua implementação; c) integrar a campanha institucional contra o racismo com Ministério da Saúde/SEPPIR com foco nas mulheres negras; e d) acompanhar a implementação das ações relativas aos direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres.

No segundo semestre de 2013, foram realizadas várias reuniões e seminários com o objetivo de apoiar e fortalecer a implementação da PNAISM. Visando resguardar as diversas identidades e especificidades das usuárias, a SPM/PR realizou reuniões com o Ministério da Saúde sobre saúde de segmentos específicos de mulheres. A partir destas reuniões foram organizados documentos sobre a saúde das mulheres indígenas para subsidiar e apoiar a incidência destas mulheres

na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena – CNSI, suas etapas local, distrital e nacional realizadas entre junho a novembro de 2013. A SPM/PR teve participação em duas etapas distritais da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (5ª CNSI), em Salvador/BA e em Boa Vista/RR, promovendo reuniões de lideranças indígenas femininas, e participou da etapa nacional da 5ª CNSI. Além disso, esteve na organização do Seminário de Segurança Alimentar e Mulheres Indígenas, promovido pelo Consea, que reuniu cerca de 70 mulheres indígenas em Brasília e resultou em uma carta de reivindicações que está sendo respondida pelos Ministérios responsáveis pelo atendimento da Segurança Alimentar.

Em relação às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, foi discutida a elaboração de kit de prevenção às DST/AIDS e do protocolo de saúde das mulheres lésbicas, visando o acesso e acolhimento humanizado desta população no Sistema Único de Saúde – SUS, previsto nas Políticas de Saúde LGBT e de Atenção Integral à Saúde da Mulher. A SPM-PR também participou da organização do Seminário Nacional de Saúde LGBT e da Roda de Conversa sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT – Conquistas e Desafios, no Curso Regional de Formação de Lideranças LGBT para o Controle Social no SUS, regiões S/NE/CO. Dentre os principais resultados destas articulações, está a decisão de articular, no Ministério da Saúde, um grupo de trabalho para realizar ações necessárias para a publicação de diretrizes para a atenção integral em saúde para mulheres lésbicas e prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST entre essa população. As ações do grupo preveem a realização de uma oficina e um seminário em 2014, além da contratação de consultores para trabalhar na elaboração das diretrizes.

No que se refere às mulheres com deficiência, foi realizado o Seminário Nacional sobre Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, em parceria com a SDH-PR, em novembro de 2013. Houve participação do Ministério da Saúde no debate sobre a atenção à saúde das mulheres com deficiência, o que permitiu que elas encaminhassem suas demandas ao Ministério. Ao final do evento, foi elaborada uma carta com demandas – entre as quais as da área de saúde – que serão enviadas oficialmente aos ministérios responsáveis.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar implementação das políticas de saúde visando adequar as demandas específicas das mulheres na identificação e caracterização das doenças ocupacionais vinculadas a labores majoritariamente exercidos por mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR acompanha as atividades da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST), que assessora o Conselho Nacional de Saúde quanto ao acompanhamento das políticas de saúde voltadas para a trabalhadora. Como forma de acompanhar a implementação das ações para mulheres trabalhadoras, do campo, da floresta e das águas, a SPM/PR participou de reuniões, eventos, encontros e seminários. Cabe assinalar que o Ministério da Saúde vem construindo a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), com a participação dos movimentos sociais. O objetivo desta política é melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, reconhecendo suas especificidades de gênero, geração, raça e etnia, por meio do acesso aos serviços de saúde, da redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho; e da melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida. Nesse sentido, realizou o II Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta que contou com a participação da SPM/PR.

- **Apoiar e acompanhar a implementação das ações de direitos sexuais e reprodutivos, em especial a prevenção e tratamento das DST/AIDS, para as mulheres, em todas as faixas etárias**

  Análise Situacional da Meta

  No Comitê de Mobilização Social e de Especialista, a SPM/PR participou da IV Reunião do Comitê de Mobilização Social da Rede Cegonha e da 18ª Plenária do Pacto Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, que aconteceram no dia 26 de junho de 2013, em Brasília. A primeira parte da reunião realizou um balanço da rede cegonha, seguido de debate. A segunda parte contou com 3 apresentações sobre morte Materna no Brasil e no Mundo, seguidas de debate.

  Entre 1990 e 2010, a razão de mortalidade materna foi reduzida de 141 para 68 óbitos maternos por 100 mil nascidos

vivos, o que representa uma queda de 51%. No entanto, a velocidade dessa queda diminuiu a partir de 2001. Os dados preliminares referentes a 2011 apontam uma redução de 21% frente a 2010, indicando que as novas estratégias implementadas pelo Ministério da Saúde têm atingido melhores resultados. Mais de 66% dos óbitos maternos deve-se a causas diretas relacionadas à gravidez – em grande medida evitáveis.

A SPM/PR, em parceria com o Ministério da Saúde, está elaborando um planejamento de ações sobre direitos sexuais e reprodutivos, em especial a prevenção e tratamento das DST/AIDS, para as mulheres, em todas as faixas etárias. Neste segundo semestre, já foram realizadas 4 reuniões e o planejamento está em fase de conclusão. A SPM/PR participou também das reuniões da Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais – CNAIDS, do IX congresso da Sociedade Brasileira de DST e do V Congresso Brasileiro da AIDS. Houve ainda reuniões do GT Mulheres, Aids e outras DST para elaborar as Ações Estratégicas a serem desenvolvidas nas Secretarias estaduais e Municipais e no MS.

- **Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros**

Análise Situacional da Meta

A capacitação de profissionais da saúde estruturada pela SPM adotou duas estratégias: o desenvolvimento do Módulo Gênero e Raça, para os responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde do Programa Saúde da Família, e o apoio à capacitação de profissionais da saúde por meio de convênios. Para a primeira estratégia, a SPM/PR negocia, atualmente, com a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, o Curso de Ensino a Distância (EAD) sobre Gênero e Saúde da Mulher para a capacitação de Gestores, em especial dos Profissionais da Atenção Básica. A OPAS contratou o responsável para desenvolver o curso EAD sob supervisão da área técnica da SPM. Para a segunda estratégia, em 2012, a SPM apoiou sete propostas de convênios específicas para a área de saúde. Em 2013 foram apoiadas 12 propostas na área de saúde, onde estão inseridas as capacitações. Os convênios ainda estão em execução. Desta forma, ainda não é possível informar quantos profissionais foram capacitados por meio de convênios.

- **Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR tem realizado, desde outubro de 2012, uma série de atividades sobre políticas públicas para mulheres com deficiência. A Oficina sobre Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência realizada ao final de 2012 contou com a parceria de diversos órgãos como o Ministério da Saúde, a SDH/PR, e a colaboração de especialistas na temática, subsidiando a realização de atividade específica sobre "Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência" na Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Em 2013, a SPM/PR ampliou a articulação com organizações sociais, conselheiros e conselheiras, parlamentares e representantes de diversos órgãos do Governo Federal, estadual e municipais, realizou em conjunto com a SDH/PR uma atividade sobre o tema na 11ª Edição da REATECH - Feira Internacional de Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade. Em novembro de 2013 foi realizado o Seminário Nacional de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, no qual foram aprovadas 41 propostas necessárias ao fortalecimento das mulheres com deficiência e a efetividade dos direitos e políticas públicas direcionadas ao segmento. Ainda está em processo de criação o Grupo de Trabalho Interministerial, em parceria com o Ministério da Saúde e a SDH/PR, e outros ministérios que compõem o Programa Viver sem Limites, para formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades.

- **Elaborar documento contendo orientações para o acompanhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde para os organismos executivos de políticas para as mulheres**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR contratou consultoras para desenvolver o instrumento de acompanhamento da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher nos estados e nos municípios, com especial atenção à Rede Cegonha. Os Organismos de Políticas para as Mulheres dos entes federados utilizarão as diretrizes do documento para auxiliar na

realização dessa meta. O instrumento está em fase de conclusão. Houve reunião, em 2014, com a consultoria para fechar o instrumento de acompanhamento da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher nos estados e nos municípios, com especial atenção à Rede Cegonha. Planejam-se, para 2014, os seguintes passos para a publicação do instrumento: revisar e adaptar o instrumento para uma linguagem acessível para as gestoras; reunião para realizar revisão, edição e editoração/projeto gráfico da publicação e validação da nova versão do documento; e capacitação dos Organismos Governamentais de Politicas para as Mulheres – OPM no segundo semestre de 2014.

- **Elaborar estudos e pesquisas sobre direitos sexuais e reprodutivos, saúde da mulher e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**

Análise Situacional da Meta

A SPM está elaborando um instrumento de acompanhamento da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher nos estados e nos municípios, com especial atenção à Rede Cegonha.

- **Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em particular a Rede Cegonha, nos estados e municípios**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR incentiva a atuação dos OPM junto às respectivas secretarias de saúde. Os OPM estaduais são incentivados a participarem das videoconferências mensais de monitoramento da Rede Cegonha. As videoconferências permitem um diagnóstico específico sobre a saúde, inclusive a saúde da mulher, em cada estado. Além disso, a SPM/PR está elaborando um instrumento de acompanhamento da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher com especial atenção à Rede Cegonha. A SPM/PR participou de duas reuniões na Rede Cegonha: do Comitê de Mobilização Social e de Especialista e do Comitê Gestor da Rede Cegonha. Este é um espaço que buscou qualificar a atenção obstétrica e neonatal.

- **Participar do Fórum de Implementação e Monitoramento da Rede Cegonha**

Análise Situacional da Meta

No Comitê de Mobilização Social e de Especialista, a SPM/PR participou das reuniões do Comitê de Mobilização Social da Rede Cegonha e da 18ª Plenária do Pacto Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, que aconteceram no dia 26 de junho de 2013, em Brasília.

No Comitê de Monitoramento, a SPM/PR vem participando de reuniões do Comitê Gestor da Rede Cegonha e de Videoconferências, com a participação de Secretarias de Saúde e dos Organismos de Politicas para as Mulheres dos Estados e Capitais.

Entre 1990 e 2010, a razão de mortalidade materna foi reduzida de 141 para 68 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, o que representa uma queda de 51%. No entanto, a velocidade dessa queda diminuiu a partir de 2001. Os dados preliminares referentes a 2011 apontam uma redução de 21% frente a 2010, indicando que as novas estratégias implementadas pelo Ministério da Saúde têm atingido melhores resultados. Mais de 66% dos óbitos maternos deve-se a causas diretas relacionadas à gravidez – em grande medida evitáveis.

É importante ressalvar que, entre as mulheres negras, houve piora em alguns indicadores de mortalidade materna, em contraste com as mulheres brancas, reforçando o diagnóstico de seu acesso desigual aos serviços de saúde. Outra evidência importante acerca do indicador de mortalidade materna é que 4% dos óbitos registrados estão relacionados a abortos realizados em condições inseguras, configurando-se como um problema de saúde pública de significativo impacto no país.

- **Realizar 2 Seminários ou oficinas para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, a SPM/PR realizou uma oficina com as Gestoras Estaduais dos OPM nas datas de 19 e 20 de fevereiro

2013, em Brasília/DF. Na oficina, foi discutida a importância dos OPM trabalharem com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e também as ações prioritárias da Saúde das Mulheres para cada estado e município.

Foi realizado, em 29 e 30 de outubro de 2013, o encontro com os OPM no qual se apresentaram as propostas de trabalho da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e também as ações prioritárias para a implementação da Saúde das Mulheres no País. Em dezembro foi realizado, em conjunto com o Ministério da Saúde, o Encontro com Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas - Diálogo sobre a PNAISM, com o objetivo de avaliar a implementação da PNAISM e a contribuição para a construção da Cartilha "Direitos à saúde das Mulheres do campo, da floresta e das águas".

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A construção de uma cultura que expresse valores de igualdade, solidariedade e respeito às diferenças é uma tarefa contínua e cotidiana. Escolas e universidades são espaços privilegiados para essa tarefa.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, realizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a ONU Mulheres, tem o objetivo de viabilizar as transformações culturais e de difundir, por meio da educação e da formação de valores, atitudes não discriminatórias e libertárias. O Prêmio é uma das ações do Programa Mulher e Ciência, que visa a estimular a produção e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País e a promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

Nos nove anos do Prêmio foram 26.864 inscrições em todas as suas categorias, e cada edição tem seus trabalhos premiados publicados em livro e divulgados para a sociedade brasileira. Este Prêmio tem, ao longo das sucessivas edições, disseminado estes temas nas escolas de Ensino Médio, bem como nas faculdades e universidades, esperando que assim as futuras gerações possam viver numa sociedade livre de preconceitos e plena de igualdade.

A cerimônia de premiação da 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero ocorreu no dia 19 de agosto de 2013. Foi lançada a 9ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos, para estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres e sensibilizar a sociedade para tais questões. A premiação da 9ª edição será em junho de 2014, quando será lançada a 10ª edição.

Adicionalmente a essas iniciativas, a SPM/PR participou da seleção de projetos inscritos sob o edital do Programa de Extensão Universitária (Proext), do Ministério da Educação, dando incentivo a políticas culturais, de esporte, lazer e educação observando a igualdade e a equidade de gênero. Em setembro de 2013, a SPM participou de oficina no intuito de colaborar com a elaboração da linha 12 "Mulheres e relações de gênero" do edital Proext 2015.

Para promover as políticas culturais, a SPM/PR realizou, junto com o Ministério da Cultura dois editais: Carmem Santos Cinema de Mulheres (para filmes de curta e curtíssima duração) e Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais. Em outubro foi publicado o resultado final do Prêmio Funarte.

Plano Mais Brasil

Em novembro de 2013, foi realizada a Conferência Nacional Livre de Educação e Gênero, pela SPM/PR em parceria com a União Brasileira de Mulheres (UBM), com os apoios do Fórum Nacional de Educação do Ministério da Educação (FNE/MEC), da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SPM/DF), da Universidade de Brasília (UnB), que contou com a presença de delegadas eleitas para a CONAE, representantes de movimentos sociais e de órgãos públicos. A proposta era levar Governo e sociedade à discussão de como implementar políticas públicas que contemplem a transversalidade de gênero na educação brasileira. O evento foi uma atividade preparatória para a II Conferência Nacional de Educação (Conae 2014).

Outra iniciativa que busca fortalecer uma cultura social igualitária foi o Prêmio "Mulheres Negras contam sua história". O Prêmio teve como objetivo estimular a inclusão social das mulheres negras, por meio do fortalecimento da reflexão acerca das desigualdades vividas por elas no seu cotidiano, no mundo do trabalho, nas relações familiares e de violência e na superação do racismo. A publicação com todos os textos premiados foi lançada na 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no dia 06 de novembro de 2013. O evento de lançamento reuniu autoras dos textos publicados, representantes das Secretarias de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Metas 2012-2015

- **Apoiar ações desenvolvidas pela SDH visando a reparação das mulheres anistiadas e/ou em processo de obtenção de anistia política**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR acompanha as ações desenvolvidas pela Secretaria dos Direitos Humanos e do Ministério da Justiça nos processos de anistia. A SPM não tem apoiado ações nessa área.

- **Apoiar a constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, no ano de 2013, apoiou duas Universidades Federais mediante celebração de Termo de Cooperação. Até o momento, as universidades contempladas são: Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal Rural de Pernambuco. A primeira tem objeto relativo à realização do Seminário Internacional Fazendo Gênero e a segunda, à realização de estudos e eventos do tema Mulher e Ciência nos espaços de poder e decisão.

  O Seminário Internacional Fazendo Gênero foi realizado nos dias 16 a 20 de setembro de 2013. Dentro do Seminário, foram realizadas, e apoiadas pela SPM, diversas atividades promovidas pelos núcleos de gênero.

  Foi lançado, em novembro de 2013, o edital nº 05, que contém uma linha temática destinada a apoiar propostas apresentadas por núcleos de estudos de gênero e/ou por pesquisadores de universidades, com prioridade no apoio a projetos que estimulem encontros e organizem o maior número de segmentos de mulheres para debater temas relativos a políticas públicas para mulheres, participação política das mulheres, e às mulheres nas mais diversas frentes de atuação, tendo como propósito fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

- **Apoiar iniciativas da sociedade civil na construção de redes de monitoramento de conteúdos midiáticos com enfoque nas relações de gênero, raça, etnia e orientação sexual**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR participou e apoiou a iniciativa da reunião "Mídia, Direitos das Mulheres e Políticas Públicas", promovida por organizações não governamentais de comunicação e de mulheres negras, com vistas à construção de uma plataforma com estratégias de comunicação para enfrentar o racismo, o sexismo e todas as formas de discriminação e preconceito por gênero, raça e etnia, e orientação sexual, com incidência prioritária na 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e na Conferência Nacional de Cultura.

- **Articular a ampliação do alcance do Programa Gênero e Diversidade na Escola para as instituições de ensino**

superior público e privado e demais modalidades

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR está em diálogo constante com o MEC quanto ao desenvolvimento deste programa. Para alcance da meta, a SPM/PR auxilia na divulgação das inscrições dos cursos ofertados pelo Programa Gênero e Diversidade na Escola – GDE nas vagas disponibilizadas em 2013.

Ainda, a SPM/PR participou da avaliação dos cinco anos do programa, na oficina GDE +5, em setembro de 2013, organizada pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM, no Rio de Janeiro, e de oficina promovida pelo MEC para discutir o andamento dos cursos Gênero e Diversidade na Escola e Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, realizada em outubro de 2013.

- **Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em parceria com o MCTI e o CNPq, lançou a chamada pública "Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação", disponibilizando R$ 11 milhões com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil. A intenção é despertar o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do Ensino Médio e da Graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica.

- **Elaborar um caderno com diretrizes da política cultural para incentivo à igualdade de gênero**

Análise Situacional da Meta

Há a previsão de elaboração de um caderno, que deverá ser formulado a partir de um Seminário promovido pelo Ministério de Cultura, cuja realização ainda está em negociação.

- **Estimular a ampliação da transmissão de jogos e da participação das mulheres nas diversas modalidades de esportes nas programações de rádio e TV.**

Análise Situacional da Meta

A ampliação das oportunidades de acesso e valorização da participação das mulheres no esporte se relaciona à ampliação da divulgação. O investimento – coordenado pelo Ministério do Esporte, Caixa Econômica Federal e com apoio da SPM/PR – para retomada do calendário do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, que ocorreu de 18/09 a 07/12/13, também se vinculou a acordo prévio com empresas de televisão para transmissão dos jogos. A Fox Sports transmitiu ao vivo um jogo de cada uma das 11 rodadas, bem como um dos jogos das semifinais e as duas partidas finais da competição. Os jogos foram retransmitidos pela Band Sport no fim de semana seguinte a cada rodada, com repercussões em programa esportivo da Band. Na sequência, ocorreu o Torneio Internacional de Brasília de Futebol Feminino, quadrangular envolvendo Brasil, Chile, Canadá e Escócia, com transmissão ao vivo dos jogos da seleção brasileira pela Tv Bandeirantes (canal aberto).

Durante o ano de 2013, a SPM/PR também promoveu diálogo com atletas, pesquisadoras e órgãos governamentais que culminou com a realização, em novembro, do Seminário "Mulheres, esporte e lazer e políticas públicas", com os temas: 'Políticas Públicas de Esporte e Lazer: cidadania, qualidade de vida, desenvolvimento humano e inclusão social para as mulheres brasileiras', 'Esporte de Alto Rendimento: igualdade de condições e de oportunidades entre mulheres e homens' e 'Esporte e lazer: desafios e oportunidades para as mulheres'. Dos 147 participantes do seminário, 91 foram mulheres.

- **Estimular a ampliação no número de mulheres contempladas com Bolsa-Atleta e nos esportes de alto rendimento visando promover a discussão sobre a perspectiva de gênero nos grandes eventos esportivos, junto aos órgãos federais**

Análise Situacional da Meta

A SPM publicou, entre 2012 e 2013, várias matérias em sua página, assim como divulgou junto aos Organismos de Políticas para as Mulheres informações sobre a concessão do Bolsa-Atleta, categorias e respectivos valores, bem como

Plano Mais Brasil

critérios, prazos e forma de inscrição no Programa, estimulando as mulheres a se inscrever candidatando-se ao benefício. Em 2013, 2.685 mulheres foram contempladas com Bolsa-Atleta nas modalidades olímpicas/paraolímpicas e não olímpicas, correspondente a 41% do total de bolsas concedidas. Além disso, a SPM vem discutindo com o Ministério do Esporte a importância de ampliar essa participação. Em 2014, pretende-se realizar estudo quanto às diferenças de participação de mulheres e homens na várias modalidades esportivas.

- **Fomentar o desenvolvimento permanente de linhas de pesquisa sobre o enfrentamento conjunto do racismo, sexismo e lesbofobia**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, no edital de chamada Pública nº 02/2013, previu a linha temática – Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais e de Formação de Profissionais da Educação – que possibilita o apoio a projetos relacionados à promoção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutiva de estereótipos de gênero, raça e etnia, orientação sexual e/ou geracional e que contribuam para ampliar e valorizar a produção cultural das mulheres. Além disso, o apoio aos Núcleos de estudo de gênero permite a apresentação de propostas para a elaboração de pesquisas, estudos e metodologias, tecnologias, materiais didáticos com destaque na área do desenvolvimento sustentável; e/ou publicação de experiências, estudos e resultados de pesquisa.

Em 2012, foi lançada a terceira edição do Edital Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, que teve por objetivo estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos relacionados aos temas relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Esta Chamada reservou recursos específicos para pesquisas voltadas às temáticas das relações de gênero no campo e na floresta. Os projetos apoiados se encerrarão em 2015.

Houve ainda o lançamento do edital nº 05/2013, que contém uma linha temática destinada a apoiar projetos e ações educativas que estimulem uma educação igualitária por meio da inclusão do desenvolvimento de debates acerca das desigualdades entre homens e mulheres e suas intersecções de classe social, raça, etnia, orientação sexual e geracional, na prática pedagógica escolar, inclusive por meio da formação de profissionais da educação, e por meio de ações e iniciativas para ampliar a inserção das mulheres em áreas científicas de baixa presença de mulheres.

- **Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi aprovada a oferta de 8.280 vagas para o Programa Gênero e Diversidade na Escola, ou seja, este foi o total de vagas efetivamente abertas por universidades e institutos que tiveram seus projetos de curso aprovados. As universidades contempladas foram: FURG, IFG, UFAL, UFBA, UFC, UFES, UFF, UFG, UFLA, UFMA, UFMG, UFMS, UFMT, UFPB, UFPI, UFPR, UFRN, UFSC, UFSCar, UFT, UnB, UTFPR.

Em 2012, foram ofertadas 5.097 vagas pelas seguintes universidades: UFBA, UFAL, UFSC, UnB, UFES, UFLA, UFC, UFPE.

Quantidade alcançada

13.377

Data de Referência

31/12/2013

- **Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi aprovada a oferta de 3.330 vagas para o Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR), nas seguintes universidades: UFBA, UFMG, UFPA, UFPE, UFT, UFES, UFMS, UFOP, UFPB, UFPI, UFV, UnB e UNIVASF. Em 2012, foram ofertadas 4.430 vagas por quatro universidades: UFBA, UFBA, UnB e UFPE.

Quantidade alcançada

7.760

Data de Referência

31/12/2013

- **Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR iniciou diálogo com o Ministério da Educação a respeito da elaboração de Orientações ou Diretrizes, na ocasião em que foi pactuado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O diálogo com o Ministério da Educação sobre a elaboração de Orientações ou Diretrizes Curriculares continua.

- **Fortalecer e ampliar a participação das mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR lançou edital de chamada pública com linhas de apoio dirigido à incorporação da diversidade das mulheres nas políticas públicas e também firmou convênios, em 2013, para apoiar iniciativas para o fortalecimento de mulheres negras, quilombolas, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais na formulação, implementação e utilização de políticas públicas por meio das organizações. Os convênios foram firmados com:

- Organizações: THYDEWA (mulheres indígenas de 8 etnias da região nordeste nos estados de Alagoas, Bahia, Sergipe, Pernambuco), Rede Mulheres Negras (mulheres quilombolas do Paraná), Fundação Apoio à Pesquisa de Tocantins – FAPTO (mulheres lésbicas e bissexuais de 5 cinco regiões) e Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS (jovens trabalhadoras rurais).

- Municípios: Prefeitura Municipal de Caxias - MA (mulheres jovens, lésbicas e negras)

Também em 2013 a SPM/PR apoiou a 6ª edição do Latinidades - Festival da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, com a mesa: Mulheres Negras Construindo a sua História. Esta edição teve como tema central: arte e cultura negra – memória afrodescendente e políticas culturais na América Latina e Caribe.

Em parceria com a FUNAI, a SPM/PR realizou uma série de reuniões e oficinas com mulheres indígenas, apoiou a construção do Espaço Nacional de Diálogo das Mulheres Indígenas; com a colaboração da coordenadora geral do projeto Promotoras Legais Populares e da Juíza Kenarik, realizou oficina de elaboração do Programa Promotoras Legais Indígenas, com objetivo de contribuir para a formação de lideranças de mulheres indígenas. Esta iniciativa está em negociação com a FUNAI para ser implementada nas regiões indígenas em 2014.

Também com intuito de fortalecer a organização das mulheres indígenas e ampliar sua participação na formulação de políticas públicas, a SPM/PR, em conjunto com o CONSEA, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde – SESAI/MS e outros órgãos, participou da organização para realização do Seminário Nacional de Mulheres Indígenas, Segurança Alimentar e Nutricional, em novembro de 2013. Com o mesmo objetivo, contribuiu na organização da 5ª Conferencia Nacional de Saúde Indígena, buscando impulsionar a participação das mulheres indígenas em todas as etapas da Conferência.

- **Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar 2 Editais de chamada Pública para o Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR e seus parceiros - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), o Ministério da Educação (MEC) e a ONU Mulheres - divulgaram, no dia 8 de março de 2013, os ganhadores da 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. O concurso bateu recorde de inscrição. Foram recebidas 5.134 inscrições sendo 304 da categoria Estudante de Graduação; 417 da categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado; 237 da categoria Mestres e Estudante de Doutorado; 4.100 da categoria Estudante do Ensino Médio, e 76 da categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero.

Plano Mais Brasil

Esta edição contemplou diversos projetos, entre eles, destacaram- se: projeto com o tema mulheres no futebol e os preconceitos desse esporte, situações de homofobia e um projeto desenvolvido por uma professora que concluiu o curso do Gênero e Diversidade na Escola. Além disso, dentre as escolas premiadas, cinco são de cidades do interior do país (Arraial do Cabo-RJ; São José do Egito-PE; União da Vitória-PR; Uberlândia-MG; Gurupi-TO) e duas de capitais (João Pessoa-PB e Vitória-ES). O contínuo incentivo para a ampliação do número de inscrições no prêmio permanece durante a 9ª edição, que foi lançada em 2013, com início das inscrições em julho.

No período de 2011 a 2013, foram recebidos 8.911 artigos científicos de estudantes de ensino médio, 703 de estudantes de graduação; 865 de especialistas e estudantes de mestrado; 475 de mestres e estudantes de doutorado; além de 181 projetos pedagógicos de escolas de nível médio. A premiação será em junho de 2014, quando será lançada a 10ª edição. Assim, durante a vigência do PPA 2012-2015, a SPM/PR já realizou duas edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e executa, atualmente, a 9ª edição que findará em 2014. A 10ª edição tem previsão para ser lançada em junho de 2014.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero**

Análise Situacional da Meta

No dia 02 de julho de 2013, foram lançados os editais de Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais e Prêmio Carmen Santos Cinema de Mulheres 2013 de incentivo a mulheres diretoras com projetos de filme sobre a temática de gênero. Em outubro foi publicado o resultado final do Prêmio Funarte. Houve mais de mil inscrições e dez projetos foram premiados. Cada premiada recebeu R$ 70 mil. O montante de recursos destinado ao edital foi de R$ 800 mil, voltados exclusivamente para pessoas do sexo feminino que contribuem para o reconhecimento das mulheres nas artes visuais. Os trabalhos selecionados promovem a prática de linguagens artísticas, a reflexão crítica e a profissionalização dos processos de gestão cultural. Os projetos abrangem realização de exposições, mostras, oficinas, intervenções urbanas, publicações, produção crítica e documental e seminários. No Prêmio Carmem Santos Cinema de Mulheres foram investidos R$ 960 mil, para incentivar mulheres diretoras a produzirem filmes sobre igualdade de gênero. Foram recebidas 417 inscrições de trabalhos provenientes de todas as regiões do país.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

02/07/2013

- **Realizar e apoiar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR apoiou o Seminário Internacional Fazendo Gênero que foi realizado nos dias 16 a 20 de setembro de 2013, em Florianópolis (SC). O Seminário Fazendo Gênero10 - Desafios Atuais dos Feminismos visa favorecer a articulação dos estudos de gênero com abordagens que envolvem outras categorias de análise como classe, raça, etnia e gerações; criar espaços de troca de experiências e diálogo entre investigadoras/es acadêmicas/os e aquelas/es ligadas/os a outras entidades e aos movimentos sociais; incentivar a participação de estudantes de graduação e de pós-graduação nas discussões travadas no campo dos estudos feministas e de gênero, possibilitando uma formação mais qualificada na área, e produzir conhecimentos que possam resultar em material bibliográfico a ser publicado em livros e periódicos sobre o tema. Durante o evento houve a realização de 115 simpósios temáticos sobre gênero.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar formações para lideranças de mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais sobre políticas públicas e acesso a seus direitos, em redes multiplicadoras articuladas ao enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e nas políticas afirmativas de promoção da igualdade de gênero, de raça/cor, etnia e de orientação sexual e identidade de gênero**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR lançou edital de chamada pública com linhas de apoio dirigido a formação e fortalecimento do protagonismo de mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais sobre políticas públicas e acesso a seus direitos, firmando convênio em 2013 com organizações, como a Thydewa (Bahia) e a Rede de Mulheres Negras do Paraná, prefeituras e governos de estados, como a Prefeitura de Caxias, no Maranhão e a Prefeitura de Bataguassu, no Mato Grosso do Sul. Ainda está em análise apoiar iniciativas de enfrentamento a lesbofobia por meio de convênio com a Prefeitura de Imbé, no Rio Grande do Sul, e a Fundação de Tocantins – FAPTO.

A SPM/PR também apoiou a 6ª edição do Latinidades - Festival da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, que teve como tema central: arte e cultura negra – memória afrodescendente e políticas culturais na América Latina e Caribe.

Foram formadas 100 lideranças de mulheres indígenas, em parceria com a FUNAI, por meio de uma série de reuniões e oficinas com mulheres indígenas. Em conjunto com o CONSEA, a FUNAI, a SESAI e outros órgãos, a SPM/PR participou da organização do Seminário Nacional de Mulheres Indígenas, Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrido em novembro de 2013. Ainda em parceria com a FUNAI, foi realizada oficina de elaboração do Programa Promotoras Legais Indígenas com objetivo de contribuir para a formação de lideranças mulheres indígenas. Esta iniciativa está em negociação com a FUNAI para ser implementada nas regiões indígenas em 2014.

- **Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013**

Análise Situacional da Meta

O Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciência - estava programado para ocorrer em 2013. Entretanto, foi adiado e deverá ocorrer em 2014. O encontro pretende debater os seguintes pontos: 1) O Programa Mulher e Ciência: Resultados e Desafios; 2) Diretrizes Nacionais de Educação: Educação fundamental (formação de professores); Ensino Médio (a inserção das meninas nas Ciências Exatas); Educação no Campo; 3) Panorama do Ensino Superior; Gênero e Currículos: licenciatura e bacharelato; 4) Obstáculos e Estratégias da Carreira Científica no Feminino.

OBJETIVO: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Em atendimento às diretrizes do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que tem como um de seus capítulos o "Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão", a Secretaria de Políticas para Mulheres, cuja atuação é guiada pelo compromisso de combater as desigualdades de gênero, tem enfrentado este desafio de forma ampla, com base no entendimento de que a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão tem diversas causas. Portanto, as mudanças devem ser promovidas em variadas esferas sociais – culturais, legislativas e institucionais. Desta forma, há diversas ações sendo implementadas de diferentes tipos: a) ações de articulação política, em especial com a Bancada Feminina do Congresso Nacional, que visam potencializar os impactos das iniciativas da SPM ao agregarem-se importantes atores e tomadores de decisão: Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, Plataforma Mais Mulheres no Poder: eu assumo esse compromisso e Campanha Nacional Mulher Tome

Partido: Filie-se; b) ações de capacitação, que visam oferecer informações e análises sobre gênero, racismos, democracia e direitos humanos, com vistas a tornar mais mulheres – em diversas posições institucionais – aptas a discutir e combater as desigualdades sociais: projeto Mulher de Direito: Liderança e Poder na Política e Projeto de Capacitação a Distância em Democracia e Gênero; c) publicações que subsidiam o trabalho de gestoras e gestores públicos e incentivam a entrada de mulheres na política: Livreto "+ Mulher na Política: Mulher Tome Partido" e "Mais Autonomia, Igualdade e Cidadania para as Mulheres Brasileiras".

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implementação da legislação eleitoral que visa à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR, em tratativas com o Tribunal Superior Eleitoral, pediu atenção e reafirmou monitoramento da Lei Eleitoral quanto ao percentual de cota das candidaturas das mulheres, ao tempo da propaganda eleitoral feminina, e investimento dos 5% do Fundo Partidário nas atividades de formação de mulheres. Além disso, acompanhou o Congresso Nacional na promulgação de uma minirreforma eleitoral pela qual foi incluído o Art. 93-A, que estabelece que "O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no período compreendido entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, em tempo igual ao disposto no art. 93 desta Lei, poderá promover propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política."

- **Apoiar discussão e implementação de Projeto de Lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM tem incentivado essa adoção, principalmente por meio do estímulo às empresas participantes do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça para adesão ao direito. O Programa impulsiona que as empresas proporcionem às trabalhadoras o direito à licença maternidade de 180 dias. Além disso, é estimulado que empresas ampliem a licença paternidade.

- **Apoiar e subsidiar o debate sobre a Reforma Política tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Políticas para as Mulheres realizou duas reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos para avaliar o processo eleitoral de 2012 e discutir estratégia para a ampliação das mulheres nos espaços políticos. Também realizou uma reunião do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos com a bancada feminina do Congresso Nacional para discutir a Campanha Nacional de filiação de mulheres nos partidos políticos com vistas a estarem aptas a concorrerem nas eleições de 2014.

  Atualmente as mulheres representam 51,5% da população. Porém, nas eleições de 2010, apenas 45 mulheres foram eleitas deputadas federais, representando 8,77% das cadeiras da Casa. No Senado, foram eleitas sete mulheres das 54 vagas preenchidas naquele ano, o que representou apenas 12,99% do total. Nesse sentido, em setembro de 2013, a Bancada Feminina do Congresso Nacional, com apoio da SPM/PR, lançou a campanha Mulher Tome Partido: Filie-se. O objetivo é aumentar em 20% o número de mulheres filiadas e em 30% a representação feminina na Câmara e no Senado para as próximas eleições. Também em setembro, para promover a ampla divulgação do direito ao voto e participação política de homens e mulheres, foram apoiadas campanhas informativas que garantam a escolha livre e consciente.

  Em dezembro de 2013, foi lançado o Livreto "+ Mulher na Política: Mulher Tome Partido" (Inciativa da Procuradoria Especial da Mulher/Senado Federal, apoio da Secretaria da Mulher Câmara, Bancada Feminina na Câmara dos Deputados e SPM-PR).

  O projeto Mulher de Direito: Liderança e Poder na Política, em curso, realizado pelo Instituto de Defesa dos Direitos Humanos – IDDEHA está formando 60 mulheres no Estado do Paraná.

A SPM apoiou o Projeto de Capacitação a Distância em Democracia e Gênero, em curso, realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, que está formando 1.000 gestoras e vereadoras.

- **Constituir estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas reuniões com representantes da bancada parlamentar e órgãos do Executivo, visando impulsionar encaminhamentos do PL 4857/2009, projeto chamado de "Lei da Igualdade", que cria mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher. Em 2013, apesar de esforços de vários Deputados, a matéria não foi apreciada. A SPM/PR tem atuado junto ao Congresso Nacional, em especial com a bancada feminista, no intuito de avançar a pauta.

- **Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2012, o Brasil tem 24,9 milhões de pessoas idosas (com 60 anos ou mais de idade), das quais 55,7% são mulheres. Com o objetivo de propor um caminho para um envelhecimento com qualidade, a SDH busca, em parcerias com outros Ministérios e órgãos, implementar ações e ferramentas adequadas e, medidas concretas que favoreçam a promoção da inclusão e independência da pessoa idosa pelo maior tempo possível. A SPM passou a integrar o Comitê Interministerial "Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo", instituído pelo Decreto nº 8.144, de 30 de setembro de 2013, com o objetivo mapear e planejar as políticas públicas voltadas ao atendimento da população idosa no país.

- **Desenvolver ações integradas voltadas para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de políticas públicas que garantam direitos e proteção à população LGBT**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em articulação junto à Universidade de Brasília (UnB), Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR), Ministério da Saúde (MS) e Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SEM-DF), apoiou e realizou um conjunto de ações para debater políticas de promoção da cidadania lésbica e pela livre orientação: Seminário Visibilidade Lésbica, realizado na UnB; integrou o Grupo de Trabalho que elaborou proposta de Sistema Nacional de promoção de direitos e enfrentamento à violência contra LGBT; realizou Oficina com Gestoras Estaduais de Políticas para Mulheres sobre as políticas para a diversidade LBT, em julho de 2013; participou do Encontro Nacional de Gestoras e Gestores de Políticas Públicas para LGBT, dias 04, 05 e 06 de setembro de 2013 e da Roda de Conversa sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT- Conquistas e Desafios, no Curso Regional de Formação de Lideranças LGBT para o Controle Social no SUS, regiões S/SE/CO; e organizou, junto com o MS, o Seminário Nacional de Políticas Públicas para LGBT, em novembro. Além disso, integra o Conselho Nacional de Combate à Discriminação contra LGBT e está na comissão organizadora do Seminário Nacional de Políticas Públicas para LGBT a realizar-se em 2014.

- **Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010)**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem trabalhado no sentido de divulgar e fortalecer os compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil no campo dos direitos das mulheres. A respeito, destaca-se a participação

Plano Mais Brasil

ativa de delegações brasileiras em foros internacionais, como a 57ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW/ONU), que teve como tema prioritário a "Eliminação e prevenção de todas as formas de violências contra mulheres e meninas", em que a SPM liderou a participação do País. Foi entusiasta e proativa a atuação do Brasil no processo regional de avaliação dos 20 anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), em particular na Primeira Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, realizada em Montevidéu, Uruguai, de 12 a 15 de agosto de 2013. O Brasil influenciou no texto e teve papel relevante na aprovação do Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento, aprovado na Conferência, que reafirma uma agenda de população e desenvolvimento centrada na garantia dos direitos humanos e sociais. Ainda em relação a esse tema, cabe mencionar o protagonismo da Secretaria de Política para as Mulheres na rearticulação da Comissão Nacional sobre População e Desenvolvimento, responsável pela implementação do Programa de Ação de Cairo no Brasil, por meio do Decreto nº 8.009 de 16 de maio de 2013.

- **Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, mais de 6.000 cartilhas "Mais Mulheres no Poder Plataforma 2012" foram distribuídas no Encontro Nacional de Prefeitos, realizado em janeiro de 2013.

No segundo semestre, este material foi atualizado para ser lançado novamente em 2014 como plataforma das mulheres. Em dezembro de 2013, a proposta da Plataforma 2014 (Mais Mulheres no Poder) foi enviada para as representantes do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, a fim de que contribuíssem para o documento final.

- **Estimular a participação das mulheres nos espaços de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de natureza diversa e diversos tipos de associação**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em parceria com Secretarias da Mulher do Senado Federal e Câmara dos Deputados, promoveu uma campanha para filiação partidária de mulheres de agosto a outubro de 2013. Em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, a SPM/PR promove a continuidade da Campanha Mais Mulheres no Poder. No segundo semestre, foi reformulada a Cartilha "Mais Mulheres no Poder: Eu Assumo esse Compromisso". Distribuição prevista para 1º semestre de 2014.

- **Estimular a presença de mulheres em posição de chefia e direção no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR assume o compromisso com a autonomia econômica e a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho, que constam nos princípios e diretrizes da política nacional para as mulheres, considerando a diversidade de raça e etnia, em conformidade com as recomendações das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e expressas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, por exemplo, procura estimular a ampliação da presença das mulheres em posições de chefia e direção no mercado de trabalho. A avaliação dos resultados do programa mostrou que as empresas participantes da 4ª edição apresentaram distorções menores entre a participação de mulheres e homens nos cargos de chefia na comparação com a média das demais empresas – 1,4 homens para cada mulher no nível executivo e 1,9 homens para cada mulher no quadro de gerência.

- **Fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com vistas a ampliar as políticas de igualdade implementadas pela ONU e nos países que a integram**

Análise Situacional da Meta

Para fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, a SPM deu continuidade ao Projeto de Cooperação Técnica, iniciado em 28 de dezembro de 2007. Em 2013, foram concluídas várias consultorias no âmbito desse projeto, dentre as quais se destaca a do levantamento de indicadores para a formulação do Relatório Anual Sócioeconômico da Mulher –

RASEAM, bem como outras duas Consultorias para a reformulação da página da internet do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (novo site). Foram utilizados recursos do Fundo para a Igualdade de Gênero - FIG (subordinado à ONU Mulheres) para a realização do "Seminário de Capacitação dos Mecanismos de Gênero no Governo Federal", no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM; para a realização do "Fórum de Organismos de Políticas para Mulheres" e para a realização de pesquisa sobre a Ouvidoria da Mulher.

No segundo semestre de 2013, a SPM e a ONU Mulheres decidiram renovar o Projeto de Cooperação Técnica para o período de 2014 a 2016.

- **Fortalecer os mecanismos regionais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, Comissão Interamericana de Mulheres e Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem atuado permanentemente nos foros regionais no sentido de fortalecer as instâncias de representação dos mecanismos governamentais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião de Ministras e Altas Autoridades do MERCOSUL - RMAAM e da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe. A mesa diretora da Conferência Regional sobre a Mulher foi presidida pelo Brasil durante três anos, tarefa transmitida à República Dominicana em outubro de 2013, no bojo da XII Conferência Regional sobre a Mulher. O tema central da Conferência foi "Empoderamento econômico, igualdade de gênero e tecnologias da informação e as comunicações". A SPM participou intensamente das discussões na elaboração do Consenso de Santo Domingo, resultante da Conferência. No âmbito do MERCOSUL, além da participação na III RMAMM (Montevidéu, 19 a 25 de maio de 2013), cabe destacar a negociação da proposta de "Diretrizes de uma política de gênero do MERCOSUL", conforme a Decisão nº 14/12 do Conselho do Mercado Comum. O texto foi aprovado pela IV RMAAM, que teve lugar em Caracas, em novembro de 2013, e será elevado ao Conselho do Mercado Comum em sua próxima reunião.

No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Secretaria de Políticas para as Mulheres, juntamente com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), participou de audiência sobre a situação das mulheres negras brasileiras na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Washington, 9 a 11 de março de 2013), em que foram apresentadas informações sobre a situação de direitos humanos das mulheres negras brasileiras, em particular no que se refere às condições de saúde e trabalho doméstico. Tendo em vista o aniversário de 20 anos da Convenção de Belém do Pará, a SPM, em parceria com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) iniciaram gestões para organizar um Fórum Hemisférico, a realizar-se no Brasil, no segundo semestre de 2014.

Com relação ao Fórum Índia – Brasil – África do Sul (IBAS), a SPM enviou representante ao Fórum de Mulheres do IBAS e Seminário preparatório com a sociedade civil, em Nova Delhi, de 12 a 18 de maio de 2013. A SPM recebeu, ademais, a visita de delegação indiana em 29 e 30 de abril de 2013, no âmbito das atividades previstas na Declaração de Intenções para a Promoção da Igualdade de Gênero e a Promoção dos Direitos da Mulher e da Criança. Durante o Fórum de Mulheres do IBAS, ocorreu novo encontro para aprofundar a cooperação entre os dois países.

- **Realizar 5 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas 3 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, das quais duas no primeiro semestre e uma no segundo semestre. Participaram em torno de 320 representantes de instâncias de poder dos partidos políticos nas reuniões. As pautas dos Encontros foram voltadas à discussão de ampliar a presença de mulheres em espaços de poder e decisão.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

Plano Mais Brasil

31/12/2013

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

O tratamento das questões de gênero, pela sua natureza transversal, perpassa uma série de Programas Temáticos do PPA 2012-2015, reunindo ações, medidas e políticas nas áreas da educação, saúde, assistência social, trabalho e emprego, agricultura familiar e reforma agrária, cidadania e justiça, entre outras. Essa transversalidade pode ser vista na Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres. As Agendas Transversais são documentos que reúnem o conjunto dos compromissos de governo relativos a temas de natureza transversal e multissetorial. Ou seja, são formas alternativas de organização das informações contidas no Plano, proporcionando outra perspectiva para o seu monitoramento. A Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres foi atualizada em 2013 para incorporar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em março de 2013.

O PNPM para o período 2013-2015 congrega 407 ações e para sua elaboração foi preciso um amplo processo de pactuação com todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no Plano. Um importante espaço para a realização das pactuações foi o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, espaço de articulação, acompanhamento e disseminação de conhecimento relativo às políticas para as mulheres e à construção da igualdade de gênero, viabilizando à SPM a execução de sua responsabilidade de coordenadora horizontal (ou transversal) da Política de Gênero no Governo Federal. Em 2012, o Comitê foi reformulado e atualmente é composto por membros efetivos de 32 órgãos governamentais, além de três representações do Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM.

Para fortalecer a perspectiva de gênero nas políticas públicas em todos os órgãos de governo é imprescindível que a institucionalidade dessa temática seja garantida na rotina desses órgãos. Por essa razão, a SPM/PR vem trabalhando no intuito de ampliar o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal. Nesse sentido, lançou o documento "Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais" e realizou, em agosto, um seminário de capacitação dos mecanismos.

Outra estratégia para aumentar a efetividade das políticas públicas para as mulheres é a criação de Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPM) em todo o país, nos governos estaduais e municipais, política incentivada pela SPM/PR. A instalação de OPM nos diversos níveis de governo reflete a disseminação e ampliação do compromisso com as políticas para as mulheres, e promove capilaridade e articulação interfederativa. Em 2013, atingiu-se a marca de 25 OPM estaduais (incluindo o Distrito Federal) e 603 OPM municipais.

O principal instrumento de participação e controle social sobre as políticas públicas para as mulheres é o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante da estrutura da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres**

Análise Situacional da Meta

A ampliação de 50% na cobertura municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher tem como um dos principais entraves as limitações orçamentárias dos municípios, ao lado das questões locais de natureza política que criam prioridades concorrentes com a meta proposta. De acordo com dados levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2011, havia 872 Conselhos Municipais de Políticas para as Mulheres. Dados da Munic 2013 (IBGE) apontam a existência de 976 Conselhos Municipais de Direitos da Mulher, sendo 94 na Região

Norte, 312 no Nordeste, 296 no Sudeste, 191 na Região Sul e 83 no Centro-Oeste. Ou seja, houve um aumento de 12% em relação a 2011.

Em consonância com o Planejamento Estratégico (2013-2014), o CNDM criou uma rede virtual dos Conselhos dos Direitos das Mulheres (estaduais e municipais) do país, que integra as conselheiras nacionais, representantes de entidades da sociedade civil. Atualmente a rede é composta por 260 integrantes.

Quantidade alcançada

976

Data de Referência

30/11/2013

- **Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em outubro de 2013, já havia 603 organismos governamentais de políticas para mulheres, dentre os quais 25 estão nas capitais, 553 em outros municípios, totalizando 578 municípios com OPM, e 25 nos governos estaduais e do Distrito Federal.

Para subsidiar os novos gestores públicos, a SPM elaborou e distribuiu 30.000 exemplares da publicação Mais Autonomia, Igualdade e Cidadania para as Mulheres Brasileiras.

A SPM realizou, durante o Encontro Nacional com Prefeitos e Prefeitas Eleitas, um momento de sensibilização para a temática de gênero com prefeitas e vice-prefeitas, no qual participaram em torno de 1.500 autoridades municipais. Em setembro e novembro, realizaram-se videoconferências com estados e capitais para discussão de projetos em curso, avanços e expectativas para as novas gestões locais (municípios), participação dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres – OPM junto ao Comitê da Copa local, além dos Encontros Regionais.

No Edital nº. 002/2013, a SPM priorizou a criação e Fortalecimento de Organismos de Políticas para as Mulheres. Na seleção, estão sendo apoiados em torno de 25 Organismos de Políticas para as Mulheres em municípios e estados de maneira direta e em torno de 50 de maneira indireta. Em novembro, foi lançado o Edital nº 05 para apoio ao fortalecimento de organismos governamentais de políticas para mulheres (prioridade para OPM em Território da Cidadania).

Em outubro de 2013, foi realizado o Encontro do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres (participaram quase 200 gestoras de OPM).

Quantidade alcançada

578

Data de Referência

31/10/2013

- **Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

De acordo com o IBGE (Munic. 2013), 250 municípios contam com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, sendo 86 com previsão legal e 164 sem previsão legal. A distribuição regional dos municípios com Plano é: 24 no Norte, 122 no Nordeste, 49 no Sudeste, 34 no Sul, 21 no Centro-Oeste.

A SPM tem incentivado os Organismos Governamentais de Políticas para Mulheres a formular e compartilhar seus planos municipais de políticas para mulheres. Em Encontro do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, realizado em outubro de 2013, enfatizou-se a discussão desse tema junto às participantes.

Há previsão de se obterem dados mais atuais e completos por meio de pesquisa junto a todos os Organismos de Políticas para Mulheres, que será financiada pelo Acordo de Cooperação com a ONU Mulheres. Essa pesquisa permitirá compreender o perfil institucional dos OPM, além dos métodos de elaboração e utilização dos planos.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

250

Data de Referência

30/11/2013

- **Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes**

Análise Situacional da Meta

Houve avanços mediante esforços da SPM para articulação com os demais órgãos governamentais. Atualmente há onze mecanismos em funcionamento:

1.Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA: Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia para a Diretoria de Mulheres Rurais e Quilombolas (Decreto nº 7.255/2010).

2.Ministério de Minas e Energia - MME: Comitê Permanente para as questões de Gênero (funciona ativamente desde 2004 mas não tem instrumento normativo que o institui, embora tenha Regimento Interno).

3.Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS: Comitê Permanente para as Mulheres e Gênero (Portaria n. 381/2009).

4.Ministério do Trabalho e Emprego - MTE: Comissão de igualdade de oportunidades de gênero, de raça e etnia, de pessoas com deficiência e de combate à discriminação (Portaria nº 219/2008).

5.Ministério da Saúde - MS: área técnica de saúde da mulher (PNAISM).

6.Ministério do Meio Ambiente - MMA: Comitê Interno de Gênero (Portaria nº 25/2008 e Portaria nº 287/2012).

7.Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA: Comitê de Políticas para as Mulheres e de Gênero (Portaria nº 806/2013).

8.Fundação Nacional do Índio - Funai: Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais (Portaria nº 26/2007).

9.IPEA: Coordenação de Estudos de Gênero na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)

10.Banco do Brasil- BB: divisão dentro de gestão de pessoas que trata de temas como igualdade de oportunidades de gênero, raça, etnia.

11.Caixa Econômica Federal – CAIXA: gerência de relacionamento com o empregado dentro de gestão de pessoas, que trata de temas relacionados à igualdade de gênero.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

10/02/2014

- **Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o número de estados com Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres manteve-se em 25 (incluindo o DF). Apenas Roraima e Paraná ainda não têm Organismos Estaduais de Políticas para Mulheres. Total de 603 OPM no território nacional.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Segundo o "Perfil dos Estados Brasileiros 2013", publicação do IBGE, doze estados têm planos estaduais de políticas para mulheres, quais sejam: Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/10/2013

- **Desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero para subsidiar a formulação de políticas públicas e promover a transparência dos gastos públicos e a participação social**

Análise Situacional da Meta

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero tem feito avanços importantes na área de monitoramento e disseminação de indicadores de igualdade de gênero, que poderão subsidiar a constituição futura de um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero propriamente dito. O principal produto gerado no período é o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM, instituído por meio da Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010, sob responsabilidade do Poder Executivo, para monitoramento de dados acerca da população feminina brasileira. Após onze anos de tramitação e de construção de consensos no Congresso Nacional, a Lei foi aprovada em 2010, institucionalizando a publicação anual do RASEAM. Trata-se de uma compilação - descritiva e analítica - das principais bases de dados e indicadores referentes ao perfil demográfico e socioeconômico das mulheres brasileiras, relevante instrumento para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres, promover a participação e controle sociais, além de promover a garantia dos direitos das mulheres. Ademais, constitui-se como um documento de referência para o monitoramento de indicadores de gênero.

A fim de garantir a implementação da Lei e possibilitar seu pleno cumprimento, a SPM se articulou com a Casa Civil para a publicação de decreto regulamentador que definisse expressamente a competência da Secretaria como coordenadora da elaboração e divulgação do RASEAM. Em 24 de outubro de 2013, foi publicado o Decreto nº 8.131, regulamentando a Lei do RASEAM.

Foi instituído em 2012, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR, o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, de caráter permanente, com o objetivo de subsidiar a elaboração e divulgação do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM. O Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas, tem como escopo: gerar subsídios para a elaboração e divulgação do RASEAM; fomentar a elaboração de indicadores e dados sobre a igualdade de gênero e a garantia de direitos das mulheres, incorporando, quando cabível, as perspectivas de raça, etnia, orientação sexual, geracional e outras desagregações que considerem as mulheres em sua diversidade; promover a análise de estatísticas e dados que suportem diagnósticos sobre a igualdade de gênero e a política para as mulheres, tendo como referência as temáticas, ações e prioridades do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; e subsidiar a construção e alimentação de banco de dados de acesso público.

Integram o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores representantes dos seguintes órgãos: SPM, que o coordena,; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com representante do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA; e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Podem integrar também o Grupo de trabalho, na qualidade de convidadas permanentes: ONU- Mulheres; Organização Internacional do Trabalho - OIT; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Podem participar das reuniões do Grupo de trabalho, na qualidade de convidados/as, representantes de outros Ministérios e entidades, além de especialistas nos temas afetos às atribuições do grupo.

A criação deste GT foi formalizada pela Portaria nº 119, de 26 de setembro de 2012. O grupo teve atuação intensa, e finalizou a seleção de indicadores e revisão final do texto do RASEAM 2013. Em 2014, já retomou suas atividades para subsidiar a elaboração da segunda edição do RASEAM.

A primeira edição do RASEAM foi publicada ao final de 2013e está disponível no sítio eletrônico:
http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/raseam-interativo

Além disso, a SPM/PR firmou termo de cooperação com o IBGE para o aperfeiçoamento e replicação do bloco sobre a

Plano Mais Brasil

institucionalização das políticas de gênero na Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC) de 2013. A pesquisa foi a campo em 2013 e tem a previsão da divulgação dos seus resultados em abril de 2014. Ainda no âmbito deste termo de cooperação, também foi incluído o bloco de gênero na pesquisa sobre informações básicas dos Estados, a ESTADIC, que foi a campo em 2013 cujos resultados têm previsão de serem publicados no mês de março de 2014.

A expectativa para 2015 é a normalização da atividade de produção e divulgação do RASEAM. Para que se possa falar de um sistema integrado de dados e indicadores, até 2015 o Observatório pretende garantir o funcionamento de sua nova plataforma digital, de modo a garantir a veiculação dos subsídios à formulação de políticas públicas e à participação e ao controle social.

- **Disponibilizar, para 10% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação**

Análise Situacional da Meta

Em setembro de 2013, conforme apuração da SPM, existiam 603 instâncias executivas de políticas para as mulheres. No Edital nº. 002/2013, a SPM priorizou a criação e Fortalecimento de Organismos de Políticas para as Mulheres. Na seleção, estão sendo apoiados em torno de 25 Organismos de Políticas para as Mulheres em municípios e estados de maneira direta e em torno de 50 municípios de maneira indireta. Sendo assim, estão sendo apoiados 12,4% de OPM. No segundo semestre, foi publicado o Edital º 05/2013, para apoio ao fortalecimento de organismos governamentais de políticas para mulheres (prioridade para proposta de OPM localizadas nas regiões dos Territórios da Cidadania e Juventude Viva). Muitos dos projetos apoiados tratam de capacitação e aprimoramento da infraestrutura.

Linhas de financiamento: fortalecimento, estruturação, divulgação, e cidadania.

Quantidade alcançada

12,4

Data de Referência

31/12/2013

- **Estruturar, implementar e consolidar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres que agregue o atual Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM), garantindo os ajustes necessários**

Análise Situacional da Meta

O Monitoramento e a Avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM se apoia integralmente no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. Os membros do comitê são responsáveis por acompanhar as ações em seus respectivos órgãos e sensibilizar os preenchedores do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP para que as informações apareçam na Agenda Transversal Políticas para as Mulheres. Tendo em vista a existência, a partir de 2012, da Agenda Transversal Políticas para as Mulheres no Plano Plurianual, e o início do funcionamento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em substituição ao antigo SigPlan, a partir de 2012 o relatório de monitoramento e avaliação do PNPM adotado é o SIOP, em vez do antigo SigSPM. O SIOP substituiu o SigSPM e é atualmente o relatório público de monitoramento do PNPM.

- **Fortalecer a articulação nacional e regional dos organismos executivos de políticas para as mulheres através do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foram realizadas duas reuniões e uma videoconferência com as gestoras estaduais de políticas para as mulheres e uma videoconferência com as gestoras de políticas para as mulheres das capitais. No segundo semestre, realizaram-se videoconferências com Estados e Capitais (Discussão em tono das ações empreendidas localmente, edital nº 05, Copa do Mundo 2014 no intuito de iniciar a discussão sobre a participação dos OPM junto ao Comitê da Copa local, além dos Encontros Regionais).

A SPM/PR está elaborando uma publicação de passo a passo para criação de Organismos de Políticas para as Mulheres

e a elaboração de Planos Estaduais e Municipais.

Além disso, está em discussão a criação de um curso on-line para capacitação das novas gestoras de políticas para as mulheres. O Encontro Anual de OPM, realizado em outubro de 2013, teve um papel importante na continuidade do diálogo entre a SPM e gestoras desses Organismos. Confirmou uma participação de quase 200 gestoras. No decurso de 3 dias de evento, foram discutidas as seguintes questões: 1) Papel dos Organismos de Políticas para as Mulheres na elaboração de planos, programas e projetos com perspectiva de gênero; 2) A importância dos OPM no fortalecimento e implementação das políticas governamentais para as mulheres; 3) Reconhecimento das diversas realidades e adaptação das políticas aos diferentes contextos.

- **Fortalecer o diálogo e parceria com os institutos de produção de dados e indicadores no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo**

Análise Situacional da Meta

Ao longo dos anos de 2012 e 2013 o Comitê de Gênero e Uso do Tempo – CGUT realizou seis reuniões que envolveram, entre outros temas, a realização da 35ª Conferência IATUR em 2013. A 35ª Conferência Internacional 'O valor do tempo: debatendo as desigualdades sociais' ocorreu de 7 a 9 de agosto de 2013 no Rio de Janeiro. O encontro reuniu especialistas de 38 países da África, América, Ásia, Europa e Oceania, e reuniu também diversas parcerias e institutos de produção de dados e indicadores, com foco na apresentação de estudos estatísticos e acadêmicos sobre o uso do tempo por mulheres e homens e sua contribuição para a formulação e implementação de políticas públicas. Além disso, o CGUT voltou sua atenção para a incorporação de mais indicadores sobre as atividades domésticas e os cuidados na PNAD Contínua.

- **Monitorar e avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM tem seu monitoramento feito pelo SIOP e se apoia integralmente no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê, que conta com 32 órgãos governamentais, se reuniu cinco vezes em 2013. Ao longo de 2013, todo o PNPM foi inserido na Agenda Transversal Políticas para as Mulheres do Plano Plurianual.

As ações prioritárias do PNPM foram avaliadas e os relatórios de avaliação estão disponíveis na página da SPM na internet. Os relatórios públicos de 2008 a 2010 foram gerados pelo SigSPM – Sistema de Monitoramento da própria SPM. O relatório público de 2011 foi gerado pelo SigaBrasil. E o relatório público de 2012 foi gerado pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, com o balanço da implementação da Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres, do Plano Plurianual. Todos estão disponíveis na página da internet da SPM.

- **Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional**

Análise Situacional da Meta

As atividades descritas na meta estão sob a responsabilidade do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, que tem como principais linhas de atuação:

•Produção de estudos, pesquisas e análises;

•Monitoramento de indicadores de gênero;

•Disseminação de informações relevantes do ponto de vista da garantia dos direitos das mulheres. Os principais destaques para o período 2012-2014 são:

1) Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (Lei 12.227/2010): Para garantir a implementação do Relatório, cujo objetivo é consolidar e divulgar um retrato sobre a realidade socioeconômica das mulheres, considerando um conjunto mínimo e suficiente de indicadores, o Observatório atuou em três frentes. A primeira delas diz respeito ao diálogo com a Casa Civil, para garantir sua regulamentação, em nível infralegal. A segunda foi

constituir uma institucionalidade intersetorial que por ele responda, tendo sido criado um Grupo de Trabalho permanente, de indicadores, coordenado pela SPM e integrado por IBGE e IPEA; tendo como convidados permanentes OIT, ONU Mulheres, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. A terceira foi a contratação de uma consultoria técnica para subsidiar a preparação de sua primeira edição. A primeira edição do Relatório foi lançada ao final de 2013. O grupo de trabalho retomou as atividades em janeiro de 2014 para preparar a segunda edição do RASEAM, tendo já definido o cronograma de atividades e as atribuições dos integrantes. A previsão de lançamento do RASEAM 2014 é de setembro/2014;

2) Publicação da Revista do Observatório (tiragem média de 3.000 unidades). No período, foi lançada uma edição extraordinária, em junho de 2012, sobre a temática "Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero". Em dezembro de 2012, foi lançada uma edição anual da Revista. Em abril de 2014 deverá ser lançado um número especial com o balanço de dez anos da SPM. Ainda em 2014, outra edição da Revista deverá ser lançada, sobre a temática "Mulheres no Esporte".

3) Publicação dos boletins "Observa Gênero". Foram lançados oito números entre 2012 e 2013, um a cada trimestre. A partir de fevereiro de 2014, os boletins serão lançados mensalmente;

4) Alimentação do site do Observatório e finalização do projeto de construção de uma plataforma digital para viabilizar a disseminação de dados e o diálogo social.

5) Conclusão do Projeto Mais Poder e mais Direito para as Mulheres Brasileiras, parceria com sete ONGs feministas (SOS Corpo, Cfemea, Redeh, Geledés, Coletivo Leila Diniz, Cunhã, Instituto Patrícia Galvão) e resultante de uma doação do Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), que tem como objetivo fortalecer o PNPM, a produção e a disseminação de dados pelo Observatório e fortalecer o movimento feminista e de mulheres. O encerramento se deu ao final de 2013. Após esse período, até outubro de 2014, a SPM acompanha as atividades desenvolvidas pelo consórcio;

6) Realização de pesquisa sobre garantia de direito das mulheres e a política para a igualdade de gênero, tendo como base o banco de dados da Ouvidoria, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, iniciada em setembro de 2013 com expectativa de finalização da primeira etapa em maio de 2014. Em junho de 2014, será iniciada a segunda etapa, de análise qualitativa do banco de dados, com parceria do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher da UnB.

O Observatório atua ainda em parceria com outros órgãos para a produção de estudos e dados oficiais sobre igualdade de gênero e raça, como no caso do Retrato das Desigualdades com o Ipea.

- **Publicação do documento Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais, elaborado pela SPM como resultado de Oficina realizada no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM**

Análise Situacional da Meta

O Documento foi produzido e está publicado no sítio da SPM. A cartilha impressa, acompanhada de um CD, trata dos seguintes temas: políticas públicas para as mulheres, financiamento de políticas públicas para as mulheres e orientações para a constituição de secretarias de políticas para as mulheres. Além do documento, foi realizado um seminário de capacitação dos mecanismos de gênero nos dias 20 e 21 de agosto de 2013, com participação de 110 servidores públicos que compõem ou comporão mecanismos de gênero nos diversos órgãos governamentais do governo federal.

- **Publicar o Guia de implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres e demais documentos voltados ao fortalecimento dos organismos executivos de políticas para as mulheres**

Análise Situacional da Meta

Meta concluída. O Documento foi produzido e está publicado no sítio da SPM.

- **Realizar estudo/diagnóstico sobre gênero e pobreza**

Análise Situacional da Meta

O RASEAM, lançado em 2013, inclui uma seção específica no capítulo de autonomia econômica que discute a

intersecção entre gênero e pobreza, destacando indicadores que apontam para a menor renda de famílias chefiadas por mulheres e a presença das mulheres nos programas sociais, especialmente a complementação de renda do Programa Bolsa Família. O RASEAM será atualizado anualmente, o que possibilitará a produção de diagnósticos periódicos sobre a evolução da situação de pobreza das mulheres. A edição de 2014 já está sendo elaborada e tem previsão de lançamento para setembro de 2014.

- **Realizar reuniões, atividades e ações do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) apoia a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR na articulação com instituições da administração pública federal e com a sociedade civil. Para contribuir com as ações da SPM/PR, o CNDM, até dezembro de 2013, realizou três reuniões ordinárias (em 20 e 21 de fevereiro; 03 e 04 de junho; 01 e 02 de outubro); a Coordenação-Geral do CNDM atendeu presencialmente a sete conselheiras, secretárias e agentes públicas (do Gama/DF, Porto Alegre/RS, Patrocínio/CE, Belo Horizonte/MG, Rio do Campo e Chapecó/SC). Além disso, participou de diversos eventos de formação (1ª Jornada Internacional de Gestão Pública; Capacitação na implantação do Sistema de Gerenciamento de documentos para gestão e monitoramento das pautas dos movimentos sociais); de seminários, encontros e reuniões (Seminário Internacional de Políticas Públicas para Mulheres Rurais na América Latina e Caribe; Seminário do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres do Mato Grosso; Reunião do Grupo Executivo de Monitoramento das pautas Sociais; IV Encontro do Comitê de Mobilização Social da Rede Cegonha; 6ª Reunião de Secretarias-Executivas e Coordenações-Gerais de Conselhos e Comissões Nacionais; Monitoramento Participativo do PPA; 5ª Reunião com representantes do Governo e Sociedade Civil; Seminário de Cooperação Jurídica Internacional e o Combate ao Crime Organizado Transnacional; Reunião do Conselho Nacional de Assistência Social) e de lançamento de fórum e audiência pública (Lançamento do Fórum Mundial dos Direitos Humanos; Frente Parlamentar pela Reforma Política e Audiência Pública sobre o Orçamento Federal). Participou também da Frente Parlamentar da Reforma Política com Participação Popular; Audiência Pública ”Diálogos Governo, Sociedade e Orçamento Federal”; da apresentação da Pesquisa Nacional sobre o Perfil e Opinião da Juventude Brasileira; Debate “As novas formas de exercício da democracia e seus desafios”; Ação permanente do movimento de mulheres; de reunião com o Ministério do Planejamento e Orçamento para discutir encaminhamentos para o Fórum Interconselhos; participou do 4º Fórum Interconselhos, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República; do Seminário “Gestão em destaque: Dados abertos, transparência e cidadania”; da 4ª edição dos Diálogos Governo e Sociedade Civil: Brasil sem Miséria; do 1º Encontro Nacional do Ministério Público e Movimentos Sociais; da II Reunião do Comitê de Mobilização Social da Rede Cegonha, do Debate sobre experiências de monitoramento dos resultados das conferências e participou da Reunião do Grupo da Mesa de Monitoramento – GEMM. E atualizou os termos do Decreto e do Regimento Interno do CNDM na perspectiva da preparação do processo eleitoral do novo mandato.

- **Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3a Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3a CNPM**

Análise Situacional da Meta

Meta concluída. A atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deu-se a partir de um amplo e participativo processo ao longo do ano de 2012. Partiu-se das determinações constantes nas resoluções de caráter geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das demais resoluções aprovadas. Entre suas deliberações, decidiu-se pela atualização do II PNPM, tendo em vista a atualidade e pertinência de seus diagnósticos e ações. Houve intenso trabalho interno à SPM/PR na elaboração do PNPM 2013-2015, articulando as resoluções da 3ª Conferência, atualizando o II PNPM e seguindo as disposições contidas no PPA 2012-2015, bem como um amplo processo de pactuação das 407 ações contidas no Plano entre todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no PNPM. Consolidada esta etapa, procedeu-se a nova rodada de debates com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais por meio de reuniões junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM. As ações e objetivos do PNPM foram pactuados com todos os órgãos do governo federal que implementam políticas

Plano Mais Brasil

para as mulheres. Seus capítulos tratam de Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica, Educação para Igualdade e Cidadania, Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social, Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta, Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia, com acréscimo da abordagem das questões de gênero nos esportes, Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia, Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, Além dos dez capítulos, há também a preocupação com a gestão e o monitoramento do PNPM, com ações que visam implementar, acompanhar e monitorar o referido Plano, mediante integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais. Para tanto, o PNPM conta com o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, que se constitui como um espaço fundamental para implementação da gestão por transversalidade, garantindo a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas dos órgãos governamentais.

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A SPM/PR realiza uma série de atividades e campanhas de sensibilização da sociedade com relação aos direitos das mulheres, em diversas áreas. Em 2013, a SPM/PR promoveu estratégias de alcance do público por meio de diversas mídias e meios de comunicação, abordando temas amplos como a autonomia das mulheres, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e o enfrentamento à violência contra as mulheres. Além de haver participado e promovido diversos seminários, em articulação com outros órgãos do governo, como o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, a SPM também lançou publicações, como o livreto "+ Mulher na Política: Mulher Tome Partido", destinado a incentivar as mulheres a engajar-se politicamente, e o livro "Mulheres negras contam sua história", lançado durante a 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A SPM também lançou dois editais para o financiamento a filmes dirigidos por mulheres - Carmem Santos Cinema de Mulheres (para filmes de curta e curtíssima duração) e Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais – cujos produtos subsidiarão o debate público sobre a igualdade de gênero.

Ainda com relação à participação em conferências de políticas públicas, que abrangem um público amplo, A SPM/PR atuou em parceria com a FUNAI na realização de reuniões e oficinas com mulheres indígenas. Além disso, realizou a formação de 120 mulheres jovens (gestoras, ativistas, pesquisadoras) em diversos temas relacionados às políticas públicas e contribuiu na organização da 5ª Conferencia Nacional de Saúde Indígena, buscando impulsionar a participação das mulheres indígenas em todas as etapas da Conferência.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em parceria com a FUNAI, realizou uma série de reuniões e oficinas com mulheres indígenas, apoiou a construção do Espaço Nacional de Diálogo das Mulheres Indígenas e a organização da Comissão Nacional de Mulheres Indígenas. Em março de 2013, com a colaboração da coordenadora geral do projeto Promotoras Legais Populares e uma Juíza Desembargadora, a SPM-PR em parceria com a FUNAI, realizou uma oficina de elaboração do Programa Promotoras Legais Indígenas com objetivo de contribuir com a formação de lideranças de mulheres indígenas. Esta iniciativa está em negociação com a FUNAI para ser implementada nas regiões indígenas em 2014. Também com intuito de contribuir com a formação, fortalecer a organização das mulheres indígenas e ampliar sua participação na formulação de políticas públicas, em conjunto com o CONSEA, a FUNAI, a SESAI e outros órgãos, a SPM/PR participou da organização do Seminário Nacional de Mulheres Indígenas, Segurança Alimentar e Nutricional,

ocorrido em novembro de 2013. Com o mesmo objetivo, contribuiu na organização da 5ª Conferencia Nacional de Saúde Indígena, buscando impulsionar a participação das mulheres indígenas em todas as etapas da Conferência. O número de mulheres – lideranças indígenas - capacitadas em todos estes espaços chega a 100.

Por meio do edital chamada pública 2013, a SPM-PR firmou convênio com a ONG TWDEA no projeto de formação de mulheres indígenas agentes da cidadania, dirigido a 8 etnias da Região Nordeste nos Estados de Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

- **Estimular, por meio de campanhas de grande alcance, a participação de meninas e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em parceria com o MCTI, o CNPq e a Petrobras, lançou a chamada pública "Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação", disponibilizando R$ 11 milhões com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil. A intenção é despertar o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do Ensino Médio e da Graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica. A previsão é de que sejam contratados 300 projetos, com a concessão de cerca de 1.800 bolsas em diferentes modalidades. A atuação da SPM/PR tem privilegiado o lançamento de editais.

- **Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em conjunto com a SDH/PR, a Embaixada dos EUA e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, realizou o Seminário Internacional Brasil-EUA sobre o Empoderamento de Meninas, que reuniu cerca de 80 meninas, com idade entre 13 e 17 anos, no Rio de Janeiro, em abril de 2013, com objetivo de discutir estratégias para garantir os direitos humanos de meninas por meio da autonomia e da participação, além de compartilhar informações sobre iniciativas inovadoras de empoderamento de meninas e adolescentes.

Ainda em 2013, foi realizado seminário junto com a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ/SG-PR, que formou 120 mulheres jovens (gestoras, ativistas, pesquisadoras) em diversos temas relacionados às políticas públicas que as afetam, além de apontar diretrizes para a implementação dessas políticas.

Em 2013, a SPM-PR passou a compor o Comitê Gestor do Plano Juventude Viva e continua integrando o Conselho Nacional da Juventude.

O número de mulheres capacitadas tem permanecido abaixo da meta porque se adotou a estratégia de formar lideranças, cuja quantidade é mais baixa, para que sejam multiplicadoras.

Quantidade alcançada

200

Data de Referência

31/12/2013

- **Produzir peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação, tais como TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros**

Análise Situacional da Meta

A SPM-PR produziu três campanhas de publicidade em 2013. A primeira foi a 'Mulheres do Brasil', por ocasião do Dia Internacional da Mulher. A segunda, a da campanha 'Compromisso & Atitude', que aproveitou a comemoração

dos sete anos da criação da Lei Maria da Penha, principal marco legal de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Esta segunda campanha destinou-se, como no seu lançamento em 2012, a unir esforços de todo o sistema dos operadores do direito pela aceleração dos julgamentos de agressores e assassinos de mulheres. A campanha de 2013 atualizou o filme veiculado em 2012. Este faz um alerta sobre o alto número de agressões e assassinatos de brasileiras e foi transmitido em horário nobre no dia do aniversário da Lei Maria da Penha (7 de agosto). Além disso, ocupou canais de televisão aberta e fechada até o final daquele mês.

TV Aberta: Foram programadas as emissoras Globo, Record, SBT, Band, RedeTV e Tv Brasil, com compras de mídia do formato 30" para o dia 7 de agosto. A programação de mídia levou em consideração os programas de maior afinidade com o público feminino (de todas as classes sociais, a partir de 18 anos de idade) além dos programas jornalísticos noturnos em todas as emissoras, que garantem a cobertura para a sociedade em geral. Ao todo, foram veiculadas 27 inserções em TV aberta apenas no dia 07 de agosto, marcando a data com um grande volume de inserções, possibilitando atingir, em apenas um dia, quase 70% dos domicílios com TV aberta do país. Entre os dias 08 e 31/08, a estratégia adotou veiculação do material de 30" para exibição em mídia gratuita, ampliando a frequência e a longevidade da ação.

TV Fechada: Foram programadas cinco emissoras de TV fechada de grande afinidade com o segmento feminino acima de 18 anos (Sony, AXN, Discovery Home&health, Warner e TNT). O filme de 30" foi veiculado entre os dias 07 e 11/08, totalizando 61 inserções ao longo dos cinco dias.

Paralelamente, postou-se o filme na rede Youtube; e compuseram-se bâneres e pílulas a partir do frame do filme, para postagem nas redes sociais, visando sua viralização entre os públicos de interesse.

A terceira campanha do ano foi 'Mulher, Viver sem Violência', lançada nacionalmente em novembro de 2013. O programa busca integrar todos os serviços – existentes e a serem criados – de enfrentamento à violência contra as mulheres. Resultante de uma iniciativa da Presidência da República, sendo coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Programa 'Mulher, Viver sem Violência' integrará serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento e orientação para o trabalho, emprego e renda para proporcionar melhoria e rapidez no atendimento às vítimas da violência de gênero.

Divulgação: a campanha se constitui em três fases: sensibilização, esclarecimento e mobilização. As duas primeiras fases ocorreram em novembro e dezembro, e o início da terceira está previsto para o primeiro semestre de 2014.

TV aberta: a campanha foi veiculada nos meses de novembro e dezembro, com início em 16/11, e esforço concentrado em 25/11 (Dia Internacional pela não-violência contra as Mulheres). Dois filmes, Despertar (fase de sensibilização) e Holofote (fase de esclarecimento), de 30 segundos, foram veiculados em âmbito nacional, nas emissoras Record e SBT. Foram 85 inserções com uma cobertura aproximada de 75% do total de domicílios brasileiros com acesso à televisão.

Ações de merchandising: alguns programas com audiência em horário nobre, voltados para o público-alvo, foram definidos para essas ações.

Internet: a divulgação da campanha também ocorreu no meio digital por meio de banners e vídeo-banners nos principais portais de notícia do país, além de ações específicas para o Facebook.

- **Realizar campanha comemorativa e de conscientização da população sobre o Dia Internacional da Mulher, as principais conquistas e os principais desafios a serem superados para igualdade entre mulheres e homens**

Análise Situacional da Meta

Ponto alto do calendário das reivindicações e lutas das mulheres e da sociedade por igualdade, o Dia Internacional da Mulher foi celebrado em março de 2013 por meio de uma campanha estruturada num conjunto de ferramentas e suportes. A campanha foi tematizada pelo slogan 'Cada vez mais, as mulheres fazem o Brasil. Cada vez mais, o Brasil é feito por mulheres'. A ação contou com filme para TV, anúncios em página simples e dupla, pílulas para internet, aplicativo para redes. Na TV Aberta, programou-se sua veiculação (formato 30") nas emissoras Globo, Record, SBT, Band, RedeTV e Tv Brasil, na semana do Dia internacional da Mulher. A aquisição de espaço focou os programas

afins com o target (mulheres de todas as classes sociais, a partir de 18 anos) além dos jornalísticos noturnos nas emissoras. Ao todo, foram cerca de 30 inserções em TV aberta no fim de semana do dia 8 de março (distribuição proporcional entre as emissoras). Na semana seguinte ao Dia Internacional da Mulher, a atuação voltou-se para a mídia gratuita, como maneira de prolongar a disseminação das mensagens.

TV Fechada: A compra de mídia focou cinco emissoras de TV fechada de grande afinidade com o segmento (mulheres acima de 18 anos: Sony, AXN, Discovery Home&health, Warner e TNT). O filme de 30" foi veiculado entre os dias 08 e 11.03 (40 inserções ao longo dos quatro dias).

– Paralelamente, postou-se o filme na rede Youtube; e compuseram-se bâneres e pílulas a partir do frame do filme, para postagem nas redes sociais, visando sua viralização entre os públicos do interesse.

--Para a plataforma Facebook, criaram-se bâneres, pílulas e um aplicativo. Com isso, o número de fãs da página cresceu no período 01/03/2013 a 09/03/2013: de 3.740 usuários para 5.425 (aumento de 68% no número de seguidores). Verificou-se pico de 12.091 pessoas que, mesmo sem curtir a página, interagiram com conteúdo originado dela.

--O aplicativo, especialmente desenvolvido, buscou que amigos e visitantes do perfil homenageassem suas "amigas" nas redes, em seis categorias ("eu contagio", "eu batalho", "eu faço a diferença" etc.) Com isso, em apenas uma semana o aplicativo teve 126.782 visualizações.

Em 2014, o 8 de março apresentará as principais conquistas das mulheres nos últimos anos, como protagonistas das políticas públicas. O objetivo da ação é mostrar o impacto positivo dessas políticas na vida das brasileiras e a mudança, para melhor, em suas condições de trabalho, saúde, habitação, educação e qualidade de vida.

A previsão é que as ações publicitárias aconteçam em TV aberta e com ações específicas para internet.

- **Realizar campanha de valorização das mulheres em sua diversidade, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram lançados os editais de Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais e Prêmio Carmen Santos Cinema de Mulheres de incentivo a mulheres diretoras com projetos de filme sobre a temática de gênero, cujos conteúdos devem considerar a diversidade feminina nos meios urbano e rural (campo/floresta, indígenas, negras e povos tradicionais). Além desses editais, ocorreu a Chamada Pública Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação – objetivando incentivar estudantes do sexo feminino a ingressarem em carreiras tradicionalmente masculinas e reduzir a evasão de universitárias nos primeiros anos de cursos das carreiras mencionadas.

Ainda, a 9ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que busca estimular a produção científica e a reflexão crítica das desigualdades entre homens e mulheres. Participaram do prêmio estudantes do ensino médio, graduação, mestrado e doutorado, além de graduadas e graduados, especialistas, mestras e mestres.

Em dezembro de 2013, foi lançado o Prêmio Lélia Gonzalez. O prêmio tem os objetivos de promover o reconhecimento das afro-brasileiras como protagonistas do enfrentamento ao racismo e ao sexismo, a articulação entre ações destinadas a esse público específico na sociedade civil e no âmbito governamental, bem como a disseminação de experiências inovadoras realizadas por organizações de mulheres negras.

Está prevista para iniciar em 2014 a produção da série Mulheres - Cadernos da Diversidade.

- **Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR continuou as atividades de divulgação da edição do caderno Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso. Atividade continuada no 2º semestre com atualização da Plataforma e previsão de lançamento para 1º semestre de 2014, juntamente com fôlderes para campanha de 2014.

Plano Mais Brasil

A SPM também divulgou a pesquisa de opinião pública sobre a participação política das mulheres, revelando que a maioria dos brasileiros (83%) concorda que a presença de mulheres melhora a política brasileira.

Além disso, apoia a participação da Campanha 'Tome Partido', que pretende incentivar as mulheres a serem candidatas e aos partidos a cumprir a lei de cotas. Em 2013 foi publicado o livro "Mulheres nas Eleições 2010", pelo Consórcio Bertha Lutz que recebeu apoio da SPM, com análise das mulheres nesses espaços.

Em 2014, será lançada uma nova edição do caderno Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso, para incentivar a participação das mulheres na política.

- **Realizar campanha sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, as ações dos 16 dias de Ativismo foram estruturadas em duas frentes: Mulher, Viver sem Violência e Compromisso e Atitude. As ações ocorreram, em grande parte, nas redes sociais com a produção de peças para reforçar a campanha do programa Mulher, Viver sem Violência (também lançada em novembro) e reforçar a união de esforços, em todas as esferas e poderes, para acelerar os julgamentos dos casos de violência contra as mulheres e garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha pela campanha 'Compromisso e Atitude'. Além de ações nas redes sociais, ocorreu a articulação com parceiros estratégicos da SPM para divulgação de materiais impressos da campanha por todo o país.

- **Realizar campanhas, seminários, vídeos, oficinas de alcance nacional que apontem para a necessidade de superação da divisão sexual do trabalho, dialogando sobre o uso do tempo das mulheres e os impactos do trabalho doméstico**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR realizou uma campanha sobre a temática na ocasião da aprovação da PEC das Domésticas, esclarecendo acerca dos direitos dessas trabalhadoras e com vistas ao estímulo à formalização.

Em agosto de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência Internacional para Pesquisa de Uso do Tempo. Na ocasião, SPM se reuniu com integrantes de 38 países da África, América, Ásia, Europa e Oceania para fortalecer os estudos e trabalhos relacionados à temática.

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é um compromisso do Estado e estimula a implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional, consolidando a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O Pacto e as ações nele propostas apoiam-se em três premissas: a transversalidade de gênero; a intersetorialidade; e a capilaridade. Assim, a ampliação, fortalecimento e capilarização da Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência é um dos eixos centrais do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Nesse contexto, foi lançado o Programa Mulher, Viver sem Violência, em março de 2013, e instituído pelo Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013. O Programa consiste na execução de ações estratégicas para a promoção de integração de diversos serviços públicos existentes de atendimento às mulheres em situação de violência. O Programa Mulher, Viver sem Violência irá desenvolver as seguintes ações:

a) Construção de 27 Casas da Mulher Brasileira nas 26 capitais do País e no Distrito Federal;

b) Ampliação da Central 180 (já detalhada na meta ampliação da Central 180);

c) Organização e Humanização do Atendimento às Mulheres Vítimas da Violência Sexual;

d) Fortalecimento e Ampliação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca (com destaque para o enfrentamento ao tráfico de mulheres e a exploração sexual); e

e) Campanhas Permanentes de Conscientização.

Com o objetivo de assegurar às mulheres o atendimento integral e humanizado que ela necessita quando em situação de violência, a Casa da Mulher Brasileira terá no mesmo espaço físico os seguintes serviços: Delegacia Especializada – DEAM, Juizado Especial ou Vara Especializada, Ministério Público, Defensoria Pública, Atendimento Psicossocial, Espaço de Convivência e Brinquedoteca, Central de Transportes, Serviço de Promoção e Autonomia Econômica e Geração de Emprego e Renda e Alojamento de Passagem.

Na área do atendimento à violência sexual a SPM em conjunto com o MS e MJ, somam esforços na integração dos serviços, na erradicação da revitimização das mulheres e acima de tudo para contribuir com a penalização e criminalização dos agressores, com destaque para o atendimento humanizado nos IML e adaptação dos hospitais de referência para a coleta e guarda adequada dos vestígios que podem servir como provas nos processos para a criminalização e responsabilização dos agressores. O Programa ainda colabora para o atendimento integral à mulher, por meio da integração com o sistema de saúde e socioassistencial pela central de transportes que irá facilitar o acesso das mulheres aos serviços especializados, a construção de alternativas para a promoção de sua autonomia econômica, geração de trabalho, emprego e renda e as campanhas permanentes que têm como principal objetivo a ampla divulgação dos serviços da rede e do enfrentamento a todas as formas de violência e discriminações contra as mulheres.

O Programa também articula as ações e iniciativas para o enfrentamento ao tráfico de mulheres e à exploração sexual, por meio da ampliação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca.

Além da implementação do Programa Mulher, Viver sem Violência, a SPM/PR lançou em 2013 o Edital de chamamento público nº 003/2013 que permitiu aprovar 25 projetos para a ampliação e qualificação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência até setembro de 2013.

Para capilarizar ainda mais o atendimento e chegar aos pequenos municípios, a SPM também está desenvolvendo uma proposta de plano de expansão da rede que considera as realidades dos municípios do campo e da floresta e dos municípios localizados nos territórios da cidadania.

Outro aspecto importante foi o esforço realizado no monitoramento e acompanhamento dos serviços com o monitoramento sistemático de informações sobre o funcionamento dos serviços.

http://www.spm.gov.br/Editais/editais-2012/edital-009-2012

http://mulheres.gov.br/mulher-viver-sem-violencia/Mulher-viver-sem-violencia-apresentacao

Metas 2012-2015

- **Ampliar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para o atendimento internacional.**

  Análise Situacional da Meta

  De janeiro a junho de 2013, o Ligue 180 registrou 31 atendimentos internacionais, sendo 15 atendimentos da Espanha, 10 da Itália e 6 de Portugal. (Os dados do 2º semestre ainda não foram sistematizados). O atendimento da Central às brasileiras no exterior é ação de parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça desde novembro de 2011. Para tanto, as atendentes receberam capacitação do MRE referente às atribuições dos consulados brasileiros no exterior e sobre a Convenção de Haia; e da Polícia Federal referente às informações essenciais para a apuração de denúncia no exterior, bem como sobre o papel dos oficiais de ligação da Polícia Federal que atuam no exterior em parceria com a polícia local.

  A SPM solicitou à Embratel – empresa que presta o serviço de telefonia ao Ligue 180 – um estudo sobre a possibilidade de implementação de um único número para o atendimento internacional a brasileiras residentes em

Plano Mais Brasil

diversos países estrangeiros. Tal implementação poderá ser produto de aditivo ao contrato com a Embratel e será certamente critério para a próxima licitação do serviço de telefonia. No momento a SPM ainda aguarda o estudo da Embratel. A SPM pretende expandir o atendimento para mais 10 (dez) países até dezembro de 2014.

Foram impressos cerca de 20 mil folders de divulgação da Central no exterior a serem entregues às usuárias pela Polícia Federal nos aeroportos e pelos consulados brasileiros no exterior.

A SPM/PR está organizando um plano de ação junto ao Ministério das Relações Exteriores para aperfeiçoar ao atendimento do Ligue 180 prestado para as ligações internacionais. Uma das propostas é a criação de cartilhas com os direitos e legislações dos países atendidos pelo Ligue180 que sejam distribuídas à população brasileira desses países e que sirva de material didático para a capacitação das atendentes do Ligue 180.

- **Ampliar e fortalecer os 3 Núcleos de Atendimento às Mulheres nas áreas de fronteiras atualmente existentes, localizados em Foz do Iguaçu (PR), Oiapoque (AP) e Pacaraima (RR).**

Análise Situacional da Meta

Os Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca são serviços especializados em casos de violência de gênero, incluindo a exploração sexual e o tráfico de mulheres, e as situações de vulnerabilidade provenientes da situação de migração. Os Centros atuarão de forma articulada com as demais instituições e serviços que integram a rede nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres e serão realizados esforços para promover a cooperação com os países vizinhos e a articulação com serviços dos municípios fronteiriços, de forma a garantir um atendimento adequado e integral.

A ampliação e fortalecimento dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas, como no caso das Casas da Mulher Brasileira, implicam em uma pactuação entre o Governo Federal, governos estaduais, governos municipais e o Sistema de Justiça.

Dentro da estratégia de fortalecimento e ampliação dos Centros de Atendimento às Mulheres em Regiões de Fronteira, a Secretaria de Políticas para as Mulheres empreendeu, no segundo semestre de 2013, visitas técnicas de avaliação de necessidades e articulação política. Foram realizadas duas visitas técnicas a Foz do Iguaçu (julho e outubro), para estabelecer contatos com a rede local, levantar necessidades e desafios e avançar na pactuação com Estado e Município sobre a estratégia de fortalecimento específica para a realidade local; uma visita técnica a Pacaraima (novembro) para contato com a rede de atendimento e com Município e Estado e levantamento de possibilidades de atuação, além de ter sido realizada a V Reunião do Comitê de Fronteira Brasil-Venezuela de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na cidade limítrofe de Santa Helena de Uairén, na qual foi reativado o Grupo de Trabalho de Harmonização Normativa; e uma visita técnica ao Oiapoque, em dezembro, para discussão com a rede, articulação política com Estado e Município e levantamento de terreno para instalação de nova sede do serviço de atendimento às mulheres, a ser custeada pela SPM, dentro do Programa Mulher, Viver Sem Violência.

- **Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas.**

Análise Situacional da Meta

O número de serviços especializados aumentou para 1.077 em 2013. Atualmente existem: 500 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Núcleos especializados em delegacias comuns, 231 Centros Especializados de Atendimento à Mulher, 155 casas-abrigo, 45 Defensorias Especializadas, 46 Promotorias Especializadas ou Núcleos de atendimento à Mulher no MP e 100 Juizados e Varas Especializadas ou Adaptadas de Atendimento à Mulher.

Em dezembro de 2013, por meio de produto de consultoria para expansão e reestruturação da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, foram registrados 531 municípios com esses serviços. Desses municípios, 126 são classificados como territórios da cidadania, 246 como Municípios-Pólo e 69 são simultaneamente Municípios–Pólo e Territórios da Cidadania.

A SPM, por meio de seus editais públicos, reforça a importância do sistema de segurança e de justiça como parte da

rede especializada de atendimento às mulheres e destaca recursos para o fortalecimento das DEAMS e das demais iniciativas da segurança pública, entendendo ser esta uma das principais portas de entrada das mulheres ao atendimento especializado à violência contra as mulheres. Da mesma forma, os editais públicos da SPM contribuem para o fortalecimento dos serviços e iniciativas do Sistema de Justiça como uma estratégia de ampliar a rede e integrar as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e combate à impunidade.

Além disso, é importante destacar a interiorização dos serviços da Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência, por meio das Unidades Móveis, distribuídas em 19 estados: AM, RR, MA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, GO, DF, ES, MG, RJ, RS, SC, MS e PI.

É importante ressaltar também, que, entre janeiro e junho de 2013, mais de 56% dos municípios brasileiros tiveram ligações registradas na Central 180 (Os dados do 2º semestre ainda não foram sistematizados). Dessa forma, a SPM compreende que mesmo os municípios que possuem menor acesso ou que não possuem serviços da rede de serviços especializados utilizam os serviços da Central 180 para o atendimento às mulheres em situação de violência.

Vários municípios criaram legislações próprias que asseguram as mulheres em situação de violência prioridade no atendimento nos programas de habitação social. Este elemento ainda não é um critério nacionalmente incorporado.

https://sistema3.planalto.gov.br//spmu/atendimento/atendimento_mulher.php

- **Articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS n° 104, de 25 de janeiro de 2011**

Análise Situacional da Meta

A SPM participa do grupo interministerial composto pelo MS, SEPPIR, MDS, MJ e MEC para a revalidação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências e para a discussão de protocolos, fluxos e procedimentos que envolvem a Ficha.

Incluíram-se os Centros Especializados de Atendimento à Mulher como unidade de notificação, e o "machismo", a "lesbofobia", o "racismo" e a "deficiência física" como motivos relacionados à violência. Essa nova perspectiva permitirá um recorte que evidenciará as violências cometidas contra as mulheres em função de gênero, orientação sexual, raça e deficiência física. Outra inclusão importante foi a Rede Especializada de Atendimento como unidade de encaminhamento da Ficha, permitindo maior integração e responsabilização de todos os serviços especializados com a notificação e fortalecendo a importância da notificação para que se possa cada vez mais ter dados e números que correspondam a realidade das mulheres em nosso país.

Foi finalizado o processo de consenso e revisão da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências dentre os ministérios envolvidos (MS, SEPPIR, MDS, MJ, MEC e SPM). Elaboração, por parte do Ministério da Saúde, de Nota Técnica sobre a utilização da Ficha em vigor para os casos de violências contra população LGBT (http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/noticias-svs/9523-orientacoes-para-notificacao-de-violencia-motivada-por-homofobia-lesbofobia-e-transfobia).

Houve também o lançamento da notificação por homo/lesbo/transfobia pela Secretaria dos Direitos Humanos, da Presidência da República, no Sistema Nacional de Garantia de Direitos da População LGBT, a inserção da nova Ficha no SUS aguarda o processo de reformulação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) – em andamento.

- **Articular a priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, economia solidária e capacitação profissional.**

Análise Situacional da Meta

A orientação profissional e o direcionamento das mulheres em situação de violência para programas sociais, de geração de emprego e renda e de promoção da autonomia econômica será um dos serviços oferecidos na Casa da Mulher

Brasileira, no âmbito do Programa Mulher: Viver sem Violência. Dessa forma, o Serviço de Promoção de Autonomia Econômica para Mulheres da Casa da Mulher Brasileira garantirá o acesso prioritário das mulheres em situação de violência às políticas públicas de geração de emprego e renda.

Há que se ressaltar, ademais, que o MDS e o MTE – órgãos responsáveis pelas políticas sociais em tela – compõem o Grupo de Trabalho Interministerial para a implementação do Programa, contribuindo de maneira decisiva para inserção profissional e para a autonomia econômica das mulheres em situação de violência.

Também, por meio das reuniões com as Gestoras do pacto (que ocorrem trimestralmente) indicamos como diretriz a articulação das ações e da intersetorialidade visando atender as mulheres em situação vulnerável de forma prioritária nos municípios e estados e nos programas sociais das diferentes esferas de governo.

Alguns municípios e estados têm legislação própria que já asseguram este direito às mulheres em situação de violência.

- **Articular a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas Regiões de Fronteira Seca, com atenção especial às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.**

Análise Situacional da Meta

O atendimento das mulheres em situação de violência nas regiões de fronteiras secas foi incluído como um dos eixos do Programa Mulher: Viver sem Violência.

No Programa estão previstas a criação e/ou reestruturação de serviços estratégicos em 10 municípios nas fronteiras secas, em 7 estados: Jaguarão e Santana do Livramento (RS), Foz do Iguaçu (PR), Ponta Porã e Corumbá (MS), Brasiléia (AC), Pacaraima e Bonfim (RR), Oiapoque (AP) e Tabatinga (AM).

A exemplo do que existe em Pacaraima, a proposta é que esses serviços sejam bi ou trinacionais, fortalecendo a cooperação internacional do Brasil com Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa.

Em 2013, foram realizadas visitas técnicas aos municípios que receberão os Centros com o objetivo de: fazer um diagnóstico de necessidades, desafios e capacidades; conhecer a rede local e a realidade da vida fronteiriça, com visitas aos Consulados ou Vice-Consulados brasileiros do outro lado da fronteira; articulação política com municípios e Estados para a implantação e gestão dos Centros; e levantamento de terrenos onde serão construídas as estruturas dos Centros, a serem custeadas pela SPM.

Em julho, foram visitados os Municípios de Jaguarão e Santana do Livramento, no RS, em julho e outubro foram feitas duas visitas técnicas a Foz do Iguaçu, em agosto os municípios de Corumbá e Ponta Porã, no MS, em outubro os municípios de Pacaraima e Bonfim, em RR, em novembro o município de Brasiléia, no AC, e em dezembro o Município do Oiapoque, no AP. Também foi incluída no planejamento a criação de mais um Centro de Fronteira em Tabatinga, no AM, cuja visita será realizada no primeiro semestre de 2014 para acerto de terreno e pactuação com a Prefeitura local e demais serviços envolvidos. Importante destacar que essa ação em Tabatinga envolve também uma parceria com a Empresa Brasileira de Comunicação - EBC, que em 2013 foi marcada com o assassinato de uma de suas profissionais e que mobilizou a empresa a participar de ações, campanhas e iniciativas para o enfrentamento a violência contra as mulheres.

O Brasil possui Memorandos de Entendimento de Cooperação fronteiriça com Venezuela e com Paraguai e Argentina (para atuação na tríplice fronteira), e, em outubro de 2013, foi realizada a V Reunião do Comitê de Fronteira Brasil-Venezuela de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na cidade limítrofe de Santa Helena de Uairén, na qual foi reativado o Grupo de Trabalho de Harmonização Normativa; para estabelecimento de fluxos entre as redes dos dois países. Está ainda em estado avançado de negociação um Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Uruguai para a cooperação no enfrentamento à violência contra a mulher na área de fronteira, e que prevê a criação de um Comitê de Fronteira binacional.

A Campanha Mercosul Livre do Tráfico de Pessoas já está em execução e o "Guia Mercosul de Atenção a Mulheres em Situação de Tráfico de Pessoas para fins de exploração Sexual" foi distribuído para toda a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

Essa ação está articulada às ações de fortalecimento ao enfrentamento do tráfico de pessoas, com destaque para o

tráfico de mulheres.

- **Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2013, foram contabilizados 231 Centros de Especializados de Atendimento à Mulher, estando esse serviço presente em todas as capitais dos estados federados. Em 2012 existiam 219 unidades de atendimento desse serviço, portanto, foram inauguradas 12 unidades no ano de 2013.

Nesse aspecto, um dos grandes desafios da rede é a sua capilarização e o debate travado junto aos municípios implementadores das políticas do Governo Federal, sobre a importância e necessidade de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. Isso porque esse atendimento requer uma equipe específica, um acolhimento e escuta diferenciados para que cada vez mais as mulheres sintam-se seguras para a denúncia e criem as condições pessoais e econômicas para romper com o ciclo da violência sofrida.

- **Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2013, por meio de produto de consultoria para expansão e reestruturação da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, foram registrados 531 municípios com serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência.

A Rede ainda é insuficiente para atender todas as mulheres. Nesse sentido os editais para conveniamento priorizam os projetos que visam ampliar essa rede e trabalhar de forma integrada e regionalizada garantindo, assim, que mais mulheres tenham acesso aos serviços.

- **Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre questões da violência contra as mulheres.**

Análise Situacional da Meta

A SPM e o MS estão elaborando uma capacitação para os profissionais do SAMU. Os tópicos da capacitação incluem entre outros, violência doméstica, Lei Maria da Penha e a rede especializada para mulheres em situação de violência. Através dessa capacitação que visa atingir a todos os profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU em todo o Brasil, os mesmos estarão preparados para reconhecer indícios de violência doméstica e sexual e informar a vítima sobre a rede especializada, assim como oferecer imediatamente a contracepção de emergência para casos de violência sexual.

Além disso, no âmbito do Programa Mulher, Viver sem Violência, a SPM, o MS e o MJ capacitarão 1.410 profissionais da saúde para a coleta de vestígios de violência sexual e armazenamento nos hospitais do SUS. Essa capacitação incluirá entre outros tópicos, a Lei Maria da Penha.

Quanto aos demais serviços da Rede de Atendimento, foram capacitadas/os pelos Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres cerca de 2.300 profissionais que atuam nas áreas de segurança pública, assistência psicológica, social e jurídica nos Centros Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

No tocante aos operadores do Direito, foram capacitados: 60 profissionais na VII Jornada pela Lei Maria da Penha (ago/2013) e participaram do V Encontro do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – FONAVID cerca de 250 profissionais (nov/2013), entre magistradas/os, técnicas/os das equipes multidisciplinares e servidoras/es de todos as regiões do país. O encontro foi momento de intercâmbio de experiências sobre a Lei nº 11.340/2006. A ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) realizou 5 cursos de iniciação funcional para magistrados de dezembro/12 a junho/13, dos estados de SP, DF, PI, PR, MG, PA, RO, MT, PB, RJ. No total participaram 408 juízes e juízas.

Plano Mais Brasil

Por meio da Campanha Compromisso e Atitude e de parcerias estabelecidas com Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Governo Estadual e Municipal e Ministério da Justiça, a SPM colaborou com eventos regionais que visaram discutir temas como a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, tais como os que aconteceram em Ponta Porã - Mato Grosso do Sul, em Piripiri e Picos - Piauí.

Já estão previstos, para o ano de 2014, fóruns nas cidades de Oeiras, São Raimundo Nonato, Floriano e outras cidades-pólo do Piauí e no Estado da Bahia, oficinas em 14 cidades, onde existem Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) e promotores de Justiça que aderiram ao projeto Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher – Gedem.

- **Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania.**

Análise Situacional da Meta

Segundo a Munic 2013 (IBGE), existem 155 Casas-Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência de acordo com a Lei Maria da Penha, distribuídas em 142 municípios.

É importante ressaltar que hoje a SPM conta com outros instrumentos para a garantia da segurança das mulheres além das casas abrigo. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS aponta novas alternativas e diretrizes para os serviços de abrigamento, as medidas protetivas de urgência e prisão em flagrante são outros exemplos de possibilidades com as quais a mulher pode contar para proteger-se do agressor. Desde a sanção da Lei Maria da Penha, foram emitidas mais de 350 mil medidas protetivas.

A construção de instrumentos legais que permitam o consorciamento entre os municípios ainda é um desafio para que possamos ampliar a política de regionalização de serviços e que respondam às demandas e às novas propostas de descentralização e integração de serviços para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

- **Construir Casas da Mulher Brasileira (que agregarão no mesmo espaço físico: Deam, Vara ou Juizado Especializado, Defensoria Pública, Ministério Público, atendimento psicossocial, espaços de convivência e brinquedoteca, alojamento de passagem, central de transportes e serviços de Emprego e Renda, como acesso a microcrédito, à qualificação profissional e ao trabalho) em todas as capitais dos estados e do DF.**

Análise Situacional da Meta

A Casa da Mulher Brasileira consiste em um novo equipamento público que concentra no mesmo espaço físico os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM); Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Promotoria Pública Especializada da Mulher; Defensoria Pública Especializada da Mulher; atendimento psicossocial; orientação e direcionamento para programas de auxílio e promoção da autonomia, geração de trabalho, emprego e renda, espaço de recreação para as crianças acompanhantes destas mulheres (brinquedoteca), alojamento de passagem, bem como a integração com os demais serviços da rede de saúde, da segurança pública, com destaque para os institutos de medicina legal e os serviços da rede socioassistencial que integram a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio de serviço de logística a ser realizado pela Central de Transportes.

A implementação das Casas da Mulher Brasileira implica em uma pactuação entre o Governo Federal, governos estaduais, governos municipais e o Sistema de Justiça. Para tanto, o termo de adesão ao Programa Mulher, Viver sem Violência foi firmado em 18 estados.

Foi desenvolvido o Programa de Necessidades e o anteprojeto da Casa da Mulher Brasileira. Regulamentado o programa Mulher, Viver sem Violência, pelo Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013, que engloba diversas dessas linhas de enfrentamento.

Na mesma data foi publicada a Portaria nº 110, do Ministério do Planejamento, que inclui a Casa da Mulher brasileira e os Centros Especializados de Atendimento nas Fronteiras Secas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2).

Para gestão de recursos do programa foi assinado contrato com o Banco do Brasil em 18 de outubro. Realizadas as

licitações para projeto executivo padrão para 22 estados, projeto executivo para Belo Horizonte, Projeto executivo para reforma em Vitória, adequação do projeto executivo padrão aos terrenos em 23 cidades. Contratadas as sondagens e topografias para todos os terrenos disponíveis.

- **Construir Central de transporte, coordenadas pela Casas da Mulher Brasileira, para facilitar o acesso da mulher aos serviços articulados, como IML, assistência social, Unidades básicas de Saúde, Unidades de pronto atendimento e hospitais de referência.**

Análise Situacional da Meta

As Centrais de Transporte estão ligadas a implementação e construção das Casas da Mulher Brasileira. Todas as 25 capitais mais o DF terão as Centrais consolidadas quando do início da implementação das Casas e do atendimento integrado em todas elas. Essa Central tem como papel fundamental a integração dos serviços e do atendimento às mulheres que serão atendidas na Casa com os demais serviços da rede de segurança pública, saúde e socioassistencial. Cada estado receberá no mínimo um veículo e no máximo 7 para realizar esse trabalho, assegurando assim que todas as mulheres sejam atendidas em suas demandas e possam acessar todos os serviços com o suporte do transporte. Com isso, a SPM visa colaborar ainda mais com a resolutividade do atendimento às mulheres em situação de violência, garantindo o acesso eficaz a todos os serviços.

- **Contribuir para a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2013, foram contabilizadas 500 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Nesse ano foram repassados recursos pela SPM/PR para reaparelhamentos de 19 DEAM no estado do Maranhão e 16 no estado do Rio Grande do Sul.

Para auxiliar no monitoramento das DEAM, a SPM conta com o suporte das coordenadoras de DEAM estaduais e organiza periodicamente reuniões com essas coordenadoras.

A SPM auxiliou a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP na divulgação do edital público que, entre outras coisas, contempla propostas para aparelhamento de DEAM. A divulgação foi realizada junto às Gestoras do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e resultou no investimento em 2013 de R$14 milhões da SENASP para o aparelhamento das DEAM em todo o país.

- **Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.**

Análise Situacional da Meta

Os serviços especializados de atendimento às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual são operacionalizados pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Justiça. A SPM contribui para a ampliação dos serviços por meio de articulação e de recursos financeiros destinados ao aparelhamento desses serviços.

Foi sancionada a Lei n.º 12.845, em agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual em todos os hospitais, sejam eles públicos ou privados. Essa iniciativa garante a acessibilidade do atendimento de saúde à mulher. Concomitantemente, haverá a qualificação de profissionais para atendimento humanização, construção de espaços específicos para mulheres em situação de violência nos Institutos Médico-Legais e readequação de hospitais públicos para atendimento especializado e prevenção de revitimização (previstos no Decreto n.º 7.958/2013).

- **Criação de 6 novos Núcleos de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas.**

Análise Situacional da Meta

Os Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca são serviços especializados em casos de violência de gênero, incluindo a exploração sexual e o tráfico de mulheres, e as situações de vulnerabilidade provenientes da situação de migração. Os Centros atuarão de forma articulada com as demais instituições e serviços

que integram a rede nacional de enfrentamento a violência contra as mulheres e serão realizados esforços para promover a cooperação com os países vizinhos e a articulação com serviços dos municípios fronteiriços, de forma a garantir um atendimento adequado e integral.

Serão implantados sete Centros: Brasiléia – AC (fronteira com a Bolívia); Corumbá – MS (fronteira com a Bolívia); Santana do Livramento – RS (fronteira com o Uruguai); Jaguarão – RS (fronteira com o Uruguai); Bonfim – RR (fronteira com a Guiana); Ponta Porã – MS (fronteira com o Paraguai); e Tabatinga - AM (fronteira com Colômbia e Peru).

A implementação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas, como no caso das Casas da Mulher Brasileira, implica em uma pactuação entre o Governo Federal, governos estaduais, governos municipais e o Sistema de Justiça. Os Centros também foram incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento ainda em 2013 e as primeiras unidades deverão ser entregues em 2014.

Para a instalação dos Centros, foram realizadas visitas técnicas aos municípios elencados com o objetivo de: fazer um diagnóstico de necessidades, desafios e capacidades; conhecer a rede local e a realidade da vida fronteiriça, com visitas aos Consulados ou Vice-Consulados brasileiros do outro lado da fronteira; articulação política com municípios e Estados para a implantação e gestão dos Centros; e levantamento de terrenos onde serão construídas as estruturas dos Centros, a serem custeadas pela SPM. Em julho foram visitados os Municípios de Jaguarão e Santana do Livramento, no RS, em agosto os municípios de Corumbá e Ponta Porã, no MS, em outubro o município de Bonfim, em RR, e em novembro o município de Brasiléia, no AC.

Também foi incluído no planejamento a criação de mais um Centro de Fronteira em Tabatinga, no AM. Visita técnica ao município deverá ser realizada no primeiro semestre de 2014. Está em estado avançado de negociação um Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Uruguai para a cooperação no enfrentamento à violência contra a mulher na área de fronteira, e que prevê a criação de um Comitê de Fronteira binacional.

- **Fomento à criação de ambientes para atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência, nos Institutos Médicos Legais – IML**

Análise Situacional da Meta

A SPM articulou com o MJ o aparelhamento e adequação de 27 IML, um em cada Capital, para que estes realizem a coleta de vestígios de forma humanizada e elaborem os laudos dessas coletas, assim como os laudos indiretos a partir dos relatórios produzidos pelo Sistema de Saúde.

Além disso, a SPM, juntamente com o MJ e o MS, vem realizando reuniões regulares com representantes de peritos de todos os estados para o estabelecimento de fluxos e procedimentos a serem adotados no atendimento às vítimas de violência sexual, a fim de reduzir a revitimização das mulheres em situação de violência e aumentar a possibilidade de criminalização dos agressores.

- **Implantar registro administrativo unificado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta

Essa meta ganha um novo tom com o Programa Mulher, Viver sem Violência. Com o lançamento do Programa, foi criado um Grupo Executivo Interministerial para a implementação do Programa Mulher, Viver sem Violência, que focou suas primeiras atividades em elaborar um Protocolo de Gestão Integrada do Programa e uma proposta de fluxos de encaminhamento das mulheres em situação de violência entre os serviços da rede de atendimento e a Casa da Mulher Brasileira - espaço estratégico proposto pelo Programa que integrará os demais serviços especializados em seu interior.

O Grupo Executivo considerou os acordos já pactuados, como o do Grupo de Trabalho para elaboração de Metodologia Integrada de Informação (Estatísticas Criminais) sobre tráfico de pessoas para o Sistema de Segurança Pública e Justiça GT Dados Criminais. A implementação dos protocolos de gestão integrada (além do nacional, cada estado elaborará o

seu) e dos fluxos entre serviços vai ao encontro dos objetivos do registro unificado: a possibilidade do registro histórico dos atendimentos que a cidadã recebe dos serviços da rede. Para tanto, é pauta para a implementação desses instrumentos de gestão a harmonização dos dados coletados nos atendimentos realizados.

- **Implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.**

Análise Situacional da Meta

O lançamento do Programa Mulher, Viver sem Violência trouxe o desafio da sistematização dos encaminhamentos da rede de atendimento à mulher, principalmente nos locais em que serão construídas as Casas da Mulher Brasileira.

O segundo eixo do Programa, que trata da ampliação do Ligue 180, destaca não apenas a sua transformação em disque denúncia, como também a qualificação da Central como a principal porta de entrada para todos os serviços públicos oferecidos pelo Programa. Ou seja, a partir do primeiro registro da ligação de uma cidadã à Central pretende-se que o encaminhamento dela aos serviços da rede ocorra por meio da integração entre o sistema utilizado pelo Ligue 180 para o registro dos atendimentos da Central e os demais sistemas utilizados pelos diversos serviços da rede.

A SPM tem avaliado qualitativamente os atuais dados produzidos pelo Ligue 180 e, a partir dessa análise, será proposto um novo formulário para o registro das denúncias do Ligue 180, que possibilite o cruzamento dos dados do sistema da Central com outros sistemas de serviços da rede.

A possibilidade de cruzamento de relatórios de diversos sistemas possibilitará a produção de dados nacionais sobre a violência contra as mulheres.

No segundo semestre de 2013 a equipe técnica da SPM conheceu sistemas de parceiros, tais como o Sistema Nacional de Segurança Pública - SINESP, do Ministério da Justiça, o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - SIMEC, do Ministério da Educação, entre outros, com a finalidade de obter subsídios para o levantamento de requisitos para a construção do novo Sistema Integrado de Atendimento à Mulher - SIAM.

- **Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania.**

Análise Situacional da Meta

As Unidades Móveis foram distribuídas em 19 estados: AM, RR, MA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, GO, DF, ES, MG, RJ, RS, SC, MS e PI.

Soma-se à entrega das unidades móveis a criação em todos os estados da Federação e no DF dos Fóruns Estaduais para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Assim, ampliamos os instrumentos de participação e controle social e o acompanhamento das mulheres às políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Já estão em funcionamento os Fóruns Estaduais para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta em alguns estados: Região nordeste: fóruns iniciados em 06 estados com os ônibus já em viagens para campo. Região Norte: fórum em 03 estados. Região Centro-oeste: fórum em 03 estados. Região Sudeste: fórum funcionando no ES. Região Sul: fórum funcionando no RS. Do total de estados contemplados em 2013 com as Unidades móveis (19), 14 já possuem fórum em funcionamento.

Também em 2013 em parceria com a Caixa Econômica Federal, a SPM iniciou o trabalho nas agências móveis da Caixa no circuito das águas da Ilha de Marajó no PA, com ações educativas, de formação, de prevenção e de atendimento as mulheres ribeirinhas.

www.spm.gov.br/diariodebordo

- **Induzir, articular e coordenar protocolos de atendimento para os serviços integrantes da Rede de Atendimento.**

Análise Situacional da Meta

Além da participação no Grupo Interministerial para revalidação da Ficha de Notificação Compulsória, a SPM e o MS

estão desenvolvendo um protocolo para que a Central de Atendimento à Mulher - Ligue180 possa encaminhar diretamente ao SAMU as ligações de mulheres em situação de urgência e emergência.

Os Grupos Executivos responsáveis pela implementação das Casas da Mulher Brasileiras nos estados desenvolverão protocolos e fluxos para o funcionamento dos serviços da Casa, e entre ela e os serviços externos, como o SAMU, Unidades Básicas de Saúde, Hospitais de Referência, IML e a rede socioassistencial.

Finalmente, no âmbito do Programa Mulher: Viver Sem Violência, a SPM vem se articulando com o MS e o MJ para a elaboração de fluxos e protocolos para o atendimento de mulheres vítimas de violência sexual, coleta e custódia de vestígios e elaboração de relatórios nos 94 hospitais de referência do SUS em todo o País.

- **Integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Políticas para Mulheres compõe a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos e com o Ministério da Justiça. A Coordenação Tripartite reúne-se mensalmente para coordenar a implementação das principais ações do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovado por Decreto em fevereiro de 2013. Uma das metas é integrar as redes de atendimento da SPM, SDH e Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça - SNJ/MJ e construir protocolos e fluxos de atendimento.

Está em processo final de validação, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fluxo de Atendimento e Encaminhamentos da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Rede de ETP, que levará em conta os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.

A SPM apoiou, por meio de reuniões e disponibilização de dados e informações, consultoria contratada pelo Ministério da Justiça cujos produtos finais incluem a elaboração de um fluxo de encaminhamento da rede de Enfrentamento ao Tráfico para serviços especializados, incluindo a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

O Programa Mulher, Viver sem Violência, com sua ação de fortalecimento e ampliação dos Centros de Atendimento às mulheres nas Regiões de Fronteira Seca, representa importante passo para a integração destes serviços à Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

A SPM participa como parceira do projeto Migrações Transfronteiriças, parceria entre o "International Centre for Migration Policies and Development" (Organização Internacional composta por países europeus) e o Governo Brasileiro (capitaneada pelos Ministérios da Justiça e do Trabalho e Emprego), cujos produtos incluem diagnósticos sobre a rede de serviços em dez municípios fronteiriços, criação de Procedimentos de Operação Padrões para a atuação das Redes de ETP, que incluirá a rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e capacitação das redes nos municípios incluídos. O Projeto tem duração prevista de dois anos e sua primeira reunião será realizada em fevereiro de 2014, em Viena, com participação da SPM.

- **Realizar capacitação continuada de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.**

Análise Situacional da Meta

As atendentes da Central de Atendimento à Mulher recebem capacitação permanentemente. Seja pela alta rotatividade que a categoria apresenta, seja pela diversidade de demandas da população que exige a constante atualização da equipe quanto a novos temas.

Em 2013, todas as atendentes (em torno de 200) receberam capacitação para a melhoria do preenchimento das categorias dos formulários do SIAM – o sistema utilizado para o registro das demandas que chegam à Central. O objetivo da capacitação sobre preenchimento do SIAM foi aprimorar a percepção das atendentes quanto aos relatos de violências recebidos e como sua correta caracterização contribui para a produção de dados e estatísticas sobre o

fenômeno da violência.

No mês de março foram realizadas oficinas com as atendentes reforçando as especificidades do atendimento a mulheres lésbicas. Foram promovidas palestras sobre as Promotoras Legais Populares e o seu papel como empoderadoras das mulheres de suas comunidades, sejam urbanas ou rurais. As atendentes do Ligue 180 também receberam capacitação sobre o estatuto da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa e sobre técnicas para a recepção de ligações com indicativo de suicídio.

Em outubro e dezembro de 2013 foram treinadas duas turmas de atendentes recém-contratadas – prática periódica, considerando-se a rotatividade do ramo de call centers - tendo em vista ampliação da Central 180. Esses treinamentos inauguraram um programa curricular mais atualizado que abordou aspectos relacionados ao atendimento e os conceitos que envolvem a Política Nacional de Enfrentamento à Violência, com foco nas desigualdades de gênero e raça, nas diversidades das mulheres, nas ações do Programa Mulher, Viver sem Violência, bem como a legislação brasileira.

- **Transformar o Ligue 180 em Disque denúncia, com encaminhamento direto das denuncias aos órgãos competentes.**

Análise Situacional da Meta

Em 03 de junho de 2013, foi assinado aditivo ao contrato celebrado entre a SPM e a empresa que presta serviço de solução global (teleserviço) para a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. O objetivo do aditivo ao contrato foi criar equipe de retaguarda na operação responsável pelo encaminhamento de serviços. A equipe que compõe o Posto de Encaminhamento de Denúncias (PED) é composta por 1 (uma) Coordenadora, 6 (seis) supervisoras e 32 (trinta e duas) analistas. O PED iniciou seus trabalhos em agosto de 2013 em forma de projeto piloto: encaminhando apenas os casos emergenciais de tráfico de pessoas e cárcere privado, bem como as reclamações sobre serviços da rede às autoridades competentes.

O SIAM – sistema de registro das demandas do Ligue 180 – está sofrendo as alterações necessárias para ser adaptado ao registro e monitoramento das denúncias. Dessa forma é iminente o lançamento do disque denúncia, em que a Central encaminhará todos os tipos de denúncias às autoridades competentes.

Mesmo em formato de projeto piloto, o Posto de Encaminhamento de Denúncias finalizou o ano de 2013 com o número de 1.216 relatos encaminhados às autoridades locais para investigação. Como o disque denúncia ainda não foi implementado, esses encaminhamentos tratam-se apenas de relatos de reclamações de serviços, cárcere privado, tráfico de mulheres e solicitação de atendimentos internacionais entregues respectivamente aos Ministérios Públicos estaduais, à Polícia Federal e ao Ministério das Relações Exteriores. Dessa forma, avalia-se que o PED encontra-se preparado, a partir de janeiro de 2014, para iniciar o encaminhamento de todos os tipos de relatos de violência contra as mulheres também para as autoridades da Segurança Pública dos estados.

Mesmo com o aditivo e a criação do PED, acredita-se que a atual estrutura da Central será insuficiente para o crescimento das demandas do disque denúncia. Da mesma forma, o sistema necessitará não apenas de reformulações, mas de um redesenvolvimento que contemple o monitoramento dos encaminhamentos que surgem do Ligue 180, que passam por todos os serviços da rede e que gerarão dados nacionais sobre a violência contra a mulher. Portanto, a ampliação do Ligue 180 exigirá a contratação de maior e melhor estrutura de atendimento, bem como de ferramentas eficazes. Assim, estão em andamento três editais públicos para a licitação de infraestrutura de teleserviços, para a contratação de serviço de telefonia que contemple o Ligue 180 Internacional e para a contratação de serviço de tecnologia para o redesenvolvimento do SIAM.

Cabe destacar que no primeiro semestre de 2013, a Central registrou 306.201 atendimentos, que corresponderam a uma média mensal superior a 51.000 registros e uma média diária de 1.691 atendimentos. Dentre esses atendimentos, 37.582 (12,3%) foram relatos de violência. (Os dados do 2º semestre ainda não foram sistematizados).

Em janeiro de 2013, o Brasil recebeu a notícia de que uma ligação recebida pelo Ligue 180 foi responsável pelo desbaratamento de uma quadrilha em Salamanca, na Espanha. Na operação realizada em parceria entre a Polícia Federal brasileira e a espanhola, foram resgatadas duas brasileiras, entre outras mulheres estrangeiras vítimas de tráfico

Plano Mais Brasil

de pessoas para fins de exploração sexual.

OBJETIVO: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha é a ação estratégica para a melhoria da aplicação da Lei Maria da Penha, realizada em parceira com o Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG), Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) e Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça. Desde seu lançamento nacional, foram realizados eventos da Campanha nos seguintes estados: Amazonas, Pará, Paraíba, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Tocantins.

A Campanha conta com uma Coordenação Nacional, formada por representantes de todos os órgãos parceiros e se reúne bimensalmente, e com o Conselho Consultivo, que define os principais conteúdos do Portal da Campanha. O Portal reúne publicações, artigos, notícias, diretrizes, pesquisas, jurisprudência sobre violência contra a mulher e é um canal privilegiado para levar informações qualificadas aos operadores do direito. Durante o período de 01/07/2013 a 31/12/2013 foram registradas 21.020 pessoas acessando o site, gerando 31.210 visitas, que se desdobraram em 86.644 visualizações de página.

A SPM já publicou 4 (quatro) edições do informativo da Campanha cuja periodicidade é mensal. A última publicação teve como tema a violência sexual e às ações dos órgãos implementadores para prevenir e diminuir danos às vítimas. A Campanha Compromisso e Atitude também acompanhou alguns casos emblemáticos de violência contra as mulheres, tendo como resultado o julgamento e condenação dos agressores à pena de prisão. Exemplos disso foram os casos de grande repercussão nacional, como o assassinato de Eliza Samúdio, de Mércia Nakashima e o estupro coletivo de 5 mulheres no município de Queimadas/PB. Outro objetivo da Campanha consiste no julgamento célere dos casos de assassinatos e vem sendo cumprido, como no Distrito Federal, que em 12 meses condenou 12 homens que tentaram ou mataram suas companheiras.

Foi realizado cadastramento no sistema "Justiça Plena" do CNJ de 13 processos de grande repercussão nos estados relativos a crimes de homicídio ou estupro contra mulheres a fim de exigir maior celeridade no julgamento dos acusados. A partir de tal cadastramento é realizado acompanhamento pela Corregedoria Nacional de Justiça e pela própria Secretaria de Política para as Mulheres.

Além disso, dentro do objetivo de produção de dados e informações voltadas para o enfrentamento à violência contra a mulher, foi publicada pesquisa de opinião a respeito da "Violência e Assassinato de Mulheres". Essa pesquisa foi realizada por meio de convênio com o Instituto Patrícia Galvão em parceria com o instituto Data Popular. Destaque deve ser dado para o resultado de apenas 2% da população nunca ter ouvido falar na Lei Maria da Penha, revelando a efetividade das ações de difusão e debate sobre a lei.

Em outubro de 2013 a SPM lançou, no Brasil, a Campanha "Mercosul Livre do Tráfico de Mulheres", uma ação da Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul - RMAAM, que visa atingir e conscientizar tanto as mulheres que estão cruzando ou querem cruzar as fronteiras do Mercosul em busca de oportunidades e novos horizontes, quanto os servidores do Estado que atuam em espaços chave, como regiões de fronteira, aeroportos, rodoviárias e portos de trânsito internacional. Nos meses de Outubro e Novembro de 2013 foram distribuídos materiais impressos, houve a veiculação de spots de rádio e ações nas redes sociais, com foco em regiões de fronteira e espaços de grande circulação.

Metas 2012-2015

- **Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.**

Análise Situacional da Meta

Um dos eixos da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha é a adesão de empresas privadas no enfrentamento à violência contra as mulheres. Já foram realizadas tratativas com empresas de abrangência nacional. Em fevereiro de 2013 foi publicada Portaria Interministerial entre SDH e SPM para criar um Grupo de Trabalho para definir as estratégias de enfrentamento à violência nos grandes eventos.

Foram iniciadas tratativas para a adesão de empresas dos setores público e privado à Campanha Compromisso e Atitude. Dentre as ações realizadas com este intuito, tem-se: a contratação da Consultoria Júnior Pública, vinculada à Fundação Getúlio Vargas - FGV, de São Paulo, por meio de convênio com o Instituto Patrícia Galvão, a fim de mapear empresas com envolvimento em causas correlatas ao enfrentamento à violência contra as mulheres; contato inicial com 16 empresas apresentando os objetivos da Campanha e as formas de contribuição que estas podem implementar; mobilização de todos os parceiros para organização de evento de adesão das empresas.

Além disso, iniciou-se planejamento de produção de material para o novo público que a Campanha passará a atingir que será não só de operadores de direito, mas também os funcionários que trabalham para as empresas aderentes ou seus consumidores.

- **Contribuir para o aumento do número de Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais.**

Análise Situacional da Meta

Por meio da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, a SPM e o CNJ estimularam a criação das Coordenadorias nos Tribunais de Justiça e atualmente todos os Tribunais de Justiça já criaram Coordenadorias da Mulher.

A SPM esteve presente na reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça em julho de 2013, e foi acordado, na Carta de Boa Vista, que o enfrentamento à violência contra as mulheres será um dos eixos prioritários de ação dos Tribunais, sendo que a Campanha Compromisso e Atitude e o Programa Mulher Viver sem Violência estão entre as ações que devem ser priorizadas nos estados.

Foi realizada reunião com Conselheira do Conselho Nacional de Justiça que apresentou como prioridade no trabalho a ser realizado nos próximos dois anos, o levantamento da atuação das Coordenadorias da Mulher de todos os Tribunais de Justiça e da visita in loco àquelas com dificuldades de estruturação e atuação.

Foi realizado por iniciativa do CNJ no V FONAVID, pesquisa a todos os juízes presentes sobre a atuação das Coordenadorias de seus Tribunais. Os resultados dessa pesquisa ainda não foram divulgados pelo órgão.

- **Contribuir para o aumento do número de Defensorias Públicas Especializadas e da assistência jurídica gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente o número de Núcleos/Defensorias Especializadas de Atendimento à Mulher é de 45.

A SPM tem estimulado constantemente o fortalecimento e ampliação das defensorias especializadas e por meio de convênio que será firmado em 2014 viabilizará o primeiro Encontro Nacional de Defensoras(es) Públicas(os) que atuam no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Além disso, o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), por meio da Comissão dos Núcleos especializados de atendimento às mulheres, tem participado ativamente do Conselho Editorial e da Coordenação nacional da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha.

Por meio do Programa Mulher, Viver sem Violência, com a implantação das Casas da Mulher Brasileira nas 27 capitais

e DF, a SPM também induz a criação de defensorias especializadas, considerando que tais Casas concentrarão, no mesmo espaço físico, todos os atores do Sistema de Justiça (vara especializada, defensoria pública e promotoria pública especializada).

- **Contribuir para o aumento do número de juizados e varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher.**

Análise Situacional da Meta

O Número atual de Juizados/Varas Especializadas e Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar é 100.

A SPM tem estimulado a criação de novas varas especializadas por meio da implantação das Casas da Mulher Brasileira nas 27 capitais e DF. Tais Casas concentrarão no mesmo espaço físico uma vara especializada, defensoria pública e promotoria pública especializada.

Além disso, é apoiadora fundamental de atividades de qualificação de juízes, juízas e equipes técnicas das varas especializadas, por meio da Jornada da Lei Maria da Penha, realizada em parceria com o CNJ, e do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - FONAVID. O CNJ e o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça são parceiros da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha e participam ativamente da Coordenação nacional e do Conselho Editorial.

- **Contribuir para o aumento do número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais.**

Análise Situacional da Meta

O número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais em dezembro de 2013 é 46.

O Conselho Nacional do Ministério Público, parceiro da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, criou em 2013 uma Comissão Nacional de Defesa dos Direitos Fundamentais. Nesta Comissão serão formados grupos de trabalho e o primeiro versará sobre violência doméstica e direitos sexuais e reprodutivos. A SPM colabora com o GT, tendo participado do primeiro encontro ocorrido em agosto de 2013.

Além disso, o Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça, também parceiro da Campanha, participa ativamente do Conselho Editorial e da Coordenação Nacional, especialmente por meio dos representantes da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - COPEVID.

O Ligue 180, em parceria com a COPEVID, tem encaminhado denúncias sobre irregularidades dos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência, fortalecendo o papel de fiscal da lei por parte das promotorias especializadas.

Por fim, também por meio do Programa Mulher Viver sem Violência, com a implantação das Casas da Mulher Brasileira nas 27 capitais e DF, a SPM induz a criação de promotorias especializadas, considerando que tais Casas concentrarão, no mesmo espaço físico, todos os atores do sistema de justiça (vara especializada, defensoria pública e promotoria pública especializada).

- **Estabelecer parceria com os órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) para viabilizar o acompanhamento do percentual de medidas protetivas utilizadas e dos processos julgados de acordo com a referida Lei.**

Análise Situacional da Meta

Um dos principais objetivos da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha é dar celeridade aos julgamentos de crimes cometidos contra mulheres em âmbito domésticos e familiar. As parcerias dos órgãos do sistema de justiça são fundamentais para tanto.

Em março de 2013 foi assinado outro acordo de cooperação entre a SPM, o Conselho Nacional dos Defensores Público-Gerais, Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, para o enfrentamento à

violência contra as mulheres. No mesmo mês, foi lançado o relatório de pesquisa do CNJ sobre a aplicação da Lei Maria da Penha nos Juizados.

Sobre o monitoramento das medidas protetivas, no 1º semestre de 2013, importantes iniciativas têm surgido em diferentes Estados e são fortalecidas por meio do Pacto nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Exemplos disso são a Patrulha da Lei Maria da Penha, no Rio Grande do Sul, o uso das tornozeleiras eletrônicas, em Minas Gerais, e o uso do botão do pânico, no Espírito Santo.

No 2º semestre, houve ampliação das iniciativas de monitoramento das medidas protetivas, como o uso de tornozeleiras eletrônicas no Rio Grande do Sul, em caráter experimental em Goiás e Pernambuco e em caráter de discussão em Santa Catarina. Além disso, o botão do pânico encontra-se em caráter inicial de implantação na Bahia e Paraná.

Foi realizado cadastramento no sistema "Justiça Plena" do CNJ de 13 processos de grande repercussão nos estados relativos a crimes de homicídio ou estupro contra mulheres a fim de exigir maior celeridade no julgamento dos acusados. A partir de tal cadastramento é realizado acompanhamento pela Corregedoria Nacional de Justiça e pela própria Secretaria de Política para as Mulheres.

Iniciado planejamento para realização de nova pesquisa, com maior amplitude sobre os processos relativos à Lei Maria da Penha nos Tribunais de Justiça em parceria com o Conselho Nacional de Justiça.

- **Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, concursos públicos e no processo de formação dos operadores de direito e de gestores e gestoras públicos/as.**

Análise Situacional da Meta

A partir de um acordo de cooperação técnica com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, a SPM tem participado dos cursos de formação inicial de magistrados para apresentar a política de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Nos cursos realizados entre dezembro de 2012 e junho de 2013, participaram 408 juízes e juízas.

Além disso, mais de 60 magistradas(os) participaram da VII Jornada pela Lei Maria da Penha (ago/2013).

Nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2013, foi realizado o V Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), com o apoio da SPM. Participaram cerca de 250 magistradas(os), técnicas(os) das equipes multidisciplinares e servidoras(es) de todos as regiões do país. O encontro foi momento de intercâmbio de experiências do judiciário sobre a Lei nº 11.340/2006.

- **Promover 5 campanhas, com caráter permanente, para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, divulgação da Lei Maria da Penha e da Central de Atendimento às Mulheres – Ligue 180.**

Análise Situacional da Meta

Em novembro de 2013 foi lançada a campanha 'Mulher, Viver sem Violência'. A campanha se constitui em três fases: sensibilização, esclarecimento e mobilização. As duas primeiras fases ocorreram em novembro e dezembro, e o início da terceira está previsto para o primeiro semestre de 2014.

TV aberta: a campanha foi veiculada nos meses de novembro e dezembro, com início em 16/11, e esforço concentrado em 25/11 (Dia Internacional pela não-violência contra as Mulheres). Dois filmes, Despertar (fase de sensibilização) e Holofote (fase de esclarecimento), de 30 segundos, foram veiculados em âmbito nacional, nas emissoras Record e SBT. Foram 85 inserções com uma cobertura aproximada de 75% do total de domicílios brasileiros com acesso à televisão.

Ações de merchandising: alguns programas com audiência em horário nobre, voltados para o público-alvo, foram definidos para essas ações.

Internet: a divulgação da campanha também ocorreu no meio digital por meio de banners e vídeo-banners nos principais portais de notícia do país, além de ações específicas para o Facebook.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

O foco das atividades em 2013 foi consolidar a integração dos serviços dos Sistemas de Justiça, de segurança pública e de atenção às mulheres em situação de violência.

Deu-se continuidade às articulações com os órgãos responsáveis pelas mulheres em situação de prisão, pelo tráfico de pessoas, com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Como resultado da CPMI, estão sendo realizados acompanhamento e envolvimento de especialistas para a aprovação dos projetos de lei sugeridos pelo relatório final.

Para o acompanhamento dos resultados da CPMI da violência, iniciaram-se articulações com a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e com a Procuradoria da Mulher do Senado Federal com intuito de colaboração mútua em ações no âmbito legislativo sobre acesso à Justiça das mulheres em situação de violência. Foi também discutida e aprovada pela Coordenação Nacional da Campanha Compromisso e Atitude, proposta de adesão do Congresso Nacional à Campanha.

Com intuito de avaliar a integração dos serviços dos órgãos do sistema de Justiça, de segurança pública e de atenção às mulheres em situação de violência, iniciou-se o processo de elaboração de pesquisa sobre o atendimento das vítimas de violência contra mulheres, no âmbito do convênio com o Instituto Patrícia Galvão.

Consolidaram-se as articulações entre os órgãos do Governo Federal que possuem atuações no sistema prisional, que culminou na finalização da Política Nacional de Atendimento às Mulheres em Situação de Prisão e Egressas do Sistema Prisional - PNAMPE.

Também, realizou-se uma reunião com as Coordenadoras de DEAM dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar e monitorar a aplicação do Decreto 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.**

Análise Situacional da Meta

O Programa Mulher, Viver sem Violência, por meio dos Decretos nº 7.958, de 13 de março de 2013, e n° 8.086, de 30 de agosto de 2013, definiu as diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. Nesse contexto, o MS pactuou a adequação e o aparelhamento de 94 hospitais para a realização de coleta de vestígios de vítimas de violência sexual de forma humanizada e para o armazenamento dos mesmos até que sejam solicitados pelo IML para elaboração de laudo de perícia. Serão capacitados 15 profissionais da área da saúde em cada um desses hospitais (totalizando 1.410 profissionais), para a realização do procedimento de coleta de vestígios e elaboração de relatório preliminar. Ainda no âmbito do Programa Mulher: Viver Sem Violência, a SPM articulou com o MJ o aparelhamento e adequação de 27 IML, um em cada Capital, para que estes realizem coleta de vestígios de forma humanizada e elaborem os laudos dessas coletas, assim como os laudos indiretos a partir dos relatórios produzidos pelo Sistema de Saúde. Além de contribuir para a ampliação e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual, a SPM está contribuindo para o fortalecimento do fluxo entre diferentes componentes da rede especializada (SPM, MS, MJ), de forma a permitir

a celeridade do processo envolvendo a segurança pública e o Sistema de Justiça, reduzir a revitimização das mulheres em situação de violência e aumentar a possibilidade de criminalização dos agressores.

Dando continuidade à implementação do Programa Mulher: Viver sem Violência, formalizado através dos decretos n.º 7.958/2013 e n.º 8.086/2013, o Grupo de Trabalho Interministerial, composto pela Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, tem se reunido periodicamente a fim de estabelecer diretrizes para sua implementação. Delineou-se três possíveis cenários para a implementação desse eixo, considerando-se as especificidades e desafios locais.

Para além dessas reuniões, no mês de outubro, foi realizada uma oficina de trabalho com essas instituições e profissionais da saúde e segurança pública a fim de discutir detalhes técnicos para possíveis reformas e aparelhamento de espaços em hospitais públicos de saúde que atenderão de forma especializada as mulheres em situação de violência. Foi também apresentada nesse mesmo encontro, a estrutura da capacitação de humanização do atendimento e cadeia de custódia a ser realizada com profissionais que atuam diretamente com as mulheres (tanto dos serviços de saúde quanto da segurança pública).

Iniciou-se também a elaboração do fluxo de atendimento, em um dos cenários, nos casos em que a mulher acessa primeiramente serviços da segurança pública e nos casos em que o acesso se dá por meio de serviços de saúde, além dos protocolos de atendimento.

Encontra-se em processo de aprovação quatro portarias do Ministério da Saúde que versam sobre a redefinição do funcionamento do Serviço de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do SUS; incentivo financeiro de custeio e de investimento para implantação e qualificação da Coleta de Vestígios para Atenção integral às Pessoas em situação de violência sexual no SUS; alteração da tabela de procedimentos, medicamentos/órteses, próteses e materiais especiais do SUS no que diz respeito aos materiais utilizados nos procedimentos de abortamento previsto em lei; e inclusão de classificação para serviços de atenção integral às pessoas em situação de violência sexual no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

- **Contribuir para o aumento do número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis 11.942/09 e 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão.**

Análise Situacional da Meta

O MJ e a SPM assinarão uma Portaria Interministerial que instituirá a Política de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade, resultado das discussões do Grupo Interministerial, criado em 2012, com a finalidade de elaborar políticas intersetoriais e integradas, destinadas às mulheres em situação de privação de liberdade, restrição de direitos e às egressas. Um dos eixos da Política trata da construção e ampliação de unidades prisionais femininas.

A SPM participou de dois grandes eventos relacionados ao tema de encarceramento feminino no ano de 2013: II Encontro Nacional de Encarceramento Feminino, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, nos dias 21 e 22 de agosto; e o II Encontro do Projeto Mulheres do Departamento Penitenciário do Ministério de Justiça, nos dias 3 e 4 de setembro.

Consolidaram-se as articulações entre os órgãos do Governo Federal que possuem atuações no sistema prisional, que culminou na finalização da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Prisão e Egressas do Sistema Prisional- PNAMPE. A Portaria prevê a criação de Comitê Gestor de monitoramento e avaliação da PNAMPE, coordenado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Comissão Especial do Projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal) e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

A SPM também apoiou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. A portaria do Ministério da Saúde que instituirá a Política está com sua publicação aprovada e foi prevista sua publicação para os primeiros dias do ano de 2014.

- **Elaborar diretrizes e normas para o funcionamento dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

O Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor constitui parte da Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e deverá atuar de forma articulada com os demais serviços da rede (Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, promotorias especializadas, Casas-Abrigo, Centro de Referência da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias/Núcleos Especializados da Mulher, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, serviços de saúde, etc), no sentido de contribuir para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres. Já existem 15 serviços de responsabilização e educação ao agressor no país. As diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor podem ser encontradas no seguinte endereço: http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento

- **Fomentar cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, principalmente no tocante ao atendimento às mulheres.**

Análise Situacional da Meta

Em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores e a Rede Consular brasileira, a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 terá sua abrangência internacional ampliada e passará a atender mais países onde reside uma população significativa de brasileiras e onde há Consulados e/ou Embaixadas do Brasil, adidância da Polícia Federal e uma rede de serviços para onde as mulheres em situação de violência poderão ser encaminhadas.

Está sob análise técnica a adoção de um único número para todos os países contemplados, de forma a facilitar a ligação.

A SPM também atua em coordenação com a Divisão de Assistência Consular do MRE para o atendimento de casos de violência contra brasileiras no exterior, tanto no campo da informação e facilitação do contato com a família e conhecidos no Brasil, quanto na articulação da rede de atendimento brasileira em caso de retorno. Em novembro, a SPM participou da IV Conferência Brasileiros no Mundo, organizada pelo MRE, para divulgar o trabalho da Secretaria e ouvir demandas da comunidade expatriada que informem a formulação de planos de trabalho de enfrentamento à violência no exterior.

No âmbito bilateral, a SPM comprometeu-se, por meio do Programa Mulher Viver Sem Violência, com o fortalecimento do Centro Binacional de Pacaraima (RR), que será renovado com um orçamento previsto inicial de R$ 440 mil, e continua a empreender a articulação política com o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero da Venezuela.

Em outubro de 2013, foi realizada a V Reunião do Comitê de Fronteira Brasil-Venezuela de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na cidade limítrofe de Santa Helena de Uairén, na qual foi reativado o Grupo de Trabalho de Harmonização Normativa; para estabelecimento de fluxos entre as redes dos dois países.

Está em estado avançado de negociação um Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Uruguai para a cooperação no enfrentamento à violência contra a mulher na área de fronteira, e que prevê a criação de um Comitê de Fronteira binacional.

O mesmo modelo de atendimento binacional deverá ser estendido aos outros Centros de Fronteira previstos no Programa Mulher, Viver Sem Violência. Atualmente a SPM está negociando Memorando de Entendimento com o Instituto Nacional das Mulheres do Uruguai para a realização do atendimento binacional na região de fronteira entre os dois países, em conexão com a instalação dos Centros de Fronteira em Jaguarão e Santana do Livramento (RS).

No âmbito da Cooperação Regional, a SPM integra a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul – RMAAM, participando da Mesa Técnica sobre Violência de Gênero, órgão assessor que busca promover ações regionais para enfrentamento à violência contra as mulheres e ao tráfico de mulheres.

Além da Campanha “Mercosul Livre do Tráfico de Mulheres”, a RMAAM logrou em 2013 a formulação e publicação do “Guia Mercosul de Atenção a Mulheres em Situação de Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual”, ferramenta para orientar os profissionais das redes de atendimento dos países integrantes do bloco no atendimento a

essas mulheres, homogeneizando a forma de atendimento. O Guia e materiais da campanha foram distribuídos para os serviços especializados de atendimento às mulheres nas áreas de fronteira do Mercosul e também para os Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante.

A SPM está participando ativamente na elaboração do documento "Diretrizes de Política de Gênero para o Mercosul", instrumento normativo para a inclusão da perspectiva de gênero em todas as ações do bloco. Os princípios das "Diretrizes" foram aprovados em nível ministerial na III Reunião da RMAAM, ocorrida em maio de 2013, tendo-se avançado na feitura do documento final em Seminário realizado em Montevidéu em agosto de 2013, do qual a SPM participou ativamente. A versão final foi aprovada em nível ministerial durante a IV RMAAM, que ocorreu na Venezuela em novembro de 2013.

A SPM participa como parceira do projeto Migrações Transfronteiriças, parceria entre o "International Centre for Migration Policies and Development" (Organização Internacional composta por países europeus) e o Governo Brasileiro (capitaneada pelos Ministérios da Justiça e do Trabalho e Emprego), cujos produtos incluem diagnósticos sobre a rede de serviços em dez municípios fronteiriços, criação de Procedimentos de Operação Padrões para a atuação das redes de ETP, que incluirá a rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e capacitação das redes nos municípios incluídos. O Projeto tem duração prevista de dois anos e sua primeira reunião será realizada em fevereiro de 2014, em Viena, com participação da SPM.

- **Incentivar a implementação de novos mecanismos de proteção e segurança às mulheres em situação de exploração sexual e tráfico de pessoas.**

Análise Situacional da Meta

No dia 8 de março de 2013, foi assinado acordo de cooperação técnica entre SPM, DPU e MJ para auxiliar nos casos de sequestro de crianças decorrentes da Convenção de Haia, migrantes nas fronteiras secas, estrangeiras em situação de prisão e mulheres vítimas de tráfico internacional. O acordo visa garantir o acesso gratuito à justiça para mulheres economicamente hipossuficientes, incluindo vítimas de tráfico de pessoas.

2013 é o primeiro ano de implementação do II PNETP, e a SPM tem atuado na Coordenação Tripartite do Plano junto com o Ministério da Justiça e com a Secretaria de Direitos Humanos, que tem reuniões mensais de articulação, e no monitoramento por meio do Grupo Interministerial, que já se reuniu 3 (três) vezes no ano e cujo primeiro relatório de implementação está disponível no site do Ministério da Justiça.

Está em pleno andamento a criação do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O processo eleitoral eletrônico para a escolha dos participantes da sociedade civil utilizou tecnologia do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, disponibilizada pela SPM para o Ministério da Justiça. A cerimônia de posse e primeira reunião do Conselho, que terá a participação da SPM, ocorrerá em janeiro de 2014.

Foi firmado convênio com entidade privada sem fins lucrativos para realização de campanhas e ações educativas sobre tráfico de mulheres em diversas regiões do Brasil.

- **Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e nas ações da Casa da Mulher Brasileira.**

Análise Situacional da Meta

Foi aberto edital de chamada pública em agosto de 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ para financiamento de convênios referentes à criação de núcleos do Programa Mulheres da Paz. Em conformidade com a Lei n.º 11.520/2007 (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI), esse Programa atuará em conjunto com o Programa de Proteção de Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO e almejará, entre outras atribuições, capacitar e empoderar mulheres residentes em regiões vulneráveis para o enfrentamento à violência contra as mulheres, incluindo, nessa formação, divulgação e visitas aos serviços locais da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área total dos territórios de comunidades quilombolas tituladas	ha	14/06/2011	987.935	31/12/2013	1.007.827,87
Diferença entre a média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade de brancos e negros	ano	30/09/2009	1,7	30/09/2012	1,66
Número de comunidades quilombolas certificadas	unidade	31/12/2011	1.863	31/12/2013	2.007
Número de comunidades quilombolas com suas terras tituladas	unidade	14/06/2011	189	31/12/2013	217
Número de estados com plano de promoção da igualdade racial em execução	unidade	31/01/2011	9	31/01/2014	11
Número de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2011	65.779	31/01/2014	113.067
Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial	unidade	01/06/2011	175	31/01/2014	166
Número de territórios de comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária	unidade	14/06/2011	1.067	31/12/2013	1.281
Porcentagem da população brasileira que se declara negra (preta ou parda) em relação ao total da população	%	01/08/2010	51	30/09/2012	53
Razão entre a renda domiciliar per capita média de chefes de domicílio negros e brancos	razão	26/09/2009	0,51	30/09/2012	0,52
Razão entre as taxas de homicídio de negros e brancos de 15 a 29 anos	razão	31/12/2009	2,35	31/12/2011	2,59
Razão entre a taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 ou mais anos de idade	razão	26/09/2009	0,92	30/09/2012	0,93
Razão entre a taxa de formalização de negros e brancos ocupados	razão	26/09/2009	0,75	30/09/2012	0,79
Razão entre a taxa de mortalidade materna por 100 mil habitantes de mulheres negras e brancas	razão	26/09/2009	1,54	31/12/2011	1,61
Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar	razão	26/09/2009	1,76	-	-
Razão entre a taxa de ocupação de negros e brancos	razão	26/09/2009	0,98	30/09/2012	0,98
Razão entre a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) entre negros e brancos	razão	26/09/2009	0,39	30/09/2012	0,43
Razão entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca	razão	31/12/2000	0,87	-	-

Razão entre o rendimento médio de negros e brancos ocupados com 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	0,57	30/09/2012	0,56

Observações:

Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial - A informação sobre o número de órgãos de Promoção da Igualdade Racial a partir de 2013 apresenta uma nova metodologia. Nesta, são considerados somente aqueles que possuem uma unidade administrativa voltada à Promoção da Igualdade Racial. Dá-se a nova definição a partir do Art. 12 do Decreto nº 8.136/2013 da Presidência da República.

Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar - Não houve suplemento da PNAD 2012 sobre insegurança alimentar.

Razão entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca - Indicador ainda não atualizado pela fonte.

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Neste objetivo se expressa o desafio de dar concretude, no âmbito das ações da Administração Pública, à natureza transversal e intersetorial da promoção da igualdade racial, imprimindo-a como objetivo presente no conjunto das políticas do Governo Federal. Para realizar esse desafio são fundamentais algumas estratégias:

i) a institucionalização de estruturas e processos de gestão;

ii) o monitoramento e a avaliação das políticas de promoção da igualdade racial;

iii) a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR);

iv) e a qualificação da interlocução entre a SEPPIR e outros Ministérios e órgãos governamentais no intuito de avançar na perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais.

Em cumprimento ao estabelecido no Estatuto da Igualdade Racial, no tocante à constituição do SINAPIR com vias à descentralização das políticas de Promoção da Igualdade Racial (PIR) de forma articulada entre as esferas de governo, em 2013, destaca-se a formulação e publicação do Decreto 8.136, de 5 de novembro de 2013, que "Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Sinapir, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010."

Para aderirem ao SINAPIR, estados, Distrito Federal e municípios deverão assegurar o funcionamento de órgãos de promoção da igualdade racial e instituir e apoiar os conselhos. A participação no Sistema, por sua vez, exigirá que os entes federados: participem do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), que será a principal instância de pactuação da política de promoção da igualdade racial; elaborem e executem planos de promoção da igualdade racial; realizem conferências e executem a política pactuada. Os procedimentos de adesão e as modalidades de gestão do Sistema serão regulamentados no prazo de 90 dias, a contar da promulgação do Decreto do SINAPIR. Finalmente, a execução pela sociedade civil de projetos específicos de promoção da igualdade racial e de enfrentamento ao racismo financiados pelo poder público constituirá forma de participação no SINAPIR. O apoio a estas iniciativas será feito por meio de parcerias celebradas com entidades selecionadas mediante editais de chamamento público.

Cabe registrar, ainda, os esforços de implementação do Aviso Circular Conjunto n.º01 Gab-C.Civil/PR/MP/SEPPIR, de 28 de dezembro de 2012, que determina "a inclusão dos campos cor ou raça (...) e seu preenchimento obrigatório em todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo", o que permitirá a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais. Nesse tocante, destaca-se a inclusão do quesito raça/cor no SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica), sistema responsável pelas matrículas do PRONATEC, e a qualificação do quesito raça/cor em outros sistemas governamentais.

Em relação aos esforços de institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial, cabe destacar o Plano Plurianual 2012-2015. A nova metodologia, adotada na

elaboração e acompanhamento deste PPA, representa, em si, um avanço para fortalecer e dar visibilidade à questão étnico-racial como uma dimensão transversal nas políticas públicas. Da Agenda Transversal sobre Igualdade Racial no PPA 2012-2015, decorreram duas publicações apresentadas à sociedade civil na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: uma publicação de apresentação e outra com uma análise das Agendas Transversais.

O Projeto Rodas de Conversa, desenvolvido ao longo de 2011 e 2012, ficou inativo no ano de 2013 em função do processo de mobilização e debates da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR). O Rodas de Conversa tem por objetivo a qualificação de processos e práticas da gestão governamental no enfrentamento ao racismo e na Promoção da Igualdade Racial e o fortalecimento da gestão por meio de atividades de formação e aprimoramento do corpo técnico interno e externo à SEPPIR. Dado a grande capacidade de mobilização de pessoas em torno dos debates da Conferência, os objetivos do Rodas de Conversa ampliam sua perspectiva, ganhando dimensão nacional. A III CONAPIR reuniu aproximadamente 54 mil pessoas, em debates estruturados em aproximadamente 500 conferências municipais, 25 conferências estaduais e uma distrital, três Plenárias para os segmentos Quilombola, Matriz Africana e Cigano, e ainda seis seminários temáticos realizados em Brasília, Salvador, Recife, São Paulo, Belém e Porto Alegre, em que foram debatidos os temas 'Desenvolvimento, Inclusão e Enfrentamento ao Racismo'; 'Representação Política e Enfrentamento ao Racismo'; 'Trabalho e Desenvolvimento: Capacitação Técnica, Emprego e População Negra'; 'Desenvolvimento e Mulher Negra'; 'Territórios Tradicionais Negros: Desenvolvimento e Enfrentamento ao Racismo'; 'Oportunidades para a Juventude Negra'.

Metas 2012-2015

- **Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero**

Análise Situacional da Meta

Foi lançado em novembro de 2013 o Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (http://monitoramento.seppir.gov.br/), por ocasião da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O Sistema constitui um marco notável no esforço pela visibilidade de amplos setores populacionais a que se destinam as políticas desenvolvidas pela SEPPIR, permitindo melhor noção das dimensões do público e do impacto dos problemas visados pelas ações, bem como do grau de atendimento às diversas demandas específicas.

O Sistema foi desenvolvido pela SEPPIR em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação Ford. A ferramenta, inicialmente, traz informações de diagnóstico e monitoramento de duas políticas estratégicas para a promoção da igualdade racial no Brasil, o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva, e o Programa Brasil Quilombola (PBQ).

A etapa que entra no ar é composta por duas ferramentas de visualização: painéis de monitoramento (com informações específicas para cada eixo dos programas) e mapas de diagnóstico (com dados territoriais). O objetivo é auxiliar os gestores públicos a encontrar caminhos para a avaliação e o aperfeiçoamento da implementação das duas políticas estratégicas já citadas.

A criação do sistema representa um esforço para provocar a rede de atores governamentais e não-governamentais a avaliar e aperfeiçoar sua ação a partir de um olhar integrado, promovendo o acesso ágil e simultâneo de informações estratégicas, que normalmente só seriam acessadas por meio de diferentes fontes.

Além de gestores das três esferas governamentais, o sistema é voltado também a pesquisadores, beneficiários do PBQ, do Plano Juventude Viva e sociedade civil, constituindo-se em instrumento de transparência e prestação de contas. Caberá à SEPPIR agrupar e atualizar periodicamente os dados disponibilizados por órgãos que têm interface com as duas ações, como os Ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Minas e Energia, Cidades, Trabalho e Emprego e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Cultural Palmares (FCP).

O sistema vai continuar sendo aperfeiçoado e os próximos passos envolvem a produção de painéis de informações por

município e a correlação e contraste dos resultados obtidos com as ações desenvolvidas pelo Governo Federal, permitindo que sejam criadas novas estratégias de atuação a partir da realidade visualizada. Com relação aos mapas, serão inseridos dados sobre equipamentos públicos destinados aos beneficiários das ações, em cada território já mapeado. Estão em desenvolvimento funcionalidades ou módulos específicos a fim de contemplar a perspectiva de gênero. Além do aplicativo lançado, cabe registrar os esforços de levantamento e sistematização de dados referentes às comunidades tradicionais de matriz africana e de comunidades ciganas.

Foram feitos também, nesse período, esforços no sentido de avançar na construção de indicadores de enfrentamento ao racismo, desafio incorporado à missão do planejamento estratégico no âmbito do governo federal desde 2012. Para isso, a SEPPIR estabeleceu diálogo com um Grupo de Trabalho sobre Indicadores de Racismo Institucional do Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras, que reúne sete organizações não-governamentais feministas (CFEMEA, Coletivo Leila Diniz, Cunhã, Geledés - Instituto da Mulher Negra, Instituto Patrícia Galvão, Redeh e SOS Corpo) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). O projeto é apoiado pelo Fundo para a Igualdade de Gênero da ONU Mulheres. A SEPPIR deu apoio técnico e institucional ao projeto e assumiu o compromisso de divulgar junto a outros órgãos os produtos construídos. Neste sentido, apoiou a publicação do Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional e apoiará durante 2014 a continuidade do trabalho do Grupo, para o aprimoramento dos indicadores formulados, tendo em vista as demandas da SEPPIR para monitoramento e avaliação de suas próprias ações e das ações desenvolvidas com outros Ministérios.

- **Produzir e difundir publicações e outros instrumentos de orientação que ofereçam suporte à formulação e monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluído perspectiva de gênero.**

Análise Situacional da Meta

Foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. O plano resulta do reconhecimento por parte do governo federal, da necessidade de articular as iniciativas e os esforços dos diversos ministérios e órgãos para garantir direitos, efetivar a cidadania e combater o racismo e a discriminação que incidem sobre os povos e comunidades tradicionais de matriz africana no Brasil. Em cooperação com o UNICEF, produziu e lançou o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para estados, Distrito Federal e Municípios, na ocasião da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR). A obra traduz a principal recomendação do Grupo de Trabalho do Estatuto da Igualdade Racial (GT- EIR), criado para analisar e propor caminhos para a efetivação da Lei 12.888, de 20 de julho de 2010, buscando traduzir preceitos em medidas efetivas, ações específicas e providências obrigatórias, além de, sugerir e dá abertura para que os gestores inovem e criem novas formas de promover a igualdade racial.

Anterior aos debates da III CONAPIR, foi elaborado o texto base com o tema Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um Brasil Afirmativo. Com este tema, a SEPPIR afirma que as estratégias de desenvolvimento para o país precisam levar em consideração aspectos históricos e culturais da desigualdade para elaborar, implementar e avaliar políticas sociais e econômicas capazes de atacar as desigualdades étnico-raciais, incluindo medidas de ações afirmativas.

Durante a III CONAPIR, foi lançada a publicação A Participação das Mulheres Negras nos Espaços de Poder, que é um dos produtos da parceria entre esta instituição e o Programa Interagencial para a Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Sistema das Nações Unidas no Brasil. A publicação apresenta um quadro preliminar de assimetrias que marcam o processo que leva à ocupação dos espaços de poder. O objetivo é mostrar a magnitude da exclusão das mulheres, e das negras em particular, da política institucional.

A SEPPIR apoiou, também, em parceria com a Ação Educativa, UNICEF e MEC, a publicação “Indicadores de Qualidade da Educação – Relações Raciais na Escola”, integrante da coleção de materiais educativos “Educação e Relações Raciais”, colaborando com o conteúdo, o processo de elaboração até a publicação.

Como primeiro produto do Termo de Cooperação com o IBGE em outubro de 2013, foi lançado o “Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – Pretos e Pardos”. O produto mostra a distribuição

percentual da população negra no país, com base no Censo Demográfico de 2010. A Cooperação entre os dois órgãos prevê o desenvolvimento de estudos sociodemográficos e análises espaciais, além da inclusão de informações sobre áreas quilombolas na base territorial do IBGE.

No âmbito da campanha 'Igualdade Racial é pra Valer', a SEPPIR, em parceria com o Senado Federal, realizou o Estudo "Violência contra a Juventude Negra no Brasil – Pesquisa de Opinião Pública Nacional", cujos resultados foram divulgados em publicação homônima. A investigação buscou dimensionar o problema da violência contra a juventude no país, notadamente a juventude negra, na percepção dos entrevistados; dimensionar os prejuízos para o futuro e o desenvolvimento do Brasil; e verificar as principais causas identificadas pela população como responsáveis pelos altos índices de mortalidade entre a juventude no país, notadamente a juventude negra. A referida pesquisa foi fundamental na montagem dos argumentos do Plano Juventude Viva e da Campanha a ele associada.

Em Cooperação Técnica com o Senado Federal, foi lançada a reedição revisada da publicação "A Abolição no Parlamento – 65 Anos de Lutas", em dois volumes, cujos exemplares foram enviados a bibliotecas, órgãos de promoção da igualdade racial, organizações do movimento social negro e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs).

O plano de divulgação incluiu ainda a realização de um concurso de frases nas redes sociais da SEPPIR, durante a semana do 13 de Maio - Dia da Abolição da Escravatura - visando fomentar o debate sobre o contexto parlamentar em que se deu o episódio histórico.

Além disso, foram produzidas outras publicações que devem servir como importante referência na implementação das políticas de PIR: o Guia Juventude Viva para os Municípios, Agenda Transversal da Igualdade Racial, Cartilha Orientadora sobre como Agir nos Casos de Racismo, e um informativo sobre o Plano Juventude Viva.

O Guia de Inclusão e Tratamento do Quesito Cor ou Raça está sendo produzido no âmbito da cooperação com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e seu lançamento está previsto para março de 2014. Ainda no âmbito desta cooperação, está prevista a produção de um Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional e um Guia de Formulação e Implementação de Ações Afirmativas.

- **Realizar ações com órgãos da Administração Publica Federal e com estados e municípios visando à efetivação de políticas que têm como foco prioritário a população negra.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, visando o fortalecimento dos organismos de promoção da igualdade racial nos estados e municípios, foram firmados dois convênios com capitais (Rio Branco e Goiânia) e com um estado (Mato Grosso do Sul). Além dos convênios assinados em 2013, cabe destacar o esforço de execução de convênios com o mesmo foco, firmados no ano anterior. Entre 2012 e 2013, foram formalizados 19 convênios com estados e municípios.

Ainda em relação a ações com estados e municípios, cabe destacar o processo de mobilização para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no qual participaram cerca de 54 mil pessoas em mais de 500 municípios. Ao todo, 25 estados, além do Distrito Federal, tiveram êxito na realização de suas conferências, fase decisiva para o reforço das discussões entre a sociedade civil e o poder público sobre as políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade para a democracia plena e o desenvolvimento com justiça social. O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), que conta em sua formação, de forma paritária, com representantes da sociedade civil e poder público, esteve presente na mesa de abertura das conferências em 21 estados e no DF. O texto-base "Subsídios para o Debate – III CONAPIR", assim como o kit de comunicação da Conferência (cartaz, adesivo, Estatuto da Igualdade Racial, livreto 10 anos SEPPIR), foi distribuído para todas as unidades da federação.

Além das Conferências Estaduais e Municipais, um ciclo de seminários temáticos relacionado aos 10 Anos da SEPPIR compôs o processo de mobilização da III CONAPIR. Realizado em seis capitais – Brasília, Recife, São Paulo, Salvador, Belém e Porto Alegre – os seminários trataram de temas como juventude, mulheres negras, emprego e capacitação técnica, representação política e territórios tradicionais, tendo como perspectiva o combate ao racismo e à promoção da igualdade racial. No total, cerca de 2.740 pessoas participaram dos seminários.

O Plano Juventude Viva é uma ação integrada que envolve onze ministérios, entre os quais a SEPPIR, e reúne ações de

prevenção que visam a reduzir a vulnerabilidade dos jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

O Plano foi pactuado em Alagoas, Paraíba, Distrito Federal e no Município de São Paulo. Além disso, conta com a adesão voluntária de 127 municípios comprometidos com a agenda de enfrentamento à violência contra a juventude negra. Outro passo importante foi a publicação da Portaria Interministerial nº 29, de 21/05/2013, que instituiu o Comitê Gestor Federal do Plano Juventude Viva (CGJuV) e o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva (FOMPI), essa instância formal fortaleceu o compromisso dos órgãos federais na execução do Plano.

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

É fundamental destacar que o Estatuto da Igualdade Racial – Lei 12.288/2010 – prevê em seu artigo 4º, inciso VII, a instituição de programas de ação afirmativa em diversos setores. O Estatuto define que "os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do país".

A execução de um Programa Nacional de Ações Afirmativas vem se concretizando por meio de uma série de ações significativas implementadas em vários ministérios. Assim, podemos citar a Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior, editais do Ministério da Cultura voltados a artistas e produtores negros, o programa de bolsas do Instituto Rio Branco, o envio do Projeto de Lei de Cotas no serviço público, além de uma série de ações no âmbito da Administração Pública Indireta, como Petrobras e Correios, cujo edital de seleção de projetos culturais 2014/2015 reservou 10% das vagas para concorrentes autodeclarados pretos ou pardos.

O balanço de um ano da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas para o Ensino Superior), completado em agosto, demonstra que um terço das universidades federais e 83% dos institutos federais já reservam 50% de suas vagas para a política de cotas. Esta meta era esperada somente para o ano de 2016. Do total de 141.953 vagas ofertadas nas universidades federais, 46.137 vagas foram para estudantes cotistas. O esperado era que em seu primeiro ano de implantação, a reserva fosse de 12,5% das vagas. Nas universidades públicas federais chegou-se a 32,5% de todas as vagas oferecidas e nos institutos federais este índice foi de 44,2% de estudantes cotistas. Em continuidade à implementação da Lei de Cotas para o Ensino Superior, foram publicadas duas portarias, uma instituindo a comissão de acompanhamento da Lei, composta por representantes do MEC, da SEPPIR e da FUNAI, e outra criando a comissão consultiva da sociedade civil sobre a política de reserva de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Também foi criado o Programa de Bolsa Permanência, destinado à concessão de auxílio financeiro pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. O Programa tem como objetivos: I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico. Ainda na área de Educação, foi instituído o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento para alunos negros e indígenas, beneficiários de programas de ações afirmativas, preferencialmente da Lei de Cotas, do ProUni e do Fies. O objetivo é complementar a formação de estudantes brasileiros, dando-lhes a oportunidade de vivenciar experiências educacionais voltadas para a ciência e tecnologia, a inovação, a formação de professores, o combate ao racismo e para a promoção da igualdade racial.

No que se refere à implementação de cotas no serviço público, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, em

regime de urgência constitucional, o Projeto de Lei nº 6.738/2013, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Outro Programa de Ação Afirmativa é o Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, do Instituto Rio Branco, instituído com a finalidade de proporcionar maior igualdade de oportunidades de acesso à carreira de diplomata e de acentuar a diversidade étnica nos quadros do Itamaraty. Três candidatos afrodescendentes foram aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2013, num total de 32 aprovados. Todas essas iniciativas caracterizam-se como avanços nas políticas de ações afirmativas, geradas com a colaboração da SEPPIR e a partir de sua incidência junto aos outros órgãos do governo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a proporção de negros/as em posições valorizadas no serviço público**

  Análise Situacional da Meta

  A SEPPIR firmou um Protocolo de Intenções com a BR Distribuidora e a Petrobras para promover ações afirmativas e ações de enfrentamento ao racismo. Houve o lançamento de cartilhas de formação dirigidas às Unidades Móveis de Treinamento da BR (UMT), um Encontro de Capacitação dos Instrutores dessas UMT com lançamento de um Boletim Formativo e de vídeo abordando a igualdade racial. A construção do Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional, em andamento através de uma consultoria no âmbito da cooperação entre SEPPIR e AECID, constitui uma importante iniciativa no sentido de diminuir as resistências institucionais impostas pelo racismo ao acesso de negros/as a posições valorizadas no serviço público. Este Programa está previsto inicialmente para ser adotado em seis ministérios – MDIC, MTE, MJ, MEC, MS e MP – até o primeiro semestre de 2014.

  No que se refere à implementação de cotas no serviço público, o Executivo Federal encaminhou o Projeto de Lei 6.738/2013 para o Congresso Nacional em regime de urgência constitucional. O PL destina 20% das vagas nos concursos públicos federais para candidatos negros. O processo de elaboração do Projeto de Lei incluiu o levantamento sobre a participação da população negra na Administração Pública Federal, realizado pelo Ministério do Planejamento (MP) por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), que reúne informações sobre os servidores públicos civis do Poder Executivo Federal. Por meio deste levantamento, foram evidenciadas as persistentes disparidades de acesso entre negros e brancos a cargos efetivos. Nesse universo, a representação de negros é de 31,0%, embora o segmento represente 50,74% da população do país. Ao observar as disparidades entre as carreiras, percebe-se que a segregação é ainda maior, pois carreiras como a da diplomacia têm menos de 5,0% de negros em seus quadros e, por outro lado, carreiras de nível auxiliar – que requerem baixa escolaridade – são ocupadas por 65,0% de pardos e pretos.

- **Ampliar o número de organizações públicas e privadas que implementam ações afirmativas para a população negra.**

  Análise Situacional da Meta

  A BR Distribuidora adota um programa de cotas (50% para pretos e pardos) para a contratação de seus estagiários – no âmbito do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – e com isso vem inserindo um número crescente de jovens negros em seus quadros. Para realizar essa ação, também foi incluído o campo “cor/raça” no formulário de inscrição do estágio, utilizando-se o método de autodeclaração, adotado pelo IBGE. Até dezembro de 2012, o percentual de estagiários negros na BR é de 46,33%, com 1,54% de dados não informados dos 263 contratados nesse ano. Houve uma grande redução dos dados não informados, que, no início do processo, eram de 42%.

  Foi assinado Protocolo que insere a Casa da Moeda do Brasil, empresa pública responsável pela produção do meio circulante brasileiro e de outros produtos de segurança, como passaportes com chips e selos fiscais, no grupo de empresas do governo que incorporaram a campanha 'Igualdade Racial é pra Valer’. A parceria tem como objetivo o

fortalecimento de iniciativas de combate ao racismo, de promoção da igualdade racial e da efetivação de ações afirmativas na empresa. Pelo acordo, a Casa da Moeda se compromete com a mensuração de indicadores de igualdade racial e de gênero dos profissionais que compõem o quadro da empresa; com a proposição e aplicação de medidas de ação afirmativa com recorte racial e de gênero voltadas para o desenvolvimento profissional de seus quadros, assim como em programas de estágio; estimular ações de promoção da igualdade racial entre seus fornecedores de serviços e produtos; e fomentar na programação do Clube da Medalha do Brasil, honrarias comemorativas com mensagem alusiva ao tema. Outras ações preveem a promoção da igualdade racial em sua atuação na área social junto a comunidades carentes do seu entorno, incorporando ao Programa Atitude Cidadã, ou em outro que venha a ser instituído pela empresa, o financiamento de projetos esportivos e educativos de e para a população negra; integrar a dimensão da igualdade racial no conteúdo dos seus espaços culturais, destacando a contribuição de pessoas ou organizações negras na empresa.

Também em 2013 foi assinado um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), visando à implementação de ações que assegurem a adesão do MPMG à campanha "Igualdade racial é pra valer". A parceria foca especialmente a implantação das Coordenadorias e dos Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial nos municípios mineiros com mais de 100 mil habitantes. Destinado ao fortalecimento das políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial em Minas, o termo inclui a interveniência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), responsável pela disponibilização de indicadores sociais e orçamentários resultantes de seus estudos.

Lançada pela SEPPIR no Ano Internacional dos Afrodescendentes – 2011, a campanha "Igualdade racial é pra valer" convoca a sociedade a incorporar o movimento pelo fim do racismo no Brasil. As parcerias são estabelecidas com órgãos do governo, a iniciativa privada e a sociedade civil, visando ao fortalecimento da promoção da igualdade racial em diferentes segmentos. A iniciativa já conta com a adesão de governos estaduais e municipais, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; dos Ministérios da Saúde, Educação e Justiça (através da Polícia Federal), da Petrobras, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, da Caixa Econômica Federal e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

- **Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Durante a III CONAPIR, foi assinado Protocolo de Intenções entre a SEPPIR e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para a implementação de ações voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo negro. Busca principalmente formalizar e desenvolver pequenos negócios, com consequente geração de emprego e renda no contexto das ações de prevenção e enfrentamento do racismo institucional e fortalecimento de políticas de promoção da igualdade racial. Serão beneficiadas diretamente pessoas e organizações da comunidade afrobrasileira que se enquadrem nas categorias de potenciais empresários, microempreendedores individuais e micro ou pequenas empresas.

Na perspectiva do trabalho doméstico, foi aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado em abril de 2013 o Projeto de Emenda Constitucional nº66 (anterior nº478) que garante aos trabalhadores domésticos 17 novos direitos, ampliando as garantias trabalhistas para a categoria formada em sua maioria por mulheres negras. Dentre eles, pode-se destacar jornada diária de trabalho de oito horas e 44 horas semanais, pagamento de hora extra com acréscimo de, no mínimo, 50% da hora normal, acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), seguro contra acidentes de trabalho, seguro-desemprego, obrigação de creches e pré-escolas para filhos e dependentes até seis anos de idade, salário família e demissão sem justa causa.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), da Presidência da República, firmaram um acordo de cooperação técnica, que prevê a adoção de ações conjuntas e complementares visando à promoção do desenvolvimento do artesanato quilombola, em especial quanto à

ampliação do acesso ao mercado para estes produtos. Nos termos do acordo, como responsabilidades da SMPE, estão previstos o apoio na realização de estudos e pesquisas sobre artesanato quilombola promovidos pela SEPPIR; a realização, por meio das Coordenações Estaduais do Artesanato, que atuam em parceria com o Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, do cadastramento de artesãos quilombolas no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB; a promoção da emissão da Carteira Nacional do Artesão ou da Carteira Nacional do Trabalhador Manual. E ainda, a ampliação de oportunidades de comercialização do artesanato quilombola em feiras e eventos viabilizados pelo Programa do Artesanato Brasileiro; apoio à realização de atividades de capacitação de multiplicadores de conhecimento e artesãos quilombolas no âmbito dos cursos promovidos pelo Programa do Artesanato Brasileiro e; articulação e integração das Coordenações Estaduais do Artesanato, bem como de outras entidades vinculadas ao Programa do Artesanato Brasileiro.

Já a SEPPIR se compromete a realizar estudos e pesquisas sobre artesanato quilombola; identificar e mobilizar artesãos quilombolas para a realização do cadastramento; identificar e mobilizar artesãos quilombolas para a participação em feiras e eventos; promover apoio institucional e realizar a coordenação dos artesãos quilombolas participantes dos espaços cedidos pelo Programa do Artesanato Brasileiro; apoiar a realização de atividades de capacitação de multiplicadores de conhecimento e artesãos no âmbito dos cursos realizados pelo PAB e; realizar a articulação e a integração de entidades do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, bem como outras entidades vinculadas às ações da SEPPIR, de forma a apoiar a realização das atividades decorrentes deste Acordo.

OBJETIVO: 0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Educação (MEC) publicou recentemente portaria que dispõe sobre a inclusão da educação para as relações étnico-raciais, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo em seus programas e ações. De acordo com a portaria, os programas e ações do Ministério da Educação incluirão na formulação e na produção dos materiais didáticos e paradidáticos, bem como nas linhas de ação e eixos temáticos, a educação para as relações étnico-raciais, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo.

A portaria estabelece ainda que o MEC instituirá a coleta do quesito raça/cor nos instrumentos de avaliação, coleta de dados do censo escolar, bem como em suas ações e programas quando couber.

Para garantir a efetivação dos marcos legais no enfrentamento do racismo, foi instituído Grupo de Trabalho com a função de elaborar propostas ao Projeto de Reforma do Código Penal, no âmbito das tutelas raciais, as quais foram incorporadas no Relatório parcial do relator do Projeto de Lei.

No intuito de garantir a efetividade do estatuto, foi lançado o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios, na ocasião da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR). A publicação é direcionada a técnicos, gestores e ativistas de todo o país e busca traduzir preceitos em medidas efetivas e ações específicas, descreve providências obrigatórias, mas também sugere e dá abertura para que os gestores inovem e criem novas formas de promover a igualdade racial.

Em 2013, foram distribuídos 100 mil exemplares do Estatuto da Igualdade Racial, além de diversas outras publicações sobre a questão racial e com conteúdo antirracista, a saber: Cartilha do Programa Brasil Quilombola (2 mil); Guia do Plano Juventude Viva (2 mil); Racismo como Determinante Social da Saúde (2 mil); Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2 mil); Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas (2 mil); Decisão do STF sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais no Ensino Superior (500); O Plano Juventude Viva no seu Município (5 mil); Brasil Cigano – Guia de Políticas Públicas para Ciganos (2

mil); A Participação de Mulheres Negras nos Espaços de Poder (2 mil); Subsídios para o Debate III CONAPIR (2 mil); Violência contra a Juventude Negra no Brasil: Pesquisa de Opinião Pública Nacional (2 mil); SEPPIR 10 – Uma Década de Igualdade Racial - 2003-2013 (10 mil); Agenda Transversal da Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais (2 mil); Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios (2 mil); Resumo Executivo do Subcomitê de Promoção da Igualdade Racial no Âmbito do Comitê Executivo da Agenda Nacional do Trabalho Decento (2 mil); Racismo é Crime – Denuncie (2 mil).

Metas 2012-2015

- **Ampliar a capacidade de acolhimento, apuração e resposta a denúncias dando maior efetividade às ações do Estado nos casos de racismo no âmbito das instituições públicas**

Análise Situacional da Meta

O papel institucional da Ouvidoria é ouvir o cidadão, receber, registrar, encaminhar e acompanhar denúncias de discriminação e racismo, mediar conflitos, além de acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade racial. Neste sentido, foram registrados nos anos de 2011 a 2013 um total de 1.499 demandas sendo: 656 em 2011, 418 em 2012 e 425 no ano de 2013.

Os atendimentos feitos pela Ouvidoria Nacional estão divididos em quatro módulos temáticos: Juventude Negra, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Comunidades Quilombolas e Povos de Cultura Cigana e População Negra.

A Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial e o Departamento de Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde (Doges) firmaram uma parceria no intuito de sensibilizar os Ouvidores e Ouvidoras do Sistema Único de Saúde em saber quais procedimentos a serem adotados quando acontecerem casos de racismo e discriminação nos atendimentos e unidades de saúde dos Estados e Municípios.

A Ouvidoria também é responsável para operacionalizar o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão no envio das demandas às áreas competentes da SEPPIR, ao qual consiste no instrumento de grande importância para gestão democrática e efetivo controle e monitoramento social das ações governamentais.

- **Criar rede de atenção integral às vitimas do racismo e da discriminação racial, articulando esforços de diferentes instituições públicas**

Análise Situacional da Meta

A SEPPIR possui o número de utilidade pública 138, disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que deverá ser operacionalizado para a implementação do Disque Igualdade Racial. O serviço prevê a gestão de quatro módulos temáticos assim definidos: Juventude Negra, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Comunidades Quilombolas e Povos de Cultura Cigana e População Negra. Embora constituído por módulos temáticos, é um serviço único, cujo objetivo central é o acolhimento de manifestações de racismo e discriminação racial como um todo. Nesse sentido, é com a implementação do Disque Igualdade Racial que se efetivará a rede integral de atendimento à vítima de racismo e discriminação racial.

O processo de contratação da empresa responsável pela operacionalização do Disque Igualdade Racial, encontra-se em fase final de licitação, previsto para inaugurar a central em meados de 2014. A Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, ainda, faz parte da Secretaria Executiva do Fórum de Ouvidores de Participação Social do Governo Federal, que tem por objetivo organizar uma rede e proporcionar o atendimento integral às demandas do cidadão e da cidadã.

- **Produzir e difundir instrumentos de orientação para implementação dos marcos legais.**

Análise Situacional da Meta

Há entre a SEPPIR e o MEC um diálogo no sentido de disponibilizar o material didático dos cursos Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e Gestão de Política Pública em Gênero e Raça (GPPGeR) para os parceiros da

campanha “Igualdade Racial é pra Valer”, num esforço para avançar na implementação da Lei 10.639/2003. Os acordos de cooperação instituídos no âmbito da campanha trazem em seus objetos a divulgação e atendimento de demandas do Estatuto da Igualdade Racial.

Foi lançado durante a III CONAPIR o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial, em cooperação com o UNICEF e com o patrocínio da Petrobrás. Ele pretende ser importante ferramenta para União, estados, Distrito Federal e municípios na garantia da efetividade na implementação do Estatuto e, por consequência, na promoção da igualdade étnico-racial.

OBJETIVO: 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da Cooperação SEPPIR e AECID está sendo elaborado um Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional. Este será inicialmente implementado em seis ministérios, considerados estratégicos para as políticas de promoção da igualdade racial: MDIC, MTE, MJ, MEC, MS e MP. Além da implementação nos seis Ministérios mencionados, o Programa envolve um processo de capacitação dos servidores da SEPPIR em relação ao tema da Identificação e Abordagem do Racismo Institucional, no qual, em 2013, foram capacitados cerca de 70 servidores. No âmbito do enfrentamento ao racismo, a SEPPIR está realizando oficinas de identificação e abordagem ao racismo institucional com os ministérios integrantes do Comitê Gestor do Plano Juventude Viva e com gestores estaduais e municipais dos Estados onde está sendo implementado o Plano. Já foram capacitados servidores e gestores no Estado de Alagoas e serão capacitados, no primeiro semestre de 2014, servidores e gestores da Bahia, do Distrito Federal e da Paraíba. Também em Alagoas foi realizado um curso em relações étnico-raciais para operadores do direito com a participação do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e Delegados de Polícia, que possibilitou a discussão sobre temas centrais no enfrentamento à violência contra juventude negra no cotidiano das atividades daqueles profissionais.

Junto ao Ministério da Justiça, a SEPPIR colaborou na formulação e acompanhamento da revisão e publicação dos novos Procedimentos Operacionais Padrão de Abordagem Policial (POP) e na atualização da matriz curricular para as Academias de Polícia. Estas ações são fundamentais para aprimorar a abordagem da temática racial junto a este segmento. Ainda com o MJ, a SEPPIR firmou um Protocolo de Intenções para a redução de barreiras de acesso à justiça para a juventude negra em situação de violência com o objetivo de colaborar na elaboração e ajuste de políticas públicas e respectivas medidas administrativas, com vistas a assegurar o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial da juventude negra brasileira nos campos da segurança pública e dos serviços prestados pelas instituições do sistema de justiça. Também são signatários desse Protocolo a Secretaria Geral da Presidência, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Junto aos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a SEPPIR vem discutindo a inclusão de conteúdos raciais e a busca ativa de jovens negros no âmbito do PRONATEC/Brasil Sem Miséria.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional**

  Análise Situacional da Meta

  A execução do Programa Brasil Afirmativo vem se concretizando por meio de uma série de ações significativas, implementadas em vários ministérios com o apoio da SEPPIR. Assim, pode-se destacar a Lei de Cotas nas Instituições

Federais de Ensino Superior e o Programa Bolsa Permanência, do Ministério da Educação; editais do Ministério da Cultura voltados a artistas e produtores negros; o programa de bolsas do Instituto Rio Branco para a carreira diplomática; e a destinação de 10% dos recursos do mais recente edital de apoio cultural da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Ainda nesse campo, a SEPPIR possui um acordo de cooperação com a Caixa Econômica Federal, cujo objetivo é realizar o levantamento de beneficiários por cor, raça e gênero do Programa Minha Casa, Minha Vida, FIES e PROUNI, visando à implementação de ações afirmativas. Possui também um Protocolo de Intenções com a Petrobras que contempla ações de fortalecimento de iniciativas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial e a efetivação de ações afirmativas.

A SEPPIR também possui outros Acordos de Cooperação com foco em ações afirmativas firmados com parceiros estratégicos, dos quais citamos a Casa da Moeda do Brasil, cujo objetivo é o fortalecimento de iniciativas de combate ao racismo, e promoção da igualdade racial e da efetivação de ações afirmativas na empresa e a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, cujo objetivo é o combate ao racismo institucional por meio de ações de capacitação e valorização de funcionários negros nos bancos.

Da mesma forma, estão em vigência acordos de cooperação com o Ministério da Saúde, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Governo do Estado da Bahia, Senado Federal e Biblioteca Nacional, os quais buscam comprometer esses parceiros a adotarem medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional.

A inclusão de áreas temáticas como Saúde, Educação, Acesso à Justiça e Segurança Pública, Meio Ambiente e Trabalho e Empreendedorismo no âmbito do Plano de Ação Conjunto entre Brasil e Estados Unidos para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica no Brasil (JAPER) inclui ainda mais parceiros e instituições do governo brasileiro nas áreas citadas que se qualificam a enfrentar o racismo institucional, com base na troca de experiências com o governo dos Estados Unidos.

Além disso, a SEPPIR tem realizado oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional no âmbito do Plano Juventude Viva, com gestores e servidores de governos estaduais e municipais de territórios atendidos pelo Plano.

- **Assegurar a inclusão de conteúdos sobre a temática racial em programas e ações de sensibilização e capacitação de servidores(as) para identificação, abordagem e enfrentamento ao racismo institucional.**

Análise Situacional da Meta

O Plano Juventude Viva contempla a capacitação de gestores locais por meio de oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional e condição juvenil. Foram realizadas três edições em Alagoas e estão previstas outras edições nos 8 Estados previstos na ampliação do Plano, a serem viabilizadas através de cooperação com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). O Plano também contempla uma série de ações de capacitação em enfrentamento ao racismo institucional e ações afirmativas voltadas para os operadores do direito e profissionais de segurança pública, entre as quais foi realizado um curso também no Estado de Alagoas.

A SEPPIR tem dado continuidade à sua atuação junto ao Ministério da Justiça, colaborando com a elaboração de editais, seleção de projetos e avaliação de produtos de pesquisas sobre racismo institucional na atuação das instituições de segurança.

Durante os meses de setembro e outubro, foram realizadas três oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional, com todos os servidores da SEPPIR. Esta capacitação serviu tanto para abordar essa questão internamente à instituição, como para preparar esses servidores para atuarem junto a outros órgãos.

OBJETIVO: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a historia e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Neste ano de 2013, a SEPPIR atuou na perspectiva de fortalecer o debate sobre a questão racial nos meios de comunicação, a partir da inserção de pautas relacionadas ao tema. Isso incluiu um esforço no sentido da consolidação da imagem da SEPPIR como fonte oficial obrigatória e confiável para os meios de comunicação nas pautas que tratam da questão racial, bem como no fortalecimento dos canais virtuais de comunicação do órgão, por excelência as redes sociais que, atualmente, contabilizam mais de 21 mil seguidores.

Os resultados são facilmente percebidos através dos relatórios de monitoramento e avaliação de mídia. As ações estratégicas e dirigidas de comunicação proporcionaram saltos quantitativos e qualitativos na abordagem da temática. Isso contribuiu significativamente para dar visibilidade aos problemas que afetam a pessoa negra em nossa sociedade, bem como às ações da SEPPIR direcionadas a essa parcela da população, na perspectiva do combate às desigualdades e da promoção da igualdade racial.

As ações de comunicação da SEPPIR, em 2013, foram norteadas pela celebração dos 10 anos de institucionalização da Política de Promoção da Igualdade Racial – a partir da criação da SEPPIR – e pela realização da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – III Conapir. Nessa perspectiva, foram estabelecidas parcerias com os canais públicos de comunicação no sentido de dar maior visibilidade ao debate da III Conapir, iniciado em 21 de março – Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial e dia do aniversário da SEPPIR. Inspirado no tema da Conferência: "Democracia e desenvolvimento sem racismo – por um Brasil afirmativo", a SEPPIR executou um plano que resultou na veiculação de cerca de 10 releases por semana; na publicação de 24 boletins; além da produção e distribuição de 10 mil exemplares das peças: livreto SEPPIR10 – Uma década de igualdade racial 2003-2013; cartazes e adesivos da III Conapir; e mais 100 mil exemplares do Estatuto da Igualdade Racial.

Da parceria com EBC/NBR resultou a produção e veiculação de quatro programas sobre a questão racial, a cobertura de todas as etapas da III Conapir, incluindo as plenárias de comunidades e povos tradicionais, e a transmissão on line da abertura da Conferência, além da tematização da grade de programação dos canais da empresa no mês de novembro. Firmada parceria com a Presidência para a cobertura integral da III Conapir, captação de entrevistas e depoimentos veiculados nos canais virtuais durante o mês de novembro, com realização de campanha alusiva ao 20 de Novembro – Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, data que também marcou o lançamento do Facebook da Presidência. Formalizamos o convite para a participação das empresas estatais representadas no Comitê de Patrocínios da SECOM/PR em reunião da instância no mês de agosto. Ao mesmo tempo, sugerimos a ocupação das salas de cultura das respectivas estatais com projetos sobre a temática racial, em novembro, mês da III Conapir e da Consciência Negra, o que configurou a convergência das pautas desses espaços para uma mesma temática, em diferentes localidades do país, fortalecendo o debate proposto pela Conferência e as reflexões em torno da realidade da pessoa negra nos diversos contextos sociais, políticos e econômicos.

Na perspectiva de sensibilizar as agências de publicidade que atendem ao governo federal para o respeito à diversidade na produção das propagandas de governo, a SEPPIR articulou a inclusão do critério "Respeito à Diversidade Étnico-racial" em Prêmio de Publicidade promovido pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM-PR). A parceria rendeu também um planejamento de Encontros sobre a abordagem da questão racial nas ações de comunicação do governo, a serem realizados em 2014, com as agências de publicidade licitadas pelo governo federal, com os comunicadores das assessorias de comunicação dos órgãos de governo e com os profissionais de comunicação que atuam nos canais públicos de comunicação.

Realizada reunião com representações do segmento de vários Estados, visando à definição de uma agenda voltada para o fortalecimento de organizações de mídia negra no ano de 2014, na qual se deliberou: a) pela realização de um seminário sobre a importância da mídia responsável pela produção e veiculação de conteúdo antirracista, e sobre a necessidade de garantia de patrocínio para a sua sustentabilidade; b) pelo lançamento de um Edital/Chamada Pública direcionado ao fortalecimento da mídia negra; c) pelo estabelecimento de parcerias com universidades e/ou instituições públicas, visando

à instrumentalização da mídia negra; d) pelo apoio à realização do 1° Encontro Nacional dos Jornalistas pela Igualdade Racial (1° Enjira), promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj, de 2 a 5 de abril de 2014, em Maceió-AL, no âmbito do 36° Congresso Nacional de Jornalistas.

O Plano Juventude Viva desenvolve papel importante na sensibilização em relação à juventude negra, buscando contribuir também para reversão do preconceito em torno desse público. O Plano garante visibilidade para a questão alarmante da violência contra jovens negros e aproxima gestores públicos para atuação em territórios profundamente vulnerabilizados. Com isso, é possível reconhecer o jovem negro, enquanto sujeito de direitos, na centralidade das políticas públicas desenvolvidas e também trabalhar para que estes sujeitos tenham seus direitos garantidos. O Plano também tem possibilitado a reorientação de políticas, buscando dar mais atenção às vulnerabilidades inerentes a este público, bem como às desigualdades geradas pela existência do racismo institucional. Nesse sentido, a adesão da mídia local às campanhas de divulgação e as atividades de sensibilização e mobilização de servidores públicos sobre a temática do Plano foram capazes de amplificar os efeitos das ações em desenvolvimento.

Metas 2012-2015

- **Adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado**

  Análise Situacional da Meta

  Desde 2012, a SEPPIR tem tido participação assídua no Comitê de Patrocínio do Departamento de Patrocínio da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM/PR. Seu papel nessa instância consiste em colaborar para que o patrocínio das empresas estatais e sociedades de economia mista tenham grande impacto nas ações de cidadania e inclusão social, sobretudo no que se refere à superação da desigualdade racial e à valorização da cultura e dos produtores culturais negros e negras. Nos projetos apresentados, a SEPPIR chama a atenção para a necessidade de observação da questão da diversidade de cor/raça como forma de democratizar o acesso à cultura, mais amplamente, e contribuir para a reversão da imagem negativa do negro na sociedade, dado que a cultura é um meio estratégico de interferência no imaginário e na representação simbólica.

  Em relação à adoção de medidas para garantir a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e ao estímulo a ações semelhantes no setor privado, a SEPPIR apresentou uma pauta de ações conjuntas para a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR) que resultou na inclusão da dimensão da diversidade étnico-racial no Prêmio de Publicidade realizado anualmente por aquela secretaria. Também faz parte da pauta a realização de seminários voltados para os assessores de comunicação do Governo Federal e para as empresas de publicidade licitadas pelo governo federal, dentro do ciclo de palestras da secretaria, com a temática de gênero e raça.

- **Colaborar para o fortalecimento institucional de organizações negras e sua participação em instâncias de controle social de políticas públicas.**

  Análise Situacional da Meta

  Foi lançado entre a SEPPIR e a SPM, em dezembro de 2013, um edital para apoio a projetos de organizações de mulheres negras. O edital deverá premiar 22 organizações de mulheres negras de todo o Brasil, em diferentes modalidades, no âmbito do Plano de Ações Integradas para as Mulheres Negras. Serão premiadas propostas voltadas para: empoderamento da organização; enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucional; e cultura e comunicação para a igualdade, podendo contemplar atividades tais como: veiculação de conteúdo midiático; campanhas; eventos (cursos, seminários, oficinas, encontros ou similares); produção de publicações, registro e memória.

- **Realizar e apoiar ações e/ou medidas para a valorização da pessoa negra e para o enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras.**

  Análise Situacional da Meta

  A SEPPIR está participando de processos de seleção de projetos em diferentes editais de cultura e arte realizados por

Petrobras, MinC e Correios, com o objetivo de favorecer uma avaliação mais justa e igualitária para grupos e profissionais negros que concorrem a esses financiamentos.

A SEPPIR possui um Protocolo de Intenções com a Petrobras, que contempla ações de patrocínio à arte e cultura, com ações afirmativas para aqueles projetos que promovam ou valorizem a cultura e as artes negras, em especial aqueles realizados por artistas ou coletivos negros. Os editais mais recentes da Petrobras – Social, Ambiental e Cultural – incluíram em suas comissões de seleção especialistas indicados pela SEPPIR.

A SEPPIR avançou em sua participação no projeto A Cor da Cultura que, atendendo à Lei 10.639/2003, visa à valorização da contribuição da comunidade negra para a formação social brasileira, traduzindo tal conteúdo em materiais didáticos e práticas pedagógicas disponíveis para a rede escolar. Em sua Fase III, o projeto realizou formações, de julho a setembro, em cinco estados: Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, e Pará, com a participação de 2.052 educadores nesta primeira atividade de formação, que será concluída em 2014.

Na Chamada Pública nº 003/2013 foram aprovados dois projetos com o objetivo fomentar e incentivar projetos de instituições privadas sem fins lucrativos com foco em ações de comunicação comunitária voltadas ao enfrentamento da violência contra a juventude negra nos territórios abrangidos pelo Plano Juventude Viva; apoiar a produção e disseminação de peças informativas relacionadas ao tema; promover o protagonismo de organizações que trabalhem com a temática racial, especialmente organizações de juventude negra, na produção de informação relacionada ao objeto do edital.

OBJETIVO: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil. O Plano reúne mais de 30 ações de 25 programas federais, articulando iniciativas dos Ministérios da Saúde, Cultura, Justiça, Educação, Trabalho e Emprego, Esporte, SEPPIR e Secretaria Nacional de Juventude que visam a reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica. Foi iniciado em Alagoas, pois o estado ocupa a primeira posição em taxas de homicídios e em taxas de homicídios contra negros no Brasil. Além de Maceió, estão sendo realizadas ações em Arapiraca, Marechal Deodoro e União dos Palmares. A partir de 2014, integrarão a estratégia: Rio Largo e São Miguel dos Campos.

O desempenho do Plano depende da articulação de ações no território. Cada município seleciona, com base em dados estatísticos, os bairros com maior vulnerabilidade social e incidência de homicídios. Assim, os territórios selecionados são priorizados na implantação de equipamentos e serviços voltados aos jovens. Para fortalecer a gestão integrada, existem comitês gestores municipais e estadual, compostos por representantes das diferentes áreas de políticas públicas envolvidas. Para estimular o controle social, são constituídos núcleos de articulação territorial, responsáveis por acompanhar a implementação das ações e identificar os jovens que mais precisam das oportunidades oferecidas no âmbito do Plano.

Em Alagoas, o Plano foi capaz de ampliar a percepção da importância da ação conjunta e combinada de diferentes políticas nos territórios de maior vulnerabilidade para o enfrentamento à violência. A combinação de ações do Programa Brasil Mais Seguro, voltadas à repressão ao crime e combate à impunidade, com investimentos em políticas sociais e aperfeiçoamento institucional, como a implantação de Centros Integrados de Economia Solidária, das Estações da Juventude e da Promotoria de Combate ao Racismo e Intolerância em Alagoas, são exemplos de como se efetiva a integração de políticas.

A implantação do Plano Juventude Viva em Alagoas possibilitou o reconhecimento, por parte de diferentes sujeitos políticos, do racismo como um dos determinantes da maior vulnerabilidade da juventude negra à violência. A exposição

deste grupo social a situações cotidianas de violência evidencia uma imbricação entre aspectos estruturantes, relacionados às causas socioeconômicas, e processos ideológicos e culturais, oriundos de representações historicamente negativas acerca da população negra.

A articulação regional do Plano foi capaz de estabelecer elos importantes, até então praticamente inexistentes, para a relação entre governos e sociedade civil. É perceptível que movimentos negros e juvenis se sentiram mais encorajados e seguros para dialogar com a gestão local. O Plano Juventude Viva em Alagoas fomentou o processo de criação de instâncias de participação social na gestão de políticas públicas, como os conselhos estaduais de Promoção da Igualdade Racial e de Juventude. A ampliação de espaços de interlocução foi capaz de direcionar ações estatais aos territórios priorizados, além de fortalecer sujeitos sociais, restaurar a possibilidade de confiança na interação com os governos e ampliar a transparência, bem como a eficiência de ações da administração pública.

Em Alagoas, as instâncias de articulação fortaleceram a compreensão sobre a importância da intersetorialidade no desenvolvimento das políticas públicas. O Plano tem sido capaz de promover uma reflexão sobre a gestão governamental e o fazer das políticas públicas criando, com seu Comitê Gestor, espaço para ampliar a percepção da importância da ação conjunta e combinada de diferentes políticas nos territórios. Como o enfrentamento à violência contra jovens negros torna imperativa a ação institucional coordenada, a constituição do comitê gerou diálogo intersetorial que rompeu com a fragmentação de ações e possibilitou a implementação de estratégias conjuntas de gestão.

O Plano também trouxe a reorientação de políticas, inclusive com a instituição de ações focalizadas que atendem as especificidades da condição juvenil. Buscou-se dar mais atenção às vulnerabilidades inerentes a este público, bem como às desigualdades geradas pela existência do racismo institucional. Nesse sentido, a adesão da mídia local às campanhas de divulgação e as atividades de sensibilização e mobilização de servidores públicos sobre a temática do Plano foram capazes de amplificar os efeitos das ações em desenvolvimento.

Metas 2012-2015

- **Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras**

  Análise Situacional da Meta

  A estratégia da SEPPIR de incidência junto ao Ministério da Saúde para o alcance desta meta se configura nas ações permanentes relacionadas à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e ao Programa Rede Cegonha, incluindo a participação nos seus mecanismos de acompanhamento (Comitê Técnico, Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra do CNS, Comitê de Monitoramento do Rede Cegonha, entre outros).

  A redução da mortalidade materna é uma das metas do quinto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – ODM (Melhorar a saúde materna). No caso do Brasil, representa chegar, em 2015, a um valor igual ou inferior a 35 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos.

  Conforme a publicação "Saúde Brasil 2012: uma análise da situação de saúde e dos 40 anos do Programa Nacional de Imunizações", do Ministério da Saúde, a Razão de Mortalidade Materna (RMM) no Brasil era de 63,9 óbitos por 100 mil nascidos vivos, em 2011. A distribuição, segundo tipo de causa, indica que 66,2% das mortes maternas foram por causas diretas (aborto, hipertensão, hemorragia, infecção puerperal), 30,1% por causas indiretas (doenças do aparelho circulatório complicadas pela gravidez, parto ou puerpério) e 3,7% foram por causas não especificadas. A análise dos dados de raça/cor mostrou que a maior parte das mortes maternas corresponde a mulheres negras.

  O Ministério da Saúde vem intensificando ações para estruturar a vigilância de óbitos maternos com as áreas de vigilância das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, em todo o País. Uma das estratégias para ampliação da captação (notificação) de óbitos é a investigação de mulheres em idade fértil (MIF) com o intuito de resgatar mortes maternas não declaradas. Da mesma forma, a qualidade da informação sobre raça/cor entre óbitos maternos vem apresentando melhoria significativa, o que permite mostrar com maior veracidade e proximidade o quadro real no País, em que o maior contingente de mortes maternas é de mulheres negras.

- **Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra**

Análise Situacional da Meta

Conforme Mapa da Violência 2013 – Homicídios e Juventude no Brasil, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino. Em resposta ao problema da violência contra a Juventude, em setembro de 2012, o Governo Federal lançou o Plano Juventude Viva. Teve início em Alagoas, mas já foi lançado nos estados da Paraíba, Bahia, São Paulo e no Distrito Federal. Além disso, conta com a adesão voluntária de 127 municípios comprometidos com a agenda de enfrentamento à violência contra a juventude negra. Do mesmo modo, o programa de redução da criminalidade violenta, Brasil Mais Seguro, atingiu bons resultados após o seu desenvolvimento em Alagoas (queda de 13% nos índices de homicídios do estado, sendo uma redução de 21% na capital, Maceió), e, em 2013, foi expandido para os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Goiás.

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

O governo formula, implementa e monitora políticas públicas para povos e comunidades tradicionais, com ênfase para as comunidades quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana e povos de cultura cigana. O Programa Brasil Quilombola – PBQ foi lançado em 12 de março de 2004 com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para os territórios quilombolas. Sua institucionalização foi ampliada com a publicação do Decreto 6.261, de 2007, que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania.

A coordenação geral do Programa é de responsabilidade da SEPPIR, que atua em conjunto com 11 ministérios e quatro órgãos (MTE, MDS, MCidades, MS, MI, MDA, Funasa, Ministério da Pesca e Aquicultura, MEC, MC, MMA, MME, INCRA, Casa Civil da Presidência da República e Fundação Cultural Palmares) que compõem o seu Comitê Gestor. A Gestão Descentralizada do PBQ ocorre em articulação com os entes federados, a partir da estruturação de comitês estaduais, o que já ocorreu nos estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba e Paraná. Sua gestão estabelece interlocução com órgãos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial, associações representativas das comunidades quilombolas e outros parceiros não governamentais.

A Seppir, em conjunto com Incra e Palmares, vem fazendo um esforço de qualificação da informação para que os dados de certificação e processos fundiários estejam atualizados e em bases comuns. No sistema de monitoramento já se pode visualizar uma série de dados para cada eixo do PBQ e os mapas de todas as comunidades que tem polígono (RTID, Portaria, Decreto ou Título). Além disso, vale dizer que este esforço de qualificação dos dados servirá para a criação de setores censitários exclusivos quilombolas no próximo Censo 2020 do IBGE, o que foi acordado no Termo de Cooperação assinado em 2013 entre as partes.

Para as comunidades quilombolas, sua identificação está fortemente ligada ao território. No entanto, apenas 10% delas têm seus territórios titulados. Conforme dados da Fundação Cultural Palmares (FCP), responsável pela certificação, ao todo, já foram certificadas 2.408 comunidades, que é o primeiro passo para a regularização fundiária. O segundo passo é a titulação, conferida pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Atualmente, existem 217 comunidades tituladas, beneficiando 13.145 famílias quilombolas. A área total dos títulos emitidos é de 1.007.827,8730 mil hectares, referentes a 127 territórios. Até janeiro de 2014, foram editados 63 decretos de Declaração de Interesse Social de Territórios Quilombolas onde residem 6.829 famílias, desapropriando 529.441,9897 hectares. Estão publicadas 78

Portarias de Reconhecimento do Território, totalizando 6.863 famílias quilombolas e 308.053,7153 hectares. Por fim, são 164 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) publicados, totalizando 1.702.436,6427 hectares em benefício de 22.959 famílias.

Como estratégia para dar mais celeridade aos processos de regularização, foi criada a Mesa Permanente de Regularização Fundiária Quilombola, encabeçada pelo INCRA e com participação de outros órgãos envolvidos com a pauta, tais como a SG, a SPU/MP, o MDA, o MMA e a SEPPIR, objetivando debater, identificar problemas e encaminhar soluções relativas à regularização dos territórios quilombolas. A primeira Mesa ocorreu em 20 de agosto de 2013 e, a partir de então, teve e terá encontros mensais com participação da sociedade civil. A Mesa também foi aberta em 5 estados, com a mesma periodicidade e dinâmica intersetorial (RJ, MG, BA, PA e MA). A perspectiva é que novas Mesas Estaduais sejam abertas nos demais estados. A Mesa tem se aproximado dos Estados para resolver casos em que a regularização não apresenta maiores problemas de sobreposição com, por exemplo, unidades de conservação ou áreas em disputa. Entre os compromissos da Mesa já assumidos estão a aceleração dos processos, a garantia de R$ 45 milhões para desintrusão em territórios quilombolas em 2013, as mudanças nos trâmites que contribuam para antecipar problemas recorrentes, conversas com o CNJ para sentenciar vários processos que já estão com imissão na posse, entre outros.

Em termos de articulações, no âmbito dos serviços de infraestrutura social, cabe mencionar a instalação, em 2012, da Câmara Técnica de Infraestrutura, com reuniões periódicas com as participações de CAIXA, Incra, Funasa, MC e MME. Em 2013, a SEPPIR conseguiu articular com MDA e INCRA regulamentação que permitirá a emissão de DAP para os quilombolas, por meio do DAP web.

A SEPPIR, em parceria com o MDA, lançou o Selo Quilombos do Brasil, cuja expedição será articulada e associada ao Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf). A junção dos dois selos, além de fortalecer a qualificação dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e os seus processos produtivos, em articulação com a rede já existente do Selo da Agricultura Familiar, também garantirá maior efetividade às ações previstas na Portaria, a partir da valorização, fomento e profissionalização de suas práticas, de modo a contribuir para a promoção dos empreendimentos identificados com o selo. Além da valorização etnocultural, o Selo Quilombos do Brasil abre novas possibilidades de comercialização, como feiras, compras públicas e rede de mercados.

Vale mencionar os esforços do Governo Federal para concretizar um Plano de Gestão Territorial e Ambiental em territórios quilombolas. O grupo de trabalho instituído no MMA – com participação de outros ministérios e da sociedade civil – vem realizando reuniões para formular uma proposta de diretrizes do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e de implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para quilombolas. Ainda há muito a se discutir no âmbito deste GT, porque a regulamentação do CAR sairá em breve e as capacitações dos quilombolas, bem como os desdobramentos do SICAR, ainda dependem de ajustes. O Programa de Recuperação Ambiental (PRA) também gerará repercussões, na medida em que se estima que cerca de 21 milhões de hectares no Brasil precisem ser recuperados com áreas de APP e reserva legal.

A articulação do Programa Brasil Quilombola (PBQ) ao Plano Brasil Sem Miséria também tem apresentado resultados. Os Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário passaram a executar um conjunto de ações que, além do aumento de beneficiários deste segmento no Bolsa Família, asseguraram o Programa Água para Todos nas comunidades quilombolas do Semiárido; a ampliação de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), para que os quilombolas acessem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; e o incentivo a projetos produtivos por meio do Selo Quilombos do Brasil, que certifica a origem da produção.

Metas 2012-2015

- **Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas**

  Análise Situacional da Meta

  O PBQ articula e acompanha uma série de políticas públicas, cujo objetivo final é a melhoria das condições de vida dos quilombolas. Há muitas comunidades que avançaram em determinados serviços públicos e outras que não puderam ser

atendidas em suas demandas.

Hoje são mais de 113 mil famílias quilombolas no CadÚnico, sendo cerca de ¾ em situação de extrema pobreza, o que revela a condição precária desta população historicamente marginalizada. Em 2013 houve um aumento de 28% dos quilombolas no CadÚnico.

Em relação à Educação, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) está direcionando ações para ampliar o acesso das escolas quilombolas aos alimentos produzidos pelos produtores rurais quilombolas detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), no intuito de garantir uma alimentação de maior qualidade e que atenda às especificidades locais. A ideia é construir um fluxo de informações mais sólido e regular com o MEC e FNDE a partir das recentes conversas no âmbito da Caisan (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional). De acordo com o Censo Escolar 2012, foram atendidas pelo PNAE 1.997 escolas quilombolas e um total de 212.987 alunos matriculados em escolas quilombolas.

Por meio do Programa Luz para Todos, foram atendidos 117 mil quilombolas, tendo sido realizadas 29.297 ligações, com investimento de R$ 235,37 milhões até outubro de 2013. Para o atendimento dos demais quilombolas, o MME garante que todas as comunidades poderão ser beneficiadas, a partir de diálogo com a SEPPIR. Além disso, o MME está em fase final de contratação de um consultor que fará as oficinas sobre a Tarifa Social em parceria com a SEPPIR.

As ações de habitação estão presentes no PBQ desde 2004, a partir de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre SEPPIR, Funasa e Ministério das Cidades. Em 2009, com o advento do "Programa Minha Casa, Minha Vida", foi assinado um ACT entre CAIXA e SEPPIR. Até 2012, foram protocolados projetos para a construção de 3.262 Unidades Habitacionais (UH) e entregues 551 UH. No ano de 2013, foram contratadas 5.062 UH (R$ 149,6 milhões), e entregues 673 UH em comunidades quilombolas. Para o fortalecimento da política habitacional em comunidades quilombolas e dada a fragilidade das mesmas para elaborar projetos, está em construção um Acordo de Cooperação voltado para a capacitação técnica das associações para elaboração de projetos, cuja meta é de 10.000 UH.

A SEPPIR também procurou qualificar o atendimento a ações de infraestrutura em vias de acesso (estradas, pontes e passarelas). Destacam-se as ações nos municípios de Candiota/RS, com investimento de R$ 500 mil, e Barra do Turvo/SP, com investimento de R$ 700 mil em parceria com o INCRA.

Em 2012, as ações de saneamento básico em comunidades remanescentes de quilombos, coordenadas pela Funasa, foram focadas no âmbito do Programa Água Para Todos (APT), Plano Brasil Sem Miséria (BSM), mais especificamente no atendimento do Plano de Universalização do Acesso à Água Para Consumo Humano no Semiárido. Em 2013 foram investidos R$ 17,7 milhões, atendendo 37 comunidades e beneficiando 2.840 famílias quilombolas. Somando-se as comunidades atendidas em 2012, temos 160 comunidades.

No que tange às ações do Ministério da Saúde, a Estratégia Saúde da Família contabilizou cerca de 1.283 equipes para o atendimento de comunidades quilombolas em 689 municípios. Além disso, a SEPPIR e o Ministério da Saúde iniciaram estudos para a revisão da Portaria n.90/2008/MS visando à ampliação da lista de municípios com comunidades quilombolas que fazem jus às condições de repasse diferenciado para as equipes do Programa Saúde da Família. Ainda no âmbito da saúde, em 2013, um total de 139 médicos do Programa Mais Médicos atuaram em 293 equipes da Estratégia Saúde da Família atendendo comunidades quilombolas de 108 municípios.

Atualmente são cerca de 47 mil DAP emitidas para quilombolas. Deste total, 10.784 ocorreram em 2013. Estão sendo atendidas 4.500 famílias quilombolas pela última chamada de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sendo 1.600 famílias beneficiadas em projetos que estão em fase de contratação e 2.900 famílias beneficiadas em projetos que estão em fase de atendimento. O MDA fará capacitação para os agentes que atenderão comunidades do PA, MA, PI, AL e GO. Em 2014, nova chamada para 5.000 famílias está prevista.

Em relação ao Programa Cisternas, 956 famílias quilombolas foram beneficiadas em 2013, nos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco. A SEPPIR e o MDS estão realizando uma força-tarefa para mapear as famílias quilombolas que ainda não foram contempladas com cisternas na região em apreço.

- **Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas**

Análise Situacional da Meta

O selo é resultado da articulação do "Selo Quilombos do Brasil" com o "Selo de Agricultura Familiar" para ampliar a emissão de certificados de origem e identidade cultural dos produtos de procedência quilombola. Desde 2013, a SEPPIR, em parceria com o MDA e com a Coordenação Nacional Quilombola (CONAQ), está fazendo um mapeamento das atividades produtivas e empreendimentos quilombolas que poderão receber o Selo Quilombos do Brasil. Estratégias de divulgação do Selo foram articuladas e acordadas junto com o MDA, tais como, banner eletrônico nos sites, folder e uma Cartilha de Orientação do Uso do Selo, ainda em fase final de diagramação.

- **Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (http://monitoramento.seppir.gov.br/), constitui um marco notável no esforço pela visibilidade de amplos setores populacionais a que se destinam as políticas desenvolvidas pela SEPPIR, especialmente para o PBQ e para o Plano Juventude Viva, políticas públicas intersetoriais e prioritárias para a Secretaria.

Para isso, foi realizada uma extensa pesquisa nos arquivos originais – de memoriais descritivos a Relatórios Técnicos de Delimitação – até mesmo dos Institutos de Terras Estaduais. A Seppir, o INCRA e a Fundação Palmares inseriram todas as comunidades reconhecidas pelo Estado Brasileiro (sejam tituladas, em processo de titulação ou certificadas) em um sistema que gerou um identificador único (ID) para cada comunidade e para cada território quilombola. A próxima etapa é cruzar estes IDs com as demais bases do governo federal de modo que possamos ter informações mais precisas das carências e avanços no atendimento dos quilombolas.

O sistema permite a localização georreferenciada das comunidades que estejam em estágio de regularização fundiária com, no mínimo, o RTID publicado. Será possível também pactuar o cruzamento de dados com o CadÚnico, por exemplo, já que todas as comunidades registradas passarão a ter um único código identificador. Estes dados serão úteis também para a construção de setores censitários exclusivos quilombolas a partir do próximo Censo, o que já foi pactuado em outro Termo de Cooperação junto ao IBGE.

No âmbito da criação do sistema para o PBQ, a Seppir está sendo apoiada por uma parceria com a Fundação Ford e o PNUD que colaboraram para a contratação de um consultor especializado em georreferenciamento e outros dois consultores no IBGE para realização dos estudos necessários para inclusão dos setores censitários quilombolas. Na Secretaria Executiva da SEPPIR, outros dois consultores foram contratados e estão apoiando a criação dos layouts do Sistema de Monitoramento e a criação dos bancos de dados que o abastecerá.

OBJETIVO: 0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Uma das ações que impactam diretamente no fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas é a regulamentação da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Nesse sentido, no início de março de 2012, realizou-se em Brasília o Seminário sobre a Convenção 169, como primeiro passo do processo de sua regulamentação. Nessa oportunidade, representantes dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de comunidades tradicionais e da sociedade civil apresentaram sugestões e considerações sobre a condução do processo. Foi definido que haveria necessidade da realização de seminários regionais com os públicos interessados da Convenção. Esses seminários tiveram como objetivo informar sobre o andamento do processo

de regulamentação pelo governo brasileiro. No Brasil, esse debate inclui comunidades quilombolas e povos indígenas. As reuniões com lideranças quilombolas ocorreram nos estados do MA, GO, AM, SP, BA, PI, RS. A consulta formal interministerial está em curso para que seja fechada uma versão única do texto da regulamentação.

Visando fortalecer ações de desenvolvimento local nas comunidades quilombolas, de modo articulado com suas organizações representativas e instituições que atuam junto a essas comunidades; apoiar ações de fortalecimento institucional das comunidades quilombolas, com ênfase para a dimensão organizativa e de controle social; e promover o protagonismo dos quilombolas nos processos decisórios, que fortaleça sua identidade étnico-racial, cultural e política, a SEPPIR lançou em 2013 as chamadas públicas 01 (matriz africana) e 02 (quilombos) para apoiar projetos de capacitação de lideranças.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram atendidos 9 projetos nos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, cujos resultados ainda estão sendo apurados, tendo em vista que alguns tiveram seus prazos alterados. Em 2013, foi lançada Chamada Pública para apoiar projetos de fortalecimento institucional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Foi celebrado convênio no valor total de R$ 964,5 mil, com sete entidades selecionadas nos seguintes estados: Amapá, Bahia, Piauí, Sergipe, Mato Grosso do Sul e dois projetos em Minas Gerais. Na Chamada Pública 02/2013 foram atendidas outras sete entidades com projetos de fortalecimento institucional de Comunidades Quilombolas, totalizando R$ 1,3 milhão, nos seguintes estados: Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo e dois projetos no Rio de Janeiro.

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Em janeiro de 2013, foi lançado o "I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana" que é um instrumento de coordenação e planejamento das ações do Governo Federal. O quadro de iniciativas e metas contém três eixos estratégicos: (i) Garantia de Direitos, (ii) Territorialidade e Cultura e (iii) Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável. Esses eixos estão organizados num total de dez objetivos, dezenove iniciativas e 56 metas. O Plano foi elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial - GTI composto por 11 órgãos federais.

Em maio de 2013, foi realizado o Seminário "Brasil Cigano – I Semana Nacional dos Povos Ciganos", que reuniu cerca de 300 pessoas de comunidades ciganas das diferentes regiões do país, oriundas de 19 estados e do Distrito Federal. Como parte da celebração do Dia Nacional dos Ciganos, instituído por Decreto em 2006, o evento proporcionou aos participantes um espaço político de discussão entre entidades e comunidades ciganas e destas com instituições do poder público federal. Neste ambiente, foi possível aprofundar o debate sobre a pauta de reivindicações dos Povos Ciganos junto ao Estado brasileiro, com ênfase no acesso diferenciado às políticas públicas de cultura, saúde, desenvolvimento social, combate à discriminação, mecanismos de defesa dos direitos humanos e valorização das culturas ciganas.

Além disso, técnicos da SEPPIR estiveram em Missão de Intercâmbio com a Espanha, entre 12 e 19 de outubro de 2013, para conhecer o trabalho que aquele governo realiza para a população cigana com vistas ao levantamento de subsídios para elaboração de um programa de atendimento a este segmento populacional no Brasil. A Missão foi coordenada e articulada no âmbito do acordo de cooperação técnica com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, e apoio do Instituto de Fortalecimento de Capacidades Institucionais – IFCI. Destacamos,

também, a Ação de Distribuição de Alimentos, parceria entre SEPPIR, MDS e CONAB, por meio da qual foram atendidas 17.200 famílias com 92.490 cestas de alimentos, de janeiro a dezembro de 2013.

Metas 2012-2015

- **Criar instrumento de coordenação e monitoramento para promover o acesso às políticas governamentais pelos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e os povos de culturas ciganas.**

Análise Situacional da Meta

O "I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana" é um instrumento de coordenação e planejamento das ações do Governo Federal. O Plano foi impresso e a versão eletrônica está disponível no link http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/plano-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-de-matriz-africana.pdf.

O monitoramento do Plano é realizado no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial. Um relatório da execução do primeiro ano está em fase de produção e será disponibilizado eletronicamente. Importante ressaltar a publicação de Chamada Pública para apoiar projetos de capacitação de lideranças voltados ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local de organizações representativas dos povos e comunidades tradicionais de Matriz Africana. Nos dias 4 e 5 de julho de 2013, foi realizada a Plenária Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, com a participação de 200 representações da sociedade civil, que elegeram 71 delegados para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada nos dias 5 a 7 de novembro de 2013. No "Brasil Cigano – I Semana Nacional dos Povos Ciganos", realizado em Brasília, no período de 20 a 24 de maio de 2013, aconteceram cinco oficinas de acesso às políticas públicas: (1) Educação para a Diversidade: os Povos Ciganos; (2) Busca Ativa e Cadastro Único de Programas Sociais; (3) Mecanismos de Defesa dos Direitos Humanos: Disque Denúncia; (4) Oficina Cidadania e Direitos Humanos; (5) Oficina Saúde dos Povos Ciganos. Foi também realizada Plenária Nacional dos Povos Ciganos, que elegeu 30 delegados para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e a Conferência Livre de Cultura.

- **Mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas**

Análise Situacional da Meta

A SEPPIR fez diálogos na Câmara dos Deputados sobre a importância de realizar o mapeamento dos povos e comunidades tradicionais de Matriz Africana. Nesse contexto, foram aprovadas três emendas parlamentares com esse objeto, as quais deverão ser executadas mediante parceria com entidades convenentes que executarão o mapeamento, previsto para 2014.

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A regularização fundiária dos territórios quilombolas envolve as etapas de elaboração e publicação de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, emissão de Portaria de Reconhecimento do Território, Decretação do Território como de Interesse Social, Desintrusão dos ocupantes não-quilombolas (com reassentamento desses quando forem público da reforma agrária) e Titulação. Destaca-se, nesse sentido, o acompanhamento da elaboração de 115 Relatórios Antropológicos, peças-chave para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID – contratados por meio de pregão eletrônico nos anos 2011 e 2012. No exercício de 2013, foram contratados 29 Relatórios Antropológicos pela Superintendência Regional do Maranhão.

PPA 2012◆2015

Metas 2012-2015

- **Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram contratados 70 Relatórios Antropológicos (uma das peças integrantes do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID). No exercício de 2013, foram contratados 29 Relatórios Antropológicos pela Superintendência Regional do Maranhão. Destaca-se ainda o trabalho de acompanhamento da elaboração de 115 Relatórios. Além disso, foi firmado um Termo de Cooperação com Universidade Federal de Goiás para a elaboração de quatro relatórios antropológicos e com a Pontifícia Universidade Católica para elaboração de dois deles.

- **Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram decretados 11 territórios de interesse social de terras quilombolas. No exercício de 2013 foram publicados 10 Decretos, beneficiando as comunidades de Lagoa das Pedras e Encantados do Bom Jardim; Sítio Arruda; Marques; Matões dos Moreira; Matão; Pedra D'Água; Grilo; Capoeiras; Grotão; Bom Jardim. Com estes Decretos de 2013, foram beneficiadas 749 famílias com um total de 13.986 hectares.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2013

- **Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

No que se refere à etapa final que é a titulação, em 2013, foram publicados 13 Títulos, atendendo 245 famílias, com 745 hectares. Dos 13 títulos publicados, 10 são referentes à comunidade de Mocambo/SE, dois títulos referente à comunidade de Lagoa dos Campinhos e um título referente à comunidade de Pirangi. No exercício de 2012, foram emitidos 4 títulos, totalizando 17 títulos.

- **Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram publicadas três portarias, reconhecendo 2.882,3627 ha e beneficiando 476 famílias. Em 2013, foram publicadas sete Portarias de Reconhecimento de Territórios Quilombolas, beneficiando 411 famílias com 5.521 hectares reconhecidos. Foram reconhecidas as comunidades de Tomás Cardoso/GO; Marques/MG; Grilo/PB; Matão/PB; Capoeiras/RN; São Raimundo da Pirativa/AP; Grotão/TO. Além disso, sete processos encontram-se em fase de análise para publicação.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2013

- **Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram publicados 11 RTID, identificando 16.449,3460 ha e beneficiando 819 famílias. No exercício de 2013, foram publicados 7 RTID, referentes às comunidades de Sítio Veiga/CE; Maroba dos Teixeira/MG; Gurutuba/MG; Bairro Porto Velho/SP; Areal Luiz Guaranha/RS; Forte/SE; e Catuabo/SE, beneficiando 1.331 famílias, e com uma área identificada e delimitada de 52.936 ha. Isso representa dizer que nos dois anos foram publicados 18 RTID, identificando 69.385,346 hectares e beneficiando 2.150 famílias.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2013

- **Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.**

Análise Situacional da Meta

O processo de desintrusão demanda longos trabalhos de campo, vistoria, avaliação e pesquisas cartorárias para elaboração das cadeias dominiais. Foram vistoriados e avaliados 60 imóveis, que totalizam uma área aproximada de 35.733,73 hectares em 16 comunidades quilombolas. Destes, 36 imóveis, com área total de 15.797,09 hectares, tiveram seus processos de avaliação totalmente finalizados; e 24 estão com trabalho de campo finalizados, aguardando a entrega do material no primeiro semestre de 2014.

Dos 60 imóveis em questão, localizados nas seguintes comunidades: Brejo dos Crioulos – MG, Invernada dos Negros-SC, Casca-RS, Mata Cavalo-MT, Furnas da Boa Sorte-MS, Lagoa dos Campinhos-SE, Serra da Guia-SE, Kalunga – GO, Rincão dos Caixões-RS, São Pedro-ES, Olhos d'água do Basílio-BA, Agreste-BA, Sambaíba e Mata do Sapé-BA, Parateca e Pau d'Arco-BA, Lagoa dos Peixes-BA, Kalunga do Mimoso-TO, foram ajuizados 27 ações de desapropriação, totalizando 2.741,52 hectares ajuizados (indenizados).

Em 2012, tinham sido vistoriados e avaliados 25.016,5397 hectares e indenizados efetivamente 1.185 hectares.

Quantidade alcançada

3.926,52

Data de Referência

31/12/2013

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolas públicas acessíveis	%	31/12/2010	8,3	31/12/2012	26
Escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	%	31/12/2010	43	31/12/2012	45
Matrícula de pessoa com deficiência na rede regular de ensino	%	31/12/2010	68,93	31/12/2012	70,6
Percentual de aprendizes com deficiência	%	31/12/2010	0,58	08/01/2014	0,85
Percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência	%	31/12/2010	0,76	28/01/2014	0,59
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola	%	31/12/2010	53	31/12/2012	70,16
Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES	%	31/12/2010	1,14	31/12/2012	6,96
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	%	31/12/2009	41,8	31/12/2012	39,4
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29	31/12/2012	31

Observações:

Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola - Não houve atualização.

Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES - Não houve atualização do indicador em 2013.

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

As metas deste Objetivo têm bom andamento, com avanços importantes relativos às ações do Plano Viver Sem Limite, à implantação de conselhos (cujo quantitativo dobrou em 2013 em comparação a 2012), e à transversalização com temáticas como gênero, igualdade racial, indígenas e saúde mental.

A inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, tanto no setor privado quanto no público, vem ensejando medidas mais efetivas para garantir o cumprimento da legislação. Nesse sentido, a SDH/PR instalou uma Câmara Técnica com o tema Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, visando identificar principais problemas e possíveis soluções para garantir a empregabilidade da pessoa com deficiência com dignidade. Buscou-se assim definir medidas para avançar na inclusão de públicos mais vulneráveis no mercado de trabalho, como os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Assistência Social, por meio da articulação com as demais políticas de órgãos setoriais, como MTE e MDS.

Um grande avanço em relação à aplicação efetiva da política de garantia dos direitos da pessoa com deficiência será o

Modelo Único de Classificação e Valoração da Deficiência, que está em construção. O referencial teórico já foi estabelecido e as próximas etapas serão o teste e a validação de um instrumento geral que avalia a funcionalidade da pessoa com deficiência. A adequação dos instrumentos de avaliação de deficiência de cada política será feita de acordo com esse referencial único nacional, respeitadas as especificidades de cada área, dirimindo incongruências em relação aos beneficiários das políticas públicas voltadas para o público com deficiência.

A deficiência atinge pessoas de gênero, raça/etnia, orientação sexual diversas, caracterizando sua transversalidade entre diferentes populações vulneráveis. Portanto, as pessoas com deficiência são muitas vezes duplamente vulneráveis em razão de serem mulheres, negros, indígenas ou LGBT. Para garantir a fruição dos direitos das pessoas com deficiência sob essa perspectiva, a SDH/PR tem articulado ações para esses públicos com outros órgãos setoriais responsáveis pela temática de gênero (SPM), raça/etnia (SEPPIR, FUNAI), além dos responsáveis pela saúde, assistência social, educação, trabalho, dentre outros (MDS, MS, MTE, MEC). Mais especificamente, a SDH/PR tem realizado e organizado eventos, reuniões e pactuações, visando aproximar diferentes temáticas no âmbito das políticas para as pessoas com deficiência, para que a dupla violação de direitos seja evitada.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola**

  Análise Situacional da Meta

  Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em 2013, ocorreram diversos seminários de capacitação para o Programa BPC na Escola, em todos os estados e DF. Quanto à renovação e adesão ao BPC Escola, até dezembro de 2013, 67,29% dos municípios brasileiros aderiram ao Programa. Foram realizados 26 seminários de Formação Intersetorial dos Grupos Gestores e Técnicos em 15 estados no ano de 2013.

- **Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas**

  Análise Situacional da Meta

  O acompanhamento do preenchimento das vagas no serviço público federal ainda representa desafio a ser superado, pois não há dados qualificados acerca do número de servidores com deficiência que ingressaram no serviço público por meio de reserva de vagas. Em relação ao preenchimento de vagas no setor privado, a SDH/PR tem acompanhado, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, A participação dos trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho formal caiu de 0,92% em 2007 para 0,70% em 2011. Essa queda não ocorreu de maneira uniforme entre homens e mulheres; penalizou mais as mulheres, com a queda de 18.448 trabalhadoras, enquanto o contingente do sexo masculino sofreu uma diminuição de 5.075 trabalhadores. O fato de que, em quatro anos, o número de empregados com deficiência caiu de 348,8 mil para 325,2 mil, enquanto o número de empregados sem deficiência cresceu de 37,6 milhões para 46,3 milhões, pode ser um sinalizador de que a lei não está sendo cumprida. Nesse sentido, a SDH/PR tem envidado esforços para que a legislação acerca da reserva de vagas nos concursos públicos e reserva de cargos nas empresas privadas seja observada. Na intenção de sanar as dificuldades de acesso aos certames e concursos públicos, a SDH/PR realizou reuniões técnicas com representações de pessoas com deficiência e com instituições organizadoras de concursos, para criar subsídios com vistas ao aprimoramento dos normativos relacionados ao concurso público, no que tange às pessoas com deficiência. Na sequência foi criado o Grupo de Trabalho Processos Seletivos e Remoção de Barreiras Atitudinais e Arquitetônicas, em defesa dos princípios norteadores da reserva de vagas, que são: Equiparação de oportunidades; Acessibilidade (Desenho Universal e Adaptação Razoável); Autonomia; Discriminação Positiva e Plena e Efetiva Participação e Inclusão na Sociedade. Foi implantada ainda a Câmara Técnica sobre Empregabilidade da Pessoa com Deficiência pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência SNPD/SDH/PR, com a participação de diversos órgãos e entidades envolvidos com o tema, como o MTE, MDS, centrais sindicais patronais e de trabalhadores, representações de pessoas com deficiência, dentre outros. Tendo como principal objetivo identificar

entraves e soluções para a questão da empregabilidade da pessoa com deficiência, com vistas a nortear a avaliação e a formulação das políticas públicas nesse campo, a Câmara Técnica produziu um Relatório Final com as análises e conclusões dos trabalhos.

O Relatório Final da Câmara Técnica apontou conclusões finais que foram divididas em quatro eixos: 1.Dados sobre pessoas com deficiência e trabalho; 2.Formação e qualificação da pessoa com deficiência; 3. Intermediação e Inclusão; 4.Outros. Em cada eixo foram apontados os principais problemas e propostas de encaminhamento.

Outra ação com início em 2013 foi a constituição do Subcomitê do Trabalho Decente para Pessoas com Deficiência. Esta ação está inserida na Agenda Nacional de Trabalho Decente e tem a coordenação da SDH/PR e Ministério do Trabalho e Emprego. O principal objetivo é discutir de forma intersetorial a promoção do trabalho decente para pessoas com deficiência em condições dignas e em igualdade de oportunidades para o acesso e permanência ao mundo trabalho.

- **Apoiar os conselhos de direitos das pessoas com deficiência**

Análise Situacional da Meta

O apoio aos conselhos acontece através do fornecimento de equipamentos e capacitação dos conselheiros. Em 2012, foram apoiados cinco conselhos de direitos das pessoas com deficiência (conselhos municipais e estaduais apoiados em Alagoas, Santa Catarina, Piauí, Paraíba e Acre) e, em 2013, um quantitativo total de 13 conselhos foi apoiado, sendo nove estaduais (Piauí, Pará, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Tocantins e Ceará) e quatro municipais (São Paulo/SP, Jaboatão dos Guararapes e Garanhuns/PE e Cuiabá/MT). Atualmente, mais de 500 conselhos estão em funcionamento.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2013

- **Aprimorar marco legal e referenciais que garantam a efetivação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**

Análise Situacional da Meta

A SDH/PR propôs emendas ao Projeto do Novo Código Penal e participou da elaboração e consolidação do Decreto no 8.145/2013, que regulamentou a LC 142/2013, que dispõe sobre a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Também já foram emitidos 16 pareceres, requeridos pela Assessoria Parlamentar desta SDH/PR, acerca de Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional relacionados à temática da Pessoa com Deficiência.

- **Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase**

Análise Situacional da Meta

Até a data de 24/01/2014, a Comissão Interministerial de Avaliação recebeu 12.359 Requerimentos, tendo sido concluídos 12.175 e estão em andamento 184. Porém, um dado começa a se destacar: 340 requerimentos indeferidos foram judicializados, cerca de 10% do total de indeferimentos. Até 03/04/2013, foram indeferidos 3.528 Requerimentos de Pensão Especial e 421 Requerimentos foram judicializados (cerca de 12%).

Judicialização por Estado: Acre: 23; Amazonas: 03; Bahia: 01; Ceará: 03; Espírito Santo: 06; Goiás: 74; Maranhão: 35; Mato Grosso do Sul: 09; Minas Gerais: 112; Paraná: 57; Pernambuco: 04; Rio de Janeiro: 10; Rio Grande do Norte: 02; Rio Grande do Sul: 01; Rondônia: 09; Santa Catarina: 23; São Paulo: 32; Sergipe: 17.

- **Coordenar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite visando a implementação e ampliação de suas metas**

Análise Situacional da Meta

Inicialmente, cabe considerar que o Plano Viver sem Limite consolida um conjunto de ações executadas por diferentes órgãos do Governo Federal. Dessa forma, informações sobre a execução de ações e metas estabelecidas se encontram

pulverizadas no Plano nas diversas Metas e Objetivos destes órgãos. Cabe à SDH/PR a articulação e promoção do Plano junto aos demais entes federativos, frente aos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência e à sociedade civil organizada, e o monitoramento mensal da execução das ações e metas, em conjunto com a Casa Civil. Nesse sentido, a SDH/PR realizou em 2013 um conjunto de ações de adesão ao Plano junto a Estados e Municípios, com o objetivo de se estabelecer compromisso público dos prefeitos e governadores com o conjunto das ações contidas no Plano. Até 31/12/2013, 1.470 municípios e 25 estados aderiram ao Plano Viver sem Limite.

- **Definir conteúdos básicos e realizar capacitações em acessibilidade e em promoção de direitos da pessoa com deficiência**

Análise Situacional da Meta

Os conteúdos referentes às capacitações em promoção dos direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade foram definidos e publicizados por meio de edital de chamada pública para seleção de projetos. Foram desenvolvidos ainda planos para quatro cursos sobre direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade. As áreas de interesse definidas para formação/capacitação foram: "Gestão e Sustentabilidade: Repensando as Organizações não Governamentais de Pessoas com Deficiência", "Capacitação e Seminários sobre Técnicas de Orientação e Mobilidade", "Capacitação para o atendimento e a Prestação de Serviços às Pessoas com Deficiência para a Copa do Mundo de 2014 e outros eventos", "Capacitação – Atualização em Parâmetros Conceituais e Normativos sobre Pessoas com Deficiência" e "Capacitação – Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência: Implementação e Monitoramento", todas com definição de conteúdo, sugestão bibliográfica, metodologia, público-alvo e modalidade. Por meio do Edital nº 01/2013, foram inscritos 18 projetos, dos quais 09 se classificaram. Como o total de recursos destinados a projetos do edital não foi utilizado, estados e municípios puderam acessar esses recursos. Tal disponibilização possibilitou apoiar a realização de 8 capacitações com os entes federados. Do total final de 17 convênios para capacitação, 12 já foram formalizados e 5 estão em fase final de formalização.

- **Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas**

Análise Situacional da Meta

O Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências ainda não foi implantado, mas a primeira fase de formulação desse Modelo foi finalizada, estando ainda pendentes a realização de testes piloto e validação do instrumento de valoração. Em razão da publicação da Lei Complementar nº142/2013, que Regulamenta o §1o do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, um instrumento específico de valoração e classificação de deficiência foi desenvolvido, com base, no Modelo Único em elaboração, para concessão de aposentadoria para esse segmento.

- **Promover a adoção de metas de desenvolvimento sustentável que contemplem a inclusão da pessoa com deficiência e a acessibilidade na esfera nacional e internacional**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada no plano interno com a realização da Câmara Técnica sobre desenvolvimento e deficiência (Brasília, março e abril de 2013), e no âmbito externo com a Declaração da Consulta Regional das Américas sobre deficiência e desenvolvimento (Salvador, 17 e 18 de maio de 2013) e com a adoção da resolução da ONU sobre deficiência e desenvolvimento na reunião de Alto Nível (Nova York, 23 de setembro de 2013).

A Consulta Regional das Américas teve como objetivo identificar pontos importantes para assegurar uma agenda para o desenvolvimento que contemple as pessoas com deficiência de forma inclusiva, a partir dos objetivos e metas do milênio pós 2015, considerando que não há desenvolvimento sustentável sem inclusão de todas as pessoas. Como produto do evento foi elaborada e aprovada uma Declaração que recomenda a adoção de 12 diretrizes voltadas para o desenvolvimento sustentável com foco na inclusão das pessoas com deficiência.

Na Reunião de Alto Nível sobre Desenvolvimento e Deficiência foi aprovada a Resolução A/68/L.1, que estabeleceu 17 compromissos até e pós 2015, depois ratificada pela 68ª Assembleia Geral da ONU.

- **Promover ações de difusão de conhecimento e disseminação de informações sobre a temática da pesssoa com**

deficiência

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2013, foram produzidos diversos materiais – livros, manuais, cartilhas e informativos – relacionados à temática da pessoa com deficiência. Esses materiais são publicados nos canais de comunicação disponíveis (por exemplo, o boletim bimestral Pauta Inclusiva, o sítio "sdh.gov.br" e o sítio "pessoacomdeficiencia.gov.br"). Nos ambientes virtuais, estão disponíveis também normas da ABNT vinculadas ao tema, relatórios de monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, dados e informações atualizados, sempre em formato acessível. Além de manter, reeditar e atualizar publicações, a SDH/PR também acompanha indicadores e pesquisas nacionais e internacionais relacionados ao tema da pessoa com deficiência. Por fim, destaca-se o segundo ano de itinerário da exposição "PARA TODOS - História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência", a qual, em 2013, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI – e com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, percorreu mais 6 capitais brasileiras, divulgando a história de lutas e conquistas desse segmento da população brasileira.

- **Promover ações para transversalizar a temática das pessoas com deficiência nas políticas de gênero, de igualdade racial e de povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

A meta vem sendo cumprida por meio da realização de reuniões e eventos buscando estabelecer diálogo com os diversos órgãos que atuam nessas temáticas como a SPM, SEPPIR, FUNAI, MS, MDS e MEC. Foi realizado, em outubro, o evento Retratos do Autismo no Brasil, com discussão entre sociedade civil e governo sobre as políticas públicas para pessoas com Transtorno do Espetro Autista-TEA nas áreas de saúde, educação, direitos humanos e assistência social. As reuniões realizadas com os órgãos responsáveis pelas políticas indigenistas resultaram na proposta de construção de um seminário nacional sobre direitos das pessoas com deficiência indígenas e políticas públicas conjuntamente com a FUNAI, MS, CNPI, MDS e MEC. Em relação à questão de gênero, foi realizado o Seminário de Políticas Públicas e Mulheres com Deficiência nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2013, em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres, durante o qual foram aprovadas pelas participantes 41 propostas necessárias ao fortalecimento das mulheres com deficiência e a efetividade dos direitos e políticas públicas direcionadas ao segmento, estabelecendo, por exemplo, o fortalecimento da Rede Nacional de Mulheres Feministas com Deficiência. E, quanto à igualdade racial, como resultado da articulação feita pela SDH/PR, ficou definida a realização de pesquisa sobre quilombolas e a deficiência, em conjunto com a SEPPIR, para resgatar o panorama histórico da questão da deficiência no contexto da discriminação racial, bem como mapear as formas de acesso dos quilombolas com deficiência à rede de serviços.

- **Promover a interface entre os temas da pessoa com deficiência e da saúde mental**

Análise Situacional da Meta

Foi criado um GT intitulado "Pessoa com Deficiência e Saúde Mental" com a participação da SDH/PR, Ministério da Saúde e especialistas para tratar da interface entre as temáticas. Diálogos intersetoriais estão acontecendo com o foco na discussão da funcionalidade e valoração das deficiências. Nos dias 14 e 18 de outubro de 2013, foi realizada na sede da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), em Brasília, a 1ª Oficina de Formação sobre o WHO QualityRights, uma iniciativa do MS e da OPAS, que foi acompanhada pela Secretaria de Direitos Humanos. O QualityRights consiste numa metodologia de avaliação, que utiliza a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como referência para a melhoria da qualidade de serviços e do respeito aos direitos humanos nas instituições que prestam cuidados de saúde mental e apoio social. Como resultado dessa Oficina, foi decidida a criação de dois Grupos de Trabalho ad hoc: o primeiro, intraministerial, coordenado pela área de Saúde Mental do Ministério da Saúde, terá a incumbência de tratar da implantação do QualityRights na área da Saúde; outro, interministerial, coordenado pela SDH/PR, tratará da articulação visando à incorporação da temática da saúde mental na agenda de políticas públicas para pessoas com deficiência e no diálogo social com o segmento. Essas atividades serão desenvolvidas no ano de 2014 e deverão orientar os encaminhamentos futuros quanto à adoção dos atos normativos ou aos ajustes de gestão nos

processos dos serviços públicos que se fizerem necessários.

- **Promover capacitação para multiplicadores sobre a técnica de Orientação e Mobilidade**

Análise Situacional da Meta

Foram avaliados alguns materiais disponíveis sobre o tema (IBC e MEC) para esboço de conteúdo mínimo das capacitações. Foi preparada e lançada seleção pública para apoio a projetos. Dois projetos foram selecionados, num total de R$ 356 mil. Os objetos dos projetos são: "Capacitar 250 pessoas no treinamento das Técnicas de Orientação e Mobilidade para orientar e atender as pessoas com deficiência: visual, surdocegueira e usuárias de cadeiras de rodas" e "Oferecer capacitação e formação básica em orientação e mobilidade, numa perspectiva inclusiva e transversal, entendendo as técnicas de orientação e mobilidade como requisitos fundamentais para a educação, habilitação e reabilitação integral da criança, jovem, adulto e idoso com deficiência visual".

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

As metas deste Objetivo têm bom andamento, com destaque para os projetos Centrais de Interpretação de Libras e Centros de Treinamento de Cães-Guia.

O cão-guia é um recurso de tecnologia assistiva extremamente útil às pessoas com deficiência visual, fornecendo-lhes maior autonomia e mobilidade, mas com um custo ainda muito alto. A criação de centros tecnológicos de formação de treinadores e instrutores de cães-guia faz parte do Plano Viver sem Limite. Com a inclusão desse tema na grade curricular do ensino tecnológico no país, busca-se reduzir esse custo e democratizar o acesso a esse recurso. Ressalta-se que não havia, até então, nenhuma formação pública nessa área. Os cursos, ministrados por Institutos Federais de Educação, formarão inicialmente 25 profissionais certificados aptos ao treinamento dos cães-guia e à formação das duplas (pessoa com deficiência visual e cão-guia). A meta é formar 150 duplas. O Centro de Treinamento do Instituto Federal Catarinense, no Campus de Camboriú já está implantado e em funcionamento, e outros 6 estão em fase de elaboração do projeto técnico e construção, que estarão distribuídos nas cinco regiões geográficas do país

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda identificada pelo Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Saúde. A implantação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) foi reforçada, tendo sido aprovadas, em 2013, quarenta e cinco propostas para a construção de novos centros, além da construção de trinta e três oficinas ortopédicas fixas. Foram também habilitados 102 Centros Especializados em Reabilitação e 21 Oficinas Ortopédicas Fixas.

- **Acompanhar a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva - CNRTA e o estabelecimento de uma rede de pesquisa em tecnologia assistiva**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O MCTI, por meio da Portaria MCTI nº 139, de 23 de fevereiro de 2012, instituiu o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva – CNRTA, que está em funcionamento, e foi criado junto ao Centro de Tecnologia da Informação CTI Renato Archer em Campinas/SP. Há vinte e nove núcleos de tecnologia assistiva criados e integrando a rede nacional, dos quais 16 já receberam recursos do MCTI. Nesse mesmo ano foi lançado edital MCTI/CNPq/SECIS/FNDCT, de apoio à implantação de Núcleos de Tecnologia Assistiva, e está em processo de elaboração edital MCTI/FINEP/SECIS, de apoio a ICTs/Empresas Nacionais para o Desenvolvimento de Produtos de

Tecnologia Assistiva, processos que vêm sendo acompanhados pela SDH/PR, a qual tem colaborado na elaboração dos editais juntamente com os demais Ministérios que compõem o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, instituído pelo Art. 12 do Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. A SDH/PR e o MCTI também estão articulando com a CAPES a assinatura de Termo de Cooperação para descentralização de recursos orçamentários com a finalidade de fomentar o desenvolvimento de Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Tecnologia Assistiva, a ser implantado a partir de 2014.

- **Acompanhar a criação e execução do serviço de acolhimento institucional e promoção da autonomia das pessoas com deficiência em situação de dependência**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estão em funcionamento 13 Residências Inclusivas e 3 Centros-Dia. O Governo Federal repassou mais de R$ 10 milhões para que os Municípios viabilizem a criação das Residências Inclusivas, tendo sido habilitadas 204 unidades, em 154 Municípios.

- **Apoiar e orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)**

Análise Situacional da Meta

Essa iniciativa está sendo coordenada pelo MCTI no âmbito do Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. A ABNT atualmente revisa duas normas sobre tecnologia assistiva: Classificação e terminologia de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (NBR 9050) e Cadeira de Rodas (NBR 15655-1). Processo acompanhado em 2011 e 2012 pela SDH/PR nos fóruns da ABNT. Ademais, a SDH/PR tem acompanhado a avaliação de testes realizados em 2012 para análise da qualidade de cadeiras de rodas no âmbito do Programa de Análise de Produtos do Inmetro. Esse estudo resultou na deflagração de processo coordenado pelo MCTI, no Comitê Interministerial de Tecnologia, com a finalidade de estabelecer norma nacional de certificação compulsória de cadeira de rodas.

- **Fomentar ações relacionadas à prevenção de deficiências e à segurança das pessoas com deficiência em situação de risco**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado e publicado pela SDH/PR e pelo MI o Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral de crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiências em situação de riscos e desastres. A Portaria Interministerial nº 2, de 2012, instituiu o Comitê Gestor Nacional, que tem como objetivo orientar os agentes públicos, a sociedade civil, o setor privado e as agências de cooperação internacional que atuem em situação de riscos e desastres no desenvolvimento das fases de preparação, prevenção, resposta e recuperação. A SDH/PR participa do Comitê Gestor Nacional e o representa nas visitas aos estados e municípios com ações de divulgação e mobilização para adesão ao Protocolo. Em setembro de 2013, ocorreu a I Oficina do Protocolo de Proteção em Riscos e Desastres que contou com a participação de todos os Estados. Neste mesmo mês, o Protocolo foi apresentado no X Fórum Nacional de Defesa Civil.

Em dezembro de 2013, ocorreu o Fórum Mundial de Direitos Humanos, no qual foi realizada uma oficina sobre o Protocolo envolvendo vários representantes de estados, municípios, conselhos de direitos e sociedade civil em geral.

- **Implantar as Centrais de interpretação da Língua Brasileira de Sinais**

Análise Situacional da Meta

Foram adquiridas 44 centrais na primeira fase do projeto. Em 2013, foram distribuídos 37 kits. Cada kit é composto por 2 armários, 3 mesas, 3 cadeiras, 3 webcams, 3 aparelhos telefônicos do tipo headset, 3 computadores, 1 impressora e 1 veículo. Todos os bens já foram entregues para os 22 estados e 3 municípios contemplados. Roraima e Rondônia optaram por não participar da ação em razão de dificuldades operacionais e logísticas locais.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Educação. Os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia estão sendo implantados em parceria com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conjuntamente com o MEC. Um centro já está implantado e em funcionamento no Instituto Federal Catarinense, no Campus de Camboriú (SC), e outros 6 estão em fase de elaboração do projeto técnico e construção nos Institutos Federais de Muzambinho (MG), Alegre (ES), Manaus (AM), Urutaí (GO), Limoeiro do Norte (CE) e São Cristóvão (SE). A expectativa é que a construção de cinco centros esteja concluída até o final de 2014. No Centro de Camboriú, a primeira turma de treinadores e instrutores está em formação por meio de um curso de especialização e a previsão é que essa primeira turma de treinadores e instrutores certificados esteja formada em 2014.

OBJETIVO: 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Objetivo composto por nove metas, todas em andamento. Avanços primordiais na educação pública e no programa Minha Casa, Minha Vida, que já contratou mais de 800.000 unidades habitacionais adaptáveis e já entregou mais de 9.000 unidades com os kits de adaptação.

Diversas ações contidas no Plano Viver sem Limite possuem o enfoque de garantia de acessibilidade e mobilidade para as pessoas com deficiência, sob gerenciamento físico, político e orçamentário destes Ministérios envolvidos no Plano, tais como o Ministério da Educação, das Cidades, e o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No tocante à coordenação do Plano Viver Sem Limite, vale ressaltar que as visitas técnicas nos estados e municípios realizadas pelos apoiadores institucionais levaram ao conhecimento das pessoas com deficiência a importância das ações do plano e a consolidação do entendimento de seus direitos, trazendo a sociedade civil organizada à fiscalização da implementação dessas ações, aos conselhos de direito das pessoas com deficiência o chamamento dessas para busca de uma sociedade inclusiva e o rompimento das barreiras que cerceiam esses direitos. Para os gestores estaduais e municipais houve a efetivação das ações do Plano, em seus quatro eixos, junto ao governo federal.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar ações para incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Educação. Foram criados três cursos de LETRAS/LIBRAS em três Universidades Federais. O Plano Viver sem Limite prevê, ao todo, a criação de 27 cursos de Letras/Libras até o final de 2014, um em cada estado, com um total de 810 vagas por ano, e de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue, com um total de 360 vagas por ano, passos necessários para a posterior inclusão de LIBRAS como disciplina curricular.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Educação. Até o final de 2013, 30.322 escolas receberam recursos do Programa Escola Acessível. No mesmo período foram entregues 12.037 salas de recursos multifuncionais e distribuídos 1.500 kits de recursos multifuncionais, atendendo os 27 estados. A distribuição das salas de recursos é concomitante com a matrícula do estudante com deficiência na escola de ensino regular, de acordo com dados fornecidos pelo EDUCACENSO.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade nas habitações construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos projetos do PAC 2 e de mobilidade urbana previstos no PAC-Copa 2014**

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério das Cidades. Até janeiro de 2014, 817.737 unidades habitacionais adaptáveis foram contratadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida II e 9.682 unidades habitacionais adaptadas foram entregues. Em relação à meta de contratação de unidades habitacionais adaptáveis (1.200.000), mais de 68% já foi cumprida, e quanto à meta das unidades adaptadas (20.000), mais de 48% da mesma foi atingida.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade no transporte público e coletivo e a regulamentação do transporte complementar acessível**

Análise Situacional da Meta

A SDH/PR tem induzido e acompanhado o desenvolvimento do ônibus escolar com desenho universal - um micro-ônibus de piso baixo que será inovação no país e servirá a outras aplicações urbanas. Também participa da revisão da NBR 15320 - Acessibilidade em ônibus rodoviários, junto à ABNT. A partir do licenciamento 2014, todos os veículos de transporte coletivo deverão trazer indicados em seus documentos de porte obrigatório quais os itens de acessibilidade de que dispõem. Os órgãos gestores e as agências reguladoras, assim como as polícias rodoviárias, passarão a ter uma maneira prática de fiscalizar o cumprimento das normas de acessibilidade pelas empresas operadoras do transporte.

- **Apoiar e orientar a normalização da acessibilidade, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**

Análise Situacional da Meta

A ABNT atualmente revisa três normas sobre acessibilidade: Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (NBR 9050), Plataforma elevatória (NBR 15655-1) e Veículo coletivo de características rodoviárias (NBR 15320). Todas contam com participação da SDH/PR nos fóruns da ABNT.

- **Apoiar estudos e pesquisas relacionados à acessibilidade**

Análise Situacional da Meta

O tema foi disponibilizado por meio de edital de chamada pública voltado à seleção de projetos, mas não houve interessados em desenvolver projetos de estudos e pesquisas nessa área. Pretende-se disponibilizar o tema em edital para seleção de projetos novamente em 2014, a fim de cumprir meta constante do PPA.

- **Articular ações de acessibilidade nas comunicações**

Análise Situacional da Meta

Desde julho de 2013, a obrigatoriedade de disponibilizar audiodescrição na programação da TV digital aberta passou de 2h para 4h semanais. Em 2013, foi regulamentada a profissão de audiodescritor. Foi firmado um termo de cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para realização de “Curso de Pós-graduação em Audiodescrição”. Em novembro/2013, uma nota técnica da Anatel reconheceu a obrigatoriedade legal de as TVs por assinatura disponibilizarem no sinal distribuído todos os recursos de acessibilidade disponíveis no sinal de TV digital original.

- **Articular ações para o incentivo da acessibilidade em grandes eventos esportivos**

Análise Situacional da Meta

O tema foi disponibilizado por meio de edital voltado a ONGs e três propostas estão em fase de formalização para execução de projetos com o tema "Atendimento e a prestação de serviços às Pessoas com Deficiência para a Copa do Mundo de 2014 e outros eventos". As propostas têm os seguintes objetos: a primeira "Realizar de cursos de capacitação profissional, workshops e palestras de sensibilização com 260 (duzentos e sessenta) gestores e profissionais envolvidos no atendimento ao público no setor hoteleiro", a segunda "Capacitar 500 pessoas voluntárias de diferentes segmentos para o Atendimento e a Prestação de Serviços às Pessoas com Deficiência para Copa do Mundo de 2014" e a última "Capacitação presencial (com carga de 42h) sobre o Atendimento à Pessoa com Deficiência, dirigido a 70 (setenta) profissionais das áreas de turismo, do transporte, voluntários para a Copa 2014, profissionais da saúde, lideranças comunitárias e pessoas com deficiência que atuam no Rio de Janeiro".

- **Articular ações para o incentivo da acessibilidade em prédios e serviços públicos**

Análise Situacional da Meta

Dois termos de cooperação firmados: um com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) destinado à realização das atividades de preparação de curso piloto, sua ministração para uma turma de pessoas selecionadas e a posterior avaliação dos produtos e formatação final do curso, e outro com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) para realização do Projeto de Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais. O primeiro já foi concluído e o segundo já está em andamento desde setembro de 2013.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios	unidade	31/10/2011	382	-	-
Taxa de mortalidade infantil indígena	1/1.000	31/12/2009	41,9	31/12/2012	37,78

Observações:
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios - O indicador não foi apurado em 2013.

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Dentre as ações desenvolvidas pela Funai referentes à política de proteção territorial, destacam-se os seguintes eixos com vistas a garantir a posse plena dos povos indígenas sobre suas terras: (i) realização dos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas e o consequente reconhecimento dessas terras pela Funai, por meio da aprovação do Relatório Circunstanciado, bem como os demais atos administrativos visando o prosseguimento do processo de demarcação de terras indígenas, nos termos do Decreto n.º 1775/96; (ii) realização de demarcação física das terras indígenas; (iii) ações de regularização dominial das terras indígenas, através dos registros em cartórios e na Secretaria do Patrimônio da União; (iv) ações de regularização fundiária stricto sensu, por meio dos levantamentos fundiários de avaliação benfeitorias e os respectivos procedimentos visando o pagamento das indenizações das benfeitorias; (v) ações de proteção dos povos indígenas isolados, por meio de atividades de confirmação de referências de índios isolados e monitoramento das terras indígenas com presença já confirmada de índios isolados, bem como ações de promoção de direitos aos povos recém contatados; (vi) ações de monitoramento territorial das terras indígenas, por meio das atividades de vigilância, com participação das comunidades indígenas, e de fiscalização, por meio de articulação com os órgãos ambientais e forças policiais.

Neste sentido, destacam-se em 2013 as seguintes ações: 5 processos de terras indígenas foram concluídos e encaminhados ao Ministério da Justiça; publicadas as delimitações de 7 terras indígenas; concluídos 8 estudos de identificação e delimitação; concluído 1 relatório de constituição de reserva indígena; realizadas dezenas de análises de contestações administrativas e encaminhadas à Procuradoria Federal Especializada –PFE/Funai; declaradas pelo Ministério da Justiça 3 terras indígenas;. foram demarcadas fisicamente 4 terras indígenas e aviventados os limites de outras 6 terras indígenas, cujo o reconhecimento havia se dado em exercícios anteriores. Ao mesmo tempo, foram adotados os procedimentos administrativos referentes ao encaminhamento da proposta de edição de decreto de desapropriação de 3 áreas, referentes às comunidades indígenas de Aldeia Kondá/SC (análise jurídica), Coroa Vermelha – Gleba C/BA e Tuxá de Rodela/BA. Além disso, foi realizado levantamento fundiário de avaliação de benfeitorias em 4 terras indígenas, perfazendo um total de 239 ocupantes não índios cadastrados, bem como análise técnica do material produzido no levantamento fundiário de outras 4 terras indígenas. Além disso, foi votada a boa-fé das ocupações de 13 terras indígenas na Comissão Permanente de Análise de Benfeitorias, tendo sido constituída Comissão de Pagamento

para 13 terras indígenas, assim como proposta ação judicial de consignação em pagamento para 4 terras indígenas. Além disso,foram encaminhados processos ao Ministério da Justiça visando expedição de Decreto de Homologação pela Presidência da República. Em relação às ações de retirada de invasores, monitoramento territorial e fiscalização, realizadas em conjunto com Departamento de Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e demais órgãos fiscalizadores, foram realizadas 2 operações (TI Apyterewa e TI Maraiwatsédé), participação conjunta na operação Hiléia Pátria, sob coordenação do Ministério da Defesa, além do planejamento de operação no complexo de terras indígenas no Maranhão: Awá, Caru e Alto Turiaçu; Foram realizadas também operações para contenção de conflitos no Mato Grosso do Sul: Sidrolândia, Ponta Porã e Dourados. Deu-se continuidade à Operação Ágata – com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, as populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros órgãos federais, estaduais e municipais. Também se focou na construção e implementação de Planos de Proteção: UHE Teles Pires, Tapajós, Jirau, Santo Antônio, Belo Monte. Foi ainda realizada capacitação do programa de capacitação em proteção às terras indígenas. Por fim, cabe ressaltar a oficina de capacitação de 144 horas em estudo e localização de povos indígenas isolados, bem como levantamento patrimonial dos bens das Frentes de Proteção Etnoambiental e aquisição de equipamentos de proteção e segurança, de modo a incrementar ações de fiscalização e monitoramento referentes aos povos indígenas isolados e recém contatados.

Na esfera do monitoramento e fiscalização das terras indígenas, as ações realizadas em 2013 demonstram que atuação da Funai nesse campo depende sobremaneira da articulação e da parceria com outras instituições governamentais, tais como Ibama, Icmbio, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Exércitos brasileiro e órgãos ambientais estaduais, dentre outros. O aspecto positivo dessa realidade é conferir maior sinergia e articulação estratégica (informação, operacional) entre os órgãos governamentais que atuam no combate de ilícitos em terras indígenas. Nesse sentido, a Funai tem buscado aprimorar sua capacidade de diálogo interinstitucional com os órgãos de segurança e de polícia ambiental, participando das instâncias específicas de planejamento dos órgãos de inteligência (Sisbin, Ciccia), bem como participando das operações conjuntas do governo federal relativas ao combate de ilícitos ambientais (Operação Onda Verde e Defesa da Vida) e de proteção da faixa de fronteira (Operação Agata, Sentinela). A Funai também tem investido nas ações de prevenção de ilícitos como estratégia de proteção e monitoramento das terras indígenas, a partir do apoio das comunidades indígenas para realização de ações de monitoramento territorial e do Programa de Capacitação em Proteção, meta no PPA, bem como por meio da articulação de ações de etnodesenvolvimento.

Metas 2012-2015

- **Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras**

Análise Situacional da Meta

Antes de qualquer aquisição de terras que envolva gastos com recursos orçamentários, a Funai procede previamente a consulta a SPU, Órgãos Fundiários do estados e as Prefeituras, verificando a disponibilidade de terras públicas nas localidades/regiões, objeto da demanda fundiária, que possam ter aptidão para constituição de reservas indígenas. Tal procedimento, inclusive, é objeto de recomendação do TCU, por meio do Acórdão n.º 1785/2008 que dispõe: "(...)quando da eleição de áreas a serem destinadas a comunidades indígenas, consulte os governos estaduais e municipais bem como a União, por intermédio da SPU e outros órgãos públicos e demais a respeito da disponibilidade de terras para eventual doação".

Importante ressaltar que em muitos casos as áreas públicas disponíveis possuem embaraços de diversas ordens (disputas judiciais, ocupações, etc..) que dificultam a sua regularização. Também as áreas públicas disponíveis podem não apresentar as condições necessárias para constituição da reserva indígena, nos termos do art. 26 da Lei n.º 6001/73. De qualquer forma, é procedimento previsto a consulta e verificação da existência de terras publicas disponíveis.

No ano de 2013 foram adotados os procedimentos administrativos no encaminhamento da proposta da edição de decreto de desapropriação para o estabelecimento de áreas reservadas a comunidades indígenas das terras denominadas Aldeia Kondá/SC, Coroa Vermelha (Gleba C)/BA e Tuxá Rodela/BA. Com referência ao processo da área da Aldeia Kondá, houve manifestação jurídica para resolução das aquisições na forma consensual com os proprietários, contudo, não foi possível esse entendimento, seja por deficiência na documentação ou posição contrária dos detentores dos imóveis. Em relação às áreas de Coroa Vermelha (Gleba C) e Tuxá Rodela/BA, os procedimentos administrativos prévios à publicação dos decretos desapropriatórios foram concluídos. Também ocorreu avanço no processo de aquisição dos imóveis denominados Ilhas da Tapera/São Félix e Porto Apolônio Sales/PE e a Fazenda Jenipabeiro/BA. Para o primeiro, o processo administrativo foi concluído, porém, não houve consenso na obtenção da área junto ao proprietário no que tange a avaliação das terras, sendo que corre na esfera judicial o processo 0000174-06.2007.4.05.8304/PE, interposto pelo interessado. Em referência ao imóvel Fazenda Jenipabeiro, o procedimento administrativo também foi finalizado estando pronto para a aquisição. O recurso foi empenhado para negociação junto ao proprietário. Ainda tratando da aquisição de terras em processo de compensação pelos impactos causados na instalação de empreendimentos, houve a obtenção do imóvel Fazenda Montana/SP, para comunidade indígena Guarani, em compensação a construção do rodoanel da cidade de São Paulo.

Não obstante as diversas atividades realizadas na parte técnica e administrativa no processo de aquisição de imóveis para atender as comunidades indígenas na constituição de área reservada, apenas foi possível a finalização do processo de aquisição do imóvel Fazenda Montana, os demais estão em processo.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	2	unidade	0	31/12/2013
Territórios Indígenas do Nordeste	3	unidade	0	31/12/2013
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	3	unidade	1	31/12/2013

- **Delimitação de 56 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Os procedimentos de identificação e delimitação de terras indígenas concluídos no exercício de 2013 beneficiam 20 povos indígenas, incluindo referências de grupos isolados, evidenciando um ritmo que, se mantido, permitirá cumprir a meta de 56 terras indígenas delimitadas até dezembro de 2015, definida no PPA 2012-2015.

Neste exercício, foram delimitadas 07 terras indígenas, a saber: Iguatemipegua I (MS), Caxixó (MG), Tupinambá de Belmonte (BA), Boa Vista do Sertão do Promirim (SP), Lago do Limão (AM), Jaraguá (SP) e Tapeba (CE), beneficiando os seguintes povos indígenas: Guarani Kaiowa, Caxixó, Tupinambá de Belmonte, Guarani Mbyá, Mura e Tapeba. Foram concluídos os estudos de identificação e delimitação das TIs Mato Castelhano (RS), Kaxuyana-Tunayana (AM e PA), Xacriabá (MG), Riozinho (AM), Sawré Muybu (anteriormente denominada Pimental) (PA), Herarekã Xetá (PR), Ypoi/Triunfo (Ñandevapegua) (MS) e Cobra Grande (PA), ocupadas respectivamente pelos Kaingang, Kaxuyana, Tunayana, Kahyana, Katuena, Mawayana, Tikiyana, Xereu-Hixkaryana, Xereu-Katuena e isolados, Xacriabá, Kokama e Tikúna, Munduruku, Xetá, Guarani Ñandéva e Arapium, Jaraqui, Tapajó. Foi concluído o relatório circunstanciado de constituição da Reserva Indígena Taba dos Anacé, no Ceará, destinada ao povo Anacé, gravemente afetado pelas obras do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

Além disso, foram realizados estudos complementares de natureza etno-histórica, ambiental, cartográfica e/ou fundiária necessários à identificação e delimitação, nos próximos exercícios, das seguintes terras indígenas: Amâncio e Mbiguaçu (SC), Baixo Rio Negro II/Santa Isabel (AM), Baixo Seruini/Baixo Tumiã (AM), Dourados-Amambaipegua

(MS), Jamamadi do Lourdes/Cajueiro (AM), Jaminawa Colocação São Paulino (AM), Kaxinawá Seringal Curralinho (AC), Krenak de Sete Salões (MG) e Pipipã (PE), bem como os estudos complementares necessários à constituição da reserva indígena denominada Cinta Vermelha Jundiba (MG), que virão a beneficiar, respectivamente, os povos Guarani, Baré, Apurinã, Jamamadi, Jaminawa, Kaxinawa, Krenak, Pipipã e Pataxó.

Foram constituídos 04 novos GTs, após reunião de informações preliminares que indicaram a necessidade de priorizar os estudos nas áreas denominadas: Jeju e Areal (PA), Puruborá (RO), Rio Cautário (RO) e Teresa Cristina (MT), que virão a beneficiar, respectivamente, os povos Tembé, Puruborá, Djeoromitxí, Kujubim, Canoé e Bororo.

Foram analisadas dezenas de contestações interpostas aos procedimentos de identificação e delimitação das TIs Apiaká do Pontal e Isolados (MT), Estação Paresis (MT), Tenondé Porã(SP), Taego Awã (TO) e Paquiçamba (PA).

Os técnicos da Coordenação Geral de Identificação e Demarcação de Terras Indígenas-CGID/ FUNAI ainda elaboraram Relatórios para a Comissão Permanente de Análise de Benfeitoria (CPAB), referentes às TIs Apurinã do Igarapé São João (AM), Itixi Mitari (AM), Serrinha (RS), Las Casas (PA) e Arara da Volta Grande do Xingu (PA), os quais contribuirão para a garantia da posse plena dos povos Apurinã, Kaingang, Kayapó e Arara em suas terras.

Foram encaminhados à Procuradoria Federal Especializada (PFE), após análise técnica, com vistas à análise jurídica das contestações, os processos de identificação e delimitação das TIs Apiaká do Pontal e Isolados (MT), Estação Parecis (MT), Tenondé Porã (SP), Taego Awã (TO) e Paquiçamba (PA), ocupadas respectivamente pelos povos Apiaká, Munduruku e isolados, Paresi, Guarani, Avá-Canoeiro e Juruna.

Os fatores que contribuíram para a delimitação dessas terras indígenas foram: quadro técnico capacitado para elaborar e analisar os relatórios circunstanciados de identificação e delimitação de terras indígenas, bem como para analisar as contestações interpostas pelos interessados; normatização de fluxos internos no âmbito do setor competente (CGID/DPT); utilização de critérios claros para priorizar procedimentos; investimento em monitoramento de ações; reelaboração de documentos orientadores para a redação das peças técnicas que fundamentam o procedimento de identificação e delimitação; qualificação do diálogo com as unidades descentralizadas e com a representação indígena.

Após a aprovação do Decreto n º 7.747, de 05 de junho de 2012, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, os Grupo Técnicos (GTs) de identificação e delimitação vêm sendo orientados a levantar subsídios para a gestão futura das terras indígenas, de modo a implementar a necessária integração entre regularização e gestão das mesmas. Quando necessário, podem ser elaborados Diagnósticos Socioambientais, como ocorreu com as TIs Fulni-ô (PE), Herarekã Xetá (PR), Jaminawa do Rio Caeté (AC) e Lalima (MS).

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	10	31/12/2013
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	4	31/12/2013
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	25	unidade	6	31/12/2013

- **Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas encontra-se na fase de homogeneização da base cartográfica, incluindo-se as devidas adequações à normatização recomendada pelo IBGE e à formatação do Sistema de Informação Cartográfica já embasada na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais.

Depois de implantado, esse sistema permitirá compatibilizar as informações provenientes de diversas fontes, como

informação de sensores espaciais (detecção remota / sensoriamento remoto), informação recolhida com GPS ou obtida com os métodos tradicionais da topografia e, dessa forma, fazer o monitoramento, avaliação e tomada de decisões das ações da Sede, das Coordenações Regionais e das Coordenações Técnica local, viabilizando o acesso rápido as informações espaciais.

- **Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram declaradas de posse permanente indígena as Terras Indígenas Maracaxi/PA, grupo indígenaTembé, com uma superfície de 720 ha; e Mato Preto/RS, grupo indígena Guarani Chiripá e Mbyá, com superfície de 4230 ha.

Ainda neste mesmo ano, foram encaminhados ao ministério da Justiça, 7 processos (Terra Indígena (TI) Cué-Cué/Marabitanas/AM, TI Guanabara/AM, TI Votouro/Kandóia/RS, TI Barra Velha do Monte Pascoal/BA, TI Tremembé de Queimadas/CE, TI Tumbalalá/BA e TI Tupinambá de Olivença/BA) com vistas a expedição de Portaria Declaratória.

Em 2013 foram declaradas como de posse permanente indígena pelo Ministro da Justiça 03 Terras Indígenas, a saber: Cué-Cué Marabitanas – AM (etnia: Baré, área: 808.645 ha), Guanabara –AM (etnia: Kokama, área: 15.600 ha) e Tremembé de Queimadas/CE (etnia: Tremembé. área: 767 ha).

Também foram encaminhados ao Ministério da Justiça, com vistas à expedição de Portaria Declaratória, 05 processos de demarcação de terras indígenas, referentes às TIs Tenondé Porã (SP), ocupada pelos Guarani Mbyá, o qual foi objeto de diligência por parte do Ministério da Justiça e devolvido à Funai, Apyaka do Pontal e Isolados (MT), Irapuá (RS), Kawahiva do Rio Pardo (MT), Paquiçamba (PA), Taunay-Ipegue (MS).

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

30/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	15	unidade	3	30/12/2013
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	1	30/12/2013
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	20	unidade	1	30/12/2013

- **Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Após as articulações técnicas e políticas iniciadas entre os órgãos públicos federais competentes para tratar da temática de incêndios florestais em terras indígenas, foi encaminhado às Presidências do Ibama e do ICMBio as propostas de Acordos de Cooperação Técnica - ACT visando uma atuação conjunta e articulada entre os órgãos envolvidos para o enfrentamento e combate a incêndios florestais em terras indígenas.

O ACT com o IBAMA foi assinado em dezembro de 2013 e prevê a realização de ações de capacitação, prevenção, monitoramento e combate a incêndios, em atenção aos costumes e tradições dos povos indígenas. O Termo também reforça a parceria já estabelecida entre os órgãos na formação e contratação de brigadistas indígenas, dentro do Programa de Brigadas Federais Indígenas do IBAMA, o qual recebe apoio da FUNAI.

A parceria FUNAI e ICMBio também será formalizada por meio de Acordo de Cooperação, o qual já está em fase final de tramitação nos órgãos. Os objetivos são similares ao do termo com o IBAMA, exceto pelo fato de sua abrangência estar restrita às áreas de sobreposição ou adjacência entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federais.

Para a consecução das ações previstas no ACT, a FUNAI estabeleceu, em conjunto com as suas respectivas unidades descentralizadas, procedimentos comuns para a realização de uma atuação articulada (definição conjunta das terras a serem trabalhadas, apoio logístico, entre outros) entre os referidos órgãos no combate aos incêndios florestais em terras indígenas.

Uma das ações já desenvolvidas pela Funai foi a participação, durante o período crítico de seca, do Centro Integrado Multiagências – Ciman, que coordena os esforços nacionais de combate a incêndios. Outra ação foi o monitoramento realizado por técnicos da Fundação que, analisando imagens de satélite, identificaram focos de calor e acionaram as equipes das Coordenações Regionais da FUNAI para checagem das informações e adoção das ações subsequentes. Os órgãos responsáveis pelas ações de combate a incêndios – IBAMA e ICMBio – receberam apoio logístico e material da Funai para agir nas terras indígenas.

Cerca de 400 indígenas, em nove estados do país, participaram de cursos de capacitação de brigadistas, em 2013. Por meio do curso, realizado pelo Centro Especializado do Prevfogo/lbama, em parceria com a FUNAI, foram implementadas 18 novas Brigadas Federais para atuarem contra incêndios florestais nas terras indígenas selecionadas. As brigadas indígenas receberam do IBAMA equipamentos de proteção individual e de combate ao fogo, salário, benefícios e acompanhamento técnico-administrativo. Dentre os objetivos do programa, destacam-se, ainda, a implementação do manejo integrado e do manejo tradicional do fogo nas áreas contempladas e a formação de um contingente indígena especializado, disponível para atuar em terras indígenas quando necessário, melhorando a segurança e eficiência das operações de combate aos incêndios florestais nessas áreas.

A seleção das terras indígenas contempladas foi realizada por meio de critérios técnicos, tais como a incidência de focos de calor captados via satélite, as áreas remanescentes de vegetação nativa e a presença de áreas protegidas federais. Houve ainda uma avaliação conjunta entre os coordenadores estaduais do Prevfogo e os técnicos das Coordenações Regionais da Funai.

As terras indígenas contempladas com as brigadas em 2013 foram: 1) TI Coroa Vermelha/BA; 2) TI Avá-Canoeiro/GO; 3) TIs Governador, Bacurizinho e Kanela/MA; 4) TI Xacriabá/MG; 5) TIs Kadiwéu, Cachoeirinha e Limão Verde/MS; 6) TIs Paresi Bakairi e Wawi/MT; 7) TI Tenharim-Marmelo/RO; 8) TIs São Marcos, Raposa Serra do Sol, Araçá e Taba Lascada/RR; e 9) TIs Xerente e Khraolândia/TO.

A FUNAI apoia, também, os processos de formação e contratação dos brigadistas, descentralizando recursos para as Coordenações Regionais, responsáveis por organizar a logística dos cursos, e disponibilizando servidores para acompanhar a formação e operacionalização das brigadas. Além das ações conjuntas com o Prevfogo/Ibama, também promove a formação de Grupos de Prevenção a Incêndios Florestais em Terras Indígenas, por meio da capacitação de indígenas sobre prevenção e manejo do fogo. O objetivo é de minimizar os impactos desses eventos sem, contudo, desconsiderar as práticas tradicionais. Os cursos valorizam os conhecimentos tradicionais e promovem o diálogo intercultural acerca das práticas de manejo do fogo.

A consolidação destas ações no âmbito da FUNAI tornou-se possível com a estruturação da área de gerenciamento de incêndios florestais em terras indígenas, o que levou a Fundação a aprimorar seus conhecimentos e práticas, além de fortalecer a interlocução com os órgãos.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas**

Análise Situacional da Meta

No processo de estruturação das 12 Frentes de Proteção Etnoambiental - FPE, a Funai realizou uma série de medidas

para incrementar a infraestrutura das Frentes que foram fundamentais. Foi dado incremento substancioso na infraestrutura física de duas Frentes de Proteção Etnoambiental criadas no ano de 2010, sendo estas: FPE Uru-Eu-Wau-Wau (TI Uru- Eu-Wau-Wau) e FPE Guaporé (TIs Massaco, Tanaru e Rio Omerè).

Foi feito um levantamento afinado dos bens patrimoniais das Frentes de Proteção Etnoambiental, dos mapas logísticos da atuação nas atividades finalísticas, e composição de recursos humanos e metas a serem cumpridas. Deu-se início ao processo de aquisição de equipamentos importantes, como viaturas, caminhões, embarcações e equipamentos de proteção e segurança. Os recursos disponíveis foram investidos em diferentes Frentes de Proteção Etnoambiental, sendo aplicados em maior volume para as Frentes de Proteção Etnoambiental Vale do Javari e Awá Guajá, de modo a incrementar as ações de fiscalização, monitoramento e localização de povos isolados.

Há que considerar, no entanto, que este processo requer investimentos na área de logística e comunicação. Para isso foi feita a contratação de empresa de tecnologia da informação para a elaboração e implantação de Sistema de Gerenciamento de Informações para as Frentes de Proteção Etnoambiental, ligado ao Sistema Indigenista da Informação da FUNAI (SII). Esse sistema permitirá maior celeridade na elaboração e emissão de ordens de serviço; autorizações para o gerenciamento em tempo real das expedições de campo bem como a gestão das informações produzidas, garantindo, dessa forma, o acompanhamento – via relatório – da situação encontrada no campo.

Pretende- se que o sistema esteja disponível em todas as Frentes de Proteção Etnoambiental o que garantirá maior transparência e economicidade na execução dessa ação.

Deu-se o início, também, à estruturação de mais duas Frentes de Proteção Etnoambiental, a saber: FPE PURUS e FPE CUMINAPANEMA.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2013

- **Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela**

Análise Situacional da Meta

Essa meta objetiva ampliar a capacidade de atuação da FUNAI nas ações de monitoramento territorial, reduzindo a vulnerabilidade das terras indígenas em face da presença de ilícitos ambientais e territoriais.

Em 2013 foi apoiada a estruturação do Serviço de Gestão Territorial e Ambiental da Coordenação Regional do Rio Negro, localizada em São Gabriel da Cachoeira- AM região fronteiriça carente de presença do Estado.

A Coordenação Regional de Roraima recebeu novas viaturas, o que facilitou a atuação daquelas regionais em decorrência dos constantes conflitos fundiários na região. A Coordenação Regional de Guajará Mirim está em processo de estruturação de um sistema de comunicação entre o escritório e as áreas de maior vulnerabilidade em várias terras indígenas daquela jurisdição.

A Coordenação Regional de Alto Solimões recebeu investimentos para ampliação do sistema de comunicação e para renovação do plaqueamento de identificação das Terras Indígenas. Novas viaturas foram adquiridas para Frente de Proteçao Etnoambiental Yanomami Ye'kuana (FPEYY), CR Roraima. A CR Roraima também recebeu novas equipamentos de informática para aprimorar o trabalho de monitoramento territorial.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	5	unidade	2	31/12/2013

- **Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas**

Análise Situacional da Meta

Cada atividade de localização compreende um conjunto de atividades como estudos por sensoriamento remoto, expedições terrestres e fluviais e levantamentos por sobrevoo.

Como ação estruturante dessa meta, foi realizada uma oficina de capacitação voltada para o estudo e localização de índios isolados com a participação de 24 servidores que ingressaram na Funai no último concurso. Esta capacitação, de 144 horas, viabilizou a ampliação dos quadros técnicos da Funai em condições de participarem em novas expedições.

Em 2012 foram confirmadas 2 (duas) referências de índios isolados, sendo uma no estado do Amazonas e outra no estado de Roraima. Já entre Janeiro e Junho de 2013 foi confirmada 01 (uma) referência de índios isolados, sendo esta no estado do Amazonas.

Em 2013 foram realizados estudos sobre 02 (duas) novas referências de povos indígenas isolados, sendo uma no estado do Pará e outra no Acre. Realizou-se, também, a atualização das informações sobre referências de índios isolados não confirmadas. Essa atualização permitiu a elaboração de um planejamento com maior rigor técnico com vistas à realização dos estudos para a confirmação dessas novas referências. Nesse sentido foram consideradas situações de maior vulnerabilidade para esses povos como a ocorrência de grande pressão de atividades ilícitas como grilagem de terras e tráfico internacional de drogas. O trabalho de coordenação dessa ação, que se concentra no estado do Acre, vem sendo realizado em parceria com o Ministério da Defesa e a Polícia Federal.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	8	unidade	3	31/12/2013

- **Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 159 terras indígenas, sendo 83 na Amazônia Legal, 10 no Nordeste e 66 no Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Em 2013 executou-se 80% dos recursos disponíveis no Plano Operacional correspondente, sendo 65 atividades na Amazônia Legal, 7 atividades no Nordeste e 9 atividades entre Centro-oeste, Sul e Sudeste. Em um total de 81 atividades em 127 terras indígenas.

Tais atividades consistiram desde operações interinstitucionais (IBAMA, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar Ambiental, ICMBio, etc) de combate a ilícitos ambientais até atividades de apoio a vigilância realizadas pelas próprias comunidades indígenas, bem como ações de monitoramento de conflitos fundiários.

Ainda em virtude de adequações e maior visibilidade de seus limites físicos às comunidades indígenas foram aviventados limites de 6 terras, a saber: Awá-MA; Caarapó-MS; Dourados-MS; Vale do Guaporé, Pequizal e Taihantesu –MT.

Quantidade alcançada

127

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	170	unidade	104	31/12/2013
Territórios Indígenas do Nordeste	29	unidade	7	31/12/2013

Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	16	31/12/2013

- **Homologação da demarcação de 40 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram homologadas por meio de Decreto Presidencial 07 (sete) Terras Indígenas: Lago do Marinheiro/AM, Porto Limoeiro/AM, Xipaya/PA, Riozinho do Alto Envira/AC, Tenharim de Marmelos Gleba B/AM, Matintin/AM e Santa Cruz de Nova Aliança/AM. Já em 2013 foi publicado o Decreto de Homologação da Terra Indígena Kayabi-PA/MT (etnia: Kayabi, área –1.053.257 hectares.

Também em 2013 foram demarcadas fisicamente 04 (quatro) terras indígenas, a saber: Xukuru-Kariri/AL, Piaçaguera/SP, Caramuru/Paraguassú/BA e Xapecó/Pinhalzinho/ Canhandão/SC. Essa etapa antecede a homologação, sendo um pressuposto para a instrução do processo de homologação pela Presidência da República.

Ao longo de 2013 foram instruídos 7 processos de homologação e encaminhados ao Ministério da Justiça, com vistas ao encaminhamento à Presidência da República das Terras Indígenas Arary (AM), Arara do Rio Amônia (AC), Banawa (AM), Cajuhiri-Atravessado (AM), Manoki (MT), Pequizal do Naruvotu (MT), Setemã (AM).

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	24	unidade	8	31/12/2013
Territórios Indígenas do Nordeste	5	unidade	0	31/12/2013
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	0	31/12/2013

- **Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Programa de Capacitação de Proteção Territorial da Funai elaborou, com o apoio da Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ), um conjunto de materiais didáticos sobre temas como Cartografia Básica e Uso de GPS, Vigilância Indígena, Monitores Indígenas, Legislação Indigenista e Ambiental, Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Terras Indígenas e Serviços Ambientais. Foram realizados 10 (dez) cursos somando cerca de 150 pessoas (servidores e indígenas) capacitadas, em 2012.

Em 2013 foram realizados 09 (nove) cursos (4 de Cartografia básica e uso de GPS, 1 de Noções Gerais de Legislação Indigenista e ambiental, 1 de Manual de Proteção: atuação em Terras Indígenas, e 3 de Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Tis).

O Programa de Capacitação em Proteção registrou um total de 113 servidores e 88 indígenas capacitados. Além disso, deu-se a continuidade das ações de produção do conteúdo, análise e aprovação do material produzido e processo de publicação desses conteúdos. Foram publicados três dos sete livros do Programa de Capacitação em Proteção Territorial, estando a publicação dos demais prevista para o primeiro semestre de 2014.

- **Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

O projeto consiste em realizar monitoramento em tempo real de ilícitos em terras indígenas apoiadas por coordenadas de GPS e informações provenientes das Coordenações Regionais da FUNAI, das Comunidades Indígenas e de órgãos parceiros. Na primeira etapa, em 2012, foi elaborado e aprovado um Projeto Básico para o Monitoramento das Terras Indígenas. Já em 2013, foi organizado o processo licitatório, a partir do Projeto Básico, para a contratação da fábrica de software. As próximas etapas consistem no desenvolvimento do sistema, treinamento de usuários bem como a

elaboração do cronograma para a instalação do sistema nas 37 Coordenações Regionais da FUNAI.

- **Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram iniciados os procedimentos de indenização dos ocupantes de boa-fé de 10 terras indígenas (Apyterewa (PA), Krikati (MA), Lago do Marinheiro (AM), Yanomami (RR), Jatuarana (AM), Brejo do Burgo (BA), Xucuru-Kariri (AL), Boa Vista (PR), Tupiniquim (ES), Palmas (SC)). No processo de indenização por benfeitorias de boa-fé e a extrusão dos não índios das terras indígenas, diversos são os procedimentos executados, tendo o início das atividades a contar da publicação da Portaria Declaratória da posse permanente do grupo indígena, emitida pelo Ministro da Justiça.

Considerando os procedimentos, foram desenvolvidas as seguintes atividades no decorrer do ano de 2013: estudos de campo com a designação de grupos técnicos no levantamento e avaliação de benfeitorias nas terras indígenas Buriti/MS, Caramuru/Paraguassu/BA, Cachoeira Seca/PA e Xukuru-Kariri/AL, sendo elaborado a vistoria em 239 ocupações de não índios; análise do material técnico referente às terras indígenas Pankararu/PE, Entre Serras/PE, Rio dos Índios/RS e Serrinha/RS; o processo administrativo para deliberação sobre a boa-fé na instalação da ocupação e das benfeitorias de não índios para as terras indígenas Rio Omerê/RO, Entre Serras/PE, Paumari do Lago Marahã/AM, Pankararu/PE, Apurinã do Igarapé São João/AM, Itixi Mitari/AM, Maranduba/TO, Arara da Volta Grande do Xingu/PA, Serrinha/RS, Matintin/AM, Las Casas/PA, São Sebastião/AM e Pitaguary/CE; constituição da Comissão de Pagamento de benfeitorias nas terras indígenas Serrinha/RS, Nonoai/RS, Morro dos Cavalos/SC, Entre Serras/PE, Pankararu/PE, Paumari do Lago Marahã/AM, Apurinã do Igarapé São João/AM, Itixi Mitari/AM, Apyterewa/PA, Atikum/AL, Krikati/MA, Arara do Rio Amônia/AC, Xukuru/PE; procedimento com depósito em consignação judicial para os ocupantes não índios que não aceitaram o pagamento consensual nas seguintes terras indígenas Badjonkore/PA, Comboios/ES, Tupiniquim/ES, Lago do Marinheiro/AM.

No processo de indenização de benfeitorias consideradas de boa-fé, foram constituídas sete Comissões para as indenizações de não indígenas para 18 terras indígenas – Serrinha (RS), Nonoai (RS), Morro dos Cavalos (SC) (não houve pagamento de indenização), Entre Serras (PE) (não houve pagamento de indenização), Pankararu (PE), Paumari do Lago Marahã (AM), Apurinã do Igarapé São João (AM), Itixi Mitari (AM), Apyterewa (PA) (iniciado em 2012), Atikum (AL), Krikati (MA) (iniciado em 2012), Arara do Rio Amônia (AC), Xucuru (PE), com procedimento de depósito judicial – Badjonkore (PA), Comboios (ES), Tupiniquim (ES) (iniciado em 2012), Lago do Marinheiro (AM) (iniciado em 2012) e Yanomami (AM/RR) (iniciado em 2012).

Com a aplicação do valor aproximado de R$ 1,5 milhão, indenizando 57 ocupantes não índios (de forma consensual e depósito judicial). Ressalta-se que nos casos das terras indígenas Comboios e Yanomami as indenizações foram agas com recursos orçamentários empenhados de exercícios financeiros anteriores.

Conforme demonstrado, diversas são as atividades realizadas no processo de indenização de ocupantes não índios e a sua extrusão da terra indígena. No procedimento indenizatório podem ocorrer atrasos na regularização da terra indígena muitas vezes porque alguns ocupantes não aceitam receber a indenização apenas pelas benfeitorias ou sair da área, sem o devido reassentamento em outro local, ou ainda, por pendência na documentação que impede a realização do pagamento, levando o assunto para decisão judicial, o que emperra ainda mais o processo. Deve-se também considerar situações atípicas de cada região (locais de difícil acesso) da terra indígena, que apresenta dificuldades no deslocamento dos técnicos para executar os estudos de campo, o pagamento e a desocupação pelos não índios. Todas essas situações levam a morosidade na conclusão do processo que pode acarretar alguns anos a sua efetivação.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	10	31/12/2013
Territórios Indígenas do Nordeste	7	unidade	5	31/12/2013
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	12	unidade	6	31/12/2013

- **Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira**

Análise Situacional da Meta

A proteção das terras indígenas deve ser tratada como componente estratégico para quaisquer políticas de segurança nacional e de fiscalização das fronteiras implementadas pelo Estado brasileiro.

As Operações das forças de Segurança Pública e Forças Armadas, com o apoio e acompanhamento da FUNAI, cuja interface com as terras indígenas é evidenciada pelo combate a ilícitos transfronteriços, tem sido cada vez mais frequentes (Operação Ágata, Sentinela, Hiléia Pátria, Curare, Seta, Piaba de Ouro, Piracema).

Há uma ampliação do número de operações conjuntas realizadas em terras indígenas, situadas nas faixas de fronteira, com a participação de diferentes órgãos de segurança pública e de defesa nacional. Nesse sentido, a FUNAI vem colaborando nas discussões realizadas nas instâncias de integração dos órgãos de inteligência e de segurança nacional.

A articulação com o Ministério da Justiça e da Defesa, que visa aprofundar a inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira, tornou-se uma agenda prioritária e permanente da FUNAI.

- **Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta

A partir dos avanços já obtidos em 2012, estão sendo feitas articulações para se obter representatividade do Ministério da Justiça e da FUNAI no Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM, que é o fórum privilegiado para elaboração de agenda específica para a política indigenista na PNMC.

- **Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento**

Análise Situacional da Meta

As ações de monitoramento territorial (fiscalização, prevenção e inteligência) vinculadas a essa meta são realizadas de forma diferenciadas nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento no exercício de 2012.

A análise temporal dos dados do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES, para as Terras Indígenas na Amazônia Legal, demonstrou que a taxa de desmatamento foi decrescente ao longo dos anos analisados. O percentual de redução dessa taxa entre 2008 e 2012 gira em torno de 20% ao ano. No ano de 2012, verificou-se o maior percentual (22%) de diminuição da taxa dos últimos 5 anos.

Em todas as terras indígenas priorizadas houve atuação de monitoramento territorial, por parte da Funai, algumas em articulação interinstitucional (Funai, DPF, Ibama, FNSP, BPMA e ICMBio) mas a maioria somente com os servidores da Fundação. Em 2013, foram realizadas 31 (trinta e uma) operações em articulação interinstitucional, nas Terras Indígenas: Alto Turiaçu (MA), Apyterewa (PA), Maraiwatsede (MT), Bacurizinho (MA), Araribóia (MA), Trincheira Bacajá (PA), Raposa Serra do Sol (RR), Yanomami (RR/AM) e Zoró (MT).

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2013

- **Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

As atividades articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento realizadas em 2012, no total de 47 terras indígenas, visaram coibir, principalmente, a retirada ilegal de madeira, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores, promover a desativação de garimpos nas Terras Indígenas. Das ações acima listadas, 30 contaram com a participação de órgãos de segurança pública e/ou governamentais (IBAMA, ICMBio, DPF, Força Nacional, BPMA e Exército).

Em 2013, foram realizadas 118 ações de monitoramento territorial (fiscalização, prevenção e inteligência) em um total de 640 terras indígenas. As ações objetivaram reprimir e restringir a retirada ilegal de madeira das terras indígenas, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores e desativação de garimpos. Das ações citadas 31 foram realizadas em articulação interinstitucional.

- **Regulamentação do poder de polícia da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Ao longo dos dois últimos anos, foram realizadas diversas ações no sentido discutir a adoção de medidas legais voltadas para a regulamentação do poder de polícia da FUNAI, de forma a atender imperativos constitucionais bem como recomendação expressa do Tribunal de Contas da União- TCU (Acordão 1.226/2008). Foram realizadas reuniões com o Ministério da Justiça para tratar do tema, nas quais foram apresentadas as demandas da FUNAI decorrentes das atribuições do órgão indigenista relativas à fiscalização e proteção territorial.

Como resultado, foi encaminhada a proposta de realização de um Seminário Nacional, com diversos órgãos de segurança pública e Procuradorias Jurídicas, visando aprofundar a discussão sobre os diferentes aspectos (jurídicos, técnicos e tecnológicos) que envolvem o tema. Para tanto, a FUNAI já está elaborando proposta de normatização a ser apresentada como referência para a discussão.

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A assinatura do Decreto nº 7.744 de junho de 2012, que cria a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, PNGATI, representa um avanço importante para o cumprimento do objetivo. Elaborado pela FUNAI em 2011, o objetivo tem como base as propostas aprovadas nas consultas regionais aos Povos Indígenas sobre a minuta do referido Decreto, entre 2009 e 2010. Marco institucional relevante para a política indigenista do Governo brasileiro, o Decreto incorporou eixos temáticos e objetivos específicos os quais dialogam diretamente com as metas fundamentais à promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas.

Nesse contexto, alguns temas importantes foram priorizados tais como: a continuidade da implementação do Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros - GEF –Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI; fruto de parceria entre a Funai, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, Fundo Mundial de Meio Ambiente-GEF, as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, COIAB e a Organização não-governamental TNC do Brasil, em consonância com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas-PNGATI; a discussão da proposta de formação continuada em PNGATI para gestores indígenas e não

indígenas; a publicação de Diretrizes para Elaboração de Planos de Gestão em Terras Indígenas, bem como, apoiou iniciativas que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental das Terras Indígenas, tais como: recuperação ambiental, capacitação de representantes indígenas e servidores da Funai em gestão ambiental, ações de educação ambiental, gestão de resíduos sólidos, participação em oficinas de discussão e planejamento de Mosaicos de Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas e, ainda, diagnósticos e levantamentos etnoambientais de terras indígenas.

Ainda tendo como princípio orientador as diretrizes da PNGATI, a Funai orientou suas Unidades regionais a, em entendimento com os indígenas, implementar projetos com foco em segurança e soberania alimentar e nutricional prioritariamente, estruturar sua capacidade produtiva segundo o conceito de cadeias de valor e reverter situações de uso irregular dos recursos naturais em projetos com foco em princípios de sustentabilidade. Em paralelo, a Funai conduziu discussão relativa à criação de norma referente à atividades de visitação em Terras Indígenas para fins turísticos.

Metas 2012-2015

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

Assinada e publicada, em abril de 2013, a Portaria que regulamenta o Artigo 8º do Decreto 7.747, de 05 de junho de 2012, define estrutura, composição e funcionamento do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. O Comitê realizou sua 1ª reunião em outubro/2013, definindo seu Plano de Trabalho para realização de diversas atividades, entre elas a elaboração de proposta técnica, metodológica e orçamentária da Conferência. As Conferências Regionais Preparatórias devem acontecer em 2014 e a realização da Conferência Nacional está programada para 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena**

Análise Situacional da Meta

Esta meta ficará para o ano de 2014, conforme decisão tomada em 2012. Considerando o lançamento em 2014 do Ano da Agricultura Familiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, há necessidade de se avaliar melhor se esse ano será mantido como Ano da Sociobiodiversidade.

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Esta meta ficará para o ano de 2014. Avaliação atual,relativa à capacidade operacional da Funai, aponta para a necessidade de dividir a meta entre os anos 2013 e 2015-sendo três eventos em cada exercício.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2013

- **Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante**

Análise Situacional da Meta

Foi iniciado diálogo com a Cooperação Técnica Alemã - GIZ e a Embrapa com objetivo de definir a metodologia a ser utilizada nos diagnósticos.

- **Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda**

Análise Situacional da Meta

Em relação às marcas coletivas, durante o exercício de 2013 foi realizada reunião com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial/INPI para definição de estratégias conjuntas de atuação e definição de bases para formalização da parceria institucional entre os dois órgãos. Foi encaminhada ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI a relação de etnônimos para proteção dos nomes relacionados aos povos indígenas para futuros registros de Marcas Coletivas. Foi realizada também uma oficina de capacitação com servidores da Funai sobre o tema, pelo INPI. Durante o Encontro Anual de Apicultores do Parque Indígena do Xingu-PIX, foram apresentados os procedimentos para o registro da marca coletiva "Mel dos Índios do Xingu" junto ao INPI. Também houve consulta às Coordenações Regionais/CRs responsáveis pelo acompanhamento dos Arranjos Produtivos Locais/APLs selecionados para identificação de marcas indígenas e verificação da necessidade de registro dessas marcas.
Em relação à cadeia de valor, por decisão da Diretoria colegiada da Funai, foram selecionados apoio a oito APLs, quais sejam: fibras na região do Rio Negro, mel no Xingu, pesca na região do Purus, pesca no sul da Bahia, frutos no Nordeste, mel dos indígenas Wassú-Cocal, seringa e castanha em Rondônia, sul do Amazonas e noroeste do Mato Grosso.

A Funai - Sede apoiou a participação da Coordenação Regional - CR Médio Purus no "Curso de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros com foco no Manejo Participativo de Pirarucu", oferecido pelo Instituto Mamirauá. Apoiou também à elaboração de Plano de Manejo de pirarucu pela etnia Paumari, aprovado pelo IBAMA/Manaus, e posteriormente a despesca e a comercialização do pirarucu pela CI Paumari. Participação da Funai no II Seminário Regional de Pesca em Lábrea/AM.
Dentre outras ações, apoiadas pela FUNAI, destacam-se: a reelaboração de projeto de entreposto apícola no PIX, participação no Encontro Anual de Apicultores do Parque Indígena do Xingu/PIX e articulação com parceiros, a Associação Terra Indígena Xingu/ATIX e o Instituto Socioambiental/ISA, visando o planejamento das ações relativas à atividade apícola para 2014, realização de oficina de trabalho para definição, mapeamento inicial e planejamento do APL de pesca do Sul da Bahia, na aldeia Coroa Vermelha. Realização de uma rodada de reuniões com os envolvidos nos APLs da castanha e da seringa no Corredor Tupi-Mondé: servidores das CRs Juína, Ji-Paraná e Cacoal; organizações indígenas, lideranças, castanheiros e seringueiros indígenas e parceiros (prefeitura, Pacto das Águas, Associação Kanindé, Empresas de beneficiamento da castanhas e outros). Apoio financeiro para viabilizar o que estava previsto nos Planos de Trabalhos das unidades responsáveis pelos APLs selecionados: apoio na sistematização de informações e reuniões de articulação (APL de fibras do Rio Negro), apoio à produção de castanha dos Suruí, Cinta-Larga, Rikbaktsa, Zoró, Gavião e Arara (APL de castanha no Corredor Tupi- Mondé) e seringa do Povo Rikbaktsa (APL da seringa no Corredor Tupi-Mondé).

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

30/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Nordeste	3	projeto	0	31/12/2013
Territórios Indígenas do Norte	5	projeto	4	31/12/2013

- **Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas reuniões para planejamento da meta na Funai-Sede e nas Coordenações Regionais - CRs e terras indígenas selecionadas: TI Kadiweu/MS, TI Parque do Araguaia/TO (Ilha do Bananal), TI Paresi/MT e TI Ligeiro/RS. Avanços: i) Finalizado processo de acordo com os indígenas, que serviu de base para o Termo Ajustamento de Conduta - TAC - da TI Kadiweu/MS e prevê a regularização da atividade pecuária, com formação de rebanho exclusivo para a comunidade indígena e a retirada de animais pertencentes a terceiros. TAC assinado em abril de 2012 e publicado em agosto; ii) Finalizado processo de acordo com os indígenas e demais interessados (pecuaristas), assinado e publicado o TAC relativo à TI Paresi, que prevê a retirada de terceiros envolvidos em atividades produtivas irregulares na TI e a aquisição de insumos visando a transição para a prática de agricultura sustentável; iii) Finalizado Diagnóstico Preliminar dos Projetos Sustentáveis na TI Parque do Araguaia, realizado com participação dos indígenas, cuja implementação, a partir de 2013, visa à substituição das atividades irregulares nesta TI. Este diagnóstico subsidiará a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta, iniciada em novembro de 2012, com reunião de apresentação formal do Diagnóstico.

Em 2013, ocorreram atividades referentes à implementação de acordo entre as comunidades, no âmbito da TI Parque do Araguaia, e implementação das ações referentes aos dois TACs já publicados, assim como a realização de atividades voltadas para definir procedimentos, para desenvolver a transição para atividades produtivas sustentáveis em outras áreas com irregularidades no usufruto dos recursos naturais não previstas na quantificação e regionalização da meta. Essas atividades têm por finalidade a de fortalecer a autonomia produtiva de povos indígenas por meio do estímulo à adoção de formas produtivas compatíveis com suas culturas.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Cerrado	2	projeto	2	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	1	projeto	0	31/12/2013
Bioma Pantanal	1	projeto	0	31/12/2013

- **Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiadas reuniões técnicas e feiras de sementes tradicionais, tais como: Feira Ingarikó (RR), Feira Mebengokré (PA) e reunião técnica na área Xavante (MT), com vistas a planejar ações para 2013. Esta meta prevê parceria com a EMBRAPA e articula-se com outras metas relativas à agrobiodiversidade em terras indígenas.

Além dos três eventos já citados, a Funai esteve presente em evento promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em Cuiabá, cujo objetivo foi o de criar e fortalecer a consciência da sociedade sobre o valor da agricultura indígena além da promoção da troca de sementes e de conhecimentos tradicionais, bem como promover a venda de produtos de origem indígena. A Funai participou e promoveu a Feira Krahô de Sementes Tradicionais realizada na TI Kraholândia no Estado do Tocantins com o objetivo de promover a conservação de recursos genéticos tradicionais, estimular a troca de conhecimentos, bem como valorizar os indígenas como guardiães desse patrimônio genético.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	evento	1	31/12/2013
Bioma Caatinga	1	evento	0	31/12/2013
Bioma Cerrado	2	evento	2	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	1	evento	0	31/12/2013
Bioma Pampa	1	evento	0	31/12/2013

- **Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

A atuação da Funai nos processos de licenciamento ambiental tem como principal objetivo buscar garantir o adequado acompanhamento de processos de empreendimentos passíveis de afetar Terras Indígenas, garantindo o respeito aos direitos indígenas, o desenvolvimento sustentável e a integridade territorial. Um dos pilares dessa meta é a participação dos povos indígenas em todas as fases do Licenciamento Ambiental. Para tanto, além da regulamentação da participação da Funai, tem sido promovidas, no âmbito dos procedimentos nos Processos de Licenciamento, reuniões de esclarecimento, de apresentação/ validação dos estudos, apresentação/validação das análises da Funai, dentre outros.

A criação da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental – CGLIC, bem como o trabalho de consolidação da mesma e o fortalecimento da equipe dão condições à Funai de pleno cumprimento dessa meta. Ressalta-se que a garantia da participação indígena nos processos de licenciamento ambiental requerem complementarmente, um processo de consulta e de informação de rotina, não apenas por parte da CGLIC, mas de toda a Funai, em suas áreas de competência. Mesmo não se tratando de uma ação diretamente relacionada ao licenciamento ambiental, o fomento à mobilização -qualificada e informada - contribui para a discussão e para a participação, também qualificada, dos povos indígenas, empoderando-os para que possam exercer seu direito de escolha e de participar dos Processos de Licenciamento, em todas suas fases.

No ano de 2013 foram realizados mais de 150 (cento e cinquenta) deslocamentos, totalizando cerca de 100 (cem) missões envolvendo Processos de Licenciamento Ambiental. Em termos qualitativos, em 2013 a CGLIC conseguiu desenvolver missões que extrapolaram o acompanhamento ordinário dos processos. Assim, foi possível desenvolver oficinas e debates para o melhoramento dos procedimentos do acompanhamento da Funai nos processos de licenciamento ambiental, fato esse que também contribuiu para o aperfeiçoamento técnico dos servidores da Funai. Destaca-se, ainda, o acompanhamento de grandes projetos previstos nos programas governamentais, tais como o Programa de Aceleração do Crescimento -PAC.

- **Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Coordenações Técnicas Locais - CTLs - e comunidades indígenas, de projetos e atividades que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental das Terras Indígenas, tais como: recuperação de áreas degradadas -PRAD, sistemas agroflorestais – SAF's, ações de educação ambiental, gestão de resíduos sólidos, entre outros.

A implementação do Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros tem contribuído bastante como "piloto" para testar e consolidar novas metodologias e abordagens, em consonância com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas-PNGATI. O projeto abrange 32 terras indígenas jurisdicionadas em 17 Coordenações Regionais da Funai em todos os biomas brasileiros, distribuídos em 8 núcleos regionais (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental, Amazônia/Cerrado, Nordeste I, Nordeste II, Pantanal/Cerrado, Sul e Sudeste).

Em algumas regiões os projetos ou atividades tem tido considerável participação indígena na busca dos resultados. Ações que apresentam um envolvimento de representantes indígenas como multiplicadores das propostas apresentadas

demonstram ganhos nos resultados esperados.

Outro importante fator de sucesso são as redes de parcerias. Pode-se observar que onde existem parceiros a continuidade das ações se mantêm.

Projetos apresentados para a Funai, que tiveram a atuação dos consultores regionais do Projeto GATI (Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena - Projeto BRA 09/32), no apoio à elaboração e com a participação das parcerias regionais, já demonstraram mudança qualitativa relevante nas demandas apresentadas.

Como ponto positivo na obtenção das metas para o ano de 2013, ressaltamos a existência do Projeto GATI. fundamental catalizador de ações (sinergias do Projeto com ações da FUNAI). Em 2013 foram apoiados 25 Projetos. Soma-se aos resultados o ano de 2012, que foram apoiadas iniciativas para a promoção de 10 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas,

Aos projetos realizados, durante o período, somam-se aproximadamente, 21 atividades, de intercâmbio e cooperação, que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental nas Terras Indígenas, destacando-se o Intercâmbio em Sistemas Agroflorestais e Capacitações em práticas ambientais.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado o I Módulo do Curso de Formação em Etnodesenvolvimento, em abril de 2012, visando qualificar o trabalho das equipes das Coordenações Regionais e da Sede, de forma a aprimorar instrumentos, metodologias e procedimentos de elaboração e implementação de processos e projetos que atendam, de maneira mais efetiva, às diferentes dimensões de Etnodesenvolvimento. Esta ação trouxe melhorias identificáveis na qualidade dos projetos apresentados pelas Coordenações Regionais, havendo ainda a necessidade de aprimoramento dos mecanismos, rotinas e instrumentos de monitoramento das ações.

Em função do processo de planejamento da Funai, estendeu-se às Coordenações Regionais, via processo contínuo de capacitação a mesma diretriz : a elaboração e execução conjunta, de planos de trabalho locais, com aos indígenas e parceiros. Como consequência, ocorreu incremento de 396 projetos em 2012 para 407 em 2013 contemplando o protagonismo indígena e a sustentabilidade das ações. As principais diretrizes passadas foram a utilização de sementes e dos conhecimentos tradicionais, com apoio de assistência técnica específica às formas de produção indígena.

As Unidades regionais da Funai estão em processo de implantação dos projetos de segurança alimentar e nutricional e de geração de renda, bem como sistematização dos resultados.

Quantidade alcançada

407

Data de Referência

30/11/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	175	projeto	79	31/12/2013
Territórios Indígenas do Nordeste	84	projeto	62	31/12/2013
Territórios Indígenas do Norte	312	projeto	194	31/12/2013
Territórios Indígenas do Sudeste	43	projeto	43	31/12/2013
Territórios Indígenas do Sul	64	projeto	29	31/12/2013

- **Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTAs se configuram como processos participativos de construção de acordos políticos comunitários em prol da gestão sustentável das terras indígenas.

Nesse sentido, se caracterizam como processos nem sempre rápidos, uma vez que estão em conformidade com os tempos indígenas para tomadas de decisão e celebração de acordos, o que varia muito de caso a caso e, não obstante, está bastante atrelado às configurações sociopolíticas do grupo indígena, bem como às especificidades operacionais e logísticas (aldeias às vezes muito distantes umas das outras, dificuldades de locomoção e comunicação para agendar as reuniões, etc.).

A publicação das "Diretrizes para elaboração de PGTAs de terras indígenas" procurou, dentre outras coisas, fornecer uma ideia qualitativa do tempo necessário para elaboração de um PGTA. Nessas diretrizes, sinaliza-se que um PGTA é organizado segundo uma série de etapas, identificadas como estruturantes do processo de sua construção: a)Sensibilização e Mobilização; b)Diagnóstico; c)Planejamento; d)Execução; e e)Monitoramento e Avaliação. Essa divisão por etapas leva em consideração as experiências indígenas de elaboração de PGTAs, assim como os instrumentos e ferramentas definidas na PNGATI para o mesmo fim. As articulações importantes para o atendimento da Meta PPA 2012-2015 foram:

O Lançamento do edital no valor de R$ 4.000.000,00 para seleção de projetos de elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) a serem financiados pelo Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (edital do PDPI). A aprovação de, no mínimo, 10 propostas para elaboração de PGTAs em parceria com MMA. Tais projetos estão previstos para iniciarem no final de 2013/2014.

O início dos PGTAs em áreas prioritárias da Funai para o período do PPA: Maraiwatsédé (Xavante), terra indígena extrusada no início de 2013 e na qual se iniciou o etnomapeamento (etapa "Diagnóstico"), em parceria com a Organização Não Governamental Operação Amazônia Nativa- OPAN; e nas TIs Munduruku e Sai-Cinza, nas quais está em conclusão a etapa de "Sensibilização e Mobilização", e e em andamento o etnomapeamento, em parceria com órgãos locais (prefeitura, secretaria municipal de meio ambiente de Itaituba), TNC, dentre outros.

A negociação de ações para elaboração de PGTAs, com o Fundo Clima, nos biomas do Cerrado e Caatinga. Com o Fundo Amazônia para elaboração e implementação de PGTAs na Amazônia Legal, ressaltando-se que os temas de formação e fortalecimento institucional devem ser contemplados, Realizados pela ONG OPAN, nasTIs Myky, Manoki e Pirineus de Souza, localizadas no Mato Grosso, os PGTAs foram finalizados e publicados.

Elaborados os PGTAs das TIs Arara do Igarapé Humaitá, Kaxinawa da Praia do Carapanã, Jaminawa – Arara do Rio Bagé, Kampa do Igarapé Primavera.

Revisados e atualizados os PGTAs: TIs Kaxinawa do Rio Humaitá e Kampa do Rio Amônea e apoida a execução de PGTAs nas TIs do Alto Purus e Jaminawa do Caeté, no Acre.

Foi constituído Termo de Cooperação Internacional entre Funai, ABC e PNUD para implementação da PNGATI (BRA013/19 PNGATI). Os recursos do Fundo Clima no valor de R$3.000.000,00 foram empenhados via destaque orçamentário para a Funai para elaboração de PGTAs na região do Cerrado e Caatinga.

Em Roraima dois PGTAs foram finalizados em parceria com organização indígena nas TIs Serra do Moça, Boqueirão e Mangueira.

Em 2013, foram elaborados 7 PGTAs; em elaboração 2 PGTAs ; 2 PGTAs atualizados e revisados; 2 PGTAs com implementação apoiada. Temos um total de 13 em elaboração, atualizados ou em implementação.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementar 5 Centros de Formação Indígena**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados dois intercâmbios com representantes indígenas das áreas de referência (Sul e Cerrado/Pantanal), para conhecerem centros de formação na Amazônia. Nesses intercâmbios, os indígenas puderam conhecer pessoalmente as potencialidades, mas, sobretudo as dificuldades de se manter e gerir uma estrutura de centro de formação A partir disso, foram definidas duas estratégias distintas: i)construir os centros de formação, com estrutura predial e projeto político pedagógico; ii)construir o projeto político pedagógico em interface com a gestão territorial e ambiental de terras indígenas, utilizando-se de outras estruturas já dadas (as próprias aldeias, escolas, universidades, etc.). Para aprofundar ainda mais essas reflexões, foram realizados três seminários, nos quais os indígenas e parceiros debateram as melhores estratégias regionais e locais para implementação dos centros: 1 seminário no Sul e 2 seminários de menor porte no Pantanal, abarcando os povos Terena e Guarani.

A partir de consultorias realizadas em conjunto com o Projeto GATI, para a região Mata Atlântica Sul/Sudeste e Pantanal/Cerrado (MS), foram discutidas estratégias para definir a natureza, escopo e demais aspectos do funcionamento dos Centros de Formação Indígenas – CFIs.

Foram realizados seminários regionais, sendo dois no Mato Grosso do Sul e um em Florianópolis, onde foram apresentados os resultados dos intercâmbios e debatido propostas de CFIs com uma plateia mais ampla, incluindo possíveis parceiros institucionais (universidades federais e estaduais, Institutos Federais, ONGs e outros).

Estratégias distintas surgem a partir dessas discussões, sendo uma a proposta de atender concretamente esta meta por meio da construção de um CFI, com estrutura predial e projeto pedagógico, caso do entendimento da organização indígena ARPINSUL, sediada em Curitiba. Já os representantes Guarani de RJ e SP solicitaram mais reuniões para definir uma posição. Quanto aos dois seminários realizados no MS, os representantes Terena definiram uma proposta de "Casa de Formação", com estrutura simples e que privilegia a autogestão, com mínima interferência externa.

Os representantes Guarani-Kaiowá, por sua vez, definiram um processo modular e itinerante de formação de "Semeadores", com cada módulo a ser realizado em uma TI diferente, sendo estas 3 áreas de referência do Projeto GATI (TIs Pirakuá, Jaguapiré e Sassoró) e as TIs Caarapó e Panambizinho, que desenvolvem trabalhos com agroecologia, sistemas agroflorestais e recuperação ambiental.

- **Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram elaboradas três modalidades distintas de cursos de formação, tendo como foco norteador a gestão ambiental e territorial e a PNGATI: i) curso modular, a ser desenvolvido em um ano, totalizando cinco módulos e 200 horas/aula; ii) curso destinado às Coordenações Regionais (CR), especialmente aos chefes de Serviços de Gestão Ambiental e Territorial - SEGATs, com duração de 5 dias; iii) curso itinerante para atender localmente as CRs ou Redes de CRs, de caráter intensivo (2 a 3 dias) e abarcando um número maior de servidores, especialmente os Comitês Regionais da Funai.

Como condições fundamentais para implantação da meta em 2013, foram realizadas as seguintes ações: 1) formação de três turmas de 35 pessoas cada para regiões da Amazônia: Rondônia, Roraima e Sul do Amazonas, em parceria com a ONG Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB); 2) celebração de Termo de Cooperação Técnica entre ICMBio e MMA, no valor de R$ 320.000,00 para formação de 40 participantes (indígenas e gestores federais) em PNGATI, divididos em 5 módulos, totalizando 200 horas/aula. Destacam-se, também, em 2013, as seguintes ações apoiadas pela Funai: formação em PNGATI para os SEGATs em Brasília/DF, realizada no Centro de Formação em Política Indigenista da Funai, com a participação de 38 servidores de 38 Coordenações Regionais, bem como servidores das Coordenações Gerais da FUNAI sede; realização do Curso de formação de gestores em PNGATI – região Rondônia – bioma Amazônia /PNGATI – RO (Centro de Formação Paiter Surui, em Cacoal/RO): Módulo

('Entendendo a PNGATI') - em 40h/aula participaram trinta e oito cursistas no primeiro módulo, sendo três gestores públicos, vinculados a uma coordenação regional do ICMBio, três coordenações regionais da FUNAI (Cacoal, Guajará-Mirim e Ji-Paraná); e 26 indígenas de 14 povos (Zoró, Suruí, Oro Nao, Karipuna, Arara, Apurinã, Kwazá, Cinta Larga, Gavião, Tupari, Amondawa, Uru Eu Wau Wau, Karitiana, Canoé) residentes em várias TIs da região de Rondônia, no domínio Amazônia; realização do Curso de formação de gestores em PNGATI – região Sul do Amazonas – bioma Amazônia/PNGATI SulAM (Porto Velho, RO); oficina de mobilização e 1º Módulo ('Entendendo a PNGATI'). Em 40h/aula participaram trinta e quatro cursistas no primeiro módulo, sendo quatro gestores públicos, vinculados a uma coordenação regional do ICMBio, quatro coordenações regionais da FUNAI (Madeira, Alto Purus, Médio Purus, Manaus), com a participação da instituição Parceira OPAN; e 16 indígenas de 6 povos (Parintintin, Apurinã, Paumari, Jiahui, Jarawara) de várias TIs da região do Sul do Amazonas; realização do Curso de formação de gestores em PNGATI – região Roraima – bioma Amazônia / PNGATI RR (CIFCRSS): oficina de mobilização, 1º Módulo ('Entendendo a PNGATI') e 2º Módulo (Cultura e Meio Ambiente). Em 40h/aula participaram trinta e seis cursistas no primeiro módulo, sendo três gestores públicos, vinculados a uma coordenação regional do ICMBio, um gestor público do IBAMA, uma coordenação regional da FUNAI (Boa Vista e FPE Yanomami), e 21 indígenas de 7 povos (Wapichana, Yanomami, Macuxi, Yekuana, Ingaricó, Sapará, Taurepang) de várias TIs da região de Roraima, no domínio Amazônia; realização do Curso de formação de gestores em PNGATI – região sul/sudeste – bioma Mata Atlântica / PNGATI Mata atlântica Sul/Sudeste: oficina de mobilização, 1º Módulo ('Entendendo a PNGATI'). Em 40h/aula participaram trinta e três cursistas no primeiro módulo, sendo 14 gestores públicos, vinculados a duas coordenações regionais do ICMBio, quatro coordenações regionais da FUNAI (Litoral Sul, Litoral Sudeste, Passo Fundo e Interior Sul) e quatro instituições parceiras (SEDUC/SP, CATI-SP, EMATER/RS e PBA da UHE de Mauá no rio Tibagi); e 19 indígenas de seis povos (Terena, Xokleng, Kaingang e Guarani Kaiowá, Mbyá e Ñandeva) de várias TIs e Tekohas das regiões sul e sudeste, no domínio Mata Atlântica.

No tocante à região PNGATI Nordeste/Leste, foi realizada articulação junto à Organização dos Povos Indígenas do Nordeste-Leste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), para iniciar uma turma para o bioma caatinga a partir do segundo semestre de 2013. Foi realizada a Oficina regional inaugural do Curso Básico de Formação para o Nordeste/Leste que reuniu 44 participantes, entre gestores públicos de instituições parceiras e líderes e representantes indígenas. Houve a participação de 97 gestores não indígenas em cinco cursos de formação continuada em PNGATI; Houve também a participação de 82 gestores indígenas em 4 cursos de formação continuada em PNGATI.

Quantidade alcançada

179

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 a Funai publicou material didático sobre gestão ambiental e territorial de terras indígenas, intitulado "Diretrizes para elaboração de PGTAs de terras indígenas", procurando, dentre outras coisas, fornecer uma ideia qualitativa do tempo necessário para elaboração de um PGTA. A publicação sinaliza que um PGTA é organizado segundo uma série de etapas, identificadas como estruturantes do processo de sua construção: a)Sensibilização e Mobilização; b)Diagnóstico; c)Planejamento; d)Execução; e e)Monitoramento e Avaliação.

Em 2014 será elaborada a 2º publicação de materiais didáticos.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram publicadas duas Instruções Normativas com base na Portaria Interministerial 419, publicada em 2011. Como parte do processo de regulamentação da Funai como interveniente, foi promovida uma Oficina com as unidades regionais da Funai, denominada "Oficina Sobre Compensação e Mitigação e Controle Ambiental do Componente Indígena no Processo de Licenciamento Ambiental". A referida oficina teve como alvo o público interno da FUNAI, especialmente os técnicos da sede e das regionais envolvidos na análise de impactos e acompanhamento dos planos de compensação e mitigação voltados às comunidades indígenas afetadas por empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

- **Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável**

Análise Situacional da Meta

Entre o segundo semestre de 2012 e o primeiro de 2013, foram realizados os diagnósticos previstos para subsidiar a regulamentação: TI Rio Gregório (Yawanawá) e TI Seringal Independência (Huni Kuin) /AC; TIs Barra Velha, Aldeia Velha, Coroa Vermelha e Reserva Indígena da Jaqueira (Pataxó) /BA; TIs Bracuí, Piaçaguera e Aguapeú (Guarani) / RJ e SP; TI Tenharim do Marmelos (Tenharim) /AM. Complementando o levantamento de informações dos casos piloto, no mesmo período acompanhamos outras ações complementares, que são: Reunião com a comunidade indígena da TI Yanomami sobre a gestão das atividades turísticas no Pico da Neblina (AM); Oficina sobre a regulamentação do turismo no Parque Indígena do Xingu-PIX (MT) junto às 14 etnias do PIX; Reunião com a comunidade Parintintin da TI Nove de Janeiro para acompanhar a apresentação de Plano de Trabalho de Turismo na TI.

Foi realizada reunião com a comunidade indígena Tapurupuara-Mirim/médio Rio Negro, rio Marié (AM) sobre a demanda por Acordo de Cooperação de Turismo.

Redação da proposta de regulamentação concluída e, discutida em reuniões com as demais Coordenações-Gerais da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai.

Prevista 2014 a realização de Oficina em Brasília que contará com a participação das unidades descentralizadas da FUNAI, parceiros institucionais e indígenas para discussão e validação da regulamentação do turismo em TIs.

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo vem sendo alcançado por meio de articulações com os entes que são diretamente responsáveis pelas políticas e programas de direitos sociais e cidadania do Governo Federal. Como exemplo a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a fim de avaliar, com enfoque no acesso, o Programa Bolsa Família. Pretende-se ainda configurar o processo de consulta aos povos indígenas no que tange à inclusão no CADÚnico e Bolsa Família. O diálogo com os parceiros tem sido fortalecido e consequentemente tem avançado no tema de acesso dos povos indígenas a essas políticas. Citam-se aqui avanços com o Ministério das Cidades no que toca o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR no âmbito do Minha Casa Minha Vida, O programa Luz para Todos do MME, as questões de segurança alimentar e nutricional, principalmente aquelas relacionadas à distribuição

de alimentos emergenciais – qualificação dos beneficiários e melhoria dos produtos ofertados nas cestas. Destaca-se a articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que está dialogando, além do Programa Bolsa família, sobre as questões relativas à proteção social, segurança alimentar e acesso à agua. Todas essas ações são monitoradas no âmbito do programa Brasil Sem Miséria. Estreitou-se as relações com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no que tange o acesso ao Registro Civil de Nascimento. Em 2014 será publicada cartilha visando orientar e informar questões referentes aos temas para gestores, servidores e lideranças indígenas.

Já as atividades de mobilização voltadas à participação dos povos indígenas na construção e avaliação de políticas públicas bem como de difusão de informações sobre direitos sociais e de cidadania continuam sendo centrais ao processo de diálogo do Governo Federal com os Povos Indígenas. Nesse sentido, a ação articulada da Funai com o Ministério da Justiça, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Política para as Mulheres, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria dos Direitos Humanos, Ministério de Desenvolvimento Social, da Cultura, da Saúde e da Educação, e ainda, organizações não governamentais como a Organização Internacional do Trabalho - OIT, Unicef, GIZ, e PNUD, juntamente com povos e organizações indígenas permitiram a participação representativa de lideranças indígenas de todas as regiões do país em eventos importantes: Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional, prevenção e combate ao alcoolismo e droga, por meio das CRs; eventos cultural e esportivo em prosseguimento as atividades desenvolvidas no programa Karajá, encontros e reuniões de Conselhos e Comitês de saúde e educação, mesas de diálogos sobre a questão fundiária, e outras atividades culturais como a II Conferencia Nacional de Cultura. A Funai ainda apoiou atividades no âmbito da XII Edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Fundamentalmente, a ação de mobilização contribuiu para a continuidade das subsequentes reuniões ampliadas da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) em dezembro de 2013, que exigem atividades de mobilização prévias aos eventos. Localmente, as atividades de difusão de direitos contribuíram para o fortalecimento das organizações indígenas e para o engajamento de outros poderes, órgãos e instituições na defesa e promoção dos direitos sociais e de cidadania sendo chave para o enfrentamento de situações de violência, discriminação e desigualdade. O contexto nacional de discussão acerca de direitos constitucionais indígenas no Congresso Nacional e nas diversas pastas ministeriais exigirá do governo federal a garantia de participação dos indígenas em instâncias políticas e de consulta, nos termos das legislações em vigor.

Para o próximo exercício estão planejadas atividades junto com as unidades descentralizadas da Funai para a construção de documentos orientadores sobre gênero e assuntos geracionais, mobilização, participação e consulta, entre outros.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

Atingida a meta com a realização de 172 eventos em 2012. Em 2013 foram totalizados 108 eventos interinstitucionais, realizados em apoio às Coordenações Regionais que desenvolveram ações relacionadas aos assuntos de gênero, geracional e mobilização social, com vistas ao fortalecimento organizacional e político das iniciativas dos Povos Indígenas (projetos, reuniões, encontros, assembleia e oficinas). Avançou-se também, na elaboração de orientações e critérios para o apoio a ações de mobilização no âmbito da Funai e em parceria com outros órgãos federais. Com relação à Articulação Intersetorial no Acesso e Qualificação das Políticas Públicas, a Funai participou de reuniões com a SNJ, SPM, SESAI, CNPI. Realizamos em parceria com a SPM e GIZ duas reuniões com mulheres indígenas para discutir sobre a instituição de um Espaço Nacional de Diálogo de Mulheres Indígenas.

Quantidade alcançada

280

Data de Referência

31/12/2013

- **Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento**

Análise Situacional da Meta

Com o intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados ações em todas as regiões do país. A estimativa é que foram efetivadas em 2013, aproximadamente, 14.500 novas emissões de documentos civis, com destaque para a realização de mutirões nas regiões jurisdicionadas a CR Baixo São Francisco/BA, CR Ponta Porã/MS, CR Roraima e Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami/RR, CR Tapajós/PA e CR Rio Negro/AM. Em parceria com os Governos dos Estados, Conselho Nacional de Justiça e Secretaria de Direitos Humanos, a Fundação Nacional do Índio empenhou-se em 2013 nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nominação próprias dos indígenas, conforme a Resolução Conjunta entre CNJ e CNMP de 2012. Cerca de 14.500 novos documentos civis foram emitidos em 2013. Correspondendo 11.000 mil destes documentos a novas emissões de Registro Civil de Nascimento para os povos indígenas.

- **Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados**

Análise Situacional da Meta

Em julho de 2013 a Funai realizou uma oficina com todas as Coordenações Regionais com o intuito de discutir Instruções Normativas e Portarias, que orientem indígenas e servidores a respeito do processo de acesso a políticas e programas do Governo Federal na área de infraestrutura, como por exemplo, de quem é a competência de autorização para construções em Terra Indígena. Foram realizadas reuniões com a Caixa Econômica, Ministério das Cidades e Banco do Brasil para elaborar orientações no âmbito do Programa Nacional de Habitação rural – PNHR, que foi escolhido como o primeiro item a ser trabalhado por ser aquele que possui mais exigências (autorização de ingresso em TI, garantia da participação da comunidade na escolha do modelo da casa).

- **Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

A Funai, como órgão coordenador da política indigenista, tem a função de orientar os indígenas e os órgãos responsáveis, sobre o acesso aos direitos sociais, e sobre a definição adequada da política que atenda às especificidades dos povos indígenas. Somente financiamento de casas tradicionais ou obras de pequeno porte como os abrigos provisórios, competem a Funai.

Assim, em 2013, foram autorizadas a construção de 973 casas, 2 Polos Base de saúde e 1 quadra poliesportiva. Foram descentralizados recursos para adquirir 380 kits removíveis de madeira que atendem a população de indígenas acampados no estado do Paraná e Rio Grande do Sul. Foram descentralizados recursos para a construção de 28 casas tradicionais e o realdeamento de 2 aldeias. Foi descentralizado recurso para a manutenção de 24 km de estradas em TIs e articulação para o atendimento de 42 aldeias no programa Luz para Todos. Também foi autorizada a construção de 804 casas via PNHR, e descentralizados recursos para reconstrução de 04 casas de indígenas da Etnia Xokleng (SC) e que se encontram em situação de risco de desmoronamento); manutenção de casas atingidas pelas chuvas (RS/SC/PR); aquisição de kits removíveis de madeira que atendem a população de indígenas acampados no estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; assim como a manutenção de 13km de estradas na Terra Indígena Kapotnhinore,

80km de estradas na Terra Indígena Kapoto/ Jarinã, 45km na Terra Indígena Panará e 55km na Terra Indígena Terena, todas no Estado do Pará. Realizaram-se também, articulações com MDS e SESAI para priorização e implantação do Programa Água para Todos nas Terras e Comunidades Indígenas localizadas no semiárido brasileiro.

Quantidade alcançada

177

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

Realizou-se um curso on-line a fim de capacitar servidores da FUNAI à acessar o referido canal remoto. O curso contabilizou 232 servidores capacitados.

No total foram 19 as Coordenações Regionais da FUNAI inscritas para operar o sistema em 2013.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2013

- **Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nominação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Meta cumprida integralmente, através da assinatura do Acordo de Cooperação entre Funai, CNJ, SDH e outros órgãos, publicado no Diário da Justiça, Edição nº 38/2012 Brasília - DF, em 7 de março de 2012. Além do Acordo, foi viabilizada a publicação de Resolução Conjunta entre CNJ e CNMP.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Promoção de Eventos de Capacitação voltados a prevenção à violência contra a criança indígena.**

Análise Situacional da Meta

Em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foi apoiada a participação dos jovens indígenas na Mesa Redonda do Fórum Nacional de Direitos Humanos. Assim como a Funai apoiou e participou da audiência pública no Senado Federal com as crianças Guarani sobre a situação de violência e fundiária na região

- **Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos**

Análise Situacional da Meta

A aproximação com o MDS data de 2012, ganhando forças quando uma comissão de indígenas foi recebida pela Presidenta Dilma. Logo após o convite, o MDS convocou a instalação de uma sala de situação que monitora o Programa Brasil sem Miséria onde o recorte indígena e a Assistência Social, estão presentes. Após a realização de uma reunião, se avançou a parceria estabelecida com o MDS e se efetivou a pactuação de construção de um Acordo de Cooperação Técnica para qualificação da Política Nacional de Assistência Social para os povos indígenas, a ser discutido em 2014. Cabe ressaltar ainda, a parceria firmada pela FUNAI, quanto ao acompanhamento da pesquisa que será realizada pelo MDS em 2014 sobre a qualificação dos serviços do CRAS para os povos

Indígenas.

- **Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena**

Análise Situacional da Meta

Diante das dificuldades para a operacionalização dos 13 projetos de substituição, decidiu-se por levar a demanda da substituição dos alimentos da cesta básica para o Comitê das Ações Integradas em Saúde e Segurança Alimentar

instituído pela Casa Civil que é o responsável pela gestão das ações de saúde e segurança alimentar para os indígenas. O referido comitê acatou as sugestões da FUNAI e SESAI para a substituição dos alimentos e encaminhou ao MDS para qualificação da oferta de alimentos nas cestas básicas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em processo de discussão no âmbito do Comitê das Ações Integradas de Saúde e Segurança Alimentar.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No período em análise, o Museu do Índio/ FUNAI deu continuidade a um conjunto de ações fundamentadas na competência institucional adquirida no campo da conservação e tratamento de acervos, pesquisa, documentação e atividades de valorização cultural, visando disponibilizar aos índios o acesso às informações sistematizadas sobre suas línguas e culturas e aos registros documentais a eles referentes. Sobretudo, com o objetivo precípuo de capacitar tecnicamente pesquisadores, provenientes de povos indígenas participantes da iniciativa, para assumirem a gestão de seus patrimônios culturais. Destacam-se entre as principais ações desenvolvidas no exercício:

- preservação de 43.600 bens culturais sob a guarda do Museu e novas coleções contemporâneas de cultura material adquiridas durante o ano;
- continuidade das atividades de captura digital do acervo de cultura material e dos registros audiovisuais sob a guarda do Museu e a inserção das imagens digitais na base de dados – num total de 6.500 itens imagéticos produzidos durante o ano;
- promoção de 51 atividades de valorização das culturas indígenas junto às Coordenações Regionais da FUNAI;
- desenvolvimento de projetos de pesquisa e documentação de 35 línguas, culturas e acervos em parceria com populações indígenas de todas as regiões do país – destacando-se, no período, o início de trabalhos voltados para a construção de gramáticas pedagógicas, com a participação de professores indígenas, para uso nas escolas das aldeias;
- capacitação de 46 pesquisadores indígenas em metodologias e técnicas de documentação linguística, cultural e de acervos;
- início da implementação de amplo projeto de digitalização da documentação textual, abrangendo um total de 802 mil páginas de documentos que integram conjuntos arquivísticos de grande relevância para os povos indígenas e para a memória da política indigenista no Brasil – entre os quais os fundos SPI-Serviço de Proteção aos Índios e Comissão Rondon – já tendo sido processadas e digitalizadas 16.142 páginas até o momento;
- produção editorial de 24 publicações voltadas para a divulgação dos resultados dos trabalhos de pesquisa e documentação desenvolvidos, incluindo livros indígenas, abrangendo narrativas, catálogos, cartilhas, glossários, apostilas, etc.;

- produção e finalização de seis filmes etnográficos, com 200 cópias cada, além de coletânea de 33 videoclipes contemplando o conjunto de etnias participantes dos projetos de pesquisa e documentação em andamento;
- promoção de Cooperação Técnica com outras instituições científicas e culturais visando à preservação e difusão dos acervos - a exemplo do acordo celebrado com a Fundação Oswaldo Cruz para a transferência de tecnologia de base de dados para documentos de arquivo e criação de rede para troca de informações arquivísticas;
- renovação do Acordo de Cooperação Internacional com a UNESCO, voltado para a ampliação da capacidade da comunidade de pesquisadores indígenas e não indígenas para a documentação de línguas, culturas e acervos.
- recuperação do patrimônio arquitetônico tombado, visando principalmente garantir a segurança dos acervos e espaços expositivos;
- migração do Portal da instituição na internet para nova plataforma;
- atendimento direto a um público de 63.660 pessoas, nas instalações do Museu, por ocasião da itinerância de exposições no Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Tupã/SP. O público virtual alcançou 468.509 visitantes, por meio do Portal institucional, blog e redes sociais disponibilizadas.

Uma ação de especial significado para os povos indígenas, iniciada no biênio 2012-2013, diz respeito à produção de dossiês, constituídos do conjunto de registros resultantes dos trabalhos desenvolvidos até o momento, com a participação sistemática dos pesquisadores indígenas, no âmbito dos projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos. Foram elaborados até o momento 292 discos originais (DVDs), reunidos em kits com a identidade visual criada para cada etnia envolvida, reproduzidos em conjuntos de cerca de 10 cópias por projeto, a serem entregues às comunidades e distribuídas para uso nas escolas e centros culturais locais.

O conjunto de ações empreendidas visa, em última instância, fazer chegar diretamente aos índios o conhecimento técnico acumulado pelo órgão científico-cultural da FUNAI na área de preservação, documentação e divulgação do patrimônio cultural indígena, propiciando também condições efetivas para a formação de jovens pesquisadores e documentalistas, especialistas em técnicas de documentação linguística, registro audiovisual e edição de filmes, familiarizados com o gerenciamento de bancos de dados e sítios na internet, na gestão de seus acervos, na curadoria indígena de projetos de exposições, na organização de publicações de sua autoria, etc., capacitando-os para protagonizarem seus próprios projetos de preservação e difusão de suas culturas.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2013 a Ação de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a coordenação do Museu do Índio, processou, em termos de apoio financeiro e técnico, 51 projetos de atividades culturais dos povos indígenas, apresentados por 24 das 37 Coordenações Regionais da Funai, assim distribuídos: Norte – 18; Nordeste - 8; Sudeste – 7; Sul- 6 e Centro-Oeste – 12.

Estes projetos possibilitam atender a demandas de um total de 90 etnias diferentes em todo o Brasil. Considerando a estimativa de que há atualmente cerca de 220 povos indígenas, estes projetos atendem a aproximadamente 40% desta diversidade cultural, visando a valorização e preservação das expressões culturais e dos modos de produção social que formam o vasto patrimônio cultural dos povos indígenas no Brasil.

Em termos de dispersão regional, os projetos apoiados tiveram procedência, em sua maior parte, das regiões Norte e Centro-Oeste, como esperado, uma vez que são elas as regiões que concentram a maior diversidade de povos indígenas.

A equipe do Museu do Índio elaborou um conjunto de Normas e Diretrizes, presentes no documento “Chamada de Projetos Culturais 2013”, publicado por meio da internet nas páginas do sitio da FUNAI no início do ano, para

orientar o trabalho de elaboração dos projetos culturais a serem feitos pelas Coordenações Regionais (CRs). Os projetos devem ser elaborados pelos técnicos das CRs em conjunto com as comunidades indígenas, e encaminhados com as assinaturas de todos os envolvidos. Os técnicos das CRs acompanham a execução dos projetos nas áreas e apresentam , ao final de sua execução, um Relatório de Atividades anual.

Em termos de atividades apoiadas, as normas e diretrizes contidas na "Chamada de Projetos Culturais 2013" para guiar os formulários de projetos indicam 5 áreas temáticas:

1.Produção de artefatos para uso e/ou venda;

2.Comercialização e/ou distribuição e/ou divulgação da produção cultural;

3.Registro e documentação do patrimônio cultural dos povos indígenas;

4.Oficinas de repasse de saber;

5.Celebrações e/ou eventos.

Os projetos podem contemplar mais de uma área temática, sendo as mais procuradas, por ordem: Celebrações e eventos (29 projetos); seguida por Registro e documentação (26 projetos); a área de Produção (22 projetos); Oficinas de repasse de saber (22 projetos) e; a área de Comercialização e divulgação da produção (16 projetos).

Quantidade alcançada

94

Data de Referência

31/12/2013

- **Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios**

Análise Situacional da Meta

As ações voltadas para a formação de pesquisadores indígenas especialistas na documentação de suas línguas, culturas e acervos tiveram continuidade, durante o exercício, por meio de oficinas e treinamentos sistemáticos, nas aldeias e nas instalações do Museu do Índio, com a capacitação de 46 jovens, pertencentes a 27 povos de todas as regiões do território brasileiro.

Parte significativa das atividades desta etapa dos projetos de pesquisa e documentação focalizou o tratamento e a finalização de produtos resultantes dos trabalhos desenvolvidos até o momento, abrangendo desde a elaboração de gramáticas descritivas das línguas documentadas, o preparo de narrativas, cartilhas, dicionários, livros de música e outros textos para publicação, materiais informativos e de divulgação para incorporação aos bancos de dados e acesso nos subportais dos projetos, até a edição de filmes concebidos e produzidos pelos próprios índios. Cabe destacar a participação e premiação em festivais e mostras cinematográficas de filmes realizados por pesquisadores indígenas treinados nas oficinas de audiovisual.

Na área de capacitação na gestão e divulgação do patrimônio cultural indígena, pesquisadores de várias equipes participaram da concepção e preparo de exposições e mostras sobre suas culturas, incluindo o registro do processo de confecção de artefatos e dos saberes de natureza imaterial associados à sua produção. Diversas atividades e oficinas contaram também com a assessoria de mestres e artesãos das comunidades na qualificação de conteúdos e informações dos acervos de seus povos nas reservas técnicas e bases de dados do Museu do Índio, propiciando um contato direto com objetos produzidos por seus antepassados, imagens, filmes, gravações sonoras e outros documentos a eles referentes e, simultaneamente, a oportunidade de transmissão de conhecimentos especializados às equipes técnicas participantes dos projetos e aos próprios pesquisadores indígenas.

Considerando-se cumulativamente o biênio 2012-2013, os treinamentos realizados resultaram na capacitação em documentação de um total de 87 pesquisadores, a maioria com apoio de bolsas de pesquisa. A quantidade alcançada se deve, principalmente, à renovação do Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO, no final de 2012, que viabilizou a intensificação dos trabalhos em andamento e a ampliação no número de bolsas para pesquisadores indígenas.

Quantidade alcançada

87

Data de Referência

31/12/2013

- **Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Ministério da Cultura – MinC, participou do Grupo de Trabalho na área de Conhecimentos e Expressões Culturais Tradicionais, objeto de Portaria 37 de 12 de abril de 2012, elaborada com o intuito de que se produza um discurso ministerial coeso sobre o tema, mediante pautas de discussões afetas à matéria, as que, num segundo momento, seriam utilizadas para elaboração de relatório de recomendações e sugestões, que pudessem subsidiar MinC em questões afetas aos conhecimentos tradicionais indígenas. Esse GT foi coordenado pelo MinC, e integrado por representantes da Fundação Cultural Palmares e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No relatório final, o GT concluiu que, para a elaboração de um marco legal, seria necessário ampliar e aprofundar a discussão, em outra dimensão e em âmbito interministerial. Em 2013, foi reativado o Grupo de Trabalho Permanente sobre a Diversidade Cultural, com representantes do MinC, para debater novamente a questão, questão esta que constitui um dos eixos da política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais, prevista na Meta nº 4 do Plano Nacional de Cultura.

Coube ao MinC, este ano, discutir o tema com a sociedade civil, no âmbito do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas (e no Colegiado Setorial de Culturas Populares), com o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, responsável pela política nacional relacionada a acesso e desenvolvimento tecnológico de patrimônio genético e de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético. No âmbito desse Conselho, o MinC defende os interesses dos povos indígenas relativos a seus direitos a uma repartição de benefícios justa e equitativa quando seus conhecimentos tradicionais são acessados para desenvolvimento tecnológico. Uma proposta de novo marco legal para o tema está sendo discutida. Neste sentido, o MMA já ouviu diversos Ministérios interessados, e o MinC está aportando contribuições.

O MinC também está participando das discussões relativas à implementação, no Brasil, da Convenção da Diversidade Biológica, de 1992, cujo artigo 8(j) trata justamente dos direitos dos povos indígenas relativos a seus conhecimentos tradicionais associados a patrimônio genético. Neste sentido, será enviado representante à reunião de Montreal onde a Organização das Nações Unidas - ONU organiza o Grupo de Trabalho sobre a Convenção da Biodiversidade. Nessa reunião, serão discutidos e elaborados subsídios para a regulamentação, pela ONU, do referido artigo, em relação aos direitos dos povos indígenas nessa questão.

O MinC também está participando de discussões em torno de um novo marco legal, o Protocolo de Nagoya, que versa sobre repartição de benefícios no âmbito internacional, relativos a patrimônio genético e a conhecimentos tradicionais associados a patrimônio genético. Esse novo marco legal encontra-se no Congresso Nacional para ratificação pelo Brasil, tendo o MinC se associado ao MMA, ao MRE e a outros órgãos interessados na ratificação desse Protocolo, para discutir e esclarecer o conteúdo do Protocolo com os legisladores e com a sociedade civil.

Além disso, o MinC também participa do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI para a regulamentação do processo de consulta a povos indígenas e quilombolas previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, OIT. Esse GTI é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, e tem promovido uma série de oficinas e encontros com povos indígenas e quilombolas, nas diversas regiões do país.

- **Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram apoiadas as seguintes ações visando a Implementação do Plano Setorial de Culturas Indígenas:

•Fórum Nacional de Culturas Indígenas no Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros;

•Seminário Juventude Indígena e Convenção 169;

•03 (três) Redes de Pontos de Cultura indígenas – totalizando 38 (trinta e oito) pontos de cultura indígenas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Os projetos apoiados colaboram na efetivação da implementação do Plano Setorial para as Culturas Indígenas (PSCI), uma vez que as ações destes projetos estão norteadas por princípios do plano, tais como a autodeterminação e autonomia dos povos indígenas e o diálogo intercultural. Através da realização destas ações criou-se um espaço de intercâmbio e troca de experiências entre diferentes povos indígenas, o que ofereceu condições para a existência de espaços para diálogo e reflexão sobre temas culturais, de interesse dos povos indígenas, contribuindo na elaboração de estratégias de fortalecimento, valorização e revitalização de suas culturas.

No que tange ao Macroprograma Gestão e Participação Social, do PSCI, foi viabilizada a participação dos representantes indígenas no acompanhamento e avaliação do processo de implantação do PSCI e a divulgação e validação do PSCI junto às comunidades e povos indígenas brasileiros, de forma a respeitar suas dinâmicas comunicativas próprias e consolidar espaços de participação e controle social desses povos.

A realização dos projetos também colaborou no processo de difusão das culturas indígenas para a sociedade não indígena, de forma a informá-la sobre a contribuição dos povos indígenas para a diversidade cultural e para a formação da identidade nacional. E, ainda, foi um instrumento para a qualificação e criação de mecanismos de gestão das políticas públicas implantadas em contextos socioculturais diferenciados. Os projetos apoiados foram essenciais à difusão dos marcos legais específicos à cultura indígena, enquanto ferramenta de cumprimento de direitos desses povos e para compreensão do processo de sistematização e integração das políticas públicas para as culturas indígenas, no ordenamento jurídico e na estrutura político-institucional brasileira, assim como sua efetividade na garantia do pleno exercício dos direitos culturais pelos povos indígenas e o alcance que o Estado pode ter com suas políticas legalmente respaldadas.

- **Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país**

Análise Situacional da Meta

As atividades desenvolvidas priorizaram, em 2013, a consolidação de produtos obtidos até o momento no âmbito dos projetos de pesquisa e documentação em andamento, incluindo: a edição de materiais de áudio e vídeo, o tratamento de imagens, a transcrição e tradução de textos, o preparo para publicação de cartilhas, dicionários, catálogos, etc., além da organização de exposições e mostras e a atualização de bancos de dados e sítios na internet referentes aos povos indígenas participantes.

Entre os trabalhos em fase de consolidação destaca-se o preparo de Dossiês que reúnem os materiais produzidos pelas diversas equipes, representando hoje um rico acervo documental em áudio e vídeo sendo um dos objetivos essenciais a pesquisa e a documentação e a devolução às comunidades indígenas dos registros linguísticos e culturais de seus povos, produzidos e editados com a participação direta de jovens pesquisadores de suas aldeias e qualificados por seus mestres. Preservados em acervos digitais estarão disponíveis por muitos anos, tanto no Museu do Índio, como nas escolas e centros de documentação em formação das aldeias, para conhecimento e transmissão às futuras gerações.

Com relação à presente iniciativa voltada para pesquisar e documentar línguas, culturas e acervos indígenas, cabe observar que a meta quantitativa originalmente prevista – no total de 30 – diz respeito a todo o período de execução do PPA 2012-2015, e não a cada exercício, uma vez que, pela própria natureza científica das atividades e os procedimentos técnico-metodológicos adotados, as etapas gradativas da maioria dos projetos se estendem ao longo do quadriênio. De qualquer modo, o intenso desenvolvimento dos trabalhos, viabilizando a incorporação de novas etnias indígenas parceiras da iniciativa, possibilitou a superação da meta.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades**

Análise Situacional da Meta

Realizado o Fórum Nacional de Culturas Indígenas no Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros. No Fórum os representantes de comunidades indígenas de todas as regiões do Brasil elegeram os representantes para o Colegiado Nacional de Políticas Culturais do MinC. Todos os participantes indígenas realizaram uma avaliação do Plano Setorial de Culturas Indígenas - PSCI e elaboraram uma documento com propostas de ações prioritárias a serem desenvolvidas pelo Ministério da Cultura - MinC. Este documento foi apresentado pelos representantes eleitos durante o Fórum, em reunião com a Ministra da Cultura, o qual foi aprovado e encaminhado para os diferentes setores do ministério. O colegiado eleito é uma instância institucional legítima que elege representantes para participar de outros espaços de participação social e democrática.

Durante a Aldeia Multiétnica em Alto Paraíso foram realizadas conferências livres de cultura, as quais deliberaram propostas para a 3ª Conferência Nacional de Cultura e participaram de uma oficina sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Realizado o Seminário Juventude Indígena e Convenção 169. O Seminário foi demandado pela Comissão Nacional de Juventude Indígena, que teve protagonismo na mobilização, articulação e condução da metodologia das mesas de debate, em parceria com MinC, FUNAI e OIT.

Implantadas 03 (três) Redes de Pontos de Cultura Indígenas - PCI – totalizando 38 pontos indígenas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. As redes de PCI foram implantadas por instituições conveniadas pelo MinC através de sua articulação com lideranças indígenas nas diferentes regiões do país. Estas ficaram responsáveis de articular suas comunidades e organizações, para implantar os PCI e criar uma Comissão de Gestores Indígenas dos PCI, incluindo a participação de mulheres, homens, jovens, adultos e anciões de suas comunidades. Esta comissão é responsável em, junto às comunidades, mobilizar ações e criar espaços de debate sobre a sua especificidade cultural e, assim, elaborar o plano de trabalho a ser desenvolvido pelo PCI, a partir da ação coletiva de sua comunidade

- **Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas**

Análise Situacional da Meta

As atividades voltadas para a conservação, documentação e divulgação do acervo documental sob a guarda do Museu resultaram num total de 43.600 itens culturais preservados em 2013, abrangendo procedimentos de rotina relativos a armazenamento, acondicionamento, controle de umidade e temperatura, processamento técnico, etc., assim como intervenções específicas de acordo com a natureza e o estado de cada documento.

Destaca-se no exercício o tratamento do acervo textual, com a implementação de projeto de digitalização dos originais em papel visando disponibilização do acesso na base de dados a documentos que integram conjuntos arquivísticos relevantes para a memória da política indigenista e para a própria história do Brasil, entre eles o Fundos SPI e Comissão Rondon – num total de 802 mil páginas, das quais 16.142 já digitalizadas e em fase de revisão. Este projeto está sendo desenvolvido simultaneamente à instalação de um novo aplicativo de base de dados, específico para documentos de arquivo -ICA-AtoM -, como resultado de acordo de cooperação firmado entre a FUNAI e a Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Casa de Oswaldo Cruz. Também na área de digitalização, deu-se continuidade à captura digital de objetos do acervo etnográfico e dos registros audiovisuais sob a guarda do Museu, com a geração de 6.500 arquivos imagéticos e a inserção das respectivas imagens na base de dados.

O acervo foi acrescido de objetos de cultura material adquiridos diretamente dos povos indígenas, num total de 424 itens, visando complementar os registros de alguns povos e divulgar coleções etnográficas contemporâneas. Deu-se continuidade ao longo do ano às atividades de documentação de acervos cedidos por pesquisadores, para sua salvaguarda na instituição, que já somam 27.770 itens, abrangendo materiais sonoros, fílmicos, fotográficos, iconográficos e textuais, em diferentes tipos de suporte. Os trabalhos desenvolvidos incluíram a realização de inventários sumários ou detalhados, diagnósticos técnicos para preservação, coleta de metadados e de dados pessoais dos doadores, além de digitalização ou migração de suporte e, por fim, disponibilização dos registros em base de dados.
O alcance dos resultados previstos para o ano 2013 de bens culturais preservados se deveu, principalmente, às intervenções e procedimentos requeridos para assegurar o devido tratamento e processamento técnico dos novos acervos incorporados. Contribuiu também para os resultados obtidos o crescente volume de registros que vêm sendo incorporados aos acervos sonoros e acústico-musicais dos povos indígenas, a partir da colaboração técnico-científica com a área de etnomusicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.
A partir de maio de 2013 o Museu permaneceu fechado ao público para início da realização de obras visando reformular aspectos de segurança e de conservação dos acervos e do patrimônio arquitetônico sob sua guarda.

Quantidade alcançada
85.600
Data de Referência
31/12/2013

OBJETIVO: 0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizados em 2011 diagnósticos para subsidiar a construção dos Planos Regionais Indigenistas, que resultaram na elaboração de planos e ações em 2012 para serem implementadas junto aos povos indígenas. Em fevereiro de 2013, toda a Funai, reunindo as Coordenações Regionais, as Coordenadores Gerais - CRs, os Diretores e a Presidência validaram os planos construídos pelas CRs para o ano em curso. Esta atividade foi de grande importância para a garantia de recursos para os projetos prioritários de cada CR. Com esse processo de construção e validação de planos, a Funai inaugurou um novo modelo de gestão, focado na implementação da gestão participativa de sua política.
A Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, criada pelo Decreto de 22 de março de 2006 e instalada em abril de 2007, presidida pela Presidência da Funai, é composta por 20 lideranças indígenas que representam aproximadamente 220 povos e 180 línguas diferentes, duas ONGs indigenistas e 12 representantes governamentais. A CNPI já realizou 19 reuniões ordinárias e sete reuniões extraordinárias, perfazendo um total de 25 reuniões políticas de grande importância para a definição da politica indigenista do governo brasileiro. A representação indígena reflete as diferentes realidades socioculturais do país com a presença de diversos povos, de forma que a partir de então, os povos indígenas deixam de ser meros objetos da política indigenistas para serem atores na formação das políticas públicas indigenistas.
Em 2013 a CNPI conseguiu realizar uma ampla agenda de trabalho para discussão de temas diversos que afetam diretamente os direitos dos povos indígenas. Neste período foram realizadas três reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária.

Metas 2012-2015

- **Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi definida com o propósito de elaboração de planejamento regionalizado com vistas à integração das ações dos diversos ministérios que participam do Programa Temático dos Povos Indígenas, sob a coordenação da FUNAI. A proposta é que esse planejamento regionalizado fosse materializado nos Planos Regionais Indigenistas. A elaboração dos Planos Regionais depende ainda de uma articulação interinstitucional a ser construída. Dentre as ações necessárias à consecução dessa meta destaca-se a compatibilização das bases territoriais sobre as quais se assentam as ações de cada instituição, incluindo as jurisdições da FUNAI, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e os Territórios Etnoeducacionais, assim como a organização das bases informacionais únicas que satisfaçam as necessidades de informação de todos os órgãos envolvidos nos planos.

As ações para a consecução dessa meta estão sendo desenvolvidas ao longo de 2013 e 2014.

- **Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista**

Análise Situacional da Meta

A Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI foi criada pelo Decreto de 22 de março de 2006, instalada em abril de 2007. Ela é presidida pela Presidenta da Funai, sendo composta ainda por 20 lideranças indígenas que representam aproximadamente 220 povos e 180 línguas diferentes, duas ONGs indigenistas e 12 representantes governamentais. A representação indígena reflete as diferentes realidades socioculturais do país com a presença de diversos povos, de forma que a partir de então, os povos indígenas deixam de ser meros objetos da política indigenista para serem protagonistas das políticas públicas voltadas para eles.

A CNPI faz parte do Ministério da Justiça, porém, espera-se que ela seja transformada em um Conselho, para fins de empoderamento dos representantes indígenas, sendo este o objetivo previsto no PPA 2012/2015. O processo de criação do Conselho está na Câmara Federal sob Projeto de Lei nº 3571/2008.

- **Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

Principais realizações do período:

Em 2013, entrou em produção os seguintes módulos: Fundiário, Índios Isolados, Informações Indígenas, Licenciamento ambiental e Proteção Territorial, as áreas gestoras iniciaram o uso para o cadastro das informações/dados pertinentes a cada um de seus módulos.

Em 2014, serão levantadas necessidades de adequação deste sistema às novas atividades finalísticas da FUNAI. Necessidades que estão sendo atendidas dentro do escopo da Fábrica de Software e Fábrica de Métrica; A segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII), está em processo de correção e ajuste pela empresa responsável pela execução deste projeto, o que acarretará, no segundo semestre de 2014 os seguintes módulos contemplados: Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM); a execução do processo de homologação por parte das áreas gestoras dos módulos previstos.

Fatores que contribuíram para a execução da Meta:

-Ações para o cumprimento desta Meta, desenvolvimento e implantação do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII), estão em concordância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2012-2015) da Funai, em especial as metas: "8. Adoção de sistemas de gerenciamento e controle de atividades finalísticas da FUNAI" e "12. Dispor de base de dados unificada";

- Contratação de serviço de Fábrica de Software e Métrica para garantir a continuidade e evolução do Sistema;

Fatores que dificultaram a execução da Meta:

- mudanças processuais nas áreas de negócio, bem como a necessidade de ajustes identificados no sistema.

- previsão de realização para o próximo período:

Implantação da segunda etapa do Sistema Indigenista de Informações (SII), previsto para o 2º Semestre de 2014, com os seguintes módulos contemplados: Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM).

OBJETIVO: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Estão em andamento 2 programas de Promoção de Direitos dos povos indígenas de recente contato Arara e Avá Canoeiro e a realização de 3 consultorias, com 2 pesquisadores (um antropólogo e um linguista) em cada Terra Indígena que subsidiarão a formulação de política apropriada para este segmento, através da realização de um seminário que irá debater as diretrizes das políticas de promoção dos direitos dos povos indígenas de recente contato, a ser realizado em 2014.

Também vem sendo realizado capacitação e treinamento das equipes técnicas das empresas contratadas pelo empreendimento Norte Energia, dentro do processo de licenciamento ambiental da UHE de Belo Monte, no atendimento de três povos de recente contato das Terras Indígenas Cachoeira Seca, Araweté do Igarapé Ipixuna e Apyterewa. Essas atividades subsidiarão, através de seminário ampliado com representantes do órgão indigenista, órgãos governamentais, universidades, organizações indígenas e indigenistas, as diretrizes da política para índios de recente contato assim como novos programas piloto.

Grupo de Trabalho Interministerial para formulação de políticas de atenção a saúde dos povos indígenas de recente contato e plano de contingência para situações de contato com os povos de isolamento voluntário foram criados em fevereiro de 2013. Reuniões periódicas de trabalho e visitas técnicas às terras indígenas dos povos de recente contato estão sendo realizadas.

Metas 2012-2015

- **Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas reuniões específicas sobre os Programas Arara e Awa Canoeiro, voltados ao atendimento de povos indígenas de recente contato consolidando, dessa forma, os projetos pilotos. O próximo passo será a realização de uma reunião ampliada com membros da sociedade acadêmica, indigenista e indígena para formulação de subsídios para a definição da Política Indigenista oficial para povos indígenas de recente contato. Diante disso, houve o planejamento para a realização de um seminário ampliado que definirá as diretrizes da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato previsto para ocorrer no primeiro semestre de 2014.

No segundo semestre de 2013 foi sistematizado e consolidado o produto oriundo da consultoria antropológica e linguística sobre povos de recente contato Arara da Cachoeira Seca, Korubo e Awa Guaja.

- **Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram implementadas ações voltadas à proteção e promoção de povos de recente contado em 05 (cinco) terras indígenas. Já em 2013 foram realizadas atividades continuadas de monitoramento territorial nas 12 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental - FPE da FUNAI, bem como o acompanhamento e monitoramento das ações voltadas à assistência a saúde pelo Ministério da Saúde - MS. Por conta das atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial - GTI de Saúde Indígena na execução das atividades das Frentes de Proteção Etnoambiental, surgiu a demanda e a oportunidade de monitoramento de outras terras indígenas além das anteriormente previstas, a saber, TIs Zuruahã, Omerê, Uru-eu-wau-wau, PiripiKura, Cachoeira Seca, Arawete do Igarapé Ipixuna, Apiterewa, Juma, Vale do Javarí, Yanomami, Waimiri-atroari, Awa, Caru, Alto Turiaçu, Avá Canoeiro e Zoé no total de 16 terras indígenas, sendo que as Terras Indígenas Avá Canoeiro, Alto Turiaçu, Juma e Caru não estão jurisdicionadas às FPEs.

Em relação às ações de educação desenvolvidas pelo Ministério da Educação – MEC, a FPE Yanomami organizou, em dezembro de 2013, um seminário no Território Etnoeducacional Yanomami que contou com a participação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM , Universidade Federal de Roraima – UFRR, do Instituto Federal de Roraima – IFRR e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, além das secretarias estaduais e municipais de ensino do estado de Roraima, consolidando o compromisso do governo federal pela implementação dos territórios etnoeducacionais em regiões vulneráveis da Amazônia Legal e de promoção dos direitos sociais desses povos em conjunto com o poder judiciário local.

Registre-se, ainda, os avanços alcançados nos processos administrativos relacionados a regularização fundiária em 02 (duas) terras indígenas – Awá (MA) e Yanomami (RR/AM).

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	12	31/12/2013

- **Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram realizados monitoramento e avaliação de políticas públicas (atendimento a saúde, acesso a benefícios sociais, acesso a educação) em 02 (duas) Terras Indígenas.

Em 2013 o monitoramento e avaliação das ações governamentais nas terras indígenas superaram a meta de 11 terras previstas inicialmente. A ênfase maior ficou concentrada nas atividades de atendimento a saúde indígena, coordenada e executada pelo Ministério da Saúde, e desenvolvidas nas TIs Ava Canoeiro e Vale do Javari, bem como na implantação de territórios etnoeducacionais pelo Ministério da Educação – MEC na terra TI Yanomami RR/AM, e no monitoramento das TIs Zuruahã, Omerê, Uru-eu-wau-wau, PiripiKura, Cachoeira Seca, Arawete do Igarapé Ipixuna, Apiterewa, Juma, Vale do Javarí, Yanomami, Waimiri-atroari, Awa, Caru, Alto Turiaçu, Avá Canoeiro e Zoé.

Realizou-se, ainda, o monitoramento das ações de execução do Programa Básico Ambiental – PBA de licenciamento da Usina Hidrelétrica – UHE de Belo Monte nas TI Cachoeira Seca – PA, Araweté do Igarapé Ipixuna – AM e Apyterewa – PA, e da justiça itinerante com 03 ações na TI Yanomami (RR/AM) e o acompanhamento da Operação Ágatha realizada pela Exército Brasileiro na TI Yanomami (RR/AM) e Vale do Javari (AM).

Foi realizado, ainda ao longo de 2013, um diagnóstico das Organizações não governamentais – ONGs que atuam de forma irregular (sem a devida autorização legal) na terra indígena Yanomami. Essas organizações foram solicitadas pela FUNAI a prestar esclarecimentos sobre a natureza das suas atividades, as linhas de financiamento que as sustentam, bem como a apresentarem a relação nominal das pessoas que entram na referida terra indígena, incluindo a

documentação das mesmas.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	12	31/12/2013

- **Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados estudos e diagnósticos envolvendo 09 (nove) povos indígenas de recente contato. No primeiro semestre de 2013 houve a contratação de 03 consultorias de perfil antropológico e linguístico, nas TIs Zoé, Awá-Guajá e Arara de Cachoeira Seca, para a consolidação de dados populacionais/demográficos do histórico do contato desses povos indígenas com a sociedade, e a organização de dados etnográficos bem como a produção de grafia das línguas indígenas para a elaboração de uma cartilha e dicionário da língua indígena que serão instrumentos para alfabetização e registro. Foi entregue 01 (um) trabalho realizado na TI Awá Guajá (MA).

Realizou-se, ainda, a avaliação e acompanhamento dos Planos Básicos Ambientais das Usinas Hidrelétricas – UHEs Girau (TI Uru-eu-wau-wau), e Belo Monte (TI Waimiri Atroari), bem como as linhas de transmissão Porto Velho/ Araraquara (TI Guaporé) e Manaus/Boa Vista além dos convênios Furnas/Funai e Vale do Rio Doce /Funai.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A garantia de uma educação diferenciada e de qualidade ainda segue sendo um desafio para o Estado Brasileiro e depende de arranjos de gestão mais inclusivos e participativos, que respeitem e valorizem as especificidades dos diferentes povos indígenas e seus processos educativos próprios. Particularmente, a qualificação dos órgãos estaduais e municipais de educação para a execução de políticas diferenciadas, construção de projetos político pedagógicos adequados e garantia de mecanismos de participação e controle social pelos povos indígenas constitui o cerne da questão. Nesse sentido, a Funai está construindo orientações para suas unidades descentralizadas e em apoio aos povos indígenas para dar efetividade ao acompanhamento das referidas políticas públicas de educação. Ainda no campo da educação escolar, 2013 foi marcado pela criação do Programa Bolsa Permanência (MEC) e um maior esforço da Funai no acompanhamento do Ensino Universitário que permita o acesso, permanência e a conclusão dos estudos pelos estudantes indígenas. A FUNAI seguiu apoiando estudantes do ensino superior - nos cursos de licenciatura intercultural e cursos regulares de graduação, por meio de Termos de Cooperação entre a FUNAI e IES, e/ou amparados pelas Portarias 744/PRES/2007 e 849/PRES/2009. A Funai desenvolveu atividades de acompanhamento das políticas de educação como a difusão de informações e discussão sobre os direitos educacionais, a viabilização de participação indígena em reuniões

com o MPF, Conselhos e Secretarias estaduais e municipais, e de encontros específicos de professores indígenas. A FUNAI ainda atuou em parceria com o MEC para retomar o diálogo com os povos indígenas sobre os Territórios Etnoeducacionais, tendo sido realizadas 06 (seis) reuniões de formação de comitê gestor e de pactuações de territórios etnoeducacionais em apoio ao MEC. Foram investidos esforços na articulação com o MEC, para entendimento dos novos programas e ações daquela pasta, voltados a povos indígenas. As atividades geraram subsídios para uma proposta de ajuste e renovação na cooperação MEC/ Funai formalizada por Termo de Cooperação (2011-2014).

No âmbito das ações educativas comunitárias foram realizadas 6 (seis) iniciativas no ano de 2013, que tem interface com ações de etnodesenvolvimento, proteção e gestão territorial, contemplando diretrizes da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de terras indígenas PNGATI. Adicionalmente, desenvolveram-se ações de valorização das culturas, formas de organização social e autonomia dos povos indígenas por meio de processos educativos dentro dos programas especiais de recente contato (Zo'é, Awá, Korubo, Yanomami e Akuntsu e Canoe) e em contexto de fronteiras internacionais. A Funai ainda acompanha ações relativas à educação junto a programas de desenvolvimento regional, de mitigação e de compensação relacionados a empreendimentos, como o caso da UHE Belo Monte em Altamira.

Metas 2012-2015

- **Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia**

  Análise Situacional da Meta

  Com vistas à garantia do direito ao acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, a FUNAI fez gestões junto ao MEC resultando na criação da Portaria 389/2013, do Programa Bolsa Permanência, que assegura o apoio aos estudantes indígenas nas Universidades Federais. A proposição é que o programa seja disseminado e os estudantes, atendidos por meio de auxilio financeiro da FUNAI, uma vez realizado o cadastrado passem a usufruir dos recursos disponibilizados pelo Programa. Atualmente são 1.900 (mil e novecentos) estudantes cadastrados, sendo que nem todos ainda estão recebendo o benefício. Desta forma a FUNAI poderá priorizar ações de acompanhamento e apoio à extensão comunitária no período de formação. Em 2013 foram apoiados técnica e financeiramente pela FUNAI cerca de 1.600 (mil e seiscentos) estudantes indígenas, matriculados em Instituições do Ensino Superior (IES) em vários estados da Federação. A redução de alunos apoiados no final do ano deveu-se à conclusão dos cursos, ao não atendimento aos critérios normativos , ou encerramentos de termos de cooperação, e incentivo à inscrição no Programa Bolsa Permanência. A FUNAI ainda manteve esforços de articulação com instituições de ensino para a garantia de vagas para estudantes indígenas por meio de vestibulares específicos e criação de programas de acompanhamento e adaptação de estudantes.

- **Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  A FUNAI apoiou Cursos de Licenciatura Intercultural, voltados para formação de professores indígenas nas instituições UFG, UNEMAT, UFSC, UFGD, UFMG e UFRR , bem como garantiu a participação de professores em cursos de formação. A proposta é que, à medida que os estudantes das licenciaturas interculturais das instituições federais de ensino passem a ser atendidos pelo Programa Bolsa Permanência (MEC), a FUNAI possa investir recursos no acompanhamento dos projetos de cursos de formação de magistério e de nível médio. A formação do professor indígena inclui uma especificidade, que é a de conhecedor da própria cultura, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas próprias línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Nos cursos de magistério indígena Ibaorebu e Mêbêngôkre, Panará e Tapajuna foram realizadas etapas de processo de formação. Apoio à formação diferenciada de profissionais indígenas (professores, técnicos em enfermagem, técnicos em agroecologia), para que possam atuar como pesquisadores e multiplicadores de práticas sustentáveis e dos conhecimentos próprios, a exemplo do Projeto Ibaorebu (Munduruku), do Programa MPT (Mebêngôkre, Panará e Tapayuna) e do projeto de educação construído com os Ka'apor.

  Foi realizada assessoria técnica aos Programas voltados a povos indígenas de "recente contato" (Awá-Guajá, Zo'é,

Korubo, Yanomami, Akuntsu e Kanoé), por meio do apoio à formação de profissionais que atuam junto às Frentes de Proteção Etnoambiental, no sentido de construir um repertório de atitudes básicas que favoreçam a execução dos Programas e atuação junto aos indígenas, conforme as suas demandas por conhecimentos necessários à autonomia e ao favorecimento da proteção, recuperação, quando for o caso, e sustentabilidade de seus territórios.

- **Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado termo de cooperação entre FUNAI e MEC para mobilização e acompanhamento dos TEEs - territórios etnoeducacionais. Atualmente são 23 (vinte e três) TEEs pactuados, com denominações e circunscrições territoriais definidas pelo MEC: Rio Negro, Baixo Amazonas, Juruá-Purus, Cone Sul, Povos do Pantanal, Auwe Uptabi, Xingu, Yby Yara-Bahia, Yxmna, Alto Solimões, Vale do Javari, Cinta Larga, Médio Solimões, Pykawatynhr, Tapajós, Arapiuns, Timbira, Tupi Mondé, Tupi Tupari, Tupi Txapakura, Vale do Araguai, Yjhukatu e Potirõ. Outros 03 (três) TEEs encontram-se em fase de consulta. A FUNAI elaborou documentos orientadores objetivando estabelecer um fluxo de acompanhamento adequado das politicas de educação pelas unidades descentralizadas e pelos próprios indígenas. Foram realizados estudos para o desenvolvimento de um banco de dados das politicas de educação indígena e interlocução com o MEC para disponibilizar dados sobre investimentos na educação escolar indígena.

Para o próximo período está prevista a realização de Oficina CGPC/FUNAI cujos objetivos incluem esclarecimentos do papel da Funai acerca do acompanhamento da educação escolar indígena e a elaboração de um documento orientador para o acompanhamento das ações de educação.

- **Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena**

Análise Situacional da Meta

A demanda pela construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena segue sendo uma proposta da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena de 2009. A FUNAI ainda não avançou na elaboração de subsídios específicos, contudo para o próximo período está prevista a discussão com as unidades descentralizadas sobre o acompanhamento da política de responsabilidade do MEC, de Educação Escolar Indígena, e da importância da garantia de participação indígena nos sistemas de governança e controle social das escolas indígenas. A sistematização dessas informações servirá à construção dos subsídios.

- **Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 a Funai deu continuidade às ações articuladas com o MEC para a implantação dos territórios etnoeducacionais, com o apoio à realização de reuniões em 06 (seis) TEEs. Ainda em 2013 a Funai acompanhou as ações de educação escolar indígena no âmbito do PBA da UHE Belo Monte e discussões acerca da educação escolar na região de fronteira Brasil/Colômbia. Também foram realizadas reuniões de acompanhamento com lideranças indígenas junto ao MPF e Secretaria de Educação do Maranhão. A FUNAI tem representação em conselhos estaduais de educação escolar indígena e participa em nível nacional da Comissão Nacional de Apoio a Produção de Materiais Didáticos Indígenas e Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, espaços estes de controle social estratégicos para a politica de educação. A proposta para 2014 é priorizar atividades de formação voltadas para qualificar a participação e atuação em instâncias de controle social das políticas de educação, e incentivando a regularização e autonomia das escolas indígenas.

- **Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a**

partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas

Análise Situacional da Meta

Foi dada continuidade ao curso de agroecologia de Marabá-PA com o Instituto Federal do Pará, de agricultura familiar Mehi com o povo Canela do MA, em parceria com o Instituto Federal do Maranhão-IFMA, e iniciada a discussão com o IFMT para um curso de ensino médio para o povo Tapirapé. O assunto é uma das demandas prioritárias de diferentes comunidades indígenas. Serão definidas estratégias e metodologia para orientação das Coordenações Regionais, com subsídios para discussão do assunto com comunidades e os Institutos Federais de Educação. Foram feitas gestões junto ao MEC para atuação em parceria objetivando que os projetos sejam adequados as demandas e especificidades dos Povos Indígenas. Além disso, a FUNAI desenvolve ações de educação para a sustentabilidade e acompanha a instituição de centros de formação para povos indígenas em articulação interna (Coordenação Geral de Promoção da Cidadania - CGPC, Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento - CGETNO, Coordenação Geral de Gestão Ambiental - CGGAM) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de terras indígenas PNGATI e dos Programas Especiais para Povos Indígenas de Recente Contato (Zo'é, Korubo, Awá, Akuntsu e Canoe e Yanomami).

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Destaca-se a conclusão da mudança da Sede da FUNAI, do Ed. Lex Projeção "A" no SRTVS – Brasília/DF, para o novo endereço situado no Edifício Cleto Meireles, no Setor Bancário Sul - SBS, Quadra 2, Lote 14 – Brasília/DF, com melhores acomodações físicas, enquanto se aguarda o início do processo de construção da Nova Sede. Foram instaurados procedimentos legais para a construção do edifício sede da Funai, tais como o Processo Licitatório para contratação de empresa de arquitetura e engenharia consultiva para elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura, engenharia e complementares. Foram destinados recursos para a adequação da infraestrutura física das unidades regionais da Funai.

Com relação à tecnologia de informação e comunicação - TIC, as principais ações dizem respeito à modernização dos equipamentos com contratação de infraestrutura de redes, microcomputadores e link de internet de maior capacidade, aquisição de solução de HelpDesk , aquisição de solução de monitoramento de políticas e projetos, aquisição de solução na modalidade Fábrica de Software e aquisição, instalação e configuração de solução de Sistema de Comunicação e Telefones.

O Comitê Regional, como parte de nova estruturação da Fundação decorrente dos Decretos 5056/09 e 7778/12, é a instância regional de planejamento, de articulação, de gestão compartilhada e de controle social, com acompanhamento da execução e avaliação dos resultados da política indigenista, no contexto regional. Entre 2011 e 2012 foram instalados 27 Comitês Regionais em todo o Brasil. Em 2013, foram instalados 03 Comitês Regionais, procedendo-se à devida capacitação dos membros de cada Comitê sobre temas tais como gestão compartilhada, participação cidadã, controle social e política indigenista do estado brasileiro. Para o primeiro semestre de 2014 pretende-se instalar os restantes dos Comitês Regionais com isso atingindo-se a meta de um Comitê para cada uma das 37 Coordenações Regionais.

A integração dos sistemas de informação sobre os povos indígenas está em curso, com a criação de um sistema de Registro Administrativo Nacional Indígena, integrando bases de dados dos Ministérios da Saúde e do Ministério da Educação, além da integração dos dados do Sistema Indigenista de Informação – SII, que contempla dados da base de dados do IBGE.

A implantação do Programa de Capacitação de Recursos Humanos resultou em importantes realizações da FUNAI. A Norma de Implementação dos Programas de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos proporcionou aos

servidores 79 ações de capacitação nas modalidades presencial, Pós-Graduação lato sensu, Especialização ou MBA, mestrado/doutorado e educação à distância, sendo 47 ações realizadas em 2012 e 32 ações no ano de 2013, totalizando 5.114 horas-aulas. Foram capacitados 762 servidores no exercício de 2013. A FUNAI assinou o Contrato com a Universidade de Brasília para promover I Curso de Especialização em Direito dos Povos Indígenas, com o objetivo de proporcionar o aperfeiçoamento e a reformulação de práticas jurídicas e periciais para promover a aplicação dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Foi criado o Comitê Gestor de Capacitação da FUNAI – CGCAP para a condução da Política de Capacitação e Desenvolvimento da FUNAI.

Metas 2012-2015

- **Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Conclusão da mudança da Sede da FUNAI para novo endereço, com vistas a necessária melhoria das acomodações físicas, enquanto aguarda-se o processo de construção da Nova Sede. Dentre as principais realizações no período de janeiro a dezembro de 2013, com vistas a adequação da infraestrutura física da sede e unidades regionais da Funai, destaca-se a destinação de recursos orçamentários para aquisições de equipamentos de informática, tais como: desktops (1.037), licença de software (91), notebooks (38), e outros equipamentos tais como impressoras (14) monitores (23) nobreak (28) estabilizadores (25) placa de rede (20) e switchs (4). Ainda destacamos a renovação da frota de veículos de algumas Coordenações Regionais. Foram adquiridos 18 caminhonetes, 2 caminhões, 9 automóveis e 1 micro-ônibus no presente plano orçamentário.

Foi iniciada a contratação de Empresa para a construção do auditório do Centro de Cultura Audiovisual de Goiânia/GO, sob a gestão do Museu do Índio/RJ.

Com relação à tecnologia de informação e comunicação, as aquisições e contratações realizadas em 2013 tiveram por objetivo prover meios físicos e lógicos para que a Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação tenha recursos suficientes para dar suporte à própria Sede da FUNAI e às suas Coordenações Regionais. Destacam-se entre as ações realizadas no período: aquisição de Links MPLS para conexão entre a sede Brasília e 21 Coordenações Regionais espalhados por vários estados do Brasil; contratação de uma empresa especializada em desenvolvimento de softwares (Fabrica de Software), para a manutenção e desenvolvimento dos novos sistemas demandados pelas coordenações; contratação de serviço de impressão corporativa (Prestação de serviços de impressão centralizada e/ou departamental (outsourcing)) para a sede e todas as Coordenações Regionais; contratação de uma empresa especializada em Help-Desk para controlar e atender os chamados dos usuários lotados na sede Brasília, que estão com dificuldade ou problemas em seus equipamentos (Hardware) ou software; e aquisição de soluções de monitoramento de politicas e ações, e segurança de endpoint.

- **Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

O Comitê Regional é a instância regional de planejamento, articulação, gestão compartilhada e controle social. É também, o espaço onde, indígenas, servidores da FUNAI e de outros órgãos do Governo Federal planejam, em conjunto, as ações da Coordenação Regional, acompanham sua execução e avaliam os resultados da política indigenista.

A Fundação Nacional do Índio iniciou a formação dos Comitês Regionais em atendimento a uma determinação constante no Decreto 7.056 de 28 de dezembro de 2009, o qual estabeleceu que, como parte de nova estruturação da Fundação, deveriam ser instituídos Comitês Regionais de composição paritária entre servidores e representantes indígenas locais. Com a edição do Decreto 7.778, de 27 de julho de 2012, ficou revogado o Decreto 7.056 de 28 de dezembro de 2009. A instalação dos Comitês Regionais foi iniciada em 2011 com a respectiva formação dos seus

membros. Neste primeiro momento com foco tanto para a participação na gestão da política indigenista, como também para a colaboração na construção dos Planos Regionais Indigenistas.

Entre 2011 e 2012 foram instalados 27 Comitês Regionais em todo o Brasil.

Em 2013, foram instalados 03 Comitês Regionais, procedendo-se à devida capacitação dos membros de cada Comitê sobre temas tais como gestão compartilhada, participação cidadã, controle social e política indigenista do estado brasileiro. Também se realizou, na instalação dos Comitês, a discussão e a aprovação dos Regimentos Internos e a posse dos seus membros.

Para o primeiro semestre de 2014 pretende-se instalar os restantes dos Comitês Regionais com isso atingindo-se a meta de um Comitê para cada uma das 37 Coordenações Regionais, com membros respectivos formados para efetiva participação na gestão compartilhada da política indigenista.

Vale ressaltar ainda que, em 2013, um total de 10 Coordenações Regionais conseguiram manter sua agenda de trabalho para o funcionamento dos Comitês Regionais, que em sua essência necessita a cada reunião fazer uma continuação do processo formativo dos seus membros, sobre temas relevantes para a execução da política indigenista em cada uma das regiões do Brasil. Estas reuniões ordinárias são importantes ferramentas para a avaliação, construção e validação dos planejamentos regionais.

Importante destacar que o alcance de 81% da meta prevista no PPA 2012/2015 deste objetivo se deu pela efetiva capacitação e participação dos representantes dos povos indígenas e dos servidores das Coordenações Regionais da Funai em todo este processo, garantindo com isso, a gestão compartilhada da política indigenista.

Quantidade alcançada

81

Data de Referência

31/12/2013

- **Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, as áreas gestoras da Funai iniciaram a utilização da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII) para o cadastro das informações/dados pertinentes a cada um de seus módulos; ainda no referido exercício foram levantadas necessidades de adequação deste sistema às novas atividades finalísticas da FUNAI. Necessidades que estão sendo atendidas dentro do escopo da Fábrica de Software e Fábrica de Métrica.

A segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII) está em processo de correção e ajuste pela empresa responsável pela execução deste projeto, o que acarretará, em 2014, a execução do processo de homologação por parte das áreas gestoras dos módulos previstos.

- **Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a Funai apresenta complexidade institucional, técnica e financeira que exige dinâmica de implementação fortemente baseada na articulação dos atores envolvidos, para executá-la nos moldes de uma gestão compartilhada.

No desenvolvimento do PPA, a fase de implantação do Programa resultou em importantes realizações na FUNAI, como a publicação da Norma de Implementação dos Programas de Capacitação e Desenvolvimento de RH, possibilitando a realização do 1º passo na execução da meta, pois, além de regulamentar as ações de capacitação, traz diretrizes para assegurar o acesso dos servidores. Com a publicação da norma, proporcionou-se aos servidores, de forma planejada, 79 ações de capacitação nas modalidades presencial, Pós-Graduação lato-sensu, Especialização/MBA, mestrado/doutorado e educação à distância, sendo 47 ações realizadas em 2012 e 32 ações no ano de 2013, totalizando 5.114 horas-aulas. O quantitativo geral de servidores capacitados foi de 1.653 servidores, sendo 891 no ano de 2012 e

762 em 2013.

O II Encontro de Administração e Gestão também representou uma das principais realizações para a implantação do Programa de Capacitação. Com o objetivo de aprimorar as competências em gestão pública, desenvolvendo Trilhas de Aprendizagem de Planejamento, Orçamento e da Logística Pública, o evento desencadeou processo gerencial na área de capacitação para alcançar a situação desejada de maneira efetiva e com a melhor concentração de esforços e recursos.

Neste sentido, foi iniciada a implantação da Gestão por Competência na Fundação, conforme Decreto nº 5.707/2006. A partir da orientação de esforços para planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos diferentes níveis da organização, foi possível definir indicadores de desempenho no nível corporativo e metas, e identificar as competências necessárias para concretizar o desempenho esperado para atingir os objetivos estratégicos da Instituição.

Outra medida para fomentar o desenvolvimento dos servidores da FUNAI foi assinatura de Contrato celebrado entre a FUNAI e Fundação Universidade de Brasília- FUB, em 2012, para promoção do I Curso de Especialização em Direito dos Povos Indígenas. Voltado especialmente para servidores ocupantes de cargo de nível superior, o curso tem como objetivo prover condições para aperfeiçoamento e/ou reformulação de práticas jurídicas e periciais em curso no âmbito da promoção e aplicação dos diretos dos povos indígenas no Brasil. A execução total do contrato é prioritária, assim como outras ações de capacitação necessárias ao bom desenvolvimento das demais metas do PPA.

No intuito de disciplinar, acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos na capacitação e formação do quadro funcional, foi publicada, em 2013, Portaria, que criou o Comitê Gestor de Capacitação da FUNAI – CGCAP. O Comitê tem papel importante na condução da Política de Capacitação e Desenvolvimento, e assegura a profissionalização dos servidores da FUNAI.

- **Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Foi iniciado o trabalho de identificação dos Macro Processos da Funai, sob a orientação da Coordenação Geral de Modernização e Administração do Ministério da Justiça, para posterior mapeamento dos Processos.

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

As Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena realizaram, em todos os Distritos Especiais de Saúde Indígena (DSEI), 304.624 atendimentos médicos, 1.551.454 atendimentos de enfermagem, 454.290 atendimentos odontológicos e 2.895.524 atendimentos por técnicos de enfermagem. No tocante às ações de atendimento para grupos prioritários, foram realizados 35.932 atendimentos a gestantes e 65.167 atendimentos a crianças menores de um ano de idade. Com relação à atuação dos agentes de saúde indígena, foram realizadas, até novembro de 2013, 1.480.252 atendimentos às comunidades indígenas. No que se refere às áreas de difícil acesso, foram desenvolvidas oito ações específicas de atendimento, três delas em parceria com o Ministério da Defesa. Com essa Operação, foram realizados pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena 1.441 atendimentos médicos, 2.253 atendimentos de enfermagem, 5.344 atendimentos por técnicos de enfermagem, 1.259 consultas odontológicas e 1.535 procedimentos odontológicos.

Ainda na saúde bucal, o Programa Brasil Sorridente Indígena, implantado inicialmente em 3 DSEIs em 2011, foi expandido para 16 DSEIs. Desde sua criação, o programa ampliou a contratação de cirurgiões dentistas e auxiliares em

saúde bucal em 43% e 97%, respectivamente. Foram entregues 25 unidades odontológicas móveis, 82 consultórios odontológicos, 367 equipamentos odontológicos, além de distribuídos 718.698 kits de higiene bucal.

Além das ações de atenção primária, foram realizadas duas Expedições clínico-cirúrgicas, com a realização de 698 cirurgias (médicas e odontológicas), 3.479 atendimentos médicos, estando em curso a sistematização dos dados da terceira Expedição.

Quanto às ações de imunização em 2013, 84.102 crianças menores de sete anos encontram-se com esquema vacinal completo, o que corresponde a 72,1% da população. Somente durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 183.038 doses de vacina, em 137.104 indígenas residentes em 1.144 (94,2%) aldeias e 142 (98,6%) polos-base. O percentual de cobertura vacinal alcançado na Campanha Nacional de Vacinação contra Influenza foi 83,7%.

Com o intuito de aprimorar o atendimento à saúde nas áreas indígenas, foi ampliado o contingente de profissionais, tendo sido incorporados 149 médicos, sendo 24 originários do Programa de Valorização dos Profissionais de Atenção Básica (Provab), e 125 do Programa Mais Médicos, que contarão com programa de especialização específico para a atuação na Saúde Indígena. Além disso, foram qualificados 653 profissionais em diversas áreas de atuação na Atenção a Saúde Indígena, com destaque aos profissionais que atuam na redução da Mortalidade Materna e Infantil.

Também foi implantado o Sistema de Informação da Assistência Farmacêutica (HORUS) nos 34 DSEIS, bem como 40 Casas de Apoio à Saúde Indígena (CASAIs).

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde**

  Análise Situacional da Meta

  Com a realização de ações de imunização em 2013, 84.102 crianças menores de sete anos completaram o esquema vacinal, o que corresponde a 72,1% da população. Somente durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 183.038 doses de vacina, em 137.104 indígenas residentes em 1.144 (94,2%) aldeias e 142 (98,6%) pólos-base.

  Quantidade alcançada

  72,1

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Distritos Sanitários Especiais Indígenas participando dos Planos de Ação da Rede Cegonha até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  A adesão à Rede Cegonha em municípios ou estados ou regiões dos 34 DSEIs está assim distribuída:

  - 14 DSEIs inseridos na matriz diagnóstica e no desenho da rede;
  - 09 estão recebendo equipamentos e/ou tem rede pactuada para referência;
  - 16 DSEIs com representação no Grupo Condutor da Rede Cegonha.

- **Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  Em discussão no Ministério da Saúde (Publicada Resolução nº 10, que aprova a participação dos DSEI nas CIR e CIB).

- **Implantar 24 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Para esta meta está sendo considerado como ”casa implantada” aquelas com obras de construção contratadas. Assim, a

partir da definição do orçamento na LOA/2013 para estruturação de Estabelecimentos de Saúde, foi contratada 01 obra: Construção da CASAI Sinop (DSEI Xingu).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar, até 2015, 700 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram contratadas 139 novas obras de implantação de sistemas de abastecimento de água (SAA). Considerando as 128 obras contratadas em 2012, chegamos a 267 obras contratadas no período 2012/2013.

Quantidade alcançada

267

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar a V Conferência Nacional de Saúde Indígena**

Análise Situacional da Meta

A 5a Conferência Nacional de Saúde Indígena foi convocada pela Portaria Ministerial no 2.357, publicada no Diário Oficial da União, de 16 de outubro de 2012, e teve como objetivos aprovar diretrizes que subsidiarão as ações de saúde locais e distritais, bem como a formulação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

Foi realizada em 3 (três) etapas – local, distrital e nacional nos seguintes períodos. A etapa Nacional ocorreu no período de 2 a 6 em dezembro e envolveu mais de 1.200 indígenas de todo o país que discutiram o tema “Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e o SUS: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção Diferenciada”.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2013

- **Reformar 31 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta considera como “casai reformada” aquelas cujas obras de reforma foram contratadas. Portanto, a partir da definição do orçamento na LOA/2013 para estruturação de Estabelecimentos de Saúde, foram contratadas 4 obras assim discriminadas:

- Reforma da CASAI São Félix do Xingu (DSEI Kaiapó do Pará) - reparos no esgotamento sanitário;
- Reforma da CASAI Mâncio Lima (DSEI Alto Rio Juruá) - pequenos reparos;
- Reforma da CASAI Redenção (DSEI Kaiapó do Pará) - reparos no esgotamento sanitário;
- Reforma da CASAI Ourilândia do Norte (DSEI Kaiapó do Pará) - reparos no esgotamento sanitário.

Ainda foram repassados recursos aditivos para conclusão de 03 reformas contratadas em 2012:

-Reforma da CASAI Rio Branco (DSEI Alto Rio Purus);

-Reforma da CASAI Barra do Garças (DSEI Xavante);

-Reforma da CASAI Juína (DSEI Vilhena).

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2013

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	9,4	31/12/2012	9,6
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	ano	01/01/2009	8,3	31/12/2012	8,9
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos entre os 25% mais pobres	ano	01/01/2009	7,3	31/12/2012	8
Escolaridade média da população do campo de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	7,4	31/12/2012	8
Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,7	31/12/2012	7,9
Escolaridade média da população negra de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,6	31/12/2012	9
IDEB do ensino médio	unidade	01/01/2009	3,6	31/12/2011	3,7
IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4	31/12/2011	4,1
IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4,6	31/12/2011	5
Percentual da população com 15 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	42	31/12/2012	46,7
Percentual da população com 19 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	79,3	31/12/2012	81,5
Percentual da população com 24 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	77,1	31/12/2012	81,2
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1	31/12/2012	6,4
Percentual de pessoas com 19 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	50,2	31/12/2012	49,7
Percentual de pessoas com 24 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	58,2	31/12/2012	62
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	01/01/2009	9,7	31/12/2012	8,7
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	01/01/2009	20,4	31/12/2012	18,3
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	01/01/2009	52,7	31/12/2012	81,4
Taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos)	%	01/01/2009	50,9	31/12/2012	54
Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	01/01/2009	18,4	31/12/2012	21,2
Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	01/01/2009	85,2	31/12/2012	84,2

Plano Mais Brasil

Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos	%	01/01/2009	74,8	31/12/2012	78,2
Taxa de frequência à escola - população de 6 a 14 anos	%	01/01/2009	97,6	31/12/2012	98,2
Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	%	01/01/2010	77	31/12/2012	84,3

Observações:

Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos - Segundo o Inep/MEC, a produção de informação para desagregações muito específicas a partir de estudos amostrais complexos, como é o caso da PNAD, não é recomendado, pois os erros de amostragem são muito elevados e se sobrepõem para dados/grupos restritos, como é o caso dos indicadores referentes à população indígena.

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Educação (MEC) desenvolve uma série de ações que, em seu conjunto, contribuem para a elevação do atendimento escolar com qualidade. Merecem destaque as ações de infraestrutura escolar, que têm o objetivo de ampliar e qualificar a estrutura física de oferta em escolas da rede pública da educação básica.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) apoia essas ações de infraestrutura escolar. No exercício de 2013, na esfera municipal, foram aprovadas 1.512 construções de escolas, sendo 969 no campo, 25 indígenas, 46 destinadas às áreas remanescentes de quilombos e 472 em áreas urbanas, beneficiando mais de 750 municípios, com investimentos de aproximadamente R$ 1,6 bilhão, em acordo com a sistemática de transferência de recursos, fundada em repasse vinculado ao alcance de metas do cronograma de execução das obras. Foram também aprovadas ampliação de 67 escolas em área urbana e 6 no campo, além de reforma de 4 escolas no campo e 22 escolas em área urbana com o valor aproximado de investimento de R$ 34,5 milhões, atendendo a mais de 70 municípios. No âmbito estadual foram 45 construções de escolas aprovadas, sendo 7 no campo, sete em área indígena e 31 urbanas. O investimento supera os R$ 145 milhões, beneficiando 11 estados com as ações de construção. Em relação à ampliação e reforma, foram atendidas 31 escolas em áreas urbanas e 1 em área indígena, com investimento que supera os R$ 97 milhões.

No âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), ressalta-se o apoio do Governo Federal para a construção de creches e pré-escolas nos municípios, visando à ampliação do acesso à educação infantil. Está prevista, até 2014, a contratação para a construção de 6 mil estabelecimentos, com investimentos totais de R$ 7,6 bilhões. Desde 2011, foram aprovadas 5.257 propostas, que representam um investimento de R$ 6,7 bilhões. Destaca-se que mais de 48% das propostas aprovadas estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste. Em 2013 foram aprovadas 2.131 propostas de construção de novos estabelecimentos de educação infantil. Desde o início do ProInfância, em 2007, foram concluídas 1.446 unidades, incluindo unidades não PAC.

Também no âmbito do PAC 2, destacam-se a construção e a cobertura de quadras esportivas escolares. Essa ação tem o objetivo de melhorar a estrutura física para realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A proposta é atender a 10.116 escolas até 2014, 6.116 delas com construção de quadras cobertas e outras 4 mil com cobertura de quadras já existentes. Desde 2011 foram 9.158 unidades aprovadas, sendo 6.120 unidades para construção e 3.038 unidades para cobertura de quadra Em 2013 foram aprovadas construções e coberturas de 4.502 quadras. Alguns arranjos institucionais foram fatores facilitadores para o alcance das metas do objetivo, entre eles a utilização de sistemas informatizados, o modelo de seleção das obras, a disponibilização de projetos padronizados, e o atendimento aos proponentes, tanto no âmbito do PAC 2 quanto no âmbito do PAR, em

regime de colaboração entre os entes federados.

Cabe também mencionar a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), iniciativa que apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público alvo da educação especial. As SRM dispõem de equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos e de acessibilidade, destinados a atender às especificidades educacionais dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. Em 2013, foram distribuídos 13.500 kits de atualização às salas já existentes e, para 2014, prevê-se a implantação de 4 mil salas de recursos multifuncionais e a atualização de 15 mil salas, beneficiando as 5 regiões do país, com investimento de R$ 186,5 milhões.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a cobertura de 5000 quadras esportivas escolares**

Análise Situacional da Meta

A construção e a cobertura de quadras contribuem para realização de atividades esportivas, recreativas e culturais, colaborando para o desenvolvimento pedagógico dos trabalhos escolares. O apoio do MEC consiste na assistência técnica, com aprovação de projetos e monitoramento das obras, e no repasse de recursos para municípios, estados e o Distrito Federal.

A iniciativa está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Em 2012 foram apoiados 1.669 projetos de coberturas de quadras. Em 2013, foi aprovada a cobertura de 1.376 quadras, com recursos de R$263,6 milhões, beneficiando 1.203 municípios. Desde 2011, foi aprovada a cobertura de 3.038 quadras esportivas escolares.

Quantidade alcançada

3.038

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares**

Análise Situacional da Meta

A construção e cobertura de quadras contribuem para realização de atividades esportivas, recreativas e culturais, colaborando para o desenvolvimento pedagógico dos trabalhos escolares. O apoio do MEC consiste na assistência técnica, com aprovação de projetos e monitoramento das obras, e no repasse de recursos para municípios, estados e o Distrito Federal.

A iniciativa está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Até 2012, foram apoiados 2.994 projetos para construção de quadras. Em 2013, foi aprovada a construção de 3.126 quadras em 2.160 municípios, no valor de, aproximadamente, R$ 1,6 bilhão. Desde 2011, foi aprovada a construção de 6.120 quadras esportivas escolares.

Quantidade alcançada

6.120

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas**

Análise Situacional da Meta

A meta objetiva ampliar o atendimento educacional por meio da assistência técnica e financeira aos municípios e Distrito Federal para construção de escolas de educação infantil, iniciativa que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Também está prevista a aquisição de equipamentos e mobiliário, para garantir que as escolas públicas de educação infantil tenham condições adequadas de funcionamento, além de assessoramento técnico, com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios.

Até 2014, está prevista a aprovação de 6 mil projetos, com investimento de R$ 7,6 bilhões. No âmbito do PAC 2, até

Plano Mais Brasil

2012, foi aprovada a construção de 3.126 estabelecimentos de educação infantil, atendendo a mais de 1.600 municípios. Em 2013, foi apoiada a construção de 2.131 creches e pré-escolas em 1.018 municípios, com valor superior a R$ 3 bilhões. Desde 2011, foram 5.257 unidades apoiadas para construção.

Quantidade alcançada

5.257

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar a construção de salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Pronacampo, o MEC presta assistência financeira e técnica aos municípios e estados por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), com vistas à melhoria da rede física escolar para atendimento das comunidades quilombolas. Em 2012 foram apoiados 29 projetos de construção de salas de aula em áreas quilombolas, e 46 projetos em 2013, totalizando 75 projetos.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A taxa de escolarização líquida no ensino médio tem melhorado ao longo dos anos, evoluindo de 36,9% em 2001 para 51,6% em 2011 e 54% em 2012. Desde 2007, o MEC desenvolve ações diretas e intensivas com as secretarias dos estados e do Distrito Federal, no sentido de coordenar as políticas nacionais para o ensino médio, a partir de dois desafios: a universalização e o alcance da qualidade.

Em 2007, com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o ensino médio passou efetivamente a ter incentivos e financiamento, assim como garantia de alimentação, transporte escolar e material didático para os estudantes deste nível de ensino. Ressalta-se, ainda, a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que determinou a obrigatoriedade, até 2016, da oferta de educação básica àqueles que tenham de 4 a 17 anos, assegurando-se, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Nesse sentido, o ensino médio passa a se constituir em direito de todos os jovens de 15 a 17 anos.

Há esforços na construção coletiva de uma nova proposta pedagógica que contemple as dimensões explicitadas nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que só serão asseguradas pela garantia do acesso, da permanência e da efetiva aprendizagem em escolas de qualidade, independentemente do nível socioeconômico de seus alunos.

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) é uma estratégia do Governo Federal para induzir o redesenho dos currículos do ensino médio. Em 2012, houve adesão de 25 estados e foram atendidas 2.002 escolas, beneficiando 1,17 milhão de alunos matriculados, com repasse de R$ 109,6 milhões. Para o ciclo 2013-2014 houve a adesão de 5.671 escolas, superando a meta de expansão prevista, beneficiando mais de 3,7 milhões de alunos, com repasse de R$ 169,4 milhões .

O Programa Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, lançado em 2013, tem como objetivos promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam nesse nível de ensino nas áreas rurais e urbanas; e rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. O Programa deverá ofertar, em 2014, bolsas de estudo a mais de 450 mil professores e coordenadores pedagógicos.

Entre as principais realizações no sentido de alcançar a meta em análise destacam-se ainda:

- Apoio aos estados por meio do PAR com vistas à melhoria de infraestrutura das escolas, permitindo o planejamento e a ampliação das matrículas urbanas e do campo;

- Continuidade na elaboração do documento "Direitos a Aprendizagem e Desenvolvimento", para discussão pública, que deverá garantir a unidade curricular nacional;

- Inclusão do ensino médio noturno no ProEMI com vistas ao fortalecimento da escola no período noturno para aqueles que necessitam estudar nesse período; e

- Articulação entre programas já existentes como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Novos Talentos e Observatório da Educação.

- **Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A taxa de escolarização líquida no Ensino Fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 apresenta uma melhora expressiva, tendo passado de 26,3% em 2007 para 72,4% em 2011 e 81,4% em 2012, segundo dados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Diversas ações conduzidas pelo MEC contribuíram para este crescimento.

A partir do ano de 2006, em cumprimento às Leis nº 11.114/2005 e 11.274/2006, a duração do ensino fundamental tem sido ampliada gradativamente para nove anos, atendendo à faixa etária de 6 a 14 anos de idade. Desde então, têm sido realizadas ações para orientar o processo de implementação dessa mudança na estrutura do ensino fundamental, nas suas dimensões pedagógica e administrativa.

Essa mobilização tem sido realizada de forma colaborativa com estados e municípios brasileiros por meio do Grupo de Trabalho Fundamental Brasil (GTFB), composto por coordenadores de ensino fundamental das Secretarias de Estado da Educação, Secretarias Municipais de Educação das capitais, Presidências Estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e grupos de estudos das universidades, para discutir e subsidiar as políticas públicas para esta etapa da educação básica, tendo como compromissos viabilizar espaços de diálogo e discussão sobre esse nível de ensino e garantir a continuidade das ações desenvolvidas.

Outra estratégia importante, iniciada em 2008, é o Programa Mais Educação (PME), que induz a agenda da educação integral em jornada ampliada. O Programa atendeu a 32.074 escolas em 2012, totalizando 4,8 milhões de alunos participantes. Em 2013, houve adesão de mais de 49 mil escolas, incluído o atendimento a 32 mil escolas com mais de 50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Ressalta-se que aderiram mais de 19 mil escolas do campo, indígenas ou quilombolas.

Também na perspectiva do fortalecimento da ação educativa e da promoção da qualidade para a elevação da taxa de escolarização, foram constituídos grupos de trabalho para subsidiar o Conselho Nacional de Educação na consolidação de uma proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento para o Ciclo da Alfabetização nas seguintes áreas de conhecimento: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, e Ciências Humanas. Essa proposta foi sistematizada no documento intitulado "Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental".

Cabe destacar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que constitui um compromisso formal assumido pelas três esferas de governo e tem como objetivo assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. O Pacto envolve um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados. O projeto tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; orientação quanto aos resultados alcançados nas avaliações externas universais aplicadas pelo Inep; material didático; e gestão, controle social e mobilização. O Pacto contou, em 2013, com a adesão dos 27 estados e 5.420 municípios, para formação de 15.988 orientadores de estudos e 317.572 professores alfabetizadores.

Plano Mais Brasil

- **Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Segundo os dados coletados na PNAD 2012, a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos vem crescendo gradativamente desde 2001, quando era de 81,1%, atingindo 83,7% em 2011 e 84,2% em 2012.

É importante que a escola reestruture seus projetos políticos pedagógicos, e consequentemente seus currículos, a fim de contemplar as necessidades dos jovens que estão na escola e atrair os que estão fora dela. Nesse sentido, estão sendo desenvolvidas ações em regime de colaboração com os estados e Distrito Federal.

O Programa Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio foi lançado em 2013 e tem como objetivos promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos e rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. O Programa deverá ofertar, em 2014, bolsas de estudo a mais de 450 mil professores e coordenadores pedagógicos.

Há esforços na construção coletiva de uma nova proposta pedagógica que contemple as dimensões explicitadas nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que só serão asseguradas pela garantia do acesso, da permanência e da efetiva aprendizagem em escolas de qualidade, independentemente do nível socioeconômico de seus alunos.

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) é uma estratégia do Governo Federal para induzir o redesenho dos currículos do ensino médio, compreendendo que as ações propostas inicialmente vão sendo incorporadas ao currículo, ampliando o tempo na escola e a diversidade de práticas pedagógicas, atendendo às necessidades e expectativas dos estudantes do ensino médio. Em 2012, houve adesão de 25 estados e foram atendidas 2.002 escolas, beneficiando 1,17 milhão de alunos matriculados, com repasse de R$ 109,6 milhões. Para o ciclo 2013-2014 houve a adesão de 5.671 escolas, superando a meta de expansão prevista, beneficiando mais de 3,7 milhões de alunos, com repasse de R$ 169,4 milhões.

Entre as ações realizadas no sentido de alcançar esta meta, destacam-se ainda:

- Revisão do Currículo Escolar, com vistas à ampliação do tempo escolar e reorganização dos espaços educativos;

- Observatório Jovem: apoio às ações do observatório, inclusive com a implementação do ambiente “EM diálogo”, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e de estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do ensino médio; e

- Elaboração, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), de uma política voltada para a formação dos jovens de 15 a 17 anos retidos no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo e de aceleração.

- **Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2001, a taxa de frequência escolar da população de 0 a 3 anos era de 10,6%, passando para 20,8% em 2011 e para 21,2% em 2012, de acordo com os dados da PNAD, evidenciando um significativo crescimento ao longo dos últimos dez anos.

Destaca-se a importância do ProInfância para esse resultado. O ProInfância é voltado para a construção de novas unidades de educação infantil e para a aquisição de mobiliário e equipamentos, além do assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios. A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), com a previsão de apoiar, até 2014, a contratação da construção de 6 mil unidades escolares para a educação infantil, com investimento de R$ 7,6 bilhões. Em 2013, foram aprovadas 2.131 propostas de construção de novos estabelecimentos de educação infantil. No âmbito do PAC 2, foram aprovadas, desde 2011, 5.257 unidades para construção, sendo que mais de 48% delas estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

Ainda no âmbito do ProInfância, são repassados recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal a título de

apoio à manutenção dos novos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos do Governo Federal, desde que estejam em plena atividade e que ainda não tenham sido contemplados com recursos do Fundeb. Foram repassados em 2013 mais de R$ 36 milhões.

Outra importante estratégia relativa à educação infantil, lançada em 2012, é a ação Brasil Carinhoso. Por meio dessa ação, em 2013, a título de recurso suplementar, houve um aumento de 25% para 50% do menor valor do Fundeb definido nacionalmente, repassado aos municípios que atendem, em creches públicas ou conveniadas com o poder público, crianças de 0 a 48 meses de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em 2013, foram transferidos mais de R$ 520 milhões para 3.299 municípios. Além desses recursos, as prefeituras e o DF podem solicitar, também no âmbito do Brasil Carinhoso, recursos para manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil. Em 2013 foram liberados cerca de R$ 10 milhões para manutenção de novas turmas.

Destacam-se, ainda, outras ações estratégicas visando subsidiar o cumprimento da meta:

- Ampliação das estratégias de assessoramento técnico-pedagógico, visando subsidiar a elaboração da proposta pedagógica, a estrutura e funcionamento da instituição na perspectiva das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI);

- Elaboração das listas de brinquedos (0 a 3 anos, 4 e 5 anos, 0 a 5 anos), criação de Comissão Técnica para análise pedagógica das amostras de brinquedos e realização de Audiências Públicas com posterior publicação de Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço; e

- Orientações Curriculares para a Educação Infantil.

- **Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Nos últimos anos, duas mudanças importantes foram introduzidas na educação básica: a matrícula obrigatória no ensino fundamental a partir de 6 anos completos, ampliando a duração do ensino fundamental para 9 anos, e a obrigatoriedade de matrícula/frequência na pré-escola para crianças a partir de 4 anos completos, introduzida pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009 e que deve ser cumprida até 2016.

A PNAD de 2012 registrou taxa de frequência à escola de 78,2% para população de 4 e 5 anos. Em 2001, essa taxa era de 55% e, em 2011, de 77,4%, o que evidencia um significativo crescimento ao longo dos últimos dez anos, uma vez que o percentual atingiu um aumento de mais de 40% nesse período.

Destaca-se a importância do ProInfância para esse resultado. O ProInfância é voltado para a construção de novas unidades de educação infantil e para a aquisição de mobiliário e equipamentos, além do assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios. Passou a integrar, a partir de 2011, a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), com a previsão de apoiar, até 2014, a contratação da construção de 6 mil unidades escolares para a educação infantil, com investimento de R$ 7,6 bilhões. Em 2013, foram aprovadas 2.131 propostas de construção de novos estabelecimentos de educação infantil. No âmbito do PAC 2, foram aprovadas, desde 2011, 5.257 unidades para construção, sendo que mais de 48% delas estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

Ainda no âmbito do ProInfância, o MEC repassa recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal a título de apoio à manutenção dos novos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos do Governo Federal, desde que estejam em plena atividade e que ainda não tenham sido contemplados com recursos do Fundeb. Foram repassados em 2013 mais de R$ 36 milhões.

Outra importante estratégia relativa à educação infantil, lançada em 2012, é a ação Brasil Carinhoso. Em 2013, a título de recurso suplementar, houve um aumento de 25% para 50% do menor valor do Fundeb definido nacionalmente, repassado aos municípios que atendem, em creches públicas ou conveniadas com poder público, crianças de 0 a 48 meses de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em 2013, foram transferidos mais de R$ 520 milhões para

Plano Mais Brasil

3.299 municípios. Além desses recursos, as prefeituras e o DF podem solicitar, também no âmbito do Brasil Carinhoso, recursos para manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil. Em 2013, foram liberados cerca de R$ 10 milhões para manutenção de novas turmas.

Destacam-se, ainda, outras ações estratégicas visando subsidiar o cumprimento da meta, a saber:

- Ampliação das estratégias de assessoramento técnico-pedagógico, visando subsidiar a elaboração da proposta pedagógica, a estrutura e funcionamento da instituição na perspectiva das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI);

- Elaboração das listas de brinquedos (0 a 3 anos, 4 e 5 anos, 0 a 5 anos), criação de Comissão Técnica para análise pedagógica das amostras de brinquedos e realização de Audiências Públicas com posterior publicação de Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço; e

- Orientações Curriculares para a Educação Infantil.

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem ampliado suas políticas voltadas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica, em colaboração com as instituições de ensino superior e com os sistemas de ensino estaduais e municipais. Também tem atuado no sentido de fortalecer o Comitê Gestor da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, dos quais faz parte, atuando na institucionalização desses órgãos colegiados, criados para dar cumprimento aos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), na modalidade presencial, fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de licenciatura para professores em exercício na rede pública de educação básica. Os cursos são ofertados para professores que não têm formação superior, que atuam em área distinta da sua formação inicial ou que são graduados, mas não possuem grau em licenciatura. Em 2013, foram registradas 6.965 matrículas distribuídas em 213 turmas de 95 instituições formadoras, sediadas em 23 estados.

Cabe mencionar também o Sistema UAB – Universidade Aberta do Brasil, integrado por 103 IES e 758 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da Federação. Na UAB estão em andamento mais de 1.250 cursos, sendo 370 de licenciatura e 704 de pós-graduação lato ou stricto sensu. Além disso, desde 2006 mais de 35 mil professores da rede pública da educação básica já se formaram e 50 mil estão matriculados em cursos do Sistema UAB.

Outro programa de incentivo à formação de professores da educação básica é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Com o edital 2012, o Pibid concedeu 49.321 bolsas no ano de 2013, distribuídas em 195 instituições de ensino superior (IES). A adesão ao edital de 2013 ratifica a relevância educacional do Pibid junto às instituições formadoras: em 2014 serão concedidas 40.933 novas bolsas em 313 instituições de ensino superior (IES), atendendo a 5.968 escolas públicas. Ao todo, foram aprovadas 90.254 bolsas, referentes aos Editais 2012 e 2013.

Outra ação do Governo Federal que possui um importante componente de formação é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O Pacto constitui um compromisso formal assumido pelas três esferas de governo, com o objetivo de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. O projeto tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; orientação quanto aos resultados alcançados nas avaliações externas universais aplicadas pelo Inep; material didático; e gestão, controle social e mobilização. A formação continuada de professores alfabetizadores tem como objetivo apoiar todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que

atuam nas turmas multisseriadas e multietapas, de forma a planejarem as aulas e a utilizarem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC. Em 2013, a ênfase foi em linguagem e, em 2014, será em matemática. O Pacto contou, em 2013, com a adesão dos 27 estados e 5.420 municípios, para formação de 15.988 orientadores de estudos e 317.572 professores alfabetizadores, com a concessão de 2.507.219 bolsas em 2013.

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica (Renafor), constituída em julho de 2004, surgiu como resposta à necessidade de articular a pesquisa e a produção acadêmica à formação dos educadores, processo que não se completa por ocasião do término de seus estudos em cursos superiores. Em 2011 ela foi reestruturada, passando a chamar Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renaform). A Rede oferta cursos de aperfeiçoamento nas seguintes áreas de formação: educação matemática e científica, ensino de ciências humanas e sociais, artes, educação física e educação infantil. Foram concedidas 4.921 bolsas em 2013. A Rede também oferta cursos abarcando as temáticas de Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual, Direitos de Crianças e Adolescentes, Educação para as Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Educação Escolar Quilombola, História e Cultura dos Povos Indígenas, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Especial e Educação Ambiental. Em 2013, foram concedidas 7.064 bolsas.

O Programa Saúde na Escola articula-se com o Programa Crack é Possível Vencer por meio do eixo de "Prevenção ao uso de Drogas", que inclui a capacitação de profissionais da educação. Em 2012-2013, foram inscritos no Curso Prevenção ao uso de Drogas para Educadores de escolas Públicas 71.720 professores. O objetivo desse curso, oferecido na modalidade a distância, é contribuir para o fortalecimento da comunidade no desenvolvimento da política de prevenção ao uso de drogas.

Por fim, em relação ao Piso Salarial do Magistério (Lei nº 11.738/2008) e aos Planos de Carreira e Remuneração, o Ministério tem prestado assistência técnica aos entes federados mediante esclarecimentos, orientações e produção de textos que comporão um livro e um manual para orientar os sistemas de ensino, com lançamento previsto para agosto de 2014, juntamente com a implementação de um Sistema de Apoio à Gestão dos Planos de Carreira que auxiliará os gestores locais na estruturação ou reestruturação dos planos de carreira.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino, em consonância com o PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  Embora seja elevado número de entes federados que declararam possuir plano de carreira para os profissionais do magistério no sistema de acompanhamento do MEC, a realidade desses planos, analisada por meio de amostragem, demonstra que muitos foram aprovados antes da Lei nº 11.738/2008, e possuem características que dificultam o pagamento do Piso Salarial.

  Tendo em vista a necessidade de colaborar para o aperfeiçoamento desses planos, o MEC presta apoio técnico aos entes federados na elaboração e reestruturação de seus planos de carreira, por meio de atendimento direto a gestores dos sistemas de ensino, a professores e aos demais interessados.

  Em 2013 foram concluídas as minutas de texto que servirão de base para a elaboração dos textos definitivos de livro e manual contendo proposta referencial para apoio à elaboração ou reestruturação dos Planos de Carreira e Remuneração (PCR). Além disso, foi concluída a fase de testes no primeiro módulo de um sistema informatizado para os gestores educacionais de estados e municípios voltado para simulação dos Planos de Carreira, de modo a auxiliá-los na elaboração e reelaboração dos planos, podendo ser utilizados também por sindicatos e profissionais da educação. Ainda no exercício de 2013, o MEC desenvolveu formação e prestou assistência técnica sobre planos de carreira e remuneração e Piso Salarial Profissional Nacional para os 11 municípios do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS-Xingu).

- **Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Em 2013, dois relevantes programas foram consolidados visando formar professores da educação básica. O primeiro programa é o Parfor, na modalidade presencial, que induz e fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de licenciatura para professores em exercício na rede pública de educação básica. Os cursos são ofertados para professores que não tem formação superior, que atuam em área distinta da sua formação inicial ou que são graduados, mas não possuem grau em licenciatura. Em 2013 foram registradas 6.965 matrículas distribuídas em 213 turmas de 95 instituições formadoras, sediadas em 23 estados.

Outro programa de incentivo à formação de professores da educação básica é o Pibid que se manteve como uma política pública de alto impacto na qualidade da formação de professores. A finalidade do programa é promover a equidade e a excelência nas licenciaturas por meio de concessão de bolsas. Foi lançado novo edital em 2013, com extensão do programa a bolsistas do ProUni e aperfeiçoamentos nos aspectos pedagógicos para assegurar a equidade e a excelência nas licenciaturas. Com o edital 2012, o Pibid concedeu 49.321 bolsas no ano de 2013, distribuídas em 195 instituições de ensino superior (IES). A adesão ao edital de 2013 ratifica a relevância educacional do Pibid junto às instituições formadoras: em 2014 serão concedidas 40.933 novas bolsas em 313 instituições de ensino superior (IES), atendendo a 5.968 escolas públicas, resultando em um total de 90.254 bolsas aprovadas referentes aos Editais 2012 e 2013.

Cabe mencionar, ainda, o Sistema UAB, integrado por 103 IES e 758 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da Federação. Na UAB estão em andamento 1.250 cursos, sendo 370 de licenciatura e 704 de pós-graduação lato ou stricto sensu. Em 2013, a UAB registrou mais de 243 mil matrículas, sendo mais de 119 mil em cursos de licenciatura e 60 mil em cursos de especialização. Além disso, desde 2006, mais de 35 mil professores da rede pública da educação básica já se formaram e 50 mil estão matriculados em cursos do Sistema UAB.

- **Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A quantidade de professores com pós-graduação evoluiu consideravelmente nos últimos anos. Em 2007, a porcentagem de professores da educação básica com pós-graduação lato e stricto sensu era de 18% e em 2012, 29%.

O MEC busca formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu por meio do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com destaque para o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (ProfMat), o Mestrado Profissional em Física (MNPEF) e o Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), além dos cursos de especialização. Pelo ProfMat, em 2013, foram matriculados 4.440 professores, dos quais 241 já se formaram. Já em relação ao ProfLetras, matricularam-se 838 professores. O MNPEF está ainda em fase de implementação.

- **Incentivar a aproximação entre o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade e o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 11.738/2008, que regulamenta a instituição do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, tem sido um instrumento fundamental para possibilitar a aproximação do rendimento médio do profissional do magistério com o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

O Piso Salarial Profissional Nacional é parte indissociável dos planos de carreira. Ao prestar assistência técnica aos entes federados para a elaboração dos planos de carreira, o MEC incentiva e orienta sobre o cumprimento da Lei. Os entes federados têm apresentado dificuldades para cumprir o valor do piso, especialmente em função do indexador (valor aluno/ano do Fundeb) utilizado para o cálculo do reajuste previsto na referida lei. Com o objetivo de construir um acordo sobre o assunto, o MEC organizou várias reuniões e espaços de diálogo com a participação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com Governadores, com o Conselho de Secretários de Estado da Fazenda e com as entidades nacionais representantes dos municípios.

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal realiza diversas ações de apoio aos estudantes da educação básica para assegurar igualdade nas condições de acesso e permanência nas diversas etapas e modalidades e contribuir para a universalização e desenvolvimento desse nível de ensino. Essas ações representam a conjugação dos esforços dos entes federados, que atuam em parceria com as famílias e a comunidade em prol da melhoria da qualidade da educação.

O Programa Mais Educação representa a estratégia do Governo Federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada. A meta para o ano de 2013, de 45 mil escolas, foi superada com a adesão de mais de 49 mil. Das escolas que aderiam ao programa em 2013, mais de 60% estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

O Programa de Formação Esportiva Escolar - Atleta na Escola, para jovens de 12 a 17 anos, busca incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes de educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos. Em 2013, a 1ª Edição do programa contou com a participação de mais de 2 milhões de alunos de 23 mil escolas.

O Programa Ensino Médio Inovador apoia os estados na busca da universalização do atendimento no ensino médio, por meio da reestruturação do currículo escolar, de modo a torná-lo mais atrativo. Em 2012, houve adesão de 25 estados e foram atendidas 2.002 escolas, beneficiando 1,17 milhão de alunos matriculados, com repasse de R$ 109,6 milhões. Para o ciclo 2013-2014 houve a adesão de 5.671 escolas, superando a meta de expansão prevista e beneficiando mais de 3,7 milhões de alunos, com repasse de R$ 169,4 milhões para esse ciclo.

O Programa Caminho da Escola objetiva renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. Em 2013, foram adquiridos 3.663 ônibus escolares, sendo 2.920 ônibus rurais e 735 ônibus urbanos acessíveis, no valor de R$ 736,7 milhões. Além disso, os entes federados adquiriram com recursos próprios 2.467 ônibus, sendo 2.340 rurais e 127 urbanos acessíveis, adaptados para o transporte de alunos com reduzida capacidade de locomoção.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) visa promover o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica residentes em área rural que utilizam transporte escolar, mediante a assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados. Em 2012 o Programa atendeu 4,5 milhões de alunos com recursos de R$ 590,7 milhões. Já em 2013 foram atendidos 4,4 milhões de alunos em 5.188 municípios, com investimentos de R$ 581,4 milhões.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) contribui para a oferta de alimentação adequada e saudável e para a educação alimentar e nutricional dos estudantes. Tanto em 2012 quanto em 2013, o Pnae atendeu mais de 43 milhões de alunos, com investimentos de, respectivamente, R$ 3,3 e R$ 3,5 bilhões. Como um dos grandes avanços do Pnae, destaca-se a aquisição de, no mínimo, 30% de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

O PDDE apoia, por meio da destinação de recursos financeiros, ações voltadas: à realização de atividades de educação integral; à adequação e benfeitoria na infraestrutura física em escolas do campo; à realização de adequações

arquitetônicas para promoção de acessibilidade a alunos público-alvo da educação especial; ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e esgotamento sanitário; ao desenvolvimento da prática esportiva e de valores olímpicos e paralímpicos entre os jovens e adolescentes; ao desenvolvimento da sustentabilidade socioambiental; e ao apoio e desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras em escolas do ensino médio. Em 2013 foram investidos R$ 2,6 bilhões, destinados a mais de 133 mil escolas. Destaca-se que 3.853 escolas do campo foram beneficiadas com recursos para adequação e benfeitoria da infraestrutura física; 851 escolas, com recursos para a manutenção, conservação e construção de poços e cisternas; e 9.036 escolas, com recursos para adequações arquitetônicas para acesso e permanência de alunos público-alvo da educação especial.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), executado em ciclos trienais alternados, provê as escolas públicas de educação básica com livros didáticos, dicionários e obras de literatura complementares de apoio em sala de aula. Em 2013, foram adquiridos 91,8 milhões de exemplares para estudantes do ensino fundamental, com investimento de R$ 751,7 milhões. Já para os alunos do ensino médio, foram adquiridos 40,9 milhões de exemplares com recursos de R$ 364,1 milhões. Adicionalmente, foram distribuídas versões acessíveis dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD, a todos os alunos da educação pública inclusiva. Também foram adquiridos os manuais em versão digital, com investimento de R$ 19,1 milhões, para disponibilização nos tabletes educacionais que estão sendo adquiridos para todos os professores do ensino médio das escolas da rede pública. O PNLD Campo, realizado pela primeira vez em 2013, beneficiou 2,1 milhões de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, atendendo 63.791 escolas brasileiras situadas em áreas consideradas rurais.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) disponibiliza obras de literatura, de referência, de pesquisa e outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica. Em 2013, foram distribuídos 7,4 milhões de livros, no valor de R$ 86,3 milhões; e 14,9 milhões de periódicos, com o investimento de R$ 57 milhões. Finalizou-se também a seleção de 45 obras do PNBE-Temático, que contempla temas relativos à diversidade e à inclusão, beneficiando 60 mil escolas públicas.

No âmbito da Política Nacional de Educação Infantil, o MEC repassa recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal a título de apoio à manutenção dos novos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos do Governo Federal, que estão em plena atividade mas ainda não são contemplados com recursos do Fundeb. Foram repassados, em 2013, mais de R$ 36 milhões.

No Brasil Carinhoso, destaca-se que, em 2013, houve um aumento de 25% para 50% do menor valor do Fundeb definido nacionalmente, a título de recurso suplementar para os municípios que atendam, em creches públicas ou conveniadas com poder público, crianças de 0 a 48 meses de famílias beneficiárias do PBF. Em 2013, já foram transferidos mais de R$ 520 milhões para 3.299 municípios. Além desses recursos, prefeituras e o DF podem solicitar recursos para manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil. Em 2013, foram liberados cerca de R$ 10 milhões para manutenção de novas turmas.

Com relação ao acesso a tecnologias de informação, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) promove o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação nas redes públicas de educação básica. Em 2013, foram adquiridos 5 mil laboratórios de informática para escolas públicas urbanas. Além disso, no âmbito do Pronacampo, foram entregues 5 mil laboratórios rurais no valor de R$ 15,7 milhões e disponibilizados recursos na ordem de R$ 16,7 milhões para aquisição e distribuição de 47 mil laptops educacionais para os estudantes. Entre 2012 e 2013 foram adquiridos mais de 460 mil tabletes, dos quais, aproximadamente, 400 mil já foram entregues aos estados.

Também contribuindo para a melhoria da qualidade da educação, destaca-se a promoção de certames e concursos nacionais e o uso de tecnologias educacionais. Em 2013, a 9ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP 2013), dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio, contou com a participação de mais de 18 milhões de alunos, de 47.145 escolas públicas.

Quanto à ampliação da oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, visando a garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. O ciclo 2012, com execução no ano de

2013, teve a adesão de 25 estados, o Distrito Federal e 959 prefeituras, beneficiando mais de 1,1 milhão de alfabetizandos, 103.250 alfabetizadores, 18.899 alfabetizadores-coordenadores de turmas e 1.346 tradutores intérpretes de Libras. Em 2013, foram efetivadas 91.408 matrículas em novas turmas de EJA em 601 municípios e 24.418 matriculas em 11 estados. O MEC e o Ministério da Justiça elaboraram o Plano de Implementação da Educação no Âmbito do Sistema Prisional, lançado em 2013, prevendo a oferta de 27 mil novas vagas de EJA e 10 mil novas vagas do PBA nos estabelecimentos penais e nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas para o período de 2013-2014. Foram atendidos, em 2013, 9.908 alfabetizandos, além do financiamento para o atendimento de 17.927 novas matriculas de EJA, distribuídas em 20 estados.

No âmbito da educação escolar indígena, em 2013 foi lançado o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para a organização, fortalecimento e gestão da Educação Escolar Indígena, com objetivo de ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior para os povos indígenas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O investimento público total em educação, segundo dados do Inep, apresentou um importante incremento de 42%, passando de 4,5% do PIB, em 2005, para 6,4%, em 2012. Nesse período, substanciais recursos novos foram introduzidos por modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino, principalmente a introdução do Fundeb em 2007, e a eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) entre 2009 e 2011, recuperando uma década de perdas sobre o investimento federal em educação para todos os níveis.

O aumento proposto no investimento público total em educação em relação ao PIB para 10% ao final do período de vigência do PNE 2011-2020, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos tanto para a educação básica como para as respectivas redes de ensino profissional e superior.

Nesse sentido, foi sancionada a Lei nº 12.858/2013, que reserva para a educação (75%) e saúde (25%) todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de dezembro de 2012; bem como as receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção, no caso em que as jazidas da área do Pré-sal e das áreas estratégicas se estendam para além do bloco contratado. A Lei também destina a aplicação de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE. Prescreve ainda que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Os gastos mínimos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, prescritos constitucionalmente, decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados. As aplicações mínimas da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais, além da contribuição social do Salário Educação, restrito à educação básica, e da Complementação da União ao Fundeb, que deve ter um valor mínimo correspondente a 10% da soma dos recursos depositados nas contas estaduais do Fundeb pelos estados, Distrito Federal e municípios. Para estados e municípios, os mínimos constitucionais para aplicação em educação devem corresponder a 25% das receitas totais de impostos, inclusive transferências recebidas de outras esferas. Para cada ente federado, deverão ser consideradas, em acréscimo a esses valores mínimos obrigatórios pela Constituição, as aplicações em educação oriundas da exploração do petróleo e gás natural. Cumpre à União atender à sua rede de ensino e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos estados, Distrito Federal e municípios. A esses, com 25% de seus impostos, mais as transferências recebidas da União,

cabe a missão prioritária de manter a rede pública da educação básica, além de suas universidades e escolas técnicas.

Estados e municípios são responsáveis por 79% dos recursos públicos para a educação, enquanto os gastos da União respondem por 21%. Ressalta-se que mais da metade dos recursos da União é transferida para os demais entes federativos com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino.

Nos últimos anos houve um grande crescimento dos investimentos na educação básica e na educação superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica. O maior crescimento relativo do valor por aluno na educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino, que era muito baixo, fazendo com que a relação desses valores na educação superior sobre os valores na educação básica por estudante diminuísse de 10,1 em 2002 para 4,8 em 2011 – relação mais próxima dos padrões internacionais. Em termos monetários, os gastos por estudante no ensino superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011, enquanto na educação básica o aumento foi de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período.

- **Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2009, a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo era 7,5 anos de estudo, passando para 7,7 em 2011 e 8,0 em 2012. Em relação à região de menor escolaridade, em 2009, apurou-se 8,4 anos de estudo na região Nordeste. Em 2011 e 2012 a região brasileira de menor escolaridade para esta faixa etária foi a Norte, atingindo o índice de 8,7 em 2011 e, 8,9 anos em 2012. Com relação à escolaridade média entre os 25% mais pobres, em 2009 o índice era de 7,4, passando em 2011 para 7,7 e em 2012 chegou a 8,0 anos de estudo.

A partir da publicação da Lei nº 12.695/2012 e da Resolução CD/FNDE nº 48/2012, mudanças foram introduzidas no âmbito da EJA, que passou a abranger o ensino fundamental e o ensino médio com qualificação profissional. A referida Resolução aprova os procedimentos para a transferência de recursos financeiros pleiteados por estados, municípios e Distrito Federal, a título de apoio à manutenção de novas turmas de EJA, oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb. Foram repassados mais de R$ 175 milhões para o financiamento de 240.542 novas matrículas com execução em 2013, sendo 178.264 matrículas nas redes municipais, abrangendo 1.196 municípios, e 62.278 matrículas da rede estadual, em 19 estados.

- **Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica**

Análise Situacional da Meta

O Censo Escolar registrou, em 2012, 234.869 matrículas indígenas na Educação Básica. Em 2013, foi lançado o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para organização, fortalecimento e gestão da Educação Escolar Indígena, e tem como objetivo ampliar e qualificar a oferta da educação básica e superior para os povos indígenas. O PNTEE se organiza em cinco eixos: gestão educacional e participação social; pedagogias diferenciadas e uso das línguas indígenas; memórias, materialidade e sustentabilidade; educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica; educação superior e pós-graduação. O Programa contempla a formação superior e a formação continuada de professores indígenas, por meio da ação Saberes Indígenas na Escola, que envolve territórios etnoeducacionais. Em 2013, foram financiadas 19 instituições de ensino superior para desenvolverem cursos de Licenciaturas Interculturais no âmbito do Programa de Licenciaturas Interculturais (Prolind). Por meio desses cursos, 2.248 professores indígenas estão sendo habilitados para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, em três áreas de conhecimento: Línguas, Artes e Literaturas; Ciências da Natureza e Matemática; e Ciências Sociais.

- **Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva resultou no crescimento do número de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial, que passou de 504.039, em 2003, para 752.305 em 2011, e 820.433 em 2012. Destes, aqueles matriculados em classes comuns no ensino regular representavam 28,8% em 2003, 75,7% em 2012 e, em 2013, 77%.

Ressalta-se que, considerando a faixa etária específica de 4 a 17 anos, a taxa de inclusão de alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% em 2007, chegando a 81,7% em 2011, a 84,3% em 2012 e a 85,31% em 2013.

Com relação aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), na faixa de 4 a 17 anos, verificou-se crescimento do percentual de matriculados, saindo de 51,6% em 2010 e atingindo 75% em 2012. Em 2003, eram 13.087 escolas de educação básica com matrículas de estudantes público-alvo da educação especial, passando para 98.801 escolas em 2012, e para 99.929 em 2013.

Cabe ainda destacar, no âmbito do Programa Viver sem Limite, a implementação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), com aquisição de mobiliário e de materiais pedagógicos e de acessibilidade; aquisição de ônibus acessíveis para o transporte escolar; implantação do Programa Escola Acessível, que promove a adequação arquitetônica, aquisição de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva; e a adesão de municípios ao Programa BPC na Escola.

- **Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3**

Análise Situacional da Meta

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação – obtidas a partir do Censo da Educação Básica – com os dados de desempenho escolar – fornecidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e recebe valores de 0 a 10.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente, calculado por rede de ensino e por escola, e expressa em valores facilmente compreensíveis os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. O cálculo do Ideb é feito bianualmente. Desta forma, não existem valores para 2012 e o índice de 2013 tem publicação prevista para setembro de 2014. Em 2011, o Ideb do ensino médio foi 3,7, mesmo valor da meta para aquele ano.

Uma das estratégias implementadas pelo MEC para o alcance desta meta é o Programa Ensino Médio Inovador, que tem como objetivo apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola. Destaca-se também o Programa Brasil Profissionalizado, que visa a fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, ampliando a oferta de educação profissional integrada ao ensino médio.

Quantidade alcançada

3,7

Data de Referência

31/12/2011

- **Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7**

Análise Situacional da Meta

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação – obtidas a partir do Censo da Educação Básica – com os dados de desempenho escolar – fornecidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e recebe valores de 0 a 10.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente, calculado por rede de ensino e por escola, e expressa em valores facilmente compreensíveis os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. O cálculo do Ideb é feito bianualmente. Desta forma, não existem valores para 2012 e o índice de 2013 tem publicação prevista para setembro de 2014.

Plano Mais Brasil

Em 2011, o Ideb dos anos finais do ensino fundamental foi 4,1, superando a meta de 3,9 para esse ano. Entre os esforços para a melhoria da qualidade do ensino fundamental, destaca-se o Programa Mais Educação, que induz a agenda da educação em jornada ampliada, tendo a adesão de 49 mil escolas em 2013.

Quantidade alcançada

4,1

Data de Referência

31/12/2011

- **Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2**

Análise Situacional da Meta

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação – obtidas a partir do Censo da Educação Básica – com os dados de desempenho escolar – fornecidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e recebe valores de 0 a 10.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente, calculado por rede de ensino e por escola, e expressa em valores facilmente compreensíveis os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. O cálculo do Ideb é feito bianualmente. Desta forma, não existem valores para 2012 e o índice de 2013 tem publicação prevista para setembro de 2014.

O Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental em 2011 foi 5,0, superior à meta de 4,6 para aquele ano. Uma estratégia importante para elevação do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado em novembro de 2012, que tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores; orientação quanto aos resultados alcançados nas avaliações externas universais aplicadas pelo Inep; material didático; e gestão, controle social e mobilização.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2011

- **Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados da PNAD, o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade vem crescendo desde 2001, ano em que atingiu o índice de 83,1%, alcançando 90,14% em 2011 e 89,8% em 2012.

A principal ação estratégica para o alcance desta meta é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O Pacto constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Ele envolve um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, disponibilizados aos entes federados, e que tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; orientação quanto aos resultados alcançados nas avaliações externas universais aplicadas pelo Inep; material didático; e gestão, controle social e mobilização.

A formação continuada de professores alfabetizadores tem como objetivo apoiar todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, inclusive nas turmas multisseriadas e multietapas, de forma a planejarem as aulas e a utilizarem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC. Em 2013, a ênfase dos cursos de formação foi em linguagem e, em 2014, será em matemática. O Pacto conta com a adesão dos 27 estados e de 5.420 municípios, para formação de 15.988 orientadores de estudos e de 317.572 professores alfabetizadores.

Outra realização que merece destaque é a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino

Fundamental de nove anos nos sistemas de ensino, por meio de seminários, palestras, encontros de formação estaduais e municipais, fóruns da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e, também, com efetiva participação do Grupo de Trabalho Fundamental Brasil (GTFB), para discutir e subsidiar as políticas públicas para esta etapa da educação básica, tendo como compromisso viabilizar espaços de diálogo e discussão sobre esse nível de ensino e garantir a continuidade das ações desenvolvidas. Além disso, cabe mencionar a criação e coordenação de Grupos de Trabalho para consolidar proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento para o Ciclo da Alfabetização nas seguintes áreas de conhecimento: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, e Ciências Humanas, formados por gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas de universidades, professores e técnicos pedagógicos. A proposta foi sistematizada no documento intitulado "Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental".

- **Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros**

Análise Situacional da Meta

A escolaridade média dos negros na faixa etária de 18 a 24 anos evoluiu de 8 anos em 2005 para 9 anos em 2012, enquanto a da população não negra passou de 9,6 anos em 2005 para 10,4 em 2012.

Visando à equiparação de escolaridade média entre negros e não negros, o MEC implementa políticas destinadas à formação de professores e elaboração e distribuição de material didático, paradidático e instrucional com vistas à eliminação de práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas, voltados à educação para as relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Para reduzir as desigualdades educacionais entre estudantes negros e não negros, o investimento na formação de professores é fundamental. No segundo semestre de 2013 foram aprovados 24 projetos de formação continuada em Educação para as Relações Étnico-Raciais, com a previsão de abertura, no primeiro semestre de 2014, de 3.530 vagas em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização. No mesmo período, foram formados 1.765 professores nos cursos de educação para as relações étnico-raciais ofertados por meio da Rede Nacional de formação de profissionais do magistério. Para o segundo semestre de 2014, estão previstas as ofertas de 2.900 vagas em cursos de formação continuada em Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Destaca-se, também, o lançamento em 2013, no âmbito da educação superior, do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, voltado para o intercâmbio de estudantes negros, indígenas e com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades matriculados no ensino superior. O público do Programa é aquele compreendido em iniciativas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2013), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O combate ao racismo e a promoção da igualdade também são alvos desta ação.

- **Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia mais significativa do Governo Federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada. O PME promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, por meio da articulação com os equipamentos públicos e comunitários, sob a coordenação da escola e dos professores.

A execução do Programa é feita com recursos repassados diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Há ainda recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores. Em 2013, houve adesão de mais de 49 mil escolas, sendo que em cerca de 32 mil delas mais de 50% de alunos são de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Ressalta-se, ainda, a adesão de mais de 19 mil escolas do campo, indígenas

e quilombolas.

Também no campo da educação em tempo integral, o Programa Ensino Médio Inovador apoia os estados no processo de reestruturação do currículo escolar, articulando as dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia, conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino Médio. Para o ciclo 2013-2014, houve a adesão de 5.671 escolas, superando a meta de expansão prevista, beneficiando mais de 3,7 milhões de alunos, com repasse de R$ 169,4 milhões para esse ciclo.

O financiamento permanente da educação integral vem sendo garantido por meio do Fundeb, que, desde 2007 financia as matrículas em educação integral (mínimo de 7 horas/diárias na escola) com valores até 30% superiores às matrículas regulares no ensino fundamental e também com um acréscimo para as matrículas no ensino médio. Para se beneficiarem desses recursos, basta às escolas declararem, no Censo Escolar, o número de estudantes ou turmas em educação integral.

Cabe mencionar ainda que o Conselho Nacional de Educação incluiu a educação integral nas novas diretrizes para a educação básica.

- **Fomentar programas de combate à violência e ao "bullying" na escola e promover educação em direitos humanos**

Análise Situacional da Meta

Para enfrentar a violência e o bullying no ambiente escolar, tendo em perspectiva a efetivação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, o MEC distribuiu, em 2013, para 45 mil escolas públicas do país os seguintes materiais pedagógicos: Impactos da Violência na Escola: Um Diálogo com Professores; Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e O Estatuto da Criança e do Adolescente nas Escolas: Perspectivas Interdisciplinares.

Além disso, foi finalizada a pesquisa Violência e Convivência nas Escolas Brasileiras, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). A pesquisa teve trabalho de campo realizado em vinte estabelecimentos de ensino fundamental e médio de todas as regiões do país; entrevistas com diretores, coordenadores de ensino, coordenadores pedagógicos, inspetores, porteiros, merendeiras e grupos focais com estudantes, familiares e professores envolveram diretamente 631 atores sociais. Foram pesquisadas as microviolências ou incivilidades, as violências simbólicas e a violência dura, enfocando nas relações entre estudantes e professores, entre família e escolas, agressões verbais, ameaças, entrada de drogas e armas, entre outros fatores que contribuem para a análise do fenômeno. Dessa pesquisa resultou o livro Conversando sobre Violência e Convivência nas Escolas, lançado em dezembro de 2013 e que será distribuído para gestores dos sistemas de ensino em 2014.

Com relação à defesa dos direitos de crianças e adolescentes e ao enfrentamento das violências nas escolas, foram repassados recursos a nove Instituições de Ensino Superior que ofereceram o curso Escola que Protege (EqP), disponibilizando 2.385 vagas em 2013 para a formação continuada de professores e profissionais ligados à Rede de Proteção Integral. Nesse curso, o tema do bullying tem destaque na ementa e é discutido ao longo de toda a formação. O Curso busca qualificar a atuação dos profissionais de educação na identificação, notificação e encaminhamento de casos de violações de direitos de crianças e adolescentes, considerando o papel da escola na Rede de Proteção Integral e junto ao Sistema de Garantia e Direitos, e aborda a violência contra crianças e adolescentes – doméstica, comunitária, pública, institucional – e em diferentes formas – física, psíquica, ou simbólica.

Ainda em 2013, foi concluído o Projeto Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente na perspectiva da implementação da Lei nº 11.525/2007, desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A iniciativa resultou no lançamento, em dezembro, de 4 publicações: ECA nas Escolas: Perspectivas Interdisciplinares; ECA nas Escolas: Reflexões sobre os seus 20 anos; ECA nas Escolas: Experiências Universitárias; e ECA nas escolas: construindo possibilidades de promoção dos direitos da criança.

No que diz respeito à efetivação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, destacam-se os lançamentos do “Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Curriculares” e o relançamento da edição

atualizada do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Além disso, o MEC acompanhou a implementação da primeira fase da Pesquisa Violência e Preconceito na Escola: Contextualizando o Problema, apresentado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, por meio de reuniões técnicas com as instituições envolvidas.

- **Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos.**

Análise Situacional da Meta

O ProJovem Urbano é destinado a jovens de 18 a 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental. Tem como objetivo a elevação da escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de cursos na modalidade EJA integrada à qualificação profissional, com 18 meses de duração.

Aos entes federados que aderem ao ProJovem Urbano são repassados recursos para a implementação local do programa, tais como: pagamento de pessoal; aquisição de gêneros alimentícios para os estudantes e crianças de 0 a 8 anos, filhas dos alunos; custeio da qualificação profissional; aquisição de material escolar para alunos e educadores, e aquisição de material para as Salas de Acolhimento.

Na edição 2013 foram matriculados 93 mil jovens. Destaca-se que os estudantes matriculados no ProJovem Urbano, com o mínimo de 75% de frequência nas atividades presenciais do período, e que apresentem 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R$ 100,00 por mês. O auxílio tem o objetivo de apoiar a permanência do estudante nos 18 meses de curso e ampliar sua possibilidade de conclusão e certificação. Para a edição de 2013, foram produzidos e distribuídos para estudantes, educadores, formadores e gestores do programa mais de 1,8 milhão exemplares de material didático segundo o projeto pedagógico integrado do ProJovem Urbano.

- **Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes**

Análise Situacional da Meta

O analfabetismo entre jovens e adultos (população com 15 anos ou mais) vem sendo reduzido no Brasil, passando, segundo os índices da PNAD, de 9,7% em 2009 para 8,7% em 2012. Em relação às mulheres, em 2009, a taxa de analfabetismo era de 9,6% e, em 2012, o valor apurado foi de 8,4%. Ainda conforme os dados da PNAD, a taxa de analfabetismo da população rural vem apresentando queda: em 2009, o índice era de 22,8%, e, em 2012, o índice apurado foi de 21,1%. Quanto à população negra, a taxa de analfabetismo caiu de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2012.

Para o alcance da meta, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) buscou fortalecer a integração entre as políticas de alfabetização e outras ações do Governo Federal, de modo a ampliar o acesso dos beneficiários do Programa aos serviços públicos já existentes, visando à melhoria das suas condições de vida, renda e cidadania.

A escala de atuação do PBA procura permitir a adequação da proposta pedagógica das turmas de alfabetização às condições locais de execução, o que permite ao Programa atender a populações extremamente vulneráveis, populações do campo, afrodescendentes e mulheres. Do total de alfabetizandos atendidos 55% são mulheres, 59% vivem no campo e 78% são negros. O PBA, no ano de 2013, teve a adesão de 985 entes executores, sendo 25 estados, o DF e 959 municípios, atendendo, aproximadamente, 1,6 milhão de alfabetizandos, sendo 48% na zona urbana e 52% na zona rural, com investimentos no valor de R$ 180 milhões, priorizando municípios com escolas do campo.

- **Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O analfabetismo funcional é mensurado pela proporção da população que tem menos de 4 anos de estudo, sendo uma variável considerada como fator relevante na sua condição de vulnerabilidade social. Em 2005, a taxa de analfabetismo funcional na população de 15 anos ou mais era de 23,4% e, em 2012, foi de 18,3%.

Considerando a necessidade de garantir a oferta de atendimento educacional e a elevação de escolaridade para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não concluíram o ensino fundamental, foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 48/2012, que tem por objetivos ampliar a oferta de EJA, especialmente, aos egressos do PBA, às populações do campo, às comunidades quilombolas, aos povos indígenas e às pessoas em unidades prisionais; e fortalecer a

Plano Mais Brasil

articulação e o compromisso dos entes federados com a efetivação do ingresso, a permanência e a continuidade de estudo de jovens e adultos nos sistemas de ensino.

Para a oferta de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos, foram repassados mais de R$ 175 milhões para o financiamento de 240.542 novas matrículas em 2013, entre as quais 178.264 matrículas nas redes municipais, abrangendo 1.196 municípios, e 62.278 matrículas da rede estadual em 19 estados.

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O MEC desempenha papel mediador, indutor e facilitador da pactuação com os entes federativos, por meio de um conjunto de iniciativas, promovendo o diálogo e agregando capacidades de forma a viabilizar a cooperação federativa e intersetorial. Destaca-se a instalação do Grupo de Trabalho para elaborar estudos sobre o fortalecimento do regime de colaboração mediante Arranjos de Desenvolvimento da Educação, indicando a importância da colaboração territorial na melhoria da qualidade social da educação. Também em 2013, deu-se prosseguimento à construção do Território de Cooperação Educacional do Xingu, iniciativa que visa promover cooperação federativa com participação social no território dos municípios da área de impacto da Barragem Belo Monte, no estado do Pará. Participam da Comissão Coordenadora do Território representantes dos governos municipais, estadual e federal, assim como representantes da sociedade civil e instituições de ensino superior que atuam na região.

O MEC realizou, ainda, agenda comum de trabalho com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), visando fortalecer o diálogo e o debate sobre o Sistema Nacional de Educação. Em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e as seccionais da Undime, foram selecionados dois representantes em cada estado para atuarem como Avaliadores Educacionais (AE) e subsidiarem as equipes locais. Atualmente a Rede de AE está consolidada contando com 112 Avaliadores e com 2.833 municípios recebendo essa assistência. A partir de dezembro de 2013 deu-se início a realização de encontros regionais para capacitação desses avaliadores.

Referente à integração dos conselhos normativos, foi repactuado com a UNCME, FNCE E CNE o apoio institucional do MEC. Como produto desta articulação foi construído pela UNCME, a partir de pesquisa e debates realizados nos encontros regionais, um texto sobre o papel dos Conselhos na Construção do Sistema Nacional de Educação.

Em relação à produção de estatísticas, informações, indicadores, estudos e pesquisas que geram subsídios para a elaboração e a implementação da política pública educacional, o Censo Escolar 2013 compreendeu um levantamento nacional de dados educacionais com cerca de 190 mil escolas públicas e privadas em atividade de educação básica. Foram declarados, aproximadamente, 49 milhões de matrículas e dois milhões de docentes em turmas de creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, educação profissional nas modalidades regular, especial e educação de jovens e adultos. O histórico dos quantitativos de matrículas declarados no Censo Escolar aponta para uma redução do número de matrículas, o que ocorre devido a dois fatores: a melhora do fluxo escolar com redução de crianças repetindo a série combinada e o aumento do rigor técnico na coleta de informações do Censo, uma vez que atualmente é realizada a checagem de dados para se evitar matrículas duplicadas.

Em relação aos exames, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) possui como objetivo avaliar o desempenho do estudante ao final da educação básica. Desde 2009, também tem sido utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior e para acesso a outros programas, a exemplo do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e do Ciência sem Fronteiras. Em 2013, cerca de 5 milhões de estudantes realizaram a prova, um aumento de 20% em relação aos 4,17 milhões de participantes em 2012.

Por sua vez, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências,

habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros. O Exame visa assegurar uma forma alternativa de certificação do nível de escolaridade (ensino fundamental e ensino médio), inclusive para pessoas privadas de liberdade e jovens sob medidas socioeducativas, e promover a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho no Brasil e no Exterior. Em março de 2013, o Encceja Exterior foi aplicado a brasileiros residentes no Japão, nos Estados Unidos e na Espanha, avaliando 1.583 inscritos. Já o Encceja Nacional foi aplicado em abril de 2013, nas 27 Unidades da Federação, avaliando aproximadamente 104.771 pessoas e em maio do corrente ano foram avaliadas 23.922 pessoas privadas de liberdade e os adolescentes sob medida socioeducativa. O Encceja totalizou 130.276 avaliados.

Já a Provinha Brasil, instrumento pedagógico sem finalidades classificatórias, fornece informações sobre o processo de alfabetização aos professores e gestores das redes de ensino. O delineamento e a construção dessa avaliação prevê, sobretudo, a utilização dos resultados obtidos nas intervenções pedagógicas e gerenciais com vistas à melhoria da qualidade da alfabetização. A Provinha Brasil é destinada as crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras e acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. A aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado. As estimativas do quantitativo de alunos, turmas e escolas para o primeiro semestre têm como base as informações fornecidas no Censo Escolar 2012. Enquanto que as estimativas do segundo semestre consideram a base preliminar do Censo Escolar 2013. Neste contexto, a Provinha Brasil 2013 ocorreu em 91.035 escolas, 147.853 turmas, sendo 102.786 regulares e 45.067 multisseriadas, para 2.464.007 alunos.

Em relação aos estudos e à avaliação de políticas educacionais, o MEC tem trabalhado no sentido de medir os efeitos de programas e de políticas, o que implica verificar sua pertinência, relevância, eficiência, eficácia e impacto.

Para contribuir para a formação e qualificação do gestor escolar e dos coordenadores pedagógicos, destaca-se o Programa Nacional Escola de Gestores, que oferece curso de especialização na modalidade de educação a distância para este público alvo. Foram pagas 9.803 bolsas em 2013.

Já o Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) disponibiliza formação, presencial e a distancia, capacitando os dirigentes municipais de educação em gestão pública. Também voltado para a melhoria da gestão escolar, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, realizado em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, visa estimular a criação e o fortalecimento dos conselhos escolares, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado por meio de formação continuada para técnicos das secretarias de educação, estaduais e municipais, e para conselheiros escolares. Para isso realiza encontros presenciais e cursos a distância em parceria com Instituições Federais de Ensino Superior. Por fim, cabe ressaltar o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró Conselho), com o objetivo de qualificar a atuação dos Conselheiros Municipais de Educação, que desenvolve ações de apoio à formação continuada de conselheiros por meio de encontros presenciais de formação, bem como formação a distância mediante curso de extensão. Juntos, estes 4 programas realizam o pagamento de 2.194 bolsas de estudo em 2013.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica**

  Análise Situacional da Meta

  O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tem como principal objetivo avaliar a educação básica brasileira, contribuindo para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, mediante a oferta de subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, oferece dados e indicadores para maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados. Cerca de 7,6 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio de todas as unidades da federação fizeram as provas do Saeb (Aneb e Prova Brasil) em 2013.

Plano Mais Brasil

A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) que abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados no 5º ano e 9º ano do ensino fundamental (EF) e no 3º ano do ensino médio (EM). Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação. A Aneb, com provas de leitura e matemática, foi realizada em novembro de 2013por 246 mil estudantes do 5º e do 9º anos do EF regular e do terceiro ano do EM das redes pública e particular.

Já a Prova Brasil é uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 5º e 9º anos do EF das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal. É aplicada em escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos em turmas do 5º e do 9º anos do EF regular de escolas públicas das zonas urbana e rural, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. A avaliação, composta por exames de leitura e matemática, foi aplicada em novembro de 2013 a 4,78 milhões de estudantes.

A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que compõe o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, é censitária e envolve os alunos do 3º ano do EF das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Alfabetização Matemática, além das condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. Em novembro de 2013 foram avaliados em torno de 2,61 milhões de estudantes do 3º ano do EF de escolas públicas das zonas urbana e rural organizadas no regime de nove anos. Nesta etapa de ensino, os estudantes também são avaliados por meio da Provinha Brasil, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano de escolarização das escolas públicas e que ocorre em duas etapas: no início e no término do ano letivo. Os resultados da Avaliação Diagnóstica de Alfabetização produzirão um índice de alfabetização por instituição de ensino e por ente federado, acrescidos e confrontados aos resultados obtidos pelas aplicações da Provinha Brasil, a fim de subsidiar as políticas de alfabetização de crianças no Brasil. Essa metodologia de aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso para conhecimento do que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado.

A Prova Docente tem o objetivo principal de subsidiar estados, Distrito Federal e municípios na realização de concursos públicos para a contratação de docentes para a educação básica. Trata-se de uma prova anual, aplicada de forma descentralizada em todo o país para os candidatos ao ingresso na carreira docente. Em 2013, o pré-teste da Prova Docente foi aplicado em 69 instituições, distribuídos em 42 municípios, totalizando 10.542 participantes. Foram realizadas, ainda, as análises descritiva e qualitativa dos itens do pré-teste até fevereiro de 2013. Esse procedimento teve como objetivo a validação psicométrica e pedagógica da Matriz de Referência. Procedeu-se, ainda, à chamada pública que selecionou 10 instituições aptas a colaborarem na composição do Banco Nacional de Itens (BNI-Docente). Em setembro de 2013 foi apresentada a análise do pré-teste à Comissão Assessora e iniciada a análise pedagógica dos itens por eixo dos objetos de conhecimento. Em novembro, foi promovida a reunião com o Comitê de Governança para a apresentação dos resultados preliminares sistematizados do pré-teste da Prova Docente. Em dezembro, as Instituições de Educação Superior selecionadas na chamada pública receberam informações acerca da constituição do BNI-Docente, bem como da formação dos elaboradores e revisores de itens. Para 2014, estão previstos capacitação e ciclo de elaboração de itens para compor o banco de itens.

- **Elevar o percentual de diretores de escola com nomeação vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O MEC tem contribuído para o fortalecimento das relações de colaboração entre os entes federativos mediante a assistência técnica oferecida aos estados, Distrito Federal e municípios para elaborarem e alinharem seus planos de educação ao Plano Nacional de Educação, ainda tramitando no Congresso Nacional. Ao alinharem seus planos com o PNE, os municípios e estados contribuirão para o alcance das metas nacionais e para a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE). Uma das metas do PNE é justamente a vinculação da nomeação de diretores de escola a critérios técnicos e à participação da comunidade escolar na escolha.

Nesse sentido, o MEC estabeleceu parceria com a Associação Nacional de Política e Administração Educacional

(ANPAE) para a elaboração de subsídios ao debate sobre critérios para a escolha de diretores de escola. Nessa parceria está prevista a publicação de cadernos temáticos versando sobre os temas relacionados ao SNE em debate. Prevê-se que um desses cadernos tratará da gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas, contemplando critérios técnicos, de mérito e participação da comunidade.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio	milhar	01/01/2010	1.140,4	31/12/2013	1.441,051
Número de matrículas em cursos de educação profissional tecnológica de graduação	milhar	31/12/2011	870,5	31/12/2012	944,904
Número de matrículas em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional	milhar	31/12/2012	1.298,768	31/12/2013	2.087,628
Número de matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	250,9	31/12/2012	335,978
Número de unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	unidade	31/12/2010	354	31/12/2013	470
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1	31/12/2012	6,4
Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional	%	31/12/2010	1,3	31/12/2013	3

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo contempla iniciativas que compõem o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), quais sejam: Expansão da Rede Federal, Bolsa-Formação, Programa Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec, e Acordo de Gratuidade com Serviços Nacionais de Aprendizagem – Sistema S. Em 2013, o Pronatec atingiu a marca de 5,6 milhões de brasileiros atendidos em cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Em relação à Expansão de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, das 208 novas unidades previstas para o período 2011-2014, já estão em funcionamento 116 unidades. Ao final da expansão, serão 562 unidades em 512 municípios. Em 2013, iniciaram suas atividades 40 unidades da Rede Federal de 16 Estados e do Distrito Federal que, quando estiverem em pleno funcionamento, totalizarão 48 mil novas vagas. Os investimentos no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede, em 2013, alcançaram a cifra de R$ 825 milhões.

A Bolsa-Formação oferece vagas gratuitas em duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, referente a cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), e a Bolsa-Formação Estudante, referente a cursos técnicos de nível médio. Inicialmente, foram ofertados FIC e cursos técnicos concomitantes. Por meio de Medida Provisória convertida na Lei 12.816/2013, o Pronatec também passou a ofertar, no âmbito da Bolsa-Formação, cursos técnicos na forma subsequente para egressos do ensino médio. A partir de 2013, o Programa Mulheres Mil e o Proeja passaram a ser executados no âmbito do Pronatec Bolsa-Formação, ampliando o acesso do público alvo desses programas à educação profissional e à

elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. Desde a criação da Bolsa-Formação, em 2011, foram totalizadas 2,2 milhões de matrículas, sendo 1,8 milhão em cursos FIC e 406 mil em cursos técnicos de nível médio. Somente em 2013, com investimentos de R$ 2,7 bilhões, foram realizadas 1,55 milhão de matrículas pela Bolsa-Formação, das quais 1,24 milhão em cursos FIC e 305 mil em cursos técnicos de nível médio.

Para o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, o Programa Brasil Profissionalizado apoia obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos, desenvolvimento da gestão e das práticas pedagógicas, além de contribuir com a formação de professores. Desde 2011, no âmbito do Brasil Profissionalizado, foram realizadas 233 mil matrículas, sendo mais de 70 mil somente em 2013. São 34 novas escolas técnicas estaduais e 176 ampliações/reformas já concluídas. Os investimentos do programa totalizaram R$ 192 milhões em 2013.

A Rede e-Tec Brasil promove a oferta de educação profissional e tecnológica a distância. Desde 2011, foram realizadas 347 mil matrículas. Especificamente em 2013, foram registrados 137 mil estudantes matriculados em 1.346 polos de apoio presencial, tendo sido criados 423 novos polos. O investimento em 2013 foi de R$ 146 milhões.

O Acordo de Gratuidade com o Sistema S possibilita a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional para jovens de baixa renda. São cursos para formar técnicos nas mais variadas áreas: Mecânica, Edificações, Automação Industrial, Logística, Eletromecânica, Eletrotécnica, Biocombustíveis, Petróleo e Gás, Agricultura e Pecuária, Telecomunicações, Informática, Tecnologia da Informação, Enfermagem, dentre outras. Desde 2011, foram realizadas 2,48 milhões de matrículas, sendo 976 mil em 2013.

Ressalta-se, ainda, a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional e tecnológica aos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Foi criado, em 2013, o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) para o acesso de estudantes que concluíram o ensino médio em vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente em instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica. As instituições participantes passam por um processo de habilitação perante o MEC, que leva em conta índices de qualidade acadêmica e a experiência da instituição em áreas de conhecimento correlatas a do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, inclusive com possibilidade de avaliação in loco. Já na primeira edição, em 2013, o Sisutec alcançou 456,1 mil inscritos e matriculou mais de 170 mil pessoas em 117 cursos técnicos, ofertados em 296 municípios de 26 estados.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Mulheres Mil tem entre seus objetivos oferecer cursos de educação profissional a mulheres em situação de vulnerabilidade social, em consonância com a política de inclusão social e de igualdade de gênero. Esse Programa foi estendido para novos câmpus dos Institutos Federais e, desde 2011, atendeu a mais de 38 mil mulheres, sendo que 40% são da região Nordeste. Somente em 2013, foram quase 19 mil mulheres atendidas. O Programa Mulheres Mil foi incorporado à Bolsa-Formação, como forma de viabilizar a ampliação da oferta, uma vez que o seu público-alvo está diretamente relacionado com o público prioritário do Pronatec, sobretudo o Pronatec Brasil Sem Miséria.

  Quantidade alcançada

  37.183

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  O investimento público total em educação, segundo dados do INEP, apresentou um importante incremento de 42%, passando de 4,5% do PIB, em 2005, para 6,4%, em 2012. Nesse período, substanciais recursos novos foram

introduzidos por modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino, principalmente a introdução do Fundeb em 2007, e a eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) entre 2009 e 2011.

O aumento proposto no investimento público total em educação em relação ao PIB para 10% ao final do período de vigência do PNE 2011-2020, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos tanto para a educação básica como para as respectivas redes de ensino profissional e superior.

Nesse sentido, foi sancionada a Lei nº 12.858/2013. Esta reserva para a educação (75%) e saúde (25%) de todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de dezembro de 2012. Também são reservadas, na mesma proporção, as receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção, no caso em que as jazidas da área do Pré-sal e das áreas estratégicas se estendam para além do bloco contratado. Ademais a Lei também destina a aplicação, exclusivamente na educação pública, com prioridade para a educação básica, de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE. Prescreve ainda que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Nos últimos anos houve um grande crescimento dos investimentos na educação básica e na educação superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica. O maior crescimento relativo do valor por aluno na educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino, que era muito baixo, fazendo com que a relação desses valores na educação superior sobre os valores na educação básica por estudante diminuísse de 10,1 em 2002 para 4,8 em 2011 – relação mais próxima dos padrões internacionais. Em termos monetários, os gastos por estudante no ensino superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011, enquanto na educação básica o aumento foi de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período.

- **Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A relação aluno/professor é obtida pela razão entre o número de estudantes matriculados e o de professores lotados nas instituições que compõem a Rede Federal. Está previsto o alcance da relação de 20 alunos por docente, sendo que em 2013 a relação aluno/professor apurada foi de 20,40.

Constata-se que as instituições da Rede Federal têm cumprido o objetivo pactuado nos Termos de Acordo e Metas, otimizando a capacidade institucional e garantindo o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à atuação do docente: ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga. Somente em 2013 foram contratados 3.471 novos docentes, o que explica a redução do valor desta relação no último exercício.

- **Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562**

Análise Situacional da Meta

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, uma das iniciativas do Pronatec, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para a população brasileira.

Das 208 novas unidades previstas para o período 2011-2014, já estão em funcionamento 116 unidades. Ao final da expansão, serão 562 unidades em 512 municípios. Em 2013, um total de 40 unidades da Rede Federal, localizadas em 16 estados e no Distrito Federal, iniciaram suas atividades, com 2.860 matrículas atendidas. Quando em pleno funcionamento, essas 40 unidades totalizarão 48 mil novas vagas. São elas: Câmpus Tarauacá do IFAC; Câmpus

Santana do Ipanema e São Miguel dos Campos do IFAL; Câmpus Humaitá do IFAM; Câmpus Grajaú e Pedreiras do IFMA; Câmpus Betim, Ouro Branco, Ribeirão das Neves, Sabará e Santa Luzia do IFMG; Câmpus Primavera do Leste e Várzea Grande do IFMT; Câmpus Óbidos do IFPA; Câmpus Guarabira do IFPB; Câmpus Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes do IFPE; Câmpus Brusque do IF Catarinense; Câmpus Brumado, Euclides da Cunha e Juazeiro do IFBA; Câmpus Ceilândia e Estrutural do IFB; Câmpus Assis Chateaubriand, Ivaiporã e Campo Largo do IFPR; Câmpus Canguaretama, Ceará-Mirim e São Paulo do Potengi do IFRN; Câmpus Gravataí, Lajeado e Sapiranga do IF Sul-rio- grandense, Câmpus Boa Vista Zona Oeste do IFRR, Câmpus São Carlos e Tubarão do IFSC; Câmpus Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença do IF Baiano e Câmpus Ariquemes do IFRO.

Os investimentos no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal, em 2013, alcançaram a cifra de R$ 825 milhões, e a meta de investimentos para 2014 é de R$ 928 milhões.

Quantidade alcançada

470

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

As matrículas em Educação Profissional e Tecnológica em cursos de formação inicial e continuada (cursos FIC), cursos de educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos) e cursos de graduação tecnológica (cursos superiores de tecnologia) vêm sendo significativamente ampliadas desde 2010. Esse resultado é fruto de ações do Governo Federal que incidem sobre a educação básica e a educação superior, e, mais especificamente, o Pronatec, o ProUni e a Expansão da Rede Federal de Educação Superior. Esses cursos objetivam formar e qualificar jovens e trabalhadores, promovendo o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.

O Pronatec promove a expansão da educação profissional e tecnológica em cursos FIC e técnico, enquanto o ProUni e a Expansão da Rede Federal de Educação Superior promovem o aumento do acesso a cursos de graduação em instituições de ensino superior federais e privadas, incluindo os cursos superiores de tecnologia.

Em cursos FIC, houve um aumento de 606.564 matrículas em 2011 para 2.087.628 em 2013. Já em cursos técnicos de nível médio, o aumento foi de 1.250.900 matrículas em 2011 para 1.441.051 em 2013. Os dados do Censo de Educação Superior de 2012 (INEP) ainda registraram 944.904 matrículas em cursos superiores de tecnologia, sendo quase 75 mil matrículas a mais do que no ano anterior.

- **Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, em 2013 estavam matriculados em cursos de educação profissional técnica de nível médio, incluindo as turmas nas formas integrada, concomitante e subsequente, 1.441.051 estudantes. Em 2011, eram 1,25 milhão de matrículas; em 2012, 1,36 milhão. Os cursos técnicos de nível médio, nas formas concomitante ou subsequente, duram até dois anos e são oferecidos para quem está fazendo ou já terminou o Ensino Médio.

Cabe ressaltar que, entre as matrículas apuradas pelo Censo, não estão contabilizadas aquelas geradas por meio da Rede e-TEC Brasil e do Sisutec, que serão registradas a partir de 2014. Pela Rede e-TEC são ofertadas vagas em cursos técnicos na modalidade a distância. Por meio do Sisutec, instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente, preferencialmente para candidatos que realizaram o Enem.

Com o Pronatec, o Governo Federal contribuiu para o aumento da oferta de cursos técnicos de nível médio, sendo que, de 2011 a 2013, foram realizadas 1.665.478 matrículas. Com a Bolsa-Formação Estudante, foram atendidos 406.507

alunos. Na Rede Federal, 358.853 alunos foram matriculados. De 2011 a 2013, o Programa Brasil Profissionalizado atendeu 232.948 jovens, enquanto a Rede e-Tec garantiu o acesso a cursos na modalidade a distância para 346.717 jovens e o Acordo de Gratuidade do Sistema S respondeu por 320.453 novas matrículas. Apenas no exercício de 2013, 766.580 estudantes foram beneficiados com matriculas nos cursos técnicos de nível médio pelas diversas iniciativas do Pronatec. Pelo Sisutec, na sua primeira edição, em 2013, houve 456,1 mil inscritos e mais de 170 mil matrículas em 117 cursos técnicos, ofertados em 296 municípios de 26 estados.

- **Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes**

Análise Situacional da Meta

O Pronatec atingiu, em 2013, a marca de 5,6 milhões de brasileiros atendidos em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, sendo que por meio da Bolsa-Formação Pronatec já foram matriculados 2,2 milhões de beneficiários, sendo 1,8 milhão no Bolsa Formação-Trabalhador e 406 mil no Bolsa Formação-Estudante. Em 2013, com investimentos de R$ 2,7 bilhões, foram realizadas 1,55 milhão de matrículas no âmbito da Bolsa Formação, das quais 1,24 milhão em cursos FIC e 305 mil em cursos técnicos de nível médio.

A partir da Medida Provisória convertida na Lei 12.816/2013, o Pronatec também passou a ofertar, no âmbito da Bolsa-Formação, cursos técnicos na forma subsequente para egressos do ensino médio, além dos cursos FIC e cursos técnicos concomitantes. Outra importante inovação foi a incorporação de instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica de nível médio à rede ofertante, por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec). O Sisutec também promove a habilitação dessas instituições perante o MEC, que para isso avalia a qualidade acadêmica e a experiência da instituição em áreas de conhecimento correlatas à do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Quantidade alcançada

5.571.312

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Entre os programas que buscam promover o acesso à educação, independentemente de idade e com respeito às diferenças culturais e modos de vida e especificidades em termos de aprendizagem, destacam-se o Programa Mulheres Mil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de educação de jovens e adultos (Proeja), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano) e a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC.

Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC executa, desde 2012, ações de avaliação que culminaram, em 2013, na elaboração de um plano que possibilitará a ampliação significativa do alcance desses programas. Assim, foram traçadas estratégias que consideram, entre outras dimensões, a regulamentação e normatização, a formação continuada dos profissionais, a articulação intersetorial e interinstitucional, o apoio técnico, o acesso a material didático e pedagógico para estudantes e professores, e a assistência estudantil. As estratégias desenvolvidas, para implantação a partir de 2014, reorganizam a dinâmica e o desenvolvimento dos programas, tendo por referência e subsídio a Bolsa-Formação Pronatec, com as modalidades Pronatec Mulheres Mil, Pronatec EJA, Pronatec ProJovem Urbano e Pronatec CERTIFIC.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional**

Análise Situacional da Meta

Desde a implantação da Rede CERTIFIC, em 2011, foram atendidos mais de 3.500 trabalhadores em processos de reconhecimento de saberes. De modo a possibilitar uma ampliação significativa das ações de reconhecimento de saberes, em 2013 as ações foram concentrados no plano de reestruturação da Rede CERTIFIC, conjuntamente entre MEC e Ministério do Trabalho e Emprego.

Entre as principais diretrizes para o plano de reestruturação da Rede CERTIFIC, destacam-se as ações de melhoria nos processos e nos procedimentos para reconhecimento de saberes, com reconhecimento social pelos empregadores e empregados; a incorporação de instituições das redes federal e estaduais de educação profissional e tecnológica e dos Serviços Nacionais e Aprendizagem como instituições certificadoras; a garantia de gratuidade na oferta; a utilização do processo de certificação profissional como mecanismo de acesso a cursos técnicos e FIC (inclusive Proeja); e a possibilidade de vinculação de certificação escolar para a educação básica.

- **Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Os dados do Censo Escolar 2013 revelam um aumento para 3,0% no percentual de matrículas de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional em relação ao total de matrículas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 2013, com o objetivo de fortalecer e ampliar a articulação entre educação profissional e elevação de escolaridade, foi incluído no Pronatec a modalidade Pronatec EJA, que consiste na oferta gratuita de cursos técnicos nas formas integrada e concomitante, e de cursos de formação inicial e continuada articulados à educação básica na modalidade EJA, por intermédio a Bolsa-Formação.

A modalidade Pronatec EJA, com operação a partir de 2014, possibilitará uma ampliação das matrículas de EJA articulada à educação profissional.

Ainda no âmbito desta meta, o MEC oferece apoio técnico e financeiro aos entes federados para o desenvolvimento do ProJovem Urbano, que se destina ao atendimento de jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O objetivo do programa é oferecer elevação da escolaridade com conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e apoiar o desenvolvimento de ações comunitárias, na forma de cursos com duração de 18 meses.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	5,94	31/12/2012	7,17
Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	20,26	31/12/2012	24,3
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1	31/12/2012	6,4
Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	26,7	31/12/2012	28,7
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	01/01/2009	3,7	31/12/2012	6,4
Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país	%	01/01/2009	18,4	31/12/2012	22,4
Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	01/01/2009	17,7	31/12/2012	22,2
Taxa de docentes em exercício com doutorado	%	01/01/2009	26,4	31/12/2012	31,7
Taxa de docentes em exercício com mestrado	%	01/01/2009	36,2	31/12/2012	38,9
Taxa líquida de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	14,4	31/12/2012	15,1
Taxa líquida de matrícula na educação superior, ajustada	%	01/01/2009	17,3	31/12/2012	18,8

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O MEC, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), promove estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Para gerar informações e elaborar estudos, são realizados levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino.

O Censo da Educação Superior proporciona anualmente diagnósticos sobre a educação superior no Brasil e subsidia a formulação de políticas para este nível de ensino, além de propiciar o acompanhamento, a avaliação e o fomento do sistema de educação superior. Assim, o Censo levanta dados pormenorizados referente a cada aluno, curso, docente e instituição, subsidiando a implementação de ações mais efetivas para a sociedade brasileira. No Censo 2012, por exemplo, verificou-se um incremento no número de matrículas de graduação e de cursos sequenciais em formação específica, totalizando 7.058.084 matrículas, 4,3% a mais em relação ao ano anterior. Nas matrículas de graduação, 1.113.850 estão na modalidade a distância.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Para implementar o processo de avaliação, o Sinaes possui uma série de instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Em 2013, foram realizadas 4.500 avaliações in loco. Para 2014, a previsão é de seis mil avaliações.

Na edição de 2013 do Enade, foram avaliados 170 mil estudantes de 17 áreas de conhecimento, em 837 municípios, cobrindo 4.552 cursos das áreas de ciências da saúde e cursos de tecnologia em Agronegócio, Gestão Hospitalar, Gestão Ambiental e Radiologia. Prevê-se, para 2014, a aplicação do Enade para alunos concluintes de cursos nas áreas de ciências exatas, licenciaturas e áreas afins, sendo avaliadas 34 áreas distintas.

No âmbito do sistema de acreditação (certificação) de cursos de graduação encontra-se o Programa Arcu-Sul, fruto dos esforços que vêm sendo conduzidos no Setor Educacional do Mercosul e associados. Trata-se de iniciativa que visa a certificar a qualidade acadêmica dos cursos de graduação, de acordo com critérios previamente aprovados em nível regional para cada titulação, tornando possível a mobilidade acadêmica de estudantes e profissionais entre as instituições acreditadas. Em 2013, foram 21 processos homologados Os cursos acreditados foram das áreas de Engenharia, Enfermagem e Medicina Veterinária, além de um curso de Arquitetura, remanescente de 2012.

No que se refere à pós-graduação, a avaliação se consolidou como uma atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação stricto sensu no país e como instrumento fundamental para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). As metas e desafios antepostos a todos os programas de pós-graduação stricto sensu têm resultado em consistentes e continuados avanços na formação de recursos humanos altamente qualificados, na ciência, na tecnologia e na inovação. O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, funciona como instrumento para a busca de um padrão de excelência acadêmica na formação de mestres e doutores. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento, como concessão de bolsas de estudo, auxílios e apoios.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior, inclusive pós-graduação**

  Análise Situacional da Meta

  O Censo da Educação Superior proporciona anualmente diagnósticos sobre a educação superior no Brasil e subsidia a formulação de políticas para este nível de ensino, além de propiciar o acompanhamento, a avaliação e o fomento do sistema de educação superior. Assim, o Censo levanta dados pormenorizados referentes a cada aluno, curso, docente e instituição, subsidiando a implementação de ações mais efetivas para a sociedade brasileira.

  O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Para implementar o processo de avaliação, o Sinaes possui uma série de instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Destaca-se, ainda, o InepData, sistema de consultas a informações estatísticas produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com o objetivo de aliar os princípios de transparência, de democratização de acesso, e agilidade na obtenção dos dados. O Sistema disponibiliza várias informações da Educação Básica e da Educação Superior, tais como número de matrículas, número de estabelecimentos de ensino, funções docentes segundo abrangência geográfica, categoria administrativa, modalidade de ensino, dentre outros. A organização da base de dados favorece os relatórios, a análise de grandes volumes de dados e a obtenção de informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão.

O Programa Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) estabelece orientações gerais com vistas à expansão qualificada do sistema de pós-graduação, que pressupõe o aprimoramento contínuo dos instrumentos de avaliação. Em 2013 foram recebidas aproximadamente 700 propostas de cursos novos de pós-graduação, que foram avaliadas com o apoio da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores ad hoc cuja atividade essencial é avaliar os cursos de mestrado e doutorado para assegurar e manter a qualidade dos cursos de pós-graduação do país.

Para garantir a qualidade dos cursos implementados, é realizada a Avaliação Trienal que tem como resultado a atribuição de uma nota que varia numa escala de 1 a 7: as notas 1 e 2 descredenciam o programa; 3 significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade; 4 é considerado um bom desempenho e 5 é a nota máxima para programas com apenas mestrado. Conceitos 6 e 7 indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional. Esses resultados fundamentam a deliberação do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento para a continuidade de funcionamento no triênio subsequente. No ano de 2013, realizou-se a Avaliação Trienal, referente ao período 2010-2012, contando com a participação de 1.200 consultores ad hoc, em processo de avaliação de mais 3.600 programas de pós-graduação, o que corresponde a cerca de 5.400 cursos de mestrado e doutorado. Apenas 1,8% dos cursos avaliados em 2013 receberam conceitos 1 e 2. A maioria dos programas de pós-graduação, aproximadamente 68% deles, tem as notas concentradas nos conceitos 3 e 4. A análise das notas demonstra também a estabilidade do sistema.

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O MEC investe em ações voltadas para o desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa científica com o objetivo de formar pessoal de alto nível no país e no exterior, e desenvolver a produção do conhecimento científico e tecnológico. Essas ações estão vinculadas ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), responsável pela oferta dos cursos de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, que tem como pilares a avaliação, o fomento e o acesso à informação científica e tecnológica, incluindo a concessão de bolsas de estudos. Nesse sentido, o SNPG tem por objetivo a formação pós-graduada de docentes para todos os níveis de ensino, a formação de recursos humanos qualificados para os mercados acadêmico e não-acadêmico, e o fortalecimento das humanidades, da ciência, da tecnologia e da inovação. Com a análise dos resultados da Avaliação Trienal 2013, referente ao período de 2010 a 2012, constatou-se um crescimento de aproximadamente 23% do SNPG. O desenvolvimento do sistema se deu em todas as regiões do Brasil. A região Norte teve 40% de crescimento, seguida pelo Centro-Oeste com 37% e Nordeste com 33%. Sul e Sudeste, regiões com maior número de programas de pós-graduação, tiveram crescimento de 25% e 14%, respectivamente.

Primeiramente, em relação à concessão de bolsas de estudos, em 2013, considerando apenas a concessão de bolsas no país, foram concedidas pelo governo federal 48.611 bolsas de mestrado, 32.158 de doutorado, 6.221 de pós-doutorado, 155 de Professor Visitante Nacional Sênior e 445 para o Inglês sem Fronteiras. Além disso, foram concedidas 10.886 bolsas de iniciação científica, representando um aumento de mais de 125% em relação ao ano anterior.

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado em 2011, tem sido um importante instrumento estratégico na cooperação internacional e de grande impacto na internacionalização da educação, ciência e tecnologia do Brasil. Seu principal objetivo é viabilizar a formação de profissionais brasileiros com qualidade, em um contexto de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação do país. Até 2013, foram concedidas 60.776 bolsas, sendo que 40.839 bolsas em 2013. Pretende-se conceder, no mínimo, 30 mil bolsas em 2014, incluindo nova modalidade de bolsa para realização de mestrado profissional, fomentando o empreendedorismo e a competitividade no setor produtivo, em um contexto de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação do país. As áreas das Humanidades, Ciências Sociais Aplicadas,

Artes e Letras e Linguística também foram beneficiadas com a concessão, em 2013, de 5 mil bolsas de estudo no exterior.

O Programa Inglês sem Fronteiras (IsF) foi criado em 2013 e tem como objetivo principal incentivar o aprendizado do idioma inglês, bem como propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do País como um todo. O IsF oferece aos candidatos à bolsa de estudo do Programa Ciência sem Fronteiras a possibilidade de aperfeiçoamento na língua inglesa de maneira mais rápida e eficiente, de modo que esses candidatos tenham melhores condições de participar dos intercâmbios oferecidos e alcançar o nível de proficiência exigido nos exames de língua estrangeira para o ingresso nas universidades anglófonas. O IsF é oferecido na modalidade a distância e alcançou a marca de 550 mil matrículas. Além disso, 43 universidades federais ofertarão, a partir de janeiro de 2014, 14.760 vagas de cursos presenciais de inglês.

Entre as ações que promovem o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil, destaca-se também o Portal de Periódicos, que tem como missão a democratização do acesso online à informação científica internacional de alto nível. No ano de 2013, 422 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de Governo, acessaram o Portal de Periódicos, que dispõe de mais de 36 mil periódicos em textos completos, 130 bases referenciais e de resumos, mais de 250 mil livros eletrônicos e 11 bases de patentes.

No âmbito da formação de professores para a Educação Básica, merece destaque o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, desenvolver a modalidade de educação a distância nas instituições de ensino superior públicas do Brasil e promover a formação inicial e continuada de professores da educação básica. Os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

Estão em andamento mais de 1.250 cursos, dos quais 704 são de pós-graduação lato e stricto sensu, com destaque para os mestrados profissionais em Matemática em Rede Nacional (Profmat), em Ensino de Física (MNPEF) e Letras (Profletras). Pelo ProfMat, em 2013, foram matriculados 4.440 professores, dos quais 241 já se formaram. Já em relação ao ProfLetras, matricularam-se 838 professores.

No âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, além do tradicional Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), merecem destaque ações desenvolvidas na África e no Mercosul. Na África, os Programas desenvolvidos com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) abrangem desde a formação científica de estudantes universitários até a implantação de educação superior a distância, envolvendo mobilidade de alunos, professores e pesquisadores. No Mercosul, por sua vez, o objetivo é promover programas de mobilidade no âmbito da educação superior, envolvendo alunos, professores e pesquisadores, de forma a propiciar salto qualitativo na cooperação regional. Foi apoiada a vinda ao Brasil de 969 alunos e professores de países em desenvolvimento, predominantemente de países do Mercosul e da África. Em 2013, foram investidos nas ações de cooperação internacional um total de R$ 1,3 bilhão.

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  Entre as ações que contribuem para elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, destaca-se a expansão das ações e fomento à pós-graduação stricto sensu, com vistas a prover o país com quadros de alto nível técnico e científico. Nesse tocante, em 2013, a concessão de bolsas de estudo foi ampliada para 48.611 bolsas de mestrado, 32.158 de doutorado e 6.221 de pós-doutorado. Com essas ações, foi possível observar o aumento dos números de mestres e doutores no Brasil. Para 2013, o número de mestres e doutores titulados está em fase de consolidação. A expectativa é chegar a 65 mil titulados, sendo 45 mil com mestrado, 4,7 mil com mestrado profissionalizante e 14,8 mil com doutorado. Nesse mesmo ano, foram registradas mais de 218 mil matrículas para pós-graduação stricto sensu. Em 2012, houve 61.050 titulados (47.138 mestres e 13.912 doutores), o que representa um aumento de quase 10% em relação a 2011, ano em que se formaram 43.233 mestres e 12.321 doutores.

- **Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A considerável evolução do percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior é resultante das políticas de fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

O MEC requer das instituições a contratação de docentes com mestrado e doutorado, uma vez que a maior proporção desses docentes proporciona melhor qualidade na formação de novos profissionais.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior, o percentual de mestres ou doutores no corpo docente destas instituições aumentou de 66,20% em 2010 para de 70,7% em 2012. São mais de 115 mil doutores e mais de 141 mil mestres, representando um aumento de 5% em relação ao ano anterior.

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Proporcionar o acesso à educação superior a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico e para a inclusão social.

Nos últimos anos, uma série de medidas foi adotada com vistas à ampliação de cursos e vagas nas universidades federais, à interiorização dos campi universitários, à redefinição das formas de ingresso, à democratização do acesso a universidades privadas e ao desenvolvimento de programas de assistência estudantil.

No âmbito da expansão da Rede Federal de Educação Superior, os objetivos são ampliar e democratizar o acesso, e interiorizar a educação superior com qualidade, tendo como foco as necessidades e vocações econômicas de cada região. Como resultado destes investimentos, o MEC espera atingir a meta de implantação de 47 novos campi até o final de 2014, dos quais 17 já iniciaram suas atividades. Ao final desta fase da expansão, a rede federal contará com 321 unidades em 272 municípios.

Ressaltam-se a criação de quatro novas universidades federais – Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), e Universidade Federal do Cariri (UFCA) – e a continuidade do processo de implantação das quatro instituições recentemente criadas – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Em 2013, foram investidos mais de R$ 440 milhões na consolidação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), R$ 508,6 milhões na implantação de novos campi e R$300,5 milhões na implantação de novas universidades, totalizando mais de R$1,2 bilhão.

No âmbito da assistência estudantil, destacam-se diversas iniciativas. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados nas Ifes, tem o objetivo de equalizar as oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Em 2013, o programa investiu R$ 637,6 milhões para atender estudantes em todo o país.

Tendo como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior investiu, em 2013, R$ 11 milhões para o financiamento de projetos de acessibilidade em 55 instituições.

Também merece destaque a instituição, em 2013, do Programa Bolsa Permanência, que concede auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudantes indígenas e estudantes quilombolas matriculados nas Ifes. Em 2013, o Programa Bolsa Permanência beneficiou 5.889 estudantes, sendo 1.506 indígenas e 228 quilombolas, totalizando o montante de R$ 13,1 milhões em bolsas.

Em relação à qualificação acadêmica, destaca-se o Programa de Extensão Universitária (ProExt), que visa a induzir e incentivar ações de extensão em universidades públicas voltadas à promoção de políticas públicas. Em 2013, o Programa apoiou 762 projetos de extensão em todo o território nacional, sendo 634 de instituições federais e 128 de instituições estaduais e municipais, com um orçamento de R$ 80,3 milhões.

Outro instrumento para a ampliação do acesso à educação superior é o Programa Universidade para Todos (ProUni), que viabiliza, em contrapartida à isenção de impostos, a concessão de bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas. Em 2013, o ProUni concedeu 177 mil bolsas, tendo alcançado a marca de 1,27 milhão de estudantes atendidos. Para estudantes que tenham bolsa integral do ProUni e estejam matriculados em cursos com carga horária diária superior a seis horas pode ser ainda oferecida a concessão de Bolsa Permanência. Em 2013 houve uma média mensal de 5.268 bolsas.

Outra iniciativa que possibilita o acesso a instituições privadas de ensino superior é o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Em 2010, a forma de financiamento estudantil foi aprimorada, possibilitando desde então que mais de 1,16 milhão de novos contratos fossem firmados. Mais de 550 mil contratos foram celebrados em 2013.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) também é uma iniciativa que possibilita a democratização do acesso ao ensino superior, ao selecionar estudantes para a educação pública superior do país, com base nas notas obtidas no Enem. Em 2013, o Sistema contou com a participação de 102 instituições e a oferta de 169.043 mil vagas, registrando mais de 2,7 milhões de inscritos.

Também têm sido realizados esforços para a promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos superiores. Assim, merece destaque em 2013 a publicação de um conjunto de normativos que explicitam os padrões decisórios aplicados aos processos regulatórios, além das rotinas de supervisão, autorização e reconhecimento de cursos.

Na área de educação em saúde, destaca-se a edição da Lei nº 12.871/2013, instituindo o Programa Mais Médicos, que visa à melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa prevê também a expansão do número de vagas em cursos de Medicina e de residência médica, além do aprimoramento da formação dos médicos. A edição da referida Lei levou à criação de 1.575 novas vagas em cursos de graduação de Medicina, sendo 702 em instituições públicas e 873 em instituições privadas, bem como a pré-seleção de 49 municípios para instalação de cursos privados de Medicina, com previsão de oferta de mais 3.500 vagas.

Destaca-se ainda, no âmbito do Mais Médicos, a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Ifes, que prevê a oferta de 3.855 novas vagas até 2017, o que inclui a criação de 31 novos cursos. Em 2013, foi autorizada a oferta de 560 novas vagas para o primeiro semestre de 2014 em nove cursos de universidades federais interiorizadas.

Os programas de residência em saúde têm papel estratégico na formação dos médicos e demais profissionais de saúde do país. Estão matriculados atualmente 30.407 médicos residentes, sendo que 7.906 recebem bolsas financiadas pelo governo federal. A residência multiprofissional ofertada em 13 áreas profissionais de saúde conta com 6 mil residentes matriculados, dos quais 3.602 são beneficiados com bolsas federais. O orçamento de 2013 para pagamento de bolsas foi de R$ 343 milhões.

O Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), que atende atualmente 47 hospitais universitários federais do país, visa à criação de condições materiais e institucionais para que essas entidades possam desempenhar plenamente suas funções. Em 2013, foram investidos R$ 751,7 milhões para aquisição de equipamentos, realização de reformas, atividades de atenção à saúde e ensino, pesquisa e extensão em hospitais universitários de 22 unidades da federação.

Ainda com relação aos hospitais universitários federais, destaca-se a atuação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). O principal objetivo é constituir mecanismos efetivos que permitam à EBSERH, por meio de

uma relação contratual pré-estabelecida, colaborar com as instituições na melhoria da gestão hospitalar e nas ações voltadas para a reestruturação e revitalização destas instituições, preservando a autonomia universitária. Em 2013, aderiram à empresa 23 universidades federais, que respondem por 34 hospitais universitários.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.**

  Análise Situacional da Meta

  De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), em 2009, a taxa bruta de matrícula da população negra (inclui pretos e pardos) na Educação Superior era de 17,7%, alcançando 20,2% em 2012. Essa evolução positiva está relacionada a uma série de medidas adotadas pelo governo federal.

  Desde a sua criação, o Prouni reserva bolsas de estudo, em instituições privadas de ensino superior, para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com a participação desses segmentos na população da respectiva Unidade da Federação, segundo os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Do total de 1,27 milhão de bolsas ocupadas, 49% foram para estudantes pretos e pardos, o que representa uma participação proporcional maior do que a prevista pela reserva de vagas.

  Com a publicação da Lei nº 12.711/2012, 50% das vagas ofertadas pelas instituições públicas federais de ensino superior devem ser destinadas, até 2016, a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas, sendo 25% para aqueles com renda familiar bruta mensal por pessoa de até um salário mínimo e meio. Um percentual destas vagas é reservado para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas em proporção igual a destes segmentos na população de cada Unidade da Federação. No Sistema de Seleção Unificada (Sisu), no ano de 2013, cerca de 30% das vagas ofertadas destinaram-se a cotistas.

  Também merece destaque a instituição, em 2013, do Programa Bolsa Permanência, que concede auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudantes indígenas e estudantes quilombolas matriculados nas IFES. O objetivo é minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação destes estudantes. Em 2013, foram beneficiados 5.889 estudantes, sendo 1.506 indígenas e 228 quilombolas, com recursos de R$ 13,1 milhões em bolsas.

  Destaca-se ainda, em 2013, o lançamento do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, voltado para o intercâmbio de estudantes negros, indígenas e com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades matriculados no ensino superior, notadamente aqueles compreendidos em iniciativas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2013) e o ProUni. O Programa surge para oferecer experiências educacionais em ciência, tecnologia, inovação e formação de professores, com o objetivo de complementar a formação destes estudantes. Outros pontos importantes são a promoção da igualdade racial, a valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, além da acessibilidade e da inclusão no Brasil.

- **Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, previa, além do aumento de vagas, outras ações como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, elevação da taxa de conclusão nas graduações presenciais e combate à evasão. Como resultado dessas iniciativas, observa-se o aumento da oferta de vagas em graduação presencial: em 2009 eram 186.984, em 2011 atingiu 231.530 e em 2012 totalizou 239.942 vagas. Em 2011 foram ofertadas 72.618 e, em 2012, 74.342 vagas de graduação presencial em cursos noturnos, que correspondem a 31% do total de vagas ofertadas nesses anos.

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O investimento público total em educação, segundo dados do INEP, apresentou um importante incremento de 42%, passando de 4,5% do PIB, em 2005, para 6,4%, em 2012. Nesse período, substanciais recursos novos foram introduzidos por modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino, principalmente a introdução do Fundeb em 2007, e a eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) entre 2009 e 2011.

O aumento proposto no investimento público total em educação em relação ao PIB para 10% ao final do período de vigência do PNE 2011-2020, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos tanto para a educação básica como para as respectivas redes de ensino profissional e superior.

Nesse sentido, foi sancionada a Lei nº 12.858/2013. Esta reserva para a educação (75%) e saúde (25%) de todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de dezembro de 2012. Também são reservadas, na mesma proporção, as receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção, no caso em que as jazidas da área do Pré-sal e das áreas estratégicas se estendam para além do bloco contratado. Ademais a Lei também destina a aplicação, exclusivamente na educação pública, com prioridade para a educação básica, de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE. Prescreve ainda que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Nos últimos anos houve um grande crescimento dos investimentos na educação básica e na educação superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão entre educação superior e educação básica. O maior crescimento relativo do valor por aluno na educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino, que era muito baixo, fazendo com que a relação desses valores na educação superior sobre os valores na educação básica por estudante diminuísse de 10,1 em 2002 para 4,8 em 2011 – relação mais próxima dos padrões internacionais. Em termos monetários, os gastos por estudante no ensino superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011, enquanto na educação básica o aumento foi de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período.

- **Apoiar Entidades de Ensino Superior Não Federal**

Análise Situacional da Meta

Com o intuito de promover a melhoria da qualidade do ensino de graduação bem como auxiliar na modernização das Instituições não Federais de Ensino Superior, são celebrados, por meio do FNDE, convênios com as instituições que têm projetos aprovados. Em 2013, foram apoiadas mais de 30 instituições com um montante de R$ 34,9 milhões.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt), por sua vez, é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando a incentivar ações de extensão universitária voltadas à promoção de políticas públicas e a fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES). Em 2013 foram apoiados 128 projetos de extensão em Instituições não Federais de Ensino Superior, com recursos no valor de R$ 12,8 milhões.

Por meio do Programa de Educação Tutorial (PET), que apoia atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão por meio de grupos tutoriais de aprendizagem, foram apoiadas 42 instituições não federais em 2013.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST) tem como finalidade a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública estadual. O PNAEST visa a apoiar financeiramente ações de assistência estudantil desenvolvidas pelas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

- **Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Essa relação impacta na prática pedagógica e reflete a eficiência da gestão acadêmica, apontando os resultados do esforço empreendido na condução das ações no cotidiano da universidade.

Entre 2007 e 2012 o indicador apresentou tendência de crescimento, sendo que, neste último ano, o valor apurado para a relação aluno por professor foi de 18,26.

- **Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A taxa bruta de matrícula na educação superior refere-se à relação entre a população matriculada na educação superior e a população na faixa etária de 18 a 24 anos. O indicador evoluiu de 19,9% em 2005 para 28,7% em 2012, o que demonstra o sucesso das políticas de expansão do acesso à educação superior, como o Prouni, o Fies e o Reuni/Expansão da Rede Federal de Educação Superior. Destaca-se ainda que a taxa bruta de matrícula na educação superior para a população negra (pretos e pardos) evoluiu de 11,4% em 2005 para 20,2% em 2012.

- **Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Para apuração desta meta, são consideradas as pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior ou já concluíram esta etapa de ensino, em relação à população total na mesma faixa etária.

A taxa líquida ajustada de matrícula na educação superior evoluiu de 13,2% em 2005 para 18,8% em 2012, o que evidencia o sucesso das políticas de expansão do acesso à educação superior, como o Prouni, o Fies e o Reuni/Expansão da Rede Federal de Educação Superior.

- **Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324**

Análise Situacional da Meta

Desde 2005, a Expansão da Rede Federal de Educação Superior visa a ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. A Rede Federal de Educação Superior conta atualmente com 291 campi funcionando, sendo que 274 foram implantados até 2010. A partir de 2011, a meta é de criação de 47 novos campi até 2014, dos quais 17 estão em funcionamento.

Ressalta-se que entre esses 47 campi estão incluídos os novos campi das quatro universidades federais recentemente aprovadas: Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob); Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e Universidade Federal do Cariri (UFCA). As Leis para a criação destas quatro universidades foram sancionadas pela Presidenta da República em junho de 2013.

Quantidade alcançada

291

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o número de universidades federais para 63**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, com a criação da Universidade do Cariri (UFCA), Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), o Brasil

passou a contar com 63 Universidades Federais, capilarizadas por todas as regiões do país. As regiões Norte e Nordeste contam com 10 e 18 instituições, respectivamente. O Sudeste, onde se concentra a maior parte da população, possui 19 Universidades Federais, o Sul, 11 e o Centro-Oeste, cinco.

Quantidade alcançada

63

Data de Referência

31/12/2013

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Livros lidos por habitante/ano	unidade	31/12/2008	4,7	03/07/2011	4
Oferta de equipamentos culturais	índice numérico	31/12/2009	3,19	-	-
Proporção dos gastos em cultura no gasto total	%	31/12/2009	2	-	-

Observações:

Livros lidos por habitante/ano - Não houve edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, pelo Instituto Pró-Livro, em 2013. A última edição foi divulgada em 29 de março de 2012, e se refere a dados obtidos entre 11 de Junho e 3 de Julho de 2011.

Oferta de equipamentos culturais - A razão entre o total municípios com equipamentos culturais e o total de municípios brasileiros consta no questionário da Munic/IBGE divulgada em 2012, porém os elementos considerados não incluem todos aqueles abordados na metodologia de acompanhamento do indicador. Portanto, não houve como atualizá-lo.

Proporção dos gastos em cultura no gasto total - Em 2012, houve uma versão simplificada da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, realizada pelo IBGE. Esta incluía apenas gastos com recreação, diferentemente da versão anterior, que abrangia recreação e cultura. Portanto, não há como atualizar o indicador.

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A formulação e o desenvolvimento da política pública de cultura tem como principais estratégias de ação:

1. A criação de um Sistema Nacional de Cultura, de forma a dar corpo e consistência a uma política cultural de abrangência nacional, cujo marco fundamental é o Plano Nacional de Cultura, ora em implementação;

2. A realização da III Conferência Nacional de Cultura, na qual serão avaliados os avanços e revisitadas as estratégias de implementação do Plano Nacional de Cultura;

3. A criação de uma instituição pública para regulação dos direitos autorais de produtos culturais.

4. A elaboração de uma cartografia da diversidade cultural no Brasil

Com relação ao primeiro item, até o momento, 100% dos estados e 38,47% dos municípios brasileiros aderiram ao Sistema Nacional de Cultura – SNC.

A III Conferência Nacional de Cultura foi realizada em Brasília, nos dias 26 a 29 de novembro de 2013, com 1.745 participantes, dentre delegados, convidados, observadores, expositores, além da imprensa e de membros da organização e apoio. O evento é um exemplo dos esforços do Ministério da Cultura no sentido de atender o art. 216-A da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC), e de apoiar a implementação de mecanismos e dispositivos que permitam sua operacionalização.

A proposta de criação da instituição pública de regulação dos direitos autorais foi elaborada para análise e discussão em conjunto com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A cartografia da diversidade está sendo implementada a partir de ações de reconhecimento das iniciativas culturais realizadas pelo Programa Cultura Viva (PCV), com o suporte de um Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Em 2013 foram enviados formulários para os pontos de cultura e boa parte já prestou as informações solicitadas. Em 2014, espera-se finalizar esse levantamento dos pontos das redes estaduais, municipais e dos pontos diretos, totalizando 3.663 pontos de cultura, bem como integrar os novos pontos de cultura que serão conveniados a partir do 1º semestre de 2014 e os novos editais que serão lançados com a cartografia da diversidade cultural.

Metas 2012-2015

- **100% dos estados integrados ao Sistema Nacional de Cultura**

Análise Situacional da Meta

Ao fim do exercício de 2013, 100% dos estados brasileiros já aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). O SNC tem sido prioridade do Ministério da Cultura (MinC), sendo intensificadas as ações para capacitar e promover sua implementação junto aos estados que aderiram ao sistema.

Em 2014, deverão continuar os esforços para estruturação dos componentes do SNC, prevendo-se a Capacitação de Gestores e Conselheiros, Oficinas de Treinamento, Debates sobre a transversalidade da Cultura, entre outros projetos importantes a serem executados.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

- **30% municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura**

Análise Situacional da Meta

Até o momento, temos a adesão de 38,47% dos municípios brasileiros ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). O SNC tem sido prioridade do Ministério da Cultura (MinC), sendo intensificadas as ações para capacitar e promover sua implementação junto aos municípios com duas vertentes: apresentar e orientar os municípios para adesão ao SNC e orientar e assessorar os municípios que aderiram ao sistema para elaboração, implantação e implementação dos componentes necessários para consolidar os sistemas municipais de cultura.

Em 2014, deverão continuar os esforços para estruturação dos componentes do SNC, prevendo-se a Capacitação de Gestores e Conselheiros, Oficinas de Treinamento, Debates sobre a Transversalidade da Cultura, entre outros projetos importantes a serem executados.

Quantidade alcançada

38,47

Data de Referência

31/12/2013

- **Criação e implantação de Instituição Pública para regulação de direitos autorais**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborada proposta de criação da instituição pública de regulação dos direitos autorais para análise e discussão em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

- **Encaminhar alteração da legislação que rege o direito autoral no país**

Análise Situacional da Meta

Durante o processo de elaboração do projeto de reforma e modernização da atual lei de direitos autorias, entre 2007 e 2010, o Ministério da Cultura (MinC), procurando dialogar com todos os seguimentos da área cultural, realizou diversos encontros com os setores da sociedade civil interessados no tema, tais como a classe dos autores/criadores e dos músicos. Além disso, o MinC realizou uma ampla consulta pública. As dificuldades para o encaminhamento da proposta dizem respeito à complexidade do tema, o qual exige um grande consenso. Foi elaborada proposta de alteração na legislação que rege o direito autoral no país que está sendo analisada e debatida no âmbito do Poder Executivo para que possa ser encaminhada ao Congresso Nacional.

- **III Conferência Nacional de Cultura realizada em 2013**

Análise Situacional da Meta

Realizada a III Conferência Nacional de Cultura (CNC), compromisso assumido pelo Governo Federal, que contou com 1.745 participantes, sendo 953 deles delegados dos 26 estados e do Distrito Federal. Com direito a voto, os delegados (70% representantes da sociedade civil) elegeram 64 diretrizes para os próximos anos. Destas, 20 foram

destacadas como prioridade.

Entre os destaques, estão o pedido de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 150, a proposta de fortalecimento das cadeias dos setores criativos e a proposição de desapropriação de imóveis ociosos da União, estados, DF e municípios para que sejam aproveitados como equipamentos culturais.

Dentre as diretrizes, destacam-se: o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura; a aprovação da PEC 49/2007 e da PEC 236/2008, que incluem a cultura como direito social dos brasileiros; a aprovação de Marco Regulatório das Comunicações no Brasil e do Marco Civil da Internet; e a ampliação das políticas de editais.

Mais informações acerca da III CNC podem ser adquiridas no sítio http://www.cultura.gov.br/3cnc.

- **Realizar a cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes, grupos e populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural, ou com pouco reconhecimento social de sua identidade cultural**

Análise Situacional da Meta

A cartografia da diversidade cultural se materializa a partir das ações de reconhecimento das iniciativas culturais realizadas pelo Programa Cultura Viva (PCV), entre elas: os pontos de cultura e os editais de premiações. Com a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) em 2012 e na medida em que os estados e municípios disponibilizam suas informações a respeito dos grupos e coletivos em seus territórios e que os dados oriundos dos editais de premiações de todo o sistema MinC sejam gradativamente lançados no SNIIC, será possível a visualização da diversidade cultural brasileira distribuída em seu território. O atual desafio enfrentado é o levantamento detalhado de dados dos pontos de cultura já conveniados com o Ministério da Cultura (MinC), bem como dos editais de premiações de todo o sistema MinC.

No primeiro semestre de 2013, foi iniciado o envio de questionários para todas as redes de pontos de cultura a fim de obter o levantamento necessário para a cartografia dos pontos de cultura. Até o momento, foram enviados 81 questionários que representam 2.840 pontos já fomentados e obteve-se resposta satisfatória em 43% desses questionários. Além disso, o MinC está realizando o acompanhamento necessário para finalizar as respostas . Em 2014, espera-se finalizar esse levantamento dos pontos das redes estaduais, municipais e dos pontos diretos, totalizando 3.663 pontos de cultura, bem como integrar os novos pontos de cultura que serão conveniados a partir do primeiro semestre de 2014 e os novos editais que serão lançados com a cartografia da diversidade cultural.

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A tarefa de preservar e proteger a memória e o patrimônio cultural é um dos pilares da atuação do Ministério da Cultura (MinC) e envolve ações continuadas na identificação, restauração e conservação de elementos constituintes desse patrimônio. Além disso, envolve ainda a conscientização da população sobre a importância desses acervos, bem como a promoção da capacitação continuada de profissionais para lidar com estes desafios.

No ano de 2013 foram realizadas diversas atividades nessa direção:

1. A capacitação de profissionais na área de preservação do patrimônio cultural

No período em análise, a principal atividade foram os estudos realizados para implementação de programa de mestrado profissional, visando a formação de profissionais especializados em preservação e conservação de acervos patrimoniais.

2. Divulgação da importância da preservação do Patrimônio Cultural

Foram impressos material gráfico e promocional para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dando conhecimento das ações desenvolvidas pelo Instituto no ano de 2013 para a sociedade brasileira, bem como a realização de cursos, seminários, mostras de cinema, narração de histórias, além do oferecimento de assessoria a professores e suporte a projetos educativos nas escolas das redes de ensino público e privado.

3. Identificação, reconhecimento, restauração e preservação de bens culturais de natureza material e imaterial

Merecem destaque no período de referência: o registro do Complexo Cultural dos Bois-Bumbás no Médio Amazonas e em Parintins, Estado do Amazonas - 2ª Etapa; a pesquisa e documentação das culturas populares; a digitalização do Acervo Documental Permanente do Iphan-SP - Fase 1, tratamento e organização; a obra de intervenção no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular; a consolidação e limpeza do Forte Dom Pedro em Caçapava.

4. Ações de preservação da memória museológica

Projeto importante, ora em implementação, nessa área é a integração em rede das bibliotecas e arquivos que atuam no campo museológico brasileiro. Este projeto foi divido em três fases: a primeira fase consiste na integração dos arquivos e bibliotecas dos museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). A segunda fase é constituída pela indução da adoção dessas mesmas ferramentas nas bibliotecas e arquivos históricos das unidades museológicas, que não integram o IBRAM. A terceira e última fase se relaciona à construção de um ambiente informacional e comunicacional, de base web, que permita a interligação entre todas as unidades biblioteconômicas e arquivísticas dos museus brasileiros. Atualmente encontra-se em andamento a primeira fase desse projeto.

Ainda nesse período, foram desenvolvidos outros projetos importantes como o projeto Conhecendo Museus e a Semana Nacional de Museus. Importante mencionar, que estes eventos proporcionaram aumento considerável na visitação aos museus.

Metas 2012-2015

- **Ampliar continuamente o número anual de visitantes aos museus brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  Considerando os dados de visitação dos museus subordinados ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), nos quais realiza-se acompanhamento periódico, verifica-se que, comparando-se os dados de janeiro a julho dos anos de 2011 e de 2013, há uma significativa ampliação de público, superior a 158.000 novos visitantes, o que equivale a um aumento de 24,83%.

  O processo de construção da Política Nacional de Museus (PNM), lançada em 2003, trouxe para o centro do debate o papel da museologia contemporânea, segundo a qual os museus são reconhecidos e valorizados como agentes de inclusão cultural, de afirmação de identidades de grupos sociais, de reconhecimento da diversidade e de desenvolvimento econômico. Por essa leitura da função social dos museus, novas perspectivas de atuação para os museus se apresentam, ao mesmo tempo em que desafiam e transformam suas práticas quotidianas.

  Nesses termos, as estratégias adotadas pelo IBRAM buscam promover, divulgar e consolidar a marca dos museus, ampliar a visitação e diversificar o público frequentador, e têm como pilares a realização de ações anuais permanentes de promoção e divulgação dos museus (Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus) com o intuito de integrar os museus brasileiros entre si e nos seus contextos social e territorial.

  A primeira edição da Semana Nacional de Museus foi realizada em 2003, quando contou com a participação de 57 museus, os quais realizaram cerca de 270 eventos em 36 cidades brasileiras. A cada edição da Semana, aumenta o número de museus participantes, consequentemente, o número de eventos. Em 2013, foram inscritos 1.252 museus e organizações culturais e realizadas 3.911 atividades.

  A primeira edição da Primavera dos Museus, realizada em 2007, contou com 300 museus, que realizaram mais de 870 eventos relacionados. Assim como a Semana dos Museus, a cada edição da Primavera dos Museus, o evento cresce em participação. Em 2013, 884 museus e organizações culturais participaram da Primavera dos Museus e realizaram 2.664 atividades relacionadas ao evento.

  Os eventos de promoção realizados pelo IBRAM, Semana dos Museus e Primavera dos Museus, proporcionam aumento considerável na visitação aos museus. Conforme pesquisa realizada pelo Instituto, sobre a Semana de Museus 2013, a amostra com 551 museus participantes do evento, representativa de 44% do total de instituições participantes, revela que o fluxo de visitantes durante aquela semana aumentou em 129% em relação à semana anterior e 77% na comparação com a posterior. Em relação ao mês anterior, o aumento foi de 34%. Em números absolutos, os dados

obtidos pela amostra da pesquisa são os seguintes: na semana anterior ao evento, o público visitante dos museus da amostra foi de 107.787; durante a Semana, 247.027; na semana seguinte, 139.720. No mês anterior ao evento, a visitação foi de 449.152 pessoas. No mês da Semana, o número aumentou para 604.926. Registre-se que essa Pesquisa apenas é indicativa da tendência de aumento da visitação em função desse evento, cuja participação nacional tem aumentado a cada ano.

Existe a expectativa de que, conforme a Redação do Decreto de Regulamentação do Estatuto de Museus, o fornecimento de informações sobre visitação dos museus ao IBRAM passe a ser obrigatório, o que possibilitará futuramente acompanhar os dados dos museus brasileiros de uma forma geral.

- **Capacitar 883 profissionais na área de preservação do patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

A tarefa de preservar e proteger a memória e o patrimônio cultural é um dos pilares da atuação do Ministério da Cultura (MinC) e envolve ações continuadas na identificação, restauração e conservação de elementos constituintes desse patrimônio. Além disso, envolve ainda a conscientização da população sobre a importância desses acervos, bem como a promoção da capacitação continuada de profissionais para lidar com estes desafios. Em 2013, foram realizadas diversas atividades nessa direção, com 778 profissionais capacitados. Dentre elas, a capacitação de profissionais na área de preservação do patrimônio cultural.

No período em análise, as principais atividades foram o curso de documentação fotográfica, com 22 profissionais capacitados, curso de mão de obra de Conservação do Patrimônio edificado de madeira de interesse Histórico Cultural, com 30 profissionais capacitados, o Curso de formação em gestão do patrimônio cultural com 150 profissionais, e estudos realizados para implementação de programa de mestrado profissional visando a formação de profissionais especializados em preservação e conservação de acervos patrimoniais, dentre outros.

A meta deverá ser atingida e até superada antes do final do PPA.

Quantidade alcançada

778

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	88	unidade	375	31/12/2013
Região Nordeste	265	unidade	152	31/12/2013
Região Norte	221	unidade	88	31/12/2013
Região Sudeste	221	unidade	115	31/12/2013
Região Sul	88	unidade	48	31/12/2013

- **Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Para o atingimento da meta, no primeiro semestre de 2013, realizou-se a difusão do patrimônio museológico de 39,42% das instituições museais brasileiras (1.265 instituições do total de 3.209, conforme posição do Cadastro Nacional de Museus em 28/08). Executaram-se os seguintes projetos:

- Projeto Conhecendo Museus: 54 instituições com patrimônio difundido, sendo que 11 não participaram da Semana Nacional de Museus (SNM).

Fruto de parceria entre Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e Ministério da Educação (MEC), o Conhecendo Museus consiste na produção e veiculação em canais de televisão de documentários, com cunho de entretenimento e conteúdo alusivo aos museus brasileiros. A exibição dos programas é também uma importante alternativa de fruição para públicos remotos e de estímulo de visitação aos museus brasileiros. O Projeto contemplou, em sua primeira temporada, 15 museus brasileiros. A segunda temporada, com 52 episódios, foi realizada entre o ano de 2012 e o segundo semestre de 2013. Foram contemplados 54 museus e um episódio retratou o Festival Europália.

- O Brasil em Bruxelas. Dos 54 museus divulgados na segunda edição da série Conhecendo Museus, 43 tiveram programação participativa na 11ª Semana Nacional de Museus. Foram produzidos e difundidos por meio do canal TV Brasil e do sítio eletrônico www.conhecendomuseus.com.br.

Para a terceira temporada, estão sendo avaliados 60 roteiros para a gravação e finalização de 60 episódios televisivos entre o segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014. Até 2015, estarão disponíveis para o público 127 episódios que contemplarão cerca de 135 museus.

- Semana Nacional de Museus: 1.252 instituições museológicas participantes.

A Semana, como parte das ações permanentes de promoção e divulgação do IBRAM voltada aos museus brasileiros, auxilia na busca pela dinamização e divulgação do setor ao propiciar às instituições participantes uma promoção acima da habitual, gerando repercussão nacional não só para os museus, mas para o setor como um todo.

A promoção e divulgação da Semana Nacional de Museus são realizadas pelo IBRAM e incluem a divulgação pelo site e boletins do Instituto, a sensibilização (ofícios convite enviados a mais de 3.200 instituições museais), bem como realização de ligações telefônicas. A cada ano, registra-se recorde de instituições participantes e espera-se manter esse aumento anual de participações. No entanto, podem-se relatar algumas dificuldades encontradas nesse trabalho, tais como: descontinuidade na gestão dos museus, sobretudo nos municipais, que representam a parcela mais significativa de museus; deficiências na capacitação dos profissionais que atuam em alguns museus no tocante às áreas de promoção e marketing; falta de equipamentos tecnológicos adequados nos museus, o que dificulta a participação das instituições nos eventos.

- Programação cultural dos 30 museus vinculados ao IBRAM: difundem seus patrimônios museológicos por meio de atividades como exposições permanentes e a própria Semana de Museus. A expectativa é de manter esses 30 museus atuando na difusão de seu acervo e participando das campanhas institucionais como referências no setor museológico brasileiro.

Para a identificação do patrimônio museológico executou-se o Programa Acervo em Rede que tem o desafio de promover, por meio da internet, o acesso dos cidadãos aos bens culturais preservados nos museus de todo território nacional. o projeto irá contribuir para a divulgação dos museus, a disseminação dos seus acervos e permitir que a população conheça a riqueza do nosso patrimônio cultural. Atualmente, o programa desenvolve estudo e análise de normas e padrões nacionais e internacionais para a definição de metadados referente aos acervos museológico, arquivístico e bibliográfico que integram o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, bem como o estudo de normas, padrões e protocolos internacionais para sistemas informatizados de gestão do patrimônio museológico.

Quantidade alcançada

39

Data de Referência

31/12/2013

- **Identificar e premiar 180 novos Pontos de Memória**

Análise Situacional da Meta

Meta em execução por meio do projeto "Prêmio Pontos de Memória", idealizado de modo a selecionar e premiar iniciativas dedicadas à construção de memória social e práticas museais desenvolvidas por grupos, povos e comunidades, a fim de fomentar sua continuidade e sustentabilidade, na perspectiva da museologia social. O prêmio está dividido em duas categorias, a saber: categoria 01 - Pontos de memória no Brasil e categoria 02 - Pontos de memória no exterior.

Não houve realizações em 2013. A edição de 2012 do edital, lançada em novembro de 2012, encontra-se em fase final de classificação, com execução de recursos prevista para os próximos meses, no qual serão premiados 50 pontos de memória no Brasil e 10 no exterior. Os processos encontram-se em fase de análise documental para conclusão de pagamento prevista para janeiro/14.

Na segunda e na próxima etapa do projeto, espera-se premiar mais 120 Pontos, o que indica que a meta será atingida até 21/12/2015. A premiação possibilitou identificar um incremento no mapeamento dos Pontos de Memória, bem

como a atualização das informações referentes às estruturas e às ações desenvolvidas nas iniciativas de Memória. A criação da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social impactaram positivamente para o cumprimento parcial da meta.

Os proponentes que se apresentam a cada edital, e que devem fornecer dados para o sistema de inscrições SalicWeb, compõem um universo de iniciativas que trabalham com memória social. Por esse caminho, embora tenham sido premiadas 48 iniciativas em 2011 e estejam previstas 60 premiações em 2013, já foram identificados 181 Pontos de Memória.

Para além do repasse de recursos promovido pelos editais, é possível indicar um resultado social referente à promoção da cidadania ao apoiar as manifestações culturais de comunidades tradicionais e ao estimular o registro da memória, saberes e fazeres com vistas à valorização do patrimônio imaterial brasileiro, decorrendo o fortalecimento da relação Museu-Comunidade e assegurando o exercício do direito à memória.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Integrar em rede 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico brasileiro**

Análise Situacional da Meta

A integração em rede se dá por meio de plataforma tecnológica comum que precisa ser adquirida ou desenvolvida.

O projeto de integração em rede de 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico foi divido em três fases. A primeira fase consiste na integração dos arquivos e bibliotecas dos museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Essa ação permitirá a difusão de expressiva parcela da história brasileira preservada em nossas 30 unidades museais.

Até o momento, o IBRAM esteve trabalhando na primeira fase, desenvolvendo um termo de referência para aquisição de licença de um software de gestão e catalogação de bibliotecas.

A segunda fase é constituída na indução de adoção dessas mesmas ferramentas nas bibliotecas e arquivos históricos das unidades museológicas que não integram o IBRAM. A terceira e última fase se relaciona à construção de um ambiente informacional e comunicacional, de base web, que permita a interligação entre todas as unidades biblioteconômicas e arquivísticas dos museus brasileiros. Para isso, será necessária a contratação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Preservar 3 milhões de bens do patrimônio arquivístico e bibliográfico brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Principais resultados obtidos em 2013: Mais de 201.452 peças do acervo conservadas e ou restauradas; Realização de visitas técnicas às Bibliotecas Nacionais do Uruguai e da Bolívia em continuidade às obrigações da Biblioteca Nacional do Brasil como Presidente do Comitê de Preservação e Conservação da IFLA (International Federation of Library Associations) para América do Sul; Instituições e empresas com convênios do PLANO- Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos - vigentes com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN): 10 empresas jornalísticas; Identificação, Inventário e Processamento Técnico dos Acervos Bibliográficos e Documentais - Aquisição e implantação de software de automação bibliográfica para integrar na mesma plataforma todos os acervos e 23.550 obras processadas e incorporadas à base de dados de livros da FBN.

Expectativa para 2014: Implantação do programa de encapsulamento a vácuo do acervo de periódicos, que será fundamental para preservação do acervo hemerográfico brasileiro, especificamente dos periódicos microfilmados e dos periódicos extintos não microfilmados, através de seu correto acondicionamento, visando salvaguardar a integridade do

patrimônio; Implantação de programa de modernização do Laboratório de Microfilmagem da FBN através a compra de novas microfilmadoras; Disponibilização, numa nova plataforma, dos catálogos on-line da FBN que irá retomar sua função de mantenedora do Catálogo Bibliográfico Nacional.

Quantidade alcançada

603.366

Data de Referência

31/12/2013

- **Produzir e distribuir 111.383 exemplares de material sobre o patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

Com base nos números alcançados, pode-se afirmar que a meta foi superada em 2013 e deverá ser revista para cima até o final do ano de 2015. A principal ação aqui desenvolvida foi a impressão de material gráfico e promocional para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dando assim o conhecimento das ações desenvolvidas pelo Instituto no ano de 2013 para a sociedade brasileira. Espera-se que se mantenha a política de divulgação do IPHAN para o ano de 2014, pois ela permite uma legitimação social mais intensa na medida em que a sociedade interage com as atividades exercidas pelo Instituto.

Quantidade alcançada

200.634

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11.138	unidade	54.500	31/12/2013
Região Nordeste	33.415	unidade	45.582	31/12/2013
Região Norte	27.846	unidade	41.552	31/12/2013
Região Sudeste	27.846	unidade	24.000	31/12/2013
Região Sul	11.138	unidade	35.000	31/12/2013

- **Realizar 168 ações de reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas 40 ações de reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial. A meta deverá ser atingida até o final do ano de 2015 e inclusive superada.

Como exemplo de atividades realizadas, podemos destacar o Registro do Complexo Cultural dos Bois-Bumbás no Médio Amazonas e em Parintins, Estado do Amazonas - 2ª Etapa.

Quantidade alcançada

83

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	unidade	14	31/12/2013
Região Nordeste	50	unidade	16	31/12/2013
Região Norte	42	unidade	17	31/12/2013
Região Sudeste	42	unidade	9	31/12/2013
Região Sul	17	unidade	27	31/12/2013

- **Realizar 321 ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizadas 62 ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial.

Dentre as ações efetuadas, pode-se destacar: Pesquisa e Documentação das Culturas Populares e a Digitalização do Acervo Documental Permanente do Iphan-SP - Fase 1, tratamento e organização.

Quantidade alcançada

136

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	32	unidade	17	31/12/2013
Região Nordeste	97	unidade	41	31/12/2013
Região Norte	80	unidade	20	31/12/2013
Região Sudeste	80	unidade	27	31/12/2013
Região Sul	32	unidade	31	31/12/2013

- **Realizar 450 obras e serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas 187 obras de conservação e manutenção de bens culturais protegidos, em 2012 foram 110. Com base nos números alcançados, pode-se considerar que a meta será atingida até o final do ano de 2015. Algumas atividades podem ser destacadas, entre elas: Obra de intervenção no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e a Consolidação e limpeza do Forte Dom Pedro em Caçapava. Cabe ressaltar que aqui se trata de atividades de grande relevância para a preservação do patrimônio cultural do Brasil.

Quantidade alcançada

297

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 52.000 procedimentos de fiscalização e monitoramento de bens do patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

A meta envolve planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do país, incluindo as ações de pesquisa aplicada à educação patrimonial, dentre outras, vinculadas a esta finalidade.

Em 2013, foram realizados 13.150 procedimentos de fiscalização e monitoramento em 2012 foram 13.000. A meta deverá inclusive ser superada até 2015.

Dentre as atividades realizadas pode-se destacar a contribuição para a informação de professores e estudantes no campo de conhecimento de folclore e cultura popular brasileira, em escolas públicas do Rio de Janeiro, a partir do desenvolvimento de ações como cursos, seminários, mostras de cinema, contações de histórias, além de assessorias a professores e oferecimento de projetos educativos a escolas das redes de ensino.

Outros exemplos são os planos de Salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, da Viola-de-Cocho/MS e salvamentos arqueológicos emergenciais no estado do Pará.

Quantidade alcançada

26.150

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo envolve o desenvolvimento de ações que visam ampliar a produção sustentável audiovisual nacional, bem como possibilitar e incentivar a fruição desta produção pela população de forma a permitir a difusão de valores nacionais

e práticas constitutivas de nossa identidade cultural.

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelo Ministério da Cultura em 2013 envolveram:

1. O incentivo ao lançamento de 129 obras cinematográficas brasileiras no circuito comercial de salas de exibição;

2. O fomento à ampliação do parque exibidor comercial, que permitiu um salto no número de salas nas regiões Norte e Nordeste, que em 2011 contavam com 397 salas de exibição e alcançaram no final de 2013 um total de 486 salas (crescimento de 20,4 e 23,2%, respectivamente), contribuindo significativamente para o crescimento total das regiões de 13,9%, alcançando-se 2678 salas. Estas ações resultaram em aumento de público para as obras cinematográficas nacionais.

3. O aumento do público e renda dos filmes nacionais acumulados no ano de 2013, para um total de 27,79 milhões de pessoas, representando uma fatia de mercado para a produção nacional de 18,6% do total de público do período:

4. Situação semelhante foi aquela observada no mercado televisivo. Para 16 canais de TV paga monitorados em 2013, o número de veiculações de obras brasileiras totalizou 13.721, ou seja, um acréscimo de 51,8% em relação a 2011. A partir de setembro de 2013, conforme estabelecido na Lei n° 12.485/11 entrou em vigor a cota cheia de veiculação de obras brasileiras nos canais de espaço qualificado, 3h30 semanais, que naturalmente implicará em um maior número de exibições. Importante ressaltar que, devido à grande pulverização dos canais da TV Paga (atualmente existem mais de 200, distribuídos por meio de diversas tecnologias de transmissão – cabo, DTH, MMDS), o monitoramento realizado pela Agência cobre 16 canais de filmes e séries, não abarcando a totalidade dos canais de TV Paga distribuídos no Brasil.

5. Atualmente, estão sendo desenvolvidos esforços para a formalização de parcerias de forma a viabilizar estudos de viabilidade para a implementação do "Canal da Cultura". A expectativa é que o processo de implantação do canal se inicie em 2014.

Metas 2012-2015

- **11% de participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil**

Análise Situacional da Meta

META ALCANÇADA - Em 2013, a participação de público dos títulos nacionais nas salas de exibição foi de 18,6%. As produções nacionais acumularam 27.787.085 milhões de ingressos vendidos no ano.

A participação de público alcançada pelas obras brasileiras em 2013 superou o índice de 11% anuais estabelecidos pelo Plano Plurianual para o exercício 2012–2015. Na média dos últimos dois anos, horizonte já percorrido do atual PPA, a participação das produções nacionais é de 14,6%:.

SÉRIE HISTÓRICA - PARTICIPAÇÃO DE PÚBLICO EM SALAS DOS FILMES BRASILEIROS (EM %)

Ano Participação

2008 - 10,2%

2009 - 14,3%

2010 - 19,1%

2011 - 12,4%

2012 - 10,6%

2013 - 18,6%

Fonte: SADIS/ANCINE

Quantidade alcançada

14,6

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 20% a exibição das obras brasileiras no segmento de TV por assinatura**

Análise Situacional da Meta

Com a base de 16 canais de TV paga monitorados – AXN, Canal Brasil, Cinemax, HBO, HBO Family, HBO Plus, Maxprime, Sony, Telecine Premium, Telecine Action, Telecine Fun, Telecine Pipoca, Telecine Cult, Telecine Touch,

TNT e Warner Channel – apurou-se que, em 2011, tivemos 9.039 veiculações de obras brasileiras.

META ALCANÇADA - Em 2013, o número de veiculações de obras brasileiras para os mesmos canais monitorados totalizou 13.721, ou seja, um acréscimo de 51,8% em relação a 2011.

A partir de setembro de 2013, conforme estabelecido na Lei n° 12.485/11 entrou em vigor a cota cheia de veiculação de obras brasileiras nos canais de espaço qualificado, 3h30 semanais, que naturalmente implicará em um maior número de exibições.

Importante ressaltar que, devido à grande pulverização dos canais da TV Paga (atualmente existem mais de 200, distribuídos por meio de diversas tecnologias de transmissão – cabo, DTH, MMDS), o monitoramento realizado pela Agência cobre 16 canais de filmes e séries, não abarcando a totalidade dos canais de TV Paga distribuídos no Brasil.

Quantidade alcançada

51,8

Data de Referência

30/06/2013

- **Expandir em 20% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste**

Análise Situacional da Meta

O parque de salas de exibição brasileiro cresceu 6,4% em 2013, com incremento acima da média nas regiões Nordeste (14,3%) e Centro-Oeste (13,1%). A região Norte teve um aumento de 8,8% nas suas salas de exibição. As regiões Norte e Nordeste terminaram o ano com um total de 486 salas de exibição, um acréscimo de 54 novas salas em relação a 2012 (crescimento de 12,7%).

META ALCANÇADA - Já em relação a 2011 o acréscimo foi de 89 salas nas regiões Norte e Nordeste, o que representa um crescimento de 20,4 e 23,2%, respectivamente. O país encerrou 2013 com um total de 2.678 salas de exibição e um crescimento de 13,9% no período 2011-2013.

NÚMERO DE SALAS DE EXIBIÇÃO POR REGIÃO - COMPARATIVO 2013/2011

Região	Salas 2011	Salas 2012	Salas 2013	Crescimento 2011-2013
Centro-Oeste	203	214	241	18,7%
Nordeste	284	307	350	23,2%
Norte	113	125	136	20,4%
Sudeste	1.353	1.440	1.497	10,6%
Sul	399	432	454	13,8%
Total	2.352	2.517	2.678	13,9%

Fonte: Elaboração ANCINE. Dados consolidados em 09/01/2014

Quantidade alcançada

22,41

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar o Canal da Cultura**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em processo de seleção a formalização de parcerias para a realização de estudo de viabilidade para a implementação do canal da Cultura. Nesse sentido, o MinC formalizou, no segundo semestre de 2013, parceria com a Universidade de Brasília, para a realização de estudo de viabilidade para a implementação do canal, que deve ficar pronto no primeiro semestre de 2014.

Para 2014, planeja-se realizar ações iniciais para a implementação do canal, com base nas conclusões do referido estudo.

- **Lançamento de média anual de 75 filmes brasileiros no circuito comercial de salas de exibição**

Análise Situacional da Meta

META ALCANÇADA - Em 2013, 129 obras brasileiras foram lançadas comercialmente nas salas de exibição. Dessas, nove ultrapassaram a marca de um milhão de espectadores. Ao todo, as produções nacionais geraram a venda de 27.787.085 milhões de ingressos.

A tendência é que esse ritmo seja mantido e que, até o final do período de abrangência do PPA, a média anual ultrapasse a meta de 75 filmes brasileiros lançados em salas de exibição anualmente.

Quantidade alcançada

129

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

O alcance desse objetivo requer ações variadas de diversas unidades e instituições vinculadas do Ministério da Cultura (MinC). Representa esforço contínuo considerável no sentido de fomentar as atividades culturais, por meio de apoio a projetos culturais, a formação e intercâmbio de profissionais em diversos segmentos da cadeia produtiva do setor criativo, incentivos ao consumo de produtos culturais, iniciativas no sentido de valorizar, promover e apoiar eventos e comunidades de afrodescendentes e o incentivo à leitura e à produção literária. Como principais destaques de ações de2013 registra-se:

1. Com relação ao fomento à cultura e à sustentabilidade das comunidades afrodescendentes, destacamos o apoio às diversas festas e eventos tradicionais envolvendo a cultura afro-brasileira e a certificação de comunidades quilombolas.

2. No se refere à formação e intercâmbio de profissionais do setor criativo, cabe mencionar a realização do Ano do Brasil em Portugal e Ano de Portugal no Brasil e as diversas oficinas promovidas nas áreas do teatro, circo, dança, música coral, bandas de música e artes visuais.

3. Como incentivos à sustentabilidade da economia criativa, destacam-se as tratativas junto aos bancos oficiais para disponibilização de linha de crédito específica para os setores criativos, além de iniciativas de caráter simbólico envolvendo a chancela de cidades criativas.

4. No que se refere ao incentivo à leitura e à produção literária, cabe mencionar o apoio à criação de um circuito nacional de feiras de livros em parceria com o setor produtivo do livro; o lançamento do edital para implantação de mais 27 Pontos de Leitura para o desenvolvimento de atividades de mediação de leitura, criação literária, publicação, seleção de acervos e pesquisa; a continuidade do apoio a bibliotecas comunitárias; a concessão de bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário e as ações com a finalidade de fomentar a produção, difusão e distribuição de livros em formato acessível.

5. No apoio à produção audiovisual, merecem destaque as parcerias com estados e universidades para a implantação de 450 unidades de exibição não-comercial de produções audiovisuais e a instalação de Núcleos de Produção Digital (NPDs), voltados ao apoio, à produção e à formação de mão de obra para este setor.

6. O incentivo ao consumo de produtos culturais tem ocorrido pelas ações de manutenção e ampliação dos Pontos e Pontões de Cultura e deverá experimentar grande expansão com a implementação, ora em processo, do Programa Vale-Cultura, já aprovado e regulamentado.

Metas 2012-2015

- **100% dos Estados e Distrito Federal com estrutura técnica de apoio à produção e formação de mão de obra para o audiovisual**

Análise Situacional da Meta

Já estão instalados 12 Núcleos de Produção Digital (NPDs), voltados ao apoio à produção e à formação de mão de obra

para o audiovisual, nos seguintes estados brasileiros: AC, AL, BA, CE, GO, PA, PB, PR, PI, RJ, SP e SE. No segundo semestre de 2013, foram pactuados dois novos NPDs: em Mato Grosso, em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso, e em Minas Gerais, em parceria com a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, para instalação em 2014.

Em 2014, está prevista a instalação de 15 novos NPDs ao todo, de forma que todas as unidades federadas (estados) contem com estrutura para apoio à produção e formação de mão de obra para o audiovisual, atingindo-se a meta prevista para 2015.

Além disso, prevê-se para 2014 a atualização do parque tecnológico de NPDs já instalados, além de capacitação em gestão cultural no âmbito dos núcleos. Por fim, será construído, junto à rede, um plano para atualização dos equipamentos e uma plataforma de comunicação para fortalecer e ativar a rede.

Quantidade alcançada

44,4

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 1000 unidades os espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais, em todo o território nacional**

Análise Situacional da Meta

Houve decisão executiva de passar a responsabilidade pelo edital do VivaLeitura da Fundação Biblioteca Nacional para o Ministério da Cultura (MinC) e Ministério da Educação (MEC) como parte integrante do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Nesse sentido, estima-se que a meta de apoio a 130 projetos sociais de leitura será realizada a partir do primeiro semestre de 2014. A principal realização em prol da meta será o lançamento do Edital "Leitura para Todos", voltado para reconhecer, fomentar e premiar 130 iniciativas de projetos sociais de promoção de leitura desenvolvidos por entidades da sociedade civil. Os principais desafios consistem em estabelecer uma prioridade nas ações de promoção e mediação de leitura e a expectativa para 2014, com o lançamento do referido edital, é criar uma rede de intercâmbio de saberes e de tecnologias sociais de leitura com as entidades civis premiadas e inscritas nesse processo de seleção.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar 130 projetos sociais de leitura**

Análise Situacional da Meta

Principais resultados obtidos em 2013. A única previsão para o período era o pagamento dos premiados do VivaLeitura. A sétima edição do Prêmio VivaLeitura teve seu edital lançado em 2012 e previa a concessão, em 2013, de 18 prêmios no valor de 30 mil reais a projetos sociais de leitura desenvolvidos em bibliotecas públicas ou comunitárias, escolas e organizações da sociedade civil, universidades, empresas, ou ainda iniciativas individuais de fomento à leitura e criação literária. No entanto, o edital foi cancelado em novembro de 2013 e não houve resultados expressivos para o período.

Principais desafios para o alcance da meta em 2013. A decisão executiva que cancelou o edital de 2012 do prêmio VivaLeitura também explicitou a intenção de que o prêmio, em 2014, seja retirado das atribuições da Fundação Biblioteca Nacional e que a sua condução regresse ao Ministério da Cultura (MinC) e ao Ministério da Educação (MEC) como parte integrante do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

Expectativa para 2014. A meta de apoio a 130 projetos sociais de leitura será realizada a partir do primeiro semestre de 2014. A principal realização em prol da meta será o lançamento do Edital "Leitura para Todos", voltado para reconhecer, fomentar e premiar 130 iniciativas de projetos sociais de promoção de leitura desenvolvidos por entidades da sociedade civil. Os principais desafios consistem em estabelecer uma prioridade nas ações de promoção e mediação de leitura e a expectativa para 2014, com o lançamento do referido edital, é criar uma rede de intercâmbio de saberes e

de tecnologias sociais de leitura com as entidades civis premiadas e inscritas nesse processo de seleção.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar 2000 pontos de leitura**

Análise Situacional da Meta

Principais resultados obtidos em 2013. A partir de 2011, o apoio passou a ser feito a Ponto de Leitura temáticos, por meio do Projeto Ponto de Leitura Ancestralidade Africana atendendo a 10 comunidades. Em 2013 foi lançado o Edital para implantação de mais 27 pontos de leitura de cultura negra pago em dezembro de 2013. O referido edital visa selecionar um projeto que tenha como objetivo a implantação de 27 pontos de leitura em entidades privadas sem fins lucrativos selecionadas e o desenvolvimento de atividades de mediação de leitura, criação literária, publicação, seleção de acervos e pesquisa. Com isso totaliza-se o apoio a 37 pontos de leitura no período. Em 2012 foram 24 pontos apoiados, chegando, no período do PPA a 61 pontos. Vale esclarecer que Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias são organizações similares e estão sendo tratadas juntamente na meta 31 do Plano Nacional de Cultura.
Quantidade alcançada

61
Data de Referência

31/12/2013

- **Apoiar 400 bibliotecas comunitárias**

Análise Situacional da Meta

Principais resultados obtidos em 2013. Em 2013, foram apoiadas 100 bibliotecas comunitárias e/ou pontos de leitura, através do Edital Prêmio de Apoio a Bibliotecas Comunitárias e Pontos de Leitura, com o objetivo de premiar propostas de apoio à modernização e qualificação dos espaços e serviços em Bibliotecas Comunitárias e Pontos de Leitura no País.

Vale ainda lembrar, que em 2012 foram apoiadas 828 bibliotecas comunitárias e/ou pontos de leituras por meio da aquisição de livros para atualização dos acervos desses espaços de leitura.

Expectativa para 2014. Dar seguimento e monitoramento das ações através do fortalecimento da rede dos Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias.
Quantidade alcançada

928
Data de Referência

31/12/2013

- **Chancelar 30 cidades criativas distribuídas nas 5 regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Apesar de haver constituído grupo de especialistas das áreas de economia, gestão, arquitetura e urbanismo, dentre outras, para discussão sobre metodologia de chancela de cidades criativas, a tarefa de elaboração da metodologia da chancela de cidade criativa tem se mostrado complexa e de difícil operacionalização no plano da política pública.

A partir desse entendimento, a pretende-se reformular a orientação, de modo a expandir o conceito para territórios. Espera-se que a tarefa de elaboração da metodologia da chancela somente seja concluída no final do primeiro semestre de 2014.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2013

- **Conceder 400 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário**

Análise Situacional da Meta

As principais realizações em prol dessa meta são: a divulgação da literatura brasileira no exterior através da concessão de bolsas de tradução de autores brasileiros e os editais voltados para fomentar a criação e circulação literária através de concessão de bolsas para escritores durante os anos de 2012 e 2013, beneficiando 50 autores. A expectativa para 2014 é lançar um edital no primeiro semestre voltado para premiação de projetos de criação, formação e circulação para escritores brasileiros, além de dar continuidade ao Programa de Apoio à Tradução de Autores Brasileiros no exterior.

Principais resultados obtidos até 2013. Concessão de 319 bolsas, sendo 212 bolsas de tradução de obras brasileiras, 57 bolsas de intercâmbio de autores brasileiros e 50 de criação e circulação.

Expectativa para 2014. Concessão de 100 bolsas com recursos da Lei Orçamentária Anual; Concessão de 50 bolsas com recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC); Cooperação com a Universidade Federal Fluminense (com repasse de recursos para a realização de ações relacionadas ao Programa de Tradução); Cooperação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) (com repasse de recursos para a realização de ações relacionadas ao Programa de Tradução).

Quantidade alcançada

319

Data de Referência

31/12/2013

- **Criação da Rede Popular do Livro Acessível**

Análise Situacional da Meta

Para atingir essa meta, foi lançado o Edital de Fomento à Produção, Difusão e Distribuição de Livros em Formato Acessível, com previsão de atender projetos desenvolvidos por instituições que atuam na área. Vale esclarecer que a proposta prevê ampliar o número de instituições produtoras de livro em formato acessível, tendo em vista que atualmente praticamente uma única instituição lidera esse mercado, limitando assim a variedade e os conteúdos acessíveis.

- **Criação do programa Livro Popular**

Análise Situacional da Meta

O programa Livro Popular está sendo reformulado. A ideia para 2014 é focar no programa Vale-Cultura através da mobilização do setor produtivo (editores e livrarias) para esta ação e sensibilizar os trabalhadores beneficiados pelo programa ao consumo cultural de livros.

- **Disponibilização de linha de crédito específica para os setores criativos ofertada por bancos oficiais**

Análise Situacional da Meta

Para disponibilizar a linha de crédito é necessário encontrar uma solução para as garantias de crédito e algumas soluções estão em estudo. Estima-se que a linha de crédito seja disponibilizada em 2014.

- **Disponibilização do vale-cultura a 6 milhões de brasileiros**

Análise Situacional da Meta

As ações do ano de 2013, concernentes ao Programa de Cultura do Trabalhador, instituído pela Lei 12.761/2012, e que implementou o Vale-Cultura, foram focadas na sua regulamentação, conforme Decreto 8.084/2013, bem como sua normatização pelo MinC conforme Instrução Normativa nº 02/2013.

O processo encontra-se em fase de cadastramento e habilitação das empresas beneficiárias e operadoras, sendo que foram cadastradas e habilitadas 24 empresas operadoras e 1.224 empresas beneficiárias autorizadas com 335.226 funcionários a serem beneficiados com o Vale - Cultura.

Além disso, está sendo realizado o acompanhamento dos cadastros das recebedoras junto às operadoras. A expectativa é atingir 6 milhões de brasileiros de modo a alcançar o objetivo previsto para o período do PPA até o final de 2015.

Cabe o registro de que a implementação do Programa de Cultura do Trabalhador iniciou-se em outubro de 2013 e será

potencializada em 2014. Embora tenham sido estipuladas metas com base no público de trabalhadores e empresas que podem participar do programa, o resultado depende da adesão dos mesmos ao programa.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Emitir certidão de autodefinição de comunidades remanescentes de quilombo e implementar projetos culturais de fomento, qualificação e capacitação para 300 comunidades quilombolas e de terreiros.**

Análise Situacional da Meta

A certificação de comunidades remanescentes de quilombos é uma atividade continuada da Fundação Cultural Palmares (FCP). No exercício de 2013 a FCP certificou 259 Comunidades, e os estados que mais se destacaram no volume de certificações foram:

BA: 73 certificações. PA: 58 certificações. MA: 72 certificações.

Obs: Comunidades Certificadas/2013

1º Semestre/2013	40 Comunidades Certificadas	BA: 18
		PA: 08
		MA: 03
2º Semestre/2013	215 Comunidades Certificadas	BA: 55
		PA: 50
		MA: 69
Total: Exercício de 2013	259 Comunidades Certificadas	BA: 73
		PA: 58
		MA: 72

Quantidade alcançada

259

Data de Referência

31/12/2013

- **Fomentar/realizar 36 seminários ou oficinas para formação e qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, como foco no público prioritário do Programa Cultura Viva, visando sua participação qualificada em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural, promovendo intercâmbio, produzindo e difundindo documentos com diretrizes e ações prioritárias.**

Análise Situacional da Meta

Os seminários, encontros, reuniões e fóruns realizados em 2012 e 2013 foram também Conferências Livres de Cultura que desenvolveram propostas e diretrizes de políticas públicas para serem apresentadas e discutidas na III Conferência Nacional de Cultura, realizada em novembro de 2013.

Dentre as propostas desenvolvidas, foram apresentadas políticas específicas dos segmentos da diversidade cultural, como: Culturas Populares, Ciganas, Indígenas, Quilombolas, dentre outros. Foram realizados, ainda, encontros com os gestores públicos estaduais e municipais para discussão de propostas para a qualificação da gestão do Programa Cultura Viva– (PCV), como também Fórum de Culturas Indígenas, Oficina sobre a implementação da Convenção 169 da OIT, Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, além do fomento à realização de várias Teias Estaduais.

Em 2013, houve a realização de 37 eventos, nos quais foram produzidas propostas para a Conferência de Cultura e consultas aos segmentos da diversidade acerca dos Projetos de Leis dos Mestres e Griôs e Cultura Viva. Em 2014, o Ministério da Cultura (MinC) irá realizar um grande evento, a Teia Nacional da Diversidade Cultural, que reunirá cerca de 2500 pessoas, sendo representantes de pontos de cultura e dos segmentos culturais da diversidade e gestores públicos, dentre outros, que irão apresentar e discutir as diretrizes desenvolvidas, as perspectivas para o PCV, a avaliação e a comemoração de 10 anos do programa.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2013

- **Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Cultura (Minc) executou ações no âmbito da Fundação Cultural Palmares (FCP) que envolvem a promoção e o fomento do patrimônio cultural da população negra, inclusive, envolvendo as comunidades tradicionais de matriz africana, e as produções culturais da população negra. Dentre essas ações desenvolvidas, destacam-se o apoio à realização da Festa Bembé do Mercado e, na área da cultura afro-brasileira, o tradicional festejo do Recôncavo Baiano que é realizado na cidade de Santo Amaro da Purificação por ocasião do dia treze de maio, rememorando a libertação dos escravos.

Além destes, com o apoio da FCP, foram realizados o projeto de capacitação e desenvolvimento de Políticas Públicas sobre Cultura Afro, no primeiro semestre de 2013, o projeto Diálogos Internacionais, executado no âmbito do festival de Inverno de Garanhuns, no período de 18 a 27 de Julho de 2013, com a realização de duas atividades pela FCP: a "Oficina de Capacitação para a Elaboração e Gestão de Projetos Culturais para os Jovens Produtores Culturais do Quilombo de Castainho (PE)" e a roda de diálogo "Experiências em Políticas para Cultura Afro-Brasileira".

Acrescente-se ainda o apoio ao VI Festival da Mulher Negra Afro Latina, Americana e Caribenha que ocorreu no período de 23 a 27 de Julho de 2013, em Brasília-DF, a realização do projeto Dia da Consciência Negra na cidade de União dos Palmares-AL, no período de 17 a 20 de Novembro de 2013 e o projeto Diálogos Nacionais, realizado nos meses de novembro a dezembro de 2013.

O 25º aniversário da FCP foi realizado no período de 19 de Agosto a 23 de Outubro de 2013 em Brasília-DF, Recife-PE, Salvador-BA, São Luis- MA, Rio de Janeiro-RJ e São Paulo-SP, com sessão solene, seminários, roda de diálogos, mostra de filmes, ciclo de palestras e mesa redonda, bem como contratação de artistas.

Por fim, o projeto capacitação internacional foi firmado por meio de protocolo de intenções assinado entre a FCP e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), e teve por objetivo capacitar agentes de economia criativa como base para a construção de agentes econômicos africanos e afrodescendentes.

- **Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos**

Análise Situacional da Meta

A meta realizada encontra-se dentro da estimativa fixada no PPA. Ressalte-se que no somatório da meta executada estão incluídas os PI's referentes aos recursos recebidos do Ministério da Cultura (MinC). A Funarte, para atingir seus objetivos no contexto do fomento às artes, executou diversas atividades em âmbito nacional voltadas para os processos de criação, produção e circulação da produção e do produto cultural brasileiro, nas áreas do circo, dança, teatro, música, artes visuais e artes integradas, proporcionando a fruição e o acesso da população aos bens culturais. Em 2012 foram realizados 1914 projetos. As principais realizações de 2013 estão elencadas a seguir:

• Prêmio de Concertos Didáticos a 40 projetos para a realização de 315 concertos em escolas da rede pública beneficiando

59.433 alunos;

• 187 bandas de música foram selecionadas para receber instrumentos de sopro;

• Realização do III Encontro Funarte de Políticas para as Artes, nas cidades de Aracaju, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre;

• Prêmio Música Brasileira a 55 projetos, com a finalidade de proporcionar a difusão de atividades e produtos ligados à música e sua distribuição no país;

• Apoio ao XX Festivale–Festival de Teatro do Vale do Paranhana/RS;

• Apoio a realização do Fórum Cultural Olímpico na cidade do RJ;

• Copa das Confederações 2013-Mostra Bola na Rede–Realizada na Funarte/DF, que reuniu vários artistas com

trabalhos sobre o esporte e o futebol;

• Ano do Brasil em Portugal e Ano de Portugal no Brasil–Foram realizadas 15 atrações artísticas;

• Prêmio Funarte de Produção Crítica em Música a 10 projetos, visando fomentar e estimular a reflexão, a produção e a difusão de conhecimento sobre a música brasileira;

• Realização da XX Bienal de Música Brasileira Contemporânea, no Rio de Janeiro, considerada a mais importante mostra de música erudita no Brasil, estimulando a criação e a interpretação de obras musicais novas e permitindo encontros que dificilmente ocorreriam de outra forma;

• Bolsa Funarte de estímulo à Produção em Artes Visuais a 14 bolsas com projetos de criação e pesquisa em artes visuais;

• Prêmio Funarte de Arte Contemporânea a 21 projetos para difundir as artes visuais por meio de exposições nas diversas galerias da Funarte;

• Prêmio Funarte de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça – Foram contemplados 15 projetos para incentivar produções artísticas destinadas ao acervo de arte contemporânea das instituições museológicas, fomentando a difusão das artes visuais;

• Bolsa Funarte para a Formação em Artes Circenses – Foram concedidas 50 bolsas de estudo a jovens estudantes das diferentes regiões do país para participar das atividades circenses da Escola Nacional de Circo, no Rio de Janeiro;

• Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz – Fomentar projetos de teatro, voltados para a montagem e circulação de espetáculos ou outras atividades específicas da área. Ao todo, foram contemplados 108 projetos, distribuídos por todas as regiões do país;

• Microprojetos no Pantanal Brasileiro – Programa Mais Cultura a 47 projetos visando fomentar e incentivar a cultura local de 16 municípios – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – propiciando ao público alvo do projeto, jovens de 17 a 29 anos, participar de projetos culturais voltados para as diversas áreas do fazer cultural, favorecendo comunidades, instituições, grupos ou agentes socioculturais localizados na região do Pantanal Brasileiro;

• Edital Funarte para a Realização de Encontros/Seminários, Mostras, Feiras e Festivais objetivando fomentar projetos de apoio à realização de encontros/seminários, mostras, feiras e festivais em todo o território nacional, nas diferentes linguagens artísticas da Funarte: circo, dança, teatro e música. Ao todo foram apoiados 12 eventos;

• Prêmio Funarte de Arte Negra a 33 projetos visando incentivar projetos nas áreas de artes visuais, circo, dança, música, teatro e preservação da memória;

•Feira do Livro de Frankfurt 2013. Foram realizadas 30 atrações artísticas, entre espetáculos musicais de teatro e dança, e exposições de artes visuais;

•R ede Nacional Funarte de Artes Visuais a 22 projetos objetivando fomentar a reflexão crítica e o debate sobre as artes visuais;

•P rêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais a 10 projetos, visando à prática de linguagens artísticas, à reflexão crítica e à profissionalização dos processos de gestão cultural;

•E dições Funarte – Foram produzidas 11 obras. A Funarte publica livros que compõem um painel diversificado sobre arte no Brasil; e

•Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia a 18 projetos inéditos de criação, documentação e produção de reflexão crítica sobre fotografia.

Expectativas para 2014.

Incluir segmentos da população que ainda não conseguiram ser inseridos e apoiados pelos programas desta instituição.

Quantidade alcançada

3.632

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementação do Programa Nacional de Cultura - PROCULTURA**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Cultura (Procultura) ainda não foi instituído. O texto que normatizará o Programa tramita no Congresso Nacional sob a identificação de PL nº 6.722/10. Em novembro de 2013, houve a análise e aprovação do relatório apresentado pelo Deputado Pedro Eugênio na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), da Câmara dos Deputados, concernente ao Projeto de Lei (PL) n° 1.139/2007, que se encontra apensado ao PL do poder executivo n° 6.722/2010 - ProCultura. Atualmente, o PL encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), tendo sido o Deputado João Magalhães designado para ser o relator. Observando o cenário, verifica-se que poderá haver dificuldades para a célere tramitação e avanços do Procultura ainda em 2014, considerando tratar-se de um ano atípico. Tal quadro político espelha incertezas quanto à implementação do Programa Nacional de Cultura ainda no período do PPA em questão.

- **Manter apoio e parceria com pelo menos 120 Pontões de Cultura, sendo pelo menos um em cada estado e no DF e pelo menos 15% em cada macro-região do país.**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Cultura (MinC), através do Programa Cultura Viva (PCV), já fomentou 152 Pontões de Cultura em todo o território nacional desde sua implantação em 2004. Estão presentes em todos os estados brasileiros, com a exceção de Tocantins. A distribuição atual de Pontões por macro-região é seguinte: Norte – 10% (15 de 152); Nordeste – 26% (39 de 152); Centro-Oeste – 12% (18 de 152); Sudeste – 45% (68 de 152); Sul – 8% (12 de 152).

Em sua maioria, os Pontões permanecem atuando diretamente com os pontos de cultura instalados e, nos exercícios 2012 e 2013, 39 pontões já receberam apoio financeiro de continuidade dos convênios firmados, realizando os pagamentos das parcelas conveniadas, que podem ir de uma a cinco parcelas anuais. Entre os Pontões apoiados no período, estão os Pontões diretamente conveniados com o MinC e Pontões conveniados com os entes parceiros através das Redes de Pontos de Cultura Municipais e Estaduais do Programa Cultura Viva.

Com o redesenho e aperfeiçoamento do PCV, realizado em parceria com o IPEA e finalizado em 2012, foram identificadas as áreas temáticas de principal atuação do PCV com seus respectivos segmentos culturais, que, por sua vez, é de fundamental importância à realização da integração e articulação entre segmentos culturais através dos Pontões de Cultura, demonstrando sua necessidade para a diversidade cultural brasileira.

Em 2014, o ministério espera finalizar e definir o novo modelo para conveniamento de manutenção/apoio aos Pontões de Cultura e será lançado o Edital de Pontões de Cultura 2014, que irá promover o conveniamento de 16 novos Pontões de Cultura, e serão definidos também, os recursos que serão alocados para o cumprimento da referida meta.

Quantidade alcançada

152

Data de Referência

31/12/2013

- **Promoção de 208 eventos de intercâmbio entre artistas, técnicos e agentes culturais**

Análise Situacional da Meta

Em âmbito internacional, um grande quantitativo de artistas foi destacado pela Funarte para representar o país no Ano do Brasil em Portugal. Num total de 110 atrações artísticas, envolvendo em cada uma várias trupes e grupos musicais, estima-se que milhares de portugueses tiveram a oportunidade de entrar em contato com a diversidade cultural brasileira. O ponto alto dessa programação foi o público lotando casas de espetáculos e ruas de Lisboa, prestigiando a arte brasileira de qualidade.

Em âmbito nacional, foi apoiada a realização dos seguintes eventos:

Espetáculo: “Ficção”, em Brasília / DF;

Espetáculo: “Till, A Saga de um Herói Torto”, em Sete Lagoas / MG; “I Festival Internacional dos Lençóis”, em Barreirinhas / MA.

Em 2012 foram 549 eventos patrocinados.

Expectativas para 2014:

Realização de residências e eventos no exterior, bem como, receber artistas estrangeiros para residências no Brasil.

Possibilidade de exportação da arte brasileira.

Possibilidade de abrir mercado para artistas através de maiores acordos com maior número de países.

Quantidade alcançada

662

Data de Referência

31/12/2013

- **Promover o funcionamento contínuo das Redes de Pontos de Cultura em todos os estados e no Distrito Federal, ampliando o número de pontos fomentados alcançando a marca de 5 mil, em pelo menos 30% dos municípios**

Análise Situacional da Meta

Desde a implantação do Programa Cultua Viva (PCV), O Ministério da Cultura (MinC) já fomentou o número de 3.663 pontos de cultura nos estados, municípios e no DF. Até o final de 2013, os pontos de cultura estão presentes em 1.010 municípios brasileiros, número que deverá ser ampliado com a execução dos convênios em curso e com a finalização do mapeamento realizado pelo MinC (Cadastro de Pontos de Cultura). Este número representa uma cobertura de 18,13% do total de 5.571 municípios brasileiros, com a seguinte distribuição por região: Norte – 18% (804 Pontos de 451); Nordeste – 23%(413 de 1.794); Centro-Oeste – 13% (60 de 467); Sudeste – 22% (364 de 1.668); Sul – 8% (93 de 1.191).

Com o redesenho e aperfeiçoamento do PCV, estudo realizado em parceria com o IPEA e finalizado em 2012, foi estabelecido que a implantação dos pontos de cultura não se dará com um único valor de referência. Com isso, o custo médio de referência e o período de vigência dos convênios foram reduzidos de maneira positiva, ampliando a capacidade do PCV em alcançar, em menos tempo e com maior efetividade, um maior número de pontos de cultura em todo o território nacional, melhorando assim, o aproveitamento dos recursos disponíveis para as metas propostas.

Com vistas aos proponentes, foi identificada uma baixa capacitação técnica dos gestores e/ou responsáveis pelos pontos ou redes de pontos de cultura, o que dificulta o bom desempenho e a continuidade dos convênios firmados, a partir dessa constatação, O MinC vem buscando parcerias com IPEA, IBRAM, UNESCO, FIOCRUZ, e universidades federais para o desenvolvimento de projetos que buscam a capacitação e qualificação técnico-operacional, não apenas dos gestores das redes de pontos de cultura, mas de todos os agentes culturais do PCV, o que trará resultados a partir de 2014.

O novo formato de conveniamento das redes de pontos de cultura, estabelecido a partir do segundo semestre de 2013, incorpora editais de premiação para chancela de novos pontos de cultura, o que elevará o número de pontos fomentados contribuindo para o alcance da meta estipulada. O novo formato de conveniamento foi iniciado com a renovação/implantação das Redes de Pontos de Cultura do estado de São Paulo e do município de São Paulo, ao fim do segundo semestre de 2013, que juntos irão promover a continuidade de 201 pontos e o fomento de 185 novos pontos de cultura a partir do primeiro semestre de 2014, elevando para 3.848 o número total de pontos de cultura já fomentados pelo PCV. Ainda em 2014, serão realizadas as renovações das redes estaduais e municipais já finalizadas e dentro do novo formato de conveniamento. O MinC já possui solicitações e articulações bem adiantadas para a implementação das novas Redes estaduais e municipais de Pontos de Cultura em todo o território nacional.

Quantidade alcançada

3.663

Data de Referência

31/12/2013

- **Qualificação de 10,5 mil artistas, técnicos e produtores de arte e cultura**

Análise Situacional da Meta

A meta encontra-se dentro do planejado para o período do PPA. Em 2012, 4.760 técnicos e produtores de arte e cultura foram qualificados. Em 2013 O Ministério da Cultura (MinC) promoveu diversas oficinas nas áreas do teatro, circo, dança, música coral, bandas de música e artes visuais. As oficinas qualificam artistas, criadores e profissionais

residentes em capitais e em cidades do interior, transformando cada participante em agente multiplicador do fazer artístico. São elas:

•Capacitação Artística e Técnica em artes Cênicas;

Visa oferecer a artistas, técnicos e pesquisadores do setor, a oportunidade de aprimorar seus talentos e aprofundar seus saberes. Além de qualificar profissionais para o competitivo mercado de trabalho, a iniciativa consistiu na execução de oficinas de artes cênicas (circo, dança, técnicas cênicas e teatro).

Foram realizadas 95 oficinas em diversas cidades do país. Os cursos, com carga horária entre 20h/aula a 60h/aula cada, foram ministrados por profissionais de notório saber em cada área, qualificando 1.811 pessoas.

•Painéis Funarte de Regência Coral;

O evento teve por finalidade fomentar nas cidades de Teresina (PI), Mogi das Cruzes (SP), Rio Branco (AC) e Santarém (PA), um intenso programa de apoio ao canto coral, com cursos de técnica de regência, dinâmica de corpo, técnica vocal e percepção musical. Foram realizados quatro painéis, capacitando 422 pessoas.

•Painéis Funarte de Bandas de Música;

O evento teve por finalidade atualizar conhecimentos musicais para músicos e regentes de bandas e promover a integração e a troca de experiências de forma a que se tornem conhecidos os trabalhos e experiências das diferentes regiões do país. Foram realizados três painéis, qualificando cerca de 1.144 pessoas nas cidades de Bragança (PA), Guaiba (RS) e Aracaju (SE).

•Desafios Contemporâneos – Oficinas de Artes Visuais.

Foram realizadas 30 oficinas em diversas cidades, capacitando 756 profissionais, objetivando contribuir com a redução das desigualdades regionais, colaborando com a criação de ferramentas e mecanismos para a descentralização de infraestrutura e dos meios de acesso cultural, criando fluxos de produção e de formação de profissionais de artes visuais e de público com a valorização da diversidade.

Para alcançar seus resultados e metas, destacamos as parcerias firmadas com as secretarias estaduais e municipais de cultura, além de universidades que recebem cursos da Funarte em localidades onde não há espaço cultural administrado pelo MinC.

Quantidade alcançada

8.893

Data de Referência

30/06/2013

- **Realizar 01 circuito nacional de feiras de livros implantado em parceria com o setor produtivo do livro**

Análise Situacional da Meta

Esta meta passou por um processo de avaliação este ano em função das mudanças de gestão ocorridas na Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Fundação Biblioteca Nacional (DLLLB/FBN) e será retomada em 2014 através de um edital nacional.

- **Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 300 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado um conjunto de atividades relacionadas à proteção, preservação e promoção da identidade das comunidades remanescentes de quilombos, e das comunidades religiosas de matriz africana. Dentre os projetos realizados, destacamos os Seminários - Convenção 169 OIT. Essa ação tem por objetivo a realização de seminários visando compartilhar conhecimento, de forma participativa, para obtenção de subsídios no processo e construção do instrumento de regulamentação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e comunidades quilombolas, garantindo o direito a consultas prévias.

Quantidade alcançada

164

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo engloba as ações do Ministério da Cultura (MinC) envolvendo a instalação, a manutenção, a utilização de espaços culturais, bem como aquelas visando a ampliação da visitação a estes espaços. No primeiro semestre de 2013, merecem destaque as seguintes realizações:

1. Com relação ao setor museal foram atendidos 16 museus, sendo dois no âmbito do edital Mais Museus e 14 do edital de Modernização, com ações de modernização em infraestrutura (estruturas, equipamentos e/ou tecnologias). Até 2015, espera-se ter todas as 30 unidades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) modernizadas de forma a servir como referências, nacional e internacionalmente.

2. A FUNARTE, instituição vinculada ao MinC, é responsável pela manutenção de 20 equipamentos culturais entre teatros, salas de exposições, salas de música, Escola Nacional de Circo e espaços para projetos de residência para grupos de artistas, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Visando atender a procura por eventos culturais, foram publicados diversos editais para ocupação destes espaços com intensa programação onde foram realizadas atividades artísticas variadas: espetáculos, shows, oficinas, palestras, debates, exibição de vídeos, dentre outras atividades, proporcionando ao público espetáculos de excelência a preços populares. Merecem menção ainda a realização da Mostra Bola na Rede e a inauguração das novas instalações da Escola Nacional de Circo.

3. Contratação de 357 unidades até o final do exercício de 2013 em 324 municípios e em todos os estados, somando R$ 793 milhões. Dos empreendimentos contratados, 91% estão em obras e 22 concluídos.

Metas 2012-2015

- **Acesso de 1,2 milhão de visitantes aos Espaços Culturais da União**

  Análise Situacional da Meta

  em 2014, entregar o espaço de volta à população. A Escola Nacional de Circo, centro de referência na formação circense na América Latina, teve sua sede totalmente reformada e reequipada e ampliou seu número de vagas, de forma a oferecer ainda mais oportunidades a artistas de construir uma carreira no circo.

  Ressalta-se que em 2013, foram realizadas nos equipamentos culturais da Funarte, 847 atividades artísticas, entre espetáculos de circo, dança, teatro, música, exposições e outras atividades, beneficiando um público de 334.501 pessoas. Em 2012 foram 287.094.

  Expectativas para 2014:

  Restauração dos equipamentos culturais da Funarte, com plena capacidade de funcionamento. Entendemos que espaços culturais federais devem ser modelo e referência de funcionamento.

  Quantidade alcançada

  621.595

  Data de Referência

  31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	400.000	unidade	228.775	31/12/2013
Região Sudeste	800.000	unidade	392.820	31/12/2013

- **Digitalizar e disponibilizar 4.000 títulos da produção audiovisual nacional, por meio do projeto Programadora Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente, a Programadora Brasil possui 969 títulos licenciados. Para 2014, planeja-se a instituição da Cinemateca Brasileira como lócus de organização e sistematização das iniciativas do projeto, bem como a implementação de

plataforma online para o cadastro dos pontos de exibição e para a disponibilização de conteúdos, além da repactuação com os detentores de direitos patrimoniais das obras audiovisuais. Encontra-se em fase de implantação um projeto de aquisição de novos títulos. Em 2014, devem ser disponibilizados em torno de 2.500 títulos no total.

Quantidade alcançada

969

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar e induzir a gestão de 360 Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU**

Análise Situacional da Meta

1.Descrição das principais realizações:

Os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) são espaços sociais que levam à população a oportunidade de usufruir, no mesmo espaço físico, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital.

As obras dos empreendimentos dos CEUs estão no âmbito do PAC2 e, de acordo com o 9º Balanço do PAC, foram selecionados 401 centros em 324 municípios e em todos os estados. Até o final do exercício de 2013 foram contratadas 357 unidades, somando R$ 793 milhões em investimentos. Dos empreendimentos contratados, 91% estão em obras e 22 concluídos.

Existem diversos fatores externos à execução da obra que influenciam o programa, principalmente, o novo período eleitoral.

3.Os desafios de implementação e/ou outras informações relevantes.

As mudanças nas gestões municipais em 2012, bem como a pouca estrutura operacional de algumas prefeituras, foram os principais desafios e entraves para a implementação do programa.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, 31 instituições museais receberam recursos para desenvolver ações de modernização de infraestrutura, das quais 27 foram contempladas com recursos oriundos de prêmios e 4 de convênios (3 do Edital Mais Museus e 1 do Edital de Modernização).

Em 2013, foram firmados, por meio do Programa de Fomento aos Museus Ibram, 16 convênios, sendo 2 do Edital de Mais Museus e 14 do Edital de Modernização de Museus. Para 2014 a expectativa é de alcançar:

i)35 Prêmios de Modernização – Microprojetos, que deverão ser pagos no 1º trimestre de 2014. Os respectivos processos já foram enviados para empenho.

ii)21 convênios (80% dos 26 processos selecionados e já empenhados). A diferença apresentada considera as especificidades exigidas pela ferramenta SICONV, bem como o atendimento da Legislação em vigor..

Dessa forma, em 2014 espera-se concretizar o equivalente a 56 ações de implantação e modernização de instituições museológicas.

Somando-se os 4 convênios, os 27 prêmios atendidos em 2012, os 16 firmados em 2013, bem como os 56 que se espera alcançar em 2014 totalizaremos 103 ações de modernização e implantação de Museus, superando, ainda em 2014, a meta estabelecida para 2015.

Além do Programa de Fomento, também estão sendo atendidos em demandas de modernização as unidades vinculadas ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (estruturas, equipamentos e/ou tecnologias). Em 2013, o recurso destinado ao Museu Imperial para a ampliação da reserva técnica e a construção de vestiários e refeitório foi liquidado. Ademais, foram empenhados recursos para atender a ações de restauração e recuperação das estruturas/instalações de outros

quatro museus. Até o

2015, espera-se ter todas as 30 unidades museológicas do IBRAM modernizadas de forma a servir como referências, nacional e internacionalmente.

A principal expectativa para 2014 é a continuidade do Programa de Requalificação dos Museus do Ibram, com a execução de obras já em licitação e com lançamento de novos editais. Mais de 27 museus receberam ou possuem recursos assegurados para projetos e obras de requalificação arquitetônica e expográfica até 2014. Esses recursos estão previstos no orçamento do próprio IBRAM, do Fundo Nacional de Cultura (FNC), em patrocínio de R$ 20 milhões da Petrobrás (destinados a 12 projetos na área de museus, entre 2013 e 2014, como parte da ação cultural do Ministério da Cultura (MinC) para a Copa do Mundo) e em recursos do PAC (43 museus foram contemplados com obras de recuperação dos edifícios na relação de ações do PAC Cidades Históricas dos próximos três anos).

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

31/12/2013

- **Modernizar ou implantar 241 bibliotecas públicas**

Análise Situacional da Meta

Principais resultados obtidos em 2013: Foram modernizadas 6 bibliotecas públicas, via Termo de Cooperação com a UFSCar.

Principais desafios para o alcance da meta em 2013. A meta de 241 modernização/implantação de bibliotecas públicas estava pautada na distribuição de kits padronizados para bibliotecas em todo o país. No entanto, numa nova fase de modernização, o foco esta sendo dado na qualificação dos equipamentos e serviços prestados pelas bibliotecas públicas apoiadas, indo mais além do que a simples entrega de kits, de maneira a torná-las referência na área.

Expectativa para 2014.

Nos anos de 2014 e 2015, pretende-se modernizar 60 bibliotecas o que totalizará 148 bibliotecas públicas municipais ou estaduais modernizadas entre os anos 2012 e 2015.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0788 - Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo em questão visa ao fomento a atividades de produção e difusão de conhecimento sobre cultura, ao fornecimento de apoio tecnológico às cadeias produtivas da economia criativa, à formação e qualificação de profissionais que lidam com atividades culturais e ainda ao apoio a projetos envolvendo a integração do binômio educação-cultura.

No fomento a atividades de pesquisa, merece destaque o lançamento do edital para concessão do Prêmio Palmares de Monografia e Dissertações, que objetiva o levantamento de dados e informações sobre a população afrodescendente e, mais especificamente, sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro.

No primeiro semestre de 2013, no âmbito das ações de apoio tecnológico à produção criativa, foram pactuados 13 convênios para implementação de Criativas Birôs, fato que ensejou parceria com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), para ofertar suporte técnico-metodológico a estas unidades conveniadas, no sentido de qualificar seu modelo de gestão.

Nesse período, foi também lançado edital para seleção de até 20 projetos de incubadoras para empresas criativas, a serem conveniadas ainda em 2013 e pactuada parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

(MDIC) para aproveitar a experiência e a capacidade operacional desse ministério no reconhecimento e apoio a arranjos produtivos locais, com a finalidade de viabilizar arranjos produtivos locais para atividades criativas.

A formação e qualificação de profissionais envolvidos com atividades de fomento à leitura deverá ser intensificada a partir de convênios estabelecidos pelo Ministério da Cultura (MinC) e a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) com estados e municípios, dentro do escopo do projeto Agentes de Leitura, que se encontra em fase de execução com a participação de 11 estados e 145 municípios.

Na área museal, foram realizadas 96 oficinas para qualificação de profissionais da área, resultando em um total de 2.827 pessoas capacitadas no primeiro semestre, com previsão de realização de mais 83 oficinas até o fim de 2013 e cerca de mais 350 até 2015.

A formação de profissionais na área do audiovisual recebeu apoio do MinC em 10 projetos de formação, capacitação e qualificação, tais como: o BRLAB - Laboratório de Desenvolvimento de Projetos no Brasil e o Programa de Capacitação Audiovisual de Agentes Culturais de Periferias de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Importante destacar as ações desenvolvidas com a finalidade de aproximar os segmentos da educação e da cultural, como a parceria entre o MinC e Ministério da Educação (MEC) para oferecer vagas em cursos técnicos profissionalizantes por meio do PRONATEC.

Ainda nessa direção, cabe mencionar o Programa Mais Cultura nas Escolas. Por meio desse projeto, e em parceria com o MEC, alunos e famílias que recebem o Bolsa Família serão beneficiados. Atualmente, este Projeto encontra-se na fase de cadastramento e habilitação de escolas que poderão receber recursos para o desenvolvimento de atividades culturais integradas às curriculares. O inicio efetivo das atividades nas escolas selecionadas deverá ocorrer no ano de 2014.

Metas 2012-2015

- **5 elos da cadeia produtiva do audiovisual - formação, produção, distribuição, exibição e preservação - mapeados e com dados sistematizados**

  Análise Situacional da Meta

  Encontra-se em processo de levantamento de parceiro junto a universidades que desenvolvam estudos na área do audiovisual. Há a previsão de realização, em 2014, de estudo de mapeamento da cadeia audiovisual com a entidade parceira.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Apoio a formação de 12.000 agentes de leitura**

  Análise Situacional da Meta

  Principais resultados obtidos em 2013.

  Foram formados e atuaram em campo 1.378 agentes de leitura, junto às famílias beneficiárias do projeto (integrantes do Programa Bolsa Família), atingindo 11 cidades e cerca de 160 comunidades/bairros dessas localidades. Ainda em 2013, foram realizadas reuniões técnicas, no Rio de Janeiro, com oito gestores de convênios que ainda não haviam iniciado a implantação do projeto nas suas cidades, ocasião em que se promoveu uma ampla discussão sobre a implantação do projeto em cada local e foi possível estabelecer os novos cronogramas de execução desses convênios. Em 2012 foram formados 4.781 agentes.

  Também foram realizadas visitas técnicas ou reuniões de planejamento in loco em mais três localidades, a saber: RioGrande do Norte, Brasília e Fortaleza.

  Principais desafios enfrentados para o alcance da meta em 2013

  Expectativa para 2014

  A partir do trabalho realizado em 2013 e do acompanhamento dos cronogramas de execução definidos nas reuniões técnicas realizadas, estima-se que, em 2014, serão formados e entrarão em campo aproximadamente mais 1.500 agentes de leitura, completando o número inicialmente previsto da ação de 2.900 agentes de leitura. Será selecionada,

em 2014, por chamada pública, a nova instituição responsável pela Formação Pedagógica dos Agentes de Leitura, além de ter como prioridade a realização de um diagnóstico e avaliação dos resultados do projeto com vistas à sua ampliação.

Quantidade alcançada

6.159

Data de Referência

31/12/2013

- **Atender 150 grupos, comunidades ou coletivos com projetos de formação e práticas de comunicação**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram construídas diversas parcerias com instituições de ensino superior com o objetivo de fortalecer, formar e fomentar ações de comunicação para a cultura ao longo de 2014. Além da instituição dessas parcerias, realizou-se, em outubro de 2013, a Conferência Livre de Comunicação e Cultura Digital, que estabeleceu um diálogo com a sociedade civil com o objetivo de instrumentalizar, no âmbito das conferências estaduais de cultura, a construção das políticas estaduais de comunicação e cultura digital alinhadas ao plano nacional de cultura, à implementação da meta 45 do Plano Nacional de Cultura e ao Programa Comunica Diversidade. Como resultado dessa ação, houve a aprovação da Proposta 2.30 do EIXO 2 – PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL que aborda a temática da comunicação. A proposta é umas das 64 propostas aprovadas na III Conferência Nacional de Cultura (CNC), e uma das cinco priorizadas em seu eixo. A conferência virtual contou com a participação de todas as regiões do país e de municípios do interior, além das capitais. Um total de 163 pessoas fizeram suas contribuições.

Outra atividade em fase de implementação e que será lançada em 2014 é o Edital Comunica Diversidade, que será realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e tem como finalidade o fomento, incentivo, valorização e fortalecimeno de ações de comunicação para a cultura, observando as diferenças culturais e regionais do país. Serão selecionados 30 projetos de excelência que entrelaçam os temas da comunicação e da cultura, que ampliam o exercício do direito humano à liberdade de expressão cultural e do direito à comunicação.

Ainda para 2014, o Ministério da Cultura (MinC) firmou uma parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o objetivo de executar uma pesquisa e o mapeamento de projetos no âmbito das políticas culturais e sua interface com as artes e a comunicação.

Os principais resultados obtidos em 2013 foram as parcerias firmadas para a implementação de projetos que tratam a Comunicação e a Cultura.

A expectativa de 2014 é atender em 100% a meta com o atendimento dos 150 grupos com ações de comunicação para a cultura.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Atender 3.000 professores de Arte de escolas públicas, em parceria com o MEC, por programa de aperfeiçoamento**

Análise Situacional da Meta

Será lançado em 2014 programa de educação e formação continuada em parceria com o Ministério da Educação (MEC).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Atender 5.000 escolas pelo Programa Mais Cultura nas Escolas, em parceria com o MEC**

Análise Situacional da Meta

O Programa Mais Cultura nas Escolas é projeto inclusivo, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), com

vistas ao fortalecimento das artes e da cultura na educação integral. Segundo levantamento prévio feito pelos ministérios da Cultura, da Educação e do Desenvolvimento Social, 67% das escolas que enviaram projetos habilitados a participar do programa têm a maioria de seus alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família.

Desse modo, Mais Cultura nas Escolas apresenta-se como estratégico na ampliação do acesso à cultura. Devido ao grande número de projetos recebidos, o processo de avaliação, para seleção dos contemplados, se estenderá. No primeiro trimestre de 2014, cada uma das 5.000 escolas selecionadas receberá entre R$ 20 mil e R$ 22 mil para que os Planos de Atividades, criados em parceria com iniciativas culturais, sejam executados durante o ano letivo, por pelo menos 6 (seis) meses. O investimento, na primeira etapa do Programa Mais Cultura nas Escolas, será de R$ 100 milhões. Os recursos são oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Quantidade alcançada

5.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Formar e qualificar 30.000 pessoas em gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura**

Análise Situacional da Meta

Ação articulada com PRONATEC Cultura e formação docente.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementar 27 birôs de serviços para suporte, assessoria e consultoria de empreendedores e empreendimentos criativos**

Análise Situacional da Meta

Principais realizações até 2013 para o atingimento da meta

Firmada parceria com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), para ofertar suporte técnico-metodológico aos 13 Criativas Birôs conveniados no exercício de 2013, no sentido de qualificar seu modelo de gestão.

3 - Expectativa para 2014

Como se trata de um processo de parceria depende da adesão por parte dos entes federados. Além disso, como estratégia de consolidação do projeto, pretende-se avaliar os resultados da primeira etapa de implantação, para, posteriormente, deflagrar a etapa seguinte.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2013

- **Implementar 30 incubadoras de empreendimentos criativos**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram selecionadas 14 incubadoras, cujos convênios encontram-se em fase de finalização.

Em 2014, há previsão de outro edital para seleção de 20 incubadoras. Neste sentido, há perspectivas de atingimento da meta.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2013

- **Institucionalizar 30 arranjos produtivos locais criativos distribuídos nas 5 regiões do país**

Análise Situacional da Meta

1 - Principais realizações de 2013 para o atingimento da meta

Foi realizada uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para aproveitar a experiência e a capacidade operacional desse ministério no reconhecimento e apoio a arranjos produtivos locais 25 (APLs). O processo de seleção dos APLs foi concluído, mas não houve tempo hábil para o início dos trabalhos, o que ocorrerá em 2014. O processo de institucionalização demanda um trabalho que poderá se estender até 2015. Em razão da concretização da parceria entre o Ministério da Cultura (MinC) e MDIC, espera-se que a meta seja plenamente atingida. A julgar pelo número de APLs selecionados em 2013 e considerando a perspectiva de nova seleção em 2014, espera-se que a meta seja alcançada.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2013

- **Ofertar 60.000 vagas em cursos técnicos e profissionalizantes no campo da arte e cultura, em parceria com o MEC, por meio do PRONATEC**

Análise Situacional da Meta

A meta está em plena parceria com o Ministério da Educação (MEC). Até dezembro de 2013 contabilizou-se cerca de 6 mil estudantes/ trabalhadores matriculados em cursos das áreas de artes e cultura.

Quantidade alcançada

6.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Ofertar 8.300 vagas para capacitação de agentes culturais em elaboração e gestão de projetos culturais**

Análise Situacional da Meta

Em agosto de 2013, foi assinado contrato com o SENAC para execução do Programa de Capacitação com a implantação de nova metodologia de ensino.

Desde então, destaca-se a grande receptividade que o programa vem alcançando perante a sociedade, tendo mais de 8.000 pessoas inscritas, que demonstra o grande sucesso, o aperfeiçoamento e o aprimoramento desse projeto, superando todas as expectativas em relação ao contrato anterior com a FGV.

O programa terá sua meta superada, haja vista o número de inscritos e que, até o final do ano de 2013, o curso à distância, referente à 1ª etapa, foi finalizado. As 2ª e 3ª etapas do programa, curso à distância e presencial respectivamente, serão realizadas em 2014 e a 4ª etapa, também presencial, deverá ocorrer em 2015.

Quantidade alcançada

8.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Produzir e difundir 316 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram totalizados 182 produtos realizados. Destes 182 destacam-se a produção de 52 artigos e/ou livros e a participação em 48 encontros científicos (com trabalho apresentado). Destaque-se que em 2012 foram produzidos e difundidos 64 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil.

Quantidade alcançada

246

Data de Referência

31/12/2013

- **Qualificar 20.000 profissionais criativos**

Análise Situacional da Meta

Principais realizações em 2013

Foram selecionadas 11 instituições para oferecerem cursos de formação livre a cerca de 1.000 profissionais. Além disso, estabeleceu-se a cooperação entre a SEC e a SEFIC para realização de curso em EAD pelo SENAC. Ações de formação vinculadas aos Criativas Birôs. Porém, como estas ações encontram-se previstas para serem iniciadas em 2013e concluídas em 2014, somente poderemos aferir o atingimento da meta no próximo exercício.

Principais desafios enfrentados no primeiro semestre 2013 para o atingimento da meta

O principal desafio enfrentado foi o de identificar instituições de ensino com expertise em economia criativa, por se tratar de um tema que ainda não foi absorvido por muitas dessas instituições.

Como os projetos relativos a esta meta encontram-se previstos para serem iniciadas em 2013 e concluídos em 2014, somente será possível aferir o atingimento da meta no próximo exercício. O que se pode afirmar é que cerca de 2.000 pessoas encontram-se inscritas nessas atividades. Outro fator que será determinante no alcance dessa meta será a atuação dos Criativas Birôs e sua capacidade de articulação com os parceiros institucionais para oferta de atividades de formação.

Quantidade alcançada

2.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 10 atividades de formação, capacitação e qualificação do setor audiovisual, de acordo com os potenciais macrorregionais, com 2.000 pessoas capacitadas**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012 o Ministério da Cultura realizou seis atividades. Em 2013, o MinC apoiou dois projetos que atuavam na formação, capacitação e qualificação no segmento audiovisual, a saber: o BRLAB - Laboratório de Desenvolvimento de Projetos no Brasil, que capacitou 24 pessoas, e as oficinas do

13º Goiânia Mostra Curtas, que capacitou 52 pessoas, totalizando 76 pessoas em 2013. Em 2014, estão previstas oficinas de capacitação em gestão cultural no âmbito dos Núcleos de Produção Digital implantados nos diversos estados brasileiros, oficinas de capacitação cineclubística por todo o país, além de ações de formação e qualificação de mão de obra técnica no âmbito do Centro Técnico Audiovisual e da Cinemateca Brasileira.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	2	31/12/2013
Região Nordeste	2	unidade	3	31/12/2013
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2013
Região Sudeste	2	unidade	3	31/12/2013
Região Sul	2	unidade	0	31/12/2013

- **Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada uma pesquisa, estudo ou levantamento sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/06/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	1	31/12/2013

Região Nordeste	3	unidade	0	30/06/2013
Região Norte	1	unidade	0	30/06/2013
Região Sudeste	3	unidade	0	30/06/2013
Região Sul	2	unidade	0	30/06/2013

- **Realizar 300 oficinas de capacitação no setor museal**

Análise Situacional da Meta

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) realizou duas oficinas no âmbito do Programa para a Gestão de Riscos para o Patrimônio Musealizado Brasileiro em 2013.

No âmbito dos museus vinculados, foram realizadas oficinas voltadas a profissionais que atuam diretamente na área ou em áreas relacionadas ao campo museal (como turismo e pedagogia, por exemplo), voltadas ao público escolar e também oficinas de artes, literatura, artesanato, dança, desenho etc., visando estimular, disseminar e preservar a memória de culturas, conhecimentos, técnicas e tradições populares de cada região.

No total, foram realizadas 234 oficinas com 5.126 pessoas capacitadas em 2013, com previsão de mais 124 oficinas em 2014, quando acontecerá o VI Fórum Nacional de Museus.

Quantidade alcançada

234

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar o registro de 160.000 obras intelectuais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, realizou-se o registro de 40.561 obras intelectuais. Somando-se ao realizado em 2012, têm-se 81.490 obras intelectuais registradas, o que representa 50,94% da meta prevista até 2015.

Expectativa para 2014. Inserir o Escritório de Direitos Autorais (EDA) e seu processo de trabalho no mundo das ferramentas eletrônicas e sistemas web e digitais; Alcançar a meta de registros prevista no PPA; Alcançar o reconhecimento do EDA (Escritório de Direitos Autorais) tal qual como ele existe dentro da estrutura da Fundação Biblioteca Nacional, com a designação e reconhecimento das chefias.

Quantidade alcançada

81.490

Data de Referência

31/12/2013

- **Viabilizar a participação de 5.158 artistas, estudantes, técnicos e agentes culturais em atividades com aderência ao Plano de Trabalho Anual do FNC**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foi lançado Edital de intercâmbio 1/2013, visando ao alcance de parte da meta global (2012 a 2015) de atendimento a 5.158 artistas, técnicos e estudiosos.

Ocorre que, em 2013, o programa sofreu descontinuidade em razão de recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) e, visando a melhorias, decidiu-se que não haveria seleção no segundo semestre, mas tão somente em 2014, quando novas seleções decorrerão de edital lançado ainda ao final de 2013. Vale ressaltar que o Edital 02/2013 foi lançado em 21 de outubro de 2013 e seguirá em vigência durante o primeiro trimestre de 2014, com a utilização de recursos do exercício de 2013.

Até dezembro de 2013, 816 pessoas foram contempladas. Todavia, estima-se que cerca de 1.000 pessoas ainda serão contempladas com recursos do exercício vigente.

Quantidade alcançada

816

Data de Referência

31/12/2013

PPA 2012-2015

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	31/12/2009	89,45	-	-
Proporção de Municipios com calendário de eventos esportivos	%	31/12/2009	65,91	-	-
Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	31/12/2009	11,2	-	-
Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	31/12/2009	83,22	-	-
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2010	11,49	31/12/2013	54,08
Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R$ milhão	31/12/2010	185,1	31/12/2013	213,8

Observações:

Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte - A pergunta relativa à relação entre o número de municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área do de esporte e o total de municípios pesquisados foi retirada da Munic/2012. Portanto, não há como atualizar o indicador.

Proporção de Municipios com calendário de eventos esportivos - A pergunta relativa à Relação entre o número de municípios com calendário de eventos esportivos e o total de municípios pesquisados foi retirada da Munic/2012. Portanto, não há como atualizar o indicador.

Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte - A pergunta relativa à relação entre o número de municípios com Conselho Municipal de Esporte e o total de municípios pesquisados foi retirada da Munic/2012. Portanto, não há como atualizar o indicador.

Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal - A pergunta relativa à relação entre o número de municípios que possuem política de esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal e o total de municípios pesquisados foi retirada na Munic/2012. Portanto, não há como atualizar o indicador.

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Para cumprir a missão de ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida, macro-objetivo estabelecido no Plano Plurianual 2012-2015 para o Ministério do Esporte (ME), são desenvolvidos como principais Programas o Segundo Tempo (PST), o Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Vida Saudável.

O Programa Segundo Tempo (PST) oferece a crianças, adolescentes e jovens o acesso às atividades esportivas realizadas no contraturno escolar, contribuindo para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, o desenvolvimento humano e a inclusão social.

Em 2013, as ações do Programa Segundo Tempo, distribuídas em 3.646 núcleos (por meio do PST Padrão) e 22.161

escolas (por meio da parceria com o Ministério da Educação - MEC), beneficiaram cerca de 4 milhões de pessoas em mais de 2.920 municípios. Desse total, aproximadamente 3,7 milhões de escolares foram atendidos no âmbito do Programa Mais Educação, enquanto que 381.000 foram beneficiados por meio do PST Padrão (parcerias com os Estados e Municípios, considerando inclusive os convênios vigentes de exercícios anteriores e 16 Projetos do Legado Social).

Cumpre esclarecer que, desde 2010, a gestão do Programa Segundo Tempo vem direcionando o fortalecimento das Parcerias Interministeriais, relevando-se a parceria com o MEC por meio do Mais Educação (na Iniciativa Esporte da Escola), em face da viabilidade do modelo estabelecido (cabendo ao ME o fornecimento dos Materiais Esportivos/Didáticos e a formação de pessoal, prescindindo da transferência de recursos). Conforme se verifica, houve um redirecionamento na estratégia de atendimento, transferindo-se o maior volume de atendimento do PST nas capitais e municípios para as Escolas do Mais Educação.

Cabe destacar que, em 2013, não houve a realização de chamamento público para realização de novas parcerias, tendo sido formalizadas parcerias apenas com entidades remanescentes do final de 2012, bem como com os estados e municípios incluídos no Programa Juventude Viva, e com as cidades-sede e regiões metropolitanas da Copa do Mundo 2014; tendo, ainda, sido priorizadas as renovações de parcerias que obtiveram um bom indicador de atendimento e os projetos especiais que abarcavam novas estratégias de funcionamento.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) oportuniza o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer. Na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos. Em 2013, no âmbito do PELC, foram publicados 38 convênios/termos de cooperação (19 destes do Projeto Legado Social), sendo três firmados com Governos de Estado (atendendo 65 municípios), 32 com Prefeituras (atendendo 32 municípios) e três com Entidades Federais de ensino superior (atendendo seis municípios), totalizando 183.900 beneficiados.

Ainda no âmbito do PELC, foram formalizadas nove parcerias por meio de Emendas Parlamentares (todas com Prefeituras Municipais), totalizando 19.280 beneficiados.

O Programa Vida Saudável promove acesso de idosos, acima de 60 anos, à prática de atividades físicas, culturais e de lazer, tendo em 2013 atendido a 27.150 beneficiados. Ressalte-se que, nos resultados do PST, PELC e Vida Saudável, estão incluídas as parcerias firmadas no sentido do cumprimento da meta de Legado Social e Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas 2016.

Tais parcerias foram firmadas por meio do "Projeto Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades–sede e regiões metropolitanas da Copa do Mundo", destinando-se ao atendimento das 12 cidades e regiões metropolitanas, voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas.

De outra parte, outra importante forma de ampliação do acesso ao esporte tem sido o fomento à realização de Jogos e Competições de esporte de participação, de esporte escolar e esporte universitário.

Quanto a estes jogos e competições esportivas no âmbito escolar, vale destacar o apoio à realização do Calendário da Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE 2012/2013, que totalizou 17 Eventos, quais sejam:

•CBDU – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO UNIVERSITÁRIO: 27ª Universíade de Verão; Universidade de Inverno;

•CBDE – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO ESCOLAR :

1.Seminário do Desporto Escolar;

2.Campeonato Mundial Escolar de Basquetebol;

3.Campeonato Mundial Escolar de Natação;

4.Campeonato Mundial Escolar de Tênis ;

5.Campeonato Mundial Escolar de Futebol de Campo;

6.Mundial Escolar de Orientação;

7.Mundial Escolar de Vôlei de Praia,

8.Seletiva Nacional da Gymnasiade ;

9.Jogos Escolares Mundiais e Reunião as ISF - Gymnasiade 2013 na cidade de Brasília/DF, com 2.500 atletas;

10.XIX Jogos Sul-Americanos Escolares 2013, com 194 atletas.

•Ministério da Defesa :

1.Olimpíadas dos Colégios Militares – Campinas/SP

2.Competições Escolares das Escolas Militares – Pirassununga/SP

3.Competições Escolares das Escolas Militares – Guaratinguetá/SP;

4. Competições Escolares das Escolas Militares – Angra dos Reis/RJ

•Fundo Desenvolvimento Desporto de Mato grosso – Jogos Indígenas.

Também foram apoiados mais sete Eventos nacionais e internacionais, a seguir relacionados:

1.Ministério da Defesa : III Cavalgada da Independência;

2. Universidade Federal de Minas Gerais : 25º Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL 2013;

3.Universidade Estadual de Maringá - UEM : V Congresso de Pedagogia e II Congresso Internacional de Educação Física;

4.Prefeitura Municipal e Macapá : Copa do Mundo Marcílio Dias;

5.Copa do Mundo 2014 é no Cabo de Santo Agostinho/PE : Copa do mundo de 2014 é no Cabo ;

6.UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros : 2º Encontro Internacional de Pesquisadores Esporte, Saúde, Psicologia e Bem-Estar.

Com relação ao fomento à pesquisa, memória, difusão e formação em políticas sociais de esporte, educação, lazer e inclusão social, em 2013 foram desenvolvidas as seguintes ações:

No âmbito da ciência e tecnologia:

- Foi reestruturada a Rede CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, tendo sido mantidas12 parcerias de pesquisas na área de política pública de Esporte e Lazer;

- Foram apoiados eventos científicos em parceria com a Universidade de Brasília, para a realização do:

a) Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e Congresso Internacional de Ciências do Esporte, envolvendo cerca de 3.000 participantes;

b) Seminário Nacional REDE CEDES, envolvendo cerca de 90 pesquisadores.

- Firmada parceria junto ao Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (Proext), importante para financiamento de pesquisas, estabelecida com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior;

- Foi estabelecida parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), objetivando o fomento à produção acadêmica da área do esporte, no valor de R$ 18 milhões, com a finalidade de executar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do esporte em suas diferentes dimensões. Para o Edital foram apresentadas 489 propostas.

Outra iniciativa adotada, que também vem ao encontro do cumprimento da meta vinculada ao Legado Social, foi a elaboração do Livro Legados do Esporte Brasileiro, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que trata de 3 eixos temáticos: Esporte Educacional, Esporte de Lazer e Esporte de Inclusão Social. Contempla ações e boas práticas que já vêm sendo realizadas por diferentes atores sociais, em diferentes instituições e nos estados.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação**

  Análise Situacional da Meta

O Programa Segundo Tempo (PST) oferece a crianças, adolescentes e jovens acesso às atividades esportivas realizadas no contraturno escolar, contribuindo para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, o desenvolvimento humano e a inclusão social. Até o final do exercício de 2013, o Programa já beneficiou cerca de 4,1 milhões de pessoas, distribuídas em 3.646 núcleos, em 22.161 escolas, em mais de 3.600 Municípios. Desse total, cerca de 3,7 milhões de escolares são atendidos no âmbito do Programa Mais Educação. O PST realizou parcerias, voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas, para atender 68.550 beneficiados, em 490 núcleos que estão em processo de formalização junto às prefeituras e governos estaduais, utilizando-se da oportunidade dos grandes eventos para potencializar essa ação nessas localidades.

Somente no exercício de 2013, o PST propiciou o acesso ao esporte a mais 1,6 milhões de crianças, adolescentes e jovens. Somando-se aos 2,4 milhões do exercício de 2012, são cerca de 4,1 milhões de crianças, adolescentes e jovens atendidos, o que equivale a uma realização de 54,64 % da meta total prevista para o período 2012-2015 (7.432.960).

Em consonância com o PST, o Programa Forças no Esporte (Profesp) conta com a infraestrutura das organizações militares para atender crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente da rede pública escolar, e que estejam em situação de vulnerabilidade social. As 12 mil crianças atendidas pelo Projeto participam de atividades esportivas, reforço escolar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho. O Profesp tem, ainda, apoiado e incentivado novos talentos revelados no esporte, especialmente no atletismo.

Assim, no que diz respeito à execução orçamentária do exercício, foram tramitados 22 convênios com 22 prefeituras, 3 Secretarias Estaduais e 1 universidade federal , com o alcance de 56.500 beneficiados, em 442 núcleos. Entretanto, no que diz respeito à gestão da execução física em 2013, considerando os convênios já vigentes e os formalizados neste exercício, apresenta-se o total de 381.000 crianças e jovens beneficiados, distribuídos em 3.646 núcleos. Estes números já estão incluídos nos 4,1 milhões de beneficiários atendidos pelo programa.

Quantidade alcançada

4.061.861

Data de Referência

12/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	241.000	unidade	148.200	12/02/2014
Região Centro-Oeste	505.017	unidade	262.759	12/02/2014
Região Nordeste	2.033.595	unidade	1.989.923	12/02/2014
Região Norte	887.638	unidade	566.262	12/02/2014
Região Sudeste	2.961.661	unidade	726.768	14/02/2014
Região Sul	804.049	unidade	367.949	14/02/2014

- **Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram formalizados projetos específicos, destinados ao atendimento das 12 cidades e regiões metropolitanas, voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas. Destes projetos, 16 pertencem ao Programa Segundo Tempo (PST); seis pertencem ao Vida Saudável e 19 ao Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Além destes, outros 23 eventos foram realizados como legado dos megaeventos (os quais estão articulados ao proposto na meta) e foi publicado o Livro “Legados do Esporte Brasileiro”. Desta forma, em 2013, foram criados 65 projetos esportivos relacionados ao Legado Social dos Grandes Eventos. Somados aos 25 projetos de legado obtidos em 2012, obtém-se 90 projetos como resultado realizado até 2013, correspondendo ao percentual de 39% da meta. Quanto às competições esportivas no âmbito escolar, vale destacar o

apoio à realização do Calendário da Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE 2012/2013, com diversos eventos, como a Reunião Técnica do Conselho Sul-Americano do Esporte; Campeonatos Brasileiros Escolares de Basquete, Vôlei de Praia, Karatê, Futebol de Campo; Seminário do Desporto Escolar; Mundiais Escolares de Basquete, Natação, Tênis, Futebol de Campo, Orientação e Vôlei de Praia, envolvendo 2.694 atletas; Seletiva Nacional da Gymnasiade - Jogos Escolares Mundiais na cidade de Brasília/DF, com
2.500 atletas, e a realização do XIX Jogos Sul-Americanos Escolares 2013, com 194 atletas.

Também foram apoiadas as Competições dos Colégios Militares, com 1.800 participantes, a XIX Edição dos Jogos dos Povos Indígenas na cidade de Cuiabá, em novembro de 2013, com 1.600 atletas indígenas nacionais e 32 representantes de etnias internacionais de 16 países. Quanto ao esporte universitário, foram apoiados eventos nacionais e internacionais, como a participação da delegação brasileira na 27ª Universíade de Verão, realizada na cidade de Kazan, Rússia, com 455 participantes brasileiros e na 26ª Universíade de Inverno, na cidade de Tretina, Itália, com 15 participantes nacionais.

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

11/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Cidades-sede	12	unidade	12	12/02/2014
Nacional	215	unidade	90	14/02/2014
Rio de Janeiro	1	unidade	0	12/02/2014

- **Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios**

Análise Situacional da Meta

O Programa Vida Saudável promove acesso de idosos, acima de 60 anos, à prática de atividades físicas, culturais e de lazer. No exercício de 2012, foram firmadas 31 parcerias, atendendo a 34.000 beneficiários, em 31 municípios. Em 2013, foram firmadas 23 parcerias, atendendo a 27.150 beneficiados, chegando a 61 municípios e a uma capital, totalizando 92 municípios desde o início do PPA . Desde o início da implementação do PPA 2012-2015, o Vida Saudável contribuiu para o acesso às atividades físicas para 61.150 idosos. Com os novos projetos em andamento, estima-se que este número alcance os 82.000 beneficiários.

Considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, o Vida Saudável atendeu 61.150 beneficiados, em 151 núcleos, sendo 13.200 beneficiados na região Nordeste, 18.200 na região Sudeste, 10.800 na região Centro-Oeste, 4 mil na região Norte e 10.200 na região Sul.

Ressalte-se que, nos resultados do PST, PELC e Vida Saudável, estão incluídas as parcerias firmadas no sentido do cumprimento da meta de Legado Social e Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas 2016.

Tais parcerias foram firmadas por meio do “Projeto Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades–Sede e regiões metropolitanas da Copa do Mundo”, destinando-se ao atendimento das 12 cidades e regiões metropolitanas, voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas.

Quantidade alcançada

92

Data de Referência

12/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	70	14/01/2014
Região Centro-Oeste	10	unidade	2	14/02/2014
Região Nordeste	42	unidade	13	12/02/2014

Região Norte	12	unidade	0	12/02/2014
Região Sudeste	122	unidade	4	12/02/2014
Região Sul	40	unidade	3	12/02/2014

- **Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.**

Análise Situacional da Meta

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) oportuniza o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer. Na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

No exercício de 2013, foram tramitadas 103 parcerias com 32 prefeituras, três entidades federais e três estaduais. Foram ainda formalizados 35 convênios (atendendo 103 municípios). No exercício de 2012, foram formalizados 34 convênios no âmbito do PELC. Com isso, tem-se o total de 137 projetos criados até 2013. As ações desenvolvidas pelo PELC até o encerramento do exercício de 2013 atendem a 239.650 beneficiados.

Em 2013 foram atendidos 103 municípios (por meio de 35 projetos empenhados/publicados). Somando-se tal resultado ao de 2012 (34 municípios por meio de 34 projetos). Em 2013 (foram 103 municípios atendidos por meio de 39 projetos) e tem-se o total de 137 projetos criados até 2013.

Quantidade alcançada

103

Data de Referência

12/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	130	13/02/2014
Região Centro-Oeste	10	unidade	3	14/02/2014
Região Nordeste	42	unidade	9	14/02/2014
Região Norte	12	unidade	1	14/02/2014
Região Sudeste	122	unidade	10	14/02/2014
Região Sul	40	unidade	7	14/02/2014

- **Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, mantêm-se todas as ações implementadas/informadas em 2012, quais sejam: (1) Capítulo do livro Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo com o tema “Corpo, Gênero e Sexualidade – Educando para a diversidade”; (2) Consolidação “da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social” nas Diretrizes do PST Padrão de 2012, no item “o que se espera com o desenvolvimento dos Projetos”, incluindo-se raça e gênero em sentido macro; (3) Capacitação de pessoal com orientações voltadas ao tema; (4) Inserção nas Diretrizes do Esporte da Escola (PST no Mais Educação – desenvolvido em parceira com o MEC) do objetivo específico de “Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva”; (5) Previsão, nas Diretrizes do PELC, do objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

Em complemento, foi realizado o Seminário Nacional “Mulheres, Esporte e Lazer e Políticas Públicas”, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, com os objetivos de: apresentar as políticas formuladas que integram o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; oportunizar o contato com importantes pesquisadoras do país

em torno desse tema e com atletas e ex-atletas ocupando outras funções no mundo do esporte; assim como tratar dos desafios e oportunidades para as mulheres brasileiras na atualidade, incluindo a realização dos grandes eventos esportivos.

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Dentro dos esforços para cumprimento do objetivo em questão, o Ministério do Esporte tem desenvolvido os seguintes projetos:

Programa Bolsa Atleta

O Ministério do Esporte ofereceu, em 2013, cinco categorias de bolsa: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paraolímpico, dobrando o investimento em bolsas na base do esporte brasileiro. O país alcançou o maior volume de recursos aplicados diretamente no desempenho de atletas brasileiros, investindo R$ 183 milhões, resultado que está em plena sintonia com o objetivo de transformar o Brasil em potência esportiva a partir de 2016. Como estratégia de desenvolvimento da iniciativa, foi implantada em 2013 a nova categoria Atleta Pódio, parte da iniciativa do Plano Brasil Medalhas.

Programa Atleta Pódio

Além da Bolsa Atleta tradicional, em 2013 o Ministério do Esporte deu início à efetivação da nova categoria, a Bolsa Atleta Pódio, que teve 157 planos esportivos aprovados, com valores que variam de R$ 5 mil a R$ 15 mil. Essa Bolsa destina-se a atletas de modalidades individuais com chances de disputar medalhas nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paraolímpicos de 2016.

Os atletas das modalidades coletivas abarcadas pelo Plano Brasil Medalhas recebem ajuda de custo por meio dos contratos com empresas estatais.

Plano Brasil Medalhas

A principal medida do governo federal para assegurar as condições de o país se posicionar entre os primeiros países nos Jogos Rio 2016 é o Plano Brasil Medalhas 2016, lançado oficialmente em setembro de 2012. O Plano se destina a garantir às equipes brasileiras as condições necessárias para o país atingir a meta de se posicionar entre os dez primeiros no quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro. A estratégia é conquistar mais medalhas nas modalidades em que o Brasil já as tem e garantir outras medalhas em novas modalidades.

O Plano prevê investimento adicional de R$ 1 bilhão para incrementar 21 modalidades olímpicas e 15 paraolímpicas no ciclo olímpico de 2013 a 2016. Dois terços desse montante serão provenientes do Orçamento Geral da União e um terço de patrocínio de empresas públicas federais. A divisão prevista é de R$ 690 milhões para preparação de atletas e seleções; e R$ 310 milhões para construção, reforma e equipagem de 21 centros de treinamento olímpicos e um paraolímpico, para 16 modalidades.

Essa repartição de recursos coloca à disposição das modalidades toda a estrutura necessária à preparação das equipes olímpicas e paraolímpicas, desde ajuda de custo direta aos atletas até contratação de treinadores e de equipes multidisciplinares, aquisição de equipamentos, materiais e uniformes, custeio de treinamentos e participação em competições internacionais.

Importante salientar que o Plano Medalhas é um acréscimo ao que já é feito pelos governos e pela iniciativa privada. Ele

tem uma finalidade muito específica, de complementar a preparação de atletas com chances de pódio nos Jogos de 2016. Tem o objetivo de oferecer o detalhe, a sofisticação, a nuance que falta ao atleta brasileiro para ele se equiparar aos seus principais concorrentes estrangeiros. Modalidades não abarcadas pelo Plano continuam recebendo apoio do governo federal pelas formas tradicionais (convênios, Lei de Incentivo, Bolsa Atleta e estruturação de centros de treinamento, entre outras formas de suporte).

Programa Atleta na Escola

Iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação, do Esporte e da Defesa, o Programa de Formação Esportiva Escolar surgiu com o objetivo de incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes de educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos.

O Atleta na Escola começou, em 2013, pelo atletismo, nas provas de corrida (75m e 1.000m) e salto em distância. Foram 22.928 escolas inscritas. As atividades tiveram fases escolar, municipal, regional/estadual e nacional. A nacional uniu-se aos Jogos Escolares da Juventude, cuja etapa de 12 a 14 anos realizou-se em Natal, em setembro, e a de 15 a 17 anos, foi realizada em Belém, em novembro.

Centros de treinamento

O Plano Brasil Medalhas 2016 destinará R$ 310 milhões para a construção e reforma de 22 centros de treinamento, selecionados em conjunto com os comitês Olímpicos e Paraolímpicos e as confederações nacionais. O apoio também prevê a aquisição de equipamentos esportivos. Do total, 21 são CTs de modalidades olímpicas e um será voltado para os atletas paraolímpicos, que seguirá as recomendações do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Além disso, estão previstas a construção e a modernização de locais de treinamento como pistas de atletismo certificadas, ginásios esportivos, piscinas e outras instalações necessárias à modernização da infraestrutura de treinamento no país.

Centro de Iniciação ao Esporte – CIE

O Ministério do Esporte desenvolveu a concepção do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) no âmbito do PAC 2. O objetivo dos Centros de Iniciação ao Esporte é ampliar a oferta de infraestrutura pública, incentivando a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. O projeto integra, num só espaço físico, atividades de iniciação e de formação de atletas em até 12 modalidades olímpicas, seis paraolímpicas e uma não olímpica. No dia 10 de dezembro de 2013, um evento promovido pelo Ministério do Esporte reuniu, em Brasília, mais de 100 prefeitos, secretários de esportes ou representantes, que prestigiaram o anúncio dos 263 municípios selecionados para receber 285 unidades do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE).

Os Centros de Iniciação ao Esporte são ginásios erguidos com recursos do governo federal para que crianças e jovens possam iniciar a prática de várias modalidades olímpicas e paraolímpicas. O projeto prevê a construção de CIEs em todo o país, frutos de um investimento de mais de R$ 967 milhões do Orçamento Geral da União.

Os municípios que fizerem parte do programa podem escolher entre três modelos de CIEs, a depender do tamanho do terreno disponibilizado para abrigar as instalações, que necessitarão de áreas de 2.500 m², 3.500 m² ou 7.000 m². Os projetos de arquitetura e engenharia dos CIEs são fornecidos ao município pelo Ministério do Esporte.

Suporte à Gestão

Para melhorar a capacidade operacional no que diz respeito à qualificação de suas ações, e alcançar maior celeridade nos processos e aprofundamento do conhecimento acerca do esporte de alto rendimento, o Ministério do Esporte firmou parceiras com a Fundação Getúlio Vargas, com a Caixa Econômica Federal, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a Universidade Federal do Paraná e com a Fundação Ezute (que atua na análise de requisitos técnicos e no acompanhamento físico e orçamentário dos recursos federais utilizados para a preparação dos Jogos Rio 2016).

Metas 2012-2015

- **Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.**

Análise Situacional da Meta

Para o alcance da meta, desde o exercício de 2012 são desenvolvidas parcerias com os comitês olímpico e paraolímpico nacionais, federações e confederações esportivas, além da formalização de convênios com governos municipais, estaduais e universidades. No âmbito da administração direta, são feitos repasses de recursos a outros órgãos do governo que também coordenam o esporte de alto rendimento nacional, como o Ministério da Defesa, através da Comissão Desportiva Militar do Brasil. Destaque-se, também, o apoio à realização de eventos, o apoio a clubes esportivos, dentre outros.

O Ministério do Esporte, desde o ano de 2012 até o exercício de 2013, apoia 49 das 58 modalidades que compõem os Programas Olímpicos e Paraolímpicos, atingindo um percentual de apoio de aproximadamente 84,48 %.

Quantidade alcançada

84,48

Data de Referência

31/12/2013

- **Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas, visando a integração com projetos de inclusão social.**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas, durante o período, as atividades planejadas para a promoção da paz no futebol, com a realização dos seguintes seminários e reuniões temáticas:

- 1º Reunião da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos (CONSEGUE), realizada na cidade de São Paulo, no período de 06/06 a 07/06/2013. Para este evento, foram convidados pesquisadores de universidades com excelência na prevenção da violência do futebol dos países sul-americanos: Brasil, Argentina, Chile, Espanha, Peru, Colômbia e Equador;

- Realização de reuniões com técnicos com notória especialização no futebol e na defesa dos direitos do torcedor, visando elaborar minuta de regulamentação do Estatuto de Defesa dos Direitos do Torcedor;

- Realização de reuniões com autoridades especialistas nas áreas de engenharia, direito, vigilância sanitária; ABNT; Associações e Federações de futebol e Segurança e Defesa Civil, com o objetivo de realizar estudos para elaboração de proposta de aprimoramento dos laudos técnicos previstos no art. 23 da Lei 10.671/2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), no sentido de aprimorar a segurança e o acesso aos torcedores portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida;

- Realização de encontros com representantes de torcidas organizadas, Congresso Nacional, bem como com entidades de segurança e defesa dos direitos do torcedor, com objetivo de traçar planos e metas para prevenção da violência no futebol e a integração social de membros das torcidas.

Para o cadastramento das torcidas organizadas, está sendo desenvolvido um sistema que permitirá ao Ministério do Esporte um melhor controle, em nível nacional, de torcidas organizadas. A necessidade do desenvolvimento do sistema deu-se, principalmente, pela dificuldade de identificação das Torcidas Organizadas e de seus membros/diretoria, pela dificuldade de manter atualizadas as informações para inclusão de membros das torcidas em projetos sociais e nos Seminários de Integração Social, além de dificuldade em tornar efetiva a disposição do Art. 2A do Estatuto do Torcedor (que trata das condições impostas às torcidas organizadas).

O sistema terá como previsão: a) pré-cadastramento das torcidas organizadas (Out/2013); b) cadastramento das informações da entidade torcida organizada (Dez/2013); e c) cadastramento, por adesão, de membros das Torcidas Organizadas (Fev/2014).

Quantidade alcançada

0,02

Data de Referência

06/07/2013

- **Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e**

Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.

Análise Situacional da Meta

Até 2013, dos 7.845 atletas inscritos no Programa Bolsa Atleta, o Ministério do Esporte atendeu a 5.705 atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas. Esse número corresponde à totalidade de inscrições que preenchiam aos requisitos necessários, cabendo informar que os atletas que não foram contemplados são aqueles que não entregaram a documentação necessária em tempo hábil. Adicionalmente, em 2013, o Programa concedeu 157 bolsas na nova categoria Bolsa Atleta Pódio.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar os indicadores médios de estrutura de gestão e estrutura de governança dos clubes de futebol profissional das séries A, B, C e D**

Análise Situacional da Meta

Durante o período, foram realizadas reuniões com dirigentes de clubes para apresentação e discussão dos projetos de gestão e eficiência no futebol, visando equacionar o problema das dívidas com a União.

As atividades para a melhoria dos indicadores médios da gestão e estrutura de governança dos clubes de futebol profissional foram planejadas com a realização de congressos, seminários ou oficinas de capacitação, para o segundo semestre de 2013.

- **Estimular a formação de atletas e árbitros em parceria com os clubes esportivos e entidades representativas de árbitros**

Análise Situacional da Meta

Através de transferências de recursos, o Ministério do Esporte estimula e apoia a formação de atletas e árbitros, conforme a meta estabelecida, promovendo a participação de atletas, técnicos, dirigentes, professores de educação física e gestores esportivos em cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos, tecnológicos e esportivos e outros tipos de transmissão de conhecimento.

A modalidade de apoio depende de cada tipo de demanda, podendo ser: formalização de convênios com governos municipais e estaduais, universidades, entidades de administração do esporte, comitês olímpicos e paraolímpico nacionais; apoio à realização de eventos; construção e reforma de ginásios e pistas de atletismo; dentre outros, chegando um alcance de aproximadamente R$ 340 milhões de recursos empenhados voltados para essa meta.

- **Estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com ênfase nas entidades dos programas Olímpicos e Paraolímpicos.**

Análise Situacional da Meta

A gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte (ENADs) está ligada intimamente com as funções de coordenação, gerenciamento, supervisão técnica e de técnico esportivo. No exercício de 2013, o Ministério do Esporte (ME) investiu R$ 59.566.191,05 através de convênios firmados com essas instituições. As obrigações assumidas pelas ENADs estão diretamente ligadas aos objetos firmados em cada parceria.

Cabe observar que, em 2013, não houve verificação do atingimento da meta, considerando que as entidades são avaliadas pelo Sistema Nacional de Análise e Avaliação de Modalidades Esportiva, com periodicidade bienal. Em 2012 foram avaliadas 21 das 29 ENADs previstas inicialmente para primeira avaliação, correspondendo a 72,41% da previsão inicial. Considerando alteração na legislação através do decreto 7.984/13, o ME está organizando um novo formato de avaliação considerando as adequações previstas na Lei. Em 2013, uma parceira com a Universidade Federal do Rio Grande Sul deu início ao levantamento de informações acerca dessas entidades e um novo formato de avaliação, as quais serão utilizadas na próxima avaliação.

Quantidade alcançada

71,42

Data de Referência

31/12/2013

- **Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.**

Análise Situacional da Meta

Com apoio do Ministério do Esporte, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e da Caixa Econômica Federal, foi organizado, em setembro de 2013, o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino (o primeiro em 11 anos), com a presença de 20 equipes de 15 unidades da Federação.

O Ministério do Esporte também apoiou a Copa Libertadores de Futebol Feminino, realizada no período de 27 de outubro a 07 de novembro de 2013, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Participaram as delegações do Paraguai, Equador, Bolívia, Colômbia, Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Peru. A equipe campeã do torneio foi o São José dos Campos/SP e a vice campeã foi a equipe Formas Intimas, da Colômbia.

Com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE), , foi realizado convênio visando à realização da I Copa Brasil de Futebol de Campo Feminino Sub-17, realizado no período de 08 a 14 de dezembro de 2013, em Aracaju.

O Distrito Federal recebeu apoio do Ministério do Esporte para a realização do "Torneio Internacional de Brasília Futebol Feminino Seleções 2013", nos dias 12, 15, 18 e 22 de dezembro de 2013, no Estádio Nacional de Brasília/DF.

Através de Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte e o Ministério das Relações Exteriores, foi realizada oficina de treinamento de futebol feminino em El Salvador. A proposta de capacitação foi uma iniciativa de grande relevância, pois reforçou o interesse pelo futebol como uma disciplina que ajuda em diversas áreas, como aprender melhores técnicas, trocar experiências sobre os desafios que implicam na atuação da mulher em um esporte tradicionalmente masculino e a prevenção de violência. O evento contou com a participação de aproximadamente 450 mulheres.

- **Interligar e alinhar Centros de Treinamento nacionais, regionais e municipais - Rede Nacional de Treinamento.**

Análise Situacional da Meta

Instituída pela Lei 12.395 de 2011, a Rede Nacional de Treinamento tem por objetivo organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. A Rede vai integrar centros esportivos locais, regionais e nacionais com a finalidade de propiciar um caminho ao atleta, desde a iniciação esportiva até o mais alto grau de competitividade. Para isso, a Rede Nacional requer modernização de estruturas, padronização de metodologias, troca de experiências e melhoria da gestão do esporte brasileiro, com a contribuição essencial da medicina, ciência e tecnologia aplicadas ao esporte.

A estruturação da Rede deu os primeiros passos em 2013, articulando projetos esportivos e instalações físicas já existentes em diversos locais, entre as quais as estruturas construídas para os Jogos Pan-Americanos de 2007 no Complexo Esportivo de Deodoro, que abarcam cinco modalidades (hipismo, tiro esportivo, hóquei sobre grama, pentatlo moderno e judô), e o Centro Olímpico do Espírito Santo (COES), parceria com o governo capixaba, que desenvolve atividades para 400 atletas de base e de ponta em sete modalidades (boxe, ginástica rítmica, handebol, judô, natação, taekwondô e vôlei de praia). Para 2014, esta articulação da Rede terá novos avanços.

Atualmente a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento atua na revitalização estrutural de instalações esportivas para que possam servir à lógica da Rede e, paralelamente, dá foco no apoio à preparação das seleções brasileiras das modalidades olímpicas e paraolímpicas, que se encontram em treinamento direcionado para competições da elite internacional, visando o melhor desempenho nos Jogos Rio 2016.

Os projetos estão em diferentes estágios (desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, outras prontas para inauguração em 2014, até as que estão com obras em andamento, e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas.

As obras são de responsabilidade da parte conveniada com o Ministério do Esporte, tendo a Rede Nacional conexão

com o programa Atleta na Escola, criado em 2013, e com outros programas de esporte educacional ou de iniciação esportiva do governo federal, de prefeituras, da confederação e outras instituições.

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

A preparação para o evento envolve a realização de investimentos públicos e privados na ordem de 25,6 bilhões de reais, para viabilizar a infraestrutura adequada (estádios, mobilidade urbana, aeroportos e portos), a disponibilização de serviços essenciais para a realização do evento (segurança, estrutura turística, telecomunicações e energia) e a elaboração e execução de planos para a operação dos serviços públicos durante os jogos (operação aeroportuária e portuária, operação de transporte e mobilidade urbana, operação diferenciada no fornecimento de energia e telecomunicações, operação planejada de segurança, saúde, prevenção e emergência, etc.), além de iniciativas governamentais voltadas à potencialização dos efeitos positivos do evento, proporcionando legados econômicos, sociais e culturais.

O Ministério do Esporte é coordenador do Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa (CGCOPA) e do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA), principais instâncias governamentais responsáveis pela preparação e organização da Copa do Mundo FIFA 2014. A prioridade é o monitoramento da execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades, instrumento que define as responsabilidades de cada um dos entes federados para a execução das medidas conjuntas e projetos relevantes para a realização do Mundial, bem como o planejamento das ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento.

O Governo Federal deu continuidade, em 2013, aos investimentos públicos que viabilizam a infraestrutura, serviços e operações essenciais para a realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, referentes aos três ciclos de planejamento das ações prioritárias para o evento, incorporadas à Matriz de Responsabilidades dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Também foram promovidas diversas atividades e iniciativas visando à aceleração, integração e consolidação de ações de curto e médio prazo, que comporão os legados econômico, urbano, esportivo, de infraestrutura, de direitos de cidadania, educacional, sociocultural e ambiental da Copa do Mundo FIFA 2014 no país. O trabalho de coordenação do GECOPA vem sendo intensificado para a preparação do País em termos de infraestrutura, operações e serviços.

No que diz respeito à infraestrutura, mantém-se o foco no cumprimento dos compromissos assumidos na Matriz de Responsabilidades, com a perspectiva de entrega de todos os produtos até o mês de maio/2014. Um Grupo de Trabalho monitora os Planos Operacionais de Mobilidade para o evento, desenvolvidos pelas doze cidades-sede. As obras de mobilidade urbana vinculadas à Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014, que utilizam exclusivamente recursos de financiamento, têm como objetivo melhorar a mobilidade nas cidades que sediarão o evento, beneficiando a população, que usufruirá permanentemente dos novos sistemas de transporte coletivo, sistemas viários e equipamentos.

Nas demais áreas envolvidas – telecomunicações, energia, saúde, segurança e receptivo turístico – investimentos estão sendo feitos para a consolidação da infraestrutura implantada nas cidades-sede para a Copa das Confederações e para a implementação de infraestrutura nas outras sedes, de modo a garantir o pleno funcionamento dos serviços e operações essenciais ao evento. Destaca-se que, nos doze estádios, haverá investimentos privados de aproximadamente R$ 200 milhões para a implantação da infraestrutura necessária aos serviços de telefonia móvel e banda larga.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários**

Análise Situacional da Meta

Inicialmente, trabalhou-se com a meta de mobilização de 30 mil voluntários do programa, sendo a meta de sete mil voluntários na Copa das Confederações 2013 e 23 mil voluntários para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Durante o ano de 2013, foram sensibilizadas 43 mil pessoas para participar do programa, com a seleção de 13 mil

candidatos para participar dos cursos de capacitação à distância. Destes, sete mil se mostraram aptos a participar da capacitação presencial. Ao final de todo o processo de capacitação, foram convocados 4.285 voluntários para atuar na Copa das Confederações.

Após a experiência da Copa das Confederações, as metas de mobilização para o ano de 2014 foram ajustadas de 23 mil para 18mil voluntários, visto que foi constatado que o quantitativo de 1.500 voluntários por cidade-sede supre a necessidade local de apoio voluntário ao evento Copa do Mundo FIFA 2014.

Quantidade alcançada

4.285

Data de Referência

12/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Cidades-sede	21.000	unidade	4.285	12/02/2014
Nacional	9.000	unidade	0	12/02/2014

- **Coordenar o Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 e garantir o funcionamento do seu modelo de governança com a atuação plena das nove Câmaras Temáticas**

Análise Situacional da Meta

Para coordenação dos esforços de preparação do país para a Copa do Mundo de 2014, foram criadas as seguintes instâncias: Comitê Gestor da Copa (CGCOPA), Grupo Executivo da Copa (GECOPA), Comitê de Responsabilidades e Câmaras Temáticas Nacionais e Grupos de Trabalho. O Ministério do Esporte é responsável pela coordenação tanto do CGCOPA como do GECOPA.

A função do GECOPA é instituir o Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do referido Plano, coordenar e aprovar as atividades governamentais referentes à Copa do Mundo FIFA 2014 desenvolvidas por órgãos e entidades da administração federal ou financiadas com recursos da União e, por fim, acompanhar a execução dessas atividades.

As Câmaras Temáticas Nacionais, coordenadas por órgãos do Governo Federal, são espaços de discussão de políticas públicas e soluções técnicas dos quais participam representantes do Governo Federal, das cidades-sede (estados e municípios) e, se necessário, representantes da sociedade civil. Em cada uma das doze cidades-sede dos jogos funcionam comissões integradas por representantes dos respectivos órgãos federais, estaduais e municipais.

São cinco as temáticas tratadas pelas Câmaras:

a) Meio Ambiente e Sustentabilidade: Ministério do Meio Ambiente;

b) Saúde: Ministério da Saúde;

c) Transparência: Controladoria-Geral da União;

d) Desenvolvimento Turístico, Acomodações e Cultura: Ministério do Turismo; e e) Educação, Trabalho e Ação Social: Ministério da Educação.

Os grupos de trabalho são responsáveis pela definição de planos operacionais para os eventos (acomodações e receptivos; transporte e mobilidade; telecomunicações; aeroportos; energia; segurança; comunicação e promoção; saúde; voluntariado; monitoramento da venda de ingressos e acesso aos estádios).Cada um desses planos operacionais ficará a cargo de um ou mais órgãos:

a) Acomodações e Receptivos: Ministério do Turismo;

b) Transporte e Mobilidade: Ministério dos Transportes e Ministério das Cidades;

c) Telecomunicações: Ministério das Comunicações;

d) Aeroportos: Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC);

e) Energia: Ministério de Minas e Energia;

f) Segurança: Ministério da Justiça e Ministério da Defesa;

g) Comunicação e Promoção: Ministério do Esporte e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

(SECOM);

h) Saúde: Ministério da Saúde;

i) Voluntariado: Ministério do Esporte; e

j) Monitoramento da Venda de Ingressos e Acesso aos Estádios: Ministério do Esporte.

- **Implementar, conjuntamente com os demais órgãos do Governo Federal, 100% do Plano para promoção dos interesses estratégicos do país como sede do evento**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Grupo Executivo da Copa (GECOPA), foi instituído o Plano de Comunicação Integrada, que articulou Órgãos do Governo Federal, cidades-sede e a FIFA/COL (imprensa nacional, imprensa internacional, comunicação digital e redes sociais, publicidade, promoção e patrocínio), com os seguintes objetivos:

- Projetar a imagem do Brasil como país competitivo e inovador, com grande potencial de negócios e capacidade de realização, que se desenvolve de maneira sustentável e com inclusão social;

- Reforçar a imagem do Brasil como país hospitaleiro, criativo, alegre, unido, trabalhador, aguerrido, que valoriza a diversidade e rico em belezas naturais;

- Divulgar o legado da Copa: da valorização da Marca Brasil ao investimento no capital intelectual e humano e às obras de infraestrutura, abrindo espaço para a comunicação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

- **Monitorar a execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades e outras ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal realiza análise contínua dos empreendimentos da Copa do Mundo com os Governos Locais, para auxiliar nas decisões relativas à atualização ou revisão da Matriz de Responsabilidades.

As deliberações do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA) são publicadas na forma de Resolução no Diário Oficial da União, abrangendo, dentre outros assuntos, a inclusão, exclusão e atualização de empreendimentos da Matriz de Responsabilidades, com o intuito de atender o princípio da transparência sobre as ações relativas ao Evento.

Uma das etapas do monitoramento da Matriz de Responsabilidades é a reunião presencial com representantes das cidades-sede, quando são atualizadas as datas, valores e debatidos os resultados de ações, restrições e providências para a conclusão tempestiva das obras. Esse conjunto de informações é parte integrante do Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014. Os Balanços são publicados periodicamente no Portal da Copa (www.copa2014.gov.br). O V Balanço é o mais atual, disponibilizado em setembro de 2013.

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, as ações em relação ao Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 foram realizadas em nível de país, tendo uma abrangência em todas as regiões. Parcerias foram firmadas, estudos técnicos foram realizados e foram constatadas as necessidades de ampliação de investimentos em infraestrutura para o crescimento da prática de esportes, assim como a inclusão da possibilidade de detecção de talentos que poderão elevar o país a níveis internacionais.

Atualmente, existem mais de 327 processos relacionados à geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como à implantação da infraestrutura esportiva necessária para a realização dos jogos. Em 2013, somente de contratos de repasse e recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), 39 novos processos iniciaram a execução, totalizando mais de R$ 500 milhões de recursos direcionados para as obras de infraestrutura esportiva no país.

Em dezembro, foi divulgada a lista das 285 unidades dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) a serem instaladas em 263 municípios, em todas as 27 unidades da Federação, com investimento estimado em R$ 967 milhões do Orçamento Geral da União, no âmbito do PAC2.

Na atual estrutura, com a criação da Diretoria de Infraestrutura de Esporte, a dinâmica de coordenar e integrar a atuação do Ministério do Esporte perante os entes tem um aproveitamento mais eficiente. Uma integração mais direta com os envolvidos, através de reuniões técnicas e formação de corpo técnico para análise de projetos, teve como resultado imediato a maximização do uso dos recursos que estão sendo utilizados para a implantação da infraestrutura necessária para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016, assim como os legados que servirão para as gerações futuras.

A oportunidade da realização desse evento remete à necessidade de disseminar o esporte em todo o território nacional, através da capacidade de gerir as soluções adequadas a cada necessidade. Todos os projetos analisados e aprovados seguem normas construtivas de mobilidade, acessibilidade, estudos de viabilidade técnica e financeira, além das necessidades ambientais.

Metas 2012-2015

- **Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016**

Análise Situacional da Meta

Os esforços governamentais para preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos envolvem as três esferas de governo. Para coordenar a ação dos governos federal, estadual e municipal, foi criada a Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público responsável por coordenar as ações de planejamento, monitoramento e entrega de obras e serviços necessários à realização dos Jogos, elaboração da Matriz de Responsabilidades - visando a definição das obrigações das partes -, assim como o planejamento do uso do legado dos Jogos, entre outros pontos. Ao longo de 2012, a APO atuou no acompanhamento das instâncias constituídas pelos entes federados para a implementação dos projetos relacionados aos Jogos, participando dos encaminhamentos.

No âmbito do Governo Federal, aos moldes da estrutura de governança estabelecida para a organização da Copa do Mundo 2014, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que deve estabelecer diretrizes para as ações do Governo. Também foi criado o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), com a missão de monitorar a implementação e execução das ações definidas pelo CGOLIMPÍADAS. Ambas as instâncias estão em funcionamento e são coordenadas pelo Ministério do Esporte.

Para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, será necessária a realização de obras e empreendimentos na cidade do Rio de Janeiro. Assim, serão feitos investimentos da ordem de 12,5 bilhões de reais, dos quais cerca de 2,6 bilhões são destinados à infraestrutura para a acomodação das comitivas e 1,5 bilhões para a construção e modernização de instalações esportivas. Além disso, o Ministério do Esporte tem repassado recursos para a preparação de atletas em 28 modalidades olímpicas e paraolímpicas.

Além do que foi executado acima, o Ministério do Esporte promoveu a manutenção das ações iniciadas em exercícios anteriores e que contribuem para o alcance da meta:

- Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal, com duas equipes, uma em Brasília/DF e outra no Rio de Janeiro/RJ;
- Disponibilidade de criação de uma Gerência ou Representação de Filial no Rio de Janeiro, com corpo técnico, para fiscalização e acompanhamento das grandes obras dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016;
- Contratação de Consultorias Especializadas;
- Desenvolvimentos de sistemas e metodologias de acompanhamento e desempenho da execução dos objetivos;
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Município do Rio de Janeiro e a APO - Autoridade Pública Olímpica.
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Estado do Rio de Janeiro e a APO.

- **Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo**

Análise Situacional da Meta

Além da continuação das ações de anos anteriores, foram desenvolvidas, no ano de 2013, a inclusão de várias frentes de atuação, de forma a atingir praticamente todas as regiões do país, através da concretização de contratos de repasses, descentralização de crédito, termos de compromissos, conforme a relação abaixo:

- Termo de Cooperação com as seguintes Universidades:

. UFVJM – Pista de Atletismo – Licitação em andamento;

. UFLA– Pista de Atletismo – Obra iniciada;

. UFSC – Pista de Atletismo e Centro Tecnológico de Tênis – Licitação em andamento;

. UFRN – Pista de Atletismo com Iluminação – Licitação em andamento;

- Contrato de Repasse/Convênio:

Em 2013 também foram realizados contratos de repasse ou convênio com 18 municípios em 14 estados, além do Rio de Janeiro, para a implantação de centros de treinamento e para a modernização ou ampliação dos centros existentes nestas cidades.

Ressalte-se, ainda, a inclusão dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE), no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). Os CIEs irão ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras. O projeto integra, num só espaço físico, atividades e a prática de esportes voltados ao esporte de alto rendimento, estimulando a formação de atletas entre crianças e adolescentes.

Em dezembro de 2013, 285 Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) foram selecionados em 263 municípios em todos os estados brasileiros. Os investimentos somam R$ 967 milhões, para garantir a oferta de equipamento público qualificado, incentivando a iniciação ao esporte em território de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras.

Anexo

Execução Financeira das Ações Orçamentárias Vinculadas às Inciativas

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**344.396.402**	**352.766.759**	**351.055.250**
Despesas Correntes	344.236.124	352.561.218	351.032.291
Despesas de Capital	160.278	205.540	22.959
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**344.396.402**	**352.766.759**	**351.055.250**

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00QQ - Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2564	142.600.000	142.600.000	93.866.110	93.792.110	93.792.110
20HT	3.000.000	600.000	532.035	528.936	525.725
Total	**145.600.000**	**143.200.000**	**94.398.146**	**94.321.046**	**94.317.835**

- **00QS - Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GN	4.517.288	1.517.288	719.739	425.005	424.528
20HQ	3.110.324	3.110.324	2.283.090	1.394.577	1.327.091
Total	**7.627.612**	**4.627.612**	**3.002.829**	**1.819.582**	**1.751.619**

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00QU - Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8869	35.000.000	24.500.000	18.941.862	5.234.448	3.533.640
20EI	770.820	770.820	464.382	464.382	464.382
116V	97.205.644	103.205.644	61.872.715	20.161.723	16.870.542
2593	700.314.050	859.356.413	804.253.601	712.843.237	665.708.833
Total	**833.290.514**	**987.832.877**	**885.532.559**	**738.703.789**	**686.577.398**

- **00QW - Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2294	28.000.000	34.770.930	28.850.685	28.605.601	27.647.261

Plano Mais Brasil

2015	16.200.000	17.200.000	15.254.390	15.254.390	15.254.390
2290	350.495	350.495	142.518	142.518	142.518
Total	**44.550.495**	**52.321.425**	**44.247.594**	**44.002.510**	**43.044.170**

- **00R0 - Garantir o pagamento de benefícios com qualidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2292	435.960.000	444.897.190	305.539.088	305.492.151	289.656.014
009W	1.484.945.000	2.020.945.000	2.020.945.000	2.020.945.000	1.899.414.472
0E82	76.314.819.284	79.650.978.027	79.650.978.027	79.445.319.502	77.135.779.479
0E81	264.824.141.987	269.213.983.244	269.213.945.583	268.250.272.356	256.392.612.639
Total	**343.059.866.271**	**351.330.803.461**	**351.191.407.698**	**350.022.029.009**	**335.717.462.603**

- **00R5 - Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20HR	3.340.702	1.040.702	1.037.865	973.786	971.233
4641	27.005.975	15.005.975	11.524.261	10.103.456	8.889.521
4405	120.000.000	85.240.381	83.844.459	77.184.969	71.122.348
2587	3.933.984	4.499.984	3.990.430	3.660.890	3.660.890
Total	**154.280.661**	**105.787.042**	**100.397.016**	**91.923.102**	**84.643.992**

- **00R6 - Promover o reconhecimento automático de direito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2591	43.000.000	43.000.000	38.710.146	37.817.423	36.756.849
Total	**43.000.000**	**43.000.000**	**38.710.146**	**37.817.423**	**36.756.849**

- **00R8 - Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2563	9.340.702	7.340.702	4.464.971	4.429.190	4.351.404
Total	**9.340.702**	**7.340.702**	**4.464.971**	**4.429.190**	**4.351.404**

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00RA - Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2585	35.830.758	30.830.758	16.077.973	10.906.975	9.543.959
Total	**35.830.758**	**30.830.758**	**16.077.973**	**10.906.975**	**9.543.959**

- **00RC - Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**

	8452	6.313.039	6.313.039	2.257.306	2.257.306	2.256.078
	2562	10.877.214	8.877.214	5.009.200	4.995.147	4.979.580
Total		**17.190.253**	**15.190.253**	**7.266.506**	**7.252.453**	**7.235.658**

- **00RE - Otimizar a supervisão, fiscalização e licenciamento das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2592	1.204.840	1.204.840	310.574	300.574	300.574
2276	2.862.747	2.862.747	1.608.825	1.608.825	1.584.704
Total	**4.067.587**	**4.067.587**	**1.919.399**	**1.909.399**	**1.885.278**

- **00RF - Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8426	1.000.000	1.000.000	135.759	135.759	135.759
2274	40.428.959	40.428.959	0	0	0
2A43	327.863	327.863	27.450	0	0
Total	**41.756.822**	**41.756.822**	**163.209**	**135.759**	**135.759**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**41.229.836**	**47.903.239**	**45.952.936**
Despesas Correntes	41.202.940	47.866.913	45.951.203
Despesas de Capital	26.896	36.325	1.733
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**41.229.836**	**47.903.239**	**45.952.936**

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WU - Aprimorar as ações de intermediação de mão de obra e de qualificação social e profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z1	169.069.875	131.322.262	6.616.461	376.861	376.861
6405	2.186.118	2.186.118	299.849	0	0
20Z2	2.886.000	1.386.000	0	0	0
Total	**174.141.993**	**134.894.380**	**6.916.310**	**376.861**	**376.861**

- **00WZ - Otimizar a concessão dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z3	20.753.559	44.351.848	21.757.569	21.477.568	17.712.892
0686	6.360.606	6.360.606	3.918.694	3.918.694	3.810.406
0585	1.959.214.609	1.959.214.609	1.891.732.661	1.891.732.661	1.802.175.509
0217	26.635.165	44.135.165	33.820.570	33.820.570	33.820.570
0653	32.957.064	32.957.064	32.342.416	32.342.416	30.654.196
0583	23.220.187.738	29.940.187.738	29.940.187.738	29.940.187.738	29.465.357.973
0581	15.066.914.107	14.766.914.107	14.658.749.888	13.472.876.448	13.472.876.448
Total	**40.333.022.848**	**46.794.121.137**	**46.582.509.535**	**45.396.356.095**	**44.826.407.995**

- **00X0 - Consolidar o sistema MTE Mais Emprego como instrumento de execução integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4741	56.812.555	88.995.903	68.172.555	40.646.301	39.495.499
Total	**56.812.555**	**88.995.903**	**68.172.555**	**40.646.301**	**39.495.499**

- **00X3 - Aperfeiçoar os mecanismos de identificação do trabalhador e de registro profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

2553	18.762.790	18.762.790	17.517.685	1.737.757	1.737.757
Total	**18.762.790**	**18.762.790**	**17.517.685**	**1.737.757**	**1.737.757**

- **00XC - Reestruturar a rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20JT	99.002.990	195.698.551	117.168.248	28.277.084	28.276.599
Total	**99.002.990**	**195.698.551**	**117.168.248**	**28.277.084**	**28.276.599**

- **00XD - Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento, supervisão e avaliação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20JY	504.010	504.010	0	0	0
Total	**504.010**	**504.010**	**0**	**0**	**0**

- **04FQ - Fortalecer a participação e controle social do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2C43	11.000.000	11.000.000	8.395.110	2.062.797	2.062.461
Total	**11.000.000**	**11.000.000**	**8.395.110**	**2.062.797**	**2.062.461**

- **04FR - Aperfeiçoar sistemas e registros públicos relativos ao trabalhador**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4245	4.994.641	6.821.659	5.794.640	4.645.439	4.420.047
8885	125.000	125.000	0	0	0
20YX	24.824.741	45.421.123	32.062.495	31.212.605	25.555.837
20YY	9.593.516	16.583.073	5.772.426	1.000.000	1.000.000
Total	**39.537.898**	**68.950.855**	**43.629.561**	**36.858.044**	**30.975.884**

OBJETIVO: 0289 - Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00XX - Aprimorar os processos de estudos, monitoramento, controle e avaliação dos depósitos especiais do FAT (PROGER)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8617	8.240.294	13.300.000	10.712.382	7.484.048	6.547.136
Total	**8.240.294**	**13.300.000**	**10.712.382**	**7.484.048**	**6.547.136**

- **04FS - Estimular a universalização do microcrédito produtivo orientado, por meio de ações de fomento ao desenvolvimento institucional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2B12	800.000	800.000	800.000	0	0
Total	**800.000**	**800.000**	**800.000**	**0**	**0**

PPA 2012◆2015

- **04FT - Fomentar a concessão de financiamento de microcrédito produtivo orientado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
00JO	439.000.000	526.800.000	524.474.933	405.371.765	405.371.765
Total	**439.000.000**	**526.800.000**	**524.474.933**	**405.371.765**	**405.371.765**

OBJETIVO: 0869 - Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04FV - Garantir direitos de proteção no trabalho urbano, rural, portuário e aquaviário, inclusive o FGTS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4767	7.000.000	7.000.000	3.390.909	3.206.399	3.206.399
2C45	3.000.000	900.000	0	0	0
20YU	29.706.000	32.706.000	27.098.423	26.521.030	26.461.319
Total	**39.706.000**	**40.606.000**	**30.489.332**	**29.727.429**	**29.667.718**

- **04FW - Fortalecer ações, estudos, pesquisas e inovações no campo da proteção ao trabalhador**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YW	5.199.500	4.699.500	4.404.706	2.823.943	2.020.939
Total	**5.199.500**	**4.699.500**	**4.404.706**	**2.823.943**	**2.020.939**

- **04FY - Fortalecer a democratização nas relações do trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YV	1.641.000	1.641.000	846.950	756.362	741.161
Total	**1.641.000**	**1.641.000**	**846.950**	**756.362**	**741.161**

- **04G0 - Aperfeiçoar a política laboral de imigração e emigração**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2599	2.464.536	2.464.536	1.099.505	457.851	456.365
Total	**2.464.536**	**2.464.536**	**1.099.505**	**457.851**	**456.365**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**79.243.489**	**78.698.621**	**65.645.086**
Despesas Correntes	71.171.198	71.056.216	64.438.947
Despesas de Capital	8.072.291	7.642.405	1.206.139
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**6.786**	**6.786**	**2.293**
Totais	**79.250.275**	**78.705.407**	**65.647.378**

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02P9 - Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8735	11.211.000	11.211.000	11.135.846	1.650.805	1.650.805
Total	**11.211.000**	**11.211.000**	**11.135.846**	**1.650.805**	**1.650.805**

- **02PA - Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8759	229.600.000	239.600.000	239.404.548	201.915.418	197.860.088
Total	**229.600.000**	**239.600.000**	**239.404.548**	**201.915.418**	**197.860.088**

- **02PB - Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8758	292.725.000	300.725.000	297.824.096	265.655.786	259.778.147
Total	**292.725.000**	**300.725.000**	**297.824.096**	**265.655.786**	**259.778.147**

- **02PC - Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8755	105.600.000	105.600.000	105.296.958	78.065.335	77.098.404
Total	**105.600.000**	**105.600.000**	**105.296.958**	**78.065.335**	**77.098.404**

- **02PG - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6217	697.264.000	697.264.000	672.684.535	472.790.613	444.820.857
Total	**697.264.000**	**697.264.000**	**672.684.535**	**472.790.613**	**444.820.857**

Plano Mais Brasil

- **02PH - Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4525	79.745.753	79.745.753	9.799.983	0	0
6148	812.100.000	1.052.100.000	807.366.667	804.916.667	804.916.667
Total	**891.845.753**	**1.131.845.753**	**817.166.649**	**804.916.667**	**804.916.667**

- **02PM - Fortalecimento da hemorrede pública nacional visando garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada, e a atenção integral as pessoas portadoras de doenças hematológicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
09LP	170.000.000	220.000.000	155.000.000	155.000.000	155.000.000
6516	55.601.350	55.601.350	46.235.080	32.051.861	30.701.585
7690	44.700.000	44.700.000	31.927.608	0	0
Total	**270.301.350**	**320.301.350**	**233.162.688**	**187.051.861**	**185.701.585**

- **02PN - Fortalecimento de mecanismos de programação e regulação nas redes de atenção à saúde do SUS, e entre os sistemas de saúde público e suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8721	234.500.000	164.150.001	62.625.630	45.540.228	45.540.228
Total	**234.500.000**	**164.150.001**	**62.625.630**	**45.540.228**	**45.540.228**

- **02PO - Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
125H	55.250.000	55.250.000	36.593.773	1.593.773	1.593.773
Total	**55.250.000**	**55.250.000**	**36.593.773**	**1.593.773**	**1.593.773**

- **02PV - Qualificação das ações em saúde para população em situação de privação de liberdade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B1	13.860.000	13.860.000	13.720.784	9.175.170	9.167.280
Total	**13.860.000**	**13.860.000**	**13.720.784**	**9.175.170**	**9.167.280**

- **02PW - Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12L5	1.299.700.000	643.700.000	642.602.677	479.734.836	479.734.836
20AD	9.437.758.513	9.097.758.513	9.090.882.508	8.799.902.881	8.799.336.312
20G8	560.000.000	560.000.000	488.853.231	216.464.013	140.500.605
20SP	70.000.000	58.000.000	34.866.097	1.799.975	1.799.975
4324	13.300.000	13.300.000	13.299.810	14.970	0
7666	251.000.000	245.000.000	99.377.667	52.541.017	50.445.017
7833	11.050.000	11.050.000	7.871.740	5.696.740	5.696.740

	8535	3.285.314.985	3.488.580.983	783.165.909	105.476.724	105.476.724
	8573	140.750.000	170.436.280	90.642.908	56.863.351	53.378.122
	8577	5.220.000.000	4.515.419.165	4.515.419.151	4.466.773.351	4.466.289.542
	8581	1.282.523.574	1.301.900.574	506.089.052	102.300.371	102.300.371
	8585	35.608.777.455	34.763.826.454	34.737.046.259	34.216.763.114	34.166.290.212
	8730	236.433.000	305.433.000	199.602.806	161.645.155	155.374.569
	8762	2.680.000	2.680.000	2.600.394	14.227	14.227
Total		**57.419.287.527**	**55.177.084.969**	**51.212.320.208**	**48.665.990.725**	**48.526.637.253**

- **02PZ - Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8739	6.750.000	6.750.000	6.700.000	0	0
Total	**6.750.000**	**6.750.000**	**6.700.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02Q2 - Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6138	20.412.000	20.412.000	14.460.013	10.350.404	10.289.158
Total	**20.412.000**	**20.412.000**	**14.460.013**	**10.350.404**	**10.289.158**

- **02Q4 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20K2	5.000.000	5.000.000	1.927.092	94.868	75.348
Total	**5.000.000**	**5.000.000**	**1.927.092**	**94.868**	**75.348**

- **02Q5 - Fortalecimento da promoção e da vigilância em saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20K0	2.650.000	2.650.000	2.407.986	2.057.050	2.057.050
20YJ	464.362.000	554.920.000	298.289.006	207.868.893	206.252.370
Total	**467.012.000**	**557.570.000**	**300.696.992**	**209.925.944**	**208.309.420**

- **02Q6 - Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20T6	19.000.000	19.000.000	15.410.205	751.469	751.469
211U	0	0	0	0	0
Total	**19.000.000**	**19.000.000**	**15.410.205**	**751.469**	**751.469**

- **02Q8 - Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AC	168.000.000	160.000.000	159.734.191	159.684.191	159.684.191
20AL	1.898.000.000	1.867.942.000	1.865.922.087	1.842.948.867	1.842.927.341
20YE	1.246.000.000	1.306.399.999	1.306.202.698	649.908.999	649.908.659
4641	205.440.000	232.040.000	232.040.000	183.543.027	183.388.056
8327	12.450.000	12.450.000	9.045.102	7.497.883	7.433.806
Total	**3.529.890.000**	**3.578.831.999**	**3.572.944.077**	**2.843.582.967**	**2.843.342.054**

- **02QB - Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3921	35.460.000	35.460.000	30.900.000	186.000	186.000
Total	**35.460.000**	**35.460.000**	**30.900.000**	**186.000**	**186.000**

- **02QC - Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QF	56.000.000	56.000.000	48.128.283	37.465.060	37.465.060
Total	**56.000.000**	**56.000.000**	**48.128.283**	**37.465.060**	**37.465.060**

- **02QD - Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	5.000.000	5.000.000	58.954	0	0
Total	**5.000.000**	**5.000.000**	**58.954**	**0**	**0**

- **02QE - Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AB	184.891.431	184.891.431	184.333.625	150.015.272	150.015.272
6174	7.000.000	7.000.000	6.977.253	6.284.127	6.284.127
8719	157.500.000	157.500.000	127.434.383	81.944.990	81.710.809
Total	**349.391.431**	**349.391.431**	**318.745.260**	**238.244.390**	**238.010.209**

- **04E0 - Gestão de insumos para prevenção e controle de doenças.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YE	938.000.000	875.500.000	875.438.917	782.535.773	663.553.962
Total	**938.000.000**	**875.500.000**	**875.438.917**	**782.535.773**	**663.553.962**

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02QL - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8305	32.550.000	42.315.000	41.566.797	38.180.424	38.173.466
Total	**32.550.000**	**42.315.000**	**41.566.797**	**38.180.424**	**38.173.466**

- **02QM - Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147J	50.400.000	35.280.000	27.048.738	16.233.351	16.233.351
Total	**50.400.000**	**35.280.000**	**27.048.738**	**16.233.351**	**16.233.351**

- **02QR - Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R4	216.400.000	234.600.000	79.207.398	17.662.900	15.701.290
Total	**216.400.000**	**234.600.000**	**79.207.398**	**17.662.900**	**15.701.290**

- **02QS - Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6175	13.900.000	13.900.000	11.935.253	192.777	192.777
Total	**13.900.000**	**13.900.000**	**11.935.253**	**192.777**	**192.777**

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02R1 - Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12L4	474.560.000	474.560.000	474.556.232	62.835.934	62.835.934
8933	518.841.832	563.841.832	210.176.112	56.121.758	56.121.758
Total	**993.401.832**	**1.038.401.832**	**684.732.344**	**118.957.692**	**118.957.692**

- **02R6 - Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8761	755.400.000	891.517.812	856.022.450	814.726.166	814.726.166
Total	**755.400.000**	**891.517.812**	**856.022.450**	**814.726.166**	**814.726.166**

Plano Mais Brasil

- **02R9 - Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QI	10.760.000	7.532.000	1.600.807	416.208	416.208
Total	**10.760.000**	**7.532.000**	**1.600.807**	**416.208**	**416.208**

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RC - Promoção da inclusão social dos usuários de saúde mental, crack, álcool e outras drogas, por meio da cultura, redes sociais e fomento às ações intersetoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6233	14.740.000	13.972.188	3.214.164	320.346	320.346
Total	**14.740.000**	**13.972.188**	**3.214.164**	**320.346**	**320.346**

- **02RE - Reestruturação da rede de atenção psicossocial, com responsabilização clara dos diversos pontos de atenção, com priorização para o enfrentamento do Crack, álcool e outras drogas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20AI	19.530.000	19.530.000	19.530.000	18.433.848	18.433.848
20B0	108.778.000	79.119.720	32.174.946	27.898.000	27.898.000
Total	**128.308.000**	**98.649.720**	**51.704.946**	**46.331.848**	**46.331.848**

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RN - Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YL	251.080.000	131.080.000	26.740.000	36.000	36.000
6178	10.000.000	10.000.000	5.634.848	0	0
Total	**261.080.000**	**141.080.000**	**32.374.848**	**36.000**	**36.000**

- **04E1 - Ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, ampliando a autonomia dos indivíduos sobre a escolha de modos de vida mais saudáveis.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YI	76.739.000	76.739.000	40.056.857	20.335.394	20.188.462
Total	**76.739.000**	**76.739.000**	**40.056.857**	**20.335.394**	**20.188.462**

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RT - Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YD	748.249.175	962.830.008	810.927.995	659.617.516	653.290.691
4655	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0
Total	**751.249.175**	**965.830.008**	**813.927.995**	**662.617.516**	**653.290.691**

- **02S0 - Operação do Canal Saúde - Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q4	14.700.000	14.700.000	14.461.894	11.987.237	11.987.237
Total	**14.700.000**	**14.700.000**	**14.461.894**	**11.987.237**	**11.987.237**

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02S3 - Fortalecimento do SUS por meio da gestão participativa, da participação social e da promoção da equidade em saúde.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2016	10.500.000	9.300.000	8.026.387	7.470.333	7.470.333
20YM	52.930.000	43.880.000	37.706.980	29.450.293	29.450.293
Total	**63.430.000**	**53.180.000**	**45.733.367**	**36.920.626**	**36.920.626**

- **02S5 - Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8287	44.610.000	40.610.000	34.767.872	29.458.565	29.458.565
Total	**44.610.000**	**40.610.000**	**34.767.872**	**29.458.565**	**29.458.565**

- **02S7 - Implementação de processos de informatização do SUS alinhados com a Política de Informação e Informática em Saúde – PNIIS.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YN	331.786.649	391.219.609	281.065.797	212.858.630	212.858.630
Total	**331.786.649**	**391.219.609**	**281.065.797**	**212.858.630**	**212.858.630**

- **02S8 - Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6152	75.390.000	64.090.000	59.245.770	42.483.415	42.483.415
Total	**75.390.000**	**64.090.000**	**59.245.770**	**42.483.415**	**42.483.415**

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02S9 - Fortalecimento do Controle Interno do SUS, com foco nas marcas de governo e no Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) para a melhoria do acesso e do combate ao desperdício.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8708	10.800.000	9.950.000	8.581.292	6.207.325	4.620.718
Total	**10.800.000**	**9.950.000**	**8.581.292**	**6.207.325**	**4.620.718**

- **02SA - Desenvolvimento e aprimoramento das ações de Ouvidoria Ativa para ampliar e fortalecer o Sistema Nacional de Ouvidoria.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6182	46.800.000	60.700.000	57.925.168	48.061.021	48.061.021
Total	**46.800.000**	**60.700.000**	**57.925.168**	**48.061.021**	**48.061.021**

- **02SC - Aprimoramento dos mecanismos de gestão do SUS com ênfase no planejamento, monitoramento e avaliação, na racionalização dos gastos, na modernização administrativa e na articulação interministerial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8715	21.328.641	21.328.641	13.791.065	11.283.044	11.266.002
8753	9.898.308	7.998.308	5.293.506	3.780.612	3.780.612
Total	**31.226.949**	**29.326.949**	**19.084.570**	**15.063.656**	**15.046.614**

- **02SE - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B52	12.801.200	10.301.200	9.216.777	8.384.487	8.384.472
Total	**12.801.200**	**10.301.200**	**9.216.777**	**8.384.487**	**8.384.472**

- **02SG - Fortalecer a capacidade de gestão no SUS por meio do uso de ferramentas de Economia da Saúde, da produção de informações sobre investimentos em estruturação física e tecnológica e apoio à gestão de projetos de cooperação técnica nacional e internacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8648	13.391.329	13.391.329	9.230.524	4.157.681	4.156.607
Total	**13.391.329**	**13.391.329**	**9.230.524**	**4.157.681**	**4.156.607**

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02SP - Estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

20AH	39.000.000	39.000.000	36.639.375	25.724.327	25.724.327
Total	**39.000.000**	**39.000.000**	**36.639.375**	**25.724.327**	**25.724.327**

- **02SQ - Fornecimento de medicamentos hemoderivados para o SUS pela Hemobrás**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
146V	6.785.837	6.785.837	2.292.637
Total	**6.785.837**	**6.785.837**	**2.292.637**

- **02ST - Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e "Saúde não tem Preço"**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YR	1.556.880.418	1.944.747.458	1.468.870.912	1.441.940.152	1.441.926.264
20YS	448.719.582	512.719.582	490.262.569	460.664.914	460.638.914
Total	**2.005.600.000**	**2.457.467.040**	**1.959.133.481**	**1.902.605.066**	**1.902.565.178**

- **02SU - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio de Acesso aos Medicamentos e Insumos dos Componentes Básico, Estratégico e Especializado.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20AE	1.236.150.000	1.218.150.000	1.213.499.988	1.071.068.308	1.070.722.187
4295	577.915.000	747.915.000	430.641.032	203.547.694	203.547.694
4368	134.834.524	134.834.524	134.833.984	83.623.097	83.427.465
4370	770.200.000	770.200.000	770.200.000	594.713.454	577.447.941
4705	4.492.341.000	4.977.533.999	4.977.533.932	4.529.334.532	4.328.468.029
Total	**7.211.440.524**	**7.848.633.523**	**7.526.708.937**	**6.482.287.086**	**6.263.613.317**

- **02SV - Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20K5	12.528.000	10.028.002	9.728.691	9.009.566	9.009.566
Total	**12.528.000**	**10.028.002**	**9.728.691**	**9.009.566**	**9.009.566**

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02T7 - Fortalecimento do Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, como instância do Controle Social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20K4	11.340.000	10.340.000	10.339.367	3.677.493	3.677.493
Total	**11.340.000**	**10.340.000**	**10.339.367**	**3.677.493**	**3.677.493**

- **02T9 - Informação e divulgação em Ciência e Tecnologia em Saúde na Fiocruz**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6179	21.000.000	22.240.000	21.769.609	19.947.036	19.947.036
Total	**21.000.000**	**22.240.000**	**21.769.609**	**19.947.036**	**19.947.036**

- **02TB - Manutenção do Patrimônio histórico e cultural de ciência e da Saúde na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147V	7.000.000	6.000.000	4.795.676	1.294.175	1.294.175
20Q7	8.000.000	8.500.000	8.485.483	6.239.609	6.239.609
Total	**15.000.000**	**14.500.000**	**13.281.159**	**7.533.784**	**7.533.784**

- **02TD - Modernização e manutenção dos Laboratórios de Pesquisa biomédica e coleções biológicas da Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11PJ	9.680.000	9.680.000	5.936.995	4.987.318	4.975.286
20AQ	2.600.000	2.600.000	1.939.399	1.449.169	1.449.169
Total	**12.280.000**	**12.280.000**	**7.876.394**	**6.436.486**	**6.424.454**

- **02TE - Pesquisa, Desenvolvimento e Avaliação de Tecnologias em saúde para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6146	94.805.000	93.685.000	82.686.205	38.169.851	30.415.507
8315	87.000.000	94.555.000	89.236.385	72.425.585	72.134.305
Total	**181.805.000**	**188.240.000**	**171.922.590**	**110.595.436**	**102.549.812**

- **02TH - Qualificação da Incorporação/Manutenção de Tecnologias no âmbito do SUS - (Lei nº 12.401/2011)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K3	16.200.000	13.200.000	13.199.910	8.156.278	8.156.278
Total	**16.200.000**	**13.200.000**	**13.199.910**	**8.156.278**	**8.156.278**

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02TL - Garantia de acesso à informação em Saúde Suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8727	38.981.051	38.981.051	35.814.899	19.856.034	19.856.034
Total	**38.981.051**	**38.981.051**	**35.814.899**	**19.856.034**	**19.856.034**

- **02TM - Publicidade de utilidade pública para o aprimoramento da regulação e da fiscalização da saúde suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

4641	4.200.000	4.200.000	4.200.000	3.012.426	3.012.426
Total	**4.200.000**	**4.200.000**	**4.200.000**	**3.012.426**	**3.012.426**

- **02TN - Regulação e Fiscalização para a geração de saúde em modelos sustentáveis de planos de saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4339	35.000.000	35.000.000	34.339.083	25.905.070	25.857.938
Total	**35.000.000**	**35.000.000**	**34.339.083**	**25.905.070**	**25.857.938**

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02TU - Fortalecimento da cooperação internacional brasileira, compartilhando e divulgando as experiências do Sistema Único de Saúde, e apoiando o seu desenvolvimento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QG	9.960.000	8.060.000	579.456	527.303	527.303
2B42	25.930.000	23.357.000	23.270.929	10.735.657	10.735.649
Total	**35.890.000**	**31.417.000**	**23.850.385**	**11.262.960**	**11.262.952**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**35.805.905**	**36.529.826**	**35.669.972**
Despesas Correntes	35.616.524	36.319.486	35.660.232
Despesas de Capital	189.380	210.340	9.740
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**35.805.905**	**36.529.826**	**35.669.972**

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WM - Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica, incluindo o aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V5	120.000.000	120.000.000	120.000.000	107.949.968	107.949.968
2A60	1.234.702.620	1.299.642.195	1.299.642.195	1.156.764.950	1.156.764.950
2B30	129.726.382	149.363.658	124.652.472	5.606.090	5.606.090
Total	**1.484.429.002**	**1.569.005.853**	**1.544.294.667**	**1.270.321.008**	**1.270.321.008**

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **013T - Expansão, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da rede de Proteção Social Especial, incluindo o aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A65	546.126.094	505.208.820	446.126.094	390.674.766	390.540.566
2A69	247.078.591	214.605.216	177.378.591	99.257.763	99.257.763
2B31	82.282.433	86.504.933	46.821.790	0	0
Total	**875.487.118**	**806.318.969**	**670.326.475**	**489.932.529**	**489.798.329**

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **013X - Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2589	15.000.000	12.000.000	7.375.057	6.985.589	6.920.701
Total	**15.000.000**	**12.000.000**	**7.375.057**	**6.985.589**	**6.920.701**

- **0141 - Realização do pagamento dos benefícios (BPC e RMV)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0561	379.532.466	451.532.466	451.532.466	448.788.082	432.419.639
0565	1.386.967.230	1.298.967.230	1.298.967.230	1.289.007.261	1.241.246.844
0573	14.386.656.021	15.464.716.048	15.464.716.048	15.394.240.867	14.687.261.648
0575	16.964.173.839	16.654.173.839	16.654.173.839	16.595.815.013	15.833.676.447
2583	48.651.539	48.651.539	48.651.539	44.376.324	44.376.324
Total	**33.165.981.095**	**33.918.041.122**	**33.918.041.122**	**33.772.227.548**	**32.238.980.901**

- **04DI - Transferência de Renda Diretamente às Pessoas Residentes no País**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2E45	1.000.000	0	0	0	0
Total	**1.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0146 - Qualificar a gestão do SUAS, por meio do acompanhamento, apoio técnico e financeiro às demais esferas, do apoio e fortalecimento das instâncias de pactuação e controle social, do aperfeiçoamento da regulação e da tecnologia da informação utilizada, da produção e disseminação de instrumentos para o diagnóstico das situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos e informações sobre os serviços ofertados, incluindo a produção de estatísticas nacionais e subnacionais, contemplando a realização anual do Censo SUAS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8893	254.995.852	215.448.630	167.331.140	128.280.707	128.280.707
Total	**254.995.852**	**215.448.630**	**167.331.140**	**128.280.707**	**128.280.707**

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0147 - Assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), realizar as Conferências Nacionais de Assistência Social, incentivar a participação da sociedade civil nos conselhos de assistência social, apoiar e acompanhar o aprimoramento e fortalecimento do controle social no âmbito do SUAS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8249	9.011.483	9.011.483	4.983.156	2.224.974	2.224.974
Total	**9.011.483**	**9.011.483**	**4.983.156**	**2.224.974**	**2.224.974**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**22.076.154**	**24.573.954**	**24.451.327**
Despesas Correntes	22.072.022	24.569.822	24.447.629
Despesas de Capital	4.132	4.132	3.698
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**22.076.154**	**24.573.954**	**24.451.327**

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014B - Aprimoramento e desenvolvimento de atividades terceirizadas de administração do cadastro único e de benefício do PBF, bem como daquelas atividades de apoio à fiscalização, controle e auditoria da execução do programa Bolsa Família**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IT	12.519.250	12.519.250	9.080.697	8.251.634	8.251.634
Total	**12.519.250**	**12.519.250**	**9.080.697**	**8.251.634**	**8.251.634**

- **014E - Fortalecimento da capacidade de gestão descentralizada do programa Bolsa Família**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8446	603.972.317	538.972.317	538.907.194	437.238.158	437.238.158
Total	**603.972.317**	**538.972.317**	**538.907.194**	**437.238.158**	**437.238.158**

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014H - Disponibilização de informações de identificação e caracterização socioeconômica qualificadas e atualizadas, de todas as famílias brasileiras de baixa renda, para elaboração de estudos e pesquisas, e para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6414	25.002.014	25.002.014	12.909.139	8.377.016	8.377.016
Total	**25.002.014**	**25.002.014**	**12.909.139**	**8.377.016**	**8.377.016**

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Plano Mais Brasil

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **02ER - Transferência de Renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8442	21.434.660.000	23.997.460.000	23.997.460.000	23.997.460.000	23.997.460.000
Total	**21.434.660.000**	**23.997.460.000**	**23.997.460.000**	**23.997.460.000**	**23.997.460.000**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.235.523**	**3.777.854**	**1.057.719**
Despesas Correntes	1.956.894	1.657.880	515.144
Despesas de Capital	2.278.629	2.119.973	542.575
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.235.523**	**3.777.854**	**1.057.719**

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DY - Implantação de unidades de serviço de abastecimento móvel para aquisição de alimentos da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca artesanal e de produtos de outras fontes de produção, com o objetivo de abastecer as populações em extrema pobreza, urbana e rural, em especial as ribeirinhas da Amazônia Legal, favorecendo o suprimento regular e a preços compatíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TB	17.880.000	17.880.000	0	0	0
Total	**17.880.000**	**17.880.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03XC - Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde, em especial no âmbito da atenção primária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QH	38.569.000	38.569.000	38.373.116	21.900.000	21.900.000
Total	**38.569.000**	**38.569.000**	**38.373.116**	**21.900.000**	**21.900.000**

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014L - Apoio aos estados, Distrito Federal e municípios para (i) adesão ao SISAN; (ii) sua gestão; (iii) instituição dos Fóruns Bipartites de Pactuação (estados/Distrito Federal e municípios) para a instituição do Fórum Tripartite de Pactuação (União, estados/Distrito Federal e municípios); (iv) elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional; (v) a execução de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como (vi) o apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional para**

Plano Mais Brasil

sua adequada participação do sistema

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8624	10.600.000	10.100.000	7.389.561	4.311.453	4.310.379
Total	**10.600.000**	**10.100.000**	**7.389.561**	**4.311.453**	**4.310.379**

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014U - Consolidar ações de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização de alimentos, bem como à capacitação, assistência técnica e inovações tecnológicas, inclusive para a agricultura urbana**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8458	9.700.000	9.700.000	3.000.000	0	0
Total	**9.700.000**	**9.700.000**	**3.000.000**	**0**	**0**

- **014V - Implantação e qualificação de equipamentos e serviços públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos, fomento às atividades de formação e capacitação profissional voltados à inclusão social e produtiva de pessoas inscritas no CadÚnico, com ênfase na participação das mulheres, integrando-os aos equipamentos da assistência social, educação, saúde e outros, bem como apoio aos sistemas agroalimentares locais para a promoção do DHAA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8929	84.971.790	123.471.790	54.665.848	3.890.360	3.833.980
Total	**84.971.790**	**123.471.790**	**54.665.848**	**3.890.360**	**3.833.980**

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0159 - Instituir ações de Educação Alimentar e Nutricional, prioritariamente para as famílias beneficiárias dos programas sociais, fomentando as organizações sociais e integrando as instituições que compõem o SISAN no território, além de estratégias de comunicação e sensibilização da população e de formação de profissionais sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do DHAA, de forma sinérgica com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Plano Brasil Sem Miséria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2784	5.800.000	5.800.000	4.988.730	1.085.648	664.853
Total	**5.800.000**	**5.800.000**	**4.988.730**	**1.085.648**	**664.853**

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015D - Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiverdade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2798	1.268.800.000	1.027.995.951	612.993.457	347.920.511	341.481.012
2B81	118.437.000	88.437.000	20.213.364	20.211.271	19.166.190
Total	**1.387.237.000**	**1.116.432.951**	**633.206.821**	**368.131.782**	**360.647.202**

- **015E - Aquisição de alimentos, inclusive de agricultores familiares, para composição e distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e a famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública, de forma qualificada e em articulação com parceiros institucionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2792	82.000.000	82.000.000	42.676.471	35.983.331	27.067.774
Total	**82.000.000**	**82.000.000**	**42.676.471**	**35.983.331**	**27.067.774**

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02E5 - Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para a captação e armazenamento de água, para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11V1	383.000.000	383.000.000	376.830.400	27.872.862	27.872.862
12QC	1.446.300.000	1.221.434.792	1.205.593.634	502.694.274	377.146.964
Total	**1.829.300.000**	**1.604.434.792**	**1.582.424.034**	**530.567.136**	**405.019.825**

- **02E6 - Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8695	90.866.517	90.866.517	90.775.043	317.803	317.803
Total	**90.866.517**	**90.866.517**	**90.775.043**	**317.803**	**317.803**

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02E8 - Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas,**

Plano Mais Brasil

articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários e apoio a outras iniciativas de segurança alimentar e nutricional e de inclusão produtiva

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GD	238.598.600	238.598.600	185.735.916	58.462.006	58.462.006
211R	0	0	0	0	0
Total	**238.598.600**	**238.598.600**	**185.735.916**	**58.462.006**	**58.462.006**

- **02EC - Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8948	440.000.000	440.000.000	439.970.000	33.069.054	33.069.054
Total	**440.000.000**	**440.000.000**	**439.970.000**	**33.069.054**	**33.069.054**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Droga

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**241.068**	**372.998**	**9.751**
Despesas Correntes	182.520	314.150	9.396
Despesas de Capital	58.548	58.848	355
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**241.068**	**372.998**	**9.751**

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas e capacitar, de forma continuada , atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03UG - Previnir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira, bem como capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R9	119.845.829	119.845.829	46.129.477	2.098.164	2.082.719
20EV	17.000.000	148.930.000	82.014.000	3.990.024	3.455.192
Total	**136.845.829**	**268.775.829**	**128.143.477**	**6.088.188**	**5.537.911**

OBJETIVO: 0923 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuário de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03X4 - Apoio a projetos estratégicos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas e fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IE	104.221.700	104.221.700	33.352.917	3.662.851	3.587.558
Total	**104.221.700**	**104.221.700**	**33.352.917**	**3.662.851**	**3.587.558**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.068.617**	**3.346.340**	**1.003.094**
Despesas Correntes	1.108.821	1.148.935	626.062
Despesas de Capital	1.959.797	2.197.406	377.032
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.068.617**	**3.346.340**	**1.003.094**

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DN - Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2586	90.000.000	170.000.000	148.863.741	120.235.937	111.952.682
148D	1.850.500	1.850.500	350.000	0	0
2726	157.600.000	192.600.000	162.238.587	102.997.432	102.253.234
Total	**249.450.500**	**364.450.500**	**311.452.328**	**223.233.369**	**214.205.916**

- **03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IC	307.200.000	307.200.000	269.482.744	63.854.709	60.590.579
Total	**307.200.000**	**307.200.000**	**269.482.744**	**63.854.709**	**60.590.579**

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DQ - Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2320	60.678.323	45.814.246	33.344.954	14.653.519	14.625.433
8858	13.904.660	18.076.058	14.384.524	7.636.592	7.603.875

Total	**74.582.983**	**63.890.304**	**47.729.477**	**22.290.111**	**22.229.309**

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DV - Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20UE	104.185.025	88.185.025	47.815.538	13.625.872	13.450.385
20ID	199.988.257	213.636.341	94.442.387	43.959.035	41.983.493
2B00	172.213.166	172.213.166	136.092.587	116.105.757	116.105.757
Total	**476.386.448**	**474.034.532**	**278.350.512**	**173.690.665**	**171.539.634**

- **03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20V2	30.000.000	21.000.000	6.590.732	4.878.913	1.890.294
Total	**30.000.000**	**21.000.000**	**6.590.732**	**4.878.913**	**1.890.294**

- **03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8698	33.391.488	33.721.488	32.542.789	20.730.987	20.240.310
200G	30.290.621	33.862.621	25.538.319	12.799.666	12.799.666
Total	**63.682.109**	**67.584.109**	**58.081.108**	**33.530.653**	**33.039.976**

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20WS	42.908.602	37.202.102	36.311.404	21.815.025	21.764.803
Total	**42.908.602**	**37.202.102**	**36.311.404**	**21.815.025**	**21.764.803**

- **03E7 - Humanizar o sistema prisional pela implementação de ações de reintegração social do preso, de alternativas penais e de controle social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UG	14.100.000	12.230.000	9.994.509	1.214.942	1.214.942
Total	**14.100.000**	**12.230.000**	**9.994.509**	**1.214.942**	**1.214.942**

- **03E9 - Apoiar os sistemas prisionais estaduais pela implementação de ações de redução do déficit de vagas e de modernização do sistema criminal e penitenciário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UH	303.700.000	310.156.500	279.350.064	12.623.659	12.622.580
Total	**303.700.000**	**310.156.500**	**279.350.064**	**12.623.659**	**12.622.580**

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EE - Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14LG	32.000.000	32.000.000	18.487.089	0	0
14WH	0	121.204.159	120.542.500	84.833.069	83.719.228
7U23	360.190.750	360.190.750	279.764.635	41.210.427	40.186.075
Total	**392.190.750**	**513.394.909**	**418.794.223**	**126.043.496**	**123.905.303**

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2723	144.290.000	168.140.000	151.704.596	95.485.269	95.016.106
86A1	27.000.000	62.000.000	53.208.842	29.307.485	29.303.591
4641	1.000.000	1.000.000	745.005	27.073	27.073
Total	**172.290.000**	**231.140.000**	**205.658.443**	**124.819.827**	**124.346.770**

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EI - Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à**

criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8855	620.715.712	629.458.307	442.342.141	174.116.083	170.858.815
00CA	200.000	200.000	200.000	66.180	66.180
20UD	180.460.000	176.460.000	62.289.568	14.691.237	13.690.737
8124	129.300.000	129.300.000	26.984.601	5.742.190	5.422.862
20ID	300.000	300.000	0	0	0
Total	**930.975.712**	**935.718.307**	**531.816.309**	**194.615.690**	**190.038.594**

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EJ - Consolidação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil pela implantação e manutenção da Unidade Central e das Unidades Regionais e pela implementação do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil e pela emissão dos documentos de registro de identidade civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UY	11.150.000	8.338.973	6.630.780	482.726	482.726
Total	**11.150.000**	**8.338.973**	**6.630.780**	**482.726**	**482.726**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**154.716**	**193.395**	**123.201**
Despesas Correntes	120.763	156.923	117.228
Despesas de Capital	33.953	36.472	5.973
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**154.716**	**193.395**	**123.201**

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KA - Gestão do acervo da Comissão de Anistia, estruturação do Memorial da Anistia Política do Brasil e implantação de ações para a promoção da cidadania, democracia, direitos humanos e Justiça de Transição: reparação, memória e verdade.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8946	10.816.275	10.816.275	10.816.446	4.532.261	4.459.265
Total	**10.816.275**	**10.816.275**	**10.816.446**	**4.532.261**	**4.459.265**

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KD - Fortalecimento da Proteção e Defesa do Consumidor no Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2334	8.989.765	13.287.718	9.600.516	2.861.341	2.860.495
Total	**8.989.765**	**13.287.718**	**9.600.516**	**2.861.341**	**2.860.495**

- **03KF - Fortalecimento do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos e de sua atividade de análise e acompanhamento de projetos, garantindo a boa aplicação e efetividade dos recursos que transfere**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6067	5.768.680	5.768.680	3.640.749	2.617.996	2.610.007
Total	**5.768.680**	**5.768.680**	**3.640.749**	**2.617.996**	**2.610.007**

OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio

da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KK - Aumentar a eficácia, eficiência e efetividade do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, com a priorização de setores de grande impacto econômico e social, a institucionalização de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais, com o fomento à livre concorrência nos setores regulados e com o fortalecimento da prevenção e do combate às infrações à ordem econômica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2807	1.500.000	1.500.000	1.186.501	744.772	744.772
Total	**1.500.000**	**1.500.000**	**1.186.501**	**744.772**	**744.772**

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KS - Modernização, gestão e integração sistêmica dos serviços arquivísticos da Administração Pública Federal e preservação, acesso e difusão do patrimônio arquivístico nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2810	7.740.319	9.452.278	9.139.654	3.671.096	3.399.720
Total	**7.740.319**	**9.452.278**	**9.139.654**	**3.671.096**	**3.399.720**

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KW - Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos, bem como ações voltadas à conscientização e à efetivação de direitos.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8974	22.904.225	22.904.223	8.149.969	1.121.374	1.120.016
Total	**22.904.225**	**22.904.223**	**8.149.969**	**1.121.374**	**1.120.016**

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03L1 - Fortalecimento do atendimento da DPU, com a estruturação das Unidades existentes e criação de novas Unidades, priorizando o atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2725	86.155.862	118.386.862	118.379.319	100.713.665	99.203.544
Total	**86.155.862**	**118.386.862**	**118.379.319**	**100.713.665**	**99.203.544**

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça por meio da defesa dos direitos dos migrantes, intensificação da cooperação jurídica internacional, e ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03L9 - Implementação da Política Nacional de Justiça e promoção das políticas públicas de Justiça**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I7	8.653.020	8.653.020	8.268.139	6.666.412	6.653.224
Total	**8.653.020**	**8.653.020**	**8.268.139**	**6.666.412**	**6.653.224**

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KX - Implantação da Advocacia Pública Eletrônica, aumentando o número de processos judiciais eletrônicos tramitados de forma integrada com os sistemas da Advocacia Pública Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TN	2.188.000	2.625.600	2.625.600	272.253	272.253
Total	**2.188.000**	**2.625.600**	**2.625.600**	**272.253**	**272.253**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**114.579**	**116.379**	**44.857**
Despesas Correntes	108.614	111.968	44.510
Despesas de Capital	5.965	4.411	347
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**114.579**	**116.379**	**44.857**

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **025X - Preservação dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NU	750.000	750.000	0	0	0
Total	**750.000**	**750.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00S3 - Promoção e defesa dos direitos humanos contemplando disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores e o apoio a serviços de atendimento direto ao cidadão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZN	50.278.880	52.078.880	22.285.807	8.852.803	8.852.803
Total	**50.278.880**	**52.078.880**	**22.285.807**	**8.852.803**	**8.852.803**

- **00S5 - Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4906	19.000.000	19.000.000	19.000.000	17.667.921	17.667.921
Total	**19.000.000**	**19.000.000**	**19.000.000**	**17.667.921**	**17.667.921**

OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00SF - Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

Plano Mais Brasil

	8819	5.800.000	5.800.000	4.044.566	623.144	623.144
Total		**5.800.000**	**5.800.000**	**4.044.566**	**623.144**	**623.144**

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00SP - Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8810	2.500.000	2.500.000	1.563.500	0	0
Total	**2.500.000**	**2.500.000**	**1.563.500**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0451 - Concessão de indenizações às famílias de mortos e desaparecidos políticos e de indenizações decorrentes de decisões ou negociações da Corte Interamericana de Direitos Humanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
0083	300.000	300.000	0	0	0
Total	**300.000**	**300.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **045G - Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
210G	35.950.000	35.950.000	35.689.675	17.712.987	17.712.987
Total	**35.950.000**	**35.950.000**	**35.689.675**	**17.712.987**	**17.712.987**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**577.470**	**512.031**	**205.860**
Despesas Correntes	476.022	409.567	205.860
Despesas de Capital	101.448	102.463	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**577.470**	**512.031**	**205.860**

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DT - Manter, expandir e qualificar os serviços de proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil e suas famílias, combinado com a transferência de renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2060	382.496.900	317.557.325	289.251.164	193.152.000	193.152.000
8662	30.000.000	30.000.000	6.948.230	6.162.630	5.950.105
Total	**412.496.900**	**347.557.325**	**296.199.394**	**199.314.630**	**199.102.105**

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00TA - Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional e dos Conselhos Tutelares.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UF	98.054.347	98.054.347	88.245.980	139.577	139.577
Total	**98.054.347**	**98.054.347**	**88.245.980**	**139.577**	**139.577**

- **00TJ - Expansão e qualificação dos programas de promoção, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210M	65.418.991	65.418.991	33.486.638	6.396.944	5.364.271
Total	**65.418.991**	**65.418.991**	**33.486.638**	**6.396.944**	**5.364.271**

- **00TP - Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	1.500.000	1.000.000	8.576	8.576	8.576
Total	**1.500.000**	**1.000.000**	**8.576**	**8.576**	**8.576**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**333.343**	**186.340**	**15.317**
Despesas Correntes	313.723	168.610	15.317
Despesas de Capital	19.620	17.730	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**333.343**	**186.340**	**15.317**

OBJETIVO: 0967 - Ampliar o acesso às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda da população jovem

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **044E - Fortalecer as ações de qualificação profissional voltadas para a juventude**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A26	29.808.800	29.808.800	22.000.000	0	0
2A95	251.159.775	104.157.527	47.705.894	10.653.064	8.926.713
Total	**280.968.575**	**133.966.327**	**69.705.894**	**10.653.064**	**8.926.713**

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00UY - Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8700	1.910.000	1.910.000	1.728.892	683.956	683.956
Total	**1.910.000**	**1.910.000**	**1.728.892**	**683.956**	**683.956**

- **00VJ - Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema estatais e não-estatais para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8699	10.444.000	10.444.000	8.261.022	3.556.290	3.556.290
Total	**10.444.000**	**10.444.000**	**8.261.022**	**3.556.290**	**3.556.290**

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **043Q - Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da**

Plano Mais Brasil

juventude negra, com o objetivo de combater o racismo, desconstruir estereótipos e promover valores de igualdade racial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	4.000.000	4.000.000	4.000.000	0	0
Total	**4.000.000**	**4.000.000**	**4.000.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047F - Implementação do programa Estação Juventude e fomento a ações de autonomia e emancipação de jovens, contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TM	35.034.000	35.034.000	24.619.951	164.000	164.000
Total	**35.034.000**	**35.034.000**	**24.619.951**	**164.000**	**164.000**

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047D - Qualificação profissional e capacitação de jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais para o trabalho, cidadania e organização social, por meio de parcerias e articulações institucionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4786	986.000	986.000	284.157	260.130	259.625
Total	**986.000**	**986.000**	**284.157**	**260.130**	**259.625**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**176.351**	**190.986**	**31.980**
Despesas Correntes	108.439	107.074	16.213
Despesas de Capital	67.912	83.912	15.767
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**176.351**	**190.986**	**31.980**

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03XL - Promoção da autonomia das mulheres através da implementação e apoio à formulação de políticas públicas que visem ao enfrentamento da desigual divisão sexual do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do atendimento às demandas por equipamentos sociais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8843	16.442.500	19.442.500	14.994.177	2.984.014	2.984.014
Total	**16.442.500**	**19.442.500**	**14.994.177**	**2.984.014**	**2.984.014**

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03YB - Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres, por meio da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais, a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação e a igualdade entre mulheres e homens**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210A	38.488.750	31.723.750	20.783.788	5.271.525	4.720.409
Total	**38.488.750**	**31.723.750**	**20.783.788**	**5.271.525**	**4.720.409**

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03YF - Produção de peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação visando ao debate e à adesão da sociedade em torno de questões de gênero**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	4.500.000	4.500.000	4.499.049	3.466.982	3.466.982
Total	**4.500.000**	**4.500.000**	**4.499.049**	**3.466.982**	**3.466.982**

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **049U - Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8831	8.000.000	10.400.000	5.768.671	4.205.381	4.205.381
Total	**8.000.000**	**10.400.000**	**5.768.671**	**4.205.381**	**4.205.381**

- **049X - Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres e de mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução de mitos e estereótipos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210B	108.920.000	124.920.000	89.114.951	16.051.749	16.051.749
Total	**108.920.000**	**124.920.000**	**89.114.951**	**16.051.749**	**16.051.749**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**57.767**	**76.067**	**16.940**
Despesas Correntes	29.417	29.397	6.265
Despesas de Capital	28.350	46.670	10.675
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**57.767**	**76.067**	**16.940**

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210Z	30.500.000	48.100.000	46.697.126	13.212.973	8.668.237
Total	**30.500.000**	**48.100.000**	**46.697.126**	**13.212.973**	**8.668.237**

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **032K - Construção de novos arranjos de planejamento e ações governamentais que garantam a transversalidade e a intersetorialidade das políticas de promoção da igualdade racial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210H	11.811.435	11.811.435	4.491.316	856.090	751.090
Total	**11.811.435**	**11.811.435**	**4.491.316**	**856.090**	**751.090**

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **046Y - Ampliação do acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável, visando ao etnodesenvolvimento dessas comunidades**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6440	12.324.623	13.024.623	5.265.012	2.867.219	2.864.881
Total	**12.324.623**	**13.024.623**	**5.265.012**	**2.867.219**	**2.864.881**

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Plano Mais Brasil

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04DX - Apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade e a participação nos espaços de gestão pública, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas, visando ao etnodesenvolvimento desses povos e comunidades**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210Y	3.130.624	3.130.624	290.167	3.468	3.468
Total	**3.130.624**	**3.130.624**	**290.167**	**3.468**	**3.468**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**46.094**	**46.094**	**4.091**
Despesas Correntes	34.794	34.794	3.591
Despesas de Capital	11.300	11.300	500
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**46.094**	**46.094**	**4.091**

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **026V - Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência contemplando apoio aos serviços de atendimento ao cidadão, fortalecimento da participação social e produção e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência em temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210N	29.193.962	29.193.962	9.104.388	3.706.914	3.706.914
Total	**29.193.962**	**29.193.962**	**9.104.388**	**3.706.914**	**3.706.914**

- **0271 - Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E85	16.900.000	16.900.000	1.384.138	384.138	384.138
Total	**16.900.000**	**16.900.000**	**1.384.138**	**384.138**	**384.138**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.050.985**	**1.284.985**	**958.389**
Despesas Correntes	908.351	1.181.695	939.819
Despesas de Capital	142.633	103.290	18.570
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.050.985**	**1.284.985**	**958.389**

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0406 - Realizar a delimitação, a demarcação e a regularização fundiária, a fiscalização, a vigilância, o combate e a prevenção de ilícitos, o monitoramento territorial, espacial e ambiental e, a extrusão de não índios das terras indígenas, bem como localizar e proteger povos indígenas isolados e de recente contato**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UF	87.863.432	87.863.432	58.292.425	17.402.383	16.772.181
Total	**87.863.432**	**87.863.432**	**58.292.425**	**17.402.383**	**16.772.181**

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0413 - Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W4	200.000	200.000	182.104	17.704	17.704
Total	**200.000**	**200.000**	**182.104**	**17.704**	**17.704**

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0428 - Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social e ambiental dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais, o etnodesenvolvimento e as perspectivas de gênero e geracional destes povos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2384	46.708.910	46.708.910	38.268.977	24.043.753	23.352.704
2494	100.000	100.000	0	0	0
Total	**46.808.910**	**46.808.910**	**38.268.977**	**24.043.753**	**23.352.704**

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042A - Apoiar projetos, eventos e estudos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas, e preservar e difundir o conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8635	7.557.376	7.557.376	6.063.712	1.720.462	1.466.067
Total	**7.557.376**	**7.557.376**	**6.063.712**	**1.720.462**	**1.466.067**

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042I - Construção do edifício sede da FUNAI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13D6	10.655.000	5.655.000	0	0	0
Total	**10.655.000**	**5.655.000**	**0**	**0**	**0**

- **042K - Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
148B	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0444 - Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YP	838.000.000	1.108.680.000	997.966.036	914.818.637	912.346.171

Total	**838.000.000**	**1.108.680.000**	**997.966.036**	**914.818.637**	**912.346.171**

- **0445 - Implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7684	59.400.000	27.720.000	27.720.000	386.058	386.058
Total	**59.400.000**	**27.720.000**	**27.720.000**	**386.058**	**386.058**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**30.078.086**	**31.894.800**	**21.240.264**
Despesas Correntes	22.961.729	24.560.495	19.027.669
Despesas de Capital	7.116.357	7.334.305	2.212.596
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**30.078.086**	**31.894.800**	**21.240.264**

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BP - Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00FA	5.000.000	0	0	0	0
12KU	1.984.200.000	1.984.200.000	1.984.200.000	553.766.396	220.284.510
12KV	1.168.600.000	1.168.600.000	1.168.600.000	243.147.360	129.586.800
20RP	1.909.774.524	2.031.006.126	1.743.477.717	532.746.799	114.964.259
20TR	448.400.000	497.400.000	496.715.827	372.740.983	372.410.034
Total	**5.515.974.524**	**5.681.206.126**	**5.392.993.544**	**1.702.401.538**	**837.245.603**

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RJ	344.225.230	666.271.306	395.739.945	233.056.757	215.030.475
20RO	1.009.318.052	1.797.814.199	1.508.897.563	1.452.820.862	1.452.820.862
Total	**1.353.543.282**	**2.464.085.505**	**1.904.637.508**	**1.685.877.619**	**1.667.851.337**

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BV - Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0920	453.200.000	317.240.000	317.240.000	0	0
8526	4.000.000	3.841.641	3.611.941	282.774	105.100
8790	288.000.000	212.302.159	211.950.311	208.867.863	208.866.243
Total	**745.200.000**	**533.383.800**	**532.802.253**	**209.150.637**	**208.971.343**

- **02BX - Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RT	7.250.000	10.777.150	6.036.981	4.693.379	4.693.379
Total	**7.250.000**	**10.777.150**	**6.036.981**	**4.693.379**	**4.693.379**

- **02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E36	10.745.889.355	10.745.889.355	10.745.889.355	8.665.255.690	8.665.255.690
20RI	167.203.133	203.735.779	123.640.236	64.927.401	61.046.424
20RV	392.500.000	333.302.902	44.290.779	20.789.650	20.789.650
Total	**11.305.592.488**	**11.282.928.036**	**10.913.820.370**	**8.750.972.741**	**8.747.091.764**

- **02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0509	847.812.544	1.129.603.522	169.915.912	8.390.804	7.823.371
0515	2.387.834.300	2.657.656.208	2.652.021.011	2.651.807.768	2.651.800.840
0969	644.000.000	582.000.000	581.472.971	581.399.889	581.399.889
0A26	74.450.000	82.056.840	56.056.840	39.753.700	39.753.700
0E53	719.184.988	718.184.988	520.729.298	255.866.394	54.932.486
20RQ	1.981.200.000	1.982.162.223	1.492.136.842	1.112.092.090	1.055.258.297

	20RS	15.250.000	15.804.363	10.735.728	5.799.239	5.713.503
	2A95	136.500.000	141.779.418	67.917.321	66.587.167	66.587.167
	8744	3.559.356.700	3.548.334.541	3.547.607.928	3.542.838.224	3.542.185.721
Total		**10.365.588.532**	**10.857.582.103**	**9.098.593.851**	**8.264.535.275**	**8.005.454.975**

- **02C1 - Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20RF	183.179.492	219.018.241	119.880.722	44.828.881	44.828.881
Total	**183.179.492**	**219.018.241**	**119.880.722**	**44.828.881**	**44.828.881**

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02C2 - Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20RR	10.000.000	13.840.112	1.349.110	0	0
20RU	11.970.000	22.571.898	20.406.542	11.202.491	11.137.631
Total	**21.970.000**	**36.412.010**	**21.755.652**	**11.202.491**	**11.137.631**

- **02C6 - Realização de provas, exames, avaliações nacionais e internacionais, bem como produção de estatísticas, informações, indicadores, estudos e pesquisas que gerem subsídios para a elaboração e a implementação da política pública educacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20RM	556.634.803	781.888.013	636.149.454	552.294.788	546.111.141
4014	23.153.000	27.519.275	17.679.079	14.307.074	14.162.077
Total	**579.787.803**	**809.407.288**	**653.828.533**	**566.601.862**	**560.273.218**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**6.078.819**	**7.009.933**	**4.155.326**
Despesas Correntes	4.239.488	4.973.454	3.819.015
Despesas de Capital	1.839.331	2.036.479	336.312
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**6.078.819**	**7.009.933**	**4.155.326**

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8252	170.000.000	176.084.194	50.886.425	20.153.640	17.546.269
Total	**170.000.000**	**176.084.194**	**50.886.425**	**20.153.640**	**17.546.269**

- **02A0 - Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RG	885.005.198	1.042.032.908	825.188.786	160.230.868	137.968.024
20RL	1.842.225.408	2.072.176.204	1.762.937.406	1.100.946.508	1.016.065.191
Total	**2.727.230.606**	**3.114.209.112**	**2.588.126.191**	**1.261.177.377**	**1.154.033.215**

- **02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6380	156.553.242	209.276.242	101.594.691	32.165.417	26.369.053
Total	**156.553.242**	**209.276.242**	**101.594.691**	**32.165.417**	**26.369.053**

- **02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8652	340.660.000	311.203.419	192.941.086	23.417.084	12.925.045
Total	**340.660.000**	**311.203.419**	**192.941.086**	**23.417.084**	**12.925.045**

- **02A5 - Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RW	2.398.188.000	2.889.484.534	2.753.473.656	2.611.594.393	2.596.559.369
2994	257.857.941	256.671.799	236.834.194	195.485.347	188.783.556
Total	**2.656.045.941**	**3.146.156.333**	**2.990.307.849**	**2.807.079.741**	**2.785.342.925**

OBJETIVO: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02B3 - Ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional, possibilitando inclusive recorte étnico-racial e de gênero e o atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6358	28.329.441	53.003.594	16.902.496	11.333.168	10.943.399
Total	**28.329.441**	**53.003.594**	**16.902.496**	**11.333.168**	**10.943.399**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**12.812.924**	**15.159.964**	**9.204.361**
Despesas Correntes	9.042.221	10.862.040	8.355.325
Despesas de Capital	3.770.703	4.297.923	849.036
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**12.812.924**	**15.159.964**	**9.204.361**

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BF - Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6503	3.000.000	4.900.000	2.235.299	1.973.934	1.949.682
Total	**3.000.000**	**4.900.000**	**2.235.299**	**1.973.934**	**1.949.682**

- **02BH - Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RN	140.834.627	145.935.267	80.774.496	68.186.753	67.657.284
Total	**140.834.627**	**145.935.267**	**80.774.496**	**68.186.753**	**67.657.284**

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0487	2.929.239.825	3.477.779.743	3.342.805.371	3.024.856.066	3.018.364.932
20GK	556.610.448	650.935.766	474.060.036	312.293.967	300.022.469
Total	**3.485.850.273**	**4.128.715.509**	**3.816.865.407**	**3.337.150.033**	**3.318.387.400**

• **0391 - Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U5	1.038.034	1.038.034	845.515	796.837	796.837
2317	173.942.902	173.942.902	191.826.944	179.089.977	179.089.977
4909	595.000	595.000	594.980	420.804	420.804
Total	**175.575.936**	**175.575.936**	**193.267.439**	**180.307.618**	**180.307.618**

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0048	250.621.113	250.621.113	34.926.039	3.000.000	0
0A12	85.547.120	70.547.120	60.339.200	37.744.800	37.744.800
4002	686.188.015	682.920.732	637.604.349	519.321.458	505.878.705
6328	7.709.025	15.170.697	12.247.858	7.434.132	6.572.213
Total	**1.030.065.273**	**1.019.259.662**	**745.117.446**	**567.500.390**	**550.195.718**

• **03GC - Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
148G	34.000.000	34.000.000	34.000.000	1.843.292	0
14WL	0	0	0	0	0
Total	**34.000.000**	**34.000.000**	**34.000.000**	**1.843.292**	**0**

• **03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11G0	25.000.000	25.000.000	24.756.837	9.806.615	9.209.754
125B	62.519.680	63.327.680	52.634.021	0	0
20RK	3.697.340.295	4.888.589.045	4.055.787.933	3.088.660.999	2.967.535.519
8282	2.863.168.222	3.169.642.974	2.594.517.021	1.263.980.403	1.181.498.744
Total	**6.648.028.197**	**8.146.559.699**	**6.727.695.811**	**4.362.448.017**	**4.158.244.016**

• **03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde,**

nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14IM	20.000.000	20.000.000	20.000.000	0	0
20RX	445.036.185	437.684.027	262.839.404	140.316.211	131.718.274
4005	344.752.167	382.173.101	345.810.258	344.549.030	342.515.498
4086	232.436.780	392.316.988	269.907.390	169.383.597	150.875.036
Total	**1.042.225.132**	**1.232.174.116**	**898.557.052**	**654.248.838**	**625.108.808**

- **03GF - Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6344	7.200.000	8.862.536	4.060.190	2.976.467	2.973.779
Total	**7.200.000**	**8.862.536**	**4.060.190**	**2.976.467**	**2.973.779**

- **0481 - Implantação da Universidade Federal do ABC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12EL	70.105.411	80.716.232	69.168.458	6.685.529	6.460.223
Total	**70.105.411**	**80.716.232**	**69.168.458**	**6.685.529**	**6.460.223**

- **0482 - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
125C	74.241.361	71.241.361	71.241.360	19.891.752	19.890.908
Total	**74.241.361**	**71.241.361**	**71.241.360**	**19.891.752**	**19.890.908**

- **0484 - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11G1	46.797.518	82.023.618	17.204.721	1.148.100	1.148.100
Total	**46.797.518**	**82.023.618**	**17.204.721**	**1.148.100**	**1.148.100**

- **04B0 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U08	15.000.000	0	0	0	0
Total	**15.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **04DY - Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TK	40.000.000	30.000.000	0	0	0
Total	**40.000.000**	**30.000.000**	**0**	**0**	**0**

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.929.021**	**2.798.682**	**322.929**
Despesas Correntes	797.957	868.458	217.097
Despesas de Capital	2.131.064	1.930.224	105.832
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.929.021**	**2.798.682**	**322.929**

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033P - Formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e difusão da Política e do Plano Nacional de Cultura e dos planos setoriais, além do apoio aos planos estaduais e municipais de Cultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZG	42.089.810	42.089.810	17.988.695	10.715.935	10.715.641
Total	**42.089.810**	**42.089.810**	**17.988.695**	**10.715.935**	**10.715.641**

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04G2 - Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZH	184.536.727	184.536.727	65.193.971	21.699.501	19.119.726
5538	331.355.831	66.355.831	17.110.321	1.785.913	1.003.709
Total	**515.892.558**	**250.892.558**	**82.304.292**	**23.485.414**	**20.123.435**

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034Z - Fomento à produção, distribuição e comercialização de obras audiovisuais no país e no exterior e concessão de Prêmio Adicional de Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZI	13.933.160	13.933.160	12.232.162	11.157.845	11.157.845
Total	**13.933.160**	**13.933.160**	**12.232.162**	**11.157.845**	**11.157.845**

- **0350 - Gestão e fortalecimento dos Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro - PRODECINE, do Audiovisual Brasileiro - PRODAV, da Infraestrutura do Cinema e do Audiovisual - PRÓ-**

Plano Mais Brasil

INFRA, do Cinema Perto de Você e do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
005Z	1.000.000	1.000.000	0	0	0
006A	615.392.525	615.392.525	400.000.000	0	0
006C	140.000.000	260.000.000	260.000.000	0	0
12PG	20.000.000	20.000.000	5.000.000	0	0
20ZK	32.384.203	32.384.203	20.194.503	80.245	80.245
8106	49.720.797	49.720.797	34.441.520	0	0
Total	**858.497.525**	**978.497.525**	**719.636.023**	**80.245**	**80.245**

- **0353 - Implantação do Canal de Cultura, cuja transmissão será destinada a produções culturais e programas regionais independentes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13E1	500.000	500.000	100.000	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**100.000**	**0**	**0**

- **04G3 - Regulação do setor audiovisual e da atividade cinematográfica, fiscalização do cumprimento da legislação e combate à pirataria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZJ	8.313.565	6.700.852	1.491.413	44.527	44.527
Total	**8.313.565**	**6.700.852**	**1.491.413**	**44.527**	**44.527**

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033X - Criação de linhas de crédito específicas e adequação de linhas já existentes para micro e pequenos empreendimentos criativos, em parceria com instituições financeiras, de modo a promover a desconcentração regional de distribuição de recursos financeiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0B85	15.000.000	15.000.000	0	0	0
2D07	2.600.000	2.600.000	0	0	0
Total	**17.600.000**	**17.600.000**	**0**	**0**	**0**

- **034A - Incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZF	180.000	180.000	51.596	51.596	51.596
Total	**180.000**	**180.000**	**51.596**	**51.596**	**51.596**

- **034F - Promoção, formação e incentivo ao hábito e às práticas da leitura e da literatura, incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

20ZF	11.950.510	10.400.510	4.888.992	3.006.875	2.981.875
Total	**11.950.510**	**10.400.510**	**4.888.992**	**3.006.875**	**2.981.875**

- **035B - Fomento à produção, difusão, intercâmbio, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos, à fruição cultural e à formação de público, garantida a diversidade de linguagens, e expressões culturais; fortalecimento e qualificação de equipamentos, pontos, redes, circuitos e espaços culturais.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20ZF	391.227.486	427.576.071	212.224.084	90.096.624	70.411.247
2E62	1.120.000	1.120.000	0	0	0
Total	**392.347.486**	**428.696.071**	**212.224.084**	**90.096.624**	**70.411.247**

- **035C - Estímulo e promoção do intercâmbio entre técnicos, artistas e agentes culturais e incentivo à capacitação de artistas, técnicos, produtores, educadores e agentes multiplicadores da arte e da cultura.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20ZF	22.000.000	22.000.000	19.059.854	18.884.074	18.884.074
Total	**22.000.000**	**22.000.000**	**19.059.854**	**18.884.074**	**18.884.074**

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034N - Apoio e execução de projetos de modernização e instalação de museus, incluindo os dedicados à memória comunitária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14U2	6.500.000	6.500.000	2.293.909	183.761	183.761
Total	**6.500.000**	**6.500.000**	**2.293.909**	**183.761**	**183.761**

- **035G - Implantação, ampliação, modernização, recuperação e articulação da gestão e do uso de espaços destinados a atividades culturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12MG	534.500.000	534.500.000	484.952.514	88.301.897	88.301.897
14U2	385.679.918	366.564.914	103.399.868	3.522.278	1.241.963
Total	**920.179.918**	**901.064.914**	**588.352.382**	**91.824.175**	**89.543.860**

- **035H - Programação e funcionamento dos espaços e ambientes artístico-culturais da União**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
211F	93.952.275	95.502.275	84.838.487	69.593.097	69.544.494
Total	**93.952.275**	**95.502.275**	**84.838.487**	**69.593.097**	**69.544.494**

- **04G5 - Implantação do Prédio II da Fundação Biblioteca Nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14U2	10.472.934	10.472.934	4.841.052	1.033.541	1.033.541

Plano Mais Brasil

Total	**10.472.934**	**10.472.934**	**4.841.052**	**1.033.541**	**1.033.541**

OBJETIVO: 0788 - Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035J - Desenvolver e implementar política nacional de integração entre Educação e Cultura que promova o reconhecimento das artes e dos saberes culturais como campo do conhecimento e como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KH	2.400.000	2.400.000	2.012.272	181.447	181.447
Total	**2.400.000**	**2.400.000**	**2.012.272**	**181.447**	**181.447**

- **035M - Produção, fomento e difusão de conhecimento científico e cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20ZM	12.111.500	11.171.500	7.801.616	2.590.182	2.581.929
2D82	100.000	80.000	0	0	0
Total	**12.211.500**	**11.251.500**	**7.801.616**	**2.590.182**	**2.581.929**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.084.477**	**3.935.272**	**303.667**
Despesas Correntes	743.430	1.104.352	261.583
Despesas de Capital	2.341.047	2.830.920	42.083
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.084.477**	**3.935.272**	**303.667**

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02HW - Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania, Legados Sociais dos Grandes Eventos)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JP	197.555.158	191.918.158	93.413.045	23.946.565	23.761.156
20JQ	31.525.000	37.462.000	25.852.827	18.728.093	18.728.093
Total	**229.080.158**	**229.380.158**	**119.265.871**	**42.674.658**	**42.489.249**

- **02HZ - Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnósticos de políticas de esporte e lazer**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JS	3.300.000	3.300.000	2.901.343	1.897.737	998.235
Total	**3.300.000**	**3.300.000**	**2.901.343**	**1.897.737**	**998.235**

- **02I2 - Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TR	349.500.000	199.500.000	199.500.000	0	0
5450	1.056.040.623	1.130.013.807	708.950.139	10.632.511	9.903.583
Total	**1.405.540.623**	**1.329.513.807**	**908.450.139**	**10.632.511**	**9.903.583**

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02J3 - Ampliação e qualificação do Bolsa-Atleta**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

Plano Mais Brasil

09HW	183.000.000	183.000.000	183.000.000	105.227.735	105.227.735
Total	**183.000.000**	**183.000.000**	**183.000.000**	**105.227.735**	**105.227.735**

- **02J5 - Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
126V	12.850.000	12.169.871	3.317.436	2.817.540	2.667.255
20JO	2.267.099	2.947.228	2.917.228	2.697.228	2.697.228
Total	**15.117.099**	**15.117.099**	**6.234.664**	**5.514.767**	**5.364.482**

- **02J6 - Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YA	206.700.000	206.700.000	91.281.499	26.337.434	23.933.865
Total	**206.700.000**	**206.700.000**	**91.281.499**	**26.337.434**	**23.933.865**

- **02J8 - Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TP	177.739.233	177.739.232	79.040.839	3.775.024	3.775.024
Total	**177.739.233**	**177.739.232**	**79.040.839**	**3.775.024**	**3.775.024**

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02LO - Garantir a realização e o monitoramento de todas as ações definidas pela estrutura de governança da Copa do Mundo FIFA 2014, a partir da Matriz de Responsabilidades e Câmaras Temáticas, contemplando os legados do evento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20DB	233.000.000	232.999.998	195.492.214	38.081.711	37.564.411
Total	**233.000.000**	**232.999.998**	**195.492.214**	**38.081.711**	**37.564.411**

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02LQ - Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TQ	500.000.000	1.293.015.266	499.999.999	4.889.257	4.889.257
20D8	131.000.000	264.506.843	111.328.926	64.635.867	64.468.661
Total	**631.000.000**	**1.557.522.109**	**611.328.925**	**69.525.124**	**69.357.917**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Ministério do Planejamento

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA